Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019
EXERCÍCIO - 2016

Avaliação do Plano Plurianual PPA 2016 – 2019

Exercício 2016

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
RODRIGO ROLLEMBERG

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
RENATO SANTANA

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DALMO JORGE LIMA PALMEIRA

SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO
JOSEILDA MENDES DE MELLO

EQUIPE TÉCNICA

ADRIANE FREITAS DE OLIVEIRA COTIAS E SILVA

ANA CAROLINA DA SILVA RAMOS

EMILSON FERREIRA FONSECA

E'LEN DE OLIVEIRA

EUDÓXIA MARIA MACHADO DA SILVA ANDRADE

EWERTON KNEBEL MASERA

ERINALDO DA SILVA LÊLA

HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA FILHO

JÚLIO CÉSAR LIMA

MARCO AURÉLIO TEIXEIRA

MARIA AUXILIADORA FERNANDES

Cenário Macroeconômico colaboração:

Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan
Secretaria de Estado de Fazenda - SEF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	**08**
1. METODOLOGIAS ADOTADAS	11
1.1. No Plano Plurianual - PPA	11
1.2. Na avaliação do PPA	13
2. CONJUNTURA ECONÔMICA	**15**
2.1. Conjuntura Econômica Nacional	**15**
2.1.1. Atividade Econômica no Brasil, medida pelo PIB	16
2.1.2. Inflação Brasileira	18
2.1.3. Mercado de Trabalho	19
2.1.4. Evolução das Expectativas de Crescimento do PIB e da Inflação	22
2.2. Indicadores de conjuntura no Distrito Federal	**23**
2.2.1. Atividade Econômica	23
2.2.2. Inflação Distrital	25
2.2.3. Mercado de Trabalho	28
2.3. Gestão Fiscal do Distrito Federal	**31**
2.3.1. Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal	32
2.3.1.1. Receitas	32
2.3.1.2. Despesas	44
2.3.1.2.1 Despesas Correntes	45
2.3.1.2.2 Despesas de Capital	46

2.3.2. Resultado Primário	46
2.3.3. Resultado Nominal	48
2.3.4. Dívida Pública	49
Conclusão	**50**
3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO	**51**
3.1. Orientação Estratégica do Governo	**51**
3.1.1. Mapa Estratégico do Governo do Governo do Distrito Federal	**51**
3.2. Plano Plurianual PPA 2016-2019	52
3.2.1. Estrutura do PPA 2016-2019 (Lei nº 5.602/15 e alterações)	53
3.2.2. Correlação entre a dimensão Estratégica (Mapa Estratégico e os Programas Temáticos	54
3.2.3. Estatística do PPA 2016-2019	55
3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL PPA – 2016	**56**
3.3.1. Diretrizes Estratégicas e Programas de Governo (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF)	56
3.3.2. Diretrizes Estratégicas (Programas Temáticos - OFSS, OI e FCDF)	58
3.3.3. Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS, OI e FCDF)	68
3.3.4. Programas Temáticos e de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS)	71
3.3.5. Programas Temáticos (Orçamento de Investimento das Estatais)	73
3.3.6. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Saúde, Educação e Segurança)	75
3.4. DESEMPENHO DOS INDICADORES, METAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS	**78**
4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	**89**
4.1. DIRETRIZ: VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	**90**
6202 - Brasília Saudável	91

6221 - Educa Mais Brasília	159
6217 – Segurança Pública com Cidadania	211
6228 - Famílias Fortes	282
6211 - Direitos Humanos e Cidadania	334
6219 - Capital Cultural.....	377
6206 - Cidade do Esporte e Lazer	406
4.2. DIRETRIZ: ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	**426**
6207 - Brasília Competitiva	427
4.3. DIRETRIZ: TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	**493**
6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	494
6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	532
6208 - Território da Gente	592
4.4. DIRETRIZ: TODOS POR BRASÍLIA	**625**
6203 - Gestão para resultados	626
4.5. DIRETRIZ: GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	**625**
6203 - Gestão para resultados	626
6204 -Atuação Legislativa	694
5. TABELAS DE REFERÊNCIA.....	**703**
Execução Orçamentária e Financeira – 2016, Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional) SIGGO.....	703
Indicadores de Desempenho por Programa de Governo.....	724

APRESENTAÇÃO

A Avaliação do PPA 2016 – 2019 está prevista nos artigos 11,12, 13, 14 e 15 da Lei nº 5.602, de 30/12/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019 e suas alterações.

À Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, na qualidade de Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN, cabe a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração, acompanhamento da execução das ações orçamentárias e avaliação de desempenho do Plano Plurianual.

A Avaliação Anual do Plano é elaborada em conjunto com os órgãos e entidades do GDF, as quais participam do processo encaminhando à SEPLAG as informações relativas à sua respectiva área de atuação, demonstrando os resultados da implementação das políticas públicas no exercício de 2016, os índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A Avaliação conjunta visa conferir maior consistência ao processo, considerando a necessidade de identificar a concretização das diretrizes do planejamento estratégico de governo e das realizações previstas nos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias.

A orientação da SEPLAG é de que a elaboração do relatório de avaliação de cada unidade deve ser realizada em conjunto com a equipe que participa da implementação do programa, responsável pelos Objetivos Específicos, Metas, Ações Não Orçamentárias e Indicadores, bem como com os demais órgãos envolvidos, de forma a possibilitar uma visão ampla dos avanços para o alcance ou não dos Objetivos Específicos.

A SUPLAN/SEPLAG analisa e consolida as informações em relatório único, “Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019/Exercício 2016” e encaminha à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF até o dia 30 de junho de 2017.

Este Relatório está estruturado de tal forma que, inicialmente, apresenta uma análise macroeconômica, enfatizando a conjuntura econômica do Brasil e do Distrito Federal em termos de atividade econômica; inflação e mercado de trabalho. No enfoque do Distrito Federal faz uma análise mais detalhada da Gestão Orçamentária do DF, descrevendo o comportamento das receitas e das despesas, inclusive traça uma relação entre os gastos com pessoal e a receita corrente

líquida no exercício de 2016 e ainda observa o comportamento do resultado primário, nominal e dívida pública do DF. Nesse sentido, busca-se avaliar o comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre a economia federal e local e seus desdobramentos sob o bem-estar da população de modo geral.

O primeiro ponto abordado é o contexto nacional, onde é analisado o desempenho da atividade econômica Federal no que se refere o comportamento do PIB e do PIB per capita, da inflação e do mercado de trabalho e ainda a evolução das expectativas de crescimento do PIB e da inflação.

A partir da exposição da conjuntura econômica nacional, o documento passa a abordar como se apresentam os indicadores do Distrito Federal, observando os mesmos elementos (atividade econômica, inflação e mercado de trabalho), onde observa que no mesmo sentido da economia nacional o DF também apresentou queda em 2016, que em comparação a 2015 caiu 1,6% do cômputo geral. Destaque-se da análise, um ponto positivo para economia do DF em 2016 diz respeito a redução da taxa básica de juros e da inflação, sendo que esse último indicador acumulou variação positiva de 5,62% comparada com 2015 que foi de 9,67%.

No item destinado à análise da gestão fiscal do Distrito Federal em 2016, enfoca a execução orçamentária e financeira do DF, em especial no que se refere ao comportamento das receitas e alguns de seus componentes e das despesas correntes e de capital e ainda do resultado primário e nominal; e seus reflexos no governo distrital nesse ano. Nessa análise é ressaltado que a economia nacional interferiu na economia do DF e de forma negativa. A receita, descontada a inflação do período houve queda, que mesmo com os esforços empreendidos pelo Governo no sentido de reduzir a despesa ainda restou deficitária.

A estrutura do cenário permite estabelecer uma conexão entre o contexto nacional e o distrital e apresenta uma análise dos resultados das Políticas Públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal, no exercício de 2016.

Em seguida, é apresentada uma síntese das informações consolidadas do governo buscando-se demonstrar de forma mais clara, a compatibilidade e o alinhamento entre o Mapa Estratégico do Governo, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. Desse modo, a execução orçamentária e financeira é apresentada em diversos níveis de agregação: por Diretrizes Estratégicas, Esfera Orçamentária, Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Recursos do Fundo Constitucional do DF, além de apuração em nível agregado do desempenho dos indicadores, metas e ações não orçamentárias.

E ainda, em última análise, este Relatório apresenta o desempenho dos Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com apuração do desempenho das metas, indicadores e ações não orçamentárias, por programa, de forma quantitativa e qualitativa. Essa abordagem foi realizada pelas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos e seus atributos que buscaram elaborar a avaliação, estabelecendo um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do Plano e os resultados alcançados no exercício de 2016, com a finalidade de identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas. Em complementação às informações são apresentados também, gráficos e tabelas comparativas por Programas e Ações dos valores previstos no Plano e, respectivas Execuções Orçamentárias e Financeiras do exercício de 2016.

Sabe-se que a cultura de avaliação e mensuração de resultados no Setor Público deve ser incentivada, e por isso, a SEPLAG vem a cada ano trabalhando para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento.

1. METODOLOGIAS ADOTADAS

1.1. No Plano Plurianual - PPA

O Plano Plurianual 2016-2019, em sua concepção, incorpora parcialmente a metodologia adotada pelo Governo Federal, que busca resgatar a função de planejamento, ao adotar uma visão mais estratégica da ação governamental e permitir o efetivo monitoramento das políticas públicas.

A metodologia foi adaptada à realidade do Distrito Federal, à Lei Orgânica do DF e ao Planejamento Estratégico do Governo e reflete também os compromissos assumidos pela atual gestão perante a sociedade no Plano de Governo, permitindo estabelecer uma melhor compatibilização entre os instrumentos de planejamento governamental e uma comunicação mais estreita entre a sociedade e os atores envolvidos em sua implementação.

O PPA foi estruturado em três principais entregas, previstas no Planejamento Estratégico do Governo de Brasília, a serem alcançadas até 2018, quais sejam: a) aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social; b) conquistar a confiança da população no governo; c) tornar Brasília modelo de cidade sustentável.

Para atender a esses resultados da ação governamental foram definidos cinco eixos/diretrizes estratégicas: 1) Viver bem, direito de todos; 2) Economia mais competitiva; 3) Território planejado e estruturado; 4) Todos por Brasília; e 5) Governo ético, transparente e com foco em resultados, nas quais estão ancorados 17 objetivos estratégicos que foram traduzidos em 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado.

Os Programas Temáticos, onde estão refletidas as políticas públicas, alinham-se à visão estratégica do Governo, com seus atributos, como: contextualização; objetivos específicos; metas; indicadores; bem como ações orçamentárias e ações não Orçamentárias, estas quantificadas física e financeiramente. Esta estrutura possibilita o acompanhamento e a avaliação do Plano e proporciona a integração com os demais instrumentos de planejamento governamental (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais).

O Plano Plurianual, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indica os mecanismos para a efetivação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para o alcance dos objetivos pretendidos, sendo estruturado nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica:** é a orientação estratégica onde se encontram a Visão, os Eixos/Diretrizes Estratégicas e Objetivos Estratégicos com a visão de longo prazo do Governo. Nessa dimensão, o PPA foi elaborado de forma participativa, construído em sintonia com o Plano de Governo e em conjunto com o Governador, SEPLAG, Secretários de Estado e suas equipes técnicas.

- **Dimensão Tática**: é a dimensão em que se encontram os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado que definem os caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e as transformações desenhadas na dimensão estratégica. O Programa Temático retrata a agenda de governo organizada por meio dos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental.

Ao definir os Programas Temáticos que expressam as Políticas Públicas a serem efetivadas pelo Governo no período de 2016 a 2019 foram elaboradas as contextualizações de áreas temáticas, nas quais se abordavam os seguintes aspectos:

- A interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- As oportunidades e os desafios associados;
- Os contornos que a política pública deveria assumir;
- As transformações que se desejava realizar;
- Os desafios que deveriam ser considerados pelos Objetivos Específicos.

Cada Objetivo Específico apresenta uma caracterização que expressa os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade posta para o Objetivo (linha de base para a meta) e, neste sentido foram detalhados:

- o escopo: *o que fazer, como fazer, em qual lugar* e *quando fazer;* e
- informações relevantes para o Objetivo, tais como: *aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de gestão* e *de financiamento.*

Para cada Objetivo Específico definiu-se então, metas, indicadores, ações, orçamentárias e/ou não-orçamentárias.

- **Dimensão Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência, buscando a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues. Nessa dimensão foram definidas as ações, orçamentárias e/ou não-orçamentárias que, deveriam ser executadas para conduzir ao alcance do Objetivo.

Nas Dimensões Tática e Operacional a elaboração do PPA, foi realizada pela SEPLAG em conjunto com os órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF e dividiu-se em duas fases: (1) **fase qualitativa**, de formulação qualitativa dos Objetivos Específicos e seus atributos; (2) **fase quantitativa**, de quantificação física e financeira das ações.

A partir da execução das ações previstas no Plano, desde a sua concepção, são realizadas as avaliações de desempenho anuais. Verificada a necessidade de ajustes para que os Objetivos Específicos sejam alcançados realizam-se as revisões necessárias para o melhor desempenho do Plano.

1.2. Na Avaliação do PPA

A Avaliação do PPA 2016 – 2019 está prevista nos artigos 11,12, 13, 14 e 15, da Lei nº 5.602, de 30/12/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019 e constitui-se em uma fase fundamental do ciclo de planejamento, com a finalidade de otimizar a obtenção dos resultados previstos nos Programas, por meio da melhoria da gestão e da alocação dos recursos previstos no PPA e nos Orçamentos Anuais.

A metodologia adotada pela SEPLAG definiu como principal parâmetro a elaboração de uma avaliação conjunta com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF. Essa avaliação conjunta buscou conferir maior consistência ao processo, por meio da identificação das realizações previstas nos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias em coerência com as diretrizes do planejamento estratégico de governo.

Para garantir melhor qualidade, uniformidade e coerência das informações a SUPLAN elaborou instruções e realizou reuniões técnicas no intuito de orientar as Unidades quanto às informações que deveriam compor o seu Relatório e que subsidiarão o Relatório Consolidado de Avaliação do Plano.

As principais orientações para as Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos e seus atributos foram no sentido de que deveriam estabelecer um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do Plano e os resultados alcançados no exercício de 2016. Essa análise tem a finalidade de identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas desenhadas por programas temáticos e os resultados alcançados, conduzindo à busca de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento das Políticas Públicas. E ainda, àquelas UO´s que de alguma forma tenha contribuído para o alcance do Objetivo Específico foi solicitado que apresentasse um texto contendo a descrição das realizações relativas à área temática que possam ter contribuição para a implementação do Objetivo Específico.

As unidades deveriam inicialmente apurar a evolução das metas e das ações não orçamentárias, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos seus desempenhos. Com base nessas informações e na análise do desempenho dos indicadores, e execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias foram orientadas a analisarem os resultados dos objetivos específicos, discorrendo sucintamente sobre o que foi abordado à época da elaboração do PPA.

Nessa análise deveria ser elaborada uma abordagem geral do Objetivo específico iniciando pela análise da caracterização, definida à época da elaboração do plano, informando em seguida sobre sua atuação no sentido de alcançar o Objetivo Específico proposto, identificando sempre que possível: (i) o público alvo beneficiado;(ii) a conexão com outras políticas públicas; (iii) os resultados da política pública (especialmente para as unidades responsáveis pela política); iv) se os resultados previstos foram alcançados);(v) as entregas agregadas e outras informações julgadas relevantes como, por exemplo: citação de projetos específicos; geração de emprego; redução das desigualdades; melhorias verificadas e outros ganhos de gestão.

Em complementação à análise devem ser informados ainda, os fatores que contribuíram e os que dificultaram o cumprimento das metas previstas para o Objetivo Específico, a previsão de realização para 2017, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes para o alcance do Objetivo, bem como as medidas institucionais adotadas na implementação dos programas de governo.

As informações prestadas pelas Unidades foram analisadas e consolidadas neste “Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019/ Exercício 2016” e consiste na análise das políticas desenhadas nos Programas Temáticos e seus respectivos atributos, a partir do diagnóstico do comportamento desses Programas.

No relatório consolidado, na análise de cada Programa Temático, há um quadro com a execução orçamentária e financeira de todas as ações orçamentárias realizadas naquele Programa, o qual pode ter sido executado por diversas unidades orçamentárias, não somente pela (s) Unidade (s) Responsável (is) pelo Objetivo (s) Específico (s). Dessa forma, verifica-se que o desempenho de cada Programa Temático conta com a participação de outras Unidades do Governo do Distrito Federal que colabora para àquele Programa na sua área de atuação, demonstrando, assim, a intersetorialidades no desenvolvimento das políticas públicas.

2. CONJUNTURA ECONÔNMICA

2.1. Conjuntura Econômica Nacional

A economia brasileira, de acordo com análise do Boletim de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta sinais de reversão do quadro negativo de crise instalada no país. Embora os efeitos resultantes da longa e intensa recessão brasileira ainda se façam presentes em vários setores da economia – refletidos na queda de 3,6% do PIB em 2016 –, alguns indicadores referentes aos resultados dos dois primeiros meses de 2017 oferecem a percepção de que a atividade econômica apresenta alguma melhora.

Após a produção industrial permanecer praticamente estável em janeiro (de acordo com o último dado divulgado pelo IBGE), o Indicador Ipea de Produção Industrial[2] prevê avanço de 0,3% ante o período anterior, o que deixaria um *carry-over* de 1,8% para o primeiro trimestre de 2017 – ou seja, caso a produção tenha crescimento nulo em março, o trimestre fecharia com aumento de 1,8%.

A melhora dos indicadores que medem os níveis de confiança também reforça o quadro de início de retomada da economia. Apesar disso, dada a elevada capacidade ociosa na indústria, os investimentos seguem uma trajetória ainda marcada por instabilidade. O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), após registrar alta de 2,3% em dezembro, voltou a cair em janeiro, recuando 3,0% na comparação livre de efeitos sazonais.

Uma das características mais perversas da recessão, que se iniciou no segundo trimestre de 2014, vinha sendo a quase total falta de graus de liberdade à disposição do governo para implementar políticas anticíclicas que pudessem mitigar os efeitos nocivos da crise. Num cenário em que o desequilíbrio das contas públicas já indicava a necessidade de um ajuste fiscal, a leniência com a trajetória dos índices de preço em períodos anteriores obrigou a autoridade monetária a se manter austera, uma vez que as taxas de inflação vinham se mostrando resilientes aos efeitos da recessão.

Este quadro, no entanto, vem sofrendo alteração desde meados do terceiro trimestre de 2016, quando as taxas de inflação iniciaram um processo de desaceleração. Com o prosseguimento do ciclo recessivo, que implicou um profundo ajuste no mercado de trabalho, a trajetória dos preços vem finalmente perdendo fôlego e já existe a expectativa de convergência do IPCA para um valor abaixo do estabelecido pelo sistema de metas de inflação em 2017. Além disso, como foi colocado acima, a crise gerou uma elevada capacidade ociosa na indústria, o que permitirá uma recuperação da demanda sem grandes riscos inflacionários. Neste contexto, após iniciar um ciclo de flexibilização da política monetária em outubro do passado, o Banco Central intensificou o ritmo de queda da taxa de juros nas últimas duas reuniões realizadas pelo Copom.

Embora seus efeitos tendam a ocorrer com alguma defasagem, o afrouxamento monetário deverá impactar positivamente a atividade econômica. Além do barateamento do custo do capital, estimulando os investimentos, a queda dos juros poderá contribuir para reduzir o grau de alavancagem financeira dos agentes, possibilitando, por exemplo, que as famílias renegociem suas dívidas passadas, abrindo alguma folga nos seus orçamentos.

Dentre os diversos fatores que vêm restringindo a demanda por consumo, está o ainda elevado comprometimento da renda com os serviços da dívida. Por isso, além da queda nos juros, o governo implementou medida que possibilita a retirada de recursos oriundos das contas inativas de FGTS, injetando, dessa forma, mais recursos na economia. Vale destacar que o parque industrial já se encontra com os níveis de estoques próximos àqueles planejados e, sendo assim, qualquer melhora no comércio varejista terá condições de afetar de forma mais direta o desempenho da produção.

Um outro elemento que pode influenciar positivamente a atividade econômica ao longo de 2017 está associado ao setor externo. Conquanto o estímulo proveniente do processo de depreciação cambial ocorrido até o final de 2015 já esteja se dissipando, a melhora registrada no volume exportado no ano passado tem boas perspectivas para permanecer, especialmente nos setores ligados às *commodities* – cujos preços internacionais têm apresentado movimentos recentes de recuperação. Além disso, as projeções para as safras na lavoura indicam crescimento relevante em 2017, o que melhora as perspectivas para o agronegócio.

Alguns fatores, entretanto, podem contribuir para atrasar o processo de recuperação da economia brasileira. Em primeiro lugar, a trajetória esperada para a atividade econômica ainda está fortemente condicionada a questões político-econômicas, particularmente aquelas associadas ao andamento de reformas estruturais, tidas como necessárias para a estabilização do ambiente de negócios e redução dos níveis de incerteza na economia. Além disso, o atual quadro de obstrução do canal do crédito, seja pelo lado da demanda, seja pelo lado da oferta, tende a reduzir a potência da política monetária, retardando os efeitos positivos provenientes da queda nas taxas de juros.

2.1.1. Atividade Econômica no Brasil, medida pelo PIB

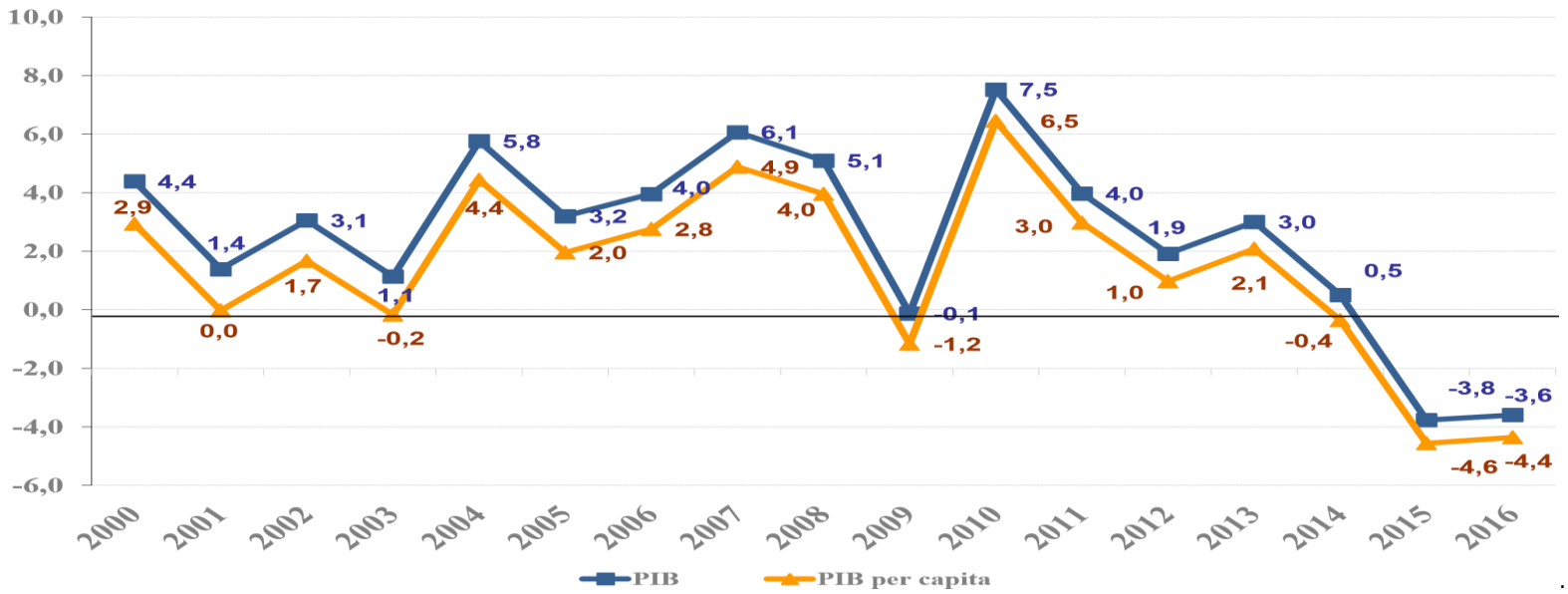
O PIB de 2016 totalizou R$ 6.266,9 bilhões, sendo R$ 5.414,6 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R$ 852,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R$ 295,2 bilhões, a Indústria R$ 1.150,2 bilhões e os Serviços R$ 3.969,2 bilhões. Entre os componentes da despesa, a Despesa de Consumo das Famílias totalizou R$ 4.011,5 bilhões, a Despesa de Consumo do Governo R$ 1.264,7 bilhões e a Formação Bruta de Capital Fixo R$ 1.026,8 bilhões. A Balança de Bens e Serviços ficou superavitária em R$ 22,7 bilhões e a Variação de Estoque foi negativa em R$ 58,8 bilhões.

Em decorrência desta queda, o PIB per capita alcançou R$ 30.407 (em valores correntes) em 2016, após ter recuado (em termos reais) 4,4% em relação ao ano anterior. O PIB per capita é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

GRÁFICO I – PIB e PIB per capita

Taxa (%) de crescimento anual



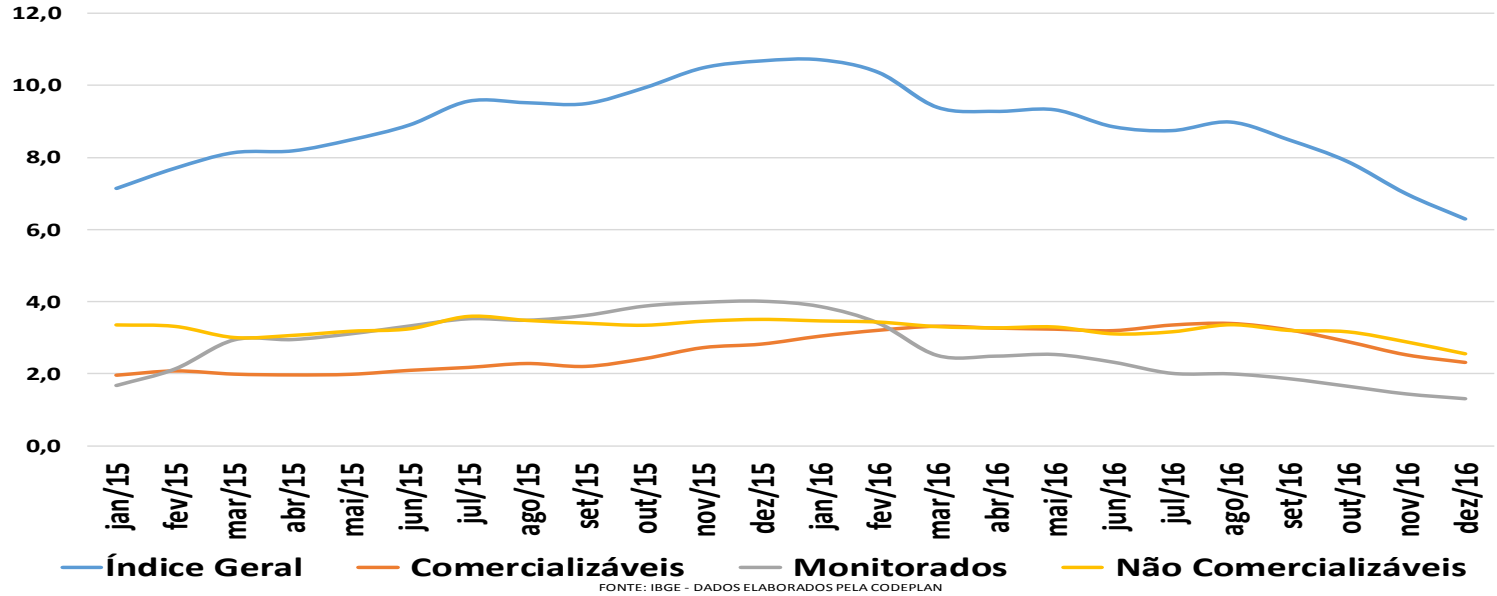
Fonte: IBGE

2.1.2. Inflação Brasileira

A inflação brasileira, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo, encerrou o ano de 2016 com variação acumulada em 6,29%, contra 10,67% do ano anterior. A vertiginosa desaceleração da inflação em 2016 foi favorecida especialmente pela queda nos preços do grupo Alimentação e Bebidas, e moderação dos preços no segmento do grupo de monitorados, possibilitando ao país fechar o ano com inflação acumulada abaixo do teto da meta estabelecida pelo governo - a menor dos últimos três anos.

A expectativa do Banco Central é de que a inflação continue a desacelerar nos próximos meses e feche o ano de 2017, com variação próxima ao centro da meta, portanto, abaixo do índice registrado em 2016.

BRASIL - EVOLUÇÃO DO IPCA, POR CATEGORIAS DE PREÇOS MONITORADOS, COMERCIALIZÁVEIS E NÃO COMERCIALIZÁVEIS - JAN/2015 A DEZ/2016



FONTE: IBGE - DADOS ELABORADOS PELA CODEPLAN

2.1.3. Mercado de Trabalho

Uma das consequências diretas do desaquecimento da economia brasileira em 2016, apresentada pela queda de 3,6% no produto interno bruto brasileiro, foi a expressiva perda de postos de trabalho no país, com significativo aumento dos índices de desemprego. O cenário negativo ditou o tom do comportamento do mercado de trabalho, que registrou piora sensível nos seus principais indicadores, notadamente, a redução do nível ocupacional, a elevação da taxa de desemprego e a queda nos níveis de rendimento médio no país.

Vale destacar que o aumento nos níveis de desemprego em 2016 não se deve exclusivamente ao aumento na taxa de participação, mas principalmente a uma trajetória muito preocupante na geração de postos de trabalho, que arrefeceu sensivelmente.

Segundo relatório da PNAD Contínua, publicado pelo IBGE, no 4º trimestre de 2016, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 12,0%. Esta estimativa se manteve praticamente estável em relação ao 3º trimestre de 2016 (11,8%), mas apresentou elevação de 3,1 pontos percentuais frente ao 4º trimestre de 2015 (9,0%), elevação também observada no confronto anual desse indicador em todas as Grandes Regiões: Norte (de 8,6% para 12,7%), Nordeste (de 10,5% para 14,4%), Sudeste (de 9,6% para 12,3%), Sul (de 5,7% para 7,7%) e Centro-Oeste (de 7,45% para 10,9%). A Região Nordeste permaneceu com registro de maior taxa de desocupação dentre todas as regiões.

A taxa de desocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade, 25,9%, continuou a apresentar patamar superior ao estimado para a taxa média total. Este comportamento foi verificado tanto para o Brasil, quanto para cada uma das cinco Grandes Regiões, onde a taxa oscilou entre 16,5% no Sul e 30,3% no Nordeste. Já nos grupos de pessoas de 25 a 39 e de 40 a 59 anos de idade, este indicador foi de 11,2% e 6,9%, respectivamente.

O indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar (nível da ocupação) foi estimado em 54,0% no 4º trimestre de 2016 no Brasil, ficou estável na comparação com o trimestre anterior (54,0%) e registrou redução de 1,9 ponto percentual frente ao 4º trimestre de 2015 (55,9%). Quando se compara o nível da ocupação frente ao 3º trimestre de 2016, apenas na Região Sul foi observada variação significativa nesse indicador (queda de 0,5 ponto percentual). No confronto com o 4º trimestre de 2015, todas as Grandes Regiões assinalaram declínios, tendo o maior ocorrido na Região Norte (3,2 pontos percentuais) e o menor na Região Sudeste (0,9 ponto percentual).

A população ocupada, no 4º trimestre de 2016, estimada em 90,3 milhões de pessoas, era composta por 68,6% de empregados (incluindo empregados domésticos), 4,6% de empregadores, 24,5% de pessoas que trabalharam por conta própria e 2,3% de trabalhadores familiares auxiliares. Ao longo da série histórica da pesquisa

essa composição não se alterou significativamente. Nas Regiões Norte (31,7%) e Nordeste (30,2%), o percentual de trabalhadores por conta própria era superior ao verificado nas demais regiões.

No 4º trimestre de 2016, 76,4% dos empregados do setor privado tinham carteira de trabalho assinada. As Regiões Nordeste (61,2%) e Norte (60,8%) apresentaram as menores estimativas desse indicador. Entre os trabalhadores domésticos, a pesquisa mostrou que 31,9% deles tinham carteira de trabalho assinada. No mesmo trimestre de 2015, essa proporção havia sido de 33,3%.

Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Metropolitana, divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), também registram que a taxa de desemprego total em dezembro de 2016, comparativamente a dezembro de 2015, elevou-se em todas as regiões do Sistema PED. No Distrito Federal aumentou de 14,5% para 18,6%; em Fortaleza, de 9,5% para 13,4%; em Porto Alegre, de 9,6% para 10,7%; em Salvador, de 19,9% para 25,2%; e em São Paulo, de 13,9% para 16,2%.

O nível de ocupação nesse período cresceu apenas no Distrito Federal (2,4%). Nas demais regiões pesquisadas verificou-se decréscimo: Salvador (-5,2%), São Paulo (-3,3%), Porto Alegre (-1,9%) e Fortaleza (-1,5%).

Sob a ótica setorial, o declínio no nível de ocupação resultou dos movimentos observados nos principais setores de atividade econômica analisados:

- A Indústria de Transformação registrou aumento apenas no Distrito Federal (20,5% ou mais 8 mil postos) e eliminou postos de trabalho em São Paulo (11,2% ou -171 mil), Salvador (-8,0% ou -9 mil), Porto Alegre (-3,2% ou -9 mil) e Fortaleza (-1,5% ou -4 mil).

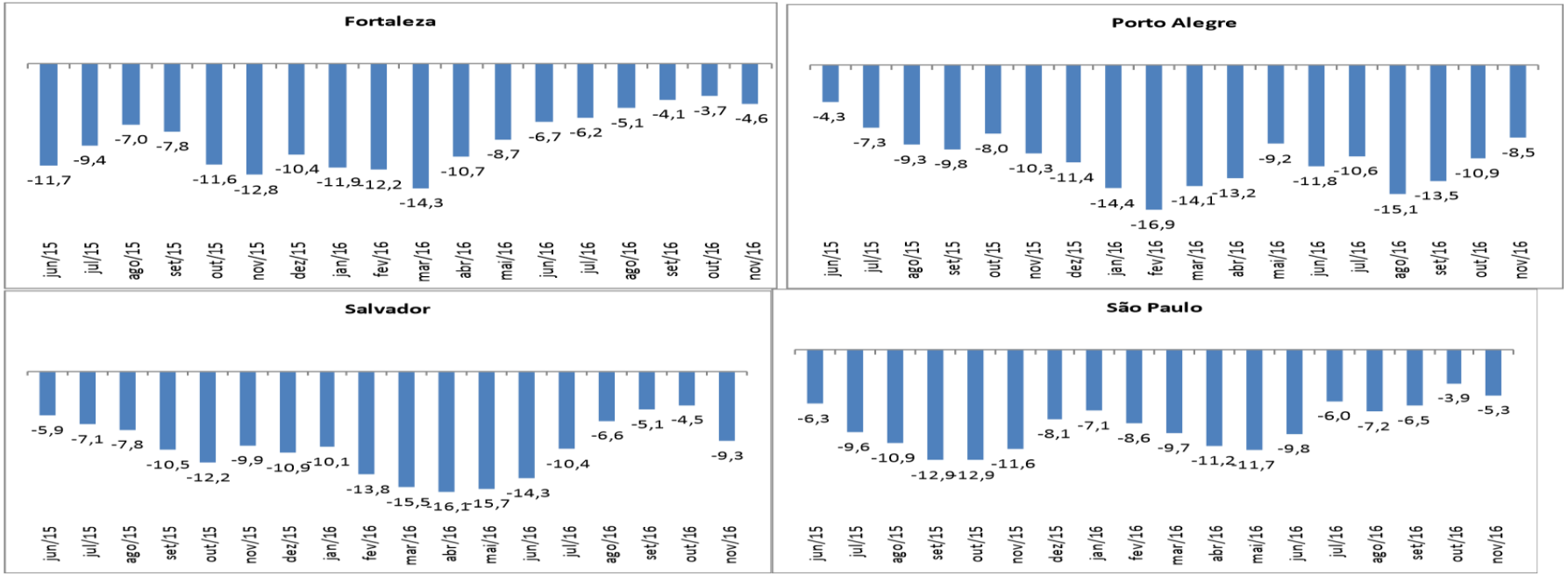
- Também na Construção Civil foi registrado aumento da ocupação apenas no Distrito Federal (6,3% ou geração de 4 mil postos). Nas demais áreas metropolitanas pesquisadas reduziu-se o número de postos de trabalho: São Paulo (-10,0% ou menos 69 mil postos), Fortaleza (-8,7% ou -12 mil), Salvador (-8,7% ou -11 mil) e Porto Alegre (-3,0% ou -4 mil).

- Já no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, o nível ocupacional cresceu em Porto Alegre (5,2% ou mais 16 mil ocupados), no Distrito Federal (1,3% ou 3 mil) e pequeno acréscimo em Fortaleza (0,5% ou 2 mil ocupados) e diminuiu em São Paulo (-2,2% ou -38 mil ocupações) e, em menor proporção, Salvador (-0,7% ou -2 mil).

• Da mesma forma, no setor de Serviços verificou geração de postos de trabalho apenas no Distrito Federal (1,0% ou mais 9 mil postos) e redução no nível ocupacional nas demais regiões pesquisadas: Salvador (-6,0% ou menos 58 mil ocupados), Porto Alegre (-2,9% ou -29 mil), Fortaleza (-1,1% ou -9 mil) e São Paulo (-0,6% ou -34 mil).

No tocante aos níveis de rendimento, a PED mostra que entre novembro de 2015 e novembro de 2016, o rendimento médio real dos ocupados decresceu em todas as regiões pesquisadas: Distrito Federal (-12,0%), Porto Alegre (7,7%), Salvador (-6,4%), São Paulo (-2,0%) e Fortaleza (-1,8%). O salário médio apresentou aumento em Fortaleza (1,3%) e reduziu-se em Salvador (-7,1%), no Distrito Federal (-4,4%), Porto Alegre (-3,5%) e São Paulo (-1,3%). A massa de rendimento dos ocupados diminuiu em todas as regiões devido aos decréscimos do rendimento médio real e do nível de ocupação, conforme pode ser observado nas tabelas a seguir:.

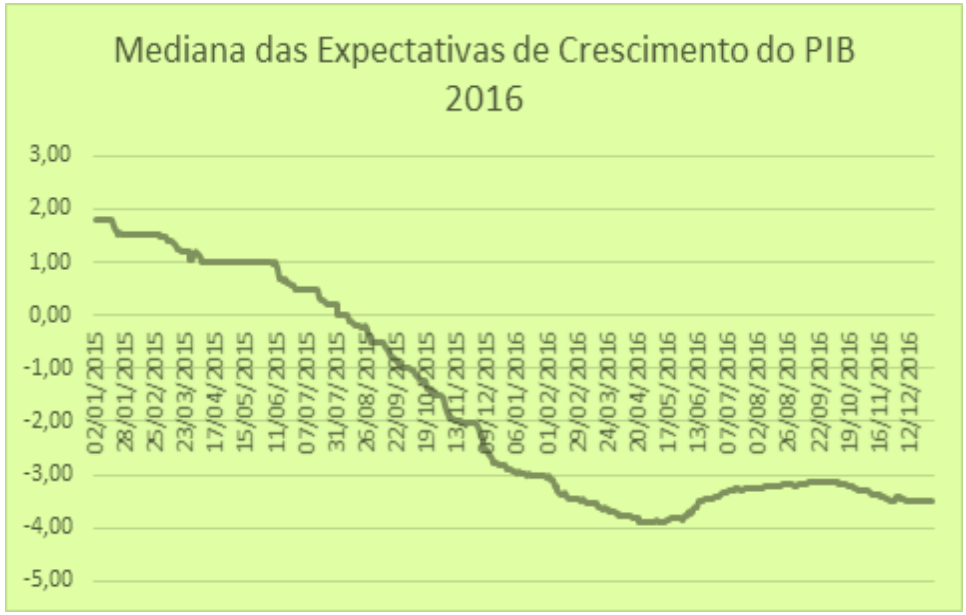
Comportamento do rendimento médio – Capitais Brasileiras

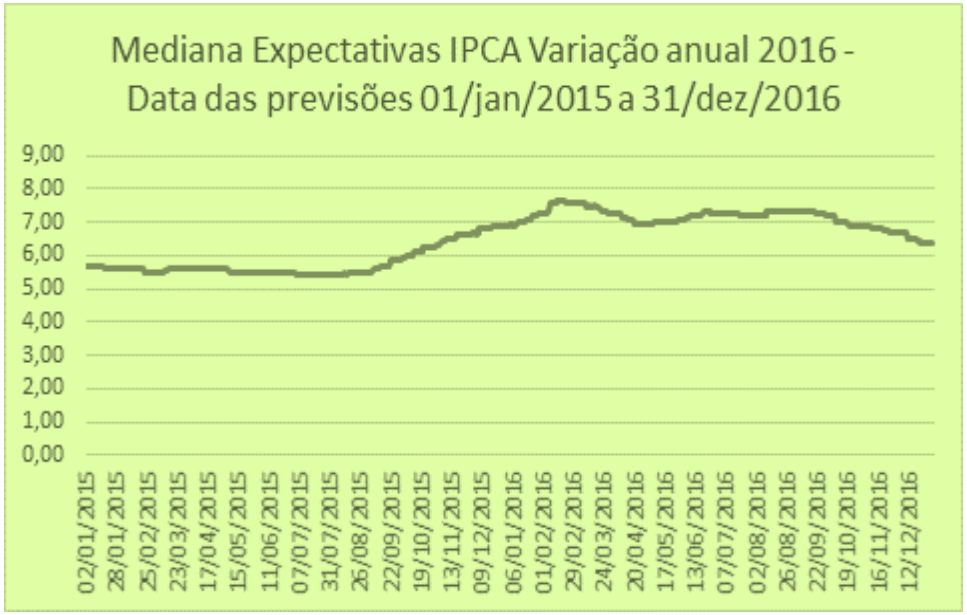


2.1.4. Evolução das Expectativas de Crescimento do PIB e da Inflação

Os gráficos abaixo ilustram a evolução das expectativas das pesquisas quanto ao PIB e à inflação no país, permitindo observar claramente a mudança de tendência econômica negativa, conquanto ainda se encontrem próximo ao patamar da inflexão, sustentando as afirmações de a retomada do crescimento econômico no Brasil, seja sob a ótica da produção, seja pela ótica do emprego, ou mesmo da renda, será gradual.

É surpreendente observar que saímos de uma expectativa de quase 2% de crescimento do PIB em 2015, para quase -4% em 2016; e expectativa de inflação abaixo de 6% em 2015 para mais de 7% em 2016.

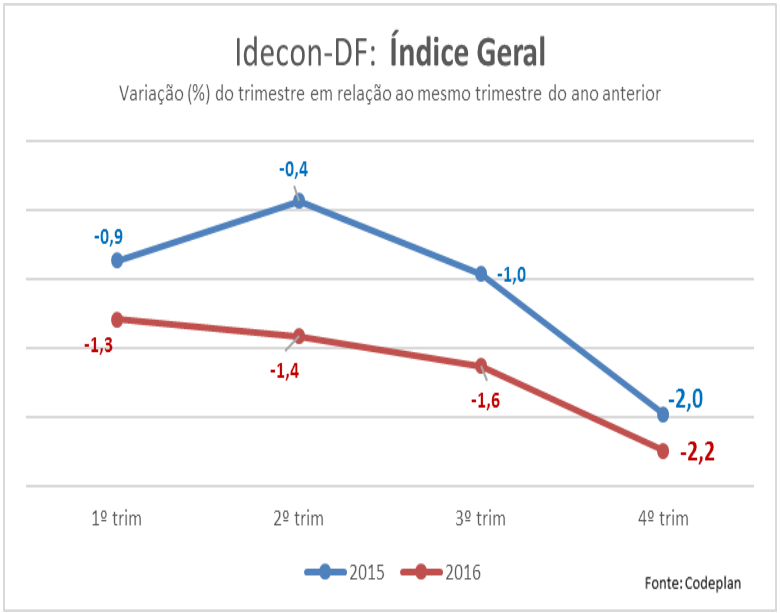


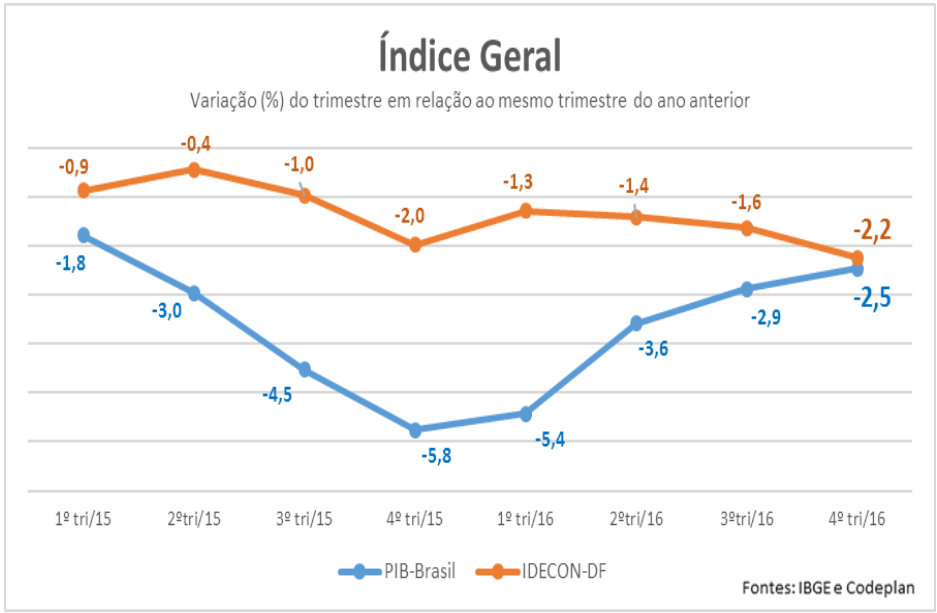


2.2. Indicadores de conjuntura no Distrito Federal

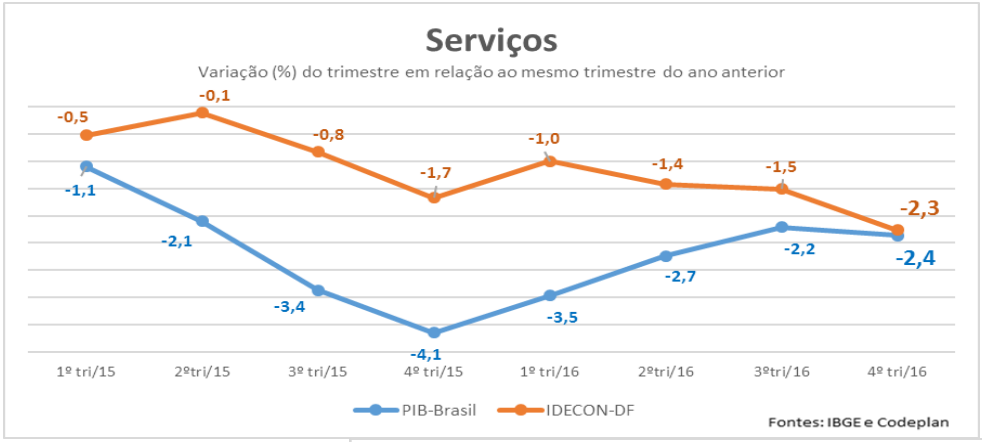
2.2.1. Atividade Econômica

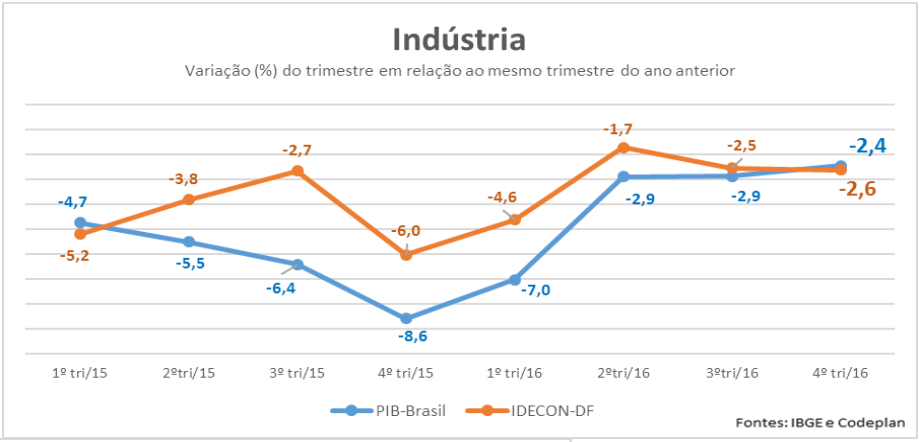
A atividade econômica no quarto trimestre de 2016 no Distrito Federal, medida pelo Idecon-DF, retraiu 2,2% em comparação a igual trimestre de 2015. Foi a oitava taxa negativa consecutiva registrada na série histórica do indicador, desde seu início em 2012. Contribuíram para esse resultado as variações negativas verificadas nos setores Industrial, -2,6%, e de Serviços, -2,3%, contrapondo-se à Agropecuária que cresceu 9,0%. No mesmo trimestre, a economia nacional, calculada pelo IBGE, assinalou contração de 2,5% para o PIB trimestral. A Agropecuária retraiu 5,0% e a Indústria e os Serviços caíram 2,4% cada.

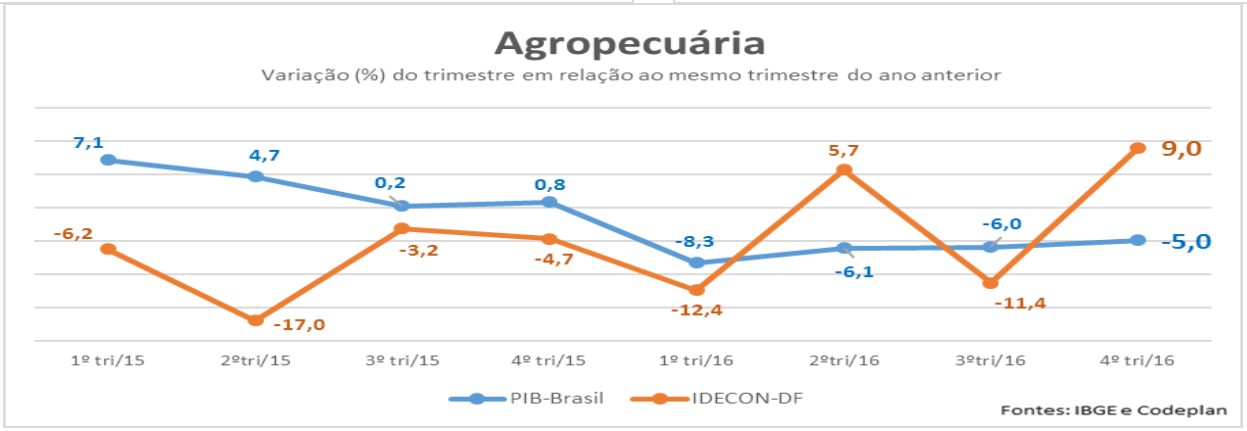




No ano de 2016, a economia do Distrito Federal acumulou queda de 1,6% em relação a 2015. O setor de Serviços caiu 1,6%, A Indústria 2,9% e a Agropecuária 2,8%. O IBGE computou contração anual de 3,6% para o Brasil, com decréscimos de 6,6% na Agropecuária, 3,8% na Indústria e 2,7% nos Serviços.







Os dados mostram que, em 2016, o desempenho do setor produtivo do DF mostrou-se menos recessivo que o nacional, mas a economia encontrava-se sob os efeitos desfavoráveis do desemprego e da redução da renda do trabalhador. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF (PED/DF), a taxa de desemprego total aumentou de 13,6%, em 2015, para 17,8%, no ano seguinte. Entre 2015 e 2016, o rendimento médio real reduziu 5,1% entre os ocupados e 3,2% entre os assalariados, e a massa real de rendimentos encolheu 6,6% entre os ocupados e 6,1% entre os assalariados.

Pontos positivos para economia, em 2016, foram as reduções da taxa básica de juros e da inflação. A taxa básica de juros encerrou o ano em 13,75%, 0,5 ponto percentual abaixo da vigente ao final de 2015: 14,25%. A inflação anual no DF, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 5,62% ao longo do ano, inferior aos 9,67% registrados em 2015. O IPCA nacional caiu de 10,67%, em 2015, para 6,29%, em 2016. Com essas reduções, a tendência é que o crédito fique mais barato, incentivando a produção e o consumo futuros.

2.2.2. Inflação Distrital

A inflação oficial em Brasília, medida pelo IPCA/IBGE, acumulou variação de 5,62% em 2016, mostrando redução de 4.05 pontos percentuais em relação ao índice registrado em 2015, que foi de 9,67%. O grupo de maior pressão de alta foi Saúde e Cuidados Pessoais, que se destacou com variação acumulada de 10,55%, especialmente pelos reajustes ocorridos nos Planos de Saúde e Produtos Farmacêuticos. O segundo grupo com maior variação foi o de Despesas Pessoais, com índice de 9,12%. Esses foram os únicos dois grupos que indicaram inflação em 2016 superior à de 2015 em Brasília.

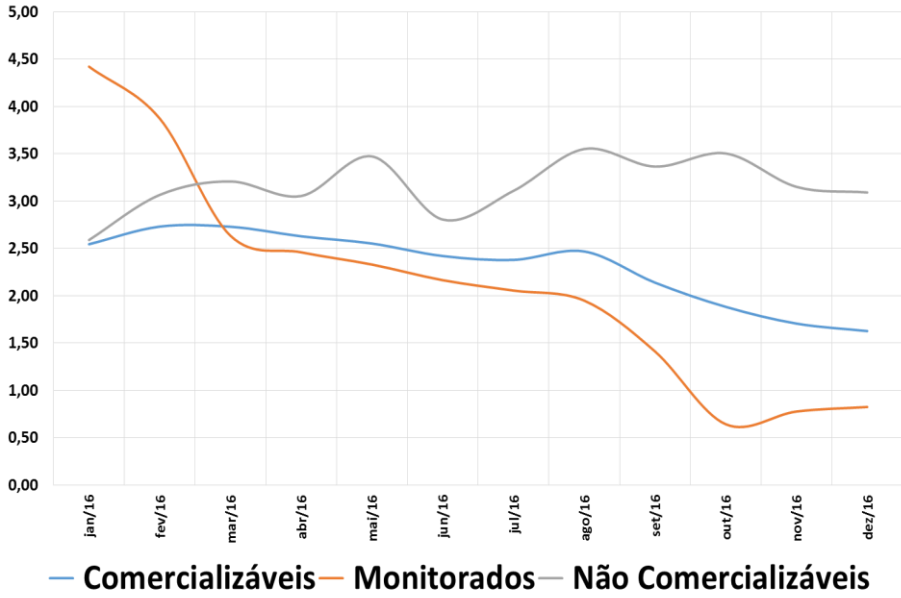
As condições negativas da economia brasileira, como aumento do desemprego e da renda e consequente e substancial redução do poder aquisitivo dos brasileiros e da demanda por bens e serviços, estancaram os aumentos de preços no comércio varejista. Os preços administrados também ficaram mais comportados ao longo de 2016.

INDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA/BRASÍLIA - VARIAÇÃO MENSAL E IMPACTO - SEGUNDO OS GRUPOS - DEZEMBRO/2016.

Grupo	Variação (%) acumulada no ano	
	2015	2016
Alimentação e Bebidas	12,04	7,27
Habitação	16,11	4,51
Artigos de Residência	1,73	2,33
Vestuário	6,24	2,67
Transportes	8,56	2,12
Saúde e Cuidados Pessoais	8,48	10,55
Despesas Pessoais	8,95	9,12
Educação	8,75	8,65
Comunicação	1,34	1,34
Índice Geral	**9,67**	**5,62**

Fonte: IBGE - Dados elaborados pela Codeplan

Gráfico - IPCA-Brasília: Acumulado em 12 meses, Categorias



Fonte: BACEN/IBGE. Elaboração: DIEPS-Gecon/CODEPLAN

Outro indicador da inflação em Brasília refere-se ao INPC/Brasília, também calculado pelo IBGE, mas que se reporta à estrutura de gastos de famílias com rendimento de 1 a 5 salários mínimos. Em 2016 acumulou variação de 5,16%, ficando abaixo da inflação registrada em 2015, de 11,47% e um pouco abaixo da variação acumulada pelo IPCA/Brasília.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC/BRASÍLIA - VARIAÇÃO NO MÊS, NO ANO, EM DOZE MESES E IMPACTO - POR GRUPOS E SUBGRUPOS -

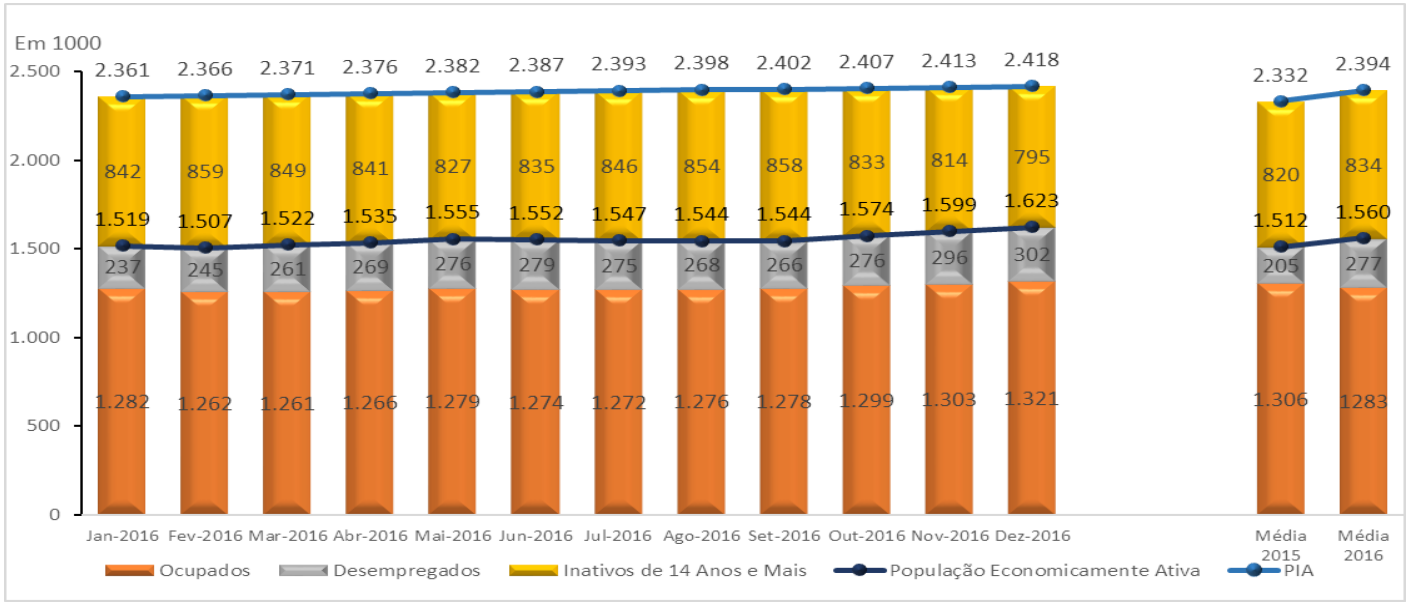
Especificação	Variação acumulada no ano (%)	
	2015	2016
Alimentação e bebidas	**13,18**	**7,58**
Alimentação no domicílio	14,68	8,46
Alimentação fora do domicílio	10,11	5,71
Habitação	**15,22**	**4,44**
Encargos e manutenção	6,84	6,90
Combustíveis e energia	47,82	-2,46
Artigos de residência	**1,05**	**2,62**
Móveis e utensílios	3,17	0,79
Aparelhos eletroeletrônicos	-1,52	3,05
Consertos e manutenção	5,19	18,62
Vestuário	**5,99**	**3,23**
Roupas	5,40	2,57
Calçados e acessórios	4,69	3,71
Jóias e bijuterias	18,62	9,02
Tecidos e armarinho	6,24	6,50
Transportes	**15,47**	**1,78**
Transportes	15,47	1,78
Saúde e cuidados pessoais	**7,59**	**8,48**
Produtos farmacêuticos e óticos	6,65	12,62
Serviços de saúde	12,02	9,50
Cuidados pessoais	6,59	5,42
Despesas pessoais	**10,46**	**8,64**
Serviços pessoais	7,96	8,07
Recreação, fumo e filmes	13,20	9,24
Educação	**9,53**	**7,58**
Cursos, leitura e papelaria	9,53	7,58
Comunicação	**0,90**	**1,08**
Índice Geral	**11,47**	**5,16**

Fonte: IBGE - Elaboração CODEPLAN/Gecon

2.2.3. Mercado de Trabalho

A conjuntura do mercado de trabalho no Distrito Federal, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF, mostra que o Distrito Federal eliminou postos de trabalho em 2016 e aumentou não só o desemprego, como também o contingente de inativos, relativamente ao ano anterior. A População Economicamente Ativa, que em 2015 atingiu a média de 1,51 milhão de pessoas, passou para 1,56 milhão em 2016, aumento fomentado pelo crescimento do contingente de desempregados.

GRÁFICO - Estimativas mensais e anuais da População Economicamente Ativa (PEA), dos ocupados, dos desempregados e inativos - Distrito Federal - 2015 e 2016.

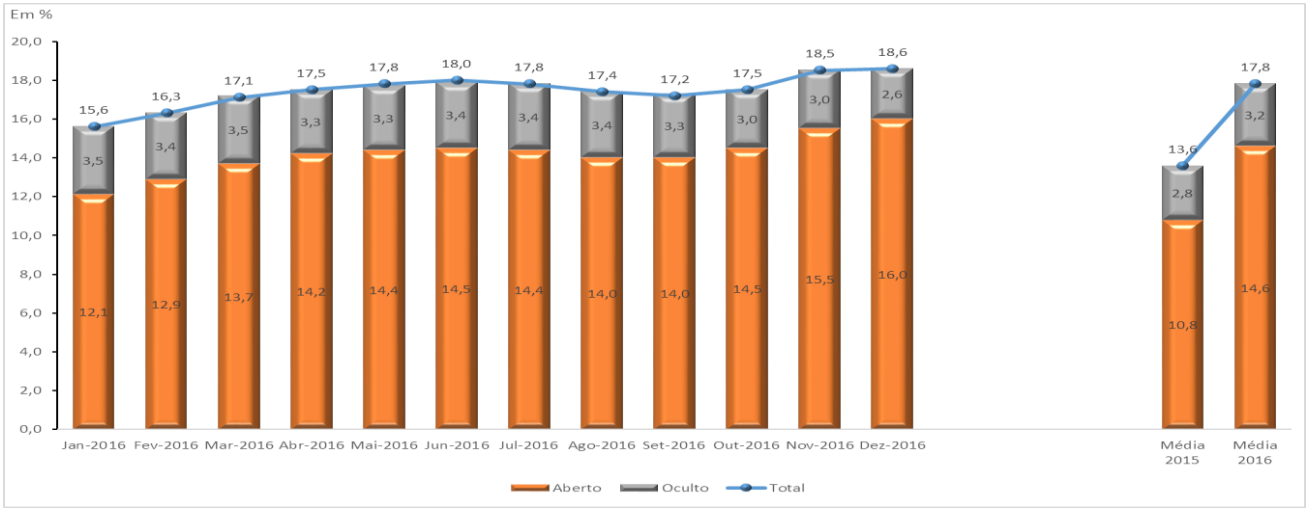


Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTb-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN

O ano de 2016 foi caracterizado por aumentos sistemáticos na taxa de desemprego no Distrito Federal, saltando de 15,6% em janeiro para 18,6% em dezembro, reflexo, entre outros fatores, da crise econômica nacional. Destaca-se nesse período o crescimento da taxa de desemprego aberto em detrimento da taxa de desemprego oculto durante o ano de 2016.

Nesse contexto, a taxa média de desemprego total em 2015, de 13,6% saltou para 17,8% em 2016; a taxa de desemprego aberto subiu de 10,8% para 16,6% e a de desemprego oculto, de 2,8% para 3,3%, respectivamente, conforme demonstra o quadro abaixo:

Taxa mensal e anual de desemprego total e por tipo - Distrito Federal - 2015 e 2016.



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTb-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN

Procedendo-se a uma análise segundo o perfil do desemprego no Distrito Federal em 2016, relativamente ao ano de 2015, observa-se diferenciações no desempenho dos grupos de atributos pessoais. Verifica-se, por exemplo, que o desemprego entre as mulheres continua maior entre os homens; maior para os jovens e muito maior entre os negros.

A tabela abaixo regista o quantitativo de desemprego por sexo, faixa etária e raça/cor. A taxa de desemprego para as mulheres foi 27,5% superior à masculina em 2015. Em 2016, essa diferença foi de 24,6%. Nesse período, destaca-se o crescimento da taxa de desemprego entre os jovens, que em 2015 foi de 30,4% para jovens com idades entre 16 e 24 anos. Em 2016 a taxa registrada foi de 39,3% para esse mesmo segmento. A distribuição dos desempregados por raça/cor, por sua vez, mostra que mais de 74% do contingente de desempregados é composto por negros, para os dois anos.

Taxa de desemprego e distribuição dos desempregados por atributos pessoais – Distrito Federal – 2015 e 2016.

Atributo Pessoal		Taxa de desemprego (%)		Proporção no Contingente de	
		Média Anual			
		2016	2015	2016	2015
Sexo	Homens	15,8	12,0	45,6	45,4
	Mulheres	19,7	15,3	54,4	54,6
Idade	16 a 24 anos	39,3	30,4	41,5	41,1
	25 a 39 anos	15,2	11,9	34,2	35,5
	40 a 49 anos	10,1	6,8	12,2	10,6
Raça/Cor	Negro	18,6	14,2	74,8	74,2
	Não-negro	15,7	12,1	25,2	25,8

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTb-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN

A análise dos dados do nível ocupacional no Distrito Federal, segundo o desempenho dos setores de atividade econômica, mostra, por sua vez, que a Construção Civil, em termos relativos, foi o segmento mais afetado pela crise econômica em 2016, ao registrar queda de 8,8% na ocupação. Em seguida aparece a Administração Pública, com queda de 7,4%, seguida do Comércio e Reparação de Veículos, com variação negativa de 4,7%.

Em termos absolutos, dada a baixa diversificação da atividade produtiva no Distrito Federal, concentrada essencialmente no setor serviços, seguido do comércio, a redução no contingente de ocupados nesses dois setores alcançou 16 mil e 11 mil, respectivamente, conforme demonstra a tabela abaixo:

Estimativa de ocupados segundo o setor de atividade – Distrito Federal
2015 e 2016

Setor de atividade	Estimativa (Em mil)		Variação (%)
	2015	2016	2016/2015
Total	1.306	1.283	-1,8
Indústria de transformação	43	45	4,7
Construção	68	62	-8,8
Comércio e reparação de veículos	235	224	-4,7
Serviços	941	933	-0,9
Administração pública	217	201	-7,4
Demais subsetores de Serviços	724	732	1,1

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTb-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN

2.3. Gestão Fiscal do Distrito Federal

O Distrito Federal possui característica econômica bastante distinta dos outros entes da Federação. No Distrito Federal a representatividade do Setor de Serviços é proporcionalmente maior que os demais setores da economia em comparação a outros Estados e Municípios brasileiros, em função da expressiva participação da Administração Pública (Governo Federal e Governo do Distrito Federal) no Produto Interno Bruto do DF. Neste contexto fica evidente o papel de destaque que o Governo local exerce no desenvolvimento econômico da região.

Os gastos efetuados pelo Governo do Distrito Federal influenciam de forma expressiva o ciclo de geração de riquezas da região. As despesas do Governo com a compra de bens e serviços geram emprego e renda nas empresas. Por sua vez, o gasto com pessoal da máquina pública, além de promover a disponibilização de serviços à

população, também gera riqueza para as famílias. Como consequência a riqueza disponibilizada, em grande parte se transforma em consumo, que gera a arrecadação de receitas para o Estado, alimentando assim parte do ciclo da economia do Distrito Federal e do Entorno.

Obviamente o desempenho da economia nacional nos últimos 3 anos interferiu diretamente na Gestão Fiscal do Governo do Distrito Federal e, por consequência atingiu a economia local como um todo. Enquanto a curva da arrecadação e transferências recebidas passou a se comportar de forma decrescente, a pressão por novos investimentos e aumento na oferta de serviços públicos permaneceu elevada.

A redução no nível de investimentos, o congelamento de salários, a impossibilidade de novas contratações de pessoal por parte do Poder Executivo, as limitações na contratação de serviços diversos e a dificuldade na ampliação de serviços públicos à população são fatores que refletem o cenário desfavorável que o Governo do Distrito Federal vem enfrentando.

No exercício de 2016 a gestão fiscal do Distrito Federal se apresentou conforme pode se observar nos itens que se seguem:

2.3.1. Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal

2.3.1.1. Receitas

(R$ MILHÃO)

RECEITA ARRECADADA	2013	2014	2015	2016
TRIBUTÁRIAS	11.444	12.666	13.155	14.355
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.606	1.753	7.894	7.295
OUTRAS RECEITAS	4.185	4.497	4.850	4.643
TOTAL	**17.235**	**18.916**	**25.899**	**26.293**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Embora o valor total da arrecadação de 2016 se apresente maior do que o valor de 2015 no quadro anterior, ainda assim o aumento é inferior ao índice da inflação no mesmo período. Ou seja, descontada a inflação, a receita de 2016 é inferior à receita de 2015.

Já a diferença de valores ocorrida entre os exercícios de 2015 e 2014 se justifica pelas transferências do Fundo Constitucional do DF para as áreas de Saúde e Educação, que entre os exercícios de 2015 e 2016 foram empenhadas e pagas no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal.

Comparativo entre Previsão de Receita e Receita Realizada - 2016

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUAL	REALIZADA
TOTAL DAS RECEITAS	32.605.928.893	33.350.740.411	26.293.385.963

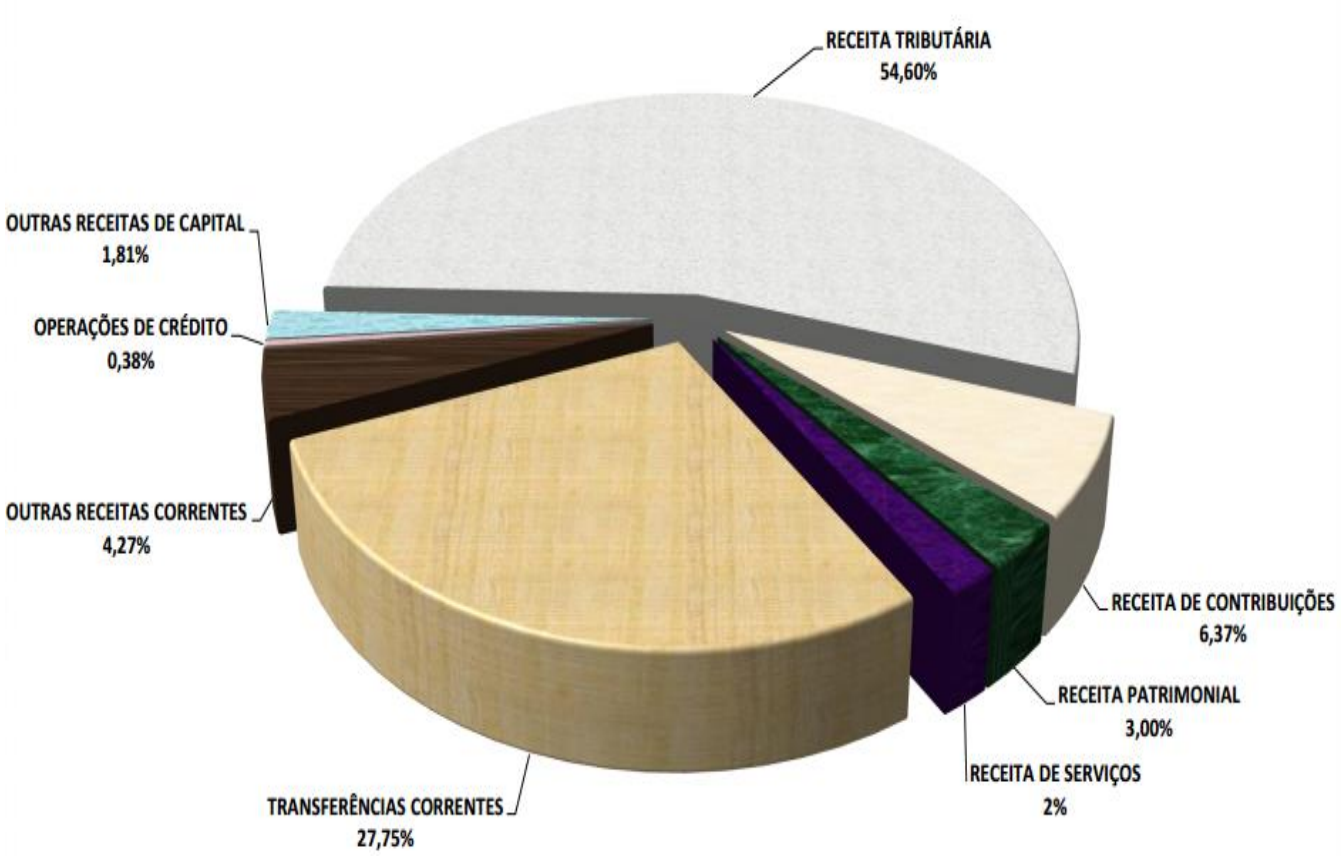
Outro fato que merece destaque é a diferença de valores ocorrida entre a receita efetivamente arrecadada e as previsões iniciais no orçamento do Distrito Federal. Essa situação obrigou o Governo a contingenciar grande parte de suas despesas correntes e postergar investimentos importantes para a cidade.

Receita Arrecadada - 2016

ITEM	VALOR (R$)
RECEITA TOTAL	**26.293.385.963**
RECEITA CORRENTE	**25.683.444.392**
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.355.150.950
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.674.440.527
RECEITA PATRIMONIAL	788.956.190
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.251
RECEITA INDUSTRIAL	2.109.106
RECEITA DE SERVIÇOS	479.656.525
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.295.350.818
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.088.757.859
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-987.834
RECEITAS DE CAPITAL	**577.075.266**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.106.148
ALIENAÇÕES DE BENS	14.732.492
AMORTIZAÇÕES	140.352.597
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	149.352.486
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	172.531.543
RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	**32.866.305**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Representação percentual da Receita Arrecadada em 2016



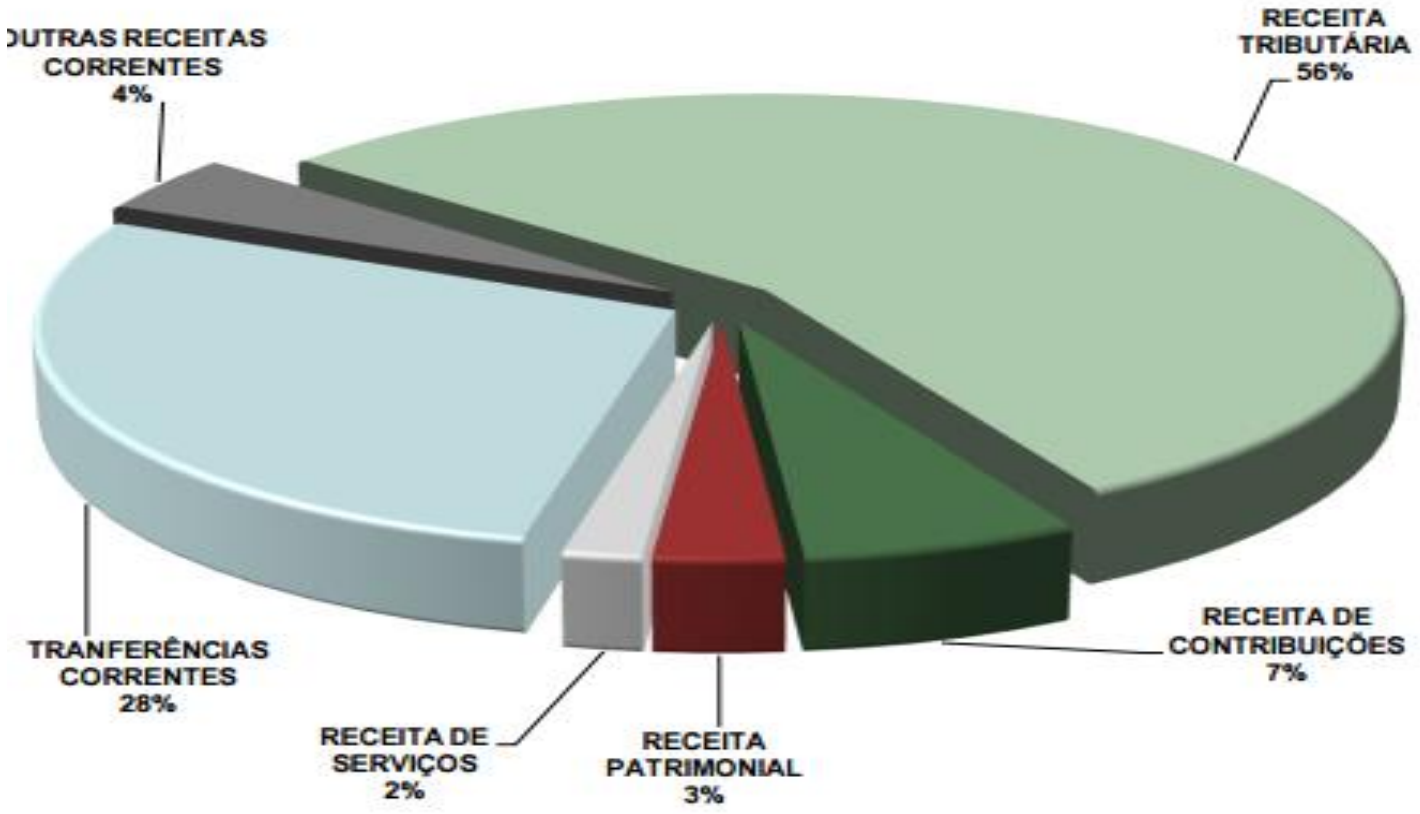
➢ Receitas Correntes

No cômputo das receitas correntes estão as receitas patrimoniais, industriais e diversas e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender as despesas correntes. São assim classificadas pelo art. 11, da Lei 4.320/64:

- Receita tributária
- Receita de contribuições
- Receita patrimonial
- Receita agropecuária
- Receita industrial
- Receita de serviços
- Transferências correntes
- Outras receitas correntes

As receitas Correntes efetivamente arrecadadas pelo Governo do Distrito Federal em 2016 totalizaram a quantia de R$ 25,683 bilhões e a representação percentual da participação de cada tipo de receita se apresenta conforme quadro a seguir:

Receitas Correntes



➢ **Receitas Tributárias**

Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais, todos prefixados em lei em caráter permanente ou não. As receitas tributárias têm como finalidade básica o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento.

Detalhamento da Receita Tributária – participação percentual

(%)

RECEITA TRIBUTÁRIA	2013	2014	2015	2016
IPTU	4,59	4,35	4,53	4,91
IR	18,92	20,62	21,76	19,91
IPVA	5,23	5,5	5,94	6,4
ITBIM	1,34	0,7	1,01	0,76
ITBIV	2,88	2,51	2,33	2,25
ICMS	52,32	51,64	49,27	51,38
ISS	10,82	10,86	11,1	10,47
SIMPLES	2,41	2,47	2,58	2,42
TAXAS	1,48	1,35	1,47	1,5

➢ ***Transferências Correntes***

Demonstrativo das Transferências da União – 2016

ITEM	VALOR (R$)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**7.216.569.244**
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	791.936.035
COTA-PARTE DO FPE	599.740.453
COTA-PARTE DO FPM	166.349.405
COTA-PARTE DO ITR	1.012.960
COTA-PARTE DO IPI	7.026.291
COTA-PARTE CONTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	17.806.926
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.285.851.120
CONTRIBUIÇÃO S/ REC. CONCURSOS PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS	6.643.299
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA EDUCAÇÃO	2.385.425.157
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA SAÚDE	2.892.782.664
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ESFORÇO EXPORTADOR	0
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.000.000
TRANSFERÊNCIA DE COMPENSAÇÃO PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	3.221.323
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA P/ UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	600.481
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.620.842
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA DE SAÚDE - SUS	729.579.210
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	12.938.868
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE	377.252.564
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	337.955.026
RECURSOS DO PNAE	39.297.538
RECURSOS DO PNATE	0
RECURSOS DO BRASIL ALFABETIZADO	0
RECURSOS DO PROGRAMA FAZENDO	0
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/1996	15.790.125
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**44.784.444**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	44.784.444
TOTAL	**7.261.353.689**

FONTE: RREO - 6º BIM/2016

As transferências correntes são compostas por várias receitas provenientes do Governo Federal, entre elas destaca-se o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF. Em 2016 o FCDF destinou R$ 12.017.318.201,00, sendo R$ 5.278.207.821,00 para as áreas de Educação e Saúde e R$ 6.739.110.380,00 para a área de Segurança Pública. Os valores referentes às áreas de Educação e Saúde ingressaram no Tesouro do Distrito Federal e foram registrados como Transferências Correntes. Já os recursos relativos à área de Segurança foram empenhados e pagos diretamente no âmbito do Sistema SIAFI do Governo Federal.

Uma análise da composição das receitas do Distrito Federal revela que o somatório das transferências efetuadas pela União é próximo à arrecadação tributária do Distrito Federal, o que demonstra grande dependência do Distrito Federal em relação às transferências do Governo Federal.

Demonstrativo Orçamentário-Financeiro do FCDF – 2003/2016

ANO	ORÇAMENTO AUTORIZADO FCDF	DOTAÇÃO/REPASSE		PARTICIPAÇÃO %	
		SEGURANÇA	EDUCAÇÃO E SAÚDE	SEGURANÇA	EDUCAÇÃO E SAÚDE
2003	3.356.182.872	1.700.764.243	1.655.418.629	51%	49%
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48%	52%
2005	4.449.234.051	2.143.179.975	2.306.054.076	48%	52%
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48%	52%
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49%	51%
2008	6.591.809.994	3.534.122.560	3.057.687.434	54%	46%
2009	7.603.528.305	3.931.107.687	3.672.420.618	52%	48%
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53%	47%
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53%	47%
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49%	51%
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48%	52%
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47%	53%
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51%	49%
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56%	44%
	110.467.617.646	**55.941.467.493**	**54.526.150.153**	**51%**	**49%**

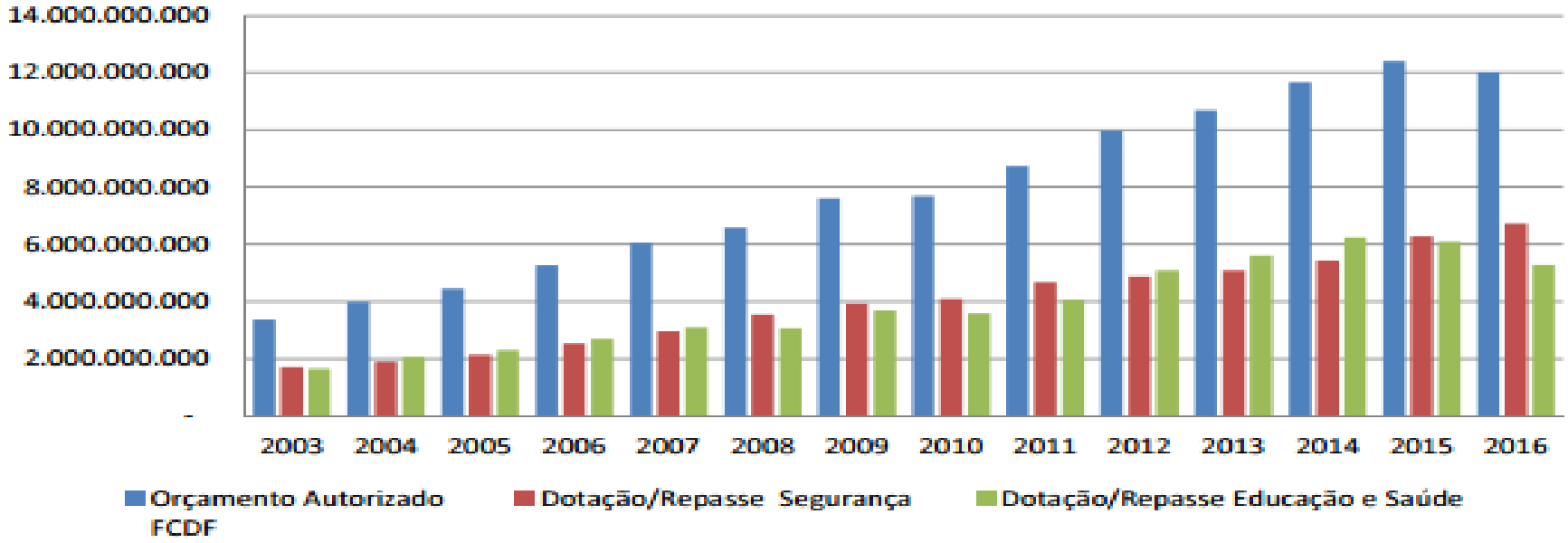
Fonte: Secretaria de Fazenda – Coordenação de Gestão do FCDF

Em relação ao histórico apresentado no quadro anterior, cabe destacar o crescimento da participação percentual das despesas da área de segurança em relação às demais áreas no ano de 2016.

As receitas do FCDF destinadas à área de segurança pública cresceram 7% em relação ao exercício de 2015. Por outro lado, as receitas para as áreas de educação e saúde reduziram em mais de 13% no mesmo período.

Os impactos da redução de repasses para a educação e saúde repercutiram no orçamento do Governo do Distrito Federal, pois parte das despesas que antes eram custeadas pelo FCDF acabaram sendo realizadas com recursos do Tesouro do GDF.

Gráfico – Histórico do Orçamento do FCDF



Detalhamento das Despesas do FCDF – 2016

(R$)

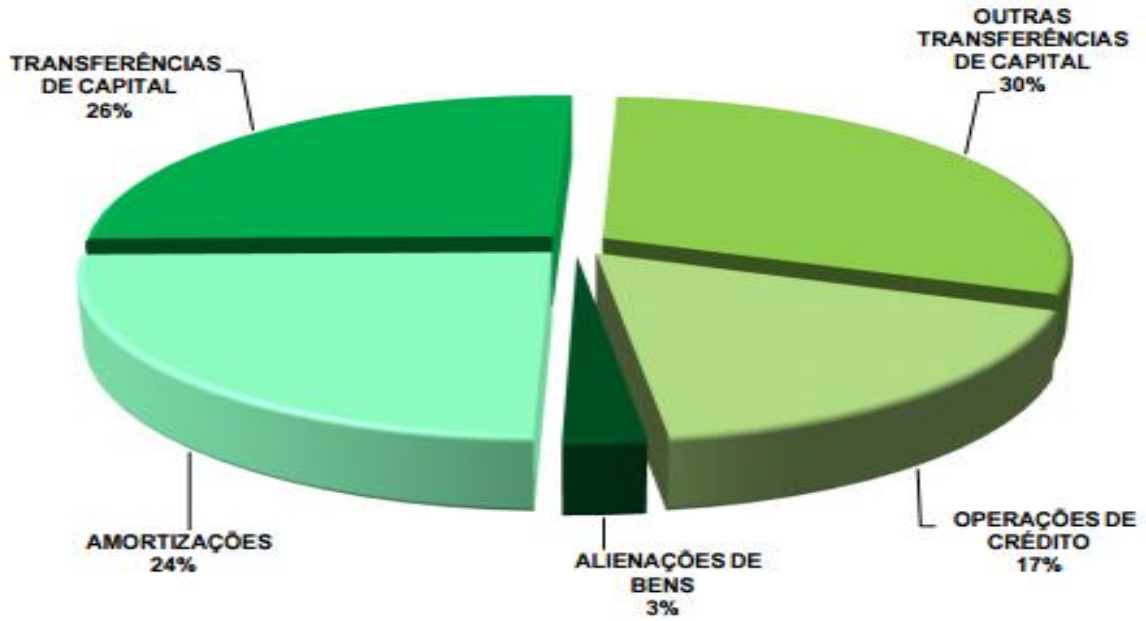
ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
SEGURANÇA	PESSOAL	5.924.962.657	5.579.305.062
	OUTROS BENEFÍCIOS	272.910.120	259.330.120
	CUSTEIO	783.906.349	854.016.378
	INVESTIMENTO	127.331.254	46.458.820
	SUBTOTAL	**7.109.110.380**	**6.739.110.380**
SAÚDE E EDUCAÇÃO	PESSOAL - EDUCAÇÃO	2.345.425.157	2.385.425.157
	PESSOAL - SAÚDE	2.562.782.664	2.892.782.664
	SUBTOTAL	**4.908.207.821**	**5.278.207.821**
	TOTAL FCDF	**12.017.318.201**	**12.017.318.201**

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2016

- **Receitas de Capital**

Categoria importante da classificação econômica da receita, constituída de recursos provenientes de: conversão de bens e direitos em espécie (numerário), recebimento de amortizações de empréstimos concedidos, contratação de empréstimos de longo prazo, transferências recebidas para a cobertura de despesas de capital, ou seja, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida.

Gráfico – Participação percentual da Receita de Capital – 2016



- ***Operações de Crédito***

Em 2016 o valor total obtido pelo Governo do Distrito Federal por meio de contratação de operação de crédito foi de R$ 100.106.148,46, sendo R$ 80.901.903,46 provenientes de operações junto a instituições nacionais e R$ 19.204.245,00 advindos de contratações com entidades internacionais. O somatório das operações de crédito em 2016 representou 0,5% da receita corrente líquida, a qual no exercício em comento foi de R$ 19.881.229.932,90.

Nos anos de 2014 e 2015 os valores obtidos por meio de operações de crédito foram de R$ 487.897.159,49 e R$ 580.745.228,44, respectivamente. Esses resultados demonstram que em 2016 o volume de recursos disponível para novos investimentos foi menor do que nos anos de 2014 e 2015.

TRIBUTO	2016	2017	2018	2019
ICMS	1.380.086.309	1.494.629.249	1.575.960.640	1.655.091.083
ISS	33.202.509	50.486.950	52.131.480	54.787.697
IPVA	190.710.889	205.740.646	216.779.224	227.824.616
IPTU	22.325.175	89.061.723	54.086.955	56.842.807
ITBI	6.889.779	7.682.773	8.094.976	8.507.433
ITCD	21.341.478	3.497.820	3.657.951	3.844.332
TLP	7.574.010	9.174.742	8.767.821	9.214.562
MULTAS E JUROS	148.224.508	106.276.906	71.179.435	38.223.523
TOTAL	**1.810.354.657**	**1.966.550.809**	**1.990.658.482**	**2.054.336.053**

Fonte: LDO 2016, Lei nº 5.514/15

O quadro anterior demonstra a quantidade de benefícios tributários concedidos aos contribuintes locais que, numa avaliação direta, reduz o ingresso efetivo dos principais impostos arrecadados pelo Governo do Distrito Federal.

Evidentemente que vários desses benefícios fiscais são capazes de promover o desenvolvimento da atividade econômica, contudo uma parte possui eficácia ainda não comprovada. Importante ressaltar que as renúncias de receita estão amparadas por lei e a sua redução ou extinção depende de aprovação de novas leis que as modifiquem. Atualmente o Governo do Distrito Federal está realizando estudos para verificar a possibilidade de redução das renúncias fiscais.

2.3.1.2. Despesas

As despesas empenhadas nos últimos quatro exercícios se realizaram conforme quadro a seguir:

(R$ MILHÃO)

DESPESA EMPENHADA	2013	2014	2015	2016
PESSOAL	9.583	10.960	19.672	17.911
CUSTEIO	5.768	5.754	6.806	7.319
INVESTIMENTO	2.181	1.643	674	685
DEMAIS DESPESAS	602	652	554	503
TOTAL	**18.134**	**19.009**	**27.706**	**26.418**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

O crescimento da despesa de pessoal de 2015 em relação a 2014 ocorreu em função dos seguintes fatores:

1) As Despesas de pessoal das áreas de Saúde e de Educação passaram a ser executadas no âmbito do Orçamento do Distrito Federal; e

2) No final do exercício de 2015 foi aprovada Lei de Crédito Extraordinário autorizando o Governo do Distrito Federal a empenhar o valor referente a uma folha de pessoal a mais. Tal procedimento teve como intuito registrar as despesas de acordo com a sua competência anual.

No exercício de 2016 a despesa de pessoal das áreas de Saúde e Educação continuou sendo executada no orçamento do GDF, contudo em 2017, por força de Decisão do TCU, tais despesas voltaram a ser empenhadas diretamente no âmbito do SIAFI – Governo Federal.

O aumento das despesas de Custeio ocorrido em 2015 se justifica em função do pagamento de valores expressivo de despesas de exercícios anteriores.

2.3.1.2.1 Despesas Correntes

- ***Despesa de Pessoal e Limites da LRF***

Quadro Demonstrativo do percentual de Gasto de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

ITEM	2013	2014	2015	2016
DESPESA DE PESSOAL	45,02%	46,93%	46,78%	46,82%

Fonte: Relatório da Gestão Fiscal

Quadro anterior demonstra o percentual da participação da despesa de pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida. Verifica-se que a partir de 2014 as despesas de pessoal se mantêm acima do limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante deste quadro o Poder Executivo ficou impedido de realizar novas contratações de pessoal, exceto para os casos de vacâncias nas áreas de saúde, segurança e educação decorrentes de aposentadoria ou morte do servidor público.

- **Outras Despesas Correntes**

O valor total empenhado no Grupo de Natureza de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes foi de R$ 7,319 bilhões em 2016. Este valor foi consumido em despesas classificadas nas seguintes funções:

FUNÇÃO	VALOR	PART. %
SAÚDE	1.960.850.449	26,79%
EDUCAÇÃO	1.275.536.509	17,43%
TRANSPORTE	990.313.398	13,53%
URBANISMO	827.753.400	11,31%
ADMINISTRAÇÃO	773.427.056	10,57%
SEGURANÇA	344.293.115	4,70%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	212.354.344	2,90%
LEGISLATIVO	169.751.063	2,32%
DIREITOS E CIDADANIA	127.077.596	1,74%
DEMAIS FUNÇÕES	637.155.884	8,71%
TOTAL	**7.318.512.814**	**100,00%**

2.3.1.2.2 Despesas de Capital

A despesa total empenhada no Grupo de Natureza de Despesa 4 - Investimentos, em todas as fontes de arrecadação, foi de R$ 684,7 milhões, com destaque para o gasto efetuado nas seguintes funções: 50,01% Urbanismo; 10,77% Transporte; 8,47% Direito e Cidadania e 5,86% Saúde.

Quanto às despesas do Grupo Inversões Financeiras, do total empenhado de (R$ 82.071.570,32), a maior parte, ou seja, 86,3% foi destinada ao aumento na participação acionária nas empresas públicas do Distrito Federal. Merece destaque também, que do total empenhado com inversões financeiras, R$ 9,82 milhões foram destinados a financiamentos a pequenos empreendedores econômicos.

2.3.2. Resultado Primário

O comportamento do Resultado Primário nos últimos 4 exercícios apresentou-se conforme quadro abaixo:

(R$ MILHÃO)

	2013	2014	2015	2016
RECEITA PRIMÁRIA	16.381	17.873	24.706	25.299
DESPESA PRIMÁRIA	17.571	18.387	27.231	25.985
RESULTADO PRIMÁRIO	**-1.190**	**-514**	**-2.525**	**-686**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

A receita primária corresponde a todas as receitas excluindo aquelas provenientes de operações de crédito e decorrentes de aplicações financeiras. Por outro lado a despesa primária é aquela em que o governo não considera os efeitos financeiros, decorrentes dos juros.

Os Resultados Primários apresentados acima indicam que as despesas da Administração Pública foram maiores que a arrecadação de cada período. Isso demonstra que, embora o Governo tenha implementado diversas ações no sentido de conter o gasto, a receita primária efetivamente ingressada nos cofres públicos não foi suficiente para fazer frente às despesas do período.

Cabe destacar que a meta de resultado primário apurada no final de 2016, de R$ 686 milhões negativos, foi inferior à meta pactuada na LDO-2016, de **R$ 1,92 bilhões negativos**. Este resultado indica que as previsões iniciais apontavam despesas maiores do que aquelas efetivamente realizadas até o final do exercício.

2.3.3. Resultado Nominal

DÍVIDA FISCAL	SALDO 2015	SALDO 2016	RESULTADO
DÍVIDA CONSOLIDADA	**7.562.967.884**	**7.281.735.427**	
DEDUÇÕES	1.047.918.875	1.338.795.548	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA	1.387.343.078	1.605.542.168	
DEMAIS HAVERES FINANCEIROS	609.768.427	719.542.776	
(-) RP PROCESSADOS (SALDO A PAGAR)	949.192.630	986.289.396	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	**6.515.049.009**	**5.942.939.878**	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES	**-**	**-**	
PASSIVOS RECONHECIDOS	**-**	**-**	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	**6.515.049.009**	**5.942.939.878**	**-572.109.131**
META FISCAL FIXADA NA LDO			**1.081.896.000**

Fonte: SIAC/SIGGO

O quadro acima demonstra que, embora a meta de endividamento do Estado estabelecida na LDO-2016 fosse da ordem de R$ 1,08 bilhão, o valor apurado de Resultado Nominal foi de R$ 572,1 milhões negativo, ou seja, ao contrário do previsto, o Governo do Distrito Federal reduziu o saldo da sua dívida em mais de R$ 500 milhões. A justificativa desse saldo se deve em grande parte pela captação de recursos de operação de crédito abaixo do esperado no exercício de 2016.

2.3.4. Dívida Pública

Em conformidade com os ditames da Lei 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Dívida Pública representa o montante das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.

A Dívida Consolidada do Distrito Federal é composta pela Dívida Contratual (interna e externa), precatórios emitidos a partir 05/05/2000 e parcelamentos de dívidas com tributos e contribuições sociais.

As garantias concedidas pelo DF aos referidos credores resumem-se em receitas que tratam os artigos 155 a 159 da Constituição Federal/1988, arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto exploradas pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB, ações ordinárias da Companhia Energética de Brasília - CEB, vinculação de receitas e de cessão de transferências de crédito e hipoteca de 2º grau dos imóveis da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada

	ATÉ 3º QUAD. 2015	ATÉ 3º QUAD. 2016
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC	**7.562.967.884**	**7.281.735.427**
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL	4.538.717.756	3.677.820.749
INTERNA	3.658.374.535	3.050.091.153
(-) CRÉDITOS A RECEBER REF. FCVS/CEF	145.890.885	179.065.193
EXTERNA	1.026.234.106	806.794.789
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05-05-2000 (INCLUSIVE)	3.024.250.128	3.603.914.677
OUTRAS DÍVIDAS	-	-
DEDUÇÕES	**1.047.918.875**	**1.338.795.548**
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	1.387.343.078	1.605.542.168
DEMAIS HAVERES FINANCEIROS	609.768.427	719.542.776
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (SALDO A PAGAR)	949.192.630	986.289.396
DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	**6.515.049.009**	**5.942.939.878**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**18.461.481.002**	**19.881.229.932**
RELAÇÃO DC/RCL	40,97%	36,63%
RELAÇÃO DCL/RCL	35,29%	29,89%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	200,00%	200,00%
LIMITE DE ALERTA (LRF)	180,00%	180,00%

Fonte: Relatório da Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre 2016

Conclusão

O cenário macroeconômico ora apresentado demonstra que a economia brasileira ficou submergida em uma intensa recessão em 2016, refletida na queda de 3,6% do Produto Interno Bruto – PIB nacional. Alguns sinais de melhora começaram a surgir a partir do terceiro trimestre daquele ano, contudo as expectativas ainda não são favoráveis para 2017. Da análise apresentada, depreende-se que a crise brasileira não é somente econômica, é sobretudo política, na medida em que é considerada como condicionante para uma possível recuperação. E tal situação econômica do País gera desequilíbrio na economia dos entres da Federação, principalmente do DF visto haver grande dependência das transferências do Governo Federal, em especial do Fundo Constitucional, pois o valor repassado ao DF toma por base a Receita Corrente Líquida da União. E ainda por abrigar grande quantidade se servidores públicos federais em seu território, quando se observa a arrecadação de impostos.

O Governo do Distrito Federal sentiu fortemente os efeitos da crise e a administração das finanças públicas no ano de 2016 que se tornou um grande desafio. A redução percentual do ingresso de receitas e a pressão pela oferta constante de novos serviços públicos se apresentaram como obstáculos na condução da máquina pública e que exigiu esforço do Governo no sentido de evitar o descontrole dos gastos.

O ano de 2016 foi marcado por dificuldades na economia nacional e local e, de forma geral, seus efeitos foram sentidos em praticamente todos os setores da sociedade. Os Índices de Desempenho Econômico do Distrito Federal - Idecon-DF apontam continuação da situação de crise no DF em 2017, entretanto o cenário previsto indica sinais de melhora da economia nacional a partir de 2018.

Nesse cenário, como não poderia ser diferente, os reflexos negativos da situação econômica acima referenciada, também atingiu a execução dos Programas de Governo, como se pode observar nos gráficos e desempenho dos indicadores dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos detalhados a seguir.

3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

3.1. Orientação Estratégica do Governo

A Orientação Estratégica do Governo está estruturada no Mapa Estratégico a seguir no qual estão definidos: a Visão para 2019, 03 Grandes Entregas, 05 Eixos/Diretrizes Estratégicas e 17 Objetivos Estratégicos

3.1.1. Mapa Estratégico do Governo Do Distrito Federal



3.2. Plano Plurianual PPA 2016-2019

A metodologia utilizada na elaboração da Estratégia do PPA preconizou, como ponto de partida, a construção de um “Mapa Estratégico" que orienta a definição do conjunto de indicadores que será utilizado na disseminação e no controle da execução da Estratégia do Governo, devidamente alinhada com o Plano Plurianual.

No Mapa Estratégico, três grandes entregas explicitam a Visão de Futuro do Governo “resgatar o orgulho de viver em Brasília”, quais sejam: I – aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade; II – conquistar a confiança da população no Estado; e III – tornar Brasília um modelo de cidade sustentável.

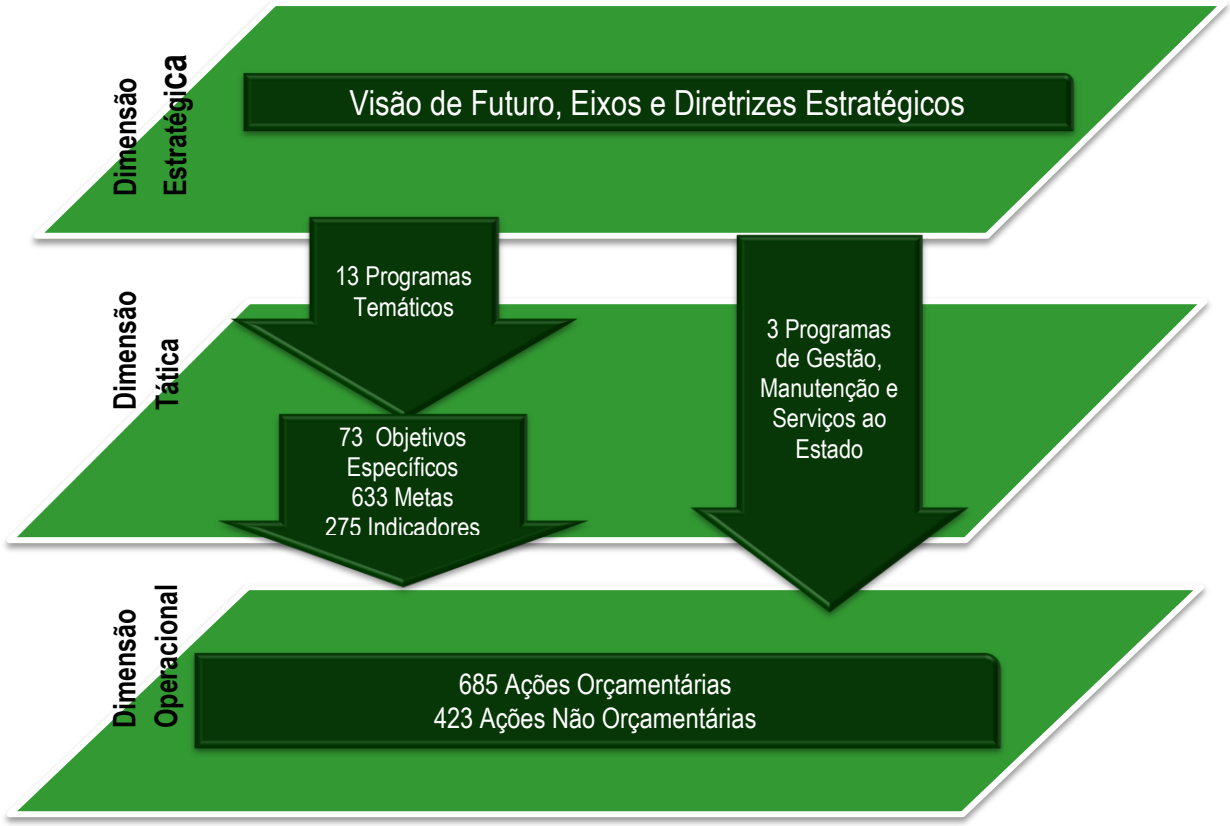
Nas cinco Diretrizes Estratégicas foram agrupados os Objetivos Estratégicos: I – Viver bem, direito de todos, que contempla os Objetivos Macros de Saúde, Segurança, Educação, Inclusão Social, Cidadania, Esporte, Lazer e Cultura; II – Economia mais competitiva, que aborda os objetivos de Economia, Ciência e Tecnologia e Turismo; III – Território Planejado e Estruturado, que se refere aos objetivos da Mobilidade, Infraestrutura, Meio Ambiente e Planejamento Territorial Urbano e Rural; IV – Todos por Brasília, que aglutina os objetivos relacionados com a participação social e dos servidores públicos; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados, que abrange os objetivos relativos à transparência e à gestão pública. (Fonte: Lei nº 5.602 de 30/12/2015 – Lei do PPA/Anexo II – Estruturação e Base Estratégica do PPA).

Os 17 objetivos estratégicos agrupados foram retratados em 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Os Programas Temáticos refletem as políticas públicas do governo e foram detalhados em 73 Objetivos Específicos, cada um contendo caracterização (texto abordando a situação da política pública no momento da elaboração do PPA e as expectativas de avanço até 2019), 633 Metas, 275 Indicadores, 423 Ações Não Orçamentárias e 685 Ações Orçamentárias. Os Programas Temáticos refletem as ações necessárias para a produção de bens e serviços a serem ofertados à sociedade.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (6001 – Desenvolvimento; 6002 – Social e 6003 – Gestão Pública) refletem a atividade administrativa que, por sua vez, dão suporte às realizações dos Programas Temáticos.

3.2.1. ESTRUTURA PPA 2016 – 2019 (Lei nº 5.602/15 e alterações)



3.2.2. Correlação entre a Dimensão Estratégica (Mapa Estratégico) e os Programas Temáticos do PPA

Na figura a seguir está representada a correlação entre a dimensão estratégica (mapa estratégico) e os programas temáticos do PPA.



3.2.3. Estatística do PPA 2016-2019

O quadro a seguir demonstra os dados consolidados do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019. A coluna "valores" representa o acumulado para os quatro anos.

PPA 2016-2019 EM NÚMEROS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	**44**	**366**	**163**	**414**	**15.595.336.764**	**200**
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	68	39	84	6.298.032.158	30
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	21	7	31	491.877.381	5
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	43	15	47	782.885.154	68
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	87	40	76	1.834.500.252	47
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	36	11	45	616.878.750	12
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	51	27	61	3.909.365.300	25
6228 - FAMÍLIAS FORTES	7	60	24	70	1.661.797.769	13
ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	**7**	**57**	**27**	**94**	**3.133.908.914**	**83**
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	57	27	94	3.133.908.914	83
TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	**14**	**145**	**45**	**241**	**17.689.011.562**	**99**
6208 -TERRITÓRIO DA GENTE	3	37	9	48	1.415.333.952	35
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	66	22	115	8.741.405.878	50
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	42	14	78	7.532.271.732	14
TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	**8**	**65**	**40**	**43**	**2.347.428.246**	**41**
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	62	32	40	2.340.751.660	33
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	**73**	**633**	**275**	**792**	**38.765.685.486**	**423**

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	25	9.071.103.287	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	23	68.714.434.439	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	33	12.682.912.072	-
TOTAL GERAL	**-**	**-**	**-**	**81**	**90.468.449.798**	**-**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-
TOTAL GERAL	**-**	**-**	**-**	**2**	**561.515.118**	**-**
TOTAL GERAL	**73**	**633**	**275**	**875**	**129.795.650.402**	**423**

Fonte: Lei nº 5.602/2015, alterada pelo Decreto nº: 37517, de 26/07/2016, e Lei nº: 5787, de 22/12/16

*** O PPA 2016-2019 totaliza 685 ações orçamentárias que se repetem nos programas.**

3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL PPA 2016

3.3.1. Diretrizes Estratégicas e Programas de Governo(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF)

Os recursos previstos no PPA para o exercício de 2016 totalizam o valor de R$ 30.881.886.218,00, no qual estão incluídos os recursos dos Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e Recursos do Fundo Constitucional do DF- FCDF.

As informações referentes à execução orçamentária e financeira comparadas aos recursos previstos no PPA buscam demonstrar diversos recortes que permitam visualizar o desempenho do Plano (por Diretrizes Estratégicas, por Programas, por esfera orçamentária entre outros).

Nesse primeiro conjunto de informações que referem-se às Diretrizes Estratégicas, cabe ressaltar que no Mapa Estratégico são apresentadas 05 Diretrizes: I – Viver bem, direito de todos; II – Economia mais competitiva; III – Território Planejado e Estruturado; IV – Todos por Brasília; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados. Para efeito de demonstração da execução orçamentária e financeira, as duas diretrizes estratégicas IV – Todos por Brasília; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados estão consolidadas em uma e a execução orçamentária e financeira representada pelos Programas Temáticos 6203 – Gestão para Resultados e 6204 – Atuação Legislativa.

Dimensões Estratégica, Tática e Operacional

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA	Liq/ PPA
Viver bem, direito de todos								
Ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção.	6202 - Brasília Saudável	1.446.539.859	1.444.929.859	1.597.156.029	1.263.828.933	981.249.320	87	68
Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.	6221 - Educa Mais Brasília	937.933.327	928.858.327	1.271.862.598	926.301.818	809.606.287	99	86
Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.	6217 – Segurança Pública com Cidadania	510.617.774	1.433.754.880	1.518.477.590	1.374.952.294	1.222.994.668	269	240
	6228 - Famílias Fortes	406.274.174	421.497.630	372.464.913	277.044.824	236.607.500	68	58
Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.	6211 - Direitos Humanos e Cidadania	174.298.657	165.345.275	238.746.192	200.840.809	187.493.991	115	108
Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.	6219 -Capital Cultural	151.315.007	170.090.007	126.810.068	67.430.844	62.600.579	45	41
Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.	6206 - Cidade do Esporte e Lazer	94.638.694	133.480.114	112.312.574	61.522.745	44.550.517	65	47
Viver bem, direito de todos - TOTAL		**3.721.617.492**	**4.697.956.092**	**5.237.829.964**	**4.171.922.267**	**3.545.102.862**	**112**	**95**
Economia mais competitiva								
Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda. Consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo. Tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação	6207 - Brasília Competitiva	755.672.318	768.255.223	613.298.107	137.403.428	148.436.791	18	20
Economia mais competitiva - TOTAL		**755.672.318**	**768.255.223**	**613.298.107**	**137.403.428**	**148.436.791**	**18**	**20**
Território planejado e estruturado								
Ampliar a mobilidade tornando o transporte coletivo e não motorizado mais atrativos.	6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	1.871.791.609	1.887.136.284	1.948.813.999	951.221.714	931.128.253	51	50
Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade. Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.	6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	2.528.285.950	2.622.249.550	3.206.507.123	965.620.327	1.139.643.086	38	45
Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.	6208 - Território da Gente	403.079.406	500.660.406	454.215.361	84.054.369	138.843.469	21	34
Território Planejado e Estruturado - TOTAL		**4.803.156.965**	**5.010.046.240**	**5.609.536.483**	**2.000.896.410**	**2.209.614.808**	**42**	**46**
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados								
Tornar o cidadão protagonista na formulação e controle de políticas públicas. Tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo. Assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo.	6203 - Gestão para resultados	508.895.631	414.714.553	220.634.007	166.326.652	146.721.303	33	29
Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.	6204 -Atuação Legislativa	1.778.000	2.778.000	748.000	310.383	307.417	17	17
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados - TOTAL		**510.673.631**	**417.492.553**	**221.382.007**	**166.637.035**	**147.028.720**	**33**	**29**
PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZ ESTRATÉGICA - TOTAL		**9.791.120.406**	**10.893.750.108**	**11.682.046.561**	**6.476.859.140**	**6.050.183.181**	**66**	**62**

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO							
6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - DESEVOLVIMENTO	1.953.149.272	2.193.103.298	2.086.598.719	1.852.390.369	1.870.705.316	95	96
6002 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - SOCIAL	16.092.824.121	14.973.837.294	14.615.070.446	14.226.934.332	13.994.722.889	88	87
6003 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - GESTÃO PÚBLICA	2.559.269.099	2.619.775.647	2.587.951.364	2.370.278.490	2.330.294.474	93	91
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TOTAL	**20.605.242.492**	**19.786.716.239**	**19.289.620.529**	**18.449.603.191**	**18.195.722.679**	**90**	**88**
9999 - Reserva de Contingencia	485.523.320	185.672.147	88.260.956	0	0	0	0
0001 - Programa para Operação Especial	0	8.018.984.329	9.048.703.246	7.123.370.085	7.090.593.811		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional - Segurança	**30.881.886.218**	**38.885.122.823**	**40.108.631.292**	**32.049.832.416**	**31.336.499.671**	**104**	**101**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**24.597.067.888**	**32.605.928.893**	**33.748.522.568**	**27.743.161.710**	**26.719.396.415**	**113**	**109**
Fundo Constitucional do Distrito Federal (Segurança Exceto Inativos)	**4.874.653.363**	**4.874.653.363**	**4.308.227.794**	**4.306.670.698**	**4.191.298.872**	**88**	**86**
Orçamento de Investimento das Estatais	**1.410.164.967**	**1.404.540.567**	**2.051.880.929**	-	**425.804.372**	**0**	**30**
TOTAL GERAL	**30.881.886.218**	**38.885.122.823**	**40.108.631.291**	**32.049.832.408**	**31.336.499.659**	**104**	**101**

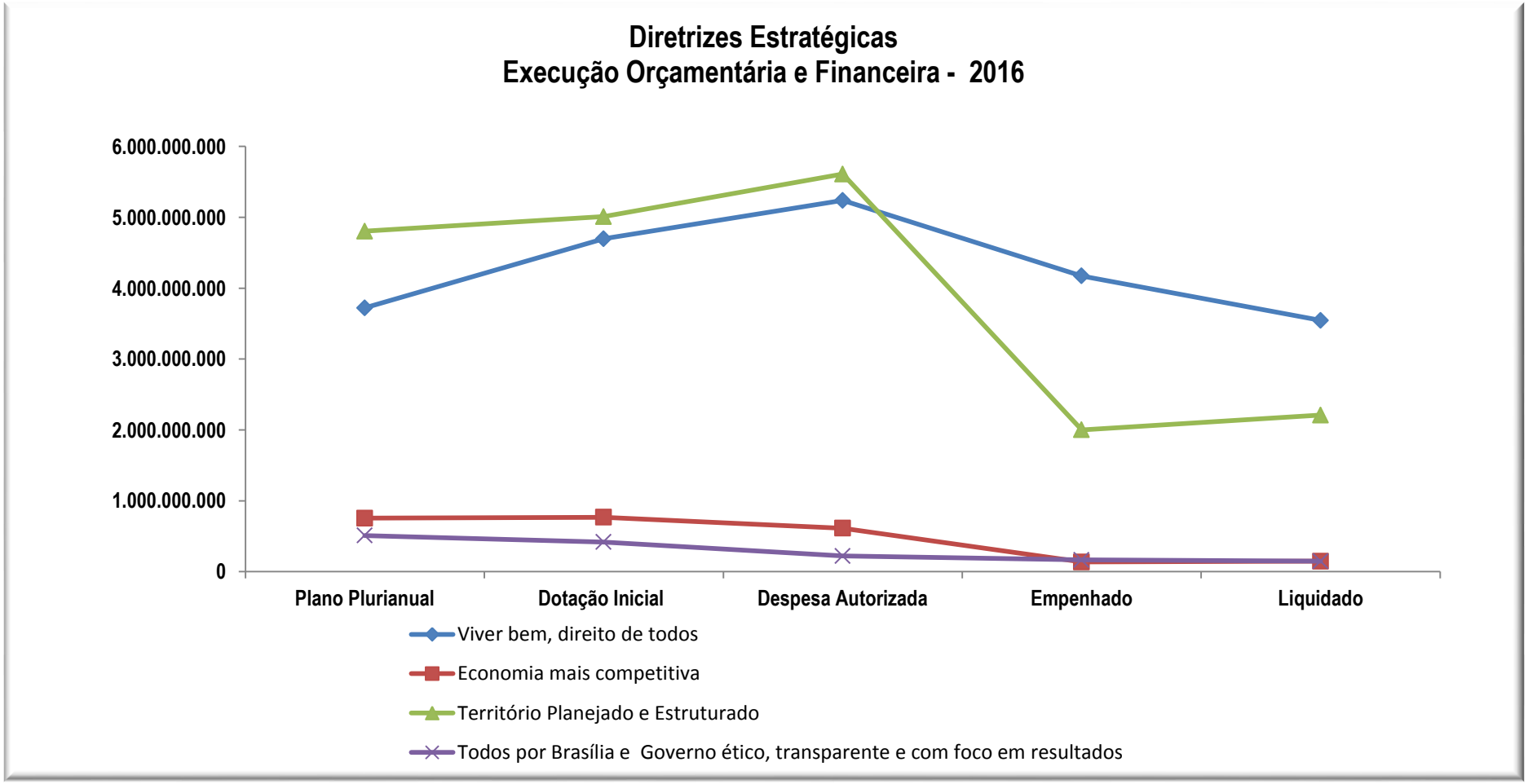
Obs: Os Recursos do Fundo Constitucional do DF das áreas de Saúde e Educação estão incluídos no total dos orçamentos fiscal e da seguridade social, uma vez que em 2016 foram executados diretamente no SIGGO.

3.3.2. Diretrizes Estratégicas (Programas Temáticos - OFSS, OI e FCDF

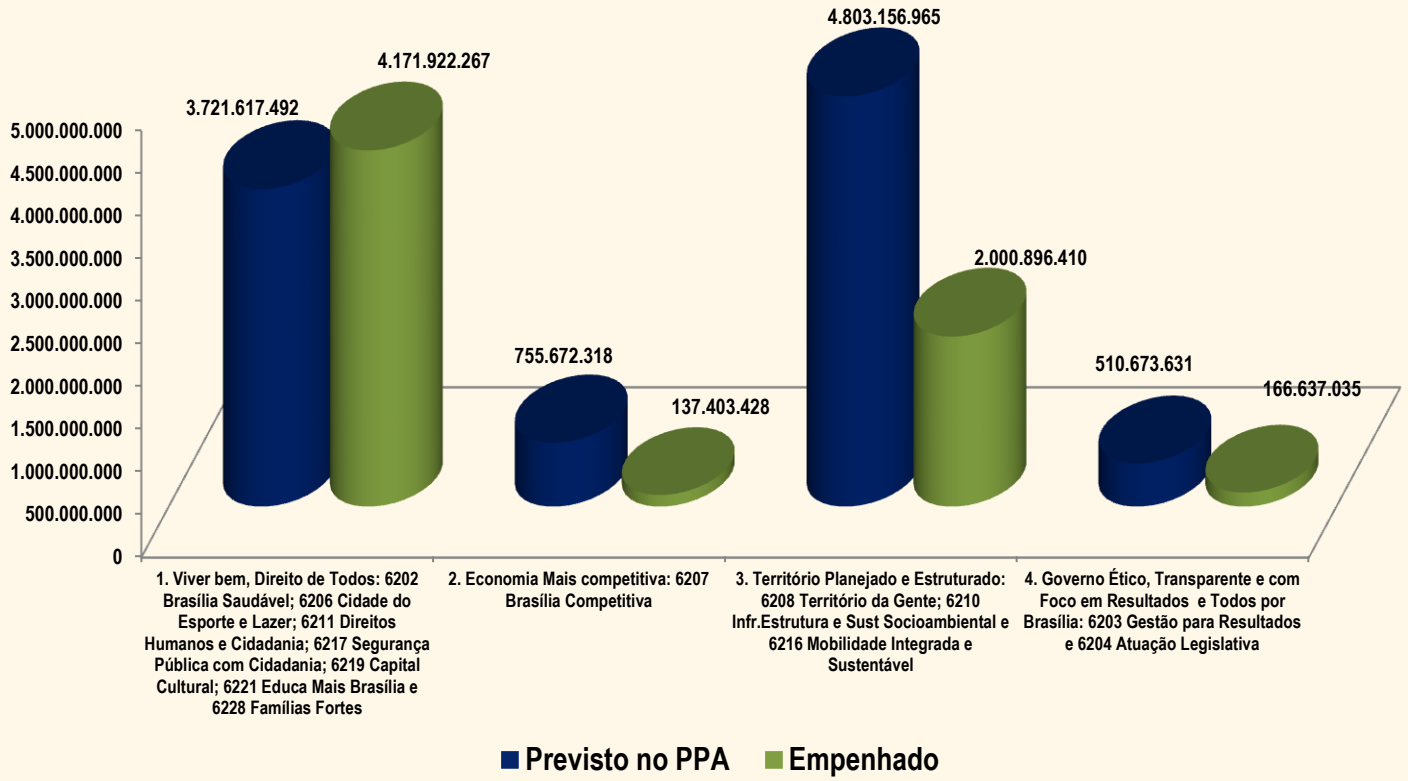
Nos valores agregados das Diretrizes Estratégicas, foram considerados somente os valores da Execução Orçamentária e Financeira dos 13 Programas Temáticos que retratam as Políticas Públicas. Destaque-se que tanto as despesas de Pessoal, quanto despesas de manutenção, que dão suporte à execução das Políticas Públicas foram alocadas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

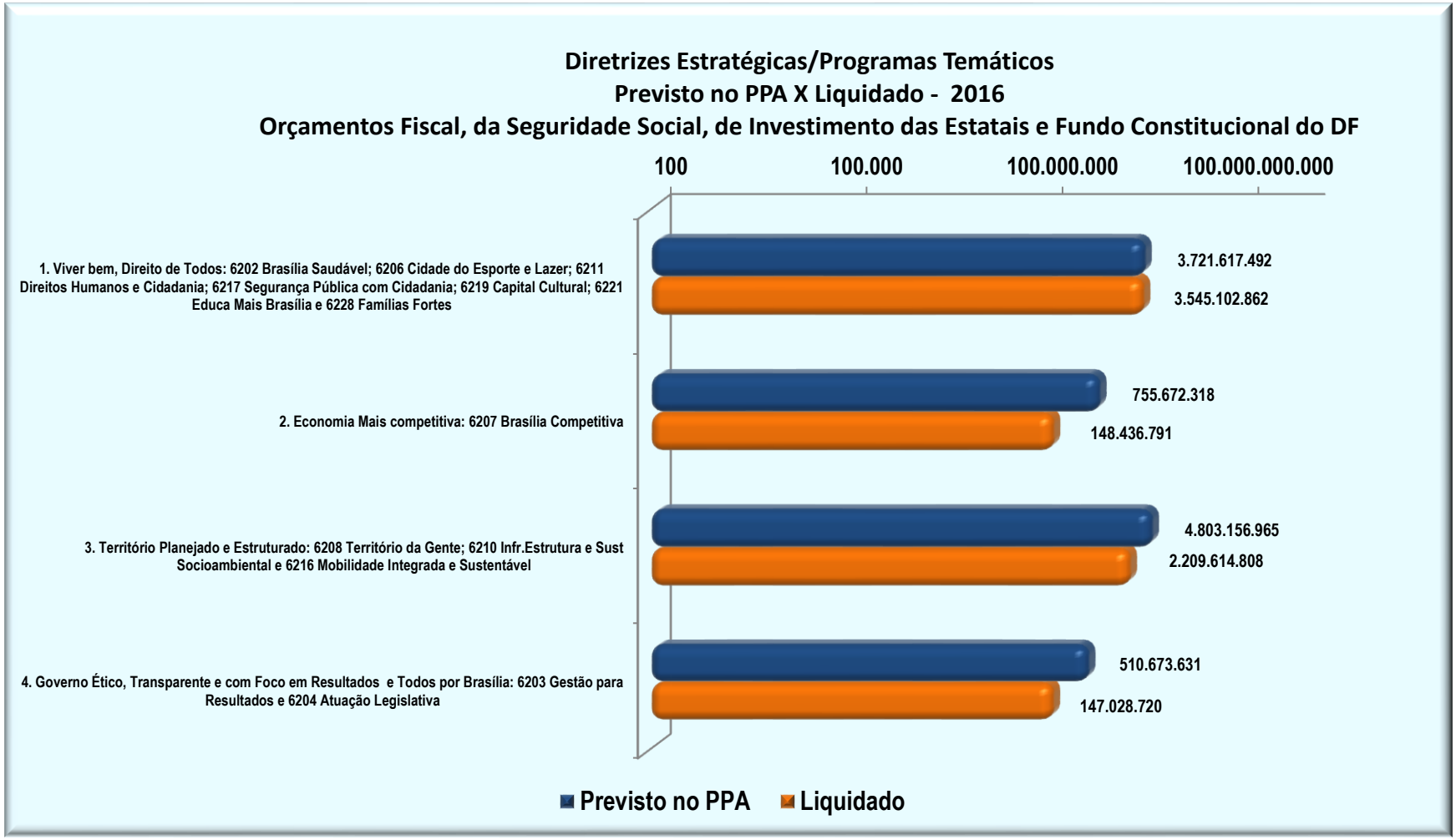
Execução Orçamentária e Financeira por Diretrizes Estratégicas – 2016

Diretrizes	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
Viver bem, direito de todos	3.721.617.492	4.697.956.092	5.237.829.964	4.171.922.267	3.545.102.862
Economia mais competitiva	755.672.318	768.255.223	613.298.107	137.403.428	148.436.791
Território Planejado e Estruturado	4.803.156.965	5.010.046.240	5.609.536.483	2.000.896.410	2.209.614.808
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados	510.673.631	417.492.553	221.382.007	166.637.035	147.028.720
Total Diretrizes Estratégicas	**9.791.120.406**	**10.893.750.108**	**11.682.046.561**	**6.476.859.140**	**6.050.183.181**

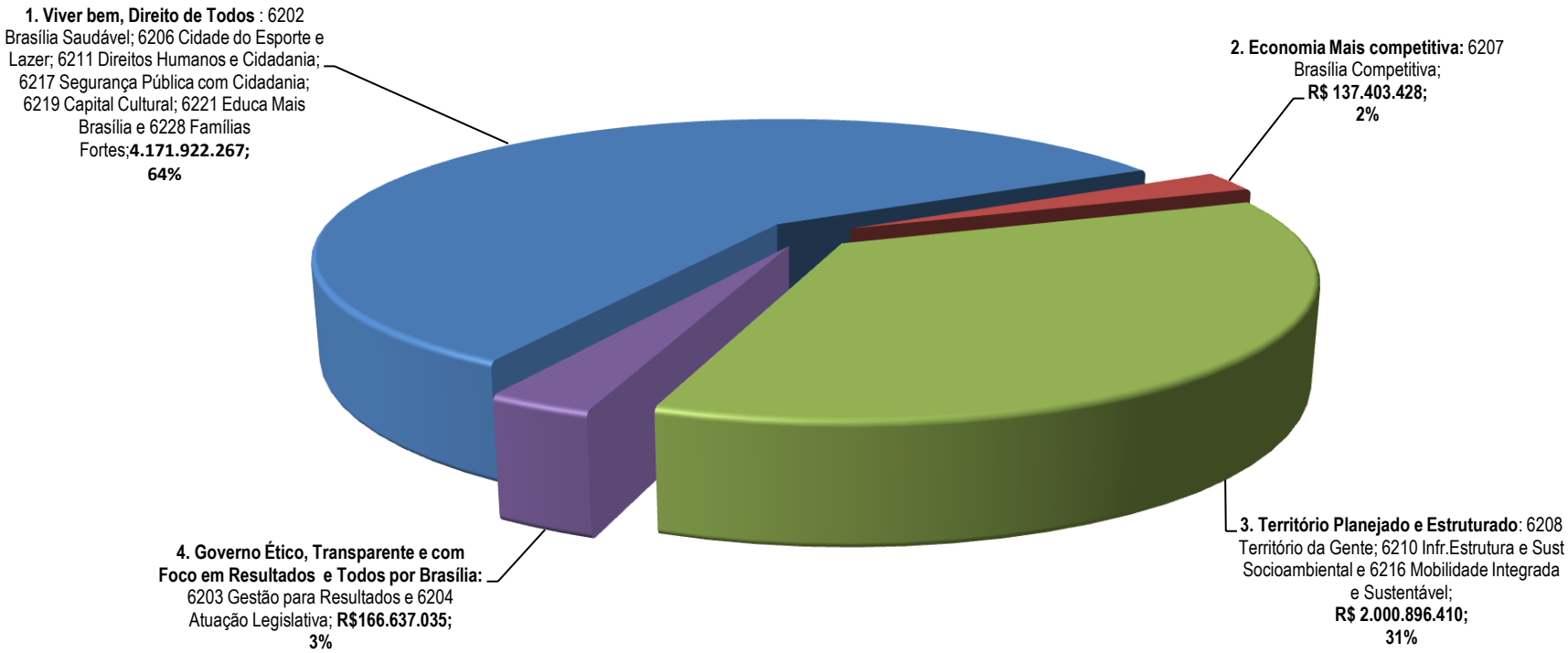

Diretrizes Estratégicas
Execução Orçamentária e Financeira - 2016
6.000.000.000
5.000.000.000
4.000.000.000
3.000.000.000
2.000.000.000
1.000.000.000
0
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado
Viver bem, direito de todos
Economia mais competitiva
Território Planejado e Estruturado
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos
Previsto no PPA X Empenhado 2016
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF

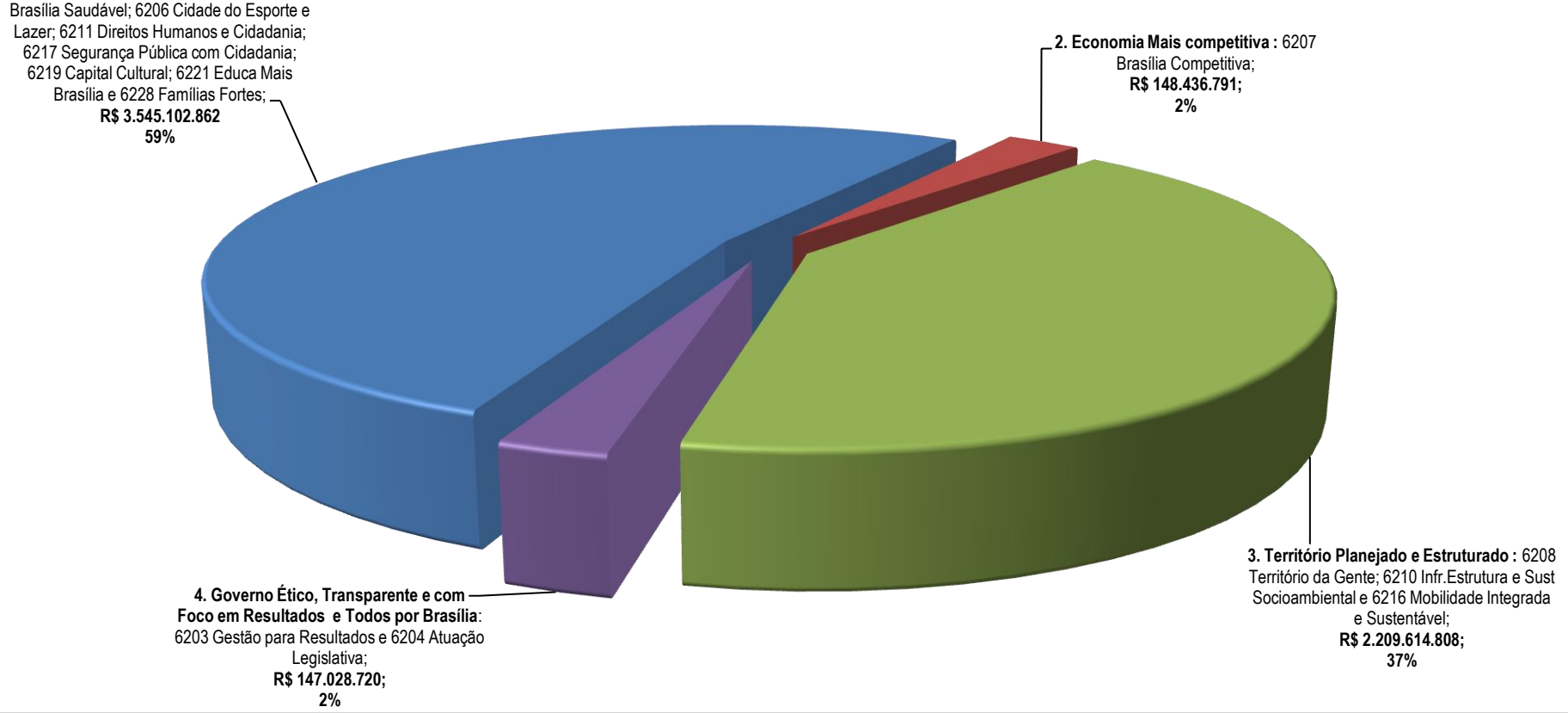


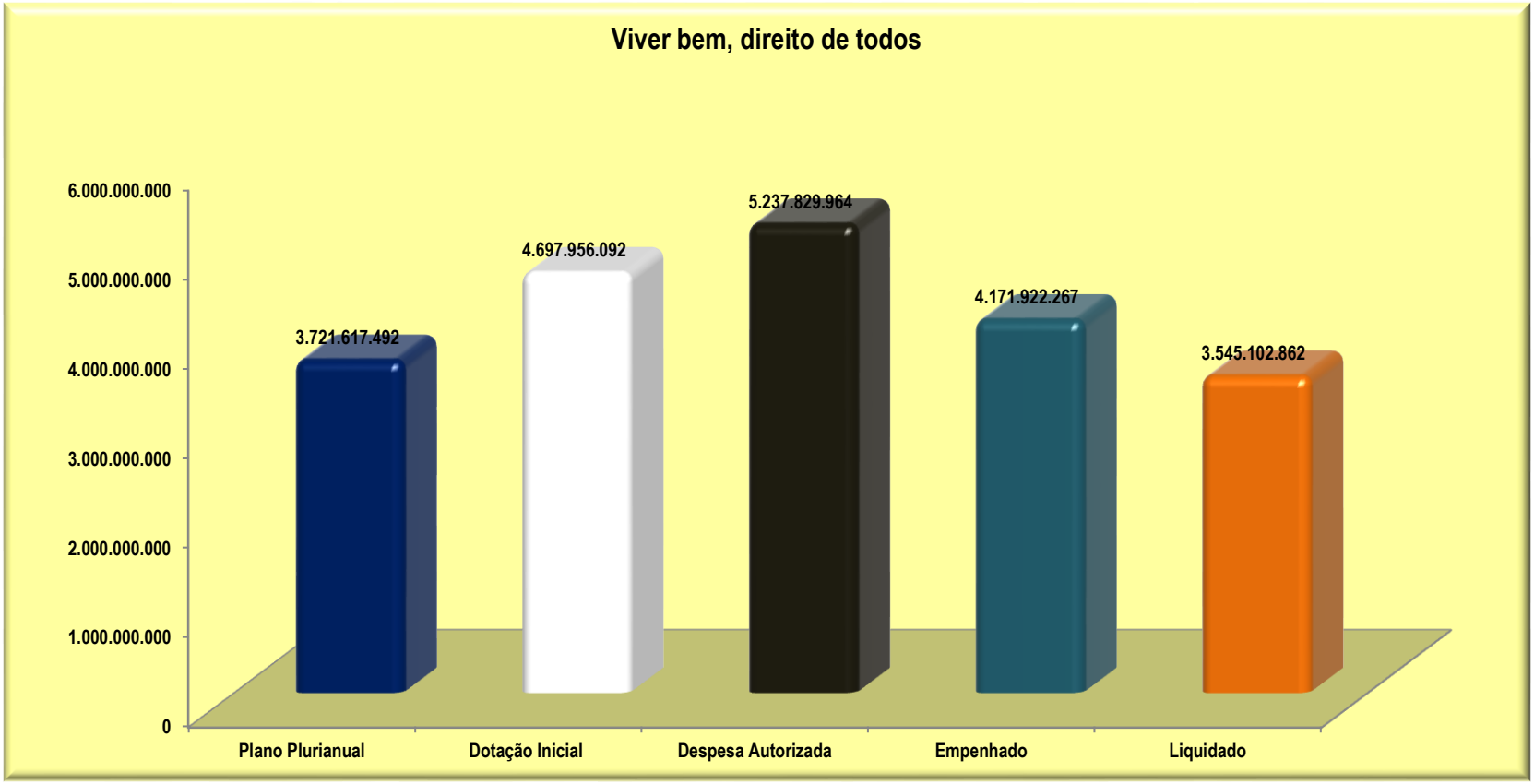

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos
Previsto no PPA X Liquidado - 2016
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF
100
100.000
100.000.000
100.000.000.000
1. Viver bem, Direito de Todos: 6202 Brasília Saudável; 6206 Cidade do Esporte e Lazer; 6211 Direitos Humanos e Cidadania; 6217 Segurança Pública com Cidadania; 6219 Capital Cultural; 6221 Educa Mais Brasília e 6228 Famílias Fortes
3.721.617.492
3.545.102.862
2. Economia Mais competitiva: 6207 Brasília Competitiva
755.672.318
148.436.791
3. Território Planejado e Estruturado: 6208 Território da Gente; 6210 Infr.Estrutura e Sust Socioambiental e 6216 Mobilidade Integrada e Sustentável
4.803.156.965
2.209.614.808
4. Governo Ético, Transparente e com Foco em Resultados e Todos por Brasília: 6203 Gestão para Resultados e 6204 Atuação Legislativa
510.673.631
147.028.720
Previsto no PPA
Liquidado

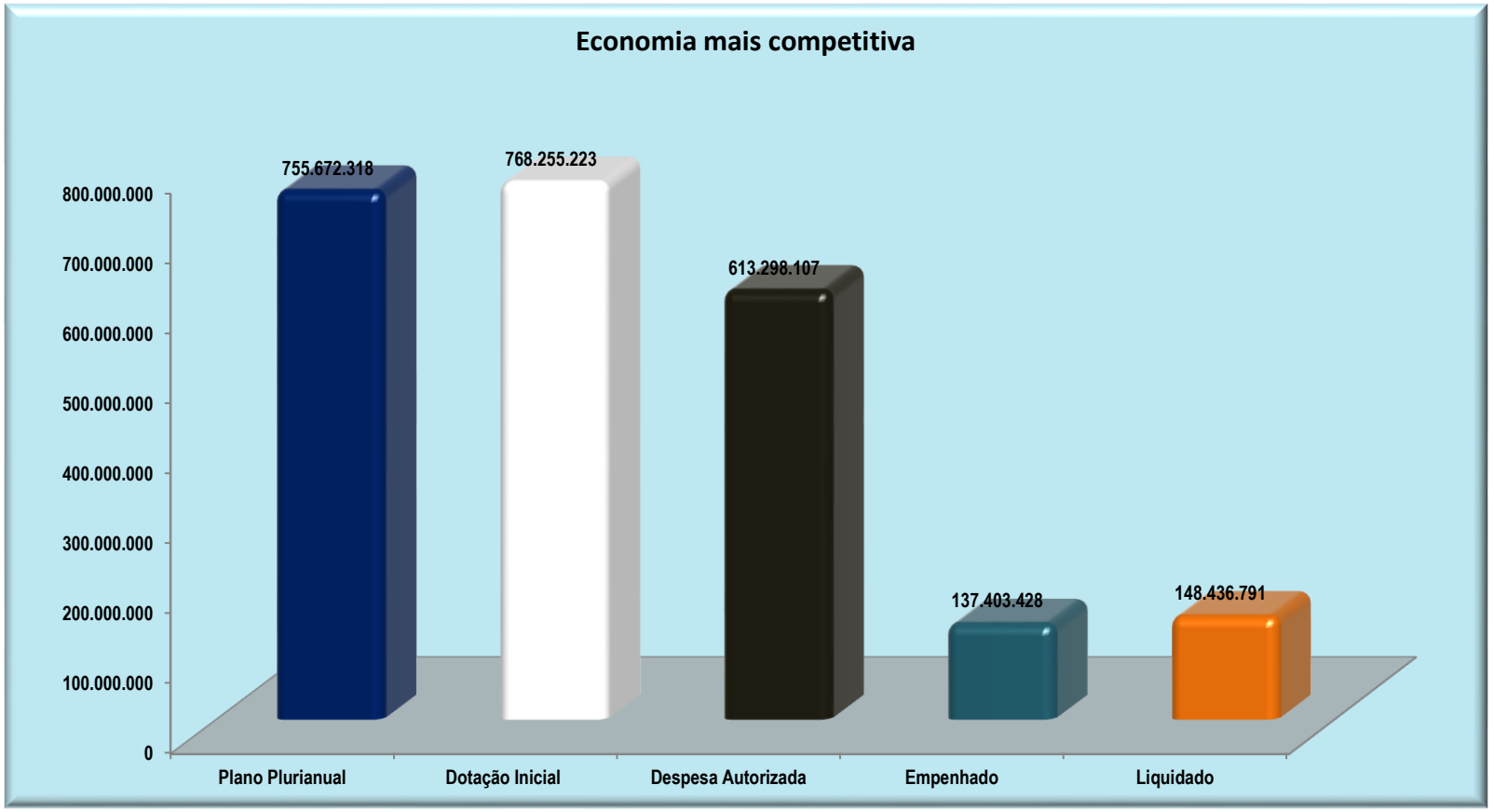
Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos
Valores Empenhados - 2016
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF

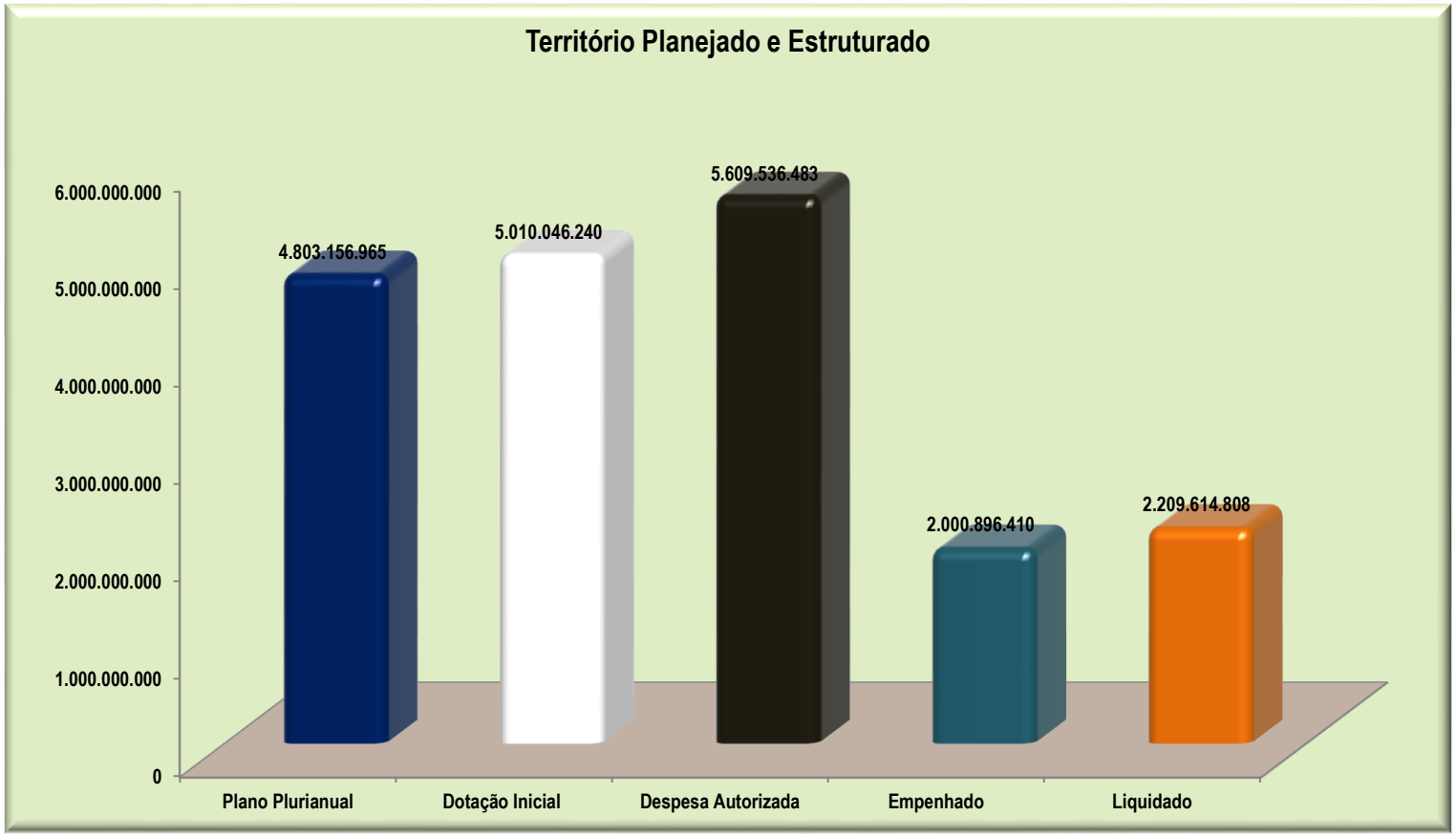


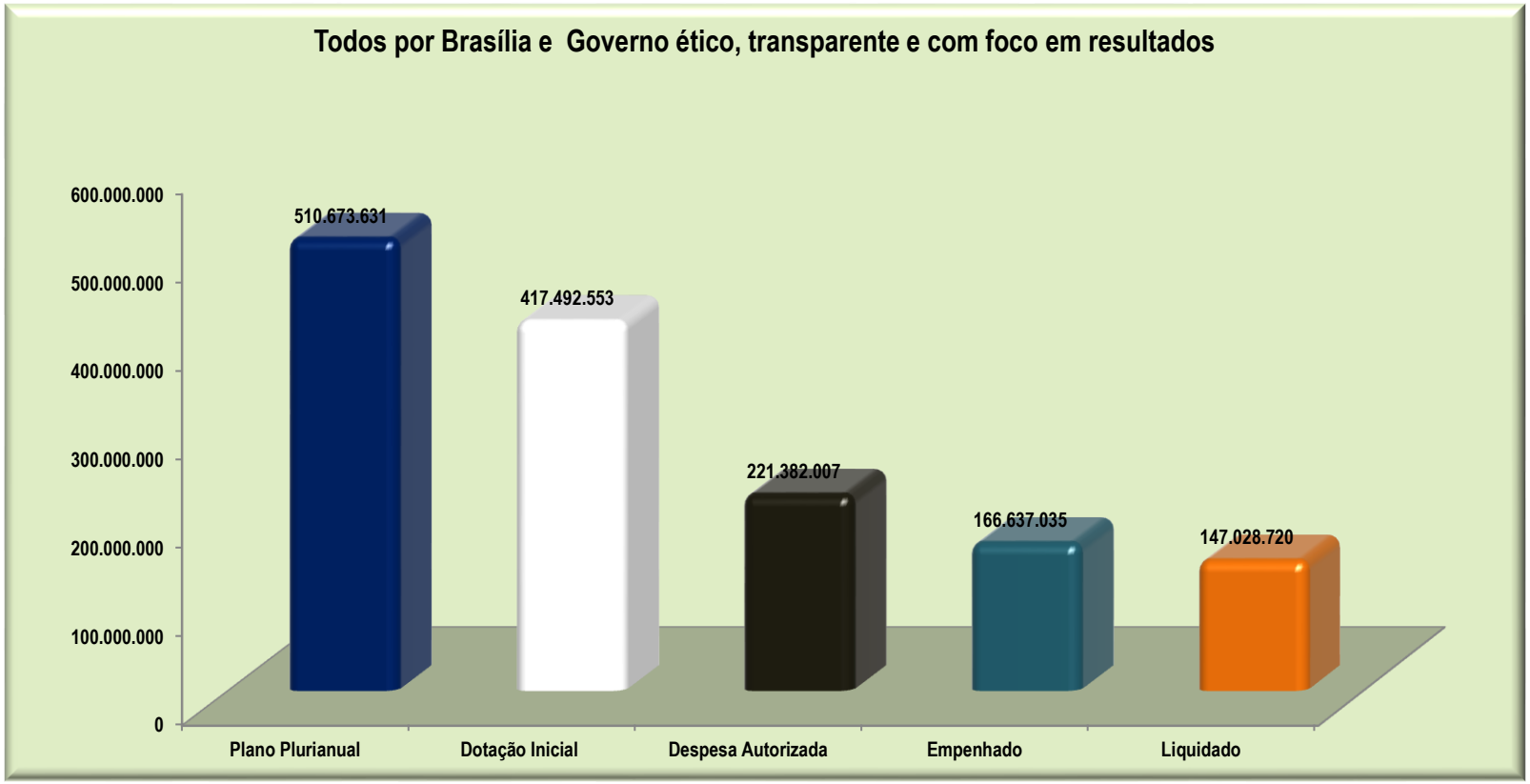
Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos
Valores Liquidados - 2016
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF




Viver bem, direito de todos
6.000.000.000
5.000.000.000
4.000.000.000
3.000.000.000
2.000.000.000
1.000.000.000
0
3.721.617.492
4.697.956.092
5.237.829.964
4.171.922.267
3.545.102.862
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado


Economia mais competitiva
800.000.000
700.000.000
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
755.672.318
768.255.223
613.298.107
137.403.428
148.436.791
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado


Território Planejado e Estruturado
6.000.000.000
5.000.000.000
4.000.000.000
3.000.000.000
2.000.000.000
1.000.000.000
0
4.803.156.965
5.010.046.240
5.609.536.483
2.000.896.410
2.209.614.808
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado


Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
510.673.631
417.492.553
221.382.007
166.637.035
147.028.720
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

3.3.3. Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS, OI e FCDF)

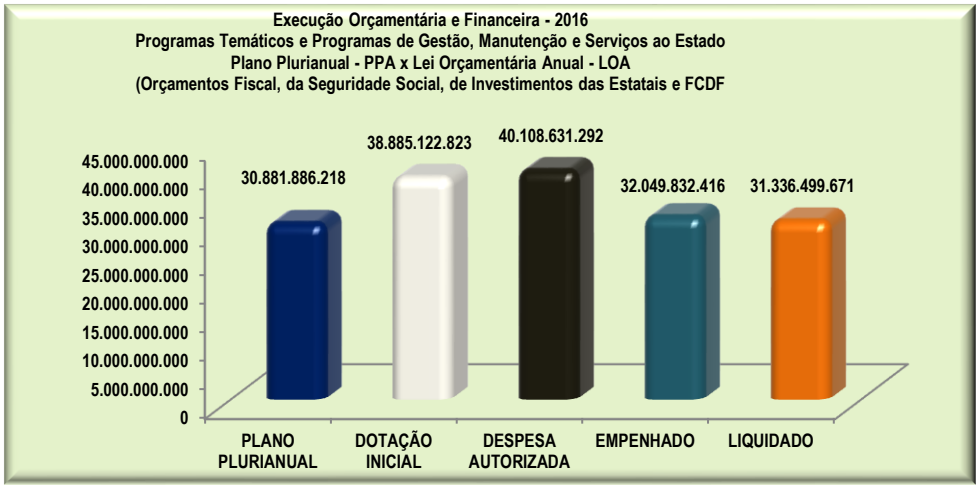
Na estrutura do Plano Plurianual 2016-2019 constam 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O principal objetivo foi buscar junto às Unidades do GDF a alocação de despesas efetivamente administrativas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e as despesas finalísticas nos 13 Programas Temáticos.

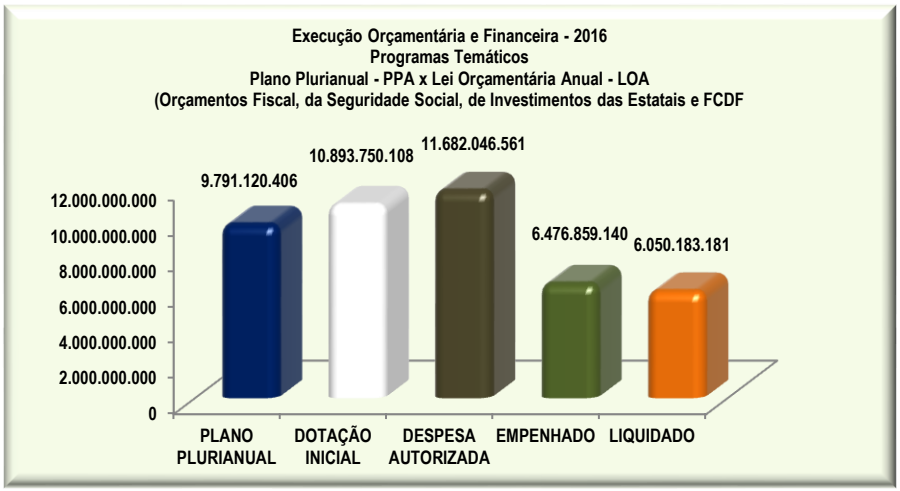
Comparando-se os recursos previstos para os Programas Temáticos, no valor de R$ 9.791.120.406,00 em relação ao valor dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado R$ 20.605.242.492,00, em que pese a execução dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado superarem as despesas dos Programas Temáticos, ressalte-se que valores consideráveis de recursos são aplicados em despesas de Pessoal e manutenção, que dão suporte à execução das Políticas Públicas, ou seja, estão intrinsecamente interligadas aos programas temáticos conforme mencionado anteriormente.

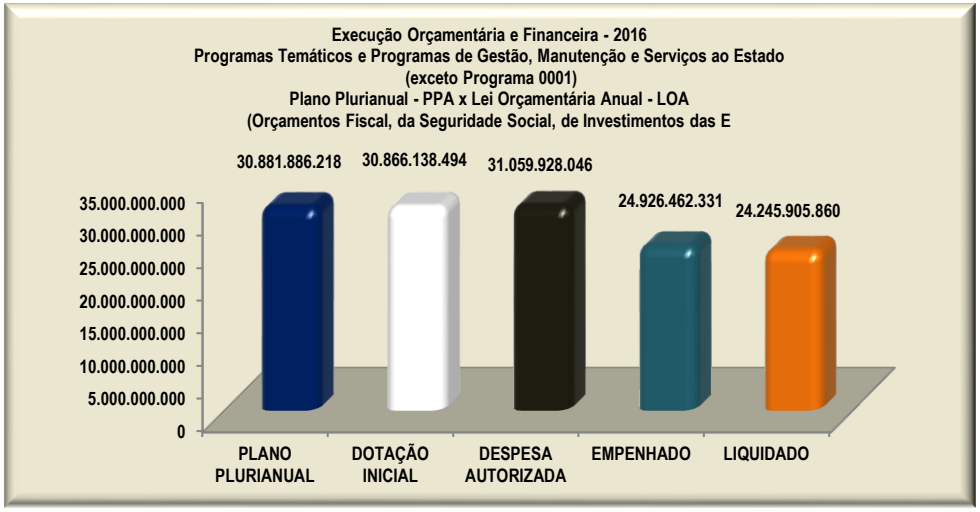
No quadro a seguir consta a Execução Orçamentária e Financeira do GDF, referente aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional, incluindo os Programas: 0001- Programa para Operações Especiais e 9999- Reserva de Contingência).

Execução Orçamentária e Financeira - 2016
Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual – LOA
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional)

PROGRAMA	PLANO PLURIANUAL	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0	8.018.984.329	9.048.703.246	7.123.370.085	7.090.593.811	0	0
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	1.953.149.272	2.193.103.298	2.086.598.719	1.852.390.369	1.870.705.316	95	96
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	16.092.824.121	14.973.837.294	14.615.070.446	14.226.934.332	13.994.722.889	88	87
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	2.559.269.099	2.619.775.647	2.587.951.364	2.370.278.490	2.330.294.474	93	91
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.446.539.859	1.444.929.859	1.597.156.029	1.263.828.933	981.249.320	87	68
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	508.895.631	414.714.553	220.634.007	166.326.652	146.721.303	33	29
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.778.000	2.778.000	748.000	310.383	307.417	17	17
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	94.638.694	133.480.114	112.312.574	61.522.745	44.550.517	65	47
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	755.672.318	768.255.223	613.298.107	137.403.428	148.436.791	18	20
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	403.079.406	500.660.406	454.215.361	84.054.369	138.843.469	21	34
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2.528.285.950	2.622.249.550	3.206.507.123	965.620.327	1.139.643.086	38	45
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	174.298.657	165.345.275	238.746.192	200.840.809	187.493.991	115	108
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.871.791.609	1.887.136.284	1.948.813.999	951.221.714	931.128.253	51	50
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	510.617.774	1.433.754.880	1.518.477.590	1.374.952.294	1.222.994.668	269	240
6219 - CAPITAL CULTURAL	151.315.007	170.090.007	126.810.068	67.430.844	62.600.579	45	41
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	937.933.327	928.858.327	1.271.862.598	926.301.818	809.606.287	99	86
6228 - FAMÍLIAS FORTES	406.274.174	421.497.630	372.464.913	277.044.824	236.607.500	68	58
TOTAL DO PROGRAMA 9999	485.523.320	185.672.147	88.260.956	0	0	0	0
TOTAL GERAL	**30.881.886.218**	**38.885.122.823**	**40.108.631.292**	**32.049.832.416**	**31.336.499.671**	**104**	**101**


Execução Orçamentária e Financeira - 2016
Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual - LOA
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e FCDF
45.000.000.000
40.000.000.000
35.000.000.000
30.000.000.000
25.000.000.000
20.000.000.000
15.000.000.000
10.000.000.000
5.000.000.000
0
30.881.886.218
38.885.122.823
40.108.631.292
32.049.832.416
31.336.499.671
PLANO PLURIANUAL
DOTAÇÃO INICIAL
DESPESA AUTORIZADA
EMPENHADO
LIQUIDADO


Execução Orçamentária e Financeira - 2016
Programas Temáticos
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual - LOA
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e FCDF
12.000.000.000
10.000.000.000
8.000.000.000
6.000.000.000
4.000.000.000
2.000.000.000
0
9.791.120.406
10.893.750.108
11.682.046.561
6.476.859.140
6.050.183.181
PLANO PLURIANUAL
DOTAÇÃO INICIAL
DESPESA AUTORIZADA
EMPENHADO
LIQUIDADO


Execução Orçamentária e Financeira - 2016
Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
(exceto Programa 0001)
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual - LOA
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das E
35.000.000.000
30.000.000.000
25.000.000.000
20.000.000.000
15.000.000.000
10.000.000.000
5.000.000.000
0
30.881.886.218
30.866.138.494
31.059.928.046
24.926.462.331
24.245.905.860
PLANO PLURIANUAL
DOTAÇÃO INICIAL
DESPESA AUTORIZADA
EMPENHADO
LIQUIDADO


Execução Orçamentária e Financeira - 2016
Programas de Gestão, Manutenção e Seriços ao Estado
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual - LOA
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e FCDF
21.000.000.000
20.500.000.000
20.000.000.000
19.500.000.000
19.000.000.000
18.500.000.000
18.000.000.000
17.500.000.000
17.000.000.000
16.500.000.000
20.605.242.492
19.786.716.239
19.289.620.529
18.449.603.191
18.195.722.679
PLANO PLURIANUAL
DOTAÇÃO INICIAL
DESPESA AUTORIZADA
EMPENHADO
LIQUIDADO

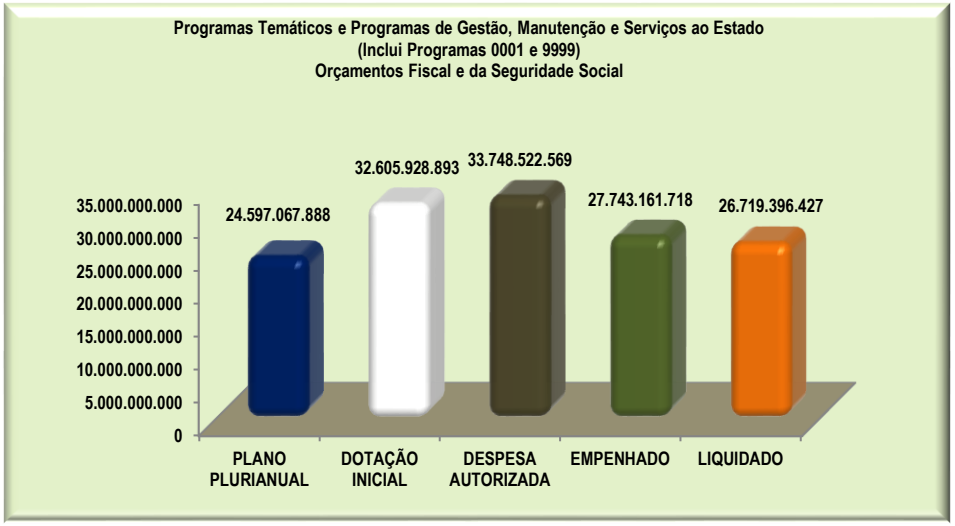
3.3.4. Programas Temáticos e de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS)

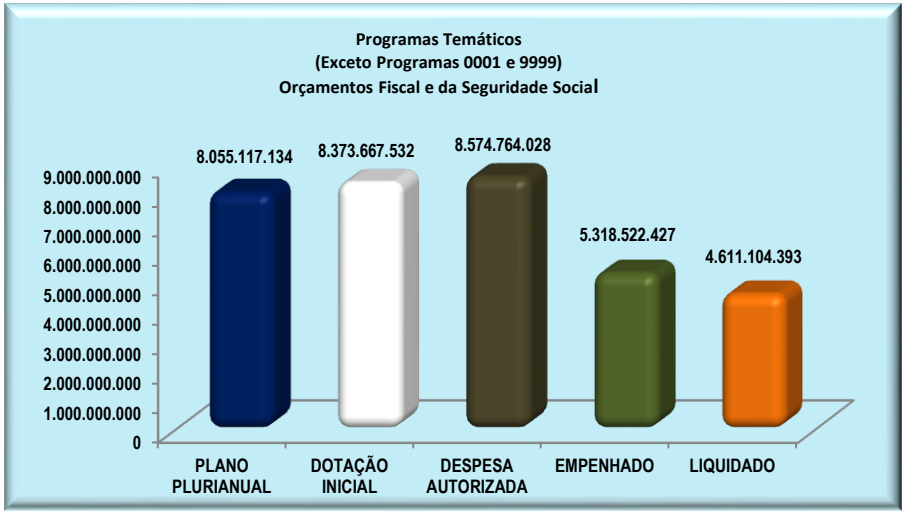
No quadro a seguir consta a Execução Orçamentária e Financeira do GDF, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. O valor previsto no PPA para 2016 atingiu o montante de R$ **24.597.067.888,00**, sendo a Dotação Inicial R$ **32.605.928.893,00** (LOA), Despesa Autorizada R**$ 33.748.522.569,00,** Empenhado R$ **27.743.161.718,00** e liquidado R$ **26.719.396.427,00**. Considerados no total os valores do Programa 0001, em relação ao previsto no PPA, os valores empenhados e liquidados representaram **113% e 109%** respectivamente.

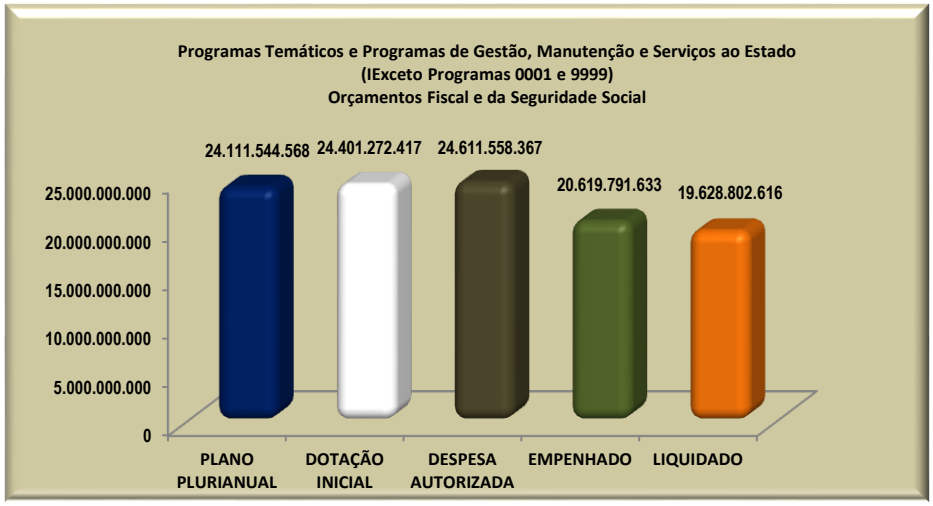
Execução Orçamentária e Financeira – 2016
Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, Programas 0001 e 9999
Plano Plurianual – PPA x Lei Orçamentária Anual – LOA
(Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

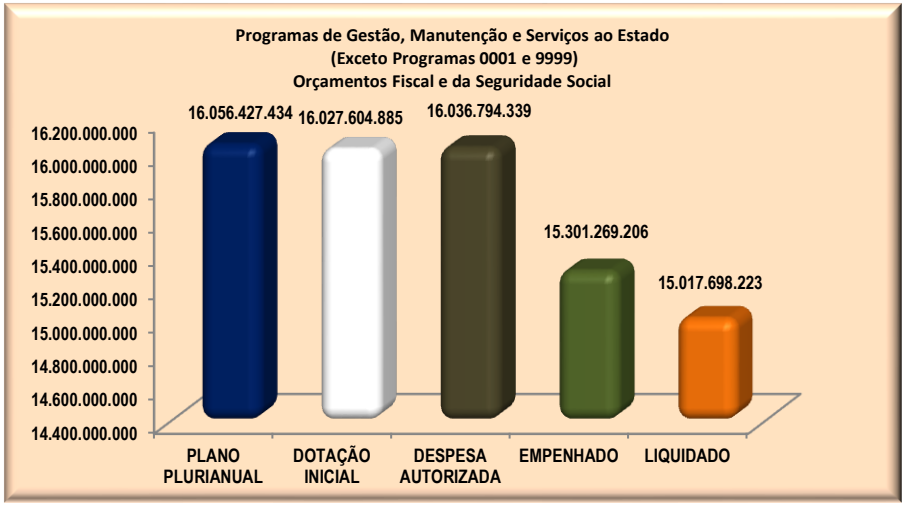
PROGRAMA	PLANO PLURIANUAL	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0	8.018.984.329	9.048.703.246	7.123.370.085	7.090.593.811	0	0
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	1.884.553.558	2.124.497.584	1.982.195.005	1.852.390.369	1.836.574.869	98	97
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**11.612.604.777**	11.283.331.654	11.466.647.970	11.078.600.347	10.850.828.880	95	93
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	2.559.269.099	2.619.775.647	2.587.951.364	2.370.278.490	2.330.294.474	93	91
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.446.539.859	1.444.929.859	1.597.156.029	1.263.828.933	981.249.320	87	68
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	508.895.631	414.714.553	220.634.007	166.326.652	146.721.303	33	29
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.778.000	2.778.000	748.000	310.383	307.417	17	17
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	90.038.694	128.880.114	107.712.574	61.522.745	44.351.129	68	49
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	577.434.631	589.947.536	442.590.420	137.403.428	113.071.175	24	20
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	319.434.406	417.015.406	331.443.361	84.054.369	69.040.100	26	22
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1.477.212.384	1.576.880.384	1.575.722.595	965.620.327	854.039.483	65	58
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	174.298.657	165.345.275	238.746.192	200.840.809	187.493.991	115	108
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.858.927.609	1.874.272.284	1.937.349.999	951.221.714	931.128.253	51	50
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**116.183.755**	249.607.157	358.672.272	216.615.581	175.589.805	186	151
6219 - CAPITAL CULTURAL	140.166.007	158.941.007	119.661.068	67.430.844	61.898.630	48	44
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	937.933.327	928.858.327	1.271.862.598	926.301.818	809.606.287	99	86
6228 - FAMÍLIAS FORTES	406.274.174	421.497.630	372.464.913	277.044.824	236.607.500	68	58
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	485.523.320	185.672.147	88.260.956	0	0	0	0
TOTAL GERAL	**24.597.067.888**	**32.605.928.893**	**33.748.522.569**	**27.743.161.718**	**26.719.396.427**	**113**	**109**

Observação: Na Coluna Plano Plurianual não se considera os valores do Programas 0001, que não integra o Plano.





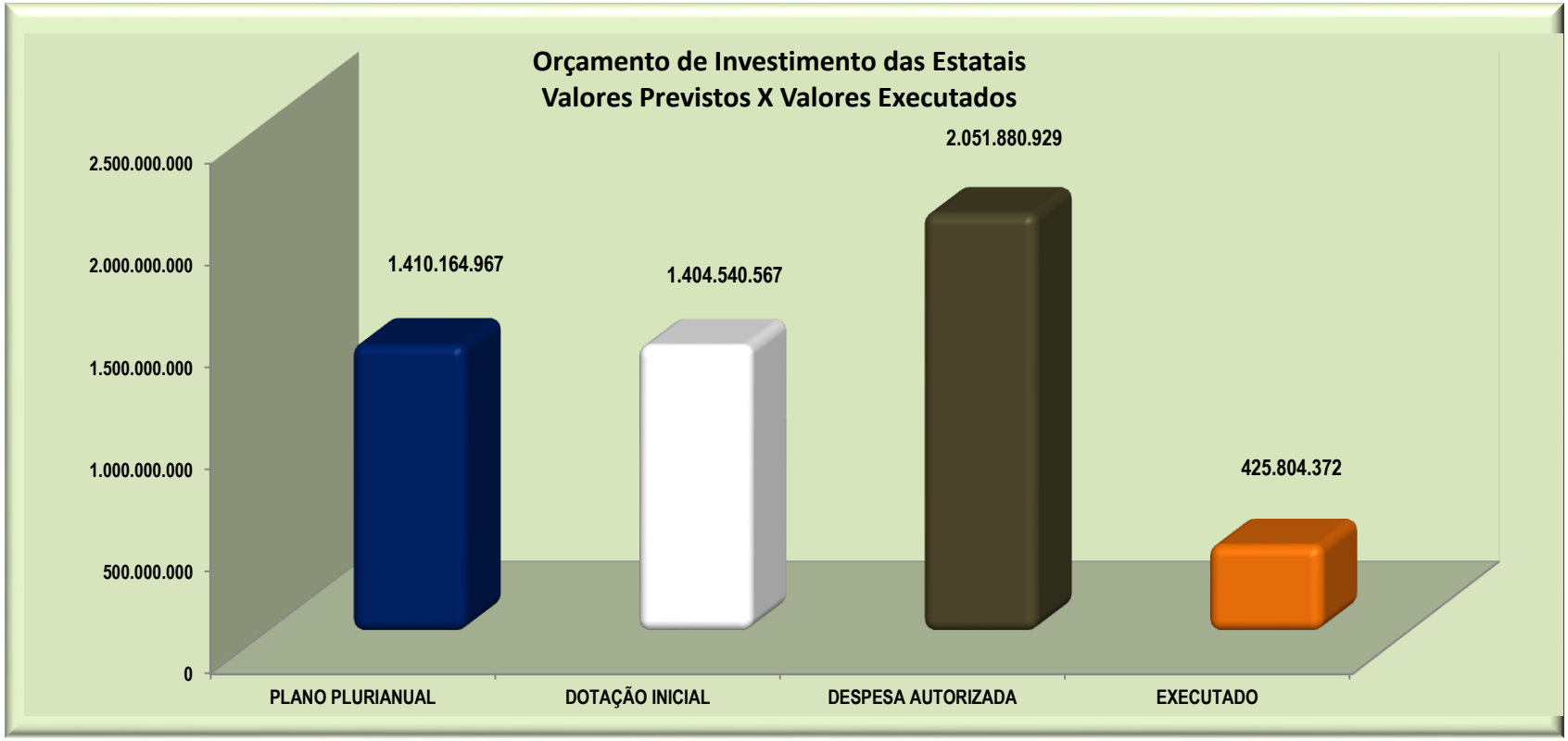


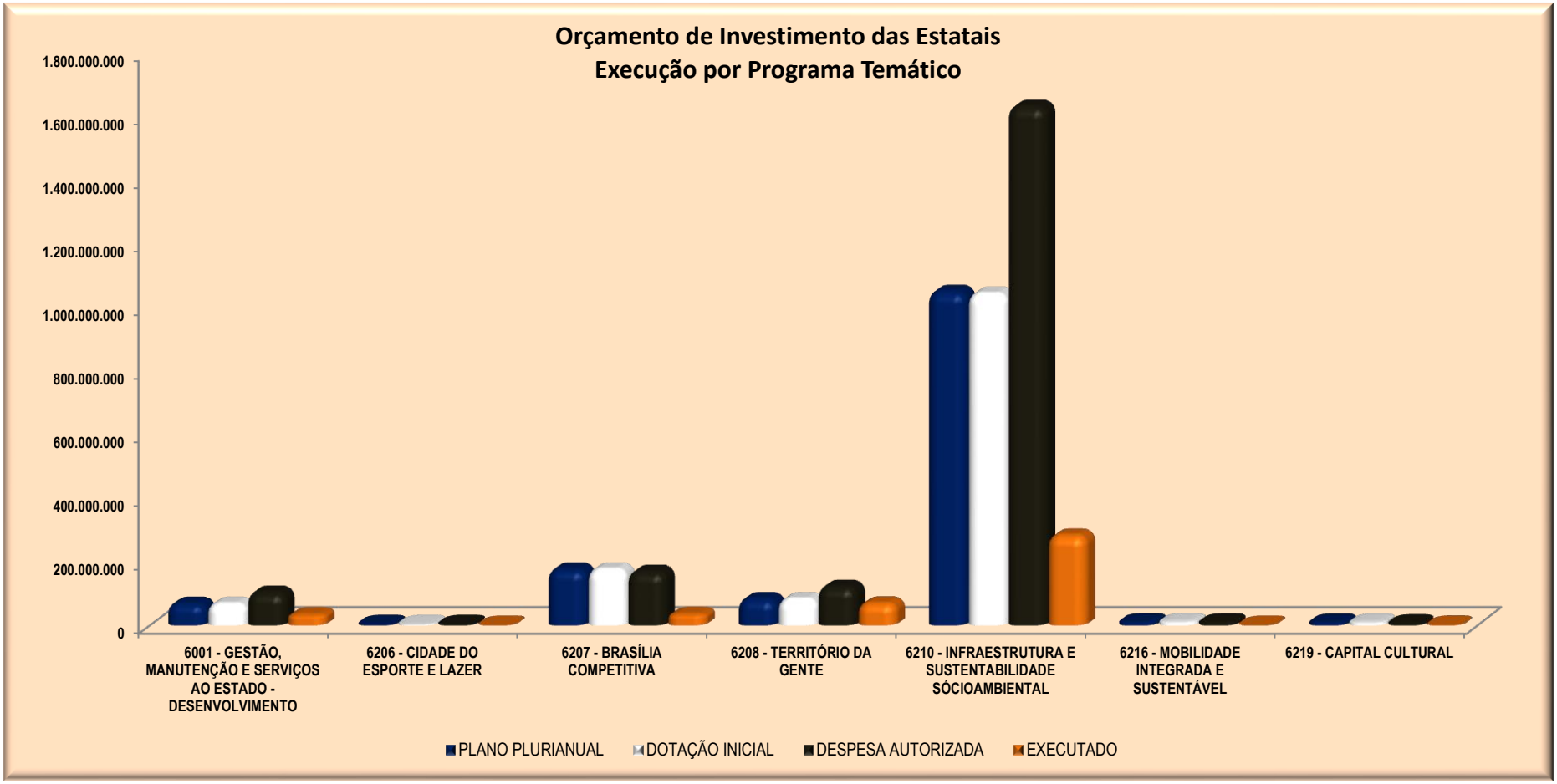


Na execução orçamentária e financeira está Incluído o Programa 0001 – Programa para Operação Especial, que não integra a Lei do PPA

3.3.5. Programas Temáticos (Orçamento de Investimento das Estatais)

Com relação ao Orçamento de Investimento das Estatais, o gráfico a seguir demonstra que foram previstos no PPA recursos no valor de R$ 1.410.164.967,00, a Dotação Inicial totalizou 1.404.540.567,00, o valor autorizado R$ 2.051.880.929,00 e o Liquidado R$ 425.804.372,00 Comparando com a previsão no PPA, o percentual liquidado foi de 30%.




Orçamento de Investimento das Estatais
Execução por Programa Temático
1.800.000.000
1.600.000.000
1.400.000.000
1.200.000.000
1.000.000.000
800.000.000
600.000.000
400.000.000
200.000.000
0
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL
6219 - CAPITAL CULTURAL
PLANO PLURIANUAL
DOTAÇÃO INICIAL
DESPESA AUTORIZADA
EXECUTADO

3.3.6. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Saúde, Educação e Segurança)

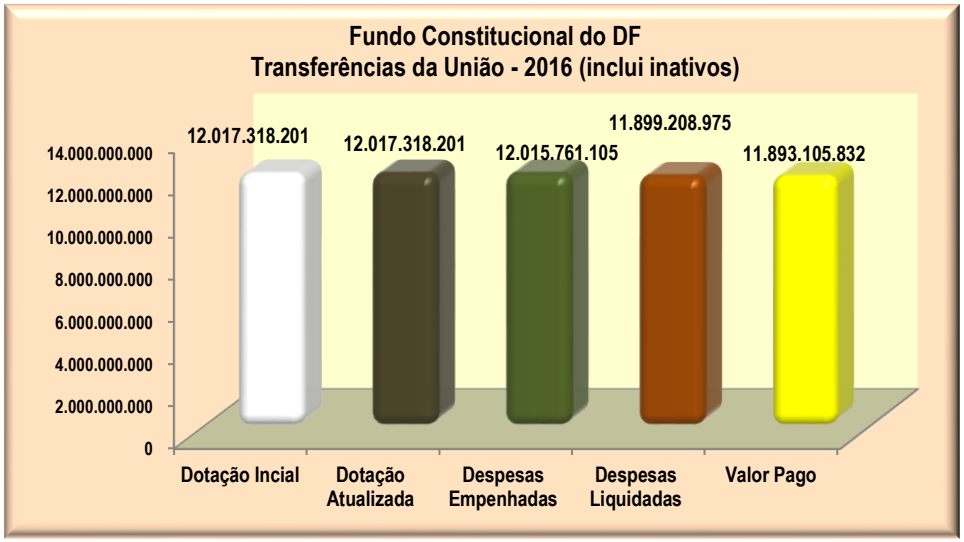
No PPA foram previstos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal no valor total de R$ 12.017.318.205,00, dos quais R$ 4.908.207.821,00 para as áreas de Saúde e Educação executados diretamente no GDF/SIGGO, e R$ 7.109.110.384,00 para a área de Segurança executados diretamente no Sistema SIAFI do Governo Federal e ainda R$2.234.457.018,00 para despesas com Inativos do FCDF. As tabelas a seguir demonstram a execução por área.

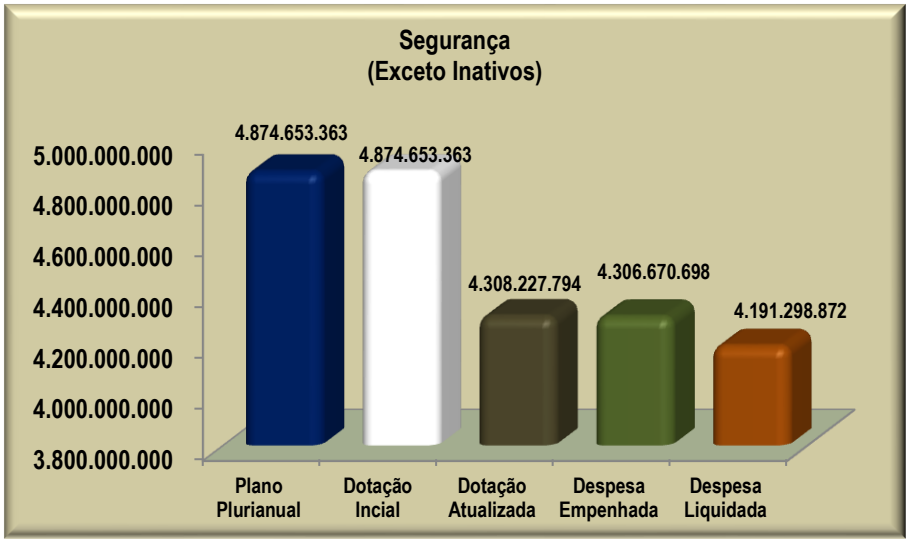
Considerando que no PPA não constam os valores para inativos, no gráfico comparativo entre o PPA e a execução orçamentária e financeira, estes valores também foram deduzidos das áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.

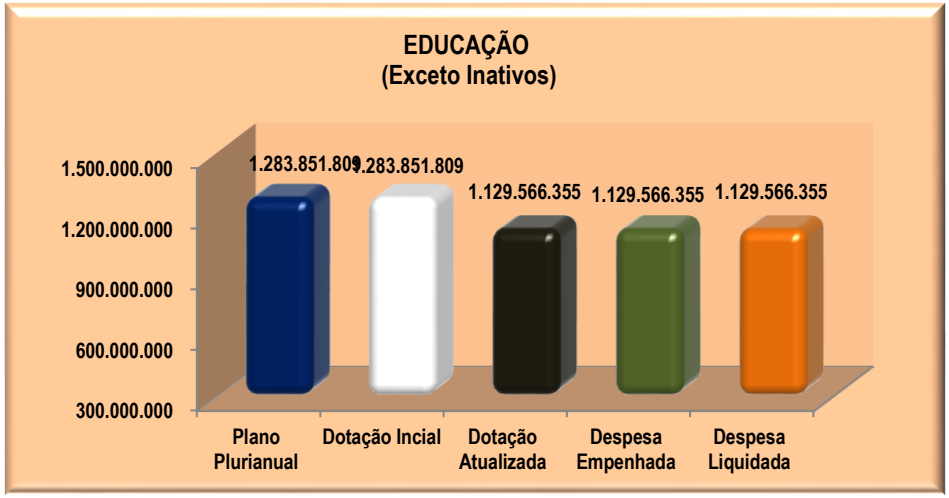
UG Executoras		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valor Pago
Polícia Militar do DF		**3.639.767.664**	**3.414.490.282**	**3.414.023.256**	**3.377.159.991**	**3.376.843.835**
	1 - Pessoal	1.944.647.107	1.590.239.725	1.590.239.725	1.590.216.146	1.590.216.146
	1.1 Inativos	1.022.432.064	1.149.562.064	1.149.562.064	1.149.562.064	1.149.562.064
	3 - Outras Despesas correntes	609.688.493	659.888.493	659.888.424	636.687.085	636.370.930
	4 - Investimentos	63.000.000	14.800.000	14.333.043	694.695	694.695
Corpo de Bombeiro Militar do DF		**1.590.935.513**	**1.511.943.108**	**1.510.941.529**	**1.449.336.693**	**1.449.336.693**
	1 - Pessoal	758.455.747	697.455.747	697.455.747	693.039.349	693.039.349
	1.1 - Inativos	460.278.193	468.628.193	468.628.193	467.447.890	467.447.890
	3 - Outras Despesas Correntes	337.870.319	333.980.348	333.979.847	283.581.036	283.581.036
	4 - Investimentos	34.331.254	11.878.820	10.877.742	5.268.418	5.268.418
Polícia Civil do DF		**1.878.407.203**	**1.812.676.990**	**1.812.588.499**	**1.794.504.470**	**1.788.717.482**
	1 - Pessoal	987.402.786	860.727.004	860.638.513	860.638.513	858.293.455
	1.1 - Inativos	751.746.760	812.692.329	812.692.329	812.692.329	812.485.271
	3 - Outras Despesas Correntes	109.257.657	119.477.657	119.477.657	112.041.518	108.806.646
	4 - Investimentos	30.000.000	19.780.000	19.780.000	9.132.110	9.132.110
Secretaria de Saúde do DF		**2.562.782.664**	**2.892.782.664**	**2.892.782.664**	**2.892.782.664**	**2.892.782.664**
	1 - Pessoal					
	1.1 - Inativos	2.562.782.664	2.892.782.664	2.892.782.664	2.892.782.664	2.892.782.664
Secretaria de Educação do DF		**2.345.425.157**	**2.385.425.157**	**2.385.425.157**	**2.385.425.157**	**2.385.425.157**
	1 - Pessoal					
	1.1 - Inativos	2.345.425.157	2.385.425.157	2.385.425.157	2.385.425.157	2.385.425.157
	3. Outras Despesas Correntes					
Total		**12.017.318.201**	**12.017.318.201**	**12.015.761.105**	**11.899.208.975**	**11.893.105.832**

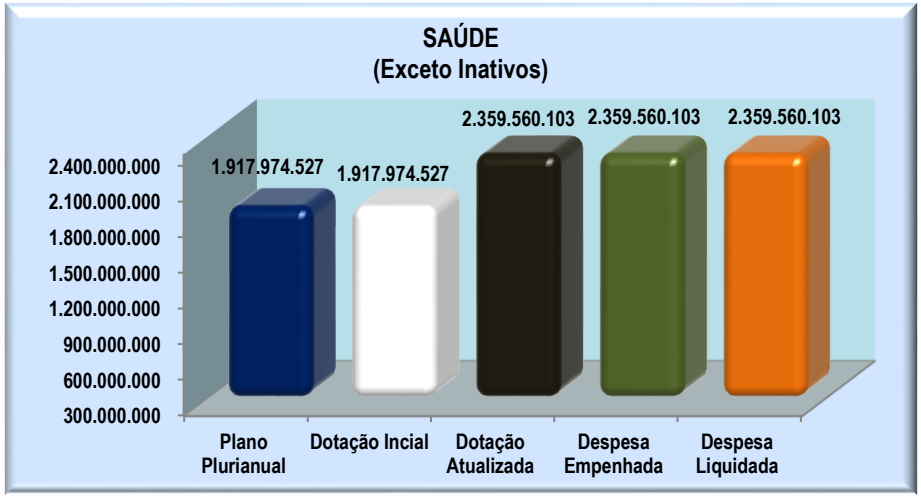
Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial/SUTES/SEF

Posição em 31/12/2016

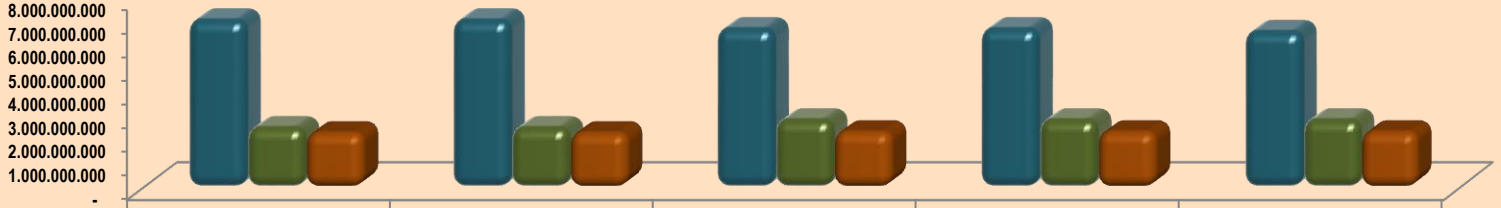

Fundo Constitucional do DF
Transferências da União - 2016 (inclui inativos)
14.000.000.000
12.000.000.000
10.000.000.000
8.000.000.000
6.000.000.000
4.000.000.000
2.000.000.000
0
12.017.318.201
12.017.318.201
12.015.761.105
11.899.208.975
11.893.105.832
Dotação Incial
Dotação Atualizada
Despesas Empenhadas
Despesas Liquidadas
Valor Pago


Segurança
(Exceto Inativos)
5.000.000.000
4.800.000.000
4.600.000.000
4.400.000.000
4.200.000.000
4.000.000.000
3.800.000.000
4.874.653.363
4.874.653.363
4.308.227.794
4.306.670.698
4.191.298.872
Plano Plurianual
Dotação Incial
Dotação Atualizada
Despesa Empenhada
Despesa Liquidada


EDUCAÇÃO
(Exceto Inativos)
1.500.000.000
1.200.000.000
900.000.000
600.000.000
300.000.000
1.283.851.809
1.283.851.809
1.129.566.355
1.129.566.355
1.129.566.355
Plano Plurianual
Dotação Incial
Dotação Atualizada
Despesa Empenhada
Despesa Liquidada

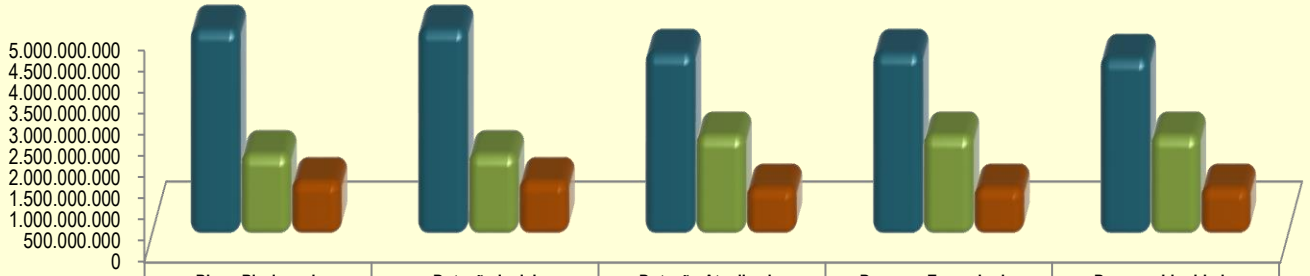

SAÚDE
(Exceto Inativos)
2.400.000.000
2.100.000.000
1.800.000.000
1.500.000.000
1.200.000.000
900.000.000
600.000.000
300.000.000
1.917.974.527
1.917.974.527
2.359.560.103
2.359.560.103
2.359.560.103
Plano Plurianual
Dotação Incial
Dotação Atualizada
Despesa Empenhada
Despesa Liquidada

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
(inclui Inativos)



	Plano Plurianual	Dotação Incial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesa Liquidada
Segurança	7.109.110.380	7.109.110.380	6.739.110.380	6.737.553.284	6.621.001.154
Saúde	2.562.782.664	2.562.782.664	2.892.782.664	2.892.782.664	2.892.782.664
Educação	2.345.425.157	2.345.425.157	2.385.425.157	2.385.425.157	2.385.425.157

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
(Exceto Inativos)



	Plano Plurianual	Dotação Incial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
SEGURANÇA	4.874.653.363	4.874.653.363	4.308.227.794	4.306.670.698	4.191.298.872
SAÚDE	1.917.974.527	1.917.974.527	2.359.560.103	2.359.560.103	2.359.560.103
Educação	1.283.851.809	1.283.851.809	1.129.566.355	1.129.566.355	1.129.566.355

3.4. DESEMPENHO DOS INDICADORES, METAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Desempenho dos Indicadores

O Mapa Estratégico do Governo orienta a definição do conjunto de indicadores que será utilizado na disseminação e no controle da execução da Estratégia do Governo, devidamente alinhada com o Plano Plurianual.

Os indicadores demonstram a conexão entre o Planejamento Estratégico do Governo, os objetivos traçados para executá-los, as ações para sua implementação e os resultados alcançados pelas políticas públicas, objeto deste documento.

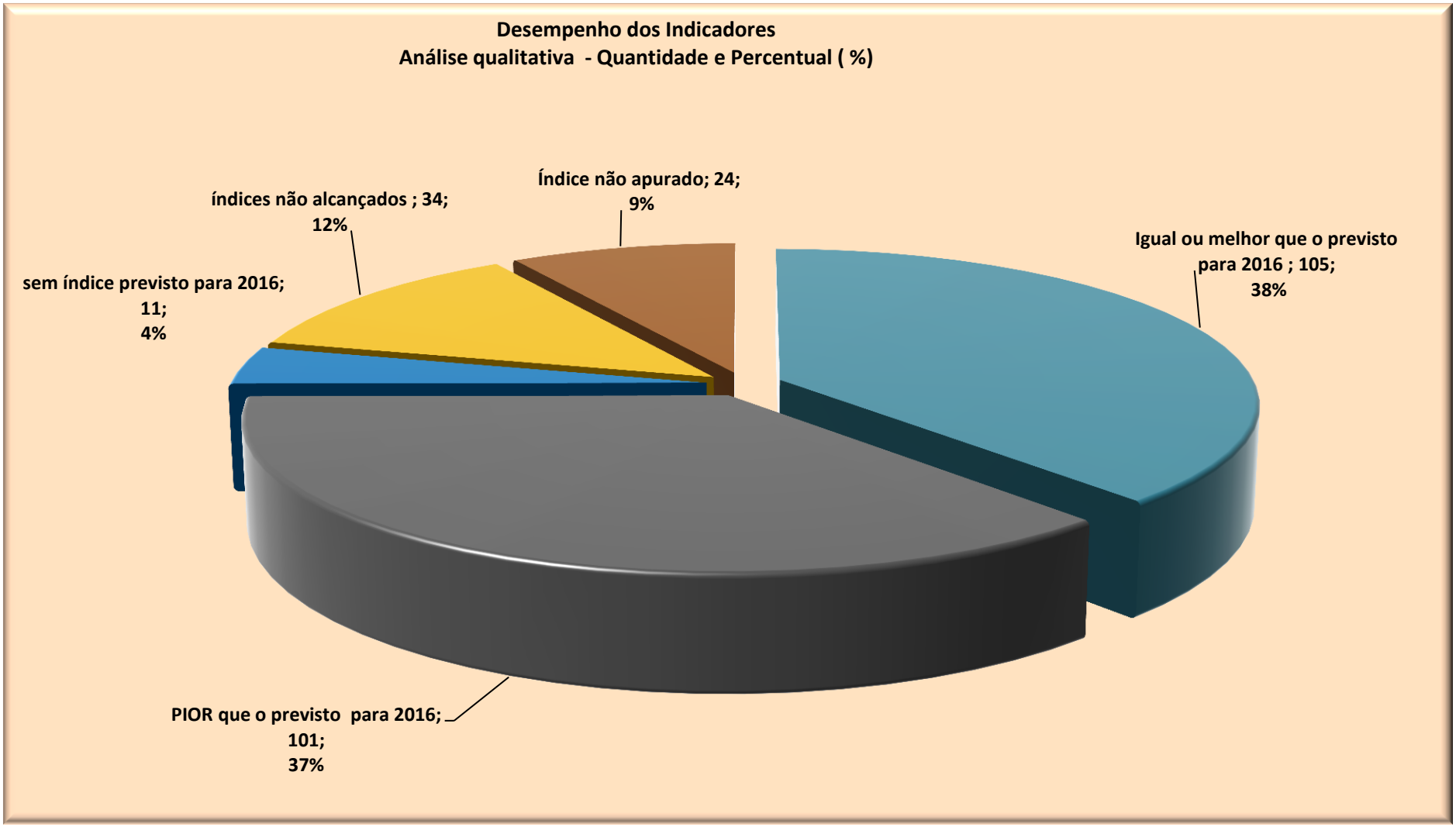
A análise dos indicadores no contexto do PPA 2016-2019 é complexa visto que estabelecer indicadores que possam traduzir a realidade que se deseja alterar e que possibilite o acompanhamento de seu desempenho ao longo do tempo, ainda está em evolução em várias áreas do Governo.

A orientação da SEPLAG aos órgãos e entidades do GDF é a de se buscar a definição de indicadores mais significativos para mensuração dos resultados de Governo. Os avanços foram perceptíveis no PPA 2012-2015 e o trabalho desenvolvido pela SEPLAG nesse sentido refletiu-se no PPA 2016-2019, com a redução de 475 indicadores no PPA anterior para 275 indicadores no PPA vigente.

Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 275 indicadores apresentados no PPA para 2016, 38% tiveram desempenho Igual ou melhor que o previsto para 2016, 37% tiveram índice pior que o previsto, 4% não tiveram índices previstos, 12% os índices não foram alcançados e 9% os índices não foram apurados.

Análise qualitativa dos indicadores

PROGRAMA TEMÁTICO	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
6202 -BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	1	22	3	5	1	**39**
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	16	2	11	0	3	0	**32**
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	2	1	5	0	0	0	**8**
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	1	1	0	3	0	**7**
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	9	0	15	0	2	1	**27**
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	5	0	2	0	0	2	**9**
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	12	1	7	2	0	0	**22**
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	1	9	0	1	1	**15**
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	0	4	2	6	0	**14**
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	15	1	13	0	2	9	**40**
6219- CAPITAL CULTURAL	1	1	0	0	9	0	**11**
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	9	0	5	4	3	6	**27**
6228 - FAMÍLIAS FORTES	12	1	7	0	0	4	**24**
TOTAL GERAL	**95**	**10**	**101**	**11**	**34**	**24**	**275**


Desempenho dos Indicadores
Análise qualitativa - Quantidade e Percentual (%)
Índice não apurado; 24; 9%
índices não alcançados ; 34; 12%
Igual ou melhor que o previsto para 2016 ; 105; 38%
sem índice previsto para 2016; 11; 4%
PIOR que o previsto para 2016; 101; 37%

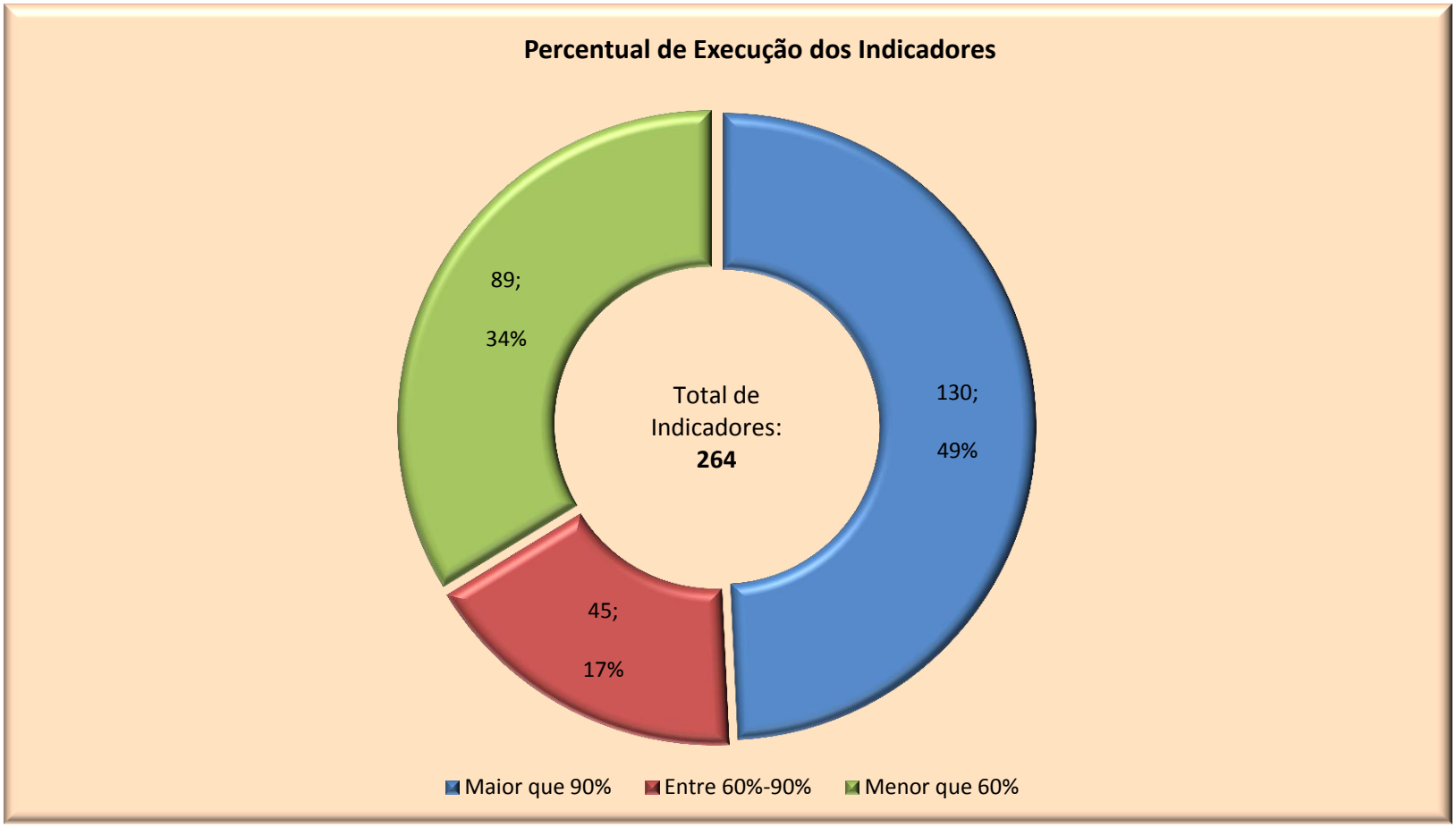
Análise Quantitativa dos indicadores

Média de Desempenho dos Indicadores por Programa Temático

Análise Quantitativa - Quantidade e Percentual (%)

Código	Descrição do Programa Temático	Total de Indicadores por Programa (A)	Indicadores sem índice previsto para 2016(B)	Quantidade de Indicadores (C)	Execução
6202	Brasília Saudável	39	03	36	65,12%
6203	Gestão para Resultados	32	00	32	70,54%
6204	Atuação Legislativa	8	00	8	64,49%
6206	Cidade do Esporte e Lazer	7	00	7	50,79%
6207	Brasília Competitiva	27	00	27	72,75%
6208	Território da Gente	9	00	9	70,01%
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental	22	02	20	85,07%
6211	Direitos Humanos e Cidadania	15	00	15	68,53%
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	14	02	12	45,89%
6217	Segurança Pública com cidadania	40	00	40	63,95%
6219	Capital Cultural	11	00	11	18,18%
6221	Educa Mais Brasília	27	04	23	54,72%
6228	Famílias Fortes	24	00	24	76,53%
Percentual de Execução Total		**275**	**11**	**264**	**65,15%**

Obs: Para o cálculo da média dos indicadores foram considerados 264 indicadores, uma vez que 11 não têm índice previsto para 2016. Dos 264, 34 não apresentaram índices alcançados e 24 não foram apurados, o que interfere na média geral de execução.



(*) Excluídos do cálculo 11 indicadores sem índice previsto para 2016

Desempenho das Metas e Ações Não Orçamentárias

As metas e ações não orçamentárias estabelecidas pelos Órgãos e Entidades do GDF, têm previsão de execução ao longo do período de vigência do PPA, ou seja, 2016 a 2019. Os resultados apresentados referem-se ao primeiro ano de execução do Plano, o que não significa que o desempenho foi abaixo do previsto, pois, por definição, a execução pode ocorrer em qualquer exercício entre 2016 a 2019.

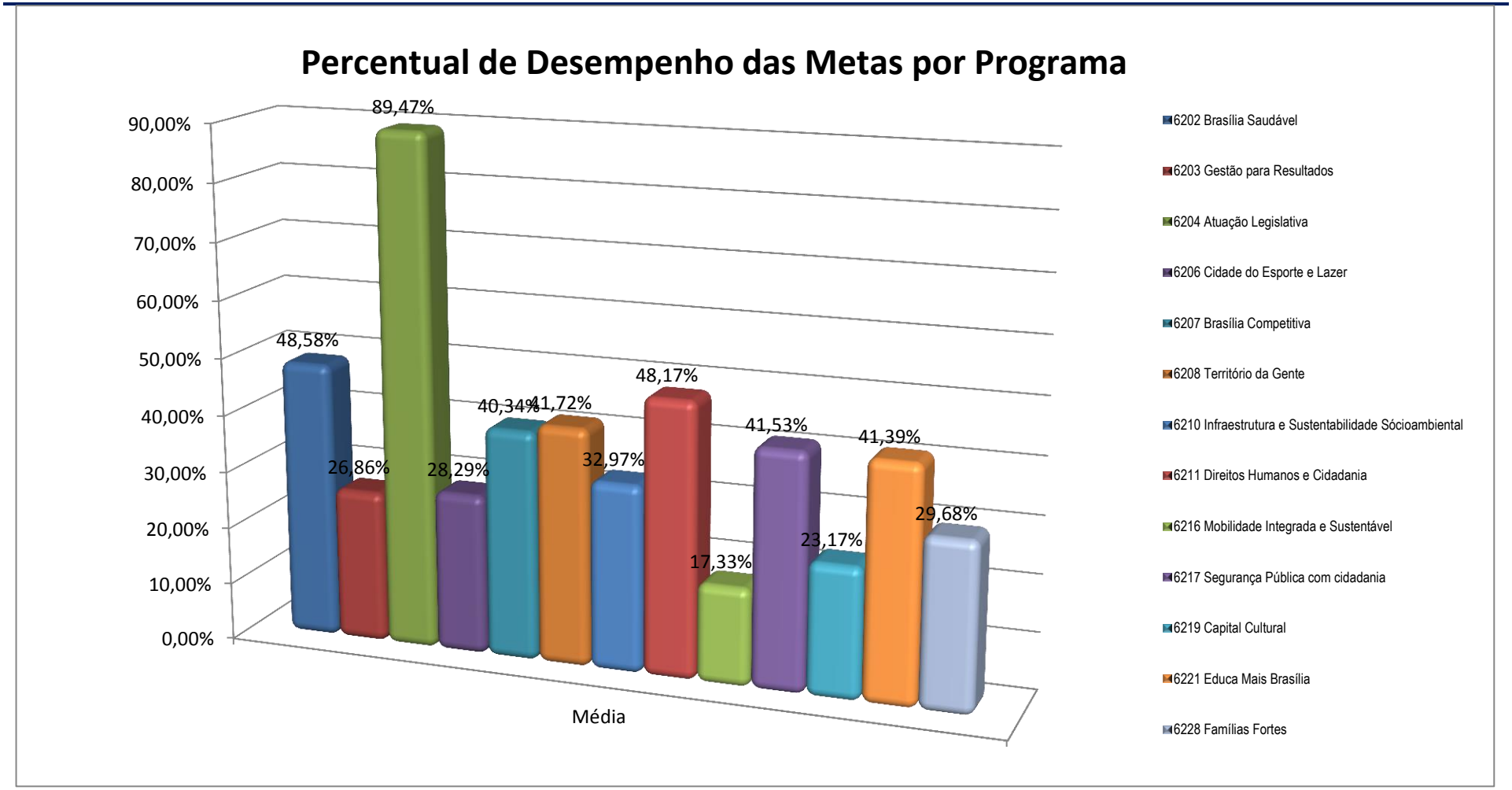
Desempenho das Metas

A metodologia adotada para mensuração do desempenho das metas leva em consideração o fato de que várias metas são qualitativas. Para mensuração do desempenho, nos casos em que a meta não foi expressa de forma numérica ou não foi possível inferir de forma clara, os campos “Meta até 2019” e “Unidade de Medida” foi definido o percentual de alcance de 100%, respectivamente. Desta forma, todas as metas, inclusive as qualitativas, possuem uma meta numérica a alcançar.

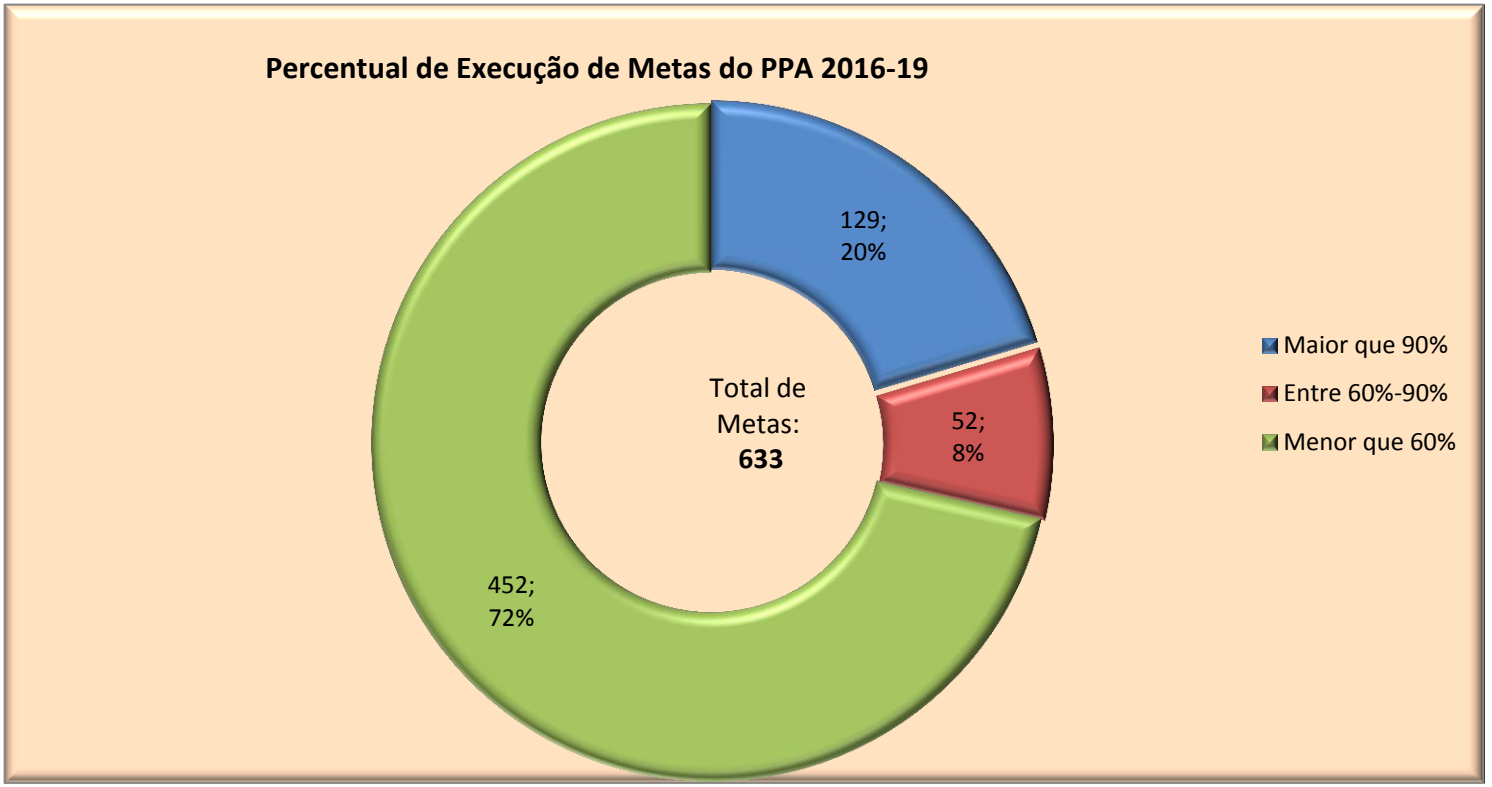
Este é o primeiro ano de apresentação da análise do desempenho das metas, portanto, os percentuais alcançados, constantes das tabelas e gráficos apresentados neste Relatório podem apresentar alguma variação em relação ao efetivamente realizado, visto que a metodologia adotada ainda está em processo de aperfeiçoamento.

COD	Descrição do Programa	QTD	Média
6202	Brasília Saudável	68	48,58%
6203	Gestão para Resultados	62	26,86%
6204	Atuação Legislativa	3	89,47%
6206	Cidade do Esporte e Lazer	21	28,29%
6207	Brasília Competitiva	57	40,34%
6208	Território da Gente	37	41,72%
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental	66	32,97%

COD	Descrição do Programa	QTD	Média
6211	Direitos Humanos e Cidadania	43	48,17%
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	42	17,33%
6217	Segurança Pública com cidadania	87	41,53%
6219	Capital Cultural	36	23,17%
6221	Educa Mais Brasília	51	41,39%
6228	Famílias Fortes	60	29,68%
Total Geral		633	36,32%


Percentual de Desempenho das Metas por Programa
90,00%
80,00%
70,00%
60,00%
50,00%
40,00%
30,00%
20,00%
10,00%
0,00%
48,58%
26,86%
89,47%
28,29%
40,34%
41,72%
32,97%
48,17%
17,33%
41,53%
23,17%
41,39%
29,68%
Média
6202 Brasília Saudável
6203 Gestão para Resultados
6204 Atuação Legislativa
6206 Cidade do Esporte e Lazer
6207 Brasília Competitiva
6208 Território da Gente
6210 Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental
6211 Direitos Humanos e Cidadania
6216 Mobilidade Integrada e Sustentável
6217 Segurança Pública com cidadania
6219 Capital Cultural
6221 Educa Mais Brasília
6228 Famílias Fortes

% de Execução	Quantidade
Maior que 90%	129
Entre 60%-90%	52
Menor que 60%	452
Subtotal	**633**

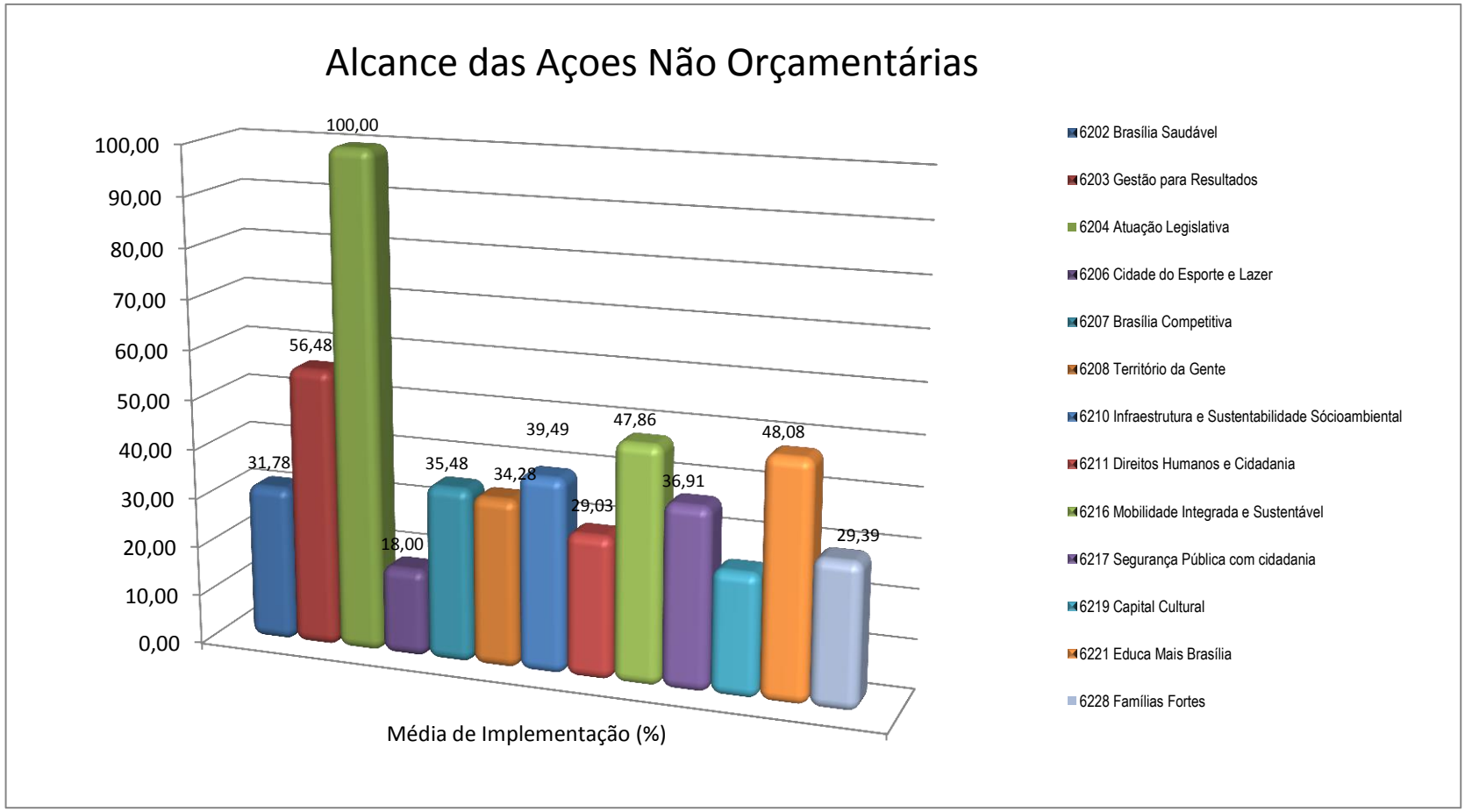


Desempenho das Ações Não Orçamentárias

Para análise das Ações não Orçamentárias, os órgãos e entidades do GDF deveriam informar o percentual de implementação em 2016 e a análise da implementação. Padronizou-se para todas as Unidades a expectativa de alcance de 100% até 2019.

Na análise do desempenho das ações orçamentárias, os percentuais alcançados, constantes das tabelas e gráficos apresentados neste relatório podem apresentar alguma variação em relação ao efetivamente realizado, visto que a metodologia adotada ainda está em processo de aperfeiçoamento.

COD	Descrição do Programa	Média de Implementação (%)
6202	Brasília Saudável	31,78
6203	Gestão para Resultados	56,48
6204	Atuação Legislativa	100,00
6206	Cidade do Esporte e Lazer	18,00
6207	Brasília Competitiva	35,48
6208	Território da Gente	34,28
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental	39,49
6211	Direitos Humanos e Cidadania	29,03
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	47,86
6217	Segurança Pública com cidadania	36,91
6219	Capital Cultural	25,00
6221	Educa Mais Brasília	48,08
6228	Famílias Fortes	29,39
Total Geral		**38,05**


Alcance das Açoes Não Orçamentárias
100,00
90,00
80,00
70,00
60,00
50,00
40,00
30,00
20,00
10,00
0,00
31,78
56,48
100,00
18,00
35,48
34,28
39,49
29,03
47,86
36,91
48,08
29,39
Média de Implementação (%)
6202 Brasília Saudável
6203 Gestão para Resultados
6204 Atuação Legislativa
6206 Cidade do Esporte e Lazer
6207 Brasília Competitiva
6208 Território da Gente
6210 Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental
6211 Direitos Humanos e Cidadania
6216 Mobilidade Integrada e Sustentável
6217 Segurança Pública com cidadania
6219 Capital Cultural
6221 Educa Mais Brasília
6228 Famílias Fortes

4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A seguir, são detalhadas as análises dos Programas Temáticos, objetivos específicos, metas, indicadores e ações não orçamentárias com os resultados alcançados pelas Políticas Públicas no exercício de 2016. As informações apresentadas pelos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF, buscam estabelecer um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do PPA e os resultados alcançados no exercício de 2016.

Para melhor visualização do ciclo de planejamento, cada Programa Temático está vinculado a uma Diretriz Estratégica definida no Mapa Estratégico do Governo. Em seguida, são apresentados os dados gerais de cada programa: descrição, objetivos específicos vinculados e a execução orçamentária e financeira.

A partir dessas informações, são apresentadas as análises e informações prestadas pelas unidades responsáveis pelo Objetivo Específico, Metas, Indicadores e Ações não orçamentárias.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: VIVER BEM, DIREITO DE TODOS



Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Viver bem, direito de todos								
Ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção.	6202 - Brasília Saudável	1.446.539.859	1.444.929.859	1.597.156.029	1.263.828.933	981.249.320	87	68
Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.	6221 - Educa Mais Brasília	937.933.327	928.858.327	1.271.862.598	926.301.818	809.606.287	99	86
Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.	6217 – Segurança Pública com Cidadania	510.617.774	1.433.754.880	1.518.477.590	1.374.952.294	1.222.994.668	269	240
	6228 - Famílias Fortes	406.274.174	421.497.630	372.464.913	277.044.824	236.607.500	68	58
Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.	6211 - Direitos Humanos e Cidadania	174.298.657	165.345.275	238.746.192	200.840.809	187.493.991	115	108
Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.	6219 -Capital Cultural	151.315.007	170.090.007	126.810.068	67.430.844	62.600.579	45	41
Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.	6206 - Cidade do Esporte e Lazer	94.638.694	133.480.114	112.312.574	61.522.745	44.550.517	65	47
TOTAL		**3.721.617.492**	**4.697.956.092**	**5.237.829.964**	**4.171.922.267**	**3.545.102.862**	**112**	**95**

OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DE SAÚDE COM FOCO NA PREVENÇÃO

PROGRAMA TÉMATICO:
6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

OBJETIVO GERAL:

Garantir acesso universal com equidade de todos os segmentos sociais a uma rede de atenção integral à saúde, com ênfase na ampliação da cobertura da atenção primaria e da atenção especializada, promoção à saúde, na prevenção de fatores que levam ao adoecimento e na educação em saúde para população.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES
001 – ATENÇÃO PRIMARIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO: Expandir e qualificar a oferta da atenção primaria em saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais para a oferta de ações voltadas dos cidadãos quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde, a prevenção de fatores que levam ao adoecimento, para o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população
002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE: Ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada (média e alta complexidade), por meio da adequação das estruturas físicas, tecnológicas e das ações em saúde que a compõem.
003 – REDES DE ATENÇÃO: Organização, implementação e expansão das Redes de atenção à saúde, orientadas a partir da Atenção Primária à Saúde para ampliação do acesso e da assistência com qualidade.
004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade em todos os níveis de atenção, promovendo o uso racional de medicamentos
005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE: Ampliação e qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde para prevenção, promoção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.
006 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Aprimorar os processos de planejamento, participação, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da SES e promover a descentralização de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços prestados nas unidades de saúde com a integração de ações e serviços finalísticos, e compartilhamento com a academia, sociedade e demais atores, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde no DF
23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS
007 – EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE: Garantir acesso e permanência no ensino superior e na educação profissional, bem como desenvolver ações de educação permanente e continuada, de pesquisa e extensão, com qualidade e socialmente referenciados, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal
23.202 – FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB
008 –Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SU
23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES
009 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM EPILEPSIA: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária e da atenção especializada (média e alta complexidade) em saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes com epilepsia em todos os graus de complexidade, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a promoção de políticas públicas no sentido de propagar a disseminação de informação a respeito do tema epilepsia. (EP)

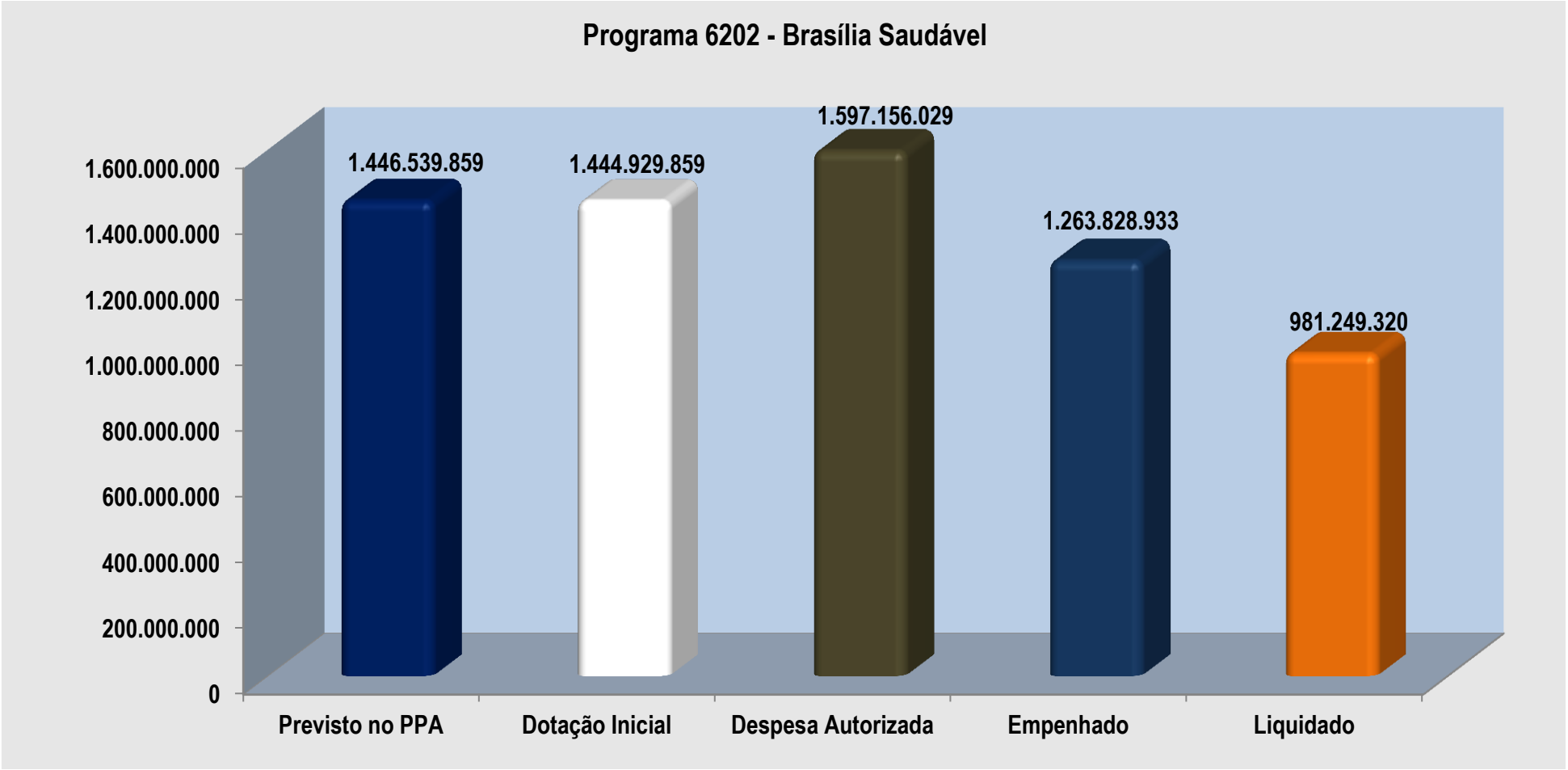
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	2.000	2.000	2.973.199	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.500.000	10.500.000	24.512.370	24.395.679	15.989.664	232	152
1684 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	1.087.748	1.087.748	1.079.684	0	0	0	0
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.000	10.000	1	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5.000.000	5.500.000	2.647.450	2.445.649	834.109	49	17
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	10.471.870	10.471.870	10.204.842	9.002.777	8.043.594	86	77
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000	50.000	386.681	376.849	376.849	754	754
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	250.000	250.000	250.000	27.120	27.120	11	11
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	133.523.802	133.523.802	297.397.348	289.004.509	206.162.229	216	154
2175 - FOMENTO À PESQUISA	402.000	402.000	402.000	300.000	300.000	75	75
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1.070.351	1.070.351	1.241.229	377.066	377.066	35	35
2454 - ATENÇÃO AOS PACIENTES COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS E DOENÇA FALCIFORME	170.000	170.000	140.250	0	0	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	600.000	600.000	303.729	67.795	67.795	11	11
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.740.000	5.740.000	4.705.999	4.696.857	4.163.461	82	73
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	2.623.480	2.623.480	2.276.747	2.276.746	1.927.744	87	73
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.244.101	4.244.101	8.180.842	2.724.713	1.450.503	64	34
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	1.400.000	1.400.000	4.144.725	363.819	363.744	26	26
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.744.750	2.744.750	14.377.634	4.786.346	4.072.530	174	148
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.013.035	5.013.035	9.744.505	5.193.337	3.462.613	104	69
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.700.000	2.700.000	6.246.532	0	0	0	0
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3.551.104	3.551.104	9.578.237	1.644.322	1.213.062	46	34
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.143.582	4.143.582	3.212.476	3.097.902	2.483.657	75	60
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	23.601.124	23.601.124	12.495.916	12.495.914	10.782.680	53	46
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	7.929.000	7.929.000	7.377.368	6.089.351	6.047.649	77	76
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	12.293.000	12.293.000	9.267.503	6.185.113	6.077.440	50	49
2876 - (EP) CAPTAÇÃO DE DOADORES DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO	300.000					0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	77.300.000	77.300.000	64.530.955	63.547.071	33.964.832	82	44
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3024 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	2.510.000	2.510.000	3.092.155	0	0	0	0
3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	2.955.130	2.955.130	1.755.130	164.095	164.095	6	6
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	710.000	1.010.000	13.572.080	0	0	0	0
3031 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	4.000.000	4.000.000	1.833.334	0	0	0	0
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	10.000	10.000	1.849.358	0	0	0	0
3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	2.000	2.000	297.576	295.576	295.576	14.779	14.779
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	13.809.969	15.779.969	23.932.506	6.944.379	3.272.988	50	24
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	4.130.000	4.130.000	5.061.283	0	0	0	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10.219.000	1.669.000	1.065.584	0	0	0	0
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	12.853.960	11.553.960	3.889.239	1.193.400	263.198	9	2
3153 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.010.000	1.010.000	0	0	0	0	0
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.000	10.000	1	0	0	0	0
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.900.000	4.900.000	4.900.000	3.006.327	2.993.559	61	61
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	650.000	650.000	0	0	0	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1.211.923	1.211.923	1.211.923	0	0	0	0
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	23.000	23.000	0	0	0	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	26.120.251	26.570.251	10.294.473	1.451.605	348.991	6	1
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	42.593.895	42.593.895	45.101.638	763.876	763.876	2	2
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	880.000	880.000	880.000	0	0	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	30.000	30.000	534.545	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	16.883.655	17.038.655	15.757.406	10.116.798	10.116.798	60	60
3642 - (EP)CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	650.000					0	0
3663 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO CURRALINHO EM BRAZLÂNDIA	800.000					0	0
3664 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA	2.545.000					0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50.000	50.000	41.250	0	0	0	0
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.326.717	13.326.717	10.633.368	6.172.505	6.159.528	46	46
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.389.000	1.389.000	1.213.621	392.767	387.990	28	28
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	19.500.000	19.500.000	13.827.111	12.377.627	10.740.872	63	55
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	3.864.000	3.864.000	4.226.269	2.806.780	2.753.519	73	71

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	473.000	473.000	7.689.655	258.307	150.467	55	32
4091 - APOIO A PROJETOS	10.000	520.000	2.869.664	0	0	0	0
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	911.214	911.214	1.185.344	0	0	0	0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	16.015.347	16.015.347	32.950.809	2.132.401	1.814.441	13	11
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000	200.000	200.000	0	0	0	0
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.850.000	4.850.000	4.248.597	4.203.695	4.119.746	87	85
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	7.173.359	7.173.359	7.411.181	1.790.784	1.773.386	25	25
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	9.000.000	9.000.000	11.500.000	11.500.000	11.500.000	128	128
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	150.597.783	150.797.783	109.122.619	104.386.179	77.086.791	69	51
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	122.408.793	122.408.793	98.359.791	97.359.791	74.332.890	80	61
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	131.333.837	138.833.837	67.240.738	38.802.142	15.082.797	30	11
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.500.000	3.500.000	9.054.186	8.745.382	7.431.705	250	212
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	197.466.429	198.416.429	212.717.223	204.359.642	173.182.203	103	88
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	30.742.886	30.742.886	48.659.463	29.311.055	16.890.380	95	55
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	8.629.999	8.629.999	22.385.130	4.816.282	2.195.659	56	25
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	129.618.744	129.618.744	173.794.169	164.104.544	149.331.933	127	115
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	47.580.832	47.580.832	14.156.858	8.369.214	6.669.564	18	14
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.006.000	3.006.000	7.750.105	4.598.230	1.330.978	153	44
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	23.000.000	23.000.000	15.449.596	15.449.595	13.618.821	67	59
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	4.651.860	4.651.860	8.098.029	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5.186.987	5.186.987	2.586.987	1.934.701	1.365.909	37	26
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000	354.000	1	0	0	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	385.680	385.680	381.200	345.930	345.930	90	90
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	44.988.262	44.988.262	76.632.292	76.520.709	76.520.709	170	170
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400	86.400	64.320	55.680	55.680	64	64
TOTAL DO PROGRAMA 6202	**1.446.539.859**	**1.444.929.859**	**1.597.156.029**	**1.263.828.933**	**981.249.320**	**87**	**68**

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 23.101 – SES , 23.202 FHB, FEPECS)


Programa 6202 - Brasília Saudável
1.600.000.000
1.400.000.000
1.200.000.000
1.000.000.000
800.000.000
600.000.000
400.000.000
200.000.000
0
1.446.539.859
1.444.929.859
1.597.156.029
1.263.828.933
981.249.320
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – ATENÇÃO PRIMARIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO: Expandir e qualificar a oferta da atenção primaria em saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais para a oferta de ações voltadas dos cidadãos quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde, a prevenção de fatores que levam ao adoecimento, para o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	1	1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas Equipes de Estratégia Saúde da Família para 50% até 2019. (SES)	23101	50	%	MAIOR, MELHOR	31,91%	-	-	-	31,91%	63,8%

Análise Qualitativa

1. Aumentar a cobertura populacional estimada pelas Equipes de Estratégia Saúde da Família para 50% até 2019.

Em relação à referida meta, existiram normatizações que alteraram os cálculos, passando a ser considerado que uma Equipe de Saúde da Família - ESF deverá abranger 3.750 pessoas no Distrito Federal, utilizando-se o limite de 750 pessoas para cada Agente Comunitário de Saúde.

Quanto aos desafios para a implementação e o alcance da meta proposta, durante o ano de 2016, tivemos o aumento da Estrutura Física bem como ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS para expandir a ESF, contratação de profissionais para consistir mais equipes de Saúde da Família e dessa forma, cadastrar no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, tornando o alcance da meta viável, principalmente no que diz respeito à contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e demais profissionais que fazem parte da ESF, como médicos de família e comunidade, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1369	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%	37,8	31/dez/14	ANUAL	50	33,90	45	50	55	SES / UO 23901/ OE 1
1370	TAXA DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA	1/ 1.000	4	31/dez/14	ANUAL	3,4	6,38	3	2,7	2	SINAN/SVS/ SES / UO 23901 / OE 1
1372	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)	%	50	31/dez/14	ANUAL	66,6	65,17	70,8	75	80	GEAD/SAPS/SES / UO 23901 / OE 1
1373	PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE	%	20	31/dez/14	ANUAL	30	-	40	60	80	SESIPE, DCCP, EABP/ SES / UO 23901 / OE 1
1689	PROPORÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA OFERTANDO PELO MENOS UMA PIS	%	58	31/dez/15	ANUAL	58,50	46,40	59	60	60,5	SES / UO 23901/ OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1369 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 67,80% do alcance da meta. Ficando 32,20% abaixo do desejado. Segundo a área técnica, há necessidade de integração com a SEDESTMIDH no planejamento de ações para melhorar a captura dos dados e a atualização do sistema, bem como atualização e recadastramento dos beneficiários por parte da SEDESTMIDH.

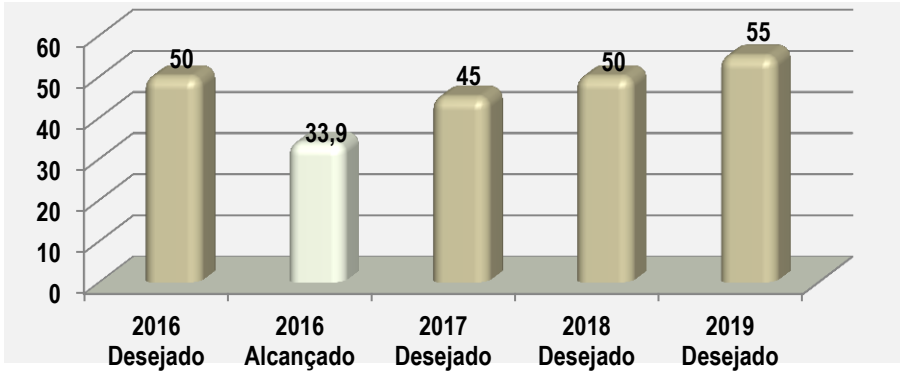
Indicador 1370 - Dados de jan-dez/2016. Dados sujeitos a alteração. Indicador quanto menor melhor. Houve um aumento de 87,65% na taxa. A transmissão vertical pode ocorrer em qualquer fase gestacional ou estágio clínico da doença materna. A transmissão vertical do T. pallidum em mulheres não tratadas é de 70 a 100%, nas fases primária e secundária da doença, reduzindo-se para aproximadamente 30% nas fases tardias da infecção materna (latente tardia e terciária).

Indicador 1372 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha atingido 97,85% da meta, ficou 2,15% abaixo da pactuada. A área técnica sugere o aprimoramento da coleta de dados, ampliar o número de equipes, melhorar a estrutura física e logística das EAD (motorista).

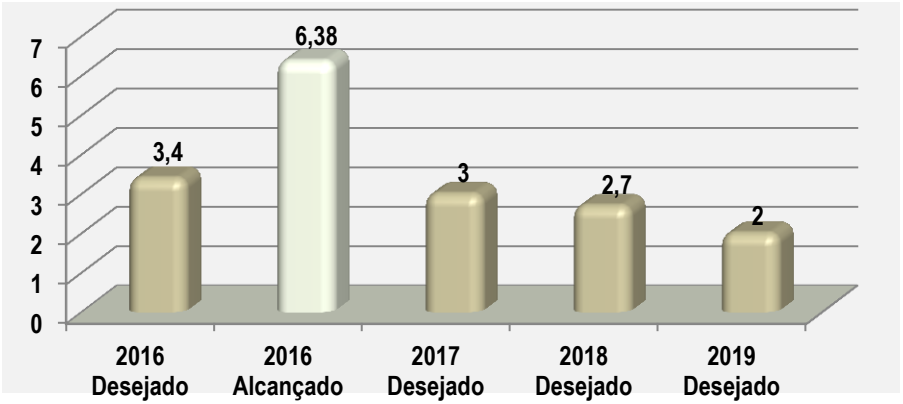
Indicador 1373 - Não Atualizado

Indicador 1689 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor.

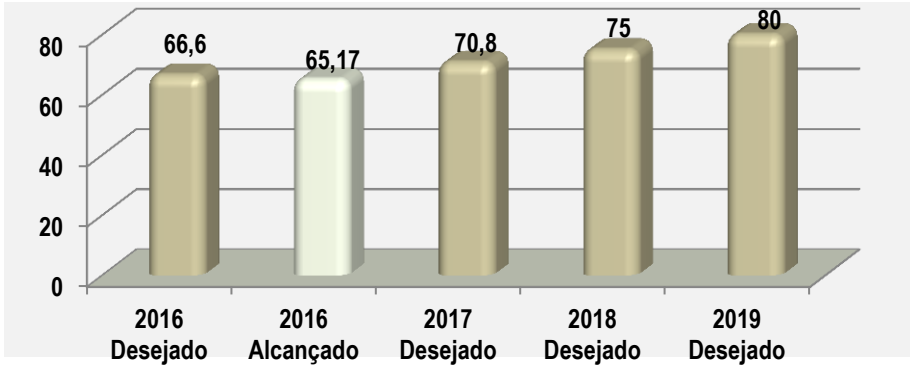
COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



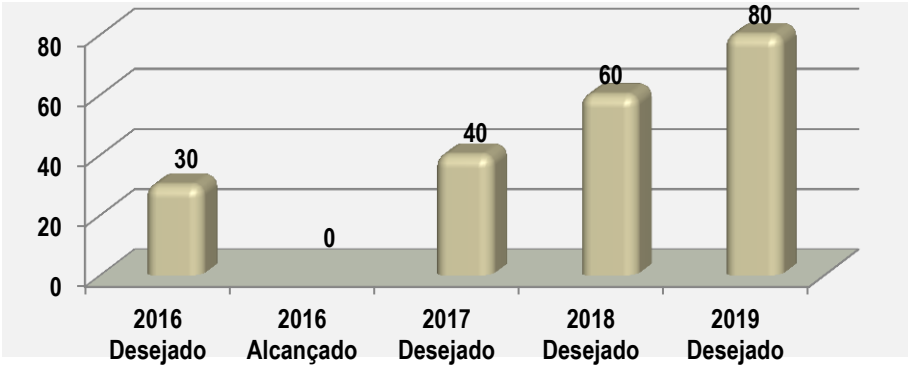
TAXA DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA



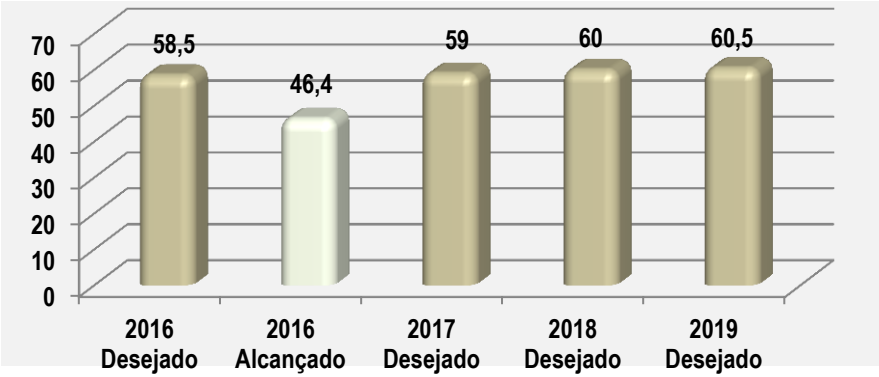
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)



PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE



PROPORÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA OFERTANDO PELO MENOS UMA PIS



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A política de atenção primária à saúde é desenvolvida por meio de um conjunto de serviços prestados por 170 estabelecimentos públicos de saúde, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. Em dezembro de 2016, a SES/DF contava com 248 equipes de Estratégia Saúde da Família - ESF, 12 Equipes de Estratégia de Agentes Comunitários - EAC, 88 Equipes de Saúde Bucal - ESB, 5 Núcleos de Apoio à Saúde da Família - ENASF e 2 Equipes de Atenção Básica - EAB, 3 Equipes de Consultório na Rua - eCR e 8 Equipes de Saúde Prisional.

No PPA 2016-2019 a meta para 2016 era de uma cobertura populacional pela estratégia de saúde da família de 40%, no entanto a cobertura alcançada em 2016 foi de 31,91%. A Região de Saúde com a maior cobertura de estratégia de saúde da família é a Região Sul (Gama e Santa Maria), e a Região com menor cobertura é a Região Centro – Norte (Asa Norte, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste e Octogonal e Varjão), região com uma concentração baixa de população vulnerável.

Para alcance das metas propostas se faz necessário: Aumento da Estrutura Física bem como ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS para expandir a Estratégia Saúde da Família, contratação de profissionais para consistir mais equipes de Saúde da família e dessa forma, cadastrar no CNES, tornando o alcance da meta viável, principalmente no que diz respeito a contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e demais profissionais que fazem parte da ESF, como médicos de família e comunidade, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No exercício de 2016, foram iniciadas as construções de três Unidades Básicas de Saúde, sendo duas unidades localizadas em Ceilândia e uma localizada em Samambaia. A construção da Unidade Básica de Saúde FERCAL iniciada por decisão judicial.

Quanto às reformas, foi concluída a Reforma do Centro de Saúde n° 05 do Lago Sul. Encontram-se paralisadas a Reforma do Centro de Saúde nº 08 do Gama, desde 22/07/2016, e a Reforma do Centro de Saúde n° 11 de Ceilândia desde 04/07/2016. A readequação para reforma de 14 Unidades Básicas de Saúde, e também para reforma da Penitenciária Feminina do Gama – UBS/PFDF serão viabilizadas por meio de uma parceria com a NOVACAP.

No que tange ao componente Ampliação de UBS, conforme PPA e PAS a previsão era de ampliação de 03 UBS no ano de 2016. Encontra-se em elaboração um Termo de Cooperação Técnica entre a SES/DF e a NOVACAP, para execução das obras, a saber: PSU Arapoanga, PSU Areal e PSU Itapoã.

Com o objetivo não só de expandir a Estratégia de Saúde da Família, mas também qualificar a rede de atenção primária já existente, foi lançado em junho de 2016, o PlanificaSUS, uma proposta de reestruturação da atenção primária do DF em parceria com o CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, pelo Governo de Brasília integrando o Projeto Brasília Saudável. Desde então, a Coordenação da Atenção Primária - COAPS e CONASS vem realizando cronograma de Oficinas na Atenção Primária no DF, além de diversas oficinas e treinamentos.

Em 2016, a SES/DF manteve a adesão ao Programa de Valorização da Atenção Básica - PROVAB e recebeu 09 médicos, sendo distribuídos nas Regionais de Saúde Ceilândia, Gama e Santa Maria, bem como manteve a adesão ao Programa Mais Médicos para o Brasil, do Ministério da Saúde - MS, tendo recebido ao longo do ano 46 médicos do referido Programa, mantendo assim a cobertura em áreas mais vulneráveis do DF e de difícil fixação de profissionais.

Entre as ações da Saúde da Criança, foram coletados 15.132,6 litros de leite humano, contemplando 8.481 receptores. Foram realizadas 125.115 consultas individuais para lactantes e lactentes na rede de banco de leite.

Os indicadores “Proporção de Óbitos Infantis Investigados” e “Taxa de Mortalidade Infantil - TMI” são acompanhados sistematicamente pela área. Dados preliminares indicam que a TMI no ano de 2016 está em torno de 12,4/1.000 nascidos vivos - NV (dados preliminares). Com relação à investigação dos óbitos, dos 423 óbitos notificados, 66% se encontram em investigação. Em tempo, informamos que a conclusão da investigação dos óbitos infantil e fetal relativos ao ano de 2016 findará após transcorridos os primeiros 120 dias do ano de 2017.

O número total de famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família - PBF, a serem acompanhadas pelas equipes de saúde, foi de 69.626 na primeira vigência de 2016 (janeiro a julho); o número de famílias totalmente acompanhadas foi em torno de 33.133, perfazendo o percentual de cobertura de 47,58%.

A segunda vigência ainda está em andamento e com término previsto em 20 de janeiro de 2017. O número total de famílias beneficiárias a serem acompanhadas pelas equipes de saúde é de 68.086 (agosto a dezembro); o número de famílias totalmente acompanhadas é da ordem de 16.008, perfazendo o percentual de cobertura anual de 23,51%.

No caso da Sífilis congênita, a meta pactuada de 6,38%, para 2016, para o indicador taxa de casos novos de sífilis congênita, não foi alcançada, pois, entre outros fatores, tivemos reflexo do desabastecimento de medicamento – penicilina - em nível mundial, especialmente no início de 2016. Ainda há a dificuldade no atendimento e tratamento do parceiro da gestante considerando suas necessidades especificas.

Houve o aumento de novos serviços em Prática integrativa em Saúde - PIS, Hatha Yoga, Reiki,Shantala e Tai Chi Chuan, e parcerias com inserções de Práticas Integrativas em saúde na Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Meio Ambiente do DF, perfazendo um total de 277 serviços em PIS, devido a maior sensibilização. A Acupuntura e Homeopatia realizou 02 novos serviços no HRS e CSB 13 respectivamente.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE: Ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada (média e alta complexidade), por meio da adequação das estruturas físicas, tecnológicas e das ações em saúde que a compõem.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD. OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	2	1	Adequar a taxa de ocupação de leitos hospitalares do DF para 80% dos leitos de internação, seguindo os parâmetros do MS nos próximos quatro anos; (SES)	23101	80	%	MAIOR, MELHOR	74,7	-	-	-	74,7	96,4
6202	2	2	Implementar centrais de laudos integradas e digitalizadas para cada uma das especialidades: Radiologia e Patologia Clínica até 2019; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6202	2	3	Implantar em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, no mínimo, 03 protocolos de segurança do paciente ("Higienização das Mãos", "Identificação dos Pacientes" e "Cirurgia Segura"), conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM/MS nº 529/2013) e RDC 36/2013 da ANVISA; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	60
6202	2	4	Aumentar a oferta de serviços à regulação em 30% para redução das filas de espera. (SES)	23101	30	%	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	0	0
6202	2	5	Implantar as técnicas de imunohistoquímica em 03 núcleos de Anatomia Patológia e Citopatologia nos Hospitais de Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho.	23101	3	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Adequar a taxa de ocupação de leitos hospitalares do DF para 80% dos leitos de internação, seguindo os parâmetros do MS nos próximos quatro anos

No alcance de 74,7% como taxa de ocupação de leitos hospitalares no DF, destacamos que para atingir este índice a gestão de leitos tem trabalhado na rotatividade de internação nos leitos de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, box, PS Clínica Médica e Cirúrgica, Maternidade e Ginecologia, procurando sempre atingir grande capacidade de ocupação dos leitos disponíveis na Rede SES/DF. A Gestão de Leitos tem realizado diariamente a evolução dos pacientes internados em CM e CG; visitas constantes aos Pronto Socorros, verificando suas ocupações e conversando com as equipes assistências sobre as necessidades dos pacientes; constante busca pela alta hospitalar de pacientes que possam ser acompanhados em atenção domiciliar; conhecer pacientes que estão sob pendencias sociais que impossibilitam desocupação de leitos; constantes acompanhamento de leitos bloqueados com objetivo de desbloqueá-los. Salientamos algumas dificuldades encontradas para atingir o referido percentual, como déficit de recursos humanos; demora nos pareceres em unidades que não detém profissionais da especialidade necessária, atrasando altas; falta de insumos para realização de exames; falta de manutenção de equipamentos, entre outros.

2. Implementar centrais de laudos integradas e digitalizadas para cada uma das especialidades: Radiologia e Patologia Clínica até 2019

A central de Laudos de Radiologia está com projeto lógico pronto na Gerência. Porém, aguarda o projeto de instalação física, sob responsabilidade da SINFRA. A etapa de digitalização da radiologia nas unidades está 100% implementada.

A central de Laudos de Patologia Clínica foi reduzida para projeto piloto na Superintendência Centro Sul, ainda em discussão com a SAIS sobre a viabilidade de execução.

3. Implantar em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, no mínimo, 03 protocolos de segurança do paciente ("Higienização das Mãos", "Identificação dos Pacientes" e "Cirurgia Segura"), conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM/MS nº 529/2013) e RDC 36/2013 da ANVISA

Dos 15 hospitais da rede SES/DF, 60% detém os 03 protocolos sugeridos implantados; 7,5% estão com 02 protocolos sugeridos implantados e 6,67% estão com 01 protocolo sugerido implantado.

4. Aumentar a oferta de serviços à regulação em 30% para redução das filas de espera

Não atualizado pela área.

5. Implantar as técnicas de imunohistoquímica em 03 núcleos de Anatomia Patológia e Citopatologia nos Hospitais de Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho

O projeto de implantação para estas Unidades estava em sobrestado devido à falta de dotação orçamentária. A atual gestão retomou o projeto e está em andamento. Estima-se que a unidade do HRT seja implementada em 2017.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1374	COBERTURA DE LEITOS HOSPITALARES POR HABITANTES DA REGIÃO	1/ 1.000	1,8	31/dez/14	ANUAL	1,8	2,57	2	2,25	2,5	CENES/IBGE/SES / UO 23901 / OE 2
1375	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA	DIA	11,9	30/abr/15	ANUAL	11,9	29,70	11,9	11,9	11,9	SIS/SES / UO 23901 / OE2
1547	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEONATAL	DIA	24,4	30/abr/15	MENSAL	24,4	22,26	24,4	24,4	24,4	SIS/SES / UO 23901 / OE2
1548	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL	DIA	20	30/abr/15	MENSAL	14	18,59	12	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1549	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA	DIA	7	30/abr/15	MENSAL	6	7,97	5	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1550	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA	DIA	15	30/abr/15	MENSAL	12	14,44	10	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1551	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO	DIA	10	30/abr/15	MENSAL	8	10,35	6	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1552	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA	DIA	10	30/abr/15	MENSAL	8	6,17	6	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1553	MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO	DIA	5-6	31/dez/14	ANUAL	5	5,21	4	3	1	SES/DF / UO 23901 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1374 - Dados de jan-dez/2016. Cálculo adotado considerou a fórmula adotada pela PRT-GM-MS-1.101/2002, revogada em out/2015 pela PRT-GM-MS-1.631/2015. Houve mudança no método de cálculo. O que é considerado nesta mudança é a necessidade da populaçao para determinados tipos de leitos. Assim sendo, sugere-se que para o ano de 2018 este indicador seja mudado o método de cálculo. Razão porque embora superado não reflete a realidade ora existente e adotada pela política nacional na cobertura de leitos.

Indicador 1375 - Dados de jan-dez/2016. Segundo a área o resultado reflete que a longa permanência está diretamente ligada a ausência de leitos de cuidados prolongados e de internação domiciliar de alta de complexidade.

Indicador 1547 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 2,14 dias entre o desejado e alcançado representa 8,77% de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

Indicador 1548 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. O tempo de permanência em leitos de UTI Geral carece de uma análise detalhada por parte da área técnica para apontar os motivos, visto que a variação de 4,59 dias significa um aumento de 32,77% de permanência no leito.

Indicador 1549 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 1,97 dias representa 32,83% de aumento no tempo de permanência que pode está associada a diversos motivos, devendo a área técnica detalhá-los em outra oportunidade, visto que os dados ainda não estavam disponíveis.

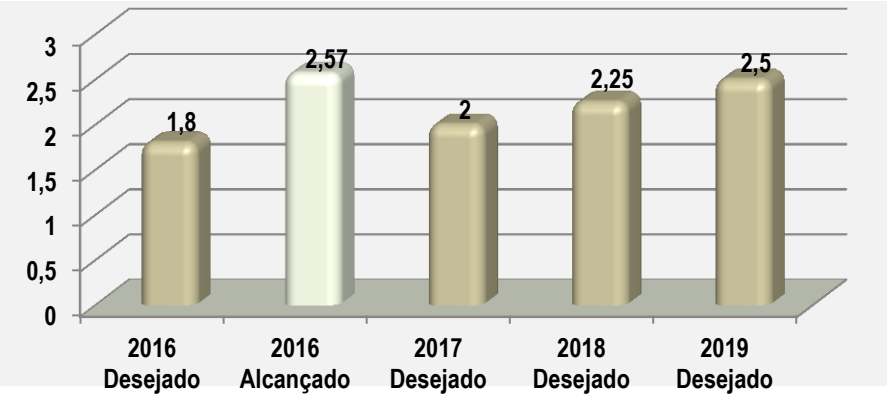
Indicador 1550 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,44 dias. Cabe esclarecer que o único hospital especializado existente no DF, é o HBDF, que atende toda a população de forma geral, independente de depender do SUS ou ter plano privado. Todos são atendidos no HBDF.

Indicador 1551 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,35 dias representa 29,38% de aumento no tempo de permanência na UTI que segundo a área técnica demanda leitos com capacidade de hemodiálise.

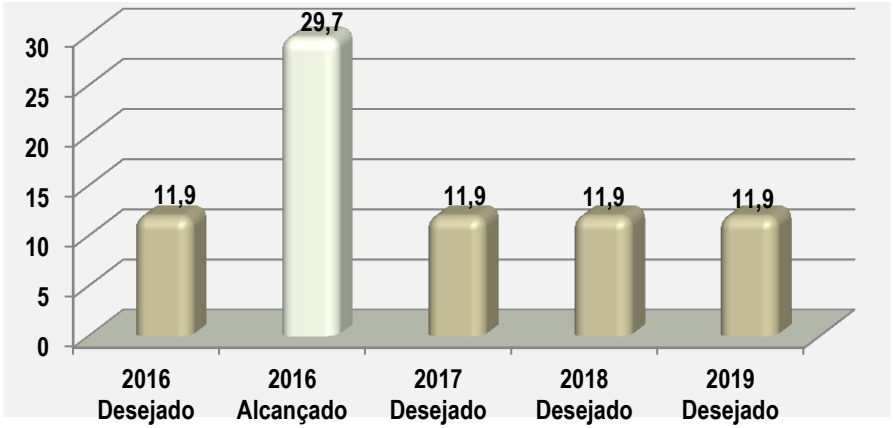
Indicador 1552 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 1,83 dias entre o desejado e alcançado representa 22,88 de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

Indicador 1553 - Dados de jan-dez/2017. Indicador quanto menor melhor. A variação em 0,21 dias entre o desejado e alcançado representa 4,20% de aumento do tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

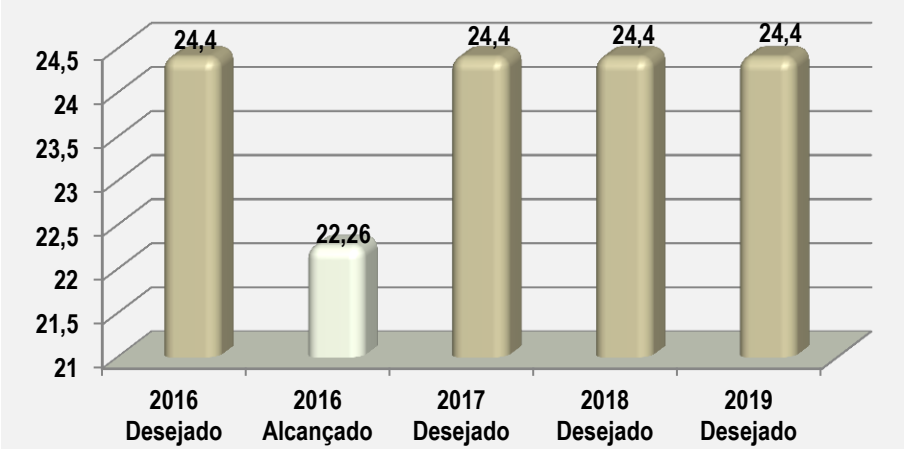
COBERTURA DE LEITOS HOSPITALARES POR HABITANTES DA REGIÃO



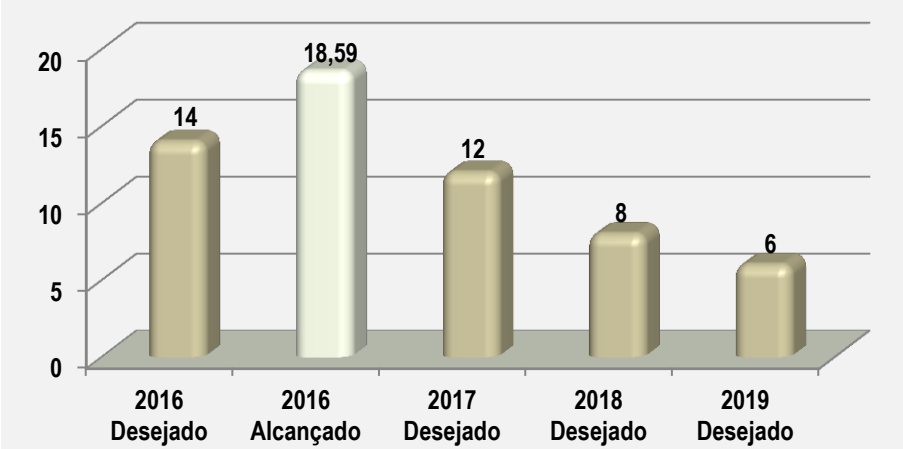
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA



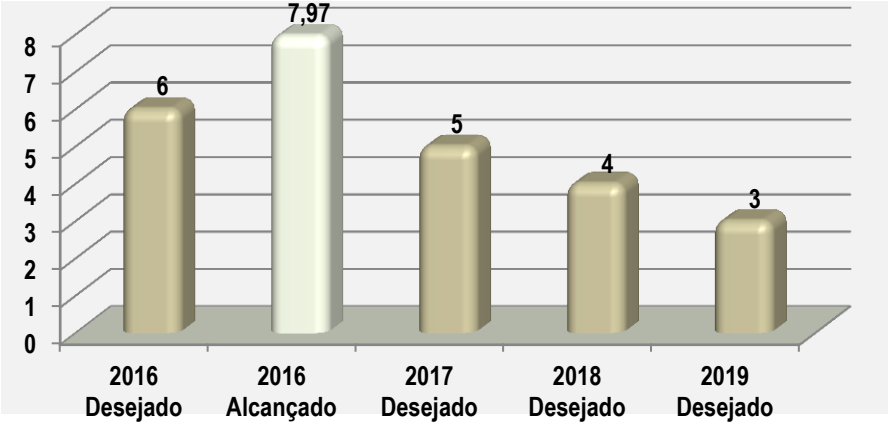
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEONATAL



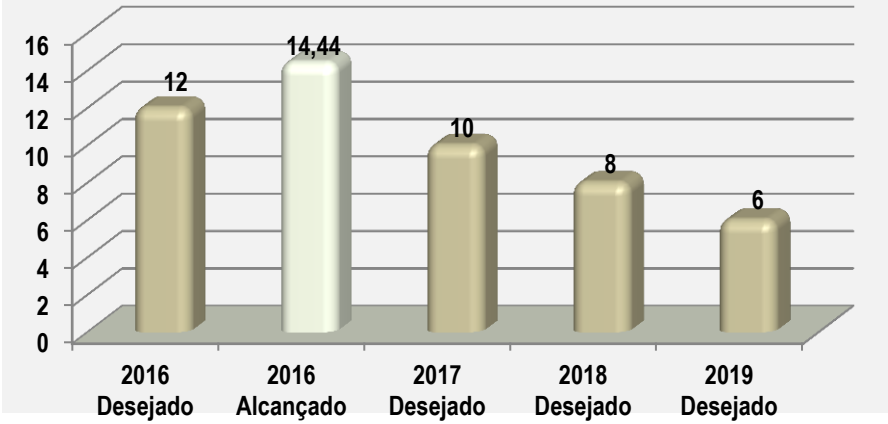
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL



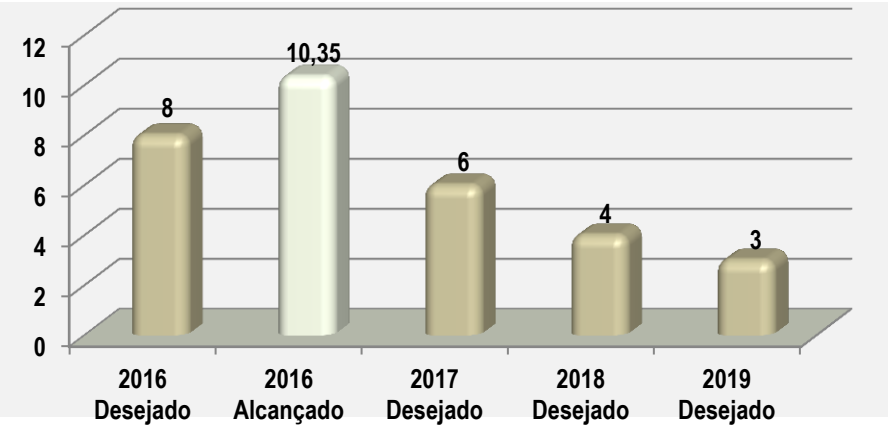
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA



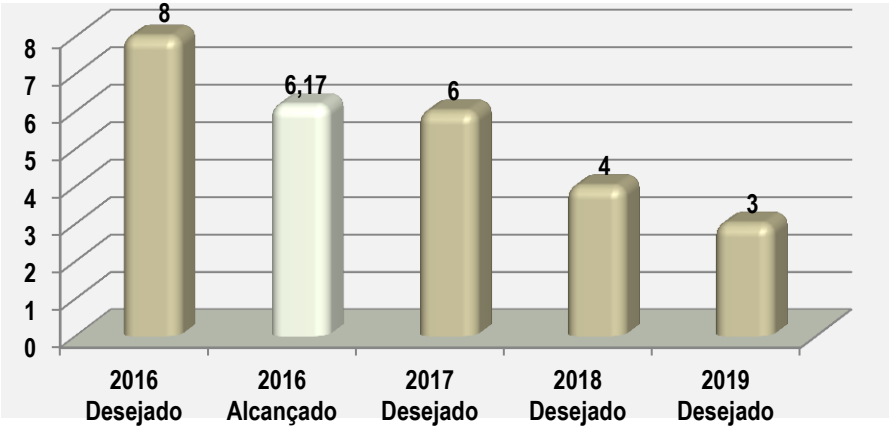
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA



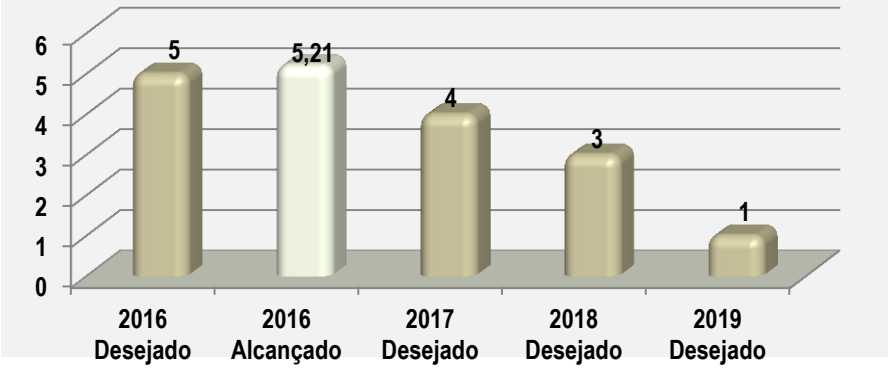
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO



TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA



MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A atenção especializada é realizada predominantemente nos hospitais da rede própria, com objetivo de implementar as ações de saúde de média e alta complexidade, com o desenvolvimento de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Os grandes desafios atuais, relacionados a essa área incluem a necessidade de incrementar a qualidade dos serviços secundários e terciários prestados à população, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, bem como a necessidade de ampliação do acesso, de implementação de acolhimento eficiente e humanizado com atendimento integral e resolutivo incluindo o suporte para operacionalizar ações em serviço social, acesso integral aos serviços de nutrição e a atenção especializada em saúde bucal.

Quanto aos recursos médicos especializados, foram realizadas as ações coordenadas em conjunto com a assistência especializada, tais como a implantação do projeto de cirurgias de pequena e média complexidade no HRSAM; contratação de serviços em cardiologia ICDFcontratação de serviço para realização de vitrectomias, contratação de serviço para realização de catarata, reelaboração do protocolo de injeção intravítrea de antiangiogênco, manutenção dos serviços de eletroencefalograma, realização do TAC de joelho e ombro, parceria SES/DF e SES/GO para tratamento pacientes trauma ortopédico, mapeamento e parametrização dos ambulatórios de especialidades pediátricas, reabertura da sala de parto no HRSM, entrega de 20 cardiotocógrafos, reestruturação das portas de atendimento de PS em clínica médica, execução da obra na capela de manipulação de quimioterápico – HRT, dentre outras ações.

Alta Complexidade

Quanto ao serviço de TRS, a rede dispõe de três unidades prestadoras habilitadas pelo Ministério da Saúde, cujos procedimentos ambulatoriais são realizados e ressarcidos através de laudos de APAC (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade) e oito serviços contratados que prestam serviço em Terapia Renal Substitutiva que totalizam 1.044 vagas de hemodiálise (HD) e 286 de diálise peritoneal (DP).

Uma parte dos custos envolvidos na realização dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados na SES/DF é custeada pelo próprio GDF, enquanto que a complementação é feita pelo Ministério da Saúde.

Do total geral de procedimentos de alta complexidade ambulatoriais registrados por APAC no DF, mais de 39% (14.536) corresponde ao grupo da Oncologia (quimioterapia com hematologia e radioterapia). Portanto, essa área de atuação pode ser compreendida como a mais onerosa e que exige maior quantidade de recursos para investimentos, mas também como uma das que mais gera faturamento para reembolso pelo Ministério da Saúde.

De janeiro a dezembro de 2016, dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados pela SES/DF e autorizados pela GAAC/DIASE, foram registrados um total de 37.117 laudos, o que representa um acréscimo de 3,46% com relação ao total geral de APAC do ano anterior (Fonte: Intranet - SES/DF).

Atenção Domiciliar

O público alvo prevalente do Programa de Internação Domiciliar - PID é o de idosos portadores de doença crônica agravada com incapacidade funcional e dependência física para as atividades da vida diária, com necessidade de um cuidador para seu acompanhamento, sob orientação da equipe de saúde. No ano de 2016, o Programa teve o total de 8.845 pacientes cadastrados, sendo que 1093 eram pacientes idosos ativos (68,5% do total). Ademais, neste ano, não houve credenciamento e implantação de novas equipes de AD, permanecendo o mesmo percentual de 67% de cobertura populacional, considerando a população estimada de 2012, período no qual foi aprovado o Plano de implantação de AD no DF.

Odontologia

No âmbito do serviço de Odontologia, foram realizadas de janeiro a outubro de 2016, 267.300 consultas odontológicas, atendimentos na Atenção Primária e Especializada, e 1588 atendimentos domiciliares. Atualmente, tem-se 88 Equipes de saúde Bucal - ESB na Rede SES/DF. A SES/DF tinha como meta, na Atenção Básica, consistir 10 novas Equipes de Saúde Bucal na

Estratégia Saúde da Família no ano de 2016. No entanto, foi possível consistir 04 novas equipes. Com este aumento e com a regularização dos CBO e cargas horárias dos servidores, houve a ampliação para 33,57% na cobertura de saúde bucal em 2016 dentro do Programa da Estratégia de Saúde da Família.

Construções, Ampliações e Reformas

Na atenção especializada foi concluída a Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF.

A Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do Hospital Regional do Gama está sendo financiada com recurso de entidade de ensino privada (FACIPLAC).

DESCRIÇÃO DA OBRA / SERVIÇOS – Reformas	RA / LOCAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	(*) % CUMPRIDO
Reforma da Farmácia Central do Bloco Administrativo e das Fachadas do Prédio da Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	I	3223.0003	44,00%
Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	I	4137.0001	100,00%
Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do HRG	II	-	70,00%

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – REDES DE ATENÇÃO: Organização, implementação e expansão das Redes de atenção à saúde, orientadas a partir da Atenção Primária à Saúde para ampliação do acesso e da assistência com qualidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD. PROG	COD. OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019 (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	3	1	Reduzir o número de trotes para 10% até 2019; (SES)	23101	10	%	MENOR, MELHOR	7%	-	-	-	**7**	**70,0%**
6202	3	2	Reduzir o "Tempo resposta" de atendimento do SAMU para 12 minutos; (SES)	23101	12	MIN	MENOR, MELHOR	39,32	-	-	-	**39,32**	**327,7%**
6202	3	3	Reduzir o número de óbitos para 3% no atendimento pré-hospitalar (via pública, logradouros, e viaturas); (SES)	23101	3	%	MENOR, MELHOR	2%	-	-	-	**2**	**66,7%**

COD. PROG	COD. OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019 (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	3	4	Qualificar 30 viaturas USBs e 7 viaturas USAs do SAMU/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré-requisitos estabelecidos pelo MS (Portaria GAB/MS nº-1010/2012 DE 21/maio 2012); (SES)	23101	37	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	3	5	Estruturar 01 ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com Equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Condutor, de acordo com a Portaria SES/DF Nº 95, de 20 de maio de 2009 e Portaria SES/DF Nº 82, de 27 de maio de 2011;	23101	1	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	100,0
6202	3	6	Implantar 4 Serviços de Residências Terapêuticas (SRT's); (SES)	23101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	3	7	Qualificar 75% das Equipes Multiprofissionais dos Serviços de Saúde Mental no Distrito Federal; (SES)	23101	75	%	MAIOR, MELHOR	10,64	-	-	-	10,64	14,2
6202	3	8	Reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM nas primeiras 48 horas para 8%; (SES)	23101	8	%	MENOR, MELHOR	2%	-	-	-	2	25,0
6202	3	9	Aumentar em 10% o número de pacientes submetidos a trombólise no Acidente Vascular Cerebral- AVC nas primeiras 4 horas; (SES)	23101	10	%	MAIOR, MELHOR	5%	-	-	-	5	50,0
6202	3	10	Diminuir o tempo de resposta ao Trauma para 12 minutos; (SES)	23101	12	MIN	MENOR, MELHOR	-	-	-	-	0	0,0
6202	3	11	Reduzir a taxa de ocupação dos prontos-socorros para 90% até 2019; (SES)	23101	90	%	MENOR, MELHOR	-	-	-	-	0	0,0

Análise Qualitativa

1. Reduzir o número de trotes para 10% até 2019

Para o monitoramento desta meta, foram utilizadas duas detecções:

A primeira trata-se do "Trote (qualificado pelo operador)", que no ano de 2016 atingiu a média de 7% do total de ligações 69.507/ chamados, tendo a média de 190/dia classificados como trote.

A atuação do Projeto Samuzinho nas escolas da rede pública e privada, no ano passado, atuou em 5.782 alunos, professores e todos os funcionários das escolas, prioridade feita através pelo rastreio de maior índice de chamados das cidades satélites, uma das razões mais significativas para a queda destes valores. No segundo semestre deste ano, o total de chamados classificados como trote do mês de agosto para o mês de dezembro atingiu uma redução de 23,32%.

A segunda trata-se do “Incidente desconhecido no local – Trote”: Este é o item mais oneroso, devido ao envio da viatura, gastos com a equipe, insumos, além da viatura deixar de atender uma ocorrência. Observatório tem rastreado o modo de classificação deste incidente e da possibilidade de estar sendo subnotificado como “Localização não encontrada ou inexistente” e “Paciente não está no local”.

2. Reduzir a “Tempo resposta” de atendimento do SAMU para 12 minutos

Desde o ano de 2015, vários fatores contribuíram para o aumento gradativo do tempo resposta, um indicador importante para redução da taxa de mortalidade e sequelas, porque a meta do Atendimento Pré-Hospitalar é a redução do tempo de limitação na oxigenação, hemodinâmica, e alteração no metabolismo do corpo humano. O cálculo é feito a partir da chegada da ligação ao médico regulador até a chegada da Equipe ao endereço solicitante da ocorrência. Os fatores negativos nestes meses, destes dois últimos anos, dados apresentados em todos os relatórios de prestação de contas e informações, necessários para auditagem do serviço de saúde, foram discutidos e trabalhados para evitar seu crescente o que prejudica o atendimento do usuário da saúde.

Após a análise de mais de 10.000 fichas Guia de Atendimento de Emergência - GAE com os dados do SAL, foram detectados fatores, sendo os de maiores incidências:

1) Divergência real no escrito da ficha de atendimento (GAE), e no tempo registrado pelo sistema SAU/SAMU;
2) Chegada no local sem comunicação por áudio do tempo real;
3) Dificuldade de notificação via *tablet* ou celular.

Detectado tais incidentes, os membros do Observatório-SAMU iniciaram as equipes USBs e USAs, em outubro/2016, campanha interna de “Otimização do Tempo-Resposta priorizando:

1) Sensibilizar as equipes quanto a importância e necessidade da manutenção do status atualizado a tempo e a hora;
2) Dar maior autonomia aos Rádios Operadores para monitoramento das equipes via GPS;
3) Atuar em parceria com todos os núcleos para orientação dos atores envolvidos no trabalho de APH desde os TARM, Medico Regulador, Operadores de Frota e Equipe de viaturas na redução do tempo-resposta.

A campanha permanece como efetividade da educação permanente e continuada focando o melhor atendimento ao usuário desde a criação da ocorrência até a chegada da equipe objetivando a redução do tempo-resposta.

3. Reduzir o número de óbitos para 3% no atendimento pré-hospitalar (via pública, logradouros e viaturas)

Analisando os dados referentes aos óbitos, o comparativo de 2014 para 2016 apresenta diminuição significativa e importante, devido às condições técnicas dos trabalhadores e uso do autopulse, treinamento e protocolo novo do ATLS, e encaminhamento do usuário rapidamente a emergência do hospital ou UPA mais próximos do local de atendimento. Os óbitos denominados “Óbito sem intervenção* (constatação) são apenas constatados/notificados pela equipe do SAMU apresentando sinais: Livor Mortis, Algor Mortis e/ou Rigor Mortis.

Houve mudança na nomenclatura do Sistema SAL/INOVA, para melhor descrição após a solicitação da inserção das subclassificações em fevereiro de 2016 sendo assim diferenciado a partir da data o “Óbito pós PCR” e “Óbito sem intervenção (constatação)”. Atualmente é possível a investigação dos óbitos pós Reanimação Cardio Pulmonar – RCP e possibilita detectar com melhor clareza os óbitos que não houve a assistência direta do SAMU, descritos como sem intervenção-constatação.

4. Qualificar 30 viaturas USBs e 7 viaturas USAs do SAMU/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré- requisitos estabelecidos pelo MS (Portaria GAB/MS nº-1010/2012 DE 21/maio 2012)

Em novembro 2013, iniciou-se Auditoria da Corregedoria Geral da União, onde foram apontados todos os pontos frágeis a serem corrigidos conforme as Portarias da criação da Coordenação Geral de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde – CGUE/MS, com relatório emitido e enviado a SES/DF por volta de julho 2014. Por falta de resposta ao relatório da CGU, foram enviados funcionários da CGUE/MS para vistoriar os pontos frágeis que seriam corrigidos para evitar a desabilitação das viaturas, o que não foi cumprido.

Em virtude deste descumprimento a CGUE/MS, devido a apresentação de excelência do atendimento do SAMU/DF, provocou o corte do repasse proveniente do MS por viaturas, mantendo o repasse da regulação e nove Motolâncias.

A Habilitação permanece por um tempo determinado, até que se cumpram as falhas evidenciadas nos relatórios dos funcionários da CGUE/MS, como a caracterização das bases de acordo com o protocolo do MS, os seguros das viaturas, e a produtividade com atuação de todas as viaturas habilitadas.

O projeto de qualificação está descrito desde 2014, no entanto está aguardado o cumprimento normativo das bases e viaturas para ser enviado.

5. Estruturar 01 ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com Equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Condutor, de acordo com a Portaria SES/DF Nº 95, de 20 de maio de 2009 e Portaria SES/DF Nº 82, de 27 de maio de 2011

Conforme apresentado no Conselho de Saúde do Distrito Federal, através do Plano Distrital de Saúde 2016-2019, o Núcleo de Saúde Mental - NUSAM tem funcionado, a partir de junho 2016, com equipe completa, Médico, Enfermeira, Psicólogo, Assistente Social, mas envolvendo muitas horas extras, passou a funcionar em Viatura de Intervenção Rápida, 24 horas por dia, com um profissional de saúde regulador em saúde mental. A viatura que atende clinicamente e com remoção em maior número de atendimento e a USB. O percentual 12,5% do número de atendimento trata-se de emergências psicossociais.

No protocolo de atendimento da saúde mental, a equipe especializada realiza a prevenção ao suicídio. A estatística demonstra aproximadamente 5 casos de tentativas de suicídio por dia, como também, atendimento por telessaúde e atendimento das ocorrências, a tempo e a hora, 1 a 4 intervenções posteriores, por tele atendimento, de forma a vincular o paciente na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. No atendimento da psicotraumatologia, a equipe executa os primeiros socorros psicológicos e psicossociais, como também a prevenção do estresse pós-traumático em situações de violência, acidentes, desastres e catástrofes.

6. Implantar 4 Serviços de Residências Terapêuticas - SRT's

Em 2016, foi elaborado Projeto Básico para aquisição de imóveis para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos no Distrito Federal e autuado o Processo nº 0060-009411/2016, em setembro de 2016.

7. Qualificar 75% das Equipes Multiprofissionais dos Serviços de Saúde Mental no Distrito Federal

Em 2016, foi realizado a "V Jornada de Prevenção do Suicídio", para 61 profissionais de saúde. Representa 10,64% dos profissionais capacitados do total de 573 que atuam nas equipes de saúde mental do DF, ou seja, a meta de 10 para 2016 foi atingida, no entanto é necessário promover mais capacitações sistematizadas aos profissionais que atuam nas equipes de saúde mental.

8. Reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM nas primeiras 48 horas para 8%

Foi realizado treinamento no uso do anti-agregante plaquetário que integra a Linha de Cuidado do IAM. Não houve desabastecimento do anti-agregante plaquetário (tencteplase) o que facilitou o êxito do planejamento. Há necessidade de treinamento dos servidores atuantes nas portas de emergência fixas.

9. Aumentar em 10% o número de pacientes submetidos a trombólise no Acidente Vascular Cerebral - AVC nas primeiras 4 horas

Foi possível cobrir, no que tange ao atendimento da Linha de Cuidado do AVC, dentro do centro de referência (HBDF), a taxa preconizada pelo Ministério da Saúde.

10. Diminuir o tempo de resposta ao Trauma para 12 minutos

Informamos que não há instrumentos aos quais possibilitem quantificar este dado, mas que está em andamento uma proposta de análise efetiva da meta estipulada.

11. Reduzir a taxa de ocupação dos prontos-socorros para 90% até 2019

Informamos que não foi possível a verificação da meta, visto que não há um sistema de informação que seja possível a extração/tabulação desses dados para análise da meta estipulada no ano de 2016, entretanto ressaltamos que ferramentas de trabalho estão sendo elaboradas no sentido de melhorar a rotatividade dos leitos com o objetivo de reduzir a taxa de ocupação bem como sua análise.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1376	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	1/ 1.000	11,5	30/abr/15	ANUAL	11,2	10,92	10,9	10,6	10,3	SIM/ SES / UO 23901 / OE 3
1377	PERCENTUAL DE PARTO NORMAL	%	61,3	30/abr/15	ANUAL	63	62,85	65	67,5	70	SIH/ SINASC/ SES / UO 23901 / OE 3
1378	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,31	31/dez/14	ANUAL	0,3	0,18	0,32	0,5	0,7	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
1379	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,22	31/dez/14	ANUAL	0,22	0,03	0,10	0,25	0,35	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
1381	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1/ 1.000	0,52	31/dez/14	ANUAL	0,54	0,53	0,49	0,52	0,55	(CNES)/ População (IBGE)/SES / UO 23901 / OE 3
1690	COBERTURA DE CUIDADOS PALIATIVOS AMBULATORIAIS PARA PACIENTES COM CÂNCER	%			ANUAL	-	Não Atualizado	20	30	50	SISREG/ HOSPITAL DE BASE E DE APOIO/ UO 23901/ OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1376 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Dado parcial sujeito a alteração tendo em vista que o banco de dados do Ministério da Saúde fecha o sistema SIM e SINASC em jun/2017. O resultado parcial demonstra queda na mortalidade infantil no DF e tende a se manter.

Indicador 1377 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Este considera os partos normais realizados na rede própria. Ao considerar todo o DF (público e privado) este resultado passa para 46,30%. Observa-se que os hospitais privados realizam mais partos cesários. Para o ano de 2018 a área técnica sugere a inclusão da rede suplementar, tendo em vista que a nível nacional este indicador passou a partir de 2017, ser obrigatório a informação. Assim sendo, como saúde pública será obrigatório.

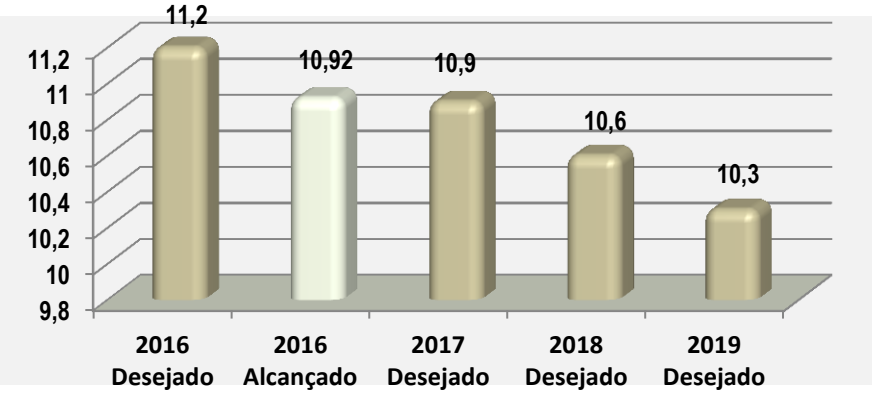
Indicador 1378 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha alcançado 60% da meta, segundo a área técnica é necessário qualificar as equipes para o rastreio citológico de qualidade (captação, coleta e laudo), com ênfase na população de risco de 25 a 64 anos.

Indicador 1379 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. A falta de manutenção dos mamógrafos tem sido apontado pela área técnica como fator crítico de sucesso, além da falta de profissionais para operar os existentes (médicos radiologistas e técnicos). Poucas agendas são abertas para exames de mamografias, o que dificulta ainda mais a oferta.

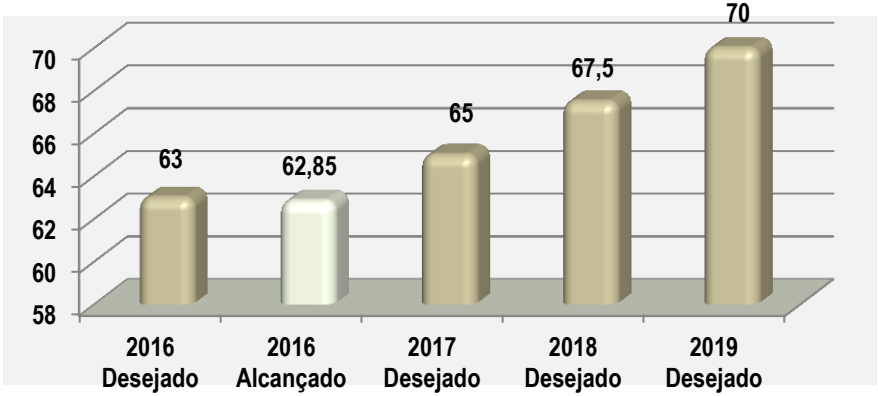
Indicador 1381 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado mostra um alcance da meta de 98,15%. Para cálculo deste indicador são considerados apenas os CAPS que estão habilitados no Ministério da Saúde, 14. Que recebem recursos por atender todos os requisitos de funcionamento. Até dez/2016 a SES-DF estava com 17 CAPS em funcionamento, deste 3 sem habilitação junto ao Ministério da Saúde.

Indicador 1690 - Não Atualizado

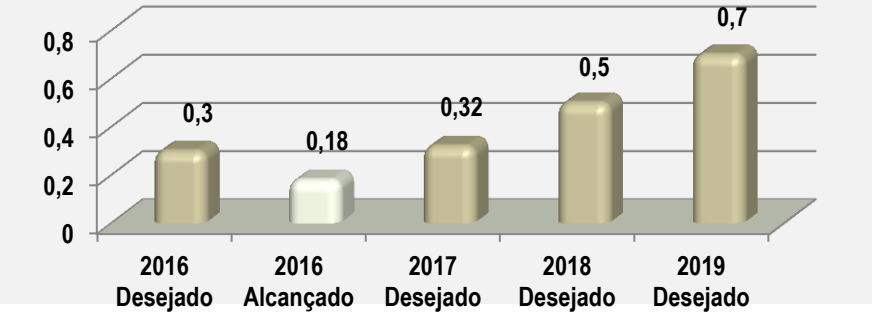
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



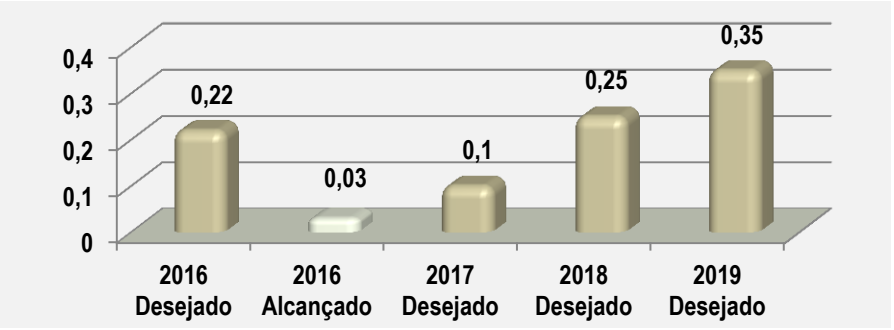
PERCENTUAL DE PARTO NORMAL



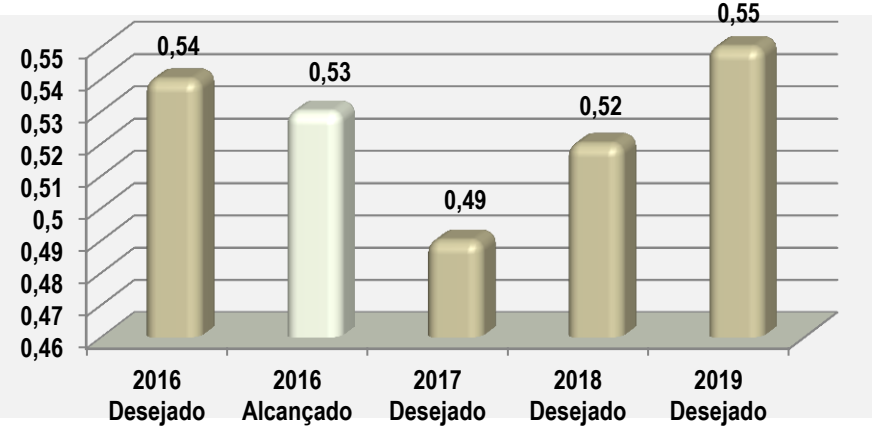
RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA



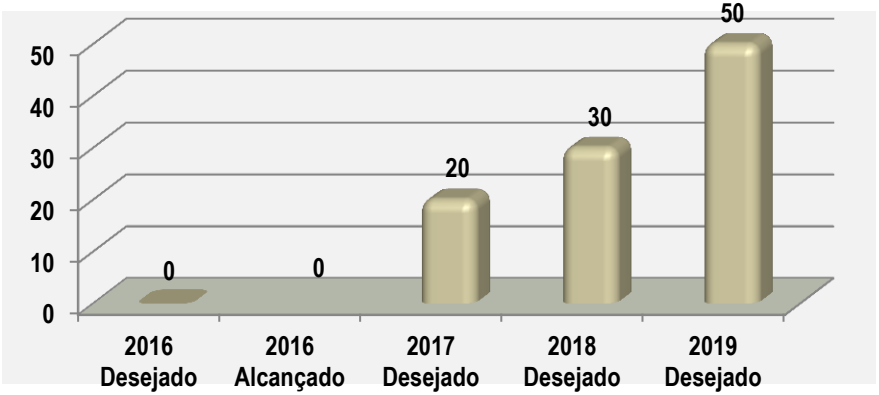
RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA



COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL



COBERTURA DE CUIDADOS PALIATIVOS AMBULATORIAIS PARA PACIENTES COM CÂNCER



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	3	1	Intensificação das articulações das Redes de Atenção do DF para fortalecer as pactuações de fluxos e de protocolos visando garantir a atenção integral em Saúde Mental; (SES)	23101	10%	A estruturação da equipe do NUSAM, a partir do 2º quadrimestre de 2016, fortalece a atenção em saúde mental na Rede de Urgência e Emergência garantindo a implementação dos fluxos e protocolos do MS para equipe de saúde mental móvel.
6202	3	2	Indução da implementação de Políticas Transversais e Intersetoriais; (SES)	23101	-	-
6202	3	3	Promoção de iniciativas de cultura, fóruns de discussão temáticos, simpósios e seminários intra e intersetorial; (SES)	23101	-	-
6202	3	4	Estabelecimento/ pactuação de fluxos de referência e contra referência entre os diferentes componentes da rede; (SES)	23101	-	-
6202	3	5	Estruturação de 60 equipes treinadas no Controle do Tabagismo, programa "Brasília sem Tabaco" até 2019; (SES)	23101	50%	Capacitação de 30 equipes de profissionais de saúde, empresas e do sistema sócio educativo
					21%	Estruturação de 13 equipes realizando atendimento a fumantes em unidades de saúde SES - DF
6202	3	6	Estruturação de um Centro de Orientação sobre os Fatores de Risco no Núcleo de Prevenção/GECAN/DIASE/SAS/SES-DF que executará ações educativas preventivas para 100% da demanda solicitada por unidades de saúde pública, privadas e demais instituições demandantes até 2019. (SES)	23101	30%	As demandas vem sendo respondidas pela equipe técnica de controle de tabagismo da GCV

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Rede de Atenção Psicossocial

Existem hoje no DF 17 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS em funcionamento, destes um CAPS está na modalidade I, cinco CAPS modalidade II, um CAPS modalidade III, dois CAPS Infanto-Juvenil, 4 CAPS Álcool e Drogas, e 4 CAPS Álcool e Drogas modalidade III.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os serviços implantados que estão credenciados junto ao Ministério da Saúde. Deve-se considerar que o cumprimento dos critérios de credenciamento dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS junto ao Ministério da Saúde depende do esforço coletivo de vários setores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e do próprio GDF.

Considerando somente os serviços habilitado no SCNES e a população estimada para o DF em 2015 pelo IBGE, a cobertura é de 0,53, uma cobertura adequada segundo os parâmetros do Ministério da Saúde.

No que se refere à implantação dos Centros de Atenção Psicossocial foram acompanhados os processos de construção, reforma ou ampliação, porém sem execução no ano de 2016. Cabe informar que há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao Ministério da Saúde para execução com recurso de emenda parlamentar.

Foram acompanhados processos para a adequação do CAPS I Sobradinho, a construção de sala multiuso no CAPS II Planaltina e a ampliação da ala psiquiátrica do HBDF, que estão aguardando manifestação de outros setores desta secretaria.

No que diz respeito à implantação das Residências Terapêuticas-DF foi autuado o Processo nº 0060-009411/2016, em setembro de 2016, para aquisição de imóveis para implantação desse serviço no Distrito Federal.

Realizou-se também a "V Jornada de Prevenção do Suicídio", sendo capacitados 573 profissionais que atuam nos serviços de saúde mental do DF. Por fim, foi elaborado o Protocolo de Uso do Cloridrato de Metilfenidato para ser submetido à Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPA e o Termo de Referência para contratação de estabelecimento para internação compulsória de usuários de drogas judicializados e o Projeto Básico para locação de imóveis para funcionamento de serviços de saúde mental, além de ter autuado o processo para chamamento público.

Rede de Urgência e Emergência

Dentre as ações realizadas pela RUE, destaca-se o acolhimento e Classificação de Risco, Revisão do Plano de Ação, além de ações para sanar dificuldades de funcionamento das linhas de cuidado (IAM, AVC. TRAUMA) (exemplo: manutenção dos tomógrafos da REDE, fundamentais para as linhas de AVC e TRAUMA) e discussão e reestruturação do atendimento pediátrico de urgência na rede.

A SES/DF conta com seis UPA em funcionamento (Ceilândia, Sobradinho, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Samambaia) e teve como principal desafio no ano de 2016 o processo de reabilitação da UPA da Ceilândia, a qual perdeu sua habilitação gerando a suspenção dos repasses do Ministério da Saúde. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, com o objetivo de melhorar e organizar a efetividade na prestação de assistência, houve atualização do Plano de Ação no funcionamento da assistência pré-hospitalar e hospitalar, com treinamento e capacitação das equipes envolvidas. Ficou definido que o atendimento médico e de transporte dentro do Estádio Nacional de Brasília para o público e família olímpica estaria aos cuidados da RIO 2016 por empresa contratada e de sua responsabilidade. Entretanto, no perímetro fora do Estádio, a assistência ficou a cargo da SES/DF com o SAMU-DF. Dentro do Estádio esteve presente equipe da SES/DF dando apoio e fazendo triagem para os hospitais da rede pública e particular, caso fosse necessário. Durante a realização da "Rio 2016" destacamos o trabalho em conjunto com a gestão de leitos para redução na taxa de ocupação dos hospitais de referência (HRAN e HBDF) durante o período de 03 a 13.08.2016. Houve reforço das equipes dos prontos-socorros nos hospitais de referência e apoio (HRAN, HBDF e HRT) conforme plano de ação de cada unidade.

O SAMU-DF capacitou cerca de 200 alunos de medicina para atuem como socorristas durante os jogos, caso houvesse necessidade de utilização do Plano de Catástrofe. No concernente ao serviço de atendimento móvel – SAMU 192, outro componente da RUE, destacamos a oferta de 100% de cobertura no DF ao longo de 2016. Porém este serviço tem enfrentado dificuldades em realizar a construção, ampliação e manutenção das suas bases decentralizadas, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Este fato se dá devido à necessidade de termos de cessão em alguns casos, e/ou projeto de construção, e/ou recurso financeiro, e seguro das ambulâncias, o que tem acarretado em perda do repasse. Ressaltando que o processo de aquisição do seguro das ambulâncias encontra-se em andamento, aguardando parecer jurídico para prosseguimento do pleito e elaboração do plano de ação para o retorno do repasse das verbas das viaturas como também o seguro das mesmas. O SAMU/DF está habilitado, porém sem repasse de recursos (habilitação das bases do SAMU, conforme determina portaria) do Ministério da Saúde.

Quanto ao tempo de resposta no atendimento prestado pelo SAMU-DF, salientamos que este se encontra aquém do desejado, tendo como fatores de influência: a falta de manutenção dos equipamentos (monitores, oxímetros, ventiladores), desabastecimentos de alguns materiais médico-hospitalares, déficit de recursos humanos (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e condutor), instabilidade no contrato de manutenção. Contudo, é possível verificar uma melhora significativa a partir do mês de outubro/2016, logo após implantação da campanha de otimização do "Tempo-Resposta", a qual se encontra vigente. O número de atendimentos que são considerados ligações "Encaminhadas para Regulação" mantêm-se dentro das expectativas.

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência está organizada e com Grupo Condutor em atividade, que se reúne mensalmente, sendo que as principais atividades realizadas foram: o acompanhamento do processo da construção do CER IV em Ceilândia, a revisão do contrato visando continuidade dos atendimentos na área, e melhoria dos serviços prestados à população do DF; e a habilitação de uma Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre.

Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil

O Grupo Condutor Central da Rede Cegonha, desenvolveu no ano de 2016 ações como a condução do Colegiado de Maternidades da SES/DF, a realização de cursos de capacitação, visitas técnicas aos territórios, reabilitação dos leitos neonatais, para manutenção do repasse pelo programa, manutenção de propostas de reforma e ambiência do Hospital Regional de Samambaia e HMIB (criação de Centro de Parto Normal), condução de teste de triagem da gestante (Portaria Nº 247), triagem neonatal, triagem auditiva e habilitação de leitos canguru no HRT.

Rede de Cuidados à Pessoa com Doença Crônica

Em 2016 foi escolhida a linha de cuidado à hipertensão e diabetes como a principal ação no processo de planificação de atenção à saúde em curso na SES/DF, em parceria com a EAPSUS e o CONASS. A proposta de adesão à Linha de Cuidado (LC) para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade apresenta um formato inovador no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, por meio da pactuação entre os diversos atores inseridos nos diferentes pontos de atenção à saúde, fortalecendo a comunicação institucional, bem como com outros atores governamentais e sociais presentes nas ações do DF. Em 21/03/2016 foi aprovado, por consenso, pelo Plenário do Colegiado de Gestão da SES/DF, o Plano de Ação da referida LC e no mesmo ano a Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA) da SES/DF forneceu parecer favorável à habilitação do Serviço de Alta Complexidade para tratamento da obesidade (cirurgia bariátrica) no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade em todos os níveis de atenção, promovendo o uso racional de medicamentos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	4	1	Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos padronizados na SES/DF; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	92,56	-	-	-	92,56	
6202	4	5	Implantar o projeto da dose individualizada em 100% dos leitos da SES-DF. (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	54,08	-	-	-	54,08	
6202	4	6	Implantar o serviço de farmácia clínica em 100% das farmácias hospitalares da SES-DF (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6202	4	7	Ampliar em 60% a quantidade de farmácias informatizadas na rede SES-DF. (SES)	23101	60	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6202	4	8	Expandir o serviço do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) com a abertura de 2 novas unidades de atendimento (Gama e Sobradinho). (SES)	23101	2	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos padronizados na SES/DF

Informa-se que são programados, ou seja, possuem processo para aquisição, 847 medicamentos. Diante desse quantitativo, vários são os fatores que interferem no abastecimento regular de todos eles, a exemplo: fracassos por preço nos processos licitatórios, descontinuação de fabricação, falta de matéria prima no mercado, pedidos de troca de marca, atrasos nas entregas, pedidos de cancelamento de Atas e empenhos pelos fornecedores, morosidade dos processos de aquisição, entre outros. Além do mais, em 2016, outro grande entrave para o abastecimento da rede foi a indisponibilidade financeiro-orçamentária. Dessa forma, todos esses fatores comprometem o atingimento da referida meta, apesar de terem sido autuados processos para a aquisição de todos eles.

5. Implantar o projeto da dose individualizada em 100% dos leitos da SES/DF

O projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais é crucial para melhoria do atendimento e da eficiência nos gastos públicos com medicamentos. É um Sistema no qual os pedidos de medicamentos são feitos especificamente para cada paciente (24horas), de acordo com a segunda via da prescrição médica. Com isso, há diminuição dos estoques nas unidades assistenciais; facilidade para devolução à farmácia; redução potencial de erros de medicação; reduz tempo do pessoal da enfermagem quanto as atividades com medicamentos; redução de custos com medicamentos; controle mais efetivo sobre medicamentos; aumento da integração do Farmacêutico com a equipe de saúde. No entanto, em 2016, não existiram melhoras significativas quando comparado aos resultados de 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos nas Farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

6. Implantar o serviço de farmácia clínica em 100% das farmácias hospitalares da SES/DF

Após realização do curso de capacitação em Farmácia Clínica, o próximo estágio é implantar o serviço nas farmácias hospitalares e também nas unidades básicas de saúde (cuidado farmacêutico). No entanto, essa atividade está prevista para ser monitorada e acompanhada em 2017, uma vez que a meta foi inserida na revisão do PPA 2016-2019 ocorrida em 2016. Dessa forma, os dados e resultados acerca desta meta serão obtidos ao longo de 2017.

7. Ampliar em 60% a quantidade de farmácias informatizadas na rede SES/DF

Por se tratar de meta pactuada em 2016, no processo de revisão das metas do PPA 2016-2019, cuja atividade tinha início previsto para o início do ano de 2017, informa-se que há impossibilidade temporal de cumprimento da meta, tendo em vista que a presente avaliação se refere ao ano de 2016, momento o qual a meta ainda não estava vigente.

8. Expandir o serviço do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) com a abertura de 2 novas unidades de atendimento (Gama e Sobradinho)

Em 2016, houve bastante movimentação acerca da inauguração da Farmácia no Gama, no entanto não se iniciaram as obras. Dessa forma, estão previstas para que sejam iniciadas em 2017. Vale ressaltar que trata-se de uma meta inserida na revisão do PPA 2016-2019 ocorrida em 2016, com proposta de acompanhamento e monitoramento a ser realizado a partir de 2017.

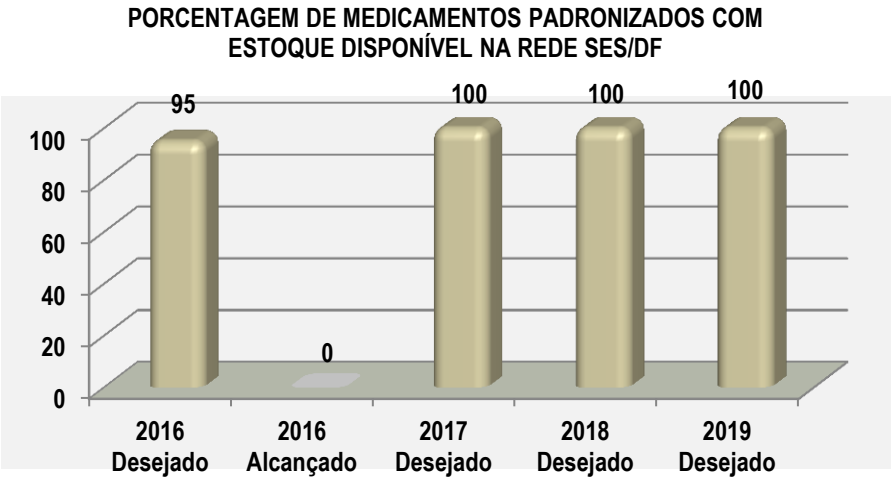
INDICADORES DE DESEMPENHO

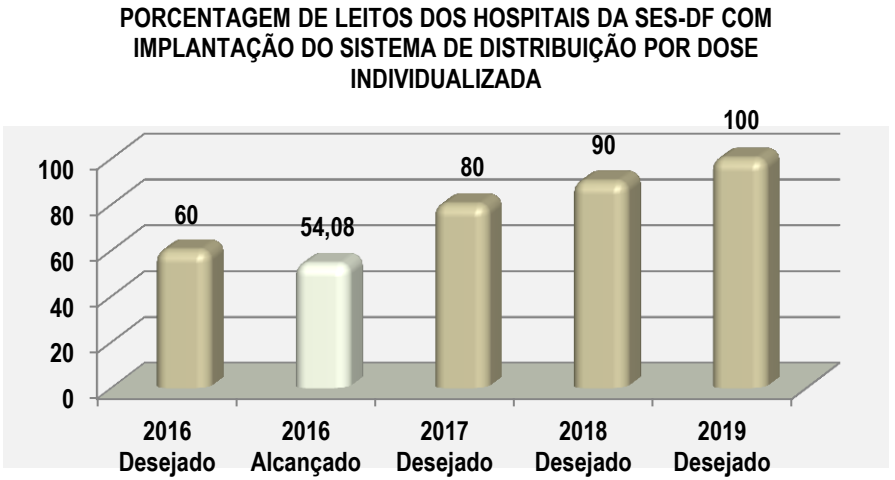
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1382	PORCENTAGEM DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS COM ESTOQUE DISPONÍVEL NA REDE SES/DF	%	91	30/jun/15	QUADRIMESTRAL	95	0	100	100	100	Sistema de informação da SES/DF (Alphalinc) / UO 23901 / OE 4
1383	PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	%	48,88	31/dez/14	QUADRIMESTRAL	60	54,08	80	90	100	DIASF/SAS/ SES / UO 23901 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1382 - Segundo a área técnica não foi possível mensurar o indicador proposto, haja vista não ter tido customização do Sistema Alpha Link para verificação de estoque por nível de atenção. Hoje só ocorre na Farmácia Central.

Indicador 1383 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa um alcance de 90,13% da meta.





Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Os percentuais empenhados e liquidados dos recursos do Fundo de Saúde foram relativamente maiores 96,22% e 81,50% respectivamente, quando comparado ao ano de 2015, no entanto, os cursos destinados à Assistência Farmacêutica foram menores. Dessa forma, mantendo a eficiência dos anos anteriores, foi possível elevar esse valor percentual.

É de extrema importância destacar que boa parte dos recursos são liberados no final do ano, o que compromete todo o planejamento realizado, tendo em vista que a demanda por medicamentos é contínua e muitas vezes regular ao longo dos 12 meses. No ano de 2016, a assistência farmacêutica desenvolveu ações para promover a oferta de medicamentos e produtos para a saúde e a melhoria nos serviços farmacêuticos prestados à população. No âmbito da assistência farmacêutica hospitalar, foi mantido o projeto para ampliar e melhorar o fornecimento de nutrição parenteral com a contratação de empresa para prestar o serviço de manipulação das fórmulas, tendo como requisito o atendimento diário, incluindo feriados e domingos.

Quanto ao projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais, em 2016, não houve melhoras significativas quando comparado a 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos lotados nas farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

Apesar das dificuldades, foi possível informatizar as farmácias satélites do Pronto Socorro do HRC, da farmácia de Dose individualizada - UTI do HRT, da farmácia do CAPS III Rodoviária e da farmácia do Pronto Socorro do HRBZ, o que permitiu melhorar o controle de estoque por parte das unidades de saúde e consequentemente oferecem melhores informações para a programação dos medicamentos, cujo consumo pode ser rastreado em virtude das baixas feitas pelo sistema. De certa forma houve grandes avanços nas informações obtidas por meio dos sistemas informatizados, uma vez que foram inseridos dados das monografias de todos os antibióticos no sistema de prescrição TrakCare, pois estes dados aparecem nas prescrições dos profissionais médicos e enfermeiros, melhorando a qualidade do serviço e segurança do paciente.

Outra atividade que passou a ser desenvolvida foi o acompanhamento mensal do consumo de medicamentos padronizados da SES/DF, de modo geral e por nível de atenção. Este indicador é alimentado mensalmente, e ao final do ano é utilizado no planejamento da aquisição de medicamentos para o ano subsequente.

Além da definição do elenco mínimo de medicamentos nos CAPS com farmacêuticos, a assistência farmacêutica concluiu a elaboração de mais dois projetos: criação da Central de Unitarização de medicamentos; implementação e expansão dos serviços de farmácia clínica em todos as unidades hospitalares da SES/DF.

No âmbito da Atenção Primária, vale ressaltar o impacto causado pela alteração da estrutura administrativa no início do ano de 2016, a qual criou 7 núcleos de logística farmacêutica na atenção primária, sendo um núcleo em cada Região de Saúde. O escopo de atuação dos núcleos é prestar apoio e suporte às ações de estruturação e organização dos serviços farmacêuticos na rede de atenção primária.

Outra mudança ocasionada pela reestrutura foi a reorganização da gestão e territórios de abrangência, sendo que os centros de saúde, clínicas da família e postos de saúde urbanos e rurais, que antes eram subordinados às Gerências de Centros de Saúde ou às Gerências de Saúde da Família, passaram a ser geridos pelas Gerências de Serviços da Atenção Primária. Assim, ao todo, somam 105 gerências de serviços que são responsáveis por 162 unidades básicas de saúde e 7 unidades de saúde prisionais.

Na reestruturação das farmácias houve importante avanço com a informatização da gestão dos estoques. No início de 2016, eram 39 farmácias de unidades básicas informatizadas. Com o apoio dos núcleos de logística farmacêutica, foi possível reformar, adequar e informatizar mais 20 unidades básicas de saúde. Desta forma, de 24% de unidades informatizadas passamos a 36,4%.

No âmbito assistencial, cumpre-nos informar que atualmente, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF atende cerca de 30 mil pacientes, sendo 17.097 na Farmácia da Asa Sul e 12.088 na unidade da Ceilândia. No ano de 2016, as farmácias do componente especializado (antigo Alto Custo) realizaram 279.738 atendimentos, 25% a mais que no ano anterior. Houve, ainda, a ampliação do acesso aos medicamentos sujeitos a controle especial pela Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 na região sudoeste, que antes contava com apenas uma unidade dispensadora em Taguatinga, e agora conta com 3 farmácias dispensadoras localizadas em Samambaia, Recanto das Emas e Vicente Pires.

O Núcleo de Farmácia de Ações está diretamente ligado à Diretoria de Assistência Farmacêutica o qual é responsável pela dispensação de medicamentos adquiridos por conta de determinações judiciais. Em 2016 o núcleo realizou 2.449 atendimentos a usuários de medicamento que foram adquiridos para atendimento de Ação Judicial, resultando uma média de 204 pessoas atendidas por mês.

Outro membro importante para a Assistência Farmacêutica é a Comissão Central de Farmácia e Terapêutica – CCFT, a qual desempenhou um papel imprescindível na avaliação dos itens padronizados pela SES/DF a fim de otimizar os gastos referentes à aquisição de medicamentos, acoplado a melhoria do acesso aos tratamentos de forma mais efetiva. Dessa forma foram revisados os itens padronizados da Atenção Básica, Média Complexidade e do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Foi definido juntamente com a Gerência do Componente Básico da Assistência Farmacêutica - GCBAF o elenco de medicamentos dos carrinhos de parada das unidades básicas de saúde, onde foram inseridos medicamentos injetáveis no rol de produtos padronizados para Atenção Básica.

O Núcleo de Farmácia Viva é outra unidade de saúde no quadro da DIASF, vinculado diretamente à GCBAF, o qual é responsável pelo cultivo e produção de fitoterápicos, além da distribuição para a rede pública. Em 2016 foram produzidos e distribuídos 25.277 fitoterápicos. Atualmente, o Núcleo de Farmácia Viva possui abrangência de distribuição de seus 13 fitoterápicos farmacopéicos a 21 Unidades de Saúde da SES/DF assim distribuídas: 01 Hospital, 17 Centros de Saúde; 01 Clínica da Família, 01 Estratégia Saúde da Família e o SAMU.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE: Ampliação e qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde para prevenção, promoção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	5	1	Ampliar a capacidade de resposta laboratorial em 5% ao ano, com ano base em 2014; (SES)	23101	20	%	MAIOR, MELHOR	9,64	-	-	-	9,64	48,2%
6202	5	2	Ampliar, em 10% ao ano, a análise fiscal de	23101	40	%	MAIOR,	27,72	-	-	-	27,72	69,3%

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			medicamentos; (SES)				MELHOR						
6202	5	3	Realizar 280 ações de vigilância em saúde do trabalhador até 2019; (SES)	23101	280	UNID	MAIOR, MELHOR	121	-	-	-	121	43,2
6202	5	4	Manter o índice de infestação do Aedes aegypti a menos de 1% ao ano; (SES)	23101	<1%	%	MANTER	0,56	-	-	-	0,56	56,0
6202	5	5	Ampliar, em 10% ao ano, o número de coletas e análises de amostras de água para consumo humano em relação aos parâmetros nacionais; (SES)	23101	40	%	MAIOR, MELHOR	85	-	-	-	85	212,5
6202	5	6	Realizar inspeções sanitárias em 80% das farmácias de manipulação até 2019; (SES)	23101	80	%	MAIOR, MELHOR	15,47	-	-	-	15,47	15,47
6202	5	7	Realizar 105 inspeções sanitárias nos ambientes de alta complexidade de 100% dos hospitais do DF até 2019; (SES)	23101	105	UNID	MAIOR, MELHOR	46	-	-	-	46	43,8
6202	5	8	Elaborar, anualmente, 15 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF; (SES)	23101	60	UNID	MAIOR, MELHOR	124	-	-	-	124	206,7
6202	5	9	Encerrar, oportunamente, 90% dos casos de doenças de notificação compulsória por ano; (SES)	23101	90	%	MAIOR, MELHOR	93,3	-	-	-	93,3	103,7
6202	5	10	Manter, anualmente, o coeficiente de incidência da AIDS ≤ 1 caso por 100.000 crianças menores de 5 ano. (SES)	23101	<=1	UNID	MANTER	0,48	-	-	-	0,48	48,0

Análise Qualitativa

1. Ampliar a capacidade de resposta laboratorial em 5% ao ano, com ano base em 2014

O aumento ocorreu pela implementação de novas técnicas de diagnóstico, no intuito de atender as demandas epidemiológicas do Brasil e sobretudo do Distrito Federal. Entre as principais análises destacam-se técnicas sorológicas para Zika vírus e Mayaro e, moleculares para vírus respiratórios e febre amarela. Além de incrementos na área de bacteriologia e micologia.

2. Ampliar, em 10% ao ano, a análise fiscal de medicamentos

Em comparação ao ano anterior, há um aumento significativo no percentual das análises de produtos coletados. Pode-se destacar como ponto forte uma equipe exclusiva para realização de coletas de medicamentos. O ponto a melhorar é a realização de ensaios de identificação e teor.

3. Realizar 280 ações de vigilância em saúde do trabalhador até 2019

A meta definida para 2016 foi superada em 216%, tendo sido alcançada já no 1° Quadrimestre. Pontos fortes: Grande quantidade de Ações Educativas desenvolvidas e integração dos Projetos do Cerest. No 2° quadrimestre, a Diretoria do Cerest optou por focar nas ações de inspeção em ambiente de trabalho. Seguindo esse movimento, foram realizados dois cursos de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), em parceria com a Fiocruz. Atualmente 90% dos técnicos do Cerest estão capacitados para realizar inspeções em ambiente de trabalho. Pontos a melhorar:

Promover maior qualificação dos servidores do CEREST para realização de "Análise de Situação de Saúde" e fortalecer a integração com a Diretoria de Vigilância Sanitária para realização das "Inspeções Sanitárias em Ambientes de Trabalho".

4. Manter o índice de infestação do Aedes aegypti a menos de 1% ao ano

Em 2016 foram realizados apenas 3 Levantamentos de Índice Rápido para Aedes aegypti - LIRAa dos 4 previstos em razão da priorização das visitas domiciliares, assim como a reprogramação das férias dos servidores do Ministério da Saúde que foram suspensas no primeiro semestre. No primeiro LIRAa realizado em abril, o índice de infestação predial do DF foi de 0,24%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. Depósitos móveis: vasos/frascos com água, prato, pingadeira, recipiente de degelo de refrigeradores, bebedouros, pequenas fontes ornamentais.

No segundo LIRAa realizado em setembro, o índice de infestação predial do DF foi de 0,30%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante, também foi o tipo B. No terceiro LIRAa realizado em dezembro, o índice de infestação predial do DF foi de 1,15%, classificado como de alerta e o depósito predominante foi o tipo D2. Depósitos passíveis de remoção/proteção: Lixo (recipientes plásticos, latas), sucatas em pátios e ferro velhos, entulhos.

Assim, o índice de infestação do Aedes aegypti para o DF em 2016, foi de 0,56%, ou seja, menor de 1% classificado como satisfatório.

5. Ampliar, em 10% ao ano, o número de coletas e análises de amostras de água para consumo humano em relação aos parâmetros nacionais

A realização das análises por parte do Lacen-DF depende da quantidade que chega de amostras coletadas pela DIVAL. Em 2016 o número de amostras coletadas foi de 948. O Lacen realizou 85% de análises em relação ao que chegou ao laboratório, cumprindo assim a meta estabelecida pelo PDS-Plano Distrital de Saúde (dados inseridos na ferramenta SESPLAN/ 2016) para o Lacen.

6. Realizar inspeções sanitárias em 80% das farmácias de manipulação até 2019

Devido à sobrecarga da equipe foram inspecionadas 50 empresas no universo de 83. Como pontos fortes podemos destacar a existência de uma equipe específica e dedicada. Um ponto a ser melhorado é planejar a distribuição da equipe de modo a atender as inspeções que não são programadas.

7. Realizar 105 inspeções sanitárias nos ambientes de alta complexidade de 100% dos hospitais do DF até 2019

Foram pactuadas 102 ações de VISA em 34 hospitais até 2019. Desse total em 2016 até o final do segundo quadrimestre foram realizadas 17 ações de VISA, sendo 07 no primeiro e 10 no segundo quadrimestre de 2016, o que representa 77,27% tendo como base 22 inspeções programadas em 2016. Como pontos fortes pode-se destacar planos de ação consolidados, legislação disponível, roteiro de inspeções elaborados, reconhecimento do setor regulado, implantação do sistema de informação; modelos de relatórios elaborados e vasto histórico sanitário dos hospitais do Distrito Federal. Destaca-se alguns pontos a serem melhorados, tais como: insuficiência de infraestrutura física e organizacional e de logística adequada à operacionalização das atividades fins da gerência; insuficiência de servidores lotados na gerência; insuficiência de capacitação e qualificação. No 3º quadrimestre o programa de inspeções nos hospitais do DF foi completamente cumprido no ano de 2016, considerando a meta de 22 hospitais.

8. Elaborar, anualmente, 15 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF

A GIASS produziu 11 documentos, destacando que o estudo do perfil de morb/mortalidade é fundamental para conhecer as condições de saúde e de doença de uma população. Saber onde e quantos adoecem e morrem, do que morrem, com que idade e as circunstâncias do óbito, é importante para avaliar o acesso e a qualidade do sistema de saúde e reorientar as políticas públicas de saúde, quando necessário. Dados dos relatórios estratificados em 2016 são referentes ao ano de 2015, dados parciais e provisórios na data dos relatórios. Fonte: SINAN- SIM-SINASC - as datas de fechamento dos bancos são de outubro do ano subsequente.

Foram produzidos e divulgados 2 Boletins Epidemiológicos (DST/Aids e de Sífilis) em 2016. Estes instrumentos são necessários para o conhecimento da situação e perfil epidemiológico dessas doenças nas regiões do DF e permitem analisar fatores que contribuem para essa situação e traçar recomendações de enfrentamento e/ou melhoria da atenção à saúde no DF.

O objetivo com a elaboração dos documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde do DF foi divulgar dados e indicadores relevantes, dar ampla divulgação para diferentes públicos e fornecer informações para o planejamento e programação da SES/DF.

9. Encerrar, oportunamente, 90% dos casos de doenças de notificação compulsória por ano

O cumprimento da meta depende das ações desenvolvidas pelas equipes de Vigilância Epidemiológica das Superintendências de Saúde, além da necessidade de uma rede informatizada para a inserção dos dados no Sistema Nacional de Agravos e Eventos de Notificação-SINAN, inseridos no local de atendimento do paciente. O desafio hoje é colocar o complexo penitenciário ligado diretamente na rede do SINAN SES/DF para captação dos casos oportunamente. Data de extração dos dados 13/03/2017, Fonte: SINAN, Dados parciais e provisórios, os dados definitivos encerram-se em outubro do ano subsequente ao da notificação.

10. Manter, anualmente, o coeficiente de incidência da AIDS ≤ 1 caso por 100.000 crianças menores de 5 ano

Houve somente 01 caso registrado no DF no ano de 2016(*) (numa população de 209.853 hab. menores de 5 anos). As ações para o controle da transmissão vertical do HIV estão implementadas no âmbito da Rede Cegonha, que coordena a implantação do diagnóstico e tratamento oportuno da gestante no pré-natal e parto e tratamento do recém-nascido, bem como o fornecimento de fórmula infantil substitutiva à amamentação. Em 2016(*) foram notificadas 65 gestantes com HIV, o que demonstra a eficácia das estratégias implementadas e a necessidade de sua manutenção.

(*) Fonte SINAN 2016. Dados preliminares, sujeitos à alteração. Extraídos em 10/01/17.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1384	PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS	%	0,76	31/jan/15	BIMESTRAL	<1	1,01	<1	<1	<1	SIST INF LIRAA/ GEVAPAC/ DIVAL/SES / UO 23901 / OE 5
1385	PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF	%	37	31/jan/15	ANUAL	80	53,81	80	80	80	GEVAZ/ DIVAL/ SES / UO 23901 / OE 5
1386	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	%	100	31/jan/15	ANUAL	100	Não Atualizado	100	100	100	GEVEI/ DIVEP/ SES / UO 23901 / OE 5

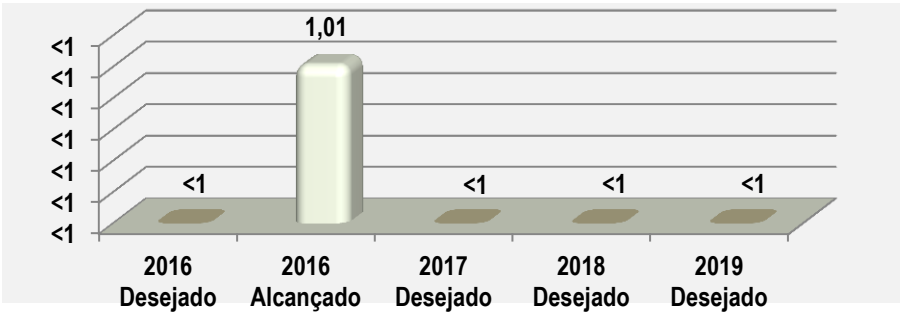
Justificativas 2016

Indicador 1384 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor.

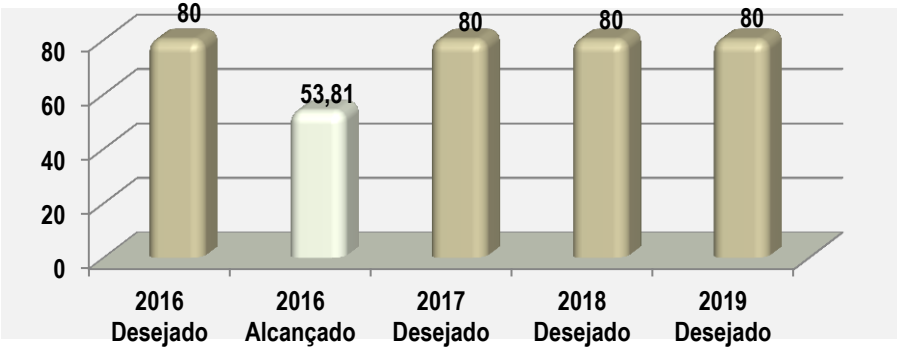
Indicador 1385 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa 67,01% da meta. Para atingir a meta são necessários ampliação em 40% o número de postos de vacinação, dos vacinadores para 3.360 vacinadores o total de pessoas nos dias de campanha. Ainda continua baixo a quantidade de profissionais envolvidos na campanha.

Indicador 1386 - Não Atualizado

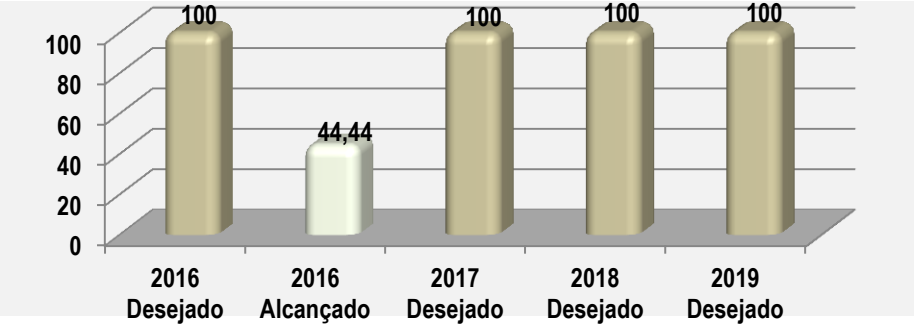
PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS



PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF



PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD. PROG	COD. OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	5	1	Fortalecimento do Programa de Qualidade Laboratorial do LACEN; (SES)	23101	Não aplicável	Foram realizadas visitas técnicas nos núcleos técnicos e administrativos do Lacen pela Gerencia do Sistema de Qualidade. Revisões de manuais e procedimentos operacionais padrões. Participação de dois servidores do Lacen no curso da norma ABNT NBR ISSO 15189/2015. Treinamento dos servidores no programa 5 s e em dois procedimentos gerenciais. Formação da comissão de qualidade e da comissão de resíduos químicos.
6202	5	2	Promoção da educação continuada dos profissionais; (SES)	23101	Não aplicável	Ações de educação continuada foram desenvolvidas pela SVS, nas seguintes Diretorias: Realizada a Oficina de Programação Distrital da Vigilância Sanitária - A programação fiscal distrital foi elaborada para facilitar o gerenciamento dos riscos sanitários e o monitoramento de estabelecimentos sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária. Capacitação de gerentes, servidores lotados nas gerências e gabinete, chefes de núcleos de inspeção, auditores de atividades urbanas, gestores e especialistas lotados na Diretoria de Vigilância Sanitária para o desenvolvimento de programas distritais utilizando a metodologia preconizada pelo sistema de gestão da qualidade. Promoção de capacitações em hanseníase; capacitação para o diagnóstico precoce e manejo clínico adequado da tuberculose; e capacitação em classificação e manejo clínico das Arborviroses (dengue, Chikungunya e Zika) para diversos profissionais de saúde do Distrito Federal. Foram realizadas 9 capacitações para 1.145 profissionais de saúde tanto de nível médio como superior; As ações realizadas atingiram aos objetivos propostos contribuindo para o alcance das metas dos indicadores do Plano Distrital de Saúde e no COAP. Foi realizada uma exposição dialogada sobre "Causas Externas" no Ciclo de Debates. Realizadas capacitações para a atuação nas situações de violência e notificação compulsória das violências interpessoais e autoprovocadas. Realizamos também capacitação para o fortalecimento do Atendimento especializado à violência e encontros de capacitação continuada para os Chefes do NUPAV. Foram feitos 33 encontros de capacitações continuadas para a gestão dos NUPAV nas Regiões de Saúde do DF. 24 capacitações para a atuação nas situações de violência, e ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada., mediação de conflitos e comunicação não violenta.
6202	5	3	Fortalecimento de articulações com as demais Subsecretaria da SES/DF; (SES)	23101	100	Realização de oficina de implementação da Vigilância em Saúde na Atenção Primária. Atuação no Grupo Condutor da Rede Cegonha, a fim de fortalecer a implementação das ações de diagnóstico e controle da sífilis em gestante, congênita, HIV em gestante e crianças expostas ao HIV. As ações realizadas atingiram aos objetivos propostos contribuindo para o alcance das metas dos indicadores do Plano Distrital de Saúde e no COAP. Foi realizada articulação com atenção primária a saúde para implantação da capacitação dos profissionais para implantação do Projeto Jogo de Cintura. Para a implantação da Linha de Cuidado para pessoas em situação de violência foram realizadas reuniões para coordenação, pactuação e articulação com as Superintendências, outros setores da Secretaria e Unidades Hospitalares de Referência Distrital. Foi realizada articulação com setores da Secretaria para a recomposição de recursos humanos e pactuação de fluxos e protocolos de atendimento a pessoas em situação de violência na rede da SES/DF.
6202	5	4	Elaboração e implantação de Plano	23101	100	Quanto à elaboração e implantação de Plano de Comunicação Interna e Externa, a Secretaria utilizou os

COD. PROG	COD. OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			de Comunicação Interna e Externa; (SES)			meios de comunicação interna e externa para sensibilizar e mobilizar para a temática da violência. Foram utilizados documentos oficiais, notas técnicas, fluxos, atividades de sensibilização e e-mail para a comunicação interna e uso do site e redes oficiais da SES/DF.
6202	5	5	Realização de análises e estudos de modelos já existentes de Agências de Vigilância em Saúde; (SES)	23101	0	A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	6	Elaboração de instrumento legal para viabilizar a criação da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF e do Sistema Distrital de Vigilância em Saúde do DF; (SES)	23101	0	A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	7	Criação de Grupo Técnico - GT para discutir a elaboração da Missão, Visão e Valores, bem como o Plano de Gestão da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF; (SES)	23101	0	A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	8	Elaboração de Regimento Interno da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF; (SES)	23101	0	A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	9	Elaboração de instrumento legal para criação da carreira de Vigilância em Saúde do DF. (SES)	23101	0	A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT)

A Saúde do Trabalhador, promoveu dois cursos com apoio da Fiocruz, para capacitação de servidores e representantes sindicais em inspeção sanitária. Foram executadas 121 ações de VISAT, sendo que a meta anual foi superada em 223%.

Vigilância Ambiental

Em 2016, houve atuação intensa nas ações de inspeção, prevenção e controle dos fatores ambientais biológicos e não biológicos capazes de influenciar na saúde da população do DF. Também foram realizadas as ações de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti.* Outro destaque foi a Campanha de Vacinação de cães e gatos, na qual foi alcançado o maior número de animais vacinados desde de 2002, para as três etapas.

Para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram previstos ao longo do ano a realização de seis ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal. A meta estabelecida foi de 80% das visitas previstas, em pelo menos 4 dos 6 ciclos pactuados, totalizando 2.978.121 visitas.

Em 2016, foram contabilizados cerca de 930.662 imóveis existentes no DF, de acordo com os dados da Sala de Situação para Enfrentamento ao Aedes aegypti do DF. Em 2016, foram realizadas 2.273.314 visitas.

Foram adotadas novas metodologias de controle químico de vetores. Uma delas foi a aplicação do inseticida em aerossol (Aero System) para o bloqueio de transmissão intradomiciliar da dengue e outras endemias, priorizando os imóveis próximos aos hospitais e residências de grávidas. Além disso, também utilizou-se de biolarvicidas tanto na formulação líquida como em pastilhas para o tratamento de focos do vetor.

Outra estratégia utilizada para o monitoramento da infestação do Aedes, foi a implantação de armadilhas entomológicas para larva e mosquito adulto.

Nas ações de Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti (LIRAa), foram realizadas 26.340 visitas para o primeiro ciclo, as ações aconteceram no período de 11 a 15/04/2016. Para o segundo quadrimestre, não foi possível a realização do LIRAa, uma vez que a programação para junho/2016 teve que ser adiada para setembro/2016, em virtude da orientação ministerial para que todos os esforços fossem centrados no combate de campo e nas visitas domiciliares. O segundo LIRAa foi realizado de 26 a 30/09/2016 com 26.480 imóveis visitados. O terceiro ciclo aconteceu de 05 a 09/12/2016 com 25.386 imóveis visitados.

Em relação a Vigilância entomológica de Febre Amarela, foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2016, e, não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarílico ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados oriundos das atividades de vigilância entomológica.

Vigilância Epidemiológica

Em 2016 foram notificados e investigados 716 casos de Doenças Imunopreveníveis em moradores do DF. No mesmo período, notificados e investigados 23 casos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar em moradores do DF.

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza aconteceu no período de 18 de abril a 20 de maio 2016. Ao todo foram vacinadas 666.130 pessoas, 106,5 % da meta estipulada pelo Ministério da Saúde. Além disso, em setembro foi realizada a Campanha Nacional de Multivacinação. Nessa Campanha, foram aplicadas 80.387 doses de vacinas, sendo 68.247 doses de vacinas em menores de 5 anos, 4.669 doses de Tríplice viral em menores de 19 anos e 7.471 doses contra HPV em meninas de 9 a 14 anos. No total, foram aplicadas 2.353.092 doses de vacina no DF, durante o ano.

Dengue, Chikungunya e Zika - Em 2016 houve um aumento significativo de 73,41% no número de casos confirmados de dengue em relação ao ano anterior. Ocorreu simultaneamente uma alta incidência no entorno e outros estados vizinhos (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul foram os estados com maior incidência de Dengue no Brasil em 2016). O número de casos confirmados de chikungunya e zika no DF, em relação ao ano anterior, também teve um aumento importante, porém dentro do esperado visto que a circulação viral desses agravos já está estabelecida no Brasil e no DF. Foram priorizadas as atividades de treinamento das equipes de saúde da rede pública visando a melhoria do diagnóstico e manejo clínico dos casos de dengue produzindo uma redução significativa no coeficiente de letalidade por esse agravo. Esse coeficiente, em 2015 era de 0,49% e em 2016 baixou para 0,23%. (Fonte: Sinan Online e Net – dados atualizados em 20/03/2017 - sujeitos à alteração)

Em relação a dengue, 42% de óbitos que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno. Historicamente, esses municípios possuem deficiências para o tratamento de pacientes graves casos além de contar com dificuldades ainda maiores como a falta regular de abastecimento de água e coleta de lixo.

No que tange as **Doenças Sexualmente Transmissíveis**, identificou-se tendência de aumento de detecção de casos de HIV, quando comparado com os casos de AIDS, tal como se observa desde 2014. Isto significa incremento do diagnóstico precoce, antes do desenvolvimento da síndrome, e contribui significativamente para a qualidade do tratamento. Esses dados também apontam para a predominância no sexo masculino, alcançando quase 7 novos casos de HIV para cada caso feminino. Considerando que a forma de transmissão predominante entre os homens é a homossexual, deve-se considerar a vulnerabilidade deste segmento da população. Em 2016, foram notificados 595 casos de HIV e 388 de AIDS.

No âmbito da transmissão vertical do HIV, foram detectadas 67 gestantes com HIV. Em média, 80 crianças expostas ao HIV receberam fórmula infantil mensal ao longo do ano, tendo somente um caso de criança com HIV detectado em 2016, evidenciando a eficiência das medidas de prevenção neste segmento e a possibilidade de reduzir ainda mais os casos de transmissão vertical.

Segundo dados do Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico HIV/AIDS, 2016), 94% dos pacientes com HIV/Aids em tratamento no DF possuem carga viral considerada indetectável. Em 2016 foram intensificados os esforços para ampliação da oferta de testagem rápida. Até o final de novembro, foram repassados mensalmente para a rede de serviços de saúde da SES/DF e instituições parceiras, cerca de 15.000 testes rápidos para HIV (SISLOG-LAB, 2016).

Atualmente 11.075 pacientes estão recebendo medicamentos antirretrovirais, fornecidos pelo Ministério da Saúde e distribuídos por 10 Unidades Dispensadoras de Medicamentos (UDM) aos pacientes tanto em atendimento em serviços públicos de referência no DF como da rede privada.

No âmbito da vigilância epidemiológica das hepatites, em 2016 foi intensificada a notificação dos casos detectados de hepatites B e C. Foram notificados 380 casos de hepatite B e 449 casos de hepatite C, com uma predominância de 64,7% de casos do sexo masculino. As regiões que apresentam mais casos notificados foram: Sudoeste, Centro-Sul e Centro-Norte.

Considerando o período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizados um total de 1.637 atendimentos pela equipe do CIT DF, sendo os quais 42,8% (701) foram por acidentes/intoxicações por medicamentos, 12,1% (198) domissanitários, 7,6% (125) produtos químicos industriais, e 7,1% (116) animais peçonhentos e agrotóxicos de uso agrícola 4,4% (72 casos).

No que tange a Microcefalia, até o momento, o Comitê Técnico da SES/DF analisou 69 casos suspeitos de microcefalia relacionados às infecções congênitas segundo as definições dos protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Destes casos, 51 foram descartados por critérios clínicos, epidemiológicos e de imagem, 05 casos estão sob investigação, e 13 casos foram confirmados de microcefalia e ou alterações do Sistema Nervoso Central. Dos casos confirmados, 02 foram por alterações genéticas, 03 por zika vírus e 08 por outras infecções relacionadas a STORCH - sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes simples.

Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária realiza atividades normativas, de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF e tem como público alvo a pessoa física ou jurídica que compra, vende, consome, presta serviços ou requer produtos e serviços de interesse direto ou indireto da saúde. Em 2016, foram realizadas 246 inspeções em serviços hospitalares privados de alta complexidade e 83 inspeções em serviços hospitalares públicos de alta complexidade.

Na área de alimentos foram realizadas 321 inspeções e 4 atendimentos de denúncias.

Foram realizadas ainda, 32.456 inspeções sanitárias em estabelecimentos afetos à saúde pública do DF.

Variações consideradas dentro da normalidade das atividades da DIVISA, ressaltando que as variações estão relacionadas aos jogos olímpicos ocorridos em Brasília dentro do período. A grande oportunidade de melhoria para a Vigilância Sanitária está concentrada na qualidade de seu corpo técnico. Ressalta-se, ainda, a implantação do Sistema de Informação da Vigilância Sanitária do DF que agiliza todo o procedimento administrativo das inspeções e proporciona qualidade nos serviços prestados à população.

Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal – LACEN

Coordena a rede de laboratórios públicos e privados do Distrito Federal promovendo a capacitação dos recursos humanos, elaborando manuais com instruções de coleta, acondicionamento, processamento e transporte de amostras, definindo indicadores de qualidade das amostras recebidas, realizando procedimentos laboratoriais e ensaios complementares de alta e média complexidade para diagnósticos de agravos de interesse da saúde pública.

Relaciona-se com outros LACEN's, Centros Colaboradores e unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, Laboratórios de Referência Nacional, que compõem a sub-rede do SISLAB para execução de análises, transferência de tecnologias e pesquisas científicas.

Também monitora a qualidade dos produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, pactuados entre os entes federados - ANVISA/MS, SEAPA/MAPA - e distritais - DIVISA/DF e DIVAL/DF.

Desenvolve programas de monitoramento terapêutico de medicamentos para acompanhamento de tratamento de pacientes da rede pública e pesquisas de intoxicação de interesse do Centro Distrital de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, da Diretoria de Vigilância Ambiental- DIVAL e em casos de agravos a saúde. Em 2016, realizou 303.733 exames, 3.738 ensaios, 14.226 análises.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Aprimorar os processos de planejamento, participação, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da SES e promover a descentralização de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços prestados nas unidades de saúde com a integração de ações e serviços finalísticos, e compartilhamento com a academia, sociedade e demais atores, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde no DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	6	1	Aumentar em 5% o faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC) da SES/DF ao ano; (SES)	23101	20	%	MAIOR, MELHOR	-7,59%	-	-	-	-7,59	-38,0
6202	6	2	Implantar a Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	9,4	-	-	-	9,4	9,4
6202	6	3	Regular 100% das primeiras consultas das especialidades de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia da rede habilitada até 2017; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	0	0,0
6202	6	4	Regular o Programa “Cuidar Cedo” - consultas para investigação e detecção precoce dos casos suspeitos para os 06 grupos de tumores com maior mortalidade: câncer de pulmão, câncer gastrointestinal, câncer de mama, câncer ginecológico, câncer urológico e câncer de cabeça e pescoço até 2019. (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	0	0,0

Análise Qualitativa

1. Aumentar em 5% o faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC) da SES/DF ao ano

Para alcance da meta proposta foi verificado que um dos principais fatores era a melhoria da qualidade do registro das informações de faturamento por parte das unidades, assim como nivelamento de conhecimento em sistemas e processos de trabalho envolvidos. Visando sanar essas pendências, durante o primeiro quadrimestre foram realizados diversas visitas técnicas nos hospitais, com reuniões envolvendo não só os diretores e coordenadores, mas também o corpo técnico do faturamento e coordenadores de especialidades das unidades. Em consequência dessas visitas, foi criado no mesmo período o Fórum Itinerante de faturamento, com palestras de uma hora meia, em vários horários e hospitais, destinados a nivelar o conhecimento sobre faturamento a todos os servidores das unidades. Este fórum treinou mais de 600 servidores, entre médicos, enfermeiros, técnicos diversos e demais profissionais da saúde. Para atendimento também do nivelamento de conhecimentos, foram realizadas capacitações nos principais sistemas de faturamento ministeriais utilizados pela SES para todos os servidores dos Núcleos de Captação e Análise de Informações (NCAIS) dos hospitais e DIRAPS. Ainda visando melhoria da qualidade dos registros, também foram realizadas capacitações para os profissionais do CAPS de todas as regiões no sistema RAAS do MS, destinado a registro de todas as ações psicossociais. Desta forma, foi possível alcançar no ano de 2016 um aumento de 8% acima do valor processado no mesmo período no ano de 2015. Apesar do valor MAC ter sido fechado -7% em relação ao teto, verifica-se uma melhora considerável em relação ao início do ano, onde registrava-se um total de 23% abaixo do TETO MAC.

2. Implantar a Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF

Em 2016, com a reestruturação orgânica da SES/DF, foram criados novos Núcleos de Gestão de Custos - NGC, abrangendo todos hospitais e toda atenção primária, totalizando 25 NGC; contribuindo assim, sensivelmente, para o início da implementação da gestão de custos em todas unidades de saúde da Secretaria.

No decorrer do ano, foram realizadas diversas ações para desenvolver os NGC e criar a cultura de gestão de custos na SES/DF: Visitas técnicas nos NGC locais; Capacitações em metodologia do Programa Nacional de Gestão de Custos - PNGC; Treinamentos no Sistema de Apuração de Custos - APURASUS; palestras de sensibilização com os gestores locais. Totalizando em 30 servidores capacitados e 5 palestras de sensibilização em gestão de custos com gestores das Regiões de Saúde: Sul, Centro-Sul, Norte, Sudoeste, Oeste.

Durante o período, houve avanço na implementação da gestão de custos nas unidades hospitalares, totalizando 13 hospitais cadastrados no APURASUS com o custo total apurado. Na atenção primária, foi iniciado a construção de um modelo de apuração de custos que se adequasse ao PNGC, uma vez que é uma ação pioneira no Brasil. Em agosto, foi inserida no APURASUS, a primeira Unidade Básica de Saúde do país (UBS 01 da Asa Sul), contendo o custo total da unidade e o custo unitário dos principais produtos da unidade.

No último bimestre, também foi realizado o módulo Financeiro-Orçamentário do Curso de Regionalização em Saúde da SES/DF, em que a Gestão de Custos foi uma das temáticas. Nesse espaço, foi apresentado aos Superintendentes e gestores os resultados e benefícios da implantação da Gestão de Custos nas unidades de saúde e a relevância estratégica no processo da Regionalização.

3. Regular 100% das primeiras consultas das especialidades de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia da rede habilitada até 2017

Não informado pela área técnica.

4. Regular o Programa "Cuidar Cedo" - consultas para investigação e detecção precoce dos casos suspeitos para os 06 grupos de tumores com maior mortalidade: câncer de pulmão, câncer gastrointestinal, câncer de mama, câncer ginecológico, câncer urológico e câncer de cabeça e pescoço até 2019

Não informado pela área técnica.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1387	UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO EM SAÚDE - SIS - NAS UNIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	%	8,72	30/jun/15	ANUAL	20	0	50	80	100	SUTIS/ SES / UO 23901 / OE 6
1389	REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF	UNIDADE			ANUAL	12	0	12	12	12	SUPRAC/ SAS/SAPS/ SES / UO 23901 / OE 6
1691	DEMANDAS ATENDIDAS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	%			ANUAL	-	Não Atualizado	30	60	70	CTIN/ UO 23901/ OE 6
1692	PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS E NOVOS	%			ANUAL	-	Não Atualizado	50	80	100	CTINF/ UO 23901/ OE 6

Justificativas 2016

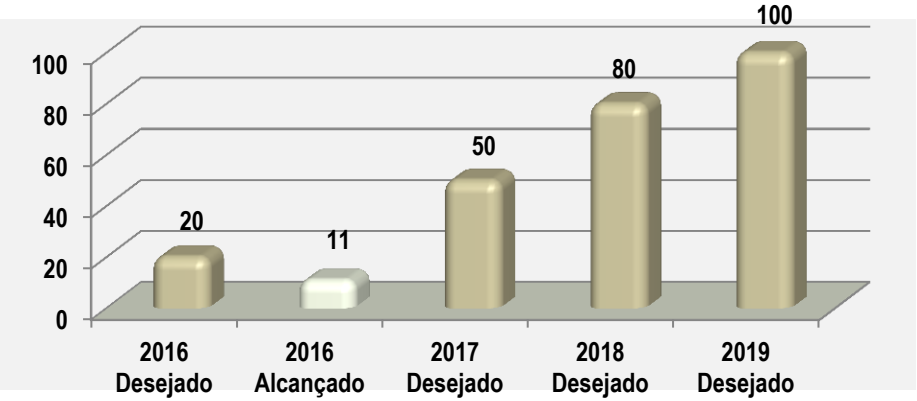
Indicador 1387 - Dados não informado pela área responsável.

Indicador 1389 - Não houve contratualização com as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital em 2016. Foi priorizado a capacitação para os gestores com o curso de Gestão Regionalizada e o indicador repactuado para o ano de 2017.

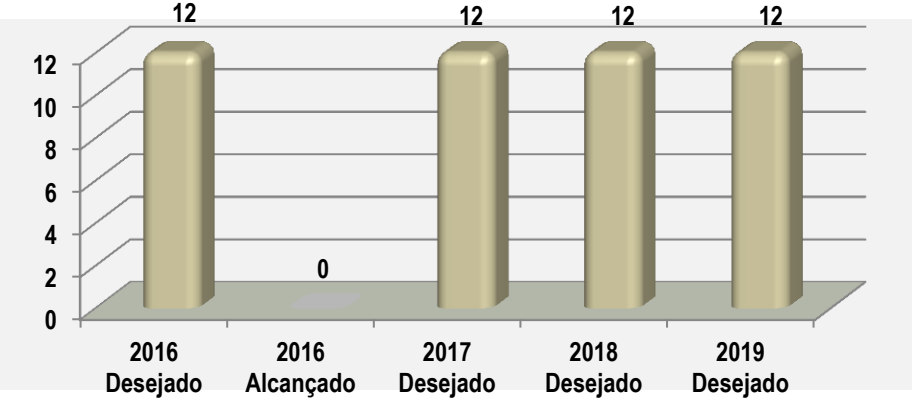
Indicador 1691 - Não Atualizado

Indicador 1692 - Não Atualizado

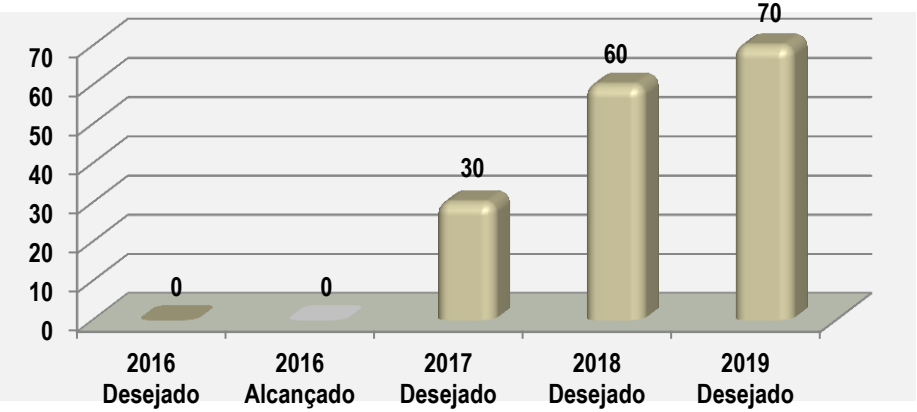
UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO EM SAÚDE - SIS - NAS UNIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF



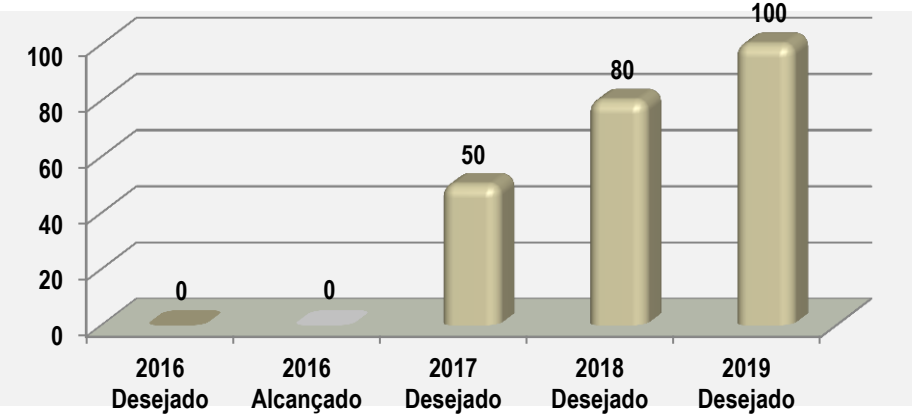
REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF



DEMANDAS ATENDIDAS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS E NOVOS



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Conselho de Saúde

O Conselho de Saúde do Distrito Federal realizou 12 reuniões ordinárias e 20 reuniões extraordinárias, além de três reuniões do CSDF na Câmara Legislativa do DF com o tema "Saúde em Movimento".

O Plano de Ação de Educação Permanente está sendo desenvolvido pela Comissão de Educação Permanente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal editou e publicou vinte resoluções de saúde no âmbito do DF. Foram aprovadas e publicadas pelo CSDF duas recomendações importantes para a saúde do DF por tratarem da manutenção de serviços essenciais à saúde e ao quadro de servidores da SES/DF.

Comunicação Social

A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saúde recebeu, no ano de 2016, uma média de 778 demandas mensais, com as mais variadas solicitações de informação sobre a pasta, sua atuação e gestão, atendendo a 9.327 pedidos da imprensa, o que corresponde a uma média de 26 demandas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, uma vez que o serviço é prestado de forma contínua. Durante o ano, para o atendimento destas demandas, foram emitidas inúmeras notas oficiais e disponibilizadas mais de 1,5 mil fontes para entrevistas. Pelo atendimento à imprensa foram atendidos mais de 500 pedidos de matérias positivas em televisão, até então um dos principais meios de comunicação de massa.

Pela Agência de Notícias foram produzidas 993 matérias positivas, uma média de 83 pautas por mês, que renderam 810.583 acessos ao site da secretaria. Estes textos se referem às melhorias realizadas na rede e foram publicadas no site da pasta, disponibilizadas nas redes sociais oficiais, oferecidas com exclusividade a alguns veículos de comunicação de acordo com a estratégia de divulgação adotada e, as não exclusivas (99%), foram enviadas por e-mail a um mailing com mais de 500 jornalistas da imprensa local e nacional. Para cada uma destas matérias a dupla de fotógrafos da Ascom realizou cobertura e disponibilizou imagens para compor o conteúdo positivo.

Em 2016 foram produzidas 719 peças – média de 60 por mês de artes gráficas. Entre os materiais estão folders, cartazes, infográficos para reportagens especiais, banners, manuais, cartilhas, dentre outros.

A produção do Cerimonial, por sua vez, fechou o ano de 2016 com 101 eventos realizados. Entre eles, posse de servidores, formaturas de turmas da Escs, além de seminários e workshops desenvolvidos pelos mais diversos setores da rede.

Na área de Endomarketing e Comunicação Interna, foi implantado o programa de Marketing Interno (Endomarketing) da Secretaria de Saúde, que tem por intuito incorporar o público interno ao processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços, além de valorizar e capacitar as habilidades dos servidores e criar um ambiente no qual todos trabalhem com o mesmo foco e, consequentemente, os tornem agentes propagadores da instituição.

Foi criado o canal de comunicação interna Fique Ligado, como uma alternativa inovadora de comunicação interna, e que tem como missão levar aos servidores informações e assuntos que possam facilitar e valorizar a sua vida, como benefícios, incentivos e conveniências, dicas de serviços, cursos e atividades que permitam melhorias em sua vida pessoal e profissional, ou seja, tudo o que for do seu interesse. Em janeiro de 2017 chegou à 10ª edição. Nesse ano busca-se incentivar uma participação maior dos servidores e setores da SES/DF, estendendo o seu alcance por meio de novas mídias, como o aplicativo WhatsApp e o Twitter, cadastrando quem quiser receber mensagens por esses canais digitais.

Realizada pela primeira vez em 2016, a Semana do Servidor teve como objetivo integrar as relações do servidor com a SES/DF, numa prática de humanização da gestão, dando visibilidade às inúmeras atividades desenvolvidas na instituição. O formato usado foi: Ciclo de palestras, Cine-debate, Feira de Ciências/Serviços aos servidores e atividades práticas, lúdicas e didáticas. Terá sua reedição em outubro de 2017.

Em 2016 foram realizados pelas Novas Mídias, a criação do site Amamenta Brasília (amamentabrasilia.saude.df.gov.br), a criação do site Brasília Saudável e o Aplicativo mobile Amamenta Brasília para entrar em teste. Além disso, foram realizados, 240 demandas da Casa Civil – Interação social, 52 Campanhas de Comunicação em Saúde com foco educativo e de utilidade pública, 1.197 atualizações do site institucional, o alcance de 9.934.385 pessoas nas redes sociais, 70.009 seguidores na Base de relacionamento, 2.204 Publicações e 2.662 Atendimentos no SAC 2.0.

Faturamento

No período de janeiro a novembro de 2016, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de R$ 367.153.618,59.

Observa-se que houve aumento no faturamento geral de recursos provenientes do Ministério da Saúde de 7% quando comparado ao mesmo período em 2015. Os financiamentos MAC e FAEC apresentaram um aumento de 8% e 5% respectivamente. Apesar de a assistência farmacêutica ter apresentado ainda uma queda de 9% em relação ao acumulado dos períodos, houve crescimento nos últimos meses, superando no mês de novembro o montante processado no mesmo período em 2015.

Gestão de Custos

Com a reestruturação orgânica da SES/DF, foram criados Núcleos de Gestão de Custos em todas unidades hospitalares e também nos serviços de atenção primária das Regiões de saúde. Fato que contribuiu para o início da implantação da gestão de custos nas unidades hospitalares que ainda não haviam iniciadas e também nas unidades básicas de saúde da atenção primária.

Com a reestruturações e organização dos fluxos de trabalho das unidades de saúde e o avanço na implantação da gestão de custos a SES/DF possui 13 unidades hospitalares, 02 unidades de saúde básica, 03 Unidades de Pronto Atendimento e 01 Casa de Parto, com custo total apurado no sistema de apuração de custos APURASUS.

A implantação se dá por meio de pontuação conferida conforme avanço nas quatro fases da implantação. O produto do monitoramento demonstra o status das Regiões de Saúde e suas respectivas unidades de saúde.

Regulação em Saúde

O processo regulatório ambulatorial se inicia por meio da inserção de uma solicitação médica (procedimento ou consulta) em qualquer unidade de saúde do DF. Nestes locais, através do sistema SISREG, é inserida a solicitação do paciente que automaticamente entra nas filas de espera dos procedimentos. Na CMCE, os médicos reguladores, baseado em diretrizes clínicas de regulação, o qual preconizam a priorização da solicitação e da oferta de vagas, e nas informações fornecidas pelos solicitantes; avaliam, priorizam e autorizam as solicitações. Quando autorizada (marcada) a solicitação, a operação (videofonistas) identifica, automaticamente, e informa ao usuário sobre o agendamento. Atualmente, o serviço de videofonia é terceirizado, contratado pela CODEPLAN.

O sistema utilizado para regulação ambulatorial é o SISREG III, ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Ministério da Saúde. Todas as unidades de saúde da rede SES/DF que possuem tecnologia de informação e acesso à internet, são habilitadas para realizar solicitações através do SISREG.

As especialidades Reguladas são: Consultas em dermatologia; Consultas e procedimentos em Oftalmologia; Consultas em Cardiologia; Exames cardiológicos: ecocardiografias, cateterismo cardíaco, angioplastia, estudo eletrofisiológico, holter 24 horas, MAPA, teste de esforço e tilt test; Consultas em radioterapia;Consultas em Especialidades Pediátricas: alergologia,

cardiologia, cirurgia pediátrica, endocrinologia, gastroenterologia, homeopatia, imunologia, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, onco-hematologia, pneumologia e reumatologia; Consultas em Endocrinologia; Consultas em Otorrinolaringologia; Consultas em Saúde Auditiva; Consultas em Alergologia e Imunologia Adulto; Consultas em Cirurgia Vascular; Consultas em Cirurgia Plástica; Consultas em Oncologia Clínica; Consulta em Radioterapia; Consultas em Mastologia; Exames radiológicos: mamografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e densitometria óssea; e Exames otorrinolaringológicos.

Apresenta-se, na tabela a seguir, a produtividade referente às especialidades reguladas até 31 de dezembro de 2016, em um quadro comparativo com o ano de 2015:

ESTATÍSTICA SISREG III – PRODUTIVIDADE E FILA DE ESPERA				
Especialidades	**Produtividade 2015**	**FILA 05/01/2016**	**Produtividade 2016**	**Fila 11/01/2017**
Alergologia - Consultas	2.331	1.319	4.093	0
Cardiologia - consultas	24.901	31.180	23.042	33.880
Cardiologia - exames	44.052	31.047	50.305	26.595
Dermatologia - consultas	22.255	18.511	24.251	19.725
Oftalmologia - consultas	35.653	31.047	29.221	51.880
Oftalmologia - procedimentos	10.177	5.284	6.592	6.433
Radioterapia - consultas	820	713	442	1.291
Consultas pediátricas	12.423	29.798	15.662	31.886
Cirurgia vascular - consultas	2.136	21.758	1.919	26.486
Cirurgia Plástica - consultas	2.294	1058	2.592	31.886
Oncologia clínica – consultas	1.031	787	1.722	311
Endocrinologia	2.084	2940	3.465	1.945
Mastologia - consultas	4.022	88	4.092	190
Saúde Auditiva - consultas	1.904	0	2.253	0
Otorrinolaringologia - consultas	14.113	16.271	22.058	13.795
Mamografia	14.985	5.716	12.262	10.799
Ressonância Magnética	40.167	1.050	32.298	8.510
Tomografia Computadorizada	34.151	9.426	31.954	15.456
Densitometria óssea	10.139	3.832	7.684	7.083
Total	**279.638**	**199.522**	**275.907**	**288.151**

Fonte: Sistema informacional SISREGIII/DATASUS

No segundo quadrimestre de 2016, iniciou-se a regulação dos exames otorrinolaringológicos, impossibilitando uma comparação referente a produtividade e fila com o ano anterior.

Nota-se diminuição na produtividade em 2016, que consequentemente ocasionou aumento na demanda reprimida. Tal situação pode ser justificada pela redução da oferta em virtude do remanejamento de profissionais para outras frentes de serviço, como pronto socorro, déficit na manutenção de aparelhos (tomógrafos, ressonância, radioterapia, vitreófago, etc.) e desabastecimento de insumos.

Com o intuito de dar celeridade ao acesso às especialidades, e proporcionar melhor qualificação das filas, garantindo assim o acesso do paciente de acordo com o grau de necessidade; durante o ano de 2016 a Gerência de Regulação Ambulatorial trabalhou junto aos coordenadores de especialidade, buscando aperfeiçoar as diretrizes clínicas de regulação. Tal processo deverá ser continuado no ano de 2017.

A Central de Regulação de Internação Hospitalar – CRIH é o setor responsável pela regulação dos leitos de UTI e UCIN dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS no DF. Além dos leitos próprios da rede SES/DF, a CRIH conta com unidades conveniadas e contratadas para ampliar o acesso. É regulamentada por protocolos operacionais e clínicos previstos nas Portarias SES/DF nº 199 e 200, atualizadas em 06 de agosto de 2015, as quais determinam o funcionamento da CRIH, as atribuições dos profissionais integrantes da equipe e os critérios de admissão e alta das UTIs. A CRIH funciona 24 horas ininterruptas, em esquema de plantão, e utiliza a ferramenta informacional Trakcare/InterSystems.

Ressalta-se que a fim de assegurar maior transparência no processo de regulação da internação hospitalar, sem violar a privacidade do paciente e o sigilo profissional, o acesso às informações referentes à regulação dos leitos foi disponibilizado ao poder judiciário, Defensoria Pública da União e do DF e Ministério Público do DF.

De acordo com os parâmetros indicados na Portaria GM/MS n° 1.101/2002 para a cobertura assistencial, 4% a 10% do total de leitos gerais devem ser destinados como leitos de terapia intensiva. A SES/DF disponibilizou em 2014, segundo o Resumo dos Serviços Médicos Hospitalares e Consultas - 2014, um total de 4.885 leitos gerais. Desta forma, aplicando-se os parâmetros e considerando apenas a população do DF (estimativa de população do IBGE em 01/07/2016: 2.977.216 habitantes), a necessidade mínima para leitos de UTI seria de 297 leitos (4% de cobertura) e a máxima de 744 leitos (10% de cobertura).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE: Garantir acesso e permanência no ensino superior e na educação profissional, bem como desenvolver ações de educação permanente e continuada, de pesquisa e extensão, com qualidade e socialmente referenciados, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	7	1	Ampliar a oferta de cursos técnicos e pós-técnicos de 3 para 7; (FEPECS)	23203	4	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	7	2	Qualificar 100% dos Agentes Comunitários de Saúde da SES/DF no Curso de Qualificação Profissional Inicial; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	20,6	-	-	-	20,6	20,6
6202	7	3	Implantar o turno noturno para a execução dos cursos de Educação Profissional; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	15,0
6202	7	4	Ampliar o número de docentes da ETESB; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	7	5	Manter os Programas de Residência Médica atualmente ofertados; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6202	7	6	Ampliar os Programas de Residência Médica em áreas prioritárias para a SES/DF; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	60,0
6202	7	7	Ampliar os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6202	7	8	Criar a Residência em Gestão da Saúde; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	50,0%
6202	7	9	Manter a oferta de curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Mestrado Profissional; (FEPECS)	23203	100	%	MANTER	100	-	-	-	100	100,0
6202	7	10	Implementar a Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Mestrado Acadêmico; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6202	7	11	Implementar a Pós-Graduação *stricto sensu* - Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER); (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6202	7	12	Ampliar os Projetos e Programas de Extensão da ESCS; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	124	-	-	-	124	124,0
6202	7	13	Ampliar as ações para qualificação da integração ensino-serviço na SES/DF; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20,0
6202	7	14	Ofertar 3.400 vagas em ações educativas para servidores da SES-DF e comunidade; (FEPECS)	23203	3.400	UNID	MAIOR, MELHOR	2.550	-	-	-	2550	75,0
6202	7	15	Ampliar o fomento à pesquisa em saúde, fortalecendo e consolidando a ESCS/FEPECS como instituição produtora de conhecimento; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	7	16	Implantar o Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde da ESCS; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10,0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	7	17	Aprimorar a Política editorial e veiculação/disseminação da Revista de Comunicação em Ciências da Saúde-CCS; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	7	18	Implantar o 3º curso de graduação; (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	7	19	Construir o campus integrado da FEPECS. (FEPECS)	23203	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0

Análise Qualitativa

1. Ampliar a oferta de cursos técnicos e pós-técnicos de 3 para 7;

A Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB, mantida pela Fepecs, previu, até 2019, implantar três (03) novos cursos técnicos e um (01) pós-técnico, ampliando o portfólio de cursos ofertados nessas duas modalidades. São eles: (1) Hemoterapia, (2) Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, (3) Vigilância em Saúde e (4) Especialização em Saúde da Pessoa Idosa. Para tanto, em 2016, providências foram tomadas para que alguns dos cursos fossem aprovados pela Secretaria de Educação do DF, condição imprescindível para a implantação a partir de 2017. Os demais já contavam com parecer favorável daquela Secretaria. Além disso, foram elaborados editais e material didático. Isto posto, o próximo passo, planejado para execução, a partir de 2017, diz respeito à seleção dos instrutores, capacitação pedagógica, seleção dos estudantes e início do(s) curso(s).

2. Qualificar 100% dos Agentes Comunitários de Saúde da SES/DF no Curso de Qualificação Profissional Inicial;

O papel do Agente Comunitário de Saúde-ACS no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS é estratégico, porquanto mediador social que desenvolve ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, por meio da informação e do processo educativo da comunidade. Para tanto, sua atuação está orientada às famílias, comunidades, indivíduos e grupos, visando intervir sobre os fatores a que a população está exposta, estimulando parcerias por meio de ações intersetoriais e de controle social. O curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde foi desenvolvido para favorecer o exercício da profissão, devendo, por tais motivos, abranger 100% dos ACS. Em 2016 foi executado em algumas regionais de saúde, tais como: São Sebastião, Paranoá, Planaltina e Sobradinho, abrangendo 20,6% da população alvo.

3. Implantar o turno noturno para a execução dos cursos de Educação Profissional;

A ETESB/Fepecs iniciou o processo de implantação de cursos noturnos em 2016, a partir da oferta de dois cursos na modalidade "Formação Inicial e Continuada": (1) Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização e (2) Capacitação Pedagógica para docentes e instrutores. A população alvo de ambos os cursos consistiu de servidores da SES/DF. A iniciativa da Escola propiciou oportunidades de formação na área da saúde sem prejuízo das atividades profissionais exercidas no período diurno. No entanto, o objetivo é mais ousado porque diz respeito à oferta sistemática de cursos técnicos e pós-técnicos, favorecendo também os trabalhadores externos à SES/DF que necessitam de melhor qualificação no exercício de suas atividades ou melhoria profissional.

4. Ampliar o número de docentes da ETESB;

Considerando que a Fepecs não possui quadro de pessoal próprio, incluindo docentes, a instituição tem utilizado servidores cedidos pela Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF), em razão da Lei nº 2.676, de 12/1/2001, que dispõe sobre a criação da Fundação (DODF de 15/1/2001). No entanto, em 2016, embora gestões tenham sido feitas, reiteradamente, junto àquela Secretaria para cessão ou liberação de profissionais para o exercício da docência na ETESB, ainda assim não foi possível a ampliação do número de docentes. Reputa-se tal dificuldade à atual conjuntura da SES/DF, que se encontra com seu quadro de servidores da assistência reduzido.

5. Manter os Programas de Residência Médica atualmente ofertados;

Em 2016 foram mantidos 103 programas de residência médica, com 905 residentes em atividades, distribuídos em 10 hospitais e outras unidades da SES/DF. Estes programas são geridos pelas coremes dos hospitais e pela Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs. O atingimento da meta (100%) destaca a SES/DF como uma das maiores instituições formadoras de especialistas do Brasil, além da sua função de atenção à saúde.

6. Ampliar os Programas de Residência Médica em áreas prioritárias para a SES/DF;

Em 2016 foi ampliado o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Assim, de 5 vagas (2015) passou-se a ofertar 48 vagas (2016), atingindo 60% da meta. O objetivo, até 2019, é oferecer 80 vagas. A ampliação da formação especializada em Medicina de Família e Comunidade é uma demanda prioritária para a SES/DF e tem papel importante na ampliação da cobertura e resolubilidade da Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal, elemento fundamental para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Além disso, outros programas estratégicos para o SUS também foram desenvolvidos no ano em análise: Anestesiologia, Cirurgia Geral, Psiquiatria da Infância, Medicina do Trabalho e Medicina Paliativa. Todos esses programas foram implantados em rede, que possui como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA).

7. Ampliar os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional;

Os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde – modalidades multiprofissional e uniprofissional – foram implantados em 2016, já com oferta de 13 programas (limite almejado até 2019), desenvolvidos em rede, tendo como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários. Esses programas visam criar a cultura da interdisciplinaridade entre os profissionais da saúde, garantindo a integralidade do cuidado aos pacientes.

Multiprofissional: (1) Atenção Cardíaca, (2) Atenção Oncológica, (3) Saúde Coletiva, (4) Saúde da Criança, (5) Saúde do Adulto e Idoso, (6) Saúde Mental – Adulto, (7) Saúde Mental – Infanto-Juvenil, (8) Terapia Intensiva, (9) Urgência e Trauma. Uniprofissional: (10) Cirurgia Bucomaxilofacial, (11) Enfermagem Obstétrica, (12) Enfermagem em Centro Cirúrgico, (13) Enfermagem em Nefrologia.

8. Criar a Residência em Gestão da Saúde;

Em 2016 foi criado grupo de trabalho para implantação, em 2017, da Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, com oferta de 8 vagas. O projeto pedagógico foi encaminhado ao MEC para credenciamento e autorização de oferta de vagas. Espera-se, até 2018, ofertar 16 vagas. O projeto é desenvolvido em parceria com a FIOCRUZ e tem como objetivo formar futuros gestores do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

9. Manter a oferta de curso de Pós-Graduação stricto sensu na modalidade Mestrado Profissional;

O curso de Pós-Graduação stricto sensu na modalidade Mestrado Profissional está registrado na Área de Avaliação de Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 (dezoito) estudantes, resultado de demanda da SES/DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. O curso se encontra em sua 6ª turma, caracterizando oferta contínua. Foi

mantida em 2016 a oferta desse curso com ingresso de 18 mestrandos (médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e enfermeiros) servidores da SES/DF e dos hospitais contratados, todos com vínculo com o SUS.

10. Implementar a Pós-Graduação stricto sensu na modalidade Mestrado Acadêmico;

Foi criado o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde — projeto aprovado pela CAPES em 25/4/2016. Apresenta estrutura multidisciplinar em consonância com o perfil predominante dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área de Avaliação – Medicina I da CAPES. A meta foi atingida em 2016, com a realização do processo seletivo que aprovou 18 (dezoito) mestrandos que iniciaram as aulas no primeiro semestre de 2017.

11. Implementar a Pós-Graduação stricto sensu - Programa de Doutorado Interinstitucional - DINTER;

O Doutorado Interinstitucional (DINTER) está registrado na Área de Avaliação Medicina II da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora, e a ESCS/Fepecs, como instituição receptora, tendo por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Em 2016, foi realizado o processo seletivo que aprovou 25 doutorandos (docentes, pesquisadores, preceptores de graduação/ESCS e preceptores de residência/SES/DF), tendo o curso iniciado no primeiro semestre do mesmo ano.

12. Ampliar os Projetos e Programas de Extensão da ESCS;

A Extensão Acadêmica, ofertada pela ESCS/Fepecs, compreende cursos, minicursos e projetos de curta e média duração, destinados a complementar os conhecimentos em áreas específicas, que respondam a demandas não atendidas regularmente pelo ensino formal da graduação e/ou pós-graduação. Em 2016, foram ofertados 25 cursos/minicursos e 05 projetos de extensão, dos quais participaram 1.626 pessoas, superando em 24% a meta de 1.306 pessoas previstas no PPA para o ano de 2016.

13. Ampliar as ações para qualificação da integração ensino-serviço na SES/DF;

Foi desenvolvida ação para a qualificação da integração do ensino-serviço na modalidade de Treinamento em Serviço. Realizado em parceria com o Centro de Referência, Pesquisa, Capacitação e Atenção ao Adolescente em Família – Adolescentro, o projeto pedagógico foi construído e desenvolvido com a equipe da unidade e avaliado pelos treinandos e supervisores. A adesão foi de 50 % em relação ao nº de inscritos e ao nº de participantes. Uma das causas da não ampliação dessa ação para outras unidades e serviços de saúde na SES/DF é a falta de profissionais, técnicos capazes de desenvolver o Projeto no âmbito da Escola de Aperfeiçoamento do SUS–EAPSUS/Fepecs.

14. Ofertar 3.400 vagas em ações educativas para servidores da SES-DF e comunidade;

Pautada nas diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde e na metodologia da problematização, a Escola de Aperfeiçoamento do SUS–EAPSUS/Fepecs desenvolve ações educativas que têm por objetivo qualificar a assistência no âmbito da SES/DF, por meio da construção coletiva do conhecimento, da (re)organização do processo de trabalho e da troca de experiências. Tem como principal clientela os servidores da Secretaria de Saúde do DF.

Em 2016, a Escola realizou diferentes ações educativas, tais como: jornadas, seminários, cursos, oficinas, totalizando 2.550 participações. Para 2017, a EAPSUS tem no seu planejamento uma oferta estimada de 700 vagas. Tendo em vista a meta de ofertar 3.400 vagas até o ano de 2019, a tendência apontada é de superação da meta, considerado o período de 4 anos.

15. Ampliar o fomento à pesquisa em saúde, fortalecendo e consolidando a ESCS/FEPECS como instituição produtora de conhecimento;

No ano em análise não houve ampliação do fomento à pesquisa em saúde, com ações desencadeadas apenas para manutenção das atividades já executadas nos anos anteriores. Foram elas:

(1) Financiamento de seis projetos de pesquisa, abrangendo três linhas prioritárias em consonância com os eixos de pesquisa definidos pela Fepecs e SES/DF, quais sejam: (i) Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento; (ii) Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde; e (iii) Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;

(2) Publicação do periódico "Comunicação em Ciências da Saúde-CCS", na versão on line, ano 2016, com recursos oriundos de parceria firmada com a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz/Brasília.

As duas principais atividades foram executadas conforme planejado.

16. Implantar o Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde da ESCS;

A implantação do Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde visa ampliar o Programa de Iniciação Científica atual da ESCS/Fepecs, incluindo, nas atividades de formação científica e pesquisa já existentes, as atividades de desenvolvimento tecnológico, de transferência de tecnologias e de inovação em saúde. A participação de estudantes de graduação poderá ser voluntária ou remunerada, por meio de concessão de bolsas de estudo. Em 2016 foi dado o passo inicial para a implantação do Programa, a partir do encaminhamento da proposta de Resolução Interna ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/ESCS.

17. Aprimorar a Política editorial e veiculação/disseminação da Revista de Comunicação em Ciências da Saúde-CCS;

Em 2016 não houve ação específica prevista para esta meta, porém foram desencadeadas as tratativas entre gestores institucionais para, em 2017, iniciar-se a revisão e aprimoramento da Política editorial e veiculação da Revista CCS.

18. Implantar o 3º curso de graduação;

Esta meta foi prevista para início em 2017. As ações iniciais dizem respeito à:

(1) Consulta à SES/DF acerca da área de conhecimento do 3º curso, considerando o interesse do SUS/DF;

(2) Consulta à SES/DF acerca da possibilidade de liberação de servidores para atuarem como docentes e na área administrativa, uma vez que a Fepecs prescinde de quadro próprio de pessoal. Consoante à Lei nº 2.676/2001, os recursos humanos necessários para o funcionamento da Fepecs, até a aprovação do Quadro de Pessoal próprio, serão cedidos da SES/DF;

(3) Ampliação de área física e obtenção de outros recursos materiais para funcionamento e suporte das atividades acadêmicas; hoje, a instituição não dispõe de infraestrutura física para recepção de novos alunos;

(4) Ampliação do orçamento da Fepecs para acobertar as despesas referentes ao novo curso: bolsas de estudo, pagamente de gratificação a docentes e outras despesas.

19. Construir o campus integrado da FEPECS.

A meta diz respeito a uma sede que congregue as três escolas mantidas pela Fepecs (ESCS, ETESB e EAPSUS), com suas respectivas atividades acadêmicas. Para além, propõe-se um espaço com possibilidade de expansão do portfólio de cursos na área de saúde de interesse da população e, sobretudo, do SUS/DF, considerando as três modalidades já ofertadas: ensino superior, educação profissional e educação permanente e continuada. Com a infraestrutura atual é possível apenas a manutenção das atividades já implantadas e em funcionamento. Tal meta foi planejada para ter início a partir de 2018, porém dependerá da conveniência do governo do Distrito Federal, uma vez que a Fepecs, sendo instituição sem fins lucrativos, prescinde de receitas próprias para fazer frente à despesa. Assim, na data oportuna, consultar-se-á as instâncias competentes para avaliar a exequibilidade da pretensão e, sendo possível, o melhor momento.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1422	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	%			ANUAL	>=70	96,6	>=70	>=70	>=70	EAPSUS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1423	TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	%			ANUAL	15	16,8	14	12	10	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1424	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PONTO	5	31/dez/14	ANUAL	5	5,4	5	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1425	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PONTO	5	31/dez/14	ANUAL	5	5	5	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1426	PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	%	70	31/dez/14	ANUAL	87	90,6	93	100	100	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7

Justificativas 2016

Indicador 1422 - O cálculo foi feito por amostragem. Acredita-se que os altos índices obtidos estão diretamente relacionados à proposta de trabalho da Escola/Fepecs, que busca elaborar os projetos educativos de maneira singularizada e pactuada com a unidade demandante, além de utilizar metodologias ativas na construção da sequência pedagógica, com vistas ao atendimento dos objetivos apontados, constantes no projeto educativo.

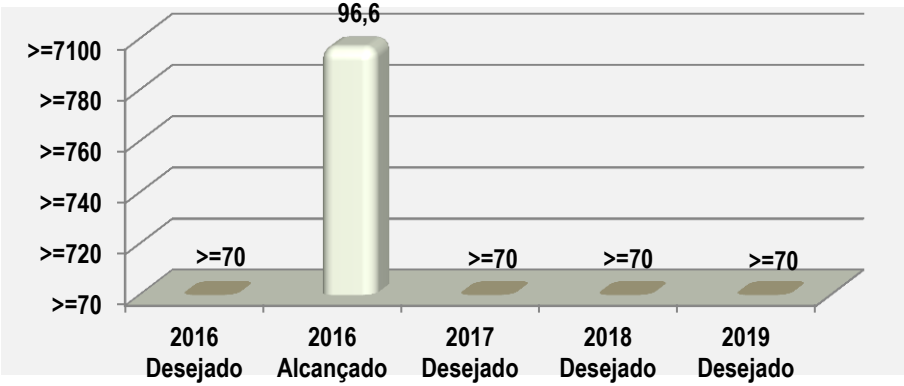
Indicador 1423 - Considera-se o diferencial aquém do planejado pouco significativo. Infere-se como principais causas da evasão na educação profissional a (1) necessidade de inserção dos estudantes no mercado de trabalho em horário incompatível com o curso e (2) aprovação em curso de graduação.

Indicador 1424 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em medicina baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da medicina superou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.

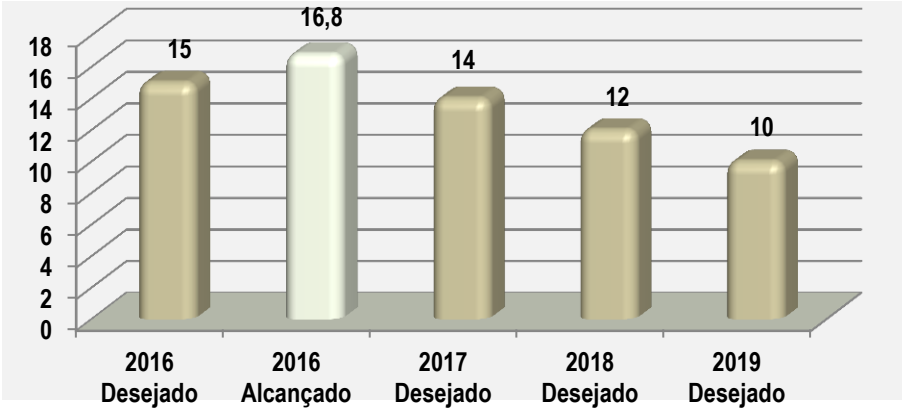
Indicador 1425 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em enfermagem baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da enfermagem alcançou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.

Indicador 1426 - Houve superação da meta, indicando maior número de novos profissionais de saúde de nível superior (médicos e enfermeiros) formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF.

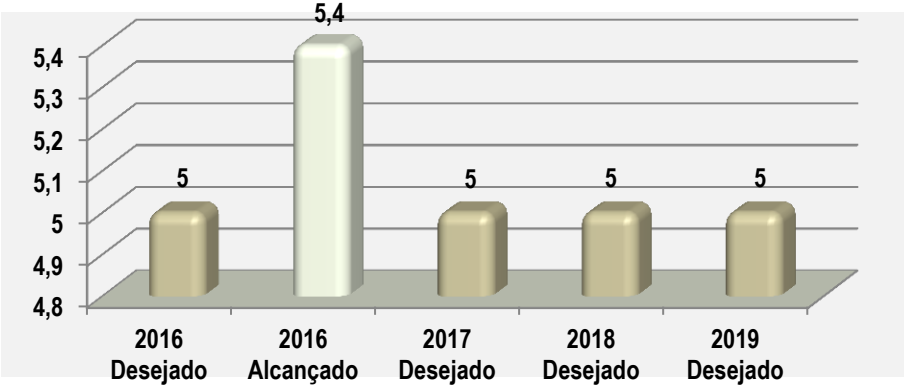
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS
>=70



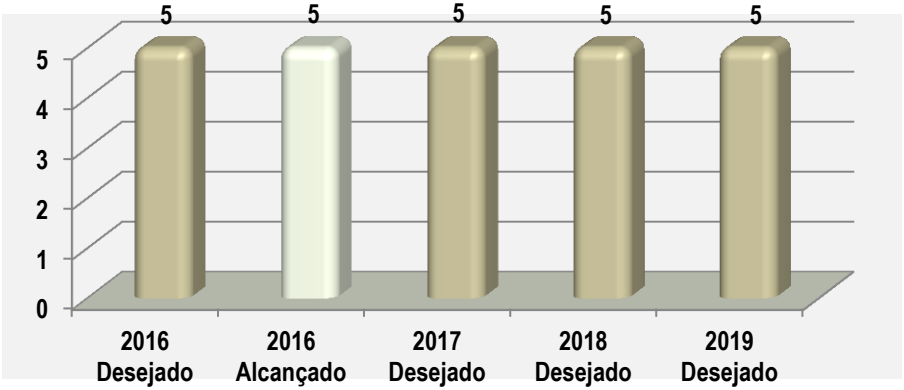
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA



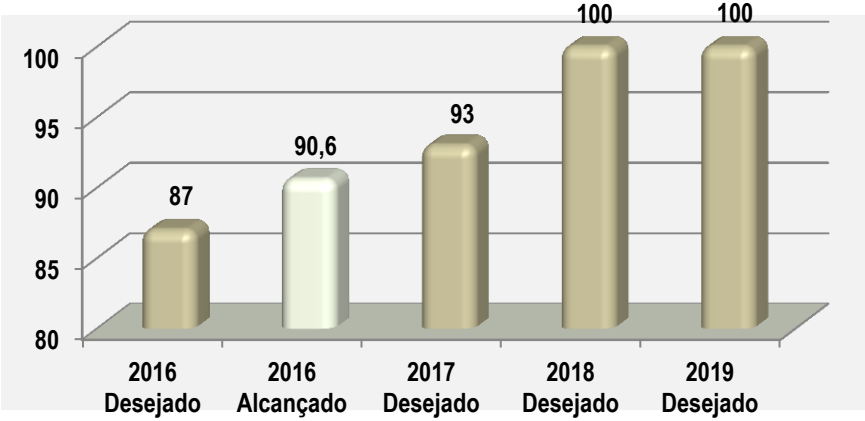
PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA



PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM



PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	7	1	Elaboração e proposição de norma/lei para implantação da gratificação de atividade de ensino para a educação profissional da ETESB; (FEPECS)	23203	100	A minuta de Projeto de Lei-PL foi elaborada e encaminhada à SES/DF, com posterior remessa à PGDF. Ainda não foi obtida resposta quanto ao PL.
6202	7	2	Elaboração e proposição de norma para implantação da preceptoria na ETESB; (FEPECS)	23203	100	O estudo foi finalizado e as normas, elaboradas. No momento, a proposta está em análise pela PGDF.
6202	7	3	Revisão de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar da ETESB; (FEPECS)	23203	10	Em fase final de revisão, faltando apenas a validação pelo corpo docente e discente da Escola.
6202	7	4	Formulação, aprovação e implantação de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Distrito Federal; (FEPECS)	23203	20	Foi redigida uma proposta de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Distrito Federal pela ESCS/Fepecs, mas sua aprovação está condicionada a questões que extrapolam a Escola, fato que será avaliado em uma revisão das ações não

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						orçamentárias para os próximos anos.
6202	7	5	Criação e implantação de uma plataforma de gestão de acompanhamento de Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS-DF; (FEPECS)	23203	10	O projeto da Plataforma de Gestão foi confeccionado e submetido à Chamada Pública da FAP/DF/MS-DECIT/CNPQ/SES/DF nº 001/2016 do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em saúde, porém não logrou êxito. O projeto foi também submetido ao Processo Seletivo do Programa de Iniciação Científica da ESCS. Assim, com auxílio de um estudante bolsista, está sendo desenvolvido um protótipo de Diretório de Pesquisa e Pesquisadores da SES/DF.
6202	7	6	Formulação de marco regulatório para a criação e implantação do Laboratório de Inovação para o SUS-DF. (FEPECS)	23203	0	Não estava prevista nenhuma ação para o ano de 2016.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O acesso aos cursos de graduação da Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs foi garantido com o preenchimento das 160 vagas previstas para os cursos de graduação. Destas vagas, 64 foram preenchidas por estudantes oriundos do ensino público do Distrito Federal. Desta forma, a ESCS contribuiu de maneira efetiva para a diminuição da desigualdade social por meio do acesso à graduação de estudantes de menor nível socioeconômico.

Ainda na graduação, 90,6% dos ingressantes concluíram o curso, superando a meta prevista para o ano. Dentre os fatores que promoveram a permanência dos estudantes, destacamos a política de concessão de bolsas de estudo, quais sejam: bolsa universitária, bolsa monitoria e bolsas de iniciação científica. A qualidade da formação atingiu os exigentes critérios previstos nas metas de progressão de conhecimentos, aferida pelo teste de progresso. Pelo fato da formação acontecer principalmente nos serviços de saúde da SES/DF e a partir do enfrentamento dos problemas de saúde da população desde o primeiro ano do curso, os profissionais formados adquiriram as competências necessárias para atender as necessidades de saúde da população do DF.

A Extensão Acadêmica também foi ampliada com superação em 24% da meta estabelecida, sendo ofertados 25 cursos/minicursos e 05 projetos de extensão, dos quais participaram 1.626 pessoas.

Em 2016 estiveram em funcionamento 103 programas de residência médica mantidos pela SES/DF e pela ESCS, totalizando 905 vagas, mantendo a SES/DF como uma das maiores instituições formadoras de especialistas do Brasil.

Como ação estratégica para o provimento de força de trabalho para o SUS/DF, houve expansão do número de vagas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Em 2015 foram ofertadas 5 vagas, passando para 48 vagas em 2016, atingindo 60% da meta. O objetivo é alcançar 80 vagas até 2019. A ampliação da formação especializada em Medicina de Família e Comunidade é uma demanda prioritária para a SES/DF e tem papel importante na ampliação da cobertura e resolubilidade da Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal, elemento fundamental para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Foram criados 9 programas de residência multiprofissional em 2016, alinhando o Distrito Federal com a política do Ministério da Educação de criação de uma cultura da interdisciplinaridade entre os profissionais da saúde, ação estratégica para garantir a integralidade do cuidado aos pacientes. Outra ação de importância estratégica do ano de 2016 foi a criação da

Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, com oferta de 8 (oito) vagas para início em 2017. Este projeto, desenvolvido em parceria com a FIOCRUZ, tem como objetivo formar futuros gestores para o Sistema Único de Saúde no Distrito Federal. Ademais, também se ofertou a modalidade uniprofissional, com 4 programas.

Houve uma expansão importante da pós-graduação com a entrada de mais 18 (dezoito) estudantes no mestrado profissional, atingindo a 6ª turma. Em 2016 foram criados o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, sendo selecionados 18 (dezoito) mestrandos que iniciarão as aulas no primeiro semestre de 2017, e o programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), com ingresso de 25 doutorandos.

Foram financiados seis projetos de pesquisa, abrangendo as linhas prioritárias em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela Fepecs e SES/DF. Apesar da meta de gastos estabelecida não ter sido alcançada plenamente, as duas principais atividades (financiamento de pesquisa e publicação de periódico) foram executadas conforme planejado e com economia de recursos, por meio de parceria com a Fiocruz.

A meta de implantação do 3º curso de graduação ainda encontra-se em fase de estudos, sendo previstas para 2017 algumas ações, tais como: consultar a SES/DF acerca da área de conhecimento do 3º curso, considerando o interesse do SUS DF; obter recursos visando à elaboração de projeto de ampliação de área física; consultar a SES/DF acerca da disponibilidade de liberação de servidores para atuarem como docentes e na área administrativa, uma vez que a Fepecs prescinde de quadro próprio de pessoal e ampliar o orçamento da Fepecs para acobertar as despesas referentes ao novo curso.

A Educação Profissional é promovida pela Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB/Fepecs, que trabalha alinhada às políticas de saúde da SES/DF, capacitando e formando quadros para dar respostas à implementação dessas políticas estratégicas, em especial, acompanhando a reformulação do modelo de Atenção Primária com a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Garantir o acesso e permanência na Educação Profissional requereu implantação de algumas medidas, como a extensão do período para o noturno, desenvolvimento descentralizado dos cursos nos serviços de saúde, pactuação com os gestores referente à liberação dos servidores da SES/DF para a sua qualificação, elaboração de material didático e preparação dos profissionais de nível superior da SES/DF para a docência.

No ano em análise, três (03) cursos técnicos foram oferecidos à comunidade e aos servidores, como o Técnico em Enfermagem, Saúde Bucal e Análises Clínicas, além da oferta de cursos de Educação Permanente (Formação Inicial e Continuada) como Administração de Medicamentos e Protocolo de Sinais Vitais, Caminhos do Cuidado - Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas, Qualificação Profissional Inicial para ACS e Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização.

Esses cursos oferecidos aos servidores da SES/DF são de relevância significativa, impactando na contribuição da ampliação da eficiência dos processos realizados nas suas unidades de saúde, na melhoria do atendimento à população por meio das suas equipes de Saúde da Família, nas ações educativas voltadas para o processo de cuidar, incluindo as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, o conceito de Rede de Atenção Psicossocial, onde a atenção prestada pelas equipes de Saúde da Família se torna essencial.

Em 2016, houve algumas dificuldades para o desenvolvimento de ações na Educação Profissional, que deverão ser resolvidas nos próximos exercícios, a fim de não prejudicar a execução do objetivo específico. Dentre essas dificuldades destacamos a liberação de docentes para ministrarem aulas nos cursos técnicos da ETESB e dificuldade na liberação dos estudantes, servidores da assistência (ACS, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem).

A Escola de Aperfeiçoamento do SUS-Eapsus/Fepecs é responsável por desenvolver ações educativas, na perspectiva da educação permanente e continuada, para os profissionais de saúde da SES/DF, por meio de diferentes modalidades, quais sejam: seminários, fóruns, encontros, ciclo de debates, educação em ATOSS e cursos. A proposta pedagógica da Escola, alinhada com os princípios da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), esta orientada no sentido da construção de currículos singularizados e contextualizados na realidade dos profissionais e na utilização de metodologias ativas, especialmente a Metodologia da Problematização. Os cursos ofertados respondem as necessidades dos profissionais e das equipes, com vistas a desenvolver as competências necessárias para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Ainda que os dados apontem para o alcance das metas pactuadas ao final de 2019, torna-se importante mostrar que, além do quantitativo de vagas ofertadas ter sido superado, a Escola conseguiu ampliar seu leque de ofertas respondendo as demandas de diferentes áreas técnicas seja no âmbito da promoção à

saúde, prevenção, assistência, reabilitação, vigilância e, em maior número para profissionais da gestão. Para além, foram construídas ações educativas que abordaram temas de grande relevância e transversais na saúde pública como aqueles tratados no Seminário Finitude, Adoecimento e Morte e o Fórum de Prevenção do Suicídio. Assim, tanto qualitativa como quantitativamente, a análise do objetivo específico é bastante positiva para a Eapsus.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
008 –Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
23.202 – FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	8	1	Manter o percentual de doações de sangue em relação à população do DF em 2%; (FHB)	23202	2	%	MANTER	1,94	-	-	-	1,94	
6202	8	2	Manter o percentual de doadores de sangue fidelizados em 50%; (FHB)	23202	50	%	MANTER	45	-	-	-	45	
6202	8	3	Manter o índice de satisfação do doador de sangue acima dos 95%;(FHB)	23202	>95	%	MANTER	95,2	-	-	-	95,2	
6202	8	4	Manter a certificação ISO para o ciclo de sangue; (FHB)	23202	100	%	MANTER	100	-	-	-	100	
6202	8	5	Expandir a certificação ISO para todos os laboratórios destinados aos exames de pacientes solicitados pelo ambulatório da FHB e rede SES/DF; (FHB)	23202	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-		
6202	8	6	Manter a classificação de Instituição de Saúde de Baixo Risco pela Vigilância Sanitária, ultrapassando os 95% de conformidade nas inspeções sanitárias; (FHB)	23202	>95	%	MANTER	98,4	-	-	-	98,4	
6202	8	7	Responder a demanda de rotina das Agencias Transfusionais em, pelo menos, 80%, para manutenção de seu estoque estratégico; (FHB)	23202	80	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6202	8	8	Atender 100% da demanda dos procedimentos hemoterápicos; (FHB)	23202	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	

Análise Qualitativa

1. Manter o percentual de doações de sangue em relação à população do DF em 2%;

Fundação Hemocentro de Brasília alcançou o índice de 1,94% de doações na população do Distrito Federal. Este índice corresponde ao mesmo percentual obtido no ano de 2015, o que demonstra que a doações de sangue cresceram no mesmo ritmo que o crescimento populacional do DF. Este índice corresponde a 97% da meta pretendida de 2,0% de doações em relação à população do Distrito Federal e que garantiu o atendimento a 100% da demanda. O índice considerado seguro pela OMS para doação de sangue em uma população é de 3 a 5%, considerando-se que a rede privada de banco de sangue responde a aproximadamente 1% das coletas e realizou um terço das transfusões computadas no ano de 2016, este índice aproxima-se do que é aceito como seguro pelas estimativas internacionais. Com o dever de adequar a oferta de sangue à demanda dos serviços de saúde, evitando desperdícios, podemos afirmar que para a atual dimensão da rede de assistência à saúde pública do Distrito Federal a Fundação Hemocentro de Brasília não possui a necessidade de obtenção da meta pactuada, podendo gerenciar a coleta de forma mais racional para uma cobertura efetiva e segura de fornecimento de sangue ao Distrito Federal.

2. Manter o percentual de doadores de sangue fidelizados em 50%;

Apesar de não ter alcançado a meta pactuada no PPA de 50% de doadores fidelizados, o índice obtido foi considerado adequado às necessidades da instituição para o cumprimento de sua missão, entendendo-se que é um fator positivo manter um número elevado de doadores fidelizados, para garantir a qualidade e quantidade dos produtos obtidos, porém é necessário um equilíbrio com a captação de novos doadores anualmente, elevando a divulgação do ato de doação de sangue e sua importância a novos públicos e ressaltando-se que não houve aumento do percentual de perda de sangue coletado por exames laboratoriais positivos, mostrando que a captação de novos doadores tem sido realizada de forma racional e segura, com orientação adequada da população.

3. Manter o índice de satisfação do doador de sangue acima dos 95%;

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do ano pela FHB com redução da força de trabalho e mobilizações de servidores (paralizações) que impactaram no aumento do tempo de espera e, consequentemente, piora na avaliação dos serviços pelo doador usuário, a meta foi alcançada e o índice de satisfação do doador de sangue mantém-se elevado, colocando a instituição como um dos serviços públicos mais bem avaliados pelos cidadãos usuários.

4. Manter a certificação ISO para o ciclo de sangue;

A certificação ISO foi mantida para o ciclo do sangue no ano de 2016 demonstrando a manutenção da conformidade dos processos de trabalho sendo um selo de garantia dos serviços e produtos gerados.

5. Expandir a certificação ISO para todos os laboratórios destinados aos exames de pacientes solicitados pelo ambulatório da FHB e rede SES/DF;

No ano de 2016 foi comunicada à empresa certificadora da ISO contratada pela FHB sobre o aumento do escopo da certificação a iniciar a partir do ano de 2017, com expansão aos laboratórios de pacientes, tendo sido realizada toda a preparação e ajustes internos de processos de trabalho necessários para obtenção do sucesso na próxima auditoria de acreditação.

6. Manter a classificação de Instituição de Saúde de Baixo Risco pela Vigilância Sanitária, ultrapassando os 95% de conformidade nas inspeções sanitárias;

De acordo com a auditoria conjunta da VISA/DF e ANVISA no ano de 2016, a FHB manteve-se como instituição de baixo risco sanitário, tendo elevado seu índice de conformidade dos itens auditados de 97,7% para 98,4% quando aplicadas as análises de risco utilizadas pelas instituições auditoras.

7. Responder a demanda de rotina das Agencias Transfusionais em, pelo menos, 80%, para manutenção de seu estoque estratégico;

Os atendimentos de rotina referem-se ao total de concentrados de hemácias, um dos componentes do sangue de maior utilização nos serviços de transfusão, enviados regularmente às agências transfusionais atendidas pela FHB, baseado em análise de série histórica da utilização deste componente de forma a garantir a disponibilidade imediata do produto em seu local de uso pela formação de um estoque estratégico local. Este índice é considerado como índice alvo, sendo quanto menor melhor na faixa entre 100% até o limite pactuado na meta de 85%, que indica que houve uma disponibilidade do produto para o uso sem que tenha se consumido todo o estoque estratégico local e necessidade de solicitações de reposição do hemocomponente de forma emergencial. Apesar de não ter sido alcançada a meta, o resultado obtido indica que houve um dimensionamento adequado destes estoques locais e garantiu ainda uma reserva de 10% do produto no local de uso, prevenindo a falta em ocasiões de aumentos pontuais da demanda.

8. Atender 100% da demanda dos procedimentos hemoterápicos;

Foi atendida 100% da demanda transfusional dos serviços usuários do sangue e seus componentes coletados e processados pela FHB, não havendo registro de falta destes produtos a nenhum paciente da rede pública do Distrito Federal no ano de 2016.

INDICADORES DE DESEMPENHO

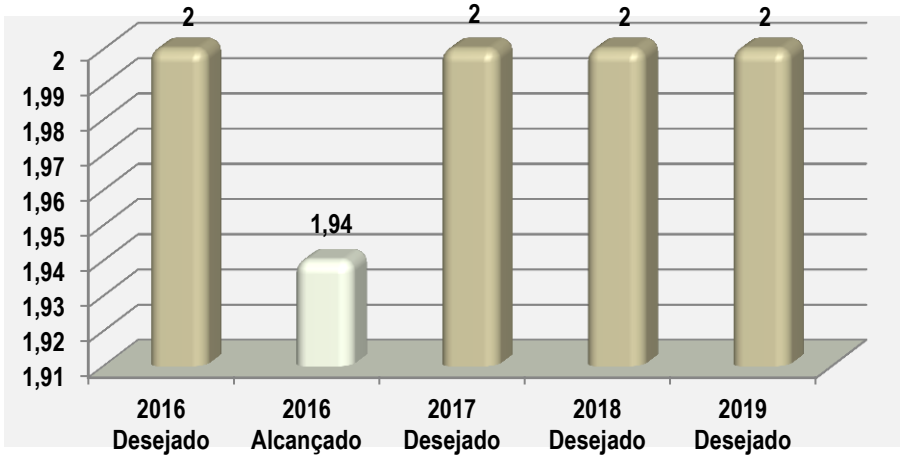
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1427	PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO	%	1,97	31/dez/14	ANUAL	2	1,94	2	2	2	FHB / UO 23202 / OE 8
1428	PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO	%	91,8	31/dez/14	ANUAL	85	90,04	85	85	85	FHB / UO 23202 / OE 8

Justificativas 2016

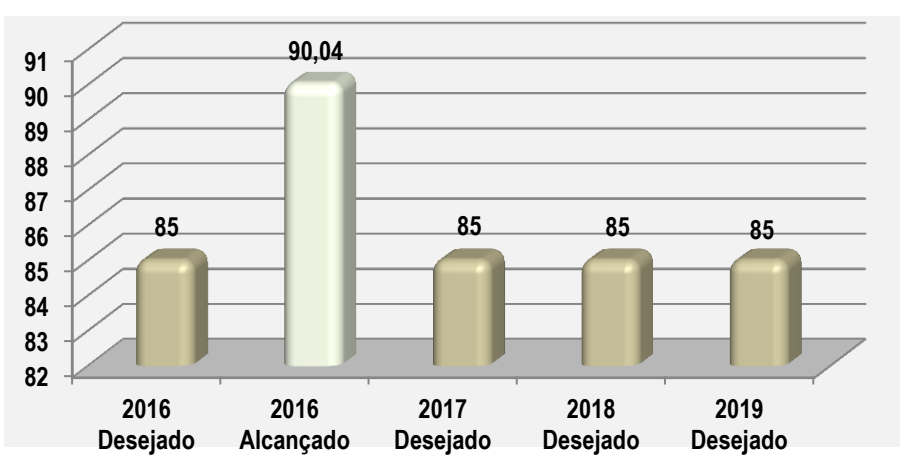
Indicador 1427 - A taxa de crescimento de doadores acompanhou a taxa de crescimento da população do Distrito Federal do ano de 2015 para 2016. Apesar de abaixo da meta pactuada, este resultado permitiu que a Fundação Hemocentro de Brasília suprisse a demanda da rede hospitalar em 100%.

Indicador 1428 - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 10%.

PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO



PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	8	1	Parcerias com a sociedade civil, setor privado e administração pública para captação de doadores visando estimular a participação e conscientização da sociedade quanto ao ato de doar sangue; (FHB)	23202	100%	A FHB atingiu o total de 2.008 parceiros cadastrados em 2016 que corresponde a um aumento de 11,6% do total de parceiros em relação ao ano de 2015, tendo realizado um total de 928 eventos com parceiros da sociedade, somando-se campanhas internas de coleta de sangue e treinamentos de multiplicadores.
6202	8	2	Treinamento de multiplicadores na sociedade, pessoas que atuam em suas respectivas comunidades (escola, empresa, igreja e outras), com vistas a estimular a participação e conscientização da comunidade quanto ao ato de doar sangue. (FHB)	23202	100%	A FHB promoveu, no ano de 2016, 262 eventos de treinamento de multiplicadores atingindo um público total de 368 multiplicadores da doação voluntária de sangue na sociedade, garantindo sucesso nos eventos realizados para captação de doadores e contribuindo para a segurança transfusional no Distrito Federal e suprimento de 100% da demanda de hemocomponentes nos hospitais da rede pública de saúde e demais usuários dos produtos da FHB.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A Fundação Hemocentro de Brasília cumpriu, no ano de 2016, o objetivo estratégico de assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, de forma eficiente e eficaz. Para isto além de cumprir os indicadores e metas propostas, de forma a garantir a segurança transfusional em toda sua amplitude, desde a captação de doadores bem orientados e esclarecidos até o transporte dos hemocomponentes e suporte à transfusão nas agências transfusionais dos hospitais da rede SUS/DF e atendimento a 100% da demanda de componentes do sangue outras ações merecem destaque para que se entenda a eficiência de sua gestão, conforme elencadas a seguir:

- Correção de processos de trabalho em áreas administrativas, como o estabelecimento de prazos e normas para executores de contratos, trazendo maior agilidade e segurança para a área financeira e o novo fluxo para o recebimento de diplomas e certificados de conclusão de cursos para percepções de adicionais salariais, afastando o risco de fraudes neste processo.
- Mudança de uso do orçamento com redução de aproximadamente 50% dos recursos da fonte 100. As compras que pertenciam à área fim e que não utilizavam a fonte 138 (Fundo de Saúde) foram remanejadas à medida da contratação e da necessidade de renovação. Com a escassez de recursos, as mudanças na utilização dos recursos orçamentários da FHB foram essenciais para que não houvesse solução de continuidade nas atividades essenciais. Um bom exemplo foi a mudança de fonte do processo de licitação do transporte de hemocomponentes e doadores da Fundação Hemocentro, servindo como modelo para outros processos.
- Planejamento e início das atividades do futuro núcleo de contratos e convênios. A criação informal do núcleo já permitiu separar a área de Contratos da área jurídica. Isso trouxe melhoras no processo de *compliance* dos Contratos e aprimoramento do acompanhamento dos Termos de Referência (revisão) e dos processos. É de fundamental importância a regularização da estrutura da FHB, que formalizará o Núcleo de Contratos e Convênios. Com a implantação desse núcleo, haverá condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos, com melhorias da rotina de fiscalização e maior eficácia em vistorias, buscando aperfeiçoar a comunicação entre gestor, executores de contratos e contratado, bem como fazer um melhor acompanhamento da emissão de relatórios de execução, avaliação de resultados, dentre outros.
- Aquisição de software para realização de pesquisa de preço, solucionando um dos maiores gargalos da FHB, especificamente na área de Pesquisa de Preço e Análise de Viabilidade Econômica, que permitiu executar melhores pesquisas com maior agilidade.
- Renegociação de contratos, à medida de cada renovação, com adequação de valores quanto ao contrato original, permitindo uma redução total de valores renegociados de R$ 8.588.591,82.
- Em novembro foi realizado treinamento dos médicos lotados em Unidades Básicas de Saúde que cumprirão parte da carga horário semanal em Unidades de Pronto Atendimento para atendimento a pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, em parceria com a FEPECS e SAMU. Este projeto de inclusão de treinamentos para equipes de atendimento a Urgências e Emergências será mantido ao longo do ano de 2017 para alcançar a totalidade dos profissionais, a fim de garantir atenção integral a esses pacientes.
- Transferência da distribuição de Fator IX Recombinante da coagulação a pacientes com ações judiciais à Farmácia de Judicializados da SES/DF.
- Obtenção do índice de 99,70% de conformidade nos itens verificados pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobras, para qualificação dos fornecedores de plasma. Devido à excelência dos serviços realizados, dos produtos disponibilizados e de seu corpo técnico, atua como Hemocentro Coordenador no Grupo de Assessoramento Técnico do Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Hemocomponentes da CGSH/DAHU/SAS/Ministério da Saúde. A FHB vem recebendo visitas técnicas, não apenas para avaliação de seus serviços, mas também para conhecimento de sua prática e tem se preparado para a acreditação internacional pela *American Association of Blood Banks - AABB* e Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia – ABHH.

- No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS, para o adequado acompanhamento de tais pacientes.
- Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura, com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas.
- Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

009 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM EPILEPSIA: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária e da atenção especializada (média e alta complexidade) em saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes com epilepsia em todos os graus de complexidade, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a promoção de políticas públicas no sentido de propagar a disseminação de informação a respeito do tema epilepsia. (EP)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6202	9	1	Alcançar 100% de cobertura clínica aos portadores da Epilepsia; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	27,7	-	-	-	27,7	27,2
6202	9	2	Qualificar todos os servidores da Atenção Primária e de média e alta complexidade que realizam procedimentos aos portadores da Epilepsia no DF; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	9	3	Realizar pelo menos 01 campanha de conscientização por ano com diferentes ênfases: epilepsia e trabalho, epilepsia e estudo, epilepsia na mulher, epilepsia – como agir; (SES)	23101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	9	4	Atualizar o parque tecnológico da SES com aquisição de novos aparelhos de EEG para as unidades de média complexidade e ampliação destas; (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6202	9	5	Implementar o serviço de cirurgia em epilepsia – alta complexidade. (SES)	23101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0

Análise Qualitativa

1. Alcançar 100% de cobertura clínica aos portadores da Epilepsia

Em 2016, foram realizados 2.772 atendimentos por neurologistas com o CID G40 e G41 que atendem todos os tipos de epilepsia. Estes dados se referem ao atendimento em média e alta complexidade. Em relação a 2015, houve um incremento de 27,7% no atendimento feito por neurologistas em relação a este CID. Em 2016, foram abertos dois ambulatórios de epilepsia de difícil controle com 80 atendimentos/mês no Hospital Regional de Sobradinho. Quanto ao atendimento em nível de atenção primária, esta diretoria não tem acesso aos dados.

2. Qualificar todos os servidores da Atenção Primária e de média e alta complexidade que realizam procedimentos aos portadores da Epilepsia no DF

O programa de capacitação em Neurologia foi iniciado em 2010 e consiste na capacitação contínua dos médicos da atenção primária nas doenças mais prevalentes em Neurologia – Cefaléia e Epilepsia. O programa de Epilepsia iniciou-se em 2013. Entre março de 2013 e setembro de 2014, na região Sul – Santa Maria e Gama. Entre outubro de 2014 até agosto de 2015, foi direcionado para região Leste – Paranoá e São Sebastião. Entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2017, o programa esteve na região Norte, Planaltina e Sobradinho. Em 2017, o programa está sendo direcionado para região Oeste, tendo previsão de início em abril de 2017.

Entre outubro de 2015 e julho de 2016 foi elaborado o protocolo de atendimento ao paciente portador de epilepsia. Este protocolo foi submetido a consulta pública durante agosto de 2016. Após os questionamentos e a readequação do protocolo, o mesmo foi encaminhado para comissão de protocolos em 06 de março de 2017 para ser submetido a nova consulta pública e concluir os trâmites para publicação. O objetivo do protocolo é estabelecer e divulgar toda a linha de cuidado do paciente portador de epilepsia nos três níveis de atenção.

3. Realizar pelo menos 01 campanha de conscientização por ano com diferentes ênfases: epilepsia e trabalho, epilepsia e estudo, epilepsia na mulher, epilepsia – como agir

Participação da coordenação de Neurologia e demais médicos que atuam em epilepsia no I Fórum de Epilepsia promovido pela frente parlamentar de defesa dos direitos da pessoa com epilepsia, em 30 de setembro de 2016, onde foi divulgado o protocolo de epilepsia.

4. Atualizar o parque tecnológico da SES/DF com aquisição de novos aparelhos de EEG para as unidades de média complexidade e ampliação destas

O processo para aquisição de novos aparelhos de EEG – processo n°0060-007746/2012 – segue em tramitação desde 2012 e encontra-se ainda na fase readequação de termo de referência, trabalho concentrado na CEIC/SUAG/SES desde dezembro de 2016.

5. Implementar o serviço de cirurgia em epilepsia – alta complexidade

O processo para aquisição dos aparelhos de vídeo EEG segue em tramitação no âmbito da SES desde 2015.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1677	(EP) ATENDIMENTO ATENÇÃO BÁSICA	%			ANUAL	15	0	30	45	60	SES/ DF / UO 23901 / OE 9
1678	(EP) ATENDIMENTO MÉDIA COMPLEXIDADE	%			ANUAL	5	0	10	15	20	SES/ DF / UO 23901 / OE 9
1679	(EP) ATENDIMENTO ALTA COMPLEXIDADE	%			ANUAL	5	0	10	15	20	SES/ DF / UO 23901 / OE 9

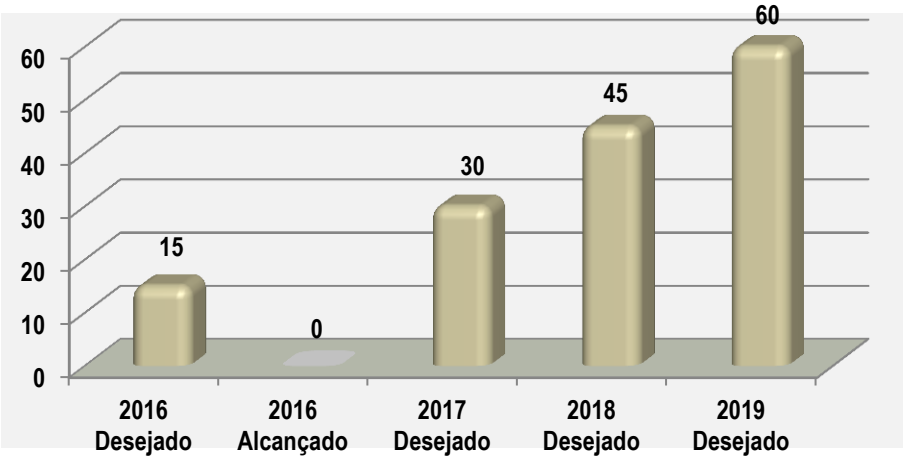
Justificativas 2016

Indicador 1677 - Não existe possibilidade de se identificar os atendimentos ambulatoriais devido a forma de registro da informação nos Sistema de Informação Ambulatorial do Ministério da Saúde SIA/SUS. Os sistemas de registro ambulatoriais não informam o CID-10. Não há como se identificar os atendimentos pelos códigos de consulta, acompanhamento e nem pela identificação do profissional, pois não existe a subespecialidade de epilepsia dentro da especialidade médica Neurologia.

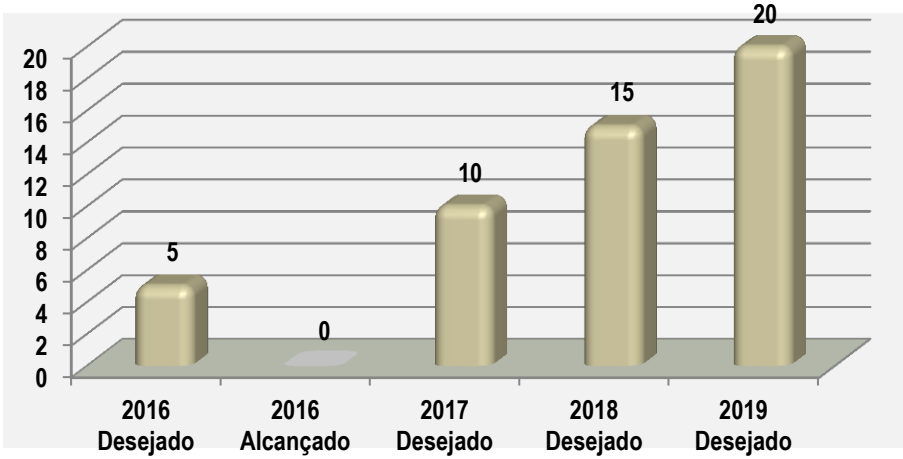
Indicador 1678 - Não existe possibilidade de se identificar os atendimentos ambulatoriais devido a forma de registro da informação nos Sistema de Informação Ambulatorial do Ministério da Saúde SIA/SUS. Os sistemas de registro ambulatoriais não informam o CID-10. Não há como se identificar os atendimentos pelos códigos de consulta, acompanhamento e nem pela identificação do profissional, pois não existe a subespecialidade de epilepsia dentro da especialidade médica Neurologia.

Indicador 1679 - Percentual de internações realizadas 12/177577 = 6,75%. As informações foram obtidas a partir do Sistema de Informação Hospitalar SIH/SUS. Os procedimentos diagnósticos e cirúrgicos para epilepsia são específicos para internação com o diagnóstico de epilepsia, identificados com o código da forma de organização 04.03.06 na tabela SIGTAP. Nas demais internações foram pesquisadas as admissões nas quais foram informados o CID-10 G40 de epilepsia. Ressaltamos que esse indicador foi incluído por EP.

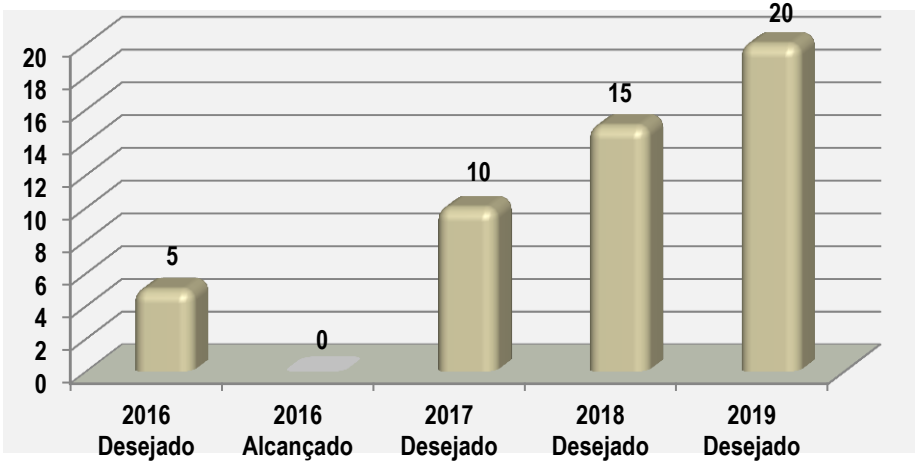
(EP) ATENDIMENTO ATENÇÃO BÁSICA



(EP) ATENDIMENTO MÉDIA COMPLEXIDADE



(EP) ATENDIMENTO ALTA COMPLEXIDADE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	9	1	Realizar exames Bioquímicos (Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST) na Atenção Básica , Média Complexidade e Alta Complexidade;	23101	100%	Os Exames de Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST estão disponíveis em todos os Laboratórios de Patologia Clínica da Rede SES/DF.
6202	9	2	Realizar exames de EEG (1 a 3 vezes ao ano) na Média Complexidade e (1 a 5 vezes ao ano) na Alta Complexidade;	23101	87,5	No primeiro semestre de 2016, somente 3 (HRS, HRAN e COMPP) estavam em funcionamento. No segundo semestre de 2016, graças ao empenho dos serviços desta coordenação e da disponibilização de verba foi possível a reativação dos aparelhos do HBDF, HRT e HRC. Com a reativação destes serviços houve um incremento na realização de EEG da ordem de 240 exames/mês. Em dezembro de 2016, existem seis serviços de EEG em funcionamento na rede SES/DF – HBDF, HRAN, COMPP, HRS, HRT e HRC. Foram realizados cerca de 4000 exames de EEG na rede SES/DF em 2016.
6202	9	3	Realizar outros exames (TC, RNM crânio, SPECT) na Média e Alta Complexidade;	23101	0	Os exames de TC de Crânio estão disponíveis na Rede nas Unidades: HBDF, HRAN, HMIB, HRS, HRT, HRSAM, HRC, HRG, HRSM. Os exames de RM de Crânio são realizados por empresas credenciadas e marcados através da regulação. Os exames de SPECT não são disponíveis na Rede. A estimativa da implementação não pode ser mensurada, uma vez que o indicador é vago, os exames de TC e RM já são disponíveis na Rede e não apresenta meta a ser atingida.
6202	9	4	Implantar o funcionamento da Unidade de vídeo EEG no âmbito do HBDF, que já tem estrutura física pronta, por meio do remanejamento de servidores - técnicos de EEG, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, especificamente para esse fim;	23101	0	O processo de aquisição ainda está tramitando na Secretaria. Há expectativa de processo licitatório em 2017. Já houve visita técnica da Engenharia Clínica no HBDF para adequar a estrutura elétrica. Está sendo realizado treinamento de servidores que estavam em readaptação funcional para a função de técnico de EEG.
6202	9	5	Disponibilizar servidores aptos a executar a avaliação neuro-psicológica para unidade de vídeo EEG;	23101	0	Esta demanda será enviada a gerência de psicologia assim que o processo de aquisição do aparelho de vídeo EEG estiver mais próximo da conclusão
6202	9	6	Oferecer suporte por meio de acompanhamento social aos pacientes da atenção básica com dificuldade em acesso a consultas, medicamentos e exames. Sugere-se um servidor da área de assistência social para monitoramento de determinada população garantindo o acesso daqueles que receberam indicação para centros de média e alta complexidade no tratamento em epilepsia;	23101	0	Proposta a ser discutida com a gerência de Assistência Social após a publicação do protocolo de atendimento a pessoa com epilepsia da SES/DF (em fase final de aprovação).
6202	9	7	Organizar locais para realização de exames de eletrencefalografia sob sedação, com presença de médico anestesiologista, com equipamento de suporte adequado (carrinho de anestesia, carrinho de parada, desfibrilador) para pacientes encefalopatias	23101	100	O serviço de EEG do HRAN disponibiliza o exame de EEG sob sedação com uma média de 10 exames por mês em 2016 com o suporte de anestesiologista. Até o momento a demanda está sendo atendida, não há queixas de demanda reprimida.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			que necessitam de sedação.			

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Em 2016, a capacitação em Neurologia, com foco em epilepsia e cefaleia ambulatorial, foi realizada em conjunto com a atenção primária da superintendência Norte (população de cerca de 370.000 pessoas), com foco na região de Planaltina no primeiro semestre e na região de Sobradinho, no segundo semestre. Tivemos uma participação expressiva dos médicos da atenção primária, que tem se traduzido em uma melhora na assistência para população.

Houve um empenho da Coordenação de Neurologia e Neuropediatria em conjuntos com os médicos com atuação na área de Epilepsia da rede SES/DF em entregar o protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia com foco na abordagem integral do paciente. Foram criados mais dois ambulatórios de epilepsia de difícil controle na SES/DF (um no HBDF e um no HRS) e o programa de capacitação continuada em epilepsia segue em atividade. Os pacientes que necessitam de vídeo EEG são enviados para outras unidades da federação (São Paulo e Goiás) por meio da Gerência de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, garantindo assim o atendimento aos casos refratários e com possibilidade de tratamento cirúrgico, enquanto a unidade de cirurgia de epilepsia do DF não for implantada. Em 2016, foram encaminhados 24 processos de pacientes para TFD. Estas ações têm objetivo de qualificar e melhorar o atendimento, em todos os níveis de complexidade, de todos os portadores de epilepsia que buscam tratamento na rede SES/DF.

Há uma busca de parceria com os setores de faturamento e estatística no sentindo de melhorar o faturamento dos procedimentos e exames em neurologia, cuja produtividade vem aumentando ao longo de 2016.

Há o monitoramento constante dos processos de aquisição de novos aparelhos e dos insumos necessários a manutenção do funcionamento dos serviços de Eletroencefalograma.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar uma educação pública democrática e de qualidade, voltada à formação integral do ser humano, com garantia da universalização do acesso à escola e da permanência, com êxito, no processo de ensino-aprendizagem; e assegurar a valorização dos profissionais da educação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF
001 – AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO: Ampliar significativamente o atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens.
002 – QUALIDADE DO ENSINO: Democratizar o acesso à rede pública de ensino e assegurar a permanência, com êxito, dos estudantes, por meio da melhoria do fluxo escolar, trabalhando as habilidades socioemocionais e, sobretudo, da garantia das aprendizagens, de modo a promover condições de igualdade de oportunidades com vistas à construção da cidadania. (EP)
003 – GESTÃO NA EDUCAÇÃO: Fortalecer o sistema público de ensino por meio da valorização, da formação continuada e da otimização do quadro de profissionais da educação; e assegurar a gestão participativa e democrática.
004 – MELHOR INDICADOR: Promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal por meio de ações que contemplem as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.
005 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO: Implantar e implementar sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas à garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.
18.202 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB
006 – Educação Superior: Ofertar vagas no ensino superior, para a formação nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária**.**

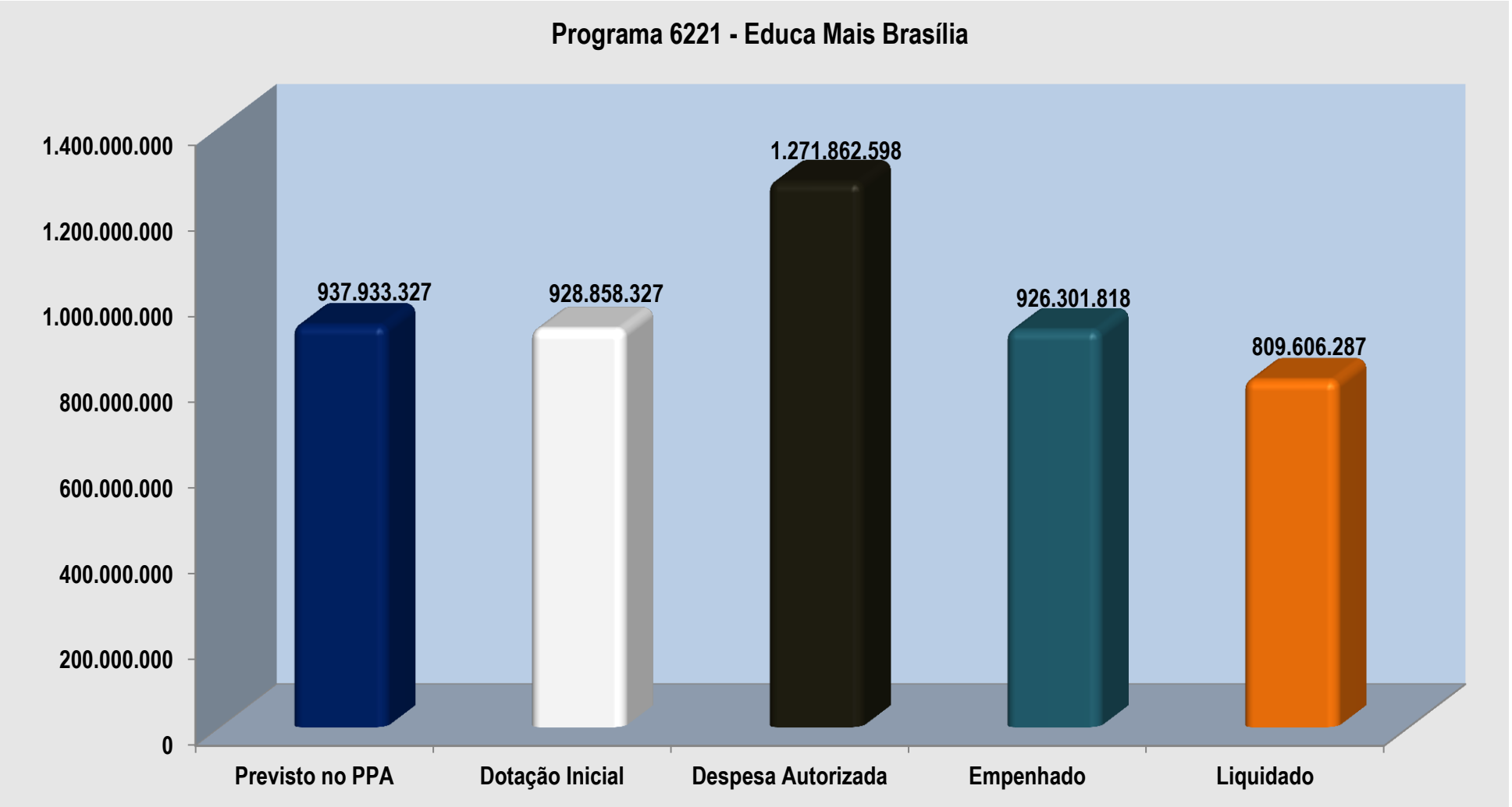
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	16.000.000					0	0
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU		0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.954.240	1.954.240	0	0	0	0	0
1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	73.786	73.786	0	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.150.000	150.000	0	0	0	0	0
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	8.880.001	8.880.001	16.690.189	5.185.662	2.940.051	58	33
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	381.241	381.241	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	16.394.212	17.394.212	2.542.872	381.814	342.108	2	2
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	304.992	304.992	54.992	0	0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1.689.800	1.689.800	1.571.411	1.444.797	1.397.721	86	83
2175 - FOMENTO À PESQUISA	90.620	90.620	17.893	0	0	0	0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	406.431	406.431	5.397	0	0	0	0
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	77.000.000	77.300.000	93.996.286	86.906.267	86.653.267	113	113
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	195.753.059	195.153.059	211.972.672	156.665.028	153.951.497	80	79
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	185.321.807	185.306.807	408.028.964	366.097.439	293.870.592	198	159
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	92.770.946	92.770.946	148.294.375	109.333.487	101.505.650	118	109
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	21.308.797	21.308.797	2.561.656	1.826.466	1.677.272	9	8
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.387.816	10.387.816	7.790.605	4.718.528	4.441.950	45	43
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.439.105	4.689.105	3.583.007	3.258.793	2.857.986	73	64
2442 - CARTÃO CRECHE	533.750	533.750	346.938	0	0	0	0
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	12.156.560	12.156.560	6.360.213	6.360.212	6.360.212	52	52
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	164.750	164.750	64.750	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.737.500	5.737.500	9.230.102	9.206.978	8.004.770	160	140
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	95.311	95.311	95.311	7.964	7.964	8	8

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2863 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL	400.000	500.000	500.000	0	0	0	0
2874 - (EP)MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO ESPECIAL - EQUOTERAPIA	100.000					0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	50.620	50.620	30.551	0	0	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	48.147.484	47.647.484	59.843.771	55.801.824	49.889.322	116	104
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	27.278.682	27.278.682	30.134.178	54.570	54.570	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	1.000.000	100.000	0	0	0	0	0
3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	133.450	383.450	808.451	233.152	0	175	0
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.012.342	2.412.342	1.259.693	921.953	0	91	0
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	335.924	6.085.924	3.876.336	3.509.913	1.795.475	1.045	534
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	8.088.697	8.438.697	31.047.690	8.536.669	7.705.312	106	95
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	169.260	169.260	2.634.017	2.633.986	2.578.018	1.556	1.523
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	251.308	10.151.308	1.000.000	396.938	210.926	158	84
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	11.062.102	13.562.102	105.314	0	0	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	15.378	1.065.378	0	0	0	0	0
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	500.000	400.000	0	0	0	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	83.851	83.851	0	0	0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	89.169.807	88.169.807	96.622.330	5.049.917	4.412.080	6	5
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	3.565.219	2.065.219	1.451.207	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	300.000	0	0	0	0	0
3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	5.495	5.495	0	0	0	0	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	1.132.622	732.622	430.563	209.723	200.212	19	18
3636 - (EP)CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000					0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	868.787	1.168.787	343.804	6.500	6.500	1	1
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	847.200	847.200	143.774	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	84.720	84.720	84.720	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	84.720	84.720	971	0	0	0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4090 - APOIO A EVENTOS	52.950	52.950	32.556	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	32.950	82.950	20.349	0	0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	71.829.016	71.829.016	127.175.683	97.341.822	78.531.416	136	109
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	15.044.126	4.244.126	3.951	0	0	0	0
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	519.403	2.169.403	2	0	0	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	16.320	206.320	0	0	0	0	0
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.217.820	1.217.820	861.781	208.161	208.161	9	9
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	102.950	102.950	99.745	3.255	3.255	3	3
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	111.800	111.800	68.188	0	0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	111.800	111.800	68.188	0	0	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	11.800	11.800	7.152	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	**937.933.327**	**928.858.327**	**1.271.862.598**	**926.301.818**	**809.606.287**	**99**	**86**

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:18.101 – SEDF, FUNAB)


Programa 6221 - Educa Mais Brasília
1.400.000.000
1.200.000.000
1.000.000.000
800.000.000
600.000.000
400.000.000
200.000.000
0
937.933.327
928.858.327
1.271.862.598
926.301.818
809.606.287
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO: Ampliar significativamente o atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	1	1	Garantir que todas as unidades escolares a serem construídas estejam adequadas às necessidades da educação em tempo integral e às necessidades de acessibilidade arquitetônica, destinadas aos estudantes com deficiência. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6221	1	2	Criar 01 Escola Parque, preferencialmente, em região que ainda não disponha desse tipo de atendimento. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20
6221	1	3	Criar 01 Centro Educacional destinado a centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes dos estabelecimentos penais do Distrito Federal. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6221	1	4	Reformar as instalações físicas (estrutura física, rede elétrica e hidráulica) de 06 unidades escolares do Ensino Fundamental; 02 unidades escolares do Ensino Médio; e 01 unidade escolar de Educação Profissional. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10
6221	1	5	Ampliar 08 unidades escolares do Ensino Fundamental; 01 unidade escolar de Ensino Médio; 01 Centro Interescolar de Línguas. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	40
6221	1	6	Construir 36 Centros de Educação da Primeira Infância; 04 Centros de Educação Infantil; 01 unidade escolar ofertante de Ensino Fundamental; 02 unidades escolares de Ensino Médio; 04 Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e 01 Centro de Ensino Especial. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6221	1	7	Adequar a estrutura física e a estrutura lógica dos espaços	18101	100	%	MAIOR,	0	-	-	-	0	0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			destinados à instalação dos laboratórios oriundos do Programa Brasil Profissionalizado da SETEC/MEC. (SEDF)				MELHOR						
6221	1	8	Reconstruir 03 unidades escolares de Ensino Fundamental. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	1	9	Ampliar a instalação de brinquedos em 105 unidades escolares. (SEDF)	18101	105	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	1	10	Instalar 100 novos parques em unidades que ofertam Educação Infantil. (SEDF)	18101	100	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Garantir que todas as unidades escolares a serem construídas estejam adequadas às necessidades da educação em tempo integral e às necessidades de acessibilidade arquitetônica, destinadas aos estudantes com deficiência. (SEDF)

A coordenação de Infraestrutura segue em seus projetos, todas as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define todas as regras de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

2. Criar 01 Escola Parque, preferencialmente, em região que ainda não disponha desse tipo de atendimento. (SEDF)

A publicação da Portaria nº 265 de agosto de 2016, a SEEDF dispõe sobre implementação da Política Formal de Educação Patrimonial. Nesse contexto, ampliou-se a idéia de criação de uma escola parque para um Centro de Educação e Patrimônio Escola Parque. O projeto será concluído ainda no 1º semestre de 2017, após a finalização das tratativas com o IPHAN e SEMA/IBRAM relativas à criação de um Museu e a cessão de espaço no Parque Três Meninas localizado em Samambaia.

Em 30 de dezembro de 2015 o Centro Educacional nº 01 de Brasília, localizado na Asa Sul, foi institucionalizado como a unidade destinada a acolher a equipe gestora e a coordenação pedagógica bem como centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes oriundos de estabelecimentos penais.

3. Criar 01 Centro Educacional destinado a centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes dos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

Em 30 de dezembro de 2015 o Centro Educacional nº 01 de Brasília, localizado na Asa Sul, foi institucionalizado como a unidade destinada a acolher a equipe gestora e a coordenação pedagógica bem como centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes oriundos de estabelecimentos penais.

4. Reformar as instalações físicas (estrutura física, rede elétrica e hidráulica) de 06 unidades escolares do Ensino Fundamental; 02 unidades escolares do Ensino Médio; e 01 unidade escolar de Educação Profissional. (SEDF)

Em 2016 teve início a reforma da unidade de Educação Profissional do Guará que tem término previsto para o primeiro semestre de 2017. A reforma das demais unidades não teve início devido ao contingenciamento de recursos. A Coordenação de Infraestrutura, mesmo com todo o contingenciamento de recursos no exercício de 2016, conseguiu atender as demandas de manutenção das escolas.

5. Ampliar 08 unidades escolares do Ensino Fundamental; 01 unidade escolar de Ensino Médio; 01 Centro Interescolar de Línguas. (SEDF)

Da meta estipulada, a SEEDF em 2016 concluiu a reforma e ampliação dos setores de alimentação de 3 Centros de Ensino Fundamental, 2 Centros de Ensino Médio, melhorando consideravelmente o atendimento e o conforto para os alunos na área de alimentação escolar.

6. Construir 36 Centros de Educação da Primeira Infância; 04 Centros de Educação Infantil; 01 unidade escolar ofertante de Ensino Fundamental; 02 unidades escolares de Ensino Médio; 04 Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e 01 Centro de Ensino Especial. (SEDF)

Foram concluídas e entregues em 2016, - 8 Centros de Educação da Primeira Infância. - CEPIs. Um Centro de Ensino Médio Integrado à Educação profissional está em fase de conclusão de obras, os outros 3 encontram-se em fase de elaboração de projetos. Não foi possível executar as demais ações tendo em vista a indisponibilidade orçamentária.

7. Adequar a estrutura física e a estrutura lógica dos espaços destinados à instalação dos laboratórios oriundos do Programa Brasil Profissionalizado da SETEC/MEC. (SEDF)

Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação.

8. Reconstruir 03 unidades escolares de Ensino Fundamental. (SEDF)

Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação.

9. Ampliar a instalação de brinquedos em 105 unidades escolares. (SEDF)

Em 2016, a Diretoria de Educação infantil fez uma pesquisa quanto à demanda de parques das unidades escolares que atendem a Educação Infantil da rede pública, por meio das Coordenações Regionais de Ensino, na qual foi apontada a existência ou inexistência de parques infantis, bem como as condições físicas dos equipamentos. A partir do resultado, foi priorizada a aquisição de equipamentos somente para as unidades escolares que não tinham parques e também para aquelas em que os equipamentos encontravam-se em condições precárias. Foi elaborado então o Termo de Referência instruído no Processo nº 084.000421/2016. O TCDF e a CGDF analisaram e apontaram algumas necessidades de ajustes, as quais foram acatadas. O termo foi alterado e encaminhado para as devidas providências junto a SUAG e posterior encaminhamento de abertura do Pregão Eletrônico.

10. Instalar 100 novos parques em unidades que ofertam Educação Infantil. (SEDF)

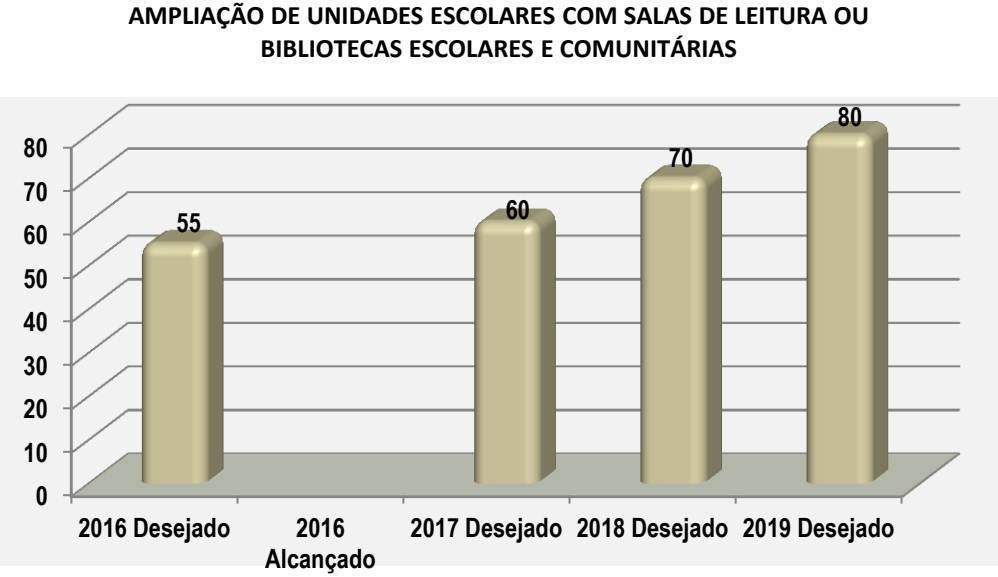
A instalação de 100 novos parques encontra-se atrelada ao mesmo processo de ampliação dos 105 parques listados na meta nº 09, assim, depois de acatar as sugestões efetuadas pela Corregedoria Geral do Distrito Federal e pelo Tribunal de Contas, a Subsecretaria de Educação Básica está aguardando a abertura do Pregão Eletrônico para aquisição e instalação dos novos equipamentos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1501	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS	%	50	31/dez/14	ANUAL	55	Não Atualizado	60	70	80	SUPLAV/ SEDF / UO 18101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1501 - Não Atualizado



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	1	1	Realização de inspeções periódicas nas unidades escolares para averiguar as instalações físicas (predial, rede elétrica, hidráulica e de computadores), bem como as condições de segurança (patrimonial e de prevenção e combate de incêndio) para identificar e atender as prioridades de reforma e adequações na estrutura física; (SEDF)	18101	0	Tendo em vista o reduzido número de profissionais habilitados lotados na Coordenação de Infraestrutura, a realização de tal ação nas unidades escolares, vem sendo realizada por demanda.
6221	1	2	Realização de estudos para promover adequações nas instalações físicas visando proporcionar condições de acessibilidade, conforto térmico e acústico nas salas de aula, favoráveis à aprendizagem; (SEDF)	18101	5	Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades.
6221	1	3	Elaborar estudos para viabilizar a implantação de infraestrutura de redes de computadores com pontos de acesso à internet sem fio, com alcance em todas as salas de aula e ambientes educativos. (SEDF)	18101	5	Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Entendendo que a aprendizagem tem uma relação importante com o espaço físico no qual se desenvolve, a sua organização deve ser pensada e priorizada de modo a atender as necessidades sociais, cognitivas e motoras dos estudantes. Assim o objetivo específico 001 do PPA, no programa temático 6221, Educa mais Brasília, traz no seu escopo, a ampliação da cobertura da educação, dada a necessidade de adequar a rede física das unidades escolares da rede pública de ensino às condições necessárias para a uma boa prática pedagógica, demandando assim, um amplo trabalho de organização das ações de manutenção, de reformas, de obras de acessibilidade bem como de construção de novas unidades escolares.

Para ser factível o objetivo específico foi organizado em 10 metas, 28 ações orçamentárias, 3 ações não-orçamentárias e 1 indicadores. Dessa forma, em 2016, a Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Educação deu sequência em seus projetos obedecendo as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da ABNT que define as regras de acessibilidade a edificações destinadas a portadores de necessidades especiais.

Dando continuidade ao estabelecido no objetivo nº 01, foi destacado o Centro Educacional nº 1 de Brasília como unidade destinada a centralizar a gestão da documentação escolar oriunda dos estudantes de estabelecimento penais.

Igualmente, em concordância com as metas estabelecidas, foi iniciada a reforma da Unidade de Educação Profissional do Guará devendo ser finalizada no ano de 2017.

Houve também avanço na parte de alimentação escolar com a reforma e ampliação de três Centros de Ensino Fundamental e dois Centros de Ensino Médio, trazendo mais conforto para os alunos. Também foram concluídos e entregues em 2016 - oito Centros de Educação da Primeira Infância. – CEPIs e um Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional está em fase de conclusão da obra.

Lado outro, foi verificado o não alcance de percentual importante no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo. Tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor monta, por inadequação técnica e da força de trabalho.

Assim, depreende-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta proposta para o período, em aproximadamente 50% ou seja, o público alvo foi parcialmente contemplado.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – QUALIDADE DO ENSINO: Democratizar o acesso à rede pública de ensino e assegurar a permanência, com êxito, dos estudantes, por meio da melhoria do fluxo escolar, trabalhando as habilidades socioemocionais e, sobretudo, da garantia das aprendizagens, de modo a promover condições de igualdade de oportunidades com vistas à construção da cidadania. (EP)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	2	1	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	90	-	-	-	90	90
6221	2	2	Ampliar em 5% ao ano, a oferta de atendimento para crianças de 0-3 anos de idade. (SEDF)	18101	20	%	MAIOR, MELHOR	18	-	-	-	18	18
6221	2	3	Integrar à organização curricular de todas as unidades escolares que ofertam Educação Integral em tempo integral novos conhecimentos, tecnologias, ciências, culturas, artes e esportes; e novas atividades de turismo (Classes Transplantadas) e de meio ambiente (Brasília nos Parques). (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10
6221	2	4	Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal; em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância; e em 40% o atendimento da educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	60
6221	2	5	Ampliar para, no mínimo, 30% a oferta de vagas para atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal. (SEDF)	18101	30	%	MAIOR, MELHOR	14,3	-	-	-	14,3	14,3
6221	2	6	Ampliar, até 2018, em 30% a oferta da Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. (SEDF)	18101	30	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	2	7	Garantir para 100% dos estudantes com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			identificados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, independentemente da idade, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular e, quando necessário, em unidades de ensino especializado. (SEDF)										
6221	2	8	Fomentar a adesão das unidades escolares aos ciclos no Ensino Fundamental e à semestralidade no Ensino Médio para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino. (SEDF)	18101	50	%	MAIOR, MELHOR	22	-	-	-	22	22
6221	2	9	Ampliar em 50% o atendimento da Educação do Campo (escolas rurais). (SEDF)	18101	50	%	MAIOR, MELHOR	3,83	-	-	-	3,83	3,83
6221	2	10	Ampliar em 50%, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, a fim de viabilizar o acesso do jovens trabalhador à educação formal. (SEDF)	18101	50	%	MAIOR, MELHOR	9,2	-	-	-	9,2	9,2
6221	2	11	Ofertar Educação Profissional nas unidades de internação para 50% dos adolescentes e dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)	18101	50	%	MAIOR, MELHOR	10,98	-	-	-	10,98	10,98
6221	2	12	Implantar projeto-piloto Escola Compartilhada em todas as unidades escolares da região administrativa da Estrutural (RA XXV-SCIA) e estender anualmente sua implantação para mais 01 Região Administrativa. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	36%	-	-	-	36%	36%
6221	2	13	Implantar o Museu da Educação, cujo objetivo é a preservação do acervo histórico da Educação no Distrito Federal, em prédio reconstruído conforme projeto original do arquiteto Oscar Niemeyer para a Escola Classe Sarah Kubistchek. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	50%	-	-	-	50%	50%
6221	2	14	Aumentar para 4.200 o número de matriculas para estudantes do Sistema Prisional do Distrito Federal. (SEDF)	18101	4.200	UNID	MAIOR, MELHOR	1.650	-	-	-	1.650	1.650
6221	2	15	Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, presencial e a distância, na forma Integrada com a modalidade regular do Ensino Médio (CEMI/EPT) ou com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJAI/EPT e PROEJA); cursos de formação inicial e continuada (FICs); e cursos na modalidade ofertante do PRONATEC, em aproximadamente 400%. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	--	0	0

1. Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade. (SEDF)

A Secretaria de Educação, ciente de sua responsabilidade quanto à universalização da Educação Infantil, vem trabalhando em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV visando à priorização do atendimento à Pré-escola. Assim, seus profissionais participam da Comissão de Análise dos Planos de Trabalho que visam a renovação dos convênios/Termos de Colaboração efetuados com instituições educacionais parceiras, ampliando o atendimento de 2015 que era de 14.577 crianças para 16.263 em 2016.

Participou também do Grupo de Trabalho que regulamentou por meio do Decreto nº 37.630, de 16 de setembro de 2016, a aplicação da Lei Distrital nº 5.672, de 15 de julho de 2016, que instituiu o Programa Bolsa Educação Infantil - Pré-escola, destinado a ampliação do atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos.

Reforçando ainda mais o alcance desta meta, a Secretaria de Estado de Educação inaugurou em 2016, três Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIs.

De acordo com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, a SEEDF promove anualmente a Chamada Escolar Obrigatória, conforme disposto na legislação vigente, em função disto, no mês de outubro do ano anterior, os responsáveis entram em contato com a Central Única de Atendimento Telefônico para informar o seu interesse em matricular o (a) filho (a) na Rede Pública de Ensino. Com relação ao quantitativo de crianças que solicitaram acesso à Pré - Escola no ano de 2016 temos a informar que 90% conseguiu ser alocada em unidade escolar da SEEDF.

2. Ampliar em 5% ao ano, a oferta de atendimento para crianças de 0-3 anos de idade. (SEDF)

Uma das estratégias para a ampliação do atendimento em Creche é o conveniamento, instrumento legal do qual o poder público se utiliza para associar-se a outra entidade pública ou privada sem fins lucrativos, com o intuito de fomentar políticas públicas. No Distrito Federal, para garantir a oferta da Educação Infantil, o Governo do Distrito Federal - GDF/SEEDF repassa recursos financeiros, para o atendimento educacional às crianças, na primeira etapa da Educação Básica, às instituições conveniadas que possuem prédio próprio, ou atuem em prédios públicos ou, ainda, nos Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIs, desde que atendam aos critérios estabelecidos por esta Pasta e pelas legislações em vigor.

Tal estratégia pressupõe que as duas partes possuam interesses comuns que é o atendimento educacional à criança, e prestem mútua colaboração para atingir seus objetivos. A atuação do poder público não se limita ao repasse de recursos, mas também no envolvimento permanente, na orientação, supervisão, formação continuada e assessoria técnica e pedagógica.

Com o intuito de manter o percentual de ampliação do atendimento à Creche; foi criado um grupo de trabalho para proceder à análise dos planos de trabalho das entidades conveniadas assim como as que pleiteiam o conveniamento visando a otimização da renovação dos convênios/Termo de Colaboração com Instituições Educacionais Parceiras. Além disso, foram inaugurados, no período, três Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIs.

O quantitativo de estudantes matriculados em Creches passou a ter uma ampliação significativa, conforme os números informados abaixo:

2012	2013	2014	2015	2016
6.034	7.944	9.171	9.324	11.074

Fonte: Censo Escolar/SEEDF

3. Integrar à organização curricular de todas as unidades escolares que ofertam Educação Integral em tempo integral, novos conhecimentos, tecnologias, ciências, culturas, artes e esportes; e novas atividades de turismo (Classes Transplantadas) e de meio ambiente (Brasília nos Parques). (SEDF)

As 208 unidades escolares que ofertam a educação integral pelo programa Mais Educação, tiveram acesso em 2016 aos territórios culturais e às unidades de conservação por meio de ações pontuais, realizadas de acordo com a agenda cultural e ambiental do Distrito Federal e, ainda, a disponibilização de transporte para eventos e mostras de cinema, bem como visitas orientadas aos parques, conforme descrito abaixo.

Atividade em territórios ambientais e culturais	Local	CRE	Unidades Escolares	Quantidade de estudantes
Festivalzinho de Cinema	Museu Nacional	14	-	Previsão: 4.500 estudantes Atendidos: 4.500 estudantes de Ensino Fundamental – anos iniciais e finais
Concertos Didáticos – Orquestra Sinfônica	Teatro Pedro Calmon	14	60	Atendidos: 1.170 estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais e Ensino Médio
Exposição Auguste Rodin	TCU	4	4	Previstos: 800 estudantes Ensino Fundamental - anos finais Atendidos: 200 estudantes Ensino Fundamental - anos finais
Visitas orientadas às Unidades de Conservação - UC	**Brasília nos Parques:** • Parques Águas Claras; • Sucupira; • Saburo Onoyama; • Três Meninas; • Parque do Riacho Fundo; Veredinhas; • Ezequias Heringer e • Haras Vale Feliz	8	25	Atendidos: 3.563 estudantes do Ensino Fundamental - anos finais e 158 professores (formação)
Visitas Orientadas ao Centro Cultural Três Poderes	• Panteão da Pátria • Praça dos Três Poderes • Espaço Lúcio Costa • Museu Histórico de Brasília	9	-	Atendidos: 1.994 estudantes de Ensino Fundamental
Visitas a Mostras de Artes Visuais e Instalações	Museu da República	12	-	Atendidos: 5.350 estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio

As atividades desenvolvidas têm por Objetivo oportunizar e promover práticas educativas, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nosso patrimônio cultural (territórios culturais); fomentando a realização de atividades artístico-culturais e de educação ambiental nestes espaços, bem como a construção de estratégias ambientais e culturais de integração dos saberes.

Essas atividades só são consolidadas mediante a disponibilização de transporte. Por isso, muitas delas são canceladas e a oferta de agenda nem sempre pode ser sistemática e sistematizada.

4. Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal; em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância; e em 40% o atendimento da educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (SEDF)

A meta de ampliação da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares foi superada significamente. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto em 2016, especialmente em meios de comunicação de massa como televisão e rádio, além disso, o projeto foi amplamente divulgado com cartazes em todas as Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e também em redes sociais e no site da Secretaria de Educação do DF (SEEDF). Outro fator importante foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para estudantes das escolas públicas, item fundamental para democratizar a participação dos estudantes nos jogos escolares.

O Projeto Educação com Movimento (PECM) é a estratégia da SEEDF para ampliar o atendimento em educação física para os estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Em 2016, foram abertas carências para o atendimento da educação física nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e Jardins de Infância (JI) além de escolas que ofertam os anos iniciais. O quantitativo de escolas com carências abertas do PECM considerou as metas estabelecidas neste PPA, contudo, ressalta-se que duas escolas não tiveram as carências bloqueadas pela falta de professores interessados e que tivessem o perfil para o projeto, assim o atendimento foi realizado em 10 escolas de tipologia CEI ou JI, mantendo-se o percentual de 17% . Com relação aos Anos Iniciais o PECM atendeu 17,7% das unidades escolares com essa etapa de ensino.

Ressalta-se que além da abertura das carências, foram desenvolvidas reuniões periódicas com os professores do Projeto além de cursos de formação continuada, abordando as especificidades desse atendimento e um Seminário Final, socializando o trabalho realizado ao longo do ano. Com relação aos desafios para o cumprimento da meta, destaca-se a necessidade de abertura de novas carências de acordo com as metas projetadas, além da flexibilização dos critérios para aptidão no Procedimento de Remanejamento a fim de permitir uma maior adesão de professores que queiram atuar no Projeto.

5. Ampliar para, no mínimo, 30% a oferta de vagas para atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal. (SEDF)

No ano de 2016 houve uma ampliação de 14.3% na oferta de vagas e matrículas no Centro Educacional 01 de Brasília. Vale ressaltar que o número de ofertas de vagas no Sistema Prisional do Distrito Federal está atrelado à disponibilidade de espaço físico dentro de cada Unidade Prisional e de Agentes Penitenciários, cuja função é garantir a movimentação dos estudantes e a segurança dos professores que atuam na Educação Prisional.

6. Ampliar, até 2018, em 30% a oferta da Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. (SEDF)

Em 2015 a Educação Profissional atendeu a 11.670 estudantes. Em 2016, houve a diminuição do atendimento para 11.590 estudantes. Estava prevista a entrega da Unidade Escolar do Guará com pretensão de atendimento a 2.000 estudantes em cursos técnicos de nível médio, no entanto até o momento (abril/2017) a obra não foi concluída. O Ministério da Educação (MEC) não pactuou as turmas de cursos técnicos de nível médio na modalidade à distância (Redee-Tec), deixando de ofertar, aproximadamente, 490 vagas.

A fim de ampliar a oferta de Educação Profissional, serão realizadas as seguintes ações: abertura de novas turmas de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) Articulado com a Educação Profissional na modalidade EJA - 2º e 3º Segmentos e a oferta de cursos FIC nas demais formas, de Curso Técnico Articulado na modalidade a distância e presencial, a oferta de cursos em Unidades Remotas (PRONATEC) bem como a construção de novas unidades escolares.

7. Garantir para 100% dos estudantes com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação identificados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, independentemente da idade, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular e, quando necessário, em unidades de ensino especializado.

Em relação ao acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, verificou-se um aumento no número de estudantes beneficiados, não havendo hoje, demanda reprimida na área. Atualmente a Secretaria de Educação conta com salas de recursos em quase todas as escolas da rede, visando garantir o apoio especializado necessário aos processos de inclusão.

Garantiu-se também a ampliação do atendimento para 19 escolas a partir de demanda reprimida nas unidades escolares onde já existia o Programa de Educação Precoce, que atende crianças prematuras, de 0 a 3 anos e 11 meses, tendo atendido em 2016, 2.465 crianças nesta faixa etária, com deficiência e consideradas de risco, por serem vulneráveis e apresentarem atraso no seu desenvolvimento global. O Programa objetiva promover o desenvolvimento das potencialidades da criança no que se refere aos aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais, priorizando o processo de interação e comunicação, mediante atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao estudante no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Hoje, o Programa de Educação Precoce está presente em todas as Regionais de Ensino do Distrito Federal

Além disso, a SEEDF em sua Escola Bilíngue – Libras e Português Escrito, garante uma educação específica, para estudantes surdos que têm a língua de sinais como sua primeira língua e o português escrito como segunda língua, sendo estas, as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica (Lei 5.016/2013). Por fim e visando atender a todos os públicos inseridos nesta meta, a SEEDF atende aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas na unidade escolar em razão de tratamentos de saúde que impliquem em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial por meio do Programa Classe Hospitalar e atendimento domiciliar.

8. Fomentar a adesão das unidades escolares aos ciclos no Ensino Fundamental e à semestralidade no Ensino Médio para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino. (SEDF)

A SEDF possui 521 Unidades Escolares na rede pública de ensino ofertando o Ensino Fundamental, sendo divididas em anos iniciais e final. Em 2016, 262 UE aderiram à Organização Escolar para o 2º Ciclo e 15 UE aderiram ao 3º Ciclo. A dificuldade de adesão ao 3º Ciclo se deu em virtude da incompreensão da política pública, resistência apresentada pelos professores, além falta de infraestrutura das escolas. Mesmo diante desse cenário, a Diretoria de Ensino Fundamental realizou inúmeras formações/seminários para os professores e gestores da rede, seja por iniciativa própria, seja por parcerias com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) e outras instituições públicas ou privadas. Das 90 Unidades Escolares que ofereceram o Ensino Médio em 2016, 33 já se encontravam na organização semestral, o que representa 37% da meta alcançada.

Em 2016, apenas uma escola aderiu à organização semestral, o que representa 1,1% das 90 escolas de Ensino Médio, perfazendo um total de 33 escolas na Semestralidade. A Diretoria de Ensino Médio realizou o primeiro Seminário da Semestralidade: avanços e desafios no Ensino Médio do Distrito Federal, na Universidade Paulista - UNIP, dia 07/04/2016. O evento contou com a colaboração da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE); Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional - SUPLAV; Subsecretaria de Modernização e Tecnologia -SUMTEC. Durante o seminário foram debatidas as Diretrizes do Trabalho Pedagógico na Semestralidade e foram realizadas oficinas para fomentar a adesão a esta organização pedagógica.

O seminário resultou na produção de um relatório com todas as dificuldades para adesão a Semestralidade, tais como: a impossibilidade de distribuição de carga horária do professor em blocos quando a escola também oferece o Ensino Fundamental no mesmo turno; o desconhecimento acerca da política pública e as necessidades de adequação tecnológica para atender as UEs na Semestralidade.

Também foram realizadas visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino para formação pedagógica das equipes gestoras e dos coordenadores pedagógicos das escolas que ainda não aderiram à Semestralidade. Nesses encontros, foram disponibilizados todos os materiais produzidos ao longo de 2016 sobre a Semestralidade: Mídia pedagógica com o material de formação completo a ser utilizado nas coordenações pedagógicas coletivas para formação do corpo docente, folders para os estudantes e pais com a finalidade de informar a comunidade escolar acerca da organização pedagógica na Semestralidade e boletins informativos.

Tanto o seminário quanto as visitas as CREs proporcionaram ampla divulgação dessa política pública, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos para que as UEs implementem a Semestralidade.

9. Ampliar em 50% o atendimento da Educação do Campo (escolas rurais). (SEDF)

A ampliação do atendimento da Educação do Campo faz-se, por um lado, pela ampliação da oferta de matrículas e, neste sentido, a partir de dados comparativos, estabelecidos entre os anos 2015 e 2016, tendo como referência os dados do Censo Escolar, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV houve um aumento percentual, em termos absolutos, de 3,83% no total de matrículas em unidades escolares do campo, sendo importante observar que, no mesmo período, o atendimento à creche, que era inexistente, em 2015, passou a 30 (nº total); na Educação Infantil, o aumento foi de 29,96%; no Ensino Fundamental, de 1,02%; no Ensino Médio, de 2,09%; a Educação Profissional ainda não é atendida no meio rural; na Educação de Jovens e Adultos, o número de matrículas aumentou em 7,83%, e na Educação Especial, em 16%.

Quanto à transição entre as etapas da Educação Básica, observamos que dos Anos Iniciais para os Anos Finais, 38,75%, dos estudantes ficaram sem atendimento em escolas do campo e, dos anos Finais para o Ensino Médio, 69,62% dos estudantes não tiveram atendimento em unidades escolares do campo.

Por outro lado, a Gerência de Educação do Campo / Diretoria de Educação do Campo e Eixos Transversais, visando à garantia de direitos dos povos do campo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as unidades escolares do campo, conforme os marcos legais nacionais e Distritais para a Educação do Campo, considerando, ainda, o PDE, em sua

Meta 8, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho, elaborou a proposta didático-metodológica para a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Unidades Escolares do Campo da SEEDF, cujo processo de implementação é acompanhado em 100% das unidades escolares do campo. Realizou 11 Dias do Campo com palestras, oficinas e debates em 100% das Regionais de Ensino que contam com essa modalidade de unidades escolares, iniciou o processo de articulação, debate e reflexão para a elaboração das Orientações Pedagógicas para a Educação Básica do Campo - SEEDF. Orientou a elaboração e execução dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares do campo, conforme os princípios e matrizes da modalidade de ensino. Coordenou e acompanhou a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Campo – Saberes da Terra, formação integral na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia, destinada a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Deste modo, o processo de ampliação do atendimento à Educação do Campo implica: mapear as Regiões Administrativas do DF cuja oferta da Educação do Campo não atenda à demanda existente; realizar a abertura de turmas, observando todos os aspectos legais para tal fim; garantir a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, conforme previsto nos marcos regulatórios da Educação do Campo e no PDE, Meta 8; e na articulação intersetorial, entre as coordenações e diretorias da Subsecretaria de Educação Básica, assim como por intermédio de parcerias com o Governo Federal, Distrital e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra e outras demandas locais.

10. Ampliar em 50%, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, a fim de viabilizar o acesso do jovens trabalhador à educação formal. (SEDF)

O atendimento à Educação de Jovens e Adultos - EJA na Rede Pública de Educação Básica do DF apresentou um aumento percentual de 9,2% no ano de 2016. Essa avaliação observa, comparativamente, a quantidade de matrículas na EJA entre os anos 2015 e 2016 tomando como referência os dados do 1º semestre do Censo Escolar nos anos mencionados, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV. De forma complementar, é possível apontar que o processo de ampliação do atendimento à EJA tem implicado, também, em mapear as Regiões Administrativas do DF que possuem demanda pela EJA, mas carecem de sua oferta; realizar a abertura de turmas na EJA observando a possibilidade de oferta da modalidade prevista nas Diretrizes Operacionais da EJA, os princípios da Lei de Gestão Democrática, os deveres e as funções do gestor público; promover a formação inicial e continuada do profissional responsável por atuar na EJA; evitar o fechamento da modalidade EJA nas unidades escolares, salvo quando for comprovado que os alunos não serão prejudicados quanto ao direito de escolarização, acesso e permanência no ensino formal; ações de integração entre a EJA e a Educação Profissional.

11. Ofertar Educação Profissional nas unidades de internação para 50% dos adolescentes e dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)

Em 2016 havia 1.047 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A SEEDF ofereceu150 vagas, destas, foram efetivadas 115 matrículas. Ao final do ano, 108 estudantes concluíram a jornada letiva, cumprindo assim, um percentual de 10, 98% de atendimento.

12. Implantar projeto-piloto Escola Compartilhada em todas as unidades escolares da região administrativa da Estrutural (RA XXV-SCIA) e estender anualmente sua implantação para mais 01 Região Administrativa. (SEDF)

O projeto "Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário", objetiva propiciar a abertura das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, inclusive aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, ambientais, de turismo, de ciência e tecnologia, de saúde, de agricultura, de direitos humanos e cidadania, entre outras, desenvolvidas por meio de ações intersetoriais. Essas atividades foram desenvolvidas em parceria com diversos órgãos, entre eles a Secretaria de Segurança Pública (CBMDF, PMDF, PCDF, DETRAN), o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente, CAESB, Defensoria Pública do DF, Vigilância Ambiental, Secretaria de Esporte e as Administrações Regionais das regiões envolvidas.

Destaca-se que o Projeto foi realizado para toda a comunidade das Regiões Administrativas, com público estimado de 2 mil pessoas em cada encontro.

Cronograma referente ao ano de 2016:

- ✓ 1º semestre: RA Estrutural.
- ✓ 2º semestre: RA Ceilândia, RA Planaltina, RA Varjão e RA Samambaia.

13. Implantar o Museu da Educação, cujo objetivo é a preservação do acervo histórico da Educação no Distrito Federal, em prédio reconstruído conforme projeto original do arquiteto Oscar Niemeyer para a Escola Classe Sarah Kubistchek. (SEDF)

O GDF assumiu a responsabilidade de construir o Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), na Candangolândia, por meio do Termo de Cooperação nº 01/2013, celebrado entre UnB e GDF (SEEDF, SECULT, IBRAM/DF, ArPDF e Administração Regional da Candangolândia). Em 2016 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica Nº 05/2016, com a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR, cujo objeto é a implantação do Projeto Museográfico do Museu da Educação do Distrito Federal, com captação de recursos por meio da Lei Rouanet.

14. Aumentar para 4.200 o número de matriculas para estudantes do Sistema Prisional do Distrito Federal. (SEDF)

O Atendimento aos estudantes pertencentes ao sistema prisional efetuado no Centro Educacional 01 de Brasília no ano de 2016 foi de aproximadamente 1.650 alunos. Este número costuma ser bastante volátil, pois, ao progredir de regime, o aluno tende a abandonar os estudos. Para atender a meta de 4.200 nos próximos anos, a SEDF vem articulando ações com a Secretaria de Segurança e a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal buscando a ampliação dos espaços reservados para a educação dentro das Unidades Prisionais. A SEEDF necessita, ainda, ampliar o quadro de servidores que atuam dentro nesta área

15. Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, presencial e a distância, na forma Integrada com a modalidade regular do Ensino Médio (CEMI/EPT) ou com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJAI/EPT e PROEJA); cursos de formação inicial e continuada (FICs); e cursos na modalidade ofertante do PRONATEC, em aproximadamente 400%. (SEDF)

Até o ano de 2015, uma das políticas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF era a ampliação da oferta de Educação Profissional (EP) integrada, tanto com o Ensino Médio como com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja meta para 2016/17 era a implantação de 04 (quatro) Unidades Escolares com Educação Profissional (EP) integrada ao Ensino Médio (EM) e mais 04 (quatro) com a oferta de EP com a EJA. Para o alcance desta meta foram construídos 03 (três) Planos de Cursos Integrados ao EM e 01 (um) Plano de Curso Integrado à EJA, todos aguardando a aprovação das instâncias competentes.

Em virtude da parceria com repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, foi possível ampliar a oferta em 300%, nos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) Articulado com a EJA - 2º e 3º segmentos na modalidade presencial, cursos FIC nas demais formas de oferta. Além disso, houve parcerias e ofertas pela Rede Pública de Ensino com o objetivo de ampliar o quantitativo de oferta. Considera-se que o percentual de repasse de recursos para os programas depende de apontamento das ações orçamentárias do Governo Federal, influenciando o aumento do quantitativo da oferta e de estudantes atendidos. A abertura de novas turmas depende de espaço físico, o que poderia ter sido ajustado pela adesão à Educação Profissional por mais Unidades Escolares. Com efeito, tem-se que não houve aumento quantitativo de oferta/matrícula no ano de 2016 em relação ao ano de 2015. Para 2017, espera-se que a oferta do Ensino Médio Técnico presencial e a distância, cursos em Unidades Remotas (PRONATEC) e criação de novas Unidades Escolares poderão aumentar o percentual para atendimento do PPA.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1502	UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	%	46	30/jun/15	ANUAL	47	41,45	48	49	50	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1503	ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL	%	12	30/jun/15	ANUAL	13,5	8,74	15	16,5	18	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1504	COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	47072	31/dez/14	ANUAL	51.780	Não Atualizado	54.134	56.134	58.842	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1505	ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	4005	31/dez/14	ANUAL	4.155	5.224	4.305	4.455	4.606	CEFDESC/SEDF / UO 18101 / OE 2
1506	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	%	17	31/mai/15	ANUAL	19,5	20	23,5	28,7	35	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE2

Justificativas 2016

Indicador 1502 - Parte das Unidades Escolares suspenderam a oferta de Educação Integral por falta de repasse de verbas programas federais. Houve também dificuldades com a infraestrutura, recursos humanos, alimentação e transporte.

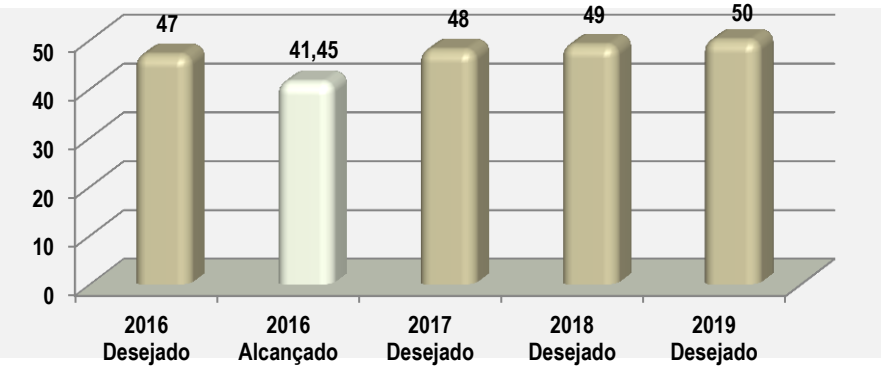
Indicador 1503 - Houve redução do número de vagas ofertadas em razão de dificuldades com infraestrutura, recursos humanos e alimentação.

Indicador 1504 - Não Atualizado

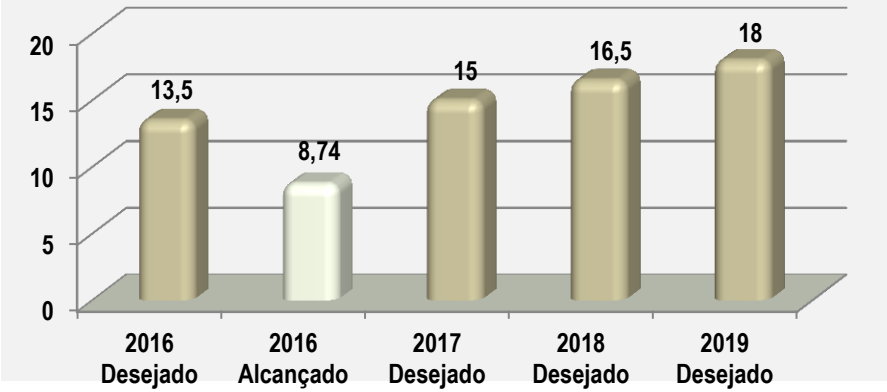
Indicador 1505 - A meta estabelecida foi superada significativamente. O resultado acima da expectativa pode ser explicado pela maior divulgação do projeto em 2016, especialmente nos meios de comunicação de massa. Outro fator importante para o sucesso da meta foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública pois permitiu democratizar a participação dos alunos da rede pública nos jogos escolares.

Indicador 1506 - Houve uma ampliação em 2016 de 20% de centros de educação infantil e jardins de infância com atendimento em Educação física em relação ao ano anterior. Isso se deu devido o desenvolvimento educação com Movimento que inseriu o professor dessa disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

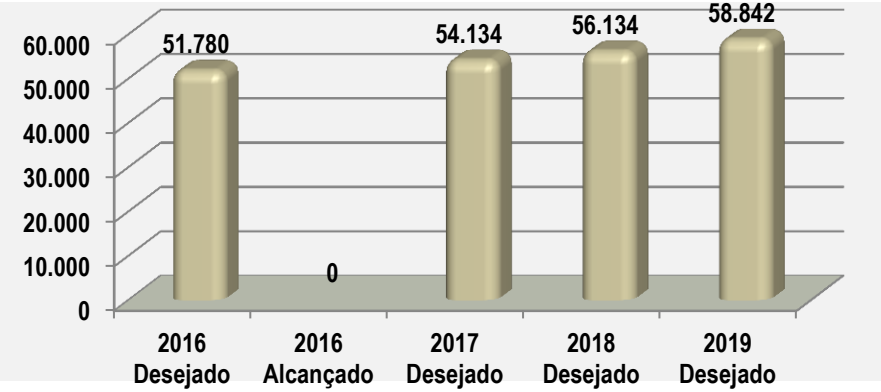
UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



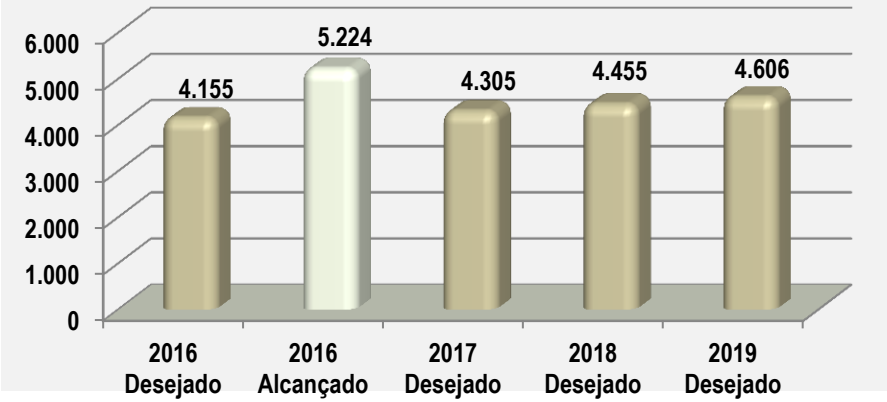
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL



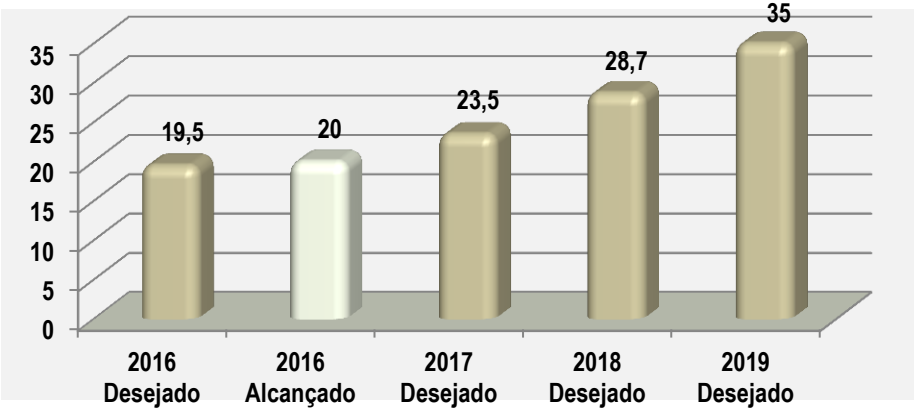
COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL



ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.



CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	2	1	Ampliar o acesso aos programas e projetos do livro, da leitura e de eletrônicos/digitais (SEDF);	18101	100	A SEDF participa do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), do Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atendem, com livros literários, didáticos e técnicos, todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino, tanto professores, quanto alunos. Além disso, a SEDF distribuiu no ano de 2016 1.146 tablets educacionais, adquiridos com recursos advindos do MEC/FNDE, através do Programa PROINFO.
6221	2	2	Planejar, implementar, acompanhar e avaliar políticas de acesso, permanência e conclusão, com êxito, em seis núcleos de ensino das unidades de internação; (SEDF)	18101	100	A Institucionalização do Centro Educacional 01 como pólo agregador de todas as ações inerentes ao sistema prisional, facilitou e centralizou o trabalho de acompanhamento e avaliação das políticas de acesso à educação nos núcleos de ensino das unidades prisionais. A metodologia utilizada pelas coordenações pedagógicas propicia as discussões, o acompanhamento e a avaliação do atendimento executado. nos núcleos de ensino das unidades de internação.
6221	2	3	Implementar nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas as Diretrizes Pedagógicas da	18101	100	A realização de evento de lançamento das Diretrizes, a disponibilização do documento impresso e virtual e a promoção de ações formativas para os profissionais da educação foram ações que contribuíram para sua implementação.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Escolarização na Socioeducação; (SEDF)			
6221	2	4*	Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação; (SECRIANÇA/SEDF)	18101	0	No exercício de 2016, não houve ações de desenvolvimento desta ação. Contudo, no 1° semestre de 2017 foram feita as articulações para definição do formato e cronograma de execução de implementação, ficando estabelecido que no 2° semestre de 2017 a SECRIANÇA E A SEDF iriam realizar oficinas e a construção do texto do Projeto Político Pedagógico.
6221	2	5	Identificar e divulgar 50 experiências exitosas na área de Educação Especial e Inclusiva e 100% das pesquisas realizadas por profissionais egressos do afastamento de estudos da SEDF que desenvolveram seus estudos nessas áreas; (SEDF)	18101	20	A divulgação foi feita por meio de Seminário realizado em parceria com o *Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES*, órgão do Ministério da Educação e centro nacional de referência na área da surdez no Brasil, para cerca de 600 participantes entre docentes, discentes e demais membros da comunidade surda. Foi também Implantada na rede de ensino, a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com necessidades educacionais especiais em atendimento a Lei Distrital 5714/2016.
6221	2	6	Promover ações de fortalecimento dos conselhos Escolares; (SEDF)	18101	0	Em 2016, não houve ação visando o fortalecimento dos conselhos Escolares por falta re recursos humanos.
6221	2	7	Desenvolver Programas e projetos em parceria com Órgão do Governo Federal e do Distrito Federal. (SEDF)	18101	0	Não foi efetivado nenhum novo Programa de Cooperação com o Governo Federal A SEEDF desenvolve ações em parceria com a Secretaria da Criança com o objetivo de desenvolver atividades pedagógicas com adolescentes que estão em unidades de internação
6221	2	8	Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação;	18101	100	A SEEDF promove coordenações pedagógicas intersetoriais ordinárias com o objetivo de articular ações visando a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs de cada Unidade de Internação, bem como a realização de projetos e ações em parceria com a SECRIANÇA/Unidades de Internação. Tais atividades contatam com a participação de todas as unidades de internação do DF

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

SEDF

O Objetivo específico 002 – do PPA, no programa Temático 6221, Educa Mais Brasília, traz no se escopo a Qualidade do Ensino. Assim a Secretaria de Educação, ciente de sua responsabilidade quanto a universalização da Educação Infantil, vem priorizando em sua gestão o atendimento à Pré - escola, destacando seus profissionais para participarem de Comissões de Análise dos Planos de Trabalho objetivando a renovação dos Convênios/Termos de Colaboração firmados com instituições educacionais parceiras ampliando significativamente o atendimento a crianças na Pré - escola.

Ainda nesse objetivo a SEEDF atuou também no Grupo de Trabalho que regulamentou por meio do Decreto 37.630/2016 a aplicação da Lei Distrital 5.672/2016 que instituiu o Programa Bolsa Infantil – Pré escola, voltado para o atendimento de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos. Inaugurou em 2016 três novos Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIs.

Houve ampliação da oferta de vagas em creche para atender as crianças de 0 a 3 anos que se deu em razão da atuação da SEEDF na renovação de Convênios/Termos de Colaboração com Instituições Educacionais parceiras, além da construção de novas unidades escolares.

Outro avanço significativo foi o aumento da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares Estudantis que ocorreu em razão da boa divulgação do projeto nos meios de comunicação, agregando a isso, a manutenção do serviço de transporte gratuito para o deslocamento desses estudantes.

Destaca-se também a ampliação na oferta de vagas e matrículas para atendimento a pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade. Ainda na política de inclusão no acesso a Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado houve importante aumento no quantitativo de estudantes beneficiados, contando a SEEDF, atualmente, com salas de recursos em praticamente todas as escolas da rede, visando assim, garantir o apoio especializado aos processos de inclusão. Houve um aumento em termos absolutos, no total de matrículas em unidades escolares do campo e também no atendimento à educação de jovens e Adultos e na Educação Profissional.

Após análise, verificou se o não alcance, em menor percentual, no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 002. Tal fato, onde identificado, deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por redução do quadro técnico da força de trabalho.

Assim, no Objetivo específico 002, depreende-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 70% ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

Contribuição para Alcance do Objetivo Específico

SECRIA

O Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação tem como missão a promoção da reintegração social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em internação provisória e a interferência na trajetória do adolescente apreendido em flagrante por prática de ato infracional, preparando-os para o convívio social a partir da reflexão sobre as consequências lesivas do ato infracional praticado, do desenvolvimento da autonomia, do aprendizado da cooperação e da construção de seu projeto de vida.

Para o bom desenvolvimento da medida socioeducativa de internação, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006) apresenta que:

(i) as Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer, os objetivos e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos;

(ii) o projeto pedagógico deve ser o ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo, devem ter, obrigatoriamente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância seus princípios;

(iii) sua efetiva e consequente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e consequente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias);

(iv) o espaço físico e sua organização espacial e funcional, as edificações, os materiais e os equipamentos utilizados nas Unidades de atendimento socioeducativo devem estar subordinados ao projeto pedagógico objetivando humanizar o atendimento e transformar as Unidades em ambientes verdadeiramente socioeducativos.

Para isso, a SECRIANÇA, em parceria com a Secretaria de Educação, participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação e disponibiliza seus recursos humanos, espaço físico para realização de reuniões e oficinas, suporte teórico e metodológico.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
003 – GESTÃO NA EDUCAÇÃO: Fortalecer o sistema público de ensino por meio da valorização, da formação continuada e da otimização do quadro de profissionais da educação; e assegurar a gestão participativa e democrática.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	3	1	Prover recursos tecnológicos destinados a auxiliar o processo de gestão de pessoas, e garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos favorecedores do desenvolvimento do corpo docente e discente. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	60
6221	3	2	Garantir a formação continuada de 100% dos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10
6221	3	3	Realizar formação continuada para 6.000 profissionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado, e nos Centros de Ensino Especial. (SEDF)	18101	6.000	UNID	MAIOR, MELHOR	2.203	-	-	-	2.203	2.203
6221	3	4	Ofertar cursos, em conformidade com a Lei de Gestão Democrática, a 100% das equipes gestoras que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições conveniadas, conforme preconizado no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6221	3	5	Aperfeiçoar modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20
6221	3	6	Criar manual específico de gestão dos profissionais da educação, com informações relacionadas às normas, aos procedimentos e aos instrumentos aplicáveis à gestão de pessoas no âmbito da SEDF. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	5

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	3	7	Promover ações, junto à sociedade, voltadas a evidenciar e propagar a importância social dos professores e dos demais profissionais da educação. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	5
6221	3	8	Instituir, até 2018, a modulação de profissionais para atuar nos níveis intermediário e central da Secretaria. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10

Análise Qualitativa

1. Prover recursos tecnológicos destinados a auxiliar o processo de gestão de pessoas, e garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos favorecedores do desenvolvimento do corpo docente e discente. (SEDF)

A execução da meta está focada no desenvolvimento de sistema de gestão que apresente eficiência e eficácia em resposta as necessidades de gestão de pessoas. Tal sistema envolve diversos atores na SEEDF com suas especificidades e peculiaridades. O desafio engloba a maturidade e qualidade da informação para obtenção de êxito na proposta, assim como a capacidade de desenvolvimento de sistemas da área de tecnologia. As funcionalidades atendidas pelo sistema contemplam: modulação de pessoas (carreira magistério), folha de ponto, programa anual de férias – emissão (PAF), ficha cadastral (dados pessoais), concessão de benefícios relacionados a gestão de pessoas.

2. Garantir a formação continuada de 100% dos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. (SEDF)

Vários cursos ofertados em 2016 atenderam aos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. Porém, o curso "Institucionalização da Educação do Sistema Prisional" teve o público-alvo voltado prioritariamente para coordenador intermediário de educação do sistema prisional, equipe gestora, orientador educacional, professores e demais profissionais da educação do Centro Educacional. 01 de Brasília. Nesse curso se inscreveram 15 profissionais e foram certificados 11 deles.

Considera-se esta meta parcialmente atendida em 2016, haja vista que não foram desenvolvidos mais programas de formação específicos para os profissionais do sistema prisional e ainda, que não há profissional especializado para ofertar formação continuada para esse público.

3. Realizar formação continuada para 6.000 profissionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado, e nos Centros de Ensino Especial. (SEDF)

Foram ofertados diversos cursos com o objetivo principal de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação, ampliando seus conhecimentos no que se refere às temáticas da educação inclusiva, entre eles: A deficiência intelectual na educação inclusiva: reflexões sobre o fazer pedagógico; A atuação do psicólogo escolar no SEAA; Desenvolvimento, aprendizagens e os transtornos funcionais específicos; Meio ambiente no ensino especial: confecção e manuseio de hortas orgânicas; Pesquisa em práticas pedagógicas na educação inclusiva; Práticas pedagógicas para o AEE; Práticas de letramento em matemática e em língua materna para estudantes com deficiência; Conhecendo o transtorno do espectro autista.

Importante formação de parcerias com o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV: resultou nos cursos: Educação de surdos: práticas e perspectivas; Libras (básico, intermediário, avançado, para intérprete); Ensino de língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos; Sorobã; Vivência e convivência com estudantes com deficiência visual; Avaliação funcional da visão; Orientação e mobilidade.

Também houve parceria com outros setores da SEEDF: SUBEB (Atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades; Formação de professores regentes de classes especiais de TGD e TEA), Oficinas Pedagógicas nas Coordenações Regionais de Ensino - CREs (Método Teacch: tratamento e educação para autistas).

A Secretaria de Estado de Cultura desenvolveu o curso “Prática e vivência dos aspectos relevantes da pintura”.

Esta meta foi atingida, pois foram inscritos 2.203 profissionais e certificados 1.557, uma média de 25% se considerado que o objetivo é formar 6.000 profissionais da educação até 2019, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no atendimento educacional especializado e nos centros de ensino especial.

4. Ofertar cursos, em conformidade com a Lei de Gestão Democrática, a 100% das equipes gestoras que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições conveniadas, conforme preconizado no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (SEDF)

Em 2015, foi oferecido o curso “Gestão Escolar Democrática: das políticas públicas ao projeto político-pedagógico da escola”, que teve duas edições, uma no primeiro semestre e outra no segundo. Esta qualificação dos diretores e dos vice-diretores escolares aconteceu em 6 polos (Plano Piloto, Planaltina, Sobradinho, Samambaia, São Sebastião, Paranoá) totalizando 20 turmas em cada edição. O objetivo do curso, que teve carga horária de 180 horas, foi formar gestores escolares para a compreensão das políticas públicas da gestão democrática e dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a organização do trabalho escolar, com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação básica pública do Distrito Federal. A primeira edição, que aconteceu de 7 de abril a 13 de agosto, ofereceu 600 vagas, das quais 463 foram preenchidas por diretores e vice-diretores. Desse universo, houve 302 cursistas habilitados, o que representa 65%. A segunda edição, que aconteceu de 20 de agosto de 2015 a 10 de março de 2016, ofertou 660 vagas, das quais 388 foram preenchidas pelo mesmo tipo de público que se inscreveu na primeira edição, dos quais 246 foram habilitados (63%).

Em 2016, portanto, não foi ofertado este curso, haja vista que a grande maioria do público-alvo participou das edições de 2015 e parte de 2016. Em janeiro deste ano, 2017, tomaram posse os gestores escolares eleitos no processo eleitoral que aconteceu em novembro de 2016. Assim, outro curso está sendo preparado neste primeiro semestre de 2017 para atender aos dirigentes que se elegeram no ano passado.

Dessa forma, consideramos que a meta foi atendida, uma vez que o curso foi ofertado a todos os gestores em 2015 e 2016.

5. Aperfeiçoar modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)

Até outubro de 2015 a mediação de conflitos na Secretaria de Educação era realizada sob o olhar da extinta Coordenação de Procedimentos Disciplinares e tinha o foco voltado para as ações de caráter correicionais. A partir da criação da Gerência de Mediação de Conflitos subordinada à Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor a mediação de conflitos foi aprimorada com o objetivo de superação de conflitos antes mesmo da apuração disciplinar.

A GMEC passa a atuar independente da correição, aprimorando seus procedimentos e estabelecendo parcerias com outros órgãos do GDF como a Controladoria Geral do DF, a Defensoria Pública, o MPDFT e a UnB visando à capacitação da equipe por meio da participação nos cursos de “mediação de conflitos nas escolas”, “Mediação Comunitária” e aprofundamento da discussão acerca da mediação. Como procedimento de avaliação foi adotado um modelo de pesquisa de satisfação dos servidores atendidos buscando a melhoria dos serviços oferecidos. Como parte da implementação do modelo de mediação foram realizadas as apresentações dos serviços oferecidos pela GMEC a setores da SUGEP além das CREs de Samambaia, Gama, Plano Piloto, Sobradinho e Recanto das Emas. O trabalho de apresentação da Gerência, bem como de iniciação dos princípios da mediação terão continuidade ao longo do ano de 2017 com o encontro das experiências de mediação da Rede Pública de Ensino previsto para o primeiro semestre.

6. Criar manual específico de gestão dos profissionais da educação, com informações relacionadas às normas, aos procedimentos e aos instrumentos aplicáveis à gestão de pessoas no âmbito da SEDF. (SEDF)

Durante o ano de 2016 a Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP iniciou um levantamento de todas as suas atribuições regimentais. Assim pode preparar uma minuta de regimento para compor o Regimento Interno da SEEDF. Paralelamente vem utilizando o levantamento para auxiliar na elaboração do texto final do manual de gestão a ser publicado e distribuído na SEEDF.

7. Promover ações, junto à sociedade, voltadas a evidenciar e propagar a importância social dos professores e dos demais profissionais da educação. (SEDF)

Foi criada a Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor – DISER, na Subsecretaria de Gestão de Pessoas, voltada à promoção do bem estar e da qualidade de vida no trabalho. Suas gerências são responsáveis por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica (readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários) de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

Foi realizada, em articulação com a Comunicação Institucional e Interação Social do Governo do Distrito Federal, a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade, as ações desenvolvidas pela Secretaria e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Foi realizada uma campanha junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso nas carreiras da educação pública efetuada pela instituição responsável pela realização do Concurso Público 2016. Buscou-se, com esta campanha e com os demais espaços na mídia televisiva, de rádio e na Web, ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação, cuja última seleção pública foi há mais de 7 anos.

8. Instituir, até 2018, a modulação de profissionais para atuar nos níveis intermediário e central da Secretaria. (SEDF)

A modulação do nível intermediário que estabelece critérios de composição e modulação das Coordenações Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino - CREs e de suas unidades regionais jurisdicionadas, observando os princípios constitucionais de publicidade e igualdade, foi finalizada e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 08 de fevereiro de 2017, por meio da Portaria nº 35. A modulação do nível central encontra-se em fase de estudos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

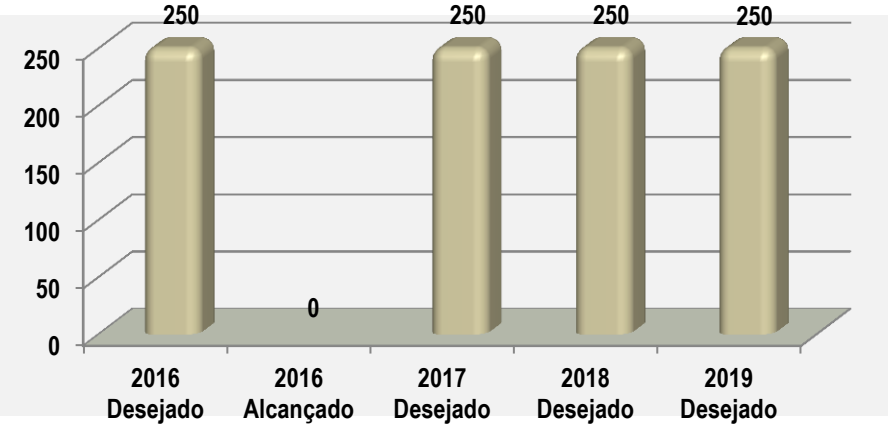
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1509	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	UNIDADE	250	30/jun/15	ANUAL	250	Não Atualizado	250	250	250	EAPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3
1510	TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	%			ANUAL	50	60	80	100	100	SUGEPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3

Justificativas 2016

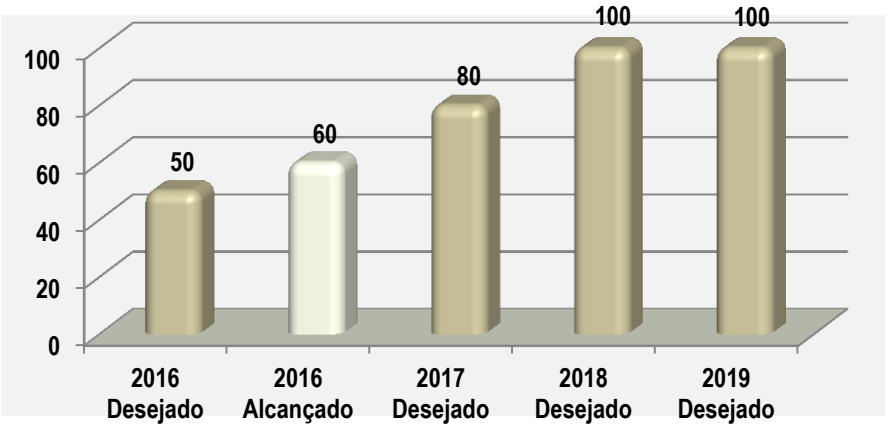
Indicador 1509 - Não Atualizado

Indicador 1510 - O índice foi superado em razão de a gestão ter priorizado os professores, dado a criticidade do sistema e a ampla dedicação da equipe envolvida.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	3	1	Produção de trabalhos científicos e didático- pedagógicos para fortalecer e ampliar as ações de formação continuada da EAPE, de modo a embasar práticas pedagógicas que auxiliem nas aprendizagens dos estudantes. (SEDF)	18101	50	Foram criados grupos de trabalho com o intuito de desenvolver a pesquisa como princípio formativo na EAPE. Por ter várias etapas, os grupos estão ainda em fase de produção. Entretanto, houve publicação de artigos de alguns formadores da EAPE na Revista Com Censo, 4ª edição regular, publicada em novembro de 2016, que tratou especificamente do tema "Diversidade e práticas educativas". A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas foram ofertados cursos voltados para essa temática como: Construindo a pesquisa no espaço escolar com 49 inscritos; Grupo de pesquisa "Intertextualidades: literatura e outras linguagens" com 11 inscritos; A preparação de artigos científicos e seminários temáticos sobre Ética - 40 inscritos; Grupo de pesquisa "Educação étnico-racial: a implementação das leis 10.639/03 e 11.645 nas escolas públicas do DF" com 38 inscritos. Assim, considerando que trabalhos estão em andamento e outros foram publicados, pode-se afirmar que a meta foi 50% atingida.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	3	2	Acompanhamento da contratação de profissionais da educação em todas as áreas da SEDF. (SEDF)	18101	50	A SUGEP acompanha todas as nomeações de servidores efetivos da Secretaria. O registro de 50% se dá tendo em vista que não há acompanhamento da contratação de profissionais terceirizados.
6221	3	3	Promoção de cursos regulares na EAPE de formação continuada nas temáticas de Direitos Humanos e Diversidade. (SEDF)	18101	100	Os cursos ofertados pela EAPE com a temática de Direitos Humanos e Diversidade, tiveram como objetivo, favorecer a troca de informações e o debate. Ao longo do ano, ocorreram 19 cursos que contaram com a participação 1.030 profissionais da educação. Dessa forma, considera-se a meta cumprida para o ano de 2016, uma vez que os dados apresentados encontram-se dentro da média para os cursos ofertados anualmente com essas temáticas na EAPE.
6221	3	4	Acompanhamento de programas federais e locais de formação técnica da Educação Profissional e rede CERTIC. (SEDF)	18101	0	Com relação a Rede Certific, está ocorrendo desde 2015 tratativas entre a Diretoria de Educação Profissional/SEEDF e o Instituto Federal de Brasília - IFB visando atender aos professores que precisam legalizar suas habilitações junto à SEEDF. O IFB está estudando a possibilidade de viabilização desta oferta, pois existe somente em outros Estados. A Diretoria de Educação Profissional está aguardando os relatórios de atividades do 1º e 2º semestre de 2016, bem como o cumprimento dos encaminhamentos feitos nas reuniões ocorridas nos dias 25/01/2017 e 16/03/2017 da diretoria com a pró-reitoria do IFB.
6221	3	5	Promoção de ações continuadas em gestão da política pública para a educação. (SEDF)	18101	30%	Realização do curso *Gestão Escolar Democrática: das Políticas Públicas ao Projeto Político Pedagógico da Escola* destinado a 1.500 Diretores e Vice-Diretores das unidades escolares em atendimento ao previsto na Lei Nº 4.751/2012 - Lei de Gestão Democrática. Foram ofertadas 297 vagas para o curso "Gestão Escolar: competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPIs". Com carga horária de 180 horas, teve como público-alvo as equipes gestoras de instituições conveniadas e dos CEPIs, bem como executores pedagógicos e financeiros das Coordenações Regionais de Ensino – CREs. 240 professores da Educação Básica aprovados em 16 áreas de conhecimento do Concurso Público realizado em 2013 foram nomeados no período. Contratação de empresa para realização de concurso em 2017, destinado ao preenchimento de 800 vagas e 1.200 cadastro reserva na Carreira Magistério Público e 370 vagas e 530 cadastro reserva na Carreira Assistência à Educação e também, a criação de sistema *on-line* de remanejamento de profissionais.
6221	3	6	Acompanhamento de programas federais e acordos de cooperação técnica que visam a melhoria da formação dos profissionais da educação. (SEDF)	18101	100	Além do curso de formação para gestores escolares que teve com oferta de 120 vagas, a EAPE também em parceria com o MEC, ofertou o curso "*A experimentação e vivência nos conhecimentos no Ambiente Virtual de Aprendizagem*". e hoje Coordena o Programa Profuncionário, por meio do Decreto nº 37.336, de 16 de maio de 2016, que é o Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública obedecendo ao disposto no art. 61 e art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996 e a Lei nº 12.014/2009, por meio do qual a profissionalização tornou-se direito de todos os funcionários da educação. Esse Programa é desenvolvido por meio de parceria com o Ministério de Educação – MEC.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	3	7	Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação por meio da Escola dos Profissionais da Educação – EAPE. (SEDF)	18101	100	Em 2016, o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação - EAPE ofertou para os profissionais das carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, 12.275 vagas em 105 cursos e 4.066 vagas em 21 eventos (colóquio, oficina, seminário, simpósio, encontro) envolvendo temáticas que contemplam cada etapa e modalidade do ensino, assim como as diretrizes do Currículo da Educação Básica. Do total de vagas oferecidas, houve 10.818 inscritos nos cursos/eventos e 8.158 profissionais da educação certificados. Assim, entendemos que esta ação está sendo atendida tendo em vista que há na Rede, aproximadamente 40 mil profissionais da educação e que, de 2016 a 2019, em média todos terão realizado ao menos um curso de formação continuada ofertado pela EAPE.
6221	3	8	Aperfeiçoamento do modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)	18101	20	A partir da criação da Gerência de Mediação de Conflitos em outubro de 2015, novas formas de mediação, agora com foco na mediação e superação de conflitos estão sendo implementadas, deixando o modelo correicional como última instância.
6221	3	9	Promoção de intercâmbio de experiências de sucesso de práticas pedagógicas por meio da participação dos profissionais em fóruns, seminários, congressos entre outros. (SEDF)	18101	100	Em 2016, foram ofertados pela EAPE e parceiros, diversos eventos como oficinas, encontros, colóquios, seminários e simpósios. Ao todo, participaram 2.746 profissionais da educação, dos quais 2.698 foram certificados.
6221	3	10	Divulgação de programas de apoio à saúde dos profissionais da educação. (SEDF)	18101	50	Vem sendo realizado o mapeamento de ações de promoção de bem estar e qualidade de vida oferecidas nas diversas Regiões Administrativas divulgação e conhecimento dos servidores da Rede Pública de Ensino.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A Secretaria de Educação focou suas ações também, no desenvolvimento de um sistema de gestão que alcance eficiência e eficácia. O Objetivo específico é direcionado para a Gestão na Educação, estruturado para fortalecer o sistema de ensino por meio da valorização, da formação e da otimização do quadro de profissionais da educação, assegurando uma gestão participativa e democrática na resposta às necessidades de gestão de pessoas.

As funcionalidades atendidas pelo sistema contemplam a modulação de pessoas, folha de ponto, programa anual de férias, ficha cadastral, concessão de benefícios entre outros. Nessa esteira, Cursos foram ofertados, especialmente para os profissionais de educação que atuam em unidades de internação, com destaque para o curso Institucionalização da educação do Sistema Prisional.

Igualmente foram ofertados diversos cursos também com o objetivo de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação, ampliando seus conhecimentos no que se refere às temáticas da educação inclusiva, entre eles: a deficiência intelectual na educação inclusiva, reflexões sobre o fazer pedagógico, desenvolvimento, aprendizagens e os transtornos funcionais específicos, meio ambiente no ensino especial, pesquisa em práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Dando continuidade as ações estabelecidas nesse objetivo, foi ofertado o curso “Gestão Escolar Democrática: das políticas públicas ao projeto político-pedagógico da escola”, que teve duas edições, uma no primeiro semestre e outra no segundo. O objetivo desse curso com carga horária de 180 horas foi formar gestores escolares para a compreensão das políticas públicas da gestão democrática e dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a organização do trabalho escolar, com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação básica pública do Distrito Federal. As duas edições do curso ofertaram um total de 1.260 vagas.

A Secretaria também deu início por meio de sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas a um levantamento de todas as suas atribuições regimentais e assim pode preparar uma minuta de Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, bem como a elaboração do manual de gestão que deverá, no decorrer do ano subseqüente ser publicado e distribuído no âmbito da instituição.

Atuou também, diretamente na gestão voltada à promoção do bem estar e da qualidade de vida no trabalho. Instituiu Diretoria e Gerências diretamente responsáveis por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica como readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

Foi realizada em articulação com a *Comunicação Institucional e Interação Social* do Governo do Distrito Federal, a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade, as ações desenvolvidas pela Secretaria e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Também foi realizada uma campanha junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso na carreira da educação pública efetuada pela instituição responsável pela realização do Concurso Público 2016. Buscou-se, com esta campanha e com os demais espaços na mídia televisiva, de rádio e na *Web,* ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação.

As ações não orçamentárias desse Objetivo Específico também tiveram significativo destaque, a saber: Foram criados grupos de trabalho com o intuito de desenvolver a pesquisa como princípio formativo na EAPE. Houve publicação de artigos de alguns formadores da EAPE na Revista Com Censo, 4ª edição regular, que tratou especificamente do tema "Diversidade e práticas educativas". A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas foram ofertados cursos voltados para essa temática como: Construindo a pesquisa no espaço escolar. Grupo de pesquisa "Intertextualidades: literatura e outras linguagens" A preparação de artigos científicos e seminários temáticos sobre Ética e a implementação das leis 10.639 e 11.645 nas escolas públicas do DF.

Por fim, foi verificado um alcance parcial no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento desse objetivo, especialmente nas ações vinculadas não orçamentárias. Nesse contexto podemos inferir que a meta foi alcançada em 70% ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – MELHOR INDICADOR: Promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal por meio de ações que contemplem as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	4	1	Implementar o Sistema de Gestão i-Educar em todas as etapas e as modalidades de ensino. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	80	-	-	-	80	80
6221	4	2	Aumentar para 75% o número de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa Mais Educação. (SEDF)	18101	75	%	MAIOR, MELHOR	39,92	-	-	-	39,92	39,92
6221	4	3	Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10%; a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30%;e o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50%. (SEDF)	18101	100	%	MENOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20
6221	4	4	Alfabetizar 100% dos estudantes com 8 anos de idade. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	90	-	-	-	90	90
6221	4	5	Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100

Análise Qualitativa

1. Implementar o Sistema de Gestão i-Educar em todas as etapas e as modalidades de ensino. (SEDF)

O sistema de gestão escolar i-Educar visa contemplar as seguintes modalidades de ensino: Regular (ensino médio, educação infantil, ensino fundamental, EJA). A modalidade voltada para atender o ensino profissional será atendida pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SGA. O sistema visa atender as unidades escolares quanto à vida acadêmica do estudante da rede pública de ensino. Mudanças de matriz curricular e perfil da modalidade são itens que comprometem o tempo de desenvolvimento e entrega do sistema.

2. Aumentar para 75% o número de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa Mais Educação. (SEDF)

Das 521 unidades escolares que ofertaram o Ensino Fundamental em 2016, 208 (duzentas e oito) estavam cadastradas no Programa Mais Educação. A meta estabelecida para o ano de 2016 era de 63%, o que não foi alcançado. Cabe ressaltar que as principais dificuldades enfrentadas pelas unidades escolares foram, a falta de infraestrutura das escolas, a disponibilização de transporte para os alunos, a alimentação escolar e ainda, a falta de capacitação dos profissionais envolvidos para a elaboração de prestação de contas relativas ao recurso financeiro disponibilizado pelo FNDE para a execução do Programa. Com o objetivo de ampliar o número de escolas cadastradas, foram realizadas diversas reuniões com as Subsecretarias responsáveis pelo planejamento, infraestrutura, alimentação e transporte escolar.

3. Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10%; a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30%;e o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50%. (SEDF)

Em 2016, com objetivo de promover a melhoria dos indicadores na Rede Pública, a Diretoria de Ensino Médio trabalhou na implementação e consolidação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio (Semestralidade). Com o intuito de preparar os coordenadores intermediários das Regionais de Ensino e os coordenadores locais das Unidades Escolares, a Diretoria desenvolveu uma série de materiais sobre a Semestralidade, para fomentar o debate das Coordenações Regionais de Ensino com os gestores das unidades escolares de Ensino Médio, assim como servir de material base para a discussão entre gestores escolares e suas equipes docentes. Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes a reprovação e ao abandono, verificou-se que a taxa de reprovação escolar no triênio 2010-2012 (organização anual) que era de 23,56% caiu para 16,12% no triênio 2013-2015 e a taxa de abandono, que era de 11,06% no triênio 2010-2012 caiu para 7,72% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de reprovação caiu de 19,27% para 18,30%, o que representa queda de 0,97% da taxa de reprovação e o percentual de abandono caiu de 19,04% para 14,64%, o que representa queda de 4,4% da taxa de abandono de acordo com os dados do Censo Escolar 2016. Esta Diretoria aguarda o Censo 2017 para realizar a análise dos dados referentes a 2016.

A Diretoria de Ensino Médio também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político - Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações estão relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública. Neste foco, acompanhou, divulgou e estimulou a participação dos estudantes nos seguintes programas e projetos: Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL; Programa Parlamento Jovem Brasileiro, desenvolvido pela Câmara dos Deputados; Programa Jovem Senador, desenvolvido pelo Senado Federal; Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); Circuito de Ciências das Escolas Públicas; Etapa Distrital do V Circuito de Ciências; Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR); Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília; Participação da Avaliação dos Projetos de Ensino Médio apresentados para concorrer ao Prêmio Professores do Brasil; Olimpíadas do Conhecimento, Olimpíadas de Língua Portuguesa, Biologia, Astronomia e Foguetes, Química Júnior, Química e Física, dentre outras e a participação em Feiras e concursos Nacionais e Internacionais. No âmbito do distrito Federal, os alunos participaram do Programa Conhecendo o Parlamento, desenvolvido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal; participação na Semana para a Vida - Maio Amarelo, desenvolvida pelo DETRAN; O que você tem a ver com a corrupção, desenvolvido pelo Ministério Público; Por Dentro dos Exames do Ensino do Ensino Médio, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Já no Ensino Fundamental, foi apresentado o Programa para Avanços das Aprendizagens Escolares - PAAE, em substituição às Orientações Pedagógicas para Correção da Distorção Idade-Série, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal por meio do Parecer CEDF nº 43/2016, homologado pela Portaria SEDF nº 69/2016. Após lançamento deste programa, a DIEF atuou na sensibilização da comunidade escolar, por meio de oficinas, fórum permanente para acompanhamento do programa, principalmente no tocante à abertura de turmas como forma de resgatar o estudante que se encontra em situação de defasagem escolar. Diversas dificuldades foram enfrentadas no processo, dentre as quais elencamos a resistência das Unidades Escolares em atender esses estudantes já estigmatizados, dificuldades de espaço físico e indisponibilidade de professores com dupla habilitação. Como forma de potencializar a adesão das UEs ao programa, a SEEDF apresentou a Portaria nº 448/2016, que estabelece e orienta o processo de abertura de turmas do Programa nas escolas de Ensino Fundamental.

4. Alfabetizar 100% dos estudantes com 8 anos de idade. (SEDF)

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou fóruns de discussões nas 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação/articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar as escolas a realização desta, por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador, de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Desta forma, o trabalho realizado considerou os dados colhidos das avaliações externas, IDEB, SAEB e outros instrumentos utilizados nas unidades escolares, os quais balizaram o planejamento de ações por esta diretoria.

Como resultado, atingimos o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil (alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles) em mais de 90% provas dos estudantes que realizaram a avaliação, no item leitura, restando ainda atingir os 10% restantes. Vale ressaltar que

A "Provinha Brasil" é uma avaliação diagnóstica, de âmbito nacional que visa investigar as habilidades desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática, a Provinha Brasil permite aos professores e gestores obter mais informações que auxiliem o monitoramento e a avaliação dos processos de desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial e das habilidades iniciais em matemática, oferecidos nas escolas públicas brasileiras, mais especificamente, a aquisição de habilidades de Leitura e de Matemática.

Aplicada duas vezes ao ano, a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. Todos os anos os alunos da rede pública de ensino, matriculados no 2º ano do ensino fundamental, têm oportunidade de participar do ciclo de avaliação da Provinha Brasil. A adesão a essa avaliação é opcional, e a aplicação fica a critério de cada secretaria de educação das unidades federadas.

5 - Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou, em 2016, diversos seminários e rodas de conversas formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e em momentos pontuais, com professores, com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), de modo a torná-lo conhecido e aplicável. Como decorrência, a DIEF percebeu a necessidade de se definir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do ensino fundamental, possibilitando a garantia do que poderá/deverá ser aprendido ao se concluir essa etapa. O processo de definição desses objetivos de aprendizagem configura ação da DIEF e deverá ser finalizada em 2017.

A Diretoria de Ensino Médio desenvolveu ainda, um resumo sistemático da Orientação Pedagógica " Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizou para as unidades escolares, por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-las na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, já que o PPP é o instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo e todas as atividades da escola. Ao analisarmos a versão final dos Projetos Políticos Pedagógicos enviados para a SUBEB, verificamos que o currículo está sendo implementado nas escolas de Ensino Médio.

Já a Diretoria de Educação Infantil promoveu reuniões mensais de formação/orientação pedagógica aos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares (bimestral – pública e quadrimestral – conveniada). Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos. Reelaboração do documento Orientações Pedagógicas para conveniamento e outros instrumentos específicos para o acompanhamento pedagógico. A realização de formação para todos os profissionais atuantes nas turmas de educação infantil, além de elaboração de ementa de dois cursos em parceria com a EAPE, com prioridade para as linguagens do Currículo de Educação Infantil (1- Aprendizagens, prática pedagógica e inclusão na Educação Infantil; 2- Gestão escolar, competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPIs); fortaleceram ainda mais o trabalho realizado.

A realização do projeto IV Plenarinha de Educação Infantil "A cidade e o campo que as crianças querem"; a realização da Semana Distrital de Educação Infantil; e o desenvolvimento do projeto Educação Infantil no Circuito de Ciências tem vindo ao encontro do atendimento da implementação do currículo .

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1511	TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.	%	70	31/jul/15	SEMESTRAL	80	90	85	95	100	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1512	PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.	%	60	30/jun/15	ANUAL	63	58,98	67	71	75	PDE Interativo / Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1513	MÉDIA, NO IDEB, DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	3,6	31/dez/13	BIANUAL	-	-	4,4	-	4,6	IDEB/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1514	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	5,5	31/dez/13	BIANUAL	-	-	6,0	-	6,3	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1515	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	4,1	31/dez/13	BIANUAL	-	-	4,8	-	5,0	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1516	TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%	17,79	31/mai/14	ANUAL	17,3	-	16,9	16,4	16	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1517	QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	6.873	31/mai/14	ANUAL	6.358	-	5.843	5.328	4.811	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1518	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.	%	5,05	31/dez/14	ANUAL	7,6	3,96	19,9	33,6	50,0	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1519	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.	%	31,77	31/jul/15	ANUAL	30,09	30,5	28,41	26,73	25,5	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1511 - O índice foi alcançado de forma exitosa em razão da atuação intensa da equipe no atendimento dos estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, finais e ensino médio.

Indicador 1512 - Houve redução no número de Unidades Escolares cadastradoras em razão do desligamento do programa por parte de algumas dessas Unidades.

Indicador 1513 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

Indicador 1514 - Índice bianual. Será averiguado em 2017**.**

Indicador 1515 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

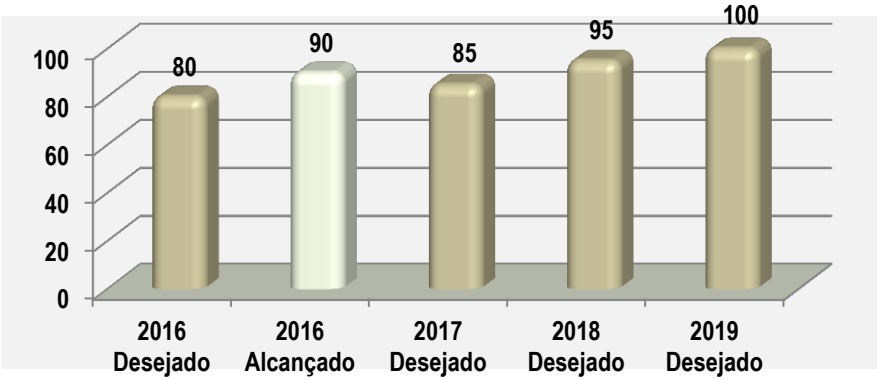
Indicador 1516 - Índice disponível a partir do 5º mês do ano subsequente a coleta da matrícula inicial

Indicador 1517 - Índice disponível a partir do 5º mês do ano subsequente a coleta da matrícula inicial

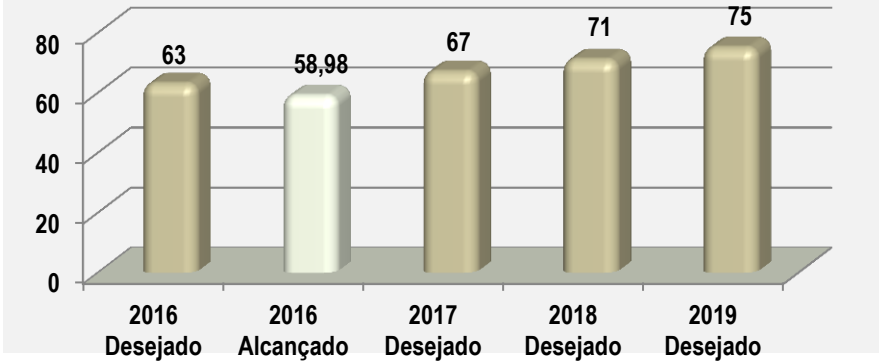
Indicador 1518 - Até 2016 a abertura de turmas foi realizada por adesão pelos gestores das unidades escolares praticada como ato discricionário. Posteriormente foi regulamentada pela portaria nº 448/2016

Indicador 1519 - O índice ficou abaixo por não ter havido implantação do programa de correção de fluxo no ensino médio no biênio 2015/16. Mesmo a Secretaria possuindo orientação pedagógica para a correção idade/série no ensino médio, a implantação é dificultada em razão do estudante em defasagem ser caracterizado por apresentar dois anos de atraso escolar em relação a idade pretendida para o ingresso nessa etapa que é cursada em três anos.

TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.



PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.



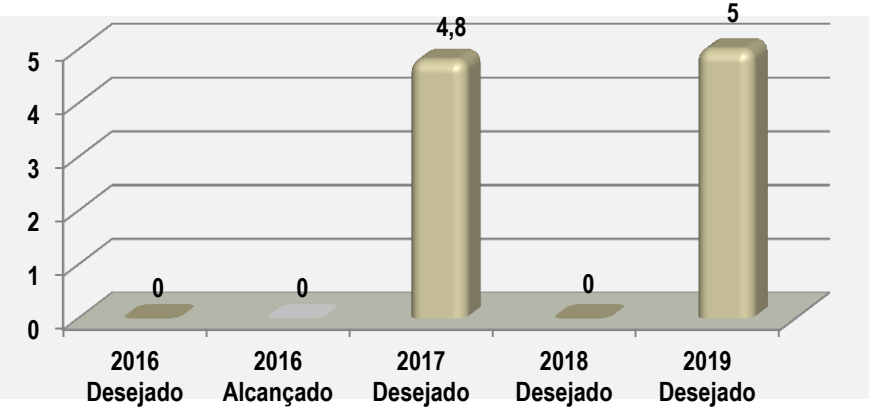
MÉDIA, NO IDEB, DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



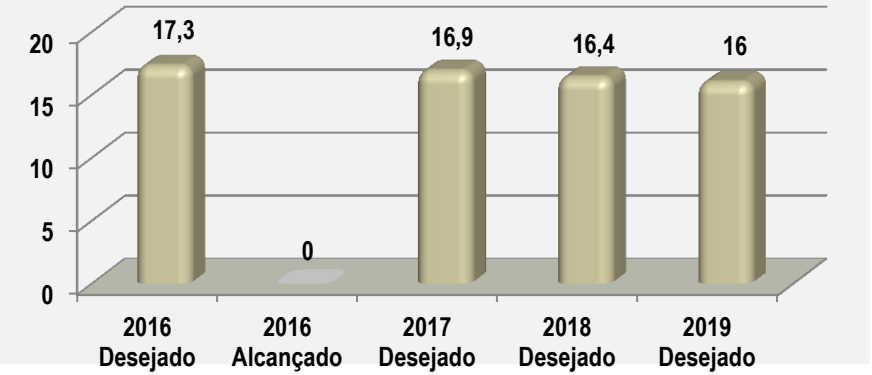
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.



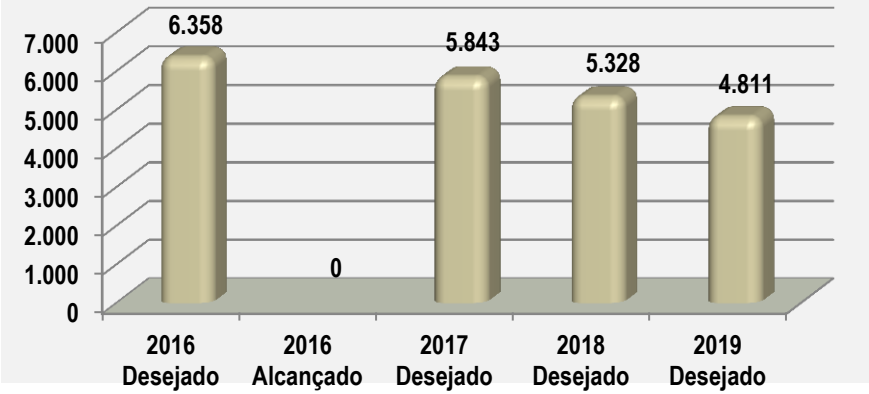
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.



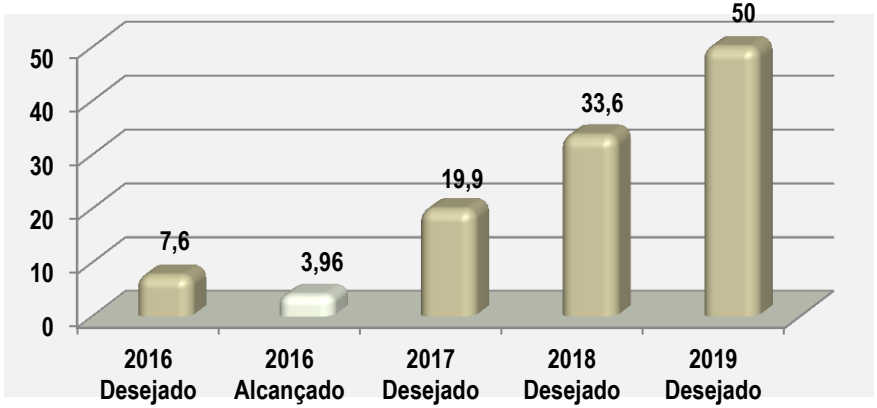
TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



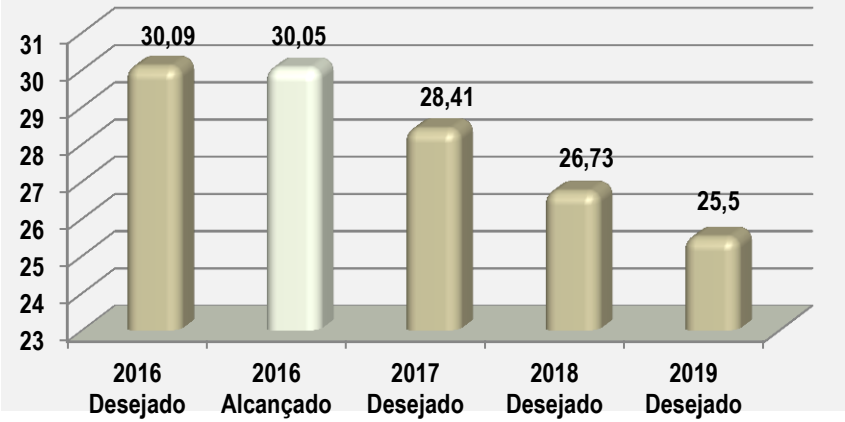
QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.



TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	4	1	Realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças, adolescentes em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas), de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e Semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas (negros/as, indígenas, ciganos/as, travestis e transexuais) e população camponesa. (SEDF)	18101	10	A SEDF aplicou um questionário diagnóstico que objetivou o mapeamento das ações das unidades escolares em relação à aplicação dos Eixos Transversais Cidadania e Educação e para os Direitos Humanos e Educação para a Diversidade. Tal ação possibilitou a criação de um relatório que está sendo utilizado como balizador para a elaboração e proposição de políticas educacionais específicas para todas e cada uma das temáticas apresentadas nesta meta.
6221	4	2	Elaboração de relatórios semestrais para as Secretarias envolvidas com a proteção integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)	18101	100	O fluxo previsto de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas está previsto na Portaria nº 09/2013 que prevê momentos de articulação entre SECRIANÇA e SEEDF, inclusive com emissão de relatórios. Por solicitação das Unidades de Meio Aberto - UAMA/SECRIANCA foram emitidos relatórios individuais, e em fluxo contínuo, de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas.
6221	4	3	Desenvolvimento de instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação, para avaliar 100% das instituições que oferecem atendimento complementar ou suplementar aos estudantes da Educação Especial. (SEDF)	18101	10	Foi realizado contato com a governadoria e a Fundação de apoio a Pesquisa - FAP lançou edital para avaliação dos indicadores de qualidade da Educação Especial na perspectiva da Escola Inclusiva O Edital foi lançado em agosto/2016, resultando em 13 projetos aprovados. O resultado final ainda não é de conhecimento desta Casa.
6221	4	4	Realização de mapeamento das áreas de insegurança alimentar para atendimento especial com relação à alimentação escolar. (SEDF)	18101	100	Levantamento das instituições situadas em área de vulnerabilidade social; encaminhamento de circular para as Coordenações Regionais de Ensino elencando as instituições situadas em áreas de vulnerabilidade que não estavam contempladas pela oferta de refeição complementar; determinação das escolas que demonstraram interesse e condições das instalações físicas; inicio do processo em 2016. As principais dificuldades enfrentadas foram a infraestrutura das cozinhas e depósitos que não permitem o aumento da oferta de mais uma refeição e a carência de recursos humanos. Hoje, das 198 escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social, 38 foram atendidas com a refeição complementar, perfazendo um total de 19% das escolas atendidas. Das 77 escolas situadas em zona rural, 35 foram atendidas com refeição complementar, perfazendo um total de 45% das escolas atendidas.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo específico 04, intitulado como Melhor Indicador, direcionou suas ações para promover a melhoria dos indicadores da rede pública de ensino do Distrito Federal, contemplando as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

Assim, nesse objetivo, A SEEDF direcionou sua atuação para a implantação do Sistema de Gestão i-educar nas modalidades de ensino: médio, fundamental, educação infantil e Educação de jovens e Adultos.

Avançou também o cadastramento das unidades escolares ofertantes do ensino fundamental no Programa Mais Educação.

Apurou ainda, uma redução nas taxas de reprovação e abandono escolar no ensino médio e uma redução no percentual de estudantes em distorção idade/série no Ensino fundamental.

Essas melhorias deram-se fundamentalmente pela ação contínua da Secretaria de Educação, na implementação e consolidação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio. Houve uma preparação dos coordenadores intermediários das Regionais de Ensino e dos coordenadores locais das Unidades Escolares. A Secretaria desenvolveu uma série de materiais sobre a Semestralidade a fim de fomentar o debate nas Coordenações Regionais de Ensino com os gestores das unidades escolares de Ensino Médio envolvendo também as equipes docentes.

A SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio, também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político - Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações diretamente relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública também foram implementadas.

Por meio de sua Diretoria de Ensino Fundamental da subsecretaria de Educação Básica, realizou fóruns de discussões em todas as Coordenações Regionais de Ensino acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino, com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação e articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar às escolas, a realização desta por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais.

Como resultado, foi atingido o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil - alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles - em mais de 90% das provas dos estudantes que realizaram a avaliação no item leitura.

Ainda seguindo as metas definidas no referido Objetivo, a Secretaria de Educação realizou seminários e reuniões formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e professores com o objetivo, também, de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica, de modo a torná-lo conhecido e aplicável.

Foi desenvolvido também um resumo sistemático da Orientação Pedagógica “Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF, que foi disponibilizado para as unidades escolares por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-los na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos

Houve reuniões mensais de formação/orientação pedagógica com Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares. Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores.

Nas ações não orçamentárias ,houve iniciativas importantes como a realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria, específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social - população de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e semi liberdade, bem como as populações historicamente excluídas. Também foi desenvolvido instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Por fim, foi verificado também o não alcance de percentual total no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo. Tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por inadequação do quantitativo da força de trabalho.

Assim, avalia-se que, no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 60% ou seja, o público alvo foi parcialmente contemplado.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO: Implantar e implementar sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas à garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	5	1	Implantar Diretrizes de Avaliação definidas pela SEDF para 100 % dos estudantes da Educação Especial. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	50

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	5	2	Elaborar itens para compor o Banco de Itens com o acréscimo anual de, no mínimo, 10% em relação ao ano anterior, de modo a promover condições para a realização do acompanhamento do desempenho do rendimento escolar dos estudantes da Rede de Ensino do Distrito Federal. (SEDF)	18101	10	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	5	3	Promover a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	97	-	-	-	97	97
6221	5	4	Realizar a Avaliação Institucional em 100% das instituições de ensino da Rede Particular de Ensino cadastradas no Censo Escolar do Distrito Federal. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	58,2	-	-	-	58,2	58,2
6221	5	5	Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 75% dos docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)	18101	75	%	MAIOR, MELHOR	27	-		-	27	27
6221	5	6	Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 70% dos estudantes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo escolar. (SEDF)	18101	70	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	5	7	Implementar, até 2016, sistemática de avaliação de rede, vinculada ao Currículo da Educação Básica e às demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6221	5	8	Criar, até 2018, metas de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	5	9	Elaborar, até 2016, estratégias para o acompanhamento de todas as unidades escolares com baixo desempenho nas avaliações externas. (SEDF)	18101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100

Análise Qualitativa

1. Implantar Diretrizes de Avaliação definidas pela SEDF para 100 % dos estudantes da Educação Especial. (SEDF)

A partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional em 2014, As áreas técnicas da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação e da Subsecretaria de Educação Básica realizaram diversas ações para a implantação do referido documento, como cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores das 14 Coordenações Regionais de Ensino além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. Em 2017 foi instituído em Grupo de Trabalho para proceder a avaliação e revisão do referido documento.

2. Elaborar itens para compor o Banco de Itens com o acréscimo anual de, no mínimo, 10% em relação ao ano anterior, de modo a promover condições para a realização do acompanhamento do desempenho do rendimento escolar dos estudantes da Rede de Ensino do Distrito Federal. (SEDF)

O referido banco de itens deverá compor o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que ainda está em processo de implementação uma vez que demanda sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução. Este momento de consolidação do sistema caracteriza-se por ações processuais que, institucionalmente, necessitam de articulações técnicas e pedagógicas e, ainda, em conjunto com a comunidade escolar, abrir espaço para conhecimento e discussões acerca do Sistema de Acompanhamento.

3. Promover a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)

Em 2016 foi desenvolvido um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo, o que proporcionou um acréscimo de 27% de participação em relação à ultima aplicação em 2014 (aplicação Bianual). Uma fragilidade encontrada na implantação está na utilização dos endereços eletrônicos das unidades escolares, uma vez que muitos são pessoais, e outros que foram alterados, mas não foram comunicados à área central. Para superar essa fragilidade, serão criadas contas de e-mail padronizadas por Unidade Escolar, conforme Projeto #Conecta DF instituído pela Portaria 16 de 25/01/2017 - DODF.

4. Realizar a Avaliação Institucional em 100% das instituições de ensino da Rede Particular de Ensino cadastradas no Censo Escolar do Distrito Federal. (SEDF)

A Avaliação Institucional da Rede Privada foi realizada pela primeira vez, de forma censitária. Para um apoio na sensibilização quanto a importância da participação dos gestores, foi realizada uma parceria como o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINEPE . O desafio para as próximas edições será aumentar a participação dos gestores no processo avaliativo.

5. Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 75% dos docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)

A aplicação desta avaliação é bianual e como estratégia para realização em 2016, foi elaborado um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo. Um dos grandes desafios na implementação está na fragilidade cadastral dos docentes e de seus endereços eletrônicos. Assim, como estratégias para superação desses obstáculos, a SEEDF está providenciando a criação de contas de e-mail padronizadas, conforme consta no Projeto #ConectaDF instituído pela Portaria 16 de 25/01/2017 – DODF e também, sensibilizando os profissionais da educação quanto a importância da participação de todos os docentes no processo avaliativo.

6. Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 70% dos estudantes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo escolar. (SEDF)

Será aplicada pela primeira vez em 2017 uma vez que foram encontrados alguns entraves no desenvolvimento do processo como a fragilidade cadastral dos estudantes e a falta de informação quanto a importância da participação nesse procedimento avaliativo. A SEEDF vem trabalhando para minimizar tais entraves através do recadastramento dos endereços eletrônicos dos alunos e promoção de sensibilização e conscientização da importância do processo avaliativo.

7. Implementar, até 2016, sistemática de avaliação de rede, vinculada ao Currículo da Educação Básica e às demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. (SEDF)

Essa atividade compõe o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que ainda está em processo de implantação uma vez que demanda sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução.

Houve atraso por parte do Ministério de Educação, na publicação do documento "Base Nacional Comum Curricular" e também, por parte da SEEDF, da revisão das Diretrizes de Avaliação Educacional. Esses fatores dificultaram a execução dessa ação. Por outro lado, o sistema que denominamos Avaliação em Destaque já está em funcionamento. Até o momento, foram coletados os dados da provinha Brasil e gerados relatórios e sínteses de desempenho dos estudantes nesta avaliação

8. Criar, até 2018, metas de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica. (SEDF)

A Diretoria de Avaliação criou a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Por meio dela também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da SEEDF. Está sendo elaborado um modelo estatístico de organização (categorização) das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional, no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Busca-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que amparem a categorização estatística. As variáveis mais relevantes poderão ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da SEEDF.

9. Elaborar, até 2016, estratégias para o acompanhamento de todas as unidades escolares com baixo desempenho nas avaliações externas. (SEDF)

Tal como houve necessidade de se criar um instrumento de avaliação para a meta nº 8, a meta de aprendizagem 5/15/80 foi criada também para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas por parte dos diversos setores da SEEDF. Por meio dela, também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas dessa

Secretaria. Além disso, criou a estratégia do "Estudo das Bandeiras" onde é realizada a análise individual das unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental em relação ao IDEB considerando dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1520	UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.	%			ANUAL	10	30	25	50	75	GERADE/SEDF / UO 18101 / OE 5
1521	INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%			ANUAL	50	75	75	100	100	GAVARE/SEDF / UO 18101 / OE 5
1522	GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	80	30/jun/14	ANUAL	85	97	90	95	100	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1523	GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%			ANUAL	50	58,2	55	60	70	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1524	DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.	UNIDADE	924	30/set/14	ANUAL	15.000	-	20.000	25.000	30.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1525	ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.	UNIDADE	17.285	30/set/14	ANUAL	100.000	0	150.000	200.000	250.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1520 - O índice foi superado em razão da aplicação do simulado a 43 mil estudantes da 3ª série do ensino médio da rede pública e privada e 3º segmento da educação de jovens e adultos. O simulado também foi aplicado para 15 mil estudantes do 1º,3º,6º e 7º anos do ensino fundamental

Indicador 1521 - Alcançado, contemplando ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Houve também aumento de pessoas na equipe permitindo a melhor construção dos instrumentos.

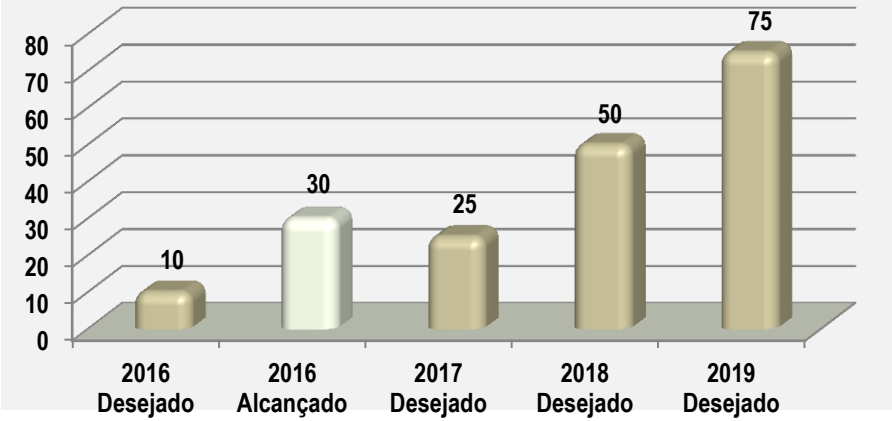
Indicador 1522 - Houve desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do formulário online.

Indicador 1523 - Desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do preenchimento do formulário online.

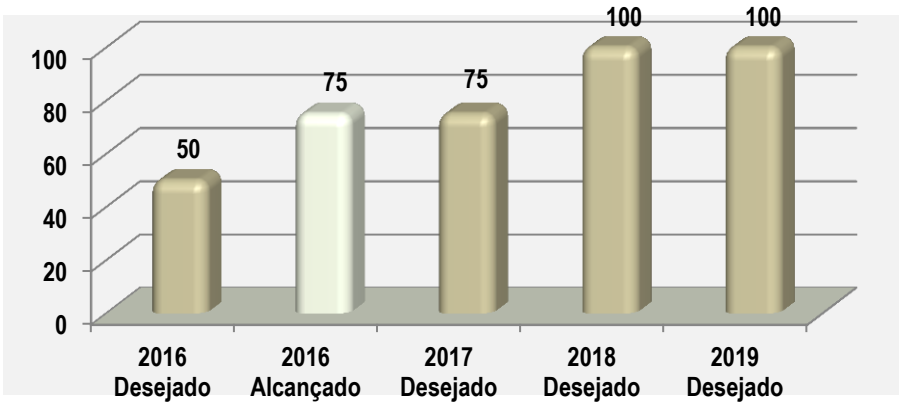
Indicador 1524 - Aplicação Bianual. Portanto será aplicado em 2017

Indicador 1525 - A avaliação não foi realizada. Aguardando procedimentos do Grupo de Trabalho do Projeto ConectaDF - Portaria nº16/2017, para realizar a aplicação**.**

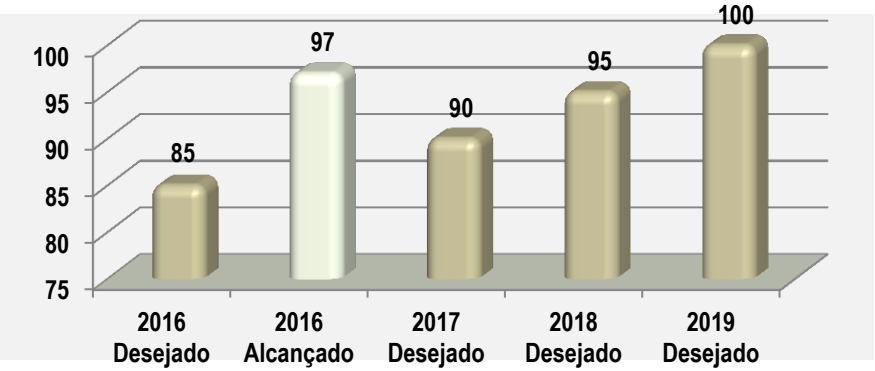
UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.



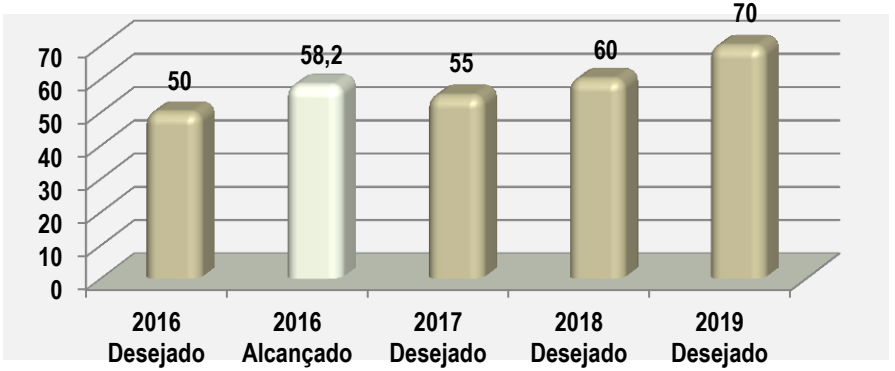
INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



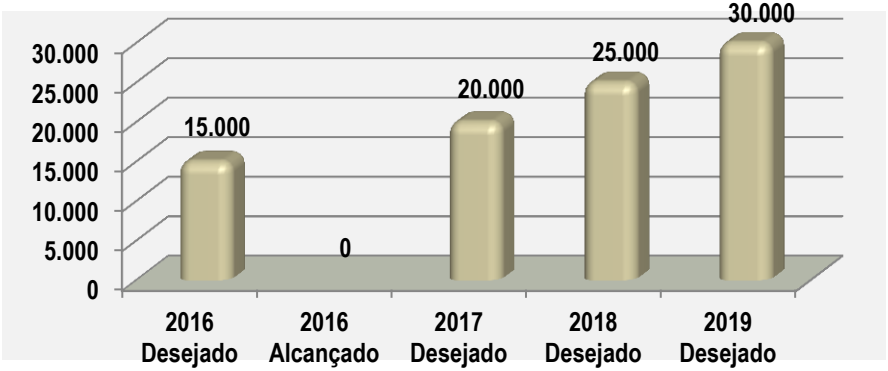
Gestores das unid. escolares da Rede Pública de Ensino participantes da avaliação/ total de unid. escolares cadastradas no Censo Escolar no referido ano



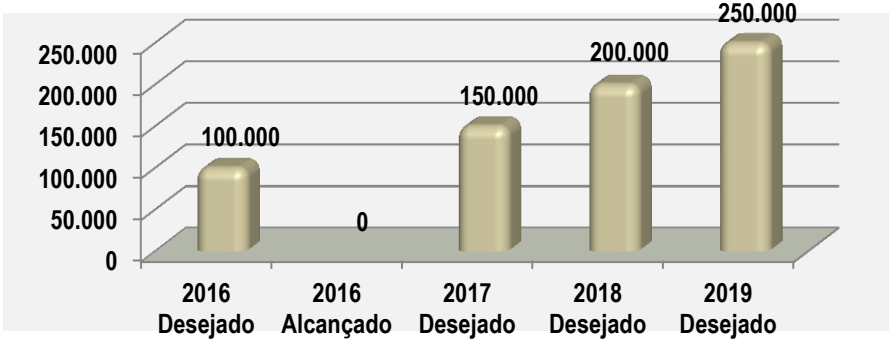
Gestores das instituições de ensino da rede particular participantes da avaliação/ total de instituições de ensino particulares cadastradas no Censo Escolar no referido ano



DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.



ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	5	1	Elaboração e validação de referencial curricular para avaliação do ensino fundamental e médio. (SEDF)	18101	0	Essa atividade compõe o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que está em processo de implementação, por demandar sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução, isto é, o atraso na publicação da Base Nacional Comum Curricular pelo Ministério de Educação e também, a revisão das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF foram fatores que dificultaram a execução dessa ação.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo nº 05, Sistema de Avaliação, tem suas ações voltadas à implantação e implementação de sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas a garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

A SEEDF a, partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional, realizou diversas ações para a implantação do sistema de avaliação e monitoramento da rede. Foram realizados cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores de todas as Coordenações Regionais de Ensino, além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. No ano de 2016, foi desenvolvido um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo o que proporcionou um acréscimo de 27% de participação em relação a ultima aplicação que é bianual.

Seguindo o descrito na meta também foi realizada pela primeira vez, de forma censitária, a avaliação institucional da rede privada. Este evento foi realizado pela SEEDF em parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal.

A Secretaria criou também, por meio da Diretoria de Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, a meta de aprendizagem 5/15/80, que é baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Por meio dela também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da Secretaria. Está sendo elaborado um modelo estatístico de organização – categorização - das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional, no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Busca-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que amparem a categorização estatística. As variáveis mais relevantes poderão ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da Secretaria de Educação.

Por fim, tal como houve necessidade de se criar um instrumento de avaliação para a meta nº 8, a meta de aprendizagem 5/15/80 foi criada também para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas por parte dos diversos setores da SEEDF. Por meio dela, também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas dessa Secretaria. Além disso, criou a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde é realizada a análise individual das unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental em relação ao IDEB considerando dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

Por fim, foi verificado o não alcance de algumas metas no conjunto estabelecido para o cumprimento do objetivo específico 005, tal fato, onde identificado, deu-se fundamentalmente por indisponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por inadequação da força de trabalho.

Assim, conclui-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 65% ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
006 – Educação Superior: Ofertar vagas no ensino superior, para a formação nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
18.202 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6221	6	1	Criar a Escola Superior de Magistério; (FUNAB)	18202	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6221	6	2	Oferecer 3 Cursos de Graduação; (FUNAB)	18202	3	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	6	3	Oferecer 2 Cursos de Pós-Graduação; (FUNAB)	18202	2	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6221	6	4	Oferecer 10 Cursos de Extensão Universitária. (FUNAB)	18202	10	UNID	MAIOR, MELHOR	3	-	-	-	3	3

Análise Qualitativa

1. Criar a Escola Superior de Magistério; (FUNAB)

A Portaria nº 190, de 28 de junho de 2016, credenciou a Escola Superior de Magistério – ESM, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, pelo prazo de cinco anos, bem como, autorizou a oferta do Curso de Pedagogia, Licenciatura, na modalidade presencial, nas seguintes unidades: Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia, Escola Classe 22 do Gama e Centro de Ensino Fundamental 2 de Planaltina.

A Escola não está em funcionamento em nenhuma de suas três Unidades.

2. Oferecer 3 Cursos de Graduação; (FUNAB)

Em 06/06/2016 foi publicado no DODF nº 106, Seção III, p. 35/37, o Edital nº 08/2016, que tratava do Processo Seletivo Interno Simplificado (PSIS) de professores da carreira de magistério da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para compor banco de talentos para exercício futuro de tutoria, no curso de graduação em pedagogia, da Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF. O Edital deu origem a 02 (duas) etapas: 1ª etapa) seleção de professores, por meio de análise documental; 2ª etapa) realização do Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF.

O Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF foi iniciado em 11 de julho de 2016, na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), nos horários matutino (8h às 12h) e vespertino (14h às 18h), com duração de 80 horas (60h presenciais e 20h a distância), em conformidade com os itens 7 e 8 do Edital nº 08/2016. O curso foi interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), fato que inviabilizou a oferta do Curso de Graduação no exercício de 2016.

3. Oferecer 2 Cursos de Pós-Graduação; (FUNAB)

Embora a Escola Superior de Magistério tenha sido credenciada junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, o não funcionamento no âmbito da SEDF, impõe um limite importante para as ações de execução da FUNAB.

Dessa forma, esta Fundação elaborou uma proposta de Pós-Graduação acadêmica que poderia se realizar somente após o início das atividades do Curso de Graduação em Pedagogia da Escola Superior de Magistério. Considerando que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios interrompeu o processo seletivo interno de tutores para o referido curso, o Programa de Pós-Graduação não se realizou nos moldes propostos inicialmente.

4. Oferecer 10 Cursos de Extensão Universitária. (FUNAB)

Foram realizados 3 (três) cursos de extensão.

A partir da parceria com a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), a FUNAB elaborou e realizou dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), com um total de 72 (setenta e duas) pessoas capacitadas. O primeiro curso, realizado de 04 a 24/05/2016 nas dependências da APC, com carga horária de 60 horas, envolveu os formadores da instituição, entre eles: Agentes de Polícia, Delegados e Papiloscopistas. O segundo curso, nos mesmos moldes, realizado no período de 23/11 a 14/12/2016, envolveu os Peritos Criminais que irão atuar como formadores no curso de pós-graduação a ser ofertado na APC em 2017. Ambos os cursos contaram com a participação de cursistas de outros dois parceiros institucionais da FUNAB: o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Escola Técnica de Saúde de Planaltina, com os quais a FUNAB deverá articular formações específicas em 2017.

O Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério (ESM/SEDF) deu-se na modalidade de extensão universitária. No entanto, não foi considerado nos indicadores de desempenho, uma vez que não foi concluído, tendo sido interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1672	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO	UNIDADE			ANUAL	240	0	720	1.440	2.400	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1673	MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO	UNIDADE			ANUAL	60	0	120	120	120	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1674	MATRÍCULA NA EXTENSÃO	UNIDADE			ANUAL	120	72	180	300	300	FUNAB / UO 18202 / OE 6

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1675	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	UNIDADE			ANUAL	-	-	1.500	3.000	4.500	FUNAB / UO 18202 / OE 6

Justificativas 2016

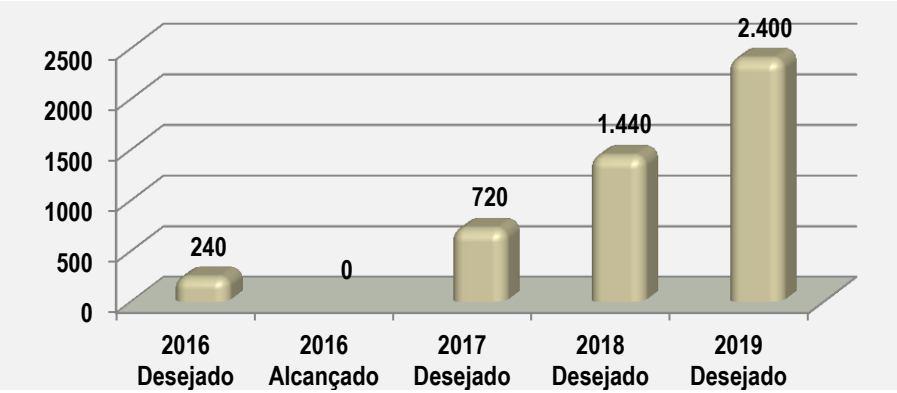
Indicador 1672 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida em razão do não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), devido ao cancelamento do Processo Seletivo Interno Simplificado de profissionais, determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Indicador 1673 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida, pois, cursos de pós-graduação, pela legislação atual, só se dão em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), também impediu o desenvolvimento da pós-graduação.

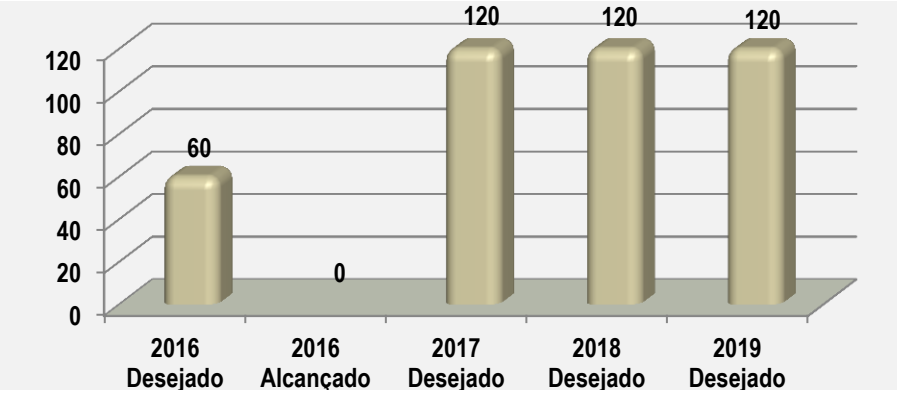
Indicador 1674 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de extensão da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 72 (setenta e dois) cursistas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Escola Técnica de Saúde de Planaltina, em dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Indicador 1675 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na graduação - educação à distância da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. Não existe meta estabelecida para o exercício de 2016.

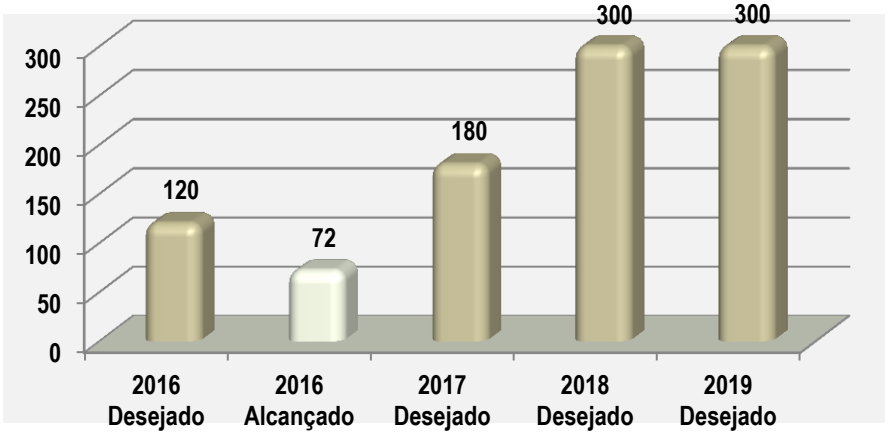
MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO



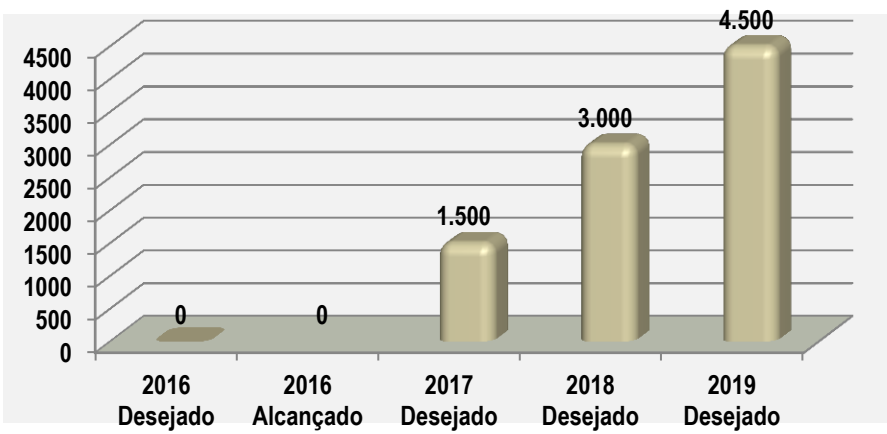
MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO



MATRÍCULA NA EXTENSÃO



MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

À época da elaboração do PPA 2016-2019, considerou-se que a formação em nível superior era estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal e RIDE, em geral, e dos serviços públicos ofertados pelo Governo do Distrito Federal, em particular. Haja vista, a ideia de uma universidade do Distrito Federal focada no desenvolvimento regional, como importante diferencial.

Em 2016, os principais resultados alcançados foram três: (i) criação da Escola Superior de Magistério (ESM); (ii) parcerias interinstitucionais e (iii) matrículas nos cursos de extensão.

Em síntese, a vida acadêmica consistente e substancial se dá em torno de uma graduação consolidada. A partir dela, as demais ações universitárias se desenvolvem para fortalecê-la e expandi-la, como via de regra. Isso posto, o não funcionamento dos cursos de graduação na ESM se configurou em grande obstáculo. Contudo, ações foram desenvolvidas no sentido de fortalecer parceiras e atividades outras. Nesse sentido, uma das pactuações importantes se deu com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), por meio de sua Escola de Governo (EGOV), cuja parceria institucional levou à elaboração de documentação pertinente ao pedido, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), de credenciamento da Escola Superior de Gestão (ESG) e de autorização de funcionamento do curso superior tecnológico de gestão pública, ao longo do ano de 2016. Outras parcerias foram desenvolvidas ao longo desse ano, cujas ações se evidenciam, por exemplo, em: (i) Grupo de Trabalho Escola de Música de Brasília – parceria com a SEDF, Portaria n. 54, de 8 de março de 2016; (ii) Grupo de Trabalho Instituto Federal de Brasília (IFB); (iii) Curso de Formação Docente em Metodologias Ativas – parceria com o CEP Saúde, Planaltina; dentre outros.

A oferta de vagas por meio da extensão universitária está avançada. Foram 47 (quarenta e sete) estudantes na primeira edição do curso ofertado de Metodologias Ativas para a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal; na segunda edição foram 25 (vinte e cinco). A seguir, foram 80 (oitenta) estudantes que cursaram o curso de Iniciação às Práticas de Metodologias Ativas, em parceria com a SEDF (inconcluso), motivo pelo qual esse quantitativo não foi incluído nos indicadores de desempenho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:
Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP
001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública**.**
002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE : Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.
003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.
004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.
005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.
006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade.
24105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF
007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

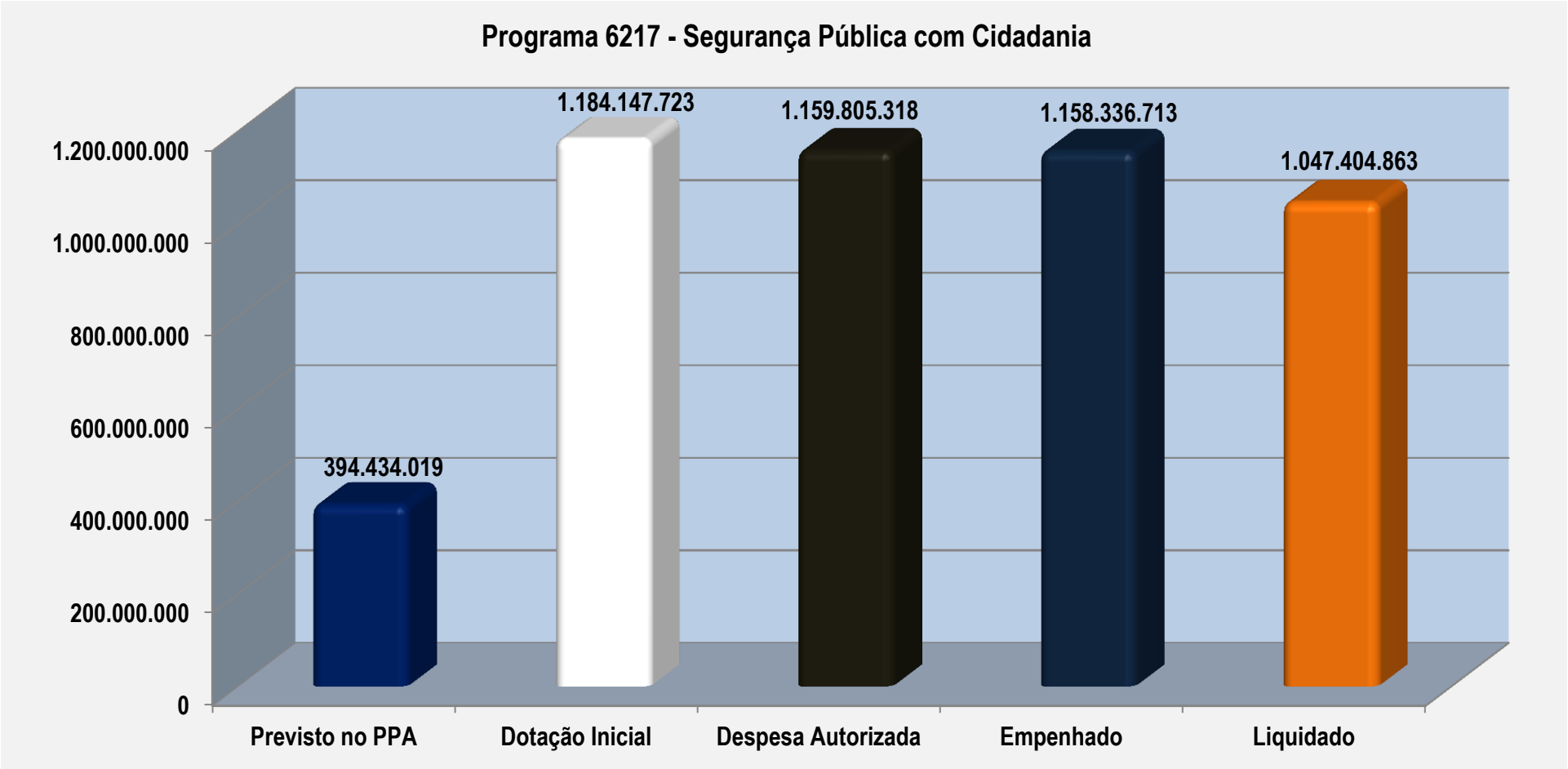
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	8.818.351	0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	24.190.501	450.000	153.762	151.991	151.991	1	1
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	8.950.963	500.000	0	0	0	0	0
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	1.300.642	0	0	0	0	0	0
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	1.000.000	1.000.000	700.000	689.922	689.922	69	69
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	22.000.000	22.000.000	57.472.019	14.204.733	14.204.733	65	65
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	660.000	660.000	312.250	257.500	122.115	39	19
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	2.408.932	0	0	0	0	0	0
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	200.000	200.000	0	0	0	0	0
2322 - BOMBEIRO AMIGO	45.000	145.000	20.339	0	0	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	19.000	19.000	19.000	0	0	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	65.000	605.000	16.390	15.853	7.545	24	12
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	50.000	0	0	0	0	0	0
2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	14.442	0	0	0	0	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	355.950	355.950	120.337	57.788	33.327	16	9
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	1.500.000	1.500.000	2.700.000	2.466.102	2.466.102	164	164
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	39.036.827	39.036.827	49.173.037	45.592.615	42.064.216	117	108
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	19.254.992	19.254.992	38.689.223	35.246.226	35.246.226	183	183
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃOE DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.341.980	0	0	0	0	0	0
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	6.749.722	6.749.722	11.224.021	242.195	201.007	4	3
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	25.400.000	25.400.000	23.870.000	20.878.343	19.282.452	82	76
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	10.500.000	10.500.000	17.734.893	10.828.993	9.153.651	103	87
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR	4.550.000	4.550.000	0	0	0	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	4.050.000	4.050.000	99.041	51.087	51.087	1	1
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	277.343	277.343	0	0	0	0	0
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	50.000	50.000	0	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	150.000	150.000	0	0	0	0	0
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000	6.400.000	11.840.754	10.062.119	7.620.746	157	119
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000	10.000.000	18.465.000	15.784.254	10.659.686	158	107
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	385.000	0	0	0	0	0	0
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	1.420.000	1.420.000	362.250	274.008	274.008	19	19
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	185.974	0	0	0	0	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	15.000.000	0	515.997	365.996	365.996	2	2
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	54.953.374	12.414.351	56.180.836	29.025.588	5.294.927	53	10
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	50.000	0	0	0	0	0	0
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	56.000	56.000	14.522	0	0	0	0
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	545.572	545.572	350	0	0	0	0
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000	100.000	19.833	0	0	0	0
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	15.100.000	300.000	0	0	0	0	0
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	1.022.610	0	0	0	0	0	0
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	176.330	0	0	0	0	0	0
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	355.000	355.000	0	0	0	0	0
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	23.559.000	23.559.000	21.950.000	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	507.741	20.000	15.997	0	0	0	0
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	400.000	400.000	70.000	0	0	0	0
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	2.000.000	2.000.000	2.458.000	2.457.238	2.457.238	123	123
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	300.000	300.000	1	0	0	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	107.127.409	2.047.822	1	0	0	0	0
3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	16.000.000	0	0	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.355.285	1.162.785	470.857	459.856	250.154	34	18
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.066.008	1.000.000	163.979	113.979	113.979	11	11
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS		0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	1.826.564	1.826.564	338.265	0	0	0	0
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	50.000	50.000	0	0	0	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	4.620.000					0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.383.424	1.000.000	3.200	3.200	3.200	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	536.860	536.860	2.593	0	0	0	0
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000	13.700.000	12.795.679	10.084.118	7.700.223	74	56
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	180.000	480.000	0	0	0	0	0
4147 - MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO	59.580	0	0	0	0	0	0
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	11.001.000	0	0	0	0	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	12.784.583	12.784.583	12.327.489	8.506.167	8.506.167	67	67
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	1.800.000	1.800.000	1.700.000	1.617.517	1.617.517	90	90
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	468.623	468.623	1.292.706	957.340	881.585	204	188
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	916.400	1.516.400	1.123.305	351.544	336.518	38	37
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	12.409.763	12.409.763	11.046.346	2.869.309	2.833.487	23	23
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	3.000.000	3.500.000	210.000	0	0	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	376.029	0	0	0	0	0	0
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**116.183.755**	**249.607.157**	**358.672.272**	**216.615.581**	**175.589.805**	**186**	**151**
Fundo Constitucional do DF	**394.434.019**	**346.677.382**	**345.502.796**	**299.058.259**	**298.071.073**	**76**	**76**
TOTAL DO PROGRAMA 6217	**510.617.774**	**596.284.539**	**704.175.068**	**515.673.840**	**473.660.878**		

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:(24.101 – SSP, 24.105 PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN)


Programa 6217 - Segurança Pública com Cidadania
1.200.000.000
1.000.000.000
800.000.000
600.000.000
400.000.000
200.000.000
0
394.434.019
1.184.147.723
1.159.805.318
1.158.336.713
1.047.404.863
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	1	1	Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6217	1	2	Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0*	-	-	-	0	0
6217	1	3	Reestruturar o policiamento comunitário; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0*	-	-	-	0	0
6217	1	4	Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0*	-	-	-	0	0
6217	1	5	Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)	24103	100	%	MENOR, MELHOR	6,98	-	-	-	6,98	6,98
6217	1	6	Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população; (CBMDF)	24104	29	SEGUNDO	MENOR, MELHOR	4				4	13,8

*Não foi possível mensurar a meta.

1. Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)

Foi publicada Portaria Conjunta Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2016. Que institui medidas emergenciais de reestruturação do funcionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE, o que proporcionou o atingimento de 77,67% de chamadas atendidas em dezembro de 2016.

2. Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)

Meta parcialmente atingida. Foram adquiridos 272 terminais de radiocomunicação digital, 100 terminais de comunicação digital tetra portátil, e 677 terminais de radiocomunicação.

3. Reestruturar o policiamento comunitário; (SSP)

Meta não atingida.

4. Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)

Os eixos que orientam as ações do programa Viva Brasília – Pacto pela Vida,são: combate aos crimes contra a vida, como homicídios, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte; crimes contra o patrimônio, que incluem roubos a pedestres, em coletivos e em comércio; além da melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população, que refletem na qualidade de vida e na sensação de segurança.

Contudo outros fenômenos atuam diretamente para que as pessoas se sintam inseguras, e são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles problemas com som alto, falta de iluminação pública, mato e lixos acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, esta ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do "Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida". Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

5. Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)

A diminuição de 6,98% nos índices de violência e criminalidade se refere aos crimes de Homicídio, Latrocínio e Homicídio tentado Homicídio. Foi utilizada essa metodologia, pois a apuração desses crimes transmite dados de maior confiabilidade, visto que todos os homicídios são registrados nos órgãos de segurança pública, afastando assim a cifra negra.

6. Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população; (CBMDF)

A redução gradual no tempo de chegada das guarnições do socorro é elencada como meta, dada a importância do fator tempo em relação a preservação da vida e das propriedades. Para alcançar esta redução estão em andamento iniciativas de capacitação dos militares que recebem as notícias dos sinistros, e a melhora sistemática do processo de atendimento e despacho, fase crucial para o acionamento das equipes de socorro. Encontra-se em implantação o sistema "Fênix" do qual almeja-se maior agilidade no atendimento e despacho permitindo o pronto acionamento das equipes e início do deslocamento. Aliado a isso, ocorrem medidas estruturais com a ampliação da rede de atendimento do CBMDF com a construção, ampliação e reforma das unidades operacionais, e a aquisição de viaturas e equipamentos que propiciem maior agilidade ao atendimento.

A meta definida para 2016 não foi alcançada propriamente, no entanto, permanecemos próximos a ela, as medidas de capacitação, implementação de sistema e ampliação da rede de atendimento constituem um processo, ao que esperamos contribuir positivamente para o alcance das metas. Existem ainda fatores externos que interferem, tais como o cenário de mudanças na legislação previdenciária que tem impelido militares a ingressarem antecipadamente na reserva remunerada, diminuindo o efetivo disponível para guarnecer os quartéis, e retirando da atividade fim, profissionais experientes, sendo que o tempo exigido para desenvolvimento de habilidades e experiência é superior ao período disponível para alcançar as metas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1576	OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	UNIDADE	4.155,53	31/jul/15	TRIMESTRAL	17.600	20.913	18.800	20.000	21.200	PMDF / UO 24103 / OE 1
1577	EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMETO OSTENSIVO	UNIDADE	2.924	31/dez/14	ANUAL	2.818	2.906	2.800	2.795	2.834	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1
1578	QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	UNIDADE	1.353	31/dez/14	ANUAL	1.500	2.339	1.500	1.500	1.500	UPM¿s/ PMDF / UO 24103 / OE 1
1579	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCAE SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO	8,18	31/ago/14	ANUAL	9,26	9,47	8,57	8,29	8	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 1
1580	OPERAÇÕES DE COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL E PIRATATIA	UNIDADE	15	30/jun/15	MENSAL	40	-	40	40	40	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1
1581	OPERAÇÕES DE COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO	UNIDADE	60	30/jun/15	MENSAL	130	-	130	130	130	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1
1582	CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	31/jul/14	ANUAL	80	77,67	85	90	95	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1576 - O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional.

Indicador 1577 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação em decorrência dos excessivos pedidos de ingresso na reserva remunerada, o que diminuiu sobremaneira o efetivo disponível para o pronto emprego.

Indicador 1578 - Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu às palestras ministradas. A meta foi superada devido à intensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo afim aumentar o alcance da atividade de prevenção primária do crime e da violência.

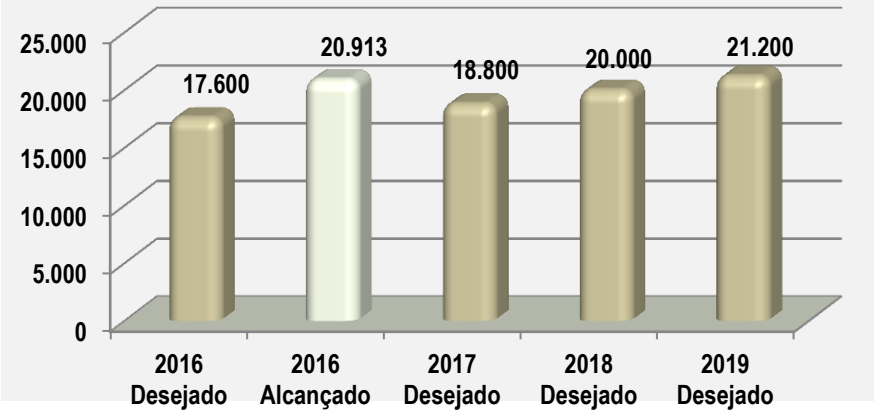
Indicador 1579 - Conforme análise do indicador institucional equivalente, o resultado vem mantendo-se no mesmo patamar nos últimos quatro anos. Este indicador passou a constar como objetivo estratégico para o ciclo 2017-2020. Fatores como quantidade de viaturas e militares, rotina de atendimento do CIADE e deslocamento até o local influenciam no resultado. Essas variáveis vêm sendo trabalhadas, a fim de potencializar o alcance das próximas metas, que são ainda mais ousadas e desafiadoras.

Indicador 1580 - Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria: A Unidade responsável pelo Indicador Operações de Combate ao Comércio Ilegal não faz mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

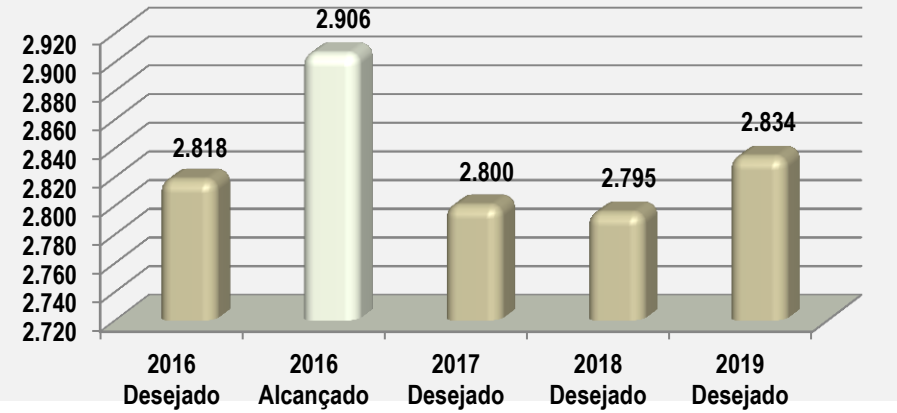
Indicador 1581 - Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo: A Unidade responsável pelo Indicadores Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria e Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo não fazem mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1582 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido à reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

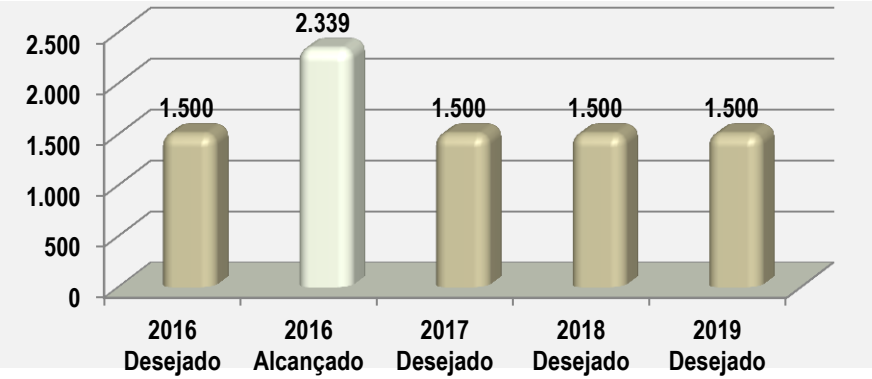
OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA



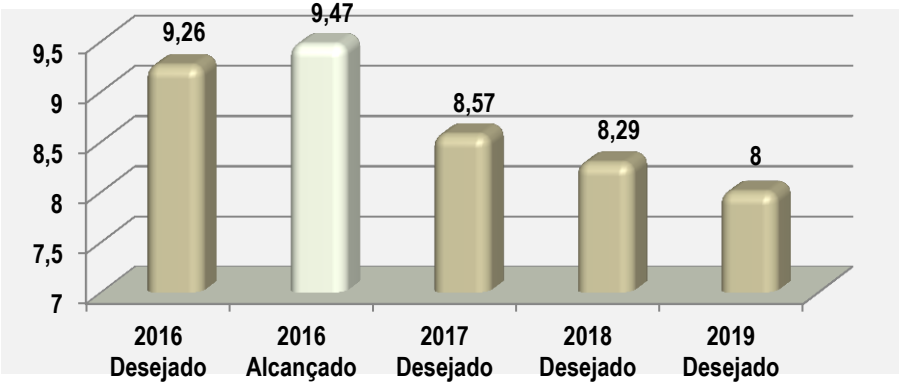
EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMETO OSTENSIVO



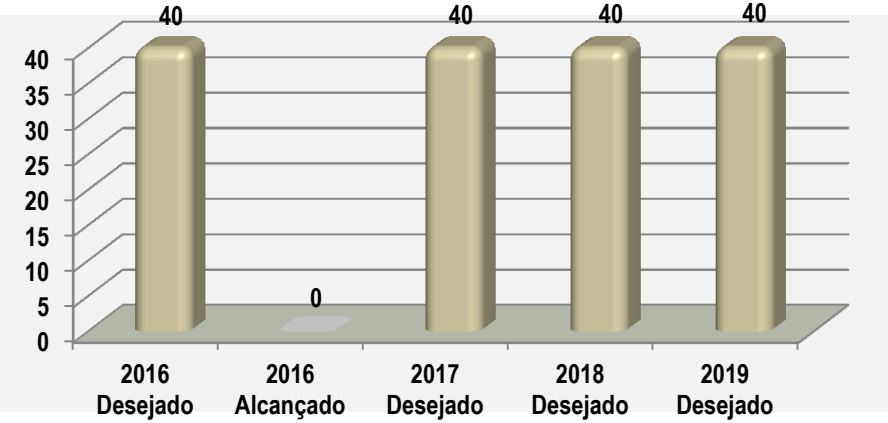
QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)



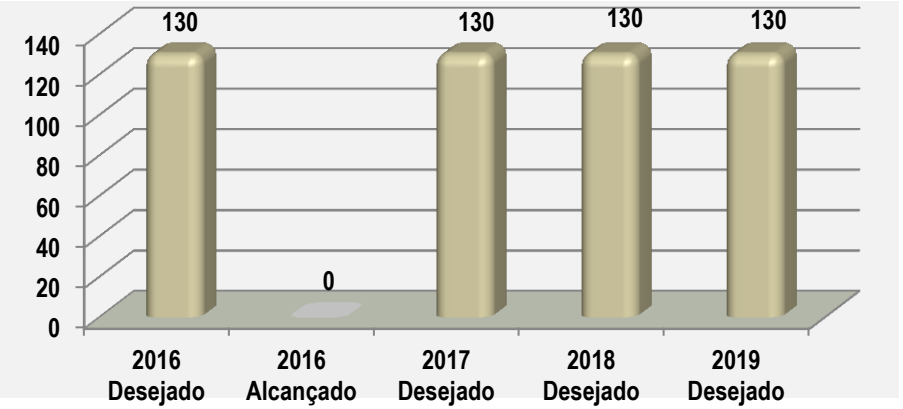
TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO



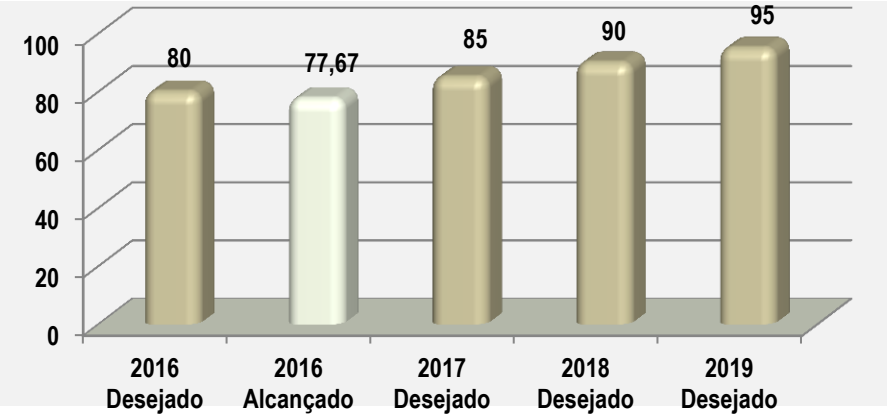
OPERAÇÕES DE COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL E PIRATATIA



OPERAÇÕES DE COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO



CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	1	1	Implementar uma cultura de prevenção ao crime; (PMDF)	24103	Não aferido	Não há dados para se afirmar A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição
6217	1	2	Implementar ações de mediações de conflito em todos os níveis de infrações penais, inclusive nas de menor potencial ostensivo; (PMDF)	24103	Não aferido	Não há dados para se afirmar A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição
6217	1	3	Realização de palestras para alunos, professore e pais, em toda a rede escolar do DF, agindo diretamente na prevenção primária; (PMDF)	24103	25%	A Polícia Militar do Distrito Federal realizou 386 palestras para alunos, professore e pais, em toda a rede escolar do DF, atendente um público de 25.220 participantes.
6217	1	4	Reestruturação do Policiamento comunitário; (PMDF)	24103	Não aferido	A PMDF iniciou em 2016 o processo de ampliação das atividades do PROVID, estendendo-o para todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Instaurou também uma comissão com objetivo de estudar mecanismo para incrementar o policiamento comunitário. Contudo, Não foi possível apurar o grau de implementação.
6217	1	5	Ampliação das operações "RIC"(Redução dos Índices de Criminalidade); (PMDF)	24103	0%	A Corporação realizou diversas Operações, a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, porém nenhuma Operação foi denomina como RIC. Isso será revisto para os anos seguintes.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	1	6	Realização de capacitação continuada. (PMDF)	24103	25%	No ano de 2016, foram 1.575 operadores da Segurança Pública formados em diversos cursos patrocinados pela PMDF.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo Específico **"Qualidade do Atendimento ao Cidadão:** ***realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública"***, caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam o aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Deste modo, investimentos em modernização e ampliação de infraestrutura e equipamentos foram realizados buscando o aumento da qualidade do atendimento prestado ao cidadão. Da mesma forma, se fez necessário o investimento contínuo em recursos humanos, por intermédio da capacitação profissional permanente.

Nesse contexto, o atual modelo é objeto de exaustivas discussões travadas com o escopo de promover a reestruturação das ações e canais de atendimento às ocorrências, ao aprimoramento dos sistemas de comunicação das forças e intensificação dos investimentos em polícia comunitária, mediação e conciliação.

Desta maneira, reconhecer o trabalho do profissional de segurança pública, através de projetos e programas de valorização que incentivem e fortaleçam as carreiras, é umas das principais estratégias para conferir eficiência às organizações da segurança, além de aperfeiçoar continuamente a qualidade dos serviços prestados à população.

Ademais, melhorar a qualidade dos serviços de segurança prestados, aproxima o cidadão do agente público e aumenta a confiança da população nas instituições de segurança pública, refletindo diretamente na satisfação com a sensação de segurança.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) reestruturação da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; II) participação na Ação Centro Legal; III) realização da Pesquisa de Vitimização; IV) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; e V) Ações de Valorização Profissional.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

A PMDF pautou suas ações em um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir a violência e estabelecer a paz social. Tais ações são alicerçadas por valores que orientam a construção da política de segurança, sendo eles: articulação entre segurança pública e direitos humanos; incorporação da política de melhoria da gestão; prioridade no combate aos crimes letais intencionais e violentos contra o patrimônio. Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a PMDF fomentou programas que visam o aprimoramento da gestão dos serviços de segurança.

A Corporação envidou ainda, esforços no sentido incrementar ferramentas de gestão relacionadas ao monitoramento, avaliação e controle dos serviços prestados. Nesse viés, desenvolveu o sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, o que melhorou o acompanhamento e planejamento das ações voltadas ao policiamento preventivo, bem como iniciou a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190.

Além disso, no ano de 2016, iniciou-se uma intensa evolução do Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) cujo objetivo é promover a segurança pública e os direitos humanos, atuando na prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar, tendo 03 eixos orientadores: ações e campanhas no âmbito da prevenção primária, em especial ações educativas, voltadas para prevenção à violência doméstica; ações de prevenção secundária, com foco nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio do policiamento ostensivo e visitas solidárias; e articulação em rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar, que envolve órgãos governamentais, não governamentais e a sociedade.

Por outro lado, considerando a disparada demográfica experimentada pelo Distrito federal, será necessária a contratação de servidores necessários para atender satisfatoriamente a progressão da população.

Nota-se que, mesmo diante de algumas dificuldades, tais como, problema com a escassez de servidores e falta de orçamento, a Polícia Militar vem evoluindo como órgão, tornando-se preparada para atender os anseios e demandas da sociedade. Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico cita-se o desenvolvimento do sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190, e ampliação das atividades do PROVID.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE : Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	2	1	Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6217	2	2	Fortalecer a atividade pericial; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6217	2	3	Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6217	2	4	Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	2	5	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)	24105	10	%	MAIOR, MELHOR	2,44	-	-	-	2,44	
6217	2	6	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	24105	2	%	MAIOR, MELHOR	1,46	-	-	-	1,46	
6217	2	7	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado; (PCDF)	24105	100	%	MAIOR, MELHOR	99,76	-	-	-	99,76	
6217	2	8	Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano; (PMDF)	24103	8.000	UNID	MAIOR, MELHOR	2.023	-	-	-	2.023	
6217	2	9	Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação. (PCDF)	24105	340.300	UNID	MAIOR, MELHOR	95.071	-	-	-	95.071	

Análise Qualitativa

1. Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (SSP)

Meta não atingida.

2. Fortalecer a atividade pericial; (SSP)

Em 01 de abril de 2016 a SSP/DF publicou aviso de Ratificação de Homologação e Adjudicação de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense, em terreno localizado no Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal. Convênio 798.422/2013 MJ.

3. Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)

Publicado no DODF nº 168, de 05/09/2016, o Extrato de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia. O Acordo de Cooperação terá validade de 48 meses a contar da assinatura (em 19/8/2016) e tem por finalidade a conjugação de esforços dos partícipes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios, por meio de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, da integração do serviço de inteligência dos organismos de Segurança Pública, de ações integradas entre as instituições de Segurança Pública e/ou Defesa Social, de reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e à obtenção de resultados, de ações de prevenção de violências, de ações de repressão qualificada da criminalidade e do encaminhamento de proposições legislativas.

4. Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)

A Subsecretaria de Inteligência passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ (extrato do Acordo de Cooperação Técnica, publicado no DOU nº 140, de 22 de julho de 2016, Seção 3).

No dia 01 de julho de 2016, foi inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF. Nesse mesmo evento, foi formulado um Plano de Trabalho de todos os Comitês do Pacto Integrador - Gestor, de Análise Criminal, de Planejamento Estratégico e Operacional, de Inteligência e de Ações Sociais Integradas, o qual foi aprovado pelos Secretários de Segurança Estaduais e do Distrito Federal.

5. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)

Meta não atingida - A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

6. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)

Meta não atingida - A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78, 58%. Contudo, o índice alcançado foi de 56,49%, o que corresponde a 1,46%. O índice de alcance total foi de 73%.

7. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado; (PCDF)

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

Durante o exercício de 2016 a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada, por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos no valor de R$ 31.864.851,00 (Trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais), destinados à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal e às despesas com folha de pessoal dos servidores administrativo ativo, inativo e pensionistas e às despesas com benefícios aos servidores, deste montante foi executado o valor de R$ 29.138.266 (vinte e nove milhões cento e trinta e oito mil e duzentos e sessenta e seis reais), estabelecendo desta forma um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%.

Tais as considerações, entendemos que a Polícia Civil do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2016, vez que crimes de alta relevância foram elucidados graças ao trabalho harmonioso e responsável dos integrantes da carreira policial civil do Distrito Federal.

Sob esse prisma, a Polícia Civil do DF, espera para o exercício de 2017 que seja comtemplada com mais Recursos Orçamentários e Financeiros, possibilitando assim, os meios necessários para cumprimento de sua missão Institucional, a saber: ´´Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados.

8. Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano; (PMDF)

Embora a média seja um valor consideravelmente alto, pois a apreensão de armas de fogo é uma ação que não depende exclusivamente da vontade do policial, havendo diversos fatores para o sucesso, a PMDF conseguiu alcançar a meta com muito esforço de seus servidores.

9. Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação. (PCDF)

Meta atingida - A PCDF ultrapassou a meta de laudos expedidos em 11%, totalizando no ano de 2016 o número de 95.071 laudos. Um dos fatores determinantes para tal desempenho foi a aquisição de bens mais modernos. Ressalte-se a compra de um Tomógrafo Computadorizado e de um Scanner Radiográfico a serem utilizados nas apurações de crimes, seguindo-se a aquisição de equipamentos laboratoriais e novos equipamentos para necropsia; de nova central de guarda e custódia de vestígios, de aparelho para diagnóstico por imagens em cadáveres humanos, além de aquisição de materiais para serviços de análises de amostras biológicas para a Seção de Perícias e Análises Laboratoriais - SPAL/IC/PCDF, o que resultou na prestação de um serviço de excelência por parte da Polícia técnica-científica do Distrito Federal.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1583	OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	262,57	31/jul/15	TRIMESTRAL	1.050	4.732	1.100	1.150	1.200	PMDF / UO 24103 / OE 2
1584	APREENSÃO DE DROGAS	KG	60,67	30/jun/15	MENSAL	600	2.190	630	660	690	PMDF / UO 24103 / OE 2
1586	INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	31/ago/15	MENSAL	16.700	13.765	16.867	17.036	17.206	PCDF / UO 24105/ OE 2
1587	APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	30/jun/15	MENSAL	3.000	4.204	3.150	3.308	3.473	PCDF / UO 24105/ OE 2
1591	ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,70	31/jul/15	SEMESTRAL	80	74,27	80	85	85	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2
1696	CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	31/dez/15	MENSAL	649	635	605	561	517	SSP/ UO 24101/ OE 2
1697	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	31/dez/15	MENSAL	1.812	2.129	1.694	1581	1.472	SSP/ UO 24101/ OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1583 - O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais.

Indicador 1584 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendida no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações pró-ativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais Militares, com o enxugamento da atividade administrativa com a nova implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas.

Indicador 1586 - O índice não foi alcançado em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia

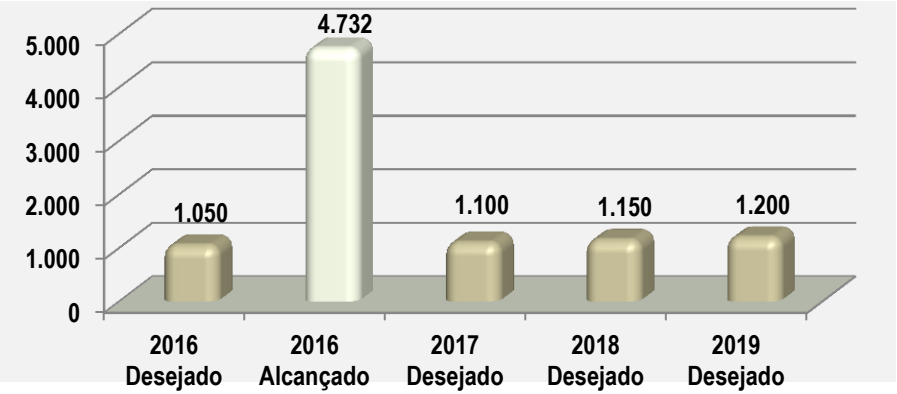
Indicador 1587- Forte atuação de PCDF na repreensão ao tráfico de drogas no Distrito Federal.

Indicador 1591 - Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública.

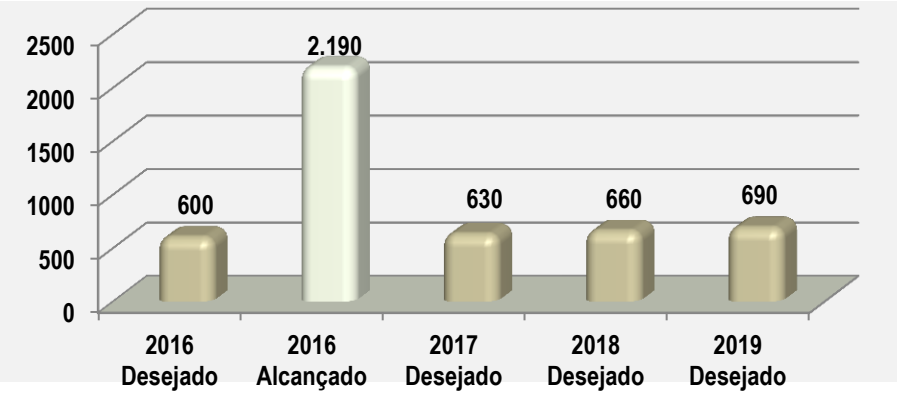
Indicador 1696 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

Indicador1 697 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.

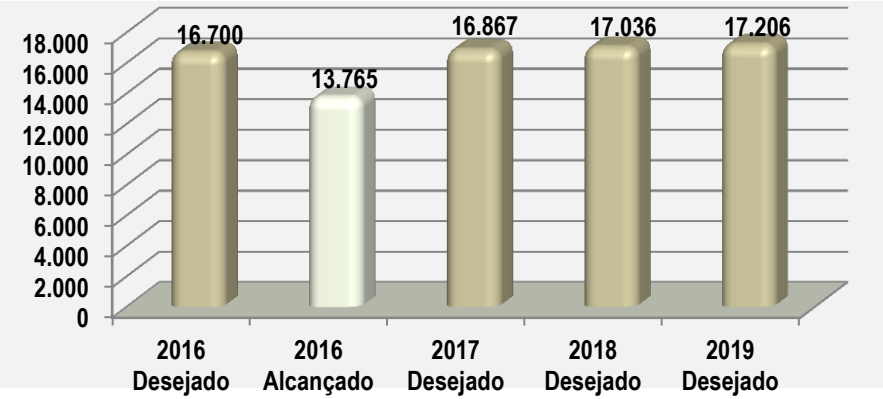
OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA



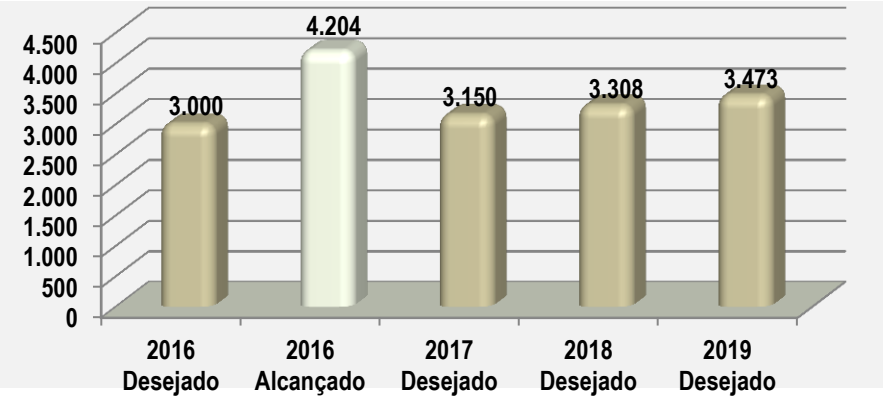
APREENSÃO DE DROGAS



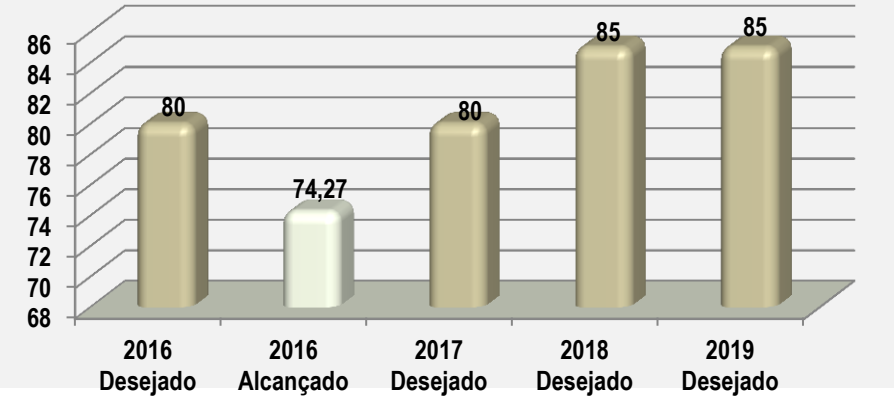
INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA



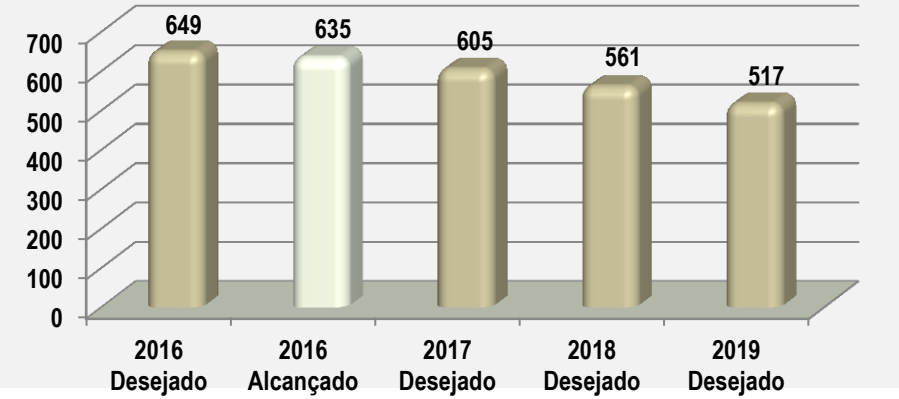
APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF



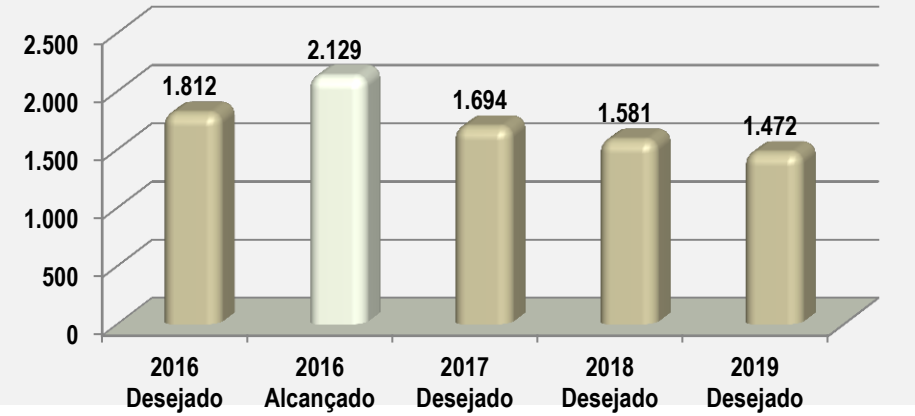
ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA



CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	2	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios; (SSP)	24101	*	Fase inicial de funcionamento.
6217	2	2	Funcionamento da Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas; (SSP)	24101	*	Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.
6217	2	3	Criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal – SISP/DF. (SSP	24101	0	Ação Orçamentária não implementada.

*Não foi possível mensurar a implementação da Ação não Orçamentária.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo Específico **"Resposta Qualidade a Criminalidade*: promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente"*,** caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, através do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Para tanto, os investimentos em segurança pública no exercício de 2016 foram direcionados com vistas a responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção qualificada de provas e com garantia de direitos. Em face de premissa construída, o panorama de aperfeiçoamento das políticas de segurança demanda atualização e qualificação dos mecanismos e dos atores incumbidos da repressão.

Portanto, a repressão da criminalidade moderna e sofisticada não deve ser reativa, mas pró-ativa. Sua atuação qualificada deve compreender, necessariamente, as dimensões da Inteligência, da Informação, da Tecnologia e da Gestão.

No que tange ao preparo dos profissionais de segurança pública, treinamentos e operações que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal (com aquisição de equipamentos apropriados) proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas, ao mesmo tempo em que constrói uma relação de confiança com a população e valoriza a atividade policial.

Dessa forma, reforçando o já apregoado em linhas anteriores, o alcance do objetivo pretendido encontra seu sucesso na elevação do nível de cooperação e integração entre os órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, por meio da articulação das ações, do compartilhamento de dados e pela adequada gestão das informações produzidas e disseminadas pelas respectivas instituições.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde destacam-se: I) início do processo licitatório cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense por meio de convenio; II) formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia, com a finalidade de conjugar esforços dos partícipes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios; e III) inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF.

Destaca-se, ainda, que os indicadores monitorados por esta Secretaria, foram divididos nos dois grupos priorizados pelo "Viva Brasília": CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais e CCP – Crimes Contra o Patrimônio. O CVLI é um indicador composto de três naturezas: Homicídio; Latrocínio; Lesão corporal seguido de morte e o CCP, composto de seis naturezas: Roubo a transeunte; Roubo de veículo; Roubo em transporte coletivo; Roubo em comércio; Roubo em Residência; e Furto em veículo, para esses indicadores as metas previstas para 2016, foram a redução de 6% no CVLI e 4% no CCP.

De acordo com balanço da criminalidade referente ao ano de 2016, foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

Quando analisado o grupo dos três crimes contra a vida, monitorados pelo " Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida – homicídio", latrocínio e lesão seguida de morte – também se verifica reduções. Foram 21,3 mortes para cada 100 mil habitantes. O número está abaixo da média nacional, que atualmente é de 25,7/ 100mil, segundo o 10º Anuário de Segurança Pública de 2016. A aplicação desse tipo de taxa é uma metodologia recomendada pelas Organizações das Nações Unidas para aferir o nível de violência de determinado lugar, relativizando o número da criminalidade com a população.

Os Crimes Contra o Patrimônio não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

PMDF

No que tange à redução os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente, a PMDF buscou realizar seus investimentos na direção de responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção de provas e com garantia de direitos. Tendo em vista a premissa construída, norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, qualificando dos 1.575 operadores da Segurança Pública, no ano de 2016. Ademais, no ano de 2016, foram realizadas as tratativas relacionadas a estande de tiro. Na PMDF, não havia local seguro para o Treinamento de Tiro Policial Militar e o Teste de Aptidão de Tiro Policial Militar, cujo objetivo é geral do é a atualização do conhecimento necessário ao desenvolvimento de competências cognitivas, operacionais e atitudinais específicas, no exercício das atividades demandantes de procedimentos operacionais, além de promover a melhoria do desempenho do policial militar no uso e manuseio do armamento e a uniformização de procedimentos. Isso com o escopo de criar uma doutrina corporativa no uso e manuseio do armamento visando diminuir os índices de acidentes e de erros em ocorrências no serviço e no horário de folga do policial militar.

Com o foco ainda na redução os índices de crimes violentos, a PMDF ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade.

Houve ainda concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas.

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, bem como buscou o terreno para a implementação do estende de tiro da PMDF. Além disso, ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade. Existiram investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento com uso diferenciado, proporcional e progressivo da força mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima.

PCDF

Durante o exercício de 2016 a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada, por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos no valor de R$ 31.864.851,00 , destinados à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal e às despesas com folha de pessoal dos servidores administrativo ativo, inativo e pensionistas e às despesas com benefícios aos servidores, deste montante foi executado o valor de R$ 29.138.266, estabelecendo desta forma um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%

Tais as considerações, entendemos que a Polícia Civil do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2016, vez que crimes de alta relevância foram elucidados graças ao trabalho harmonioso e responsável dos integrantes da carreira policial civil do Distrito Federal.

Sob esse prisma, a Polícia Civil do DF, espera para o exercício de 2017 que seja comtemplada com mais Recursos Orçamentários e Financeiros, possibilitando assim, os meios necessários para cumprimento de sua missão Institucional, a saber: ´´Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados``.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	3	1	Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	44	-	-	-	44	44,0
6217	3	2	Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	3	3	Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)	24104	120	UNID	MAIOR, MELHOR	670	-	-	-	670	558,3
6217	3	4	Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)	24104	2.324	UNID	MAIOR, MELHOR	2.324	-	-	-	12.879	554,2
6217	3	5	Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)	24104	100	%	MANTER	100	-	-	-	100	100,0

Análise Qualitativa

1. Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)

Meta parcialmente atendida. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2016 foram vistoriadas 15 áreas de riscos em 8RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.762, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

2. Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)

Meta não atingida.

3. Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)

Em relação a quantidade de perícias de incêndios a meta está mais do que alcançada. O aspecto inovador desse interesse foi a implantação do relatório de retroalimentação do sistema de segurança contra incêndio e pânico, uma vez que a partir das atividades de perícia e prevenção, buscou-se estabelecer o nexo entre tais atividades, verificando in loco se a legislação de prevenção esteve sendo respeitada, se tais normas foram eficientes para a preservação das pessoas e dos bens, se a técnica, a tática e a estratégia do combate e do atendimento contribuíram com este intuito de preservação, indicando desta forma a eficiência de todo o sistema e permitindo a correção da legislação e dos manuais profissionais.

4. Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)

A quantidade de prevenções também foi amplamente alcançada, dado que reflete as atividades do sistema de prevenção contra incêndio e pânico em vistorias, credenciamentos, análises de projetos e desenvolvimento de legislação específica, e também a atuação direta das unidades operacionais em eventos com concentração de público, passeios escolares, atividades de aproximação da corporação ao público nas quadras, nas escolas e no interesse de criar, despertar e incentivar uma cultura de prevenção de sinistros, por meio de iniciativas de educação junto a comunidade, e nos comitês de segurança comunitária.

5. Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)

Dada a dificuldade de renovação do efetivo da corporação, e às inúmeras atividades fins que ela executa, pretende-se manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. Esta meta foi alcançada mesmo com a dificuldade de manter os militares disponíveis para os projetos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1592	INCÊNDIOS PERICIADOS	UNIDADE	277	31/jan/15	ANUAL	278	670	308	338	368	DINVI/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1593	AÇÕES PREVENTIVAS	UNIDADE	4376	31/jan/15	ANUAL	3.977	12.879	4.558	5.140	5.721	COMOP/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1594	TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	31/dez/14	ANUAL	15	44	50	75	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
1595	QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	31/dez/14	ANUAL	3.279	4.954	4.279	5.279	6.279	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3

Justificativas 2016

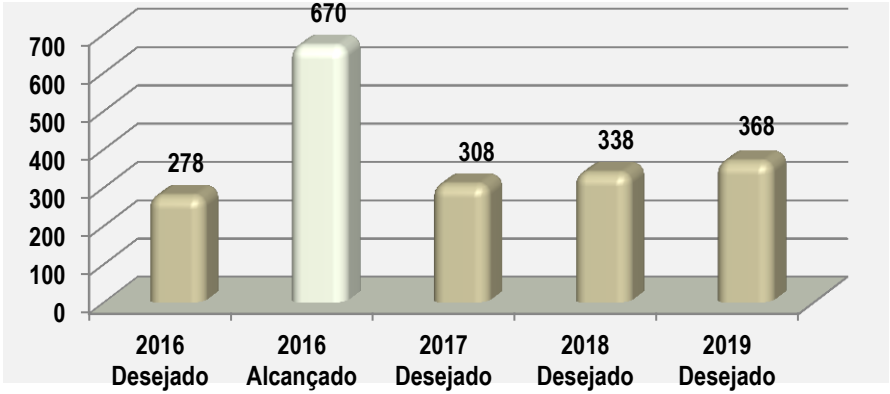
Indicador 1592 - A forma de tratamento das perícias passou por um processo de reformulação, permitindo o aumento do valor numérico do indicador, que parece ter atingido um patamar de estabilidade entre 600 e 700 perícias por ano, intrínseco à quantidade de ocorrências de incêndio, bem como as condições de trabalho da Diretoria de Investigação de Incêndio.

Indicador 1593 - Foram realizadas ações de descentralização dos serviços dos sistemas de prevenção contra incêndio e pânico através da implantação de postos de atendimento no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. Aliadas a estas ações foram realizadas prevenções in loco em eventos de grande concentração de público, bem como campanhas com o intuito de difundir a cultura de prevenção, via simulados de abandono de escolas, palestras e demonstrações. Esse resultado já reflete toda esta atuação.

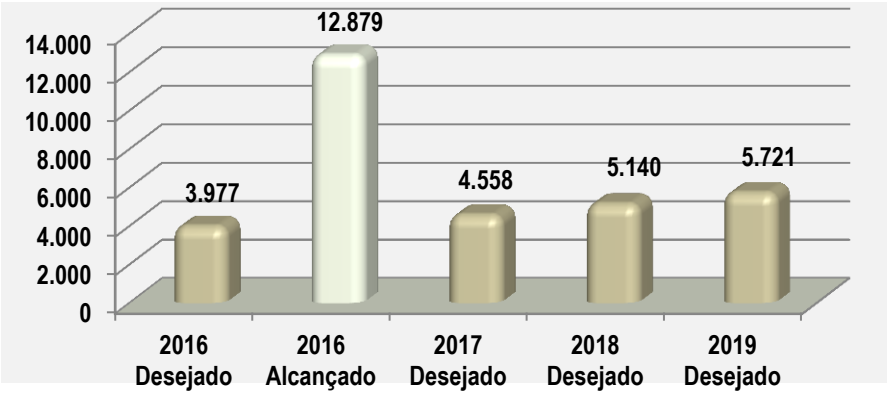
Indicador 1594 -Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

Indicador 1595 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sidos intensificados.

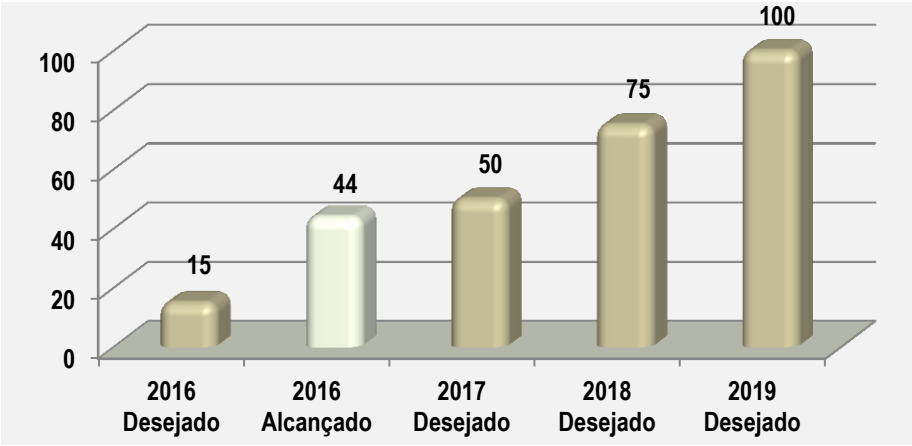
INCÊNDIOS PERICIADOS



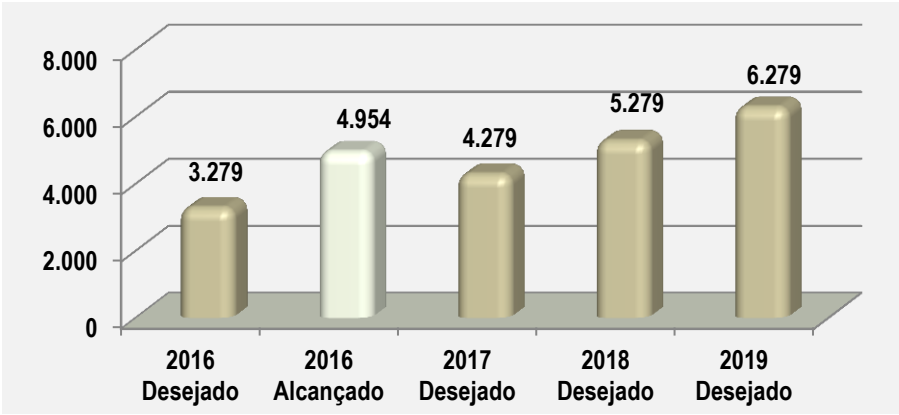
AÇÕES PREVENTIVAS



TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO



QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	3	1	Formação de multiplicadores internos para acompanhar voluntários/agentes comunitários de defesa civil; (SSP)	24101	*	No ano de 2016 foi executado o Projeto NUDEC JOVEM, com crianças (3 a 12 nos) e adolescentes (13 a 17 anos) de acordo com a tipificação, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil com o uso de fantoches, abordando assuntos diversos de prevenção de desastre e cidadania, e ainda para os adolescentes foram oferecidos 13 horas/aula sobre assuntos diversos de prevenção e cidadania. Foram realizados também treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e defesa Civil, totalizando 4.954 pessoas capacitadas em 2016.
6217	3	2	Bombeiros nas Escolas; (CBMDF)	24104	40%	Foram realizados 39 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados ainda 207 simulados diversos onde é aproximado o profissional das situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.
6217	3	3	Bombeiros nas Quadras. (CBMDF)	24104	40%	Foram desenvolvidos 43 eventos de Bombeiros nas Quadras. Outras ações desenvolvidas como o intuito de prevenção e resposta às emergências e desastres, por exemplo foram 2.659 prevenções aquáticas, 486 palestras, houve a participação de militares em 303 reuniões comunitárias.

*Não foi possível mensurar a Ação não Orçamentária.

Análise dos Resultados Alcançados pelo Objetivo Específico

O Objetivo Específico **"Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres:** ***identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança"***, caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Deste modo, compete à Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, através de sua Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, conhecer e identificar os riscos de desastres, reparar serviços vitais e restabelecer o bem-estar da população.

Destaca-se, ainda, que para a proteção de vidas, patrimônio e do meio ambiente, o CBMDF possui uma estrutura operacional funcionando diuturnamente. Trata-se de unidades dispostas no território com recursos humanos capacitados, equipados com os recursos materiais necessários para o atendimento das mais diversas naturezas de ocorrências de sua competência.

Nessa perspectiva, a antecipação aos acontecimentos catastróficos é imprescindível e proporciona um preparo adequado ao enfrentamento de tais eventos. Com um planejamento específico é possível estabelecer o que fazer, quem fazer, como fazer e quando deve ser feito. Assim, nos moldes da melhor doutrina do Comando de Incidentes, ao se adotar o consagrado princípio 2P2R, realizam-se atividades de Prevenção e Preparação a fim de capacitar a implementação das fases seguintes de Resposta e Reconstrução.

Assim, considerando as peculiaridades do Distrito Federal, a oportunidade de se tornar referência a outros estados da federação na seara da proteção civil, demanda especial atenção por parte dos principais atores da gestão pública distrital que, realizando investimentos contínuos, com baixo dispêndio de recursos, em atividades de defesa civil, mormente no que se refere à prevenção e respostas às calamidades públicas, podem contribuir essencialmente para o aproveitamento da oportunidade oferecida pelo contexto atual.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) vistorias em 15 áreas de riscos em 8 Regiões Administrativas; II) treinamento e preparação para os agentes e comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil; e execução do Projeto Nudec Jovem, com crianças e adolescentes, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL – SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	4	1	Modernizar a sinalização e do monitoramento das vias; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	4	2	Criar e implementar o plano de educação no trânsito; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	4	3	Modernizar a perícia em acidentes de trânsito; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	4	4	Implantação do projeto Detran nas Escolas; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	100	-	-	-	100	100,0
6217	4	5	Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	25	-	-	-	25	25,0
6217	4	6	Implantar da Academia de Trânsito do Distrito Federal; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	0	-	-	-	0	0,0
6217	4	7	Implantação da plataforma de Ensino à Distância; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	25	-	-	-	25	25,0
6217	4	8	Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	60	-	-	-	60	60,0
6217	4	9	Manter a frota do Distrito Federal regularizada em 90%; (DETRAN)	24201	90	%	ACUM	25	-	-	-	25	27,8
6217	4	10	Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal; (DETRAN)	24201	12	%	ACUM	25	-	-	-	25	208,3
6217	4	11	Ampliar o serviço de vistoria em 30%; (DETRAN)	24201	30	%	ACUM	25	-	-	-	25	83,3
6217	4	12	Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	15	-	-	-	15	15,0
6217	4	13	Abrir unidades de atendimento presencial; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	0	-	-	-	0	0,0
6217	4	14	Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento; (DETRAN)	24201	6	UNID	ANUAL	4	-	-	-	4	66,7
6217	4	15	Construir unidade de atendimento em Samambaia.; (DETRAN)	24201	100	%	ACUM	0	-	-	-	0	0,0
6217	4	16	Diminuir anualmente em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico; (CBMDF)	24104	80	SEGUNDO	MENOR, MELHOR	35	-	-	-	35	43,8
6217	4	17	Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)	24103	100	%	MENOR, MELHOR	52,17	-	-	-	52,17	52,2
6217	4	18	Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)	24103	280.000	UNID	MAIOR, MELHOR	22.259	-	-	-	22.259	7,9

Análise Qualitativa

1. Modernizar a sinalização e do monitoramento das vias; (SSP)

A Engenharia de Trânsito desenvolveu projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semafórica nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto, àquelas em algumas vias dependiam de pavimentação asfáltica. Foram implantados 267.694,56 m² de Sinalização Horizontal; 5.670 placas de Sinalização Vertical; 55.781 unidades de Tacha e Tachão e 09 novos cruzamentos semaforizados. Destaca-se ainda a execução das principais atividades este ano:

– Desenhos georreferenciados e cadastros dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos semaforizados;
– Mapa com os pontos dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos georreferenciados;
– Cadastros e atualizações das aferições realizadas pelo Inmetro;
– Inserções dos dados de movimentações e infrações fornecidos pelas empresas;
– Relatórios de funcionamentos dos equipamentos para os pagamentos de fatura;
– Fornecimento de consultas geradas pelo SIGDETRAN para usuários internos e externos;
– Inserções nos mapas georreferenciados dos pontos dos acidentes fatais.

2. Criar e implementar o plano de educação no trânsito; (SSP)

Com a finalidade de Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF implementou as seguintes realizações finalísticas:

A Educação de Trânsito realizou o acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades pedagógico administrativas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino de Trânsito credenciadas pelo Detran-DF, totalizando 17 análises de projetos pedagógicos, 09 análises de credenciamento e 3.165 registros de certificados das IETs.(Instituições de Ensinos de Trânsito). Foram realizados cursos na área de trânsito, totalizando 378 turmas e atendendo a 4.655 alunos, realizou-se 843 coordenações pedagógicas, emitiu-se 28 segundas vias de certificados e reproduziu-se 339.872 materiais didáticos.

A Educação de Trânsito atendeu mais de 225 mil pessoas de forma direta no período de janeiro a dezembro, realizou 09 campanhas educativas atendendo a um público de 305.242 pessoas, 124 campanhas temáticas/comemorativas, 131 blitz educativas, 216 ações sociais, 105 ações do Projeto Detran Nas Escolas e promoveu 24 eventos do tipo: congressos, seminários, feiras e workshops. Foram distribuídos 312.611 folders educativos e 418.579 brindes educativos. Foram atendidas 29.943 pessoas nas diversas palestras sobre segurança viária, legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros e relações interpessoais no trânsito.

Foram ainda formados 141 Agentes Mirins na Colônia de Férias do Detran-DF.

3. Modernizar a perícia em acidentes de trânsito; (SSP)

Meta não atingida.

4. Implantação do projeto Detran nas Escolas; (DETRAN)

O Projeto foi implantado parcialmente, sendo assinado o acordo de cooperação entre o DETRAN e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. Porém, em relação à capacitação de 750 professores inscritos no programa, informa-se que o Curso de Educação para o Trânsito, que abarca a Educação Infantil e o Ensino Fundamental teve adesão inicial de 804 professores. Contudo, a capacitação não aconteceu já que o processo de parceria com a UNESCO ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão. Com relação ao numero de adesões, foi feita uma análise e identificado que o número provável de inscrições na capacitação será de 457 professores. Considerando esta informação, é possível a abertura de mais 273 vagas para que se chegue ao numero de 750 capacitações.

5. Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito; (DETRAN)

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2016 à 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. Isso foi possível devido à Ata de Registro de Preço firmada com uma Agência de Eventos.

6. Implantar da Academia de Trânsito do Distrito Federal; (DETRAN)

Esta meta, além de constar do PPA, deu origem a um projeto estratégico para execução no biênio 2017-2019, também compondo o acordo de resultados.

7. Implantação da plataforma de Ensino à Distância; (DETRAN)

A plataforma EaD não pode ser implantada em 2016, sendo transferida para o Acordo de Resultados do ano de 2017, bem como o Planejamento Estratégico do Detran para o biênio 2017-2019. Um dos problemas apontados pela gestão à época foi que devido á morosidade da tramitação nos diversos setores deste DETRAN, a pesquisa de preço foi comprometida.

8. Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica; (DETRAN)

O DETRAN/DF, por meio da fábrica de software contratada, está desenvolvendo o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento da Diretoria de Engenharia. Atualmente a primeira etapa do sistema está em fase de testes. Houve um atraso que já era esperado pela complexidade das funcionalidades do sistema, mas que não comprometeu a entrega. Teremos, também, uma fase adaptativa para as empresas contratadas especializadas em sinalização horizontal e para os executores do contrato no tocante à emissão das Ordens de Serviços. Podemos mensurar que 60% da proposta já foi alcançada. Não obstante, apesar do sistema já está bastante adiantado, trata-se da primeira etapa de 02, ou seja, falta o desenvolvimento de mais uma etapa, que corresponderá à elaboração dos painéis e mapas gráficos de sinalização horizontal, onde a sociedade brasiliense poderá acompanhar, de forma transparente, intuitiva e objetiva, o processo de sinalização.

9. Manter a frota do Distrito Federal regularizada em 90%; (DETRAN)

- Alocação do efetivo em locais estratégicos para melhor desenvolvimento das atividades de fiscalização da frota de veículos;
- Utilização de monitoramento da frota via sistema de identificação de veículos presente nos equipamentos adquiridos pela Autarquia;
- Aumento de efetivo nas missões diurnas para a melhoria das atividades de fiscalização nos horários com maior fluxo de veículos;

10. Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal; (DETRAN)

- Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;
- Melhoria e padronização dos procedimentos de inspeção veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;
- Melhoria da tecnologia empregada nas inspeções para ampliar o atendimento e aumentar o número de inspeções realizadas nos postos.

11. Ampliar o serviço de vistoria em 30%; (DETRAN)

As vistorias e as inspeções são realizadas nos mesmos postos. Portanto, seguem os mesmos planos de metas.

- Adequação do efetivo de vistoriadores em locais de maior demanda. Principalmente nos postos do Setor de Cargas, Shopping Popular e Taguatinga;
- Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;
- Melhoria e padronização dos procedimentos de vistoria veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;
- Melhoria da tecnologia empregada nas vistorias para ampliar o atendimento e aumentar o número de vistorias realizadas nos postos.

12. Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF; (DETRAN)

Em 2016 foi implementado a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Os resultados começaram a aparecer com a diminuição de retornos ao atendimento e redução do tempo de espera, apesar do crescimento da demanda. Também foi concluída a fase de mapeamento da implementação de serviços online por meio do planejamento estratégico. O processo de cadastramento/habilitação dos usuários foi definido. Também se definiu a relação dos serviços que deverão ser entregues em cada etapa. Apresentou-se o projeto para a prestadora de serviços. Esta, por sua vez, já iniciou a análise do projeto. .A meta para 2017 é começar a cadastrar os usuários e disponibilizar inicialmente 04 serviços online.

13. Abrir unidades de atendimento presencial; (DETRAN)

O projeto está sendo revisto. A proposta agora é concentrar esforços para oferecer serviços online, que é uma tendência mundial para proporcionar facilidade, agilidade, e satisfação, aliados à segurança.

14. Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento; (DETRAN)

Em 2016 foram realizadas as seguintes obras nas unidades de atendimento: Reforma/adequação do Auditório do Edifício Sede Detran (Plano Piloto); Reforma/ampliação na Unidade de Atendimento do Detran Gama - Copol Sul; Reforma/adequação dos Edifícios: Sede Detran (acessibilidade), Unidade de Atendimento no Shopping Popular e DVA 1 (Plano Piloto).

15. Construir unidade de atendimento em Samambaia.; (DETRAN)

Ainda não houve formalização da posse do terreno pelo Detran/DF. Há previsão de construção para os anos de 2018/2019.

16. Diminuir anualmente em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico; (CBMDF)

A busca pela diminuição do tempo utilizado para iniciar o atendimento é maior ainda quando se trata dos acidentes de trânsito. Por padrão internacional entende-se que o ideal é que o primeiro socorro alcance uma ocorrência desta natureza em oito minutos. No entanto, muitos são os fatores que interferem no alcance deste índice, tais como o dia, o local, a hora, se acontecem outros sinistros simultaneamente. Iniciativa como a Operação “Avançar o Socorro” faz com que as equipes de serviço adiantem as viaturas e suas guarnições para locais com maior histórico de acidentes, promovendo não apenas o pronto-atendimento, mas também a conscientização e o alerta de perigo, ao permanecerem os veículos sinalizados e com luzes de emergência acionadas indicando o aumento da atenção.

Para diminuir esse tempo-resposta procura-se também ampliar a rede de atendimento com a construção de quartéis e aquisição de viaturas e equipamentos, que dado o momento econômico não tem sido ampla, porém, o intuito é que cada região administrativa tenha seu quartel, ou tenha instalações próximas que as alcance prontamente. Outro fator que interfere diretamente nesse atendimento é a redução do efetivo dado o alcance do tempo de serviço para a inatividade, as perdas naturais de militares, e principalmente a falta de reposição do efetivo por meio de concurso público. Deve-se lembrar que a diferença entre o efetivo fixado em lei e a força de trabalho disponível atualmente é da ordem de 43%, no entanto, são conhecidos o aumento da população do DF e a

criação de novos polos habitacionais. Desta forma, a falta de militares não apenas nas equipes de socorro, mas também nos ditos órgãos de apoio, que são aqueles que possibilitam o cumprimento da missão fim por suas atividades complementares porém não menos importantes seja no atendimento ao público, seja no planejamento e aquisição de equipamentos, insumos e viaturas, ou até nas atividades de assistência médica, buscando recuperar a saúde dos militares e de seus dependentes, garantindo plenas condições físicas, psicológica e emocionais para o exercício das funções características.

17. Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)

O índice de 2016 refere-se à quantidade de mortes em acidentes de trânsito e diz respeito a informações de novembro de 2016 até março de 2017, onde houve uma redução de 23 mortes em acidentes de trânsito para 11 mortes – Informações coletadas junto ao Batalhão de Trânsito.

Os índices de acidentes de trânsito tiveram uma redução, devido a várias ações da PMDF que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, temos os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriagues ao volante.

18. Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)

A meta não foi alcançada, visto que 70.000 pessoas é um número elevado, além do mais, a PMDF possui a necessidade de completar seu quadro de servidores. A previsão é de 18.000 policiais, porém o ano de 2016 encerrou-se com menos de 12.000.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1597	TEMPO RESPOSTA DO CBMDF PARA ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO			ANUAL	8:00	8:58	7:40	7:20	7:00	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 4
1598	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS	PROPORÇÃO	0,90	31/dez/14	MENSAL	0,85	0,88	0,80	0,75	0,70	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1599	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE	%			TRIMESTRAL	10	10	15	20	25	DIREDUC/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1600	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			ANUAL	4,5	4,4	4,5	4,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 /OE 4, 6

Justificativas 2016

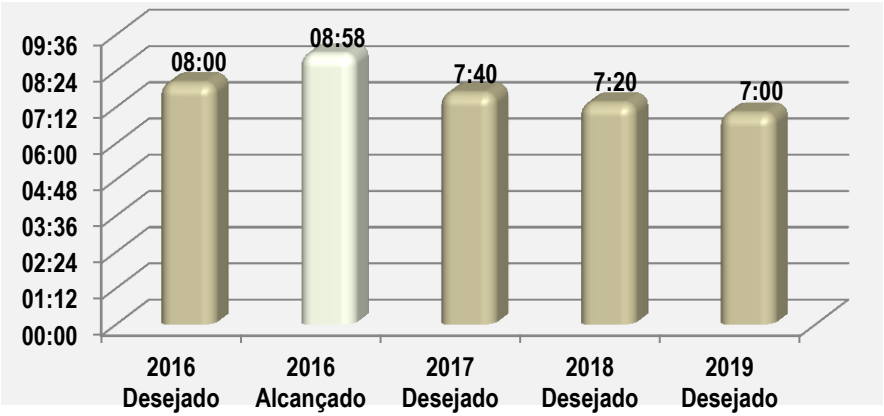
Indicador 1597 - O resultado desse indicador tem sido bastante estável nos últimos quatro anos, levemente aquém da meta estipulada. Dada a incidência de tais acidentes e os costumeiros resultados que causam, o esforço é constante para diminuir o tempo de chegada da primeira equipe de serviço.

Indicador1598 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

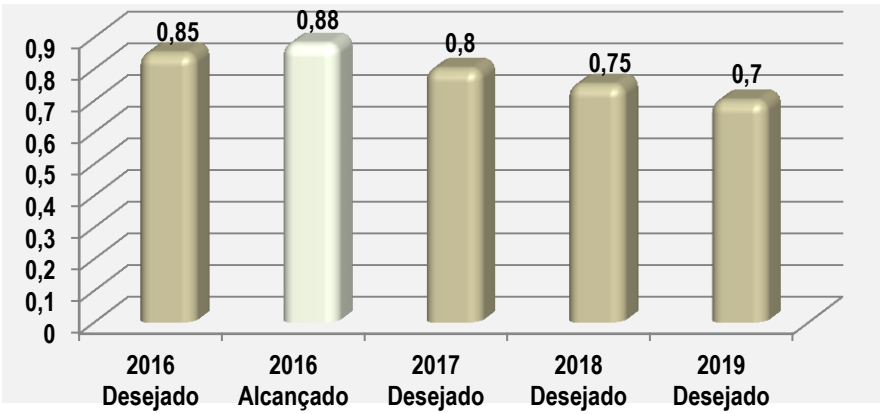
Indicador1599 - O índice foi alcançado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação.

Indicador1600 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementada no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente, agradando os usuários.

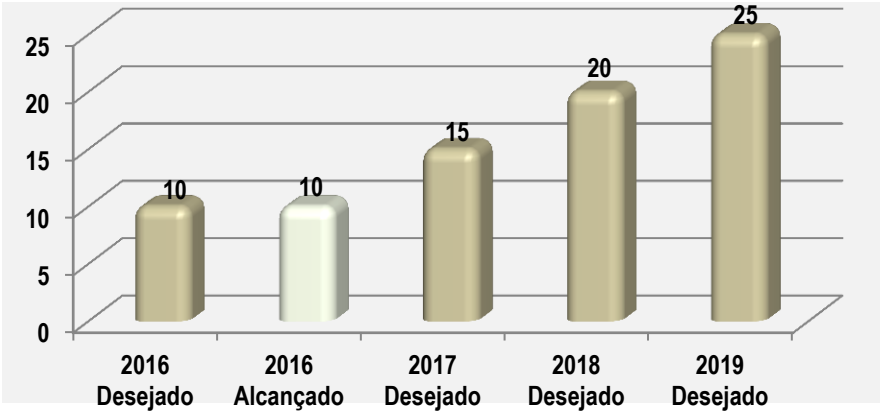
TEMPO RESPOSTA DO CBMDF PARA ACIDENTES DE TRÂNSITO



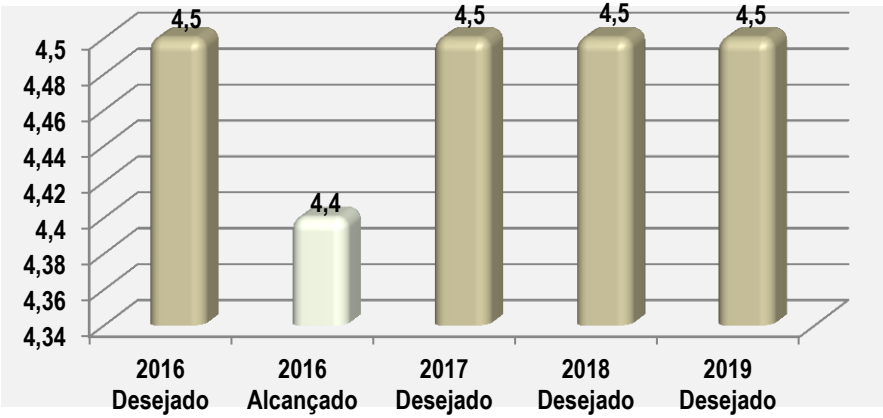
PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS



ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Paz no Trânsito; (SSP)	24101	0	Ação não implementada
6217	4	2	Elaboração de projeto de atuação da educação para o transito; (DETRAN)	24201	60%	Houve um grande aumento nas ações educativas nas escolas, porém, muitas ações estavam planejadas junto à UNESCO, que restou prejudicada, pois o processo de parceria ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão.
6217	4	3	Definição de política de atuação da fiscalização do DETRAN/DF; (DETRAN)	24201	70%	- Fiscalização constante em locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito; - Mapeamento as áreas com maiores retenções nas vias urbanas para planejamento e execução de ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias; - Adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária. - Desenvolvimento e ampliação das Unidades de Motociclistas, Logística Operacional e Aérea com o objetivo de melhorar a fiscalização, além das ações de mobilidade e fluidez nas vias;
6217	4	4	Remodelagem do sitio do Detran, inserindo-o no conceito de foco no usuário, aumentando os Serviços	24201	15%	Foi implementada a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Essa fase do projeto proporciona ao usuário do serviço um entendimento melhor sobre seu requerimento (serviço solicitado) e faz as consultas necessárias para habilitar ou não o atendimento para aquele veículo.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			disponíveis; (DETRAN)			Finalizado o mapeamento e desenho do macroprocesso de serviços online pelo planejamento estratégico do Detran.
6217	4	5	Realização de pesquisa de satisfação do cliente; (DETRAN)	24201	100	A pesquisa foi realizada com a aplicação de 1.325 questionários, pela manhã e a tarde em 20 unidades de atendimento ao usuário. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento e teve uma margem de erro 05 pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A faixa etária dos usuários situou-se entre 18 e 60 anos de idade. Foi realizada entre pessoas de ambos os sexos e por escolaridade. Os quesitos foram: Tempo de espera, conforto, limpeza, tempo de atendimento, cordialidade, entre outros. Foi obtida a nota 3,81 dentre as variações: 1-péssimo e 5-ótimo.
6217	4	6	Unificação do conhecimento junto as unidades de atendimento do Detran/DF; (DETRAN)	24201	70%	Implementado o Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículo. O servidor pode acessá-lo de modo rápido e fácil quando precisar, sendo sua atualização informada por meio de leitura obrigatória. O documento contempla os procedimentos de rotina que devem ser executados pelo servidor, seus conceitos e fundamentação legal.Falta a elaboração e publicação dos manuais dos setores de habilitação e multa.
6217	4	7	Operação Avançar o Socorro Do CBMDF. (CBMDF)	24104	60%	Desde muitos anos é uma rotina dos quartéis operacionais adiantarem o socorro nos horários de maior movimento nas rodovias do DF. Apenas as regiões administrativas onde ainda não foi implantada unidade operacional que a operação não acontece.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo Específico **"Paz no Trânsito:** ***promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes*****"**, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, iniciam-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Noutro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, etc, a condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e Detran-DF tem o entendimento de que as realizações de 2016 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do Detran-DF que é a de salvar vidas, apresentamos o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 0,88. Destacamos que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

PMDF

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF focou em várias ações que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, temos os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriaguez ao volante, além de realizar campanhas educativas, a fim de promover a paz no trânsito, com o escopo de prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços.

DETRAN

Foi desenvolvido dois softwares para otimização dos serviços de engenharia. O primeiro diz respeito à gestão da sinalização horizontal, e o segundo trata das autorizações para de obra e evento em via pública. Os sistemas estão em fase de teste. O primeiro permitirá um maior controle das garantias das sinalizações e possibilitará uma gestão mais eficiente no tocante as repinturas, evitando que as vias fiquem com a sinalização apagada por falta de manutenção. Já o segundo possibilitará um maior controle sobre os acontecimentos, obras e eventos, nas vias, evitando sobreposições de eventos e/ou autorizações de eventos além da capacidade operacional da SSP/DF.

Dois retro refletômetros foram adquiridos para auxiliar na conferência das especificações das sinalizações verticais e horizontais. Evitando a utilização de materiais de baixa qualidade ou materiais com especificações diversas das contratadas. Está em andamento o processo de contratação de manutenção semafórica, no qual está previsto também uma ata de registro de preços com vistas a implantação de 30 novos cruzamentos semafóricos, a interligação dos semáforos (criação da rede (subárea)) de Águas Claras e padronização, finalização das obras de sentido único das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga e melhoramento dos aspectos físicos do Parque Semafórico Urbano do Distrito Federal como todo.

Está em andamento também a modernização da Central de Controle de Semáforos em duas frentes: a primeira com a mudança da DIREN para o prédio da 906 Sul, com vistas ao melhor acompanhamento das rotinas de gestão do tráfego e centralização de seus Núcleos, e a segunda frente é a contratação da consultoria técnica para definição da estratégia, tecnologia e infraestrutura necessária para a modernização da Central.

A área de Educação contribuiu atendendo um total de 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, um grande aumento em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:
24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	5	1	Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	*	-	-	-	0	0,0
6217	5	2	Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	3	Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	*	-	-	-	0	0,0
6217	5	4	Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	*	-	-	-	0	0,0
6217	5	5	Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	6	Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	7	Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	8	Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	5	9	Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)	24104	144.000	UNID	MAIOR, MELHOR	18.568				18.568	12,9
6217	5	10	Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano; (CBMDF)	24104	54.344	LITRO	MAIOR, MELHOR	16.387				16.387	30,2
6217	5	11	Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30,0
6217	5	12	Realizar 01 um seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano; (SEJUS)	44101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	13	Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	14	Implantar o PRÓ-VÍTIMA ITINERANTE para atendimento nas regiões administrativas do DF que possuam altos índices de violência e que não estão nas localidades dos Postos do Pró-Vítima, bem como utilizar esse ônibus para a realização de atendimento multidisciplinar em ações sociais; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	15	Instalar novos Postosde Atendimento nas Regiões Administrativas de Taguatinga, Sobradinho e Samambaia; (SEJUS)	44101	3	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	16	Ampliar e reformar os Postos de Atendimento do Pró-Vítima nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Paranoá, Guará, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	17	Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, no Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	18	Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	19	Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	20	Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	21	Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento ao	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	36	-	-	-	36	36,0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			migrante e refugiado residente no DF; (SEJUS)										
6217	5	29	Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	300	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	30	Formar 500 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	500	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	31	Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	16	UNID	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	93,8
6217	5	32	Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais Formar; (SEDESTMIDH)	25101	400	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	33	Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6217	5	34	Promover os direitos da primeira infância. (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	35	Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	36	Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100,0
6217	5	37	Capacitar 100% dos servidores; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	40,0
6217	5	38	Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais; (CBMDF)	24104	36.000	UNID	MAIOR, MELHOR	15.954				15.954	44,3
6217	5	39	Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano; (CBMDF)	24104	54.344	LITRO	MAIOR, MELHOR	16.387				16.387	30,2
6217	5	40	Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano; (SECRIANÇA)	51101	700	UNID	MAIOR, MELHOR	160	-	-	-	160	22,9
6217	5	41	Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual. (SECRIANÇA)	51101	340	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise Qualitativa

1. Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)

O modelo de gestão do "Viva Brasília" foi idealizado a partir de compilação de diferentes estratégias de políticas nacionais e internacionais de segurança pública consideradas exitosas. A adequação e aprovação dos indicadores da divisão territorial em áreas (AISPs) e regiões integradas (RISPs) de segurança pública e do monitoramento e avaliação do programa foram realizadas mediante a implantação de grupos de trabalho com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da sociedade civil.

A Região Integrada de Segurança Pública – RISP consiste na divisão geográfica do território do Distrito Federal para fins de segurança pública que permite a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos que possuam interfaces com o tema.

A Área Integrada de Segurança Pública – AISP consiste na divisão geográfica de uma RISP e se caracteriza por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração.

Tabela 1 – Regiões e Áreas de Segurança Pública

RISP	AISPs
Metropolitana	Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste, Guará, SIA, SCIA, Estrutural e Lago Sul
Sul	Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria e Jardim Botânico
Oeste	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires
Leste	Planaltina, Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Fonte: SGI/SSP/DF

Assim, para cada uma das AISPs considerada prioritária, foi elaborado um Plano Integrado de Ação, em que foram especificados: a situação-problema, a ação-resposta, o responsável e o prazo. (Na reunião devolutiva dos Planos Integrados, uma nova coluna, de status da ação, foi inserida). Com a pactuação dos Planos, a equipe da UCPPV passou a realizar o monitoramento de todas as ações, fazendo, operacionalizando reuniões e realizando bilaterais, quando os órgãos responsáveis tinham dificuldades nessas articulações, ao mesmo tempo que monitorava, junto a SGI, o efeito das ações sobre os índices de segurança a cada dez dias.

Por isso, vale retomar aqui os resultados positivos encontrados a partir da elaboração, pactuação e monitoramento dos Planos Integrados de Segurança ("intervenção"):

Tabela 2 – Comparação CCP nas AISPs Prioritárias (Antes e Depois da Implementação do Plano Integrado, atualizado em 21/11/2016)

Área crítica	Crime com maior incidência	Antes da intervenção	Após a intervenção	Diferença percentual
Estrutural	Roubo a transeunte	164	73	-55,50%
Samambaia	Roubo a transeunte	736	595	-19,20%
Santa Maria	Roubo a transeunte	475	388	-18,30%
Taguatinga	Roubo a transeunte	511	442	-13,50%
Ceilândia	Roubo a transeunte	881	784	-11,00%
Brasília	Furto em veículo	847	768	-9,30%
São Sebastião	Roubo a transeunte	221	205	-7,20%
Planaltina	Roubo a transeunte	371	417	12,40%

Fonte: SGI/SSP/DF

A SSP/DF também participou da Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, a ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas. Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul é o principal exemplo dos resultados da metodologia do "Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida". Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2. Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP)

Meta não atingida.

3. Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)

Foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, o Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF), diretamente subordinado ao Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida, por meio da Portaria nº 32, de 27/06/2016: Considerando que o Decreto n.º 36.619, de 21 de julho de 2015, instituiu o "Pacto pela Vida - PPV como um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal voltados à segurança pública e à paz social, que será conduzido pelo Governador do Distrito Federal e coordenado pela Secretária de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Foi constituído Grupo de Trabalho encarregado de realizar completo, detalhado e analítico levantamento da execução do Termo de Adesão ao Programa "Crack é Possível Vencer", celebrado pelo Distrito Federal em 07/12/2012, cujo objeto é além da adesão ao referido programa a atuação integrada junto à União com vistas a implementação de ações Inter setoriais de enfrentamento ao crack e outras drogas, nos termos do art. 5º-A do Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, por meio da Portaria nº 66, de 09 de setembro de 2016, DODF Nº 173, de 13/09/16.

4. Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)

Meta parcialmente atendida. Foi criada Câmara Técnica Segurança: Juventude e Igualdade Racial, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco nas Vulnerabilidades Sociais, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.

5. Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vitimas de violência; (SSP)

Meta não atingida.

6. Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (SSP)

Meta não atingida.

7. Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, está funcionando na 307 sul, área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

8. Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)

Ao longo do período, no Projeto Esporte à Meia Noite, foram desenvolvidas atividades em 10 núcleos, nas seguintes Regiões Administrativas: 1) Ceilândia; 2) Estrutural; 3) Gama; 4) Itapoã; 5) Jardim Roriz (Planaltina); 6) Vila Buritis (Planaltina); 7) Samambaia; 8) Santa Maria; 9) São Sebastião; e 10) Sobradinho II. De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, estão sendo atendidas 300 adolescentes e jovens, em média, mensalmente.

No Projeto Picasso não Pichava foram realizadas oficinas de Serigrafia, Desenho e Pintura/Grafite, DJ, Audiovisual/Cinema e Capoeira. O Projeto está presente nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Cruzeiro e Plano Piloto, e atendeu cerca de 165 adolescentes, jovens e mulheres sob medida protetiva por mês.

Ainda em 2016 foi firmada Parceria por meio desta Subsecretaria de Segurança Cidadã com a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente para o oferecimento de oficina de audiovisual, com duração de 3 meses, para jovens atendidos pelas seguintes UAMA's do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia, Gama e Santa Maria.

Durante o ano de 2016, foi realizada parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, de modo a expandir as atividades do Projeto para as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo - UAMAS, sendo os atendimentos ampliados para os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente, cerca de 60 adolescentes aderiram às atividades e são vinculados a 07 (sete) UAMAS, quais sejam: Ceilândia – 2 UAMAS, Estrutural, São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Com exceção da Região Administrativa do Paranoá, as atividades são desenvolvidas em Centros Olímpicos.

9. Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)

Tomando apenas os atendimentos às urgências urbanas (acidente de trânsito, atendimento pré-hospitalar, ocorrências de socorro, busca e salvamento e combate a incêndio) totalizam-se 74.274 intervenções da Corporação. Existem muitos outros atendimentos prestados e o intuito é de impor excelência em cada atuação. Para tanto, o empenho em bem atender se inicia no planejamento institucional, perpassando toda a gestão de recursos para proporcionar o atendimento mais apropriado, digno e devido. Assim o esforço de capacitação tem o foco na qualidade do atendimento, na seriedade da atuação e o foco no cidadão.

10. Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano; (CBMDF

Nos termos da parceria entre o CBMDF e a Secretaria de Saúde, é realizada a coleta de leite humano em todo o Distrito Federal e entorno. A coleta atende aos 12 bancos de leite contando com 24 militares e 10 viaturas. Esses veículos são locados pelo GDF e a corporação cede os motoristas e as coletoras de leite.

11 - Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD; (SEJUS)

Durante o Exercício de 2016, 30% dos servidores da SEJUS foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das RA's (onde há postos do Pró-Vítima) e os cursos organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Entretanto, os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas restruturações administrativas que levaram à alta rotatividade de servidores. Assim, não foi possível a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS alcançar a Meta nº 11 que indicou inicialmente a capacitação e 25 servidores em 2016, sendo possível capacitar apenas 07 servidores do total, perfazendo um total de 30% no Exercício/2016.

12. Realizar 01 um seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano; (SEJUS)

Apesar das tratativas desta Secretaria de Justiça e Cidadania com os órgãos parceiros (Banco de Brasília – BRB, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJDFT, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Secretaria de Estado da Mulher) não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vitimas de Violência que almejava, entre outros objetivos, alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vitimas de violência.

Mudanças no secretariado do Governo do Distrito Federal impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS (somente em 2016, 03 Secretários ocuparam a pasta da SEJUS) o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2016.

13. Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular; (SEJUS)

Trata o PORTAL PRÓ-VÍTIMA de uma ferramenta que servirá para armazenar os registros de atendimento de pessoas vitimadas, garantindo ao usuário acesso aos processos judiciais, realização de downloads de cartilhas, de leis e de matérias relativas ao programa. A meta proposta no PPA 2016/2019 – Ano-Base 2016 era alcançar uma marca de 200.000 acessos. Infelizmente, a meta não foi alcançada.

Os custos e a carência de profissionais habilitados para operar o Portal conduziram os gestores, à época, a estudar a possibilidade de utilizar o próprio site da SEJUS. Entretanto, a ideia também não se consolidou em razão da descontinuidade das ações promovidas pela alta rotatividade de pessoal em postos estratégicos da Secretaria.

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à implementação do Botão do Pânico (aplicativo de celular para chamadas urgentes em situações de violência), indicava uma projeção de 90 acessos no primeiro ano do Plano Plurianual (Ano-Base 2016), entretanto, como o aplicativo não foi criado e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF implementou a meta e a executou por meio de sua central de atendimentos, ressalte-se que esta Subsecretaria oficiará suas unidades superioras para que se manifestem acerca da manutenção ou retirada da Meta n° 13 do rol de metas da SEJUS.

14. Implantar o PRÓ-VÍTIMA ITINERANTE para atendimento nas regiões administrativas do DF que possuam altos índices de violência e que não estão nas localidades dos Postos do Pró-Vítima, bem como utilizar esse ônibus para a realização de atendimento multidisciplinar em ações sociais; (SEJUS)

Em 2016 a Assessoria da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência elaborou uma minuta de projeto básico e realizou tomadas de preços, com vistas à implementação do PRÓ-VÍTIMA ITINERANTE, entretanto, nenhum outro andamento foi dado no sentido de consolidar a transferência de recursos do BID para o GDF (Vide Mapeamento de Ação Orçamentária) o que inviabilizou a contratação de empresa para aquisição do ônibus adaptado. O repasse, que corresponde à R$ 773.000,00 não ocorreu. Nem mesmo autuou-se processo para solicitar providências em direção à Meta nº 14.

15. Instalar novos Postos de Atendimento nas Regiões Administrativas de Taguatinga, Sobradinho e Samambaia; (SEJUS)

Não houve instalação de nenhum dos três postos indicados na Meta. Em relação à Taguatinga, houve tratativas no sentido de adaptar um espaço de atendimento à vítima de violência nas dependências da unidade NA HORA de Taguatinga, entretanto, a Meta nº 15 não se consolidou porque, devido à rotatividade de pessoal dentro do Programa (que incluiu a substituição do Subsecretário do PRÓ-VÍTIMA por duas vezes em 2016), as negociações não avançaram. O objetivo desta instalação visa otimização de custos e a facilidade de acesso.

Relativo à instalação do Posto de Sobradinho, informe-se que houve conversas informais entre o então Subsecretário do Pró-Vítima e o representante do Fórum do Tribunal do Justiça do Distrito Federal e Territórios daquela Região Administrativa, mas o acordo não foi finalizado por motivos de substituição de pessoal, e a gestão que assumiu ulteriormente decidiu pela paralização das tratativas.

Relativa à instalação do Posto de Samambaia, não há nenhum registro, nem processo formal que apontem andamentos em direção ao alcance da Meta.

Para efeito de esclarecimentos, informamos que há servidores nomeados para atuar nos postos nas RA's de Taguatinga, Sobradinho e Samambaia desde 2015 (conforme Decreto nº 37.032, de 30 de dezembro de 2015, relativo à estrutura da SEJUS, mas os postos não foram instalados até a presente data).

16. Ampliar e reformar os Postos de Atendimento do Pró-Vítima nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Paranoá, Guará, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia; (SEJUS)

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à reforma e ampliação dos Postos do Pró-Vítima indicava uma projeção de reforma/ampliação de 01 (um posto) no primeiro ano (Ano-Base 2016), entretanto, a Meta nº 16 não foi alcançada.

Posto Paranoá: em virtude das condições precárias do espaço situado à Quadra 05, conjunto 03 – AE D, Parque de Obras – Paranoá/DF, foi elaborado projeto básico com descrições de etapas, objetivos, custos e cronograma de execução para a celebração de um convênio entre a SEJUS e a NOVACAP, entretanto, a ação não se consolidou.

Para a referida celebração, era necessário um repasse desta Secretaria à NOVACAP no valor de R$ 1.556.869,22 e, com a substituição de chefia, a nova gestão manifestou-se pela não continuidade das tratativas, por considerar que o alto valor apreçado para aquela reforma não se justificava já que o prédio utilizado pelo Posto Paranoá é apenas cedido pela Administração Regional , podendo a RA não renovar o Termo quando do término de sua vigência. Este fato levou a então Subsecretária a repensar a relação custo-benefício quanto à celebração do convênio com a NOVACAP, para a reforma do espaço.

Posto Guará e Posto Ceilândia: não houve nenhuma ação ou autuação de processo com andamentos para a ampliação e reforma destes postos.

Postos Samambaia, Posto Taguatinga e Posto Sobradinho: estes postos sequer foram instalados, não havendo que se falar em ampliação/reforma.

Posto 114 Sul: apesar de não constar do rol da Meta nº 16, haverá necessidade de sua inclusão para possíveis ampliações e/ou reformas ao longo do quadriênio 2016/2019. Informamos que esta Subsecretaria de Proteção à Vítima de Violência enviará solicitação de inclusão deste posto na Meta em tela.

17. Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, nos Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários; (SEJUS)

Atingimos com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítma por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas nas escolas o Pró-Vítima atingiu mais de 1.300 crianças, além de pais, professores e corpo técnico. Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) nas RAs do Ipapuã, Paranóa, Recanto das Emas, Arapoanga, Fercal, Sobradinho, Taguatinga, Plano Piloto, perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos.

Em parceria com as Varas de Violência Doméstica foi distribuído, nas 957 audiências, material gráfico com orientações do Programa (cartilhas e folders). Considerando-se que em cada audiência distribuía-se, uma média de 03 cartilhas/folders aos vitimados e acompanhantes, temos um estimado de distribuição de cerca de 2.870 materiais gráficos. Além disso, também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com a Rede (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelars, CREAs, CRAs); Pro-Vítima nas

Escolas; Papo de Mulher pra Mulher; Pedala pra Vida, Ação Global (participação do Pró-Vítima), Mutirão da Cidadania, com distribuição de pelo menos 200 folders/cartilhas por evento, perfez-se um total aproximado de 1.400 unidades distribuídas.

Também houve ações de publicidade por meio da confecção de material gráfico em parceria com o Exercito Brasileiro.

18. Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal; (SEJUS)

Conforme relato da Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Apoio ao Migrante e Refugiado, as ações desenvolvidas em 2016 alcançaram de forma direta 2.439 pessoas, que participaram de palestras, oficinas, capacitações, seminário, simpósio, caminhada, etc, e foram distribuídos cerca de 8.000 materiais informativos sobre as temáticas atinentes a suas competências como folders, panfletos, cartilhas.

No sentido de ampliar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no DF será publicado em janeiro de 2017, o Edital de Chamada de entidades não governamentais da sociedade civil organizada interessadas em participar como membros representantes consultivos no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

19. Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas; (SEJUS)

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou o I Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, nos dias 26 e 27 de julho de 2016, no auditório da Defensoria Pública da União – DPU, oportunidade em que foram apresentados 09 trabalhos acadêmicos, entre os quais: 07 destes em formato de artigos científicos e 02 em formato pôster, ambos relacionados às temáticas de migrações, refúgio e tráfico de pessoas. Os estudos apresentados foram realizados por estudantes de universidades públicas e privadas do Distrito Federal e de outros estados, além de pesquisadores ligados às áreas mencionadas.

20. Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana; (SEJUS)

Quanto à implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana, até o presente momento, não foi possível efetivá-lo devido à indisponibilidade orçamentária, insuficiência de recurso humano e cessão de espaço para tal finalidade.

21. Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF; (SEJUS)

No que diz respeito à formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento a migrante estrangeiro e refugiado residente no DF, encontra-se em fase avançada carecendo apenas de pequenos ajustes para a sua concretização. A despeito disto, foi realizado o I Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para o referido público, de 16/11/16 a 07/03/17, em parceria como o IFB, Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), via PRONATEC, que contou com a participação de 36 alunos.

29. Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

30. Formar 500 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)

Ação corresponde ao projeto Multiplicadores contra o Racismo Institucional, aprovado em 2015 para financiamento no âmbito do Programa Viva Brasília – Pacto pela Vida em 2016, cujo o financiamento (carta consulta BID) foi inviabilizado uma vez que o Programa Viva Brasília deixou de ser projeto prioritário no Plano de Assistência à Família - PAF do DF junto ao MPOG. Ressalta-se a importância de verificação e articulação intersecretarial no que tange à previsão de liberação dos recursos do "Viva Brasília – Pacto pela Vida" para nova avaliação técnica de projetos da Secretaria aprovados no mesmo, em que pese o tempo que ainda sobra para suas execuções e a adequação da equipe remanescente para o pleno desenvolvimento das ações.

31. Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)

Foram realizadas 15 rodas de conversa sobre o projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focada nas mulheres dos territórios e servidores das administrações regionais

32. Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais Formar; (SEDESTMIDH)

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

33. Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais; (SEDESTMIDH)

No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repreensão aos Crimes, por Discriminação Racial, religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.

34. Promover os direitos da primeira infância. (SECRIANÇA)

Para promover os direitos da primeira infância, a SECRIANÇA deu continuidade a coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, tendo realizado cerca de 12 reuniões com seus integrantes, a promoção da 1º Semana do Bebê do DF, levantando de informações sobre a situação da primeira infância no DF e advocacy na Câmara legislativa sobre o Projeto de Lei do Marco legal da Primeira Infância no DF.

Sendo uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância, a semana do Bebê mobilizou 396 atividades entre os dias 18 a 28/10/2016 envolvendo a comunidade, escolas de educação básica e os profissionais da rede de atendimento a primeira infância. Elas foram promovidas pela rede que compõe o Comitê e a Secriança esteve envolvida diretamente na organização da atividade de abertura no dia 24/10/2016 com a Apresentação e debate do Filme "O Começo da Vida" e Lançamento do Guia Metodológico de fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas, além da Audiência Pública "O Bebê Sujeito de Direitos no contexto do Plano Distrital pela Primeira infância", no dia 27/10/16.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira Infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto ele ainda está em discussão.

35. Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos; (SECRIANÇA)

Conforme planejamento da SECRIANÇA foram realizadas diversas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras, e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente.

Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval, com mobilização dos Conselhos Tutelares e distribuição de material; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 37 ações com a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente; Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Trabalho Infantil, cerca de 20 ações com a rede de proteção; Mês da Criança, ação de lançamento da campanha 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz.', festa do dia das crianças e Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2016.

36. Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal; (SECRIANÇA)

- ✓ Semana do Bebe - Apresentação e debate do filme "O Começo da Vida" e Lançamento do Guia Metodológico de Fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas e Audiência Pública: "O Bebe sujeito de direitos no contexto do plano distrital pela primeira infância".
- ✓ 18 de maio - Show pela Vida em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, CDCA/ DF e Fórum nacional PETI,
- ✓ Trabalho Infantil - Seminário Trabalho Infantil - Diálogos Sobre uma Experiência Coletiva em parceria com o CEASA e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
- ✓ Construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente - foram realizadas 04 Oficinas Abertas com a participação da rede de atendimento, organizações da sociedade civil e adolescentes para discussão e elaboração do Plano.
- ✓ Conferências foram realizadas 04 Conferências Regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- ✓ 2º Encontro Nacional de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede - Curso promovido pela SECRIANÇA em parceria com a Childhood Brasil e UNICEF para a capacitação da rede de atendimento a criança e adolescente vítima de violência sexual. Foi realizado nos dias 21 a 24 de março de 2016 com a participação de 260 pessoas.
- ✓

37. Capacitar 100% dos servidores; (SECRIANÇA)

A SECRIANÇA tem oferecido muitos cursos, a maioria voltada para o Sistema Socioeducativo, área que conta com o maior número de servidores da Secretaria e de grande importância para as políticas públicas a crianças e adolescentes. Outros cursos foram ofertados pela Escola de Governo – EGOV, a maioria direcionada a atividades administrativas.

38. Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais; (CBMDF)

O Programa Bombeiro Mirim é voltado para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos realizando atividades da cultura de prevenção a acidentes domésticos em instruções semelhantes às atividades de bombeiro quanto a prevenção de incêndio, primeiras socorros, salvamento e instrução militar. Acontecem ainda atividades educativas de música, artesanato, artes, cidadania, educação de trânsito e vídeos, bem como atividades esportivas com as modalidades de futebol, futsal, voleibol, basquete, karatê, natação e atletismo. Acontecem ainda atividades recreativas e culturais por meio de visitas, passeios e gincanas e comemorações.

As atividades acontecem em 12 regiões administrativas de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino coordenadas por bombeiros militares e auxiliadas por voluntários.

39. Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano; (CBMDF)

Essa meta reflete os mesmos interesses da meta 10.

40. Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano; (SECRIANÇA)

O curso atendeu aos objetivos específicos quanto: a entender os conceitos teóricos sobre abuso e exploração sexual; a compreender o funcionamento da rede de proteção de crianças e adolescentes no DF envolvendo as violações de direito; a conhecer as principais características das crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual e estabelecer no âmbito da comunidade escolar, assistência social, justiça e Conselhos Tutelares estratégias de enfrentamento à violência sexual de forma preventiva com o apoio da rede de proteção local.

Nesse sentido, a equipe do 4º Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes reconhece a necessidade de aperfeiçoar a próxima proposta do curso junto a Escola de Administração Pública (EAP) para melhor atender a formação dos profissionais que atuam na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

41. Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual. (SECRIANÇA)

O Centro de atendimento integrado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, denominado Centro de Atendimento integral 18 de Maio, foi inaugurado pelo Governador do Distrito Federal em outubro de 2016. A partir de sua inauguração, em novembro, os servidores iniciaram um processo de capacitação, realizado em parceria com a Childhood Brasil e o TJDFT, na escuta especializada de crianças e adolescentes. Como o atendimento do Centro requer uma especialização em seu atendimento a gestão optou pela formação inicial de seu corpo de servidores para depois iniciar o atendimento a comunidade. Neste sentido, os últimos dois meses do ano de 2016 foram concentrados na capacitação dos servidores e no mapeamento e articulação da rede de atendimento para que em janeiro de 2017 o Centro iniciasse os atendimentos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1602	REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - JOVENS	%	71,5	31/dez/12	ANUAL	61,5	-	51,5	41,5	26,5	MS/SVS/DASIS, SNJ/PR, UNESCO, SGI/SSP, SECRIA e Redes Sociais de Apoio / UO 24101 / OE 5
1603	REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL (VSC) - REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS	%	85	31/dez/10	ANUAL	75	-	65	55	40	SEJUS, MPDFT, TJDF, DPDF, MJ E OUTROS / UO 24101 / OE 5
1604	TAXA DE FEMINICÍDIOS	%	13	31/mai/15	ANUAL	12	-	10	7	5	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
1605	TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS	%	27	31/mai/15	ANUAL	26	-	22	17	12	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
1606	TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	%	1,5	30/set/15	ANUAL	1,4	-	1,3	1,2	1,1	SSP /SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5)
1607	TAXA DE PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	%	0,18	30/set/15	ANUAL	0,15	-	0,12	0,10	0,08	SSP /SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1608	TAXA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	%			ANUAL	70	0	75	80	85	SUBPOLÍTICA/ SECRIANÇA/ UO 51101/ OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1602 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) Jovem: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1603 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1604 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

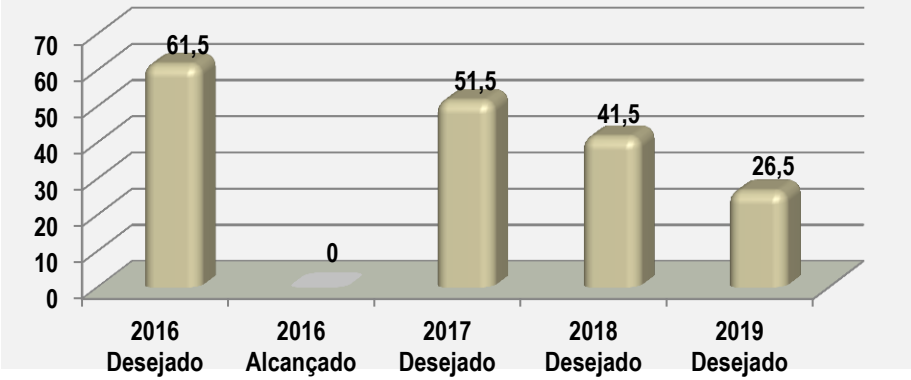
Indicador 1605 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1606 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

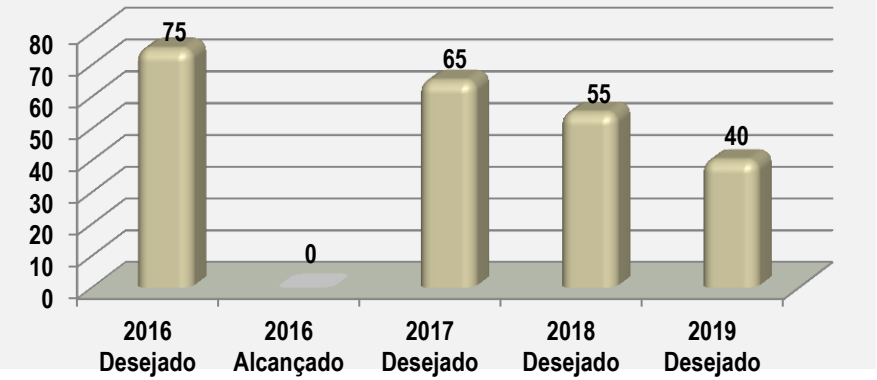
Indicador 1607 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1608 - Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes, não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência**.**

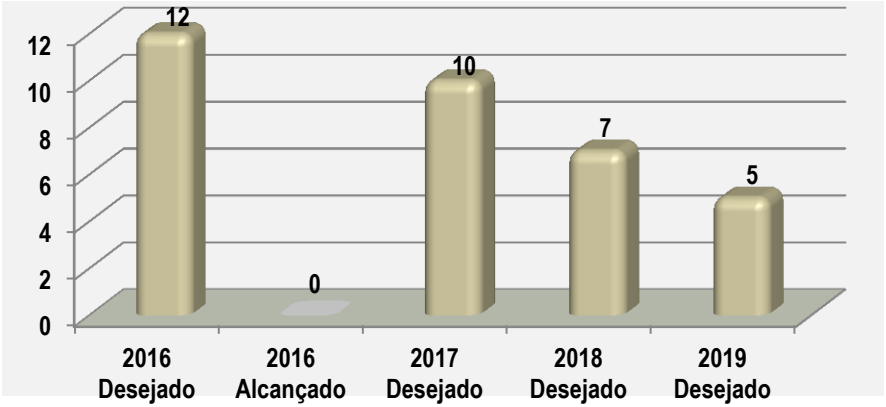
REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - JOVENS



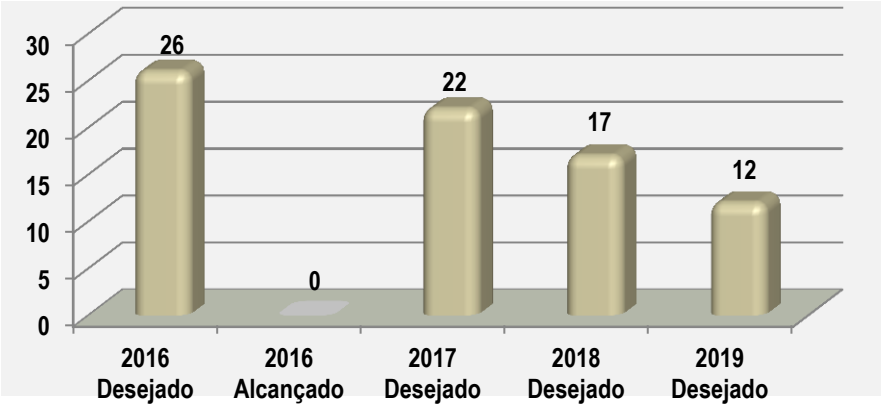
REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL (VSC) - REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS



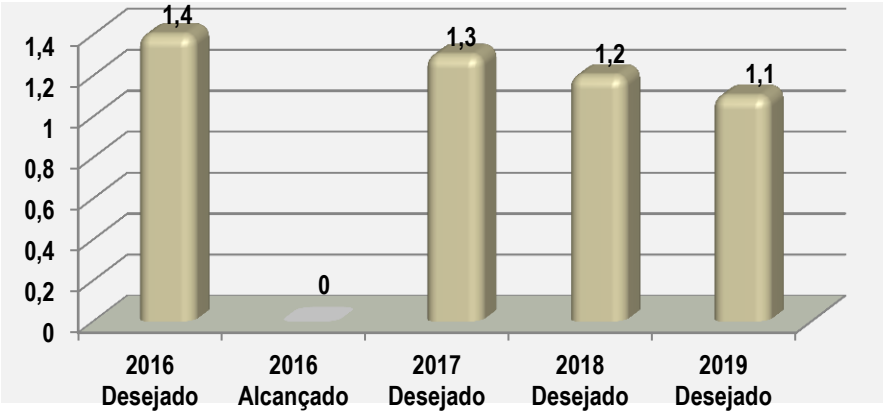
TAXA DE FEMINICÍDIOS



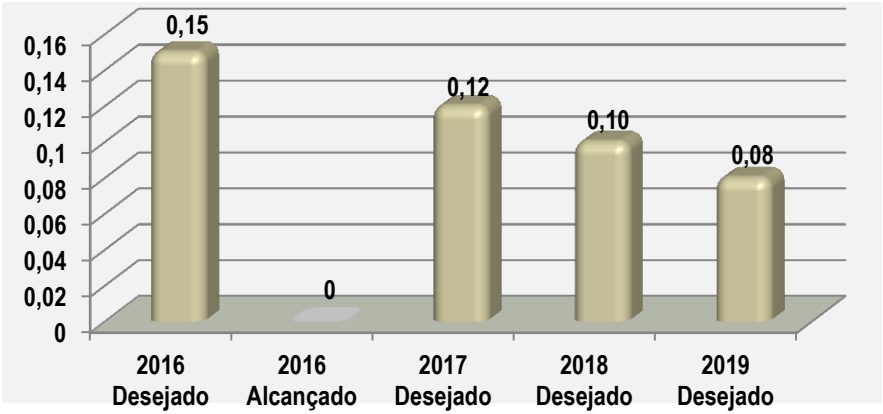
TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS



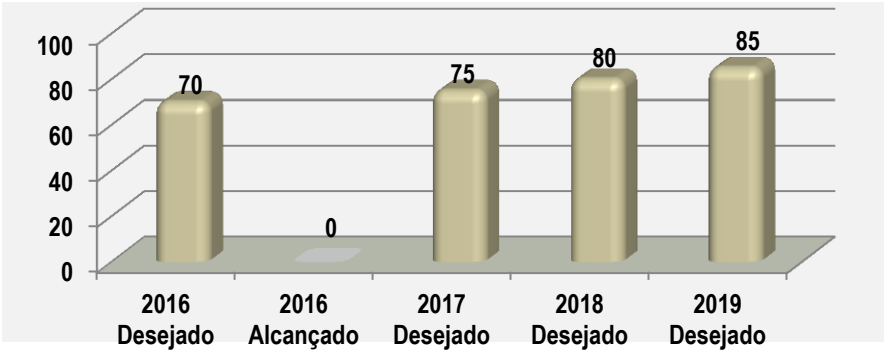
TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO



TAXA DE PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



TAXA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	1	Criação do Conselho Distrital de Segurança Pública do DF; (SSP)	24101	100	Publicação do DECRETO Nº 37.554, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. Altera o Decreto nº 36.909, de 25 de novembro de 2015, que cria o Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP e Publicação da PORTARIA Nº 101, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016. Torna pública a composição do Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP para o biênio 2016-2018.
6217	5	2	Revisão do Portfolio de Projetos Temáticos para a Cultura de Paz; (SSP)	24101	100	A Carteira de Projetos Temáticos foi atualiza por meio da Matriz de Priorização de Projetos.
6217	5	3	Funcionamento da Câmara Técnica de Combate à Violência contra a Mulher; (SSP)	24101	*	Ação não orçamentária não implementada.
6217	5	4	Funcionamento da Câmara Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Rua; (SSP)	24101	*	Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.
6217	5	5	Estabelecer articulação com a rede de serviços especializados e não especializados nas regiões onde os CEAMs serão implantados; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Roda de conversas com o IFB em Planaltina, com 20 professores participantes. ✓ Palestra no CECOSAL – Centro Comunitário São Lucas, com 30 pessoas.
6217	5	6	Sensibilizar e qualificar para a temática do racismo, sob a perspectiva de direitos humanos, 800 profissionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social; (SEDESTMIDH)	25101	0	Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	7	Confeccionar protocolo de atendimento para o Disque Racismo e para Delegacias que recebam denúncias de racismo; (SEDESTMIDH)	25101	25	No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repreensão aos Crimes, por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.
6217	5	8	Elaborar material didático sobre racismo; (SEDESTMIDH)	25101	0	Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	9	Fazer registro audiovisual do processo de formação em direitos humanos de 400 mulheres negras (projeto “mulheres negras”); (SEDESTMIDH)	25101	0	O recurso da carta de consulta BID foi inviabilizado por não se tratar de prioridade no PAF DF
6217	5	10	Estabelecer parceria para a reformulação dos cursos formativos para as Polícias Militar e Civil	25101	0	Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			com a inserção da temática racial e da importância de se trabalhar o racismo institucional nas práticas policiais; (SEDESTMIDH)			projetos.
6217	5	11	Sensibilizar policiais sobre direitos humanos e racismo, incluindo realização de atividades culturais que envolvam musicalidade, dramaturgia, práticas desportivas, artes gráficas e dança para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais (projeto "sou da sua rua"); (SEDESTMIDH)	25101	0	Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	12	Promover rodas de conversa com a juventude e policiais voluntários do projeto de combate ao racismo para formação política conjunta e implementação de políticas de promoção de igualdade racial;(SEDESTMIDH)	25101	0	Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	13	Articulação intersetorial;(SECRIANÇA)	51101	100	A promoção de políticas para crianças e adolescentes tem como uma das suas atribuições principais a articulação e o fomento para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Neste sentido em 2016 a SECRIANÇA iniciou o processo de construção do Programa Criança Candanga, que visa articular e fomentar a Política da Criança e do Adolescente no governo, e na sociedade, com destaque para as áreas: Direitos Humanos; Saúde; Assistência Social; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Segurança e Paz Social e Meio Ambiente. O programa foi construído com as seguintes pastas responsáveis pelas áreas acima, bem como com a governadoria e a colaboradora do Governo de Brasília Marcia Rollemberg. O programa foi lançado em abril de 2017.
6217	5	14	Monitoramento e avaliação das políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude;(SECRIANÇA)	51101	80	Para a criação do programa criança candanga, bem como para o comitê da primeira infância. Foi realizado um primeiro levantamento dos programas, ações e projetos de diversas secretarias. Importante ressaltar que a sistematização dessas ações não é fácil e com a implementação do Programa Criança Candanga essas informação serão coletados por um sistema de monitoramento.
6217	5	15	Proposição de audiências públicas e participação em eventos regionais, nacionais e internacionais sobre direitos humanos de crianças e adolescentes; (SECRIANÇA)	51101	100	Em 2016 a SECRIANÇA participou ativamente da construção metodológica e da realização das 4° Conferências Regionais, com a participação de 295 adultos, 88 jovens e 279 adolescentes, totalizando 662 pessoas, bem como da Conferência Distrital aconteceu nos dias 11 e 12/03/16. Realizou o 2° encontro nacional dos Centros de Defesa em março de 2016 com parceria da Childhood Brasil e Unicef; Participou como delegada da conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes entre outras ações. Participou de quatros audiências públicas na câmara distrital. Participação em eventos relacionados à criança e ao adolescentes na Câmara Federal. Participação na Construção no protocolo de atendimento a

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						vítimas de violência sexual promovido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.
6217	5	16	Aprovar Projeto de Lei que dispõe sobre a política distrital da primeira infância. (SECRIANÇA)	51101	20	Após a apresentação do Projeto de Lei nº 821/2015 na Câmara Legislativa do DF, foram feitas 03 emendas supressivas (Nºs01, 02 e 03); 01 emenda substitutiva; além de apensarem ao PL os projetos de Lei nº 295/2015 e nº 267/2015. Desde o início do ano foram realizados contatos telefônicos e 05 reuniões com a assessoria da Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos da Casa Civil, reuniões com deputados, solicitando seus apoios. O trabalho fi finalizado com a criação do Substitutivo nº 01 que não corresponde a todos os anseios da Secretaria e do Comitê, mas foi o documento possível para o contexto vivenciado na Câmara Legislativa do DF. No entanto até o final do ano passado o PL não tinha sido colocado para a aprovação.

*Não foi possível mensurar a implementação

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Objetivo Específico "**Cultura de Paz":***enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater ao racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. "Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas*", caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidade posta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.

Todas as ações são voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública e Paz Social e, assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propõe-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e Paz Social e as comunidades historicamente discriminadas.

Dessa forma, as políticas públicas preventivas, além de contribuírem substancialmente para o atingimento dos objetivos do programa, são os canais efetivos e recomendados para sustentar a pacificação social conquistada pela atuação conjunta e integrada dos órgãos de segurança pública.

Em síntese, o Programa Cultura de Paz define estratégias para a redução das vulnerabilidades sociais que afetam as comunidades mais violentas do DF, além da efetivação de práticas que ajudem a combater a criminalidade e o ciclo da violência, e divide-se em oito Subprogramas:

1. Egressos e pessoas em conflito com a lei;
2. Segurança comunitária: cooperação social e prevenção às violências;
3. Pessoas em situação de rua e drogas;
4. Gênero e LGBT;
5. Criança, adolescente e idoso;
6. Paz nas escolas;
7. Pessoas com deficiência;

8. Juventude e igualdade racial.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, com os seguintes destaques: I) articulação de ações nas Áreas Integrada de Segurança Pública – AISP; II) participação na ação Centro Legal (policiamento ostensivo); III) criação do Núcleo de Enfrentamento ao Homicídio; desenvolvimento dos Projetos Esporte à Meia Noite, Picasso não Pichava, Oficina de Cinema e Peça de Teatro Baby; IV); assinatura do protocolo de intenções entre a SSP/DF, MPDFT e o TJDFT para implantação do Programa de Segurança Pública Preventiva para Mulheres sob Medida Protetiva de Urgência; e V) publicação do Decreto 37.462, de 05 de julho de 2016, que dispõe sobre a denominação, finalidade, estrutura, composição, atribuições dos componentes, funcionamento, forma de atuação e criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

SECRIANÇA

A Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) está alinhada com a Política Nacional de Direitos Humanos que tem como princípios norteadores o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que esses direitos são universais, com equidade e justiça social.

Nosso objetivo é a consolidação de uma Política que promova a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, respeitando as condições de pessoas com deficiência, as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Nossas ações seguem as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas na universalidade e indivisibilidade dos direitos, intersetorialidade e atuação em rede.

As Políticas para Crianças e Adolescentes atuam em três linhas estratégicas, são elas:

1) Política de Formação Continuada em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

2) Política de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes

3) Política de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Para garantia dessas políticas públicas foram realizadas diversas ações, em especial:

1) A inauguração do **Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio**, que visa o atendimento multidisciplinar e humanizado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, foi realizado no dia 25 de outubro de 2016, está localizado na 307 Sul e veio consolidar as políticas públicas pretendidas no Programa Temático 6217, Objetivo Específico 005. O nome 18 de Maio é uma referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A unidade disponibiliza uma estrutura de profissionais que possibilitam a intersetorialidade e centralidade no atendimento de forma a evitar a revitimização com a repetição do relato dos fatos, aproximando os atendimentos protetivos, com enfoque psicossocial, da responsabilização do autor. O objetivo é a escuta especializada da criança e do adolescente, com profissionais extremamente capacitados, em que a oitiva ocorre sempre com o acompanhamento de um agente da polícia civil. Em todas as etapas do processo — da oitiva da criança ou do adolescente à responsabilização do autor —, o foco é evitar a chamada revitimização, que acontece quando a pessoa que sofreu violação é obrigada a relembrar e recontar o fato. Os produtos do Centro são o relatório psicossocial encaminhado à rede após o estudo, o boletim de ocorrência para iniciar os processos investigativos, a oitiva gravada para fins legais e de consulta, quando necessário e respeitados os critérios de sigilo, o acompanhamento dessa família aos serviços emergenciais da rede e o monitoramento da situação da família.

Nas primeiras semanas de funcionamento, o Centro ofereceu capacitação para servidores. Os atendimentos começaram em 0-‘6 de novembro de 2016, a partir dos encaminhamentos feitos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e pelos Conselhos Tutelares do DF.

Os atendimentos de profilaxia, bem como os demais exames e tratamentos de saúde necessários às vítimas são feitos no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB) e no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), unidades de saúde de referência nesses casos.

O Laboratório Sabin, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a organização Childhood são parceiros na ludoteca do Centro, nos equipamentos e mobiliários e na capacitação, respectivamente.

A expectativa é atender cerca de 360 pessoas por ano, atendendo a demanda atual, conforme dados de denúncias do Disque 100 no Distrito Federal. O diferencial do Centro 18 de Maio em relação às demais instituições é a possibilidade que tem a vítima de violência sexual de prestar depoimento apenas uma vez. A escuta qualificada permite o atendimento qualificado e integrado para que a criança não tenha que contar o que lhe ocorreu a cada instância da rede, revitimizando-a nesse processo.

Os maiores desafios para a implementação do Centro atualmente são: as ausências dos profissionais da Secretaria de Saúde que seriam cedidos para compor a equipe do Centro e ainda não foram, atrapalhando o processo de formação, a composição das equipes e o completo funcionamento do serviço; a disponibilização do sistema para o Registro de Ocorrências policiais a fim de garantir o atendimento previsto por parte dos agentes de polícia; a disponibilização de mais uma agente de polícia com a finalidade de compor a equipe no período da tarde, conforme tratativas; a ausência de equipamento próprio de gravação das oitivas, dependendo de equipamento emprestado e sem as características desejadas; e a ausência de um banco de dados interno para a armazenagem segura das informações de cada caso.

2) O **Comitê pela Primeira Infância**, criado pelo Decreto n° 34.136 de 05/02/2013 e reestruturado pelo Decreto nº 36.509 de 22 de maio de 2015, possui a atribuição precípua de aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução ordinária Nº 135/2013, de 28 de novembro de 2013.

Coordenado pela SECRIANÇA-DF por meio da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, durante o ano de 2016, o Comitê realizou o mapeamento das ações para a primeira infância nas Secretarias de Estado, acompanhou o Projeto de Lei nº 821/2015 e organizou a 1ª Semana do Bebê do Distrito Federal.

Se bem estruturado, o Comitê tem potencial de contribuir para o aumento da qualidade do atendimento prestado a crianças de 0 a 6 anos, aumento do acesso dessas crianças a bens públicos e políticas de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, assistência social, dentre outras), redução no número de violações de direitos de crianças pequenas, aumento da participação de crianças de até 6 anos na formulação e consolidação de políticas públicas, dentre outros.

3) As **campanhas e mobilizações contra violação de direitos de crianças e adolescentes** têm como objetivo sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. As campanhas de enfrentamento a violência sexual mobilizam as redes locais de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, por meio de ações de prevenção em escolas, distribuição de materiais em feiras, caminhadas e blitz educativas sobre o tema. Além dessas ações a sociopolítica realizou em 2016 duas ações importantes de capacitação da rede do DF na temática, em março de 2016 foi realizado o II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento a vítimas de violência, reunindo experiências de todo o pais e da rede do DF e no segundo semestre foi realizado, em parceria com a EAPE, o Curso de formação em prevenção a violência sexual para professores, conselheiros tutelares e demais servidores da rede de garantia de direitos do DF.

4) Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de defesa dos direitos infantis, o governo de Brasília lançou, no dia 10/10/2016, o **Mês da Criança** com o tema 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz', sob a coordenação da SECRIANÇA-DF. As ações objetivam o direito a informação e ao entretenimento com a finalidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, e fomentar a implementação e o fortalecimento de políticas públicas visando à inclusão social.

5) **Erradicação do Trabalho Infantil no Lixão da Cidade Estrutural** por meio da participação da Secretaria de Estado da Criança, Adolescente e Juventude no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril e prorrogado pelo Decreto nº 36.618 de 20 de julho, ambos de 2015, com a finalidade de elaborar e de executar um Plano de Intervenção para o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

Ao final de 2016, foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a retomada das atividades do Grupo de Trabalho voltado a desenvolver ações para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na Estrutural.

Em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural.

A SECRIANÇA tratou ainda a questão do melhoramento do Conselho Tutelar da Estrutural como ferramenta de apoio para qualificação dos atendimentos, a infraestrutura do Conselho passará por melhorias. Outra ação que a SECRIANÇA estará promovendo em parceria com a SEDESTMIDH será a reativação da Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF (CEPETI) para discussão da situação do Trabalho Infantil no DF.

6) **Enfretamento do Trabalho Infantil na Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA**. A CEASA coordena as ações para o enfrentamento a situações de trabalho infantil identificadas nas cadeias produtivas que circunscrevem as atividades ali desenvolvidas, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta Inquérito Civil nº 000684.2013.10.000/8, e se colocam para construir e aperfeiçoar estratégias de fortalecimento da rede de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes e de desempenhar o controle social necessário para acompanhar e monitorar a situação.

Para fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos foi realizado uma ação de capilaridade nos territórios, com a realização de Seminário Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva, no dia 24 de junho. Como últimos encaminhamentos de 2016, o Grupo de trabalho da Ceasa solicitou a SECRIANÇA-DF a elaboração de Ofício a ser encaminhado para o Ministério Público do Trabalho objetivando um maior controle da situação da disponibilização de vagas para aprendizado de empresas no DF e a inclusão dos adolescentes detectados em situação de trabalho infantil na Ceasa.

SEDESTMIDH

Para enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o sexismo, e a transfobia, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade com vistas a fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas a secretaria adentrou nos territórios e desenvolveu rodas de conversas sobre direitos humanos, inclusive em centros comunitários e núcleos universitários nos territórios, além das administrações regionais e assentamentos ou núcleos rurais.

Apesar da maioria das ações relativas à segurança pública e igualdade racial terem sido atreladas ao financiamento dos projetos, a ação não orçamentária referente ao Disque Racismo de elaboração normativa vem sendo implementada com a minuta de instrução normativa.

SEJUS

O PRÓ-VÍTIMA é um programa de Assistência Multidisciplinar às Vítimas de Violência, vinculado à Secretaria de Estado e Justiça e Cidadania do Distrito Federal e é executado pela Subsecretaria de Proteção as Vítimas de Violência - PROVITIMA.

O Pró-Vitima ocupa-se da pessoa que, individual ou coletivamente, tenha sofrido um prejuízo ou atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor.

É sabido que as vítimas de crimes violentos ou seus familiares muitas vezes não são contemplados pelos programas sociais oferecidos pelo Estado o que aumenta não só o nível de desamparo da pessoa que sofreu o dano, como o sentimento de que o Estado, ao exercer o direito de punir o agente que ofendeu a Lei, ocupe-se mais do agressor do que do agredido.

Durante o ano de 2016 foram realizadas ações que ofereceram assistência multidisciplinar na área psicossocial e jurídica às famílias vitimadas por crimes: homicídio, tentativa de homicídio, estupro, estupro de vulnerável, violência no trânsito, sequestro, violência doméstica, desaparecimento, latrocínio, tentativa de latrocínio e feminicídio. Tais ações têm como foco cumprir a obrigação do estado de dar assistência e acolhimento às vítimas de violência e seus familiares e suprir a falta de atendimento aos que necessitam.

No que se refere à proteção às vítimas, às testemunhas e seus familiares, a SEJUS deu orientação jurídica com participações e acompanhamentos às vítimas comparecendo às audiências nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em diversos Fóruns do Distrito Federal, totalizando 957 audiências e atendimentos realizados, bem como realizou acompanhamento processual e prestou 144 atendimentos jurídicos aos acolhidos do programa em sua sede e nos postos estabelecidos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal (Posto da 114 Sul, Ceilândia, Guará e Paranoá). Os Postos de Atendimento da Ceilândia, Guará, Paranoá, 114 Sul e a sede (Estação Rodoferroviária – Asa Norte) contabilizaram 1.859 atendimentos psicossociais às vítimas de violência doméstica e familiar, sendo: a) 296 no Posto da 114 Sul; b) 774 em Ceilândia; c) 311 no Guará; d) 341 no Paranoá e 137 na Sede.

Foram realizados 127 atendimentos jurídicos e 62 atendimentos psicossociais com parceiros da Rede (que envolve agentes públicos e privados como universidades, secretarias de estado, Sistema S, ONGs, clínicas etc). Com base no desempenho dos indicadores e nas metas podemos afirmar que o Ano-Base 2016, sob a avaliação, não alcançou todas as metas propostas no PPA 2016/2019 por razões que envolvem, sobretudo, mudanças de gestão.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	6	1	Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	*	-	-	-	0	0
6217	6	2	Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6217	6	3	Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6217	6	4	Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6217	6	5	Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6217	6	6	Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	50
6217	6	7	Criar e implementar plano de valorização e qualificação dos profissionais da segurança pública; (SSP)	24101	100	%	MAIOR, MELHOR	*	-	-	-	0	0
6217	6	8	Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)	24103	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10
6217	6	9	Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)	24103	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6217	6	10	Elevar anualmente em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)	24104	8	%	MAIOR, MELHOR	-1	-	-	-	1%	12,50
6217	6	11	Capacitar uma média de 515 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período; (SSP)	24101	2.060	UNID	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6217	6	12	Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)	24103	14.880	UNID	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	60

Análise Qualitativa

1. Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)

Estruturar e implantar o escritório de projetos da Segurança Pública: Autuação de processo que trata da Contratação de prestação de serviços técnicos de apoio à elaboração e/ou revisão do Planejamento Estratégico da SSP/DF, estruturação e implantação do Escritório de Projetos, com adoção de metodologia integrada de planejamento estratégico, de projetos e de processos, com operação assistida à execução do Plano Estratégico da SSP/DF, bem como elaboração e revisão de normas e políticas inerentes às atividades da AGEPRO/SSP.

Elaboração do Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019 (Concluído): Caderno Executivo finalizado, aguardando aprovação e validação pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo. Aguardando também o *layout* pela Assessoria de Comunicação Social, para após a aprovação, realizar as impressões.

Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF): Cooperação tem por finalidade a conjugação de esforços entre os partícipes, visando ao estabelecimento e à implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos territórios do Distrito Federal, Estado de Goiás, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, Estado de Rondônia, Estado de Tocantins, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais e Estado do Maranhão por meio da criação de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, a integração do serviço de inteligência dos organismos de segurança pública, ações integradas entre as instituições de segurança pública e/ou Defesa Social, reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e obtenção de resultados, ações de prevenção de violências e ações de repressão qualificada da criminalidade, do encaminhamento de proposições legislativas e a construção de um Acordo de Cooperação Interestadual de Segurança Pública e/ou Defesa Social Integrada.

2. Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)

Portaria nº 16, de 23/05/2016: Regulamenta o art. 5º do Decreto nº 36.620/2015, que dispõe da criação do Comitê Gestor de Dados e Informações sobre Segurança Pública, composto por um representante titular e um suplente indicado pelos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública do DF e do DETRAN.

3. Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)

O grande diferencial do "Viva Brasília" corresponde à metodologia de gestão compartilhada que utiliza para coordenar e articular as ações intragovernamentais e intergovernamentais entre: o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, áreas intersetoriais do governo, com destaque para as Secretarias de Estado voltadas para políticas sociais, sociedade civil e movimentos sociais do Distrito Federal. Tal gestão compartilhada parte da elaboração de diagnósticos específicos sobre a situação de criminalidade de cada Região Administrativa do DF e busca o alcance de indicadores e metas de desempenho pactuadas, além da realização de reuniões sistemáticas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública.

Nesse sentido, o Programa "Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida" desenvolve um modelo de gestão em segurança pública amparado na perspectiva de que a situação de vulnerabilidade a violências, desordens, incivilidades e crimes requer do Estado a consolidação de estratégias de intervenção articuladas entre o setor policial e outros diferentes setores. É inspirado em modelos, estratégicas e procedimentos de gestão por resultados implementados e testados em territórios que promoveram uma redução acentuada em suas taxas de violência e criminalidade, tais como: Nova York, Bogotá, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. Desse modo, a metodologia se vale da elaboração de indicadores e metas de desempenho, além da realização de reuniões periódicas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública de forma pactuada entre os órgãos de segurança pública, demais áreas do governo e a sociedade civil do DF.

No ano de 2016, o processo de articulação e coordenação do "Viva Brasília" baseou-se na realização de reuniões periódicas, contemplando diferentes níveis de tomada de decisão, para: analisar problemas de segurança pública, buscar soluções e avaliar resultados. A preparação das reuniões ocorreu a partir de um levantamento abrangente sobre os problemas de segurança pública que mais afetam a população.

As fontes de informação utilizadas para a definição dos assuntos a serem discutidos nas reuniões do "Viva Brasília" foram oriundas das estatísticas, análises criminais e pesquisas de vitimização produzidas pela Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI/SSP-DF). Também foram fontes de informações as demandas da população apresentadas das reuniões dos 37 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) e nos eventos Rodas de Conversa e Voz Ativa, que promoveram o diálogo direto do Governador com a comunidade local.

4. Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)

Meta não atingida.

5. Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social realizou o acompanhamento, fiscalização e recebimento das seguintes obras: ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP, no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o acréscimo de 400 vagas, foram concluídas e entregues em 25 de dezembro de 2016; ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, na Fazenda Colméia no Gama, que permitiu o acréscimo de mais 400 vagas, foram concluídas e entregues em 14 de setembro de 2016; construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, obra entregue em dezembro de 2016, objetivando capacitar 300 internas.

Quanto às obras de construção dos Centros de Detenção Provisória, CDP's 1, 2, 3 e 4, no Complexo da Papuda está seguindo o cronograma previsto e se encontrava na 17ª medição, realizada em 15/12/2016, com execução de 42% da obra, e o acompanhamento é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

As aquisições abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

Outras Aquisições

DESCRIÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Impressora multifuncional	08	80.000,00	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF
Extintores Diversos	1.393	1.286.866,00	
Terminal de radiocomunicação digital	272	858.976,00	
Terminal de radiocomunicação digitaltetra portátil	100	374.200,00	751904/2010-SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	37	194.583,00	751904/2010-SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	640	2.021.120,00	751904/2010-SENASP/MJ
CorrelacionadorOminiespectrais de radiofrequência	02	484.666,00	775735/2012-SENASP/MJ
Detector de junção não linear com 2,4GHZ de frequência de transmissão	02	264.588,00	775735/2012-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	265.729,00	789133/2013-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	16.271,00	789133/2013-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Lancha de salvamento e combate a incêndio medindo	01	1.000.000,00	802614/2014-SENASP/MJ
Lancha de salvamento e combate a incêndio	01	424.970,00	802614/2014-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER	09	1.136.782,00	802615/2014-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2015/2016	01	132.218,00	802615/2014-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Móveis Diversos (Cadeiras, Mesas, Gaveteiros, Armários, Outros)	1.301	1.117.836,00	

FONTE: SUAG/SSP/DF

6. Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP)

Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública.

7. Criar e implementar plano de valorização e qualificação dos profissionais da segurança pública; (SSP)

Em 2016 foram realizadas as seguintes ações: Diagnóstico das Condições de Trabalho dos Atendentes da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; Feira da Saúde (com aferição de pressão arterial, exame de glicemia, campanha do meio ambiente com a Defesa Civil, saúde bucal, palestras motivacionais, orientações sobre doação de órgãos, otorrinolaringologia); Iniciativas visando Institucionalizar o Programa de Prevenção do Estresse e cumprir com as atividades que constam no plano de trabalho pactuado no Convênio nº 760.179/2011 com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ

8. Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)

A Corporação dentro desta ótica procurou reformular todo o seu sistema de radiocomunicação adquirindo o sistema TETRA, implantou torres de redes de transmissão de dados, e está adquirindo novas estações de trabalho com tecnologias modernas, além do mais, trabalha na questão de auxiliar a SSP na implantação do vídeo monitoramento das ruas do Distrito Federal.

9. Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)

No ano 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de 20 policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior a população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais.

10. Elevar anualmente em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)

Apesar de não haver alcançado a meta de elevar a disponibilidade da frota, é necessário observar o que índice obtido demonstra elevada eficiência em manter os veículos em plenas condições de uso. Para tanto, a manutenção das viaturas é realizada de forma direta no setor vocacionado e indireta por meio de contratação dos serviços e aquisição de peças. O exercício de 2016 se caracterizou pela ampliação da rede de oficinas credenciadas, aumentando o alcance dos contratos quanto às marcas e tipos de veículos. Outra realização foi o lançamento de edital para contratação de mecânicos não apenas para as viaturas, mas também para as aeronaves, garantindo a continuidade da manutenção própria e o acompanhamento especializado das empresas fornecedoras de peças e serviços terceirizados.

11. Capacitar uma média de 515 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período; (SSP)

A longo do ano foram capacitados 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, presencial (844 servidores) e à distância (3.763 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais se destacam: Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Curso de Gestor de Unidades de Combate às Drogas, Curso de Investigações Cibernéticas e Crime Organizado, Curso de Análise Criminal, Curso de Sistema de Comandos e Incidentes, Curso de Investigação de Homicídios, Curso de Capacitação para Atendimento de Pessoas com Deficiência em Situação de Violência com Introdução à Libras, Workshop Lançamento do Plano Estratégico 2016-2019, Capacitação de Atendentes da CIADE e outros

12. Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2016 foram formados 60 Policiais Militares como pode ser observado na tabela acima.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1611	ÍNDICE DE AQUISIÇÕES PARA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SSP	%			ANUAL	80	-	85	90	95	SMT/SSP / UO 24101 / OE 6
1612	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	30/jun/15	TRIMESTRAL	50	100	75	80	90	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
1613	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	%	99,82	30/jun/15	SEMESTRAL	85	99,48	90	90	90	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
1615	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	31/jul/15	MENSAL	255	-	255	255	255	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6
1616	ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO	%	26,90	31/jan/15	ANUAL	100	59,43	100	100	100	PMDF / UO 24103 / OE 6
1618	DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	%	85,13	31/jan/15	ANUAL	87,6	84,49	89,6	91,6	93,6	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
1619	ACIDENTES DE SERVIÇO	%			ANUAL	4,4	8,7	3,52	2,63	1,75	Diret.Saúde/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
1620	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			ANUAL	4,5	4,4	4,5	4,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 /OE 4, 6

Justificativas 2016

Indicador 1611 - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis

Indicador 1612 -Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

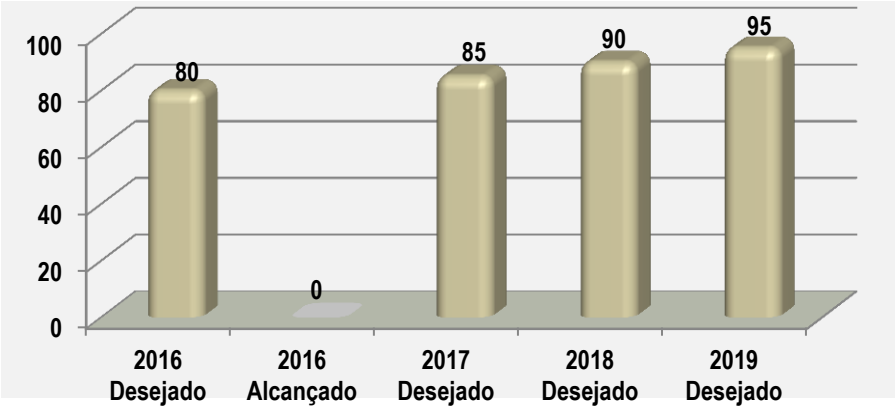
Indicador 1616 - Devido a crise econômica enfrentada pelo pais, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

Indicador 1618 - Verificou-se que durante o ano de 2016 houve interrupção de contrato de fornecimento de peças. Contudo, a regularização dos contratos de fornecimento de peças no decorrer do 1º trimestre contribuiu para que o resultado ficasse bem próximo da meta, tendo crescido em relação ao ano de 2015, um fator positivo.

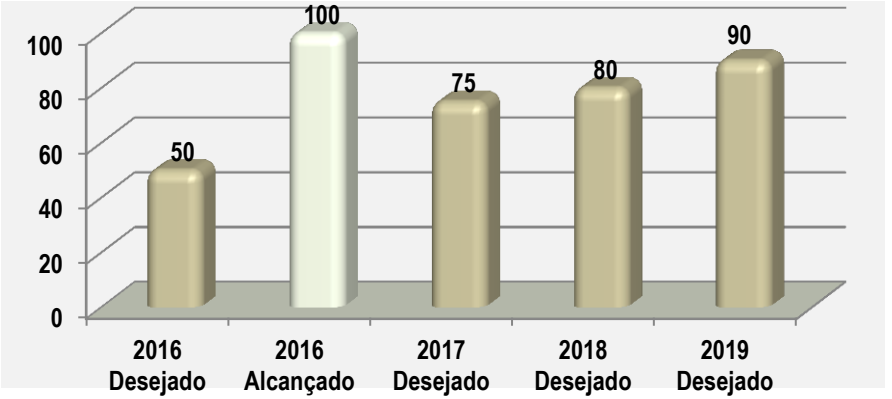
Indicador 1619 - Verificou-se que no ano de 2016 houve melhora no resultado do indicador em relação aos 3 anos anteriores. Apesar do resultado aquém da meta, este setor vai envidar esforços no sentido de verificar se há correlação entre parte dos acidentes relatados com os meses de seca (Operação Verde Vivo) e/ou a realização de cursos operacionais, a fim de melhorar o alcance ou reanalisar as metas estipuladas com parâmetros internacionais.

Indicador 1620 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários.

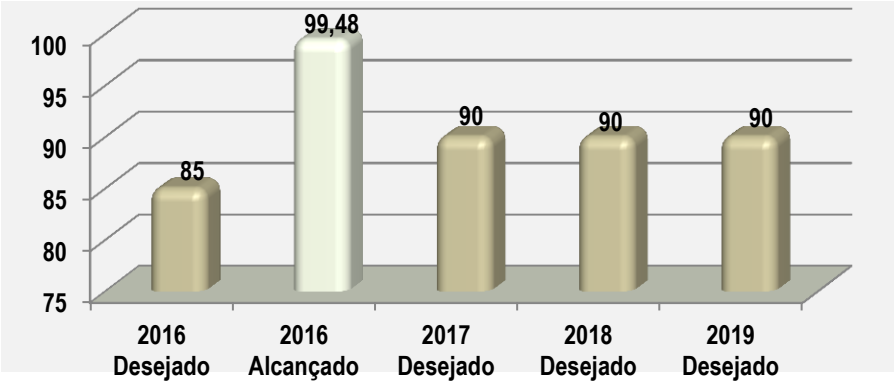
ÍNDICE DE AQUISIÇÕES PARA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SSP



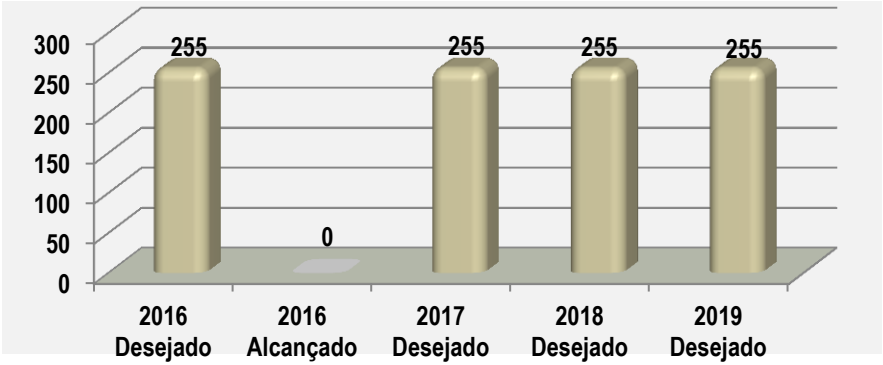
ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



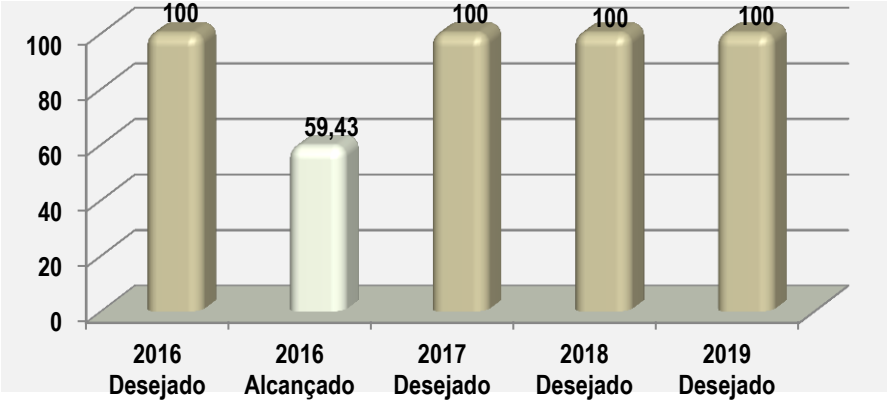
ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



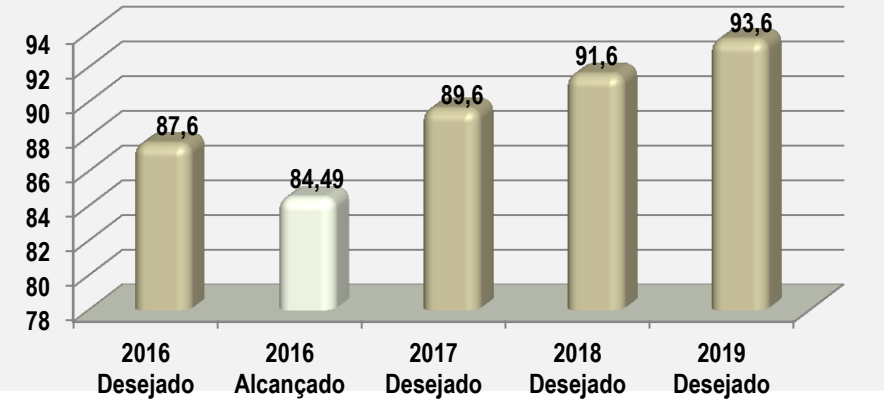
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



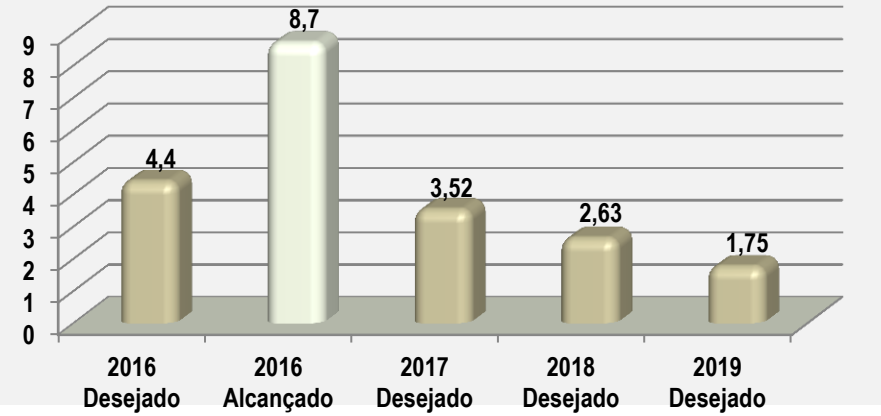
ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO



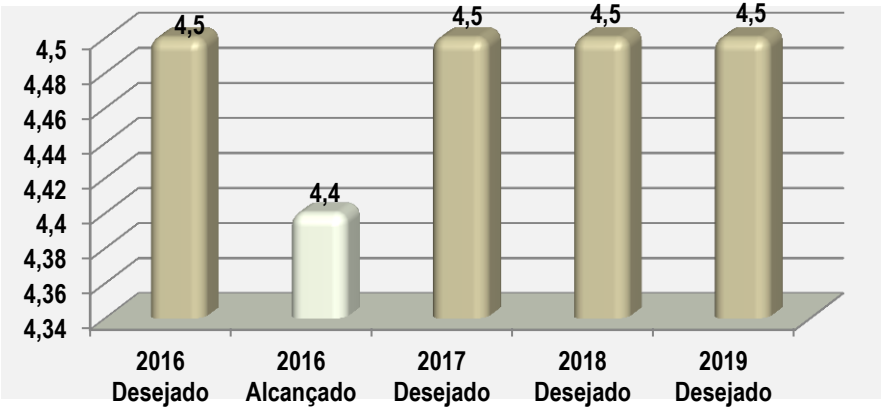
DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL



ACIDENTES DE SERVIÇO



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	6	1	Formulação Planejamento Estratégico integrado entre SSP e Forças de Segurança; (SSP)	24101	100	Plano Estratégico elaborado, aguardando validação do Secretário.
6217	6	2	Implantação de Metodologia de Gestão Estratégica; (SSP)	24101	100	Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.
6217	6	3	Aprimoramento da Metodologia de Gerenciamento de Projetos; (SSP)	24101	50	Ação não orçamentária parcialmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Canvas, Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma.
6217	6	4	Divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria; (SSP)	24101	*	Não houve nenhuma atividade de divulgação específica desta Pasta. Divulgação realizada apenas pela Ouvidoria Geral do GDF.
6217	6	5	Criação do Comitê Gestor de Sistemas na SSP; (SSP)	24101	0	Ação orçamentária não implementada.
6217	6	6	Gestão junto à Governança-DF para retomada de projetos paralisados; (SSP)	24101	100	A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	6	7	Criar e implantar um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração; (PMDF)	24103	80%	No ano de 2016, iniciou-se a criação do Manual de Orçamento das PMDF e do Manual de Logística da PMDF. Ambos estão em fase de conclusão.
6217	6	8	Divulgar para a sociedade, as atividades realizadas e os resultados obtidos pela Corporação; (PMDF)	24103	100%	A Corporação divulga diariamente sua produtividade em seu SITE oficial, estando disponível a toda a População do Distrito Federal.
6217	6	9	Implantar o Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal; (PMDF)	24103	80%	A proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF. Como o código será um Decreto Federal, a proposta está seguindo a tramitação específica.
6217	6	10	Criação e implementação de programas motivacionais voltados para melhoria da produtividade do serviço policial militar; (PMDF)	24103	0%	Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição
6217	6	11	Implementação da reestruturação da carreira policial militar; (PMDF)	24103		Em andamento.
6217	6	12	Criar e Implantar a Perícia Criminal da Polícia Militar do Distrito Federal. (PMDF)	24103	20%	A corporação formou 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF, o Núcleo de Perícia Criminal. Contudo, para a efetivação completa, necessita-se de aquisição de equipamentos específicos.

*Não foi possível mensurar

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo Específico "Governança, Gestão e Pessoas: desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade", caracteriza-se por fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria concreta das corporações e instituições de segurança pública, assim como das organizações e dos métodos praticados, da informação gerencial e da capacitação de pessoas, assumindo os contornos estratégicos pretendidos.

A atual proposta de gestão e governança da segurança pública do Distrito Federal, passa pelo surgimento de um novo profissional da área, identificado por uma gestão de pessoas eficientes, embasada na capacitação de competências. Dessa forma, como características principais da nova gestão da segurança pública, merecem destaque: busca pela revitalização da função da segurança pública e profissionalização dos servidores inerentes, bem como pela competência institucional, enfatizando a redução da criminalidade violenta e a proteção social; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas; implantação de arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos, fortalecendo o controle social e enfatizando a gestão da informação. É pertinente elencar as diretrizes básicas que norteiam a governança do programa o Programa Segurança com Cidadania: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Institucional.

No que tange aos mecanismos de gestão aplicados, convém acentuar que os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública, através das melhores práticas de gestão, objetivando sempre o aperfeiçoamento da integração dos órgãos vinculados à segurança pública, conquistando a sinergia entre recurso, ação e resultado.

Evidencia-se, portanto, que a governança e a gestão das políticas públicas de segurança orientam-se para a sociedade, deslocando o foco exclusivo e tradicional da atividade repressiva para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Com isso, surge o imperativo de fortalecer e trazer efetivamente a sociedade para o centro do processo de decisão política do planejamento da segurança pública, promovendo a gestão assentada no interesse público.

Releva notar, que nesse processo, os agentes de segurança pública estão em posição de protagonismo central, pois são os responsáveis por levar a efeito os atos de governança, para o que se requisita a formação e a mobilização de competências específicas e direcionadas de conteúdo técnico e político.

Nesse contexto, a área de gestão de pessoas, notadamente a de desenvolvimento e valorização dos profissionais de segurança pública, assume posição destacada. Ao serem orientados e capacitados para agirem em seu próprio nome, no bojo do cenário social imposto e junto às instituições vinculadas, com a colaboração maciça das respectivas academias de ensino, os servidores públicos da segurança exercem a cidadania e propiciam o engajamento transversal no alcance e manutenção da paz social.

Com a qualificação adequada e direcionada dos profissionais de segurança pública, reforça-se os mecanismos de envolvimento institucional e social na formulação, na execução, na correção da trajetória e do aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança, norteando a direção da busca pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

Diante de tais considerações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde destacam-se: I) a conclusão e implementação do Planejamento Estratégico e alinhamento deste com o PPA da Secretaria; II) Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF); III) implantação do Sistema de Gestão da Informação em Segurança Pública – SIGEO; conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); IV) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, V) aquisição de diversos equipamentos; VI) conclusão do Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública; VII) realização da Pesquisa de Vitimização; e VIII) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Destaca-se ainda que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

PMDF

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, atuou ainda com o foco na redução dos índices de crimes violentos. Houve concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, valorizando o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve ainda, investimentos na aquisição de equipamentos apropriados que proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas. A corporação formou ainda 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF, o Núcleo de Perícia Criminal, e está buscando criar um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração. Ademais, a proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF, sendo que resta apenas a tramitação específica.

DETRAN

Visando a valorização dos profissionais no âmbito do DETRAN/DF foram realizados cursos e eventos de formação continuada. No ano de 2016 foram atendidos 434 servidores no período de 18 de fevereiro a 06 de dezembro, contemplados nos eventos assim especificados: cursos presenciais foram atendidos 371 profissionais, nos cursos à distância foram 63 servidores.

Os profissionais também puderam participar de seminários e congressos fora do DF a fim de aprenderem com a experiência de outros Estados, nesse caso 14 servidores se deslocaram para outras unidades com objetivo de serem capacitados nas diversas áreas de interesse do órgão, como por exemplo: educação, engenharia e fiscalização.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6217	7	1	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)	24105	10	%	MAIOR, MELHOR	2,44	-	-	-	2,44	40,17
6217	7	2	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	24105	2	%	MAIOR, MELHOR	1,46	-	-	-	1,46	56,49
6217	7	3	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)	24105	100	%	MAIOR, MELHOR	99,76	-	-	-	99,76	99,76

Análise Qualitativa

1. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)

Meta não atingida - A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

2. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78, 58%. Contudo, o índice alcançado foi de 56,49%, o que corresponde a 1,46%. O índice de alcance total foi de 73%.

3. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1622	ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	%	40,17	31/dez/14	ANUAL	44,18	44,24	48,60	53,46	58,81	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
1623	TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	31/dez/14	ANUAL	78,58	52.79	80,15	81,75	83,39	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
1624	ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%			ANUAL	> 95	99,76	> 95	> 95	> 95	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7

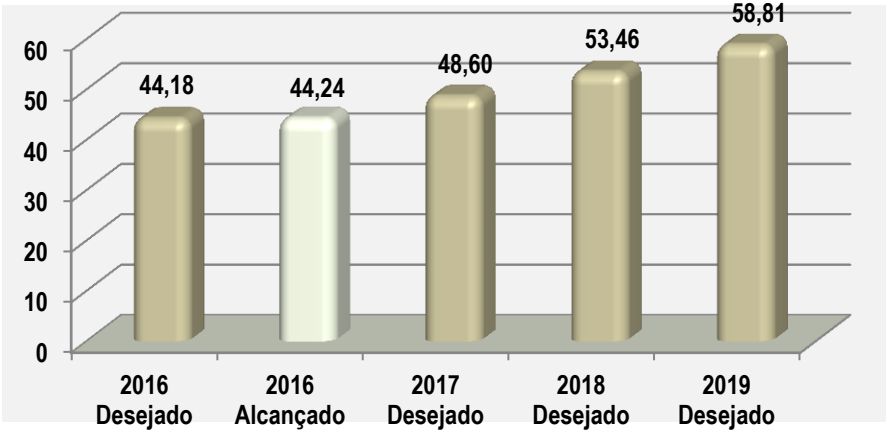
Justificativas 2016

Indicador 1622 - Em que pese a PCDF priorizar a elucidação de crimes de homicídios em todo Distrito Federal, as diversas paralisações ocorridas em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis, além da insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição prejudicaram o desempenho quanto à resolução dos crimes de homicídios.

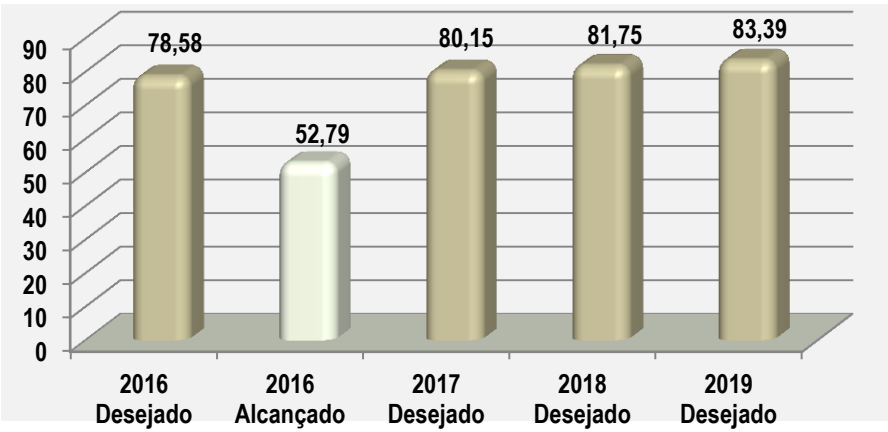
Indicador 1623 - As várias paralisações dos servidores em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis e a insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição ensejaram a redução da taxa de inquéritos relatados nas Delegacias de Polícia.

Indicador 1624 - O índice de Assertividade da PCDF alcançou de 99,76%. Ressalte-se que o Departamento de Administração Geral tem em sua estrutura organizacional uma Comissão Permanente de Licitação e uma Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, as quais atuam em estrita conformidade com as orientações e decisões normativas dos Órgãos Fiscalizadores e de Controle Externo. Estas comissões se encontram vinculadas ao Objetivo Estratégico - otimização dos processos administrativos e operacionais, ref.: P 13, quadro de Objetivos Estratégicos, Programa AVANÇAR do Planejamento Estratégico da PCDF.

ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)

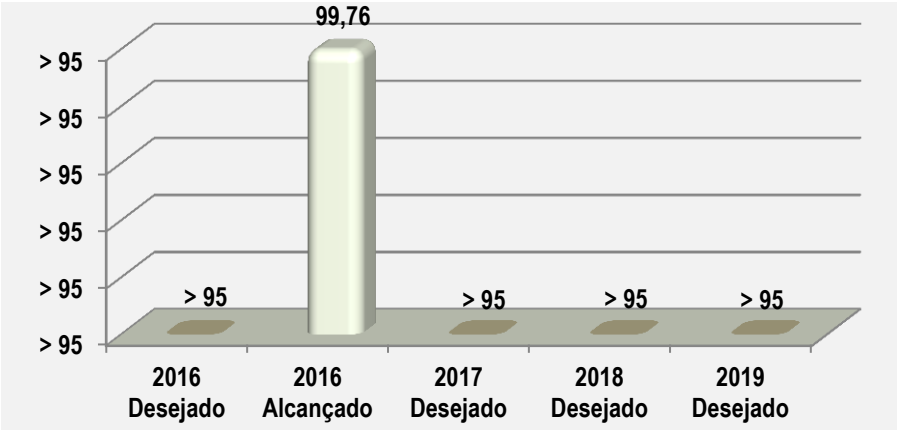


TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)



ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA

> 95



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Prefacialmente impende consignar, que o Objetivo Específico proposto para o período para execução do PPA 2016-2019 compreende a essência e a funcionalidade da Polícia Civil do Distrito Federal /PCDF, tendo o mesmo logrado pleno êxito, pois, diuturnamente a Instituição foi instada a alcançá-lo.

Nesse sentido, a PCDF elaborou a partir de sua ideologia corporativa que são expressas na concepção de seu Negócio, Missão, Visão e Valores, o "Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil do DF" - projeto este voltado à implantação do Planejamento Estratégico da Instituição para o período 2014-2020, quais sejam:

Negócio: Elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de polícia judiciária e promover a cidadania.

Missão: Até 2020, ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30%, com repercussão na diminuição da criminalidade no DF.

Visão: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, visando aprimorar o exercício da cidadania.

Noutro giro, consignamos que a PCDF tem gerido de forma eficiente e eficaz seus Orçamentos Anuais no período PPP 2016-2019, atentando para os objetivos do Programa Temático - 6217 - Segurança Pública – assim como para as disposições contidas nas diretrizes de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal e Distrital.

Por fim, é fácil perceber a similitude das reflexões conceituais do Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil com o Objetivo Específico indicado para execução do PPA 2016-2019, fortalecendo, destarte, a busca da Instituição por incremento dos índices de resolução de crimes, por meio da elaboração de procedimentos formais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

PROGRAMA TÉMATICO:
6228 – FAMÍLIAS FORTES

OBJETIVO GERAL:
Promover o desenvolvimento humano e social, garantindo o respeito às individualidades por meio da integração das políticas públicas voltadas à inclusão social, cidadania, direitos humanos e proteção.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH
001 – ACESSO À RENDA: Elevar a renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza.
002 – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
003 – DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL: Garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conferindo eficiência e eficácia à rede de atendimento e proteção social dos usuários da política de assistência**.**
51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA
004 – PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: Fortalecer o Sistema de Garantia de Diretos de Crianças, Adolescentes e Juventude, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e Estatuto da Juventude, promovendo seus direitos fundamentais**.**
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS
005 – PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, ATENÇÃO INTEGRAL E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS: Promover a conscientização da população, a prevenção do uso de álcool e outras drogas, a inserção social dos usuários, com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, atenção psicossocial integral, redução de danos, reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção no mundo do trabalho.
51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA
006 – RESGATE DA CIDADANIA - Resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei com dignidade, dando-lhes oportunidades de crescimento pessoal e profissional, através da educação, arte, cultura, esporte, lazer entre outros, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários**.**
51.901 – FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA

007 – FORTALECIMENTO DE PARCERIAS - Fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais.

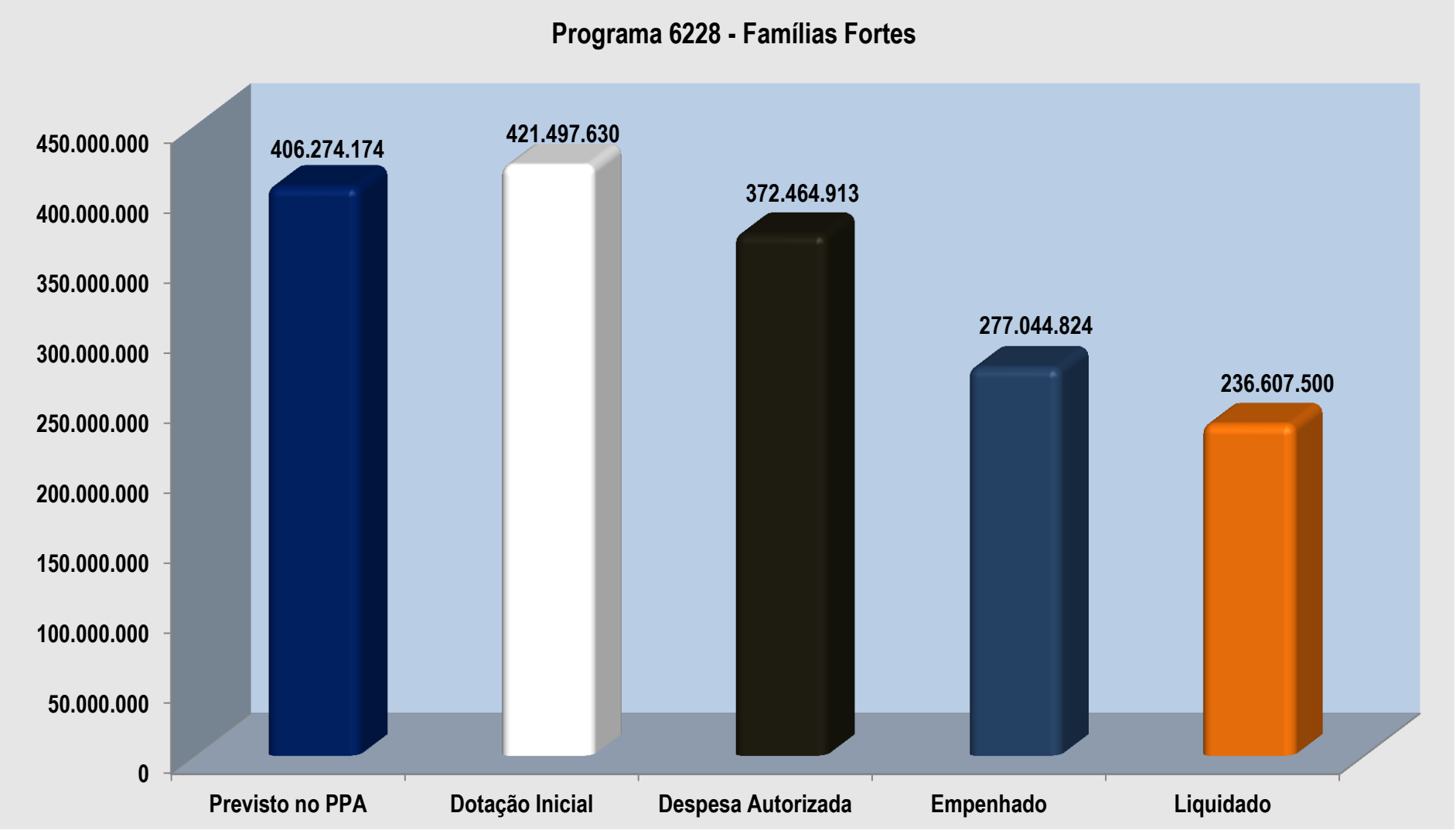
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1235 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	1.473.000	1.473.000	607.692	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200.000	8.200.000	1.339.077	352.272	352.272	176	176
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	998.000	998.000	1.497.432	1.497.431	1.497.272	150	150
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.700.010	2.700.010	3.739.463	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10.000	10.000	0	0	0	0	0
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	15.785.108	15.785.108	29.681.519	5.656.560	4.277.764	36	27
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	1.998.000	2.398.000	2.478.000	1.530.061	1.368.122	77	68
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	100.000	100.000	660.606	0	0	0	0
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	5.695.568	5.795.568	3.917.654	1.450.000	1.450.000	25	25
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	550.000	550.000	803.726	803.726	803.726	146	146
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	2.816.186	2.629.642	4.704.696	4.558.042	4.414.405	162	157
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	6.492.000	6.492.000	4.415.185	1.584.990	1.056.660	24	16
2623 - CUIDANDO DA VIDA	220.000	220.000	1.019.471	0	0	0	0
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	400.000	300.000	1.972.153	0	0	0	0
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	400.000	400.000	0	0	0	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	37.905.125	37.905.125	24.185.034	24.180.759	23.843.547	64	63
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.000.000	1.000.000	70.000	0	0	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	1.024.370	1.024.370	930.347	0	0	0	0
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.101.000	1.101.000	0	0	0	0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3184 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.697.050	1.697.050	506.908	305.455	298.284	18	18
3186 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	2.362.000	2.362.000	4.990	4.988	0	0	0
3188 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	30.000	30.000	2	0	0	0	0
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	30.000	30.000	3.991	0	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	110.000	110.000	31.318	0	0	0	0
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	200.000	200.000	70.000	0	0	0	0
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	1.845.222	2.845.222	610.000	0	0	0	0
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	462.185	462.185	462.185	292.008	188.715	63	41
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	100.000	100.000	170.759	170.759	170.759	171	171
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	6.505.665	6.505.665	9.506.606	537.200	537.200	8	8
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.153.624	1.253.624	1.233.624	436.217	310.707	38	27
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.865.442	1.865.442	1.865.442	0	0	0	0
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.230.000	1.230.000	187.151	183.975	166.607	15	14
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.050.000	1.400.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS		0	0	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000	1.280.000	270.000	200.000	0	100	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	32.009.729	32.009.729	33.497.372	27.627.002	24.839.201	86	78
4153 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	846.000	846.000	717.072	92.860	72.717	11	9
4154 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	6.100.000	6.300.000	6.399.297	6.351.520	5.641.286	104	92
4155 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	593.000	723.000	1.081.493	822.624	663.748	139	112
4156 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	20.000	20.000	20.000	0	0	0	0
4158 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS	8.970.000	8.970.000	10.008.447	9.589.159	8.713.595	107	97
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	130.000	130.000	797.933	130.486	105.962	100	82
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.200.000	4.200.000	15.190.257	0	0	0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	109.768.664	109.768.664	113.632.390	113.631.891	86.840.295	104	79
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30.000	1.330.000	391.825	0	0	0	0
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	7.700.000	7.700.000	9.572.963	8.355.636	7.603.602	109	99
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	8.109.097	8.109.097	3.868.930	2.779.858	2.714.868	34	33
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	42.000.000	42.000.000	21.379.762	13.821.284	12.267.343	33	29
4179 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	1.516.120	1.516.120	1.006.629	652.731	441.962	43	29
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	60.000	60.000	51.267	0	0	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	144.000	144.000	625.733	0	0	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	60.000	60.000	15.560	0	0	0	0
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	20.837.000	20.837.000	17.075.546	16.331.872	14.760.297	78	71
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	28.150.099	29.500.099	13.897.352	9.955.951	9.955.951	35	35
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	235.000	635.000	2.684.464	270.000	0	115	0
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	31.889.910	31.889.910	21.123.137	21.050.318	19.599.706	66	61
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.200.000	1.200.000	522.902	386.385	202.432	32	17
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	900.000	900.000	786.452	786.451	786.451	87	87
5762 - CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	1.000.000	1.000.000	1.173.099	664.353	662.044	66	66
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	96.000	1.196.000	0	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA	**406.274.174**	**421.497.630**	**372.464.913**	**277.044.824**	**236.607.500**	**68**	**58**

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:25.101 – SEDESTMIDH ; 44.101 – SEJUS e 51.101 – SECRIANÇA, FDCA)


Programa 6228 - Famílias Fortes
450.000.000
400.000.000
350.000.000
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
406.274.174
421.497.630
372.464.913
277.044.824
236.607.500
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:
001 – ACESSO À RENDA: Elevar a renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	1	1	Instituir programa de transferência de Renda para famílias pobres e/ou extremamente pobres do DF cadastradas no Cadúnico; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6228	1	2	Ampliar o registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	61,5	-	-	-	61,5	61,5

Análise Qualitativa

1. Instituir programa de transferência de Renda para famílias pobres e/ou extremamente pobres do DF cadastradas no Cadúnico; (SEDESTMIDH)

O Programa DF Sem Miséria foi criado pela Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, alterada pela lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011, a qual estabelece critérios e parâmetros a serem adotados para elegibilidade para suplementação financeira, a famílias que recebem o Programa Bolsa Família e não atingem o valor de 140 reais. A suplementação financeira visa reduzir as desigualdades sociais e a superação da extrema pobreza.

2. Ampliar o registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. (SEDESTMIDH)

As condicionalidades são os compromissos que a família assume, nas áreas de educação, saúde e assistência social, ao entrar no Programa Bolsa Família/PBF. São destinadas às crianças e aos adolescentes, entre 0 e 17 anos, às grávidas e às mães em amamentação.

Para cada política existe uma forma de registro do acompanhamento da família, são eles:

- ✓ Informações sobre saúde são registradas a cada seis meses no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), respeitando o calendário do Ministério da Saúde. O responsável pelo registro dos dados é o técnico da área de Saúde.
- ✓ O registro da frequência escolar é feito no sistema do Ministério da Educação (MEC). Os dados da frequência escolar podem ser registrados pela própria escola, ou por um técnico indicado.
- ✓ As informações da frequência às atividades do Serviço Socioeducativo do PETI são registradas no SisPETI, Sistema da Secretaria Nacional da Assistência Social do MDS.

Para acompanhar todo esse processo das 03 políticas, tem-se o Sistema de Condicionalidades - SICON, que sistematiza e disponibiliza informações que evidenciam dificuldades relacionadas à frequência escolar e ao acesso a serviços de saúde.

Assim para uma boa gestão do PBF é importante o cumprimento por todas as políticas de seu papel no acompanhamento das condicionalidades.

No ano de 2016, houve a retomada do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, Secretaria de Estado de Educação/SEE e Secretaria de Estado de Saúde/SES. O comitê tem se constituído em importante espaço de definição de estratégias para superação das dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades da saúde estabelecidas pelo PBF. Algumas das estratégias definidas foram: ações de telemarketing ativo para famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas a famílias público para localização da SES e a realização de atendimento para localização das famílias pelos agentes comunitários da saúde. Este trabalho resultou no acompanhamento de 83% das condicionalidades referentes a política de educação e 33% da política de saúde.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1390	TAC:TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	%	0,42	31/dez/14	ANUAL	0,55	0,58	0,65	0,75	0,75	Cadastro Único/MDS / UO 25101 / OE 1
1391	TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	%	0,81	31/dez/14	ANUAL	0,83	0,89	0,83	0,85	0,85	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
1392	TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE	%	0,37	31/dez/14	SICON/MDS	0,40	0,33*	0,42	0,45	0,50	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1

* Índice atualizado em relação ao Relatório de Prestação de Contas de 2016 e SIGGO (0,47)

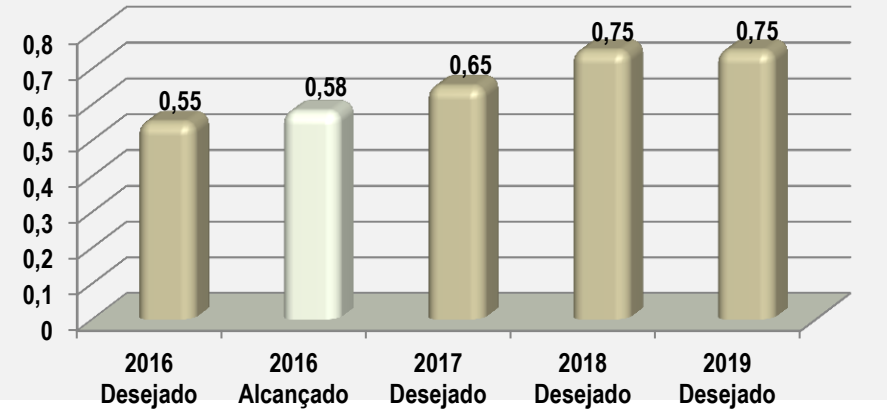
Justificativas 2016

Indicador 1390 - Fundamental a parceria estabelecida com o MDSA para efetivação do procedimento. Neste processo os cadastros desatualizados por período igual a superior a 48 meses são retirados da base cadastral.

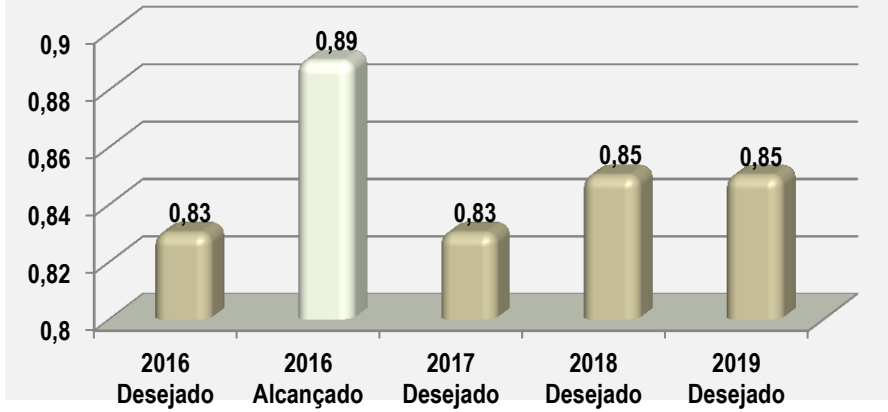
Indicador 1391 - A superação da meta estabelecida se deu em virtude da retomada do Comitê Gestor Inter setorial do Programa Bolsa Família, composto pela SEDESTMIDH, SEE e a SES. Conjuntamente foram cridas soluções relativas ao acompanhamento da frequência escolar.

Indicador 1392 - A retomada do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEE e SES, criou soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento da condicionalidades estabelecidas pelo Programa: telemarketing ativo para a famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas a famílias público para localização da SES e realização de atendimento.

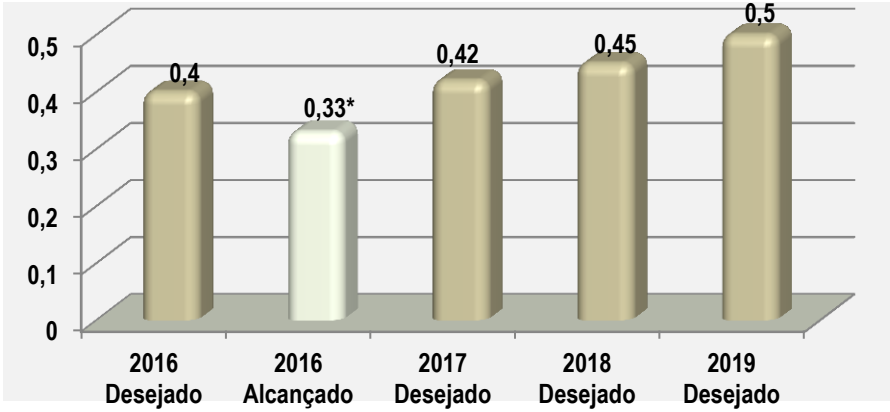
TAC:TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL



TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR



TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

A atual política de transferência de renda do DF, integrante do Plano DF sem Miséria, está associada ao Programa Bolsa Família e consiste em transferir recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda per capita mensal inferior a R$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores do suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às famílias mais pobres receberem mais recurso de suplementação do Plano DF sem Miséria. Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção a quem mais precisa, além de elevar e garantir às famílias patamar mínimo de dignidade.

Ainda em conformidade ao Plano DFSM também se manteve a concessão da "Bolsa-Alfabetização", denominada Bolsa-Alfa, no valor de R$ 30,00 (trinta reais) mensais, destinada aos integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), com idade superior a 15 anos que estejam inscritos e frequentando a 1ª ou a 2ª etapa do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos/EJA ou do Programa DF Alfabetizado.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	1	1	Cadastramento e atualização cadastral das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. (SEDESTMIDH)	25101	102,05	Segundo o último Censo IBGE (2010) o DF possuía 161.263 famílias de baixa renda. Com base no Espelho do Cadastro extraído em 21/01/2017, existiam 161.663 famílias de baixa renda, ou seja, com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que correspondem a mais de 100% da estimativa de famílias de baixa renda, indicando a identificação desse público. A taxa de atualização cadastral tem recebido incremento e superou o índice mínimo estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No Distrito Federal, das famílias selecionadas para o Programa Federal Bolsa Família, 100% das que possuem perfil de elegibilidade ao DF sem Miséria encontram-se beneficiadas, fato que contribui para elevação da renda como forma de contribuir para a redução da pobreza e extrema pobreza. A seleção das famílias é realizada a partir das informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A validade das informações cadastrais é de 24 meses, sendo necessária a atualização após esse período, ou, sempre que houver alteração de dados.

Desde a unificação das bases cadastrais de famílias de baixa renda no DF e utilização do Cadastro Único como instrumento exclusivo de seleção de famílias para programas de transferência de renda, houve a intensificação da busca ativa de famílias, objetivando a inserção de todas aquelas com perfil compatível com o exigido para inscrição no Cadastro Único. Ademais, a demanda por inserção de dados no Cadastro Único tem sido ampliada devido à necessidade de utilização obrigatória* dessa base de dados para seleção de beneficiários e integração de programas sociais voltados à família de baixa renda. Como medida de manutenção/atualização das informações cadastrais, além do processo de Revisão Cadastral ocorreu a exclusão de cadastros com data de atualização superior a 48 meses, processo denominado "Exclusão Lógica", culminado na elevação da Taxa de Atualização Cadastral para 58%.

A melhoria da TAC influencia na elevação da localização das famílias, contribuindo, indiretamente, para o incremento da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE) e Taxa de Acompanhamento da Agenda da Saúde (TAAS).

*Decreto n° 6.135/2007

OBJETIVO ESPECÍFICO:
002 – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	2	1	Diminuir a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 90% dos domicílios do DF, estimados em 3,5% dos domicílios (2013); (SEDESTMIDH)	25101	90	%	MENOR, MELHOR	-	-	-	-	-	-
6228	2	2	Reduzir em 100% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MENOR, MELHOR	-	-	-	-	-	-
6228	2	3	Construir 03 Restaurantes Comunitários e 05 Cozinhas Comunitárias; (SEDESTMIDH)	25101	8	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	12,5
6228	2	4	Reformar e modernizar 08 Restaurantes Comunitários; (SEDESTMIDH)	25101	8	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	12,5
6228	2	5	Promover a aquisição de produtos da agricultura familiar, por meio da incorporação das compras institucionais nos Programas de Provimento Alimentar(continuado ou não); (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	2	6	Implantar o Programa Café da Manhã do Trabalhador; (SEDESTMIDH)	25101	1	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	100
6228	2	7	Coordenar a implementação do SISAN no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6228	2	8	Distribuir 120.000 cestas emergenciais de alimentos a cada ano. (SEDESTMIDH	25101	480.000	UNID	MAIOR, MELHOR	78.007	-	-	-	78.007	16,2

Análise Qualitativa

1. Diminuir a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 90% dos domicílios do DF, estimados em 3,5% dos domicílios (2013); (SEDESTMIDH)

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

2. Reduzir em 100% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave; (SEDESTMIDH)

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

3. Construir 03 Restaurantes Comunitários e 05 Cozinhas Comunitárias; (SEDESTMIDH)

Em 23/05/2016 foi inaugurado o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, em Ceilândia Norte, alcançando a meta de construção de 01 restaurante em 2016. As demais unidades estão previstas para serem construídas nos outros anos.

4. Reformar e modernizar 08 Restaurantes Comunitários; (SEDESTMIDH)

Em 2016 foram realizadas apenas obras de manutenção e reparo nos RCs, tais como as intervenções no RC do Itapoã, com reparo do piso, pintura, manutenção do sistema de água e saneamento, para retomada das atividades, em 21/11/16; e os reparos nas caixas d´água de Ceilândia Centro, Estrutural, Itapoã e Santa Maria.

No tocante às reformas ampliação e modernização dos RCs, o programa tem previsão de início em 01/01/2018 e término em 31/12/2019.

5. Promover a aquisição de produtos da agricultura familiar, por meio da incorporação das compras institucionais nos Programas de Provimento Alimentar (continuado ou não); (SEDESTMIDH)

Os editais das licitações dos programas e ações de SAN da SEDESTMIDH incluíram a compra da produção da agricultura familiar do DF como item prioritário. Para o Programa de Provimento Alimentar Institucional – PROVISAN a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar, assim como o Programa de Provimento Alimentar Emergencial, que prevê a aquisição de cestas verdes e sua distribuição para pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da aquisição da produção da agricultura familiar do Distrito Federal.

6. Implantar o Programa Café da Manhã do Trabalhador; (SEDESTMIDH)

O programa está previsto para iniciar em 2017. Porém, a avaliação da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional indica que a distribuição das refeições fora do ambiente dos restaurantes comunitários pode gerar dificuldades técnicas e logísticas que inviabilizem sua implementação. Não obstante, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades servindo almoço à população, passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro de 2016.

7. Coordenar a implementação do SISAN no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

Em 2016 foram realizadas 06 reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além das reuniões dos grupos de trabalho. Também foram realizadas discussões e aprovada uma proposta de alteração no regimento interno e no Decreto que organiza o funcionamento do CONSEA/DF. Além disso, no segundo semestre ocorreu o processo de seleção das novas entidades que representariam a sociedade civil no Conselho.

A CAISAN/DF realizou uma reunião dos Plenos Executivo e Secretarial. Em 2016, as atividades desta Câmara Intersetorial ficaram voltadas para a realização de uma avaliação das metas do I PDSAN que teve a sua vigência encerrada em 2015 e para a articulação com o CONSEA/DF e com a CAISAN Nacional, além de realizar discussões que culminaram na publicação do Decreto n.º 37.865/2016, que alterou o Decreto n.º 33.142/2011.

8. Distribuir 120.000 cestas emergenciais de alimentos a cada ano. (SEDESTMIDH)

Em 2016 foram distribuídas 54.027 cestas secas e 23.980 cestas verdes, totalizando 78.007 cestas emergenciais. Iniciou-se um processo de nova contratação para aquisição das cestas secas, de modo a ampliar a quantidade de cestas adquiridas por mês, no entanto, este processo ainda está em andamento.

INDICADORES DE DESEMPENHO

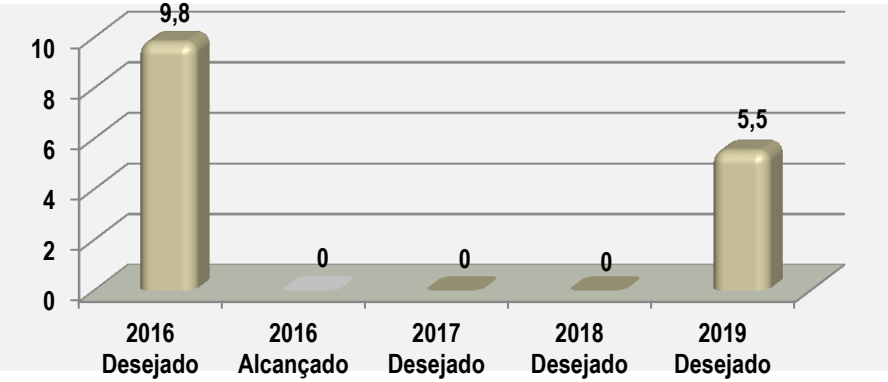
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1393	DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN	%	9,8	31/dez/14	QUADRIENAL	9,8	-	-	-	5,5	PNAD/IBGE / UO 25101 / OE 2
1394	MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO	UNIDADE	24.000	30/abr/15	MENSAL	26.000	25.627	26.000	30.000	30.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 2

Justificativas 2016

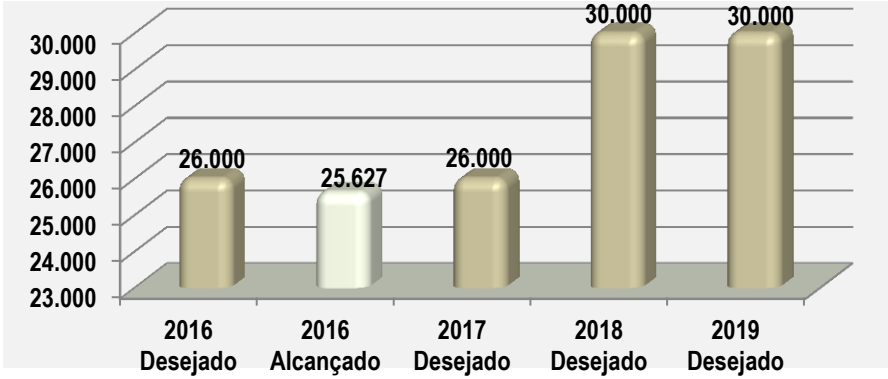
Indicador 1393 - O indicador não pode ser apurado, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

Indicador 1394 - Os atendimentos foram realizados em 200 instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuado - PROVISAN da SEDESTMIDH.

DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN



MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Conforme previsto no art. 10 do Decreto n.º33.329, de 10 de novembro de 2011, o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional é garantido por meio de ações e programas intersetoriais, mediante ampliação do acesso dessas famílias à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (no caso da SEDESTMIDH, são os restaurantes comunitários), aos programas de transferência de renda ou aos programas de provimento alimentar. Além disso, para a promoção desse direito faz-se necessário o adequado funcionamento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal.

Restaurantes Comunitários

O Programa Restaurantes Comunitários (RC) do DF foi responsável por servir mais de 13.422 (treze mil quatrocentas e vinte e duas) refeições por dia, totalizando 4.013.431 (quatro milhões, treze mil, quatrocentos e trinta e uma) refeições servidas ao longo do ano de 2016.

Em outubro de 2015 o Governo do Distrito Federal anunciou um pacote de medidas, incluindo o aumento do valor das tarifas para o consumo nos Restaurantes Comunitários para R$ 3,00 (três reais) no que foi constatada queda significativa no número de refeições nos meses seguintes. Contudo, em maio de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.355/2016 implementando a tarifa diferenciada no valor de R$ 1,00 (um real) para as famílias cadastradas no Cadastro Único com renda familiar de três salários mínimos ou meio salário mínimo per capita e o valor de R$ 2,00 (dois reais) para a população em geral. Com isso, o quantitativo de vendas a partir do referido mês teve um aumento significativo em todos os Restaurantes, conforme quadro abaixo.

	Meses											
Restaurante	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Brazlândia	14.931	8.055	16.244	16.245	18.374	24.060	27.633	26.551	16.723	9.138	0	0
Ceilândia	41.005	11.038	39.959	39.956	44.238	57.152	62.003	61.847	54.449	50.144	46.850	54.300
Estrutural	14.015	13.849	15.095	13.839	15.126	20.957	23.460	13.857	19.739	26.873	26.543	26.783
Gama	8.776	18.561	33.300	30.152	34.010	45.607	48.264	48.406	44.065	43.627	41.333	45.009
Itapoã	11.223	7.526	0	0	0	0	0	0	0	0	8.534	31.282
Paranoá	14.035	11.533	17.738	16.165	17.646	25.046	23.878	27.911	20.837	11.345	0	0
Planaltina	20.118	7.954	0	0	22.484	63.199	50.421	53.532	49.313	52.554	51.636	54.063
Recanto das Emas	12.695	13.251	14.465	14.451	15.202	24.144	27.759	17.682	20.070	24.639	24.267	33.594
Riacho Fundo	15.389	14.917	15.707	15.269	16.888	25.866	29.840	32.028	28.164	26.048	25.049	0
Samambaia	20.400	20.814	22.827	22.204	24.511	32.257	35.521	20.453	26.126	34.817	33.527	39.524
Santa Maria	17.978	17.003	16.916	17.670	18.875	26.403	28.161	15.766	11.133	26.752	28.110	31.743
São Sebastião	17.203	15.906	17.435	13.715	18.874	27.050	29.772	17.449	27.441	31.093	29.339	33.502
Sobradinho	18.249	16.626	0	13.028	19.017	28.815	32.798	35.037	34.362	33.086	32.397	34.250
Sol Nascente	0	0	0	0	9.290	42.972	45.566	39.930	34.943	34.684	32.819	37.794

Em 23 de maio de 2016, esta Secretaria de Estado inaugurou o 14º Restaurante Comunitário do Distrito Federal, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades ofertando a refeição almoço à população e passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro. O Restaurante Comunitário do Itapoã ficou inoperante entre os meses de março a outubro, devido ao processo licitatório para a contratação de nova empresa gestora da unidade. No período em que esteve fechado, o Restaurante passou por reforma significativa. Os Restaurantes de Brazlândia e Paranoá estão inoperantes desde os dias 17 e 18 de outubro, respectivamente. A empresa gestora dessas unidades mostrou desinteresse em continuar prestando o serviço de preparação e oferta das refeições e anunciou a entrega dos equipamentos nas datas mencionadas. Assim, estão em andamento processos licitatórios emergenciais visando novas contratações.

Educação Alimentar e Nutricional

Foram realizadas diversas atividades de Educação Alimentar e Nutricional pela Secretaria entre as quais destacam-se a formação de 15 (quinze) Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Estrutural e Paranoá – março/16; Atividade de Educação Alimentar e Nutricional com foco em alimentação saudável e Direito Humano à Alimentação Adequada, em parceria com a FUNAP - setembro/16; Coma Bem Viva Bem - Projeto de Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover o direito humano a alimentação adequada, foram desenvolvidas atividades e oficinas nos restaurantes comunitários da Estrutural, Planaltina e Samambaia em outubro de 2016.

Programa de Lanches e Refeições

A Secretaria é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal, que promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 62 unidades. Este programa visa garantir uma alimentação adequada aos usuários atendidos nestas unidades.

Em 2016, a contratação dos serviços de fornecimento de lanches e refeições para as unidades socioassistenciais do DF se deu por meio de chamamento público (contratação emergencial) formalizado por meio dos contratos de prestação de serviços. No período, foram servidos 1.033.579 lanches e refeições.

Programa de Provimento Alimentar Institucional – PROVISAN

Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital n° 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria n° 51, de 05 de outubro de 2012, foram atendidas cerca de 200 instituições e programas sociais (um aumento de 5% de entidades cadastradas em relação a 2015). E, em 2016, o PROVISAN colaborou com a alimentação de aproximadamente 25.627 pessoas - média mensal.

Em novembro de 2016, as entregas foram interrompidas pela contratada por enfrentar dificuldades em cumprir o contrato, devido à alegação de defasagem nos preços praticados. Foi solicitado o realinhamento dos preços dos produtos, porém foi negado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal por entender que os motivos alegados pela Cooperativa não seriam suficientes para subsidiar tais alterações. Com a situação mantida, a empresa não teve condições de manter as entregas regulares, o que motivou medidas pertinentes por parte dos setores competentes.

Programa de Provimento Alimentar Emergencial

Consiste na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2016, foram entregues 54.027 secas e 23.980 cestas verdes, totalizando 78.007 cestas emergenciais entregues. Percebeu-se um aumento em relação à demanda de 2015, provavelmente devido à crise que está ocorrendo no Brasil. Foi apresentado um Protocolo de concessão de cestas emergenciais, de forma a melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

Integram o SISAN, no âmbito do Distrito Federal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além de outros componentes.

A CAISAN tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, ligados à área de SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações ou programas de interesse de SAN. Em 2016 as articulações realizadas tiveram como foco principal o levantamento das metas do I PDSAN, com vista à elaboração do II Plano Distrital. Esse exercício propiciou o monitoramento das metas, ainda que de forma simplista. Quanto às demais competências da Câmara não foram exercidas.

Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas:

- 1. Participação em Eventos:
- 12º Encontro das CAISAN's - fevereiro;
- 13º Encontro das CAISAN's - maio;
- 14º Encontro das CAISAN's- setembro;

- Oficina Indicadores de SAN- setembro;
- Seminário Regional de EAN + compra institucional- outubro;
- Lançamento Frente Parlamentar de Desenvolvimento Social.

- 2. Levantamento das metas do I PDSAN e órgãos responsáveis pelo cumprimento das mesmas;
- 3. Articulação com os órgãos responsáveis por metas no I PDSAN solicitando posicionamento com relação às mesmas, o que envolveu outros órgãos do GDF para além dos que compõem a Câmara.
- 4. Revisão Decreto criação da CAISAN: o novo Decreto (nº 37.865) foi publicado no DODF de 28/12/2016, que altera a composição da Câmara por áreas de atuação que tem interface com a Política de SAN e não nominando as Secretarias. Acrescenta-se ainda a vinculação da Câmara à Secretaria responsável pela Política de SAN, assim como da Secretaria Executiva da CAISAN à mesma área.
- 5. Prorrogação do convênio Nº 48/2012: Definição das ações para o novo Plano de Trabalho considerando a prorrogação do convênio até dezembro/2017.

Reuniões:

- Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde: discussão das metas de responsabilidade das duas Secretarias no I PDSAN e sensibilização para a necessidade de posicionamento com relação às mesmas;
- CAISAN Nacional: discussão prorrogação do convênio nº 48/2012, que tem por objeto a consolidação do SISAN no Distrito Federal, por meio da elaboração do I Plano Distrital de SAN e o fortalecimento dos componentes do SISAN;
- CODEPLAN: solicitação de participação da reunião da CAISAN e apresentação do estudo realizado sobre os aspectos da SAN no Distrito Federal;
- Pleno Secretarial e Pleno Executivo: outubro;
- CONSEA/DF: participação na 49ª e 50ª reuniões ordinárias do Conselho, sendo que na última teve como um dos pontos de pauta, a apresentação da proposta de alteração no Plano de Trabalho para prorrogação do convênio, mediante aditamento do convênio até dezembro de 2017. A proposta foi aprovada pelo Pleno;
- Reuniões da Comissão de Transição para realização dos procedimentos de indicação ou recondução dos membros da sociedade civil no CONSEA.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
003 – DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL: Garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conferindo eficiência e eficácia à rede de atendimento e proteção social dos usuários da política de assistência.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	3	1	Recompor e ampliar o quadro de recursos humanos da Subsecretaria de Assistência Social em 60%, visando a gestão e os serviços socioassistenciais de referência e referenciados, no âmbito da execução direta; (SEDESTMIDH)	25101	60	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	3	2	Capacitar 1.400 operadores do SUAS, entre gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social da Política de Assistência Social; (SEDESTMIDH)	25101	1.400	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	3	3	Desenvolver o sistema de Vigilância Socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	3	4	Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	25101	41	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	3	5	Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	14,12	-	-	-	14,12	14,12
6228	3	6	Inserir e acompanhar a frequência de 3.300 crianças e adolescentes identificados nas situações prioritárias para atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes – SISC; (SEDESTMIDH)	25101	3.300	UNID	MAIOR, MELHOR	2.104	-	-	-	2.104	64
6228	3	7	Realizar a XII e XIII Conferências de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	-	-
6228	3	8	Construir 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 05 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE e 8 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	25101	23	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	4,3
6228	3	9	Construir 2 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	3	10	Construir 4 Unidades de Acolhimento no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	3	11	Conceder 9.866 benefícios eventuais até 2019; (SEDESTMIDH)	25101	9.866	UNID	MAIOR, MELHOR	22.192	-	-	-	22.192	225
6228	3	12	Conceder 12.018 benefícios excepcionais até 2019. (SEDESTMIDH)	25101	12.018	UNID	MAIOR, MELHOR	4.277	-	-	-	4.277	36

Análise Qualitativa

1. Recompor e ampliar o quadro de recursos humanos da Subsecretaria de Assistência Social em 60%, visando a gestão e os serviços socioassistenciais de referência e referenciados, no âmbito da execução direta; (SEDESTMIDH)

A meta não foi alcançada em virtude da revogação de autorização para realizar o concurso público para a carreira pública de assistência social, conforme resolução do Comitê de Governança de Pessoal publicada no DODF nº 218 de 13/11/2015. De acordo com o levantamento apresentado pela Diretoria de Pessoal da SEDESTMDH, a atual situação dos Recurso Humanos da Secretaria é de que dos 2.000 cargos de Especialista em Assistência Social, apenas 450 estão ocupados atualmente, existindo, portanto, uma vacância de 1.150, ou seja 77,50%.

2. Capacitar 1.400 operadores do SUAS, entre gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social da Política de Assistência Social; (SEDESTMIDH)

Houve uma tentativa de contratação de Instituição de Ensino credenciado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, no entanto, as propostas apresentadas foram superiores a R$500.000,00 da disponibilidade orçamentaria disponível para a ação. Em novembro de 2016 foi iniciado novo procedimento para licitação que será concluído em 2017.

3. Desenvolver o sistema de Vigilância Socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

A Secretaria vem trabalhando no desenvolvimento de sistemas que auxiliam no mapeamento das áreas de maior vulnerabilidade social de acordo com os dados de CADÚNICO, em sistema de registro de atendimentos realizados pelas unidades operativas, em sistema de vagas de acolhimento. Esse conjunto de sistemas favorece o sistema de vigilância nos territórios do DF.

4. Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

O ano de 2016 foi marcado por grande crise financeira gerada pela diminuição na arrecadação financeira do Governo do Distrito Federal, o que resultou na diminuição do orçamento destinado as ações da Política de Assistência Social, prejudicando assim a ampliação dos serviços, sendo possível apenas a manutenção do serviço já existente.

5. Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF; (SEDESTMIDH)

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades. Na área de educação os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 06 a 17 anos na escola.

A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. Na área de saúde, os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde.

Todo esse esforço se justifica para garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza; identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos; encaminhar famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos; e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido nos 27 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do DF e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF oferece atendimento às famílias, visitas domiciliares, orientações e encaminhamento a outros serviços e políticas públicas. Não foi possível atingir a meta de 100% prevista pela insuficiência de Recursos Humanos nos CRAS. Foi possível acompanhar 700 famílias em descumprimento de condicionalidades pelo PAIF no ano de 2016. De acordo com o Sistema de Condicionalidades do MDSA, 4.966 famílias descumpriram as condicionalidades. Dessa forma, conseguiu-se atingir 14,12% da meta estimada de 100%.

6. Inserir e acompanhar a frequência de 3.300 crianças e adolescentes identificados nas situações prioritárias para atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes – SISC; (SEDESTMIDH)

De acordo com os dados registrados no SISC, a inserção e acompanhamento da frequência de usuários identificados nas situações prioritárias previstas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2013 alcançou 2.104 usuários em 2016. Esse número corresponde a 64% da meta pactuada no PPA a ser atingida até o ano de 2019.

Dentro da lógica de complementaridade do trabalho social com famílias, o encaminhamento de usuários para o SCFV a partir de avaliação técnica das unidades CRAS, CREAS, Centro Pop e unidades de acolhimento. Esse processo é realizado em conjunto com o Técnico de Referência do SCFV no CRAS.

A avaliação e registro das situações prioritárias são realizados inicialmente no atendimento supracitado. Entretanto, muitas situações vivenciadas pelos usuários são identificadas pela equipe do SCFV apenas no decorrer do atendimento/acompanhamento oriundo das atividades desenvolvidas pelo Serviço. Essas informações são inseridas no SISC e ao Técnico de Referência do SCFV para avaliação das providências necessárias para a inserção da família no acompanhamento familiar.

Adicionalmente ao exposto acima, existem casos onde a (s) situação (ões) de prioridade do usuário é superada e a atualização da informação no SISC se faz necessária, de forma a garantir que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço nos territórios. De uma forma geral, o número de usuários vinculados ao SCFV como público prioritário varia de acordo com o panorama descrito.

Destarte, pode-se realizar uma análise positiva do alcance, já em 2016, de 64% da meta pactuada e a perspectiva de aumento desse percentual em 2017 em decorrência do atendimento associado ao retorno do Programa Caminhos da Cidadania (SCFV - 15 a 17 anos) e do aperfeiçoamento no processo de articulação entre o SCFV – PAIF – PAEFI.

7. Realizar a XII e XIII Conferências de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

A conferência de assistência social do DF ocorre a cada 2 anos, sendo que a XII conferência realizar-se-á em outubro de 2017 e a XIII Conferência em 2019.

8. Construir 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 05 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE e 8 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

Foi construído o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSE) de São Sebastião, não foi possível construir as demais unidades previstas devido a insuficiência de recursos financeiros. No entanto, ressaltamos que esta secretaria não apresenta condições para implantar novas unidades em razão do déficit de servidores para execução dos serviços.

9. Construir 2 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); (SEDESTMIDH)

Recursos referentes a construção de novos equipamentos foram contingenciados no exercício de 2016. No entanto, ressaltamos que esta secretaria não apresenta condições para implantar novas unidades em razão do déficit de servidores para execução dos serviços.

10. Construir 4 Unidades de Acolhimento no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

Das 04 unidades prevista, foram construídas: a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias de Ceilândia – UNAF- Ceilândia; a UNAF de Planaltina e a UNAF de São Sebastião estão ainda em fase de finalização da construção, no entanto, provavelmente esses imóveis terão suas destinações alteradas. A UNAF de Planaltina foi repassada para a Secretaria de Educação.

Quanto a 4ª unidade, não foi possível prever recursos para a construção, pois houve contingenciamento de recursos devido à baixa arrecadação financeira do GDF.

11. Conceder 9.866 benefícios eventuais até 2019; (SEDESTMIDH)

A Lei estabelece que Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, de morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e/ou de calamidade pública. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e dos direitos sociais humanos.

Os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades: I - auxílio natalidade; II - auxílio por morte; III - auxílio em situação de vulnerabilidade temporária; IV - auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

No ano de 2016, esta Secretaria atingiu a quantidade de 22.192 benefícios pagos, número que supera em muito a meta estimada. Uma das razões para a ocorrência disso é o crescente empobrecimento da população do Distrito Federal agravado com a crise econômica instalada.

12. Conceder 12.018 benefícios excepcionais até 2019. (SEDESTMIDH)

O auxílio em razão do desabrigo temporário é prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. O auxílio em razão do desabrigo temporário é concedido a pessoas ou famílias privadas da respectiva moradia em decorrência de um dos seguintes adventos: I – catástrofe, desastre ou calamidade pública; II – situações de risco geológico; III – situações de risco à salubridade; IV – desocupação de áreas de interesse ambiental; V – processos de realocação, remoção ou reassentamento; VI – risco pessoal e eventos de risco, em casos excepcionais; VII – situações de rua.

No ano de 2016, esta Secretaria concedeu 4.277 benefícios.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1396	NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS	UNIDADE	869	31/dez/14	ANUAL	1.005	818	1.103	1.198	1.238	FAS/DF / UO 25101 / OE 3
1397	ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS	UNIDADE	301.922	30/jun/15	ANUAL	312.596	437.014	347.569	405.671	445.044	Sinopse Estatística/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
1398	VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	UNIDADE	278.940	30/jun/15	ANUAL	292.380	278.940	306.268	351.808	372.788	SUBSAS/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3

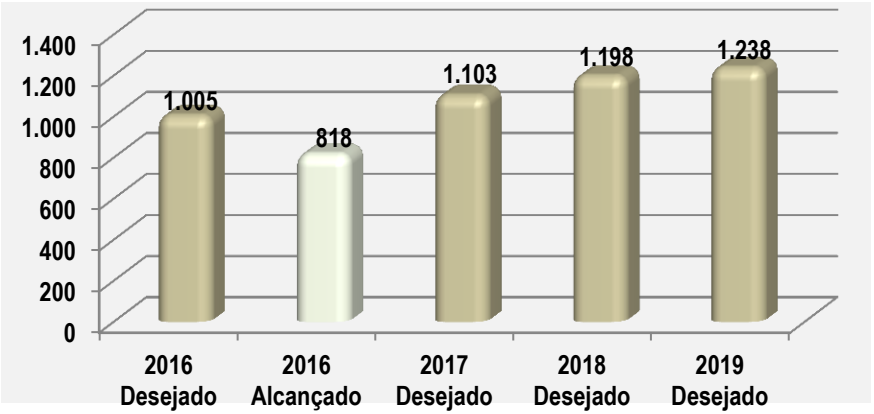
Justificativas 2016

Indicador 1396 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao valor apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance ou superação da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social.

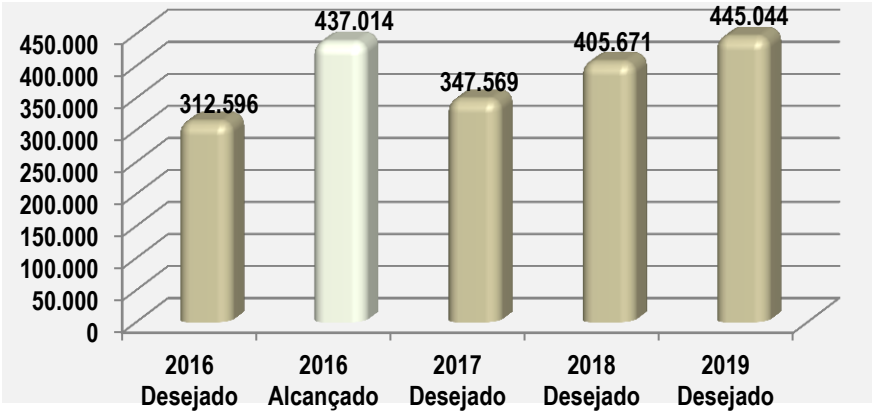
Indicador 1397 - Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país pode ser um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.

Indicador 1398 - A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ações previstas: - Implantação de 01 CRAS: 5.000 novas vagas de atendimento/mês; - Ampliação de 700 vagas/mês de SCFV por meio de execução indireta; - Execução Programas FAST e PFF: 75 vagas/mês - Implantação de Centro Dia por meio de Parceria: 60 vagas/mês; - Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias: > UNAF Planaltina: 120 vagas/mês > UNAF Ceilândia: 150 vagas/mês – algumas nas metas não foram executadas em razão da falta de disponibilidade orçamentária e financeira.

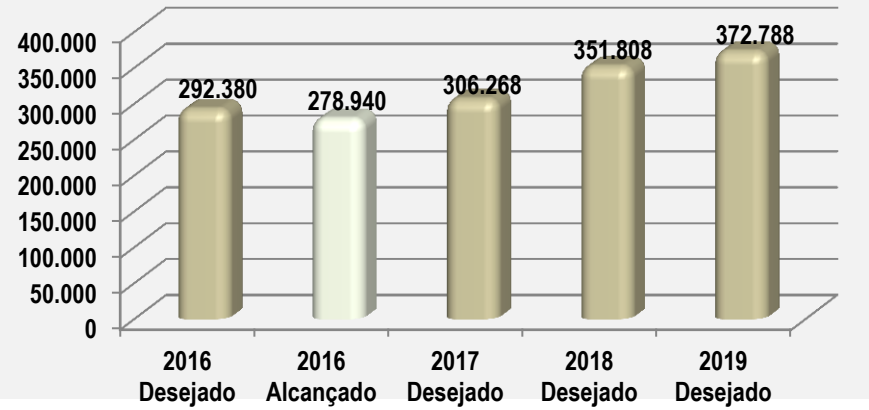
NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS



ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS



VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, organiza as ações da política pública de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destina-se a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se subdivide em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Para oferta dos serviços em cada equipamento das proteções sociais tem-se a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS – NobSuas/RH – publicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução Nº 01, em 25 de janeiro de 2007, que se constitui em um documento norteador para a estruturação dos equipamentos do SUAS, apresentando a quantidade mínima de recursos humanos para garantir a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, além de apontar para a necessária política de qualificação e valorização das/os trabalhadoras/es do sistema.

Atualmente a SEDESTMIDH, não consegue dispor em seus equipamentos de execução, o quadro mínimo de servidores instituído pela NOB/RH, o que impacta diretamente na execução e oferta de serviço à população em situação de vulnerabilidade do DF.

É importante ressaltar que mesmo com a grande redução do quadro de servidores, em 2016 na proteção social básica, os CRAS realizaram 195.173 atendimentos pelo PAIF, que se constitui em uma importante ferramenta para o trabalho social com famílias, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Os CRAS também realizaram 156.036 atendimentos de inserção e atualização do Cadastro Único para programas Sociais/CADÚNICO; concederam ainda: 54.406 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; 8.965 auxílios natalidade, 124 auxílios por morte, 13.007 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 5.328 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário.

Além do atendimento direto a população os gestores e técnicos das unidades participaram de capacitação por meio do Projeto Rodas Qualifica SUAS, entre os meses de fevereiro e junho. A metodologia utilizada envolveu um cronograma de estudos com as equipes, a fim de propiciar momentos de reflexão e discussão sobre as orientações técnicas sobre o PAIF e sobre as terminologias técnicas do SUAS/DF, presentes na rotina de trabalho das unidades.

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram registrados 34.127 atendimentos pelas unidades vinculadas e 51.340 atendimentos na execução indireta. Foi realizado junto aos educadores sociais a revisão e a qualificação de processos de trabalho: realinhamento para preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC/MDSA, ampliação das ações de monitoramento e supervisão por meio da recomposição da equipe da Diretoria responsável, bem como por meio de acompanhamento in loco e realização de reuniões regionalizadas que auxiliaram no processo de compartilhamento de métodos e estratégias de trabalhos e oficinas de convivências.

Na Proteção Social Especial, foram registrados 11.488 atendimentos pelo PAEFI, um dos serviços realizados pelo CREAS, também foram realizadas oficinas e capacitações pelos CREAS e pelo Centro da Diversidade, de acordo com as principais demandas da área de abrangência, especialmente: população em situação de rua e trabalho infantil; grupos de acolhida com adolescentes encaminhados pelo NAI/UAI (adolescentes com medida socioeducativa); desenvolvimento de campanhas educativas em todo o Distrito Federal relacionadas às temáticas ao enfrentamento da violência contra a mulher, combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e combate ao Trabalho Infantil destacando-se o desenvolvimento de ações conjuntas na CEASA e no Lixão da Estrutural; e ações com a rede do território envolvendo pessoas em situação de rua, revisão e qualificação de processos de trabalho: construção de estratégias para lidar com a demanda reprimida; construção do Planejamento Estratégico dos CREAS. Ressalte-se ainda que o Serviço Especializado de Abordagem Social executado por meio de termo de colaboração com a Organização da Sociedade Civil - OSC Associação Casa Santo André, realizou 30.294 atendimentos.

Os dois Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP registraram 80.865 atendimentos a pessoas em situação de rua, dentre as ações, destaca-se atividades em grupo para as pessoas em situação de rua: grupo voltado para a preparação de usuários para a saída da rua e a organização de suas moradias; grupo voltado para a redução de danos com dependentes de álcool e outras drogas; grupo para oportunizar o autoconhecimento, autoestima, autonomia e a interação entre os demais usuários e servidores da Unidade, parceria com a Revista Traços com o objetivo de promover autonomia das pessoas em situação de rua, contribuindo para o processo de saída das ruas.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes realizaram 774 acolhimentos nas unidades de acolhimento de crianças e adolescentes e 3.216 acolhimentos nas Organização da Sociedade Civil - OSC com termos de colaboração firmados com a Secretaria.

Em relação ao acolhimento de adultos, famílias, mulheres, pessoa idosa e pessoa com deficiência, registramos 2.250 acolhimentos nas unidades de acolhimento e 7.656 acolhimentos nas OSC com termos de colaboração firmados com a Secretaria.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
004 – PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: Fortalecer o Sistema de Garantia de Diretos de Crianças, Adolescentes e Juventude, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e Estatuto da Juventude, promovendo seus direitos fundamentais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	4	1	Construir 04 (quatro) unidades de internação (2016 – Unidade feminina do Gama; 2017 – Colônia Agricola de Sobradinho; 2018 – Unidade de internação de Ceilândia; 2019 – Unidade de internação de Samambaia); (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	4	2	Capacitar os socioeducandos e acompanhar os egressos do Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	4	3	Dar continuidade ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM com o objetivo de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça de morte, bem como ampliar sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	80	-	-	-	80	80

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	4	4	Implementar o Observatório Distrital dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	4	5	Construir 07 (sete) Conselhos Tutelares com sede prórpia até 2019; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	4	6	Implementar a Escola de Conselho com o objetivo de capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e Conselheiros da Juventude; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6228	4	7	Implementar o Programa Renda Jovem Cidadania; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	4	8	Promover a formação técnico-profissional dos jovens do Distrito Federal por meio do Programa Jovem Candango e aumentar a sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	90,7	-	-	-	90,7	90,7
6228	4	9	Implantar 5 (cinco) Centros da Juventude, 2 (duas) Praças da Juventude e 5 (cinco) Polos de Estudo no Distrito Federal. (SECRIANÇA)	51101	12	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Construir 04 (quatro) unidades de internação (2016 – Unidade feminina do Gama; 2017 – Colônia Agricola de Sobradinho; 2018 – Unidade de internação de Ceilândia; 2019 – Unidade de internação de Samambaia); (SECRIANÇA)

No exercício de 2016 foram realizadas as etapas de instrução processual para a construção da Unidade de Internação Socioeducativa do Gama, com orçamento estimado em **R$ 16.636.168,88 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos).** O objeto da contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA NO GAMA/DF, na forma do Edital da Concorrência Nº 01/2017-SECRIANÇA, foi realizado por meio do Processo nº 417.000.056/2016 e sua execução está prevista para início de junho 2017.

2. Capacitar os socioeducandos e acompanhar os egressos do Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)

Atualmente a SECRIANÇA divide em duas as políticas de capacitação de socioeducandos e as políticas para egressos. Para os socioeducandos, as políticas de capacitação são implantadas por meio de cursos e oficinas dentro das Unidades de atendimento (internação e semiliberdade), por meio de projetos e parcerias desenvolvidas pela Coordenação do Sistema Socioeducativo e instituições parceiras.

Quanto à política para egressos, havia um Projeto de Atendimento aos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF, o qual se daria sob contratação de entidade especializada conveniada com o CDCA para o acompanhamento de 50 adolescentes egressos, por 12 meses. O projeto visava facilitar a transição entre o sistema socioeducativo e a vida comunitária e familiar, por

meio da oferta de atividades culturais, esportivas, capacitação profissional, acompanhamento escolar, dentre outras. Contudo, devido intempéries administrativas e intersetoriais, quando da abertura do processo, o projeto foi arquivado, para que um novo plano de ação seja apresentado nos moldes sugeridos pelo CDCA, o que acarretou a interrupção desta ação até a data presente, com a política de acompanhamento de egressos permanecendo com o percentual de 0% (zero).

3. Dar continuidade ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM com o objetivo de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça de morte, bem como ampliar sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 (cinquenta) pessoas, entre familiares e criança ou adolescente protegido no Distrito Federal e na RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal n° 8.069/90, do Decreto Federal n° 6.231/2007. Com isso, a SECRIANÇA tem conseguido incluir as crianças e adolescentes ameaçados que procuram a inclusão no programa através de sua entidade executora, pelas respectivas portas de entrada: Conselhos Tutelares, Ministério Público ou qualquer outro poder judiciário.

4. Implementar o Observatório Distrital dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude; (SECRIANÇA)

O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade no atual Governo e encontra-se arquivado.

5. Construir 07 (sete) Conselhos Tutelares com sede prórpia até 2019; (SECRIANÇA)

Por motivos de prioridades de governo e falta de recursos orçamentários não foi realizada nenhuma ação relacionada a construção de Conselhos Tutelares.

6. Implementar a Escola de Conselho com o objetivo de capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e Conselheiros da Juventude; (SECRIANÇA)

Em 2016 o projeto foi entregue ao CDCA e encontra-se em fase de sobrestamento para discussão em plenária, votação, liberação de verba do Fundo da Criança e do Adolescente e organização estratégica para a evolução do cronograma e direcionamento das próximas fases.

7. Implementar o Programa Renda Jovem Cidadania; (SECRIANÇA):

O Programa Renda Jovem de Cidadania tem por finalidade apoiar o jovem no desenvolvimento de sua autonomia pessoal, incentivar a permanência na escola, reduzir os determinantes das vulnerabilidades sociais e promover a participação cidadã para sua plena inserção social. Para tanto, deverá ser concedida, no âmbito do Programa, bolsa a jovens da rede pública de ensino do Distrito Federal, no valor mensal de R$ 300,00 (trezentos reais). Como o programa prevê transferência de renda, foi solicitado orçamento para tal ação, no entanto, não houve dispensa de recurso para esta pasta o que inviabilizou a implementação do Programa.

8. Promover a formação técnico-profissional dos jovens do Distrito Federal por meio do Programa Jovem Candango e aumentar a sua rede de atendimento; (SECRIANÇA):

O Brasília + Jovem Candango foi recepcionado pela SECRIANÇA por meio do Decreto 37.107, de 04 de fevereiro de 2016. Há época, 2028 aprendizes estavam contratados, e concluíram o Programa em setembro. Em outubro do ano corrente houve renovação dos contratos, e mais 1600 jovens iniciaram a formação técnico-profissional no mês de dezembro. Com isso, conseguiu-se atingir 90,7% da meta estabelecida – que era de 4 mil jovens. Havia a intenção de contratar 3 mil jovens na segunda edição do Programa, no entanto, devido ao decreto que limita o valor dos contratos em R$ 10 milhões, não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida.

9. Implantar 5 (cinco) Centros da Juventude, 2 (duas) Praças da Juventude e 5 (cinco) Polos de Estudo no Distrito Federal. (SECRIANÇA):

A implantação dos 5 Centros de Juventude dependia de ações da Novacap, dentre elas, a finalização dos projetos executivos e a licitação das obras. No entanto, nenhuma das ações foi concretizada pela empresa pública, impedindo assim a concretização da ação. A implantação das Praças da Juventude dependia da finalização das obras que eram executadas pela Novacap, porém tais obras não foram concluídas no prazo estabelecido. Sobre a implantação dos Polos de Estudo, cabe informar que foi solicitado orçamento, mas não houve dispensa de recurso para esta pasta, impedindo assim a concretização da ação.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1401	TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF	%			ANUAL	60	100	70	85	90	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1402	TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA	%			ANUAL	60	80	80	90	100	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1403	TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS	%			ANUAL	20	76,94	40	60	80	COORPS / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1404	TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS	%			ANUAL	50	9,09	80	50	80	Subjuv/SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1405	TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF	%			ANUAL	10	11,40	20	30	40	Subjuv/ Cadastro Único/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1401 - Taxa de crianças de adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do DF- PPCAAM-DF, em 2016, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.

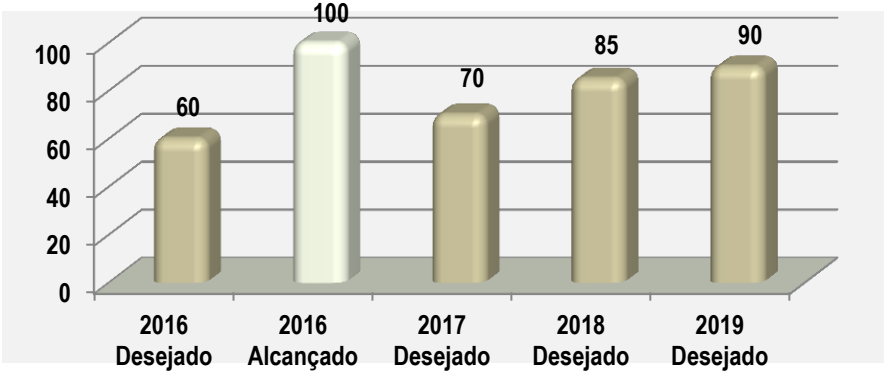
Indicador 1402 - Taxa de conselheiros Tutelares em formação, em 2016, 80% dos Conselheiros Tutelares (160 pessoas) passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares, atingindo o contingente de 200 pessoas. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos conselheiros tutelares (40 pessoas) não participaram das capacitações.

Indicador 1403 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 76,94% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados. O que demonstra uma taxa superior ao que foi estabelecido.

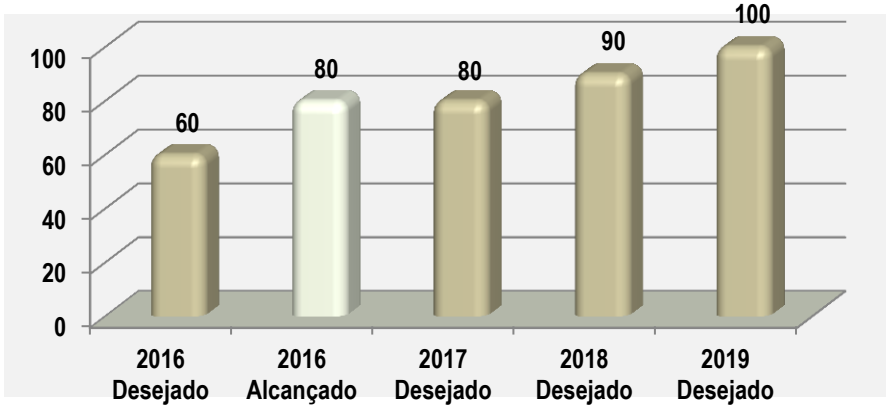
Indicador 1404 -Taxa de conselheiros da juventude capacitados - No ano de 2016, foram capacitados apenas os conselheiros distritais da juventude, 20 conselheiros, os quais foram eleitos em 2016. Não foi possível realizar a eleição dos 200 novos conselheiros territoriais da juventude devido à insuficiência de recursos.

Indicador 1405 -Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF - Em números absolutos, a Subsecretaria da Juventude atendeu 35 mil jovens em programas e projetos direcionados para a juventude, deste total apenas 4 mil foram atendidos nos Centros de Juventude.

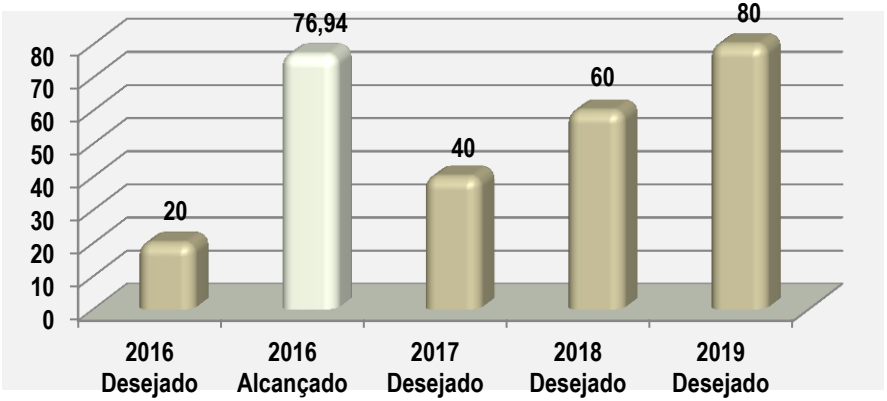
TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF



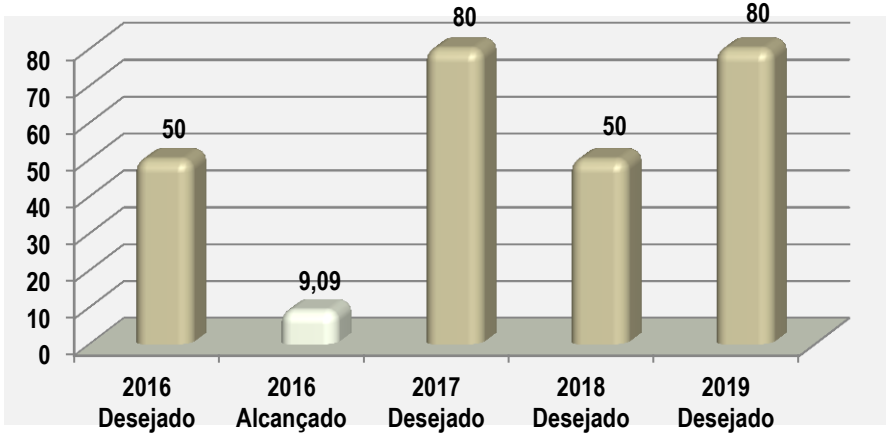
TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA



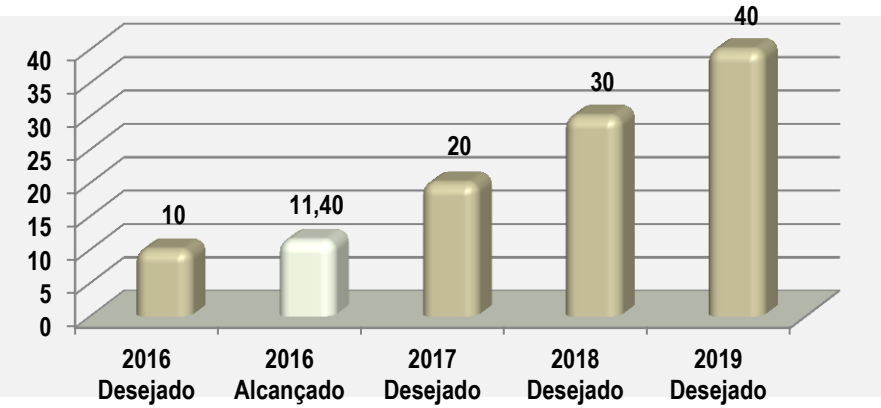
TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS



TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS



TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	4	1	Criação do Observatório Distrital dos Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude: Constituição de sítio na internet que agregue informações, pesquisas e diagnósticos relativos a Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA)	51101	0	O projeto não será concluído, pois se trata de um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública pelo programa pacto pela vida que não esta sendo mais aplicado pela respectiva secretaria.
6228	4	2	Enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil (SECRIANÇA)	51101	100	As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela SECRIANÇA, estão sendo trabalhadas no âmbito da Ação Civil Publica, coordenadas por um Juiz do Trabalho. Ao final de 2016 foi feita realização de reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a retomada das atividades do Grupo de Trabalho, em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango (coordenado pela SECRIANÇA) para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural. Ações de mobilização ao trabalho infantil no CEASA.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	4	3	Criação do Fundo da Juventude com o objetivo de prever recursos para a execução de projetos destinados ao fomento da Política de Juventude (SECRIANÇA)	51101	0	A dinâmica estabelecida pela SECRIANÇA foi inserir o Fundo Distrital de Juventude no mesmo documento do Plano Distrital de Juventude. Este documento está sendo construído, desde dezembro de 2016, por meio do Comitê Intragovernamental Permanente de Acompanhamento e Articulação das Ações de Juventude. No entanto, demanda-se tempo na sua elaboração, pois envolve, entre outras coisas, consultas públicas aos jovens de todo o DF. Além disso, para a construção do Plano não foi liberada dotação orçamentária, o que prejudica a sua construção.
6228	4	4	Construir os Centros de Juventude com orçamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB/SEDHAB (SECRIANÇA)	51101	0	A construção dos Centros de Juventude dependia da finalização dos projetos executivos e da licitação das obras por parte da Novacap. No entanto, nenhuma das ações foi realizada, impedindo assim, o acesso aos recursos do Fundurb.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Dentro do Sistema de Garantia de Direitos os **Conselhos Tutelares** desempenham uma função estratégica: a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

No ano de 2016, 76,48% das denúncias recebidas por meio dos canais disque 100, plantão da SECRIA-DF-DF (CISDECA), ouvidoria ou por procura espontânea nos Conselhos Tutelares foram encaminhadas e/ou solucionadas. Compreende-se a partir da legislação vigente que o Conselho Tutelar é porta de entrada do Sistema de Garantia de Direitos, órgão que aciona a rede de proteção para a efetivação dos direitos. Os casos não encaminhados e/ou solucionados estão sendo apurados pela Comissão de Ética dos Conselhos Tutelares e pela SECRIANÇA. A maioria das demandas não solucionadas diz respeito a casos encaminhados de forma errada ou falhas na apuração do caso.

Além dos Conselhos Tutelares, a fim de garantir o Sistema de Garantia de Direitos, contamos também com:

O **Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte PPCAAM**, i*nstituído pelo Decreto 34.142/2013,* tem a finalidade de manter a integridade física e a vida de crianças e adolescentes expostos a grave ameaça que podem estar envolvidos em redes de tráfico e de exploração sexual. Busca conciliar a proteção do direito à vida e a garantia dos demais direitos específicos, com convivência familiar e comunitária e com acesso a serviços e programas públicos. Sob a Coordenação da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude foi assumida a política de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como a Coordenação do Conselho Gestor e do Programa PPCAAM.

A **Cartilha dos Direitos** traz um resumo dos principais assuntos ligados aos direitos da criança e do adolescente com linguagem adaptada e simples para que todos possam entender e saber como buscar ajuda quando precisar. O projeto, que é uma articulação da rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e conta com o apoio técnico aos Conselhos Tutelares, tem por objetivo promover diálogo, estabelecer fluxos e incidir nas lacunas da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, tendo como referência a diretriz estratégica de atuação do Conselho Tutelar.

O **Comitê de Proteção da Criança e do Adolescente para grandes Eventos** instituído no Distrito Federal o (Decreto nº 34.301, de 22 de abril de 2013). O Comitê de Proteção foi criado como um dispositivo intersetorial e integrado para a proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes durante os mega eventos. Constituído com a participação de Secretarias

de Estado, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF – CDCA e da sociedade civil na perspectiva de construir e potencializar estratégias conjuntas para o enfrentamento de violações de direitos de crianças e adolescentes que tendem a se acentuar nesses contextos.

A **Biblioteca Virtual no portal da SECriança** consiste na compilação de documentos, legislações nacionais e normativas internacionais que compõe a política de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, disponíveis no site da SECriança. Funciona como uma ferramenta de utilidade publica de formação e pesquisa.

Serviço 24 horas do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CRCA que tem como finalidade receber denúncias referentes à violação de direitos de crianças e de adolescentes e de acionar os Conselhos Tutelares, bem como outros órgãos de competência, de modo a dar celeridade ao atendimento das denúncias. O CRCA monitora os casos recebidos e o funcionamento é ininterrupto, inclusive aos finais de semana e feriados.

No que se refere à juventude do Distrito Federal, o exercício de 2016 representou um marco, pois diversas políticas públicas direcionadas a este público puderam ser executadas. Com os projetos realizados pela SECRIANÇA foi possível atender diretamente cerca de 40 mil jovens, o que nos aproxima de atingir o objetivo de incluir, emancipar e proporcionar aos jovens de Brasília um cenário propício para o seu desenvolvimento e protagonismo. Todos os projetos desenvolvidos pela SECRIANÇA têm como alicerce os preceitos da **Política Distrital de Atenção ao Jovem** que norteiam a elaboração e a execução de políticas públicas assertivas para a juventude, e os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Juventude.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
005 – PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, ATENÇÃO INTEGRAL E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS: Promover a conscientização da população, a prevenção do uso de álcool e outras drogas, a inserção social dos usuários, com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, atenção psicossocial integral, redução de danos, reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção no mundo do trabalho.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	5	1	Qualificar o serviço de Consultório na Rua em funcionamento na RA I – Brasília, na modalidade III, para trabalhar junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	5	2	Realizar a inserção social de 500 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e que encontram em situação de rua, até 2019, dentre cerca de 1.000 pessoas de 4 regiões administrativas do DF (Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Gama), engajadas nas atividades do programa "Cuidando da Vida", mediante ações intersetoriais articuladas de oferta de moradia social, inserção no mundo do trabalho, atendimento integral à saúde, redução de danos, acesso a cultura, esporte e lazer, facilitação do acesso às políticas de assistência social e auxílio à construção de projetos de vida; (SEDESTMIDH)	25101	500	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	5	3	Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários e usuários, além de promover a aproximação entre a universidade, o poder público e a comunidade, dentro do "Programa Crack é Possível Vencer"; (SEDESTMIDH)	25101	270	UNID	MAIOR, MELHOR	7	-	-	-	7	2,5
6228	5	4	Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários; (SEJUS)	44101	270	UNID	MAIOR, MELHOR	3	-	-	-	3	1,1
6228	5	5	Ministrar palestras para 30.000 alunos por ano; (SEJUS)	44101	120.000	UNID	MAIOR, MELHOR	20.155	-	-	-	20.155	16,8
6228	5	6	Consultoria didática para 72 escolas por ano;(SEJUS)	44101	288	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	5	7	Realizar 01 evento esportivo (caminhada, corrida ou outra atividade), com disponibilização de informações de prevenção do uso de drogas por ano; (SEJUS)	44101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	25
6228	5	8	Atender ou prestar serviços de informação para 1.000 famílias por ano; (SEJUS)	44101	4.000	UNID	MAIOR, MELHOR	1.041	-	-	-	1.041	26
6228	5	9	Alcançar 500.000 pessoas por meio de vídeos de conscientização; (SEJUS)	44101	500.000	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	5	10	Distribuir 100.000 cartilhas informativas por ano; (SEJUS)	44101	400.000	UNID	MAIOR, MELHOR	27.866	-	-	-	27.866	7

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	5	11	Atender ou prestar serviços de reinserção para 1.000 dependentes químicos e profissionais da área por ano; (SEJUS)	44101	4.000	UNID	MAIOR, MELHOR	898	-	-	-	898	22,5
6228	5	12	Implantar 02 novos Conselhos Regionais por ano; (SEJUS)	44101	8	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	5	13	Credenciar 25 novos Entes e Agentes Antidrogas por ano; (SEJUS)	44101	100	UNID	MAIOR, MELHOR	13	-	-	-	13	13
6228	5	14	Disponibilizar 500 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com aumento de 5% nos anos seguintes; (SEJUS)	44101	579	UNID	MAIOR, MELHOR	316	-	-	-	316	55
6228	5	15	Apoiar projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6228	5	16	Instalar 7 Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas. (SEJUS)	44101	7	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Qualificar o serviço de Consultório na Rua em funcionamento na RA I – Brasília, na modalidade III, para trabalhar junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos; (SEDESTMIDH)

Esta ação está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, no entanto, é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde.

2. Realizar a inserção social de 500 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e que encontram em situação de rua, até 2019, dentre cerca de 1.000 pessoas de 4 regiões administrativas do DF (Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Gama), engajadas nas atividades do programa "Cuidando da Vida", mediante ações intersetoriais articuladas de oferta de moradia social, inserção no mundo do trabalho, atendimento integral à saúde, redução de danos, acesso a cultura, esporte e lazer, facilitação do acesso às políticas de assistência social e auxílio à construção de projetos de vida; (SEDESTMIDH)

O Projeto cuidando da vida é uma parceria com o Ministério da Justiça, que tem como público pessoas em situação de rua, usuárias de álcool, crack e outras drogas, e será executado no Distrito Federal, no que compete a área de assistência social pela Secretaria em parceria com a Organização Sociedade Civil - OSC - NAMASTÊ, com objetivo de atender 200 pessoas na Região Administrativa de Brasília, a partir de 2017. No entanto, a proposta do projeto são ações intersetoriais que serão desenvolvidas por outras Secretarias do DF.

As regiões de Taguatinga e Ceilândia serão atendidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. A RA do Gama ainda não tem definição de qual órgão irá desenvolver o projeto.

3. Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários e usuários, além de promover a aproximação entre a universidade, o poder público e a comunidade, dentro do "Programa Crack é Possível Vencer"; (SEDESTMIDH)

Foi realizado em novembro de 2016, Curso de Extensão em Tratamento Comunitário promovido pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS/SEDF), com participação 7 servidores da proteção social especial entre cuidadores sociais e especialistas.

4. Capacitar 270 atores em "tratamento comunitário" para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários; (SEJUS)

Em 2016, 03 servidores da SEJUS participaram do Curso de Tratamento Comunitário do Centro Regional de Referência - CRR da Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federa – ESCS.

Alguns fatores dificultaram a consecução da capacitação em tratamento comunitário, entre os quais, mudanças dos gestores da SEJUS a partir do mês de maio de 2016 e o quadro reduzido de servidores do Conselho de Política sobre Drogas – CONEN, que conta apenas com 02 servidores para atendimento às diversas demandas da Secretaria-Executiva.

Apesar das adversidades que incluem ausência de estrutura física adequada e de recursos humanos e materiais, o Colegiado conseguiu desempenhar a contento suas atribuições legais por meio da promoção de fiscalizações e orientações nas Comunidades Terapêuticas, buscando-se alternativas para melhor capacitá-las a desenvolverem suas atividades de acordo com as exigências legais.

5. Ministrar palestras para 30.000 alunos por ano; (SEJUS)

A SEJUS conseguiu alcançar a Meta nº 05 em 16,7% considerando a meta para os quatro anos do PPA e 67% para 2016, o que representa, em valores absolutos, mais de 20.100 alunos alcançados por palestras em 2016. Entraves como o desenvolvimento de trabalhos sem recursos financeiros, mudança de gestão em maio/2016, ausência de registro das atividades desenvolvidas durante os meses de abril e maio de 2016, foram elencados como impeditivos para o alcance dos 100% da meta estabelecida (30 mil/12meses).

6. Consultoria didática para 72 escolas por ano;(SEJUS)

Esta ação faz parte do projeto "Curtição Sim, Drogas Não", criado em 2015 por esta SEJUS e interrompido em 2016 por razões de irregularidades encontradas no Processo. Além disso, trata-se de uma ação que deveria ter sido realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Deste modo esta Secretaria solicitará a retirada da Meta nº 06 por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG, nos termos da Lei nº 5.0602/2015 do PPA 2016/2016.

7. Realizar 01 evento esportivo (caminhada, corrida ou outra atividade), com disponibilização de informações de prevenção do uso de drogas por ano; (SEJUS)

Foi realizada a 1ª Caminhada de Prevenção às Drogas pela Cultura da Paz, em 26 de junho de 2016, no Eixão Sul de Brasília, em comemoração ao Dia Internacional de Combate ao Uso e ao Tráfico de Drogas. Este evento levou muita gente às ruas para lembrar a importância de prevenir e tratar o uso de entorpecentes e preservar a saúde, mantendo-se longe do mundo das drogas. Contou ainda com a presença de autoridades governamentais, líderes comunitários, artistas, estudantes e público em geral.

Durante a ação, a Secretaria de Justiça e Cidadania divulgou seus programas de enfrentamento ao uso de drogas. Na oportunidade, houve distribuição de material informativo, dicas de nutrição e treino, aferição de pressão e glicemia, avaliação física, e sorteio de brindes.

8. Atender ou prestar serviços de informação para 1.000 famílias por ano; (SEJUS)

"Ame, mas não Sofra", programa criado para orientar famílias de dependentes químicos, conseguiu atuar na prevenção ao abuso de drogas por meio de diversas ações como a Unidade de Apoio (onde são prestadas orientações individuais às famílias), o Curso de Multiplicadores Sociais (mix de palestras de especialistas com depoimentos e grupos de apoio) e a Unidades Itinerantes (com terapia comunitária e palestra nas RA's do Distrito Federal).

O resultado, por ação corresponde a 438 participantes formados em duas edições do Curso de Multiplicadores Sociais; 494 atendimentos realizados pela Unidade de Apoio, e 109 pessoas beneficiadas nas Unidades Itinerantes, o que permitiu ultrapassar a meta nº 08 em 4% relativa à quantidade de atendimento anual proposta.

9. Alcançar 500.000 pessoas por meio de vídeos de conscientização; (SEJUS)

Tendo em vista que os recursos constantes do Convênio nº 57/2013 (destinados à produção de vídeos de conscientização sobre o uso de droga), não puderam ser utilizados em razão da necessidade de alteração do Plano de Trabalho do referido Convênio, não foi possível alcançar as 500 mil pessoas por meio da produção dos vídeos educativos/informativos. Tal Convênio, celebrado entre o Fundo Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, encontra-se registrado no SICONV. O novo Plano de Trabalho aguarda aprovação do Ministério da Justiça para a execução das metas, que inclui, a contratação de empresa para a criação e produção de 12 vídeos de 30 segundos para campanha em cinemas, TV, rádio, internet e/ou outros meios de comunicação, de conscientização sobre o papel da família na prevenção e recuperação contra as drogas.

10. Distribuir 100.000 cartilhas informativas por ano; (SEJUS)

A Prevenção ao Uso de Drogas distribuiu 22.626 cartilhas informativas em 90 instituições educacionais e nos teatros de fantoches do projeto intitulado: Aprendendo a Dizer Não. O projeto Ame, mas não Sofra também distribuiu 5.240 cartilhas e folders informativos nas ações de apoio às famílias. Informe-se que não houve contrato em 2016 para a produção de material gráfico confeccionado pela própria SEJUS (folders e cartilhas). O material distribuído a que se refere a Meta nº 10 foi fornecido pelo SENAD, restando prejudicado o alcance da meta.

11. Atender ou prestar serviços de reinserção para 1.000 dependentes químicos e profissionais da área por ano; (SEJUS)

Foram prestados serviços contínuos de acolhimento (na modalidade internação, em regime de residência) a 898 (oitocentos e noventa e oito) pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. As parcerias renovadas entre esta Secretaria de Estado e as comunidades terapêuticas Abba Pai, Caverna de Adulão, Instituto Crescer, Renovando a Vida e ONG Salve a Si foram formalizadas por meio de Contratos, com vigência até o Exercício/2016. A SEJUS lançou o Edital de Credenciamento nº 001/2016, publicado no DODF nº 164, de 30 de agosto de 2016, com vistas à seleção de novas entidades para a prestação serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas.

12. Implantar 02 novos Conselhos Regionais por ano; (SEJUS)

Tendo em vista a similitude da Meta nº 12 com a de nº 16, será solicitada manifestação ao Conselho de Políticas sobre Drogas – CONEN para que opte por sua retirada (caso entenda tratar-se do mesmo objeto), ou pela sua manutenção. Sobre o alcance desta meta, a SUBJUSPRED tratou de detalhar a avaliação logo mais adiante, na Meta 16.

13. Credenciar 25 novos Entes e Agentes Antidrogas por ano; (SEJUS)

Em 2016, por meio do Conselho de Políticas sobre Drogas, foram realizadas aproximadamente 15 visitas de orientação, fiscalização e averiguação das condições para concessão ou renovação de registro no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal. Também houve a celebração de novos contratos com as Comunidades Terapêuticas - CTs, o que possibilitou o aumento de 5 para 13 CTs contratadas.

14. Disponibilizar 500 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com aumento de 5% nos anos seguintes; (SEJUS)

Em 2016, por meio do Conselho de Políticas sobre Drogas – CONEN, houve a celebração de novos contratos com comunidades terapêuticas, o que aumentou de 5 para 13 o número de entidades contratadas. Deste modo, foi possível ampliar a quantidade de leitos de 152 para 316, destinados a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Com o fim de alcançar a Meta nº 14, o CONEN/DF realizou 09 reuniões ordinárias e 30 atendimentos presenciais e 200 telefônicos a representantes das Comunidades Terapêuticas; liderou reuniões com os representantes das CT's para esclarecimento de dúvidas acerca dos contratos com a SEJUS; organizou 02 reuniões para a elaboração da minuta de edital de credenciamento para contratação de vagas em CT's; promoveu 20 visitas para a concessão de registro e/ou apuração de denúncias e 02 rodas de conversas entre a CT's e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSAD.

15. Apoiar projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas; (SEJUS)

A SEJUS apoiou em 2016 o projeto "Ame, mas não Sofra" o qual engloba ações direcionadas às famílias de dependentes químicos, atendimento multidisciplinar de equipe formada de psicólogo e assistente social, seminário de multiplicadores de ações sociais de apoio às famílias e rodas de terapia comunitária, com foco nas ações:

a) Preventiva: apoio às famílias dos dependentes;
b) Multiplicadora: realização de seminários para disseminação de informações e formação de multiplicadores;
c) De Apoio: foi criada uma Unidade de Apoio às famílias para promover acolhimento e informação, com sede na SEJUS, localizada no SAIN Estação Rodoferroviária, Térreo;
d) Interativa: a Secretaria criou o canal de comunicação com as famílias por meio do endereço eletrônico amemasnaosofra@sejus.df.gov.br e da página do Projeto no site da SEJUS: http://www.sejus.df.gov.br/projetos/ame-mas-nao-sofra.

16. Instalar 7 Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas. (SEJUS)

Sobre a criação dos Conselhos Regionais a PGDF apresentou à Sejus algumas manifestações para explicitar alguns pontos da minuta do decreto. A Procuradoria enumerou algumas questoes a serem dirimidas para que melhor compreenda a formatação que a minuta do diploma ora em analise pretende emprestar aos Conred's: Sobre a legitimidade para a criação dos Conselhos - art. 1º; Sobre a natureza privada dos Conred's – art. 7º; Sobre o sentido da expressão "cooperação voluntária" – art. 7º; Forma de custeio dos Conselhos; Criação de assessoria Jurídica para os Conred's. A AJL da Sejus respondeu aos questionamentos feitos pela PGDF e encaminhou os autos ao Conen para atendimento do teor do parecer da Procudadoria.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1406	COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS	%			ANUAL	45	-	65	75	80	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1407	INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA	%			ANUAL	5	-	18	35	53	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1408	INSERÇÃO HABITACIONAL	%			ANUAL	10	-	20	30	37	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1668	ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS	UNIDADE			ANUAL	30.000	18.961	30.000	30.000	30.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
1669	FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)	UNIDADE			ANUAL	1.000	1.341	1.000	1.000	1.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
1670	DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL	UNIDADE			ANUAL	1.000	898	1.000	1.000	1.000	SEJUS / UO 44101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1406 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida.

Indicador 1407 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida

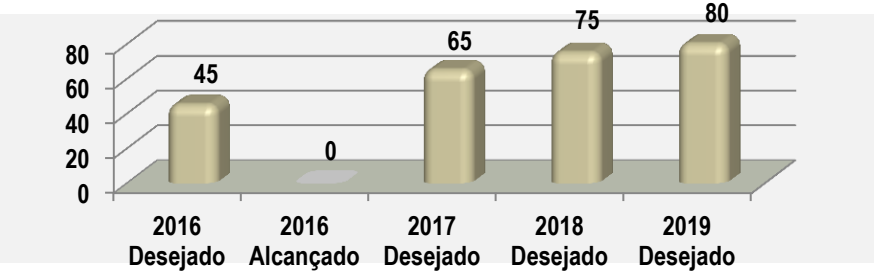
Indicador 1408 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida

Indicador 1668 - O índice foi alcançado através da articulação de ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer) de modo a garantir a intersetorialidade da Política sobre Drogas; através do projeto escola compartilhada. Que tem como objetivo e missão de desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de diversos alunos em escola publica e particular.

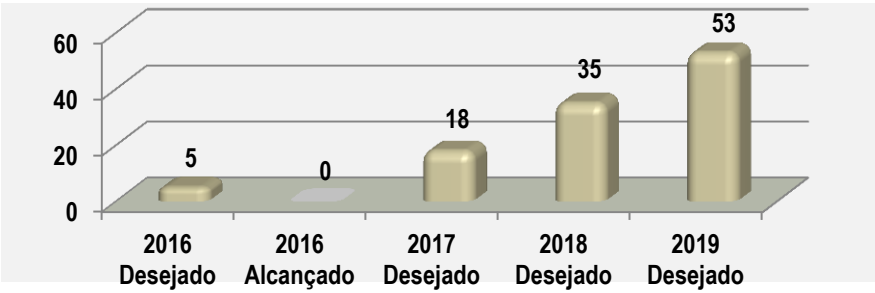
Indicador 1669 - A superação da meta foi conquistada em virtude do programa de informação, apoio e orientação as famílias de dependentes químicos e de preservação ao abuso de drogas, por meio da unidade de apoio no qual são prestados orientações individuais às famílias; curso de multiplicadores sociais, composto por palestras de especialistas, depoimentos de grupos de apoio. Realizadas campanha virtual prevenção da Rede, cartazes com intuito de sensibilizar as famílias p. o seu papel na prevenção das drogas.

Indicador 1670 - Considerando-se que meta relativa à inserção social e capacitação de dependentes químicos engloba prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional, é possível dizer que o índice foi alcançado de maneira satisfatório, mesmo não tendo sido da estatura que se pretendia para o Exercício/2016. Das 1.000 inserções desejadas, atendemos 898 pessoas por meio das Comunidades Terapeuticas. Espera-se a superação da meta em 2017, tendo em vista que a SEJUS ampliou, no final de 2016, o número de entidades parceiras, por meio dos Contratos do Fundo Antidrogas – FUNPAD.

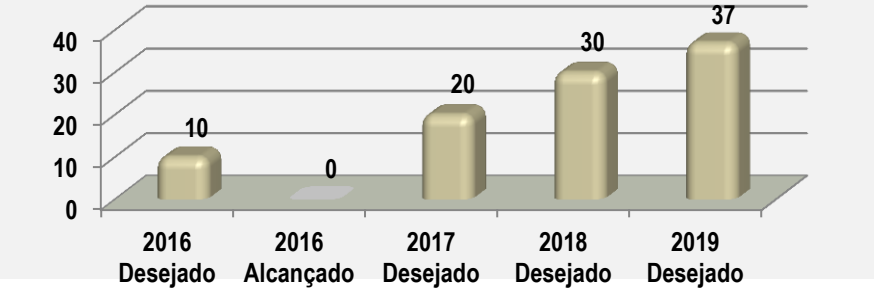
COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS



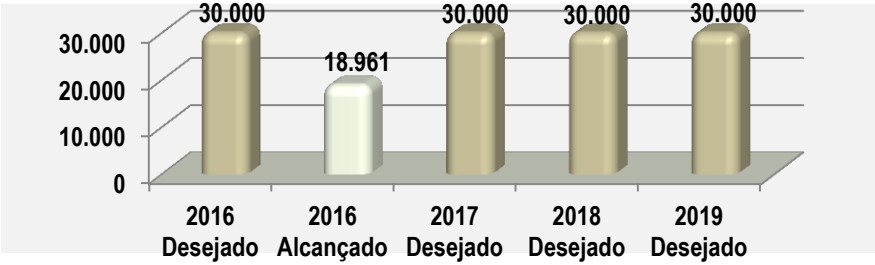
INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA



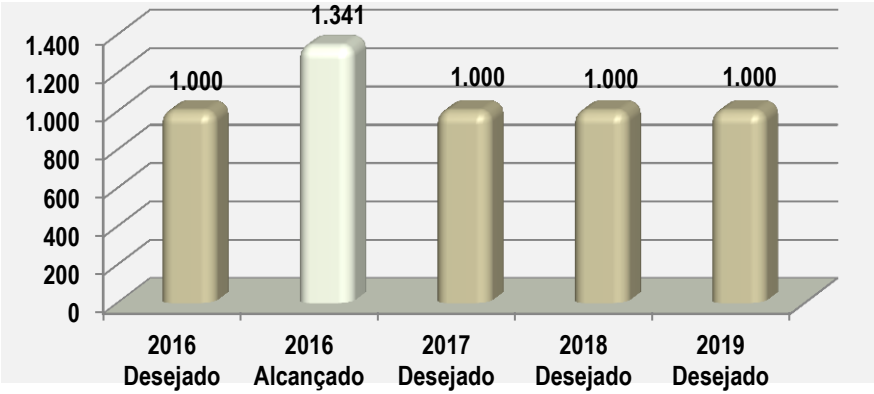
INSERÇÃO HABITACIONAL



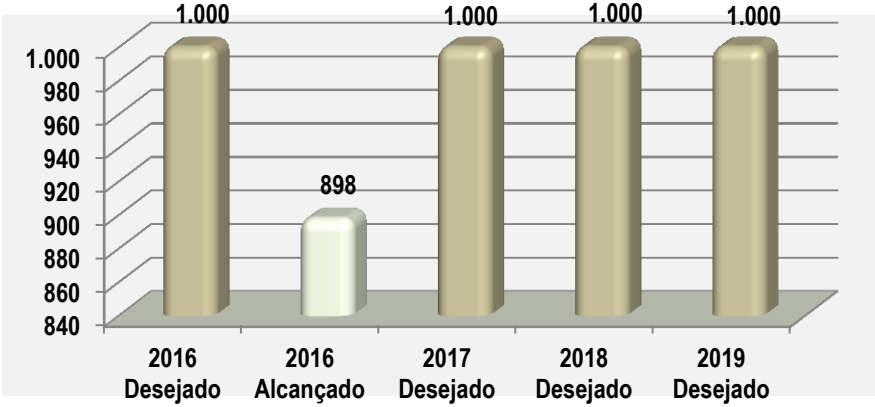
ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS



FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)



DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	5	1	Articulação das redes de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas para a execução intersetorial de projetos, atividades e ações transversais. (SEDESTMIDH)	25101	5	O programa será iniciado em 2017, no entanto, a equipe da Secretaria vem desenvolvendo parceria com a equipe do Consultório na Rua e com os Centros de Atenção Psicossocial, ampliando a capacidade de atendimento integrado bem como estabelece articulação com os centros especializados em casos de pessoas com uso de problemático de álcool e drogas, Articulação realizada fora do Projeto Cuidando da Vida.
6228	5	2	Lançar edital de chamamento público, no DODF, para seleção de projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas. (SEJUS)	44101	0	A respectiva ação visa garantir a participação e colaboração da sociedade na proposição de políticas públicas no que tange à oferta e a demanda de drogas. Além disso, a respectiva iniciativa pretende dar maior efetividade às políticas sobre drogas atualmente desenvolvidas pela SEJUS.No entanto, tal iniciativa, ainda carece de implementação em virtude de mudanças de gestão as quais impactaram o lançamento do edital de chamamento público, pois, os gestores que ocuparam cargos em 2016 não detinham o conhecimento das ações constantes do PPA (2016/2019). Para o segundo semestre de 2017

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						pretende-se lançar o aludido edital de chamamento público.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O objetivo específico decorre da necessidade de descentralizar e integrar os diversos atores envolvidos nas ações de enfretamento às Drogas, em especial da sociedade civil. Situação que se coaduna com o que prevê o Decreto nº 36.628, de 22 de julho de 2015, o qual consolida a legislação sobre o Comitê de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, uma vez que esse Decreto prevê como objetivo a promoção e ampliação da participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, redução de danos, reinserção social e ocupacional de usuários de crack e outras drogas e fomento da multiplicação de boas práticas, bem como o fortalecimento das ações de enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas em todo o território do Distrito Federal.

Contribuição para Alcance do Objetivo Específico

SEDESTMIDH

Para alcance das metas estabelecidas em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, bem como no Termo de Referência que orientou o Chamamento Público para seleção e estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida, no entanto, os procedimentos administrativos para realização da efetivação da parceria será finalizado no exercício subsequente.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
006 – RESGATE DA CIDADANIA - Resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei com dignidade, dando-lhes oportunidades de crescimento pessoal e profissional, através da educação, arte, cultura, esporte, lazer entre outros, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	6	1	Atender as necessidades básicas dos adolescentes e jovens vinculados ao Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6228	6	2	Atender 100% dos socioeducandos em unidades que seguem as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6228	6	3	Promover ações de orientação educacional aos internos do sistema socioeducativo; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6228	6	4	Instalar Scanner Corporal em todas as Unidades de Internação do Distrito Federal; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	6	5	Implantar o sistema de monitoramento informatizado em 100% das unidades e conselhos da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	35	-	-	-	35	35
6228	6	6	Implantar um sistema gerador de relatórios e estatísticas para todas as áreas fins da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. (SECRIANÇA)	51101	100	%	MAIOR, MELHOR	52	-	-	-	52	52

Análise Qualitativa

1. Atender as necessidades básicas dos adolescentes e jovens vinculados ao Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)

Esta meta é alcançada com êxito dentro do Sistema Socioeducativo por meio das ações que satisfazem serviços de higiene, salubridade dentro das internações e semiliberdades, alimentação, saúde, conforto nos quartos (colchões e lençóis) e vestuário.

2. Atender 100% dos socioeducandos em unidades que seguem as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade; (SECRIANÇA)

Atualmente o Sistema Socioeducativo atende 100% da demanda de adolescentes sentenciados ao cumprimento das medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade, porém com espaço físico, infraestrutura e capacidade aquém do necessário e previsto nas diretrizes do SINASE. Atuamos, em média, 10% acima da capacidade das Unidades de Internação e 50% acima da capacidade das Unidades de Semiliberdade. A adequação necessária será ajustada, em parte, quando do atendimento da meta prevista no Programa 6228, objetivo específico 4, meta 1.

3. Promover ações de orientação educacional aos internos do sistema socioeducativo; (SECRIANÇA)

As ações de orientação educacional são realizadas por meio dos atendimentos dos especialistas socioeducativos aos adolescentes e jovens, especialmente na figura do Pedagogo. Palestras, oficinas e eventos desta temática também são realizados com certa periodicidade, o que visa estimular o desenvolvimento pessoal e a cidadania destes jovens.

4. Instalar Scanner Corporal em todas as Unidades de Internação do Distrito Federal; (SECRIANÇA)

A compra dos scanners está em fase de licitação. É uma contratação na modalidade integral e pelo critério de menor preço para a compra de 08 (oito) conjuntos de inspeção pessoal e de volumes como forma de humanizar a revista pessoal nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo, incluindo os equipamentos, sala de operação, instalações, treinamentos, testes e assistência técnica.

5. Implantar o sistema de monitoramento informatizado em 100% das unidades e conselhos da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; (SECRIANÇA)

A SECRIANÇA, na gestão atual, fez o levantamento de todas as unidades. No que se refere a implantação do sistema de monitoramento informatizado, os cálculos foram feitos considerando a quantidade de unidades e 4 etapas de implantação (Infraestrutura, Equipamentos, Instalação dos Equipamentos e Configuração do Software).

Atualmente o sistema de monitoramento está instalado em sua totalidade nas Unidades de Internação, porém de forma deficitária. Visando corrigir as imperfeições de planejamento da contratação feita em 2012 e 2013, a SECRIANÇA tomou as seguintes providências: 1) após levantamento das constantes quedas e picos de energia nas Unidades de Internação fizemos um estudo de custos para aquisição de Nobreak com Módulo de Baterias. Foi aberto o processo de aquisição do material, porém não autorizaram a aquisição, mas que em 120 dias estaria disponibilizada uma Ata de Registro de Preços; 2) Outra ação tomada e já executada foi a reforma das salas onde estão instalados os equipamentos servidores e de monitoramento; 3) Para serviços de manutenção corretiva e preventiva foi aberto um processo, que está iniciando a fase de ETP – Estudo Técnico Preliminar da Contratação; 4) Para serviços de expansão de arquivamento das imagens foi aberto um processo, que está entrando na fase de cotação.

6. Implantar um sistema gerador de relatórios e estatísticas para todas as áreas fins da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. (SECRIANÇA)

No que tange ao sistema de relatórios e estatística, a SECRIANÇA fez os cálculos considerando a quantidade de demandantes, complexidade de desenvolvimento e 3 etapas de implantação (infraestrutura, sistemas e relatórios). Visando este objetivo, primeiramente foram criados os servidores SRV008 (Application Server) e SRV009 (Database Server) na SEPLAG e foram desenvolvidos os seguintes sistemas de captação de dados:

- **SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES – 2016** (linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql)
- **SISTEMA DE ATENDIMENTO – DITI**: Sistema para gestão dos chamados e serviços, de todas as unidades da Secriança, realizados pela Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação foi desenvolvido o Sistema de Atendimento da DITI – linguagem DELPHI (para desktop) e PHP (para Web).
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O #BORAVENCER INTENSIVÃO – SUBJUV**: Sistema de Inscrição do processo seletivo para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil, setecentos e cinquenta) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão - curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- SISTEMA DE PORTARIA – SECRIANÇA: Sistema de controle de acesso de visitantes e servidores na sede desta secretaria que trabalha em conjunto com o sistema de catracas e cartões. – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.

- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O I FÓRUM DE PRIORIZAÇÃO DO MEIO ABERTO – SUBSIS**: Sistema de Inscrição do I Fórum de Priorização do Meio Aberto – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA GESTÃO – SUBSIS – (LIVRO DO MÓDULO, GESTÃO NAI e PROCESSOS CV)**: Sistema de gerenciamento de socioeducandos passando pelo NAI, controlando os processos judiciais na Central de Vagas e controlando o dia a dia do adolescente dentro das unidades de internação – linguagem PHP e C# com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO – SECRIANÇA**: Sistema de georreferenciamento criado com o intuito de centralizar os dados produzidos pelos sistemas criados dentro da secretaria da criança, trazendo a localização de longitude e latitude, registradas na API do Google Maps (interface de localização em GPS do Google), de todas as unidades da secretaria – linguagem PHP e GMAPBOARD com servidor de banco de dados MySql.

Após a implantação destes sistemas, a SECRIANÇA pretende realizar a integração de dados e criação dos relatórios e painéis estatísticos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1409	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO	%			ANUAL	70	63,07	70	70	70	Coordema / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1410	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE	%			ANUAL	30	36,93	30	30	30	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1411	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS	%	82	31/dez/14	ANUAL	90	93,72	95	100	100	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1412	TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO	%	85	31/dez/14	ANUAL	90	90	95	100	100	DirInform e Tecnologia/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6

Justificativas 2016

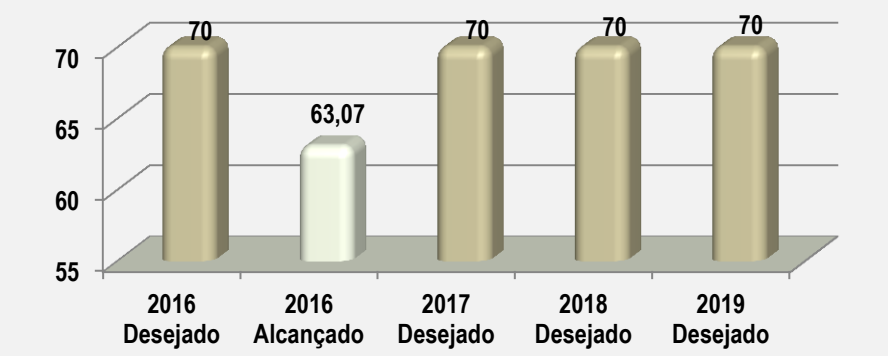
Indicador 1409 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 63,07%, abaixo da meta com perspectivas de atendimento nos próximos períodos.

Indicador 1410 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 36,93%. A meta não foi atendida por diversas ações que independem diretamente da Secriança. Busca-se atingir a meta nos próximos anos.

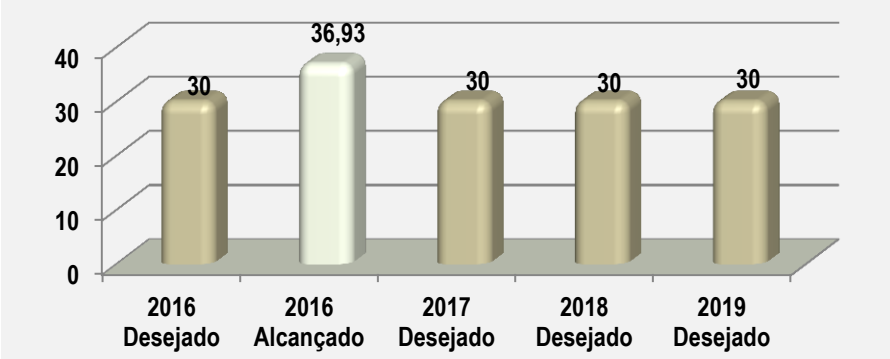
Indicador 1411 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene. Meta superada, atingindo 93,72%, o que demonstra eficácia nas ações da Secriança, no atendimento das necessidades dos adolescentes sob custódia do Estado.

Indicador 1412 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado, meta atendida considerando o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. Algumas ações estão em andamento para manutenção e continuidade do processo de monitoramento.

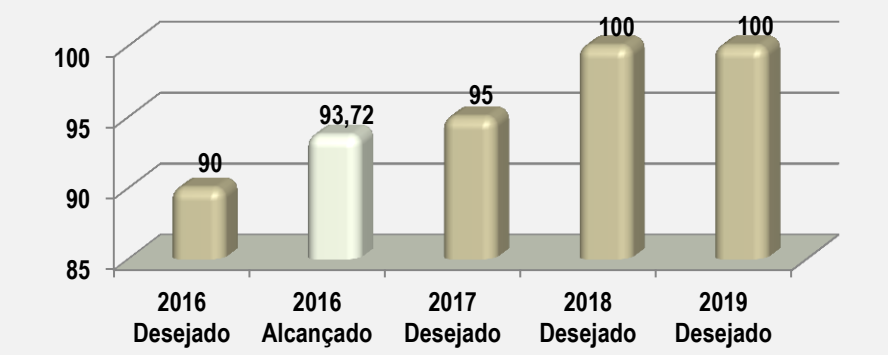
TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO



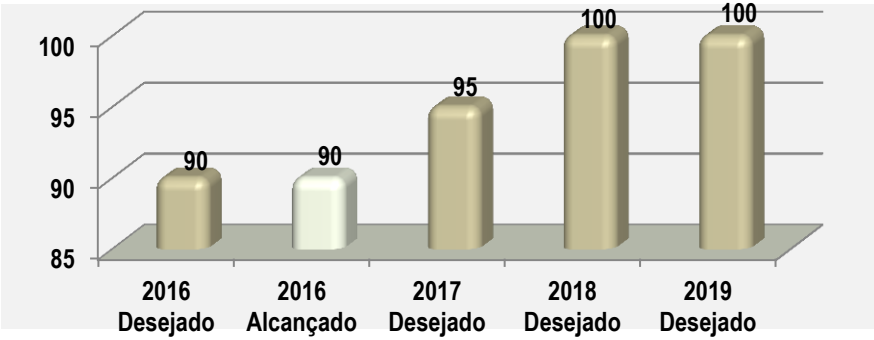
TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE



TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS



TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	6	1	Implantar do novo manual de segurança a ser utilizado em 100% das Unidades de Internação. (SECRIANÇA)	51101	100	A portaria n°. 160, de 19 de setembro de 2016, aprovou o os Procedimentos de Segurança Socieducativa-PSS, no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. Esta entrou em vigor na data de sua publicação.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Frente a estes objetivos, a SECRIANÇA considera que a infância e a adolescência, bem como os direitos a elas direcionados - crescimento pessoal e profissional, cidadania, dentre outros - têm que estar sempre na linha de frente do trabalho a ser desenvolvido, por isso esta Secretaria vem implementando ações para enfrentar as dificuldades de realização e implementação destas políticas e metas estabelecidas.

A maioria das metas listadas dentro dos objetivos específicos foi alcançada, algumas com êxito além do esperado e outras estão em andamento. Entretanto, algumas dessas metas carecem de um olhar mais detalhado, atenção para seu cumprimento e resoluções burocráticas. Vale frisar que não é por falta de esforços institucionais e governamentais que se encontram em suspensão, mas há fragilidades que envolvem o todo e dificultam seu cumprimento. A SECRIANÇA, em esforço com outros órgãos distritais, bem como as Unidades de Atendimento aos adolescentes, encontram dificuldades, as quais impõem barreiras que atravancam o desenrolar das atividades e o pleno atendimento aos socioeducandos, logo, o cumprimento de algumas metas estabelecidas.

A primeira delas se refere, especialmente, ao déficit do quantitativo de servidores que atuam nas Unidades do Sistema Socioeducativo - SSE. O baixo efetivo de servidores compromete de sobremaneira o atendimento e cumprimento das metas estabelecidas, porque inviabiliza muitas das atividades que ocorrem nas Unidades, as quais necessitam de um número expressivo de servidores envolvidos – como exemplo os agentes socioeducativos, os quais acompanham de perto os menores em atividades escolares e profissionalizantes. Portanto, faz-se necessário que haja o empenho de todos os setores da Secretaria no sentido de garantir e manter o número de servidores atuantes nas Unidades em quantitativo ideal para que haja todos os atendimentos e realização das atividades de interesse dos acautelados.

Com o objetivo de resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei a SECRIANÇA realizou diversas atividades e projetos com a finalidade de atender ao referido objetivo, todas beneficiando o público alvo: adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

- Atividade de Constelação Familiar nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto -UAMA, oferecendo grupos terapêuticos de desenvolvimento pessoal aos jovens;
- Encaminhamentos para programas de jovem aprendiz e estágio junto ao CIEE, Jerônimo Candinho e SENAC;
- Reuniões intersetoriais com a SEDF e planejamento de nova rotina de acompanhamento escolas dos socioeducandos;
- Atividades culturais e de lazer como visita a exposição de arte da Frida Kahlo e Feira do Livro;
- Projeto Esporte à Meia Noite nas UAMAs;

- Projeto de Futebol nas UAMAs Planaltina, Paranoá e Ceilândia e campeonato entre as Unidades;
- Projeto CineUAMA, com oficina de apresentação de filmes e debates socioeducativos na UAMA Paranoá; e projeto de ampliação para todas as UAMAs;
- Oficina de fotografia com celular para os jovens das UAMAs;
- 1ª turma de PSC em audiovisual, na qual os jovens em cumprimento de medida produziram um curta-metragem a partir da reflexão sobre seu contexto social (parceria com a Secretaria de Segurança Pública);
- Articulação intersetorial com DFTrans para faciltar o acesso dos socioeducandos ao transporte;
- Inclusão digital de adolescentes no projeto "PEDAGOGIA DA HORA: UMA APRENDIZAGEM CONECTADA", através de uma parceria do IESB com socioeducandos da UAMA Ceilândia;
- Rodas de Conversa e Oficinas que abordam temáticas relacionadas às realidades juvenis através do projeto "OUTRAS EXPRESSÕES, NOVAS TRAJETÓRIAS" desenvolvido pela instituição Vida e Juventude;
- Atividades de fortalecimento de vínculos familiares e valorização da relação mãe-bebê, promovidas nas UAMAs durante a Semana do Bebê;
- Incentivo às atividades coletivas na UAMAs e oferta de kit lanches;
- Adequação da estrutura física das UAMAs;
- Cursos de capacitação de Saúde Mental
- Eventos que promoveram qualificação profissional de Saúde Mental
- Inclusão cultural dos socioeducandos;
- Atendimento religioso aos/as adolescentes que manifestarem expressamente seu interesse;
- Práticas desportivas com o objetivo de aumentar a auto-estima, estimular a socialização e colaborar para afastar os jovens das drogas;
- Atividades profissionalizantes;
- Educação Formal: todos (100%) os socioeducandos menores de 18 anos de idade, independentemente de sua faixa etária, preferencialmente, são matriculados nas unidades de ensino público situadas o mais próximo da UAMA de sua vinculação.

Para efetivar o Sistema de Monitoramento Informatizado, a SECRIANÇA deu prioridade ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, ao atendimento das necessidades contínuas de informática e telefonia (atendimentos de suporte), ao levantamento do parque tecnológico e à estruturação física visando o desenvolvimento de softwares para atender a SECRIANÇA-DF, assim como criou o banco de dados coorporativo e um servidor de sistemas e desenvolveu 10 sistemas de informação e está criando um manual de normas e procedimentos de informática.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
007 – FORTALECIMENTO DE PARCERIAS - Fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
51901 – FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6228	7	1	Implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos; (FDCA)	51901	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	7	2	Informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes; (FDCA)	51901	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	7	3	Implementar o centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência sexual; (FDCA)	51901	100	%	MAIOR, MELHOR	80,67	-	-	-	80,67	80,67
6228	7	4	Realizar pesquisas para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF; (FDCA)	51901	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6228	7	5	Expandir em 80% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA; (FDCA)	51901	80	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6228	7	6	Fortalecer os programas governamentais por meio de parcerias voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA; (FDCA)	51901	100	%	MAIOR, MELHOR	13,53	-	-	-	13,53	13,53
6228	7	7	Realização de conferênciase eventos de promoção à criança e ao adolescente. (FDCA)	51901	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	50

Análise Qualitativa

1. Implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos; (FDCA)

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos;

2. Informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes; (FDCA)

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes;

3. Implementar o centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência sexual; (FDCA)

O projeto de Implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio) foi aprovado pelo CDCA no ano de 2015 no valor total de R$265.307,16 para ser implementado em 2016. Nesse mesmo ano, o referido projeto foi ajustado para R$361.966,55.Entretanto, no ano de 2016 foi empenhado R$292.007,62 por meio de adesões a Atas de Preços para aquisição de: mobiliários, equipamento de videoconferência, TV's, Switchs, aparelhos de ar condicionado e computadores. Dessa forma, o valor empenhado representa 80,67% do valor total do projeto, ficando um saldo de R$69.958,93 do projeto para ser executado no ano de 2017.

4. Realizar pesquisas para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF; (FDCA)

Em 2016 foi discutido na 265º Reunião Plenária Ordinária do CDCA o projeto de parceria com a CODEPLAN para a realização de pesquisa sobre "Os Adolescentes do Sistema Socioeducativo". Apesar da discussão sobre este projeto, o mesmo ainda não foi executado, assim como não foi apresentado nenhum outro projeto de pesquisa para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF, e por isso considera-se como 0% de atingimento da meta.

5. Expandir em 80% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA; (FDCA)

O número de atendimentos de crianças e adolescentes em 2015 foi de 3.591 por meio 20 (vinte) projetos de parcerias com entidades da sociedade civil. Já no ano de 2016, o número de atendimentos foi de 6.563 por meio de 30 (trinta) projetos com entidades da sociedade civil, sendo assim, houve uma expansão de 82,76% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA, o que representa mais de 100% do atingimento da meta.

6. Fortalecer os programas governamentais por meio de parcerias voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA; (FDCA)

Conforme dispõe o art. 53 da Resolução nº 71 do CDCA, as entidades governamentais devem proceder à inscrição de seus programas de atendimento às crianças e adolescentes conforme os regimes de atendimento. Após a inscrição, esses programas governamentais são fortalecidos por meio de parcerias com entidades governamentais, que tem seus projetos aprovados pelo CDCA na modalidade de aplicação direta (modalidade 90). Essa modalidade de aplicação apresentou uma dotação total em 2016 de R$14.839.064,00 distribuídos em 7 (sete) programas de trabalho . Assim, a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude apresentou 7 (sete) projetos de parcerias no ano de 2016, todos aprovados pelo CDCA como, por

exemplo, o projeto de aquisição de Scanners Corporais, o projeto da frota Socioeducativa, o projeto Plena Harmonia, o projeto de Implantação do Centro Integrado 18 de Maio, entre outros. Desses projetos, foi empenhado um total de R$2.009.134,48 em 2016, o que representou 13,53% da dotação para essa modalidade de aplicação, o que também representa 13,53% do alcance da meta.As execuções desses projetos contemplaram certa de 1.930 crianças e adolescentes em 2016.

7. Realização de conferências e eventos de promoção à criança e ao adolescente. (FDCA)

Em 2016, foi realizada a IX – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente no valor total de R$ 310.707,25 no qual atendeu a um público de cerca de 1.064 pessoas entre crianças e adolescentes. A conferência ocorre a cada dois anos, considera-se como atingido 50% da meta já no ano de 2016, já que a próxima conferência está prevista para 2018. Além da conferência, foram realizados outros eventos em 2016 como, por exemplo, os seminários "Os desafios no enfrentamento às violações de Direitos no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal" e "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes", no valor total de R$ 125.510,00.

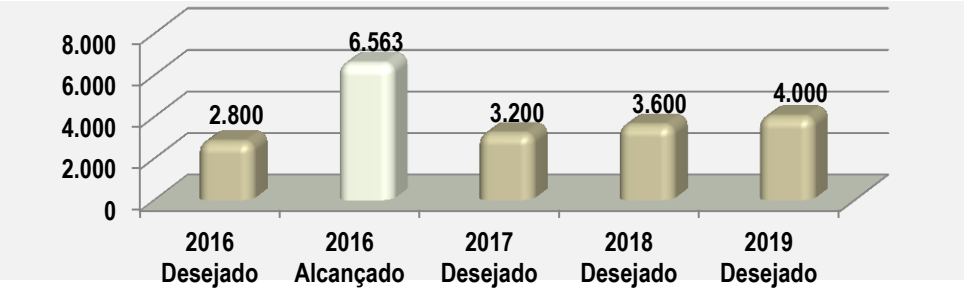
INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1676	CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	2.400	30/jun/15	ANUAL	2.800	6563	3.200	3.600	4.000	UNGEF/CDCA / UO 51901 / OE 7

Justificativas 2016

Indicador 1676 - Os Projetos Sociais apresentados pelas instituições não governamentais ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, por meio de Edital de Chamada Pública no final do ano de 2015, atingiu um número superior à média prevista pelo CDCA/DF quando da formulação do PPA 2016-2019, em junho de 2015.

CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	7	1	Ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos; (FDCA)	51901	30	Em 2016, o FDCA ampliou a rede de atendimento à criança e adolescente por meio da ampliação no número de Instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA. Além disso, houve o crescimento no número de registros de programas dos órgãos governamentais, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA.
6228	7	2	Monitorar e acompanhar as ações governamentais e não governamentais desenvolvidas com crianças e adolescentes no DF; (FDCA)	51901	0	A principal ideia dessa ação era criar um Sistema de TI capaz de monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas no atendimento às crianças e aos adolescentes no Distrito Federal. Mas, em 2016 verificou-se a ausência de encaminhamentos para essa finalidade.
6228	7	3	Realizar planejamento estratégico do CDCA; (FDCA)	51901	0	Em 2016 não há registro de ações concluídas referente à elaboração do Planejamento Estratégico.
6228	7	4	Ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil; (FDCA)	51901	20	Em 2016, foi efetivado o Comitê Consultivo dos Adolescentes, escolhidos em assembleia específica, com direito a voz no CDCA-DF.Foram feitas várias reuniões com os adolescentes abordando temas diversos de seus interesses, para que dessa forma suas demandas fossem levadas às reuniões plenárias do CDCA.
6228	7	5	Agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo. (FDCA)	51901	25	A fim de dar mais agilidade para a liberação dos recursos do fundo foi criado um Grupo de Trabalho específico por meio da Portaria nº 206, de 25/11/2016, para análise dos processos e para a formulação de pareceres técnicos de habilitação/inabilitação dos projetos dos Editais 01 e 02/2016. Além disso, a Secretaria Executiva do CDCA apresentou projeto para a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para validar os custos dos projetos apresentados pela Sociedade Civil, objeto do Edital 01/2016.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No ano de 2016, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, UO: 51.901, apresentou um resultado positivo para o alcance do Objetivo Específico nº 007, que é o "fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais".

Esse fortalecimento do sistema de garantias de direitos (SGD), no âmbito da sociedade civil, se deu por meio de parcerias (convênios) com 30 instituições sem fins lucrativos, que através do Edital de Chamada Pública nº 01/2015 receberam um montante total de R$ 5.601.640,00 contemplando assim um público de 6.563 crianças e adolescentes de várias regiões do DF, sendo que essas instituições atuam em projetos que vão desde a área de aprendizagem e de acolhimento institucional, até com adolescentes do sistema socioeducativo, entre outras áreas.

Já o fortalecimento do SGD no âmbito das entidades governamentais se deu por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que, no ano de 2016 teve 5 (cinco) projetos financiados pelo FDCA/DF, no qual podemos destacar o projeto da Frota do Sistema Socieducativo que adquiriu 4 veículos novos, tipo Van, para atender as demandas das Unidades do Sistema Socioeducativo, que conta com cerca de 853 adolescentes em regime de internação, garantindo o direito de um deslocamento seguro entre as unidades e as atividades externas.

Também podemos destacar o projeto de implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio), no qual o FDCA destinou um orçamento de R$462.185,00 cujo valor executado em 2016 foi de R$292.007,62 com a aquisição de: mobiliários, equipamento de videoconferência, TV's, Switchs, aparelhos de ar condicionado e computadores. Este centro, que faz parte da rede do SGD, foi instituído pelo Decreto nº 34.517, de 11 de Julho de 2013, tem por finalidade realizar o atendimento inicial de cerca de 360 crianças e adolescentes por ano que são vítimas de violência sexual, assim como de suas respectivas famílias, a fim de minimizar a revitimização decorrente de sucessivas escutas não qualificadas e dar celeridade aos procedimentos a serem adotados de proteção à vítima e à família.

Ainda em 2016, ocorreu o projeto apresentado pela Secretaria Executiva do CDCA para realização da IX – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que contou com a participação de cerca de 1.064 crianças e adolescentes, conferência essa que ocorre a cada 2 anos, foi um evento com um espaço de diálogo e proposições, voltados para o exercício da cidadania e do compromisso com a promoção e a defesa dos direitos humanos, nesse caso em especial, dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, que também é visto como uma maneira de fortalecer o SGD.

Quanto à análise das metas, de modo geral objetivamos um alcance muito satisfatórios em 3 das 7 metas (metas nº 3,5 e 7). A meta de nº 6 embora tenha alcançado apenas os 13,53% do objetivo, não se torna menos relevante uma vez que ainda há outros três anos para alcançar os 100% no acumulado. Essas quatro metas analisadas foram as que contribuíram de modo mais positivo para o alcance do objetivo especifico, uma vez que sendo executadas de modo integral ou não, proporcionaram parcerias com as instituições públicas e privadas que trabalham diretamente com o público de crianças e adolescentes, que são público alvo das ações voltadas para o sistema de garantia de direitos – SGD. Por outro lado, houve também as metas que não lograram êxito em 2016, que foram as de nº 1, 2 e 4 que foram exatamente as ações que não houve nenhuma proposição de projetos junto ao órgão concedente, no caso o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, de modo que essas metas tiveram 0% de alcance do objetivo.

Quanto à análise das ações não orçamentárias, das cinco ações apresentas apenas as ações de n º 1, 4 e 5 apresentaram alguns avanços positivos no ano de 2016, sendo que as demais ações tiveram desempenho de 0% da sua meta estipulada. Dentre as ações que houve algum avanço, podemos destacar a ação nº 1, que buscou uma "ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos", e para isso o CDCA se mobilizou para aumentar o número de registros das instituições da sociedade civil junto ao órgão, bem como aumentar o número de registros de programas das instituições governamentais, o que proporcionou um desempenho de 30% da meta para essa ação. Também podemos destacar a ação não orçamentária nº 4,que tinha como objetivo "ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil", que para isso foi criado o Comitê Consultivo dos Adolescentes, escolhidos em assembleia específica, com direito a voz no CDCA-DF, no qual foram realizadas várias reuniões com os adolescentes abordando temas diversos de seus interesses, para que dessa forma suas demandas fossem levadas às reuniões plenárias do CDCA, o que fez com que essa ação tivesse um desempenho de 20% da meta. Já a ação nº 5, no qual tinha o objetivo de "agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo", foi criado um Grupo de Trabalho específico por meio da Portaria nº 206, de 25/11/2016, para fazer a análise dos processos e a formulação de pareceres técnicos de habilitação/inabilitação dos projetos dos Editais de 2016 a fim de dar mais agilidade na liberação dos recursos. Também nesse sentido a Secretaria Executiva do CDCA apresentou um projeto para a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública para facilitar a pesquisa de mercado e validar os custos dos projetos apresentados pela Sociedade Civil, com essas medidas essa ação teve um desempenho de 25% do alcance da meta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:
Promover a defesa e garantia dos direitos humanos assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

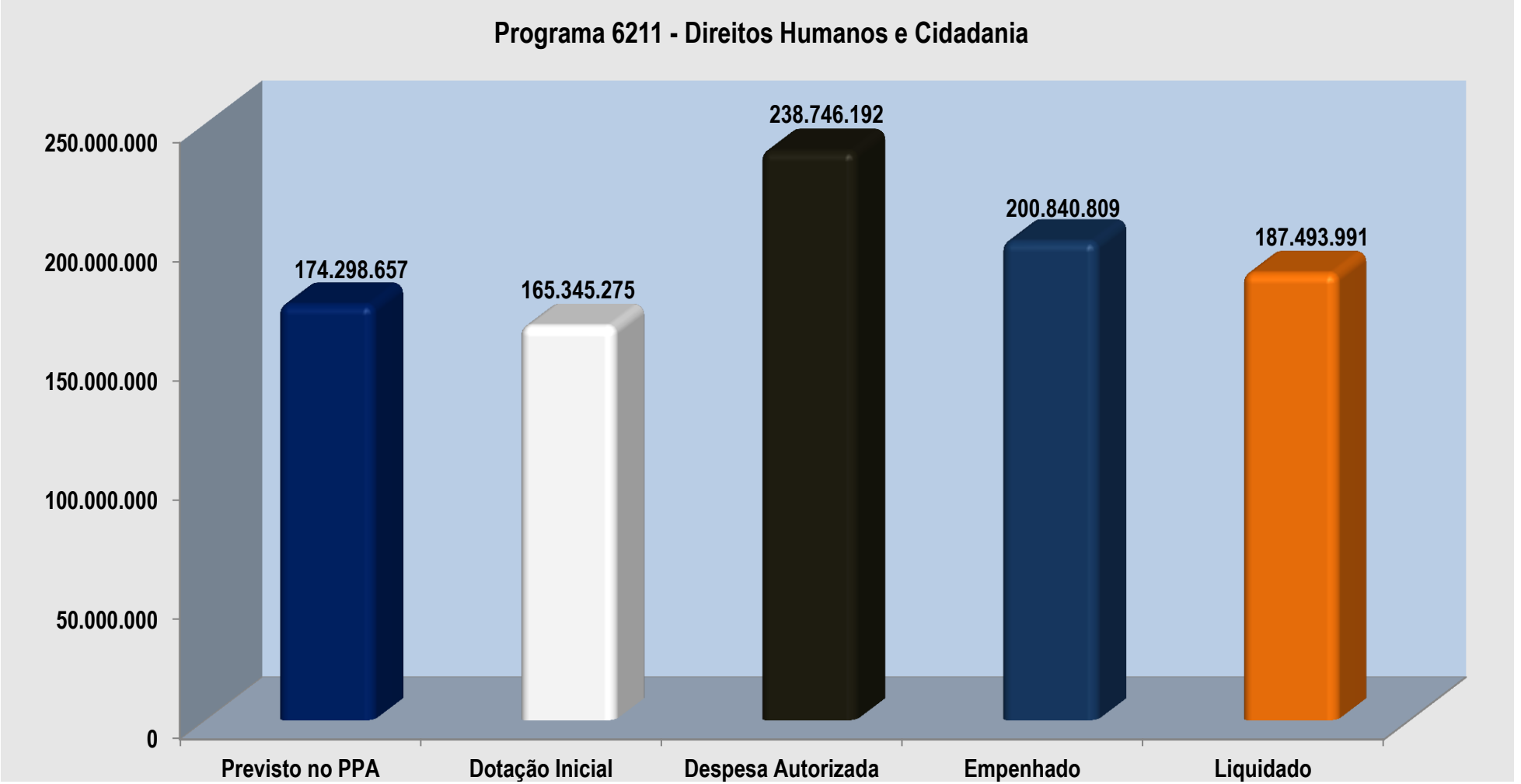
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH
001 – ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO PARA SEGMENTOS SOCIAIS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS: Promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, povos e comunidades tradicionais, entre outros; promovendo a igualdade de oportunidades para esses segmentos no mundo do trabalho e no empreendedorismo.
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – CACI
002 – POLÍTICA PARA CATADORES: Promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da integração de políticas públicas voltadas à assistência social, geração de trabalho, renda e acesso aos serviços públicos.
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/PROCON – SEJUS/PROCON
003 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA: Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos.
004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho**.**
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH
005 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Promover a igualdade de gênero, a igualdade racial e étnica; promover uma Brasília sem preconceitos e com acessibilidade; conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos.
48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF
006 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRADA E GRATUITA: Prestar assistência jurídica integral, gratuita e com eficiência aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando a solução extrajudicial dos litígios como forma de pacificação social.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000	1.530.000	630.000	0	0	0	0
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	365.000	365.000	144.693	144.692	144.692	40	40
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	30.000	130.000	0	0	0	0	0
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	76.500	76.500	565	0	0	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	3.400.000	3.400.000	3.111.195	2.261.596	227.739	67	7
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	80.000	80.000	62.819	0	0	0	0
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	87.000	47.000	284.594	255.169	255.169	293	293
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	36.172.126	36.989.027	40.957.901	30.071.317	24.948.491	83	69
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000	10.000	2.593	0	0	0	0
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000	10.000	2.593	0	0	0	0
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS	29.695.816	29.695.816	73.352.548	73.352.547	73.352.547	247	247
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000	390.000	390.000	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	325.000	325.000	365.039	306.570	306.570	94	94
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	200.000	200.000	20.000	0	0	0	0
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000	700.000	777.433	130.000	130.000	19	19
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	300.000	300.000	1.750	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	1.250.000	0	0	0	0	0	0
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.040.000	5.000.000	1.768.090	0	0	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	40.124.550	40.124.550	34.405.022	34.248.247	34.144.061	85	85
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	200.000	200.000	51.501	0	0	0	0
2877 - (EP)PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5.050.000	0	0	0	0	0	0
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRODEF	100.000	100.000	65.000	0	0	0	0
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	25.097.482	25.097.482	11.544.874	11.544.213	10.505.927	46	42
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	6.549.983	6.649.983	7.493.898	383.756	311.816	6	5
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	500.000	500.000	600.000	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	30.000	30.000	0	0	0	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	4.714.658	4.714.658	57.062.575	47.475.510	42.581.411	1.007	903
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	300.000	300.000	0	0	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	500.000	0	0	0	0	0	0
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	30.000	30.000	0	0	0	0	0
3568 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO-DIA DO IDOSO - CDI	3.000.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	110.000	445.000	24.923	0	0	0	0
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	2.000.000	2.000.000	1	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	301.995	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	102.000	102.000	0	0	0	0	0
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	510.000	10.000	344.112	324.830	324.830	64	64
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	126.400	126.400	576.428	115.378	115.378	91	91
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	50.000	50.000	71.834	12.219	12.219	24	24
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	50.000	50.000	50.000	0	0	0	0
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	370.122	436.344	436.344	20.000	288	5	0
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	36.919	45.414	45.414	45.414	2.604	123	7
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	10.000	10.000	2.593	0	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.045.101	5.045.101	3.785.316	149.351	130.249	3	3
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	20.000	20.000	12.549	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	**174.298.657**	**165.345.275**	**238.746.192**	**200.840.809**	**187.493.991**	**115**	**108**

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: SEJUS, SEDESTMIDH , CACI, DPDF)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 –ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO PARA SEGMENTOS SOCIAIS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS: Promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, povos e comunidades tradicionais, entre outros; promovendo a igualdade de oportunidades para esses segmentos no mundo do trabalho e no empreendedorismo.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	1	1	Destinar 50% dos recursos das políticas de microcrédito e para o empreendedorismo para a população negra e 50% para a população feminina (SEDESTMIDH);	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	1	2	Alcançar 80% de avaliação positiva pelas/os beneficiárias/os das políticas de apoio para as/os afroempreendedoras(es) e para as mulheres empreendedoras (SEDESTMIDH	25101	80	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

* As metas estão sendo revistas, pois a legislação do Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER/DF não prevê destinação específica de recursos para contemplar cotas de gênero e raça. O programa de microcrédito atende, sem distinção, toda a clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõe as Leis Complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013, respectivamente.

Análise Qualitativa

1. Destinar 50% dos recursos das políticas de microcrédito e para o empreendedorismo para a população negra e 50% para a população feminina (SEDESTMIDH);

Em parceria com o PRONATEC em 2016, foram capacitadas 567 mulheres que estarão aptas a acessarem às políticas de microcrédito.

Em relação à população negra, a meta não se encontra em condição de ser efetivamente aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas públicas do Governo de Brasília. Em 2017 será feito articulação intersetorial para a implementação do referido cadastro.

2. Alcançar 80% de avaliação positiva pelas/os beneficiárias/os das políticas de apoio para as/os afroempreendedoras(es) e para as mulheres empreendedoras (SEDESTMIDH

A Secretaria está em diálogo para a implementação deste item, de modo que seja possível fazer a pesquisa de satisfação junto e estes usuários. Ainda, com base na Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, da Subsecretaria de Publicidade e Propaganda, da SECOM, que prioriza a realização de campanhas publicitárias acerca da temática do Afroempreendedorismo, entre outros temas, intenta-se promover campanha publicitária específica para dar ciência ao público-alvo sobre a existência da linha de crédito e dos resultados dos programas envolvidos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

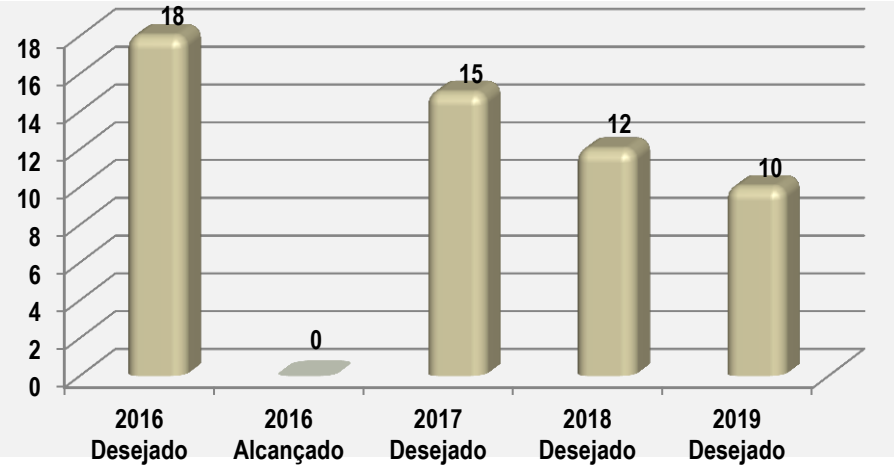
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1537	TAXA DE INADIMPLÊNCIA DOS PROJETOS DE MICROCRÉDITO PARA AFRO EMPREENDEDORES E MULHERES, ACOMPANHADOS E ORIENTADOS PELO GDF	%			ANUAL	18	-	15	12	10	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
1538	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.	UNIDADE			ANUAL	200	331	500	800	1.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1

Justificativas 2016

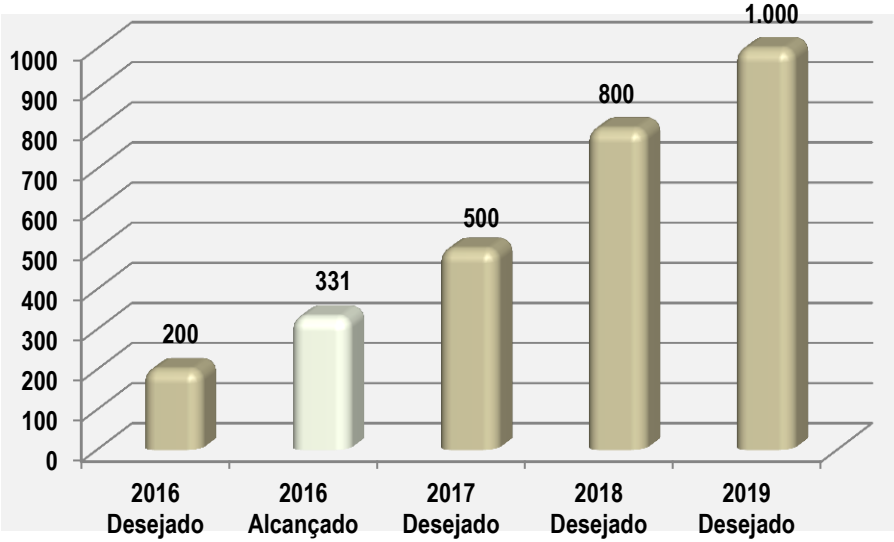
Indicador 1537 – Indicador não pode ser aferido até o momento, pois a área responsável não disponibilizou o campo de identificação necessário para os cadastros realizados.

Indicador 1538 – Foram enviados 3.687 currículos a empresas com mais de 100 funcionários, dos quais foram contratados 331 candidatos.

TAXA DE INADIMPLÊNCIA DOS PROJETOS DE MICROCRÉDITO PARA AFRO EMPREENDEDORES E MULHERES, ACOMPANHADOS E ORIENTADOS PELO GDF



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	1	1	Garantir a equidade racial e de gênero em todas as políticas de apoio ao empreendedorismo e ao microcrédito implementadas pelo Governo de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	0	Ação não aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas de microfinanciamento. A Secretaria está articulando para implementação do quesito raça/cor
6211	1	2	Elaborar, orientar, acompanhar e monitorar projetos apoiados pela Lei do Afroempreendedorismo, a fim de contribuir para o sucesso dos projetos apoiados e evitar a inadimplência; (SEDESTMIDH)	25101	0	Ação não aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas de microfinanciamento. A Secretaria está articulando para implementação do quesito raça/cor

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	1	3	Orientar, acompanhar e monitorar os projetos apresentados por mulheres e apoiados pela política de microcrédito, a fim de contribuir para o sucesso dos projetos apoiados e evitar a inadimplência; (SEDESTMIDH)	25101	0	A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	4	Organizar uma rede de afroempreendedoras/es para troca de experiências e avalição da política de apoio ao afroempreeendedorismo; (SEDESTMIDH)	25101	10	Foi realizado o mapeamento inicial das redes e eventos relativos a afroempreendedores no DF e alguns municípios do Entorno, e ao empreendedorismo relativo às comunidades tradicionais de terreiro, nos termos da Lei nº 5447 de 12 de janeiro de 2015. Reuniões com sociedade civil para retomada da rede estão previstas para reiniciarem em junho de 2017.
6211	1	5	Organizar uma rede de mulheres empreendedoras para troca de experiências e avaliação da política de apoio ao empreendedorismo feminino; (SEDESTMIDH)	25101	25	Em 2016 foram criados três grupos de mulheres empreendedoras a partir das capacitações oferecidas em parceria com a Secretaria de Educação, que são: Mulheres de HAMSÁ, Flores do Cerrado e Revitalize.
6211	1	6	Oferecer palestras continuadas sobre empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária para o público feminino na Casa da Mulher Brasileira; (SEDESTMIDH)	25101	25	Projeto de cursos semestrais de recolocação profissional para mulheres acompanhadas pela Casa da Mulher Brasileira (Serviço de Promoção da Autonomia Econômica das Mulheres – SPAE - CMB), com duas turmas concluídas. Realização de uma palestra sobre economia solidária com o Instituto Marista.
6211	1	7	Promover a qualificação profissional das mulheres de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	25	Em 2016, através de parceria da SEDESTMIDH com o PRONATEC/Mulheres Mil, mulheres atendidas nos equipamentos foram qualificadas profissionalmente nos cursos de recepcionista, massagista, assistente administrativo, cuidadora de idosos, agente comunitário de saúde, manicure, pedicuro e copeira, sendo 180 na Casa da Mulher Brasileira e 217 nos Centro Especializado de Atendimento as Mulheres. O projeto Coma Bem Viva Bem capacitou 110 mulheres nos cursos de Cozinha Básica e Pão Artesanal. Ocorreram ainda, oficinas de bordados, bijuteria com material reciclado, confecção de puff feitos com pneu, boneca de pano, pintura em tecido e decoração de cadernos. Capacitando 60 mulheres na Casa Abrigo.
6211	1	8	Promover políticas de microcrédito existentes em Brasília junto à população feminina e afrodescendente; (SEDESTMIDH)	25101	0	A meta está sendo revista, pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	9	Acompanhar e orientar mulheres empreendedoras beneficiárias das políticas de microcrédito de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	0	A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	10	Promover o cooperativismo feminino, por meio da organização de uma rede de articulação; (SEDESTMIDH)	25101	0	A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	11	Acompanhar e orientar artesãs/ãos afrodescendentes e/ou de comunidades tradicionais de Brasília para utilização do box da Feira de Artesanato da Torre de TV; (SEDESTMIDH)	25101	25	Em 2016 o projeto foi elaborado e no Acordo de Resultados de 2017 está contemplada a meta de utilização dos boxes de Artesanato da Torre de TV.
6211	1	12	Fomentar a participação de artesãs/aos nas atividades organizadas pelo Governo de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	25	Foram realizadas 12 exposições, sendo: CMB 6, CEAM Ceilândia 1, CEAM Planaltina 1, Casa Abrigo 3 e também foi realizada a Tenda 16 dias de Ativismo ONU Mulheres e Governo de Brasília. Foi iniciado em 2016 articulação para a Feira de Mulheres do Campo e do Cerrado, uma reivindicação dos membros do Fórum Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado. A feira será realizada no Parque da Cidade e dará oportunidade para as artesãs e produtoras rurais venderem seus produtos.
6211	1	13	Apoiar empreendimentos econômicos solidários e a redes de economia solidária, no âmbito dos espaços de matriz africana; (SEDESTMIDH)	25101	0	A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	14	Promover qualificação profissional de afrodescendentes, indígenas e população cigana de Brasília. (SEDESTMIDH)	25101	25	Fase final de estudo e elaboração do projeto de apoio ao empreendedorismo indígena através da realização de Feira de Artesanato na Praça do Índio, localizada na Asa Sul. Por falta de previsão orçamentária, a Escola Técnica Aberta de Afroempreendedorismo - CRIAR aguarda implementação. As mulheres ciganas foram incluídas no programa de capacitação PRONATEC/Mulheres Mil.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Grande parte das ações realizadas promoverão resultados em 2017. Com vistas a promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como mulheres e promover a igualdade de oportunidades para esses segmentos, especialmente no mundo do trabalho e no empreendedorismo, foram realizadas parcerias para fortalecer a autonomia econômica das mulheres vítimas de violência, por meio do PRONATEC e do Instituto Marista. Pelo projeto Coma Bem foram realizadas oficinas de pães artesanais, e ainda oficinas de artesanato e confecção de bijuterias. A secretaria apoiou a estruturação de 03 redes de mulheres empreendedoras, realizadas 12 exposições de artesanatos com mulheres empreendedoras, e capacitação de 567 mulheres, que a partir de 2017 contarão com novos caminhos para a promoção de sua autonomia econômica.

Considerando que a variável racial não estava sendo mensurada na política de microcrédito ações foram realizadas no âmbito institucional para proporcionar a inserção do quesito raça-cor no sistema de cadastro e gestão do microcrédito.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
002 – POLÍTICA PARA CATADORES: Promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da integração de políticas públicas voltadas à assistência social, geração de trabalho, renda e acesso aos serviços públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL - CACI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	2	1	Coordenar a implantação do projeto "Coleta Seletiva Solidária" em 100% dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF para destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores; (CACI)	09101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10
6211	2	2	Coordenar a implantação do "Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores". (CACI)	09101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25

Análise Qualitativa

1. Coordenar a implantação do projeto "Coleta Seletiva Solidária" em 100% dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF para destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores; (CACI)

A ação teve início com os órgãos e entidades sediados no Palácio do Buriti e Edifício Anexo, sendo realizadas, inicialmente, reuniões com os servidores da limpeza para explicar sobre o início da campanha; a forma que seria feito o descarte correto do material (lixo seco ou orgânico) e; a separação para a destinação à cooperativa e associações de catadores. Assim, no mês de maio de 2016 teve início a campanha com foco principal na conscientização dos servidores públicos e prestadores de serviços quanto à importância e os benefícios da redução da geração de resíduos e do correto descarte no ambiente de trabalho. Nesse contexto, a equipe responsável pela campanha distribuiu panfletos aos servidores e afixou cartazes em todos os andares do prédio,

além de divulgar mensagens na intranet e spots nos elevadores com informações e explicações sobre o início da Coleta Seletiva Solidária. Também foram distribuídas lixeiras coletoras (em papelão) para separação do lixo seco do orgânico e o estimulo aos servidores para retirada das lixeiras individuais substituindo-as pelas lixeiras coletivas. Em 2017, iniciou-se o mapeamento dos demais órgãos que ainda não realizam a coleta seletiva e está sendo preparada campanha aos demais órgãos e entidades da Administração Pública com entrega de material informativo. Um dos grandes desafios é a necessidade de alterar o Decreto nº 35.817/2014, que trata da coleta seletiva, para aperfeiçoar sua aplicação, o que está trâmite para publicação até maio de 2017.

2. Coordenar a implantação do "Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores". (CACI)

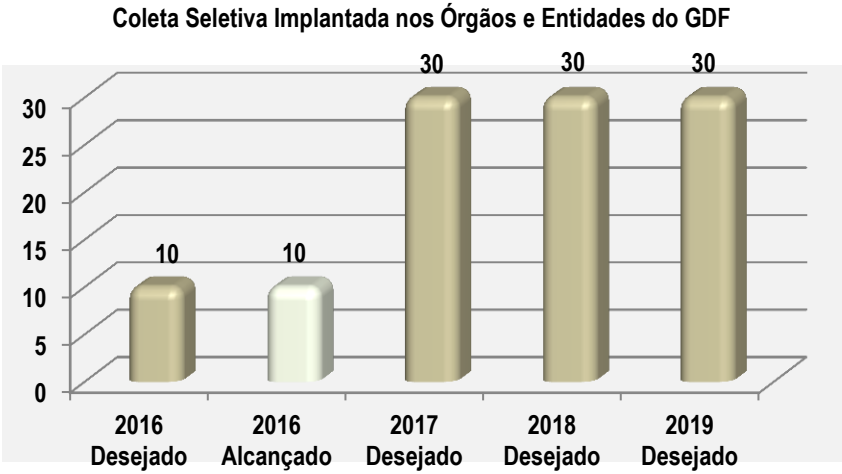
Essa ação está sendo realizada no âmbito do Comitê Gestor Inter setorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, instituído com o objetivo de promover a articulação e coordenação do diálogo com os catadores do Distrito Federal. Nesse contexto, foram realizadas no decorrer de 2016 reuniões para debater o tema contando com a participação dos órgãos de governo envolvidos direta e indiretamente com a temática (CACI / Escritório de Projetos Especiais da Governadoria / SLU / SEMA / SEDESTMIDH), além das entidades representativas dos catadores, com destaque para as duas centrais CENTCOOP e REDE ALTERNATIVA, que congregam ao todo 32 associações e cooperativas de catadores, o que representa aproximadamente 3.244 catadores de materiais recicláveis. A agenda de trabalho foi organizada da seguinte forma: a discussão do Plano de Transição (encerramento das atividades no Aterro Controlado do Jóquei e o funcionamento dos Centro de Triagem e Reciclagem); regularização dos terrenos ocupados por cooperativas de catadores e; a contração das cooperativas para prestação de serviços de coleta seletiva no Distrito Federal. Também foi realizada a apresentação aos catadores do novo modelo de Coleta Seletiva que será adotado no Distrito Federal e que terá reflexo direto na execução do Plano de Transição/Inclusão.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1539	COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF	%		01-JAN-0001	ANUAL	10	10	30	30	30	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1539 - Implantação da Coleta Seletiva Solidária em 10 órgãos, sendo eles: Gabinete da Governadoria e respectivas Assessorias; Comunicação Institucional e Interação Social; Casa Civil; Casa Militar; Secretaria das Cidades; Secretaria de Mobilidade; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Adjunta de Politicas para Igualdade Racial e a Secretaria Adjunta de Promoção dos Direitos Humanos da SEDE; Controladoria Geral do DF e Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	2	1	Revisão do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores. (CACI)	09101	50%	**Implementação em andamento**. Todavia, as etapas previstas para 2016 consistiram na realização de reuniões, diálogo e articulação com catadores e representantes de órgãos públicos que tem relação direta com essa temática, a fim de auxiliar na construção de entendimentos e no encaminhamento de propostas que visem a efetiva inclusão social e econômica desse público. Assim para os próximos exercícios (2017 a 2019) daremos continuidade a esse trabalho para contribuir e facilitar o acesso dos catadores aos benefícios sócios assistenciais; a construção de centros de triagem e reciclagem para os catadores; realização de cursos de capacitação para operação das referidas Unidades e; para oportunizar a contração das associações e cooperativas culminando com a desativação do Aterro do Jóquei (Lixão da Estrutural) e a garantia de trabalho e renda para os catadores do DF.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No exercício de 2016, foram alcançados os seguintes resultados:

1 - Início, efetivo, da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indiretado Distrito Federal o que possibilitará ampliar, significativamente, o quantitativo de materiais recicláveis doados às associações e cooperativas de catadores, a fim de incrementar a renda desses grupos.

2 - Coordenar a implantação do "Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores"por meio do diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo, que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se nessa ação a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que incluiu 900 (novecentos) catadores no programa "Agente de Cidadania Ambiental", com repasse de bolsa no valor mensal de R$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados um total de 199 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) no programa "Agentes de Cidadania" com recebimento de bolsa auxílio de R$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Destaca-se, ainda, a contratação de 06 cooperativas de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para fazer a coleta seletiva em rotas nas cidades de Brazlândia, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Santa Maria e Samambaia, com previsão de que em 2017 seja ampliado para até 10 novas rotas com a contração de mais cooperativas de catadores. Para os próximos exercícios (2017-2019) estão previstos:

I) disponibilização de 5 Centros de Triagem e 01 Centro de Comercialização; II) capacitação dos catadores para operar as referidas Unidades; III) ampliação do número de vagas para crianças entre 6 a 12 anos (200 filhos de catadores) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado no âmbito da Política de Assistência Social; e IV) implementação de um benefício temporário de compensação para 2.300 catadores que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) no valor de R$ 360,00, em função do encerramento das atividades naquele local e o início de trabalho nos Centros de Triagem, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
003 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA: Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/PROCON – SEJUS/PROCON

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	3	1	Efetivar e implementar a Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor; (PROCON)	44202	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	3	2	Implantar novos postos de atendimento do PROCON/DF, proporcionando, ainda, atendimento diferenciado às pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade; (PROCON)	44202	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	3	3	Ampliar o número de veículos para o PROCON Móvel; (PROCON)	44202	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	3	4	Aumentar a média mensal de atendimento do NA HORA para 374.991; (SEJUS)	44101	374.991	UNID	MAIOR, MELHOR	216.921	-	-	-	216.921	57,8
6211	3	5	Aumentar o índice de satisfação do usuário para 99%; (SEJUS)	44101	99	%	MAIOR, MELHOR	99,97	-	-	-	99,97	101,0
6211	3	6	Diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos; (SEJUS)	44101	7	MINUTO	MENOR, MELHOR	15,32	-	-	-	15,32	218,9
6211	3	7	Diminuir o tempo médio de atendimento para 05 minutos; (SEJUS)	44101	5	MINUTO	MENOR, MELHOR	4,46	-	-	-	4,46	89,2
6211	3	8	Diminuir o número de pessoas sem Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, realizando pelo menos dois mutirões por ano a fim de erradicar o sub-registro, e capacitar 100 (cem) agentes públicos por ano para atuarem como multiplicadores; (SEJUS)	44101	100	%	MENOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6211	3	9	Ampliar o acesso e o número de Entidades que almejam o título de utilidade pública no Governo de Brasília; (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	39	-	-	-	39	39,0
6211	3	10	Realizar dois eventos do Projeto “Alma Gêmea” por ano, alcançando 100 casais em cada; (SEJUS)	44101	400	UNID	MAIOR, MELHOR	24	-	-	-	24	6,0
6211	3	11	Encaminhar ao mercado de trabalho e/ou cursos de qualificação até 100 jovens dispensado do serviço militar por ano;(SEJUS)	44101	400	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6211	3	12	Democratizar o acesso dos recursos do Fundo à sociedade civil, mediante seleção de projetos voltados	44902	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			ao direito do consumidor; (FDDC)										
6211	3	13	Ampliar o conhecimento sobre a legislação consumerista; (FDDC)	44902	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0,0
6211	3	14	Manter a produção e distribuição anual de 250.000 cartilhas para o consumidor. (FDDC)	44902	250.000	UNID	MANTER	0	-	-	-	0	0,0

Análise Qualitativa

1. Efetivar e implementar a Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor; (PROCON)

Esta meta relaciona-se com a implantação da Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

2. Implantar novos postos de atendimento do PROCON/DF, proporcionando, ainda, atendimento diferenciado às pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade; (PROCON)

Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público. Não há como abrir novos postos por conta da falta de servidores.

3. Ampliar o número de veículos para o PROCON Móvel; (PROCON)

A ampliação do número de veículos necessita de novos servidores para dirigi-los e, portanto, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

4. Aumentar a média mensal de atendimento do NA HORA para 374.991; (SEJUS)

A fim de atingir o maior número de pessoas com o menor tempo de espera possível, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA ampliou o número de parceiros em 2016. Com o ingresso dos serviços da Defensoria Pública da União – DPU, da Polícia Rodoviária Federal – PRF e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federa – CODHAB foi possível elevar em 10,35% o número de atendimentos em comparação ao ano de 2015.

Além disso, autuamos o anteprojeto de lei que cria o Instituto do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal, que tem por meta ampliar a política de excelência no atendimento ao cidadão no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica do Distrito Federal.

5. Aumentar o índice de satisfação do usuário para 99%; (SEJUS)

Foi possível superar o índice de satisfação do usurário em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do Na Hora.

6. Diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos; (SEJUS)

Embora tenha havido esforços no sentido de reduzir o tempo médio de espera do cidadão (pós-guichê até ser atendido pelo órgão de seu interesse), o NA HORA enfrentou, em 2016, um déficit de 274 servidores, conforme levantamento realizado em 2015 pelo Núcleo de Atenção ao Servidor – NA HORA.

Naquela oportunidade, o NA HORA encaminhou documento à Diretoria de Gestão de Pessoas - para manifestação e andamentos administrativos no sentido de realizar concurso público para o provimento 1.200 vagas, das quais 274 eram para provimento imediato, e as demais para o cadastro reserva em caso de nomeações futuras nas unidades. Além do déficit de pessoal, o NA HORA também enfrentou em 2016 o aumento do fluxo de atendimentos do DETRAN/DF que, nos últimos três meses daquele Exercício, passaram a emitir todos os CRLVs via NA HORA.

A fim de diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos, o NA HORA solicitou a redução da carga horária dos servidores das unidades, o que serviria de incentivo para atrair e expandir a parceria com outros órgãos e, como consequência do aumento da força de trabalho, poderia ocorrer a redução do tempo médio de espera dos usuários, a diminuição do tempo médio de atendimento e o aumento do índice de satisfação do usuário. O processo que trata de proposição para a redução da carga horária dos servidores que trabalham nas unidades do NA HORA encontra-se na carga da AJL/SEJUS para análise e manifestação acerca da viabilidade da solicitação, desde o dia 18 de abril de 2017.

7. Diminuir o tempo médio de atendimento para 05 minutos; (SEJUS)

Foi possível superar o índice Tempo Médio de Atendimento em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do NA HORA.

8. Diminuir o número de pessoas sem Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, realizando pelo menos dois mutirões por ano a fim de erradicar o sub-registro, e capacitar 100 (cem) agentes públicos por ano para atuarem como multiplicadores; (SEJUS)

Tendo em vista as diretrizes do Governo Federal, em especial do Ministério de Direitos Humanos da antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, considerando-se a redução no percentual de sub-registro civil de 14% para 1%, conforme Censo do IBGE de 2014, esta Secretaria de Estado optou pela não realização de mutirões voltados para a disponibilização de registro civil de nascimento e acesso à documentação básica. Diante do exposto, a SEJUS providenciará a solicitação de substituição desta Meta por similar que elimine a ideia de mutirões e concentre as ações em comunidades e/ou públicos específicos como população quilombola, cigana, de rua, indígena etc.

9. Ampliar o acesso e o número de Entidades que almejam o título de utilidade pública no Governo de Brasília; (SEJUS)

Tendo por escopo a ampliação do conhecimento acerca dos requisitos para concessão do Título de Utilidade Pública, foi realizado um "Fórum de Utilidade Pública e Cidadania", em 30/09/2016, com a participação de 96 pessoas, entre as quais representantes de 48 entidades filantrópicas do DF.

Foram alcançados os seguintes objetivos: entendimento da Lei 1.617/97 e do Decreto 19.004/98 e suas respectivas alterações, exposição de mudanças trazidas pelo MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) no âmbito federal e distrital e exposição do ponto de vista das entidades do terceiro setor.

Ao longo de 2016, também foram analisados 96 processos administrativos de pedidos de declaração de utilidade pública, entre os quais 39 referem-se à concessão e 57 à atualização de dados sobre prestação de contas.

10. Realizar dois eventos do Projeto "Alma Gêmea" por ano, alcançando 100 casais em cada; (SEJUS)

Em 2016, aconteceram a 13ª e 14ª edição do Casamento Comunitário, com 122 e 68 casais inscritos, respectivamente.

A realização das cerimônias foi possível graças ao apoio do poder público por meio da liberação de pagamento de taxas de cartório, da Administração de Brasília e da AGEFIS, além da disponibilização do espaço para a cerimônia. As duas edições também contaram com a participação da sociedade civil com a disponibilização de brindes de utilidades do lar, vestidos de noiva, dia da noiva, decoração do espaço, fotos, cenário, cerimonial e lanches para os nubentes e voluntários.

Alguns fatores, entretanto, dificultaram a realização das cerimônias de casamento comunitário como a falta de recurso financeiro da SEJUS para as demandas necessárias à execução dos eventos; a ausência de projetos para a contratação de fornecedores e a ausência de memória documental relativa às edições anteriores.

11. Encaminhar ao mercado de trabalho e/ou cursos de qualificação até 100 jovens dispensado do serviço militar por ano;(SEJUS)

Considerando que os serviços prestados pela Diretoria de Articulação das Atividades da Junta Militar são exclusivamente de ordem militar, há necessidade de construção de um novo projeto, sob a supervisão de outro setor, para o encaminhamento dos jovens dispensados do serviço militar ao mercado de trabalho independente da Junta Militar. Em 2016, registrou-se 08 cerimônias de compromisso à bandeira nacional; entregou-se 715 Certificados de Dispensa de Incorporação 1ª via e 307 Certificados de Incorporação 2ª via; e realizou-se 581 alistamentos. Ampliou-se, ainda, o atendimento nas cidades do Cruzeiro, Octogonal, Setor Militar Urbano, Sudoeste, Noroeste e Estrutural. No total, existem registrados 7.629 atendimentos realizados pela Junta Militar.

12. Democratizar o acesso dos recursos do Fundo à sociedade civil, mediante seleção de projetos voltados ao direito do consumidor; (FDDC)

No ano de 2016, o FDDC lançou o primeiro edital de chamamento público para seleção de projetos para entidades sem fins lucrativos. O objetivo era firmar convênios com entidades que tivessem fins voltados a atividades de defesa do consumidor. O edital foi publicado no mês de dezembro de 2015 e republicado no mês de março de 2016. Foram previstos oito temas de direito do consumidor e o objetivo era firmar, no mínimo, dois convênios no ano de 2016. No entanto, não houve qualquer proposta apresentada, não tendo sido alcançado o objetivo inicial. As empresas relataram a dificuldade na publicidade do edital e o pouco tempo que tiveram para apresentar propostas, sugestões estas que deverão ser acatadas para o edital de 2017.

13. Ampliar o conhecimento sobre a legislação consumerista; (FDDC)

A previsão para essa ação era de capacitar os servidores do PROCON, a fim de melhorar o atendimento ao público do Instituto. Com a grande evasão de servidores ocorrida nos anos de 2015/2016, o PROCON perdeu grande parte da área técnica de projetos, o que dificultou a elaboração de termos de referência para capacitar seus servidores. Há enorme necessidade de que o PROCON se aperfeiçoe nas áreas de projetos básicos para que haja a correta execução orçamentária anual. Sobram ideias, porém, pecam na execução dos projetos. Há que se ressaltar ainda que o PROCON passou por três Diretores-Gerais no ano de 2016, havendo enorme mudança no quadro de servidores comissionados em cada gestão, dificultando a continuidade dos projetos iniciados.

14. Manter a produção e distribuição anual de 250.000 cartilhas para o consumidor. (FDDC)

O PROCON iniciou um processo de aquisição de serviços gráficos para confecção das cartilhas educativas. No entanto, o projeto encontrou falhas na elaboração, notadamente na parte de pesquisa de preço, o que resultou no arquivamento do processo. Não houve evolução nessa ação, portanto. Há que se ressaltar ainda que o PROCON passou por três Diretores-Gerais no ano de 2016, dificultando a continuidade dos projetos iniciados.

INDICADORES DE DESEMPENHO

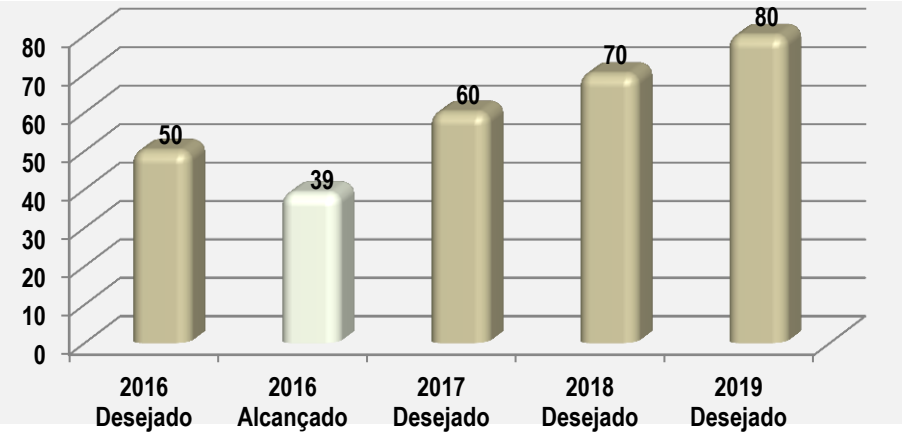
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1540	RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS	%	42	31/dez/14	ANUAL	50	39	60	70	80	PROCON/DF / UO 44202/ OE 3
1541	CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL	UNIDADE			ANUAL	02	0	02	02	02	FDDC / UO 44902 / OE 3

Justificativas 2016

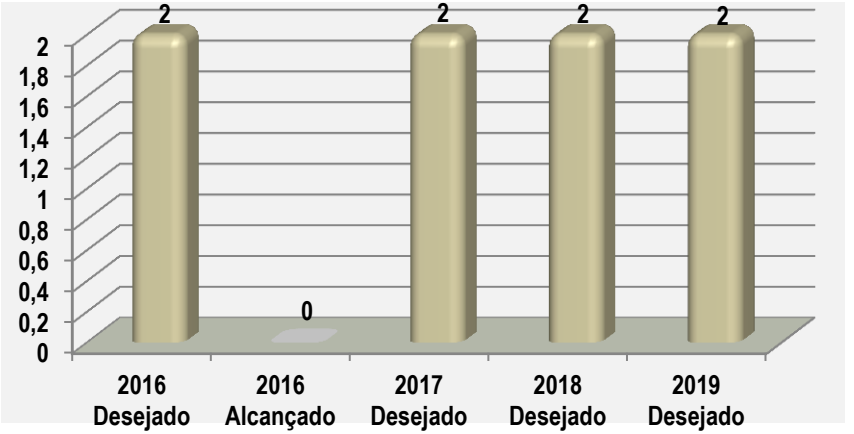
Indicador 1540 - No ano de 2016, o PROCON teve mudança de gestão, ficando cerca de 5 meses sem nomeação de Diretores e Diretor-Geral, acarretando perda da produtividade. Ademais, houve perda de 30% do quadro efetivo da carreira.

Indicador 1541 - Foi lançado edital de chamamento público em dezembro de 2015 para que entidades civis apresentassem projetos com perspectiva de convênios a serem firmados com o fundo de defesa do consumidor. No entanto, após 5 meses de edital, não houve proposta válida e aprovada pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual não foi alcançado o índice desejado.

RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS



CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	3	1	Assinatura de Termos de Cessão de Uso com as Administrações Regionais para instalação de Postos de Atendimento e Escola do Consumidor; (PROCON)	44202	0	A abertura de novos postos de atendimento demanda a contratação de servidores para prestar informações. Diante da impossibilidade, a ação não foi implementada..
6211	3	2	Elaboração de Termo de Demanda para aquisição de veículos, pesquisa de Atas de Registro de Preços em validade no DF, editais de licitação visando adquirir veículos para funcionamento do PROCON Móvel; (PROCON)	44202	0	Para o ano de 2016, o PROCON optou por usar seus recursos na melhoria da sede do Instituto. A ação foi prorrogada para o ano de 2017.
6211	3	3	Parcerias com órgãos públicos, empresas públicas e privadas, por meio de acordos de cooperação técnica. (SEJUS)	44101	47,83	O NA HORA conta com 23 órgãos parceiros, dos quais 11 encontram-se com os Termos de Cooperação vigentes e 12 em processo de regularização. A SUBJUSPRED celebrou diversos acordos de cooperação técnica, sendo um deles com o Ministério da Justiça (MJ), Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), tendo sido iniciadas articulações com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Os acordos firmados com o MJ e a PGT preveem ações relacionadas ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em consonância com a Política Nacional de

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.948/2006 e o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, publicado pela Portaria Interministerial nº 625, de 22 de fevereiro de 2013.
6211	3	4	Publicação anual de edital de chamamento público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos; (FDDC)	44902	100	Foi publicado no Diário Oficial de março de 2016, o primeiro Edital de Chamamento Público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos.
6211	3	5	Firmar convênios com as entidades selecionadas nos editais; (FDDC)	44902	0	Ainda que tenha havido o edital, não houve apresentação de propostas válidas ao Conselho, o que resultou no número informado.
6211	3	6	Termo de referência para confecção de cartilhas voltadas para direito do consumidor. (FDDC)	44902	0	O processo administrativo passou por falhas técnicas na pesquisa de preço, o que resultou no seu arquivamento no ano de 2016.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, Instituído no Distrito Federal por meio do Decreto n° 22.125, de 11 de Maio de 2001, visa reunir, em um único local, representações de órgãos públicos distritais e federais para a prestação de serviços públicos de qualidade primando-se pela eficiência, agilidade e acessibilidade. Isto é possível graças à parceria firmada com 23 órgãos públicos distritais e federais. Deste total, há 11 Termos de Cooperação vigentes e 12 em processo de regularização para a manutenção de todos os servidos atualmente prestados nas Unidades. As parcerias visam à diminuição da burocracia, à otimização de tempo do usuário (que encontra no mesmo lugar a possibilidade de solucionar várias questões) e à ampliação dos canais de comunicação entre o Estado e o cidadão, à simplificação de processos e clareza nas informações. As parcerias também auxiliam na redução dos custos sociais e financeiros do serviço público.

A iniciativa de firmar parcerias com órgãos públicos, empresas públicas e privadas, por meio de acordos de cooperação técnica, decorre da necessidade de se estreitar as relações com setores estratégicos para consecução de objetivos comuns, entre eles o desenvolvimento de ações Intersetoriais e integradas que permitam uma maior efetividade das políticas públicas executadas. Dada essa necessidade alguns acordos foram celebrados com órgãos do Governo Federal, em específico o MJ e a PGT, para o estabelecimento de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, conforme a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Tais acordos resultam também da necessidade de fortalecer a atuação integrada dos atores governamentais de forma descentralizada, apoiando os Núcleos e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, garantindo a articulação das ações, o intercâmbio de experiências e a participação da sociedade civil. Além disso, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estabeleceu como diretrizes o fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas do Governo, na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como no atendimento à reinserção social das vítimas e a estruturação de rede de enfrentamento a essa modalidade de crime, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil.

Há ainda em consolidação em construção acordo de cooperação a ser celebrado com o SENAC para consecução de atividades que envolvam a prevenção da violência, ao tráfico de pessoas e ao uso de Drogas, bem como a qualificação técnica de vítimas atendidas pelo Programa de Proteção às Vítimas de Violência e a reinserção social de dependentes químico em fase final de tratamento. Ademais, as tratativas para celebração de ACT com o IFB almeja o desenvolvimento de ações direcionadas aos migrantes estrangeiros de modo a permitir a sua integração ao território, a inserção laboral e social.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

PROCON

O PROCON fiscalizou diversas empresas, aplicando mais de R$ 6 milhões de reais em multas sancionatórias. Ademais, efetuou mutirão com o Banco de Brasília – BRB S/A a fim de renegociar dívidas de consumidores com a instituição financeira. Por fim, foi realizada parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil para realização de audiências de conciliação com o intuito de diminuir a quantidade de demandas no PROCON.

FDDC

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor – FDDC tem como objetivo principal financiar atividades voltadas à melhoria das relações entre consumidores e fornecedores, seja através de projetos que contemplem a educação para o consumo, seja estruturando os órgãos de defesa do consumidor. No ano de 2016, foram apresentados 05 projetos, dos quais 4 destes foram aprovados pelo Conselho de Administração do FDDC – CA/FDDC. Dois projetos envolviam a melhoria na estrutura do IDC-PROCON/DF, tendo sido empenhado cerca de R$ 1.800.000,00, pendentes de finalização, na reforma do espaço da Sede. Um dos projetos envolveu a melhoria no Núcleo Telefônico do PROCON (telefone 151), com a aquisição de novos conjuntos de fone de ouvido (headset) para os atendentes. Por fim, em ação civil pública que buscou regularizar projeto de engenharia, o FDDC aprovou o pagamento de perícia para determinar se houve falha no projeto, prejudicando centenas de consumidores.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.

SSP - DF

O Objetivo Específico "**Cidadania Carcerária: promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio a reinserção no mercado de trabalho"**, fundamenta-se na implementação de políticas públicas voltadas ao combate da superlotação dos presídios, do déficit de servidores e na dificuldade em proceder a ressocialização dos presos, reintegrando-os a sociedade de tal forma que se evite a reincidência na prática de novos crimes. O primordial e indispensável é a assistência de todos os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio do fornecimento de condições básicas, tais como: alimentação, saúde e educação.

Para sanar o grave problema de superlotação carcerária e visando a manutenção e aperfeiçoamento da segurança nos presídios, foram implementadas ações para a redução no déficit de vagas no Complexo Penitenciário do DF através da construção de novas vagas que proporcionam aos internos uma vida digna enquanto privados de sua liberdade.

Visando facilitar o andamento das atividades, a implantação de tecnologias como as tornozeleiras eletrônicas, facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Para promover e administrar a custódia dos presos com segurança e dignidade faz-se necessária a adoção de medidas de educação e cultura que viabilizem um alto número de pessoas reintegradas a sociedade, reduzindo assim o reingresso no Sistema Prisional. Para tanto, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP tem por principais objetivos, promover a ressocialização da população carcerária, em regime aberto, semiaberto e na condicional; defender os direitos sociais e apoiar com ações assistenciais a família do sentenciado; oportunizar a qualificação educacional e profissional do sentenciado, com intermediação junto à iniciativa privada e órgãos públicos, para ampliar as oportunidades de trabalho.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); II) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal; e III) execução de 42% da construção dos Centros de Detenção Provisória –CDP's 1, 2, 3 e 4; e licitação do Serviço de Monitoração e Rastreamento Eletrônico de Pessoas vinculadas a procedimentos judiciais no TJDFT, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	4	1	Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP)	24101	300	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	4	2	Criar 1000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2016;(SSP)	24101	1.000	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	4	3	Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019;(SSP)	24101	1,50	%	MENOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	4	4	Instalar 2.100 tornozeleiras até o ano de 2019(SSP)	24101	2.100	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	4	5	Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	100				100	100
6211	4	6	Ampliar o atendimento aos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e apoio assistencial a 3.000 famílias; (FUNAP)	24202	100	%	MAIOR, MELHOR	69,01				69,01	69,01
6211	4	7	Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP)	24101	12.299	UNID	MAIOR, MELHOR	7.496	-	-	-	7.496	60,9

Análise Qualitativa

1. Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP)

Concurso em andamento conforme Edital Nº 1 – SEAP-SSP, de 12 de dezembro de 2014. Todas as informações do Curso de Formação Profissional serão divulgadas no seguinte site do Instituto Brasil de Educação (IBRAE), opção concursos em andamento: www.ibrae.com.br**.**

2. Criar 1000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2016;(SSP)

Meta não atingida.

3. Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019;(SSP)

Meta não atingida.

4. Instalar 2.100 tornozeleiras até o ano de 2019(SSP)

Contratação do serviço em andamento -. Convênio nº 812.110/2014-DEPEN. A SSPDF informa, com fulcro no inciso IX do Artigo 11, do Decreto nº 5.450/2005, a Adjudicação do objeto do certame com empresa contratada, no valor unitário de R$ 161,92 por dispositivo/mês; total mensal R$ 971.520,00 por 6.000 dispositivos/mês; total anual de R$ 11.658.240,00 para 6.000 dispositivos/12 meses. Informa ainda a Homologação do certame com fulcro no inciso VI, do Artigo 8º, do Decreto nº 5.450/2005.

5. Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);

Foi elaborado o projeto de irrigação para as produções de hortaliças, de mudas e de plantas medicinais e foi realizado reuniões de planejamento e mobilização.

6. Ampliar o atendimento aos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e apoio assistencial a 3.000 famílias; (FUNAP)

Após o segundo semestre de 2016 foram intensificadas as ações desenvolvidas pela FUNAP/DF, como:

No projeto "Liberdade sobre Rodas", foram construídas 20 cadeiras de rodas a partir de peças bicicletas doadas pela Secretaria de Segurança, estas bicicletas seriam destruídas por serem produto de crimes, com isso seis reeducandos do CIR/PAPUDA, foram inseridos no projeto como serralheiros, para aprender a profissão e serão os instrutores dos próximos reeducandos desta oficina.

Todas as oficinas do CIR, PFDF, PDF I, Marcenaria, Serralheria, Mecânica, Funilaria, Alfaiataria, Panificação, e Informática, a partir do segundo semestre do ano de 2016, deram início a reformas e aquisição de equipamentos novos e insumos, para que no ano de 2017 seja possível a classificação de um número maior de reeducandos para aprenderem uma nova profissão.

Na Fazenda da FUNAP/DF, localizada na PAPUDA, teve início a reforma de todas as instalações da mesma, como o viveiro de mudas onde foi iniciado um contrato com a TERRACAP para a produção de 100.000 mudas de árvores nativas do Cerrado; foram plantados mais de cinco hectares de milho para consumo interno pelos bovinos, aves, equinos e suínos; foi iniciado o aproveitamento de rejeitos orgânicos, restos de alimento fornecido pelo CIR/PAPUDA, utilizados como lavagem para suínos e compostagem para produção de adubo orgânico; foi criada uma horta com produção de diversas espécies de hortaliças e verduras, para isso foi necessário a ampliação do número de reeducandos classificados para trabalharem na Fazenda.

No "Projeto Borboleta", a FUNAP/DF arrecada doações de roupas, calçados, bijuterias e outros produtos que possa aumentar a autoestima dos reeducandos, no final do ano.

Todos os contratos de prestação de serviços, por reeducandos, oferecidos pela FUNAP/DF, aos diversos seguimentos da administração pública e privada, foram analisados com intuito de serem ampliados para o ano de 2017, criando assim, a possibilidade real de atingir as metas do PPA,.

Foi iniciado o planejamento para a realização de diversas parcerias com mais órgãos da administração pública e privada, principalmente para realização de cursos profissionalizantes e contatos para ativação de novos contratos de prestação de serviços realizados, assim ampliando significativamente o número de reeducandos inseridos no mercado de trabalho.

7. Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP)

Meta não atingida.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1543	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS	%			ANUAL	5	1,92	10	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1544	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF	%			ANUAL	5	3,98	10	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1545	MÉDIA DOS PRESOS ASSISTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.	UNIDADE	14.350	31/jul/15	ANUAL	16.751	15.000	18.541	20.482	22.572	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
1688	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	%			MENSAL	10	8,66	15	20	25	FUNAP / UO 24202 / OE 4

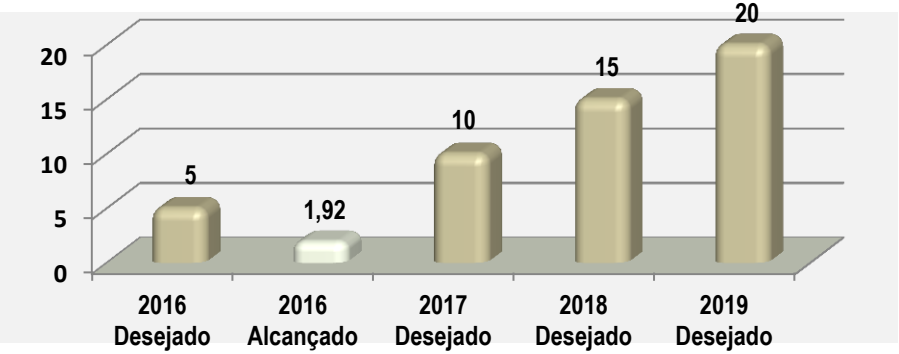
Justificativas 2016

Indicador 1543 – A partir do segundo semestre de 2016, foram firmadas parcerias com o "Sistema S" MEC/PRONATEC e EMATER, para a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas. O percentual baixo de atendimento do indicador relaciona-se às dificuldades nas pactuações de parcerias com órgãos Públicos e Privados, como também na manutenção do preso nos cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho em razão de normas internas de segurança estabelecidas pelas unidades prisionais.

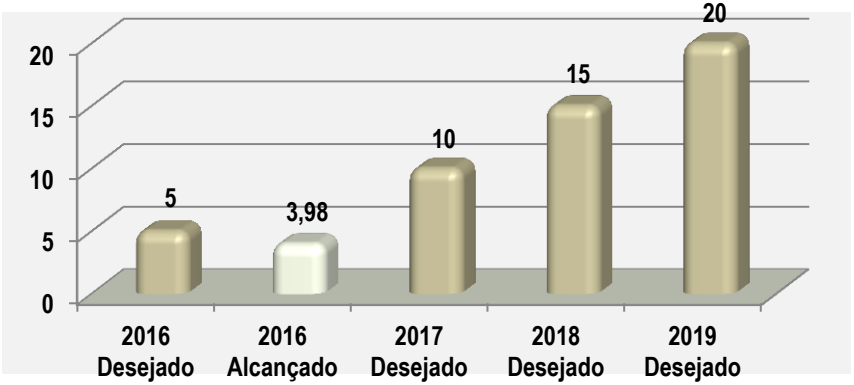
Indicador 1544 - A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2016, em razão de mudança na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de familiares das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média de 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2017, a proposta é que seja computado o número de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP.

Indicador 1545 - Devido ao aumento de 4,93% na população carcerária do Distrito Federal em 2016, resultou no aumento do Déficit de vagas no Sistema Penitenciário em 7504 vagas.
Indicador 1688 - No ano de 2016 foram celebrados mais nove contratos de trabalho da FUNAP com órgãos públicos e privados, para a empregabilidade de mão-de-obra carcerária e egressa no mercado de trabalho. No final de dez/2016 havia 1.201 pessoas inseridas nestes contratos. A previsão da FUNAP para 2017 é aumentar 30% o número de contratos, com vistas a inserir um maior número de presos no mercado de trabalho.

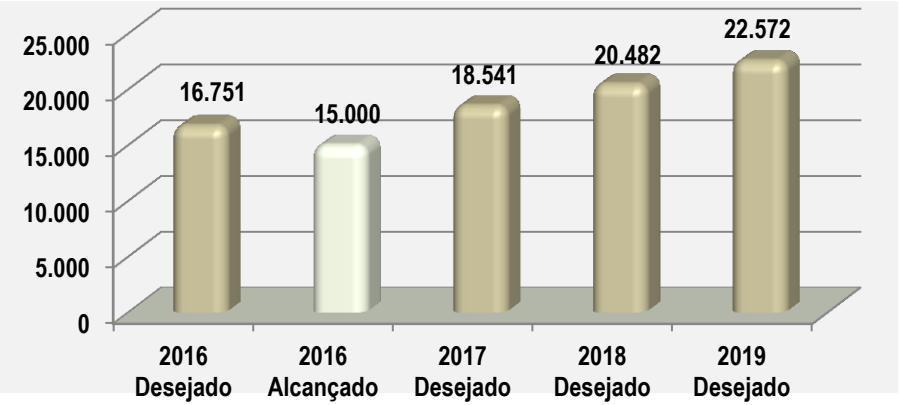
PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS



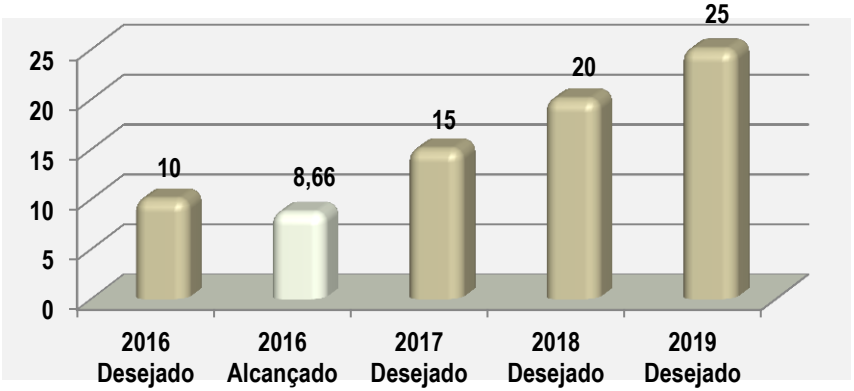
ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF



MÉDIA DOS PRESOS ASSISTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.



PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	4	1	Articulação junto a Iniciativa Privada e Órgãos Setoriais do GDF, Instituições Federais (Tribunais), Redes de Educação Profissional, para inserção do sentenciado no mercado de trabalho; (FUNAP)	24202	78%	A FUNAP/DF iniciou o ano de 2016 com 59 contratos e 941 reeducando contratados, finalizando o ano com 68 contratos e 1.201 reeducando contratados por órgãos do GDF, Governo Federal e iniciativa privada.
6211	4	2	Articulações junto aos Órgãos Setoriais do GDF, para uma atuação de Complementaridade; (FUNAP)	24202	87%	Foram contatados todos os órgãos do GDF para iniciarem contratos com a FUNAP/DF. Ao final do ano foram efetivados 68 contratos. Parcerias foram feitas com SEBRAE, Secretaria de Educação e por meio do PRONATEC.
6211	4	3	Articulações com Organizações Não Governamentais e Organismos Internacionais para otimização do orçamento da FUNAP/DF; (FUNAP)	24202	0	Não foram realizadas parcerias para esta finalidade no ano de 2016.
6211	4	4	Articulação com o Departamento Penitenciário-DEPEN, para capacitação profissional dos sentenciados, por meio do PRONATEC. (FUNAP)	24202	64%	Foram realizados os seguintes cursos profissionalizantes junto ao PRONATEC: Pintor de obras imobiliárias, Eletricista predial, Instalador de revestimento cerâmico e Pedreiro e com SEBRAE os cursos, "Sei vender", "Sei empreender" e "Sei controlar meu dinheiro". Atendendo 180 reeducandos.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo Específico "**Cidadania Carcerária:** ***promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio a reinserção no mercado de trabalho*****"**, fundamenta-se na implementação de políticas públicas voltadas ao combate da superlotação dos presídios, do déficit de servidores e na dificuldade em proceder a ressocialização dos presos, reintegrando-os a sociedade de tal forma que se evite a reincidência na prática de novos crimes. O primordial e indispensável é a assistência de todos os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio do fornecimento de condições básicas, tais como: alimentação, saúde e educação.

Para sanar o grave problema de superlotação carcerária e visando a manutenção e aperfeiçoamento da segurança nos presídios, foram implementadas ações para a redução no déficit de vagas no Complexo Penitenciário do DF através da construção de novas vagas que proporcionam aos internos uma vida digna enquanto privados de sua liberdade.

Visando facilitar o andamento das atividades, a implantação de tecnologias como as tornozeleiras eletrônicas, facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Para promover e administrar a custódia dos presos com segurança e dignidade faz-se necessária a adoção de medidas de educação e cultura que viabilizem um alto número de pessoas reintegradas a sociedade, reduzindo assim o reingresso no Sistema Prisional. Para tanto, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP tem por principais objetivos, promover a ressocialização da população carcerária, em regime aberto, semiaberto e na condicional; defender os direitos sociais e apoiar com ações assistenciais a família do sentenciado; oportunizar a qualificação educacional e profissional do sentenciado, com intermediação junto à iniciativa privada e órgãos públicos, para ampliar as oportunidades de trabalho.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); II) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal; e III) execução de 42% da construção dos Centros de Detenção Provisória – CDP's 1, 2, 3 e 4; e licitação do Serviço de Monitoração e Rastreamento Eletrônico de Pessoas vinculadas a procedimentos judiciais no TJDFT, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

Contribuição para o Alcance do Objetivo Específico

EMATER-DF

O projeto voltado para produção de alimentos é uma iniciativa que favorece aos apenados que trabalham na horta e pode funcionar como um incentivo a diminuição dos índices de reincidência. A satisfação ao ver a variedade e quantidade de hortaliças que produzem, traz bem estar e aos que não tem conhecimento na produção, pode receber capacitação, o que contribui de alguma forma com a sociedade.

FUNAP

A FUNAP tem a previsão de criar novos contratos para atender mais reeducando, como é possível observar na tabela abaixo dos reeducandos inseridos no mercado de trabalho em 2016, via FUNAP.

Mês	Contratos em Vigência no Mês	Reeducando Trabalhando
Janeiro	59	941
Fevereiro	61	1.020
Março	61	1.061
Abril	62	1.037
Maio	62	1.032
Junho	65	1.079
Julho	64	1.198
Agosto	66	1.209
Setembro	66	1.190
Outubro	66	1.201
Novembro	67	1.230
Dezembro	68	1.201

A partir da metade do ano de 2016, foram realizadas parcerias com a Secretaria de Educação (CED 01) e o Sistema S, devido a estas parcerias foi possível obter estes atendimentos realizados.

Unidade CIR: Pedreiro de Alvenaria - 20 internos atendidos (vespertino); Aplicação de Revestimento Cerâmico - 20 internos atendidos (Matutino); Aplicação de Revestimento Cerâmico – 20 internos atendidos (Vespertino); Operador de Computador - 20 internos atendidos (diurno); Práticas Agrícolas - 30 internos atendidos (matutino).

Unidade CPP: Pintor de obras imobiliária -20 internos atendidos (noturno); Aplicador de Revestimento Cerâmico – 20 internos atendidos (matutino)

Oficinas: "Sei Vender" - 16 internos atendidos (matutino); "Sei Empreender" -12 internos atendidos (matutino); "Sei Controlar o Meu Dinheiro" - 15 internos atendidos (matutino).

Unidade PDF1: Padeiro – 20 internos atendidos (matutino); Padeiro – 20 internos atendidos (matutino); Assistente Administrativo - 20 internos atendidos (matutino); Informática Básica: 15 internos atendidos (matutino).

Unidade CDP: Instalador Eletricista Predial: 20 internos atendidos (matutino).

Total de reeducando - que concluíram cursos profissionalizantes: 283

Devido à falta de registro do atendimento às famílias das pessoas em privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal pela FUNAP/DF, relativas ao início do ano, somente a partir do mês de julho de 2016 que foi possível o acesso às informações concretas acerca destes atendimentos realizados, neste período, de julho a dezembro de 2016, foram atendidas 590 pessoas no Núcleo Psicossocial, Financeiro e Diretoria somados.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Promover a igualdade de gênero, a igualdade racial e étnica; promover uma Brasília sem preconceitos e com acessibilidade; conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	5	1	Elaborar e implementar Plano Distrital de Direitos Humanos e o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH)	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6211	5	2	Implementar ao menos 75% das ações previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência; (SEDESTMIDH)	25101	75	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	5	3	Cumprir ao menos 85% das metas previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência; (SEDESTMIDH);	25101	85	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6211	5	4	Atender ao menos 50% do público alvo de pessoas com perfil de atendimento no Centro de Referência em Direitos Humanos, por segmentos de público (pessoas	25101	50	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	40

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBT e igualdade racial). (SEDESTMIDH)										

Análise Qualitativa

1. Elaborar e implementar Plano Distrital de Direitos Humanos e o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH)

Realizada Conferência de Direitos Humanos em 2016, cujo relatório servirá de documento orientador para elaborar o Plano Distrital de Direitos Humanos.
Foi realizada a avaliação do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, cujo relatório servirá de base para elaboração do II Plano Distrital para as Mulheres.

2. Implementar ao menos 75% das ações previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência; (SEDESTMIDH)

Está previsto para 2017 a elaboração do II Plano Distrital para Mulheres – II PDPM

3. Cumprir ao menos 85% das metas previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência; (SEDESTMIDH);

Está previsto para 2017 a elaboração do II Plano Distrital para Mulheres – II PDPM.

4. Atender ao menos 50% do público alvo de pessoas com perfil de atendimento no Centro de Referência em Direitos Humanos, por segmentos de público (pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBT e igualdade racial). (SEDESTMIDH)

Atualmente a Estação da Cidadania (112 Sul) atende o segmento pessoas com deficiência e para a pessoa idosa, conforme Lei 5.307/2014, já está instalado o Conselho do Idoso e está em implementação de equipe para atendimento de referência para enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. A partir de Emenda Parlamentar será implementado espaço complementar do Centro de Referência em Direitos Humanos para o segmento LGBT no CEU das Artes do Recanto das Emas. Para o segmento igualdade racial e pessoas em situação de vulnerabilidade, será implementado espaço na 112/312 Sul, espaço cedido a partir de articulação com a Polícia Civil do DF.

INDICADORES DE DESEMPENHO

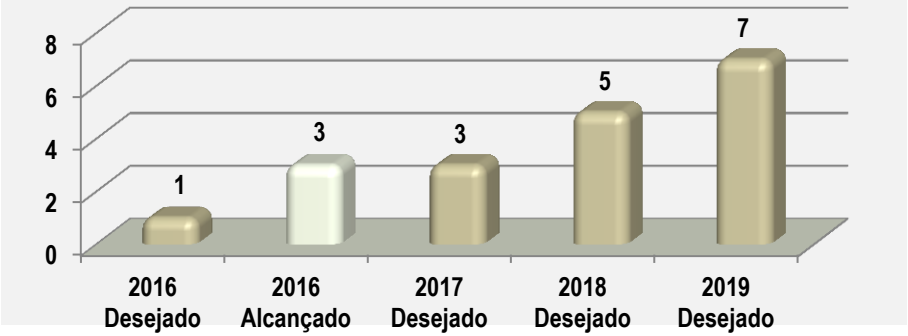
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1554	CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	UNIDADE			ANUAL	1	3	3	5	7	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1555	SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	UNIDADE			ANUAL	600	519	600	600	600	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

Justificativas 2016

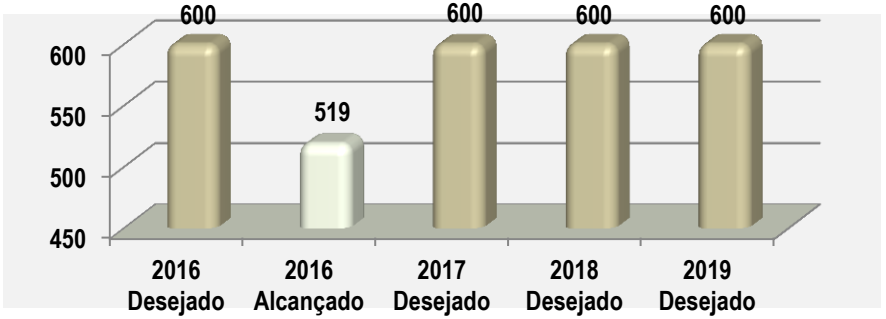
Indicador 1554 - Campanha violência contra a mulher, contra o estupro e a campanha de enfrentamento à violência contra pessoa idosa.

Indicador 1555 - Capacitação para servidores da Central 156 (Disque Idoso e Disque Racismo), curso sobre a Lei Maria da Penha, Racismo Institucional, Igualdade Racial, Atendimento ao Idoso, entre outros.

CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS



SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	5	1	Facilitar o acesso da população aos serviços e informações relativos aos direitos humanos e formas de garanti-los; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ 1ª Edição do Di@loga SEDESTMIDH com divulgações dos serviços, eventos e mobilização por meio das redes sociais; Elaboração do Mapa da Rede de Proteção à Mulher para divulgação; Criação da página do GT permanente de combate ao Feminicídio. ✓ Elaboração da carta de serviços ofertados à População LGBT. ✓ Elaboração de material gráfico com Serviços da SEDESTMIDH; Enfrentamento à Violência Contra à Pessoa Idosa e Prevenção ao HIV/Aids para pessoas idosas, foram distribuídos 1.500 folders e 300 cartazes. ✓ Lançamento do Projeto Ubuntu que visa capacitação e transversalização das temáticas nos territórios via administrações regionais
6211	5	2	Proporcionar à população um espaço físico para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Fortalecimento da Estação da Cidadania como espaço de referência para a pessoa idosa. ✓ Reordenação e qualificação dos Centros de Convivência para Idosos, com atividades planejadas e sistematizadas. ✓ Acompanhamento da Implantação de Centro Dia em consonância com a Política de Assistência Social, é um equipamento destinado a Proteção Social Especial de Média Complexidade, classificado como Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, conforme resolução nº 109/09, o serviço tem a finalidade de promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.
6211	5	3	Melhorar a comunicação entre o poder público e a população em matéria de direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Criação do GT Permanente de Combate ao Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher com a participação da Sociedade Civil, realizando 8 reuniões e 2 seminários. ✓ Articulação com Central 156, opção 8 (disque idoso), serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso a documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento a pessoa idosa no Distrito Federal. As atividades Desenvolvidas foram a atualização da Base de Conhecimentos da Central; foram realizadas reuniões para alinhamento de informações e planejamento de ações, bem como capacitação de quatro turmas de operadores realizadas.
6211	5	4	Recepcionar a pessoa necessitada, qualificar a sua demanda, dar os devidos encaminhamentos aos órgãos competentes e, acompanha-los até o seu desfecho final; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Implantada unidade da Ouvidoria na qual as pessoas que são vítimas de racismo podem fazer sua denúncia pessoalmente. ✓ Central de Libras, oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras às pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está implementando também um serviço de atendimento online e conta com computadores equipados com webcam e microfone. Em 2016 foram realizados 13.135 atendimentos.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	5	5	Produzir e disseminar conteúdos relativos aos direitos humanos, bem como divulgação de campanhas, legislações afetos à temática, dados estatísticos e demais informações úteis; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Veiculação de campanha de combate a violência doméstica contra a mulher, de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais no decenário da Lei Maria da Penha. ✓ Agendas representativas da causa feminina: Outubro Rosa, 16 dias de Ativismo, Aniversário da Lei Maria da Penha e o Mês da Mulher. ✓ Lançamento do Edital de Chamamento Público n° 02, que trata de processo de seleção para os representantes da sociedade civil que compõem o Comitê Distrital da Diversidade Religiosa. ✓ Realização dos encontros da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa em parceria com a OSCIP União Planetária. ✓ Participação no Projeto Rede em Debate, iniciativa da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa.
6211	5	6	Criar, implementar e manter preventiva e corretivamente o Portal de referência em Direitos Humanos, proporcionando à população um canal virtual de espaço para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	0	Ação não desenvolvida em 2016 considerando a dificuldade técnica na execução. Tal ação está sendo revista a fim de implementar o projeto
6211	5	7	Realizar campanhas educativas de combate a atos discriminatórios; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Veiculação da campanha sobre a violência doméstica e de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais ✓ Parceria com o METRÔ-DF para duas campanhas educativas de combate ao racismo e intolerância religiosa. ✓ Realização de atividades educativas nas efemérides referente aos grupos étnicos/raciais com divulgação dos serviços de combate ao racismo (disque 156, opção 7), cartilhas e estatuto. ✓ Divulgação dos marcos legais de atos discriminatórios através do site e face book da Secretaria. ✓ Evento sobre o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa (Brasília nos Parques – Parque Ezequias Heringer) com 200 participantes. ✓ Realização de ato público de alusão ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.
6211	5	8	Criar e implementar Plano de Capacitação em Direitos Humanos para servidores públicos do GDF; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Capacitação de servidores do Centro Olímpico de Samambaia e Riacho Fundo I na temática da excelência ao atendimento ao idoso. 80 servidores capacitados. ✓ Articulação com o DFTrans para capacitação de motoristas de ônibus em excelência no atendimento à Pessoa Idosa. 60 motoristas capacitados. ✓ Realizada reunião para implementar a formação de agentes da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência – DECREIM sobre as especificidades da população LGBT.
6211	5	9	Criar e implementar o Projeto Jornadas em Direitos	25101	0	Ação não iniciada em 2016 estão previstas várias ações em 2017, dentre elas o Festival em Direitos Humanos por meio da realização de atividades artísticas e culturais em alusão ao dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Humanos; (SEDESTMIDH)			acontecerá no mês de dezembro de 2017.
6211	5	10	Realizar cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Foram realizadas 15 palestras com 450 pessoas sobre a Lei Maria da Penha, com cerca de 225 servidores das administrações das RAs. ✓ Seminário Feminicídio, por Luiza Bairros (120 pessoas) e Seminário da Lei do Feminicídio (200 pessoas). ✓ Seminário "A Atuação do Sistema de Justiça Criminal do Distrito Federal na Aplicação da Lei n° 9.455/97", que define os crimes de tortura, com 50 pessoas. ✓ Ação na Penitenciária Feminina do DF construída em parceria com diversos órgãos do Governo que realizou atendimento psicossocial, assessoria jurídica, atendimento de saúde e outros atendimentos para familiares e detentas. ✓ Realização da Conferência Distrital Conjunta de Direitos Humanos e acolheu 03 Conferências Temáticas: 3ª Conferência Distrital de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais - LGBT; 4ª Conferência Distrital dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência e 5ª Conferência Distrital de Direitos Humanos, com a presença de 600 participantes. ✓ Participação e apoio na organização do Encontro dos Conselheiros do CDI/DF e Instituições de atendimento à pessoa idosa. Durante a Conferência Conjunta de Direitos Humanos, foi realizada a capacitação dos novos conselheiros do CDI/DF. ✓ Realização de eventos em alusão aos direitos da pessoa idosa no espaço da 112 Sul, com a participação de 150 pessoas. ✓ Palestra para idosos nas unidades do SESC sobre os direitos da pessoa idosa, com 450 participantes. ✓ Palestra para idosos em visitação na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC), com 120 idosos participantes. ✓ Seminário sobre Preparação para a Aposentadoria, promovido pela Subsaúde – SEPLAG/DF com 150 participantes. ✓ Palestra em evento da Associação Brasileira de Alzheimer, com 120 participantes. ✓ Participação na mesa do Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas sobre Envelhecimento Ativo com 200 participantes. ✓ Evento alusivo ao Dia de Mundial de Luta contra a Aids da Associação de Idosos de Taguatinga com 40 participantes. ✓ Projeto Matinê da Maturidade na Associação de Idosos onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Taguatinga com o objetivo de proporcionar a reflexão sobre temas afetos à velhice e ao envelhecimento de forma lúdica e dialogada, com 30 participantes. ✓ Exposição de filme longa metragem Envelhescência na Semana de Valorização da pessoa idosa com 100 participantes.
6211	5	11	Articular ações com as demais Secretarias de Estado do DF para que todas as políticas públicas tenham as perspectivas de direitos humanos, com ênfase na igualdade racial e na	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ 1ª Edição do Di@loga SEDESTMIDH com divulgações dos serviços, eventos e mobilização por meio das redes sociais; Elaboração do Mapa da Rede de Proteção à Mulher para divulgação; Criação da página do GT permanente de combate ao Feminicídio. Elaboração da carta de serviços ofertados à População LGBT. ✓ Elaboração de material gráfico com Serviços da SEDESTMIDH; Enfrentamento à Violência Contra à Pessoa Idosa e Prevenção ao HIV/Aids para pessoas idosas, foram distribuídos 1.500 folders e 300 cartazes.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			equidade de gênero; (SEDESTMIDH)			✓ Lançamento do Projeto Ubuntu que visa capacitação e transversalização das temáticas nos territórios via administrações regionais
6211	5	12	Instituir Grupo de Trabalho para a elaboração do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Fortalecimento da Estação da Cidadania como espaço de referência para a pessoa idosa. ✓ Reordenação e qualificação dos Centros de Convivência para Idosos, com atividades planejadas e sistematizadas. ✓ Acompanhamento da Implantação de Centro Dia em consonância com a Política de Assistência Social é um equipamento destinado a Proteção Social Especial de Média Complexidade, classificado como Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, conforme resolução nº 109/09, o serviço tem a finalidade de promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.
6211	5	13	Instituir Grupo Técnico para o monitoramento da implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, realizando audiências públicas para debater cada capítulo do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres com a sociedade civil, diversas pastas governamentais e demais instituições parceiras; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Criação do GT Permanente de Combate ao Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher com a participação da Sociedade Civil, realizando 8 reuniões e 2 seminários. ✓ Articulação com Central 156, opção 8 (disque idoso), serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso a documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento a pessoa idosa no Distrito Federal. As atividades Desenvolvidas foram a atualização da Base de Conhecimentos da Central; foram realizadas reuniões para alinhamento de informações e planejamento de ações, bem como capacitação de quatro turmas de operadores realizadas.
6211	5	14	Monitorar a implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres bimestralmente; (SEDESTMIDH)	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Implantada unidade da Ouvidoria na qual as pessoas que são vítimas de racismo podem fazer sua denúncia pessoalmente. ✓ Central de Libras oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras às pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está implementando também um serviço de atendimento online e conta com computadores equipados com webcam e microfone. Em 2016 foram realizados 13.135 atendimentos.
6211	5	15	Apresentar a implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres nas reuniões do Conselho Distrital dos Direitos da	25101	25	Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Veiculação de campanha de combate a violência doméstica contra a mulher, de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais no decenário da Lei Maria da Penha. ✓ Agendas representativas da causa feminina: Outubro Rosa, 16 dias de Ativismo, Aniversário da Lei Maria da Penha e o Mês da Mulher.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Mulher e avaliar anualmente a implementação de suas ações e o cumprimento de suas metas. (SEDESTMIDH)			✓ Lançamento do Edital de Chamamento Público n° 02, que trata de processo de seleção para os representantes da sociedade civil que compõem o Comitê Distrital da Diversidade Religiosa. ✓ Realização dos encontros da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa em parceria com a OSCIP União Planetária. ✓ Participação no Projeto Rede em Debate, iniciativa da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Nas ações de promoção da igualdade de gênero, para promover uma Brasília sem preconceitos e conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos fortalecemos o desenvolvimento de ações focadas de comunicação, como a carta de serviços e o mapa da rede de proteção à mulher, mobilização de redes sociais e movimentos sociais. Foi criado o Grupo de Trabalho permanente de Combate ao Feminicídio, com a ampla participação da Sociedade Civil, aproximando o diálogo e a interação dos equipamentos com a rede local de enfrentamento à violência, veiculamos campanhas de mídia e agendas representativas da pauta feminina, palestras, seminários e ações focadas em diversos segmentos, como Feminicídio e a questão racial, Lei Maria da Penha e mulheres presas, entre outras.

A Secretaria vem articulando ações transversais de promoção de igualdade racial e étnica por meio de atividades formativas, culturais, articulação de redes com a sociedade civil, assim como implementação de políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial tanto na sociedade quanto nas instituições públicas do Distrito Federal.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação das ações definidas no PPA 2016 destacamos a não prorrogação da parceria firmada com o Fundo de Assistência Judiciária da OAB/DF e União Planetária, por falta de interesse daqueles na manutenção das atividades na Estação da Cidadania. Registramos que a implantação do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, cuja proposta é a oferta de atendimento aos idosos e familiares por meio de equipe psicossocial na Estação da Cidadania está prevista para 2017.

Considerando que o desenvolvimento das ações esbarrou em dificuldades de ordem estrutural, decorrentes da falta de servidores para composição das equipes as ações de reordenamento dos Centros de Convivência do Idoso, instalação do Conselho LGBT foram prejudicadas. No entanto, destacamos um saldo positivo no que tange a capacitação em direitos humanos de servidores do Governo de Brasília, os tornando agentes multiplicadores da temática. Tem-se, então, como meta a ampliação dessas parcerias, para que se possa redimensionar o alcance e para que a política pública atenda a quem de fato necessita.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
006 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRADA E GRATUITA: Prestar assistência jurídica integral, gratuita e com eficiência aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando a solução extrajudicial dos litígios como forma de pacificação social.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	6	1	Elevar para 19 o número de medidas para tutela de interesses coletivos; (DPDF)	48101	19	UNID	MAIOR, MELHOR	17	-	-	-	17	89,5
6211	6	2	Elevar o número de projetos institucionais e sociais desenvolvidos de 11 para 20; (DPDF)	48101	9	UNID	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	166,7
6211	6	3	Aumentar para 48 o número de participação em Comissões, Conselhos e Programas; (DPDF)	48101	48	UNID	MAIOR, MELHOR	37	-	-	-	37	77,1
6211	6	4	Elevar para 20 o número de campanhas publicitárias de divulgação ou educativas; (DPDF)	48101	20	UNID	MAIOR, MELHOR	83	-	-	-	83	415,0
6211	6	5	Elevar o índice de audiências realizadas com a presença do Defensor de 70% para 85%; (DPDF)	48101	85	%	MAIOR, MELHOR	73	-	-	-	73	85,9
6211	6	6	Elevar o número de audiências realizadas sob o patrocínio da Defensoria Pública de 83.600 para 89.300; (DPDF)	48101	89.300	UNID	MAIOR, MELHOR	70.457	-	-	-	70.457	78,9
6211	6	7	Manter em 25 minutos o tempo de espera; (DPDF)	48101	25	MINUTO	MANTER	25	-	-	-	25	100,0
6211	6	8	Manter em 90% o índice de satisfação do usuário; (DPDF)	48101	90	%	MANTER	90	-	-	-	90	100,0
6211	6	9	Elevar de 85 para 100 o número de menção positiva das ações na mídia; (DPDF)	48101	100	UNID	MAIOR, MELHOR	498	-	-	-	498	498,0
6211	6	10	Elevar o índice de processos organizacionais padronizados de 60% para 90%; (DPDF)	48101	90	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	66,7
6211	6	11	Elevar o índice médio de capacitação de 40% para 55%; (DPDF)	48101	55	%	MAIOR, MELHOR	42	-	-	-	42	76,4

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6211	6	12	Elevar o número de medida de desenvolvimento da competência de 85 para 100; (DPDF)	48101	100	UNID	MAIOR, MELHOR	89	-	-	-	89	89,0
6211	6	13	Elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional de 85% para 100%; (DPDF)	48101	100	%	MAIOR, MELHOR	85	-	-	-	85	85,0
6211	6	14	Elevar o índice de projetos estratégicos implantados de TI de 85% para 100%. (DPDF)	48101	100	%	MAIOR, MELHOR	85	-	-	-	85	85,0

Análise Qualitativa

1. Elevar para 19 o número de medidas para tutela de interesses coletivos; (DPDF)

Conforme a demanda da sociedade, a DPDF vem aumentando o ingresso de Ações Civis Públicas.

2. Elevar o número de projetos institucionais e sociais desenvolvidos de 11 para 20; (DPDF)

A DPDF constantemente analisa as necessidades da sociedade e elabora projetos institucionais e sociais criando inovações que beneficiem a população mais carente com atividades e políticas públicas. Essas atividades.

3. Aumentar para 48 o número de participação em Comissões, Conselhos e Programas; (DPDF)

A DPDF vem elevando a participação em comissões, conselhos e programas buscando dessa forma o aprimoramento da assistência à comunidade. No ano de 2016 participou de diversas comissões, tais como: Comissão Especializada na Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Comissão do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE; Comissão de Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias dentre outras.

4. Elevar para 20 o número de campanhas publicitárias de divulgação ou educativas; (DPDF)

Em 2016 a DPDF enfatizou na divulgação de suas campanhas publicitárias e educativas, com o intuito de conscientizar a população da finalidade essencial dos serviços prestados por ela aos mais carentes. Esses trabalhos continuarão sendo desenvolvidos para o amplo conhecimento de toda sociedade.

5. Elevar o índice de audiências realizadas com a presença do Defensor de 70% para 85%; (DPDF)

No ano de 2016 foram nomeados novos Defensores possibilitando dessa forma a elevação da presença deste profissional nas audiências.

6. Elevar o número de audiências realizadas sob o patrocínio da Defensoria Pública de 83.600 para 89.300; (DPDF)

No ano 2016 não foram implantadas medidas que busquem elevar o número de audiências patrocinadas pela Defensoria Pública.

7. Manter em 25 minutos o tempo de espera; (DPDF)

O tempo de espera para atendimento ao público vem sendo mantido em 25 minutos.

8. Manter em 90% o índice de satisfação do usuário; (DPDF)

O índice de satisfação, em 2016, foi mantido, mesmo com o aumento da demanda da população mais carente.

9. Elevar de 85 para 100 o número de menção positiva das ações na mídia; (DPDF)

Constantemente houve menções positivas quanto as ações executadas pela DPDF e que foram ao encontro dos anseios da população assistida por esta Defensoria, conforme demonstrado pela análise quantitativa acima.

10. Elevar o índice de processos organizacionais padronizados de 60% para 90%; (DPDF)

No ano de 2016 não foram implantadas medidas para elevar o índice de processos organizacionais padronizados.

11. Elevar o índice médio de capacitação de 40% para 55%; (DPDF)

A Escola de Assistência Judiciária – EASJUR vem desenvolvendo o trabalho, conforme análise da demanda da população, para a capacitação de todos os servidores do órgão, buscando sempre o aprimoramento no atendimento e satisfação do assistido para atender sua necessidade.

12. Elevar o número de medida de desenvolvimento da competência de 85 para 100; (DPDF)

Constantemente a EASJUR, após cada curso ministrado, busca avaliar o grau de importância da capacitação oferecida.

13. Elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional de 85% para 100%; (DPDF)

A DPDF em 2016 mudou para a nova sede administrativa, com o espaço físico mais apropriado, mas infelizmente teve que devolver vários servidores a seus órgãos de origem, o que consequentemente vem dificultando a elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional.

14. Elevar o índice de projetos estratégicos implantados de TI de 85% para 100%. (DPDF)

Em 2016 não foi implantado nenhum projeto estratégico de TI, apenas houve a reestruturação e aquisição de computadores e um servidor de rede.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1556	ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	%			ANUAL	10	0,02	11	12	13	DPDF / UO 48101 / OE 6
1557	NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	UNIDADE	1.123	31/dez/14	ANUAL	2.000	1.465	2.200	2.400	2.600	DPDF / UO 48101 / OE 6
1558	ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	%		31/dez/14	ANUAL	18	12	17	16	15	DPDF / UO 48101 / OE 6
1559	ATENDIMENTOS REALIZADOS	UNIDADE	440.000	31/dez/14	ANUAL	500.000	479525	600.000	700.000	800.000	DPDF / UO 48101 / OE 6

Justificativas 2016

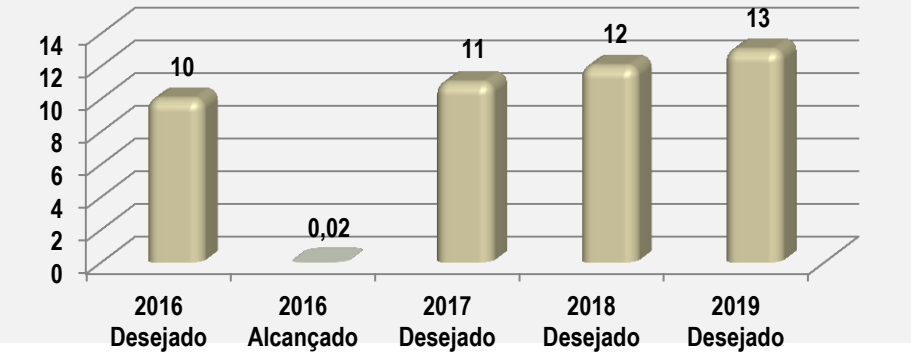
1556 - O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc).

1557 - No exercício de 2016 houve aumento no numero de atuação extrajudicial em razão da capacitação de Mediadores pela Escola da Defensoria Pública, bem como das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil - CPC, refletindo assim na celeridade do processo.

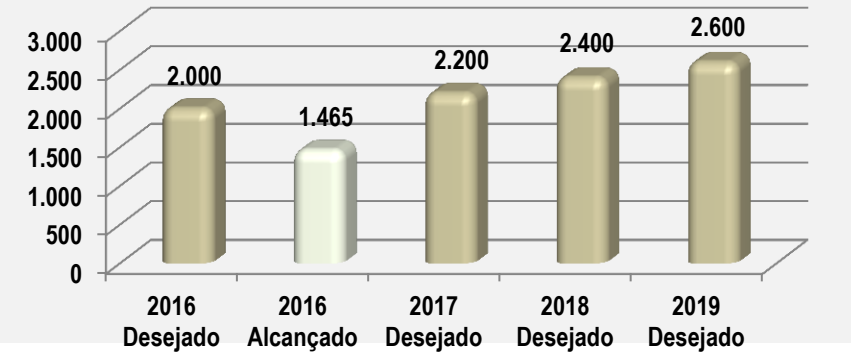
1558 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.

1559 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicólogo, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%.

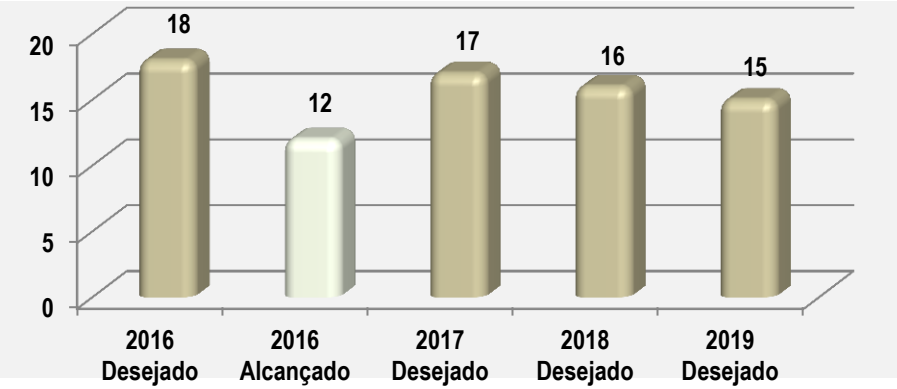
ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS



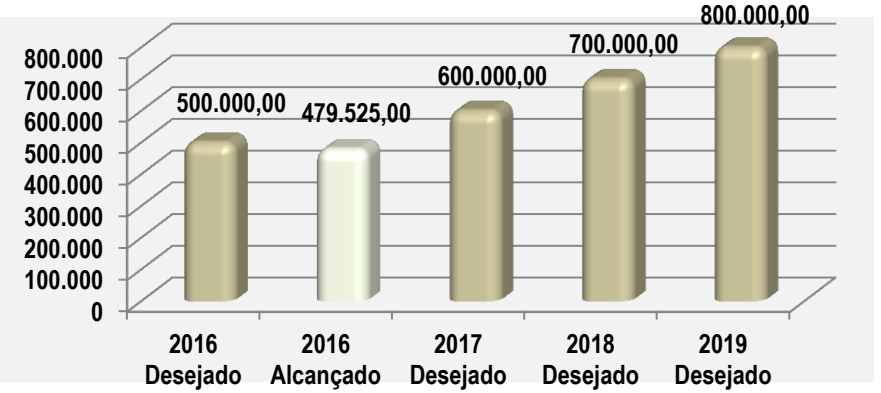
NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL



ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO



ATENDIMENTOS REALIZADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	1	Elaborar e buscar aprovação da Lei de organização e funcionamento da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	100 %	Foi publicada a Lei Complementar 908 de 11/01/16 que modifica a Lei Complementar 828 de 26/07/10, que trata sobre as atribuições e competências da Defensoria Pública do DF.
6211	6	2	Acompanhar, propor e demandar a implementação das políticas públicas voltadas a população carente, grupos vulneráveis e proteção de direitos humanos; (DPDF)	48101	80 %	Acompanhamento dos processos legislativos afetos as áreas temáticas tais como: violência doméstica, idoso, infância. Demanda a implementação de leis, decretos, resoluções para concretização de direitos na saúde, consumidor, idoso, bem como o funcionamento dos equipamentos públicos. A Defensoria Pública do DF tem membros nos diversos conselhos de direitos: mulher, idoso, infância, direitos humanos.
6211	6	3	Realizar anualmente audiências públicas com entidades da sociedade civil, a fim de identificar suas demandas e estabelecer parcerias, subsidiando novas ações estratégicas; (DPDF)	48101	70 %	A Defensoria participa anualmente de audiência pública em diversos órgãos e instituições tais como: Secretaria de Saúde, Câmara Legislativa do DF, Secretaria de Educação, Secretaria da Criança e Adolescente, e com a sociedade civil.
6211	6	4	Criar política de comunicação institucional para divulgar as ações exitosas da instituição;	48101	80 %	Faz parte da política de comunicação à divulgação das ações exitosas da instituição pelo Departamento próprio, com inserção no site, facebook, entrevistas, rádio, televisão e por

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			(DPDF)			mídia impressa.
6211	6	5	Implantar serviço de diligência; (DPDF)	48101	0 %	Não foi implantado.
6211	6	6	Manter critérios objetivos para aferir a hipossuficiência; (DPDF)	48101	100 %	É aferido através da aplicação dos critérios da Resolução nº 140 de 24/06/15.
6211	6	7	Fortalecer a atuação nos juizados especiais e de violência doméstica e familiar contra mulher; (DPDF)	48101	80 %	A Defensoria Pública tem investido na lotação de Defensores para atuar nos Juizados de Violência Doméstica.
6211	6	8	Fortalecer a atuação da Defensoria Pública nos Tribunais e turmas recursais, criando a rotina de trabalho para a realização da sustentação oral e de apresentação de justificativa em caso de não interposição de recursos; (DPDF)	48101	20 %	Fortalecimento da atuação nos Tribunais através de capacitação pela EASJUR e reuniões entre os Defensores do 2º Grau com os Núcleos Temáticos.
6211	6	9	Fortalecer a atuação da Defensoria Pública no 1º Grau, atuando em todas as unidades jurisdicionais do Distrito Federal, justificando os casos de impossibilidade de comparecimento; (DPDF)	48101	80 %	A Defensoria Pública tem investido na lotação de Defensores para aumentar a atuação nas unidades jurisdicionais do Distrito Federal. O ganho institucional depende da contratação de Defensores, o que está diretamente relacionado à dotação orçamentária.
6211	6	10	Implantar CallCenter; (DPDF)	48101	0 %	Não iniciou a implantação
6211	6	11	Fortalecer a atuação dos Núcleos no acompanhamento e elaboração de políticas públicas, bem como na tutela de interesses coletivos; (DPDF)	48101	70 %	A Defensoria Pública vem inovando esforços para que os Núcleos Temáticos atuem de forma articulada entre as diversas áreas de atuação, junto às Secretaria, Órgãos, Instituições, Sociedade Civil, na defesa da tutela dos interesses coletivos.
6211	6	12	Fortalecer a atuação das câmaras temáticas, criando rotinas de trabalho para o exercício uniformizado da assistência jurídica; (DPDF)	48101	0 %	Atualmente existe uma dificuldade na participação dos Defensores para compor as câmaras temáticas.
6211	6	13	Criar sistema de comunicação para as partes das decisões; (DPDF)	48101	0 %	Tal funcionalidade é essencial nos sistemas a serem desenvolvidos ou implementados no âmbito da DPDF, no entanto, ainda não há ações neste sentido.
6211	6	14	Estabelecer sistema de atendimento pessoal pelo Defensor ou de supervisão direta das orientações por este; (DPDF)	48101	20 %	Através da análise e comparação entre os fluxos dos diversos núcleos da Defensoria Pública para priorizar a uniformização do atendimento. Atualmente os Núcleos trabalham com o atendimento pessoal pelo Defensor e de supervisão direta das orientações.
6211	6	15	Padronizar o sistema de atendimento ao público; (DPDF)	48101	20 %	Foi desenvolvido um sistema de atendimento ao público, no entanto, ainda não foi finalizado para atender às demandas de adequações da Defensoria ao PJE, bem como não foi implementado.
6211	6	16	Estruturar curso de formação voltado para motivação e criação de espírito institucional.	48101	70 %	A EASJUR vem trabalhando na formação e capacitação dos Defensores, assim como, aperfeiçoando demais servidores.
6211	6	17	Implantar cursos obrigatórios de aperfeiçoamento e reciclagem anual por área de atuação; (DPDF)	48101	0 %	Não iniciou a implantação de cursos obrigatórios

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	18	Implementar pesquisa de satisfação do assistido; (DPDF)	48101	0 %	Não iniciou a implantação.
6211	6	19	Realizar a análise e melhoria de processos organizacionais; (DPDF)	48101	60 %	A Defensoria Pública do DF está mapeando os fluxos de serviços dos diversos núcleos.
6211	6	20	Reestruturar a organização administrativa; (DPDF)	48101	60 %	A Administração Superior vem trabalhando para compatibilizar o crescimento do órgão com a estrutura administrativa.
6211	6	21	Elaborar o Regimento Interno da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	0 %	Não foi elaborado.
6211	6	22	Padronizar a organização administrativa da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	60 %	Em decorrência da análise dos processos organizacionais, a Defensoria Pública do DF já implementou algumas rotinas de trabalho.
6211	6	23	Padronizar procedimentos de gestão de pessoas; (DPDF)	48101	70 %	Restou implementado fluxo de procedimentos no Departamento de Pessoal o que está muito adiantado, faltando maior padronização nos Núcleos.
6211	6	24	Elaborar e buscar aprovação da Lei que cria o quadro de funções comissionadas da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	0 %	Não foi elaborado.
6211	6	25	Implementar pesquisa para medir o desenvolvimento da competência; (DPDF)	48101	0 %	Não foi implementado.
6211	6	26	Implementar pesquisa de satisfação do servidor; (DPDF)	48101	0 %	Não foi implementado.
6211	6	27	Reestruturar a área de Informática; (DPDF)	48101	15 %	Houve pequenas ações de reestruturação, e houve aquisição de 200 computadores e um servidor de rede.
6211	6	28	Implantar o sistema de informações e processo judicial eletrônico. (DPDF)	48101	7 %	A utilização do Processo Judicial Eletrônico já está iniciada em dois Núcleos da DPDF (NAJ Família e NAJ Mulher)

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A Defensoria Pública do Distrito Federal no ano de 2016 teve mudança da sede administrativa, pois estava localizada no Edifício Zarife no Setor Comercial Sul, onde as dependências físicas estavam precárias, insalubres, e a mudança para a nova sede no SIA trouxe melhores acomodações físicas, pois a estrutura do prédio é nova, com salas climatizadas, com um amplo estacionamento, o que proporciona um ambiente de trabalho mais adequado.

No mesmo intuito, buscou-se a modernização da área administrativa/jurídica, onde, a Diretoria de Informática adquiriu 200 (duzentos) novos computadores para serem distribuídos aos núcleos de atendimento e vem aperfeiçoando o sistema informatizado de diversos setores.

Para assegurar bons resultados a DPDF identificou que para o atendimento das metas e dos programas prioritários do Órgão, deveria estar presente em todos os Fóruns do Distrito Federal, ação esta de difícil cumprimento, pois a DPDF não possui prédios próprios, necessitando de locações de espaços para as instalações dos NAJs ou cessão de espaço. Nesse sentido em 2016 a DPDF inaugurou mais dois Núcleos de Assistência Jurídica: NAJ Recanto das Emas e NAJ Águas Claras.

É imperioso ressaltar que a DPDF possui uma Sede Administrativa, localizada em prédio alugado, localizada no SIA Sul, Trecho 17, Rua 07 – Lote 45, bem como, possui um terreno cedido para construção de sua Sede nas proximidades da Ponte JK em Brasília, no Setor de Clubes Sul, porém, faltam recursos financeiros para a construção.

A demanda da DPDF aumenta conforme o crescimento demográfico da população do Distrito Federal, e a DPDF não mede esforços para atender toda essa procura. Em 2016 nomeou mais 23 (vinte e três) Defensores Públicos e 22 (vinte e dois) Analistas Judiciários, ambos estão vigentes, e na medida da disponibilidade financeira, estarão sendo nomeados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6219 – CAPITAL CULTURAL

OBJETIVO GERAL:

Incentivar, fomentar e difundir a cultura, em toda a sua diversidade, considerando-a como direito fundamental do cidadão, tão importante quanto o voto, a moradia, a alimentação, a saúde e a educação. O programa compreende a cultura em sua diversidade e sob uma perspectiva integrada, envolvendo Brasília e Entorno, com base em uma concepção que considera a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã, artística, educativa, patrimonial e econômica, como um vetor estratégico para a inovação e o desenvolvimento do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 05 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT
001 – CULTURA PARA TODOS: Disseminar circuitos de arte e cultura, desenvolver políticas de distribuição e formação de apreciadores para arte, bem como de formação de agentes e produtores culturais e de comunicação para a cultura, garantindo o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico, bem como o acesso à formação e à pesquisa e o acesso interativo a conhecimentos e conteúdos.
002 – PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL: Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nas regiões do DF, com estratégias de gestão modernas, participativas e integradas, bem como reestruturar e fortalecer a política pública de patrimônio, material e imaterial – em sua dimensão cultural, histórica, artística e arqueológica –, a fim de preservar e promover a dimensão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com mecanismos de salvaguarda de curto, médio e longo prazos, e também, a fim de transcender a área tombada, por meio da promoção e do reconhecimento das dimensões identitárias, territoriais e educacionais do patrimônio nas várias regiões do DF.
003 – DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES: Ampliar e proteger os recursos para fomento e incentivo a produções artísticas e culturais, inclusive de pesquisa, experimentais, tradicionais e aquelas historicamente excluídas, por meio da formulação de uma política inovadora, participativa e integrada para as artes, que contemple a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das mais diversas linguagens em todas as regiões do DF.
004 – DIVERCIDADES: Potencializar as iniciativas culturais de grupos e comunidades historicamente desassistidas pelo Estado, principalmente na forma de premiações e no apoio aos projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização, dentro de uma política transversal de valorização e promoção da cidadania, do protagonismo e da diversidade cultural no DF.
005 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL: Promover a eficácia dos serviços públicos de cultura, por meio da modernização da gestão cultural e de políticas permanentes de valorização dos servidores públicos, bem como dos serviços prestados diretamente à população, com foco na avaliação de resultados e no fortalecimento das políticas do setor cultural sob a ótica de Estado e na inclusão de cultura como base essencial para o desenvolvimento pleno da Capital brasileira.

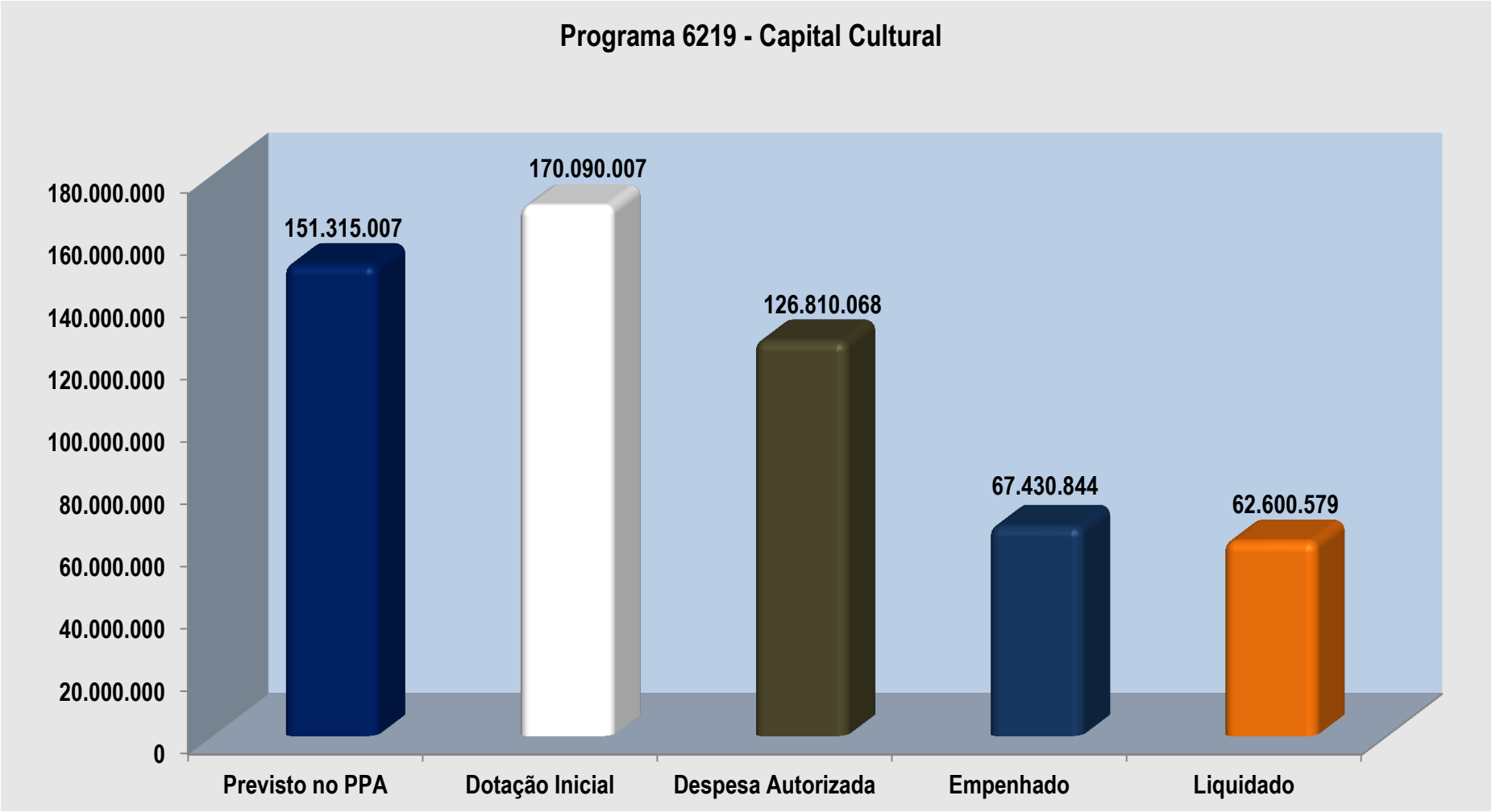
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	10.000	10.000	2.593	0	0	0	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	5.512.556	5.512.556	6.908.934	1.446.392	980.435	26	18
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	30.000	30.000	51.001	43.000	0	143	0
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	49.200	49.200	13.150	12.300	6.600	25	13
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.258.000	2.258.000	636.144	636.144	523.932	28	23
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	195.000	150.000	350.000	199.322	199.322	102	102
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	3.000.000	4.900.000	1.080.754	1.080.754	1.040.580	36	35
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000	4.500.000	1.697.205	1.692.879	1.677.401	38	37
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	23.718.160	23.318.160	18.508.049	8.624.104	6.432.287	36	27
2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	600.000	600.000	0	0	0	0	0
2838 - MOSTRA BRASÍLIA	200.000	200.000	1	0	0	0	0
2843 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS	1.500.000	1.500.000	1	0	0	0	0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	1.000.000	1.000.000	377.884	206.078	200.360	21	20
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	3.000.000	3.000.000	277.452	277.452	195.486	9	7
2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	300.000	0	0	0	0	0	0
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.100.000	1.150.000	107.827	107.827	83.773	10	8
3110 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA	200.000	200.000	2	0	0	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.260.000	1.860.000	801.865	396.200	224.719	31	18
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	11.149.000	11.149.000	7.149.000	0	701.949	0	6
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	1.900.000	1.900.000	7.500	7.500	0	0	0
3307 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS	800.000	800.000	800.000	744.080	744.080	93	93
3308 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"	2.505.460	2.505.460	267.842	202.342	7.842	8	0
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	500.000	500.000	500.000	0	0	0	0
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	6.000.000	4.100.000	434.439	0	0	0	0
3348 - REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO	1.506.137	1.506.137	1	0	0	0	0
3350 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	4.000	4.000	1	0	0	0	0
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	200.000	200.000	928.874	0	0	0	0
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	200.000	200.000	2	0	0	0	0

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	200.000	200.000	3.055.922	2.103.138	760.323	1.052	380
3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	500.000	250.000	1	0	0	0	0
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	350.000	150.000	0	0	0	0	0
3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	50.000	50.000	1	0	0	0	0
3576 - (EP)REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3577 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	400.000	0	0	0	0	0	0
3580 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL CINE ITAPOÃ	500.000	0	0	0	0	0	0
3582 - (EP)CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA DE BRAZLÂNDIA	600.000	0	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3.050.240	24.520.240	11.268.019	7.775.238	7.094.869	255	233
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000	40.000	0	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.385.000	1.755.000	4.482.611	3.373.608	3.227.862	141	135
4091 - APOIO A PROJETOS	60.731.113	61.711.113	59.529.345	33.572.131	33.572.131	55	55
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	618.000	618.000	618.000	226.650	226.650	37	37
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2.655.919	2.655.919	2.655.919	416.471	412.744	16	16
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	15.000	15.000	3.890	0	0	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1.780.222	1.280.222	1.083.604	1.075.000	1.075.000	60	60
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	3.242.000	3.742.000	3.212.235	3.212.234	3.212.234	99	99
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**140.166.007**	**158.941.007**	**119.661.068**	**67.430.844**	**61.898.630**	**48**	**44**
Orçamento de Investimento das Estatais	**11.149.000**	**11.149.000**	**7.149.000**	**0**	**701.949**	**0**	**6**
TOTAL DO PROGRAMA 6219	**151.315.007**	**170.090.007**	**126.810.068**	**67.430.844**	**62.600.579**	**45**	**41**

Obs1: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:16.101 – SECULT, Administrações Regionais etc)

Obs2: No valor empenhado não consta o orçamento de investimento das estatais.


Programa 6219 - Capital Cultural
180.000.000
160.000.000
140.000.000
120.000.000
100.000.000
80.000.000
60.000.000
40.000.000
20.000.000
0
151.315.007
170.090.007
126.810.068
67.430.844
62.600.579
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – CULTURA PARA TODOS: Disseminar circuitos de arte e cultura, desenvolver políticas de distribuição e formação de apreciadores para arte, bem como de formação de agentes e produtores culturais e de comunicação para a cultura, garantindo o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico, bem como o acesso à formação e à pesquisa e o acesso interativo a conhecimentos e conteúdos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6219	1	1	Patrocinar 1.786 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)	16101	1.786	UNID	MAIOR, MELHOR	287	-	-	-	287	
6219	1	2	Beneficiar 18 proponentes por meio do programa de bolsas do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)	16101	18	UNID	MAIOR, MELHOR	18	-	-	-	18	
6219	1	3	Patrocinar 117 projetos culturais por meio do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)	16101	117	UNID	MAIOR, MELHOR	48	-	-	-	48	
6219	1	4	Realizar estudo para composição de indicadores de gestão das contratações artísticas; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	1	5	Desenvolver e implantar a plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF em 2016; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6219	1	6	Articular rede de informações sobre eventos do Distrito Federal, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil, para alimentação continuada da plataforma e aplicativo; [2016/2017]; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6219	1	7	Reduzir 50% dos custos de contratação de serviços para execução dos eventos; (SECULT)	16101	50	%	MENOR, MELHOR	50	-	-	-	50	
6219	1	8	Expandir de forma inédita a programação do Aniversário de Brasília em diversas Regiões Administrativas; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	2	-	-	-	2	
6219	1	9	Realizar 56 eventos em RA´s de alta vulnerabilidade;	16101	56	UNID	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			(SECULT)										
6219	1	10	Beneficiar 06 cidades do DF com apresentação das mostras de filmes do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro; (SECULT)	16101	6	UNID	MAIOR, MELHOR	6	-	-	-	6	
6219	1	11	Conceder 18 Bolsas de Estudos para formação artística. (SECULT)	16101	18	UNID	MAIOR, MELHOR	18	-	-	-	18	

Análise Qualitativa

1. Patrocinar 1.786 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)

Em 2016, foram financiados projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os projetos apoiados em 2016 não se restringiram apenas às produções culturais, como também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal. Dos projetos contratados e pagos em 2016, 284 foram contemplados no Edital n° 1/2015- FAC, que teve seu resultado final publicado em de fevereiro de 2016. Os projetos referentes ao edital n° 1/2015, apoiados em 2016, contemplaram diversas regiões do Distrito Federal, atingindo um público de mais de 500 mil pessoas e gerando cerca de 5.200 empregos diretos. No ano de 2016, também foram contratados e pagos dois projetos de audiovisual contemplados na categoria de Produção de Longa Metragem de Ficção para exibição no circuito de salas de cinema, referente ao edital n° 7/2014-FAC. Além desses, também foi apoiado um projeto de Manutenção de Grupos Artísticos contemplado no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços n°12/2014.

2. Beneficiar 18 proponentes por meio do programa de bolsas do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)

Em 2016 foram apoiados 18 agentes culturais com concessão de bolsas de estudo para capacitação em instituições de ensino formal ou ações de intercâmbio voltadas à residência artística. Através desse programa atua-se de forma mais efetiva no campo do intercâmbio, capacitação e formação continuada buscando melhor estruturar o setor cultural do Distrito Federal.

3. Patrocinar 117 projetos culturais por meio do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais lançados no decorrer do ano, o FAC apoio ações de intercâmbio através de programa permanente Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural. O Programa instituído desde 2011 apoia solicitações de passagens e diárias de agentes e grupos culturais do DF que pretendem participar de eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios, que interessem ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. Em setembro de 2016 o programa foi restruturado e ampliado através da Resolução n°3/2016 do Conselho de Cultura do Distrito Federal que trouxe inovações como a nova linha de apoio “Circulação Nacional, Internacional ou Mista” que destina-se a pedidos de concessão de apoio financeiro para apresentações e exibições artísticas e culturais de circulação nacional, internacional ou mista de pessoas físicas ou jurídicas que atuem como agentes ou grupos artísticos e culturais no Distrito Federal. Em 2016 foram 45 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 3 na nova linha de Circulação. Ao todo o programa beneficiou nas linhas de participação de eventos e circulação 356 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

4. Realizar estudo para composição de indicadores de gestão das contratações artísticas; (SECULT)

A implementação da ação encontra-se em processo de discussão e planejamento visando à realização para o exercício 2018 em diante.

5. Desenvolver e implantar a plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF em 2016; (SECULT)

Em relação à implantação da plataforma de dados foi realizado em 2016 o lançamento do projeto "Mapa nas Nuvens", nos dias 29 e 30/06, em parceria, com estruturas de sonorização; iluminação; mobiliário; banners; serviços gráficos; contratação de serviços temporários de RH; alimentação; produção; hospedagem com alimentação, além de serviços de treinamento aos participantes. O Mapa nas Nuvens o público atingiu 300 pessoas e o objetivo foi alcançado com êxito. O Mapa nas Nuvens (mapa.cultura.df.gov.br) é um espaço livre e colaborativo de identificação e mapeamento georreferenciado de pessoas, culturas, lugares, territórios e ações artísticas e culturais do Distrito Federal e RIDE. Servirá como bússola para a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal na elaboração de diagnósticos e formulação de ações, programas e políticas culturais. Para os artistas e gestores culturais, ele servirá também como página de divulgação de seus projetos e espaços, por meio da criação de sua própria página com fotos, vídeos, áudio, logos, histórico de atuação. A partir da ferramenta é possível criar informações sobre agenda cultural do DF, acessar o registro completo dos produtores e espaços culturais de uma região, assim como contatar produtores culturais da cidade. Em paralelo, foi também criada a plataforma Cultura nas Nuvens (agenda.cultura.df.gov.br), agenda atualizada dos projetos que estão acontecendo no território do DF e sincronizada com as informações inseridas na base de dados do Mapa nas Nuvens.

6. Articular rede de informações sobre eventos do Distrito Federal, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil, para alimentação continuada da plataforma e aplicativo; [2016/2017]; (SECULT)

O lançamento Mapa nas Nuvens tem crédito da Agência Brasília com suas matérias publicadas seguinte forma: "Plataforma colaborativa mapeará eventos culturais do DF". "Agenda cultural do DF é construída com participação de entidades civis"; "Mapa nas Nuvens tem artistas, produtores e empresários inscritos; "Projeto vai mapear as atividades culturais no Distrito Federal".

7. Reduzir 50% dos custos de contratação de serviços para execução dos eventos; (SECULT)

Em 2016 não foi possível reduzir custos concernentes à contratação de serviços, tanto os prestados para atender às estruturas dos eventos quanto em relação às contratações artísticas, tendo em vista uma demanda maior de eventos em relação ao exercício 2015, o que levou a um gasto superior ao previsto no valor de aproximadamente, R$ 7.841.162,00. Para o exercício 2017, planeja-se um custo inferior ao exercício 2015.

8. Expandir de forma inédita a programação do Aniversário de Brasília em diversas Regiões Administrativas; (SECULT)

Em 2016, a programação do aniversário de Brasília aconteceu na Região Administrativa de Brasília, na Torre de TV, de 21 a 23/04/2016, com estruturas, cachês e fornecimento de passagens aéreas aos artistas; no Memorial dos Povos Indígenas com a abertura da exposição "Abril Indígena", no dia 19/04/2016, com público de 70.000 pessoas durante todo o evento; na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, no Museu Vivo da Memória Candanga, com Mostra de Cinema Feminino de Brasília, de 20 a 22 de abril de 2016, com público de 100 pessoas.

9. Realizar 56 eventos em RA´s de alta vulnerabilidade; (SECULT)

Em 2016 foram realizados 10 eventos provenientes de termos de fomento nas regiões administrativas de alta vulnerabilidade:

1. Ill Be There – homenagem a Michael Jackson, com 4 apresentações gratuitas nas regiões administrativas do Gama e da Ceilândia; pocket show como contrapartida social na AC Namastè, no Núcleo Bandeirante;

2.Caravana Cultural Quilombos da Liberdade, nas escolas públicas de Samambaia e do Riacho Fundo I e II. Abordou as manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças/jovens com oficinas; palestras; rodas de conversa; fóruns culturais;

3. Avivar Hip Hop – 9ª edição, reuniu representantes da cultura urbana, do segmento hip hop gospel em Santa Maria. A atividade foi para jovens em situação de vulnerabilidade social;

4. Ação Social Jovens com Atitude – na Ceilândia contemplando os segmentos da cultura urbana, e Hip Hop;

5. Elemento 5 – na Ceilândia por meio da reunião de artistas de várias partes do país para troca de saberes e oficinas dos elementos Hip Hop e basquete de rua. Envolveu poesia, música e dança popular e urbana num sarau para valorizar os artistas locais no intercâmbio com artistas de todo o Brasil;

6. Hip Hop contra a Fome – apresentações, encontro automotivo e uma edição do lazer das antigas com coleta de 1 Kg de alimento como ingresso;

7. Rock Ecologia – apresentação de 20 bandas e coletivos de rock em São Sebastião, Samambaia e Ceilândia. Houve shows e atividades, oficinas, plantio de árvores nativas do cerrado entre outras;

8. 8ª Parada LGBT da Ceilândia, tendo por tema "Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT"; aconteceu em 21/08 na Ceilândia;

9. 8ª Parada LGBT no Gama, o tema abordou a importância da regulamentação de lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito do DF: Minha vida, minha luta, Lei 2.615 já; aconteceu no dia 14/08 no estádio Bezerrão;

10. Educarte; Roda de Cultura e Cidadania, visando promover acesso às fontes de cultura a 120 crianças de 6 a 12 anos, de famílias em situação de vulnerabilidade social da região adm. de São Sebastião. Teve oficinas de artesanato, desenho e pintura, literatura e contação de histórias, roda de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal, como forma de integração sociocultural entre os participantes, as famílias e a comunidade. O projeto durou 7 meses. O objetivo da meta foi parcialmente alcançado, porém com êxito nas realizações.

10. Beneficiar 06 cidades do DF com apresentação das mostras de filmes do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro; (SECULT)

Em 2016, foi levada a diversos tipos de públicos, 13 mostras do Festival Internacional de Brasília do Cinema Brasileiro, inclusive nas embaixadas e em algumas regiões administrativas do DF. Mostras Cinematográficas entre elas: Mostra da Alemanha, Festival de Cinema Europeu, Cine Esloveno, Festival de Cinema de Escolas Públicas do DF, Festival Internacional de Cinema - BIFF, com o quantitativo de público de 25.051 pessoas no total. A programação das Mostras Temáticas foi realizada em parceria com embaixadas, órgãos públicos e associações, investimento através de bens e serviços; a programação comercial, as mostras temáticas e os festivais aconteceram em conformidade com o planejado pelo curador do espaço, com público de 51.797 pessoas.

11. Conceder 18 Bolsas de Estudos para formação artística. (SECULT)

Em 2016 houve o apoio proporcionado através de bolsas de estudo visando à formação artística a 18 agentes culturais para a capacitação em instituições de ensino formal e/ou ações de intercâmbio voltadas à residência artística. Através desse Programa atua-se de forma mais efetiva no campo do intercâmbio, capacitação e formação continuada buscando melhor estruturar o setor cultural no Distrito Federal.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1560	AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA	UNIDADE			ANUAL	4.000	0	5.000	6.000	7.000	SPC/SECULT / UO 16101 / OE 1
1561	EQUIPAMENTOS CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA	UNIDADE			ANUAL	30	0	50	75	100	SPC/SECULT / UO 16101 / OE 1
1562	EVENTOS CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA	UNIDADE			ANUAL	50	0	80	120	150	SPC/SECULT / UO 16101 / OE 1

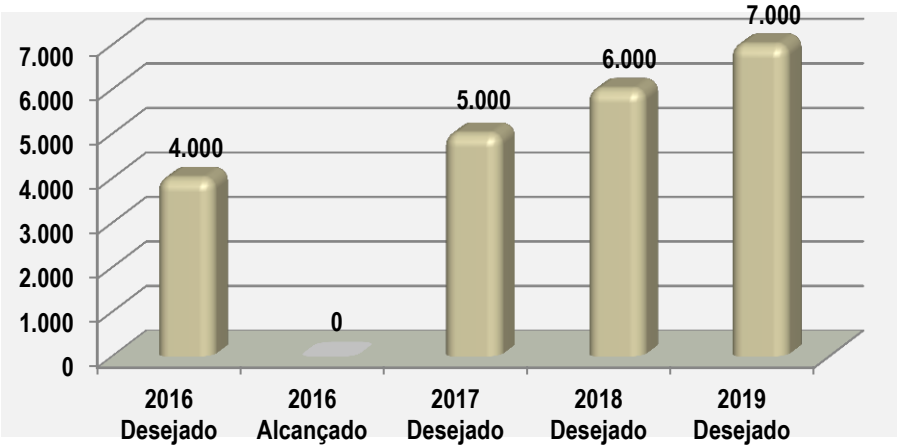
Justificativas 2016

Indicador 1560 - Agentes Culturais mapeados: o objetivo não foi alcançado, tendo em vista a indisponibilidade orçamentária e financeira.

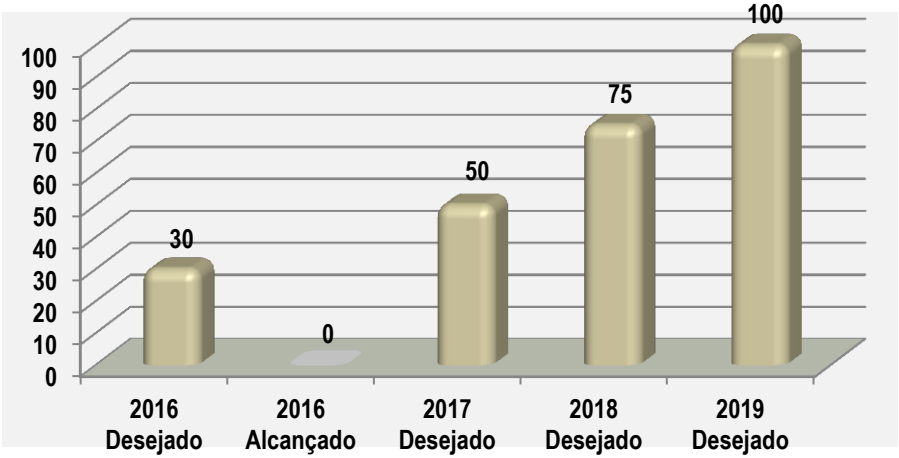
Indicador 1561 - Equipamentos culturais mapeados; objetivo não alcançado; não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira.

Indicador 1562 - Eventos Cult Mapeados 32.Carnaval 2016; Circuito Feiras do Livro; 43ª Via Sacra ao Vivo em Planaltina e Via Sacra dos Surdos; Mostra de Cinema Feminino de Brasília; Aniversário de Brasília; Revezamento da Tocha Olímpica e Paralímpica; Fest Música Gospel; Fest Cult Namastè; Progr Mala do Livro; Proj I'll Be There - Homenagem a Michael Jackson; Proj Yo! Music; XXI Festa do Morango de Brasília; 49º Fest de Brasília Cinema Brasileiro; Dançando na Praça e outros, alcançando parcialmente o objetivo.

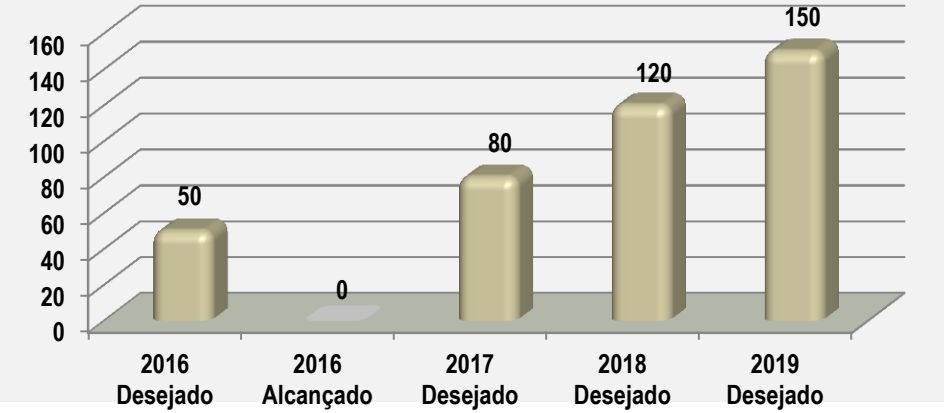
AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA



EQUIPAMENTOS CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA



EVENTOS CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	1	1	Formação de rede de informações e entidades interessadas no mapeamento de eventos e atividades culturais no Distrito Federal, visando a alimentação de dados, compartilhada entre Estado e Sociedade Civil; (SECULT)	16101	100%	Lançamento do projeto Mapa nas Nuvens, em parceria com o Observatório de Economia Criativa da UNB. Integrou o I Encontro da Rede Articuladora de Informações Culturais (RAIC), onde realizaram-se: III reunião da Rede Mapas Culturais, com 6 estados e 7 municípios, e o primeiro encontro do GT Indicadores Culturais do DF, com participação da CODEPLAN e do IPEA. Em 4 meses mobilizou 470 agentes culturais, mapeou 175 espaços culturais, e realizou 86 eventos. Investiu R$ 37.574,15 contou com 200 pessoas entre agentes culturais, conselheiros regionais de cultura, membros da Rede Articuladora de Informações Culturais; Rede Mapas Culturais e outros.
6219	1	2	Revisão do Decreto nº 34.577/2013 através de participação popular em consultas por plataforma digital para pactuação de um novo marco das contratações artísticas no DF; (SECULT)	16101	0%	Não execução nesta ação
6219	1	3	Estabelecimento de um novo modelo de Edital de Chamamento de Artistas que simplifique a relação entre o Estado e os artistas e suas produções. (SECULT)	16101	100%	O ano de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas na Secretaria de Estado de Cultura, dentre elas o desenvolvimento de um novo modelo de edital de chamamento público para viabilizar a seleção e a realização de contratações artísticas.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No exercício de 2016, foi realizado financiamento de projetos artísticos e culturais por meio de editais lançados de 2014 a 2016; apoiado ainda projetos direcionados a diversas funcionalidades, inclusive de audiovisual; agentes culturais com a concessão de bolsas de estudo, atuando de forma efetiva no que concerne a intercâmbio, capacitação e formação continuada, o qual visa estruturar o setor cultural do Distrito Federal. Também merecem destaque projetos contemplados através dos editais lançados no decorrer do exercício com ações de intercâmbio através de Programa de Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural, incluindo passagens aéreas fornecidas a agentes e grupos culturais de todo o DF visando a participação ativa em eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios direcionados ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. No exercício 2016 o programa foi restruturado e ampliado, o que trouxe grandes inovações. O objetivo proposto para as metas foram alcançados com êxito.

Como ações de disseminação e promoção da plataforma, foi realizado, nos dias 18 e 19 de julho, 16 horas de capacitação sobre a usabilidade da plataforma Mapa nas Nuvens aos servidores da cultura da SEC/DF, em parceria com o Instituto TIM. Teve um público de 200 participantes envolvidos.

O 56º aniversário de Brasília, ocorrido no mês de abril onde foram realizadas apresentações musicais nos três dias de evento ocupou o gramado da Torre de TV com artistas locais. O investimento total foi de R$ 217.500,00 (duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) em cachês dos artistas participantes; R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em estrutura de palco, totalizando R$ 767.500,00 (setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); evento cívico cultural realizado com sucesso, com público de 70.000 pessoas, atingindo o objetivo proposto.

Em 2016 foram realizados eventos nas regiões de alta vulnerabilidade provenientes de termos de fomento que não foram previstos nos programas institucionais constantes do PPA 2016-2019 desta secretaria quando de sua elaboração, tendo em vista se tratar de emendas parlamentares, inseridas no Quadro Detalhamento Despesa – QDD desta unidade no decorrer do

exercício 2016 à medida que os referidos orçamentos eram desbloqueados pelo órgão competente. Em virtude disso não há contextualização do programa temático e da consequente caracterização do objetivo específico, bem como dos indicadores de desempenho e ações afins. O objetivo da meta foi parcialmente alcançado, porém com êxito nas realizações.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL: Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nas regiões do DF, com estratégias de gestão modernas, participativas e integradas, bem como reestruturar e fortalecer a política pública de patrimônio, material e imaterial – em sua dimensão cultural, histórica, artística e arqueológica –, a fim de preservar e promover a dimensão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com mecanismos de salvaguarda de curto, médio e longo prazos, e também, a fim de transcender a área tombada, por meio da promoção e do reconhecimento das dimensões identitárias, territoriais e educacionais do patrimônio nas várias regiões do DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6219	2	1	Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	2	2	Elaboração política preservação e manutenção de acervos do DF; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	2	3	Realização de inventário, catalogação e software dos acervos dos museus;(SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	2	4	Realização de higienização, acondicionamento e restauro dos acervos dos museus da SECULT-DF;(SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6219	2	5	Realização de inventário e Plano de Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados e dos Bens Materiais Tombados no DF;(SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	
6219	2	6	Revitalização de 06 Equipamentos e Espaços Culturais.(SECULT)	16101	6	UNID	MAIOR, MELHOR	2	-	-	-	2	

Análise Qualitativa

1. Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT)

Não houve apresentação de projeto.

2. Elaboração política preservação e manutenção de acervos do DF; (SECULT)

Não houve apresentação de projeto.

3. Realização de inventário, catalogação e software dos acervos dos museus;(SECULT)

Não houve apresentação de projeto.

4. Realização de higienização, acondicionamento e restauro dos acervos dos museus da SECULT-DF;(SECULT)

Houve a restauração do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, e elaborado o projeto básico, além de laudos técnicos de conservação e mapeamento de danos das peças descritas no processo.

5. Realização de inventário e Plano de Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados e dos Bens Materiais Tombados no DF;(SECULT)

Visando à elaboração e execução deste plano de ação foi criada uma comissão para participação em debates em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e sobre a Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal; aconteceram vistorias técnicas para monitoramento de bens tombados do Distrito Federal; foram feitas vistorias nas igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e elaborado relatório com recomendações para a preservação dos bens, encaminhado à Cúria Metropolitana de Brasília.

Foi criada ainda uma Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT) com o objetivo de instruir processos referentes ao patrimônio cultural e se pronunciar sobre assuntos a ele pertinentes. Em 2016, foi instruído o processo de tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina.

6. Revitalização de 06 Equipamentos e Espaços Culturais.(SECULT)

Em setembro de 2016 teve início a obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo; obra que está sendo executada com recursos da TERRACAP, com fiscalização da NOVACAP e consequentemente acompanhamento de técnico da Secretaria de Estado de Cultura. A obra de readequação do Centro de Dança continua em andamento desde 2014 e está sendo realizada com parceria entre a TERRACAP, a NOVACAP e a Secretaria de Cultura.

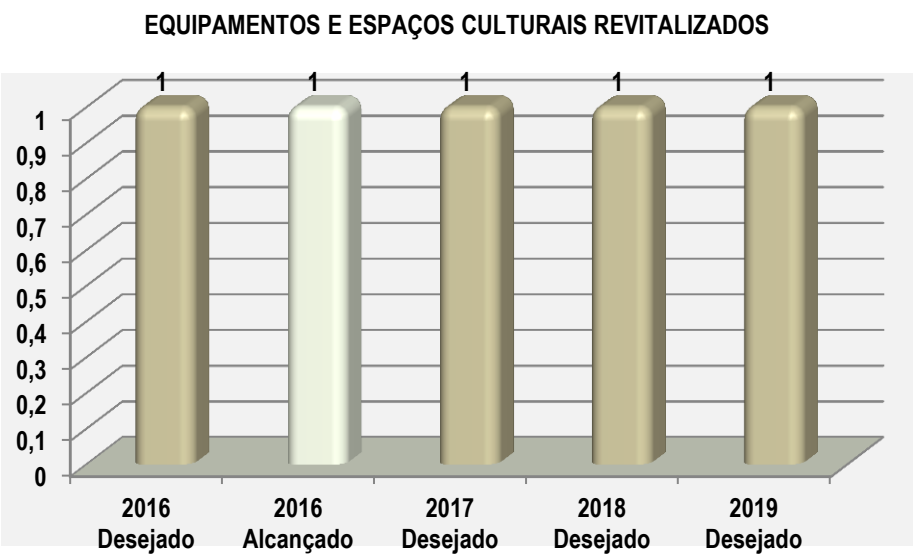
Em 2016 também houve a recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto), através de projetos de restauro; realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional com abertura de entrada no Eixo Monumental.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1566	EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS REVITALIZADOS	UNIDADE			ANUAL	01	01	01	01	01	SUPAC/ SECULT / UO 16101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1566 - Equipamentos e espaços culturais revitalizados: Centro de Danças, obra iniciada em 2016 e ainda em andamento para 2017. Objetivo parcialmente alcançado.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	2	1	Elaborar Portarias de regulamentação de Tombamento e Registro (CPRT) e plano de ação para educação patrimonial no DF; (SECULT)	16101	0	-
6219	2	2	Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT)	16101	0	-
6219	2	3	Elaboração política de acervos do DF;(SECULT)	16101	0	-
6219	2	4	Criação do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). (SECULT)	16101	0	-

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No exercício 2016, cumprindo-se parte desses objetivos, houve a participação de servidores no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano. Coordenado pela SEGETH, o CCPPTM é composto por 64 conselheiros do governo e da sociedade civil.

A Secretaria de Estado de Cultura, no âmbito do CCPPTM, tem participado ativamente nos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal; com as vistorias técnicas para monitoramento de bens tombados em âmbito distrital intensificou-se o trabalho nos museus e próprios culturais.

Técnicos da SEC fizeram vistorias em diversos bens culturais, bem como nas igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e foram elaborados relatórios contendo todas as recomendações que visem à preservação dos bens, encaminhando-os à Cúria Metropolitana de Brasília.

Bem se sabe que os bens mobiliários dos museus e demais próprios culturais da Secretaria de Estado de Cultura necessitam de restauro permanente em virtude da idade já bastante avançada. No exercício 2016 houve a restauração do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina retornando à sociedade um bem material renovado, sendo ainda elaborado o projeto básico acompanhado de laudos técnicos essenciais e necessários à conservação e ao mapeamento de danos das inúmeras peças descritas e que são parte integrante do patrimônio histórico e artístico do DF.

Visando iniciativas de tombamento e registro de bens materiais e imateriais do DF, foi instituída a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT) conduzida por cinco servidores e com a responsabilidade de instruir todos os processos referentes ao patrimônio cultural, bem como de se pronunciar sobre assuntos que se referem a ele. Os processos de tombamento referem-se à declaração de um bem como patrimônio material e os de registro de um bem como patrimônio imaterial. No exercício 2016 foi instruído o processo de tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina, no entanto, o encaminhamento do processo foi suspenso ao se tomar conhecimento da decisão judicial que retira do Governo do Distrito Federal a jurisdição administrativa sobre o Setor Tradicional de Planaltina, onde se encontra o referido imóvel.

Está em fase final de instrução o processo de tombamento da Fazenda Velha, casarão rural da segunda metade do século XIX situado na zona rural de Sobradinho.Encontra-se em estudo também um plano de gestão para o imóvel, de modo a viabilizar sua preservação diante da forte pressão imobiliária da região.

Em 2016, intensificou-se o compromisso da Secretaria de Cultura com a reabertura e revitalização dos espaços culturais do Distrito Federal. Em setembro de 2016 teve início à obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo, fechado desde janeiro de 2014. A obra está sendo executada com recursos da TERRACAP, fiscalização da NOVACAP e acompanhamento de técnico da SEC. A previsão de reabertura do equipamento é para o primeiro semestre de 2017. Continua em andamento a obra de readequação do Centro de Dança, iniciada em outubro de 2014 e realizada por meio de parceria entre a TERRACAP, a NOVACAP e a Secretaria de Cultura. A SEC desenvolveu o projeto de reforma, compatibilizando a arquitetura e propondo soluções, e segue alocando técnico responsável que tem acompanhado a execução da obra. A previsão de reabertura do equipamento é no primeiro semestre de 2017. Visando ainda a recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto), a SEC desenvolveu projetos de restauro para duas das cinco casas do Conjunto Fazendinha, no âmbito do Plano de Ação para a Vila Planalto e de forma a atender à Notificação n.º 3/2015, expedida pela 1ª Prourb/MPDFT por meio do Ofício n.º 146/2015–PGJ–MPDFT. A elaboração dos projetos executivos contou com o apoio da SEGETH e da NOVACAP; realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional com abertura de entrada no Eixo Monumental. O projeto foi encaminhado para a NOVACAP em junho de 2016 para a elaboração de projeto executivo. Considerando-se todas essas realizações no exercício 2016 para o objetivo específico em questão, alcançou-se parcialmente o objetivo nas ações propostas.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES: Ampliar e proteger os recursos para fomento e incentivo a produções artísticas e culturais, inclusive de pesquisa, experimentais, tradicionais e aquelas historicamente excluídas, por meio da formulação de uma política inovadora, participativa e integrada para as artes, que contemple a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das mais diversas linguagens em todas as regiões do DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6219	3	1	Criação da Fundação das Artes de Brasília [2016], com foco em Promoção, Marketing, e difusão da Cultura do Distrito Federal; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	3	2	Ampliação da Fundação [2017] com atendimento a 03 setoriais: Artes do Espetáculo, Música, Audiovisual e Fotografia; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	3	3	Ampliação da Fundação [2018] com atendimento a 06 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura;	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			(SECULT)										
6219	3	4	Ampliação da Fundação [2019] com atendimento a 8 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; Design de Moda, Gráfico , de Objetos; Arte e Tecnologia(jogos e aplicativos). (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Criação da Fundação das Artes de Brasília [2016], com foco em Promoção, Marketing, e difusão da Cultura do Distrito Federal; (SECULT)

Não houve realização.

2. Ampliação da Fundação [2017] com atendimento a 03 setoriais: Artes do Espetáculo, Música, Audiovisual e Fotografia; (SECULT)

Não houve realização.

3. Ampliação da Fundação [2018] com atendimento a 06 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; (SECULT)

Não houve realização.

4. Ampliação da Fundação [2019] com atendimento a 8 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; Design de Moda, Gráfico , de Objetos; Arte e Tecnologia(jogos e aplicativos). (SECULT)

Não houve realização.

INDICADORES DE DESEMPENHO

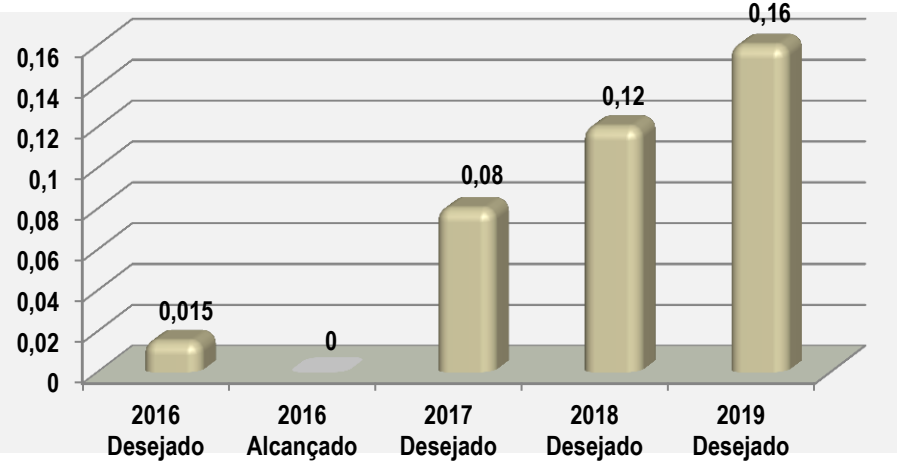
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1567	INVESTIMENTO PARA A FUNDAÇÃO DAS ARTES	%			ANUAL	0,015	0	0,08	0,12	0,16	SECULT/ UO 16101/ OE 3
1568	IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E/ OU AÇÕES PARA AS ARTES	UNIDADE			ANUAL	5	0	7	9	11	SECULT/ UO 16101/ OE 3

Justificativas 2016

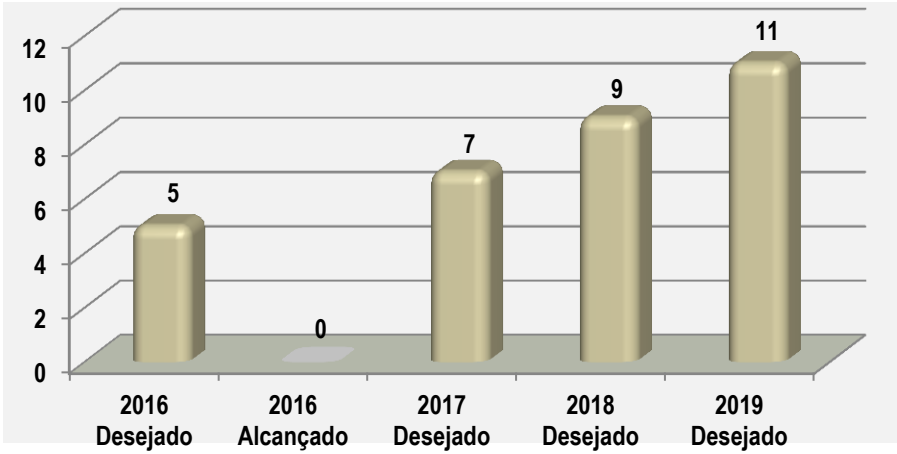
Indicador 1567 - Investimento para Fundação das Artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não alcançado.

Indicador 1568 - Implementação de programas para as artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não alcançado.

INVESTIMENTO PARA A FUNDAÇÃO DAS ARTES



IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E/ OU AÇÕES PARA AS ARTES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	3	1	Articulação dos Colegiados Setoriais (SECULT)	16101	0	-

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – DIVERCIDADES: Potencializar as iniciativas culturais de grupos e comunidades historicamente desassistidas pelo Estado, principalmente na forma de premiações e no apoio aos projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização, dentro de uma política transversal de valorização e promoção da cidadania, do protagonismo e da diversidade cultural no DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:
16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6219	4	1	Ampliar a atuação da Secretaria de Cultura junto aos grupos culturais historicamente excluídos, bem como nos territórios de vulnerabilidade, por meio de premiações, capacitações e realização de eventos culturais de cunho comunitário; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	4	2	Criar política de promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais do DF; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	4	3	Ampliar em 100% o investimento e o reconhecimento de espaços, pontos de cultura, redes e circuitos culturais, até 2019; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	4	-	-	-	4	
6219	4	4	Ampliar em 30% o apoio a eventos, atividades e	16101	30	%	MAIOR,	0	-	-	-	0	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			iniciativas culturais de base comunitária, até 2019; (SECULT)				MELHOR						
6219	4	5	Reconhecer e premiar iniciativas culturais voltadas para a valorização da cultura LGBT, com foco especial para Mulheres, Travestis, Transexuais e Transgêneros; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	4	-	-	-	4	
6219	4	6	Produzir, entre 2016 e 2017, um mapa da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Metropolitana, valorizando as expressões e manifestações culturais e suas identidades históricas e territoriais; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	4	7	Realizar 20 eventos culturais de base comunitária; e (SECULT)	16101	20	UNID	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6219	4	8	Apoiar 80 Pontos de Cultura apoiados pela Secretaria de Cultura. (SECULT)	16101	80	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Ampliar a atuação da Secretaria de Cultura junto aos grupos culturais historicamente excluídos, bem como nos territórios de vulnerabilidade, por meio de premiações, capacitações e realização de eventos culturais de cunho comunitário; (SECULT)

Não houve realização.

2. Criar política de promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais do DF; (SECULT)

Não houve realização.

3. Ampliar em 100% o investimento e o reconhecimento de espaços, pontos de cultura, redes e circuitos culturais, até 2019; (SECULT)

Em 2016 realizaram-se o Circuito de Circo - com espetáculos circenses e workshops gratuitos nos dias 23, 24 e 25 de dezembro de 2016 em dez Regiões Administrativas: Ceilândia, Itapoã, Varjão, Planaltina, Estrutural, Samambaia, São Sebastião, Brazlândia, Recanto das Emas e Taguatinga (Areal); investimento: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); os espetáculos e workshops realizados conforme o proposto. Público: 1.500 pessoas;

- Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária: compreendeu um circuito com 03 feiras realizadas nas cidades de Brazlândia, Planaltina-DF e Formosa, uma feira em cada cidade, para comercialização de produtos e comidas típicas oriundas dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do DF e Entorno e realização de mostras culturais. Paralelamente às feiras, foram realizadas atividades de debates, oficinas, seminários e palestras, com temas relacionados à agroecologia, segurança alimentar, economia solidária, entre outros, além de um circuito de mostras culturais relacionados ao universo da Reforma Agrária e do campo. Toda a programação das feiras foi gratuita e aberta ao público em geral do DF e Entorno e teve atividades para o público infantil, jovem e adulto. Aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de dezembro;

- Circuito de Feiras do Livro do DF, com participação da Mala do Livro, no período de 28 a 31/03/2016, na Ceilândia e em Taguatinga, e de 01 a 27/04/2016 em várias cidades do DF.

- Circuito Internacional de Thriathlon, no dia 14/05/2016, no SESC, com público de 500 pessoas. O objetivo da meta foi alcançado dentro do proposto.

4. Ampliar em 30% o apoio a eventos, atividades e iniciativas culturais de base comunitária, até 2019; (SECULT)

Não houve realização. Objetivo não alcançado.

5. Reconhecer e premiar iniciativas culturais voltadas para a valorização da cultura LGBT, com foco especial para Mulheres, Travestis, Transexuais e Transgêneros; (SECULT)

As iniciativas voltadas à valorização da cultura LGBT contaram com a realização das paradas em várias localidades do DF: 8ª Parada LGBT da Ceilândia - teve por tema: "Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT". Aconteceu no dia 21 de agosto, na Ceilândia Centro;

- 8ª Parada LGBT do Gama - O tema da edição de 2016 abordou a questão da importância da regulamentação de uma lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito Distrito Federal: Minha vida, minha luta. Lei 2.615 já! A Parada aconteceu no dia 14 de agosto, no estacionamento do Estádio Bezerrão.

Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta;

A classe foi contemplada com uma Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães que reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta.

-19ª Parada LGBT de Brasília - no dia 26 de junho, na Esplanada dos Ministérios. Tendas ofereciam apoio a vítimas de preconceito e testes rápidos de HIV. A concentração ocorreu no Congresso Nacional e teve um público aproximado de 15.000 pessoas.

6. Produzir, entre 2016 e 2017, um mapa da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Metropolitana, valorizando as expressões e manifestações culturais e suas identidades históricas e territoriais; (SECULT)

Não houve realização.

7. Realizar 20 eventos culturais de base comunitária; e (SECULT)

Em 2016, foram realizados os seguintes eventos: Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Avivar Hip Hop - 9ª Edição; Festival de Cultura Namastè; Via Sacra dos Surdos; Ação Social Jovens com Atitude; Elemento 5; Metamorfose; Conferência Conjunta dos Direitos Humanos; Hip Hop Contra a Fome; Dia Mundial do Skate; Rock Ecologia; Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura; Festival Hip Hop - Periferia 360º; 5ª Edição do Festival Sai da Lata; Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo; Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval; Grito de Liberdade - espetáculo "Quilombos da Liberdade"; Dia da Consciência Negra; Duas Asas – Fase 1; Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi. Objetivo alcançado com êxito.

8. Apoiar 80 Pontos de Cultura apoiados pela Secretaria de Cultura. (SECULT)

Não houve realização. Objetivo não alcançado.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1569	PREMIAÇÕES A GRUPOS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	UNIDADE			ANUAL	10	0	15	20	25	SCDC / UO 16101 / OE 4
1570	ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.	UNIDADE			ANUAL	12	42	15	20	20	SCDC / UO 16101 / OE 4
1571	AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.	PESSOA			ANUAL	50	0	80	80	80	SCDC / UO 16101 / OE 4

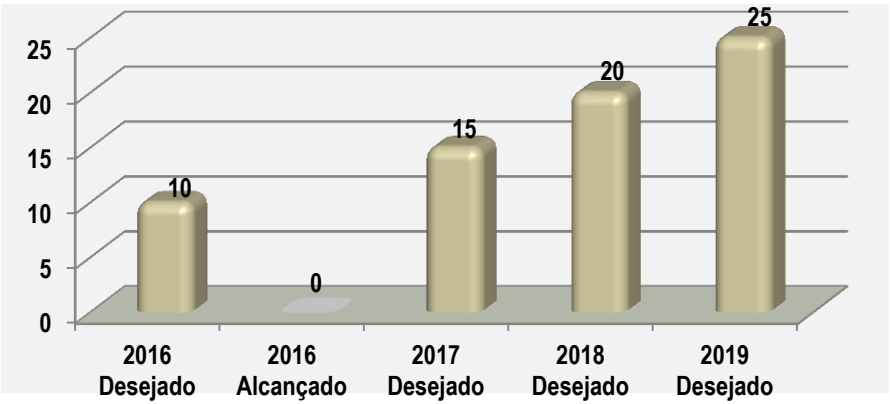
Justificativas 2016

Indicador 1569 - Premiação para as artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não realizado.

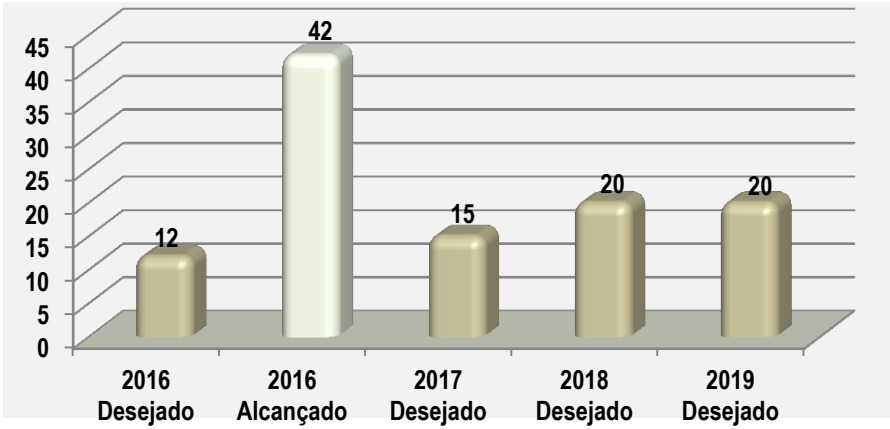
Indicador 1570 - Atividades apoiadas: Caravana Cultura Viva; Seminário de Acessibilidade Cultural; Gisberta; Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Boi nas Escolas - Salvaguardando o Patrimônio Cultural de Brasília; Avivar Hip Hop; Ação Social Jovens com Atitude; Brasília Junina; Paradas LGBT; Rock Ecologia Trilha Parque; ampliação da rede Pontos de Cultura e outros; objetivo alcançado superando o esperado.

Indicador 1571 - Agentes capacitados: objetivo não alcançado; não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira.

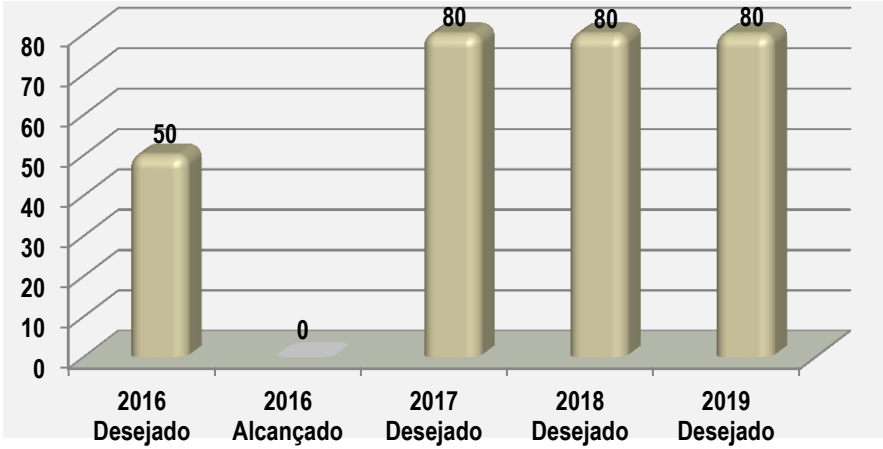
PREMIAÇÕES A GRUPOS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.



AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No exercício 2016 aconteceram diversos projetos já previstos neste segmento, tais como:

- Caravana Cultural Quilombos da Liberdade - realizado durante o mês de novembro de 2016, o projeto aconteceu em escolas públicas das regiões administrativas de Samambaia, do Riacho Fundo I e II. A 5ª edição do projeto abordou a temática das manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens a partir de oficinas práticas de capoeira, palestras sobre metodologias de aplicação e seus fundamentos, rodas de conversa temáticas, fóruns culturais, dentre outras atividades que buscaram, através da vivência da capoeira com os mestres promover a cultura popular e integrar o processo de preservação e popularização dos Saberes e Fazeres culturais na formação de alunos dos níveis de ensino básico, fundamental e médio.

- Avivar Hip Hop - 9ª Edição - o evento reuniu representantes da cultura urbana, sobretudo representantes do segmento de Hip Hop Gospel, na Área Central de Santa Maria, em frente à Administração Regional. A atividade foi voltada para jovens em situação de vulnerabilidade social.

- Festival de Cultura Namastè - no dia 12 de junho na Funarte. O evento ofereceu apresentações musicais, oficinas diversas, foodtrucks, exposições, ações sociais e de consciência ambiental. A programação foi mais voltada para o rap, mas trouxe também cultura popular e MPB. As oficinas oferecidas foram em diversas áreas e linguagem, como na música, sustentabilidade, circo e terapias.

- Via Sacra dos Surdos - O teatro a céu aberto é todo encenado por atores surdos e tem tradução para Língua Portuguesa simultânea. Um espetáculo acessível e inclusivo, com diversos recursos de acessibilidade para pessoas com diferentes deficiências. Aconteceu no dia 02/04, na comunidade Obra de Maria, na Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante.

- Ação Social Jovens com Atitude - O evento aconteceu nos dias 18 e 25 junho, na Ceilândia, contemplando os segmentos da cultura urbana, em especial do movimento Hip Hop (Break, DJ, Grafitti e MC);

- Elemento 5 - realizou uma série de atividades na Ceilândia, por meio da reunião de artistas de várias partes do país para uma troca de saberes e oficinas dos elementos que compõem a cultura Hip Hop (Rap, Break, Graffitti e DJ), incluindo o basquete de rua. A iniciativa buscou, ainda, envolver diversos segmentos artísticos, tais como poesia, música e dança popular e urbana, em um grande sarau a fim de valorizar os artistas locais nesse intercâmbio com artistas de todo o Brasil. As atividades aconteceram entre os dias 7 e 19 de novembro;

- Metamorfose - projeto de restauração e revitalização dos 102 murais de arte no muro da Escola Pública CAIC UNESCO de São Sebastião, com temática de diversidade cultural, pintados em 2012. Os murais foram idealizados pelo artista plástico Chico Metamorfose e pintados de maneira colaborativa por participantes do Instituto Metamorfose Cidadão com Profissão, formado por artistas plásticos, jovens aprendizes e convidados. Os 462,60 metros lineares do muro resultaram na maior intervenção urbana com arte já realizada em São Sebastião. Através da restauração desta obra de arte pretende-se resgatar o vínculo com o espaço em São Sebastião e o compromisso com a preservação do patrimônio através da identificação da população com as obras;

- Hip Hop Contra a Fome - nos dias 08 e 09 de julho, no Taguaparque e no Estádio Serejão, em Taguatinga, com apresentações culturais, encontro automotivo, e uma edição do Lazer das Antigas dentro do projeto Hip Hop contra a Fome. Foram mais de 30 atrações de rap que se apresentaram dentro da programação.

- Dia Mundial do Skate – aconteceu no mês de junho no Museu Nacional, com apoio da Secretaria de Cultura. O evento contou com obstáculos para a prática do esporte e apresentações culturais para celebrar a data;

- Caravana das Histórias - apresentando “Histórias de Encantamento e de Respeito à Natureza e à Sabedoria”, a Caravana atendeu principalmente o público infantil, crianças de séries iniciais e as creches da rede pública do Distrito Federal. Foram 76 apresentações de contação de histórias em 26 dias, o que corresponde a 3.420 minutos contando e cantando histórias para cerca de 22.800 alunos em julho;

- II Mostra de Contadores de Histórias - realização entre os dias 03 e 09 de dezembro, voltada para o incentivo à leitura com base no trabalho dos contadores de histórias da Associação Amigos das Histórias e convidados, oferecendo ambiente e espaço para que a sociedade e o poder público comemorem, avaliem, qualifiquem e planejem ações e políticas voltadas para o incentivo à leitura no Distrito Federal;

- Rock Ecologia - Iniciativa da Secretaria de Cultura em convênio com o Ministério da Cultura que selecionou 20 bandas e coletivos de rock para se apresentar nos dias 18/09, 25/09 e 1 e 2/10 nos parques vivenciais localizados nas regiões administrativas de São Sebastião, Samambaia e da Ceilândia. Além de shows e atividades artísticas, foram realizadas oficinas de permacultura, material reciclável, brinquedos populares, plantio de mudas de árvores nativas do cerrado, entre outras ações. Todas as atividades foram gratuitas e abertas a todos os públicos;

- Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura - aconteceu entre os dias 08 e 11/12 e contou com painéis, palestras e workshops na sala Cássia Eller, na Funarte e no Museu Nacional da República. Também compôs a programação a exposição Monólogos de Gênero, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) Brasília. O evento debateu os desafios encontrados pelas mulheres nas profissões relacionadas à cadeia produtiva da Cultura no Distrito Federal e de que maneira as desigualdades de gênero no mercado de trabalho refletem na cadeia produtiva da cultura, especialmente nas profissões técnicas;

- Festival Hip Hop - Periferia 360º - pelo Dia Mundial do Hip Hop, nos dias 11 e 12/11 com 15 dias de atividades, representando elementos do Hip Hop (Break, Grafite, MCs, DJs). A iniciativa contou com mais de 50 atrações entre bboys, grafiteiros, DJs, poetas e rappers de todo o país;

- 5ª Edição do Festival Sai da Lata - nos dias 16 e 17/09, no Museu Nacional da República. Festival de artes integradas que celebrou a juventude e a diversidade cultural em Brasília, visando gerar, através da arte e da cultura, benefícios socioculturais. Público de 30.000 pessoas. Tem como objetivo defender e promover a juventude e a diversidade cultural em Brasília, divulgando as artes integradas por meio da economia criativa para conscientizar sobre temas de relevância: igualdade racial, valorização da cultura nacional, reciclagem, consumo dos recursos naturais, tecnologia e a sociabilização através da música;

- Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo, Consumo e Impermanência - realizada entre os dias 15 e 30/09, no Museu Nacional da República. Trouxe temas como incineração x reciclagem, coleta seletiva x coleta seletiva solidária, logística reversa x logística perversa, tecnologias de tratamento de resíduos: mecanização x reciclagem popular, lixão x aterro sanitário, jovens catadores, etc. Vários objetos produzidos com a participação dos catadores compõem a mostra, conduzindo os visitantes ao universo da reciclagem;

- Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval - no dia 14/10 foram disponibilizados brinquedos infláveis e atividades lúdicas para celebrar o Dia das Crianças. Essa ação contou ainda com a discotecagem da DJ Donna. Teve brincadeiras como guerra de cotonetes, escorregador inflável, mesa de pebolim, e barraquinhas de pipoca, mini-cachorro-quente e algodão doce. Houve um baile de carnaval na instituição no dia 04/02 com DJ Donna nas pick-ups; o baile teve músicas de todos os estilos, mas principalmente Black Music, sua especialidade;

- Mossoró Dayo – evento da ancestralidade através da corporeidade, o grupo cultural Obará realizou uma nova temporada com o espetáculo que apresenta dança, teatro, cantos em iorubá e a música para falar das condições atuais da população negra e da cultura afro-brasileira. O espetáculo aconteceu nos dias 22 e 23/11 no teatro Ulysses Guimarães - UNIP (Asa Sul);

- Educarte, Roda de Cultura e Cidadania - promoveu acesso às fontes de cultura a 120 crianças, de 06 a 12 anos, de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social de São Sebastião-DF. Aconteceram oficinas de: artesanato; desenho e pintura; literatura e contação de histórias; rodas de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal como forma de integração sociocultural entre os participantes e as famílias, a comunidade: 02 “saraus culturais” com a participação de artistas locais de distintas expressões culturais, estimulando a produção, valorização e difusão da cultura local de forma a possibilitar a fruição, o intercâmbio, a troca de saberes e a continuidade das tradições. O projeto durou 07(sete) meses;

- Grito de Liberdade - O espetáculo “Quilombos da Liberdade” passou por escolas públicas do DF promovendo manifestações culturais afro-brasileiras como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens. Houve oficinas práticas de capoeira; palestras sobre metodologias de aplicação e fundamentos; rodas de conversa; fóruns culturais, dentre outras atividades visando a preservação e popularização da cultura afro-brasileira nos níveis básico, fundamental e médio. Aconteceu entre abril e outubro em escolas dos Riachos Fundos I e II, Gama, Núcleo Bandeirante, da Ceilândia, Asa Sul e do Recanto das Emas. Na 5ª edição visou facilitar o acesso e valorizar a arte através de identificação com a cultura brasileira;

- Dia da Consciência Negra - no dia 20 de novembro, Ellen Oléria convidou Lazzo Matumbi e Paula Lima para uma apresentação histórica na Praça dos Orixás - Prainha, numa noite de valorização e promoção da cultura afro-brasileira;

- Duas Asas – Fase 1 – chamamento público, objetivou a seleção de artistas com vistas à prestação de serviços coordenador pedagógico, oficineiro, oficineiro assistente e grupos/artistas para realização das atividades previstas na primeira fase, realizada a partir de 03/11/2016 onde selecionarão 01 educador cultural, 01 oficineiro, 01 assistente e 01 artista.

- Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi – celebrando o 41º aniversário da independência da República de Angola, comemorado no dia 11/11. Promoção em parceria com a Embaixada da Angola, uma apresentação do grupo de ballet, o grupo divulga danças folclóricas de Angola: Kudima, Rainha Njinga, Força dos Indígenas, Muxiki, Chianda, Xinguilamento e Semba. Apresentaram acrobacias e números que incluem pirotecnia, tradicionais na cultura do país. O espetáculo foi no dia 09/11, na sala Plínio Marcos da Funarte.

- Seminário de Acessibilidade para Produtores - Voltado para produtores de atividades culturais do DF, objetivou apresentar as normas de acessibilidade aplicadas à cultura, explicar a Lei Brasileira de Inclusão e o seu impacto nas produções culturais do DF, bem como oferecer um panorama a respeito de acessibilidade cultural, arte inclusiva e assuntos relacionados. Aconteceu no dia 02 de março no Museu Nacional da República. O objetivo foi alcançado com êxito nas atividades propostas.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
005 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL: Promover a eficácia dos serviços públicos de cultura, por meio da modernização da gestão cultural e de políticas permanentes de valorização dos servidores públicos, bem como dos serviços prestados diretamente à população, com foco na avaliação de resultados e no fortalecimento das políticas do setor cultural sob a ótica de Estado e na inclusão de cultura como base essencial para o desenvolvimento pleno da Capital brasileira.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6219	5	1	Implementação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais SIIC-DF [2016] - Pesquisa e definição dos dados e indicadores estratégicos para a Cultura e as políticas culturais; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	5	2	Modernização da rede de equipamentos e informação da Secretaria de Cultura, para desenvolvimento e programação de plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	5	3	Realização de Pré-Conferências Regionais em 5 macrorregiões do Distrito Federal [2016]; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	5	4	Lançamento da plataforma SIIC DF [2017] - caravana de cadastramento dos agentes, equipamentos culturais e ações culturais continuadas no SIIC DF; Articulação de	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			Rede de Informações, Dados e Indicadores Culturais do Distrito Federal para continuidade de pesquisa e produção de material passível de ser substrato dos planejamentos em gestão estratégica e políticas culturais do Distrito Federal; (SECULT)										
6219	5	5	Realização da V Conferência Distrital de Cultura [2017]; (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	5	6	Participação na IV Conferência Nacional de Cultura [2017]; (SECULT) e	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6219	5	7	Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para avaliação das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal durante a gestão [2018]. (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	

Análise Qualitativa

1. **Implementação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais SIIC-DF [2016] - Pesquisa e definição dos dados e indicadores estratégicos para a Cultura e as políticas culturais; (SECULT)**

Não houve realização pela grande demanda de atividades.

2. **Modernização da rede de equipamentos e informação da Secretaria de Cultura, para desenvolvimento e programação de plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil; (SECULT)**

O projeto de modernização da rede de informática encontra-se em andamento, ainda não concluído.

3. **Realização de Pré-Conferências Regionais em 5 macrorregiões do Distrito Federal [2016]; (SECULT)**

Não houve realização.

4. **Lançamento da plataforma SIIC DF [2017] - caravana de cadastramento dos agentes, equipamentos culturais e ações culturais continuadas no SIIC DF; Articulação de Rede de Informações, Dados e Indicadores Culturais do Distrito Federal para continuidade de pesquisa e produção de material passível de ser substrato dos planejamentos em gestão estratégica e políticas culturais do Distrito Federal; (SECULT)**

Projetos em andamento para ampliar a realização englobando o máximo de ações, daí o motivo pelo qual não houve realização. Objetivo não alcançado.

5. **Realização da V Conferência Distrital de Cultura [2017]; (SECULT)**

Projeto em aprimoramento para realização; motivo pelo qual não houve realização. Objetivo não alcançado.

6. **Participação na IV Conferência Nacional de Cultura [2017]; (SECULT) e**

Projeto em estudo para ampliar a participação da Secretaria de Estado de Cultura em eventos de âmbito nacional levando a cultura do DF a outros estados. Objetivo não alcançado.

7. Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para avaliação das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal durante a gestão [2018]. (SECULT)

Em 2016, aconteceram reuniões mensais sobre Diálogos Culturais, ocasião em que Gerentes de Cultura disponibilizaram apoio presencial e virtual aos gerentes de cultura na inserção dos dados na plataforma, cumprindo-se as metas do Plano de Cultura do Distrito Federal, em 10%, em parceria com a CODEPLAN.

INDICADORES DE DESEMPENHO

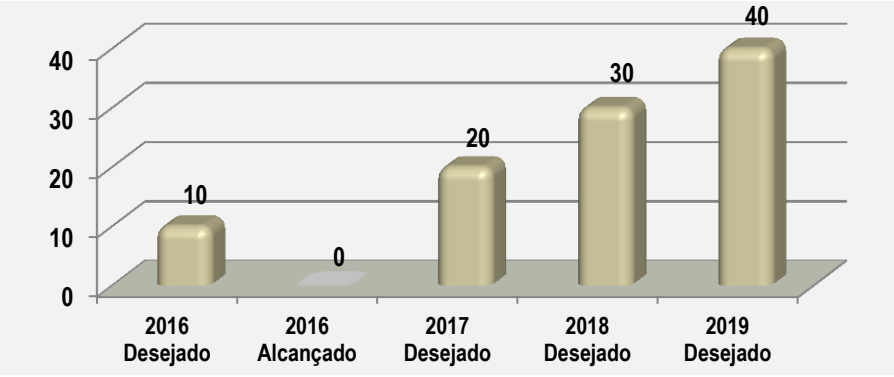
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1574	CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	%			ANUAL	10	0	20	30	40	SECULT/ CODEPLAN / UO 16101 /OE 5
1575	IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA	UNIDADE	10	31/jul/15	ANUAL	20	0	24	28	31	SECULT; SAD REL INST SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 16101 / OE 5

Justificativas 2016

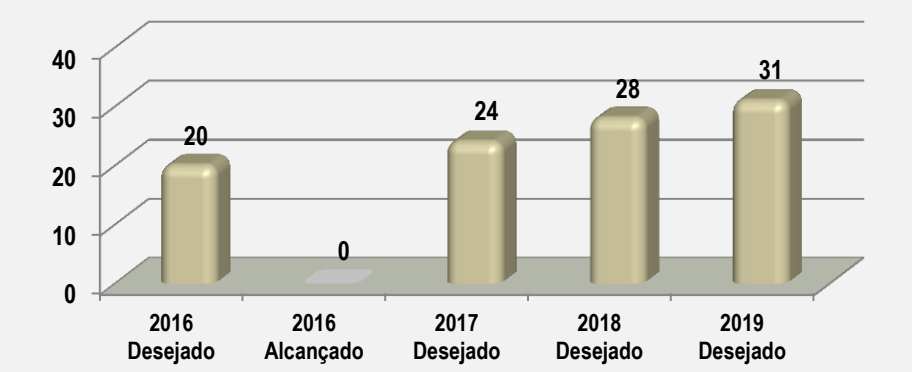
Indicador 1574 - Plano de Cultura: objetivo não alcançado. Projeto em andamento.

Indicador 1575 - Implementação Conselhos de Cultura Regionais: objetivo não alcançado. Projeto em andamento.

CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL



IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	5	1	Parcerias com os órgãos CODEPLAN, IBGE, IPEA, OBCULT, OBEC, MINC, SERIS, SEE, Administrações Regionais, bem como instituições da sociedade civil voltadas para plataformas para políticas e indicadores culturais; (SECULT)	16101	0	-
6219	5	2	Finalização da proposta de Lei Geral da Cultura e encaminhamento para aprovação da Câmara Legislativa [2016]; (SECULT)	16101	100	Implementação do LOC – Lei Orgânica da Cultura que institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural".
6219	5	3	Elaboração de planejamento estratégico para implementação das metas do Plano [2016]; (SECULT)	16101	0	-
6219	5	4	Revisão do planejamento estratégico de implementação do Plano a partir dos anais publicados [2019]. (SECULT)	16101	0	-

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Tem sido realizado diálogo com entidades do sistema interessadas em contribuir para o desenvolvimento do Plano de Cultura do Distrito Federal e está sendo desenvolvida tratativas para que o sistema apoie a realização das adequações necessárias ao fracionamento da obra. Foi aprovado o projeto executivo de arquitetura e complementares junto à Central de Aprovação de Projetos da SEGETH e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e desenvolvidos termos de referência para a adequação do projeto de forma a permitir sua execução por etapas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.

PROGRAMA TÉMATICO:
6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

OBJETIVO GERAL:
Garantir à sociedade brasiliense o acesso à prática esportiva educacional, de participação, de rendimento e lazer, com vistas na promoção de vida saudável, redução das desigualdades sociais e democratização do acesso às atividades esportivas e de lazer.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 04 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL
001 – ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E LAZER: Promover e desenvolver a prática de atividade física em busca de uma vida saudável por meio do Esporte de Participação e Lazer em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, por meio de ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas de lazer, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos.
002 – ESPORTE EDUCACIONAL: Ampliar as ações voltadas ao Esporte Educacional por meio do desenvolvimento e o incentivo à qualificação profissional, provimento de equipamentos (escolas, centros esportivos, Centros Olímpicos e Paraolímpicos e áreas esportivas das Regiões Administrativas), acessibilidade, serviço e recurso às pessoas com deficiência, bem como, realização de eventos esportivos educacionais**.**
003 – ESPORTE DE RENDIMENTO: Potencializar, ampliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal de Esporte de Rendimento por meio da qualificação profissional, maior participação de atletas em competições, provendo de equipamentos de treino e competição, fortalecendo a relação dos atores esportivos e sociedade, escolas, universidades, instituições de administração do esporte e empresas, incentivando a realização de estudo, pesquisa e oferendo suporte multiprofissional.
004 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER: Qualificar e capacitar a comunidade esportiva, promover estudo e pesquisa com vistas a contribuir para o desenvolvimento esportivo e paraesportivo. Implantar nas Regiões Administrativas, estrutura para o desenvolvimento do esporte e lazer, com acessibilidade, permitindo, dessa forma, a plena participação social, com qualidade e segurança.

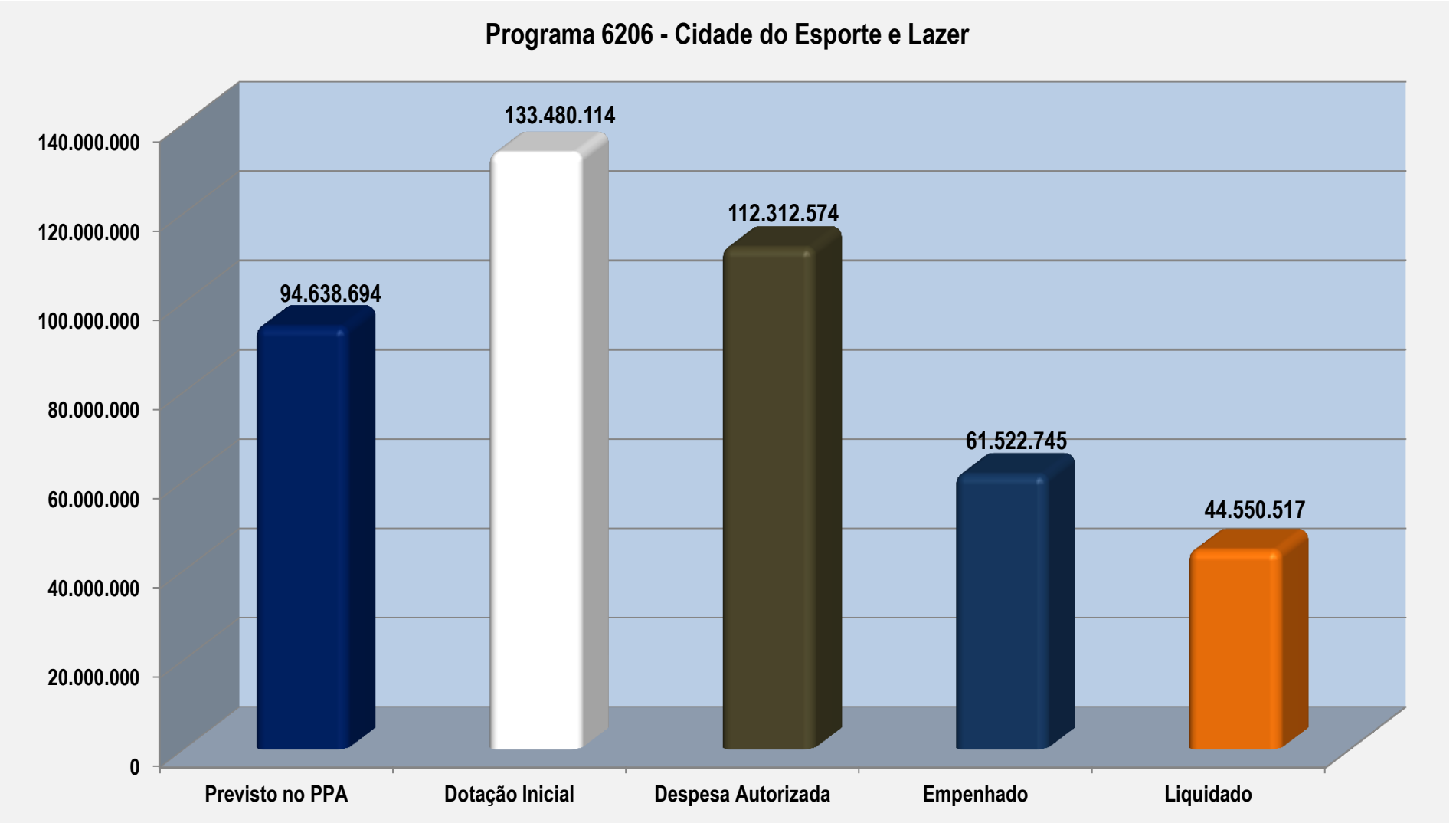
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER							
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	300.000	300.000	0	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	2.380.444	14.660.444	5.324.896	2.036.370	0	86	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.800.222	4.030.222	1.983.080	906.014	854.889	19	18
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.500.000	4.500.000	4.500.000		199.388	0	4
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.421.000	2.421.000	101.000	0	0	0	0
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2.220.000	6.320.000	5.366.999	1.513.778	1.283.693	68	58
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	1.950.000	0	0	0	0!	0!
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	3.266.393	3.266.393	3.760.764	2.817.783	2.707.453	86	83
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	100.000	100.000	0	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000	0	0	0	0	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	687.049	687.049	3.513.860	2.487.246	2.090.003	362	304
2875 - (EP)PROJETO BOLEIROS	500.000	0	0	0	0	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	5.282.000	5.282.000	4.818.000	0	0	0	0
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	600.000	1.500.000	932	0	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	237.000	1.647.000	5.776	0	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000	100.000	100.000	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	100.000	100.000	0	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1.070.222	5.930.222	1.267.467	965.779	189.087	90	18
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	5.000.000	5.000.000	16.244	0	0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	1.192.722	3.742.722	2.681.862	1.050.000	987.557	88	83
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	962.029	2.962.029	450.733	351.631	325.622	37	34
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	905.222	3.435.222	6.035.411	1.237.477	485.826	137	54
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	30.932.887	30.932.887	33.260.288	33.250.302	28.609.065	107	92
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	93.437	93.437	60.732	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4090 - APOIO A EVENTOS	1.715.000	7.665.000	6.369.541	2.404.194	1.681.456	140	98
4091 - APOIO A PROJETOS	4.340.000	7.071.420	3.423.804	710.617	710.617	16	16
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.335.000	2.335.000	2.480.694	2.478.233	2.171.969	106	93
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	100.000	100.000	82.500	0	0	0	0
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	10.000	10.000	10.000	8.803	8.803	88	88
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	1.095.000	345.000	483	0	0	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	13.200.444	13.200.444	17.221.115	0	0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	2.062.456	1.962.456	7.711.333	7.614.565	573.035	369	28
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	1.830.167	1.830.167	1.765.060	1.689.953	1.672.054	92	91
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**90.038.694**	**128.880.114**	**107.712.574**	**61.522.745**	**44.351.129**	**68**	**49**
Orçamento de Investimento das Estatais	**4.600.000**	**4.600.000**	**4.600.000**	**0**	**199.388**	**0**	**4**
TOTAL DO PROGRAMA 6206	**94.638.694**	**133.480.114**	**112.312.574**	**61.522.745**	**44.550.517**	**65**	**47**

Obs[1]: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (22.101 – SINESP ; 22.201 – NOVACAP; 28.106; 34.101 – SETUL e 34.902 – FAE).

Obs[2]: No valor empenhado não consta o orçamento de investimento das estatais.


Programa 6206 - Cidade do Esporte e Lazer
140.000.000
120.000.000
100.000.000
80.000.000
60.000.000
40.000.000
20.000.000
0
94.638.694
133.480.114
112.312.574
61.522.745
44.550.517
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E LAZER: Promover e desenvolver a prática de atividade física em busca de uma vida saudável por meio do Esporte de Participação e Lazer em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, por meio de ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas de lazer, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6206	1	1	Realizar 40 etapas do Circuito de Lazer; (SETUL)	34101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6206	1	2	Realizar 40 etapas do Circuito de Corridas/Ciclismo; (SETUL)	34101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	6	-	-	-	6	
6206	1	3	Realizar 04 Jogos da Cidade, tornando o Evento parte do Calendário Esportivo da Cidade; (SETUL)	34101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6206	1	4	Ampliar em 20% o número de jogos do Projeto Boleiros; (SETUL)	34101	20	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	
6206	1	5	Implantar o Projeto de Esporte de Vizinhança em 20 escolas; (SETUL)	34101	20	UNID	MAIOR, MELHOR	9	-	-	-	9	
6206	1	6	Realizar 36 Etapas do Projeto Atividades Física Orientada; (SETUL)	34101	36	UNID	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	

Análise Qualitativa

1. Realizar 40 etapas do Circuito de Lazer; (SETUL)

Diante da importância de ampliar o número de projetos e eventos esportivos no Distrito Federal e, assim melhorar a qualidade de vida e do bem-estar dos participante, bem como incentivar a prática regular de atividades físicas, a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, promoveu o Projeto Circuito de Lazer, voltado ao Esporte de Participação, nos espaços públicos do Distrito Federal, explorando locais de maior concentração popular, visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas Regiões Administrativas. Em 2016 foram realizadas 10 etapas do Projeto, durante os circuitos são realizadas atividades voltadas para criança, adolescente, adulto, idosos e pessoas com deficiência, as atividades são desenvolvidas de acordo com o perfil cada Região e local disponibilizado. Outra forma de explorar os espaços públicos foi o apoio ao programa “Brasília nos Parques” realizado em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente.

2. Realizar 40 etapas do Circuito de Corridas/Ciclismo; (SETUL)

O projeto Circuito de Corridas e Ciclismo é realizado pela Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer com apoio aos diversos Órgãos do Governo de Brasília. Todas as etapas são programadas e contam com a participação, também, de idosos e pessoas com deficiência. As atividades são realizadas de acordo com o calendário de temas transversais e eventos importantes para o DF. O objetivo da parceria com outros Órgãos do Governo de Brasília é realizar de forma transversal temas e datas importantes para a cidade, como por exemplo, "outubro rosa", "novembro azul" dentre outras campanhas de conscientização da população. O circuito de corridas de rua tem o intuito de estimular a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de uma vida saudável, assim como o exercício da cidadania, realizados como dito, com enfoque em cada temática abordada. As principais corridas de rua no DF são realizadas no Plano Piloto. Em 2016 foram realizadas 05 etapas do Circuito de Corridas: primeira etapa em 31/01/2016 com a Corrida de Reis, que contou com 8.000 inscritos; a segunda em 19/03/2016, realizada no parque da cidade, cujo tema foi "Corrida da Paz", a qual contou com 1.000 inscritos; a terceira etapa foi realizada no dia 15/05/2016, no Eixão Norte, obteve 1.000 inscritos e o tema foi 2ª Corrida do Gari; e a quarta e quinta etapas foram realizadas no dia 29/05/2016, com o tema "Corrida Tiradentes pela Cidadania", e alcançou 2.000 inscritos. No exercício de 2016 foi realizada uma etapa do circuito de ciclismo no dia 06 de novembro com a participação de 500 atletas.

3. Realizar 04 Jogos da Cidade, tornando o Evento parte do Calendário Esportivo da Cidade; (SETUL)

Os Jogos Abertos de Brasília tem como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. Participaram das competições atletas e paratletas, com idade acima de 16 anos, representando as Regiões Administrativas. As modalidades dos Jogos são: atletismo, judô, natação, basquetebol, handebol, tênis de mesa, futsal e voleibol nas categorias feminino e masculino, as modalidades adaptadas são: tênis de mesa, atletismo e natação. Realizado em novembro de 2016, a 2ª edição dos Jogos, ocorreu no período de 19 novembro a 04 de dezembro de 2016. Participaram das competições 3.200 atletas sendo que 197 são paratletas, representando 20 regiões administrativas.

4. Ampliar em 20% o número de jogos do Projeto Boleiros; (SETUL)

O Projeto Boleiros tem como finalidade fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte amador, praticado em qualquer região administrativa do Distrito Federal. O apoio é concedido a entidades sem fins lucrativos (ligas ou associações) por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula). A partir de 2017 será realizado atendimento a pessoas com deficiência, pois a modalidades paraolímpica foi incluída na Lei nº 5.649, de 31 de março 2016. Em 2016, foram realizados 10.081 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 100.081 mil pessoas, comtemplando 27 regiões administrativas.

5. Implantar o Projeto de Esporte de Vizinhança em 20 escolas; (SETUL)

O Projeto "Esporte de Vizinhança" é um projeto transversal ao Projeto "Escola Compartilhada" da Secretaria de Educação do DF. O objetivo é abrir as unidades de ensino aos sábados e oferecer diversos serviços públicos à comunidade local. Em parceria com a Secretaria de educação a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, proporcionou aos participantes do programa atividades em 5 escolas: CED 01 e CEF 02 da Estrutural, CEF 18 Ceilândia, CEM 02 Planaltina e Escola Classe do Varjão, totalizando 9 ações e beneficiando um público estimado de 1.780 participantes.

6. Realizar 36 Etapas do Projeto Atividades Física Orientada; (SETUL)

Os Circuitos de Atividade Orientada foram realizados em conjunto com os 10 Circuitos de Lazer.

INDICADORES DE DESEMPENHO

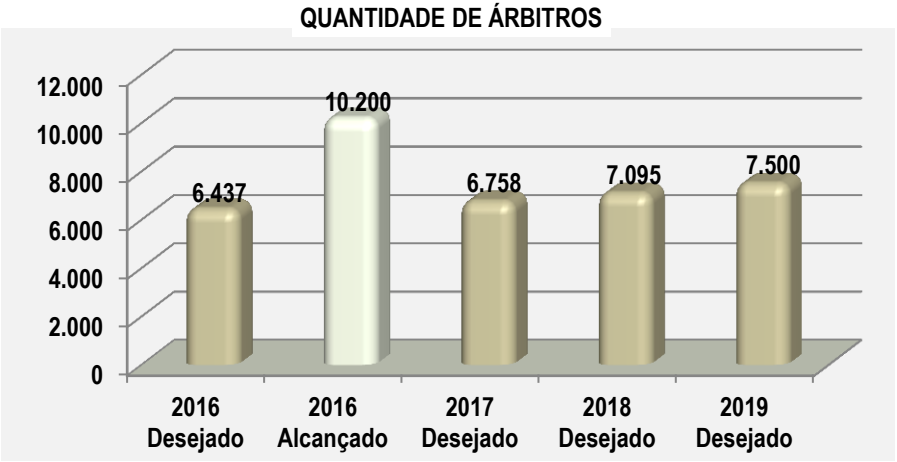
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1528	QUANTIDADE DE ÁRBITROS	UNIDADE	6.131	31/dez/14	ANUAL	6.437	10.200	6.758	7.095	7.500	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 1
1529	ESCOLAS ATENDIDAS	UNIDADE			ANUAL	5	9	3	8	4	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 1
1530	CURSOS REALIZADOS	UNIDADE			ANUAL	9	0	9	9	9	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1528 - Através dos Programas Boleiros, de Março a dezembro de 2016, foram gerados 10.200 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 102.000 pessoas, comtemplando 27 regiões administrativas.

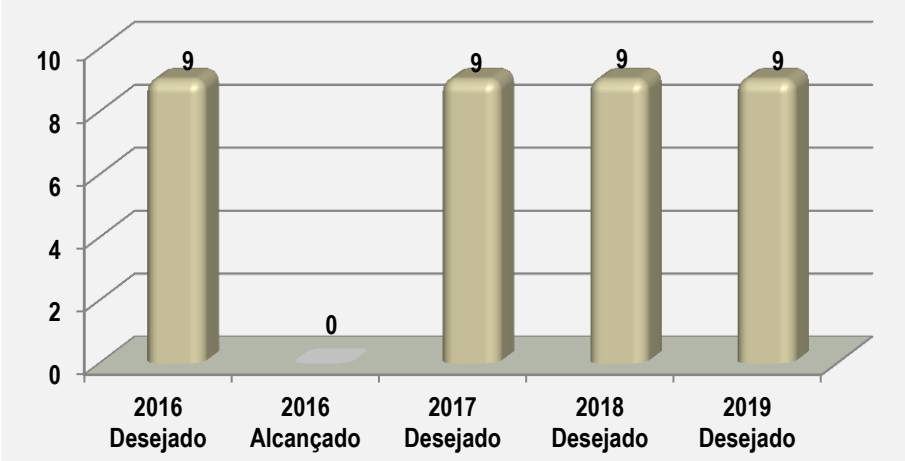
Indicador 1529 - O programa escolas atendidas e uma ação da secretaria de educação em parceria come outros órgãos do governo e sociedade civil. O objetivo é abrir as unidades de ensino aos sábados e oferecer diversos serviços públicos à comunidade local, de março a dezembro de 2016, foram realizadas 9 ações do programa Escola Compartilhada da Secretaria de Educação sendo contempladas 5 escolas atendendo um público de 1.780 pessoas.

Indicador 1530 - Não foram realizadas ações para esse indicador, a Setul esta aguardando a revisão para retirar esse indicador do PPA 2016 - 2019.





CURSOS REALIZADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	1	1	Realizar parcerias com as Regiões Administrativas, Parques e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	25	A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, participa ativamente do Plano de Governo do Distrito Federal em diversos eixos, e contribui com outras políticas públicas potencializando e contribuindo para a eficácia dos serviços prestados às comunidades. No ano de 2016 foram renovadas 25 parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs: - **Secretaria de Estado da Saúde**: Programa Saúde da Família – PSF; Os COPs disponibilizam espaço físico para receber as equipes das unidades de saúde da família de acordo com a necessidade e interesse; - **Secretaria de Estado da Cultura**: Programa Mala do Livro, que amplia as possibilidades de acesso ao livro com a utilização de minibibliotecas para atividades de empréstimo; - **Secretaria de Estado de Educação**:Programa CID – contribuindo para que dentro do interesse e necessidade dos CIDs, disponibiliza espaços nos COPs para que possam ser realizadas as atividades do Programa assim como utilizar também para competições. Programa Escola Integral – Os COPs disponibilizam espaço físico além de profissionais qualificados que lecionam atividades esportivas, visando o atendimento dos alunos das escolas de ensino integral; - **Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude**: com o Programa de Prestação de

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						serviço à comunidade-PSC, semiliberdade contribuindo na recuperação dos adolescentes/jovens que cumprem medidas sócio educativas e possibilitando que a medida seja cumprida nos COPs. - **Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH**: Programa Centro de orientação Socioeducativa-Cose, disponibilizam espaço físico além de profissionais qualificados que lecionam atividades esportivas, que consiste em trabalhar os aspectos biopsicossociais com crianças, jovens e adolescentes nas diversas modalidades esportivas, oferecidas nos COPs, utilizando-se como base o esporte. Para Integrar o Sistema Esportivo do Distrito Federal, a SETUL, vem mantendo o diálogo com outras Secretarias para o desenvolvimento apoio e realização de eventos esportivos e Lazer visando maior integração e manifestação social ao esporte através de projetos esportivos. - **Secretaria de Meio Ambiente** – Brasília nos Parques.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e lazer, entendendo a importância do lazer e das práticas da atividade física como fator de integração social, em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, tem como o objetivo promover diversas ações que proporcionem a integração e o bem estar da comunidade, através da prática esportiva, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos. Assim à SETUL realizou diversas ações no sentido de apoiar eventos voltados ao lazer, como por exemplo:

a) Circuito do lazer, trata-se de uma ação que visa o livre acesso à prática de atividades esportivas e de lazer explorando os espaços públicos de maior concentração popular visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas Regiões Administrativas.

b) Circuito de corridas/ciclismo, oportunizou a comunidade a participação de corrida de rua e circuito de ciclismo sem custo. As corridas foram realizadas de acordo com o calendário de temas transversais e eventos importantes para o DF.

c) Jogos da Cidade, a 2ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte.

d) Programa Boleiro, disponibilização de serviços de arbitragem.

e) Projeto Esporte de Vizinhança – Uma ação em parceria com a Secretaria de Educação que utilizou escolas públicas nos finais de semana, possibilitando à comunidade local atividades físicas e de lazer.

Com essas ações a SETUL, também, teve a preocupação em aumentar a participação de crianças e adolescentes e pessoas com deficiência na prática esportiva, e para isso foi realizado junto às Regiões Administrativas, diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer, que apresentou praças de esporte e lazer sem manutenção; equipamentos quebrados e não adequados às pessoas com deficiência e ausência de projetos que estimulem a prática do esporte e lazer.

Deste modo, a SETUL entende que para aumentar a participação da população em atividades esportivas é necessário, além da manutenção dos espaços já existentes, ampliar a oferta de espaços e instalações adequadas para a prática de atividades físicas na cidade.

Vale destacar que a SETUL participa ativamente do Plano de Governo do Distrito Federal em diversos eixos, e contribui com outras políticas públicas potencializando e contribuindo para a eficácia dos serviços prestados às comunidades e Para o desenvolvimento, apoio e realização de eventos esportivos e Lazer a Secretaria vem mantendo o diálogo com outras Secretarias. No ano de 2016 foram renovadas as parcerias, realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs, com a Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família;

Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro; Secretaria de Estado de Educação: Programa CID e Programa Escola Integral; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de serviço à comunidade-PSC; e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de Orientação Socioeducativa-Cose.

Ao longo de 2016 a SETUL encontrou dificuldades para execução de algumas ações, especificamente quanto à readequação dos processos, fazendo necessária à redução de contratos e convênios, o que interferiu na execução de algumas ações planejadas.

A perspectiva para o exercício 2017 é aumentar nas comunidades ações de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, e pessoas com deficiência de forma a explorar os espaços de maior concentração popular, desenvolvendo a prática de atividade física.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – ESPORTE EDUCACIONAL: Ampliar as ações voltadas ao Esporte Educacional por meio do desenvolvimento e o incentivo à qualificação profissional, provimento de equipamentos (escolas, centros esportivos, Centros Olímpicos e Paraolímpicos e áreas esportivas das Regiões Administrativas), acessibilidade, serviço e recurso às pessoas com deficiência, bem como, realização de eventos esportivos educacionais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6206	2	1	Realizar 40 etapas do Projeto Esporte nas Férias; (SETUL)	34101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6206	2	2	Manter as atividades esportivas da Escola de Esporte da SEL; (SETUL)	34101	100	%	MANTER	100	-	-	-	100	
6206	2	3	Atender 02 Unidades de Acolhimento Sócio Educativos; (SETUL)	34101	2	UNID	MAIOR, MELHOR	7	-	-	-	7	
6206	2	4	Certificar 600 crianças no Projeto Ensinando a Nadar da Princesa de Mônaco; (SETUL)	34101	600	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6206	2	5	Realizar 11 cursos de esporte e lazer para jovens líderes no Projeto Pacto pela Vida; (SETUL)	34101	11	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-		0	

Análise Qualitativa

1. Realizar 40 etapas do Projeto Esporte nas Férias; (SETUL)

O Projeto Esporte nas férias tem como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo (crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos) matriculados ou não nos COPs. O Projeto é voltado ao Esporte Educacional e Participação, que visa ampliar as ações no período de férias e recessos escolares de acordo com o calendário anual da rede pública de ensino do DF, por meio de ações dinâmicas de promoção de atividades esportivas e paraesportivas com eixos temáticos educacionais nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. Em 2016, foi realizado o Projeto piloto nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos no período de recesso escolar do dia 1° ao dia 12 de agosto.

2. Manter as atividades esportivas da Escola de Esporte da SEL; (SETUL)

As aulas nas Escolas de Esporte foram ministradas nos espaços esportivos da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, possibilitando à comunidade aprender modalidades esportivas, incentivando a prática esportiva entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, integrando o adulto, o idoso e as pessoas com deficiência em programas que estimulem um hábito de vida saudável e formar equipes esportivas que possam revelar talentos para o cenário esportivo. As matrículas são abertas a toda comunidade do DF. Em 2016 foram mantidas as 12 Escolas de Esporte da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do DF.

3. Atender 02 Unidades de Acolhimento Sócio Educativos; (SETUL)

A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, realiza o Projeto "Esporte nas Férias" com intuito de contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e proporcionar momentos de lazer e diversão. O projeto é realizado no período de férias nas sete Unidades de Internação com orientação de atividades esportivas aos jovens de 12 a 17 anos e com a realização de torneios esportivos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, Supervisionados pelos professores de educação física das unidades. A ação realizada em 2016 aconteceu de 11/01/2016 a 29/01/2016 nas 07 unidades de Internação do DF e atendendo aproximadamente 850 internos, objetivando que esses jovens não fiquem ociosos nas férias, visto que, de acordo com a Secretaria da Criança, no período de férias e recesso escolar os socioeducandos, acredita-se que em face da ociosidade, costuma aumentar o índice de suicídio nas Unidades de Internação.

4. Certificar 600 crianças no Projeto Ensinando a Nadar da Princesa de Mônaco; (SETUL)

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive a SETUL irá propor na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

5. Realizar 11 cursos de esporte e lazer para jovens líderes no Projeto Pacto pela Vida; (SETUL)

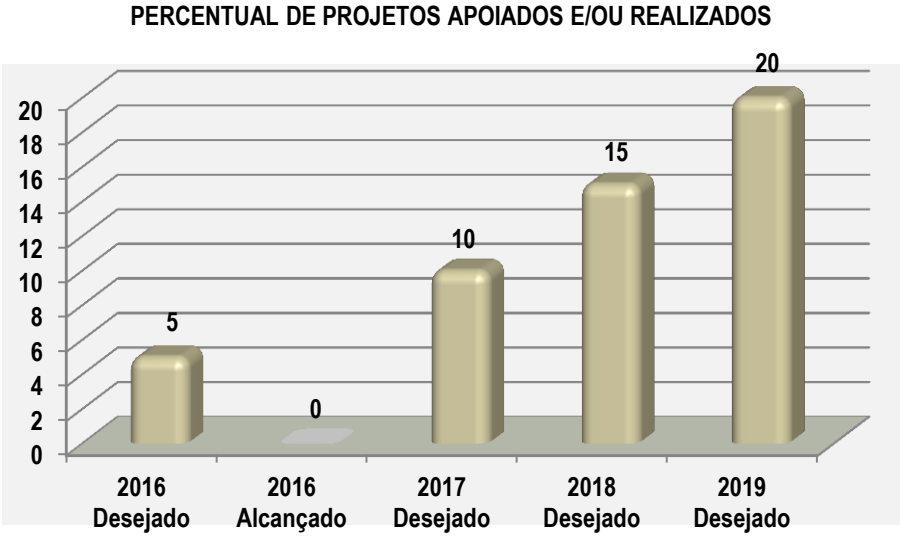
Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive a SETUL irá propor na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1531	PERCENTUAL DE PROJETOS APOIADOS E/OU REALIZADOS	%			ANUAL	5	0	10	15	20	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1531 - As ações voltadas ao esporte educacional foram realizadas no período de 01 a 12 de agosto de 2016 nos 11 Centros Olímpicos e Paraolímpicos do DF. O Projeto Esporte nas férias teve como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo 43.110 (crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos) matriculados ou não nos COPs.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	2	1	Realizar parcerias com as Regiões Administrativas, Banco Internacional de Desenvolvimento BID e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	20	A SETUL prioriza ações de ocupação de espaços públicos esportivos com programas e projetos desenvolvidos pela SETUL ou em parceria com entidades do Governo do Distrito Federal (Administração Direta, Autarquias, Fundações); Entidades do Poder Judiciário (Vara da Infância, Adolescente e Juventude, Tribunais, Conselhos, Promotoria) e Entidades Privadas (Federações, Associações, Clubes, Confederações) outros órgãos e entidades da sociedade civil, com objetivo de ampliar as ações comunitárias e suporte aos Programas do Governo do Distrito Federal. No ano de 2016 foram renovadas as parcerias realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos - COPs, com a Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família; Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro; Secretaria de Estado de Educação: Programa CID e Programa Escola Integral; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de serviço à comunidade-PSC; e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de orientação Socioeducativa-Cose.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

É inegável que a prática esportiva vem estimulando e transformando a vida de muitas crianças, jovens, adultos e idosos e pessoas com deficiência, a superar barreiras e limitações e o crescimento das noções de solidariedade e respeito às diferenças. O esporte, portanto, torna-se essencial para a formação de um cidadão, compreendendo seus direitos e deveres.

Desse modo, os projetos e programas nesse sentido vêm ampliando as ações de desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer, oferecidas às crianças e adolescentes das Unidades de Internação, no período de férias escolares, diferente das antigas colônias de férias.

Nesse sentido, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito do "Programa Esporte Acesso de Todos", com a realização de torneios esportivos voltados a esse público, com a atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, realizada no período de férias nas sete Unidades de Internação. Trata-se de uma parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que em seu quarto ano de realização beneficia jovens que cumprem medidas sócias educativas.

A SETUL priorizou ações de ocupação de espaços públicos esportivos com programas e projetos desenvolvidos em parceria com outros órgãos e entidades da sociedade civil. Seguindo estratégia de apresentar a prática esportiva como forma de inclusão social, de socialização, de respeito e de melhoria da qualidade de vida, associada a atividades continuadas com a implementação de programas e projetos.

Dentre as ações não orçamentarias, as ações que esta Secretaria teve dificuldade em executar pode-se citar a realização de capacitações nos segmentos esportivos e orientação aos gestores. Uma das dificuldades encontradas neste exercício está relacionada à falta de manutenção nas escolas de esporte, recursos financeiros e a diminuição no quadro de servidores.

Assim, a perspectiva para o exercício 2017 é aumentar o atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, e pessoas com deficiência, por meio das escolas de esportes, oportunizando além das atividades esportivas, outras ações de intercâmbios com atividades culturais e sociais, bem como, gerenciar atos que possam promover a manifestação relativa à diversidade, meio-ambiente, atividade física, qualidade de vida, sempre contando com a participação da equipe profissional dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de outras Secretarias e ou entidades, em benefício da comunidade em geral.

Também em 2017, pretende-se continuar com a parceria da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, por meio do projeto "acesso de todos" visando atender os internos das unidades de internação e ampliar para duas ações por exercício o projeto esporte nas férias.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – ESPORTE DE RENDIMENTO: Potencializar, ampliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal de Esporte de Rendimento por meio da qualificação profissional, maior participação de atletas em competições, provendo de equipamentos de treino e competição, fortalecendo a relação dos atores esportivos e sociedade, escolas, universidades, instituições de administração do esporte e empresas, incentivando a realização de estudo, pesquisa e oferendo suporte multiprofissional.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6206	3	1	Apoiar 16.000 atletas/comissão técnica no Projeto Compete Brasília; (SETUL)	34101	16.000	UNID	MAIOR, MELHOR	2.647	-	-	-	2.647	
6206	3	2	Realizar e apoiar 12 Grandes Eventos Esportivos; (SETUL)	34101	12	UNID	MAIOR, MELHOR	13	-	-	-	13	
6206	3	3	Apoiar 160 atletas no Projeto Atleta da Casa; (SETUL)	34101	160	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6206	3	4	Apoiar 1.279 atletas no Projeto Bolsa Atleta (Olímpico e Paralimpico); (SETUL)	34101	1.279	UNID	MAIOR, MELHOR	2.205	-	-	-	2.205	
6206	3	5	Premiar 400 atletas/dirigentes no Prêmio Brasília Esporte. (SETUL)	34101	400	UNID	MAIOR, MELHOR	49	-	-	-	49	

Análise Qualitativa

1. Apoiar 16.000 atletas/comissão técnica no Projeto Compete Brasília; (SETUL)

O projeto compete Brasília tem o objetivo de incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais). O apoio é dado por meio de concessão de passagens aéreas ou terrestres e em caso de equipes por aluguel de ônibus ou micro-ônibus. Em 2016 foram apoiados 2.647 atletas. A execução do projeto depende da demanda dos atletas e da disponibilidade orçamentária.

2. Realizar e apoiar 12 Grandes Eventos Esportivos; (SETUL)

A SETUL realizou no ano de 2016, 15 eventos esportivos de grande porte, proporcionando à comunidade do Distrito Federal a oportunidade de participar dos "Megas eventos esportivos". Corrida de Reis; Revezamento da Tocha Olímpica; 10 Jogos de Futebol dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Revezamento da Tocha Paralímpica e finais da Superliga de vôlei masculino e feminino. As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na capital federal em três de maio com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos. Além do revezamento da tocha, a capital federal recebeu dez jogos do torneio de futebol. O Estádio Nacional Mané Garrincha foi palco de sete partidas do torneio masculino, incluindo os dois primeiros confrontos da seleção brasileira, e três do feminino. Assim, como a passagem da tocha olímpica em maio, Brasília recebeu em setembro o revezamento da tocha Paralímpica.

3. Apoiar 160 atletas no Projeto Atleta da Casa; (SETUL)

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive, a SETUL irá propor na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

4. Apoiar 1.279 atletas no Projeto Bolsa Atleta (Olímpico e Paralimpico); (SETUL)

O Programa Bolsa Atleta foi criado pela Lei nº 2.402, de 15/01/1999, com o intuito de garantir recursos para a manutenção pessoal dos atletas em plena atividade esportiva. Ao mesmo tempo, o programa busca dar condições necessárias para que os atletas possam dedicar-se ao treinamento esportivo e participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. Atualmente, o programa não atende à demanda de atletas de rendimento e nem à demanda das modalidades no DF, que hoje beneficia 120 atletas e 95 paratletas mensalmente em 19 modalidades paralímpicas e 17 olímpicas.

5. Premiar 400 atletas/dirigentes no Prêmio Brasília Esporte. (SETUL)

Denominado "Prêmio Esporte Brasília" trata-se de reconhecimento oferecido pelo Governo do Distrito Federal aos esportistas, treinadores e outros segmentos que apoiam e contribuem para o desenvolvimento do Esporte do Distrito Federal. O objetivo do "Prêmio Brasília Esporte" é reconhecer e premiar atletas e paratletas, técnicos, equipes, jornalistas, patrocinadores, árbitros e agentes sociais que se destacaram no esporte em Brasília, por meio de eleição popular e técnica. De 5 a 9 de dezembro de 2016, 8.680 pessoas escolheram o seu esportista preferido em enquete disponível na página eletrônica do evento. O "Prêmio Brasília Esporte" 2016 foi realizado por meio de patrocínio privado, dessa forma, tendo em vista a otimização do recurso e o levantamento realizado em parceria com as federações esportivas, verificou-se que a concessão de 49 premiações atenderia a demanda das modalidades esportivas da cidade.

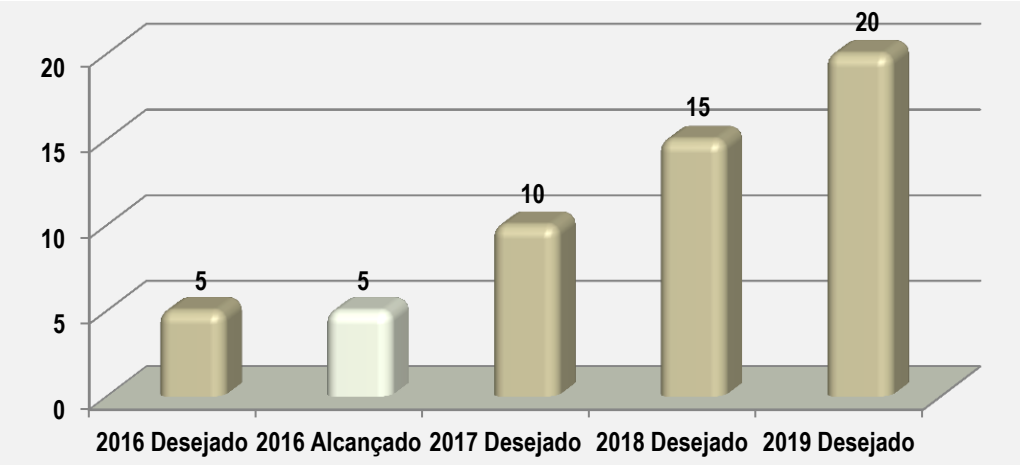
INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1532	PERCENTUAL DE PROJETOS APOIADOS E/OU REALIZADOS	%			ANUAL	5	5	10	15	20	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1532 - Esse índice foi atendido tendo em vista que a Secretaria planejou 13 grandes eventos para o exercício de 2016 e conseguiu cumprir todos eles, como por exemplo, os 10 jogos das Olimpíadas Rio 2016, 2 revezamentos da Tocha Olímpica e a Corrida de Reis.

PERCENTUAL DE PROJETOS APOIADOS E/OU REALIZADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	3	1	Realização de parcerias com as Regiões Administrativas, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações e Federações Esportivas (local, nacional e internacional), Embaixadas, Comitê RIO 2016, Órgãos Federais e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	25	A SETUL tem entre suas competências divulgar as informações de interesse público e contribuir para a construção de uma comunicação pública eficaz, pautada na atuação social e democrática. Dessa forma a SETUL têm interagido com as Regiões Administrativas, apoiando eventos com, por exemplo, aniversario da cidade, corridas entre outros. Além das Regiões administrativas, essa Secretaria interage com professores, treinadores, profissionais do esporte, profissionais das ciências da saúde, acadêmicos e atletas do Distrito Federal envolvido no Sistema Nacional do Desporto (federações, associações, ligas, clubes, academias).

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Objetivando ampliar o acesso ao esporte de rendimento a SETUL vem potencializando e ampliando os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal relativo a essa categoria de esporte. No exercício de 2016, a Secretaria realizou 15 eventos esportivos de grande porte, proporcionando à comunidade do Distrito Federal a oportunidade de participar dos "Megas eventos esportivos". Corrida de Reis; Revezamento da Tocha Olímpica; 10 Jogos de Futebol dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Revezamento da Tocha Paralímpica e as finais da Superliga de Vôlei. As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na Capital Federal em 03/05/2016, com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos.

Outra forma de ampliar o acesso ao esporte de rendimento é a concessão bolsa atleta, que visa garantir recursos para a manutenção pessoal aos atletas em plena atividade esportiva. Atualmente, o Programa não atende à demanda de atletas de rendimento e nem à demanda das modalidades no DF, que hoje beneficia 120 atletas e 95 paratletas mensalmente em 19 modalidades paraolímpicas e 17 olímpicas.

Além da Bolsa atleta a SETUL proporcionou a concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais) através do Programa compete Brasília beneficiando 2.647 atletas.

As dificuldades encontradas foram à execução dos Programas já existentes e a realização de grandes eventos, por exemplo, Corrida de Reis que teve parceria da iniciativa privada. Assim, ficaram prejudicadas, por falta de recursos, a execução de diversas ações previstas, inclusive na proposta orçamentária de 2016, visto ser consideradas relevantes para o incentivo ao esporte e lazer.

A perspectiva da SETUL para o exercício 2017 é continuar mantendo os Centros Olímpicos, visando proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população do Distrito Federal, além de apoiar os atletas do Distrito Federal, tanto no âmbito do desporto amador, como no esporte de alto rendimento nas mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, além de fomentar um aumento no Programa Bolsa Atleta, que é um programa de patrocínio individual de atletas e paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio; aprimorar o programa Compete Brasília.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER: Qualificar e capacitar a comunidade esportiva, promover estudo e pesquisa com vistas a contribuir para o desenvolvimento esportivo e paraesportivo. Implantar nas Regiões Administrativas, estrutura para o desenvolvimento do esporte e lazer, com acessibilidade, permitindo, dessa forma, a plena participação social, com qualidade e segurança.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6206	4	1	Conservar e reformar: 12 centros olímpicos e Paralímpicos; o Complexo Poliesportivo; 47 quadras de esportes nas Regiões Administrativas; 04 campos de areia e 40 campos sintéticos; (SETUL)	34101	104	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6206	4	2	Implantar 10 coberturas em quadras esportivas; (SETUL)	34101	10	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6206	4	3	Construir o ginásio poliesportivo Claudio Coutinho; (SETUL)	34101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6206	4	4	Construir 05 pistas de skate e 04 campos sintéticos; (SETUL)	34101	9	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6206	4	5	Implantar cobertura e aquecimento em 11 piscinas dos centros olímpicos e paraolímpicos; (SETUL)	34101	11	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Conservar e reformar: 12 centros olímpicos e Paralímpicos; o Complexo Poliesportivo; 47 quadras de esportes nas Regiões Administrativas; 04 campos de areia e 40 campos sintéticos; (SETUL)

Em 2016 foram mantidos os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. Quanto à construção e revitalização de espaços e equipamentos esportivos e de lazer a SETUL não tem gerência sobre quadras poliesportivas, campos de areia, campos sintéticos e PECs nas Regiões Administrativas, assim a meta não foi implementada em 2016, inclusive será proposta sua revisão.

2. Implantar 10 coberturas em quadras esportivas; (SETUL)

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL irá propor na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

3. Construir o ginásio poliesportivo Claudio Coutinho; (SETUL)

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL irá propor na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

4. Construir 05 pistas de skate e 04 campos sintéticos; (SETUL)

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL irá propor na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

5. Implantar cobertura e aquecimento em 11 piscinas dos centros olímpicos e paraolímpicos; (SETUL)

A implantação das coberturas e aquecimento das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpicos encontra-se em processo de licitação junto a NOVACAP.

INDICADORES DE DESEMPENHO

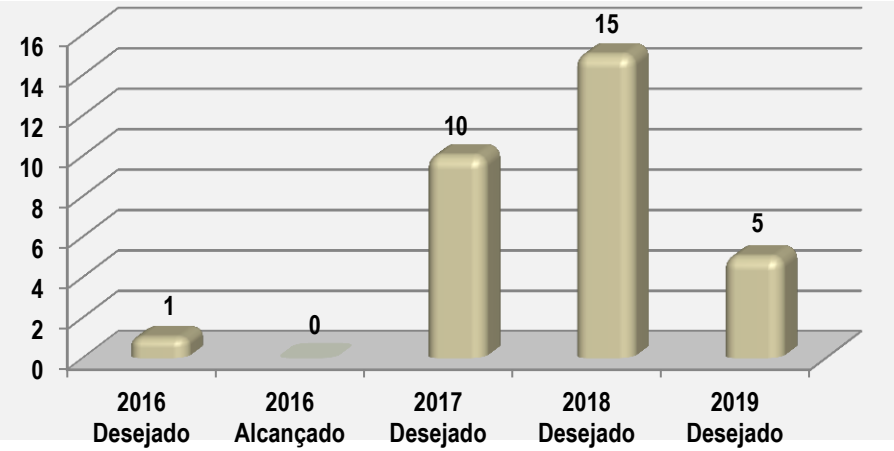
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1535	ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE			ANUAL	01	0	10	15	05	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 4
1536	CURSOS REALIZADOS/APOIADOS	UNIDADE			ANUAL	9	5	9	9	9	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 4

Justificativas 2016

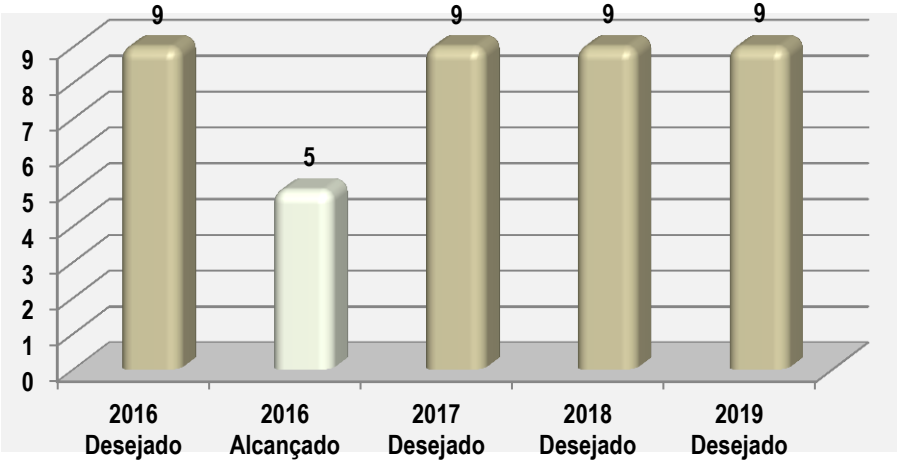
Indicador 1535 - Esse índice ainda não foi alcançado, pois a SETUL tem previsão de receber essa implantação em 2017 com a inauguração do Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina.

Indicador 1536 - A Secretaria conseguiu realizar/apoiar 5 Cursos nos Centros Olímpicos, atendendo um total de 411 pessoas, o que dificultou a obtenção do índice desejado, foi a dificuldade nas parcerias e a falta de orçamento.

ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO



CURSOS REALIZADOS/APOIADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	4	1	Projeto Compartilhar - Realizar a gestão participativa dos espaços esportivos das Regiões Administrativas (Estádios, PECs, Ginásios, Campos Society, estre outros);(SETUL);	34101	0	Para o desenvolvimento do esporte no Distrito Federal e melhoria da qualidade de vida da população é fundamental a garantia da oportunidade do acesso à prática esportiva para as gerações presentes e futuras. Para tanto, faz-se necessário à construção da rede de infraestrutura interligando os próprios da SETUL (Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Ayrton Senna, Estádios...) com espaços esportivos de outras entidades tais como: Administrações Regionais, Secretaria de Educação, Órgãos de Segurança, entre outros.
6206	4	2	Planejar e formalizar parcerias para promover as melhores condições para a pratica do esporte e do lazer (licitações para manutenção, padronizar instrumentos e processos de trabalho, entre outros) (SETUL).	34101	20	Trata-se de um projeto a ser realizado em três níveis: primeiro com os servidores da Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer; depois, por meio de convênios (SEBRAE) e parcerias com Universidade de Brasília, Faculdades Particulares, Secretaria de Educação, Escola de Governo; em seguida convidando profissionais brasileiros e estrangeiros que possam colaborar com a formação esportiva destes servidores e, por fim, expandindo para outros profissionais que atuam nessa área e também a comunidade. No ano de 2016 foram capacitados profissionais do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos em parceria com: UNB (Psicomotricidade), Instituto do Tênis (Tênis), Clube de Golfe de Brasília (Solf Golfe), e CETEFE (Ténis de mesa).

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Governo de Brasília, por meio da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer prioriza a melhoria das infraestruturas já existentes onde são desenvolvidas as atividades dos programas e dos projetos, realizando, quando necessário, reformas e manutenção das instalações esportivas já existentes, salientando a necessidade de gestão dos espaços, é promovendo o uso dessas instalações, além de zelar pelo bom estado de conservação dos mesmos, em especial nos aspectos de localização, acessibilidade e modalidades esportivas oferecidas. Em 2016 foram mantidos os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. No exercício anterior não foram realizadas manutenções nos próprios da SETUL por indisponibilidade orçamentaria, porém há previsão de retomada das manutenções periódicas no próximo exercício, em virtude da assinatura de portaria conjunta com a NOVACAP.

Outra dificuldade encontrada pela SETUL é relativa à construção e revitalização de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, que tratam-se dos equipamentos de responsabilidade das Administrações Regionais, onde a SETUL não tem gerência. Assim, para o desenvolvimento do esporte no Distrito Federal e melhoria da qualidade de vida da população é fundamental a garantia da oportunidade do acesso à prática esportiva para as gerações presentes e futuras. Para tanto, faz-se necessário à construção da rede de infraestrutura interligando os próprios da SETUL (Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Ayrton Senna, Estádios...) com espaços esportivos de outras entidades tais como: Administrações Regionais, Secretaria de Educação, Órgãos de Segurança, entre outros.

Contudo em 2016 foram mantidos os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. Quanto à construção e revitalização de espaços e equipamentos esportivos e de lazer a SETUL não tem gerência sobre quadras poliesportivas, campos de areia, campos sintéticos e PECs nas Regiões Administrativas, assim a meta não foi implementada em 2016, inclusive será proposta sua revisão.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: ECONOMIA MAIS COMPETITIVA



Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programa Temático	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Economia mais competitiva								
Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda.	6207 - Brasília Competitiva	755.672.318	768.255.223	613.298.107	137.403.428	148.436.791	18	20
Consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo.								
Tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação								
TOTAL		**755.672.318**	**768.255.223**	**613.298.107**	**137.403.428**	**148.436.791**	**18**	**20**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: PROMOVER AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
CONSOLIDAR BRASÍLIA COMO PÓLO TURÍSTICO NACIONALMENTE ATRATIVO.
TORNAR BRASÍLIA DESTAQUE EM CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

OBJETIVO GERAL:
Tornar Brasília competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF - SEDES
001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das **potencialidades do DF e RIDE.**
002 – BRASÍLIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.
34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF - SETUL
003 – DESTINO BRASÍLIA: Promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados a sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.
14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI
004 – ECONOMIA RURAL: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI
005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDESTMIDH

006 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF por meio do fortalecimento do sistema público de emprego, garantindo a qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo.

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS: Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA							
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	50.000	50.000	12.967	0	0	0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	4.430.444	5.030.444	4.902.414	1.666.881	1.094.170	38	25
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200.000	200.000	153.157	150	150	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	135.032.687	135.032.687	135.032.687	0	28.503.026	0	21
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	10.000	10.000	2.053.645	0	0	0	0
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	10.000	10.000	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	103.691	103.691	76.253	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	15.092.411	16.342.411	22.350.656	14.713.479	14.451.677	97	96
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.750.000	4.750.000	4.750.000		230.769	0	5
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	750.000	850.000	3.610.521	1.261.465	1.261.465	168	168
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	85.000	85.000	65.596	51.646	50.606	61	60
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	50.000	50.000	41.250	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	524.774	524.774	243.102	169.203	169.203	32	32
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	100.000	100.000	20.409	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	10.000	0	0	0	0	0
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	100.000	100.000	1	0	0	0	0

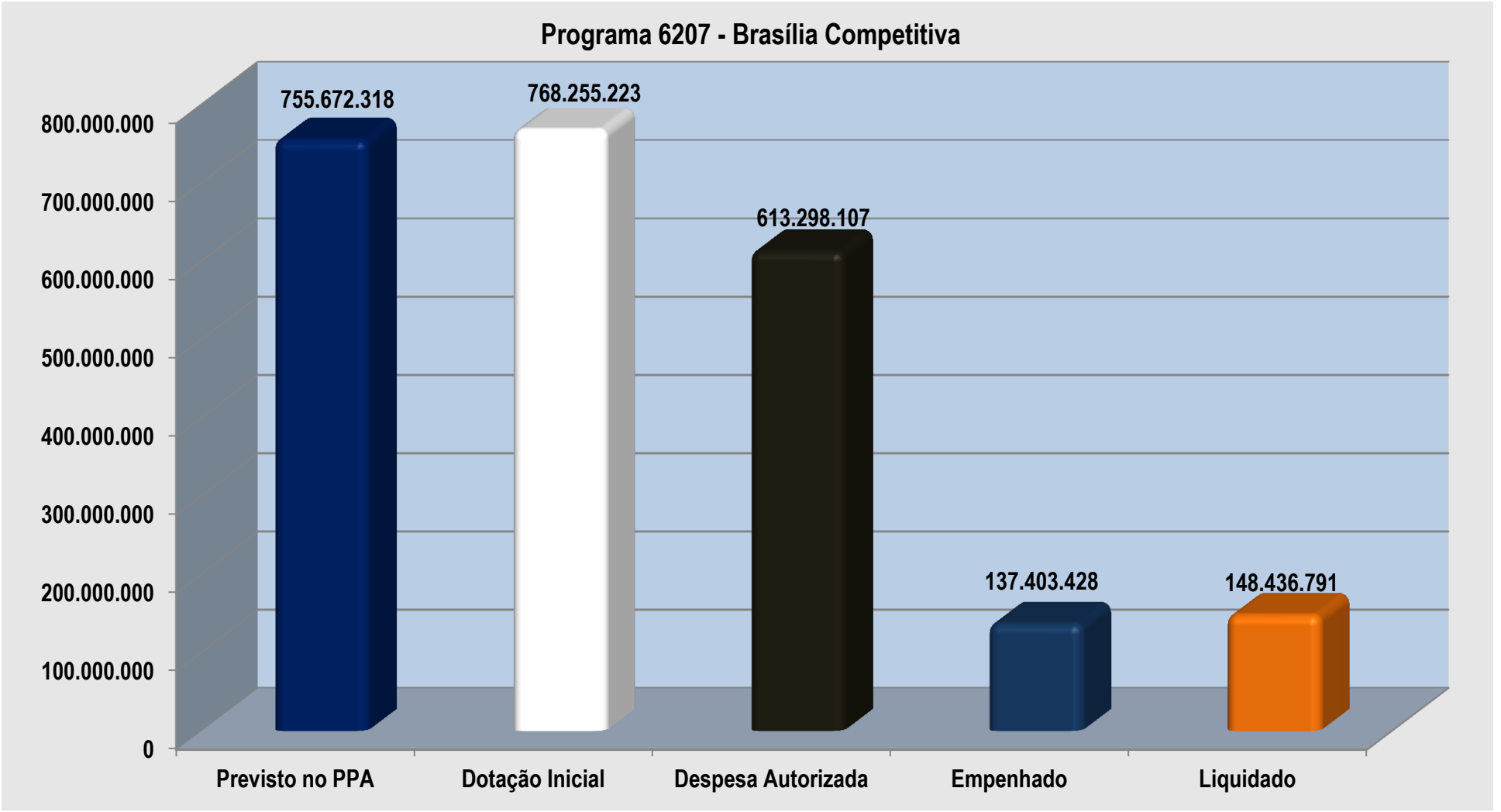
PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	46.000	46.000	844.345	839.192	839.192	1.824	1.824
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000	10.000	7.208	0	0	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	31.000	31.000	186.242	91.631	91.631	296	296
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	190.000	190.000	185.409	176.302	176.302	93	93
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000	10.000	0	0	0	0	0
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	150.000	200.000	0	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	7.927.530	7.927.530	3.387.310	3.385.806	3.113.101	43	39
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	265.000	250.000	2	0	0	0	0
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	10.000	10.000	6.500	0	0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	25.000	25.000	9.515	9.515	9.515	38	38
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.900.000	2.900.000	2.550.000	178.000	178.000	6	6
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.000.000	5.000.000	4.125.000	492.303	0	10	0
2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	100.000	100.000	1	0	0	0	0
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000	300.000	1	0	0	0	0
2873 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	27.000	27.000	42.550	0	0	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	30.000	1.030.000	3.973.699	1.956.859	1.956.859	6.523	6.523
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	5.750.000	1.950.000	347.919	346.953	237.257	6	4
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	4.825.000	4.825.000	4.857.209	4.398.750	4.010.984	91	83
3027 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR	100.000	100.000	2.765	0	0	0	0
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	10.000	10.000	28.291	18.093	18.093	181	181
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	10.000	10.000	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	10.000	10.000	345.118	0	0	0	0
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	154.000	154.000	9.103	0	0	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	10.000	10.000	10.000	0	0	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	31.000	31.000	10.811	0	0	0	0
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.020.000	7.020.000	7.020.000	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	89.182	89.182	1	0	0	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000	250.000	2	0	0	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	60.000	10.000	0	0	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10.000	10.000	7.208	0	0	0	0
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	100.000	100.000	473.592	4.450	4.450	4	4
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	50.000	50.000	12.966	0	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	300.000	300.000	0	0	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	3.000.000	3.000.000	3.000.000		145.619	0	5
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000	304.000	4.000	0	0	0	0
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	4.021.000	4.021.000	52.733	0	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	605.222	7.255.222	1.229.922	153.174	0	25	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.570.242	3.820.242	5.069.017	120.245	120.245	5	5
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.000.000	2.000.000	2.000.000		44.695	0	2
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	70.000	70.000	2.100.153	1.176.400	1.176.400	1.681	1.681
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	4.100.000	4.100.000	4.100.000		133.821	0	3
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	5.000.000	5.000.000	14.423.527	9.647.519	9.618.872	193	192
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000	50.000	822.501	0	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	511.222	511.222	7.304	0	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	18.017.000	18.017.000	8.917.000		6.295.343	0	35

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	130.000	380.000	1.343.139	1.225.251	1.225.251	943	943
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	459.300	459.300	138.546	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000	520.000	4.520.000		12.343	0	2
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	10.000	10.000	10.000	0	0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	3.818.000	3.818.000	1.318.000		0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS		50.000	50.000		0	0	0
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	7.530.000	7.530.000	7.530.000	915.169	2.439	12	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	20.000	20.000	27.303	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	16.268.944	17.168.944	16.370.928	12.796.927	12.658.122	79	78
4091 - APOIO A PROJETOS	200.495	350.495	51.993	0	0	0	0
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	6.980.060	7.080.060	7.499.386	3.141.376	2.572.036	45	37
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	200.000	1.150.000	1.678.627	857.034	857.034	429	429
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000	10.000	7.208	0	0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10.000	585.000	1.601.001	1.074.742	1.074.742	10.747	10.747
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000	10.000	7.208	0	0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	737.000	737.000	2.097.499	1.871.499	1.435.035	254	195
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	103.000	103.000	134.571	131.570	131.570	128	128
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	3.087.667	3.087.667	633.932	590.344	541.213	19	18
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	30.000	30.000	24.750	0	0	0	0
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	597.095	0	597.095	597.095	597.095	100	100
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	42.260.069	42.260.069	31.418.482	3.630.471	2.744.579	9	6
5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100	53.100	365.015	0	0	0	0
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	100.000	100.000	25.932	0	0	0	0
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	122.583.390	122.683.390	140.458.632	48.544.081	34.200.834	40	28

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.000.000	6.000.000	2.250.000	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000	5.850.000	2.825.001	791.625	341.625	26	11
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	177.187.346	177.187.346	53.000.000	0	0	0	0
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	96.962.693	96.962.693	68.032.100	0	0	0	0
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	11.671.777	11.671.777	11.080.630	9.825.480	9.825.480	84	84
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	14.170.000	14.170.000	12.099.341	9.009.977	4.743.177	64	33
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	507.324	507.324	329.761	0	0	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	240.000	440.000	276.035	0	0	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.626.298	2.626.298	1.936.117	1.531.643	1.531.643	58	58
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	120.355	120.355	78.293	11.128	11.128	9	9
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**577.434.631**	**589.947.536**	**442.590.420**	**137.403.428**	**113.071.175**	**24**	**20**
Orçamento de Investimento das Estatais	**178.237.687**	**178.307.687**	**170.707.687**	**0**	**35.365.616**	**0**	**20**
TOTAL DO PROGRAMA 6207	**755.672.318**	**768.255.223**	**613.298.107**	**137.403.428**	**148.436.791**	**18**	**20**

Obs1: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 09.101 – CACI; 14.101 – SEAGRI; 20.101 – SEDES e 34.101 – SETUL, SEDESTMIDH)
Obs 2: No valor empenhado não consta o orçamento de investimento das estatais.


Programa 6207 - Brasília Competitiva
800.000.000
700.000.000
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
755.672.318
768.255.223
613.298.107
137.403.428
148.436.791
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Análise do Objetivo Específico (Resultados de 2016)

OBJETIVO ESPECÍFICO:
001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF - SEDES

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	1	1	Implantar o Programa de Atração de Investimentos; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	2	Implantar projeto de urbanismo e infraestrutura e promover o desenvolvimento empresarial nas ADEs; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	3	Fomentar o desenvolvimento dos polos econômicos da Região Metropolitana – RIDE; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	4	Implantar 100 % da Política de Desenvolvimento Econômico; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	5	Firmar 20 Parcerias Público-Privadas e promover 20 concessões ou permissões de serviços públicos, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso; (SEDES)	20101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	6	Implantar o Projeto Cidade Aeroportuária na Região Administrativa de Planaltina/DF; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	7	Implantar o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	90	-	-	-	90	
6207	1	8	Implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim); (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6207	1	9	Implementar as ações do tratamento direto das compras públicas (Licitação Exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	70	-	-	-	70	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	1	10	Elaborar 300 projetos de crédito do Prospera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);	14203	300	UNID	MAIOR, MELHOR	272	-	-	-	272	
6207	1	11	Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE; (EMATER)	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	80	-	-	-	80	
6207	1	12	Contribuir para geração de empregos e estimular a economia. (SEJUS)	44101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	13	Contribuir para a formalização de 300 empresas no Distrito Federal; (SEJUS)	44101	300	UNID	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	-	
6207	1	14	Contribuir para a formalização de 500 empreendedores individuais; (SEJUS)	44101	500	UNID	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	-	
6207	1	15	Capacitar 400 empreendedores; (SEJUS)	44101	400	UNID	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	-	
6207	1	16	Criar a Agência Brasiliense de Promoção de Investimentos até 2016; (EP) (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	1	17	Aprovar legislação que institui a Política de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, as normas regulamentadoras e as soluções de governança até 2016. (EP) (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Implantar o Programa de Atração de Investimentos; (SEDES)

Ressalta-se que o Programa de Atração de Investimentos, objeto específico do Componente II do Programa PROCIDADES, cujo desenvolvimento das ações depende diretamente da concretização das ações 2.1.1 – Consultoria para Elaboração do Plano Estratégico de Atração de Investimentos (Políticas de Desenvolvimento Produtivo) e 2.2.1 – Consultoria individual para apoiar a elaboração de Termos de Referência do Programa de Atração de Investimentos. Assim, o que foi executado, em 2016, foram os termos de referência; os orçamentos e o Edital para a contratação de empresa de consultoria técnica especializada, com o objetivo de elaboração de um Plano Estratégico de Atração de Investimentos. Os documentos para esta aquisição foram submetidos à análise do BID e a avaliação final dos documentos licitatórios será realizada por consultor individual a ser contratado. Cabe informar que os Termos de Referência e os orçamentos para a contratação de consultoria individual, para prestar apoio na elaboração dos Termos de Referência do Programa de Atração de Investimentos, também já foram produzidos. Tais ações deverão ser implantadas em 2017.

2. Implantar projeto de urbanismo e infraestrutura e promover o desenvolvimento empresarial nas ADEs; (SEDES)

No tocante ao Componente IV – Urbanismo e Infraestrutura nas ADES, vale destacar: 1.ADE CENTRO NORTE (CEILÂNDIA): 1.1 Complementação da Pavimentação: projetos de urbanização pronto; orçamentos em revisão, previsão de publicação da Manifestação de Interesse em abril/2017; 1.2 Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana: Projetos de urbanização pronto; orçamentos em revisão; previsão de publicação da Manifestação de Interesse em abril/2017; 1.3 Limpeza e cercamento das Lagoas de Detenção: projetos executivos concluídos; previsão de encaminhamento à comissão de licitação (abril/2017). 2.ADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CEILÂNDIA):2.1 Complementações da Urbanização e Mobilidade Urbana: orçamentos: em revisão pela SINESP; Previsão de licitação das obras em abril/2017. 3.ADE SETOR DE INDÚSTRIA (CEILÂNDIA): 3.1 Drenagem Pluvial: o orçamento está em finalização e ajustes na SINESP; IBRAM já solicitou providências da TERRACAP para dar continuidade a análise da Licença; 3.2 Pavimentações: orçamento em finalização na SINESP; Projeto encaminhado para o BID com vistas a N.O; IBRAM solicitou providências da TERRACAP para dar continuidade a análise da Licença; 3.3 Complementações da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 2.1); 3.4 Limpeza e Cercamento das Lagoas de Detenção: projetos executivos concluídos; previsão de encaminhamento à comissão de licitação (abril/2017). 4. ADE AMA DO GAMA (SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES): 4.1. Desocupação da Área para complementação da Urbanização dos Conjuntos S a Y (chacareiro) - Área desocupada; 4.2. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 1.2); 4.3. Complementação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): os orçamentos estão em revisão na UGP para posterior encaminhamento ao BID com vistas a N.O; Licenciamento ambiental: Ver observação antes de 4.1; 4.4. Complementação da Rede de Distribuição de Energia dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): CEB deve encaminhar complementação dos projetos (memorial descritivo). O representante da UGL/CEB solicitou reunião com a equipe da UGP para o dia 23/03/2017, para acertar as adequações; 4.5. Pavimentação e Drenagem Pluvial dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): os orçamentos estão em revisão na UGS/SINESP; Previsão da publicação de licitação das obras em abril/2017; 5.ADE POLO JK (SANTA MARIA): 5.1. Linha de Distribuição de Energia: A CEB está concluindo as adequações nos documentos de licitação para o padrão BID. O representante da UGL/CEB solicitou reunião com a equipe da UGP para o dia 23/03/2017, para acertar as adequações necessárias; 5.2. Implantação de Subestação de Energia: Aguardando a Não Objeção do BID para os documentos de licitação; TDR, orçamentos e M.I serão encaminhados ao BID para N.O; 5.3. Drenagem, Lagoas de Amortecimento e Lançamento Final: Aguardando manifestação do BID ao pedido de Não Objeção para as obras; 5.4. Urbanização e Mobilidade Urbana: Edital para contração dos projetos executivos em elaboração; 5.5. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 1.2).

Em relação ao Desenvolvimento empresarial nas ADEs – Componente III destaca-se que foi encaminhado Ofício com a Solicitação da Não Objeção do BID a fim de antecipar o desenvolvimento do item sob o nº 3.6 - Casa do Empreendedor, cuja previsão está contemplada no POA de dezembro/2016, porém ainda não contemplada no Plano de Aquisições, de Dezembro/2016, em busca de atender ao setor produtivo. Quanto às demais ações deste Componente, salienta-se que estão em fase de definição pela SEDES os respectivos objetos, escopos, cronogramas e orçamentos para discussão com o BID e posterior início dos procedimentos licitatórios.

3.Fomentar o desenvolvimento dos polos econômicos da Região Metropolitana – RIDE; (SEDES)

Não houve execução desta meta em 2016.

4. Implantar 100 % da Política de Desenvolvimento Econômico; (SEDES)

Não houve execução desta meta em 2016.

5. Firmar 20 Parcerias Público-Privadas e promover 20 concessões ou permissões de serviços públicos, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso; (SEDES)

As parcerias público/privadas ou concessões referem-se às mais variadas áreas de atuação, desde moblidade, lazer, cultura, entretenimento e desenvolvimento econômico e social. Dentre os projetos em desenvolvimento no âmbito desta Subsecretaria de parcerias Público-Privadas, hoje, pertencente à estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Fazenda, destaca a seguir o andamento das propostas de PPP: Via Transbrasília e Iluminação Pública, tiveram os estudos concluídos e seguirão para avaliação pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos –

UNOPS; Centro de Convenções Ulysses Guimarães, encontra-se sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; Shopping Popular, está na fase de desenvolvimento dos estudos; Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE, ambos em fase de desenvolvimento dos estudos.

6. Implantar o Projeto Cidade Aeroportuária na Região Administrativa de Planaltina/DF; (SEDES)

Trata do processo da gestão do Termo de Convênio n° 036/2013, formalizado entre a União e o Distrito Federal, cujo objeto é a delegação para exploração do aeródromo de Planaltina (SWPV). O Processo de Contratação do Plano Aeroviário do Distrito Federal foi suspenso temporariamente, em razão da crise financeira enfrentada pelo GDF que teve que priorizar outras ações.

7. Implantar o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET; (SEDES)

O Projeto de Desenvolvimento Territorial, dentre outras ações, oferece aos micro e pequenos empresários da região cursos, oficinas e palestras além de consultorias personalizadas, (de acordo com suas demandas e necessidades). Desta forma, o empresário irá participar de capacitações e receber um consultor dentro de sua empresa, sem a necessidade de se deslocar e deixar seu local de trabalho. As comunicações entre a SDES, o Sebrae e as RA's, são os Agentes de Desenvolvimento Territorial-ADT, que ficam na sala do empreendedor que funciona dentro das Regiões Administrativas, a meta é implantar a sala em todas as RA's.

8. Implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim); (SEDE

O sistema de Registro de Legalização das Empresas – RLE, foi totalmente implantado, faltando apenas aperfeiçoamentos que poderão surgir ao longo de sua execução.

9. Implementar as ações do tratamento direto das compras públicas (Licitação Exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE; (SEDES)

Foram efetuamos 80% (oitenta por cento) das ações, referente compras públicas; Criação da legislação; elaboração de editais, credenciamento dos estabelecimentos comerciais de papelaria para o cartão material escolar em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

10. Elaborar 300 projetos de crédito do Prospera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);

Elaboração de projetos de crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R$ 4.408.571,31 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal.

11. Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE; (EMATER)

A EMATER incentiva a participação dos seus agricultores na comercialização de espaços referentes à economia solidária como feiras, eventos e espaços físicos, como o espaço na Torre de TV Digital, onde agricultores participam da comercialização em espaço coletivo. Foram realizadas através do apoio da EMATER cerca de 8 ambientes de comercialização solidária com a participação de 72 agricultores e artesãos. Ocorreram exposições e comercialização de artesanatos, produtos de agroindústria, orgânicos, lanches, plantas ornamentais e apresentações culturais. São iniciativas de produção própria com comercialização de forma coletiva para o consumidor final.

Em 2016 participaram de espaços solidários: 28 artesãos, 33 agroindústrias (formais e não formais), 11 agricultores de plantas ornamentais, 1 criador de animais exóticos, 4 grupos de orgânicos. Com apoio da EMATER, seus produtos foram expostos e comercializados em espaços e feiras como a Torre de TV Digital, Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, na Agrobrasília, Festa do Morango, Conferência Nacional de Ater (Cnater) e feirinhas locais. No total, foram comercializados R$ 157.893,00 em produtos da agricultura familiar.

O Fórum com parceria junto à Secretaria de Trabalho não ocorrido em 2016 e com proposta para realizar em 2018.

12. Contribuir para geração de empregos e estimular a economia. (SEJUS)

Esta meta relaciona-se com a implantação de mais uma unidade do NA HORA, voltada para o atendimento ao público empresarial. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público. A iniciativa para implantação da referida unidade empresarial foi objeto do Processo 400.000.0509/2015, que apresenta projeto básico de adequação física para a implantação do Na Hora no Shopping Popular de Brasília.

13. Contribuir para a formalização de 300 empresas no Distrito Federal; (SEJUS)

META NÃO ENCONTRADA NO PPA DA SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

14. Contribuir para a formalização de 500 empreendedores individuais; (SEJUS)

META NÃO ENCONTRADA NO PPA DA SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

15. Capacitar 400 empreendedores; (SEJUS)

META NÃO ENCONTRADA NO PPA DA SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

16. Criar a Agência Brasiliense de Promoção de Investimentos até 2016; (EP) (SEDES)

Não houve execução desta meta em 2016.

17. Aprovar legislação que institui a Política de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, as normas regulamentadoras e as soluções de governança até 2016. (EP) (SEDES)

Não houve execução desta meta em 2016.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1471	MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO	UNIDADE	308.506	31/mar/15	ANUAL	323.931	194.480 *	340.127	357.134	374.991	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 /OE 1
1472	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO	%	97,59	31/mar/15	ANUAL	98	99,96	98,5	98,5	99	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1473	TEMPO MÉDIO DE ESPERA	MINUTO	13	31/mar/15	ANUAL	11	13,4	10	8	7	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1474	TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO	MINUTO	6,27	31/mar/15	ANUAL	6	4,38	5,8	5,5	5	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1

* Índice atualizado em relação ao Relatório de Prestação de Contas de 2016 e SIGGO (Indicador 1471: 142.431)

Justificativas 2016

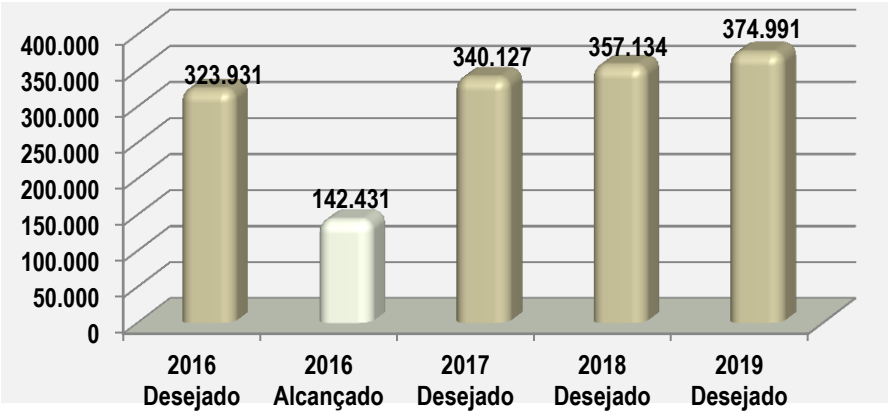
Indicador 1471 - É necessário esclarecer que o índice *Alcançado em 2016,* relativo ao indicador "*Média Mensal de Atendimento" foi mencionado equivocadamente* quando da última atualização dos indicadores de desempenho, isto por que, o índice alcançado *corresponde a* 216.921 atendimentos. O fato de não ter alcançado o número de 323.931 atendimentos desejados ocorre, basicamente, em função de três variáveis: a) Déficit quantitativo de servidores; b) Aumento de serviços prestados pelo NA HORA em razão da ampliação de parcerias estabelecidas em 2016 com a Defensoria Pública do Distrito Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e com a CODHAB; c) Manutenção do atendimento ao cidadão de acordo com o índice de satisfação parametrizado em 12 minutos e 21 segundos de tempo de espera.

Indicador 1472 - A superação do índice foi alcançado devido ao treinamento e conscientização dos atendentes tanto nos guichês, quanto na recepção. Uma vez que o NA HORA investiu em treinamento dos servidores. Sendo o índice de satisfação medido por cada usuário, tendo à sua disposição quatro opções de avaliação, a saber: ótimo, bom , regular e ruim.

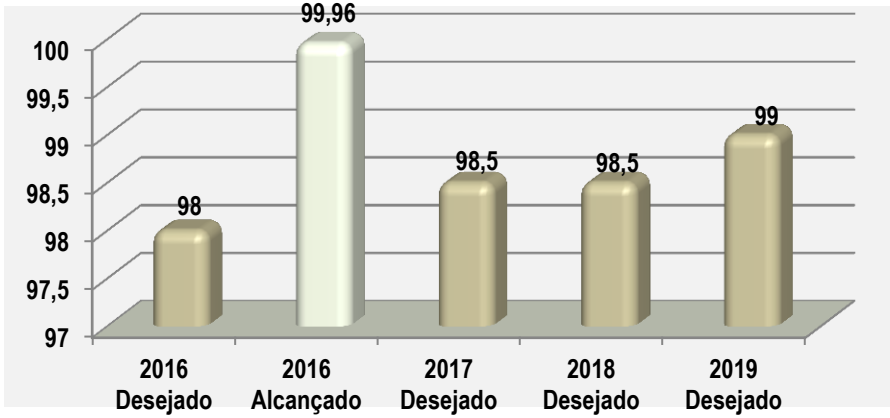
Indicador 1473 - O alcance do índice "*Tempo Médio de Espera"* não foi atingido em razão de fatores associados à insuficiência nos quadros de pessoal das unidades do NA HORA. A quantidade insuficiente de atendentes somada às demandas concentradas de serviços dos órgãos parceiros contribuiu para o aumento no tempo médio de espera do cidadão

Indicador 1474 – O tempo médio que o cidadão em atendimento passa para resolver suas questões, foi reduzido devido a eficiência dos procedimentos adotados pelos atendentes que padronizou o atendimento.

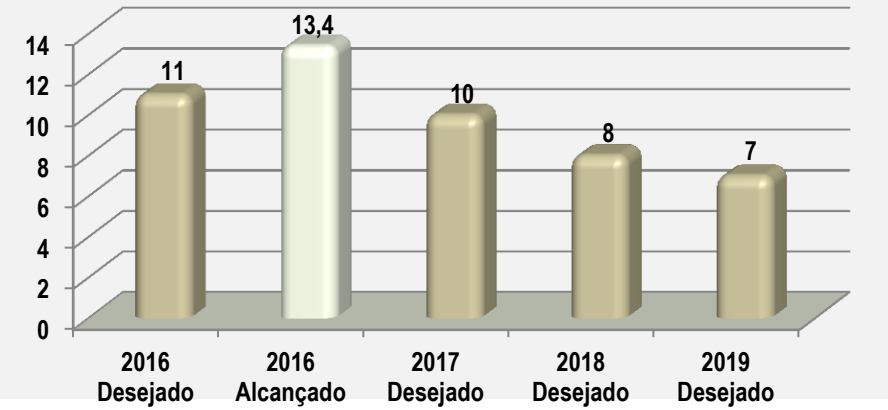
MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO



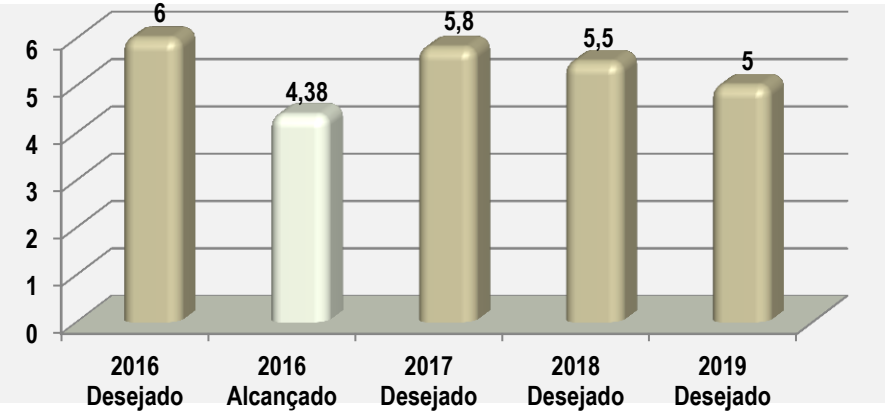
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO



TEMPO MÉDIO DE ESPERA



TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	1	1	Articulação do alinhamento das políticas tributárias com as demais Unidades Federativas; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	2	Fomento à economia solidária por meio da criação de espaços para comercialização de produtos; (SEDES)	20101	100	O circuito ECOSOL – Economia Solidária, Feira de Economia Solidária, é uma iniciativa da Secretaria Adjunta do Trabalho e surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo em média 20 empreendimentos por circuito.
6207	1	3	Implementação de ações de incentivo ao desenvolvimento da Região Metropolitana – RIDE; (SEDES)	20101	10	Foram realizadas visitas aos municípios que fazem parte da RIDE, integradas por prefeitos e autoridades municipais, com o fim de debater politicas eficientes e ações possíveis considerando os casos abordados. Nesse sentido, um dos maiores problemas encontrados no exercício de suas funções, fora conseguir o êxito em determinadas demandas quando a ação estava atrelada a outro órgão a resposta por muitas vezes, foram negativa.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	1	4	Fortalecimento do cooperativismo e o associativismo como fonte de geração de renda; (SEDES)	20101	80	Visando empreender essa ação, foi idealizado o Projeto "Saber Cooperativo" de iniciativa da Secretaria Adjunta do Trabalho e consiste em um circuito de palestras com intuito de compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.
6207	1	5	Incremento e fortalecimento do empreendedorismo; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	6	Disponibilização de áreas para a implantação e ampliação de empreendimentos industriais; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	7	Atração, adensamento e fortalecimento das cadeias produtivas dos setores estratégicos; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	8	Promoção da ampliação e diversificação da pauta de exportações do Distrito Federal; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016. .
6207	1	9	Simplificação do acesso a linhas de crédito e financiamento; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	10	Implantação e fortalecimento de soluções de governança necessárias ao desenvolvimento produtivo e à melhoria do ambiente de investimentos; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	11	Ampliação de opções de incentivos ao desenvolvimento; (SEDES)	20101	0	Não houve execução desta meta em 2016.
6207	1	12	Promoção da ampliação e diversificação do setor produtivo da Região Metropolitana/RIDE para o aumento da geração de trabalho, emprego e renda (SEDES);	20101	0	Esta na fase de confecção de projetos.
6207	1	13	Implementação e incentivo do empreendedorismo; (SEDES)	20101	0	Fase de confecção de projetos.
6207	1	14	Estabelecimento de compromisso de Estado para garantir a estabilidade e continuidade do projeto da Cidade Aeroportuária; (SEDES)	20101	0	Contratação do Plano Aeroviário do Distrito Federal, contudo foi suspenso temporariamente, em razão da crise financeira enfrentada pelo GDF que teve que priorizar algumas ações.
6207	1	15	Articulação, junto aos agentes financeiros, para implementação de política de crédito rural; (EMATER)	14203	6207	Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, visando facilitar o acesso dos produtores rurais do

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Distrito Federal às linhas de crédito rurais disponíveis, como PRONAF, PROSPERA, FDR, FCO, RO. Todas as articulações foram realizadas, inclusive as tratativas junto ao Banco do Brasil para contrato de correspondentebancário agropecuário.
6207	1	16	Firmar convênios com os órgãos parceiros por meio de termos de cooperação; (SEJUS)	44101	0	Considerando-se a inviabilidade de implantação do NA HORA EMPRESARIAL, durante o Exercício/2016, não foi possível estabelecer parcerias por meio de termos de cooperação com órgãos públicos que atuam especificamente junto às empresas empresários
6207	1	17	Elaborar o Plano de Desenvolvimento Empresarial do Distrito Federal, em parceria com o setor privado. (EP) (SEDES)	20101	6207	Não houve execução desta meta em 2016.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Visando alcançar o Objetivo Específico em análise, em 2016 foram desenvolvidas diversas ações do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES II, cujos objetivos, também, prevê: desenvolvimento econômico, mediante melhoria nas condições para a atração de investimentos, urbanismo e infraestrutura, bem como, a promoção e o desenvolvimento empresarial no DF, o qual contou com a participação da Companhia Energética de Brasília e Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, possibilitando o suporte ao Componente IV do Programa (melhoria das condições urbanas de infraestrutura nas ADEs) com estudos para o investimentos nas áreas de saneamento urbano, iluminação pública e demais aspectos de infraestrutura.

Também foi implantado o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET, com o objetivo de desenvolver e fortalecer as atividades produtivas locais, geradoras de emprego e renda, através do fomento ao empreendedorismo baseado no potencial de oportunidades e vocações locais, de modo a contribuir com a inclusão produtiva e geração de novos negócios, com a implementação e potencialização de seus eixos de atuação.

Público Alvo: Pequenos negócios existentes nas 17 (dezessete) Regiões Administrativas do DF – RA/DF, sendo Microempreendedores Individuais – MEI; Microempresa – ME; Potenciais Empresários; Potencial Empreendedor; Ações de Atendimento: Conhecimento e informação qualificada do território; Articulação de uma rede de cooperação público e privada; Outros Atendimentos – Geração e fortalecimento dos pequenos negócios; SEI; Na Medida; Negócio a Negócio; Sebraetec; Educação Empreendedora; Acesso a Mercados; Regiões Administrativa beneficiadas: 17 Regiões Administrativas com 46 pontos de aglomerados subnormais Gama: Ponte Alta e Engenho das Lajes; Brazlândia: Vila São José; Planaltina: Vila Pacheco, Vale do Amanhecer, Quintas do Amanhecer, Vale do Sol, Arapoangas e seus 21 pequenos condomínios, Estância, Mestre D'armas, Vila Nossa Sra. De Fátima; Paranoá: Toda região; Itapoã: Toda Região; Ceilândia: Condomínio Sol Nascente, Por do Sol e Privê; Samambaia: Quadra 800, 1000 e Expansão da Samambaia; Santa Maria: Condominio Porto Rico; São Sebastião: Morada do Bosque, Vila Nova, Bela Vista, Residencial Vitória, Vila Boa e Morro da Cruz ;Recanto das Emas: Agua Quente e Quadras 500, 600 e 800;Riacho Fundo: Sucupira; Riacho Fundo II: CAUB I e II; Varjão: Toda Região; SCIA – Cidade Estrutural: Toda Região; Sobradinho II: Sobradinho dos Melos, Vila do Menê e Vila Rabelo e transversais; Sobradinho I: Nova Colina, Nova Dignéia e Vila Denocs; Fercal: Toda região; Obter índice de aplicabilidade dos produtos e serviços realizados com o projeto. Resultados esperados: Obter índice de satisfação dos clientes atendidos pelo projeto, aumentar o número de pequenos negócios que fornecem para o Governo do Distrito Federal e Governo Federal, aumento da nota da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal, Aumento da

implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal. Salas do Empreendedor funcionando de acordo com os requisitos do Termo de Referência publicado pela UDT Nacional, Nomeação dos Agentes de Desenvolvimento com planos de trabalho estratégicos.

Acrescenta-se que foram estabelecidas parcerias entre a SEDES, Regiões Administrativas - RA's e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para que juntos atuem como agentes de Desenvolvimento Territorial – ADT. Os empresários das diversas Regiões Administrativas poderão participar de capacitações além da possibilidade de contar com a presença de um consultor em sua empesa.

Destaca-se entre as ações realizada em 2016 a implantada a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, uma ação que integra os diversos órgãos e entidades responsáveis pelo registro e legalização de empresas no âmbito da União, Estados e Municípios, com a utilização do Sistema Nacional Informatizado – RLE. Desse modo, os procedimentos unificados e simplificados no REDESIMPLES veem agilizar a abertura, alteração cadastral, licenças de funcionamento e baixas de empresas.

O diferencial da REDESIMPLES é dar fé a palavra do cidadão, substituindo a apresentação de documentos e vistorias prévias por declarações. Outra inovação é a desvinculação de processos como o Habite-se no ato de abertura e legalização de empresas. Essas medidas são importantes para simplificar e agilizar a etapa de licenciamento de atividade, maior gargalo do processo de abertura. Iniciada como piloto no Governo de Brasília a REDESIMPLES permitirá a criação e a legalização de empresas com significativa redução de esforços, custo e tempo. O cidadão poderá realizar qualquer processo (abertura, alteração ou baixa de empresas) pela internet, desde que possua um certificado digital.

Com relação às Ações do Tratamento Direto das Compras Públicas (licitação exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE, foi editado o Decreto nº 36.820/2015, de 21 de outubro de 2015, que escabece as garantias e regras da participação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais nos processos de contratações de serviços, obras e aquisições do Distrito Federal. No âmbito desse projeto, ressalta-se que no ano de 2016, a SEDES credenciou 271 papelarias para participarem do Programa Cartão Material Escolar, que dentro de sua finalidade também visa fomentar o comercio local.

No sentido de contribuir para o fomento e dinamizar a atividade econômica do DF, com maior atratividade aos equipamentos públicos, maior geração de emprego e renda e incremento na arrecadação tributária do DF, o Governo de Brasília desenvolveu diversas ações objetivando firmar Parcerias Público Privada de alguns equipamentos públicos de Brasília, entre estes o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, encontra-se sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; o Shopping Popular, está na fase de desenvolvimento dos estudos; o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e o Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE, ambos em fase de desenvolvimento dos estudos.

No que tange a criação de políticas públicas inovadoras e sustentáveis visando às potencialidades do DF e RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômica, destaca-se a chamada Economia Solidária – ECOSOL, O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES (diversidades de atores que interagem entre se e se apoiam coletivamente), que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Assim, o Governo, por meio da Secretaria Adjunta de Trabalho, em 2016, realizou 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE, com a inauguração prevista para abril de 2017.

Com o objetivo de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável propôs-se o Projeto "Saber Cooperativo", trata-se de circuito de palestras "Saber Cooperativo" que é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho.

Em 2016 foram realizadas diversas ações nesse sentido, destacam-se a palestra "Saber Cooperativo" que aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. Destaca-se, também, que no segundo semestre de 2016, foram realizadas quatro palestras "Saber Cooperativo", reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

SEJUS

A SEJUS quanto ao Programa temático 6207- Brasília Competitiva no objetivo específico 001- Ambiente de Negócios: "Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE" têm no seu alcance de metas número12 – Contribuir para geração de empregos e estimular a economia, a meta esta que engloba a implantação de mais uma unidade do NA HORA, voltada para o público empresarial e que em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

Em relação aos indicadores de desemprenho; o indicador – Média mensal de atendimento não atendeu no ano de 2016 o número de atendimentos desejados em função do déficit quantitativo de servidores; do aumento de serviços prestados pelo NA HORA e em razão da ampliação de parcerias estabelecidas em 2016 com a Defensoria pública do Distrito Federal, com a Rodoviária Federal e com a CODHAB e; devido à manutenção do atendimento ao cidadão de acordo com o índice de satisfação parametrizado em 12minutos e 21segundos de tempo de espera. O indicador – índice de satisfação foi alcançado por ocasião de treinamento, capacitação e conscientização dos atendentes de guichês e das recepções das unidades do NA HORA; o indicador – tempo médio de espera não foi atingido em razão de fatores associados à insuficiência nos quadros de pessoal das unidades do NA HORA, o que contribuiu para o aumento do tempo médio de espera do cidadão; e, o indicador – tempo médio de atendimento foi reduzido devido à eficiência dos procedimentos adotados pelos atendentes após uma padronização do atendimento.

Em relação às ações não orçamentárias, a ação – firmar convênios com os órgãos parceiros por meio de termos de cooperação, não foi estabelecido considerando a inviabilidade de implantação do NA HORA Empresarial durante o exercício de 2016, desta forma, não foi possível estabelecer parcerias por meio de termos de cooperação com órgãos públicos que atuam especificamente junto às empresas.

EMATER

Em termos de política agrícola de fomento, foi prestados serviços na divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, além de verificar o andamento destes, junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito.

Por problemas relacionados à crise enfrentada pelo país no ano de 2016, o acesso ao crédito rural por parte dos agentes financeiros foi diminuído, uma vez que os produtores enfrentaram maiores dificuldades, tais como garantias, acesso aos agentes financeiros, dentre outros.

Destaca-se a oferta de crédito pelas linhas do Governo do Distrito Federal onde foram contratados cerca de 270 projetos do Prospera, totalizando cerca de R$ 4.400.000,00 e Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR com a contratação de 15 projetos, totalizando cerca de R$ 1.873.296,03.

Os principais itens financiados são custeio agropecuário, caminhões, tratores, micro tratores, implementos agrícolas, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros, possibilitando um efeito multiplicador nas variáveis macroeconômicas como geração renda, aumento no consumo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – BRASÍLIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF - SEDES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	2	1	Institucionalizar 4 territórios criativos; (SEDES)	20101	04	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	2	2	Mapear os setores criativos de 20 Regiões Administrativas do DF; (SEDES)	20101	20	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	2	3	Implantar o Polo de Desenvolvimento Intensivo em Economia Criativa; (SEDES)	20101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	2	4	Capacitar 200 Artesões Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato. (EMATER)	14203	200	UNID	MAIOR, MELHOR	88	-	-	-	88	
6207	2	5	Disponibilizar espaço para uso em modelo de gestão compartilhada, que estimule a Cultura, a troca de Saberes e o Desenvolvimento Colaborativo de Tecnologias Digitais Livres e de Gestão Compartilhada. (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	

Análise Qualitativa

1. Institucionalizar 4 territórios criativos; (SEDES)

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

2. Mapear os setores criativos de 20 Regiões Administrativas do DF; (SEDES)

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

3. Implantar o Polo de Desenvolvimento Intensivo em Economia Criativa; (SEDES)

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

4. Capacitar 200 Artesões Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização doArtesanato. (EMATER)

Foram realizadas diversas ações utilizando métodos coletivos de extensão rural como: oficinas, cursos, reuniões, palestras com o objetivo de capacitar o público rural que se dedica ao artesanato em técnicas de artesanato, qualificação, organização e gestão.

Os artesãos são acompanhados nas comunidades rurais onde os trabalhos com recursos naturais, em retalhos, bordados e bonecas de tecidos, predominam. Os produtores participaram de espaços de comercialização (feiras, exposições), proporcionando inclusão social e econômica.

5. Disponibilizar espaço para uso em modelo de gestão compartilhada, que estimule a Cultura, a troca de Saberes e o Desenvolvimento Colaborativo de Tecnologias Digitais Livres e de Gestão Compartilhada. (SECULT)

Visando disponibilizar espaço adequado para atender o projeto "Território Criativo – Incubadora Criativa do DF – Criativa Birô", foi contratada inicialmente, por meio de processo licitatório, no valor de R$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais) uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte, tendo em vista a necessidade de mudança de espaço e deslocamento de equipamentos e correlatos para a realização do projeto. Considera-se que a meta atingiu aproximadamente 30% de realização, diante da qual o espaço disponibilizado representa uma das principais ações para obter o êxito almejado.

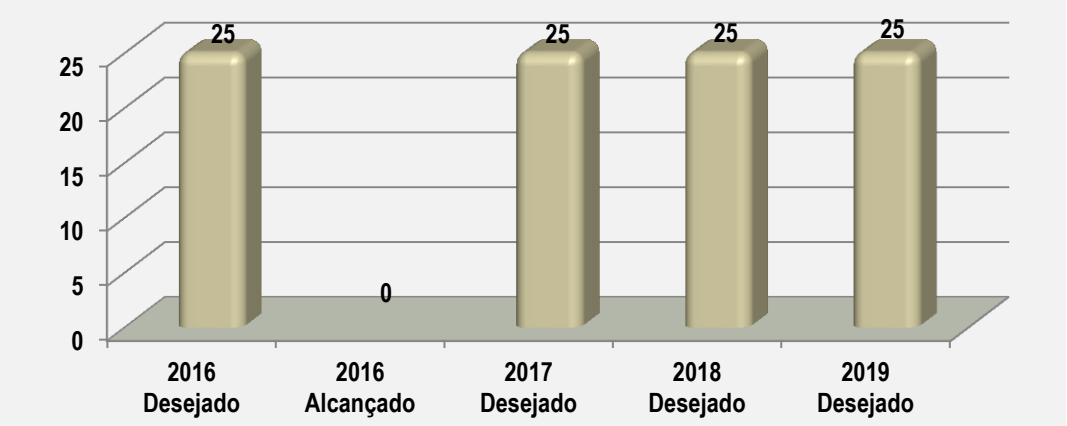
INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1475	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.	%	1,6	31/dez/12	ANUAL	25	-	25	25	25	SEDES/ CODEPLAN / UO 20101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1475 - O índice mais recente apurado pela CODEPLAN refere-se ao ano de 2014 (1,8%), divulgado em nov/2016. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2015 e 2016 serão divulgadas em 2017 e 2017 e 2018, serão divulgados em 2019 e em 2019 e 2020 serão apurado em 2021, esclare-se que o índice desejado de 25% refere-se ao incremento no índice alcançado do ano anterior.

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	2	1	Instituição do Fórum de Economia Criativa do Distrito Federal;(SEDES)	20101	0	Ação não realizada.
6207	2	2	Formação de rede de laboratórios de cultura digital, público e privados. (SECULT)	16101	0	A ação a ser implementada encontra-se em processo de discussão para execução.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual, cultura que na sua execução gera valor econômico social. Na indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e desenvolvimento humano. Abrange ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários. Trabalhar essa ação é fundamental para o desenvolvimento das cidades, e do País como um todo, já que essas atividades possibilitam um crescimento sustentado ao longo do tempo e têm grande potencial para contornar períodos de crise. A despeito de considerar a importância desse seguimento econômico para Distrito Federal, não foi implementada nenhuma ação no âmbito desse Objetivo Específico no ano de 2016, especificamente, por não haver sido destacado unidade orgânica para coordenar as ações desse seguimento, visto que por meio do Decreto 36.826, de 22 de outubro de 2015, se verifica a extinção da Subsecretaria de Economia Criativa e Solidária, da estrutura da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentado, responsável pelo Objetivo Especifico 002– BRASÍLIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

EMATER-DF

As ações são realizadas no sentido de gerar alternativas que auxiliem na inclusão dos agricultores no processo produtivo, bem como ao estímulo do artesanato, atividade geradora de renda que proporciona a inserção social e a autonomia de mulheres, idosos, jovens e agricultores familiares. Nessa área de atuação, é comum a utilização de materiais existentes dentro da propriedade rural para a fabricação dos produtos, como vasos e esculturas em barro, cachepos, bolsas, caixas e diversos outros produtos feitos com fibra de bananeira, flores e sementes do Cerrado. Trabalhar a qualidade do produto para que seja aceito no mercado e preservar o valor agregado pelo conteúdo cultural são as premissas para introdução de produtos no mercado; desse modo, permite – se que as pessoas envolvidas produzam produtos com qualidade e com potencial para comercialização.

SECULT

O exercício de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas conforme segue: a logística de mudança da sede executiva do BSB Criativa, as readequações que se fizeram necessárias no plano de trabalho do Convênio nº 774952/2012 para possibilitar a continuidade das ações e a utilização dos rendimentos para geração de ativos do projeto; o desenvolvimento de edital de chamamento público para seleção de organização da sociedade civil para operar de forma cogerida o ambiente executivo da ação e das ações empreendidas em seu âmbito; e realização de contratações de serviços e aquisição de equipamentos necessários às novas instalações. Além desses elementos, vale ressaltar, a gestão da proposta, ainda não conveniada, junto ao MinC para fortalecimento da BSB Criativa, Edital aberto pelo Ministério no qual o projeto apresentado pela Secretaria de Estado de Cultura obteve primeiro lugar na classificação. Diante das perspectivas considera-se que o objetivo foi parcialmente alcançado.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
003 – DESTINO BRASÍLIA: Promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados a sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	3	1	Participar de 10 Feiras Nacionais ou Internacionais anualmente; (SETUL)	34101	10	UNID	MAIOR, MELHOR	4	-	-	-	4	
6207	3	2	Implementar 2 Pólos do Projeto Orla em 4 anos; (SETUL)	34101	2	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	3	3	Implementar o Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira; (SETUL)	34101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	3	4	Qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano; (SETUL)	34101	1.000	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	3	5	Implementação de 70% do Projeto de Capitalidade de Brasília; (SETUL)	34101	70	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6207	3	6	Implementação do Laboratório de Cultura Digital (SECULT)	16101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Participar de 10 Feiras Nacionais ou Internacionais anualmente; (SETUL)

Em 2016, a SETUL, por meio da Secretaria Adjunta de Turismo participou de duas feiras nacionais, a WTM - World TravelLatinAmerica 2016 e a 44ª ABAV Expo Internacional de Turismo, ambas em São Paulo, e uma feira internacional, a ANATO 2016 em Bogotá, Colômbia. A participação nessas feiras foi viabilizada por meio de parceria com o Ministério do Turismo - MTUR e com a EMBRATUR, seja com passagens aéreas e posto de trabalho (ANATO), seja com a contratação de piso e montagem de estande (WTM e ABAV). A Secretaria, também, atuou no Rio Mídia Center no Rio de Janeiro, o centro de mídia dos jogos olímpicos, com o objetivo de promover Brasília para os jornalistas nacionais e internacionais no maior evento esportivo do mundo. O espaço foi garantido por meio de apoio do MTUR. Em todas as feiras, o objetivo foi promover Brasília. Para isso, a Secretaria Adjunta de Turismo fechou uma extensa agenda de reuniões com os principais

operadores turísticos com o objetivo de estreitar o relacionamento com o trade turístico e profissional da indústria do turismo, estabelecer parcerias e dar maior visibilidade ao Destino Brasília no mercado nacional e internacional. A meta era participar de 10 feiras, mas, por conta de restrição orçamentária com relação às despesas com viagens, ela não foi alcançada. Essa meta é considerada razoável se comparada aos destinos brasileiros e internacionais que melhor se posicionam e atraem considerável fluxo de turista, por isso, avalia-se que é necessário haver mais investimento em 2017 para que se possa alcançar a meta de dez feiras, e posicionar Brasília como um destino atraente e criativo.

2. Implementar 2 Polos do Projeto Orla em 4 anos; (SETUL)

A gestão das ações em relação ao Projeto Orla, atualmente está sob a responsabilidade da Casa Civil. Em 2016 foram realizados 56% do Projeto Orla Sul, executado com recursos da TERRACAP, o qual prevê, entre outros itens, a construção de calçadões de madeira, parques, ciclovias e estacionamentos.

3. Implementar o Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira; (SETUL)

Foram desenvolvidas ações no sentido de implementar o Centro de Artesanato, inclusive com o estabelecimento de parceria com o Sebrae, contudo, o Governo de Brasília ainda não identificado local que atendesse a necessidade. Assim, por falta a disponibilidade de um prédio adequado ou que pudesse ser adequado à implementação do Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira e em face de restrições orçamentárias do GDF e do Sebrae ainda não foi possível implementar esta meta em 2016.

4. Qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano; (SETUL)

Ação não implementada, especificamente em face das alterações ocorridas na estrutura organizacional desta Secretaria. Os projetos e as responsabilidades pela qualificação ainda estão sendo discutido junto à SEDESTMID, por meio da Subsecretaria-Adjunta de Trabalho, principal órgão do GDF responsável pela qualificação de postos de trabalho de qualquer atividade econômica. Entretanto, em acompanhamento ao andamento dos projetos qualificação daquela Secretaria-Adjunta, identificou-se que não houve priorização para o setor de turismo.

5. Implementação de 70% do Projeto de Capitalidade de Brasília; (SETUL)

O Projeto de Capitalidade de Brasília trata-se de um Macro Projeto, que tem como objetivo "Renovar o conceito de Brasília como Cidade-símbolo da modernidade no Brasil e no mundo mediante o Plano de Posicionamento de Brasília no qual, sobre a base de suas potencialidades, dê uma resposta inovadora e sustentável aos profundos desafios de mudanças sociais, econômicas e culturais do século XXI, com base na história, vontade e expectativas do povo brasileiro e também dos brasilienses". Este projeto reúne inúmeras iniciativas/projetos. Dentro do roll de projetos foram desenvolvidos o Plano de Turismo Criativo, elaborado de forma participativa e lançado em novembro de 2016; Criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo formada por entidades representativas do mercado e a Secretaria de Turismo que tem se mobilizado para reposicionar o destino Brasília; Lançamento do concurso da marca Brasília, bem como lançamento do portal do concurso (www.marcabrasilia.com.br).

6. Implementação do Laboratório de Cultura Digital (SECULT)

Não houve realização.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1476	TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE	%			ANUAL	5	-11,2	5	5	5	SAD TUR/ SEC ESP, TUR LAZER/ UO 34101 / OE 3
1477	ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GERAL	UNIDADE	75,2	31/dez/14	ANUAL	76	72,8	77,5	79	80	MTur/ SEC ESP, TUR, LAZER/ UO 34101/ OE 3)
1478	TAXA DE ARRECADAÇÃO DO ISS DO SETORTURISMO - HOTELARIA E TURISMO (ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%			ANUAL	5	-5,64*	5	5	5	SEF/ SEC ESP, TUR, LAZER/ UO 34101/ OE 3

* Índice atualizado em relação ao Relatório de Prestação de Contas de 2016 e SIGGO (Indicador 1478: 5,64% (Positivo) para-5,64% (negativo)

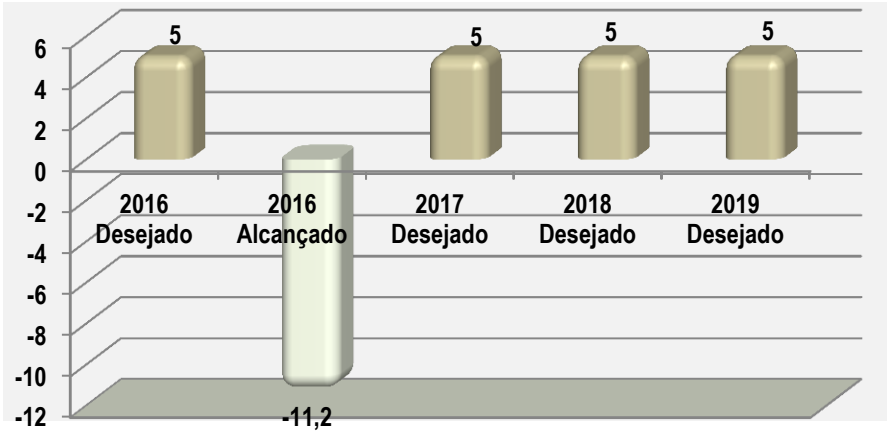
Justificativas 2016

Indicador 1476 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2016 somam 308.636 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e seis) passageiros, conforme dados obtidos de vôos internacionais e disponibilizados pela Inframérica à SAT. Ocorre que houve um decréscimo de 11,2% do número de passageiros em 2016, mesmo com a ocorrência do evento Olímpico devido aos últimos meses do ano quando Brasília perdeu importantes voos internacionais, das empresas Aerolíneas Argentina, Air France e Gol.

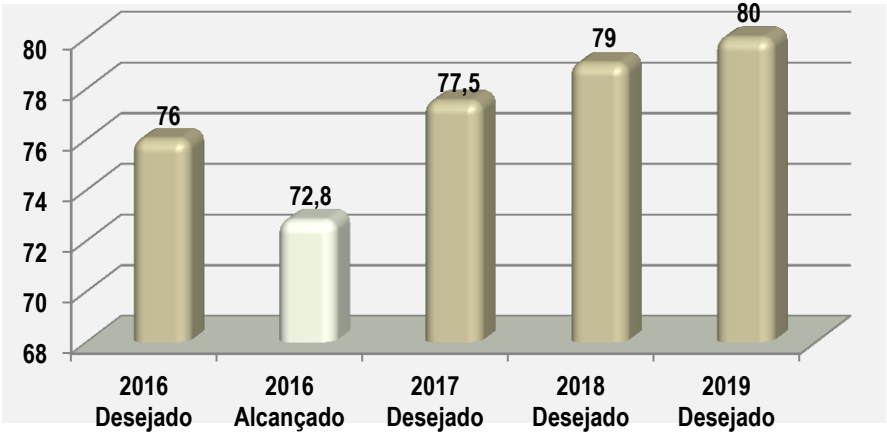
Indicador 1477 - A pesquisa anual realizada pelo Ministério do Turismo desde 2007 não foi realizada no ano de 2016, por isso, não foi possível avaliar se Brasília alcançou o índice projetado - 76,0, porém, na tabela acima foi inserido o dado mais recente que espelha o resultado alcançado pela capital federal em 2015, sendo a nota 72,8. Este resultado demonstra uma queda significativa da competitividade de Brasília em relação a 2014, ano que alcançou a nota de 75,2, mesmo assim, em 2015, a capital do país continuou com nota maior do que a média nacional (60,0) e do que a média das capitais (68,6).

Indicador 1478 - A taxa de arrecadação de ISS no Setor – hotelaria e turismo apresentou um decréscimo, representando (- 5,64%) a menos do que o valor arrecadado em 2015 devido à crise financeira que o país esta enfrentando e o forte período de recessão.

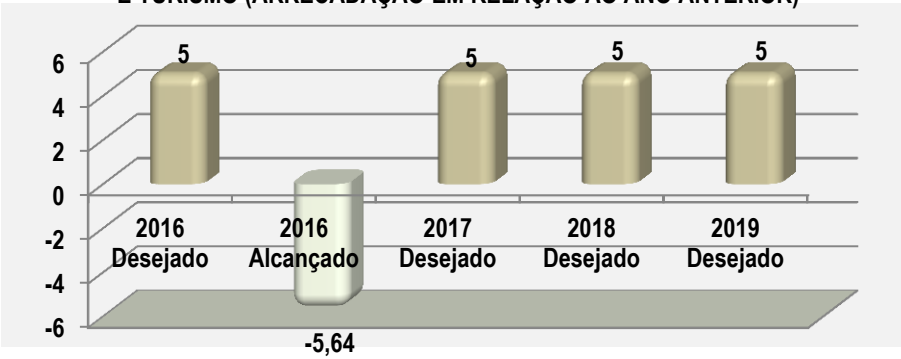
TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE



ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GERAL



TAXA DE ARRECADAÇÃO DO ISS DO SETOR TURISMO - HOTELARIA E TURISMO (ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	3	1	Formulação de critérios de participação em feiras, rotas e eventos para a normatização da do processo de seleção dos artesãos; (SETUL)	34101	100% .	Os critérios de participação em feiras e eventos organizações pela Secretaria foram formulados e implantados.
6207	3	2	Instalação do Conselho de Artesanato do Distrito Federal; (SETUL)	34101	50%	Em andamento. A minuta do decreto de instalação do Conselho foi enviada à assessoria jurídica para análise, retornou com orientações para modificações na minuta do decreto e criação do regimento interno. O processo está na Unidade de Gestão do Artesanato para adequações. Os órgãos que compõem o conselho enviaram os dados dos representantes, titulares e suplentes.
6207	3	3	Formulação dos parâmetros para o desenvolvimento do Sistema de Informação da Produção Associada ao Turismo; (SETUL)	34101	100%	O Sistema de Informação da Produção Associada foi implementado com vistas à produção de um Catálogo da Produção Associada ao Turismo do Distrito Federal, conforme convênio firmado em 2012 com Ministério do Turismo.
6207	3	4	Criação do Plano de Festas Regionais, com aproveitamento da dimensão religiosa e do turismo rural e ecológico em todas as cidades do Distrito Federal; (SETUL)	34101	30%	Foi feito um levantamento das festas regionais, realizado por acadêmicos da graduação em turismo, da Universidade de Brasília.
6207	3	5	Cadastramento e recadastramento de artesãos e trabalhadores manuais do Distrito Federal; (SETUL)	34101	100%	Os tramites para o serviço de emissão de Carteira do Artesão mediante demonstração de habilidade técnica e avaliação da produção artesanal foi 100% implementado. Em 2016, foram cadastrados 751 e recadastrados 544 artesãos e trabalhadores manuais. Desses, 399 foram atendidos em cadastramento externo.
6207	3	6	Mapeamento, diagnóstico e implementação de um programa integrado, entre Cultura, Turismo e Esportes/Lazer que definam usos e funções dos espaços públicos de interesse do turismo, em todas as cidades de Brasília; (SETUL)	34101	50%	O projeto Abrace o Parque e está no momento sendo ajustado pelo jurídico e demais Subsecretarias da SETUR. Dependendo destas manifestações para sua conclusão e lançamento. No Plano de Turismo Criativo foram contemplados inúmeros projetos que definem os usos e funções dos espaços públicos de interesse turístico, para o sua viabilização foi desenvolvida uma minuta de termo de cooperação com a Sec. de Cultura, que está em análise pelos parceiros.
6207	3	7	Criação de comitê interinstitucional para formulação de políticas visando à formação didática e pedagógica dos estudantes, a partir da inserção de conteúdos que contemplem conceitos de cultura, turismo, esporte, meio ambiente, cidadania e civismo, tendo a escola como centro dessas políticas; (SETUL)	34101	100%	Foi assinado um Termo de Cooperação assinado entre a TCB, Sec. De Esporte, Turismo e Lazer, Casa Militar, Sec. De Educação, Sec de Cultura, e a SEDESTMID, para viabilizar a realização do Turismo Cívico, com saídas 2ª, 3ª e 4ª. Em 2016 51 turmas de escolas Públicas e do COSE (Centros de Convivência e Fortalecimento de Vinculos) foram atendidas o que totalizaram 1.565 crianças alcançadas.
6207	3	8	Criação de GT para Implantação e	34101	20%	Criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo que trabalhou no lançamento do concurso da Marca

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			priorização do Projeto Capitalidade com o Plano de reposicionamento estratégico da "Marca Brasília"; (SETUL)			Brasília, que está em andamento normal.
6207	3	9	Consolidação e difusão de um mapa turístico expandido e georreferenciado de Brasília, RIDE e região Centro-Oeste; (SETUL)	34101	0%	Não teve andamento em 2016.
6207	3	10	Apoio à criação do Museu do Esporte no Estádio Nacional de Brasília; (SETUL)	34101	5%	O projeto foi contemplado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO - PRODOC, entretanto está aguardando disponibilização de recurso.
6207	3	11	Realização de Acordo com a Secretaria de Educação e com o Ministério da Educação para estabelecer a obrigatoriedade de uma Unidade Didática sobre Brasília, com vistas ao Projeto de Lei para contemplar o turismo cívico a nível nacional nas escolas; (SETUL)	34101	0%	Não teve andamento em 2016.
6207	3	12	Consolidação de uma agenda oficial do Governo do Distrito Federal que integrem eventos de interesse do turismo; (SETUL)	34101	20%	A Secretaria Adjunta de Turismo está consolidando a agenda de eventos que promovam o turismo em Brasília. Um exemplo é o Carnaval de Brasília, realizado em parceria com a Secretaria de Cultura, que a cada ano atrai mais foliões e turistas de outros estados e se consolidou como a maior festa de Brasília. Outro exemplo é o projeto Dançando na Praça, que tem como objetivo promover a arte, a música e a cultura de Brasília. No ano de 2016, foram feitas três edições, a primeira edição, realizada no Carnaval, levou mais de 10 mil pessoas para o Bloco Eduardo & Mônica, que se apresentou no projeto.
6207	3	13	Estímulo ao turismo receptivo por meio da certificação das empresas e profissionais autônomos, bem como a criação e qualificação de produtos e serviços turísticos com vistas à dinamização da oferta turística; (SETUL)	34101	0%	Não teve andamento em 2016. Tendo em vista o alto custo do processo de certificação, foi entendido como inviável a implementação desta ação.
6207	3	14	Articulação e estabelecimento de termo de parceria com as Instituições de Ensino Superior para oferecimento de vagas para prestação de estágio obrigatório nos centros de atendimento ao turista; (SETUL)	34101	20%	Foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com a UPIS para o oferecimento de vagas de estágio nos Centros de Atendimento ao Turista, entretanto esta colocação exige tutoria integral dos estudantes durante a atuação o que inviabiliza o projeto por parte da Secretaria. Foi identificada a possibilidade da parceria para atuação dos alunos para receberem Hora Aula Complementar, que necessita apenas de tutoria parcial, prevista para dar andamento em 2017.
6207	3	15	Encaminhamento de proposta e criação do GT para alteração de norma (Decreto transporte coletivo privado turístico); (SETUL)	34101	10%	Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Mobilidade e DFTRANS para alinhamento. Esta proposta está no Acordo de Cooperação desse ano e o Processo enfrenta dificuldades devido a alteração de gestores nos órgãos ligados à regulação de transportes no Distrito Federal.
6207	3	16	Realização de visitas e fiscalizações	34101	0%	Não foram realizadas devido ao parecer da Procuradoria Geral do DF que alertou que esta Secretaria

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			preventivas junto aos prestadores de serviços turísticos; (SETUL)			não tem poder para fiscalizar, por não ter no quadro servidores concursados para a carreira de fiscalização.
6207	3	17	Elaboração de Termo de Ajuste de Conduta para sanar problemas inerentes ao transporte turístico interestadual com o estado de Goiás; (SETUL)	34101	100%	A Setul fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Resolução 5.017 de 2016, que alterou os artigos da resolução 4777 de 2015, onde o problema do transporte terrestre interestadual foi resolvido.
6207	3	18	Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica para execução de ações voltadas à estruturação e diversificação da oferta turística; (SETUL)	34101	10%	Foi elaborada uma Proposta de Portaria Conjunta para o Acordo de Cooperação Técnica que está em análise pela Sec. De Cultura.
6207	3	19	Formulação de Plano de Comunicação e Marketing; (SETUL)	34101	50%	A formulação do Plano de Comunicação e Marketing está em andamento. O projeto básico já foi desenvolvido e, este ano, será contratada uma empresa para implementar esse projeto.
6207	3	20	Captação de recursos via convênios e emendas parlamentares para a realização de ações de interesse e fomento ao segmento de Turismo; (SETUL)	34101	20%	A Secretaria Adjunta de Turismo realiza constantemente a captação de recursos, seja via convênio, emendas parlamentares ou parcerias para fomentar o turismo em Brasília. Em 2016, realizamos convênios com o Ministério do Turismo para a realização da Celebração da Tocha Olímpica em Brasília, além da participação em feiras nacionais. Foi realizada também uma parceria com o Comitê Rio 2016 para promover os Jogos Olímpicos na cidade. Ressalta-se, também, a realização de parceria com a FECOMÉRCIO para promover o Natal e transformar essa época de baixa estação turística em uma oportunidade de atrair turistas para Brasília. Nesse sentido, ainda foi executado emendas parlamentares, como o Festival do Japão, Festa do Divino, Brasília Festival Tatto, entre outros eventos de interesse turístico.
6207	3	21	Ampliação do número de seguidores da Secretária de Turismo nas mídias sociais; (SETUL)	34101	50%	O crescimento do número de seguidores nas mídias sociais da Secretaria Adjunta de Turismo é orgânico. Isto é, não existe post patrocinado nem qualquer outro investimento de recurso financeiro nas mídias sociais. Ainda assim, o número atual de seguidores da fanpage vem crescendo. Hoje são mais de 12.200 seguidores, o que significa um crescimento de 50% em relação de pessoas em relação ao ano anterior, quando tínhamos aproximadamente 8 mil seguidores.
6207	3	22	Recuperação e avaliação do plano e de uso e ocupação do Parque da Cidade; (SETUL)	34101	10%	Conclusão do plano ei encaminhado para a Secretaria de Fazenda, com vistas a Subsecretaria de Parcerias Público Privada, com o objetivo de orientar a PPP do Parque da Cidade.
6207	3	23	Criação de GT com a finalidade de promover levantamentos sobre a situação do parque da cidade (transferência de responsabilidades); (SETUL)	34101	100%.	Grupo de trabalho criado e processo construído – Levantamento sobre a situação do Parque da Cidade.
6207	3	24	Diagnostico sobre a situação dos permissionários e ambulantes dentro da área do Parque da Cidade; (SETUL)	34101	90%	Levantamento em andamento realizado em conjunto com Secretaria das Cidades, previsto para ser concluído em Abril de 2017 a última publicação do Cadastro Único dos Permissionários do Parque da Cidade. Após a Secretaria das cidades e a AGEFIS realizarão ações para a retirada dos

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Permissionários irregulares.
6207	3	25	Elaboração de manuais de gestão e procedimentos dos próprios da SETUR (CCUG, Torre de TV, Casa de Chá, 26 - Parque da Cidade, Pavilhão ExpoBrasília e Estádio); (SETUL)	34101	50%	Foi elaborada a Minuta da Portaria que trata da locação, descontos, procedimentos e normas de utilização dos próprios, que está em revisão pelas áreas técnicas.
6207	3	26	Articulação com as instituições competentes a gestão de um sistema de mobilidade urbana e instalação de sinalização turística, de modo a atender às necessidades do setor, em todas as cidades de Brasília; (SETUL)	34101	30%	Em 2016 a SETUL iniciou o acompanhamento das ações da UNESCO para instalação de totens em comemoração aos 30 anos da inclusão de Brasília como Patrimônio da Humanidade. O projeto já foi elaborado e está em fase de licitação para fabricação, transporte e instalação.
6207	3	27	Implantação do sistema de agenciamento e cadastramento de locação dos próprios da SETUR; (SETUL)	34101	50%	O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não foi disponibilizado para o público.
6207	3	28	Publicação de Grupo de Trabalho para retomada do Projeto Orla; (SETUL)	34101	50%	As ações do Projeto Orla não estão sob a responsabilidade da SETUL, contudo em 2016 foram executados 56% do projeto orla sul. A
6207	3	29	Implantação da Agência Brasil Central de Turismo ABC. (SETUL)	34101	0%	Não teve andamento em 2016.

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

O ano de 2016 foi um ano importante para o turismo, momento em que foi realizada as Olimpíadas Rio 2016 e Brasília foi cidade sede de 10 partidas de Futebol. Entretanto, o órgão oficial de turismo passou por uma reestruturação e não conseguiu alcançar as metas estabelecidas na sua totalidade.

Dentre os principais resultados alcançados está a criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo que tem desenvolvido ações que visem o fortalecimento do sentimento de pertencimento do brasiliense e a promoção de uma imagem positiva de Brasília em diversos aspectos. O lançamento do concurso para a criação da Marca Brasília foi outro importante avanço para o alcance dos objetivos.

Complementando a promoção de Brasília enquanto destino turístico, a Secretaria participou de quatro eventos, sendo um deles no exterior, que possuem como seu principal público os mercados geradores de fluxo para o Distrito Federal, a priorização dos eventos considerou sua importância e o melhor custo/benefício para o Destino. Na ANATO (FEV/2016) – Colômbia foram realizadas 36 reuniões e três capacitações do Destino Brasília para operadores e agentes de viagem colombianos; Na WTM LatinAmerica (MAR/2016) - maior feira internacional de turismo realizada no Brasil, em São Paulo, foram realizadas 43 reuniões com operadores e agentes de viagem; Na ABAV (SET/2016) - Participação na 44ª ABAV, a ABAV Expo Internacional de Turismo, em São Paulo, a mais completa, tradicional e importante feira de turismo brasileira, com o objetivo de promover Brasília nacional e internacionalmente. Na ocasião foi apresentado Brasília com a tecnologia de vídeo em 360 graus, a mais moderna maneira de apresentar destinos turísticos.

Sendo assim, identifica-se que os esforços realizados em 2016 contribuem para o alcance dos objetivos propostos para a Pasta do Turismo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – ECONOMIA RURAL: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	4	1	Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra; (SEAGRI)	14101	1.300	KM	MAIOR, MELHOR	428km	-	-	-	428km	
6207	4	2	Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)	14101	2	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	4	3	Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGRI)	14101	75	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25%	
6207	4	4	Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)	14101	60	%	MAIOR, MELHOR	45	-	-	-	45	
6207	4	5	Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)	14101	230	%	MAIOR, MELHOR	85%	-	-	-	85	
6207	4	6	Atender 100% das famílias de agricultores familiares; (EMATER)	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	100%	-	-	-	100	
6207	4	7	Capacitar 10.000 beneficiários de ATER; (EMATER)	14203	10.000	UNID	MAIOR, MELHOR	5.594	-	-	-	5.594	
6207	4	8	Implantar unidades de validação de tecnologia; (EMATER)	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	23,33	-	-	-	23,33	
6207	4	9*	Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);	14101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6207	4	10	Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica; (EMATER)	14203	2.800	UNID	MAIOR, MELHOR	1.474	-	-	-	1.474	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	4	11	Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias; (EMATER)	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6207	4	12*	Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);	14101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	
6207	4	13	Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural; (CEASA)	14202	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6207	4	14	Construir nova unidade da CEASA; (CEASA)	14202	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	4	15	Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA; (CEASA)	14202	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6207	4	16	Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade. (CEASA)	14202	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	

Análise Qualitativa

1. Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra; (SEAGRI)

Dentro da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2016, foi possível executar a meta. Execução direta de adequação e manutenção de estradas rurais ultrapassando a meta anual de 350 km (foi 428 km, o que se justifica pela maior disponibilidade de equipamentos não previstos anteriormente). Foram entregues equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais, por meio de transferência de patrimônio da SEAGRI, sendo para a A.R. de São Sebastião (17 equipamentos novos e 03 usados), e A.R. de Brazlândia (09 novos e 06 usados) para atendimento de serviços diversos à produtores rurais do Distrito Federal.

2. Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)

Em 2016, foram feitas as Notas Técnicas e foram publicados os Decretos do GDF, no DODF, referentes a implantação dos 02 Pólos, PAD-DF/ Decreto Nº 37.937 de 30/12/2016 e Rio Preto/Decreto Nº 37.861 de16/12/2016 . Os desafios de implementação estão relacionadas ao perfil do projeto, que tem características únicas, o que gerou atraso inicial em discussões e metodologias a serem aplicadas, porém haverá o alcance de implantação que foram planejados e abertos os processos. Foram feitas as reuniões nas comunidades onde foram elaboradas e discutidas apresentações conceituais e obtidos os direcionamentos. O Prazo de implantação dos Pólos será PAD-DF até 20/10/2017 e Rio Preto até fevereiro de 2018.Foram colhidas propostas para aperfeiçoamento dos projetos em 2017, com bases no anseio público e visando à implantação.

3. Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGRI)

No Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE foi realizado, em 2015 para execução no exercício seguinte, a Chamada Pública 001/2015 SEDF, para aquisição de gêneros alimentícios com o objetivo de atender o Projeto Piloto. Tal Projeto tinha como objetivo de identificar todos os eventuais entraves para efetiva execução do Programa. Ele foi realizado na regional de ensino do Recanto das Emas, atendendo 26 escolas da rede pública, com valor de R$ 361.000,00 e foram selecionadas 01 cooperativa e 01 associação de agricultores familiares. Identificada e sanadas as dificuldades, foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R$ 6.100.000,00. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos por elas 308 agricultores familiares.

Portanto, em 2016 foram atendidos 250 agricultores familiares pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo um acréscimo de 25% além da meta proposta para esta política em 2016.

4. Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)

No Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2016 foi realizado um edital, PAA/TA 001/20016, de chamamento público pela SEAGRI para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 983 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2016, 112 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 32 mil pessoas. Para este ano, 2017, haverá um incremento de cerca de 20% das entidades, sendo atendido mais de 37 mil pessoas. No PAA modalidade Compra Institucional participaram 111 Agricultores Familiares, na modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares. O número total de famílias de agricultores familiares atendidos em 2016 é da ordem de 1.138. Com isso, obtivemos um acréscimo de 4% acima da meta estabelecida de atendimento à agricultores familiares.

5. Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 05 chamadas públicas, nas quais participaram 63 Agricultores Familiares – AF. O resultado obtido foi abaixo do esperado, pois a demanda dos órgãos do Executivo por produtos da agricultura familiar foi abaixo do que em anos anteriores. No entanto, cabe ressaltar que, apesar do número de chamadas públicas terem sido menor, foram negociados R$ 2.041.886,68, para uma aquisição de 495 toneladas de alimentos. Desta maneira, o número de agricultores familiares participantes no PAPA/DF não deve ser observado de maneira isolada para mensurar o desempenho do programa, pois diante de um cenário de crise a injeção de mais de dois milhões de reais na área rural do DF é um resultado expressivo, participaram 63 Agricultores Familiares – AF. Ampliou-se 85% até 2016 a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.

6. Atender 100% das famílias de agricultores familiares; (EMATER)

Em 2016, foram atendidos 7.931 beneficiários de ATER classificados como familiares, sendo 55.737 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para o desenvolvimento humano e social, produção agropecuária, negócios, gestão ambiental, desenvolvimento de agroecologia e atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroindústria.

7. Capacitar 10.000 beneficiários de ATER; (EMATER)

No ano de 2016 foram capacitadas 5.594 pessoas em gestão de negócios, nos aspectos do desenvolvimento da produção agropecuária, do desenvolvimento humano e social, da gestão ambiental, do desenvolvimento da agroecologia e de atividades não agrícolas (artesanato e agroindústria), visando colaborar com o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e vocações do agricultor.

8. Implantar unidades de validação de tecnologia; (EMATER)

A unidade de validação de tecnologia é importante para transformar a tecnologia em inovação, ou seja, para que as pesquisas geradas nas instituições de pesquisa/ensino sejam testadas, avaliadas e adaptadas a realidade do público beneficiário. É importante a criação e manutenção das redes de inovação sendo firmadas parcerias entre várias instituições e o público beneficiário. Segue as unidades implementadas em 2016:

- UPPO – Unidade Participativa de Produção de Leite Orgânico – 1 unidade – local: Agrobrasília. Parceria com Embrapa Cerrados, MDA e Rede de inovação Tecnológica de produção de leite agroecológica (UFSC);
- Unidades de reprodução de cultivares de mandioca – 10 unidades – local:Agrobrasília. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Pitáia – 01 unidade – Local: Agrobrasília. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Maracujá Pérola – 01 unidade – Local: Agrobrasília. Parceria com Embrapa Cerrados; e
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Multicultivo (Banana e Café) – 01 unidade – Local: Agrobrasília. Parceria com Embrapa Cerrados.

9. Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);

Em 2016 foi publicada, no DODF n° 128, a Portaria nº 35, de 12 de maio 2016, que instituiu o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo. O selo de Boas Práticas Agropecuárias – BPA vem para certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal.

As Boas Práticas Agropecuárias são definidas como o conjunto de princípios, conceitos, práticas, tecnologias, métodos e recomendações técnicas apropriadas aos sistemas de produção de insumos, de animais e de alimentos aplicados e implementados em nível de campo a fim de fomentar e agregar valor às atividades agropecuárias e de promover a saúde e o bem-estar humano e animal.

Para obter a certificação do selo, o produtor interessado deve procurar a Seagri ou o escritório local da Emater mais próximo de sua cidade e assinar o Termo de Adesão e Compromisso, comprometendo-se a atender as exigências previstas pelo Programa. De posse do Termo de Adesão e Compromisso a Emater realiza a vistoria no estabelecimento rural e elabora o Plano de Adequação da Propriedade.

O BPA foi implementado em 02 de junho de 2016, foram elaborados 67 Planos de Adequação das Propriedades e 10 propriedades receberam a certificação Também foram realizadas ações envolvendo qualificação e certificação de agricultores, resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades.

10. Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica; (EMATER)

Houve apoio à transição agroecológica e à conversão para a produção orgânica por parte das instituições públicas, através de ações de assistência técnica e extensão rural agroecológica em todo o DF, envolvendo aspectos tecnológicos da produção, comercialização, aspectos sociais e ambientais. Estas ações resultaram em cerca de 400 agricultores com sistemas produtivos de base agroecológica, em processos de conversão para a produção orgânica e em mais de 210 agricultores(as) já certificados ou cadastrados(as) como orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

11. Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias; (EMATER)

A meta foi atingida e está diretamente relacionada com a disponibilidade de insumos, ferramentas, adubos e sementes aos participantes das atividades Esses insumos estiveram disponíveis no ano de 2016, provenientes de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS firmado em 2011 e encerrado em novembro de 2016.

12. Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);

Através de parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. - NOVACAP, a EMATER viabilizou o empenho, referente à contração da elaboração do projeto de reforma dos Escritórios Locais: Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da EMATER- DF por meio da Deliberação Nº 14/2016 de 26 de setembro de 2016 a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Cabe ressaltar que o quadro de empregos permanentes da EMATER não dispõe de vagas para a especialidade engenharia civil, sendo necessária à contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, execução e fiscalização da obra.

Ressalta-se que foi pactuado com a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, órgão ligado a Casa Civil da Presidência da Republica, tendo como interveniente a Caixa Econômica Federal, o Contrato de Repasse de Nº 839.700/2016 - SICONV, com a finalidade de construção do Centro da Agricultura Familiar, composto por um galpão multiuso, banheiros públicos e unidade de apoio administrativo, com área total construída de 1.739,75 m², localizado no "módulo A, Lote 14, PAD-DF" situada no imóvel rural denominado Poço Claro ou Lamarão, Região Administrativa do Paranoá.

Em 2016, houve a atuação da SEAGRI em elaboração de projetos e análises/orçamentos, mas não se iniciou construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. Apesar de esta meta integrar o PPA 2016, ela somente seria atendida após a sequência: elaboração de projeto, aprovação de orçamento e execução (se houver recurso disponível).

A Ceasa em 2016 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

A Ceasa tem buscado ampliar o atendimento aos produtores rurais que desejam comercializar seus produtos no Mercado Livre do Produtor. Esse mercado funciona de segunda a sexta das 5h às 12 horas, sendo seu maior fluxo de comercialização nos dias de segunda e quinta-feira. Dada a consolidação desses dois dias da semana no calendário de comercialização da Ceasa, tem trabalhado para estimular a ampliação da quantidade de produtores que comercializam nos demais dias. Para isso, no último ano foi ampliada a divulgação entre os compradores da realização de feiras atacadistas durante toda a semana, criação de atendimento imediato dos produtores que desejam comercializar sua produção nos dias de terça, quarta e sexta, sem taxação, para estimular o desenvolvimento e crescimento do mercado nesses dias. Dessa forma, a Ceasa tem garantido o funcionamento do mercado em todos os dias da semana, investindo agora em divulgação e na consolidação da comercialização nesses dias.

13. Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural; (CEASA)

A Ceasa tem buscado ampliar o atendimento aos produtores rurais que desejam comercializar seus produtos no Mercado Livre do Produtor. Esse mercado funciona de segunda a sexta das 5h às 12 horas, sendo seu maior fluxo de comercialização nos dias de segunda e quinta-feira. Dada a consolidação desses dois dias da semana no calendário de comercialização da Ceasa, a Seção de Mercado junto a Gerência Técnica Operacional tem trabalhado para estimular a ampliação da quantidade de produtores que comercializam nos demais dias. Para isso, no último ano foi ampliada a divulgação entre os compradores da realização de feiras atacadistas durante toda a semana, criação de atendimento imediato dos produtores que desejam comercializar sua produção nos dias de terça, quarta e sexta, sem taxação, para estimular o desenvolvimento e crescimento do mercado nesses dias. Dessa forma, a Ceasa tem garantido o funcionamento do mercado em todos os dias da semana, investindo agora em divulgação e na consolidação da comercialização nesses dias.

14. Construir nova unidade da CEASA; (CEASA)

A execução da meta estabelecida no PPA 2016/2019 não foi realizada em 2016, considerando as características específicas para o terreno a ser selecionado para receber novas instalações da Ceasa tais como área ampla, topografia plana e de fácil escoamento de águas, estrutura viário para grande fluxo de veículos leves e pesados e livre de outras destinações, não foi possível a definição do local para providências de projeto e outras tratativas pertinentes à execução. Em 1º de dezembro de 2016 foi encaminhado à SEAGRI as justificativas relacionadas à necessidade de transferência da estrutura de atacadistas da Ceasa para nova área. Desse documento deu origem ao um processo– CEASA que se encontra na casa Civil para análise.

15. Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA; (CEASA)

Em 2016, a Ceasa implantou o programa de demissão voluntária, no qual foi possível reduzir custos com pessoal, além de renovar sua força de trabalho com a convocação de novos empregados. Além disso, houve um controle mais efetivo da cobrança e do controle dos inadimplentes, fazendo com a inadimplência tenha diminuído de 17%, em 2015, para 12% em 2016, o que representou a recuperação de créditos a receber considerável através de parcelamentos, que beneficiaram tanto o usuário como a Ceasa. Através dessas ações, a empresa conseguiu apurar um resultado financeiro positivo em 2016 de aproximadamente R$ 870.000,00 reais, o que representou não apenas a recuperação do equilíbrio financeiro da empresa, como também a possibilidade de planejar novos investimentos na melhoria do serviço oferecido pela empresa aos produtores rurais e empresários. Por fim, para os próximos exercícios são previstos novos investimentos em construções que gerarão receitas para a empresa, o que consolidará de vez o equilíbrio econômico financeiro da Ceasa.

16. Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade. (CEASA)

Por meio do processo nº 071.000.121/2015 foi proposta a criação de novos cargos para adequação da estrutura organizacional da Ceasa. O objetivo é criar cargos que melhorem a estrutura da empresa, tornando os processos internos mais eficientes, atendendo as demandas internas e externas de forma satisfatória. O processo foi encaminhado para a Governança do Distrito Federal, porém em 2016 foram solicitados diversos ajustes, que foram realizados e encaminhados novamente para apreciação dos órgãos competentes. Dessa forma, a Ceasa depende hoje da análise e aprovação de outros órgãos para poder cumprir essa meta, tendo realizado todas as etapas de sua competência no ano de 2016.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1480	CANAL RECUPERADO	KM	11	31/dez/14	QUADRIMESTRAL	15	19,675	15	15	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1481	PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	31/dez/14	BIMESTRAL	650	438	650	650	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1482	PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	30/jun/15	ANUAL	1.550	1.451	1.700	1.850	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1483	AGRICULTOR ASSISTIDO	UNIDADE	10.000	31/jan/15	ANUAL	10.900	11.284	11.800	12.700	13.600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
1484	PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	PESSOA	637	31/dez/14	ANUAL	870	1.626	1.110	1.360	16600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
1485	AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	UNIDADE	460	31/mai/15	ANUAL	506	510*	552	607	667	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1486	ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	UNIDADE	233	31/jan/15	ANUAL	245	245*	256	256	256	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1487	ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	UNIDADE	38	31/mai/15	ANUAL	48	48*	50	53	55	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1488	PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS	UNIDADE	41.300	31/jan/15	ANUAL	45.000	35.754	50.000	55.000	60.000	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1489	RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	%	0,34	31/mai/15	ANUAL	2	3	5	7,5	10	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4

* Índices atualizados em relação ao Relatório Anual de Prestação de Contas do Governador e SIGGO (Indicador 1485:392; para 510); (Indicador 1486: 226 para 245); e (indicador 1487: 35 para 48), conforme Ofício nº 0060/2017-PRESI-CEASA/DF.

Justificativas 2016

Indicador 1480 - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior.

Indicador 1481 - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calcário.

Indicador 1482 - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares -AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF. No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF.

Indicador 1483 -11.284 beneficiários de ATER (agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais) assistidos, com repetição, totalizando 79.095 atendimentos. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

Indicador 1484 - Participação de 1.138 agricultores familiares no PAA, 250 no PNAE e 238 no PAPA. Índice desejado foi subestimado e será solicitada a sua revisão.

Indicador 1485 - Conforme informações mais recentes do setor de estatística da CEASA/DF foram atendimentos 510 agricultores com espaço para comercialização na CEASA/DF, os espaços destinados ao agricultor foram ampliados e melhorados.

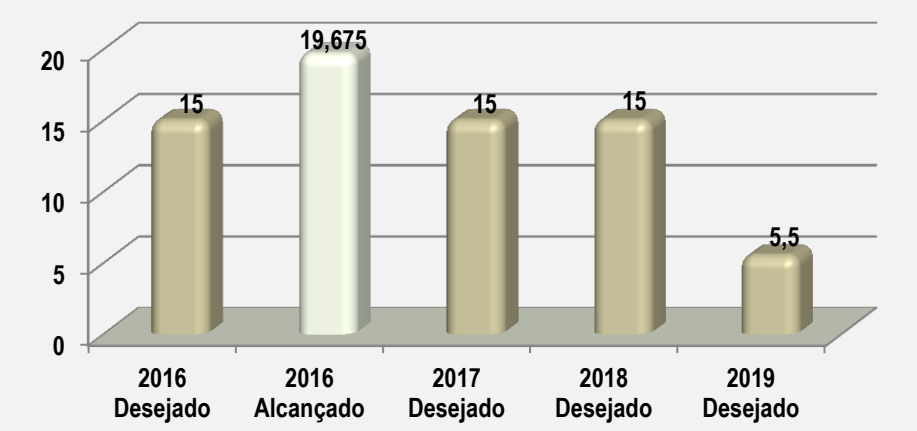
Indicador 1486 - Conforme informações recentes da Diretoria Operacional da CEASA/DF são disponibilizados 245 boxes para usuários na CEASA/DF. Em 2016, houve a retomada de alguns boxes por motivo de inadimplência através de processo judicial.

Indicador 1487 - Foi criado o Mercado de Agricultura Familiar na CEASA/DF com funcionamento aos sábados e o mesmo ainda está em fase de ampliação. O Mercado de Agricultura Familiar possui 55 espaços para comercialização, porém algumas entidades ocupam até 4 espaços ao mesmo tempo, beneficiando um número maior de produtores rurais comercializam na CEASA/DF, mas não fazem parte ainda de novas organizações de agricultores o que dificulta a ampliação desse número.

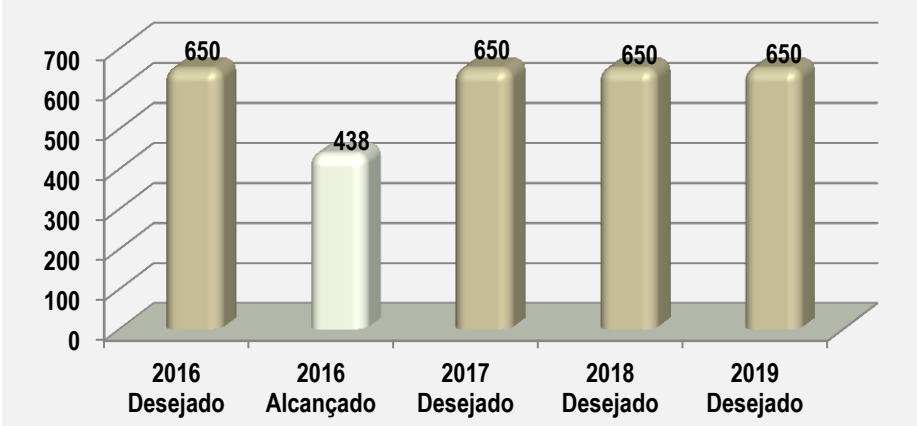
Indicador 1488 - Conforme informações do Banco de Alimentos da CEASA/DF a adequação à resolução nº 72 do MDS suspendeu o atendimento a diversas entidades por não estarem adequadas as obrigações da resolução.

Indicador 1489 - Com a realização de programa de desligamento voluntário incentivado e a diminuição da inadimplência média mensal, a CEASA/DF conseguiu aumentar o percentual de seu resultado operacional líquido em 2016.

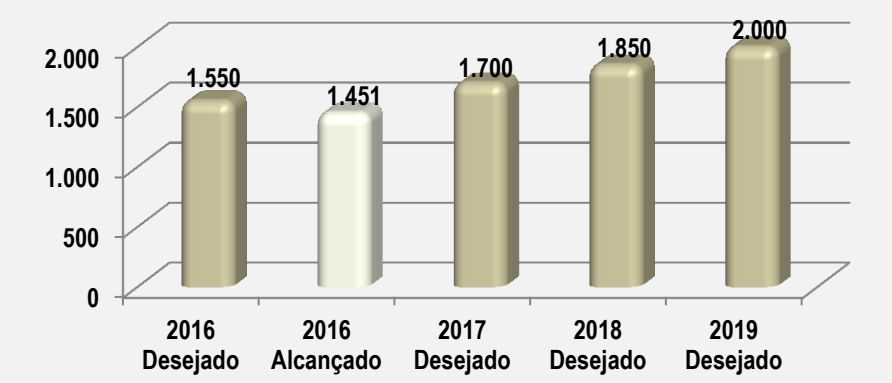
CANAL RECUPERADO



PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS



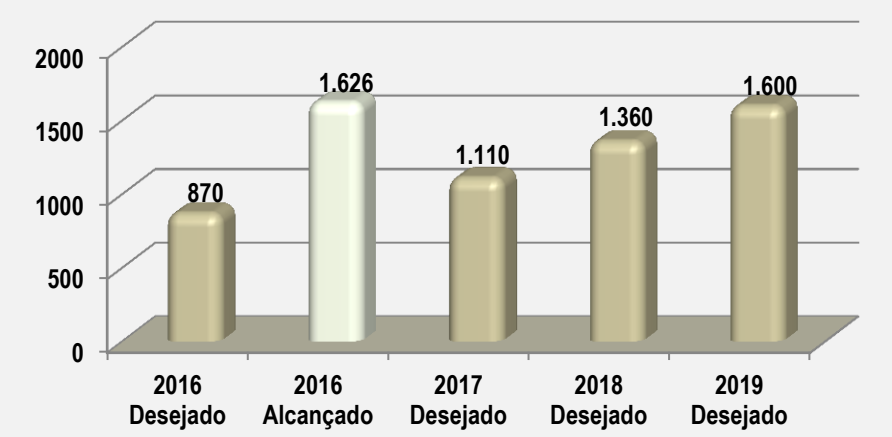
PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS



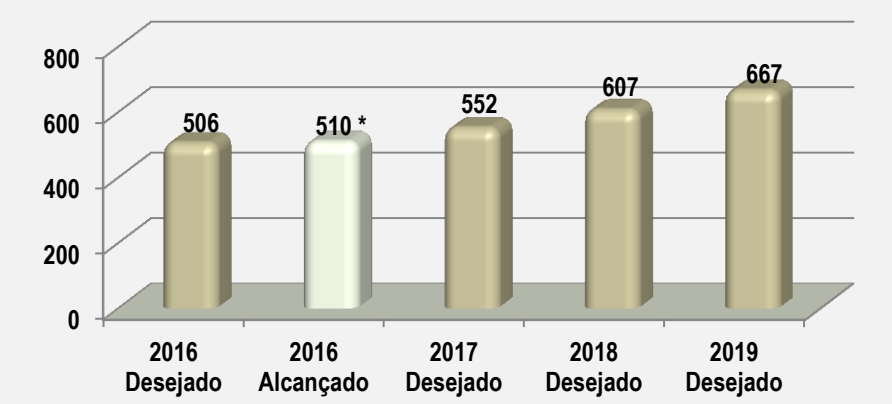
AGRICULTOR ASSISTIDO



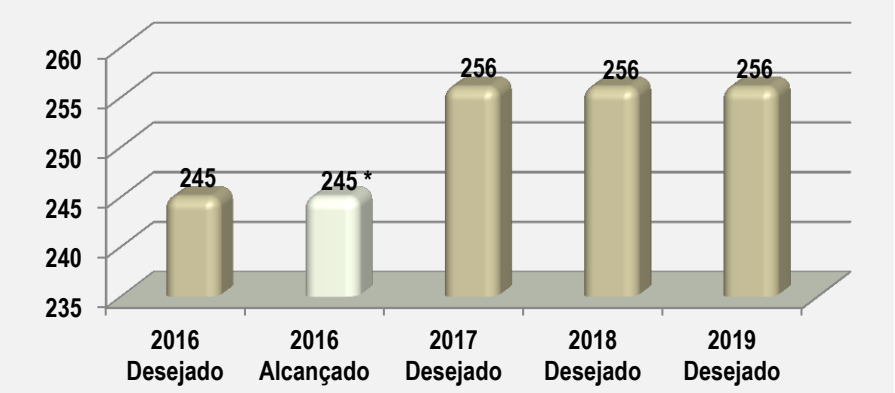
PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF



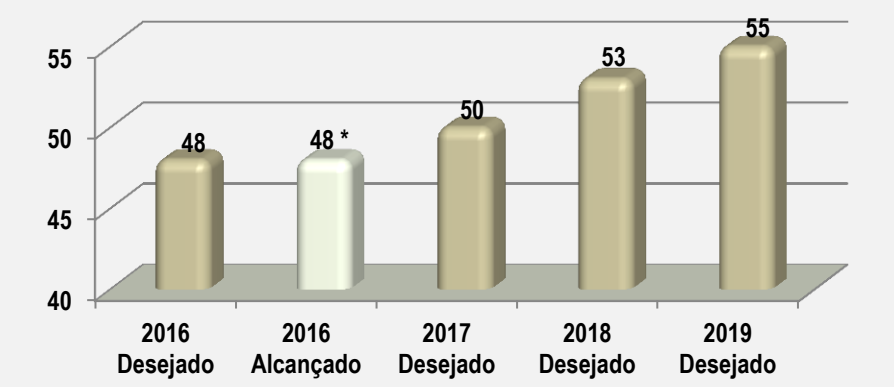
AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF



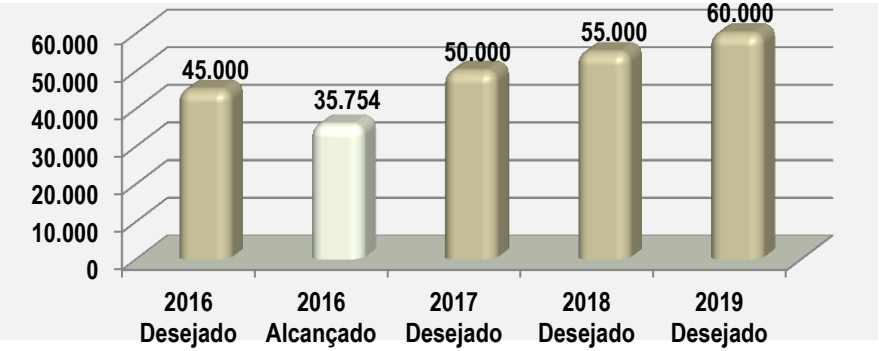
ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO



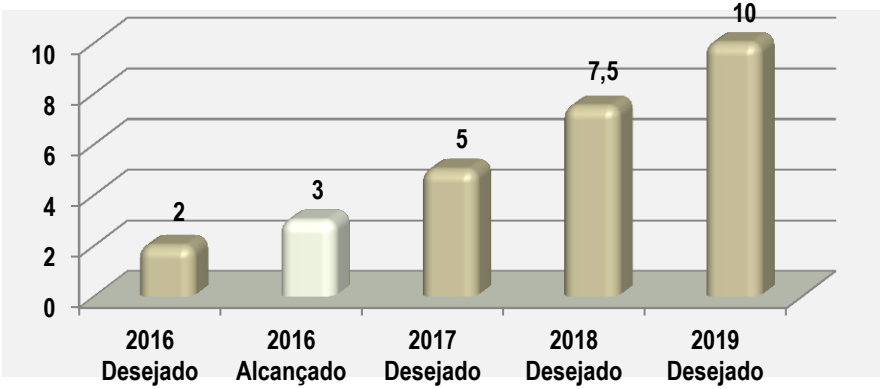
ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO



PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS



RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	4	1	Articulação junto à AGEFIS, à Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, à Secretaria de Gestão do Território e Habitação, à Subsecretaria de Ordenamento das Cidades, dentre outros órgãos, para a elaboração, implementação e acompanhamento de politicas públicas voltadas à área rural do Distrito Federal ;(SEAGRI, EMATER)	14101	65%	A SEGARI-DF está com projeto em implementação que é o "Direto na Roça" que envolve a comercialização de produção agrícola de forma direta do produtor rural na utilização de espaços públicos. O projeto foi elaborado e a implementação está no aguardo de decisões da SEAGRI/Gabinete relativas à adequação de legislações. Várias articulações foram realizadas junto aos órgãos distritais. Ação com 30% de implementação. A articulação com as instituições governamentais no âmbito do GDF está instituída no Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Em 2017 o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, acontecerá em Brasília, foi articulada a participação do GDF no referido evento em estreita parceria com a entidade representante dos produtores orgânicos do DF, através da EMATER, em 2016. Ação com 100% implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades SEAGRI e EMATER, considera-se a média de 65% de implementação.
6207	4	2	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de financiamento e Emendas Parlamentares (SEAGRI);	14101	0%	01 Projeto de Emenda Parlamentar Federal no valor de R$ 421.800,00 SDR/DDR para aquisição de 78 kits para fomentar agroecologia. **Observação:** a implementação depende da liberação do recurso para a compra dos insumos
6207	4	3	Celebração de Termos de Cooperação Técnica com Jardim Botânico de Brasília, Novacap, Rede de Sementes do Cerrado (renovação), IBRAM, Secretarias de Estado e Universidades, entre outros; (SEAGRI, EMATER)	14101	6,25%	Foi elaborado o Acordo de Cooperação Técnica entre a SEAGRI e Rede de Sementes do Cerrado e encaminhado à Assessoria Jurídico Legislativa desta Secretaria para a análise e prosseguimento. Ação com 12,5% de implementação. EMATER não celebrou nenhum Termo de Cooperação com essas instituições. Ação com 0% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades SEAGRI e EMATER, considera-se a média de 6,25% de implementação.
6207	4	4	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de Financiamento FAP-DF, FUNAM, Fundo Clima, FBB, inclusive federais e internacionais (IICA, PNUMA); (SEAGRI, EMATER)	14101	62,5%	A Seagri elaborou projeto junto ao IICA para encaminhamento ao Edital IKI -Iniciativa Internacional de Proteção do Clima do Governo Alemão. Obteve-se resposta da não contemplação desta proposta. O valor da proposta era de 4 milhões 520 mil Euros. Ação com 25% de implementação. Emater: apresentado e aprovado ao FUNAM o Projeto Programa de Assistência à Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto DF e aos que tiverem até 4 Módulos Fiscais em todo o DF, no valor de R$ 1.114.514,70. Ação com 100% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, considera-se a média de 62,5% de implementação.
6207	4	5	Criação de Grupos de Trabalho interinstitucionais para diagnóstico de potencialidades e elaboração dos Programas de	14203	100%	Acordo de Cooperação entre SEAGRI/EMATER/Ceasa para promover a política de desenvolvimento rural, através de programas que articulem ações dos setores de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Desenvolvimento; (EMATER)			
6207	4	6	Celebração de Termos de Cooperação Técnica e outros instrumentos legais com órgãos governamentais e não governamentais para desenvolvimento e implantação dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER)	14203	100%	Acordos de cooperação técnica vigentes no exercício 2016:: Associação dos produtores do Núcleo Rural Lago Oeste – ASPROESTE; Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina – COOTAQUARA; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Avançado Cristalina-GO – IFC Goiano; Tribunal Regional do Trabalho – TRT; Agência Nacional de Águas – Ana Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal - Coopa-DF; Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR; Incra SR(28)-DF ;SEAGRI / Ceasa / EMATER; Prefeitura de Cristalina; Município de Padre Bernardo – GO; FAPE-DF; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados; Sebrae-DF.
6207	4	7	Atualização, publicidade e implantação de novo regulamento de mercado da CEASA-DF; (CEASA);	14202	100%	A atualização do Regulamento de Mercado foi realizada por um Grupo de Trabalho, formado por funcionários da Ceasa, amplamente debatido com as associações de produtores e empresários. A minuta foi aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho administrativo desta empresa. A cerimônia de apresentação das novas regras de mercado ocorreu em 9 de maio de 2016 no Mercado Livre do Produtor. Na ocasião, o regulamento de Mercado foi distribuído para os produtores e empresários, além disso, o arquivo está disponível por meio físico na Gerência de Mercado e por meio eletrônico no site da Ceasa.
6207	4	8	Elaboração de manual de boas práticas de comercialização de alimentos no âmbito da CEASA-DF; (CEASA)	14202	40%	As ações para a elaboração do manual de boas práticas de comercialização foram interrompidas. Os contatos foram refeitos e aguarda-se posicionamento dos envolvidos para dar continuidade aos procedimentos. Concomitantemente, a Ceasa está colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual, tais como a Gestão dos resíduos sólidos e Higienização seguida de padronização das caixas plásticas no Mercado Livre do Produtor.
6207	4	9	Aprimoramento do programa de agro-qualidade, considerando o planejamento estratégico, inclusive com implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos ;(CEASA)	14202	70%	As ações do Programa de Agroqualidade têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS foi desenvolvido e entregue /finalizado. O PGIRS encontra-se em fase de execução do proposto, criando mudanças na execução do serviço de limpeza da empresa atua na aquisição de novos contêiners adaptados. Ademais, está sendo elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva, adaptado ao previsto no PGIRS. Em relação aos resíduos sólidos buscou-se também alternativas para destinação final e tratamento dos resíduos sólidos gerados no âmbito da Ceasa.
6207	4	10	Implantação de CNPJ do Banco de Alimentos (CEASA);	14202	0%	Foram realizados estudos em 2016 para implantação do CNPJ do Banco de Alimentos da Ceasa, porém a ação foi considerada inviável. A criação de um CNPJ significaria a criação de uma nova personalidade jurídica, com custos próprios, gerando um gasto com o governo. Portanto, entendeu-se pela não necessidade da implantação do CNPJ, continuando o banco de alimentos com seu funcionamento como parte integrante do complexo administrativo da agricultura do Distrito Federal.
6207	4	11	Regulamentação da atuação dos carregadores avulsos (Lei 12.023, de 2009) (CEASA);	14202	50%	Em 2015 foi autuado processo administrativo objetivando a aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009 que trata das atividades da movimentação de mercadorias em geral. Com isso foi firmado entre a Ceasa e o SINTRAMB - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Brasília. Foi apresentado pelo SINTRAMB um plano de trabalho, incluindo o cronograma para cumprimento das normas. A Ceasa nomeou servidores para fiscalizar o Termo de Cooperação e o mesmo foi colocado em prática no ano de 2016. No entanto ainda há ações a serem desenvolvidas, que serão firmadas em novo acordo em 2017, onde se dará continuidade aos trabalhos iniciados.
6207	4	12	Administração do Mercado da	14202	100%	O espaço passou a ser administrado pela Ceasa em 2016. Nesse ano, foram regularizadas as documentações das

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Agricultura Familiar (CEASA);			organizações familiares, adquiridas bancas padronizadas para comercialização, reorganizado o layout, confeccionado placas para diferenciação de produtos convencionais e orgânicos, elaborada normativa para funcionamento do mercado entre outras. Atualmente, cerca de 35 organizações comercializam todos os sábados no Mercado de Agricultura Familiar, as ações implementadas pela Ceasa foram fundamentais para organizar o uso do espaço e regulamentar normas para seu funcionamento. Houve um ganho significativo de valor atribuído, com crescimento nas vendas e na imagem final levada ao consumidor.
6207	4	13	Realização de avaliação e atualização do ativo permanente da CEASA-DF (CEASA);	14202	30%	Foi autuado em 2016 um processo com o intuito de se realizar a avaliação e atualização dos ativos permanentes da Ceasa, o mesmo foi analisado pela Diretoria Administrativa e encontra-se em fase de licitação. Após a contratação da empresa, será realizado estudo para reavaliação imobiliária e do ativo permanente da empresa.
6207	4	14	Desenvolvimento de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional e de processos de resposta aos seus resultados (CEASA);	14202	50%	Em 2016 a Ceasa através da Diretoria Administrativa, responsável pelo gerenciamento de recursos humanos, desenvolveu um estudo, o qual foi possível a criação de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional. Nesse tempo, diversas atividades foram organizadas na empresa com o intuito de trazer ganhos positivos para o clima na empresa. Com a ferramenta desenvolvida, a realização de pesquisa para avaliação ocorrerá no primeiro semestre do exercício de 2017.
6207	4	15	Readequação de organograma/atividades das gerencias de apoio, conforme demanda do planejamento operacional e redesenho dos processos visando melhoria, sobretudo no apoio às atividades finalísticas, com adequação do Regimento Interno (CEASA);	14202	20%	A Ceasa possui em andamento um processo para readequação do seu organograma, com o objetivo de dar maior eficiência aos processos gerenciais da empresa. Além disso, foi decidido pela Diretoria da empresa, a renovação do regimento interno da empresa, com o intuito de apresentar no regimento as atividades reais que cada Diretoria e suas divisões desenvolvem, os relatórios de cada Diretoria foram entregues no final de 2016 e o mesmo será discutido e implantado nos próximos meses.
6207	4	16	Realização de estudos para novo concurso público (CEASA);	14202	10%	A Ceasa em 2016 encontrava-se ainda com seu concurso realizado em 2012 vigente. Dessa forma, em 2016 foi desenvolvido e estabelecido um cronograma para realização das ações necessárias para realizar um novo concurso público. Com o encerramento da validade do concurso anterior, em 2017 serão realizadas as ações previstas no cronograma.
6207	4	17	Realização de planejamento orçamentário, fiscal e financeiro da CEASA (CEASA);	14202	80%	A Diretoria Financeira, através de diversas reuniões com as outras Diretorias da empresa, realizou planejamento orçamentário e financeiro para os próximos exercícios com o intuito de planejar e visualizar o crescimento da empresa. Cada setor conseguiu informar suas necessidades e possibilidade de cortar gastos. Além disso, com o intuito de executar o planejamento estratégico da empresa, foi estabelecido plano de investimentos para os próximos anos, com o objetivo de buscar novas fontes de receitas e consolidar os bons resultados financeiros da Ceasa.
6207	4	18	Implantação de rotina de auditoria externa e interna na CEASA (CEASA);	14202	10%	Em 2016, foi elaborado pela Diretoria Financeira da Ceasa termo de referência para contratação de auditoria externa, o processo de contratação da empresa foi analisado pela Diretoria Administrativa e pela dificuldade de conseguir cotações e pelos preços elevados para contratação, foi solicitada a realização de ajustes no termo de referência. Foi dado andamento ao processo, no entanto a empresa não foi contratada no exercício de 2016, dessa forma, será elaborado novo termo de referência para executar essa ação no exercício de 2017.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	4	19	Construção e implantação de um plano de comunicação interna (CEASA);	14202	20%	A Diretoria Administrativa em conjunto com a Assessoria de comunicação estabeleceram um cronograma de reuniões a ações para "redesenhar" a intranet da empresa, com o objetivo de desenvolver a comunicação interna da empresa. Além disso, foram realizados seminários com o corpo gerencial da empresa com o intuito de conscientizar e criar normas para comunicação interna. No próximo ano será desenvolvida e implantada a nova intranet da Ceasa.
6207	4	20	Mapeamento e manualização dos processos internos (CEASA);	14202	30%	A Diretoria da Ceasa em 2016 determinou que os setores realizassem mapeamento e manualização dos processos internos da empresa. Nesse sentido, diversos setores já criaram manuais para seus processos internos, os quais serão disponibilizados na intranet da empresa em momento oportuno. Além disso, processos internos de pagamento, de gestão de pessoas, aquisição de bens foram mapeados e divulgados internamente na empresa para conhecimento de todos os funcionários.
6207	4	21	Aprimoramento do site da CEASA-DF, no sentido de facilitar a consulta e melhorar o acesso às informações (CEASA).	14202	40%	Em 2016, a Ceasa criou juntamente com a Assessoria de Comunicação cronograma para melhoria do site institucional. Diversos novos itens foram adicionados ao site com o intuito de melhorar a transparência das ações desenvolvidas pela empresa, como relatório financeiro, demonstrativo de rateio, relatórios gerenciais, entre outros. Para o exercício de 2017, a Assessoria de Comunicação, juntamente com a Diretoria Administrativa e a Secretaria de Estado de Comunicação desenvolverão novas melhorias para o site da empresa.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Dentro do Objetivo Específico, houve o atendimento às demandas de produtores assistidos em doação de insumos que atingiu resultados dentro dos parâmetros possíveis conforme a demanda que houve. A mesma situação ocorreu na participação do Agricultor nos Programas de Compras Institucionais, que depende da necessidade concreta de se realizar compras e haver oferta de propostas. Economicamente estes programas vêm atingindo suas finalidades ao público assistido.

Os programas de compras institucionais (PAA, PAPA/DF e PNAE) executados, diretamente ou em parceria com outros órgãos, pela SEAGRI são de grande importância para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Estes programas viabilizam a aquisição direta, sem licitação, de alimentos e produtos oriundos dos agricultores familiares, para abastecimento da rede socioassistencial ou do mercado governamental, gerando renda para as famílias do campo e contribuindo para a criação de empregos e diminuição do êxodo rural.

Os programas, em sua maioria, visa garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à uma alimentação adequada à população do Distrito Federal estando inseridos no Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – PDSAN/DF.

Os Programas, PAA e PNAE, o recurso utilizado para o fortalecimento da agricultora familiar vem da União, o primeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o segundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Já o recurso utilizado para as aquisições do PAPA/DF é proveniente do próprio Distrito Federal.

Cabe ressaltar que, em conjunto, essas políticas vêm avançando em seus objetivos, levando cada vez mais renda ao campo, aumentando numero de famílias de agricultores familiares tendo acesso e garantindo a suplementação alimentar nutricional da população que se encontra em insegurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.

A SEAGRI vem atuando de forma conjunta nos projetos de assentamentos, prestando todo suporte nas questões envolvendo a mecanização de manutenção e abertura de estradas, na conservação de solo e drenagem. Destaca-se também a atuação da SEAGRI através de suas ações de capacitação de conversação ambiental e em programa de boas práticas aos agricultores familiares que englobam o público atendido.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

EMATER-DF

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, serviço público prestado pela EMATER é fundamental para as cadeias produtivas que predominam no Distrito Federal. A integração de esforços para o desenvolvimento de instrumentos e metodologia visando à implementação das ações, tem possibilitado aos produtores rurais acesso a informação e potencializado a interação entre os diferentes membros das cadeias, aprimorando suas habilidades, a fim de garantir o equilíbrio econômico, social e ambiental para o Distrito Federal.

As inovações tecnológicas sustentáveis tem sua relevância nas cadeias produtivas: olericultura, grãos, floricultura, avicultura, bovinocultura de leite, destacando-se pelo alto índice de produtividade. Apesar do ambiente de crise econômica, fatores ambientais como crise hídrica e fatores climáticos como escassez de chuva, o serviço de ATER continua proporcionando competividade aos agricultores.

Os projetos que foram implementados através de parceria entre instituições públicas, ONG's, agricultores e movimentos sociais, bem como a organização de fóruns estratégicos para reflexão, encaminhamentos e desenvolvimento da Agroecologia e produção orgânica incentivaram a comercialização da produção orgânica no DF. Destacam-se 6 fatores cujo apoio governamental foi fundamental:

1. Aumento de feiras orgânicas, saltando de 37 para 51 pontos de venda de produtos orgânicos direto dos agricultores para os consumidores em todo o Distrito Federal;
2. Aumento significativo do número de agricultores orgânicos comercializando sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e no programa Distrital denominado Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura - PAPA;
3. Implementação do mercado de varejo e atacado de produtos orgânicos na Ceasa no Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar;
4. Consolidação do associativismo e cooperativismo de produtores orgânicos;
5. Modernização nos processos de comercialização dos grupos associativos e cooperativos e intensificação da comercialização no atacado destes grupos;
6. Formação de sete Organizações de Controle Social e de uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC; visando o fortalecimento e consolidação no mercado local, oferecendo diferenciação de produtos e serviços.

Os empreendimentos rurais necessitam do registro em âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, denominado Cadastro Ambiental Rural - CAR, que tem por finalidade promover a regularização ambiental dos imóveis rurais permitindo a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação e o planejamento ambiental e econômico de imóveis rurais. Por meio do Convênio 001/2016-FUNAM, celebrado entre a EMATER/SEAGRI/SEMA, foram contratados 53 estagiários, todos capacitados pela equipe da EMATER através da Gerência Ambiental e adquiridos 5 veículos, para ofertar aos pequenos produtores com área de até 4 módulos fiscais (20 hectares).

CEASA-DF

A Ceasa em 2016, com a ampliação e regulamentação do Mercado de Agricultura Familiar conseguiu consolidar e aumentar espaços para comercialização da agricultura no Distrito Federal. Foram realizados diversos investimentos em infraestrutura, padronização dos espaços e um controle mais efetivo dos produtos comercializados. Além disso, a implantação de programas como o de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, boas práticas de comercialização, entre outros, auxiliou os agricultores e empresários na melhoria da qualidade dos serviços de comercialização oferecidos, além da consolidação da Ceasa como centro de distribuição de produtos hortigranjeiros no Distrito Federal. A ampliação dos dias de funcionamento da pedra e varejão proporcionou o atendimento e apoio a novos produtores rurais, que possuem garantia na comercialização de seus produtos, com ampla divulgação e apoio da empresa. Em 2016, foi iniciado também estudos para a construção da nova Ceasa, o processo, no entanto, é lento, mas o alcance de resultados proporcionará agregação de valor à agricultura do Distrito Federal. Por fim, a implantação e divulgação do novo regulamento de mercado da Ceasa proporcionou o aumento da organização da comercialização nos espaços disponíveis, foi possível consolidar esses espaços de forma a disponibilizá-los e oferecer apoio institucional aos agricultores, além de beneficiar os empresários de atacado, por trazer novos públicos para dentro da Ceasa.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META		UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	5	1	Ampliar a promoção de eventos técnicos científicos nacionais e internacionais para 4 eventos (CACI);		09101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	4	-	-	-	4	
6207	5	2	Implementar o Parque Tecnológico de Brasília (CACI) até 2019, segundo etapas:	Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016;	09101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
				Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016;	09101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
				Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)	09101	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	
6207	5	3	Disponibilizar internet sem fio gratuita (iluminação digital) de espaços públicos (CACI);		09101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6207	5	4	Firmar Acordos de Cooperação entre o Governo de Brasília e entidades e empresas para instalação de projetos no Parque Tecnológico (CACI);		09101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6207	5	5	Adequar a capacidade operacional da FAP para fazer face ao crescimento da disponibilidade de recursos (FAP);		09202	100	%	MAIOR, MELHOR	0%	-	-	-	0%	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	5	6	Aumentar e diversificar em 10% o número de editais para seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem apoiados pela FAP (FAP);	09202	10	%	MAIOR, MELHOR	3	-	-	-	3	
6207	5	7	Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER).	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	

Análise Qualitativa

1. Ampliar a promoção de eventos técnicos científicos nacionais e internacionais para 4 eventos (CACI);

1. Participação na WCIT – World Conference of Information Technology;
2. Participação na Semana Nacional de CTI-SNCTI;
3. Prévia da Campus Party;
4. Organização de Evento da Rede Distrital de Educação e Difusão.

2. Implementar o Parque Tecnológico de Brasília (CACI) até 2019, segundo etapas:

Atualmente a SACTI é responsável por acompanhar os processos inerentes a estruturação do projeto Parque Tecnológico BioTic, bem como subsidiar as atividades de outros órgãos do governo no mapeamento de informações de interesse e conceituações que abordem a CTI. Os próximos passos serão subsidiar a tomada de decisão no que tange à ocupação da Sede de Governança e definir e estruturar o modelo da aceleradora a ser instalada na Sede de Governança em parceria com a FAPDF.

2.1. Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016;

O processo está sendo gerido pela Terracap.

2.2. Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016;

O processo está sendo gerido pela Terracap.

2.3. Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)

Projeto executado em 60% no exercício de 2016, dentro do previsto, com previsão de conclusão em outubro de 2017. Gerido pela Terracap.

3. Disponibilizar internet sem fio gratuita (iluminação digital) de espaços públicos (CACI);

Em 2016, as áreas de cobertura do projeto Sinal Livre foram mantidas nos seguintes locais:

a) Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (RPP) – Plataforma Inferior, Mezanino e Plataforma Superior;
b) Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG) – Área Externa e Ala Oeste (indoor) interior;
c) Planetário de Brasília – Cobertura interna (indoor) e Área externa;

d) Torre de TV – Feira da Torre e Praça das Fontes;
e) Estádio Nacional de Brasília (ENB) – Perímetro Externo;
f) Parque da Cidade Dona Sara Kubitschek – Próximo ao Parque Nicolândia;
g) Setor Hoteleiro Norte e Sul – Quadra 05 (não operacionais);
h) Estações do Metrô (Central, Galeria, Feira e Águas Claras).

Durante o exercício de 2016, não foram implementadas expansões da rede e novos pontos de cobertura. Pontos de Acesso com pendências de energização não foram ativados no Parque da Cidade e Setores Hoteleiros.

Está em andamento, em fase pré-licitatória, a contratação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento do Sinal Livre. Nos meses de novembro e dezembro de 2016, a Equipe de Planejamento da Contratação, constituída por integrantes da Casa Civil, SECTI e SUTIC/SEPLAG, trabalhou no Termo de Referência para contratação dos mencionados serviços.

Encontram-se vigentes contratos de link de dados e de energização de pontos de acesso (CEB), em atendimento ao projeto.

A rede do Projeto Sinal Livre – SACTI-DF atende em média 20.000 usuários/dia. O monitoramento é realizado diariamente por meio da ferramenta Cisco Prime Infraestructure, que permite visualizar informações e aspectos de uso da rede online, bem como a geração de relatórios gerenciais. Quando detectados problemas sanáveis que geram indisponibilidade do sinal, a equipe da SACTI-DF percorre os locais de cobertura para identificação e resolução da falha.

4. Firmar Acordos de Cooperação entre o Governo de Brasília e entidades e empresas para instalação de projetos no Parque Tecnológico (CACI);

O processo está sendo gerido pela Terracap.

5. Adequar a capacidade operacional da FAP para fazer face ao crescimento da disponibilidade de recursos (FAP);

Em 2016, não houve alteração no quadro de servidores da FAPDF, permanecendo com mesma estrutura orgânica.

6. Aumentar e diversificar em 10% o número de editais para seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem apoiados pela FAP (FAP);

Em 2016, a Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP deu continuidade a diversos editais lançados e convênios firmados em razão dos compromissos previamente assumidos com instituições parceiras e com a comunidade científica, foram lançados 21 editais e chamadas para Seleção de Projetos, os quais estão distribuídos nos 07 Programas de trabalho, aprovados pelo Conselho Superior desta FAP, conforme descrito abaixo:

- ✓ 13 Editais:
  - 12 editais com recursos exclusivos da FAPDF; e
  - 01 edital com contrapartida do CNPq.
- ✓ 03 Chamadas:
  - 01 com recursos exclusivos da FAPDF em parceria; e
  - 02 em parceria.
- ✓ 05 Convênios
  - 03 internacionais; e
  - 02 nacionais

7. Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER).

Foi criada em 2015 e continua em funcionamento a "Rede de Inovação Rural do DF", coordenada pela EMATER. Essa rede é integrada pelas seguintes instituições parceiras: EMATER, EMBRAPA Cerrados, EMBRAPA Hortaliças, EMBRAPA Agroenergia, IFB, UNB e UPIS. Esta rede tem a função de captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos.

Com a EMBRAPA Cerrados foram feitas reuniões com participação de técnicos da EMATER e Embrapa para sistematizar as ofertas e demandas.

Com a Embrapa Hortaliças foi entregue documento com as "Demandas" dos produtores organizados pela EMATER, a Embrapa analisou e elaborou um portfólio de ofertas tecnológicas disponíveis pela Embrapa Hortaliças.

Com a Embrapa Agroenergia/CCBP (Energias Renováveis) – foi construído um estande na Agrobrasília e ministrado o curso de capacitação para técnicos da EMATER, multiplicadores e produtores e foram realizadas visitas aos escritórios para orientação sobre Energia Fotovoltaica. Com as outras instituições parceiras este trabalho é feito de forma pontual e eventual.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1490	ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	UNIDADE	10	30/jun/15	ANUAL	12	12 *	22	32	36	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
1491	START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO	UNIDADE		01-JAN-0001	ANUAL	50	47 *	75	125	200	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
1492	BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF	UNIDADE	250	30/jun/15	ANUAL	1.000	1.485	1.500	2.000	2.000	FAPDF / UO 09202 / OE 5
1493	ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO	UNIDADE	6	30/jun/15	ANUAL	10	7	15	20	20	FAPDF / UO 09202 / OE 5

* Índice atualizado em relação ao Relatório de Prestação de Contas de 2016 e SIGGO (Indicador 1490: 0%; para 12) e (Indicador 1491: 0 para 47)

Justificativas 2016

Indicador 1490 - Considerando que o Projeto WI-FI sofre com entraves orçamentários, não foi possível a ampliação da rede de cobertura. Vale ressaltar que há a dificuldade para manter em pleno funcionamento a rede existente. Todavia, tanto os contratos de manutenção existentes e futuros, quanto o modelo de gestão e ampliação da rede estão em fase de revisão e resolução.

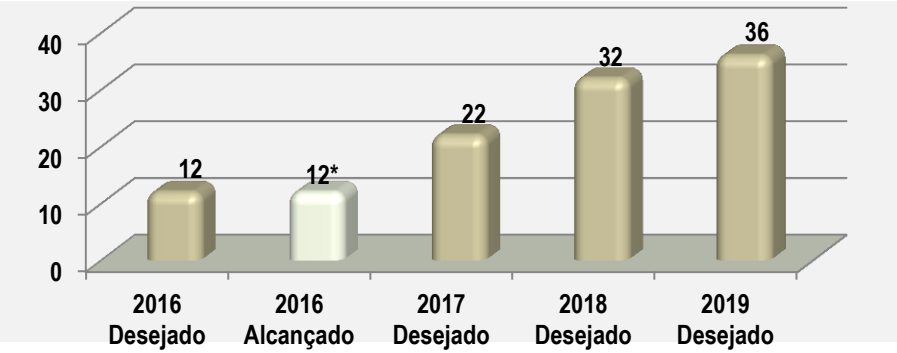
Indicador 1491 - Considerando que o Projeto Parque Tecnológico encontra-se em fase de definição do modelo de gestão e implantação, não há o que se falar em implantação de startups dentro do escopo do Parque neste Momento. O objetivo é que, após a inauguração da Sede da Governança do Parque tecnológico, seja possível dar continuidade ao apoio startups e as inserir efetivamente dentro do contexto do parque.

Indicador 1492 - Foram lançados 12 editais com recursos exclusivos, 03 chamadas públicas, 03 convênios internacionais e 02 convênios nacionais.

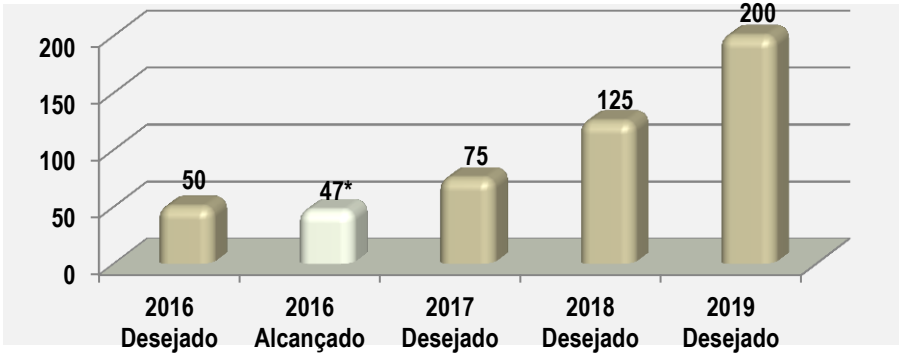
Indicador 1493 - Alteração do novo acordo de resultados assinado em outubro de 2016.

Em tempo, vale ressaltar que a FAPDF, por meio do Edital, em 2016 selecionou 47 ideias inovadoras para recebimento de Subvenção Econômica. Nesse sentido, espera-se que a partir da contratação e liberação dos recursos, os selecionados no Edital de Apoio às Startups possam desenvolver suas ideias, e estes possam ter a possibilidade de participarem de Programas de Incubação e de Aceleração no Parque Tecnológico BioTic.

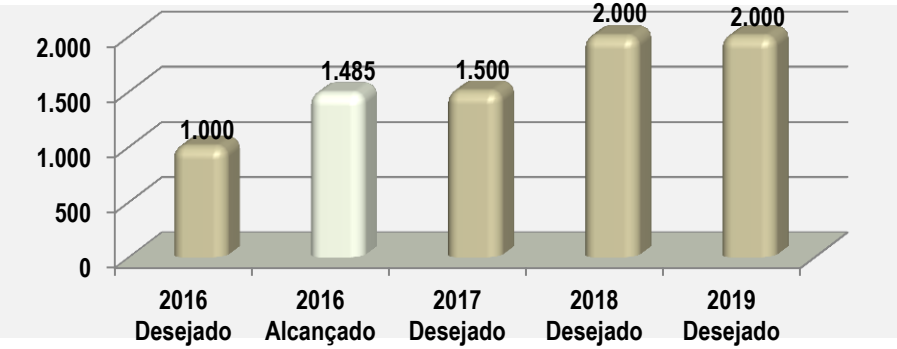
ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA



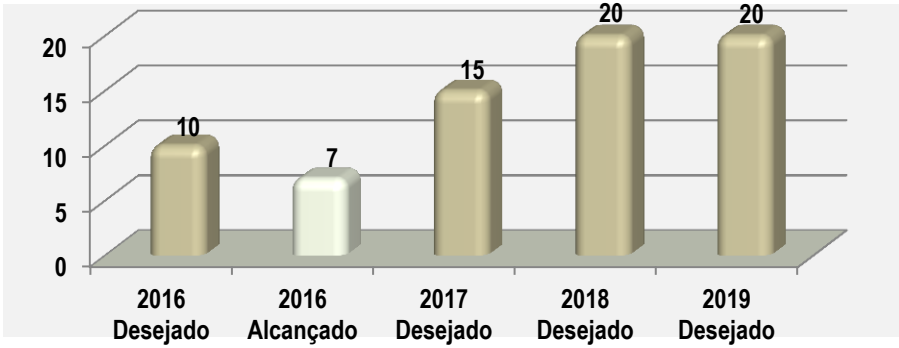
START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO



BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF



ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	5	1	Organização do WCIT – World Conference of Information Technology - em 2016 (CACI);	9101	100%	A SECTI participou efetivamente da proposta de candidatura para o DF sediar o evento. Todavia, não houve a efetiva participação na execução.
6207	5	2	Fortalecimento do mecanismo de fomento à P&D (pesquisa e desenvolvimento) através da ampliação dos recursos disponíveis (FAP);	9202	0%	Os recursos da FAPDF tem ampliação garantida até 2021 por dotação mínima da receita corrente líquida do Distrito Federal, que lhe será transferida mensalmente, em duodécimos, e acordos firmados com CNPQ e FINEP para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico do DF.
6207	5	3	Formalização e implementação de convênios, acordos de cooperação e ajustes visando ampliar a fonte de recursos para financiamento de projetos de Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação (C, T e I) (FAP);	9202	22,52%	Seminário de Avaliação Final do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX – Edital nº 03/2009 FAPDF/CNPq: programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa; recuperação e a ampliação da infraestrutura laboratorial. Seminário de Avaliação Final do Programa de Apoio a Empresas de Base Tecnológica – PAPPE Integração: programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa; recuperação e a ampliação da infraestrutura laboratorial; Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Seminário de Avaliação do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS): busca apoiar pesquisas voltadas para solução de problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do SUS no DF.
6207	5	4	Articulação com órgãos governamentais na esfera distrital e federal, com organismos nacionais e internacionais relacionados à área de C, T e I, com vistas a fortalecer e ampliar o número de parceiros da FAPDF (FAP);	9202	46,15%	A FAPDF, em conjunto com outras Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados e o INRIA e CNRS, em parceria com o CONFAP lançaram Chamada Pública para apoio a projetos de pesquisa colaborativos entre pesquisadores franceses e brasileiros. Parceria com o Conselho Britânico, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP, o Fundo Newton recomendou 02 propostas referente workshops que serão coordenados por pesquisadores do DF.
6207	5	5	Instituição de Termos de Cooperação Técnica e Convênios com FAL/UNB, EMBRAPA, MCT, FAP-DF, Universidades Privadas com objetivo de integrar a pesquisa com extensão (EMATER);	14203	50%	Existe acordo de cooperação com a EMBRAPA Cerrados e Câmara de Comercio Brasil-Portugal - CCBP, outras instituições estão em processo de elaboração do acordo.
6207	5	6	Articular com o Sistema S iniciativas de formação e qualificação de profissionais na área de design; (EP) (CACI)	9101	0%	Não há informação disponível na Secretaria relativa a esta entrega.
6207	5	7	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias voltadas para os Arranjos Produtivos Locais e para as cadeias produtivas consideradas estratégicas para a indústria do DF; (EP) (CACI)	9101	100%	Desenvolvido por meio do estudo elaborado pela CODEPLAN, no que tange aos arranjos produtivos locais. Considerando a necessidade de aprofundamento da análise, foi decidido que novo Acordo de Cooperação Técnica deve ser elaborado e executado a partir do segundo Semestre de 2017.
6207	5	8	Elaborar de forma participativa o Plano Ciência e Tecnologia, compatível com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do DF. (EP) (CACI)	9101	0%	O processo será efetivado em 2017 com a publicação do decreto.

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

Em desenvolvimento das ações para a implantação, consolidação e coordenação do Sistema de Ciência. Entre essas ações, destacam-se a institucionalização do Marco Regulatório da CTI no DF, por meio do Decreto de Política de CTI e da Lei de Inovação, e ações a seguir:

- Identificação dos diversos atores e iniciativas, públicas e privadas, que compõem o ambiente de Ciência, Tecnologia e Inovação no Distrito Federal;
- Organização dos componentes do SDCTI para orientar o desenvolvimento econômico-social por meio de Políticas Públicas, investimentos e ações de base tecnológica;
- Incentivo à captação de recursos, públicos e privados, nacionais e internacionais, bem como o direcionamento orçamentário para as inciativas de SDCTI;
- Melhoria do diálogo de seus integrantes e entre este e a sociedade civil, conferindo transparência, objetividade e colaboração nas ações em CTI.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

EMATER-DF

A articulação da Extensão Rural, que intervém sobre a realidade mediante os preceitos da educação informal, com as instituições de pesquisa, que são importantíssimas para o desenvolvimento das ciências, conduzem a mudanças significativas nos processos de produção, sendo a aprendizagem baseada na troca de conhecimento e experiência para os profissionais e comunidade.

A inovação, diferentemente da lógica da invenção, não se baseia na busca de novas propriedades técnicas ou novos produtos, sua ênfase recai sobre a compatibilização entre o avanço tecnológico e as instituições sociais existentes. A estrutura organizacional deve ser assentada nos fluxos de informação que são essenciais. A escolha de determinadas tecnologias e a recusa de outras não são baseadas em critérios puramente econômicos ou racionais, mas sim na compatibilização, envolvendo crenças e interesses dos diversos grupos e setores estratégicos que se encontram na atividade tecnológica. O conceito de redes de atores adquire importância crucial, pois através delas é possível detectar simultaneamente tanto o sentido das práticas sociais, como das inovações tecnológicas em implicações complexas e dinâmicas.

A Inovação Tecnológica no âmbito da EMATER tem os seguintes objetivos:

• Identificar as necessidades de tecnologia das populações rurais;

• Qualificar esta demanda para escolher as prioridades;

• Criar as condições objetivas para circulação da informação e para retroalimentar o processo de inovação; e

• Avaliar se o impacto da tecnologia nas várias dimensões (tecnológica, econômica, social, cultural, política, legal e ambiental) de fato se tornou uma inovação.

As atividades de Inovação Tecnológica implementadas foram as seguintes: energias renováveis, meio ambiente, gestão, articulação, pesquisa e extensão, políticas públicas, agroecologia e produção orgânica e transferência de tecnologia.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF por meio do fortalecimento do sistema público de emprego, garantindo a qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	6	1	Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns, até 2019 (SEDESTMIDH);	25101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	19	-	-	-	19	
6207	6	2	Ampliar em 30% o número de atendimento a pessoas beneficiárias de programas sociais por meio de qualificação na Fábrica Social até 2019. Incrementando o atendimento de 1.100 pessoas para 1.430, até 2019 (SEDESTMIDH).	25101	330	UNID	MAIOR, MELHOR	1012	-	-	-	1012	
6207	6	3	Realizar 10 eventos, tais como eventos, fóruns, encontros para os segmentos promissores do empreendedorismo até 2019 (SEDESTMIDH).	25101	10	UNID	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	
6207	6	4	Ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R$ 24.660.042,00 para R$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER).	25902	100	%	MAIOR, MELHOR	R$ 4.184 R$ 34.476.522	- -	- -	- -	R$ 4.184 R$34.476.522	

Análise Qualitativa

1. Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns, até 2019 (SEDESTMIDH);

Projeto "Saber Cooperativo"

O circuito de palestras "Saber Cooperativo" é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2° semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras "Saber Cooperativo", reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Economia Solidária – ECOSOL

O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

2. Ampliar em 30% o número de atendimento a pessoas beneficiárias de programas sociais por meio de qualificação na Fábrica Social até 2019. Incrementando o atendimento de 1.100 pessoas para 1.430, até 2019 (SEDESTMIDH).

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil – com os módulos de instalação hidráulica, instalação elétrica, revestimento, alvenaria, pintura, acabamento, almoxarifado e telhado metálico; de Confecção de Vestuário, Assessórios e Materiais Esportivos – nas oficinas de bordado; serigrafia; corte e costura de laminados; confecção de bolas e de redes esportivas; corte e costura; operação e manuseio de máquinas e equipamentos industriais; de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis – por meio de oficinas de metrologia, serralheria para a produção de estufas de hidropônicas, montagem de estufas, produção de mudas e cultivo em canteiros verticais e horizontais e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas – nas oficinas de elétrica predial, EPI´s, metrologia, placas fotovoltaicas e Marcenaria – em planejamento.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R$ 1.687.781,14, beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social, e, em parceria com o PRONATEC Mulheres Mil foram capacitadas por meio da Fábrica Social, 55 mulheres.

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

3. Realizar 10 eventos, tais como eventos, fóruns, encontros para os segmentos promissores do empreendedorismo até 2019 (SEDESTMIDH).

Regulamentação FoodTrucks

A Secretaria com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou e construiu a lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados foodtrucks, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado pelo governador Rodrigo o Decreto de Regulamentação. Atualmente, existe cerca de 320 FoodTrucks no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

Quinta Cultural

A Quinta Cultural, revitalização noturna do Setor Comercial Sul, teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 8 FoodTrucks em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Startups Brasília

A proposta do Startups Brasília é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Durante a sessão de mentoria realizada por esta secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

Coworking Público

O projeto do Coworking Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural. Nos últimos 6 meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

Campus Day

O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas. Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

4. Ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R$ 24.660.042,00 para R$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER).

Quanto ao objetivo de ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R$ 24.660.042,00 para R$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER), no exercício de 2016 o Programa de Microcrédito do Governo do Distrito Federal (Prospera), executado com recursos do FUNGER/DF, iniciou suas atividades de concessão de crédito em março e finalizou em dezembro. Entre julho e agosto houve uma interrupção na concessão para evitar reconhecimento de dívida, uma vez que o Contrato nº. 006/2011 terminou sua vigência em julho e ainda estava em fase final os procedimentos para a assinatura do novo contrato com o Banco de Brasília – BRB para operacionalização do Programa de Microcrédito. Em 2016 o Programa emprestou R$ 9.816.479,80 (nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). A diferença entre o valor liquidado e o efetivamente contratado deve-se a devolução de dois contratos de crédito no dia 27/12/2016 que ainda estavam pendentes de regularização contábil.

No período foram realizadas 22 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, que aprovou 834 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 814 operações, sendo 542 da Carteira Urbana e 272 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 66,6% e 33,4% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R$ 5.411.395,41, o que corresponde a 55,1% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R$ 4.405.084,39 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), representando 44,9% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R$ 9.984,12 para os empreendedores urbanos e R$ 16.195,16 para os empreendedores rurais.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1494	TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	PESSOA	10.714	31/dez/14	ANUAL	9.000	4.283	11.000	13.000	15.000	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
1495	PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	PESSOA	2.844	31/dez/14	ANUAL	5.000	11.572	6.500	8.450	10.945	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
1496	TAXA DE DESEMPREGO	%	14,2	30/jun/15	ANUAL	13,5	18,6	13	12,5	12	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6

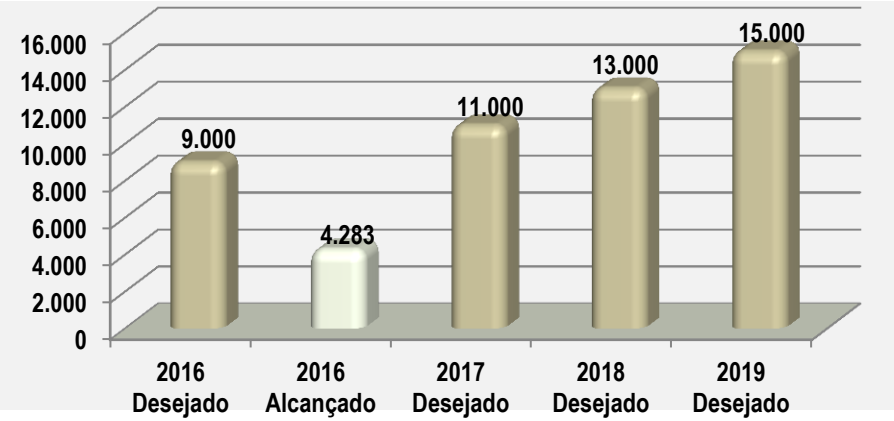
Justificativas 2016

Indicador 1494 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

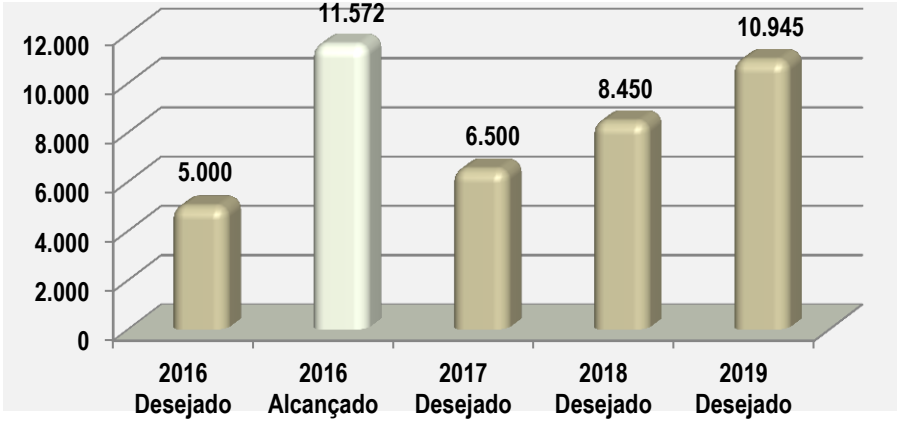
Indicador 1495 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e a distancia - EAD

Indicador 1496 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão no mercado de trabalho foi superior ao número de postos de trabalho gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. As taxas de desemprego se elevaram também em todas as regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é realizada.

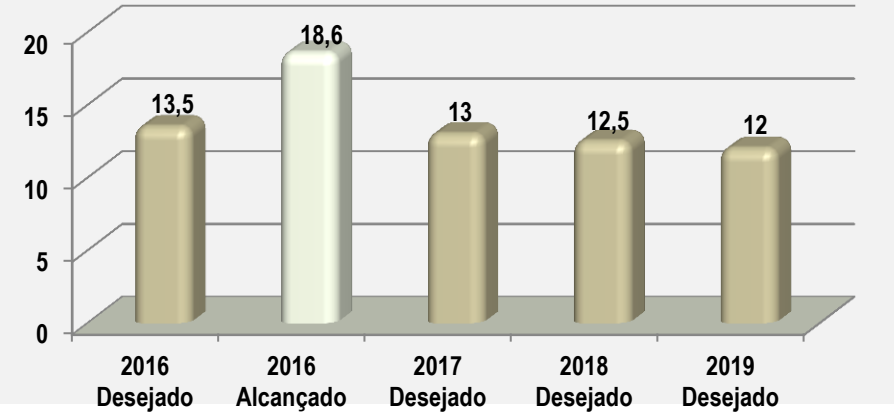
TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO



PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH



TAXA DE DESEMPREGO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	6	1	Ampliação das ações de qualificação social e profissional por meio de parcerias; (SEDESTMIDH)	25101	25	O programa Qualifica Mais Brasília tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, geridos pela Secretaria ou em parcerias com outras Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento.
6207	6	2	Realização de mutirões para ampliar a oferta dos serviços da SEDESTMIDH; (SEDESTMIDH)	25101	25	Com o objetivo expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2016, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e emissão de carteira de trabalho. Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais.
6207	6	3	Realização de parcerias com associações e cooperativas para inserção produtiva de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade; (SEDESTMIDH)	25101	25	Foram inseridas 120 Mulheres da Casa Abrigo 02 parcerias. Uma parceria foi realizada com uma instituição de artesãs e outra com uma instituição de produção de bijuterias. Desse montante, 05 mulheres passaram a integrar fixamente a associação de artesanato.
6207	6	4	Desenvolvimento de ações para execução do PRONATEC Trabalhador e PRONATEC Seguro-Desemprego; (SEDESTMIDH)	25101	0	Não houve disponibilização de Cursos do PRONATEC Seguro Desemprego no ano de 2016 no âmbito do GDF.
6207	6	5	Desenvolvimento de ações com vista à promoção do "trabalho decente (contra trabalho infantil, escravo e exploração sexual)"; (SEDESTMIDH)	25101	0	Ação não desenvolvida em 2016 considerando a dificuldade técnica. Tal ação está sendo revista a fim de implementar o projeto
6207	6	6	Concessão de empréstimos e financiamentos a empreendedores econômicos no DF e RIDE. (FUNGER)	25902	15,28%	O Programa de Microcrédito Prospera foi concebido como um instrumento de política pública governamental destinada a garantir o direito ao crédito aos segmentos sociais historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. Seu objetivo primordial é permitir, nestes segmentos, que as pessoas possam, por meio do trabalho empreendedor, desenvolver seus negócios, gerar renda, manter e gerar ainda novas ocupações de trabalho. No período de março a dezembro de 2016 foram contratadas 814 operações de crédito, com expectativa de geração de 398 novas ocupações e a manutenção de outras 1.380 totalizando 1.778 ocupações.

Análise do Resultado do Objetivo Específico

FoodTrucks A Secretaria com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou a criação da lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados foodtrucks, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado o Decreto de Regulamentação.

Atualmente, existe cerca de 320 FoodTrucks no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

Quinta Cultural A Quinta cultural foi a revitalização noturna do Setor Comercial Sul. Movimentação média financeira de R$ 7.000,00 por cada quinta-feira e o total da receita bruta no período de R$ 203.000,00. A Quinta Cultural teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 08 FoodTrucks em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Startups Brasília A proposta do Startups Brasília é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Já foram realizadas duas edições 2015 e 2016, oferecida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF com apoio da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH com inscrições gratuitas.

Durante a sessão de mentoria realizada pela secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

Coworking Público Em Brasília, são mais de 10 espaços compartilhados, com cerca de 500 empresas formando um verdadeiro ecossistema de negócios. O projeto do Coworking Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural. Nos últimos 06 meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

Campus Day O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas.

Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

Projeto "Saber Cooperativo" O circuito de palestras "Saber Cooperativo" é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2° semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras "Saber Cooperativo", reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Economia Solidária – ECOSOL O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

Ações de intermediação de mão de obra No período de janeiro a dezembro de 2016, a Secretaria, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 58.171 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 24.901 novas vagas de emprego e realizados 44.184 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 4.283 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 17,2% das vagas ofertadas.

O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2016 foi de 29,1%, o que corresponde a um aumento de 10,6% quando comparado ao desempenho de 2015. Nesse sentido, podemos inferir que houve uma melhora na qualidade dos encaminhamentos realizados.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2016, houve uma redução de 7.362 novas vagas a serem oferecidas, o que corresponde a 23%, comparado ao ano anterior.

Mesmo assim, foram inseridos 484 novos trabalhadores no mercado de trabalho, por intermédio das Agências do Trabalhador.

Seguro Desemprego que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, até 31 de dezembro de 2016, do número total de requerimentos, 96% foram habilitados a receberem o benefício, conforme dados abaixo.

Já no que se refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2015, houve um acréscimo de 1.289% no número de requerentes, e um aumento 1.382% no número de segurados em 2016.

Implantação da Central de Atendimento ao Empregador – CAE A partir de setembro de 2016, em cumprimento ao Acordo de Resultados firmado com a Secretaria e o Governo do Distrito Federal, foi implantada a Central de Atendimento ao Empregador - CAE. O modelo adotado pela CAE consiste em centralizar os captadores de vagas, reestruturando o modelo utilizado de gestão da vaga de emprego com o objetivo de potencializar, otimizar e padronizar os serviços de atendimento ao público empregador na Intermediação de Mão de Obra - IMO. Além de focar nas atividades desenvolvidas pelo Captador de Vagas; estreitar o relacionamento com os empregadores; ampliar a diversidade e a qualidade das vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador; efetivar a administração das vagas ofertadas no Sistema Mais Emprego.

No modelo utilizado até setembro de 2016, as vagas eram captadas e de responsabilidade dos gerentes das Agências. No modelo atual proposto a captação e gestão das vagas foram centralizadas e realizadas por 08 captadores.

Após a implantação da Central foi identificado uma melhora significativa no que tange a qualidade das vagas ofertadas, além de uma melhor gestão dessas vagas e um bom relacionamento com o empregador.

Implantação do Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE Também em cumprimento ao Acordo de Resultados, em outubro de 2016, foi implantado o Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE. Inicialmente foi nomeado apenas uma profissional com formação em psicologia e disponibilizado o espaço físico necessário para desenvolvimento das atividades e serviços que serão ofertados ao cidadão.

Destacamos que em 2016, foi realizada apenas a implantação, e que os resultados concretos poderão ser aferidos a partir de 2017, desde que cumprido o exposto no processo 431.001.846/2016.

Carteira de Trabalho informatizada A Secretaria em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, desde outubro de 2015 deu início a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS informatizada por intermédio das Agências do Trabalhador. Esse novo formato de carteira de trabalho, trouxe aos trabalhadores, mais segurança, por ser feita em papel-moeda e ser plastificada, evitando rasuras e fraudes contra o Seguro Desemprego, Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários, além da integração das informações sobre a vida funcional do trabalhador e seus principais benefícios. Foram realizados aproximadamente 80.000 atendimentos, considerando o número de carteiras emitidas e entregues.

Evento "DIA D" É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS. Esse evento foi realizado dia 23 de setembro na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, e de Taguatinga, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 33 empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público.

Programa Qualifica Mais Brasília Tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, geridos somente pela Secretaria ou em parcerias com outras Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento. Por meio do Portal de Qualificação Profissional foram ofertados 21 cursos, na modalidade Ensino a Distância, com a meta prevista de 10.000 vagas em cursos de qualificação profissional para a população do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos, no período compreendido entre 2016/2018.

Assim, das 10.000 certificações previstas para fins de atingimento da meta estabelecida, foram certificadas 11.458 pessoas, superando em 14,58% o alcance da meta. Ademais, quando se observa o número de inscritos, nota-se que a meta superou em 195,70%, ou seja, o Projeto EAD obteve uma aderência às necessidades do cidadão muito superior ao inicialmente planejado.

Pronatec Turismo é um programa do Governo Federal criado com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projeto e ações de assistência técnica e financeira (Parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação). Vale esclarecer que a Secretaria de Educação é a instituição ofertante dos cursos.

Projeto de Recolocação Profissional Tem por objetivo prestar orientações aos alunos egressos dos cursos de qualificação profissional, promovidos pela Secretaria e/ou trabalhadores acima de 16 anos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE em busca de inserção profissional. Tais orientações envolvem: elaboração de currículo, comportamento adequado para a entrevista de emprego, empregabilidade, meta prevista de 720 vagas em cursos e/ou palestras de recolocação profissional, no período de julho a novembro de 2016, superando em 5% a meta prevista.

Os egressos que porventura estivessem desempregados, eram encaminhados às Agências do Trabalhador para participarem do processo/rito de Intermediação de Trabalho, conforme às regras do SINE.

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, de Confecção de Vestuário, Assessórios e Materiais Esportivos, de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis e instalação e manutenção de placas.

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R$ 1.687.781,14, beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social.

Contribuição para Alcance do Objetivo Específico

FUNGER

Em 2016, a unidade apresentou resultados positivos. Foi efetivado um novo contrato entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) e o BRB - Banco de Brasília (agente financeiro do FUNGER/DF e do Programa de Microcrédito Prospera). Este contrato prevê o desenvolvimento de um novo software para a operacionalização do Programa. Para tanto, foram realizadas 22 reuniões para o levantamento de requisitos necessários para o referido software, que propiciará mais confiabilidade, agilidade, produção de relatórios gerenciais e estatísticos para o Prospera. Outro ponto que merece atenção foi a elaboração do Manual de Procedimentos do Programa de Microcrédito Prospera que envolveu a participação de todos os servidores da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo. Finalmente, em que pese o reduzido quadro de servidores da SME, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2016 alcançou o percentual de 89%, com uma inadimplência de 2,08%

No atual momento econômico do país, que passa por um período difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina principalmente às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS: Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6207	7	1	Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)	14101	100	%	MAIOR, MELHOR	99,97	-	-	-	99,97	
6207	7	2	Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)	14101	90	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	

Análise Qualitativa

1. Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)

Em 2016 houve um aumento na quantidade de fiscalizações realizadas na área de defesa sanitária animal e a SEAGRI passou a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. Foi realizado ainda um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em aproximadamente 300 propriedades. A barreira móvel foi melhorada em eficiência, com um aumento na quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. Em um rebanho de 94.436 bovinos e bubalinos foram encontrados apenas 26 animais que apresentaram resultado positivo para Brucelose e 27 que apresentaram tuberculose; essas duas doenças são endêmicas e o resultado foi acima do esperado, pois os números são decorrentes de inquérito sanitário, onde a avaliação do rebanho é feita de forma mais sistematizada. Num rebanho de 303.734 bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, equinos e suínos apenas 2 animais apresentaram raiva, e este número apresentou-se dentro da média anual para casos de raiva em herbívoros, sendo que o trabalho realizado com vacinações e controle de morcegos hematófagos preveniu uma ocorrência maior da doença, já que o Distrito Federal apresenta elevada população desse tipo de morcego. O Distrito Federal também é uma região endêmica para Anemia Infecciosa Equina, mas mesmo assim a ocorrência da doença foi controla e só 18 animais apresentaram a doença no ano passado, de um rebanho de 21.413 equinos, asininos e muares. No plantel de aves, que chega a ter 15.667.123 aves não foi registrado nenhum caso de doenças de notificação obrigatória em 2016. O desempenho da equipe foi acima do esperado na prevenção de doenças, devido principalmente ao uso e implementação de sistemas informatizados de auxílio no controle. Porém, um dos desafios ainda é educar sanitariamente a população e os parceiros da SEAGRI (EMATER, médicos veterinários, Universidades e produtores) para que sejam partícipes do sistema de controle de doenças e efetivamente convoquem o sistema de defesa sanitária em casos de desconfiança de ocorrência de determinada enfermidade em seus animais.

2. Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)

A meta foi ultrapassada, pois nas inspeções realizadas em campo para a verificação das doenças de controle oficial não foram encontrados sinais e sintomas de nenhuma delas. Foi inspecionada uma área de 33,2 ha de citros para verificar a ocorrência de Candidatusliberibactersp, Xanthomonascitrisubs e Guinardiacitricarpa. Foram inspecionados 53,62 ha de viticultura e não foi verificada a ocorrência de Xanthomonas campestres pvviticola. Nos cultivos de banana e helicônia buscou-se pela ocorrência de Mycosphaerellafijiensis e Ralstoniasolanacearum raça 2, com área inspecionada de 20 ha. No caso da soja, foram inspecionados 68.900 hectares para verificar a ocorrência de Phakpsorapachyrhizie e no caso do feijão foram inspecionados 4.156 hectares para a ocorrência de Bemisiatabaci biótipo B (B. argentifolli). O ideal seria que uma maior área pudesse ser inspecionada, para que os resultados fossem mais precisos. Entretanto, a equipe é muito pequena, e a grande quantidade de funções que acumulam (controle de pragas quarentenárias, fiscalização de agrotóxicos , mudas, sementes, aplicação de vazio sanitário, etc) acabam por dificultar e atrasar a implementação de novas atividades e projetos. O desafio dessa equipe no momento é implementar um sistema de avaliação do risco de pragas para que a SEAGRI possa emitir alertas aos produtores rurais sobre a ocorrência do nível de controle das pragas, para que estes possam implementar medidas que diminuam a aplicação de agrotóxicos e diminuam o prejuízo causado pelas pragas nas lavouras do Distrito Federal.

INDICADORES DE DESEMPENHO

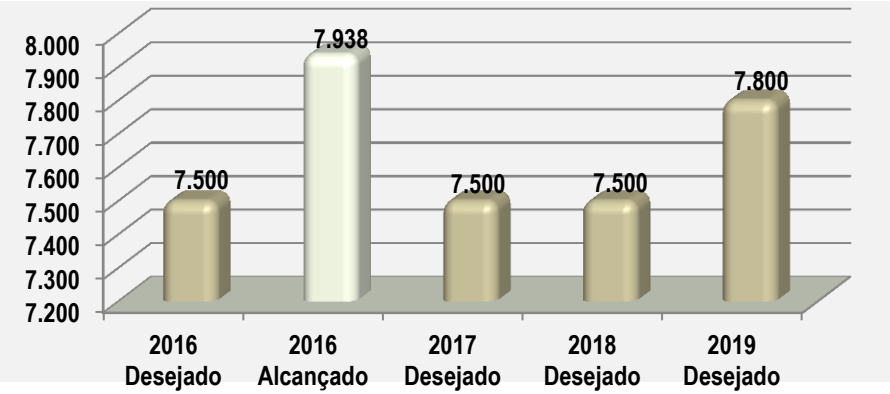
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1497	FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE			ANUAL	7.500	7.938	7.500	7.500	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
1498	AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE			ANUAL	117.300	97.977	127.500	127.500	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

Justificativas 2016

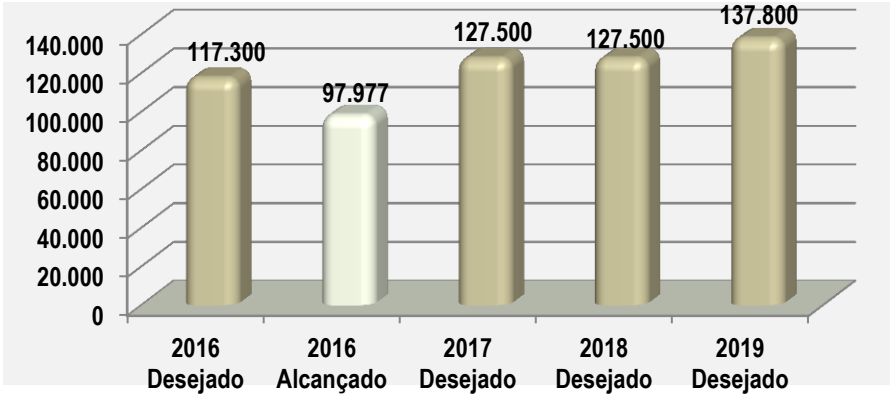
Indicador 1497-As ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal.

Indicador 1498- A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em quase 300propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos.

FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS



AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O alcance dos objetivos pela SEAGRI tem avançado em algumas áreas, como mostram os números das metas e dos indicadores de desempenho, tendo sido realizadas cerca de 7.938 fiscalizações em estabelecimentos e veículos para garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal que chegam ao consumidor do Distrito Federal, e cerca de 97.977 ações de defesa sanitária animal e vegetal para evitar e controlar a ocorrência de pragas e doenças emvegetais e animais vivos que geram receita para os produtores do Distrito Federal.

Alguns números não puderam ser alcançados porque dependem de fatores externos e demandas do público alvo, neste caso os produtores rurais e criadores. É o caso do número de GTAs emitidas, que mais impactou o número de ações de defesa sanitária e animal. A diminuição ficou por conta da crise no setor avícola do Distrito Federal, que diminuiu drasticamente a emissão de GTAs pelos veterinários habilitados pelas empresas deste setor.

As ações de defesa vegetal também poderiam ter tido um desempenho superior caso dispusesse de uma equipe maior. Algumas metas não foram alcançadas durante o ano de 2016 pela diminuição da equipe (já defasada) com aposentadorias e transferências de técnicos para outras áreas da SEAGRI, também necessitadas. As ações mais prejudicadas foram a fiscalização do trânsito de vegetais, a fiscalização nos pontos de comercialização de hortifrutigranjeiros, a fiscalização do comércio de agrotóxicos e o levantamento de pragas quarentenárias.

De forma análoga, a fiscalização de estabelecimentos e de veículos também sofreu com a deficiência de pessoal para a execução da inspeção e fiscalização sanitária no Distrito Federal. As atividades primárias e de rotina acabam por absorver toda a disponibilidade técnica, gerando grande dificuldade de implantar programas como o de Educação Sanitária e outras ações complementares extremamente importantes para a manutenção dos indicadores e alcance do objetivo maior que é garantir a sanidade dos rebanhos e lavouras do Distrito Federal. A título de exemplificação, a inspeção de estabelecimentos de produtos de origem vegetal e artesanal (35 estabelecimentos), conta hoje com apenas 02 fiscais. Tal quadro reduzido implica em comprometimento na realização de novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção, uma vez que as atividades de inspeção são periódicas e não podem deixar de ser realizadas para a garantia da inocuidade dos alimentos que estão sendo produzidos. A inspeção de estabelecimentos de produtos de origem animal, (165 estabelecimentos), conta hoje com apenas 15 fiscais. A deficiência no quadro de Médicos Veterinários compromete diretamente a realização de inspeções em abatedouros, além da realização de novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção. A área de inspeção de bebidas, que se encontra em implantação atualmente, conta apenas com um Químico para atuação no setor, e ainda sem capacitação para exercer tal atividade.

Cabe citar ainda as dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da SEAGRI, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Ainda, cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários.

Em 2016, com o auxílio orçamentário de convênio celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi possível modernizar o sistema de atendimento eletrônico, disponibilizando ao público e cliente externo a possibilidade de emissão de guias de trânsito para animais e vegetais, digitalmente, pelo produtor cadastrado, e emissão de PTV (permissão de trânsito vegetal) eletrônico pelos técnicos da área de Defesa Agropecuária da SEAGRI. Essas funcionalidades aumentam a eficiência da SEAGRI no atendimento ao público em geral e facilita o controle e acesso aos dados por parte dos fiscais.

Foi observada uma diminuição de ações de processamento, transporte e comércio de produtos clandestinos de origem vegetal e animal no ano de 2016. Esse fato pode ter sido impulsionado pelas ações de educação sanitária e as orientações realizadas tanto nas ações em trânsito quanto nas ações de fiscalização de estabelecimentos que visa orientar e educar produtores, manipuladores e transportadores dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal. A SEAGRI conseguiu captar recursos por meio de convênio com o MAPA, o que possibilitará a aquisição de veículos para ampliar as ações de fiscalização e aquisição de câmara fria para aumentar a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos durante as fiscalizações de veículos nos próximos anos.

O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar em 2017, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de controle e de educação sanitária, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros, tendência essa acompanhada nos relatórios anuais de inspeção. As ações de fiscalização de trânsito seguem uma rotina padrão de atuação por meio de blitz realizadas em todo o Distrito Federal, sujeitas a alterações em seu quantitativo, relacionadas às demandas geradas por denúncias, às necessidades internas no apoio às atividades críticas da inspeção e nas demandas de atividades conjuntas com outros órgãos de fiscalização.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades da SEAGRI na área de Defesa Agropecuária, como a construção da proposta de portaria que visa formalizar o processo de doação e inutilização dos produtos apreendidos em decorrência de infrações sanitárias, a aprovação da nova lei de inspeção de produtos de origem vegetal e animal e a construção do novo Decreto regulamentador, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade, a criação da lei de apreensão de animais, a revisão da lei de agrotóxicos e a alteração no decreto vegetal que prevê o registro de micro estabelecimentos produtores.

A SEAGRI espera continuar garantindo a sanidade dos rebanhos e lavouras do Distrito Federal, buscar alternativas de gestão, orçamentárias e operacionais para o alcance das metas que não puderam ser satisfeitas no ano de 2016, aumentar cada vez mais sua credibilidade perante a sociedade, por meio da garantia do oferecimento de produtos de origem vegetal e animal de boa qualidade e ajudar o agronegócio do Distrito Federal a prosperar de forma sustentável.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO



Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Território planejado e estruturado								
Ampliar a mobilidade tornando o transporte coletivo e não motorizado mais atrativos.	6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	1.871.791.609	1.887.136.284	1.948.813.999	951.221.714	931.128.253	51	50
Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.	6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	2.528.285.950	2.622.249.550	3.206.507.123	965.620.327	1.139.643.086	38	45
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.								
Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.	6208 - Território da Gente	403.079.406	500.660.406	454.215.361	84.054.369	138.843.469	21	34
TOTAL		**4.803.156.965**	**5.010.046.240**	**5.609.536.483**	**2.000.896.410**	**2.209.614.808**	**42**	**46**

OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A MOBILIDADE TORNANDO O TRANSPORTE COLETIVO E NÃO MOTORIZADO MAIS ATRATIVOS

PROGRAMA TÉMATICO:
6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL:
Promover a mobilidade das pessoas, com qualidade, segurança e sustentabilidade

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 05 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB
001 – PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Promover a atratividade dos modais e serviços especiais, estimulando o uso do transporte público e incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.
002 - PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas**.**
03 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA: Promover a restauração, pavimentação e ampliação da capacidade das vias e das obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) com suas respectivas calçadas, aprimorando a segurança viária, oferecendo meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, reduzindo tempo de percurso e acidentes de trânsito.
04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS: Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos.
05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO: Fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, mediante a ampliação dos canais de participação social e novo arranjo institucional da área de mobilidade.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

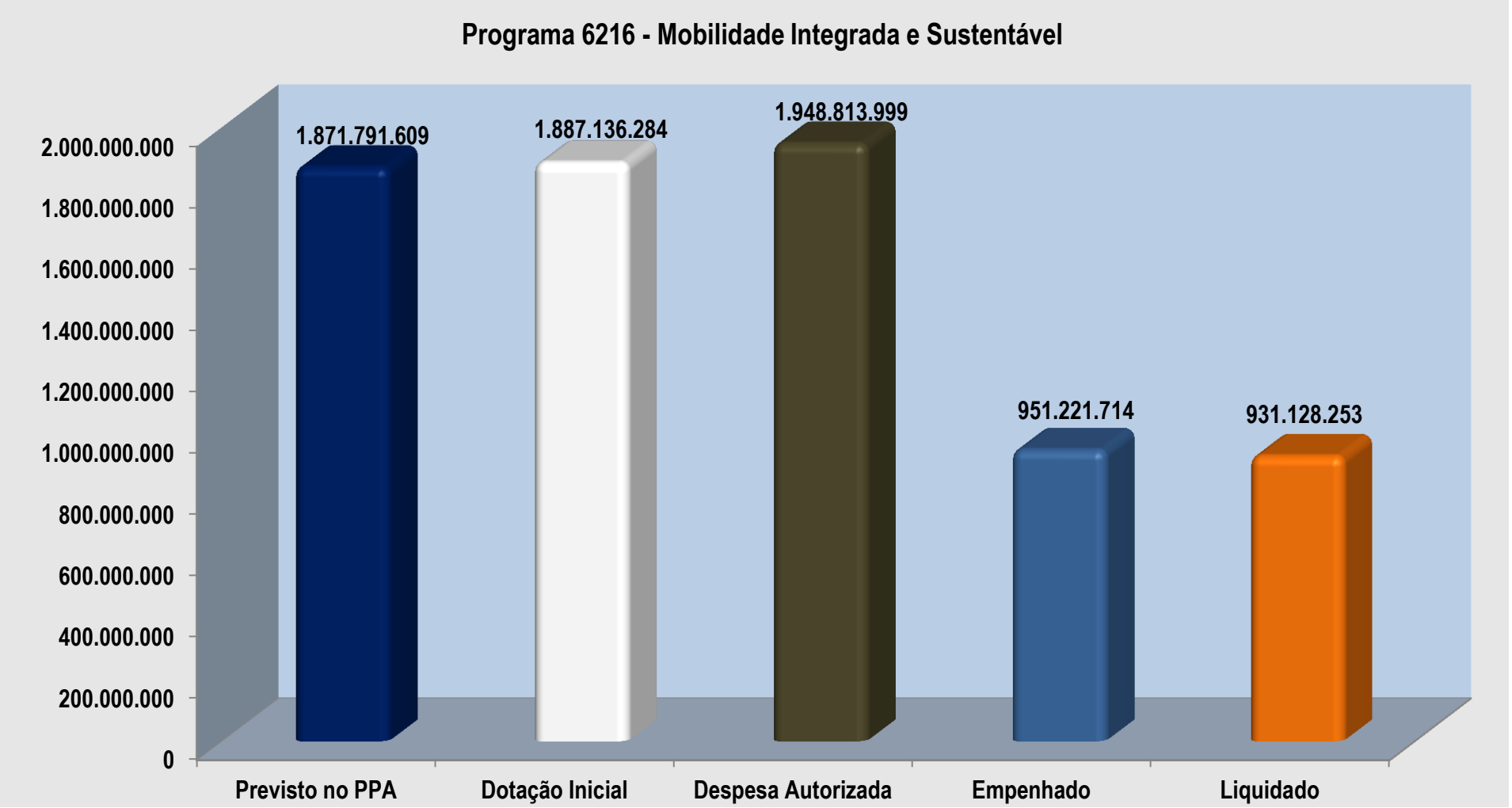
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL							
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.227.470	4.827.470	2.630.263	0	0	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	5.051.936	5.051.936	8.977.800	6.058.252	5.259.252	120	104
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	305.222	31.955.222	39.047.924	19.540.908	19.540.908	6.402	6.402
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1.650.000	1.650.000	250.000		0	0	0
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	2.216.566	2.216.566	4.072.483	1.323.392	1.284.364	60	58
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	600.000	600.000	72.001	71.824	71.824	12	12
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	10.783.563	13.783.563	9.562.190	0	0	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	50.000	50.000	1	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	14.450.810	12.950.810	38.417.994	16.012.171	16.012.171	111	111
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	113.000	763.000	97.220	0	0	0	0
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	100.000	100.000	1	0	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	58.017.159	58.067.159	38.945.852	23.406.552	21.308.075	40	37
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	85.000.000	85.000.000	81.500.000	0	0	0	0
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	44.265.659	44.265.659	44.265.659	0	0	0	0
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	12.745.000	12.745.000	12.745.000	0	0	0	0
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500	11.500	0	0	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	5.000.000	5.000.000	0	0	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	1.300.000	1.300.000	1.300.000		0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	14.248.664	14.448.664	29.008.786	4.617.310	4.617.310	32	32
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	3.250.000	1.600.000	3.238	0	0	0	0
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	250.000	250.000	344	0	0	0	0
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000	50.000	304	0	0	0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	274.035.000	274.020.000	247.745.385	241.940.798	241.940.798	88	88
2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	4.744.159	4.744.159	10.550	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	5.450.000	5.450.000	2.858.429	1.892.098	1.527.667	35	28
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	196.511.655	162.536.655	150.105.766	140.104.811	129.312.779	71	66
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.900.000	1.900.000	2.217.000	2.166.187	2.166.187	114	114
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	50.000	50.000	1	0	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	50.000	550.000	30.764.121	0	0	0	0
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	58.100.000	72.325.000	58.156.500	50.000	0	0	0
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	72.513.900	72.913.900	72.513.900	0	0	0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	79.701.579	79.298.674	43.772.730	0	0	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	58.739.073	58.739.073	42.795.449	9.082.561	9.082.561	15	15
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	73.183.424	30.526.004	17.182.027	238.145	238.145	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	7.250.000	7.450.000	15.110.442	0	0	0	0
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	86.687.974	86.687.974	49.472.842	294.808	294.808	0	0
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	50.000	50.000	1	0	0	0	0
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	323.131.100	323.131.100	258.529.332	9.133.309	9.133.309	3	3
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	5.568.344	5.568.344	6.775.861	4.226.705	3.783.786	76	68
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	21.621.098	21.621.098	21.843.002	0	0	0	0
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	7.795.222	7.795.222	3.001	0	0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.100.000	1.100.000	680.000	0	0	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	10.792.331	10.792.331	16.384.074	9.704.606	8.911.233	90	83
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	150.000	150.000	148	0	0	0	0
3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	30.764.120	30.764.120	25.142.458	0	0	0	0
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	100.000	100.000	1	0	0	0	0
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	44.175.141	63.925.141	52.870.184	9.515	9.515	0	0
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	1.020.000	1.020.000	322	0	0	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	2.953.942	3.383.942	7.431.041	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.730.000	3.180.000	2.565.099	1.532.396	1.057.676	56	39
3554 - (EP)PROMOVER ESTUDO DE REESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE TRANSPORTE DE CARGAS PARA PARTICIPAÇÃO DO MODAL FERROVIÁRIO	100.000	0	0	0	0	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000	200.000	97.500	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.150.000	7.050.000	3.753.451	3.364.737	3.364.737	55	55
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	2.310.000	2.310.000	773.458	39.500	39.500	2	2
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	12.323.810	12.323.810	8.183.483	4.822.867	3.580.267	39	29
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	12.510.000	12.510.000	13.655.374	11.591.145	11.411.136	93	91
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000	17.000.000	18.339.317	13.507.116	12.196.577	79	72
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200.000	200.000	165.000	14.310	14.310	7	7
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000	300.000	97.500	0	0	0	0
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	7.330.000	7.330.000	8.994.328	8.938.994	8.938.994	122	122
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	123.000.000	123.000.000	397.071.495	396.821.370	396.256.889	323	322
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000	50.000	48	0	0	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	80.000	80.000	2.000	0	0	0	0
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	210.000	210.000	246.822	212.389	212.389	101	101
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	50.000	50.000	43.017	0	0	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	1.500.000	1.500.000	5.000	0	0	0	0
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000	500.000	195.001	0	0	0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.000.000	2.400.000	0	0	0	0	0
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	400.000	5.440.000	811	0	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	36.960.444	51.160.444	40.294.348	14.426.134	13.858.559	39	37
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	9.914.000	9.914.000	9.914.000		0	0	0
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	4.028.744	5.028.744	10.346.641	5.772.175	5.422.898	143	135
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.120.000	1.120.000	808.679	304.629	279.629	27	25
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.858.927.609**	**1.874.272.284**	**1.937.349.999**	**951.221.714**	**931.128.253**	**51**	**50**
Orçamento de Investimento das Estatais	**12.864.000**	**12.864.000**	**11.464.000**	**0**	**0**	**0**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6216	**1.871.791.609**	**1.887.136.284**	**1.948.813.999**	**951.221.714**	**931.128.253**	**51**	**50**

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:26.101 – SEMOB, METRÔ, SINESP)

Obs2: No valor empenhado não consta o orçamento de investimento das estatais.


Programa 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável
2.000.000.000
1.800.000.000
1.600.000.000
1.400.000.000
1.200.000.000
1.000.000.000
800.000.000
600.000.000
400.000.000
200.000.000
0
1.871.791.609
1.887.136.284
1.948.813.999
951.221.714
931.128.253
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Promover a atratividade dos modais e serviços especiais, estimulando o uso do transporte público e incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6216	1	1	Implantar o Bilhete Único (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	10
6216	1	2	Regularizar 100% do serviço de transporte complementar rural do DF (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	3	Atender 100% das pessoas cadastradas no Serviço de Atendimento Especial para Pessoas com Deficiência Mão-na-Roda (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	4	Elaborar programa de Comunicação Visual para o Transporte Coletivo (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6216	1	5	Implantar Sinalização Informativa de Horários e Itinerários em todas as Estações, Terminais e Abrigos de Ônibus (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	6	Instituir até 12 dias por ano de gratuidade no Transporte Público Coletivo para atividades de acesso à cidade (SEMOB);	26101	48	DIA	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	7	Implantar 100% da etapa 1 do Corredor Norte (tronco e terminais) (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	8	Concluir os trechos 3 e 4 do Corredor Sul (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	9	Implantar bolsões de estacionamento 11 em Terminais de integração (SEMOB);	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	1	10	Treinar 11 mil rodoviários por meio do Programa	26101	11.000	UNID	MAIOR,	2.000	-	-	-	2.000	18

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			Mobilidade com Gentileza (SEMOB).				MELHOR						

Análise Qualitativa

1. Implantar o Bilhete Único (SEMOB);

Em 20 de janeiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.067, que criou, no âmbito da SEMOB, o Comitê Regulamentador do Sistema da Bilhetagem Automática CRSBA, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007. Também foi instituído um Grupo de Trabalho para identificar os atributos necessários para que o sistema utilizado pelo DFTRANS e pelo METRÔ sejam compatíveis, a fim de possibilitar a utilização do mesmo cartão em todos os modais.

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, com o regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA e a implementação e a operação do Sistema Inteligente de Transportes - SIT, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Além disso, consta o início da implantação da nova identidade visual dos ônibus (vide meta nº 4), além de testes para o aplicativo *Mobile*. Também, foi iniciada a instalação de 8 (oito) validadores no Metrô, como também de equipamentos de Biometria para teste em linha de ônibus urbano.

2. Regularizar 100% do serviço de transporte complementar rural do DF (SEMOB);

Em decorrência a condicionantes técnicos, a regularização do transporte rural não teve avanços em 2016

Por meio da Portaria conjunta SEMOB, DFTRANS e TCB, de 22/03/2017, foi criado o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaboração do Plano de Ação para Aperfeiçoamento do Transporte Rural no âmbito do STPC-DF. Foram iniciados os trabalhos técnicos no dia 28/03/2017 e o grupo terá um prazo de 90 dias para concluir e entregar o documento final.

3. Atender 100% das pessoas cadastradas no Serviço de Atendimento Especial para Pessoas com Deficiência Mão-na-Roda (SEMOB);

Em fase de reformulação do projeto "Mão na Roda", não houve nenhum avanço da meta em 2016. No entanto, está previsto para 2017 o início de um projeto de mobilidade com um novo escopo, que atenderá às pessoas com deficiência.

A Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília está conduzindo um processo licitatório para oferta do serviço.

4. Elaborar programa de Comunicação Visual para o Transporte Coletivo (SEMOB);

O Programa de Comunicação Visual vem sendo conduzido pela SEMOB em parceria com a Subsecretaria de Publicidade, da Secretaria de Comunicação. No ano de 2016, teve como ação a criação da nova identidade visual para o Transporte Público Coletivo do DF.

Para o ano de 2017, está previsto o seguimento desta meta, já com a nova identidade visual nos ônibus.

5. Implantar Sinalização Informativa de Horários e Itinerários em todas as Estações, Terminais e Abrigos de Ônibus (SEMOB);

Em 2016, foi instituído através do Decreto nº 37.067/16, o Comitê Regulamentador do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal com a atribuição de elaborar normas, para que as concessionárias assumam as atividades de comercialização de créditos do SBA, conforme previsto nos Contratos de Concessão, resultante da Licitação realizada em 2011.

Um dos produtos resultantes das diretrizes elaboradas pelo Comitê foi a publicação do Decreto nº 38.010/2017, que prevê implantação do Centro de Supervisão Operacional para a disponibilização de informações em tempo real sobre linhas, itinerários, horários, tarifas e dados operacionais que possibilitem o controle pelo órgão gestor bem como pelos usuários.

Destacamos que na Rodoviária do Plano Piloto, principal Terminal do Distrito Federal, existem totens interativos onde são disponibilizadas aos usuários informações sobre as linhas que operam no Terminal, por plataforma, empresa operadora, horários e itinerários.

6. Instituir até 12 dias por ano de gratuidade no Transporte Público Coletivo para atividades de acesso à cidade (SEMOB);

Atualmente, existem algumas categorias com direito a desconto ou gratuidades no serviço de transporte público coletivo do DF. Cada segmento possui uma legislação e formas de controle específicas.

Não foi estabelecido dias de gratuidades até o momento.

7. Implantar 100% da etapa 1 do Corredor Norte (tronco e terminais) (SEMOB);

Estudos de deslocamentos no DF mostraram a concentração de empregos no Plano Piloto e dispersão da urbanização no território distrital. No sentido de melhorar às condições de transporte para a população das cidades de Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, Varjão, Planaltina de Goiás, Formosa, e a população residente na divisa norte/nordeste do Distrito Federal, está sendo implantado o modo BRT (Bus Rapid Transit), um sistema de transporte moderno, confortável, rápido, confiável e com maior capacidade. A população a ser beneficiada corresponde a, aproximadamente, 300 mil habitantes, que representam cerca de 12% da população do DF.

O Expresso Norte com 68,8 Km de extensão, iniciará no Terminal de Planaltina, seguirá pela BR-020 e DF-003, até o acesso ao Noroeste, onde será construído o Terminal da Asa Norte. O projeto contempla a criação de outro terminal, na região de Mestre d'Armas, em Planaltina, e a colocação de uma estação do Expresso Norte nos terminais de Planaltina e de Sobradinho I e na Rodoviária do Plano Piloto.

O Projeto do Corredor Eixo Norte foi concluído e aprovado pela Caixa Econômica em 2016, contudo devido às mudanças no Cenário Político Nacional fizeram com que a Caixa retirasse o financiamento conforme demonstrado na Portaria nº 633 SEMOB/MCIDADES. Diante disto, a 1ª Etapa do Projeto ficou comprometida. Não havendo, até o momento, informação quanto a novo financiamento da obra.

8. Concluir os trechos 3 e 4 do Corredor Sul (SEMOB);

O Projeto Executivo da obra do Corredor Sul constitui a implantação dos Trechos 3 e 4 , chamada de 2ª Etapa.

A Semob enviou ao DER diretrizes para atualização dos projetos executivos dos subtrechos 3 e 4. O DER iniciou o processo de licitação, com previsão para início das obras em 2017. Juntos, os dois subtrechos somam 7,3km e, quando concluídos, conectarão o Eixo-Sul ao Terminal da Asa Sul.

9. Implantar bolsões de estacionamento 11 em Terminais de integração (SEMOB);

Não houve avanços na implementação de bolsões de estacionamento em 2016. No entanto, no pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários do DF compreendeu também áreas destinadas a estacionamento, não tão abrangentes, em razão da delimitação dos lotes dos terminais.

10. Treinar 11 mil rodoviários por meio do Programa Mobilidade com Gentileza (SEMOB).

O DFTRANS, por meio de sua Ouvidoria, implementou ações de conscientização voltadas a motoristas e cobradores através de palestras de cunho sócio-educacional, nas quais participaram cerca de 250 rodoviários. No entanto, essas palestras não tiveram a intenção de treinamento, porque segundo o Decreto nº 30.584, de 16 de julho de 2009 DODF de 17.07.2009, tal responsabilidade seria dos delegatários do serviço oferecido pelas operadoras do STPC/DF.

Ressalta-se que todas as operadoras possuem programas de treinamento, qualificação e reciclagem de seus servidores, entre eles cerca de 12.000 motoristas, cobradores e apontadores, e que nestes programas há uma pauta específica voltada ao atendimento ao usuário. Neste tema, busca-se a melhoria do atendimento ao passageiro abrangendo a cortesia, amabilidade e gentileza dos prestadores de serviço para com os usuários do transporte público do DF.

A participação do DFTRANS é fundamental, como agente conscientizador na mudança do comportamento dos profissionais rodoviários junto às respectivas operadoras. E para o ano de 2017, o Programa Mobilidade e Gentileza, em parceria com a Secretaria de Mobilidade, remodelou o escopo deste projeto, dando suporte ao treinamento dos rodoviários junto às operadoras e ainda, disseminando o tema "Mobilidade e Gentileza" aos usuários do transporte público nos ônibus, e aos alunos do ensino médio e fundamental da rede pública, através de campanhas e ações de conscientização sobre o tema.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1651	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	31/dez/14	Anual	86	0	86	86	90	METRÔ / UO 26101/ OE 1, 4
1652	TAXA DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO	%			Semestral	-	1,03	0,5	1	1,5	SEMOB / UO 26101 / OE 1
1653	TAXA DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO - METROVIÁRIO	%			Semestral	15,6	0	12,5	0	16,6	METRÔ / UO 26101 / OE 1

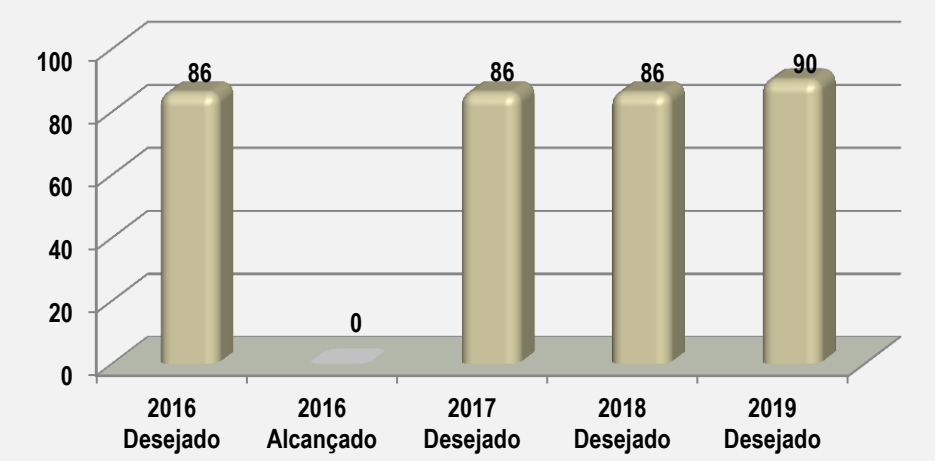
Justificativas 2016

Indicador 1651 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.

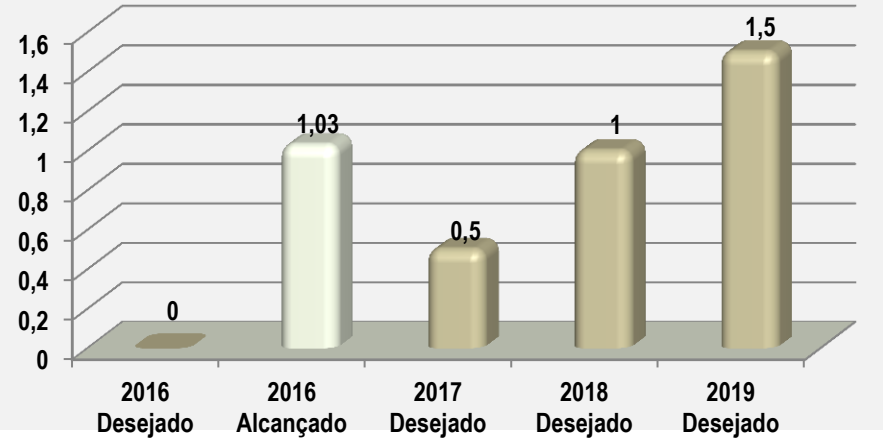
Indicador 1652 - Foram empreendidas diversas ações que tornaram os serviços de transporte mais atrativos, com a implantação de novos serviços (criação de linhas), com combate à pirataria e com o incentivo ao uso do Sistema Integrado.

Indicador 1653 - Dados ainda não consolidados. Prazo mínimo para apuração: 30 dias após o encerramento do ano (2016).

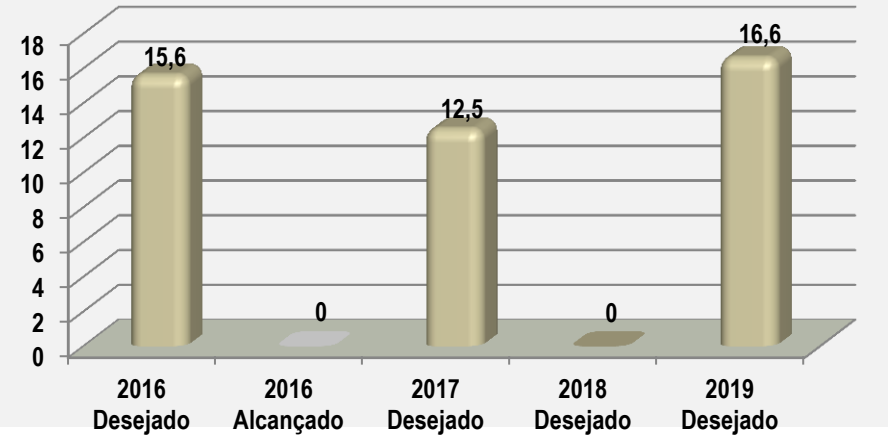
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ



TAXA DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO



TAXA DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO - METROVIÁRIO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	1	1	Estabelecimento de concessões para gestão de terminais, estações, abrigos, estacionamentos de integração e pontos de parada (SEMOB);	26101	5	Em 2016, foi elaborado o Termo de Referência para a construção de 500 novos abrigos com acessibilidade e demais normas que propiciem condições satisfatórias ao conforto dos usuários. Elaborado também Termo de Referência para revitalização de 700 abrigos em pontos de parada de ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo em todo o Distrito Federal. Os abrigos estão em fase de licitação. Esta ação não orçamentária está sendo reavaliada.
6216	1	2	Fortalecimento da estratégia de comunicação no STPC (SEMOB).	26101	25	Em 2016, todas as alterações operacionais e inovações no STPC/DF, com informações sobre linhas, horários, trajetos, tarifas, operadoras e demais aspectos operacionais, que possibilitem o controle social do STPC/DF pelo usuário, foram disponibilizadas no: Portal da DFTrans, Facebook e Twitter. Posteriormente, também será disponibilizado aplicativo, após a implantação do CSO, para divulgação dessas informações.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A Secretaria de Estado de Mobilidade e suas vinculadas (DFTRANS, DER, Metrô e TCB) têm se comprometido em promover a atratividade dos modos de transporte público coletivo e incentivar a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

Lançado em maio de 2016, o "Circula Brasília", primeiro programa estruturante de mobilidade do Distrito Federal, prioriza investimentos para os meios de transporte coletivo e os não motorizados, tendo como objetivo a integração multimodal, o desenvolvimento sustentável, a melhoria na prestação dos serviços e, consequentemente, na qualidade de vida da população de Brasília. O Programa tem como objetivo atender à expectativa de mudar o transporte no DF, fazendo com que as pessoas deixem o carro na garagem e se desloquem por outros meios, como ônibus, metrô, bicicleta e a pé. Segundo levantamento da Secretaria de Mobilidade do ano de 2005 a 2015, a frota de veículos no DF aumentou 99,63%, chegando a 1.649.563 unidades.

Com o intuito de promover a atratividade da mobilidade sustentável à sociedade e usuários do transporte público coletivo, o Circula Brasília foi planejado com vistas aos padrões de mobilidade multimodais intergrados, já utilizados em algumas metrópoles do país.

Para que este Programa fosse viável, as ações traçadas dentro do PPA foram subdividas entre todos os órgãos vinculados à Secretaria de Mobilidade (DFTRANS, DER, Metrô e TCB). Estes receberem metas, indicadores, e Projetos específicos para contemplarem o Programa por completo, entrega esta que tange o objetivo específico aqui avaliado.

O Circula Brasília pactuou construções e melhorias no sistema viário urbano e rodoviário do Distrito Federal, com o estabelecimento de vias exclusivas para ônibus, construção de terminais nos principais pontos de transferência de passageiros de transporte público coletivo, implementação de bilhetagem automática e um amplo conjunto de ações no âmbito da gestão e do fortalecimento institucional do Sistema de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Ações da Mobilidade

- Eixo Norte – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a Semob definiu as diretrizes operacionais do ITS e acompanhou as definições do corredor exclusivo e do modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).
- Eixo Sudoeste – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a Semob acompanhou as definições operacionais, que contemplam corredor exclusivo e modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).
- BRT Sul – Para a melhoria da operação do BRT-Sul, a Semob realizou visita técnica aos terminais do Gama e Santa Maria, com pesquisa operacional neste último. Buscou-se dar maior fluidez à circulação de ônibus e à organização de filas.
- Eixo Oeste – Em 2016 a Semob analisou proposta técnica apresentada por empresa operadora da Bacia 4 para adequação de pontos de parada do corredor da EPTG, visando à operação com veículos com porta à direita. O posicionamento defendido, no entanto, foi de manutenção da proposta original, com veículos com porta à esquerda, o que demanda apenas adequação dos veículos, frente à complexa e onerosa adequação dos pontos de parada.
- A Secretaria também definiu diretrizes, junto à SINESP, quanto a obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na via de ligação da Avenida Hélio Prates à Avenida Principal do Sol Nascente, parte do Eixo Oeste.
- BRT Aeroporto – Em consonância com o importante empreendimento que se dará no sítio aeroportuário de Brasília, a SEMOB definiu a solução de mobilidade urbana para o aeroporto. Utilizando a tecnologia BRT, logrou-se encontrar uma alternativa de impacto ambiental insignificante e de baixo custo.
- Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. No âmbito da Comissão Permanente interinstitucional, coordenada pela SEGETH, a Semob participou da elaboração de minuta do Termo de Referência, dos seguintes empreendimentos: Praça Capital/DF; Túnel e *Boulevard* na Avenida Central de Taguatinga; e Projeto de Parcelamento de Solo para área localizada na Região Administrativa de Sobradinho RAV, Paranoazinho.
- Através do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, e visando à compensação ambiental em atendimento às demandas dos órgãos de fiscalização ambiental relativas às obras dos terminais de ônibus, e em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.005/2012-IBRAM e ao PGAS/ RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi realizado o plantio de 67.164 mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília, de um total de 87.885 mudas previstas, conforme contrato nº 01/2015 – SEMOB, em andamento. Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, foi concluído em 2016 o processo de contratação de serviços de "Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA)", com a assinatura do contrato nº 08/2016-SEMOB em dezembro/2016. Dessa forma, estima-se que essas passarelas estejam implantadas até julho de 2017.
- Em 2016 a SEMOB, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, bem como dos serviços de táxi e mototáxi do DF, realizou análise e julgamento de 2.315 (dois mil, trezentos e quinze) processos relativos a recursos e infrações, sendo 153 (cento e cinquenta e três) processos referentes a operadores de táxi e 2.162 (dois mil, cento e sessenta e dois) processos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

Para uma melhoria constante do transporte coletivo no DF, ao longo do ano de 2016, principalmente por meio do direcionamento e acompanhamento dos projetos e obras à SEMOB avançou seu Planejamento com grandes obras de infraestrutura, como as relacionados aos corredores de ônibus (Expressos) e alterações na operação.

Até o fim do ano de 2016, nove terminais rodoviários (sendo 7 reformados e 2 novos) foram entregues à população. Esses projetos foram financiados com recursos provenientes com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com finalidade de melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do DF, aumentando a integração entre os núcleos urbanos locais, em 2016, o pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários incluiu 2 (duas) novas unidades (em operação no Recanto das Emas I, Recanto das Emas II) e 7 (sete) reformados, nas seguintes cidades: Guará II, Paranoá, Guará I, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul (Ceilândia) e M Norte (Taguatinga). Adicionalmente, em 2017, a conclusão da execução da obra de reforma do terminal do Núcleo Bandeirante e dos novos terminais de Samambaia Norte e Samambaia Sul. A obra do terminal de Planaltina está em andamento (23%) e tem previsão de entrega para 2017.

Estrategicamente, pode- se analisar que dentro do objetivo específico planejado para 2016-2019 que compõe a promoção da atratividade dos modais e serviços especiais, através do uso do transporte público e incentivar a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, a mobilidade urbana do DF surge como um novo desafio às políticas públicas e urbanas, em um cenário de constante desenvolvimento social e econômico do país.

Com as crescentes taxas de urbanização, afetadas pelo aumento expressivo da motorização individual (automóveis e motocicletas), torna-se um desafio esta realidade para o planejamento de mobilidade urbana. Em outras palavras, o padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual mostra-se insustentável, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto no atendimento das necessidades de deslocamento que caracterizam a vida urbana. A resposta tradicional aos problemas de congestionamento, por meio do aumento da capacidade viária, estimula o uso do carro e gera novos congestionamentos, além dos impactos ambientais com a da degradação da qualidade do ar, aquecimento global e comprometimento da qualidade de vida nas cidades como um todo.

A Secretaria de Mobilidade pode contextualizar através de suas ações e projetos entregues resultados positivos que contribuíram para a melhoria das políticas públicas, gestão da infraestrutura, aqui mencionadas, realizou mudanças profundas nos padrões tradicionais de mobilidade, na perspectiva de uma cidade mais sustentável , atendendo não só aos objetivos traçados dentro de um Plano mas à Lei Federal nº 12.587 de 2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e contém princípios, diretrizes e instrumentos fundamentais para o processo transitório de meios de transportes não motorizados sobre os motorizados. E ainda, dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, com vistas à integração entre os modos e serviços de transporte urbano.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
002 - PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6216	2	1	Revisar e ampliar o plano cicloviário; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	33	-	-	-	33	33
6216	2	2	Elaborar o Plano de Mobilidade a pé; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	33	-	-	-	33	33

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6216	2	3	Instalar paraciclos em todas as estações de metrô e terminais rodoviários; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	48,38	-	-	-	48,38	48,38
6216	2	4	Implantar 150 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas do DF; (SEMOB)	26101	150	KM	MAIOR, MELHOR	7,22	--	-	-	7,22	4,8
6216	2	5	Implantar 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias no DF; (SEMOB)	26101	120	KM	MAIOR, MELHOR	1,48	-	-	-	1,48	1,2
6216	2	6	Elaborar 30 projetos de rotas acessíveis no DF; (SEMOB)	26101	30	UNID	MAIOR, MELHOR	9	-	-	-	9	30
6216	2	7	Implantar sistemas de bicicleta compartilhada em mais 5 cidades do DF; (SEMOB)	26101	>5	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	2	8	Implantar acessibilidade em 100% das estações do “MetrôIndicadores;” (Metrô)	26206	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	40

Análise Qualitativa

1. Revisar e ampliar o plano cicloviário; (SEMOB)

A Secretaria de Estado e Mobilidade vem trabalhando no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar a bicicleta ao sistema de transporte coletivo, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso à cidade à população. Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública posteriormente.Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), encontra-se em processo de licitação a contratação de consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos de Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no DF. Os produtos previstos incluem: Planejamento Global, Levantamento de Campo – Diagnóstico por RA; Reanálise dos Projetos - Proposta de Readequação e Definição de Novos Projetos; Projetos Executivos de Readequação e de Novos Trechos de Ciclovias; e Relatório Final. O início dos serviços está previsto para o 1º semestre/2017, com tempo de execução de 120 dias.

2. Elaborar o Plano de Mobilidade a pé; (SEMOB)

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei. Ademais, no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), encontra-se em processo de licitação a contratação de consultoria especializada para elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de

Pedestres do DF. Os produtos previstos incluem: Plano de Trabalho; Diagnóstico; Relatório de Trabalho; e Documento de Referência para a Política de Mobilidade para Pedestres no DF. O início dos serviços está previsto para o 1º semestre/2017, com tempo de execução de 120 dias.

3. Instalar paraciclos em todas as estações de metrô e terminais rodoviários; (SEMOB)

Foram instalados paraciclos em 15 dos 31 terminais rodoviários existentes. No entanto, em 2017, a SEMOB pretende ampliar essa meta, para a instalação de paraciclos em diversos pontos da cidade.

No que se refere aos paraciclos no Metrô, em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar as medidas planejadas na sua integralidade. Destaca-se que na Carta de Serviços ao Cidadão do METRÔ-DF, pág. 20 - Paraciclos (bicicletários) - Ciclistas que desejam complementar o trajeto com o metrô podem estacionar suas bicicletas nos paraciclos localizados próximos às estações. O usuário deve utilizar dispositivos de proteção contra furtos, pois o Metrô não se responsabiliza por furtos de bicicletas nos paraciclos. Cabe destacar a existência de bicicletários em 10 Estações como segue: 102 Sul, 112 Sul, Guará, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte, Ceilândia, Samambaia Sul e Samambaia.

4. Implantar 150 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas do DF; (SEMOB)

A ciclovia é a mais importante infraestrutura de circulação para as bicicletas nas áreas urbanas, sendo constituída de estrutura totalmente segregada do tráfego motorizado e, portanto, é a via que apresenta o maior nível de segurança e conforto aos ciclistas. A ciclovia é parte de um sistema cicloviário que consiste em uma rede integrada composta por diversos elementos com características que atendam o usuário da bicicleta em seus deslocamentos em áreas urbanas, especialmente em termos de segurança e conforto. Em 2016, foi revisado o Plano de ciclomobilidade do DF, objetivando estabelecer novas diretrizes e prioridades no desenvolvimento de projetos e investimentos de infraestrutura cicloviária no Distrito Federal. Além dos planos de mobilidade, está em fase de contratação um estudo para elaboração de um diagnóstico da malha cicloviária existente no Distrito Federal, que deverá apontar suas deficiências e propor melhorias na malha cicloviária existente. Como exemplo de entrega citamos que, em 2016, a Região Administrativa de Águas Claras recebeu 7,2 km de ciclofaixa, infraestrutura que estimula o desenvolvimento de uma cultura voltada para o transporte sustentável. Esta RA apresentou um índice de 0,58% de pessoas que se locomovem até o trabalho de bicicleta, após a implantação desta infraestrutura, estima-se que esse índice aumente.

5. Implantar 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias no DF; (SEMOB)

No caso específico das rodovias, O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF é o órgão executivo rodoviário de trânsito do Distrito Federal responsável pelo Sistema Rodoviário do DF (SRDF) e tem como uma de suas finalidades construir, manter, conservar, operar e fiscalizar as vias do SRDF e respectivas faixas de domínio. Atualmente verifica-se que aproximadamente 1913 km de rodovias são mantidos pelos cinco Distritos Rodoviários (DER), hoje existentes. Como entrega, em 2016, de ciclovias em rodovias citamos 1,48 km na Vila Basevi (Sobradinho). O Projeto Cicloviário do Distrito Federal objetiva, por meio da implantação de ciclovias, a redução do trânsito de veículos promovendo melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e tornando a cidade mais sustentável.

A fim de alcançar a meta de 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias do DF, o DER implantou em 2016, 4 km de espaço cicloviário na DF-035 entre a Estrada Parque Dom Bosco e a DF-001, próximo à Escola de Administração Fazendária (Esaf) e está em andamento mais de 3,852 Km de ciclovia na VC-533, no trecho compreendido entre o seu entroncamento com as rodovias BR-080/251/DF-180 e a divisa com o estado de Goiás (acesso ao Núcleo Rural Padre Lúcio). Espaço cicloviário executado em 2016 na VC-533 – 3,4km. Neste mês de abril o DER/DF inicia, por meio das empresas licitadas, a obra de implantação de 23,566 km de Ciclovia na DF-085 (EPTG), no trecho: entroncamento da Rodovia DF-003 (EPIA) ao entroncamento da Rodovia DF-001 (EPCT) – Pistão Sul/Norte. Inicia ainda a elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para execução da pavimentação de vias de acesso às Escolas Rurais " Caminho das Escolas" (várias Rodovias Distritais e Vicinais do SRDF) - Lote1 e 2 beneficiando 28 escolas rurais contemplando as rodovias Distritais - 108,70 Km; Estradas Vicinais - 64,80 Km; Vias Locais - 45,75 Km e totalizará

219,25 Km de vias e espaço cicloviário; e a construção de ciclovia na rodovia DF-290 Trecho: entroncamento de acesso ao Gama, entroncamento com a rodovia BR-040/BR-05), extensão de 8,90Km; ciclovia do Lago Oeste com 12,5km, além das ciclovias que estão contempladas nas obras do Trevo de Triagem Norte e na Ligação Torto Colorado.

6. Elaborar 30 projetos de rotas acessíveis no DF; (SEMOB)

De acordo com a informação da Coordenação de Projetos da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), unidade responsável por essa meta, em 2016 foram elaborados 9 (nove) projetos, alguns dos quais de setores inteiros como o caso do SAFsul e do Setor de Rádio e TV Sul. São eles:

Projetos executivos de rota acessível: no entorno do Hospital Regional de Ceilândia (7.000 m2); no entorno do Hospital Regional de Taguatinga (17.000 m2); à Escola de Música (1.315 m2); ligando o Terminal Asa Sul ao Setor Hospitalar Local Sul (3.500 m2); da estação 114 Sul do Metrô ao Setor Médico Hospitalar Local Sul (17.740 m2). Projeto de Acessibilidade: do Setor Médico Hospitalar Local Sul (25.000 m2); do Setor Hoteleiro Sul (4.500 m2). Projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul (10.000 m2). Rota Acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília (2.500 m2).

O início da execução das obras está previsto para 2017.

7. Implantar sistemas de bicicleta compartilhada em mais 5 cidades do DF; (SEMOB)

Em 2016 foi desenvolvido um Plano de Ampliação do Sistema de Bicicletas compartilhadas no DF que apresenta elementos conceituais e aspectos metodológicos, para orientar a proposição de implantação, operação e manutenção de um Sistema de Bicicletas Compartilhadas – SBC/DF, dando continuidade e ampliando a atual oferta de bicicletas compartilhadas no Plano Piloto, e estendendo o sistema para outras regiões administrativas, priorizando a implantação em pontos que proporcionem integração entre o modal cicloviário e sistema de transporte coletivo, notadamente os sistemas de BRT e Metrô. Em 2017, o edital para chamamento público será lançado.

8. Implantar acessibilidade em 100% das estações do "Metrô".

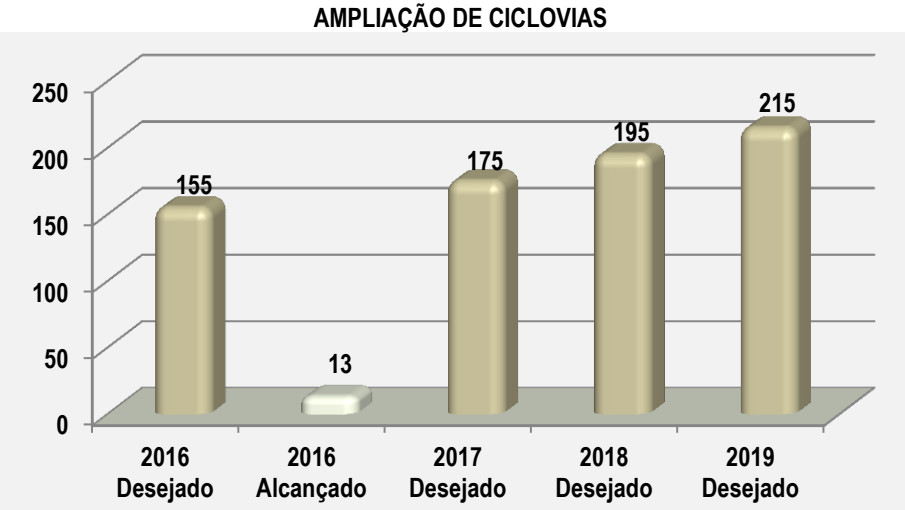
As estações do METRÔ-DF são todas acessíveis, no entanto com o objetivo de atender a NBR Nº 9050/2015 (define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano), esta Companhia está procedendo adequação à acessibilidade, como : instalação de pisos táteis, instalação de corrimões, guarda corpo e etc.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1654	AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS	KM	135	31/dez/14	Anual	155	13	175	195	215	SEMOB / UO 26101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1654 - 7,2 km em Águas Claras; 1,48 km na Vila Basevi (Sobradinho); 2,12 km na Orla do Lago Sul; 1,98 km na QI 23 do Lago Sul (DF 035). O Plano de Ciclomobilidade está sendo revisto, objetivando estabelecer novas diretrizes e prioridades no desenvolvimento de projetos e investimentos de infraestrutura cicloviária no DF. Em fase, estudo diagnóstico da malha cicloviária existente.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	2	1	Atrair a implantação de uma Fábrica de Bicicletas no DF; (SEMOB)	26101	0	Não houve registro de evolução desta ação.
6216	2	2	Criação de parceria com a iniciativa privada par a Implantação de bicicletários (SEMOB);	26101	0	Não houve evolução desta ação.
6216	2	3	Amparo à Ampliação da oferta de bicicletas compartilhadas no DF; (SEMOB)	26101	100	Elaborado o Plano de Ampliação do Sistema de Bicicletas compartilhadas no DF que apresenta elementos conceituais e aspectos metodológicos, para orientar a proposição de implantação, operação e manutenção de um Sistema de Bicicletas Compartilhadas – SBC/DF.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No esteio da priorização das políticas de desenvolvimento urbano, a Secretaria de Estado de Mobilidade vem trabalhando no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar o modo não motorizado de pessoas ao Sistema de Transporte Público, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso da população à cidade.

Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública.

Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

Tendo em vista tanto a ampliação do modal quanto a integração da bicicleta com os demais modais de transporte, a SEMOB preparou o Plano de Ampliação do Sistema Bicicletas Compartilhadas (Bike Brasilia), que hoje compreende 40 estações no Plano Piloto. Ao longo do ano, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a empresa Serttel, operadora do Bike Brasília, mostrou ser viável a instalação de mais estações de bicicletas em regiões onde há metrô e BRT. Desse modo, foi elaborado novo edital para a ampliação do Sistema, a ser publicado.

Sobre o Programa Bike Brasília, o ano de 2016 registrou, de forma consolidada, 120.656 (cento e vinte mil, seiscentos e cinquenta e seis) usuários cadastrados. Com isso, já deixaram de ser emitidas 217.18 toneladas de CO2 na atmosfera.

Destaca-se, ainda, a condução de diagnóstico da malha cicloviária, componente do Programa de Transporte Urbano (PTU-BID), que permitirá indicar, de maneira mais adequada, as soluções para as ciclovias implantadas no DF, bem como as prioridades de locais que devem receber esse tipo de infraestrutura. Em 2016, deu-se início ao processo licitatório de contratação desse estudo, que produzirá um diagnóstico da malha cicloviária do DF.

No tocante à orientação estratégica exercida pela SEMOB, pode-se citar os seguintes projetos em que a Secretaria atuou: ciclovia na BR-040/BR-050 (trecho do entroncamento de acesso ao Gama com entroncamento com a rodovia); na DF-047 (EPAR), na rodovia DF-001 (Lago Oeste) e na DF-085 (EPTG). Cabe destacar, ainda, a implantação de ciclofaixas em Águas Claras, com quase 8km de extensão, e da ciclovia no Setor Comercial Sul, como parte da revitalização das vias S1 e S2.

No caso da ciclovia prevista no projeto do Trevo de Triagem Norte, cujas obras foram iniciadas no segundo semestre de 2016, a SEMOB conduziu a revisão do trajeto cicloviário projetado. O projeto da ciclovia foi alvo de críticas de organizações da sociedade civil, as quais foram, após diversas oitivas, recepcionadas pela Semob. A adequação da ciclovia do TTN foi incorporada ao projeto da obra. Essa infraestrutura oferecerá mais comodidade ao ciclista, com cerca de 10 km a mais de ciclovias na região norte de Brasília.

Ressalta-se, por fim, o progresso no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília em parceria com a SEGETH para a definição de prioridades em projetos e na aplicação de recursos para a Política Cicloviária.

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei.

Ademais, no âmbito do PTU-BID, deu-se início ao processo de contratação de estudo para definição de diretrizes do Plano de Mobilidade a pé do Distrito Federal, instrumento de implementação da política.

Dada a interface das ações de gestão do território com a mobilidade a pé, a SEMOB acompanhou as discussões sobre rotas acessíveis e avançou, em parceria com a SEGETH, no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília, para a definição de prioridades no desenvolvimento de projetos e aplicação de recursos para a Política de Mobilidade a Pé.

Junto a outros órgãos, a SEMOB também tem atuado na elaboração do Plano de Acessibilidade do DF – um estudo global sobre as condições gerais de acessibilidade nas Edificações e Áreas Urbanas das diversas unidades Administrativas do Governo do Distrito Federal, com vistas à criação de um plano de ação para elaboração de projetos executivos e realização de obras para adequação das edificações, vias, acessos e áreas urbanas às normas técnicas vigentes.

Foi desenvolvido o projeto Centro Vivo, na Semana Nacional de Trânsito, ocorrida entre 19 e 27 de setembro de 2016. Na ocasião, sob coordenação da SEMOB, foi fechado o estacionamento da Quadra 6 do Setor Comercial Sul para demonstração da possibilidade de múltiplos usos daquele espaço público. Contou-se com a participação de diversos órgãos do governo.

Também, foi realizada oficina de mobilidade ativa na Estrutural. A atividade foi desenvolvida, em setembro de 2016, por meio de uma dinâmica com a população para identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta; envolver a população no desenvolvimento de diretrizes de intervenção; abrir um diálogo com a população; identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade aos estudos e ao Programa Mobilidade Ativa. Como resultado, foram criados dois mapas, sendo o primeiro com as principais rotas de ciclistas e o segundo com a proposta de infraestrutura para a Região.

A SEMOB tem como missão institucional “assegurar à população o direito de ir e vir e o acesso à cidade de forma integrada, com qualidade, sustentabilidade e justiça social”. Considerando que no DF os deslocamentos a pé e por bicicleta constituem uma parcela significativa do total de viagens na cidade, a SEMOB tem se empenhado na política e na ampliação da infraestrutura dos modos não motorizados, como ampliação de ciclovias, ciclofaixas, paraciclos, calçadas, iluminação e sinalização adjacentes, para garantir à população um melhor acesso à cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução dos impactos ambientais e de mortes no trânsito.

Contribuição para Alcance dos Objetivos Específicos

METRÔ

O eixo PROMOVER A ACESSBILIDADE UNIVERSAL nos transportes públicos é amparada por um arcabouço de leis federais, distritais e normas técnicas. No que se refere ao sistema metroferroviário, o Decreto Federal n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004 estabeleceu o prazo de dez anos para os sistemas (infraestrutura e material rodante) ficarem totalmente acessíveis. Reserva-se ainda a necessidade de atender a NBR Nº 9050/2015 (define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano).

Em que pese às estações metroviárias serem acessíveis, os dispositivos legais aplicáveis à época da elaboração do projeto de arquitetura foram alterados ou criados no decorrer dos anos.

Dessa forma, uma das metas estratégicas para promoção da acessibilidade universal é a modernização das estações metroviárias operacionais para adequá-las à legislação de acessibilidade em vigor, tendo sido estabelecidas as seguintes ações:

- Adequação dos corrimãos, guarda-corpos e pisos táteis de 11 (onze) Estações e respectivas Passagens de Pedestres, contemplando a execução dos referidos serviços nas Estações 102 Sul, 108 Sul, 112 Sul, 114 Sul, Guará, Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Ceilândia.

- Contratação das obras de reforma da Estação Arniqueiras.

SEGETH

Em março de 2016, a SEGETH foi reestruturada, e entre suas atribuições há atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de urbanização, mobilidade e acessibilidade; projetos de parcelamentos do solo; projetos de parques e espaços livres públicos. Neste período, foram elaborados os seguintes projetos: 1) projetos de requalificação das áreas centrais: projeto executivo de urbanização do canteiro central da via S3-etapas 2; projeto de urbanização, acessibilidade e malha cicloviária para a ADE- setor de materiais de construção e setor de indústrias de Ceilândia, como parte do Programa Pró-Cidades; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projetos de requalificação e acessibilidade do setor hospitalar local sul; 2) projetos de parques e espaços livres públicos: projeto de urbanização e paisagismo da orla livre-fase 1 – etapa 1 - SHIS QL 12 – península dos ministros; projeto de requalificação da praça do povo na quadra 03 do setor comercial sul; projeto do parque sol nascente- Ceilândia; 3) projetos de sistema viário: proposta de revisão de sistema viário e proposta de estacionamentos entre a 616 a 612 sul; projeto de revisão do sistema viário do setor de autarquias norte; 4) projetos de parcelamento do solo: projeto urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô; projeto urbanístico para concessão da galeria dos estados; projeto urbanístico do setor de embaixadas norte; projeto urbanístico para regularização dos lotes dos terminais rodoviários norte e sul de Samambaia; projeto urbanístico do terminal rodoviário Asa Norte; projeto urbanístico do terminal rodoviário do subcentro 400-600 do Recanto das Emas. Destaca-se que parte dos projetos elaborados pela SEGETH integram o Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. Promoção do transporte não motorizado: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, tais ações totalizaram 60.000 m2 de projetos de acessibilidade, sendo eles: Projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Ceilândia - HRC; projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Taguatinga - HRT;

Objetivando alcançar a meta, também foram realizadas as seguintes ações: elaboração do projeto executivo de rota acessível à escola de música; projeto executivo de rota acessível ligando o terminal asa sul ao setor hospitalar local sul; projeto executivo de rota acessível da estação 114 sul do metrô ao setor médico hospitalar local sul; rota acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília; projeto de acessibilidade do setor médico hospitalar local sul; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

03 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA: Promover a restauração, pavimentação e ampliação da capacidade das vias e das obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) com suas respectivas calçadas, aprimorando a segurança viária, oferecendo meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, reduzindo tempo de percurso e acidentes de trânsito.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6216	3	1	Adicionar 100 km ao Anel Viário do DF; (SEMOB)	26101	100	KM	MAIOR, MELHOR	32	-	-	-	32	32
6216	3	2	Executar o projeto "Caminho das Escolas" em 40 Escolas Públicas Rurais; (SEMOB)	26101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	3	3	Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF/ (SEMOB)	26101	55	UNID	MAIOR, MELHOR	13	-	-	-	13	23,6
6216	3	4	Modernizar e restaurar 40 obras de arte e/ou trechos de rodovias; (SEMOB)	26101	40	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	3	5	Implantar a ligação: Torto – Colorado; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	29,84	-	-	-	29,84	29,84
6216	3	6	Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	11	-	-	-	11	11
6216	3	7	Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	3	8	Construir 2 passarelas em rodovias; (SEMOB)	26101	2	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	3	9	Construir 12 pontes em rodovias; (SEMOB)	26101	12	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	3	10	Construir 12 viadutos em rodovias. (SEMOB)	26101	12	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Adicionar 100 km ao Anel Viário do DF; (SEMOB)

O Projeto Anel Viário do DF nasceu da necessidade de promover o desvio do tráfego de passagem (cargas e passageiros) na região central de Brasília e de retirar o tráfego de longa distância do Sistema Viário local, especialmente da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), de modo a possibilitar opções para o tráfego regional de passagem. Tais soluções reduzirão de modo eficiente os problemas de mobilidade existentes hoje no Distrito Federal. A concepção do Anel Viário busca a composição de rodovias existentes que interliguem os vetores de tráfego regional

que acessam o DF, e circundam a região central de Brasília com o objetivo de desafogar o tráfego em curto espaço de tempo. A implantação do Anel Viário representa importante papel na integração dos Corredores Estratégicos de Transporte. Serão 320 km, integrando estes corredores de transporte, oferecendo deslocamentos com maior eficiência e segurança.

Em 2016 foram realizados 32% de estudos e projetos básico da implantação do Anel Viário do Distrito Federal, e estão previstos mais 34% para a 2º quinzena de abril referentes à parte do Projeto Executivo.

2. Executar o projeto "Caminho das Escolas" em 40 Escolas Públicas Rurais; (SEMOB)

Com o objetivo de aumentar a segurança no transporte de estudantes na zona rural por meio da melhoria na qualidade das vias; Ampliar e facilitar o acesso aos estudantes e servidores às escolas rurais; Aumentar a segurança dos trajetos; Diminuir a insalubridade devido às más condições das estradas; Reduzir os custos de manutenção dos veículos utilizados para o transporte escolar; Oferecer maior conforto no transporte aos estudantes da zona rural.

O DER/DF pavimentará as rodovias e construirá ciclovias que dão acesso às escolas rurais, a fim de promover o acesso dos estudantes às instituições de ensino e reduzir os custos de manutenção dos veículos escolares utilizados. O projeto beneficiará 28 escolas rurais contemplando as rodovias Distritais - 108,70 Km; Estradas Vicinais - 64,80 Km; Vias Locais - 45,75 Km e totalizará 219,25 Km de vias e espaço cicloviário.

A Ordem de Serviço para o desenvolvimento dos Projetos Executivos dos Lotes 1 e 2 foi emitida em 14/12/2016, contudo o novo empenho foi realizado após publicação do superávit do Banco do Brasil, em 24/03. Os serviços topográficos foram iniciados.

3. Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF/ (SEMOB)

No sentido de reduzir o número de acidentes de trânsito causados por problemas nas vias, o DER/DF elencou 55 pontos críticos, sendo realizados em 2016 as seguintes intervenções : - DF-003 - em frente ao Shopping Popular - taper e faixa para retorno, construção de baia de ônibus; DF-011 – acesso SWO, complexo PC e Parque, adequação de semáforos, retornos, acessos e construção de baia de ônibus; DF-001/035 – Balão da ESAF, adequação geométrica; DF-001 – Setor Comercial dos Condomínios/ESAF- construção de baias de ônibus; DF-001 - acesso Boca da Mata, adequação geométrica; DF-075- acesso Núcleo Bandeirante, adequação geométrica; DF-430 - construção de baias de ônibus; DF-128 – ao lado da igreja – sinalização, adequação geométrica e duplicação (obra em andamento).

Destaca-se o trabalho integrado da Secretaria de Estado de Mobilidade e vinculadas, com outros órgãos do GDF e parceiros privados no "Plano Brasília Vida Segura", que tem por finalidade reduzir pela metade o número de mortes em acidentes de trânsito até 2020, conforme meta estabelecida pelo plano Década de Ações para Segurança Viária, lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

4. Modernizar e restaurar 40 obras de arte e/ou trechos de rodovias; (SEMOB)

Não houve registro de evolução dessa meta em 2016, segundo o DER.

5. Implantar a ligação: Torto – Colorado; (SEMOB)

A obra de Ligação Torto Colorado em conjunto com a obra do Trevo de Triagem Norte prevê medidas, para desafogar o trânsito na saída norte, beneficiará cerca de 100 mil motoristas que passam diariamente pelo local. As medidas vêm para eliminar problemas antigos, como a necessidade de recorrer à faixa reversa em horários de pico.

Com a obra de Ligação Torto-Colorado haverá: - Ampliação da capacidade viária da saída norte e ordenamento do tráfego local, proporcionando menor tempo de deslocamento e facilitando os acessos à Rodovia DF-003, com maior segurança e facilidade, por meio do aumento da capacidade de trecho da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia).

Diminuição no tempo de percurso; - Redução do número de acidentes; - Aumento da segurança viária; - Aumento no conforto na circulação de todos os modos de transporte; - Duplicação de capacidade do tráfego entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado; - Ordenamento do fluxo com a eliminação dos pontos de conflito; - Acesso direto a DF-001, DF-150 e Bairro Taquari; - Viabilização do uso de transporte não motorizado na região através de ciclovias; e – Redução dos congestionamentos.

O Lote 01 corresponde à execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 0,0 ao km 2,5, denominado Ligação Torto-Colorado. Foram executados até o momento 6,94%.

O Lote 02 corresponde à execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 2,5 ao km 5,2, denominado Ligação Torto-Colorado. Foram executados 22,9%. A Licitação para Supervisão do Lote 2 está em andamento.

6. Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte; (SEMOB)

A construção do Trevo de Triagem Norte visa ampliar a capacidade viária da saída norte e ordenar o tráfego local, melhorando significativamente a segurança e o fluxo de veículos na região.

Atualmente, a saída da extremidade norte comporta um tráfego intenso em horário de pico, que vai das 17h30min até às 20h, apresenta diversos pontos de conflito de fluxos em seus entrecruzamentos, o que causa alto índice de acidentes; grande retenção dos fluxos, congestionamentos que afetam à fluência do tráfego, lentidão no escoamento, além da insuficiência da ponte do Braghetto que já não atende a quantidade de veículos que necessitam ultrapassá-la, apresenta desgastes estruturais e necessita de reforma e readequação à quantidade de veículos para oferecer deslocamentos eficientes e seguros na região. Além da ausência de ciclovias e passeios para circulação de pedestres ao longo das vias; inexistência de obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) que complementem de forma eficiente a mobilidade.

Esta obra tem por objetivo a diminuição no tempo de percurso; Redução do número de acidentes; Aumento da segurança viária; Aumento no conforto na circulação de todos os modos de transporte; Duplicação de capacidade do tráfego entre final da Asa Norte e o Balão do Torto; Ordenamento do fluxo com a eliminação dos pontos de conflito; Acesso direto ao Lago Norte por meio das vias L4 e W3 Norte; Viabilização do uso de transporte não motorizado na região.

A obra do TTN, em 2016, teve 11% executado. Neste ano, estão sendo iniciadas as fundações da OAE 2, 3, 4.

7. Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá; (SEMOB)

A construção da Ponte Paralela à Barragem do Paranoá se faz necessária em razão do acréscimo do número de veículos originários das regiões administrativas do Paranoá e condomínios existentes nas imediações, além da grande quantidade de veículos de cargas que passam sobre a DF-001 (EPCT). Esse cenário agravado pelas más condições topográficas, pode gerar impactos negativos tanto na estrutura quanto no aumento de número de acidentes de trânsito.

A fim de dar maior segurança e fluidez retirando o fluxo de veículos no local, o DER/DF abriu o processo nº 113.006.095/2015 para a realização de estudo técnico e a elaboração de Termo de Referência que dará origem a contratação de Concurso Público para a Construção da Ponte sobre a Barragem do Paranoá.

8. Construir 2 passarelas em rodovias; (SEMOB)

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), após licitação, foi assinado, em 29/12/2016, o contrato nº 08/2016-SEMOB/DF para Elaboração de Projeto Executivo e Construção de 3 (três) Passarelas: nº 6 e nº 7 na DF-095 (EPCL) e nº 4 na DF-003 (EPIA). O início dos serviços está previsto para janeiro/2017, com tempo de execução de 120 dias.

9. Construir 12 pontes em rodovias; (SEMOB)

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), em processo de preparação a licitação para contratação das obras de Alargamento das Pontes sobre o Córrego Samambaia e o Córrego Vicente Pires e dos Viadutos sobre a "FCA – Ferrovia Centro-Atlântica" na DF-085 (EPTG), totalizando 4 pontes e 2 viadutos (considerados os dois sentidos da via). O orçamento e os projetos básicos foram revisados e entregues pelo DER-DF em dezembro/2016. No mesmo mês, a minuta do edital foi encaminhada ao BID para análise e não objeção.

Ponte sobre o Rio Córrego do Torto (Prevista na obra de Ligação Torto Colorado – LTC; vide item 5) e 02 pontes sobre o Lago Paranoá (Previstas na obra do Trevo de Triagem Norte – TTN, vide item 6). Ponte sobre o Rio VC-533, iniciada no mês 04/2017. Ponte sobre a DF-290, licitação prevista para o primeiro semestre de 2017.

10. Construir 12 viadutos em rodovias. (SEMOB)

Estão previstos 8 viadutos. Embora ainda não construídos, fazem parte das obras em andamento como o Trevo de Triagem Norte – TTN e Ligação Torto Colorado, citadas nos itens 5 e 6. Por meio de Convênio celebrado entre o DER/DF e a TERRACAP em 14.03.2016, serão repassados ao Departamento R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a execução de cinco obras de Arte Especiais (viadutos), que fazem parte das obras necessárias à ampliação do Sistema Viário da Rodovia DF-003 – EPIA – Ligação Torto-Colorado. OAE – 01ª, OAE - 01BW, OAE – 01C, OAE-03 e OAE-04.

Aguardando a definição do modelo de licitação (RDC ou Lei 8.666/93) a Implantação de 3 viadutos no entroncamento das rodovias DF-001/DF-015/DF-250- Recanto das Emas/Riacho Fundo, II.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1655	ÍNDICE DE ACIDENTE FATAIS EM RODOVIAS (10.000/VEÍCULOS)	COEFICIENTE / 10.000	1,07	31/dez/14	Anual	0,95	0	0,91	0,87	0,83	DER / UO 26101 / OE 3
1656	EXPANSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS	KM	2706	31/dez/14	Anual	2756	3039	2781	2806	2831	DER / UO 26101 / OE 3
1657	ÍNDICE DA MALHA VIÁRIA PAVIMENTADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA	%	58	31/dez/14	Anual	64	51	67	70	73	DER / UO 26101 / OE 3
1658	ÍNDICE DA MALHA VIÁRIA SINALIZADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA	%	68	31/dez/14	Anual	74	67	77	80	83	DER / UO 26101 / OE 3

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1659	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR LINHA VERDE	%			Trimestral	38	0	64	89	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
1660	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SUL - 2º TRECHO	%			Trimestral	-	0	47	100	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
1661	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR NORTE	%			ANUAL	10	0	30	70	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1655 - Dados ainda não consolidados pelo DER/DF. Prazo mínimo para apuração: 30 (trinta) dias após o encerramento do ano.

Indicador 1656 - Foram consideradas as rodovias do BRT SUL, bem como as atualizações nas pavimentações das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Somatório da extensão nas rodovias pavimentadas x número de faixas x 2 (acumulativo).

Indicador 1657 - Em virtude de restrição orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas. Destaca-se que o contrato de fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ só foi realizado no final do último trimestre (outubro) de 2016. Fórmula: número de quilômetros da malha rodoviária pavimentada em "ótimo e bom" estado / total malha pavimentada.

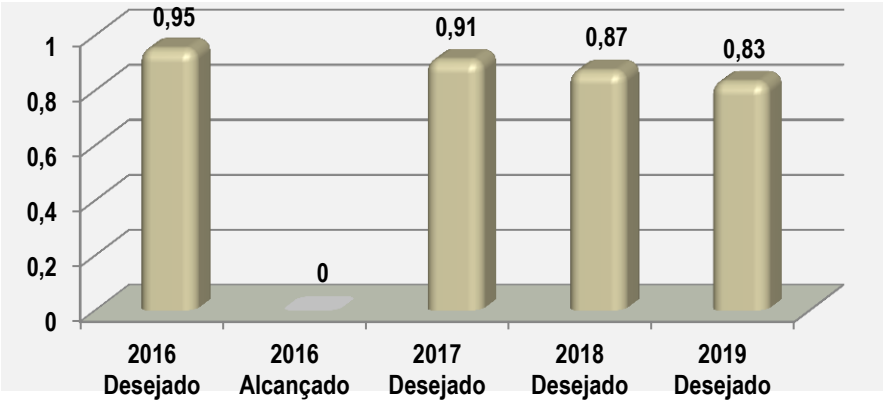
Indicador 1658 - Em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas.

Indicador 1659 - Esse corredor ainda não foi implantado. O DER executou as obras em apenas um trecho do total, que foi na DF-085 (EPTG). A complementação deverá ser feita após licitação sob responsabilidade da SINESP.

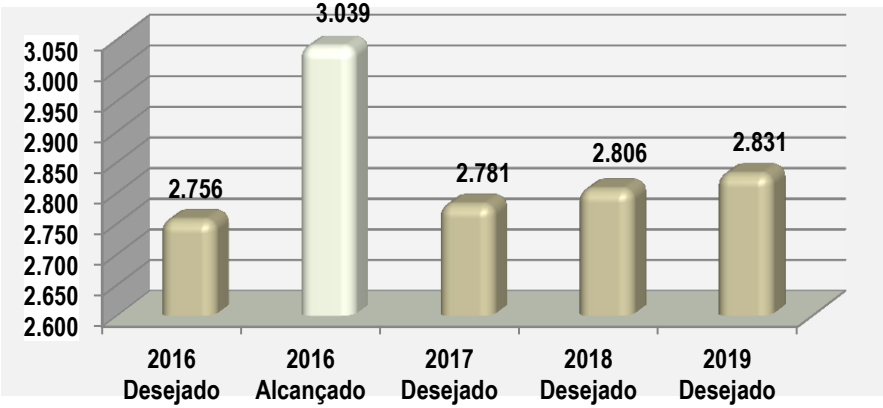
Indicador 1660 - Ainda será licitada a obra para a implantação dos Trechos 3 e 4, chamado de 2º Trecho ou 2ª Etapa. O Projeto Executivo de toda a extensão do BRT foi concluído antes da implantação dos Trechos 1 e 2, logo não é possível quantificar valores para a parte do projeto que se refere apenas aos Trechos finais (3 e 4).

Indicador 1661 - O Projeto já está concluído e foi entregue à CAIXA para análise. Ainda não há um valor fechado para a obra, nem previsão de licitação. O que se tem é uma estimativa de quanto custará a obra, aproximadamente, R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O Projeto foi concluído com valor final de R$15.219.344,98.

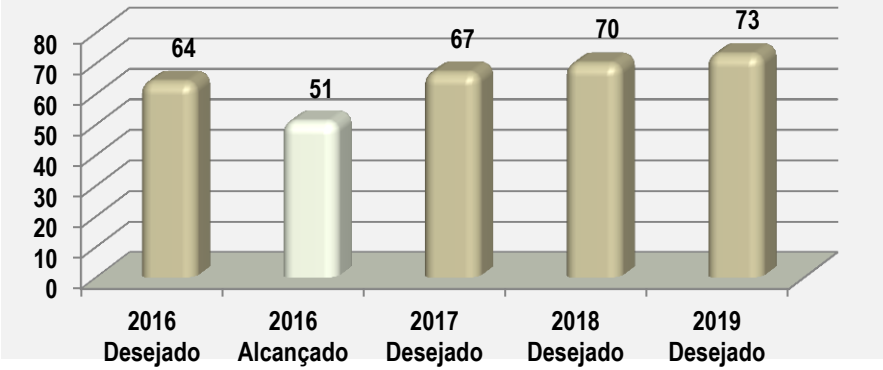
ÍNDICE DE ACIDENTE FATAIS EM RODOVIAS (10.000/VEÍCULOS)



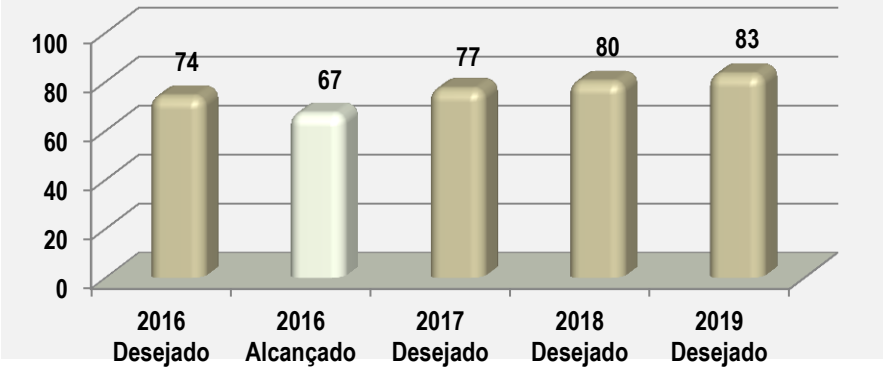
EXPANSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS



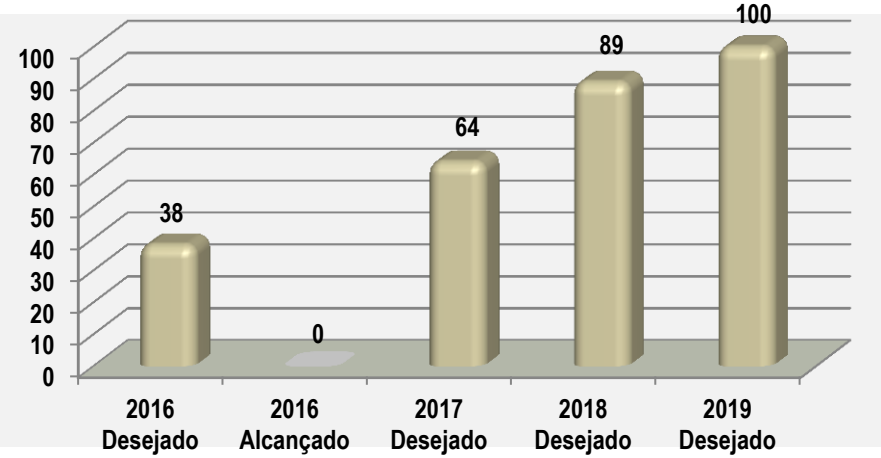
ÍNDICE DA MALHA VIÁRIA PAVIMENTADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA



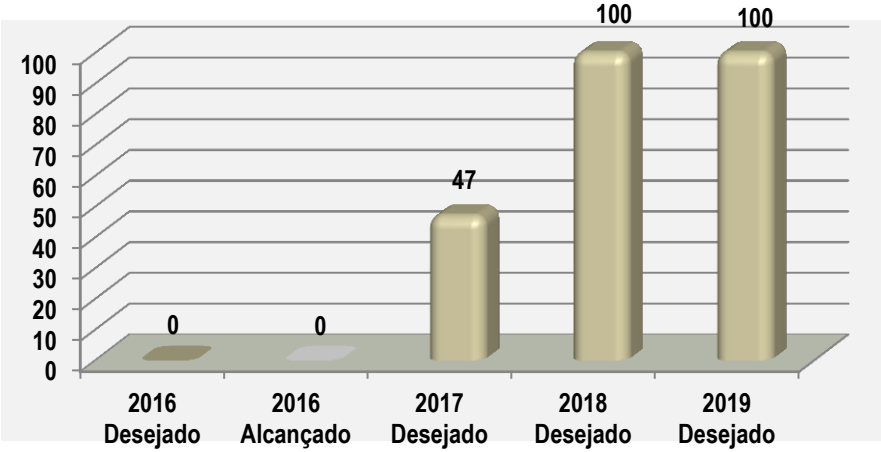
ÍNDICE DA MALHA VIÁRIA SINALIZADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA



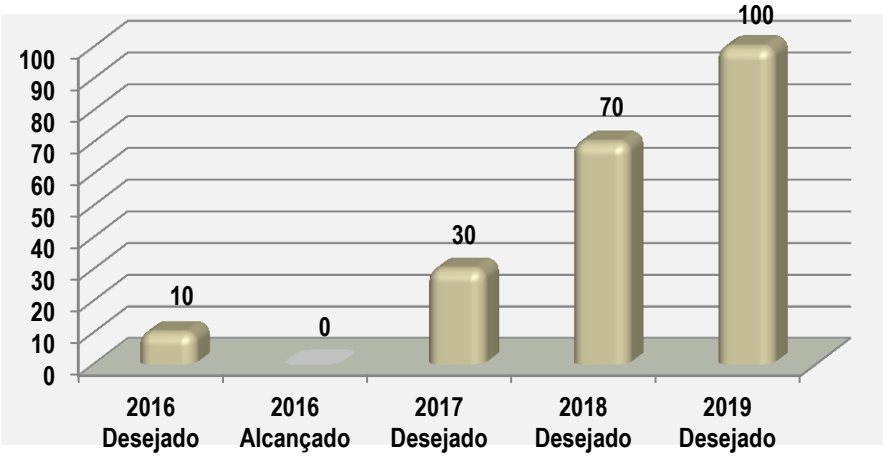
IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR LINHA VERDE



IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SUL - 2º TRECHO



IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR NORTE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	3	1	Articular a Implantação de estacionamentos rotativos (SEMOB).	26101	0	Foi instituída, por meio do Decreto nº 37.436, de 23 de junho de 2016, a Comissão Interinstitucional para elaborar a regulamentação das áreas destinadas a estacionamentos no Distrito Federal - CIRAE-DF). Em 21 de outubro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.719 que transferiu à Secretaria das Cidades a coordenação da CIRAE-DF. Segundo à Secretaria das Cidades, não houve avanço nesta ação em 2016.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade, tem como missão Assegurar a Qualidade da Infraestrutura Viária, do Trânsito e da Mobilidade nas Rodovias do Distrito Federal, comprometida com o Desenvolvimento Sustentável.

Visando promover a segurança e fluidez viária, o DER atua na modernização e na manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, incluindo, em 2016, ações de adequação, melhoramento, aumento de capacidade nas rodovias, duplicação e restaurações. Estavam em andamento ou foram finalizadas em 2016 diversas obras nas Rodovias: DF-463, DF-480, VC-533, DF-440, DF-035, DF-001 (EPCT)-Lago Oeste, ligação Torto- Colorado e no Eixo Norte com a implantação do Trevo de Triagem Norte. Constam em elaboração diversos projetos executivos de engenharia e de EIA/RIMA, destinados à implantação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros denominados Corredor Eixo Norte, consultoria em engenharia para análise e adequações nos produtos oriundos do contrato 040/2008 e a elaboração dos projetos básico e executivo para implantação do Anel Viário, elaboração do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-285, elaboração do Plano de Controle de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-001 (EPCT), incluindo a construção de ponte de concreto sobre o Rio da Palma, gerenciamento ambiental dos Programas Ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul e supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN).

De acordo com as diretrizes governamentais, sendo o responsável pela administração de uma expressiva carteira de obras de construção totalizando, 16 contratos de obras, projetos rodoviários e serviços de engenharia administrados ao mesmo tempo, o DER foi responsável por 1.015 km de rodovias pavimentadas, conforme dados constantes do (SRDF) de 2016, e por uma malha rodoviária total de 1.913 km, cabendo-lhe ainda a execução de serviços de expansão ou recuperação, bem como contribuir para a educação no trânsito, zelar pela segurança viária, fiscalizar o trânsito em que compete o SRDF.

A grande diretriz para o período 2016-2019 é a priorização do transporte coletivo sobre o individual e do não motorizado sobre o motorizado. Todavia, dado o alto índice de motorização da capital do país, também são importantes ações para garantir a fluidez e a segurança viária.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS: Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6216	4	1	Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 2 Asa Norte 107 e Ampliar a Linha 1 (Estação do Trabalhador, Ceilândia e Samambaia); (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	4	2	Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul); (SEMOB)	26101	3	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	4	3	Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT ;(SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	65,79	-	-	-	65,79	65,79
6216	4	4	Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	4	5	Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário; (SEMOB)	26101	3	MINUTO	MENOR, MELHOR	3m40	-	-	-	3m40	87
6216	4	6	Ampliar frota em 10 novos Trens; (SEMOB)	26101	10	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	4	7	Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6216	4	8	Implantação de energia solar em 16 estações do Metrô.(SEMOB	26101	16	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 2 Asa Norte 107 e Ampliar a Linha 1 (Estação do Trabalhador, Ceilândia e Samambaia); (SEMOB)

O Termo de Compromisso n.º 445.443-62/2015 foi assinado em 28/12/2015 e a Síntese do Projeto Aprovado – SPA referente à 1ª Etapa foi homologada em 24/03/2016. Por meio da Concorrência n.º 003/2016 está sendo realizada a licitação para "*Contratação de Serviços Especializados de Engenharia para Elaboração de Estudo, Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para a análise de Projetos Metroferroviários*", cuja abertura ocorreu no dia 21 de novembro de 2016. No momento encontram-se em análise as propostas técnicas.

2. Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul); (SEMOB)

Esta Meta estava vinculada à Operação de Crédito n.º 445.237-66, selecionada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 406, de 21 de julho de 2014. Foram providenciados pelo Metrô-DF os documentos técnicos solicitados, que se encontravam aprovados pela Caixa Econômica Federal. Todavia, em virtude de pendências na análise de risco do GDF para efetivar tal contratação a Operação de Crédito foi cancelada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 632, de 29 de dezembro de 2016.

3. Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT ;(SEMOB)

A elaboração do Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT foi contrato em 23/07/2015, Contrato n.º 005/2015 e encontra-se com andamento normal, tendo sofrido reprogramação do respectivo cronograma em virtude da greve dos metroviários ocorrida em meados de 2016. Em dezembro de 2016 foi concluída a coleta de dados da Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU/DF que, após o respectivo processamento, fornecerá os subsídios para a elaboração do PDTT/DF.

4. Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB)

Quanto ao VLT na W3 Sul, o Termo de Compromisso n.º 445.450-67/2015 foi assinado em 28/12/2015. Aguarda a homologação pelo Ministério das Cidades da Síntese do Projetos Aprovado - SPA. O VLT Monumental é desdobramento da Meta 1. O VLT Sol Nascente/Ceilândia/Taguatinga/Riacho Fundo I está em fase de estudo de traçado, não havendo recursos vinculados.

5. Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário; (SEMOB)

Em 2014 e 2015, a modernização não foi possível devido às limitações orçamentárias motivadas pela recessão econômica, como consequência, os serviços foram mantidos nos mesmos níveis com intervalo nos horários de pico de 3 minutos e 40 segundos. Dentro das limitações e da maior demanda das estações do ramal Ceilândia foi implantada ainda em setembro de 2015 (Y2) uma modificação no esquema de circulação de trens de maneira a atender aquelas estações. A modernização de diversos subsistemas (radiotelefonia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica contribuirão para melhores condições do sistema e consequentemente dos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

6. Ampliar frota em 10 novos Trens; (SEMOB)

Meta vinculada à Operação de Crédito n.º 445.236-52, selecionada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 406, de 21 de julho de 2014. Foram providenciados pelo Metrô-DF os documentos técnicos solicitados, que se encontravam aprovados pela Caixa Econômica Federal. Todavia, haviam pendências na análise de risco do GDF. A Operação de Crédito foi cancelada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 632, de 29 de dezembro de 2016.

7. Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília; (SEMOB)

Foi concluído o Projeto para reforma do prédio que abrigará as instalações da Escola Metroferroviária de Brasília. O Projeto encontra-se em fase de licitação com vistas ao início das obras.

No ano de 2016, a Escola Metroferroviária de Brasília capacitou 138 (cento e trinta e oito) empregados da área meio, e 987 (novecentos e oitenta e sete) empregados da área fim, num total de 1.125 (mil, cento e vinte e cinco) empregados capacitados em cursos das áreas administrativa e operacional.

Por meio de parcerias com a Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Contas do DF, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e Controladoria Geral do Distrito Federal, foram ofertados 130 cursos nas áreas de contratos, riscos, controle, processos, normatizações, informática, cerimonial, legislação de pessoal e combate ao racismo institucional.

8. Implantação de energia solar em 16 estações do Metrô.(SEMOB)

Esta meta apresenta relação com a Modernização de Energia – 1ª Etapa (Implantação de miniusina fotovoltaica na Estação Guariroba), uma vez que fornecerá subsídios para verificar a viabilidade técnica e econômica de utilização da energia solar em todas as 16 estações operacionais ou em trecho do sistema. A contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba efetivará em 2017, no valor total de R$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

INDICADORES DE DESEMPENHO

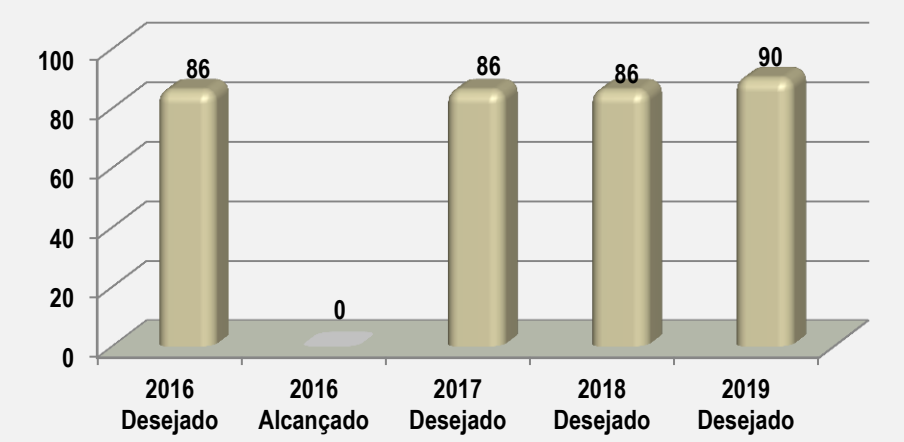
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1663	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	31/dez/14	Anual	86	0	86	86	90	METRÔ / UO 26101/ OE 1, 4
1664	NÚMERO DE PASSAGEIROS DO METRÔ (MÊS X 1000)	UNIDADE	3594	31/dez/14	Mensal	4160	2996	4680	4680	5.460	METRÔ / UO 26101/ OE 4

Justificativas 2016

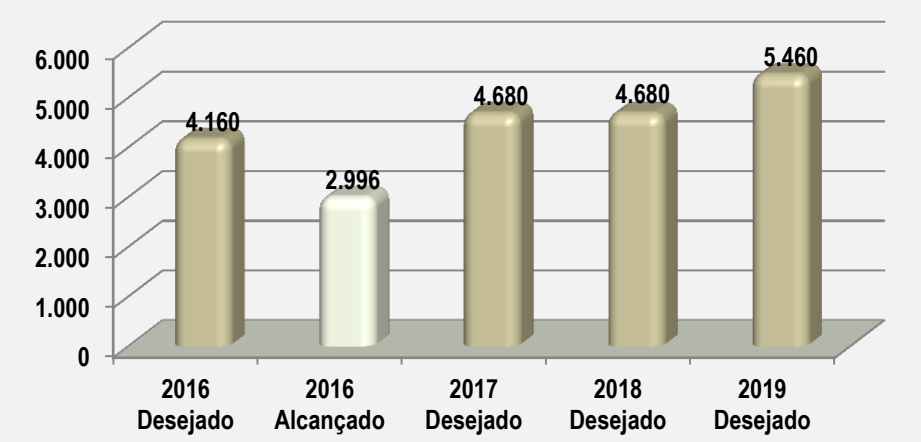
Indicador 1663 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de Satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.

Indicador 1664 - Em 2016, a média foi de 2,99 milhões de usuários. Verificou-se assim, que a diminuição de usuários em relação a 2015 ocorreu devido a ampla greve dos metroviários que durou 72 dias (junho, julho e meados de agosto) refletindo uma redução de 13,76%.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ



NÚMERO DE PASSAGEIROS DO METRÔ (MÊS X 1000)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	4	1	Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô; (SEMOB)	26101	0	Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô - Ação para reduzir o impacto ao meio ambiente é a utilização de carros elétricos em substituição aos de gasolina. Foi publicada no *Diário Oficial do DF* a cessão gratuita de dois veículos elétricos, por 30 dias, fabricados pela empresa chinesa BYD para que sejam realizados testes dessa tecnologia em prol da redução da emissão de gás carbônico. Em 2016, o METRO em razão das limitações orçamentárias do GDF e alto valor da alfândega e limitações administrativas suspendeu esta ação.
6216	4	2	Elaboração de estudos visando à expansão comercial do Metrô; (SEMOB)	26101	40	A Expansão Comercial do Metrô - Implantação do Programa de Comercialização dos Espaços nas Estações Metrô engloba: Etapa 1 - Implantação da comercialização dos espaços destinados a painéis publicitários e adesivamento das estações e trens. Etapa 2 – Implantação da comercialização dos espaços destinados a quiosques, eventos, máquinas dispensadoras, entre outros. As ações:locação de lojas, implantação de quiosques, estandes e máquinas

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						dispensadoras - ainda não foram implementadas devido a necessidade de regularização dos terrenos das Estações, bem como a necessidade de definição do endereçamento dos espaços , demanda que encontra-se em análise pela SEGETH. Etapa 3 – Licitação das Lojas das Estações. Etapa 4 – Shopping no Metrô - O Projeto da Estação 19 – encontra-se na Câmara Legislativa, via Projeto de Lei Complementar, para autorização de alteração da destinação do terreno.
6216	4	3	Articulação para implantação de trens regionais; (SEMOB)	26101	100	Houve várias reuniões em 2016 para articulação dessa temática, com a participação do Governador e do Secretário de Estado de Mobilidade.
6216	4	4	Criação de projeto piloto de implantação de energia solar na estação. (SEMOB)	26101	100	A contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, Montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba efetivará no início de 2017, no valor total de R$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Como é sabido, o METRÔ-DF é empresa pública dependente do Distrito Federal. Tem por objeto promover e explorar o transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal. O projeto METRÔ-DF é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia. Toda a via tem extensão de 42,38 km e liga a região administrativa de Brasília à de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga.

Em alinhamento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, incorporou-se ao Plano Estratégico Institucional - PEI a metodologia ISO 31000:2009 e o COSO 2013. De forma suplementar, seguiu-se a Declaração de Posicionamento do *Institute of Internal Auditors* – IIA com relação às melhores práticas em gestão de riscos.

A base estratégica adotada na elaboração do PEI – METRÔ-DF segue abordagem descendente, iniciando-se na observação dos Programas do Governo Federal, do Programa do Governo de Brasília e sua interação com o PPA-METRÔ/DF e outros Órgãos de Gestão Distrital, tais como a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAG, Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB e Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

Desde a sua criação, o METRÔ-DF sempre dependeu de recursos provenientes do erário distrital, pois sua arrecadação própria não assegura recursos suficientes para tonar-se não dependente do Tesouro distrital. Ainda que o grau de dependência tenha diminuído em 2016 com relação aos anos anteriores (agora em 65%; redução de 8% com relação a 2015), tem-se um cenário claro de dependência dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

Como desafio para reduzir ainda mais a dependência financeira, além de reduzir seus custos operacionais, o METRÔ-DF buscou incrementar suas receitas (fontes extratarifárias - exploração comercial de lojas, outros espaços físicos, espaços publicitários, etc.). Por outro lado, as receitas extratarifárias podem ser majoradas por meio de esforço de comercialização junto aos interessados, ainda que representem pequena parcela do total de arrecadação do METRÔ-DF (em 2016, apenas 3,3%). Cabe também ressaltar a intenção de abrir ao setor privado a exploração da área da Estação 19, cujo potencial de incremento de recursos tarifários e extratarifários mostra-se superior ao seu custo operacional.

Em 2016 houve muitos valores contingenciados, fato que prejudica a execução da programação financeira e das atividades cotidianas da Companhia. Em especial, o período atual de crise institucional, política e financeira no Brasil e no Distrito Federal afeta diretamente o METRÔ-DF por depender do tesouro distrital, o qual sofre com a queda de arrecadação de tributos.

Outra dificuldade que se apresenta é a escassez do quadro de empregados do METRÔ-DF, que se mostra insuficiente para assegurar o funcionamento do sistema de modo ideal. Dadas as suas características, o quantitativo atual de empregados assegura o funcionamento com segurança operacional suficiente. Não obstante, esse quadro induz a categoria à deflagração de greves e à perda de arrecadação tarifária quando há necessidade de se preferir a segurança operacional à cobrança de tarifas.

Por outro lado, a crise do Distrito Federal culminou em algumas boas práticas na gestão da empresa. Notadamente, destaca-se o início da implementação da gestão de risco com base na ISO 31.000:2009, reforçando os mecanismos de identificação e de controle dos riscos para aprimorar o processo de tomada de decisões.

Ademais, conseguiu-se reduzir despesas operacionais, no quadro de terceirizados, de empregos de livre provimento e nas licitações públicas. Em especial, o custo do serviço de manutenção do sistema foi reduzido em 50% (aproximadamente cinquenta milhões de reais por ano), com pequena diferença no escopo dos contratos. O serviço de vigilância patrimonial também foi reduzido, alcançando-se economia de 28% (aproximadamente 7,5 milhões de reais por ano) com a limitação dos serviços para os postos de vigilância armada.

Não obstante, ainda há possibilidade de se otimizar as despesas do METRÔ-DF, especialmente com a recente retomada do controle científico da manutenção do sistema, com a modernização de diversos subsistemas (radiotelefonia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica. Essas atividades também propiciam melhores condições aos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

Por fim, à exceção das consequências nefastas da crise institucional, política e econômica que assola o Brasil, o cenário atual poderá sofrer grande variação apenas em razão dos investimentos de maior vulto para a contratação de novos trens e de contratação de projetos e construção do VLT que trarão mais recursos tarifários, mas também demandarão a contratação de novos empregados e a majoração das despesas operacionais.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO: Fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, mediante a ampliação dos canais de participação social e novo arranjo institucional da área de mobilidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6216	5	1	Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	5	2	Revisar 100% dos cadastros de gratuidades no Sistema de Transporte Público Coletivo; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	81	-	-	-	81	81
6216	5	3	Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6216	5	4	Implantar o Sistema de Transporte Inteligente – ITS e seus	26101	100	%	MAIOR,	5	-	-	-	5	5

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			subsistemas; (SEMOB)				MELHOR						
6216	5	5	Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana; (SEMOB)	26101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6216	5	6	Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes. (SEMOB)	26101	1/ 700	PROPORÇÃO	MAIOR, MELHOR	0	--	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF; (SEMOB)

Não houve avanço na atualização Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em 2016.

2. Revisar 100% dos cadastros de gratuidades no Sistema de Transporte Público Coletivo; (SEMOB)

De um total de 307.464 beneficiários de gratuidades no transporte público coletivo do Distrito Federal, em 2016, foram recadastrados 249.134 estudantes, sendo criados novos procedimentos e rotinas para cruzamento de dados das informações das instituições de ensino, bem como com a base de dados da Receita Federal para conferência dos CPF"s dos estudantes usuários do STPC/DF. Quanto às gratuidades relativas às pessoas com deficiência, o total de cadastro existente é de 58.330, sendo que 33.732 usuários precisam fazer o recadastramento. A SEDESTMIDH é a Secretaria responsável pelo recebimento dos pedidos, efetua os cadastros e atesta que o requerente tem direito ao benefício. Ao DFTrans cabe a emissão do cartão PNE.

3. Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade; (SEMOB)

Conforme prevê a Lei nº 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade, o Decreto 36.772/2015 instituiu o Sistema de Participação Popular da Mobilidade no âmbito do Distrito Federal (SPPM/DF) que compreende os seguintes projetos: o Conselho de Mobilidade do Distrito Federal, os Conselhos Regionais de Mobilidade, o Observatório de Mobilidade do Distrito Federal e o Sistema de Informações de Mobilidade.

O Conselho de Mobilidade (Distrital) e os Conselhos Regionais não foram efetivamente implantados, pois está sendo realizada uma reestruturação pela Subsecretaria de Planejamento da Mobilidade em parceria com a Coordenação de Participação Social da Unidade Especial de Planejamento e Gestão Estratégica da SEMOB para um sistema de Conselhos mais enxuto, a fim de diminuir a quantidade de membros e com isso tornar mais eficaz o trabalho e os resultados nestes Conselhos junto aos cidadãos.

Já o Observatório de Mobilidade do Distrito Federal, agora chamado de "Mobilidade em Discussão" constituído por grupo de especialistas, ativistas da mobilidade e acadêmicos, integrado por instituições da sociedade civil e da área pública do DF e Entorno, tem por objetivo ampliar o debate, acompanhar os resultados e contribuir para os estudos e ações voltados para a construção da política de mobilidade urbana sustentável. Além, da alteração na terminologia a fim de alcançar uma melhor interface com o cidadão, com vistas à transparência, o Portal passou por uma reestruturação em seu escopo, de forma à ser viável sua implementação. O Projeto está em andamento e sua entrega está prevista para este ano, integrando o de Acordo de Resultados de 2017.

Encerrando o pacote de Projetos, temos o Sistema de Informações da Mobilidade – INFOMOB/DF, constituído pelo conjunto organizado, coordenado e integrado dos meios que visam propiciar aos usuários dos serviços de mobilidade o acesso às informações através de interfaces interativas e tecnológicas. O INFOMOB/DF não avançou devido ao alto custo que o projeto

necessitaria em investimentos. Foi previsto no Decreto, itens como painéis/displays eletrônicos embarcados, sistemas de som a bordo e displays de itinerário eletrônico, totens interativos. Devido à restrição orçamentária, ficou inviável a implementação desse projeto.

Conclui-se que o Sistema de Participação Popular da Mobilidade no âmbito do Distrito Federal atingiu 25% da meta estabelecida até 2016.

4. Implantar o Sistema de Transporte Inteligente – ITS e seus subsistemas; (SEMOB)

Em 2016 foi criado o Comitê Regulamentador do Sistema da Bilhetagem Automática - CRSBA, conforme o Decreto nº 37.067, de 20 de Janeiro de 2016, publicado DODF - Nº 14, de 21 de janeiro de 2016. O referido comitê elaborou minuta de Decreto objetivando a regulamentação do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e o Sistema Inteligente de Transporte (da sigla em inglês ITS – *Intelligent Transportation System*) SIT, o qual prevê as funcionalidades de apoio à operação que equipam todos os veículos e terminais de integração do STPC/DF, homologadas pela Entidade Gestora, por disposição contratual, e materializadas pelo conjunto de tecnologias de bilhetagem eletrônica e monitoramento da operação da frota do STPC/DF. O Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e o Sistema Inteligente de Transporte (da sigla em inglês ITS - IntelligentTransportation System) SIT serão implantados em 2017.

5. Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana; (SEMOB)

A meta versa sobre a possível formalização de um acordo (Consórcio) entre o DF, a União e os estados de Goiás e Minas, para a gestão do transporte público do entorno do DF.

6. Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes. (SEMOB)

O Sistema Público de Transporte Individual está passando por uma série de mudanças, inclusive com a implantação do transporte privado individual de passageiros por aplicativos, já disponível à população. Portanto, essa meta será revista em 2017.

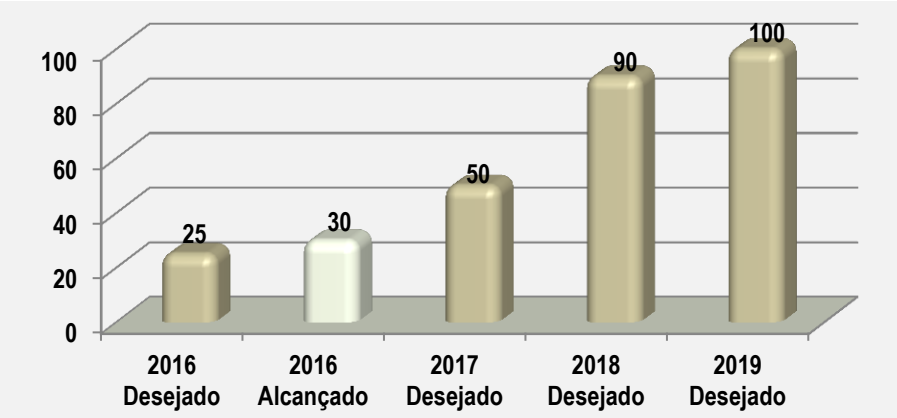
Destaca-se que o serviço de transporte privado individual de passageiros foi aprovado pela CLDF a Lei 5.691 de 2016, faltando ainda sua regulamentação.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1665	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	UNIDADE			Anual	25	30	50	90	100	SEMOB / UO 26101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador1665 - A unidade de medida foi cadastrada equivocadamente como "unidade", quando deveria ser percentual "%". Considerando as metas previstas no objetivo específico nº 05, foi alcançado o índice de 30%, que retrata o alcance global do referido objetivo específico no ano.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	5	1	Expedição de autorizações para os Serviços de Táxi e Moto Táxi ;(SEMOB)	26101	0	Não houve avanço em 2016.
6216	5	2	Promoção para a implantação de Linhas de Financiamento para a Infraestrutura do Sistema de Transporte Público do DF;(SEMOB)	26101	100	Essa é uma ação contínua de relacionamento da SEMOB com o Governo Federal, com fontes de financiamento (incluindo bancos nacionais e estrangeiros) para fomentar novas linhas de financiamento para o Sistema de Transporte do DF.
6216	5	3	Desoneração do ICMS de Óleo Diesel para o STPC; (SEMOB)	26101	100	Já há previsão de desoneração de óleo Diesel (ICMS) no DF para as operadoras do STPC. O Decreto 35.767, de 29/08/2014 (DODF de 01/09/2014) alterou o Decreto 18.955, de 22/12/97, estabelecendo normas para isenção do imposto nas saídas internas promovidas por distribuidora de combustível que destinem óleo diesel às empresas de transporte público coletivo.
6216	5	4	Estímulo às iniciativas de	26101	100	Ação contínua da SEMOB. A exemplo, em 2016, houve a aquisição de 9 ônibus novos movidos a

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Sustentabilidade Ambiental na Mobilidade. (SEMOB).			biodiesel e a elaboração de Termo de Referência para a aquisição de células fotovoltaicas para os terminais.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No intuito de fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, a Secretaria de Mobilidade reúne esforços para implementação do Bilhete Único, através de um novo conceito tecnológico, no qual o usuário terá maior facilidade para chegar ao seu destino, podendo fazer integração de qualquer modo de transporte público disponível no sistema: metrô, micro-ônibus ou ônibus, incluindo o BRT e as bicicletas compartilhadas, com menor custo. O projeto está previsto para ser implementado em 2017.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede, um serviço inovador que permite maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos. Em 2017, prevê-se a conclusão dessa regulamentação.

Já com relação às gratuidades, a fim de assegurar aos estudantes (do ensino superior, médio e fundamental da área urbana e rural, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes) o benefício ao Passe Livre Estudantil, foi realizado o recadastramento dos estudantes, com o objetivo de atualizar a base de dados e evitar fraudes, deixando no sistema apenas quem estiver matriculado. Esse trabalho revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo

No tocante ao Sistema de Participação Popular, considerando a Política Nacional de Mobilidade instituída por meio da Lei n° 12.587/2012, bem como do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, a SEMOB vem atuando para aperfeiçoar as políticas públicas na área de mobilidade, institucionalizando canais de participação popular, bem como promovendo a adoção de mecanismos de participação popular e a integração dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na área de mobilidade, como a Celebração de Termos de Cooperação Técnica, bem como a instalação de canais de participação efetiva e permanente da sociedade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade. Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

OBJETIVO GERAL:
Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
001 – CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Promover cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, cultural, boas práticas e tecnologias para uma **gover**nança efetiva, transversal e participativa.
002 – CAPITAL DAS ÁGUAS: Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.
003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.
22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP
004 – SANEAMENTO AMBIENTAL: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.
21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM
005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.
21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
006 – DIREITOS DOS ANIMAIS: Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem estar dos animais domésticos e silvestres.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	282.129.791	376.872.791	274.413.792	117.701.356	100.018.514	42	35
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	465.222	765.222	770.186	0	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	177.300.566	177.300.566	162.800.566		62.288.552	0	35
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	500.000	0	0	0	0	0	0
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	90.000	90.000	43.059	0	0	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	800.000	0	0	0	0	0	0
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	81.146	81.146	28.384	0	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	476.144	2.476.144	6.280.885	5.023.132	1.152.167	1.055	242
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	400.000	400.000	400.000		0	0	0
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	450.000	450.000	450.000		176.702	0	39
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	301.033.000	296.033.000	295.033.000		6.999.330	0	2
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	176.184.000	176.184.000	177.684.000		46.985.152	0	27
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	112.327.000	111.327.000	112.013.000		40.988.437	0	36
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.810.000	1.630.000	1.952.828	690.179	0	38	0
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.626.000	1.626.000	1.674.000		139.506	0	9
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	16.207.000	16.207.000	70.207.000		37.124.064	0	229
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	580.000	580.000	112.500	0	0	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	1.699.190	1.699.190	14.151.807	0	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.930.000	2.200.000	2.574.000	590.223	83.612	31	4
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	36.124	36.124	1	0	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	316.123.032	316.123.032	380.190.717	374.594.318	331.503.381	118	105
2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.000	11.000	6.355	0	0	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	129.196	129.196	100.977	575	575	0	0
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	250.000	250.000	65.031	12.060	12.060	5	5
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	41.575	41.575	8.724	0	0	0	0

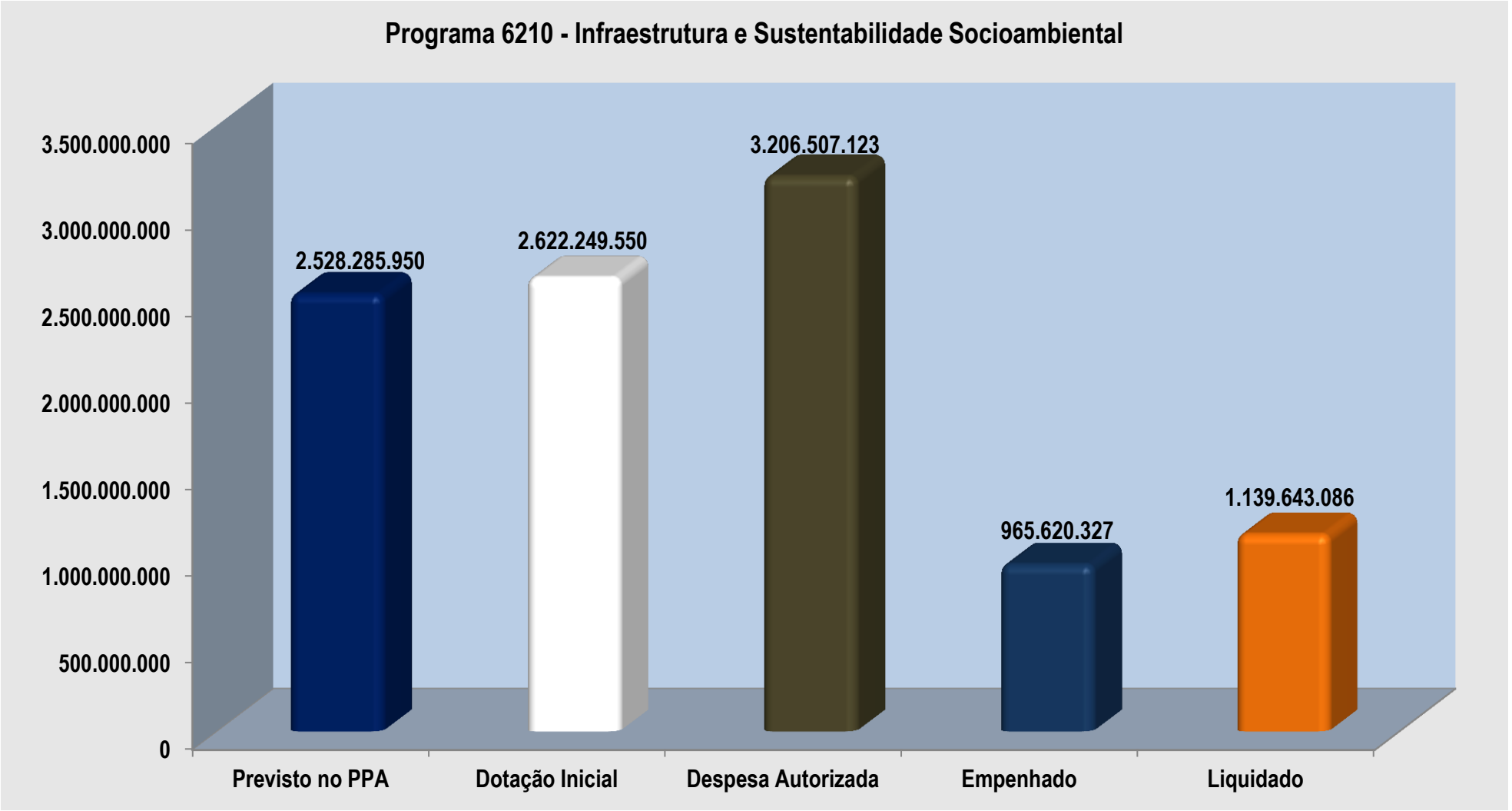
PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	750.000	750.000	607.001	602.752	522.370	80	70
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	10.000	10.000	2.076	0	0	0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	25.000	25.000	5.186	0	0	0	0
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	1.500.000	1.500.000	0	0	0	0	0
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	1.000.000	572.231	572.231	572.231	57	57
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	3.140.000	3.140.000	1.763.903	999.878	955.338	32	30
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	450.000	450.000	0	0	0	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.800.000	1.800.000	929.327	179.326	179.326	10	10
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.498.786	3.498.786	2.766.322	2.495.725	2.495.725	71	71
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	550.000	550.000	4	0	0	0	0
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	913.488	913.488	348.490	347.966	347.966	38	38
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	400.000	1.475.000	200.899	0	0	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	50.000	50.000	66	0	0	0	0
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL P/ CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	165.000	150.000	99	0	0	0	0
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	50.200	50.200	118	0	0	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	50.200	50.200	38.018	36.000	36.000	72	72
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	4.656.000	4.656.000	1.172.281	1.091.730	202.668	23	4
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	173.416	173.416	95.800	17.740	17.740	10	10
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	20.000	20.000	16.500	0	0	0	0
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2.080.000	2.080.000	1.048.938	0	0	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's	560.000	670.000	1.228.920	798.215	27.175	143	5
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	12.491.552	12.491.552	12.530.336	0	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	500.000					0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	523.531	523.531	763	0	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	6.500.000	6.500.000	0		0	0	0
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	20.000	20.000	16.500	0	0	0	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.010.000	1.010.000	224.000	0	0	0	0
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	360.000	360.000	90.934	90.934	90.934	25	25
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	266.944.003	266.944.003	235.327.755	31.371.976	31.324.110	12	12

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10.000	160.000	1.450.892	199.163	199.163	1.992	1.992
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	66.418.584	66.418.584	77.671.668	30.109.001	29.461.034	45	44
3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	529.000	529.000	1	0	0	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	1.726.076	7.081.076	12.710.677	11.568.065	6.205.447	670	360
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	10.000	2.010.000	0	0	0	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	200.000	200.000	135.051	127.965	127.965	64	64
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE		200.000	0	0	0	0	0
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.900.000	25.900.000	577.327.362		43.164.741	0	167
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	30.000	30.000	0	0	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.100.000	1.100.000	14.576.780	14.233.399	12.387.297	1.294	1.126
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	280.000	580.000	35.302	14.766	14.766	5	5
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	9.171.000	9.171.000	16.821.000		1.942.023	0	21
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	100.000	400.000	325.933	231.505	231.505	232	232
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	8.970.791	8.830.791	8.827.726	8.000	8.000	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	500.000	0	0	0	0	0	0
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	10.000	10.000	8.604	0	0	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	400.000	200.000	5.364	5.360	5.360	1	1
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000	20.000	16.500	0	0	0	0
3584 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL EM BRAZLÂNDIA	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3622 - (EP)REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO VEREDINHA	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3631 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER	300.000	0	0	0	0	0	0
3637 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR NORTE DO GAMA	300.000	0	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS		295.600	295.600		0	0	0!
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	500.000	0	0	0	0	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.800.000	1.800.000	1.395.975	1.110.566	1.110.566	62	62
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	8.250	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS		0	200.000	0	0	0	0!
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.340.000	1.340.000	209.563	27.648	27.648	2	2

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	10.000	10.000	2.593	0	0	0	0
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	29.000	29.000	24.420	0	0	0	0
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30.000	30.000	19.093	0	0	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	50.000	50.000	999.517	389.749	389.749	779	779
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	725.000	225.000	126.001	126.000	126.000	17	17
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	265.930	265.930	357.930	357.630	357.630	134	134
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	733.829	333.829	308.001	0	0	0	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	111.146.000	111.146.000	101.765.000		15.969.140	0	14
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II'	2.700.006	2.700.006	1.385.577	0	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	200.000	0	0	0	0	0	0
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO	555.222	455.222	74.973	41.627	29.234	7	5
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	500.000	0	0	0	0	0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		0	150.000	0	0	0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	67.529.000	67.529.000	68.300.000		12.313.334	0	18
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	45.150.000	45.150.000	45.864.000		17.512.622	0	39
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	455.222	2.455.222	93	0	0	0	0
7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	150.000	150.000	150.000		0	0	0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	47.624	47.624	1	0	0	0	0
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PROGR. PRÓ-MORADIA CEF	455.229	455.229	93	0	0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	224.588.232	224.588.232	224.538.232	177.581.002	150.500.117	79	67
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	245.949.043	245.949.043	282.243.997	190.784.000	181.827.545	78	74
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.000	10.000	8.228.075	1.488.565	1.488.565	14.886	14.886
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.477.212.384**	**1.576.880.384**	**1.575.722.595**	**965.620.327**	**854.039.483**	**65**	**58**
Orçamento de Investimento das Estatais	**1.051.073.566**	**1.045.369.166**	**1.630.784.528**	**0**	**285.603.603**	**0**	**27**
TOTAL DO PROGRAMA 6210	**2.528.285.950**	**2.622.249.550**	**3.206.507.123**	**965.620.327**	**1.139.643.086**	**38**	**45**

Obs1: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:21.101 – SEMA e 22.101 – SINESP)

Obs2: No valor empenhado não consta o orçamento de investimento das estatais.


Programa 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental
3.500.000.000
3.000.000.000
2.500.000.000
2.000.000.000
1.500.000.000
1.000.000.000
500.000.000
0
2.528.285.950
2.622.249.550
3.206.507.123
965.620.327
1.139.643.086
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

PROGRAMA TEMÁTICO:
6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

OBJETIVO GERAL:

Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Promover cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, cultural, boas práticas e tecnologias para uma governança efetiva, transversal e participativa.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	1	1	Elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6210	1	2	Implementar o Programa Virada do Cerrado;(SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	
6210	1	3	Realizar pelo menos duas campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos; (SLU)	22214	2	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6210	1	4	Atender pelo menos 6.200 (seis mil e duzentas) pessoas em ações de Educação Ambiental; (SLU)	22214	6.200	UNID	MAIOR, MELHOR	11.357	-	-	-	11.357	
6210	1	5	Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; (METRÔ)	26206	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6210	1	6	Conscientizar os usuários do Metrô quanto ao uso racional dos recursos naturais e consumo consciente. (METRÔ)	26206	100	%	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	
6210	1	7	Implementar o Programa Brasília nos Parques; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6210	1	8	Criar 10 Conselhos de Unidades de Conservação; (SEMA)	21101	10	UNID	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	

Análise Qualitativa

1. Elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental; (SEMA)

Em março de 2016 iniciou-se a elaboração do Termo de Referência para a contratação de uma consultoria para elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA). De acordo com a Lei nº 3.833 de 27 de março de 2006 as ações de Educação Ambiental formal e não formal devem ser debatidas na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Compete a CIEA, na forma da Lei, o acompanhamento e avaliação da implementação da Política de Educação Ambiental do Distrito Federal. Assim o termo de referência foi debatido e aprovado nesta instância em 13 de abril de 2016. Durante a discussão e aprovação do PDEA na CIEA, surgiu a necessidade em parceria com a CODEPLAN implementar uma pesquisa sobre o estado da arte da Educação Ambiental para orientar a elaboração do PDEA. A pesquisa foi realizada ao longo de 2016. Por motivos administrativos o termo de referência foi publicado em 17 de novembro de 2016. Os desafios encontrados foram administrativos, a Secretaria de Meio Ambiente, todavia não tinha realizado uma licitação com esses objetivos, não tinha um banco de preços para esse serviço, além de ser uma Secretaria pequena com muitas demandas e poucos funcionários. Assim a finalização do PDEA ficou para 2017.

2. Implementar o Programa Virada do Cerrado;(SEMA)

Em 2016, a Virada do Cerrado, aconteceu em 28 regiões administrativas do DF, além de uma atividade realizada em Padre Bernardo-GO. O tema deste ano foi Mudança Climática. Foram mais de oitenta 80 organizações articuladas em 220 ações e aproximadamente 530 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território, com participação de milhares de pessoas.

Estima-se que 508.939 pessoas foram envolvidas indiretamente no período de 13 de agosto a 13 de setembro, por meio das mídias sociais, o que ultrapassa a taxa de participação popular prevista, estimada em 7%, que corresponde a 200 mil pessoas. Mais 45.000 pessoas foram envolvidas diretamente. Meta apresentada e cumprida no Acordo de Resultados para 2016.

Quanto ao apoio financeiro, a grande maioria das atividades foi autogestionada, ou seja, não necessitou de capital externo para sua execução. O recurso utilizado foi disponibilizado pelo Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), que destinou R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) via edital de demanda espontânea. Para a realização da Corrida pelo Clima foi utilizado recurso do orçamento LOA/SEMA, no total de R$ 101.525,00 (cento e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e o recurso utilizado para a compensação de carbono foi no valor de 32.470,00 (trinta e dois mil quatrocentos e setenta reais) da LOA/SEMA.

A Virada do Cerrado teve início em 2015 e vem cumprindo as metas de mobilização socioambiental estabelecidas até então, aumentando em mais de 100% os resultados comparativos entre 2015 e 2016.

Desafios de realização: O principal desafio para a continuidade do programa é a pouca estrutura da Secretaria de Meio Ambiente para comportar um programa tão grande e complexo. É necessária melhor infraestrutura (computadores, software, espaço, mobiliário, materiais de apoio/expediente para oficinas), mais pessoal para apoiar o programa e garantia de liberação de recursos no tempo previsto para a execução adequada do planejamento. Em 2016, a SEMA teve um grande desafio no processo de adesão de ata de eventos para a realização da Virada do Cerrado.

3. Realizar pelo menos duas campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos; (SLU)

Embora a falta de execução financeira no programa de trabalho “Promoção da educação ambiental e ações sustentáveis”, o SLU desenvolveu programas de educação que envolveu os diversos segmentos sociais do DF em um diálogo aberto e participativo para a construção de um modelo de gestão democrático. Nesse contexto, a campanha “Brasília Limpa - Sua Atitude Faz a Diferença”, desenvolvida desde julho de 2015 e em 2016, promoveu, principalmente, as seguintes atitudes positivas pela limpeza urbana: 1 - Descarte de resíduos nas lixeiras mais próximas; 2 - Uso de lixeirinhas no interior dos automóveis; 3 - Descarte adequado de entulhos e resíduos volumosos; 4 - Disposição de resíduos nos dias e horários de coleta; 5 - Separação adequada dos resíduos para disposição para a coleta seletiva e a coleta convencional. Foram distribuídos 15.000 cartazes e desenvolvidas mídias no site do SLU sobre estas 5 atitudes. Houve ainda uma campanha

publicitária na TV estimulando a população a não dispor incorretamente resíduos em áreas públicas e privadas. Há urgência na ampliação da participação da população na manutenção da limpeza das cidades e na segregação dos resíduos em seco e úmido para coleta seletiva e convencional. Sem uma coleta seletiva efetiva, o Aterro Sanitário de Brasília será esgotado rapidamente, os catadores de materiais recicláveis não obterão renda satisfatória para o seu sustento e uma enorme quantidade de recursos naturais será desperdiçada. Para o sucesso da coleta seletiva, há que se promover intensa campanha em mídias diversas, com o intuito de explicitar a metodologia e o cronograma de coleta para todos os públicos envolvidos. Percebe-se a relevância e a urgência em se criar os meios necessários para o tratamento adequado dos resíduos sólidos no Distrito Federal e, nesse processo, é imprescindível engajar a população. Desta forma, é preciso encontrar meios para superar a falta de sensibilização, informação, credibilidade e adesão efetiva da população do Distrito Federal no processo. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Houve paralisação, por 24 horas, dos serviços de limpeza em Taguatinga centro para chamar atenção para o quantitativo de resíduos gerados e lançados no chão, como também, ações de mobilização para coleta seletiva com a inclusão das cooperativas, com entrega de 30 mil panfletos e 45 mil imãs de geladeira patrocinados por empresa do setor de embalagens.

4. Atender pelo menos 6.200 (seis mil e duzentas) pessoas em ações de Educação Ambiental; (SLU)

A apresentação de palestras, estórias contadas, apresentações teatrais, capacitações e cursos, acompanhamentos em visitas técnicas às usinas de tratamento de lixo da Asa Sul e Ceilândia e nos aterros controlado do Jóquei e sanitário de Brasília, o acompanhamento nas visitas ao Museu da Limpeza Urbana, o programa de voluntariado para a coleta seletiva na ocasião das Olimpíadas, as reuniões comunitárias nas Regiões Administrativas, a participação em exposições, entre outras ações, representaram 128 ações de educação desenvolvidas, atingindo 11.357 participantes. O Programa de Educação Ambiental do SLU aborda temas que se reflitam em não geração, redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, além da limpeza das vias públicas. Assim, pretende-se tratar da temática de produção e consumo sustentáveis, bem como da destinação adequada dos resíduos e da coleta seletiva, como também atuar, principalmente sobre 3 aspectos relacionados aos resíduos sólidos no Distrito Federal: a alta geração de resíduos per capita, o descarte de resíduos de todos os tipos nas vias públicas e a baixa participação da população no descarte adequado dos resíduos, em especial para a coleta seletiva. A população do Distrito Federal tem um dos maiores índices de geração per capita de resíduos do Brasil. Assim, projetos que abordem o consumo consciente, minimizando-se a geração de resíduos, mostram-se urgentes. Fica evidente a necessidade da realização de um conjunto de ações estratégicas, programáticas e continuadas, utilizando diferentes meios, com vistas à sensibilização e informação do público do Distrito Federal em relação aos impactos socioambientais causados pela gestão inadequada dos resíduos sólidos, ressaltando a importância da responsabilidade compartilhada, em especial no que diz respeito à segregação dos resíduos para a coleta seletiva.

5. Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; (METRÔ)

O METRÔ-DF iniciou a implantação da Agenda A3P com a adesão ao instrumento do Ministério do Meio Ambiente – MMA e a preparação institucional para as adequações empresariais correspondentes. Dentre elas se encontra a consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que demanda a realização de licitações para aquisição de lixeiras, containers e outros equipamentos, contratação de empresa especializada em gerenciamento de resíduos sólidos nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, disposição ou destinação final de resíduos sólidos orgânicos e resíduos indiferenciados. Também se encontra em análise a substituição dos copos descartáveis e a edição de uma norma organizacional definindo responsabilidades e procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos.

6. Conscientizar os usuários do Metrô quanto ao uso racional dos recursos naturais e consumo consciente. (METRÔ)

O METRÔ-DF realiza campanhas de conscientização da população e usuários do sistema metroviário através de campanha de educação ambiental executada pela Secretaria de Mobilidade Urbana através de um Programa de Educação Ambiental – PEA que integra o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, que realiza várias atividades de educação ambiental nas estações operacionais do METRÔ, dentre outros locais. O METRÔ também aderiu aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS que realiza atividades de conscientização e educação, como campanhas de publicidade com a divulgação dos Objetivos nos trens do METRÔ-DF com materiais publicitários.

7. Implementar o Programa Brasília nos Parques; (SEMA)

Formulação, supervisão, coordenação e desenvolvimento do Programa Brasília nos Parques, garantindo ações integradas de gverno com diferentes secretarias de estado, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Implementar o Programa nos parques selecionados, com atividades permanentes e continuadas.

O Programa teve dificuldades em desenvolver ações permanentes e continuadas. Prevalece nas administrações regionais apenas o interesse de uso do espaço para eventos, pouco em atividades continuadas. Prevalece o interesse no atendimento de demandas próprias e não em atividades que promovam e fortaleçam a própria área protegida e a conservação de sua biodiversidade.

A sociedade civil (DF em Movimento) promoveu, com o apoio da Sema e do Ibram, um seminário com o objetivo de organizar os movimentos sociais para apoiar o governo e articular ações integradas para a gestão de parques e unidades de conservação.

8. Criar 10 Conselhos de Unidades de Conservação; (SEMA)

- Coordenação das ações para mobilização, formação e implantação dos conselhos dos parques e unidades de conservação do DF.
- Implantação dos conselhos gestores consultivos da ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx.
- Recriação e apoio à implementação do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, apoiando a estruturação de sua Secretaria Executiva.
- Representação da Sema no Conselho da APA do Planalto Central.
- Apoio à criação de conselho gestor consultivo da ARIE JK e recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado.
- Condução dos GTs Parque das Esculturas e Parques do Gama.
- Proposição de minuta de regulamentação do artigo 17 da lei do SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação.

A criação dos conselhos consultivos depende de discussão com as instituições de governo e sociedade civil interessadas, tramitação administrativa e jurídica, que muitas vezes demoram no tempo próprio da burocracia. Neste processo, há necessidade de administrar fatores externos que fogem, em parte, à governabilidade da Secretaria.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1626	TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO	%			ANUAL	6	7	7	9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
1627	TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA	%			SEMESTRAL	50	50	60	70	70	JBB / UO 21106 / OE 1
1693	TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS	UNIDADE			ANUAL	4	5	8	12	16	SEMA/ UO 21101/ OE 01

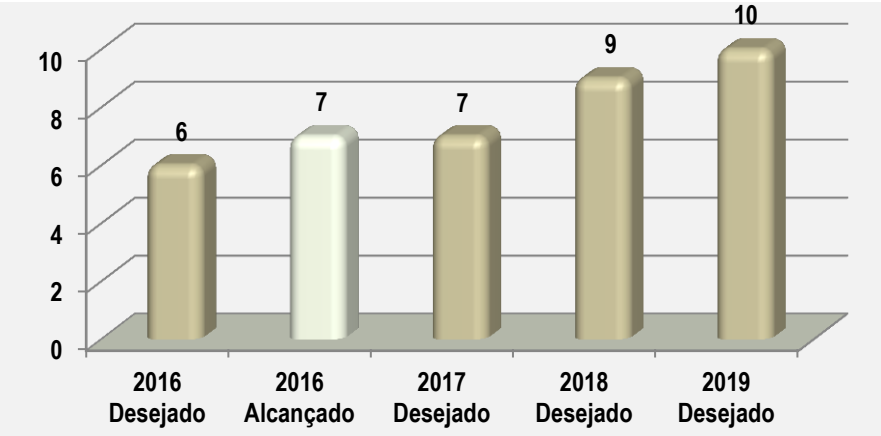
Justificativas 2016

Indicador 1626 - O projeto Virada no Cerrado foi um sucesso. Contou com a participação aproximada de 200 mil pessoas.

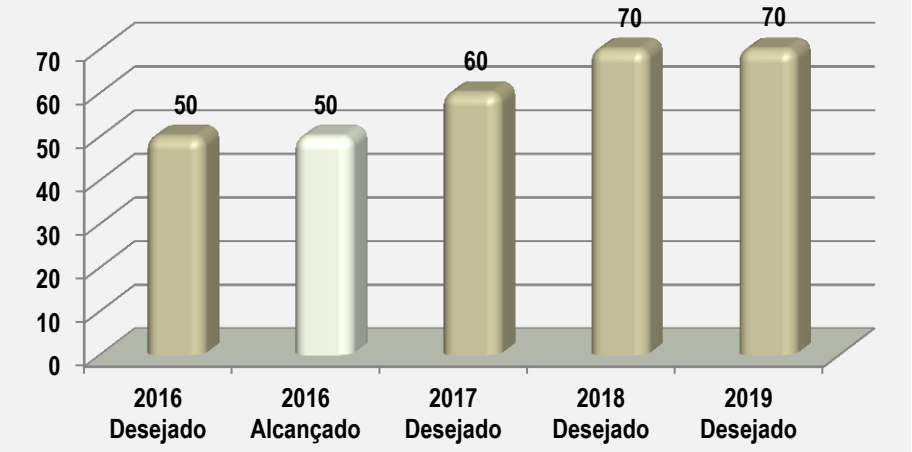
Indicador 1627 - O resultado estipulado para o primeiro ano foi alcançado em parceria com a Secretaria de Estado de Politicas para Crianças, Adolescentes e Juventude, através de ações educativas que compreendem a realização de oficinas de implantação de jardins, manutenção de hortas e paisagismo, a fim de propiciar Prestação de Serviços à comunidade, sendo capacitados 34 internos, que participaram de forma voluntária das atividades propostas.

Indicador 1693 - Instalação e Comitê Gestor e Decreto de criação para escolha de cinco parques; Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico Ezequias Heringer.

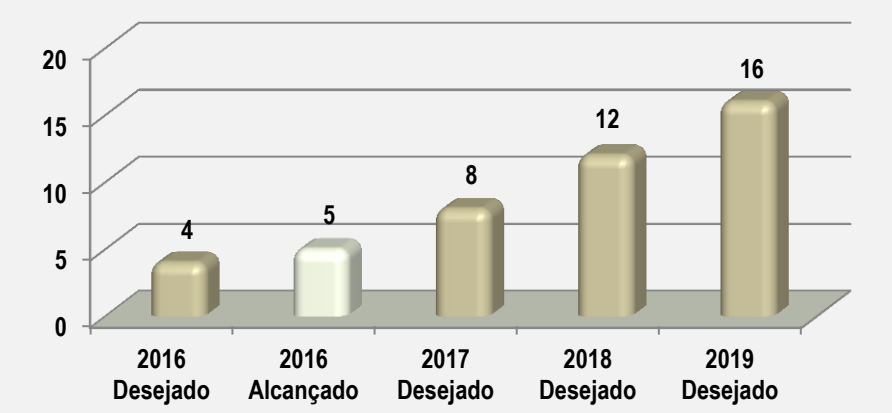
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO



TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA



TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	1	1	Criação de Grupo de Trabalho Intergovernamental de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100%	Grupo criado e em atividade, criado pela Portaria nº 14 de 23 março de 2015, com representantes de 26 órgãos públicos. Realizou 25 reuniões com as pautas: Fauna, Resíduos, EA em Unidades de Conservação, Água e ações intersetoriais com o EA no carnaval, Semana do Meio Ambiente, Virada do Cerrado.
6210	1	2	Revisão do Decreto de regulamentação da Lei nº 3833, de 27 de março de 2006; (SEMA)	21101	0%	A Secretaria de Meio ambiente apresentou uma proposta de regulamentação da Lei à CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) coordenada pelo IBRAM que não concordou e não convocou reunião para debater a proposta de regulamentação. Esperamos que a revisão entre na pauta em 2017.
6210	1	3	Acompanhamento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100%	Acompanhamento integral de todas as reuniões da Comissão e inserção de algumas pautas importantes como a Pesquisa de Educação Ambiental e a construção do Plano de Educação Ambiental.
6210	1	4	Regulamentação da Lei 4772/12; (SEMA)	21101	0%	A regulamentação da Lei nº 4772, de 24, de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal não é de competência da Secretaria de Meio Ambiente e sim da Secretaria de Agricultura. Solicitamos a retirada dessa ação não

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						orçamentária do PPA.
6210	1	5	Realização de cursos de jardinagem/produção de mudas para jovens aprendizes. (NOVACAP).	22201	25%	Foram realizadas ações educativas pela equipe dos Viveiros da Novacap, de modo especial, junto às escolas da Rede Pública e Privada. Em 2016 foram contempladas 28 escolas com 50 alunos, em média, por escola, tendo sido alcançados cerca de 1.400 alunos. Foram realizadas visitas aos Viveiros, também, pelos alunos universitários, podendo-se destacar: UnB, UCB, ICESP, entre outras. Foi ministrado um curso de Produção de Plantas Ornamentais, em conjunto com a EMATER, para cerca de 30 produtores rurais, além de cursos para 2 profissionais da Aeronáutica.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Solicitamos que sejam incluídas as modificações enviadas anteriormente pela SEAMS e ainda que sejam retirados desse objetivo: 1) a Criação de unidades de conservação e 2) O programa Brasília nos Parques. Solicitamos também que sejam incluídos no objetivo específico: 005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

A SEMA tem contribuído com este objetivo específico com duas ações principais, que visam, principalmente, aumentar a efetivação e a ocupação das unidades de conservação e parques do DF, tanto com a maior presença do governo em suas diversas instâncias, quanto da sociedade. Para isso, estão sendo desenvolvidas as ações do Programa "Brasília nos Parques e o apoio à criação de colegiados, na forma de conselhos gestores consultivos, como fóruns de concertação entre governo e sociedade na gestão dos parques e UCs.

No caso do Brasília nos Parques, a SEMA coordena um conselho gestor, que tem a presença de representantes dos setores de governo que tem afinidade com o tema. Devido às dificuldades intrínsecas ao Governo como um todo (carência de recursos e de pessoal, por exemplo), diversas secretarias participantes tiveram dificuldades em aportar esforços para contribuir com o programa. Atualmente, estamos finalizando os procedimentos para a implantação de duas ações concretas: 1 - o Programa Parque Educador, que levará alunos das escolas públicas aos parques para visitas guiadas com o objetivo de trazer o tema da conservação da natureza para o currículo escolar com uma vivência prática da realidade destas áreas protegidas. Serão contemplados os alunos de tempo integral, em programa continuado ao longo do ano, sendo complementado com o atendimento a outras escolas com visitas únicas. A ação será executada por equipe conjunta da Secretaria de Educação (professores selecionados por edital interno para o trabalho permanente no programa ao longo do ano) e a equipe de educação ambiental do Ibram; 2 - as feiras orgânicas nos parques, num entendimento com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri), para a organização de feiras dentro de alguns parques que possuem bastante afluência de público que tem interesse no tema.

No caso da criação dos conselhos gestores consultivos, a SEMA se responsabiliza pela articulação com a sociedade e os setores de governo para a criação dos conselhos que, a partir do momento que são criados, passam à coordenação do Ibram, continuando a participação da Sema como membro deste conselhos. Essa ação resgata uma previsão legal da existência destes colegiados para garantir a concertação entre governo e sociedade civil na gestão das áreas protegidas. Os conselhos que antes existiam no DF foram extintos ou deixaram de funcionar até 2007. Assim, foram criados, em 2016, atendendo à mobilização da sociedade, os conselhos gestores consultivos da Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx. Estão encaminhados para assinatura do Governador as minutas de decretos para a recriação dos conselhos da APA Gama-Cabeça de Veado e ARIE JK. Foram criados grupos de trabalho, que estão em andamento, para a criação dos conselhos do Parque das Esculturas, no Altiplano Leste e de um mosaico, a ser instituído, dos Parques do Gama. Continuaremos, até o final da gestão, atentos para a mobilização da sociedade para demandas de criação destes colegiados, os quais consideramos fundamentais para a efetivação dos parques e UCs do DF.

Estamos também bastante articulados com o Ibram para apoiá-lo em suas atribuições de criação e gestão de UCs. Existe, atualmente, uma ênfase maior na gestão, tendo em vista os passivos existentes nas unidades já criadas. Assim, a SEMA repassou recursos orçamentários e de emendas de parlamentares direcionadas a essa Secretaria ao Ibram, possibilitando o reforço dos esforços de manutenção das áreas protegidas existentes e de conclusão de algumas obras de infraestrutura necessárias para garantir um melhor uso da população destes parques, como, p.ex., o antigo Parque Urbano e Vivencial do Gama, agora em processo de recategorização para Parque Ecológico, que receberá algumas obras complementares, como cercamento, iluminação e construção de galpão multiuso, que tornarão mais efetiva a proteção da unidade e sua melhor utilização pela comunidade.

Por último, cabe lembrar o apoio da Sema. Em conjunto com o Ibram, a uma iniciativa da sociedade civil organizada (DF em Movimento) na realização de um seminário para discutir os principais problemas das áreas protegidas do DF e estabelecer estratégias de maior participação da sociedade civil na solução desses problemas e no aumento de atividades nessas unidades, em estreita colaboração com o governo.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

NOVACAP

Esta é uma ação que vem sendo desenvolvida de forma contínua pela NOVACAP. As escolas têm trazido seus alunos, de modo especial entre o 1º e 9º ano para receberem informações acerca da importância de cuidarmos bem do meio ambiente. Muitos são os temas abordados pelos nossos técnicos durante essas visitas, podendo-se citar: gestão ambiental, produção de mudas, adubação, controle de espécies, entre outros. Neste contexto, a Companhia muito tem contribuído com o processo de conscientização, quanto à preservação ambiental e urbanística.

Outro aspecto importante é a atuação da Companhia junto à sociedade, de modo especial, junto às escolas de nível superior, corroborando com a formação de multiplicadores, pesquisadores, e especialização de professores.

SLU

Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis.

METRÔ-DF

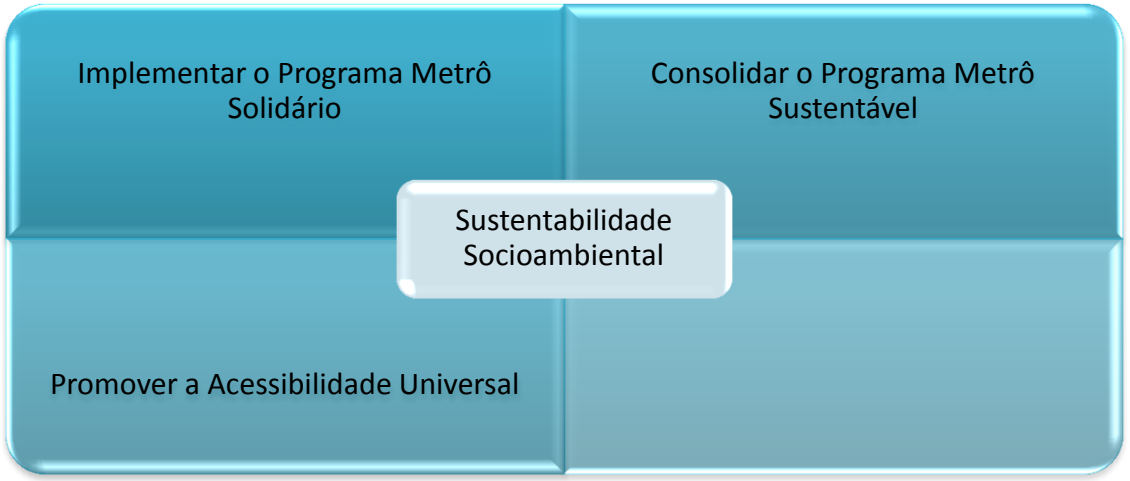
O transporte metroferroviário é um serviço público, de cunho social e ambiental e, ao mesmo tempo em que desloca grande número de pessoas, estrutura o transporte urbano, promove a redução das emissões atmosféricas, poluição sonora, e faz uso de combustível fóssil como fonte de energia.

Cabe destacar que o foco na Responsabilidade Social Corporativa em estreita articulação com a coletividade proporcionará à Empresa uma trajetória de maior reconhecimento junto à Sociedade. Esta prática evidencia o papel da Companhia como parceira do Estado, buscando a mediação entre a atuação corporativa e às questões sociais. Tais iniciativas estimulam a conquista de premiações e selos no campo da responsabilidade social junto às comunidades do DF.

Tomando como base a metodologia exposta à realidade empresarial e à base estratégica do METRÔ-DF, em plena consonância com os interesses públicos perseguidos, com os objetivos de governo e igualmente de Estado, voltados para o planejamento estratégico de longo prazo, sustentável e eficiente, o mapeamento estratégico desta Companhia culminou nas medidas de alto impacto estratégico – atreladas às oportunidades e riscos envolvidos:



Na identificação das medidas de alto impacto estratégico, destaca-se a medida 5.7 – Buscar Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental, com os seguintes eixos:



O PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL objetiva a promoção da sustentabilidade ambiental nas operações e atividades do METRÔ-DF, através do desenvolvimento de ações que reduzam ao máximo o impacto dessas atividades ao meio ambiente e à saúde humana. Para mitigar o impacto das atividades, o Programa estabelece metas de eficiência energética, melhorias operacionais, gerenciamento de resíduos sólidos, pesquisa, fontes renováveis e uso eficiente de recursos naturais, produtos, serviços e materiais.

Busca-se o aperfeiçoamento de produtos e processos do sistema metroviário, visando racionalizar o consumo de água e energia elétrica nas operações do METRÔ-DF, alcançando padrões desejáveis de eficiência energética, implantação de tecnologias menos intensivas de uso da água e otimização de processos, ou seja, um conjunto de mecanismos de planejamento e gestão e de procedimentos operacionais, que são exigidos diante da atual etapa de Mudanças Climáticas e aquecimento global por que passa o Planeta, bem como, daqueles determinados pela legislação.

Dessa forma, o METRÔ-DF definiu as seguintes diretrizes prioritárias para o PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL:

1. Racionalização do consumo de energia elétrica.
2. Racionalização do consumo de água potável.
3. Implantação do Plano de Resíduos Sólidos do METRÔ-DF.
4. Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.
5. Preparação institucional para certificação ISO 14.001.

Com isso, espera-se dar uma guinada em direção à profissionalização da gestão da Companhia na condução dos seus recursos humanos, materiais e financeiros, em respeito aos princípios da transparência e da eficiência da Administração Pública e em prol dos usuários/sociedade.

JARDIM BOTÂNICO

Foi assinado o Plano de Trabalho com a Secretaria de Estado de Politicas para Crianças, Adolescentes e Juventude com a finalidade de propiciar a execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC – no Distrito Federal, prevista no art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante Portaria Conjunta nº 12, de 07 de agosto de 2012. O objetivo desta parceria, estabelecido no Plano de Trabalho, foi utilizar Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), determinada por decisão judicial, na realização de tarefas por parte dos adolescentes/jovens de forma voluntária, porém num contexto educativo e de reflexão viável por meio de trabalhos gratuitos e orientação pessoal. Esta parceria contribui para suprir a necessidade de criação de programas de atendimento que possibilitem ao jovem em conflito com a lei uma leitura diferenciada da sua condição pessoal, passando a compreender-se como sujeito capaz de mudar a realidade de risco e exclusão a qual foi submetido, o resultado foi muito eficaz por parte da UAMA e terá continuidade no ano de 2017.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
002 – CAPITAL DAS ÁGUAS: Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	2	1	Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água (SEMA).	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6210	2	2*	Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água (SEMA).	21101	100	UNID	MAIOR, MELHOR	*	-	-	-	-	
6210	2	3	Item excluído, conforme Lei nº 5.787/2016	21101	100								
6210	2	4	Fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas (SEMA).	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	3	-	-	-	3	
6210	2	5	Realizar a Conferência Distrital de Meio Ambiente com o tema "Águas de Brasília". (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6210	2	6	Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER).	14203	15	UNID	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	
6210	2	7	Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER);	14203	400	UNID	MAIOR, MELHOR	55	-	-	-	55	

(*)Ofício nº 901/2016-GAB-Sema solicitou alteração da responsabilidade para a ADASA que concordou por meio do Ofício nº 490/2016-PRE/ADASA.

Análise Qualitativa

1. Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água (SEMA);

Em dezembro de 2016 a SEMA-DF juntamente com diversos parceiros do GDF e da sociedade civil realizaram o evento de lançamento da Aliança pelo Descoberto que inaugurou um trabalho conjunto de vários projetos em prol da conservação da bacia do Descoberto. Este trabalho coordenado de diversos atores daquela bacia é uma ação que contribui para a preparação para o 8 Fórum Mundial da Água e para a consolidação de Brasília como Capital das Águas.

Um segundo evento realizado em 2016 e que colabora para a realização do 8º Fórum Mundial da Água de 2018 foi o lançamento da sede do CIRAT (Centro Internacional de Agua e Transdisciplinaridade) no Jardim Botânico de Brasília. O CIRAT está em processo de qualificação como Centro Categoria 02 sob os auspícios da UNESCO. A proposta é finalizar este processo de qualificação como centro de excelência antes da realização do 8º Fórum em Brasília.

Para 2017 a previsão é a realização de dois outros eventos preparatórios: o "5º Encontro Nacional Formativo de Educação Ambiental para a Gestão das Águas" em Maio e o "2º Seminário Internacional de Água e Transdisciplinaridade: Águas pela Paz" em Outubro de 2017.

2. Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água (SEMA);

Por meio do Ofício nº 490/2016-PRES/ADASA foi autorizada a alteração da responsabilidade pela presente Meta para a ADASA.

3. Item excluído, conforme Lei nº 5.787/2016

4. Fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas (SEMA);

A SEMA-DF investiu esforços no primeiro semestre de 2016 em buscar captar recursos para a implementação do Cultivando Água BOA no DF tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF. Uma importante conquista foi a escrita e refinamento, com apoio de consultoras contratadas pelo GEF, do Projeto GEF Cidades Sustentáveis para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF. O valor em captação com o Projeto GEF Cidades Sustentáveis é da ordem de 06 milhões de dólares para o período entre 2017 e 2021. Neste projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo a agroecologia e educação ambiental).

Outra articulação liderada pela SEMA foi atrair para o DF, de forma mais expressiva, o Programa Água Brasil Fase 02. Este programa é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil e na renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) 02 das 04 bacias selecionadas estão localizadas no DF (Descoberto e São Bartolomeu).

Em 2016 aconteceu o fortalecimento do Programa Cultivando Água Boa no DF com o início das atividades do Comitê Gestor do CAB no Paranoá, que realizou três reuniões para definição de ações estratégicas e escrita de um projeto para captação de recurso. No Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que abarca atores dos 10 projetos que são realizados na bacia. Foi criada uma matriz de convergência destes 10 projetos e no momento estes atores governamentais, da academia e da sociedade civil estão montando um plano de trabalho que abarque as frentes desenvolvidas por todos os projetos com metas, indicadores e responsáveis. Também forma definidas microbacias prioritárias de atuação e realizadas 03 Oficinas do Futuro com a comunidade na microbacia do Guariroba. Vale destacar que o Descoberto é o manancial responsável por 67% do abastecimento de água do DF e uma gestão eficiente daquele território será um legado significativo para o Objetivo Específico 02- Capital das Águas do PPA do GDF.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa no DF nas bacias do DF foi a realização, no dia 29 de Junho de 2016, do "1 Curso de Adequação de Estradas Rurais com Enfase em Conservação de Microbacias" realizado na Emater de Brazlandia. O curso, liderado pela SEMA com o apoio de parceiros como SEAGRI, Itaipu-Binacional, EMATER e DER-DF, capacitou 40 operadores de máquinas (tratoristas) do GDF em como fazer adequações de estradas rurais de maneira mais ecológica retendo a água no terreno e não deixando que sedimentos sigam para os mananciais.

5. Realizar a Conferência Distrital de Meio Ambiente com o tema "Águas de Brasília"; (SEMA)

A Conferência de Meio Ambiente do DF vai acontecer somente em Novembro de 2017, mas em 2016 já foram dados alguns passo para sua realização. Em dezembro de 2016 durante o lançamento da sede do CIRAT foi realizada uma oficina para colheita das contribuições dos presentes sobre caminhos, temas e formato para a Conferência. Estas contribuições foram formatadas em um relatório que, ainda no primeiro trimestre de 2017, será a base para a construção do texto-base da Conferência.

6. Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);

Os espaços abertos nessas reuniões são para tratativas do Plano de Manejo de Água e Solo, iniciado na Bacia do Redeador que fica na Área de Proteção Ambiental - APA do Descoberto, tendo a participação de instituições distritais que fazem parte do Projeto Descoberto-Coberto.

7. Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER);

Através de três mutirões de pedidos de outorga foram elaborados na Bacia do Descoberto, os 55 pedidos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

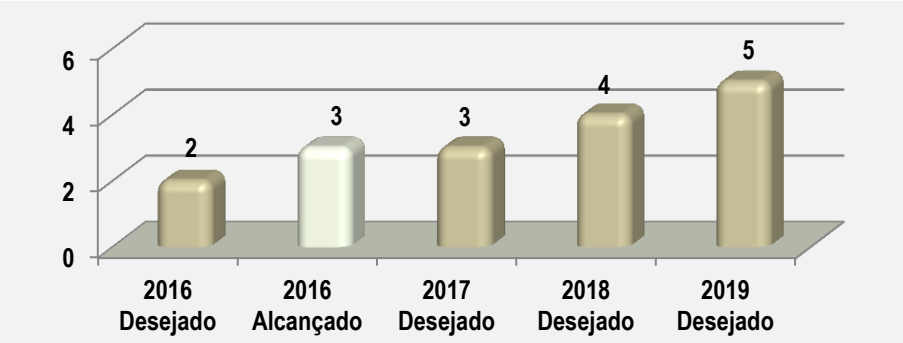
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1630	AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	UNIDADE			ANUAL	2	3	3	4	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
1631	AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	UNIDADE			ANUAL	1	2	2	3	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2

Justificativas 2016

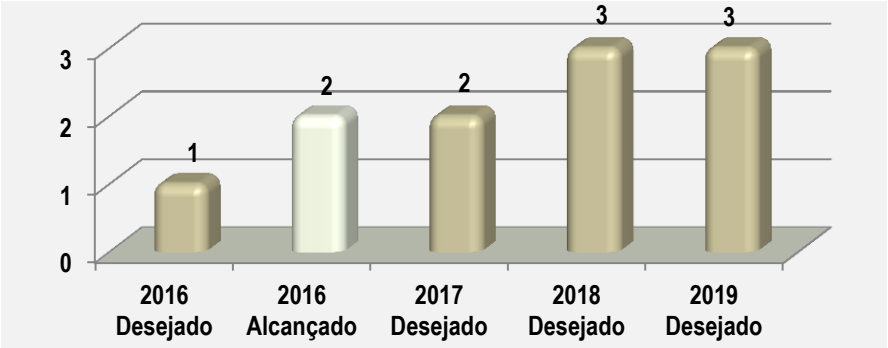
Indicador 1630 - Aprovação de três resoluções: 01, 02 e 03 pelo CRH em 2016

Indicador 1631 - Atividades: **Aliança do Descoberto -** Foi criada uma mesa de coordenação técnica que abarca atores de dez projetos que são realizados na bacia e que não dialogavam, ou dialogam muito pouco no território. Para tanto, foi criada uma matriz de convergência dos dez projetos a serem apresentados pelo atores governamentais e a sociedade civil: Rede Agroecológica do Planalto Central; Programa de Reabilitação Ambiental da área rural do DF – Reflorestar; Projeto Descoberto Coberto; Cultivando Água Boa; Água Brasil; Aliança Cerrado; Programa Educação Ambiental nas Escolas; Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo – DF; - Preserva Brazlândia; Águas do Descoberto; e Programa Adote uma Nascente; **Microbaciado Guariroba** 0 Importante destacar a definição do Guariroba como microbacia prioritária de atuação no Descoberto, com o desenvolvimento de três oficinas para engajamentos dos produtores locais, o lançamento da Aliança pelo Descoberto e a produção da cartilha do Pacto das Águas do Guariroba. Com as duas atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guariroba a SEMA cumpriu as duas metas previstas no Indicador 7. Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa nas bacias do DF foi a realização, do I Curso de adequação de estradas rurais com ênfase em conservação de microbacias, realizado pela EMATER e parceiros como a SEAGRI, ItaipuBinacional e o DER-DF, que capacitou quarenta operadores de máquinas (tratoristas) do GDF. No Programa Água Brasil-Fase 02, o qual é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil, a SEMA participou na articulação para atrair para o DF a renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) com a inclusão de duas das bacias: Descoberto e São Bartolomeu.

AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS



AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	2	1	Editar Resolução do Conselho de Recursos Hídricos – CRH com metas intermediárias de enquadramento de recursos hídricos para o Distrito Federal (SEMA);	21101	20	Foi criado um GT no âmbito da Câmara Técnica de Assessoramento ao Conselho de Recursos Hídricos, para discutir o assunto dentre outros. No entanto, ainda está sendo aguardado o Plano da Bacia do Rio Paranaíba, para que então o GT possa iniciar a definição de Metas Intermediária de enquadramento de recursos hídricos do DF.
6210	2	3	Criar a primeira base hidrográfica para todo o DF (SEMA);	21101	100	Base hidrográfica para o DF criada e mapa impresso e disponibilizado em meio digital para a comunidade em dezembro de 2016.
6210	2	4	Implementar modelo de governança do projeto "Cultivando Água Boa" para conservação e recuperação de áreas estratégicas de água do DF (SEMA);	21101	22	Comitê Gestor do Cultivando Água Boa implementado na bacia do Paranoá. Na bacia do Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que congrega todos os principais atores da região, realizado curso de capacitação de 40 operadores de máquinas e realizadas 03 oficinas do Futuro com a comunidade do Guariroba.
6210	2	5	Criar sistema de monitoramento de investimento governamental para a agenda de água (SEMA);	21101	-	Solicitada a retirada desta ação orçamentária na revisão do PPA de 2016
6210	2	6	Elaborar Mapa do Caminho das Águas (SEMA);	21101	100	Mapa do Caminho das Águas elaborado e apresentado no Conselho de Recursos Hídricos
6210	2	7	Controle de processos erosivos em áreas destinadas à produção agropecuária (EMATER);	14203	30	O Plano de Manejo de Água e Solo iniciou suas atividades de intervenção preservacionista na Bacia do Rio Descoberto.
6210	2	8	Adoção da bacia hidrográfica como unidade referência para o planejamento das ações preservacionistas de forma integrada e articulada com instituições Distritais e Federais (EMATER);	14203	100	O Plano de Manejo de água e solo adotou a bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento das ações preservacionistas.
6210	2	9	Orientação quanto à qualidade e ao uso racional dos recursos hídricos (EMATER);	14203	30	Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro.
6210	2	10	Incentivo à utilização de sistemas de irrigação poupadores de água e energia (EMATER);	14203	30	Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso do sistema de irrigação por gotejamento. Em fase de implantação de projetos com sistemas poupadores de água, convênio com o MAPA.
6210	2	11	Incentivo à utilização de tecnologias que otimizem o uso de água em sistema de irrigação e outros usos da agropecuária (EMATER);	14203	30	Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura.
6210	2	12	Identificação de canais de irrigação a seres revitalizados (EMATER).	14203	40	Identificado 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos)

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

De um modo geral esse objetivo vem avançando, com ações normativas, bem como, com ações de mobilização da sociedade.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

EMATER-DF

A Emater tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, como processo da extensão rural, no fator de mudanças, em ações da ética socioambiental.A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental, com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo, na consciência ambiental.

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes operacionais que a Emater vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais, conforme a legislação ambiental vigente. Tem como objetivo: minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção de bens e serviços das propriedades rurais no Distrito Federal.

Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. Nesse contexto, a Emater atua em comissões, conselhos, comitês ambientais e grupos de trabalho.

Dentre esses, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, iniciativa da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo objetivo é estimular a política de pagamento por serviços ambientais voltados à proteção hídrica no Brasil. No Distrito Federal, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau e recebeu o nome de Projeto Produtor de Água no Pipiripau. Desde o inicio do Projeto até o ano de 2016, na modalidade Conservação de Solo, foram realizadas 1005 ondulações transversais, construção e/ou manutenção de 545 bacias de retenção, readequação de 315 km de estradas e recuperação e/ou construção de 1200 ha de terraceamento. Na modalidade Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e/ou Vegetação Nativa, no ciclo 2012/2016, houve o plantio de 323.500 mudas. A modalidade Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa se detém na manutenção da vegetação existente. Destaca-se a implantação de 12 km de cercas para proteção de áreas destinadas a conservação e/ou restauração, especialmente em propriedades com criação de animais.

A Emater também integra as ações do Projeto Descoberto Coberto, realizado na bacia hidrográfica do rio Descoberto, principal manancial de água do DF. O Projeto é desenvolvido por meio da adesão voluntária dos produtores rurais da região, com o apoio governamental, em busca da reversão do desmatamento, dos processos erosivos e da sedimentação do Lago do Descoberto. Entre 2009 e 2013, foi realizada a revegetação com espécies nativas do cerrado, totalizando 163.102 mudas distribuídas em 36 propriedades na orla do Lago do Descoberto e em 60 propriedades nas áreas contribuintes do Lago. Em 2014, essas propriedades foram orientadas quanto ao manejo das áreas recuperadas e entre, 2015-2016, houve ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da região quanto à importância hídrica do rio Descoberto. Cabe destacar ainda em 2015 a assinatura do acordo do Governo do Distrito Federal com o Projeto Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, bem como o lançamento do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo, ambos estão em fase de implementação na bacia hidrográfica do rio Descoberto.

O Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo em Áreas de Produção Rural no Distrito Federal busca promover a adoção de boas práticas voltadas para adequação ambiental da infraestrutura e da produção rural, pois propõe a construção de uma política pública estruturante, envolvendo o setor rural e as diversas organizações de apoio, com responsabilidade compartilhada, visando à sustentabilidade das atividades agrossilvopastoris no DF e como consequência, a melhoria da qualidade de vida da população. Ele é dividido em quatro programas que são Água, Solos, Regularização Ambiental e Ações Transversais. Tem como base a do planejamento da unidade hidrográfica do DF, e, iniciados os trabalhos de conservação de solo em imóveis rurais, reparo e manutenção de estradas rurais na bacia do Rodeador em Brazlândia. Nesse contexto, em 2016 houve a construção de 14 bacias de retenção, implantação e manutenção de 41,09 hectares de terraços, adequação de 1,1 km de estradas rurais e realização de um curso de treinamento para operadores referente à adequação de estradas rurais. Houve ainda, a realização de 5 campanhas de outorga em conjunto com a Adasa. A bacia do Rodeador foi região prioritária para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e foram realizadas 2 oficinas com a comunidade Guariroba, para discussão da realidade local.

Além da construção do Plano, a Emater, em parceria com a Seagri e Caesb, contribuiu na revitalização de 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos).

O estudo ambiental para se conseguir a autorização do órgão ambiental do DF para revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar perdas de água ao longo dos canais. A capacitação em manejo de irrigação com o uso de tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	3	1	Elaborar e implantar plano de eficiência energética; (SINESP)	22101	100	%	MAIOR, MELHOR	28	-	-	-	28	
6210	3	2	Formulação do Decreto de Criação do Programa Brasília Solar para a elaboração da política de energia solar do Distrito Federal; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6210	3	3	Implantar o Programa Brasília Solar; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	
6210	3	4	Expandir, revitalizar e modernizar as redes de distribuição de energia elétrica; (CEB)	22204	100	%	MAIOR, MELHOR	97,8	-	-	-	97,8	
6210	3	5	Fortalecer a gestão de riscos climáticos; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	
6210	3	6	Implantar quatro projetos ambientais em energia solar e eficiência energética no período 2016 a 2019; (SEMA)	21101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6210	3	7	Fortalecer a gestão das mudanças climáticas (riscos e opções de enfrentamento) com a elaboração da regulamentação da Lei de Clima do DF e a Integração dos parâmetros de clima nas políticas públicas distritais, planos, programas e projetos; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6210	3	8	Priorizar ações nos 50 circuitos elétricos com pior índice de continuidade em relação ao índice global da CEB; (SEMA)	21101	50	UNID	MAIOR, MELHOR	-	-	-	-	-	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	3	9	Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia de LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	n.a	-	-	-	n.a	
6210	3	10	Implantar o terceiro Posto de Gás Natural Veicular (GNV) e negociar a instalação de Kits de GNV nos táxis do DF; (CEB GÁS)	22210	100	%	MAIOR, MELHOR						
6210	3	11	Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal. (CEB GÁS)	22210	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Elaborar e implantar plano de eficiência energética; (SINESP)

SINESP

A CEB Distribuição S.A. concessionária de energia elétrica possui um Programa de Eficiência Energética – PEE que é executado anualmente. Este Programa determina a aplicação anual do valor equivalente a 0,5 % (meio porcento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) anual para o incremento da eficiência energética no uso final de energia elétrica, através de projetos executados em instalações de consumidores.

A aplicação dos recursos é definida pelas Resoluções e Manuais da ANEEL. Dentre as possibilidades de aplicação existem os projetos cooperados que podem ser executados com os diversos segmentos do DF e que visam difundir o conceito de eficiência energética e desenvolvimento sustentável, promovendo a mudança de hábitos de consumo de energia elétrica, além da substituição de equipamentos ineficientes.

2. Formulação do Decreto de Criação do Programa Brasília Solar para a elaboração da política de energia solar do Distrito Federal; (SEMA)

Atividade: Formulação Decreto Nº 37717 DE 19/10/2016. Meta atingida em 2016. Principais resultados: Publicado no DOE em 20 outubro de 2016 o Decreto Nº 37717 DE 19/10/2016 que Cria o programa de estímulo ao uso de Energia Solar Fotovoltaica no Distrito Federal - Programa Brasília Solar, e dá outras providências.

3. Implantar o Programa Brasília Solar; (SEMA)

Atividade: Governança/ Consulta Pública/ Minuta Programa Brasília Solar. Período: Janeiro a fevereiro/ 2016. Alvo: Público em geral. Principais resultados: 40 contribuições + 1.000 downloads da Minuta disponibilizada no site da SEMA. Boa inserção na mídia (escrita e radiodifusão). Sistematização das contribuições.

Atividade: Governança/ Reunião GT Brasília Solar. Período: Março e Julho. Alvo; Atores engajados no GT Brasília Solar. Principais resultados: Apresentados os resultados da consulta pública sobre o Programa Brasília Solar. Reunião realizada para apresentação de propostas de trabalho ou de comunicação de ações em realização: Secretaria da Saúde (Carta de Adesão), SEMA-CEB-EletroNorte-UnB (Estrutural), SETRAB-SENAI (Escola Social), etc. Encaminhada a criação de três subgrupos executivos para a condução dos trabalhos futuros. Subgrupos não aconteceram; muito dependentes da disponibilidade do Secretário. Diminuir demanda sobre o Secretário, viabilizar reuniões de trabalho dos subgrupos para produzirem eles as entregas ao Secretário. Adotar com urgência caráter mais executivo, tendo em vista execuções orçamentárias previstas para 2017.

4. Expandir, revitalizar e modernizar as redes de distribuição de energia elétrica; (CEB)

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, consequentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Sobre os projetos de subtransmissão, houve a modernização da Subestação de 138 kV – SE 06, com o objetivo de reduzir a frequência de duração de falta de energia e ampliação da carga disponível para a região, com implantação em finalização, com 96% de execução em 2016 e Acordo de Resultados em 2016 aditivado com o cancelamento da entrega desse projeto nesse ano. Ademais, houve ampliação da Subestação de 138 kV - Embaixada Sul, para ampliação da carga disponível na região, com 99% de execução em 2016 e Acordo de Resultados aditivado para execução de 95% dessas obras de ampliação em 2016.

Quanto aos projetos referentes à instalação de Religadores e Chaves Telecomandadas, o Acordo de Resultados foi aditivado para instalação de 41 Religadores e de 35 Chaves, o que corresponde a 100% de execução que foi realizada em 2016.

5. Fortalecer a gestão de riscos climáticos; (SEMA)

Atividade: Reporte/ MRV/ Inventário DF/ Publicação impressa do INVENTÁRIO DE EMISSÕES POR FONTES E REMOÇÕES POR SUMIDOUROS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) DO DISTRITO FEDERAL, com Nota Técnica e apresentações dos secretários de meio ambiente e agricultura. Período: JULHO A DEZEMBRO. Atores envolvidos: SEMA, SEAGRI, WayCarbon. Principais resultados: Publicação impressa do Inventário de Emissões do DF (2005-2012), acompanhado de Nota Técnica e prefácio e apresentação dos secretários de meio ambiente e agricultura. 500 exemplares. 96 páginas. Catalogação na Fonte ISBN:978-85-68931-02-8. Divulgação e distribuição do relatório. Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação.

Atividade: Elaboração e publicação impressa da Nota Técnica a Formuladores de Políticas e Tomadores de Decisão sobre Mudanças Climáticas no DF e na Ride. Período: julho a dezembro. Atores envolvidos: UEC, INPE, INMET, EMBRAPA CERRADOS, ANA, NASA, IBRAM. Principais resultados: Formulação e Publicação impressa da Nota Técnica sobre dados de detecção e projeção de cenários de mudanças climáticas para o DF e RIDE. 500 EXEMPLARES. 192 PÁGINAS. Catalogação na Fonte ISBN:978-85-68931-03-5. Divulgação e internalização dos dados de clima detectados e esperados para o DF junto à formuladores de políticas e tomadores de decisão, para a formulação de políticas e planos de adaptação.

6. Implantar quatro projetos ambientais em energia solar e eficiência energética no período 2016 a 2019; (SEMA)

A realizar. Processo ainda a ocorrer. Em 2016, captou-se, junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF), recursos para a implantação de projetos solares.

7. Fortalecer a gestão das mudanças climáticas (riscos e opções de enfrentamento) com a elaboração da regulamentação da Lei de Clima do DF e a Integração dos parâmetros de clima nas políticas públicas distritais, planos, programas e projetos; (SEMA)

Atividade: Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GEF Cidades Sustentáveis. Período: Janeiro a junho/ 2016. Atores envolvidos: SEMA e parceiros externos. Principais resultados: Proposta apresentada. Pré-aprovada. Principais linhas estratégicas da Unidade Estratégica de Clima com previsão orçamentária para a sua realização.

Atividade: Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ BID PBL Sustentabilidade do Gasto Público. Janeiro a julho/ 2016. Atores envolvidos: SEMA, SEPLAG, SEF. Principais resultados; Proposta elaborada, apresentada ao COFIEX. Sólida parceria entre os entes envolvidos

Atividade; Integração de agendas/ ZEE. Período: Maio a Setembro. Atores envolvidos: UEC, SUPLAM, Codeplan. Principais resultados: A Unidade Estratégica de Clima produziu três textos e participou de reuniões de produção de cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática. A UEC também produziu texto final sobre cenários de clima para o DF contribuindo para a construção de texto sobre cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática

Atividade: Integração de agendas/ Engajamento de atores/ Governança climática / FÓRUM MUDANÇAS CLIMÁTICAS DF. Período: DEZEMBRO 13. Atores envolvidos: SEMA, Secretarias de Estados, órgãos públicos, setor privado, academia e universidades, organizações da sociedade civil. Principais resultados: Realização da primeira reunião preparatória do Fórum de Mudanças Climáticas do DF e lançamento de duas ferramentas de trabalho Inventário de Emissões e NT Mudanças Climáticas no DF. Número de participantes 70 pessoas. Local: Torre de TV. Publicação de relatório da reunião no dia 23 de Dezembro no site da SEMA. Abertura de consulta pública sobre a construção do Fórum em Janeiro de 2017.

8. Priorizar ações nos 50 circuitos elétricos com pior índice de continuidade em relação ao índice global da CEB; (SEMA)

*Ofício nº 887/2016-GAB/Sema solicitou alteração da responsabilidade para a SINESP que concordou por meio do Ofício nº 1270/2016-GAB/SINESP.

9. Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia de LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas; (SEMA)

*Ofício nº 887/2016-GAB/Sema solicitou alteração da responsabilidade para a SINESP que concordou por meio do Ofício nº 1270/2016-GAB/SINESP.

10. Implantar o terceiro Posto de Gás Natural Veicular (GNV) e negociar a instalação de Kits de GNV nos táxis do DF; (CEB GÁS).

A demanda do gás natural veicular- GNV, no Distrito Federal, como também em outras Unidades da Federação, vem apresentando uma redução progressiva, por uma série de fatores, dentre os quais destacamos: a pouca competitividade frente à variação dos preços dos outros combustíveis, a adequação dos veículos para utilização do GNV, e a falta de incentivo de políticas governamentais para o estímulo ao consumo do gás natural veicular, impediram que as metas previstas para o ano de 2016 fossem alcançadas,

A alternativa para suprimento de Gás Natural com custos menores e volumes interessantes, será o aproveitamento do BIOGÁS que será liberado após a implantação do aterro do Distrito Federal e das estações de tratamento de esgoto.

11. Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal. (CEB GÁS)

A inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos, redução do consumo de GNV e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis impediram a expansão da distribuição de Gás.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1632	VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	M³/DIA	6.000	30/jun/15	MENSAL	6.000	5.109	7.000	7.500	8.000	CEBGAS / UO 22210 / OE 3
1633	DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	HORA	15,88	31/dez/14	ANUAL	15,14	9,69	13,09	10,58	8,49	CEB / UO 22204 / OE 3
1634	FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	UNIDADE	11,86	31/dez/14	ANUAL	11,33	8,08	9,83	7,99	6,43	CEB / UO 22204 / OE 3
1635	TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	%	100	31/dez/14	ANUAL	100	57	100	100	100	CEB / UO 22204 / OE 3
1694	INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	UNIDADE			ANUAL	-	-	1	2	-	SEMA/ UO 21101/ OE 03

Justificativas 2016

Indicador 1632 - Não foi atingido devido à redução do consumo de GNV e à falta de incremento para viabilizar o BIOMETANO para atendimento a outros segmentos no Distrito Federal

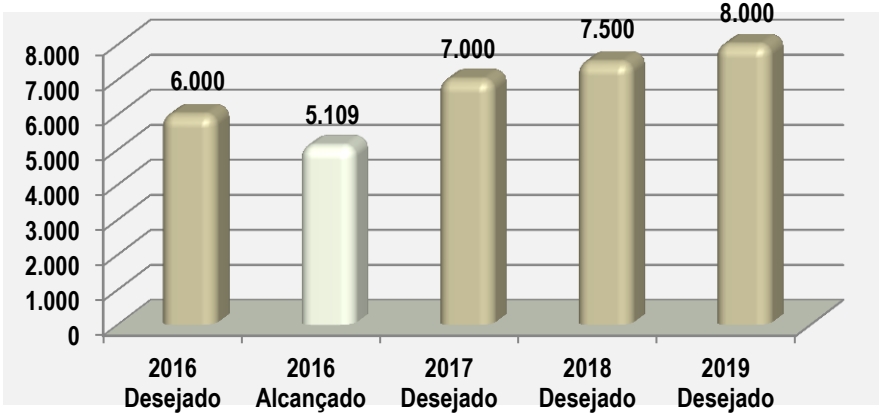
Indicador 1633 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e em 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

Indicador 1634 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade desse indicador é "menor melhor".

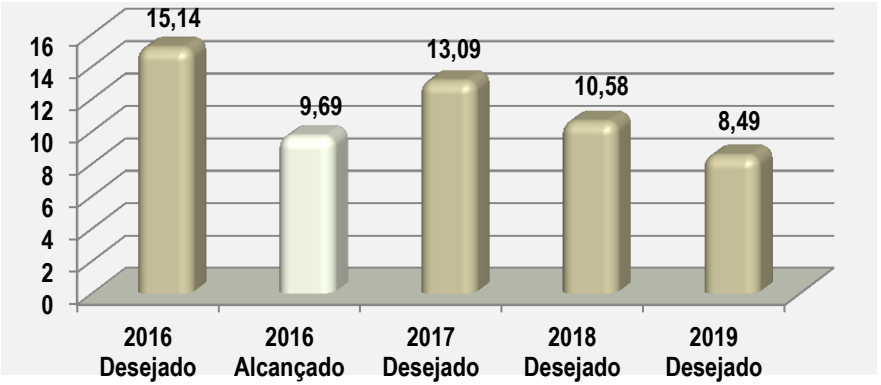
Indicador 1635 - As metas estabelecidas não foram cumpridas devido, principalmente, aos atrasos nas contratações, as quais adiaram o início dos projetos previstos para serem executados em 2016. Desse modo, a previsão é a aplicação de todo o recurso de 2017 acrescido do saldo remanescente de 2016, até o final de 2017.

Indicador 1694 - Sem índice desejado para 2016.

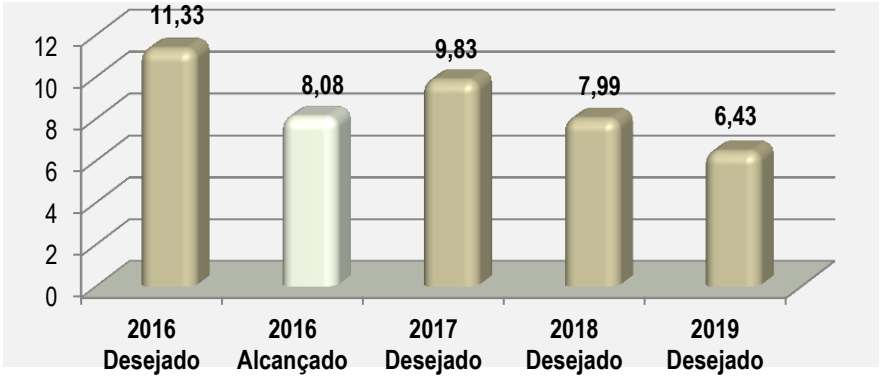
VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO



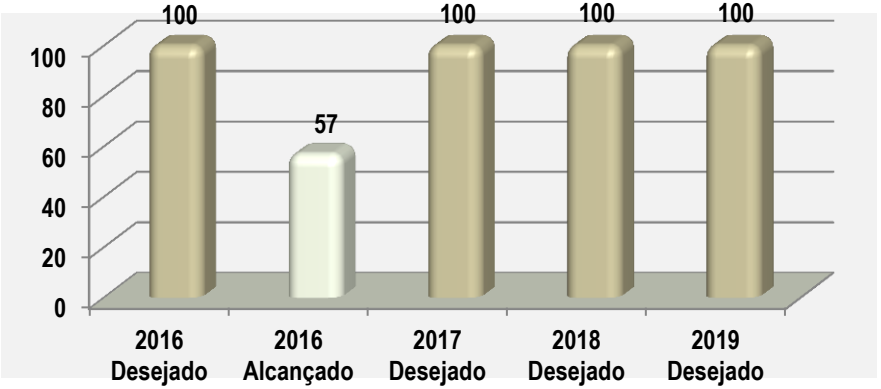
DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR



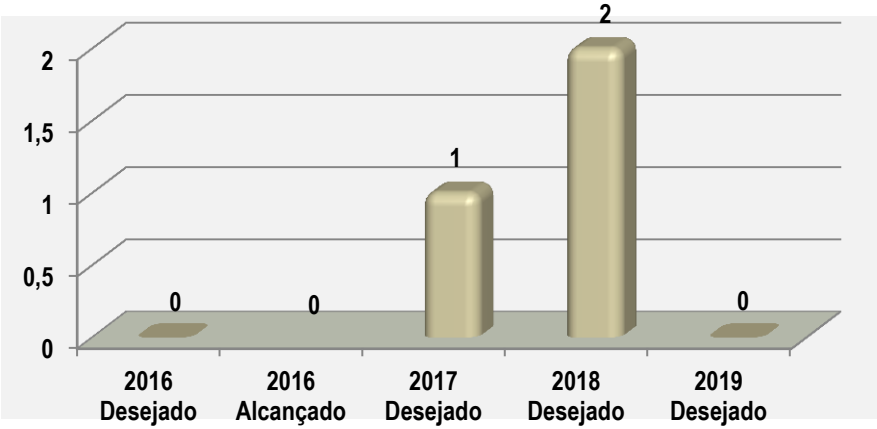
FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR



TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE



INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	3	1	Elaboração e implantação do plano de eficiência energética, destinando 0,5% da receita operacional líquida da CEB para o atendimento à comunidade de baixo poder aquisitivo em projetos educacionais e/ou a projetos cooperados destinados aos diversos segmentos da sociedade (SINESP);	22101	28%	O valor do Programa de Eficiência Energética de 2016 (0,5% da ROL) foi calculado em R$ 9.845.329,79, tendo sido aplicado R$ 1.428.559,61 em projetos de EE, e empenhado R$ 1.296.303,70 para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, conforme previsto na Lei nº 13.280, publicada em 04/05/2016, que destina 20% do recurso de Eficiência Energética - EE para ações ligadas ao Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985, e ratificado pelo Decreto de 18/07/1991. Portanto em 2016 foi aplicado 28% do valor total previsto.
6210	3	2	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ);	26206	25%	O METRÔ-DF firmou Protocolo de Intenções e está firmando Acordo de Cooperação Técnica com o IBICT/MCT para o desenvolvimento de um Plano de Trabalho conjunto entre METRÔ e IBICT para realizar os estudos e levantamentos necessários para a formulação do Projeto de Eficiência Energética das instalações do METRÔ-DF. Com a consolidação do Plano de Eficiência o METRÔ-DF poderá realizar a concorrência pública para executar o projeto de

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						substituição de equipamentos elétrico e luminárias por outros de maior eficiência energética e também proporcionará a captação de recursos financeiros externos para o financiamento da execução do projeto.
6210	3	3	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética na CAESB (CAESB);	22202	45%	O Plano de Eficiência Energética da Caesb foi concluído com a elaboração dos estudos, relatórios e gráficos gerenciais e de manutenção. A implantação do Plano encontra-se em fase de contratação dos projetos.
6210	3	4	Avaliação de impactos climáticos esperados e alternativas de adaptação nos seguintes setores: água; uso do solo; e energia (SEMA);	21101	0%	Processo ainda a ocorrer (2017-2018).
6210	3	5	Divulgação de Projetos Demonstrativos de Geração de Energia Solar e Eficiência Energética em escolas, postos de saúde e prédios públicos (SEMA);	21101	10%	Processo ainda a ocorrer, posto que nenhum Projeto Demonstrativo foi ainda implementado. Em 2016, captou-se junto ao GEF recursos para a implementação de projetos demonstrativos (2017-2018)
6210	3	6	Implantação de Planejamento Estratégico voltado para a adequação dos custos operacionais e de investimento suportados por uma tarifa justa que permita a inovação tecnológica em benefício da qualidade do fornecimento de Energia Elétrica (CEB);	22204	100%	Com o desdobramento de suas diretrizes estratégicas, a CEB - D definiu grandes objetivos a serem perseguidos de maneira contínua, que são: orientar a empresa para as demandas dos seus consumidores atuais e potenciais; obter lucro suficiente para promover sempre a justa remuneração do capital investido; assegurar a racionalidade nas operações da empresa; garantir qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços; assegurar a responsabilidade socioambiental; ter um relacionamento com a força de trabalho que privilegie a competência e a produtividade. Com base no Planejamento Estratégico 2016 a 2019, foi possível definir projetos e ações que visam à correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da empresa. As ações manifestam, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na Companhia para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal.
6210	3	7*	Consolidação, validação e atualização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEAGRI e SEMA);	21101	0% (SEAGRI) 80% (SEMA)	**SEAGRI:** Para o exercício de 2016 não foram estabelecidas ações de consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. **SEMA:** Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:978-85-68931-02-8) e validado pelo Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer.
6210	3	8	Coordenação da elaboração do Plano Climático de Mitigação para o Distrito Federal;(SEMA)	21101	0	Processo ainda a ocorrer
6210	3	9	Implementação do Plano de Controle de Poluição Veicular (SEMA);	21101	30%	Em processo. De 10/08/2015 a 02/03/2016, foram realizadas 08 reuniões com equipes técnicas da SEMA e do IBRAM para análise das condições da atual gestão para a implementação do PCPV. Em 25/05/2016, novo Termo de Referência foi apresentado, juntamente com três novas

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						cotações de preços. Em 26/10/2016 a UEC emite Nota Técnica 001/2016 com questionamentos. Em 15/11/2016 o IBRAM apresenta revisão do Plano de Controle de Poluição Veicular, minuta do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (Programa I/M); e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar Voltado à Emissão veicular (PCPV - I/M-DF) para o Triênio 2018-2020.
6210	3	10	Construção, consolidação, divulgação e publicação da ferramenta de gestão e tomada de decisão "Regionalização de modelos climáticos para o DF quanto a cenários esperados para temperatura, precipitação, umidade, ventos e eventos externos" (SEMA);	21101	80%	Meta parcialmente cumprida com a publicação do documento "Mudanças Climáticas no DF e RIDE: Detecção e Projeções das Mudanças Climáticas para o Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, Nota Técnica Endereçada aos Formuladores de Políticas Públicas e Tomadores de Decisão (SEMA, 2016), ISBN: 978-85-68931-03-5. O estudo abordou apenas duas variáveis climáticas (temperatura e precipitação), entretanto, das mais importantes. Ainda está em processo de divulgação.
6210	3	11	Construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas (SEMA);	21101	30%	Processo ainda em construção. Para a construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas estão previstas reuniões periódicas abertas ao conjunto da sociedade (em 2016 realizou-se uma). As reuniões previstas são de nivelamento de conteúdo e para a definição do processo e regras de funcionamento.
6210	3	12	Coordenação da Elaboração do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas;(SEMA)	21101	0	Processo ainda a ocorrer.
6210	3	13	Coordenação da Elaboração da Minuta de regulamentação da Política Distrital de Mudanças Climáticas. (SEMA)	21101	0	Processo ainda a ocorrer.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Esse Objetivo ainda está em processo de consolidação. Em 2016 avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima. Espera-se que com os recursos do GEF possamos implementar as demais ações previstas para esse objetivo até o final de 2018.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

METRÔ

O METRÔ-DF já definiu diretrizes prioritárias para o PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL e se destaca:

1. Racionalização do consumo de energia elétrica

Nesse sentido, o METRÔ-DF está alinhada à vertente da responsabilidade sustentável como compromisso institucional. Destaca-se a contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba que efetivará no início de 2017, no valor total de R$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

SINESP

As licitações para contratação do Projeto de eficientização do edifício sede da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no valor previsto de R$7.485.754,00, já foram publicadas no fechamento do exercício de 2016 e a execução do projeto dar-se-á em 2017. Este projeto será o primeiro projeto de eficientização na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB-D serão devolvidos pela ANEEL ao final do projeto, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência. Também já foi iniciada a implementação do "Projeto Agente CEB 3" para atendimento a comunidades de baixa renda. Esse projeto prevê o investimento de R$ 16.630.992,79 para a execução das seguintes ações:

- 30.000 entrevistas de orientação para o uso eficiente de energia;
- 50 palestras socioeducativas;
- Substituição de 7.000 refrigeradores por novos mais econômicos;
- Substituição de 80.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por Lâmpadas LED; e
- Instalação de 2.000 aquecedores solares, para redução dos gastos com chuveiro elétrico;

Durante o ano de 2016 foram realizadas 3.000 entrevistas, substituídas 4.000 lâmpadas e 777 refrigeradores, além de 25 palestras em Órgãos Públicos, escolas e orientação a grandes clientes, capacitando cerca de 2.000 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica tanto em casa quanto no trabalho. Proporcionou-se assim economia de energia nas edificações. Foram disponibilizadas para os centros de ensino e a comunidade em geral sete maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas.

O processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio da Chamada Pública EE 2016 teve seu início em 2016, está em andamento e tem o objetivo de aportar 10 milhões de reais em benefícios energéticos voltados a todas as classes de clientes da CEB-D.

Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, os indicadores de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiram a meta estabelecida para dezembro de 2016. Houve grande melhora no DEC, que passou de 15,50 em 2015 para 9,69 em 2016. O FEC, por sua vez, também melhorou consideravelmente, passando de 11,66 em 2015 para 8,08 em 2016. Ambos indicadores contribuem diretamente para garantir o fornecimento de energia elétrica.

Em 2016 foi iniciada a implementação dos projetos selecionados na Chamada Pública de PEE de 2015. O escopo dos projetos prevê as seguintes ações:

a) Eficientização das Instalações do Garvey Park Hotel no valor de R$ 860.889,96 que compreende:

- Substituição da iluminação das áreas comuns do hotel por lâmpadas LED;
- Instalação de um sistema de aquecimento solar da água de banho com 36 placas com 60 tubos de vácuo cada; e
- Instalação de 30,6 kWp de geração fotovoltaica.

b) Eficientização das Instalações do UNICEUB Campus Asa Norte no valor de R$ 1.010.305,41 que compreende:

- Substituição da iluminação do Campus por lâmpadas LED;
- Substituição de 10 chuveiros elétricos existentes por um sistema de aquecimento solar com duas placas com 60 tubos de vácuo cada; e
- Instalação de 40,8 kWp de geração fotovoltaica.

CEB Distribuição S.A

A CEB Distribuição S.A., como uma concessionária de energia elétrica, possui um Programa de Eficiência Energética - PEE que é executado anualmente. Esse programa determina a aplicação anual do valor equivalente a 0,50% de sua receita operacional líquida anual para o incremento da eficiência energética no uso final de energia elétrica, por meio de projetos executados em instalações de consumidores. A aplicação dos recursos é definida pelas Resoluções e Manuais da ANEEL. Os projetos mais relevantes realizados para garantir a eficiência energética foram: início da execução de dois projetos de eficiência energética contratados que contemplam a eficientização das instalações e utilização de painéis solares para geração fotovoltaica (por meio da Chamada Pública de Projetos de EE 2015); Chamada Pública de Projetos de EE 2016; projetos de eficiência energética nas comunidades de baixa renda do DF (Projeto Agente CEB 3); empréstimos de maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas, para os centros de ensino e para a comunidade em geral; palestras educacionais em órgãos públicos, escolas e clientes particulares e doações de 3.052 geladeiras, 23.880 lâmpadas de LED e 480 aquecedores solares em 2016.

CAESB

A energia elétrica é um dos principais insumos dos processos de produção da Caesb e representa a segunda maior despesa de exploração da Companhia. Com a escassez de energia ocorrida nos últimos anos e consequente aumento das tarifas, especialmente no ano de 2016, o tema se tornou ainda mais relevante para a melhoria operacional da empresa. Dessa forma, buscando garantir a eficiência dos processos operacionais e em atenção ao princípio institucional da responsabilidade ambiental, a Caesb dispõe de um Programa de Eficiência Energética. Em 2016, a Caesb concluiu o Plano de Eficiência Energética que incluiu os estudos e relatórios sobre o tema, bem como a avaliação de viabilidade econômica e financeira dos investimentos a serem realizados. Assim, as ações que contribuíram para os resultados apresentados nesse ano foram:

- Elaboração do Relatório Anual do Consumo de Energia Elétrica da Caesb do ano de 2015;
- Melhorias no Sistema de Gestão de Energia e Eficiência Energética (GCEN);
- Aprovação do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico de Aproveitamento Energético do Biogás, com vistas a construção de usina de biogás na Estação de Tratamento de Esgotos Sul, em parceria com a "*U.S. Trade and Development Agency*" (USTDA)
- Elaboração do projeto básico e termo de referência da Usina Minigeradora Fotovoltaica de 700kWp para o edifício sede da Caesb;
- Participação da Caesb no Projeto Brasil-Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil (PROBIOGÁS);
- Elaboração de relatório sobre avaliação de eficiência energética, viabilidade financeira e competitividade do mercado de motores elétricos em baixa tensão e;
- Publicação da solicitação de proposta para contratação de projetos de eficiência energética e melhorias operacionais em Estações de Tratamento da Caesb, incluindo: eficiência energética em água, eficiência energética em esgoto, substituição de sopradores em quatro estações de tratamento de esgotos (ETE's), implantação de hidrelétrica da ETE Melchior e Melhorias da ETE Sul e Norte, envolvendo a modelagem hidrodinâmica do Lago Paranoá.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – SANEAMENTO AMBIENTAL: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	4	1	Expandir a infraestrutura para resíduos sólidos; (SLU)	22214	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6210	4	2	Fortalecer a gestão de saneamento básico; (SINESP)	22101	100	%	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	
6210	4	3	Implantar sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos – construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET;(SINESP)	22101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6210	4	4	Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário; (CAESB)	22202	100	%	MAIOR, MELHOR	19	-	-	-	19	
6210	4	5	Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires;(CAESB)	22202	100	%	MAIOR, MELHOR	33	-	-	-	33	
6210	4	6	Automatizar os sistemas operacionais;(CAESB)	22202	100	%	MAIOR, MELHOR	9	-	-	-	9	
6210	4	7	Otimizar e expandir os sistemas de manejo/drenagem de águas pluviais urbano e rural; (SINESP)	22101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6210	4	8	Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP; (EMATER)	14203	500	UNID	MAIOR, MELHOR	137	-	-	-	137	
6210	4	9	Construção e operacionalização de 3 Áreas de Transbordo e Triagem – ATTR, até 2018. (EP) (SLU)	22214	3	UNID	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6210	4	10	Construção de 03 centros de triagem de resíduos e 01 Central de Comercialização; (SEMA)	21101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	

Análise Qualitativa

1. Expandir a infraestrutura para resíduos sólidos; (SLU)

Em áreas como o Sol Nascente e o Pôr do Sol foram incluídos os caminhões compactadores de pequeno porte para fazerem a coleta porta a porta em regiões de difícil acesso, assim como implantados os papa lixo que são containeres semi enterrados de 5 m3 para acondicionamento dos resíduos indiferenciados. 10 containers semi enterrados foram instalados. Foi ainda contratada a coleta seletiva operada por catadores de materiais recicláveis em 5 regiões administrativas. Visando um maior controle na prestação dos serviços sob responsabilidade do SLU, tem-se trabalhado no sentido de modernizar seu parque tecnológico. O sistema para o cadastramento de grandes geradores, de coletores de resíduos da construção civil, além de sistema online de medição das pesagens estão em andamento e alguns destes serviços estão implantados. Foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ainda ganhos na produtividade e na qualidade da aplicação do produto. Com a aprovação da Lei 5.610/2016 regulamentada pelo Decreto 37.568/2016que desobriga o Estado do gerenciamento dos resíduos dos grandes geradores o SLU se capacitou para a implantação deste novo modelo que terá sua implementação definitiva à partir de 2017. Com relação à Lei que regulamenta a gestão dos Resíduos da Construção Civil, foi aprovado no âmbito doComitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos (CORC) e publicado em 18/11/2016, o Decreto Nº 37.782/2016 que regulamenta o manejo destes resíduos no Distrito Federal. Coube ao SLU o desenvolvimento e a implantação do sistema que viabilizará o acompanhamento do cumprimento de todas as atividades dos contratantes, dos contratados e da disposição final dos resíduos. A construção de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's, posteriormente denominados "Papa entulhos", teve início em setembro de 2016, com 7 unidades em obras ao final do ano. O Aterro Sanitário de Brasília, licenciado pelo IBRAM, atingiu condições operacionais, sendo sua inauguração postergada para início do ano 2017.

2. Fortalecer a gestão de saneamento básico; (SINESP)

Está em fase de elaboração o Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS. Esses dois Planos apresentarão uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Os Planos estão sendo elaborados pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidido pela SINESP. Também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear tecnicamente as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto, referente aos Planos estejam prontos para envio à Casa Legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos reportamos que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados e coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto. Atualmente desenvolve-se a fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão do saneamento no DF. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R$ 2.468.556,25.

3. Implantar sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos – construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET;(SINESP)

No que se refere à implementação da logística reversa dos resíduos da construção civil, em 2016 foi publicada o Decreto n° 37.782, de 18/11/2016, que regulamenta o art. 24 da Lei nº 4.704, de 20/12/2011, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos. O Decreto institui o Sistema de Informações sobre a Gestão de Resíduos da Construção Civil do Distrito Federal, que foi objeto de regulamentação pelo CORC/DF. O SLU realizou o certame licitatório para a contratação do desenvolvimento do Sistema. Porém, a execução foi frustrada e o Serviço de Limpeza Urbana está finalizando a instrução para lançamento de nova licitação. Concomitantes às ações do SLU, a SINESP vem trabalhando juntamente com a TERRACAP e o SLU para a elaboração do Projeto Básico, que subsidiará o certame para a cessão dos terrenos onde deverão ser instalados as Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – ATTRs, tal ação deverá ser concluída até o final do ano de 2017.

Quanto aos demais tipos de resíduos previstos no programa de logística reversa, os acordos setoriais para sua implantação estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, por força da Lei Federal n° 12.305, de 02/08/2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12/02/1998; e dá outras providências.

4. Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário; (CAESB)

A Caesb tem investido significativamente em obras para otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os principais empreendimentos que contribuíram para o alcance dos resultados em 2016 foram:

- Recuperação do reservatório de Sobradinho (concluído);
- Implantação de melhorias operacionais nas Estações de Tratamento de Esgotos Sul e Norte de Brasília (concluído);
- Implantação do sistema de reservação do Noroeste (concluído)
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Noroeste (concluído);
- Ampliação do sistema de abastecimento de água do SMPW e Aeroporto Internacional JK (em andamento);
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul (em andamento);
- Implantação da unidade de gerenciamento de lodo na Estação de Tratamento de Esgoto de Melchior (em andamento);
- Implantação da Estação de Tratamento de Água de Corumbá (em andamento), dentre outros.

5. Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires;(CAESB)

A ampliação da capacidade de atendimento e cobertura de serviços aos Condomínios Horizontais, às áreas de baixa renda e à região do Grande Colorado e Vicente Pires busca oferecer serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em áreas de ocupação espontânea e em processo de regularização. Os principais investimentos que contribuíram para os resultados alcançados foram:

- Complementação do sistema de esgotamento sanitário do Setor Sol Nascente em Ceilândia (em andamento);
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Águas Lindas (em andamento);
- Interligação do sistema de esgotamento da região oeste de Vicente Pires (conclusão de 6.000 novas ligações);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (em andamento);
- Implantação da 3ª etapa do sistema de esgotamento sanitário na região do Grande Colorado, Setor Colorado, em Sobradinho II (em andamento);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário na região do Grande Colorado, Setor Bela Vista e Condomínio RK, em Sobradinho II (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário do Setor de Mansões Dom Bosco (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário nos condomínios La Font no Paranoá; Mansões Entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã; (em andamento);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Setor Habitacional São Bartolomeu no Jardim Botânico (em andamento), dentro outros.

Importante faz-se destacar que os empreendimentos realizados tanto para consecução da meta 4, quanto da meta 5, implicam diretamente na melhoria dos indicadores de Aumento da Capacidade Instalada de Produção e do Índice de Atendimento Urbano de Esgoto. Este último indicador superou, em 2016, as expectativas de resultados desejáveis para o período de 2017 e 2018.

6. Automatizar os sistemas operacionais;(CAESB)

A meta de automação dos sistemas operacionais se refere ao programa corporativo de infraestrutura tecnológica que oferece serviços mais confiáveis e sem a necessidade de atuação humana na execução de atividades operacionais da Caesb e que exijam exposição a agentes danosos à saúde. O programa possibilita, também, a utilização de recursos de forma mais eficiente e eficaz, gerando economia e maior disponibilidade operacional. Entre os objetivos específicos do programa têm-se:

- Utilização de tecnologias eficientes, incluindo a substituição de equipamentos obsoletos;
- Sistematização dos procedimentos;
- Monitoramento de resultados operacionais;
- Otimização de recursos;
- Maximização do uso da infraestrutura;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores;
- Padronização de soluções operacionais da Caesb; e
- Redução dos custos operacionais e de manutenção dos sistemas.

Dessa forma, em 2016 foram adquiridos equipamentos e materiais, tanto para automação do sistema de esgotamento sanitário, de forma geral, quanto para o sistema de abastecimento de água, os quais foram instalados em diversas unidades operacionais da Caesb.

7. Otimizar e expandir os sistemas de manejo/drenagem de águas pluviais urbano e rural; (SINESP)

A Secretaria está trabalhando em duas frentes. A primeira no âmbito das obras civis de infraestrutura nas áreas desprovidas de sistemas de manejo de águas pluviais, tais como, os Setores Habitacionais Sol Nascente, Buritizinho, Ribeirão (Porto Rico), Bernardo Sayão, entre outras áreas inseridas na estratégia de regularização do Distrito Federal, constante do Plano Diretor de Ordenamento do Território – PDOT, além do desenvolvimento de projetos para a requalificação de sistemas existentes como no caso do Drenar DF, que estão em fase final de contratação para sua execução. E a segunda na área de planejamento, gestão e fortalecimento institucional, por meio da elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS. Esses dois Planos possibilitarão a tomada de decisão dos gestores do sistema de drenagem pluvial, quanto aos investimentos necessários para ampliar e aperfeiçoar o sistema e definição das áreas prioritárias para recebimento desses investimentos. Outro ponto relevante para a otimização do sistema e que será apresentado no PDSB, é uma proposta de solução estruturante (financeira e administrativa) para a gestão do sistema de drenagem pluvial. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R$ 2.468.556,25.

8. Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP; (EMATER)

Os Projetos Individuais da Propriedade - PIP é um importante projeto de intervenção na área em estudo para minimizar os impactos ambientais utilizando práticas conservacionistas como proposta de ação, contemplando os usos do solo e as práticas ambientalmente adequadas a serem implementadas, para que o produtor possa ser remunerado pelos serviços ambientais prestados

9. Construção e operacionalização de 3 Áreas de Transbordo e Triagem – ATTR, até 2018. (EP) (SLU)

Não houve execução financeira no programa de trabalho "Construção de áreas de transbordo e triagem – ATTR". Esta responsabilidade ficou por conta da SINESP. Uma área cedida pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em Sobradinho, será utilizada em consonância com as indicações do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos em elaboração. O SLU tem como desafio para 2017 elaborar o projeto de uso desta área, indicada para área de transbordo e triagem.

10. Construção de 03 centros de triagem de resíduos e 01 Central de Comercialização; (SEMA)

Em 2016 foram realizadas ações pela SEMA para lograr a referida meta, entre elas: a) Reestruturação do Conselho Gestor do Projeto BNDES/GDF com Portaria Nº 28, de 02 de Maio de 2016; b) Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o Centros de Triagem visando atender o requisito obrigatório para solicitação da Licença Ambiental Simplificada para a construção dos Centros e Central de Comercialização – LAS a ser emitida pelo IBRAM; c) Nota Técnica sobre a Viabilidade e sustentabilidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da Estrutural elaborada em 29 de Agosto de 2016 que tem interface diretamente relacionada à construção dos Centros de Triagem; d) Firmado Convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira entre SEMA/ NOVACAP/CENTCOOP Nº 02/2016 para repasse de verbas para a construção dos Centros de Triagem. Extrato do convênio publicado DODF no dia 14 de Setembro de 2016; e) Elaborado e firmado junto com a ADASA Termo de Referência para a contratação de consultor destinado a identificar, detalhar e dimensionar os equipamentos necessários a implantação e operação de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e da Central de Comercialização, considerando o programa de coleta seletiva do Distrito Federal; f) Elaboração de Projeto de Lei de compensação financeira aos catadores de materiais recicláveis do Aterro do Jóquei durante o período compreendido entre o início da destinação de resíduos oriundos da coleta pública do Distrito Federal ao Aterro Sanitário de Brasília, situado em Samambaia, e o pleno funcionamento dos Centros de Triagem de Resíduos – CTRs do Distrito Federal e g) Proposta de modelo de coleta seletiva a ser adotado no Distrito Federal apresentada pela SEMA. Isto posto, as atividades executadas pela SEMA apresenta desempenho satisfatório quanto à meta estipulada e possui como principal desafio a articulação interinstitucional com os demais órgãos que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1636	TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	%	8,07	31/dez/14	ANUAL	9	8,92	11	13	15	SLU / UO 22214 / OE 4
1637	TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO	%			ANUAL	80	1	100	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4
1638	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO	L/S	9.565	31/dez/14	ANUAL	9565	9606	10065	12865	12865	CAESB / UO 22202 / OE 4
1639	ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO	L.DIA/LIGAÇÃO	303	31/dez/14	ANUAL	303	376,69	300	280	250	CAESB / UO 22202 / OE 4
1640	ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	%	82,11	31/dez/14	ANUAL	82,89	85,23	83,68	84,55	85,42	CAESB / UO 22202 / OE 4
1641	TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES	%			ANUAL	-	-	10	40	100	SEMA/ UO 21101 /OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1636 - O programa de coleta seletiva está em avaliação para verificação dos locais com maior possibilidade de eficácia. Interrupção da coleta seletiva em algumas RA's prejudicou a obtenção de melhores índices.

Indicador 1637 - A previsão de início de operação do Aterro Sanitário de Brasília não ocorreu em agosto de 2016. Apenas 1% dos resíduos gerados no DF foram aterrados fora do DF.

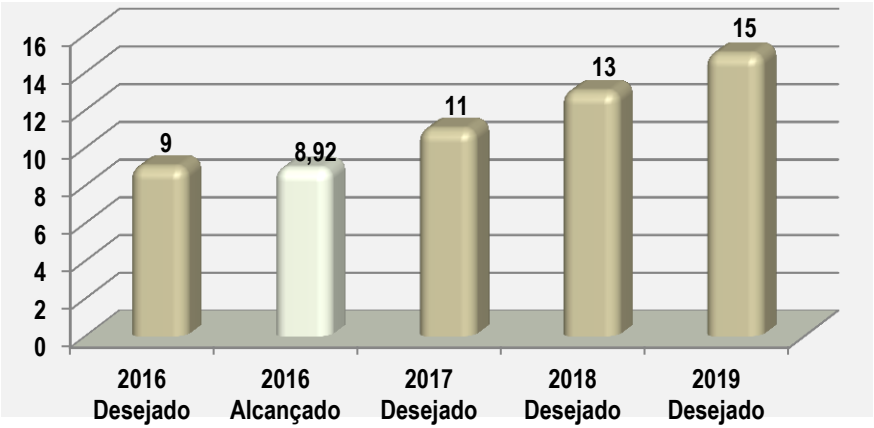
Indicador 1638 - Meta atingida. Reativação da capacidade do Crispim, acréscimo de 30 litros/segundo e operação de poço profundo em São Sebastião, acréscimo de 11 litros/segundo.

Indicado 1639 - Em setembro de 2015, a Caesb realizou revisão da metodologia de apuração do indicador Índice de Perdas por Ligação, alinhando o método de cálculo aos padrões internacionais da International Water Associaton (IWA). Essa alteração conferiu maior robustez ao método de apuração e implicou em uma adequação de toda a série histórica do indicador, inclusive do valor apurado em 2015 que, após recalculado, resultou no valor de 381 litros/ligação/dia.

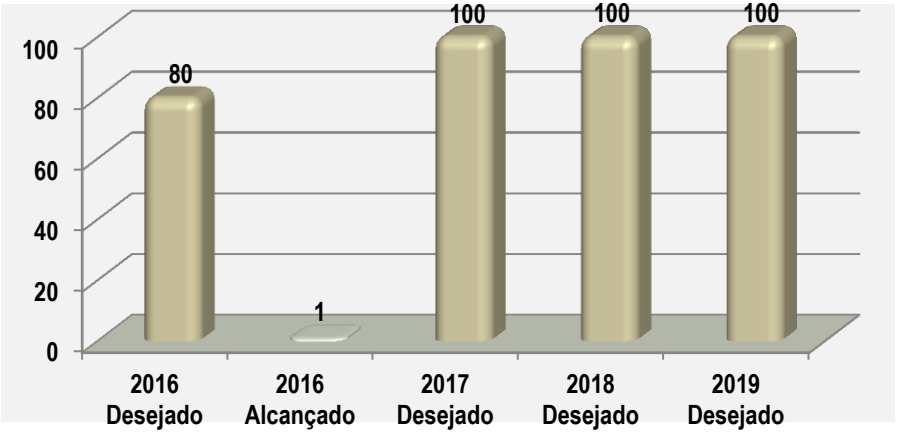
Indicador 1640 - Meta atingida. Houve incremento de 15.077 nas ligações de esgotos em Sol Nascente, Vicente Pires e outras localidades.

Indicador 1641 - Sem índice desejado para 2016.

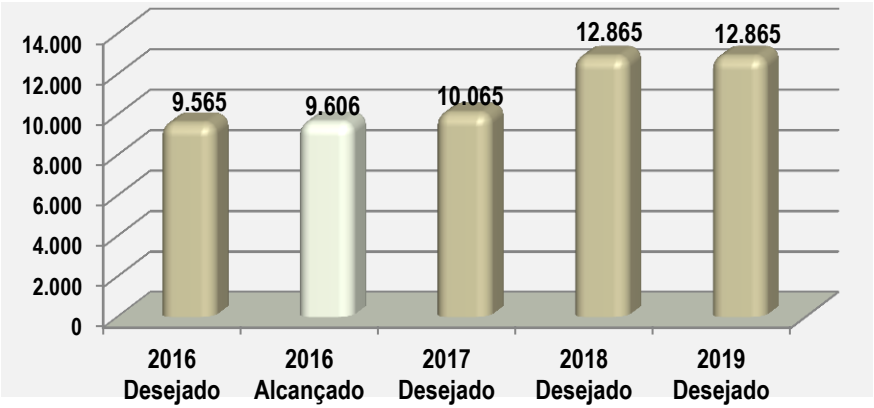
TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS



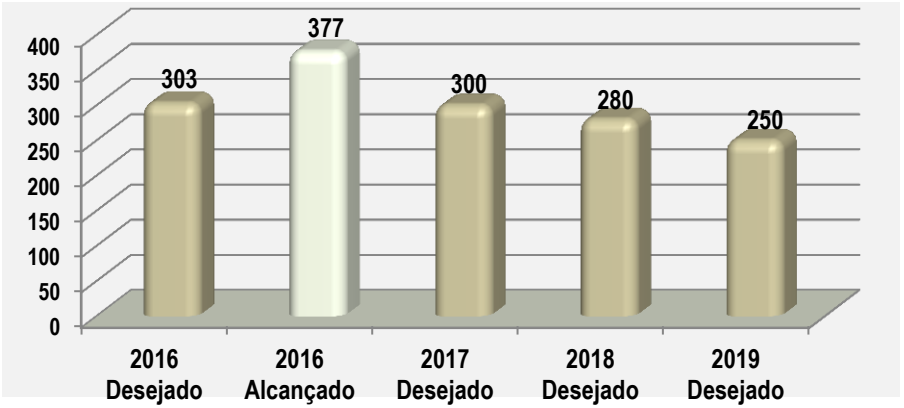
TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO



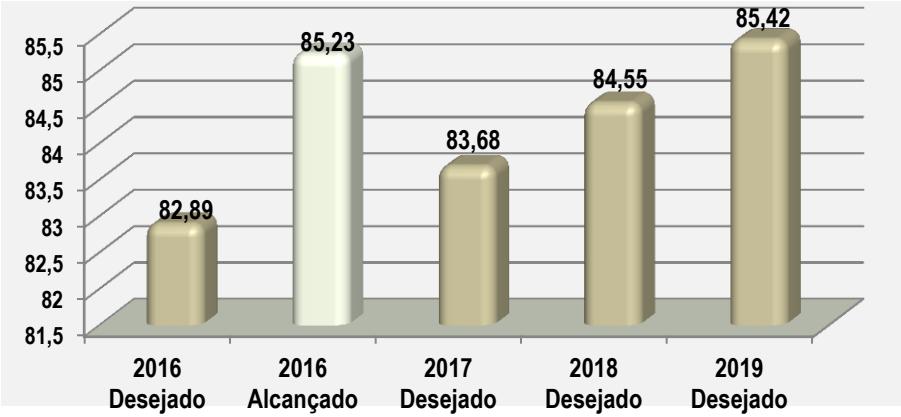
CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO



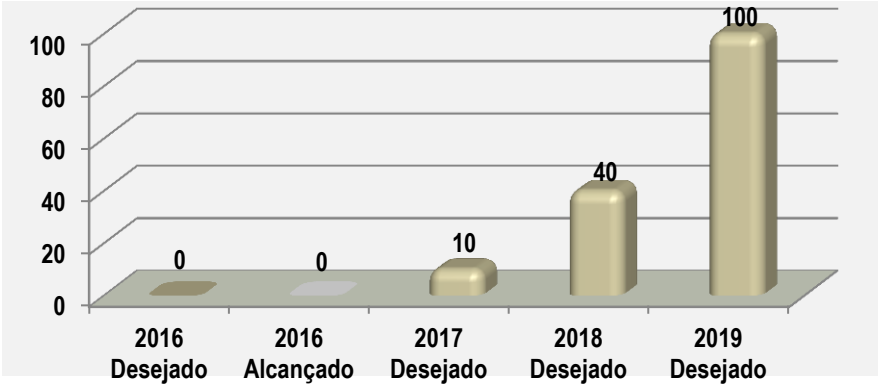
ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO



ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO



TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	1	Elaboração do Plano de Saneamento Básico Distrital ;(SINESP)	22101	15	O Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB sob elaboração pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidida pela SINESP. Também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto do Plano esteja pronto para envio à casa legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos destaca-se que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados e coleta de criticas e sugestões para refinamento do produto. Atualmente dá-se continuidade à fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão do saneamento no DF. Tais definições são importantes, para permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R$ 2.468.556,25.
6210	4	2	Regulamentação a Lei de Resíduos Sólidos; (SINESP)	22101	30	Conforme preconiza a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, n° 8.036, de 11 de maio de 1990, n° 8.666, de 21 de junho de 1993, n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n° 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, através da definição das espécies de saneamento básico e atribuição de competências, o Distrito Federal, de forma análoga, distribui a competência por gestão e regulamentação dos serviços de saneamento, cabendo à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP a gestão dos chamados serviços públicos, tais como: coleta e distribuição de água tratada, coleta, tratamento e destinação final de esgoto, manejo da águas pluviais e de forma compartilhada a gestão dos resíduos sólidos. Como são acolhidas as competências estabelecidas na esfera Federal, os procedimentos relacionados à política de resíduos sólidos são responsabilidade da SEMA, envolvendo especialmente ações relativas aos resíduos não públicos e sob logística reversa. Quanto aos resíduos públicos, provenientes da coleta e limpeza urbana o SLU, responsável pela execução do serviço, ligado à SINESP, tem normatizado procedimentos, especialmente no que se refere aos grandes geradores. Outra forma de atuação quanto à regulação da Lei de Resíduos Sólidos tem sido por meio da atuação do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos do Distrito Federal – CORC, definido na Lei n° 4.704, no qual a SINESP atua como coordenador dos trabalhos. A publicação do Decreto n° 37.782, de 18/11/2016, que define procedimentos de cadastro e licença de transportadores de RCC, foi uma das propostas apresentadas, pelo CORC/DF, e que aguarda a definição de sistema informatizado do SLU para publicação de regulamentação de procedimentos através de resolução do comitê, é importante também destacar a atuação do Conselho de Limpeza Urbana – CONLUB que tem por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com vistas ao

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados.
6210	4	3	Formulação, regulamentação e monitoramento da política de resíduos sólidos; (SEMA)	21101	15%	Como atividades realizadas pela SEMA podemos citar a participação na Comissão Técnica de Elaboração do Plano de Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; articulação de parcerias que envolvem a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no Distrito Federal, visando a implementação da Logística Reversa (Art. 33 da Lei 12.305/10), do Polo de Reciclagem do DF; Resíduos de Construção Civil; Projeto do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) voltado ao estudo da contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, do solo e do ar área do Lixão da Estrutural do DF e entorno; Coleta Seletiva Solidária; Fomento de captação de recursos junto à CEB para firmar parcerias entre CEB, UnB e SEMA de inovação tecnológica para Estudo do Potencial Energético da área do Lixão da Estrutural e participação da elaboração da minuta de Decreto para formação da Comissão Distrital de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida à Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2.
6210	4	4	Elaboração e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; (SINESP)	22101	15%	O Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS está sendo elaborado pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidido pela SINESP, também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto do Plano esteja pronto para envio a casa legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos reportamos que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados, bem como coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto, atualmente estamos na fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão dos resíduos no DF, essas definições são muito importantes, pois vão permitir uma maior eficiência na gestão integrada dos resíduos sólidos no Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente ressaltamos a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS, valor a ser destacado para o cumprimento desta meta: R$ 2.468.556,25.
6210	4	5	Redução de perdas no sistema de abastecimento de água; (CAESB)	22202	23%	Foi concluída a etapa de planejamento do Programa de Melhoria da Medição do Consumo de Água que consistiu em informatizar o processo de gestão e operação dos serviços. Também foram estabelecidos os critérios de priorização de substituição dos hidrômetros e de previsão dos resultados econômicos.
6210	4	6	Apoio à implantação de sistemas de abastecimento de água para áreas rurais do DF; (EMATER)	14203	100%	A Emater apoia as comunidades rurais que necessitam da implantação de um sistema de abastecimento de água através da mobilização da comunidade e encaminhamento do pedido através da implantação do sistema junto à Caesb, bem como estender o convite a mesma para participar de reuniões junto à comunidade.
6210	4	7	Identificação de fossas e poços de captação de águas que possam ser encerrados na área rural do DF; (EMATER)	14203	100%	A participação da Emater é de orientar o produtor rural, no intuito de substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	8	Orientação para o plantio e a escolha de espécies destinadas à recuperação de áreas degradadas;(EMATER);	14203	100%	As orientações são repassadas quando da visita à propriedade do demandante visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da Emater faz o levantamento das áreas degradadas em Área de Preservação Permanente - APPe calcula a quantidade de mudas a serem requeridas ao viveiro da Seagri.
6210	4	9	Acompanhar a evolução de áreas degradadas em recuperação; (EMATER)	14203	10	A cada seis meses técnicos da Emater visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada.
6210	4	10	Suporte à organização de catadores;(SLU)	22214	20\%	Para dialogar e auxiliar as cooperativas e associações de catadores, o SLU dispõe de uma equipe exclusiva para tratar das demandas dessas organizações. Recorrentes reuniões são realizadas utilizando painéis ilustrativos e dinâmicas em grupo para garantir uma comunicação efetiva. Foi criado em 2013 pelo GDF o Comitê Intersetorial de Inclusão Social de Catadores (CIISC/DF), onde membros do SLU também participam das negociações feitas entre o poder público e representantes dos catadores. A construção de Centros de triagem (CTR) está sendo contratada pela NOVACAP e serão inaugurados em breve para alocar diversas organizações de catadores, onde terão a oportunidade de se profissionalizarem. A construção do modelo de gestão, operação e manutenção desses CTR vem sendo discutida junto aos catadores para garantir uma melhor eficiência e produtividade nos empreendimentos. O SLU firmou contrato com 4 organizações de catadores para a prestação do serviço de coleta seletiva em 5 Regiões Administrativas e pretende ampliar para o total de 10 contratos. A triagem de materiais recicláveis passará a ser remunerada por meio de contratação do SLU de acordo com a quantidade comercializada de materiais recicláveis.
6210	4	11	Reavaliação do programa de coleta seletiva. (SLU)	22214	50%	O Programa de Coleta Seletiva se encontra em reformulação, tendo como embasamento produtos de consultores contratados pela ADASA, inovações tecnológicas e sistematização de informações. Os novos contratos prevêem a ampliação do serviço de coleta seletiva para todas as RA do DF até o final do ano de 2017, podendo ser atendida pelo sistema porta a porta ou ponto a ponto. O modelo atual contempla a prestação de serviço feita parte por empresa privada e parte por organizações de catadores de materiais recicláveis.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

CAESB

O Programa de Redução e Controle de Perdas da Caesb consiste em um programa com diversas ações previstas para melhoria da medição de consumo, modernização da micromedição e macromedição, melhorias no cadastro das redes de água, serviços de telemetria e controle, setorização e substituição de redes, controle ativo de vazamentos e desenvolvimento de sistema de TI para acompanhamento e controle de indicadores de perdas. Em 2016, os principais projetos desenvolvidos foram:

- Aquisição e substituição de 68 mil hidrômetros em diversas localidades do distrito Federal;
- Construção do Laboratório de Monitoramento da Estação de Tratamento de Água de Brasília;

- Modernização da micromedição com a aquisição de equipamentos.

SEMA

Na interface deste objetivo específico, à SEMA também compete formular, regulamentar e harmonizar as Políticas de Meio Ambiente do Distrito Federal com as Políticas Nacionais do Meio Ambiente, relacionadas a Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental, Saúde e Vigilância em Saneamento Ambiental e de Educação Ambiental; identificar, fomentar, articular e formalizar parcerias junto a setores governamentais distritais e federais, instituições de pesquisa e da sociedade civil organizada, voltados à política de resíduos sólidos e saneamento ambiental; formular políticas e programas voltados à geração de oportunidades para a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Portanto, todas as ações e atividades realizadas pela SEMA no âmbito do Saneamento Ambiental, em especial, aos resíduos sólidos, são consideradas significativas e de impacto positivo para o alcance do objetivo específico exposto e estão consoante a uma política de inserção ambiental, cultural, econômica e social.

EMATER-DF

A atuação da Emater em três projetos estratégicos para recuperação de área degradada, o Produtor de Água na Bacia do Pipiripau, o Projeto Descoberto-Coberto na Bacia do Descoberto e o Reflorestar em todo o DF, visa garantir a assistência técnica adequada aos agricultores e em todos os projetos mencionados, a participação é voluntária. As mudas são fornecidas pelo Viveiro da Seagri, que tem uma produção de aproximadamente 150 mil mudas por ano o que equivale na recuperação de 90ha por ano. Geralmente há uma perda de 10% de mudas em cada plantio, devido a doenças e ataques de formigas. Os técnicos da Emater expedem recomendações técnicas, solicitando o espaçamento das covas, adubação, coroamento, estaquiamento, controle de formiga e aceiro para queimada.

Após o plantio, há acompanhamento da evolução da área em recuperação para levantar substituição ou replantio de mudas, controle de pragas e doenças e a manutenção do produtor rural das mudas plantadas.

Como o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes na promoção da saúde, realizamos o trabalho educativo através de atendimentos, palestras, mutirões, capacitações, reuniões técnicas, dias especiais e outras metodologias, em que a Emater orienta o público rural sobre sistemas de saneamento (fossa séptica, ecológica); importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos; limpeza dos arredores de casas e propriedades; pragas domésticas; destino do lixo; limpeza de caixa d'água; proteção de cisternas; tratamento de água.

Em 2016, foram realizados 4 mutirões de limpeza em comunidades rurais, curso de capacitação em saneamento (água e esgoto) para técnicos e análises de água para consumo humano, em parceria com o Dipova/Seagri.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	5	1	Estabelecer um plano de recuperação da cobertura florestal no bioma Cerrado no Distrito Federal; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6210	5	3	Implantar o projeto "Recupera Cerrado", com a consolidação da Aliança Cerrado; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6210	5	4	Implantar o projeto "Cerratenses: preservação e conservação dos recursos naturais do bioma cerrado";(SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6210	5	5	Criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20%	
6210	5	6	Ampliar as ações de gestão e conservação da água e do solo baseadas em Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA; (ADASA)	21206	100	%	MAIOR, MELHOR	32	-	-	-	32	
6210	5	7	Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural; (SEAGRI)	14101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	
6210	5	8	Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)	14101	500	HA	MAIOR, MELHOR	98	-	-	-	98	
6210	5	9	Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais; (EMATER)	14203	550	HA	MAIOR, MELHOR	168	-	-	-	168	
6210	5	11	Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas; (EMATER)	14203	600	UNID	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	
6210	5	12	Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			Licenciamento; (EMATER)										
6210	5	13	Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);	14203	3.150	UNID	MAIOR, MELHOR	1104	-	-	-	1104	
6210	5	14	Recuperar 50% das áreas degradadas do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica; (JBB)	21106	50	%	MAIOR, MELHOR	35	-	-	-	35	
6210	5	15	Produzir 350.000 mudas de espécies nativas do Cerrado; (JBB)	21106	350.000	UNID	MAIOR, MELHOR	10.000	-	-	-	10.000	
6210	5	16	Reduzir em 50% os incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB; (JBB)	21106	50	%	MENOR, MELHOR	2	-	-	-	2	
6210	5	17	Implantar a infraestrutura da biblioteca digital e Herbário Virtual do JBB; (JBB)	21106	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	
6210	5	18	Recuperar 80% do cercamento do perímetro do JBB e de EEJBB; (JBB)	21106	80	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	
6210	5	19	100% do Centro de Excelência do Cerrado equipado e em operação; (JBB)	21106	100	%	MAIOR, MELHOR	70	-	-	-	70	
6210	5	20	Elaborar mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (IBRAM);	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6210	5	21	Elaborar Planos Integrados de Combate a Incêndios Florestais para todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	76	-	-	-	76	
6210	5	22	Elaborar Mapa de Risco associado a atividades licenciáveis no DF; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	
6210	5	23	Ampliar o diagnóstico das áreas erodidas nas Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM para 100% das áreas; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	39	-	-	-	39	
6210	5	24	Cadastrar no Cadastro Ambiental Rural – CAR, 90% da malha cadastrável, até o final de 2017; (IBRAM)	21208	90	%	MAIOR, MELHOR	77	-	-	-	77	
6210	5	25	Validar 50% dos imóveis cadastrados no CAR até o final de 2019; (IBRAM)	21208	50	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6210	5	26	Elaborar e publicar 10 planos de manejo de Unidades de Conservação até 2019; (IBRAM)	21208	10	UNID	MAIOR, MELHOR	4 UNID	-	-	-	4 UNID	
6210	5	27	Implementar o Banco de Dados Geoespaciais do IBRAM até 2019; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	28	-	-	-	28	
6210	5	28	Atualizar o acervo bibliográfico e o acervo de normas técnicas da Biblioteca do Cerrado; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6210	5	29	Ampliar em 3.000 unidades o acervo digital de Estudos Ambientais e	21208	3.000	UNID	MAIOR,		-	-	-		

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			de Publicações Institucionais. (IBRAM)				MELHOR	10				10	

Análise Qualitativa

1. Estabelecer um plano de recuperação da cobertura florestal no bioma Cerrado no Distrito Federal; (SEMA)

- Coordenação dos trabalhos da Comissão de Coordenação do CAR – (SEMA/SEAGRI/IBRAM), com prioridades e metas acordadas com Gabinete Sema, IBRAM, SEAGRI E EMATER-DF.
- Regulamentação da implementação do CAR no Distrito Federal.

As atividades elencadas no Plano de Trabalho do Convênio 001/2016 realizadas em 2016 foram consideradas satisfatórias pelos executores do convênio.

Temos sido questionados pelos produtores rurais sobre a possibilidade de flexibilizar ainda mais as exigências previstas na legislação sobre o licenciamento de atividades rurais, pré-requisito na aprovação de solicitações de financiamento com recursos do Pró-Rural, no caso de atividades que trabalhem com irrigação. Os produtores querem que seja exigido apenas o protocolo de pedidos de licenciamento no IBRAM. A AJL/Sema é contra essa flexibilização e a área técnica do licenciamento do IBRAM também. A matéria ainda não foi examinada no Conselho.

3. Implantar o projeto "Recupera Cerrado", com a consolidação da Aliança Cerrado; (SEMA)

Coordenação e desenvolvimento da "Aliança Cerrado", em articulação com o Cerratenses, com o desenvolvimento de diversos grupos de trabalho, visando estabelecer, em conjunto com as instituições de governo e sociedade envolvidas, as estratégias e ações para conservação e recuperação do Cerrado do Distrito Federal, com produção de mapas, minutas de legislação e de um Plano com metas de recuperação do Bioma no DF.

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do Programa-piloto "Recupera Cerrado", instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da SEMA, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro.

4. Implantar o projeto "Cerratenses: preservação e conservação dos recursos naturais do bioma cerrado";(SEMA)

Apoio no processo de implantação do Centro de Excelência do Cerrado – Cerratenses, sob responsabilidade do Jardim Botânico de Brasília, como espaço para mobilização de ações de governo e sociedade para conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos do Bioma.

Realização de diversas reuniões e atividades para andamento do Programa.

5. Criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques; (IBRAM)

Durante o ano de 2016 foi desobstruída parte das áreas dos Parques Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul e Ecológico Península Sul, com posterior recuperação do cerrado e realização de reformas e ampliação da pista de caminhada e ciclovia, além de melhorias paisagísticas com o plantio de árvores nativas do cerrado.

6. Ampliar as ações de gestão e conservação da água e do solo baseadas em Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA; (ADASA)

Com o objetivo de possibilitar o atendimento satisfatório aos usos múltiplos, resguardar a vazão mínima remanescente e melhorar a qualidade da água do ribeirão Pipiripau, encontra-se em execução o Projeto Pipiripau – Produtor de Água, que reúne 18 parceiros, de várias institucionalidades, colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Este Projeto, cuja adesão é de caráter voluntário, promove uma condição inovadora à medida que se aposta na inversão da lógica em relação à conservação ambiental. Em suma, impera o sistema do poluidor-pagador, onde alguém que provoque danos ambientais é compelido a pagar por sua ação, enquanto que nesta nova visão, os produtores são convencidos a cuidar do meio ambiente e recebem por isso, constituindo-se assim a lógica do provedor-recebedor.

A meta até 2019 será atingir 60% das propriedades da Bacia do Pipiripau, ou seja, 354 propriedades de um total de 591.

Em 2016, as ações de gestão de conservação da água e do solo atingiram 113 propriedades, o que representa que 32% da meta proposta foi alcançada.

Para 2017, a meta é alcançar 150 propriedades – 42%; para 2018, 250 propriedades – 71%; em 2019, espera-se alcançar com as ações o total de 354 propriedades da Bacia.

O Projeto foca suas ações na melhoria da saúde da bacia, provendo maior qualidade e quantidade de água, agindo assim efetivamente na Gestão dos Recursos hídricos.

7. Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural; (SEAGRI)

No exercício de 2016 a SEAGRI alcançou 25% da meta estabelecida no PPA 2016-2019, foram: Criadas 02 Unidades Hidrográficas (UH) Manejo e conservação da água em áreas de produção rural; Dentro da ação de ampliar o número e adequar os reservatórios de água para agricultores, foram construídos 02 novos reservatórios na BR 251 km 05 – AgroBrasília – Rod. Júlio Garcia; 01 reparo no reservatório na DF 250 km 7,5 Chácara R em Paranoá; 01 novo reservatório na DF 250 km 8,5 – Chácara Canaã nº7; 01 novo reservatório no Assentamento Pequeno Willian em Planaltina; 01 novo reservatório no Núcleo Rural Fazenda Larga em Planaltina e 01 reparo no reservatório do Assentamento Nova Vitória em São Sebastião, assim sendo atendidos dentro demanda ocorrida em 2016.

A SEAGRI entregou, por meio de transferência de patrimônio, equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais de São Sebastião e de Brazlândia para atendimento de serviços diversos a produtores rurais do Distrito Federal, sendo para:

- A.R. de São Sebastião: 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Trator Agrícola; 1 Roçadeira Hidráulica; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Pá Carregadeira; 1 Perfurador de Solo; 2 Carretas Agrícolas; 1 Plantadeira Semeadora e Adubadora; 2 Roçadeira Hidráulica; 2 Sulcador de Linha; 2 Cultivador; e 1 Rolo Compactador de pé de carneiro duplo.
- A.R. de Brazlândia: 1 Roçadeira Hidráulica; 2 Pá Carregadeira; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Carreta Tanque; 2 Motoniveladora; 1 Perfurador de Solo; 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Colhedora de Forragens; 1 Sulcador de Linha; 2 Plantadeira Adubadeira; e 1 Distribuidora de Corretivo e Fertilizante.

A realização de serviços de levantamento de terraços alcançou 3.800 metros lineares, atendendo todas as demandas solicitadas, sendo: Núcleo Rural Rodeador – Brazlândia 1.800 metros lineares e Núcleo Rural Pipiripau 2.000 metros lineares. Foram executados serviços de preparo de solos (por demanda): 40 hectares de aração; 569,2 hectares de gradagem; 04 hectares de sulcagem; 50,2 metros quadrados de mistura de matéria orgânica em canteiros; 31 unidades de destoca; 03 hectares de construção de canteiros; 90 toneladas de distribuição de adubo; 04 hectares de sulcagem; 04 hectares de abertura de covas e também 90 covas individuais.

8. Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)

No exercício de 2016 a SEAGRI realizou a revegetação de 98 hectares, baseada na disponibilidade de mudas produzidas e condições ambientais de pluviosidade (chuvas).

9. Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais; (EMATER)

A recuperação de Área de Preservação Permanente- APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações imposta pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural.

11. Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas; (EMATER)

O Plano de Utilização é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da Terracap que são administradas pela Seagri. O Plano de Utilização comprova o uso do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de praticas conservacionista para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é uma solicitação junto a Seagri, no sentido de iniciar o processo de regularização pelo atual posseiro em terras públicas, que é feito pelos técnicos da Emater. O pedido é voluntário e a Emater faz os requerimentos, conforme demanda, após o mesmo ser aprovado pela Seagri.

12. Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento; (EMATER)

Os processos de licenciamento ambiental: Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA e autorização são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental faz-se um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e é realizado um projeto de controle ambiental com práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

13. Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimento de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR, mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura – Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

14. Recuperar 50% das áreas degradadas do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica; (JBB)

Foram recuperados, inicialmente 10 hectares de áreas degradadas com o plantio de aproximadamente 40 mil mudas de árvores nativas do bioma Cerrado na área de antiga exploração de cascalho na EEJBB que se encontrava invadida e colonizada por gramíneas exóticas e indesejáveis, sendo finalizada a recuperação de 20 hectares com o plantio de mais 90 mil mudas de árvores, originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

15. Produzir 350.000 mudas de espécies nativas do Cerrado; (JBB)

Em 2016, o viveiro do JBB inovou na produção de Ninfeias e outras plantas aquáticas. Além destas, foram produzidas aproximadamente 10.000 mudas de árvores nativas do Cerrado, as quais estão sendo plantadas no projeto Orla do Lago e na recuperação de áreas degradadas do JBB e da EEJBB. Foram realizadas ainda coletas de sementes de 48 espécies nativas do Cerrado beneficiadas e armazenadas estando prontas para a semeadura, bem como, pesquisas nas áreas de germinação de sementes e de produção de mudas de espécies da flora do Cerrado de diversas famílias. Para o ano de 2017 está prevista a assinatura de convênio com a Terracap, que irá viabilizar a produção de mudas nativas do cerrado.

16. Reduzir em 50% os incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB; (JBB)

A meta foi superada. A incidência de incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB nos últimos dois anos caiu a praticamente zero. Houve apenas um incêndio em 2015 e outro em 2016, na mesma área limítrofe com as casas da SHIS QI 19. Esta significativa melhora na prevenção aos incêndios florestais foi possível com o apoio da Terracap e da Secretaria de Agricultura - SEAGRI, que disponibilizaram equipamentos e mão-de-obra para abrir os aceiros e melhorar as vias internas de forma a facilitar o tráfego de veículos de combate a incêndios e de fiscalização. Foram realizadas campanhas educativas para sensibilizar os vizinhos das Unidades de Conservação do mosaico para os riscos, causas, consequências dos incêndios florestais antrópicos em área de Cerrado e a divulgação da Lei que proíbe a queima de lixo no DF, visando à redução das áreas queimadas, de gastos públicos no combate aos incêndios e a preservação ambiental do bioma. O aplicativo DF100Fogo foi aperfeiçoado introduzindo novas funções. A nova versão está disponível na Google Store, sendo o up load gratuito para celulares do sistema Android.O Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal se comprometeu a montar uma sala de emergência para recebimento de notificações de incêndios, continuamente. Está sendo discutida a logística para que esse serviço seja montado até o inicio da estação seca de 2017.

17. Implantar a infraestrutura da biblioteca digital e Herbário Virtual do JBB; (JBB)

A biblioteca digital está em funcionamento e vem sendo alimentada pela equipe do JBB. Ainda existem algumas falhas na Plataforma DSpace, que estão sendo sanadas pela equipe do IBICT, com apoio técnico do Núcleo de informática do JBB. Estão em fase de aquisição os equipamentos necessários para obtenção da autonomia completa da base de dados que permanece hospedada no IBICT. No que se refere ao Herbário Virtual foi adquirido a título de empréstimo, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma estação fotográfica a fim de digitalizar todas as exsicatas existentes, inserir no sistema com código de barras. Em três meses foram fotografas 4060 exsicatas o que corresponde a 13% da meta. Logo que este trabalho estiver encerrado, as imagens serão transferidas para o Herbário Virtual do JBB.

A Fundação Flora tem apoiado os herbários brasileiros para a digitalização de seus acervos, no âmbito da segunda fase do projeto Herbário Virtual Reflora, iniciativa da qual participam mais de 60 herbários brasileiros e cerca de 10 herbários estrangeiros. As imagens digitalizadas estão sendo disponibilizadas no site: http://www.herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublico HVUC. Tornando essa informação acessível a taxonomistas do mundo todo interessados na flora brasileira.

18. Recuperar 80% do cercamento do perímetro do JBB e de EEJBB; (JBB)

A meta proposta não foi atingida no ano de 2016 devido à dificuldade para a aquisição do material necessário e à ação constante de vândalos. Até o momento foram adquiridos apenas arame e esticadores e a licitação para compra dos mourões de concreto está em andamento na Central de Compras. Dessa forma, estão sendo realizados contínuos reparos na cerca, com fechamento das áreas consideradas mais críticas, a fim de evitar a entrada de invasores e pessoas não autorizadas.

19. 100% do Centro de Excelência do Cerrado equipado e em operação; (JBB)

O Centro de Excelência do Cerrado, em um ano de funcionamento, vem alcançando os objetivos propostos de promover a integração de instituições para a construção de políticas ambientais, atividades e pesquisas voltadas para conservação, recuperação e uso sustentável do Cerrado, com a criação do Fórum Aliança Cerrado, formado por mais de 55 instituições. As exposições, a gastronomia, a poesia e as apresentações musicais apresentaram ao público a proposta de valorização do Cerrado e sua conservação.

20. Elaborar mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM;

No ano de 2016, foram mapeados 100 % dos parques e unidades de conservação onde ocorreram incêndios florestais. Adicionalmente ao que foi estabelecido pela meta foi realizado o estudo de reincidências, sendo desenvolvidos mapas de reincidência para 10 unidades de conservação e mapas de vulnerabilidade para outras 05 unidades de conservação.

21. Elaborar Planos Integrados de Combate a Incêndios Florestais para todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM;

Do total de 95 parques e unidades de conservação geridas pelo Instituto, após análise de suas características como infraestrutura física, cercamento, acesso e sede, foram elencados 38 unidades de conservação, sendo possível realizar esse trabalho em 29 delas. Para a realização desse trabalho nas demais unidades, melhorias de gestão na unidade e na estrutura física são necessários, visto que esses atributos fazem parte do Plano Integrado. Considerando o universo de 38 unidades e que foram feitos 29 planos, tem-se que 76,31 % estão concluídos.

22. Elaborar Mapa de Risco associado a atividades licenciáveis no DF; (IBRAM)

Este trabalho está sendo desenvolvido no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico, com a participação do IBRAM nos trabalhos coordenados pela SEMA. Pretende-se extrair do ZEE dois instrumentos para o licenciamento ambiental: os mapas de riscos e a matriz multicritério, que deve ser utilizada no enquadramento das atividades licenciadas Este trabalho somente será finalizado após publicação da Lei do ZEE e regulamentação de seus instrumentos.

23. Ampliar o diagnóstico das áreas erodidas nas Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM para 100% das áreas;

Para esta meta foi feito um recorte das UCs administradas pela IBRAM considerando uma série de critérios, como tamanho das áreas e dificuldades de acesso para realização de vistorias, chegando a total de 38 Unidades de Conservação passíveis de vistoria, sendo este o universo considerado para o cumprimento integral da meta. Assim, em 2016 foi cumprido 39% da meta o que equivale a 15 parques administrados pelo IBRAM. Para 2017 a expectativa é ampliar esse diagnóstico com a utilização de técnicas de geoprocessamento e análise de imagens de sensoriamento remoto.

24. Cadastrar no Cadastro Ambiental Rural – CAR, 90% da malha cadastrável, até o final de 2017; (IBRAM)

Conforme Boletim Informativo (dez 2016) emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, o Distrito Federal já possui 70% da sua malha prevista cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. A entrada no sistema ocorre por iniciativa própria dos detentores de imóveis rurais ou através do apoio técnico oferecido pelo IBRAM e EMATER/DF, destacando que a EMATER/DF tem o apoio do Fundo Único do Meio Ambiente – FUNAM, através do Programa de assistência à inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais no Distrito Federal, que prevê o atendimento a todos os pequenos imóveis rurais no Distrito Federal, atendendo a previsão do Capítulo XII da Lei 12.651/2012 e Art. 8º do Decreto 7.830/2012.

Coordenação dos trabalhos da Comissão de Coordenação do CAR – (Sema/Seagri/Ibram), com prioridades e metas acordadas com Gabinete Sema, Ibram, Seagri e Emater-DF.

Regulamentação da implementação do CAR no Distrito Federal, com proposição do Programa de Regularização Ambiental – PRA/DF (Dec. 37.931, de 30/12/16).

Contratação de consultoria junto ao MMA/GIZ, para desenvolvimento dos instrumentos econômicos previstos no PRA/DF.

25. Validar 50% dos imóveis cadastrados no CAR até o final de 2019; (IBRAM)

Baseado em Acordo de Cooperação Técnica – ACT assinado em 2013, o Distrito Federal é uma das unidades da federação que utilizam dos recursos tecnológicos e seguem o cronograma adotada pelo Governo Federal, através do Serviço Florestal Brasileiro – SFB para a implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Neste ponto, em 2016 a

equipe da Gerência de Cadastro Ambiental Rural – GECAR foi treinada pelo SFB para utilização do Módulo de Análise do SICAR, meio em que os cadastros serão validados, contudo, a ferramenta não foi lançada para utilização oficial, não permitindo ainda o início das análises que tem previsão para 2017.

26. Elaborar e publicar 10 planos de manejo de Unidades de Conservação até 2019; (IBRAM)

Contratação da elaboração do plano de manejo do Refúgio de Vida Silvestre mata Seca. Elaboração do Plano de Manejo do Parque Ecológico Bernardo Sayão, Monumento Natural do Morro da Pedreira e Reserva Biológica do Guará. Para o ano de 2017 teremos a contratação do Plano de manejo do Parque Ecológico Burle Marx, Parque Ecológico Península Sul, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural, Parque Distrital Salto do Tororó, Monumento Natural Dom Bosco (ARIE Dom Bosco e Parque Ecológico Dom Bosco), Refúgio de Vida Silvestre Gatumé, Parque Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama e Parque Ecológico Cortado. Além do Diagnóstico ambiental dos Parques de Sobradinho. Em 2017 está prevista a publicação dos seguintes planos de manejo: ARIE Cruls, ARIE Bananal, Parque Vila Estrutural e ARIE Estrutural.

27. Implementar o Banco de Dados Geoespaciais do IBRAM até 2019; (IBRAM)

Esta meta (100%) foi subdividida em 4 etapas: 1. Instalação de banco de dados em servidores – que corresponde a 20% da meta; 2. Inserção de tabelas com dados espaciais – corresponde a 40% da meta; 3. Elaboração de formulários para entrada de dados – correspondendo a 30% da meta e 4. Capacitação interna para utilização do banco de dados – 10% da meta. Destas etapas a primeira foi completamente alcançada em 2016. Em relação às demais foram parcialmente alcançadas e seus resultados somados correspondem a aproximadamente 8% do total. Assim, em relação a esta meta o IBRAM avançou 28%. As ações desenvolvidas para o alcance do percentual informado foram: instalação em ambiente GDFNET, INTERNET e INTRANET bancos de dados espaciais POSTGRESQL+POSTGIS para inclusão de dados especializados do IBRAM. Atualmente o banco BDGEINF que foi apelidado de Carcará e está instalado no servidor 10.233.36.10 na SUTIC e conta com 101 tabelas espaciais que podem ser consultadas por todos os servidores do IBRAM pelo software Qgis com acesso por login e senha. Além disso, foram desenvolvidos formulários eletrônicos para a inclusão de dados espaciais sobre Poluição Sonora e Postos de Gasolina, bem como a capacitação dos servidores envolvidos. As perspectivas para 2017 são a unificação da validação de usuário por login e senha compatível com o login e senha da rede intranet e incorporação de dados da fiscalização e licenciamento.

28. Atualizar o acervo bibliográfico e o acervo de normas técnicas da Biblioteca do Cerrado; (IBRAM)

Durante o ano de 2016, foram feitas correções da base de dados do acervo técnico, recebidas e registradas doações de dezenas de títulos, e selecionadas e descartadas obras bibliográficas. Além disso, houve a celebração de um novo contrato de manutenção e suporte do software de gestão de bibliotecas. Apesar das ações realizadas, isto não implicou numa atualização do acervo bibliográfico e das normas técnicas, portanto, não houve avanço em relação à meta estabelecida.

29. Ampliar em 3.000 unidades o acervo digital de Estudos Ambientais e de Publicações Institucionais. (IBRAM) SUPEM – NUATE

Para a ampliação do acervo digital e conseqüente extensão do universo de informações disponíveis no âmbito de todo o IBRAM, definiu-se que o passivo de Estudos Ambientais e Publicações Institucionais (Coleção da Memória Ambiental) serão digitalizados. Os trabalhos foram iniciados em 2016 e, para potencializar esta ação, foi elaborado um projeto básico com vistas à aquisição de scanners em 2017. A viabilização desta aquisição possibilitará maior eficiência na consecução da meta estabelecida.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade deMedida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1642	TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO	%			ANUAL	30	35	40	50	60	JBB / UO 21106 / OE 5
1643	TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO	%	10	31/dez/14	ANUAL	8	2	6	4	2	JBB / UO 21106 / OE 5
1644	TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	%	16,93	31/dez/14	ANUAL	15,2	11,28	14,4	13,5	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5
1645	RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	HA	20	31/dez/14	ANUAL	105	99	120	150	185	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5)

Justificativas 2016

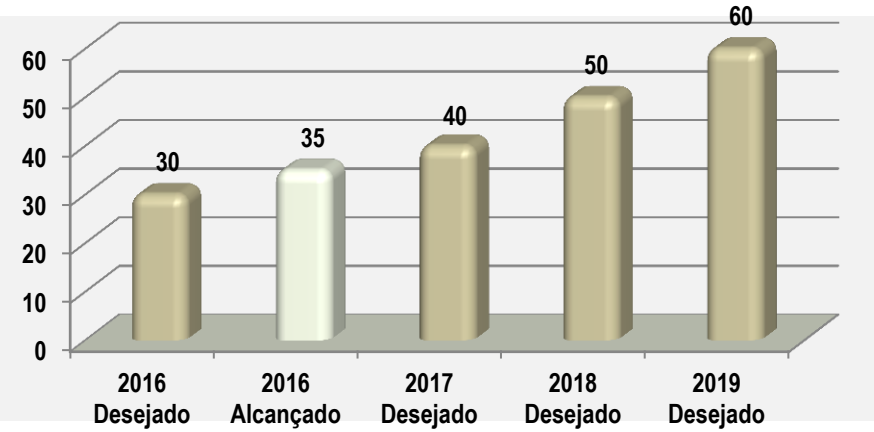
Indicador 1642 - A meta foi superada com o plantio de 40 mil mudas de árvores nativas do cerrado na antiga cascalheira da EEJBB e ainda o plantio de mais 90 mil mudas de árvores originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

Indicador 1643 - A meta foi superada (quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do indicador) com o apoio de diferentes instituições e órgãos parceiros, que disponibilizaram máquinas, equipamentos e mão de obra para a realização de aceiros e melhorias do acesso nas vias internas do JBB facilitando o trafego de veículos para o combate e prevenção de incêndio florestal no Jardim Botânico de Brasília, com o uso de aplicativo DF100FOGO e ainda por meio de campanhas educativas junto à comunidade.

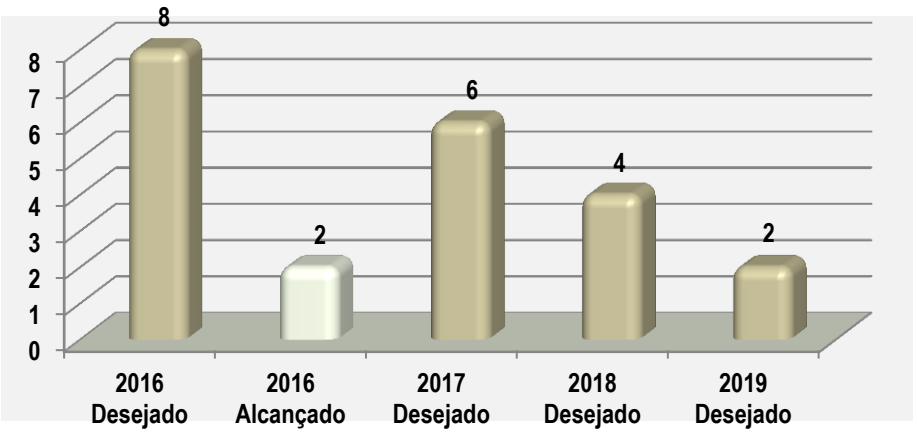
Indicador 1644 - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na Novacap e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.

Indicador 1645 - Em 2016 foram alcançados 99 hectares de área de recuperação de APP e reserva legal correspondendo a 95% do índice desejado. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 5% restantes para o alcance do índice.

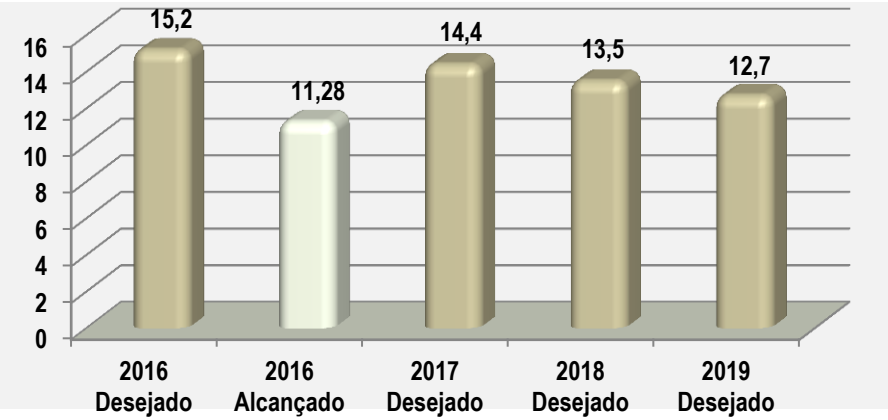
TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO



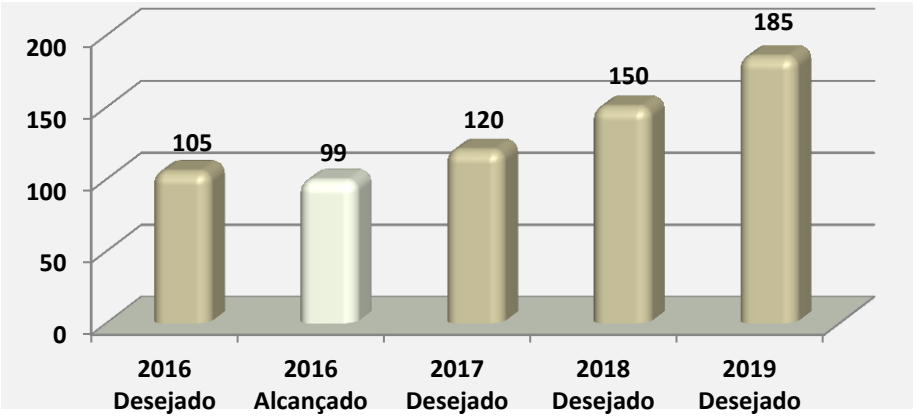
TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO



TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA



RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	5	1	Implementação dos Conselhos consultivos dos parques, com participação de governo e sociedade, de acordo com a estratégia de mosaicos de áreas protegidas; (SEMA/IBRAM)	21101	20%(SEMA) 0%(IBRAM)	**SEMA:** Dois conselhos encontram-se em pleno funcionamento (ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx). Outros dois estão com as minutas de decretos prontas para assinatura do Governador (recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado e criação do conselho gestor consultivo da ARIE JK). Estão em andamento dois GTs criados para implementar conselhos consultivos, atendendo á solicitações da sociedade organizada (Parque das Esculturas, na região do Altiplano Leste e Parques do Gama, que direciona para a criação de um conselho gestor consultivo de um futuro mosaico dos três parques existentes na região do Gama). Há também a possibilidade de formação de mais um GT, que abrange as unidades de conservação existentes na bacia do ribeirão Sobradinho. **IBRAM:**Foram realizadas reuniões com a SEMA, objetivando ações que contemple o mosaico de áreas protegidas. As tratativas foram parcialmente suspensas, em função de alterações na estrutura da SEMA e retomadas no início de 2017.
6210	5	2	Implementação de novos modelos de gestão das Unidades de Conservação; (IBRAM)	21208	10%	Foram iniciadas as tratativas com a Administração Regional do Sudoeste para a gestão compartilhada do Parque Urbano Bosque do Sudoeste, com o envio de Acordo de Cooperação Técnica para a análise da Procuradoria Jurídica do IBRAM. Além disso, encontra-se em andamento uma negociação junto ao SEBRAE para celebração de uma parceria, com o objetivo de criação de um modelo de sustentabilidade financeira para os parques. A expectativa é que em 2017 o acordo seja formalizado e um piloto seja implantado em um dos parques administrados pelo IBRAM.
6210	5	3	Regulamentação de métodos, padrões e mecanismos para financiar a recuperação do cerrado; (SEMA/IBRAM)	21101	20%(IBRAM) 20%(IBRAM)	**SEMA:** Criou-se o Programa Recupera Cerrado (Dec. 37.646, de 20 de setembro de 2016), com o objetivo de permitir que as instituições devedoras de compensação florestal, no valor equivalente aos 50% de plantio obrigatórios, depositassem esse valor em um fundo destinado a financiar editais de contratação de projetos de recuperação da vegetação do DF em bacias prioritárias. Com esse decreto, abriu-se também para a utilização de diversas técnicas de recuperação já utilizadas em todo o Brasil, permitindo que a(s) técnicas que mais se adaptassem à área a ser recuperada fossem utilizadas. Este programa está em fase de assinatura do acordo de cooperação técnica entre as instituições envolvidas (Sema, Ibram, SFB e Fundação Banco do Brasil), que permitirá o lançamento do primeiro edital (já pronto), com recursos da Terracap, provenientes de parte de seu passivo de recuperação ambiental. Paralelamente, o Plano Recupera Cerrado desenvolveu um capítulo de instrumentos econômicos, onde se estudam novos mecanismos de financiamento. **IBRAM:**Publicação do Decreto 37.646/16 e do Decreto 37.931/16.
6210	5	4	Implementação de Conselhos de Unidades de Conservação; (IBRAM)	21208	20%	Foram criados os conselhos gestores da ARIE da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx.
6210	5	5	Transformação da natureza jurídica do Jardim Botânico de Brasília em fundação pública; (JBB)	21106	40%	Processo em tramitação entre órgãos do GDF, para análise e manifestações técnicas sobre o pleito apresentado.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	5	6	Orientação aos ocupantes de terras públicas rurais quanto aos procedimentos necessários à regularização fundiária; (EMATER)	14203	100%	As orientações aos atuais ocupantes de terras públicas sobre os procedimentos necessários para a regularização fundiária acontecem por demanda. Aqueles que não providenciaram o pedido de requerimento e elaboração de P.U. estão sendo notificados pela SEAGRI.
6210	5	7	Elaboração de estudos ambientais específicos para os diferentes processos de licenciamento de atividades agrosilvipastoris, de agroindústrias, de ecoturismo e de turismo rural (EMATER);	14203	100%	A implementação dos processos de licenciamento ambiental épor demanda. Os estudos ambientais realizados são feitos em visita ao imóvel rural, relatório de impactos ambientais e projeto de controle ambiental. A proposta de regularidade ambiental obriga que o imóvel rural seja adequado, conforme legislação ambiental vigente.
6210	5	8	Revisão e Regulamentação da Legislação Ambiental Distrital aplicada à Conservação do Cerrado e Biodiversidade (IBRAM)	21208	20%	Durante o ano de 2016 foram publicados o Decreto 37.646/16, que criou o Programa Recupera Cerrado e o Decreto 37.931/16, que regulamentou, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelecendo regras complementares para o funcionamento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - PRA/DF

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

JARDIM BOTÂNICO

Em 2016 foi realizado no Jardim Botânico de Brasília o Fórum Aliança Cerrado, que teve como prioridade a elaboração do Plano de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal, definindo mecanismos legais das áreas prioritárias de recomposição florestal, bem como metas de reflorestamento para os próximos anos, valorização cultural do Cerrado e melhoria da pesquisa e gestão de unidades de conservação. Nesta ocasião foram assinados o Decreto do Programa Recupera Cerrado, o Decreto do comitê distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado e o Projeto de Lei para constituição da Fundação Jardim Botânico de Brasília, contribuindo para o cumprimento do objetivo do programa da SEMA-DF de promoção e construção de políticas socioambientais para o Cerrado.

Nos últimos anos, o Jardim Botânico de Brasília investiu na melhoria de sua infraestrutura, na consolidação de seus espaços e coleções, viabilizando suas ações por intermédio de emendas parlamentares, recursos de projetos e parcerias. Dessa forma, em 2016, foi possível realizar a construção de mais três estufas na área de visitação pública para abrigar as coleções existentes e a reforma do Parque Infantil cumprindo com a missão institucional de promover a conservação e a preservação do bioma Cerrado, dar subsídios aos trabalhos de pesquisas de flora, apoiar a Educação Ambiental nos programas desenvolvidos para atendimento à Rede de Ensino do Distrito Federal, além de oferecer mais opções de visitação.

As parcerias institucionais estabelecidas pelo JBB têm se mostrado estratégicas na busca do cumprimento de sua missão. Além disso, tem gerado capacidade de diversificação de atividades para atingir as metas do PPA, tendo em vista a escassez de recursos humanos e financeiros.

ADASA

A conservação e a preservação dos mananciais de água no Distrito Federal são fundamentais para a sustentabilidade ambiental da região e merecem grande atenção de todos os envolvidos. Um dos mecanismos adotados para alcançar este objetivo envolve o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, através do Programa Produtor de Água. O Programa Produtor de Água tem como objetivo o controle da poluição difusa rural em bacias de importância estratégica; seu foco é a redução da erosão, melhoria da quantidade e qualidade da água e regulação do regime hidrológico dos rios por meio de práticas vegetativas e mecânicas de conservação.

O Projeto Pipiripau – Produtor de Água vem colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Os produtores rurais que adotarem, com sucesso, práticas e manejos conservacionistas recomendados para as suas propriedades, fazem jus a receber o pagamento pelos serviços ambientais prestados.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o programa investe pesadamente na conservação do solo, e isso contribui diretamente para o alcance do objetivo específico "Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental".

SEMA

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do Programa-piloto "Recupera Cerrado", instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, Ibram, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da Sema, Ibram e Serviço Florestal Brasileiro.

IBRAM

Houve a implementação de dois importantes conselhos gestores, o da Arie da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx, e já encontra-se sob análise da Consultoria Jurídica da Casa Civil a proposta para o Conselho da ARIE JK. Para a suplementação de novos modelos de gestão das unidades de conservação, havia uma expectativa de que o Plano de Manejo do Monumento Natural Morro da Pedreira apontasse propostas para a participação da comunidade do entorno na gestão da unidade, porém, a empresa executora dos estudos atrasou a entrega. Nesta linha, encontra-se em análise a proposta de gestão compartilhada para o Parque Urbano Bosque do Sudoeste, em parceria com a associação local.

SEAGRI-DF

A Seagri realizou a revegetação de 98 hectares em áreas rurais onde é tecnicamente permitida, que são as áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reservas Legais. As mudas são produzidas na Granja Modelo do Ipê, unidade que pertence a estrutura da Seagri, a qual coordena a produção de mudas nativas do cerrado, no intuito de abastecer os Programas Reflorestar, Produtor de Água do Pipiripau, Descoberto e dar suporte a eventos e demandas dos órgãos no Distrito Federal.

EMATER-DF

Dado a grande importância ecológica na preservação e conservação dos recursos naturais como os recursos hídricos e a preservação da biodiversidade, a Emater preconiza a sua atuação em metodologias de assistência técnica e extensão rural apropriadas para adequação ambiental das propriedades rurais, tendo o diagnóstico que identifica os aspectos produtivos e ambientais e para gestão, planejamento e recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL, realizados através de orientações, conforme a legislação ambiental. As ações são planejadas pela área técnica, especialmente relacionada ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares e agroindústrias.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
006 – DIREITOS DOS ANIMAIS: Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem estar dos animais domésticos e silvestres.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6210	6	1	Fortalecer a gestão da fauna silvestre, a defesa e o bem estar dos animais domésticos; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	30%	-	-	-	30%	
6210	6	2	Implementar o Hospital Público Veterinário; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	n.d	-	-	-	n.d	
6210	6	3	Ampliar o número de castrações anuais, por meio do Castramóvel, e promover 5.000 castrações por meio do Hospital Público Veterinário; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	370% (castramóvel) e 0% (hospital)	-	-	-		
6210	6	4	Implementar política distrital de controle populacional dos animais. (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	40%	-	-	-	40%	

Análise Qualitativa

1. Fortalecer a gestão da fauna silvestre, a defesa e o bem estar dos animais domésticos; (SEMA)

As metas para o fortalecimento da gestão da fauna silvestre e a defesa e o bem-estar dos animais domésticos é feita por meio da coordenação do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais – CIPDA (Decreto no. 36.477/2015 e alterado pelo Decreto no. 38.087/2017), presidido pela SEMA. No ano 2016 foram realizadas 10 reuniões. O CIPDA é um colegiado de natureza executiva de assessoramento, de caráter permanente e consultivo, tem como principais atribuições: I – Propor ações integradas entre os órgãos e entidades participantes para a defesa e proteção dos animais; II – Propor e acompanhar políticas públicas de defesa e proteção dos animais; e III – Avaliar e emitir parecer referente às questões de defesa e proteção dos animais. São membros do CIPDA órgãos de governo, federal e distrital, Conselho Regional de Medicina Veterinária – DF, OAB-DF, Universidade de Brasília e organizações não governamentais.

2. Implementar o Hospital Público Veterinário; (SEMA)

A SEMA enviou Ofício nº 743/2016-GAB/SEMA para o IBRAM requerendo alteração da responsabilidade e até o momento não foi aprovado. Pelo Ofício nº 254/2017-GAB/SEMA o pleito foi reiterado.

3. Ampliar o número de castrações anuais, por meio do Castramóvel, e promover 5.000 castrações por meio do Hospital Público Veterinário; (IBRAM)

Considerando o total de castrações realizadas no castramóvel no ano de 2015, foi apurado um aumento de 370% em 2016. Esta evolução se deu por meio de parcerias com a Fundação Universidade de Brasília e com a iniciativa privada, sendo esta última viabilizada com recursos de compensação ambiental. Em relação ao Hospital Público Veterinário, em razão de pendências na obra da edificação e documentação necessária à sua operação, sua inauguração foi adiada para o ano de 2017.

4. Implementar política distrital de controle populacional dos animais. (SEMA)

Devido à grande demanda acumulada a Uedan/Sema tem priorizado atividades relacionadas aos animais domésticos. Políticas públicas para animais como cães e gatos não existem no Distrito Federal e ainda é um tema pouco conhecido entre os órgãos governamentais que, historicamente, atuavam somente em ações referentes à fauna silvestre. Ainda há um longo caminho a percorrer, necessitando elaborar conceitos, definir competências, modernizar a legislação, articular e consolidar arranjos entre as instituições de governo e sociedade civil. Apesar da questão dos maus-tratos aos animais domésticos estar contemplada na Lei de Crimes Ambientais, ainda há pouco entendimento do tema por parte dos profissionais de meio ambiente. Em relação ao Programa de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos – cães e gatos, a Uedan/Sema e a Cofau/Ibram têm somado esforços para buscar fontes de recursos para ampliar o número de cirurgias de castrações, tendo em vista que os recursos orçamentários são insuficientes para um programa continuado. Em 2016 foi realizada uma campanha utilizando o Castramóvel que atendeu três mil animais com recursos de Compensação Ambiental. No sentido de melhorar a eficiência no atendimento, em 2016, o Ibram lançou edital para cadastramento de clínicas veterinárias visando proporcionar maior organização no cadastro e conforto para os animais atendidos e seus tutores.

INDICADORES DE DESEMPENHO

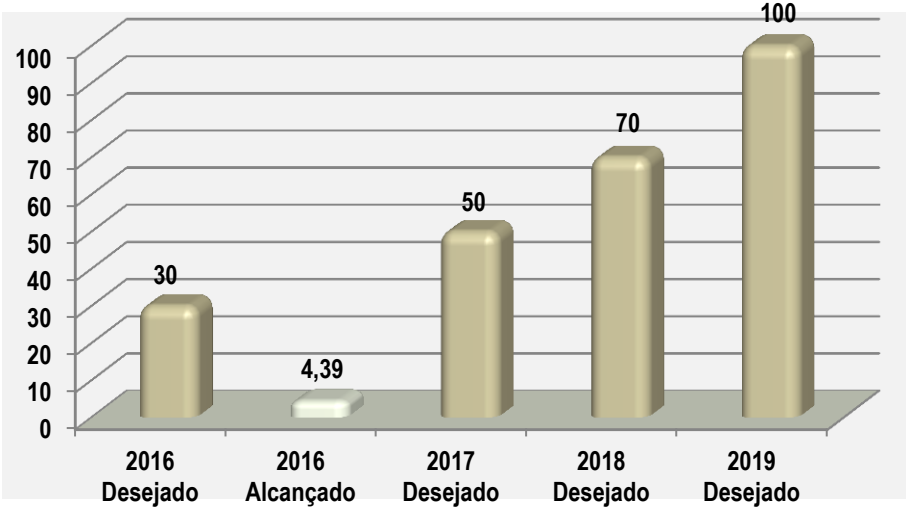
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade deMedida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1647	TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	%			ANUAL	30	4,39	50	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6)
1648	TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	%			ANUAL	30	93,31	50	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6

Justificativas 2016

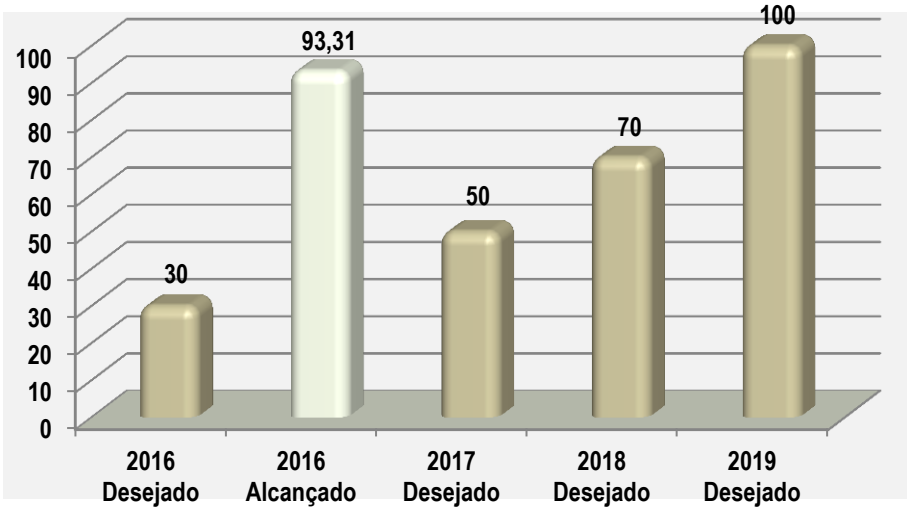
Indicador 1647 - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O IBRAM está envidando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações.

Indicador 1648 - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do castramóvel no ano de 2016.

TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS



TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	6	1	Implantação da política distrital de proteção e defesa dos animais domésticos; (SEMA)	21101	10%	Apesar da questão dos maus-tratos aos animais domésticos estar contemplada na Lei de Crimes Ambientais, ainda há pouco entendimento do tema por parte dos profissionais de meio ambiente. Para que haja uma política de proteção aos animais domésticos há muitas etapas a serem vencidas como elaborar conceitos, definir competências, modernizar a legislação, articular e consolidar arranjos entre as instituições de governo e sociedade civil. **Observação:** A política Distrital de defesa de diretos dos animais ainda está em processo de contratação. Em 2016, através da parceria com o IBRAM, foi possível avançar nas castrações através do castra-móvel. Foi aprovado também novos recursos para continuar o apoio das castrações através de recursos do Fundo de meio ambiente – FUNAM.
6210	6	3	Implantação do Comitê Interinstitucional de Políticas	21101	10%	A constituição do Cipda foi um avanço na política de meio ambiente no DF por reunir profissionais de diversas formações proporcionando uma riqueza de informações e o auxílio técnico na elaboração de documentos e

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Distritais aos Animais – CIPD.A (SEMA)			proposições. A articulação entre os órgãos de Governo, em especial a fiscalização, tem avançado e várias parcerias têm sido estabelecidas. Por outro lado para que as políticas públicas para os animais domésticos se tornem efetivas é necessária a revisão para a modernização da Lei no 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal. Acreditamos que implementação de políticas públicas para defesa e proteção dos animais será um ganho para o Governo do Distrito Federal, pois visa à redução de gastos públicos e torna as ações de seus entes governamentais mais eficientes.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

A política Distrital de defesa de diretos dos animais ainda está em processo de contratação. Em 2016, através da parceria com o IBRAM, foi possível avançar nas castrações através do castra-móvel. Foi aprovado também novos recursos para continuar o apoio das castrações através de recursos do Fundo de meio ambiente – FUNAM.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

IBRAM

Para viabilização da atividade, celebrou-se um Acordo de Cooperação Técnica definindo que IBRAM e SEMA seriam os responsáveis pelo cadastramento inicial das demandas e aquisição dos materiais consumíveis necessários à realização das castrações, enquanto que a Fundação Universidade de Brasília contribuiria com a cessão dos profissionais médicos veterinários. A celebração desta parceria possibilitou o alcance de 93,31% da meta estabelecida.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER O PLANEJAMENTO, ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

OBJETIVO GERAL:

Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 03 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH
001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.
21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA
002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada**.**
28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH
003 – HABITAÇÃO COM CIDADANIA: Definir e endereçar a demanda real habitacional por faixa socioeconômica, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade, atividade econômica, infraestrutura, lazer, áreas verdes e prestação de serviços públicos.

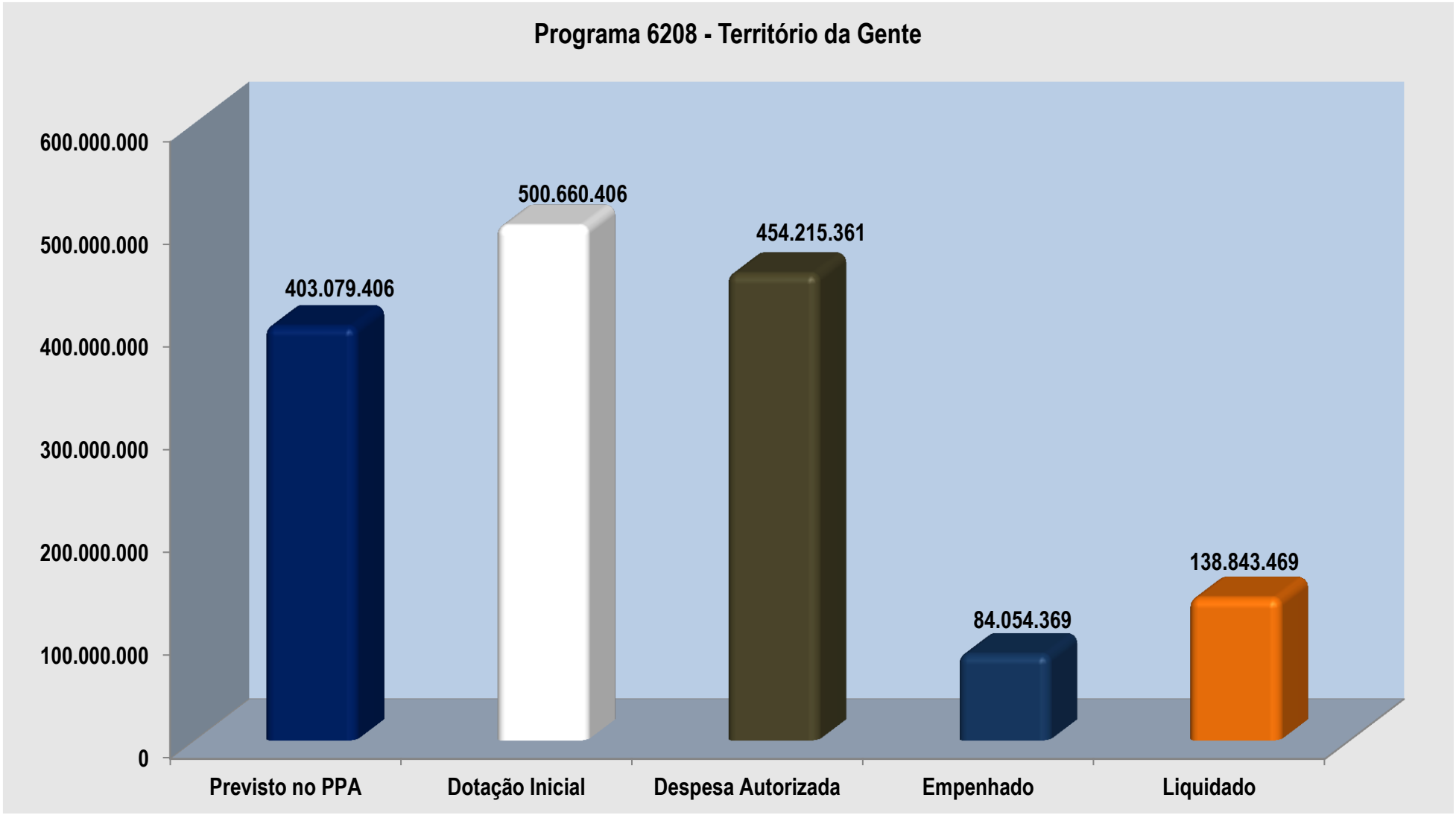
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1085 - AQUISIÇÃOE RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	7.000.000	7.000.000	34.600.500		40.181.594	0	574
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	127.056.072	221.737.072	165.123.774	51.178.975	42.137.431	40	33
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	39.483.000	39.483.000	36.483.000		21.773.660	0	55
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	31.384.250	31.384.250	25.769.779	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	7.250.050	7.250.050	4.521.464	1.154.018	1.154.018	16	16
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	3.073.000	3.073.000	3.073.000		0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	200.000	139.139	139.139	139.139	0!	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	13.769.404	13.769.404	34.973.261	9.194.831	5.324.897	67	39
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	8.313.000	8.313.000	8.313.000		1.965.666	0	24
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	10.000	10.000	3.990	0	0	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	10.000	10.000	8.604	0	0	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	379.950	379.950	287.463	0	0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	73.351	73.351	64.809	23.329	23.329	32	32
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	537.500	537.500	108.669	85.794	45.374	16	8
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.068.825	1.068.825	1.128.226	581.692	581.692	54	54
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	1.790.975	1.790.975	369.708	164.533	111.686	9	6
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	7.430.000	7.430.000	6.363.928	2.812.917	2.470.917	38	33
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	11.700.006	11.700.006	7.150.001	0	0	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	406.737	406.737	12.642	11.850	9.892	3	2
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	15.689.401	15.689.401	9.734.556	0	0	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	21.613.837	23.913.837	18.434.212	5.201.662	4.941.829	24	23
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	10.000	10.000	1.510.928	0	0	0	0
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	260.000	260.000	230.000	0	0	0	0
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000	8.606.000	20.432.500		436.211	0	5
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	13.100.000	13.100.000	15.800.000		5.264.187	0	40
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	100.000	100.000	69.932	37.420	37.420	37	37

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	100.000	100.000	33	0	0	0	0
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	10.000	10.000	10.000	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	10.000	10.000	4.176.846	1.507.897	1.507.897	15.079	15.079
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	15.462.434	15.462.434	8.614.874	274.112	68.812	2	0
3588 - (EP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	300.000	0	0	0	0	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANISTICA	20.100.000	20.100.000	1.072.136	781.779	669.960	4	3
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.600.000	2.600.000	2.228.617	290.628	192.646	11	7
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.500.000	4.500.000	2.630.000	18.600	18.600	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	50.000	50.000	6.061	0	0	0	0
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	2.250.000	2.250.000	1.362.410	305.904	144.981	14	6
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.300.000	3.300.000	3.332.658	3.332.658	2.743.694	101	83
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.193.744	2.193.744	1.568.120	45.000	34.919	2	2
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	400.000	400.000	2	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	6.009	0	0	0	0
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	61.000	61.000	70.450	19.162	19.162	31	31
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	61.000	61.000	63.063	0	0	0	0
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10.000	710.000	300.000	154.101	154.101	1.541	1.541
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.070.000	1.070.000	812.501	0	0	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	400.000	400.000	7.950	7.950	7.950	2	2
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	4.070.000	4.070.000	4.070.000		182.051	0	4
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	18.884.870	18.884.870	21.710.482	4.418.691	4.241.322	23	22
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	7.001.000	7.001.000	6.924.064	1.865.897	1.865.897	27	27
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120.000	120.000	542.000	445.830	392.535	372	327
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**319.434.406**	**417.015.406**	**331.443.361**	**84.054.369**	**69.040.100**	**26**	**22**
Orçamento de Investimento das Estatais	**83.645.000**	**83.645.000**	**122.772.000**	**0**	**69.803.369**	**0**	**83**
TOTAL DO PROGRAMA 6208	**403.079.406**	**500.660.406**	**454.215.361**	**84.054.369**	**138.843.469**		

Obs[1]: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (SEGETH, SEMA,, 09.201; 14101; 20.201; 21.101; 21.208; 22.101; 22.201; 28.101; 28.117; 28.122; 28.209; 28.901; 28.905, etc.)

Obs[2] : No valor empenhado não consta o Orçamento de Investimento das Estatais.


Programa 6208 - Território da Gente
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
403.079.406
500.660.406
454.215.361
84.054.369
138.843.469
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6208	1	1	Aprimorar e integrar os instrumentos legais de planejamento e gestão territorial (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	
6208	1	2	Criar e implementar instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	
6208	1	3	Instalar incremento do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	
6208	1	4	Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	
6208	1	5	Aprimorar gestão da informação territorial (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6208	1	6	Gerir de forma centralizada lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos, como a elaboração do cadastro georeferenciado de lotes e a implantação do portal "Nós Urbanos". (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	80	-	-	-	80	
6208	1	7	Elaborar e implementar política de assentamento rural (SEGETH);	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6208	1	8	Elaborar projetos para a promoção de intervenções estruturantes visando qualificação e reabilitação de espaços públicos urbanos; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	
6208	1	9	Implementar portal "Nós Urbanos". (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6208	1	10	Entregar a Minuta do projeto de lei e do Decreto de	21101	100	%	MAIOR,	60	-	-	-	60	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			regulamentação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-DF (SEMA)				MELHOR						
6208	1	11	Realizar Seminário de apresentação da legislação proposta a CLDF (EMATER);	14203	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6208	1	12	Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);	14101	32	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6208	1	13	Construir 2 centros de comercialização , 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);	14101	17	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6208	1	14	Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental); (SEAGRI)	14101	4	UNID	MAIOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6208	1	15	Criar o Sistema Distrital de Informações Ambientais integrado com os Bancos de Dados Governamentais; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6208	1	16	Implementar e monitorar o Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal ZEE-DF (SEMA).	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Aprimorar e integrar os instrumentos legais de planejamento e gestão territorial (SEGETH);

Diversos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial foram aprimorados, sendo os principais: Início da revisão do novo Código de Edificações do DF e sua regulamentação; publicação do Decreto de regulamentação da Lei referente ao licenciamento da atividade de " food truck"; iniciada a elaboração do Projeto de Lei que trata do cercamento de ocupação de área pública lindeira às áreas residenciais no DF; iniciada a elaboração do Decreto que trata de aprovação da Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do DF; publicação das portarias de aprovação de Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers; aprovação do Plano de Ocupação de Quiosques e Trailers das Regiões Administrativas SCIA e Gama; encaminhamento de propostas de leis complementares para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo em Águas Claras, Sobradinho, Guará e Gama. Quanto ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), foram iniciadas as etapas de base conceitual; discussão de temas em fóruns; elaboração de planilhas de parâmetros com georreferenciamento e confecção do PLC e da Memória Técnica. Foi desenvolvida a metodologia de "Avaliação de Inserção Urbana". Elaborada a Nota Técnica de ZEIS resultando na proposição de Decreto de criação de seis ZEIS de Regularização e dez ZEIS de Provisão Habitacional, integrando por meio deste instrumento a Política de Regularização Fundiária e a Política Habitacional. Realizado estudo "Leitura Territorial da Disposição dos Equipamentos Públicos e Dinamização da Atividade Econômica no Distrito Federal" e o estudo de compatibilização entre os princípios e as diretrizes constantes no Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF e do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico e Econômico do DF – ZEE, visando subsidiar a LUOS. Foram iniciados estudos dos instrumentos previstos no PDOT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso e Outorga Onerosa do Direito de Construir. Estudos sobre vagas de estacionamento como subsídio à alteração do Código de Edificações – COE e para integrar o capítulo da LUOS. Revisão do Decreto nº 33741/2012, que originou o Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017, que Regulamenta o art. 20, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, no que se refere às normas viárias e aos conceitos e parâmetros para o dimensionamento de sistema viário urbano do Distrito Federal, para o planejamento, elaboração e modificação de projetos urbanísticos, e dá outras

providências. Revisão da Norma Técnica nº02- IPDF, que dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de Projetos de Urbanismo e dá outras providências, cujo Decreto encontra-se na Casa Civil para aprovação.

2. Criar e implementar instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);

Visando atingir a meta foram criados os Conselhos Locais de Planejamento, conforme Decreto nº 37.556, de 17 de agosto de 2016, com o objetivo de atender a demanda crescente de participação popular nas ações de Planejamento e Gestão Territorial. No ano de 2016 foram criados 19 (dezenove) Conselhos Locais, dos 31 (trinto e um) necessários. Desta forma, foram possíveis discussões, análises e acompanhamento das questões relativas ao ordenamento e à gestão territorial local, através do controle social e participação democrática no planejamento territorial e urbano local em cada Região Administrativa.

3. Instalar incremento do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);

O intuito da criação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, era no sentido do Governo dispor de uma autarquia independente, visando garantir a atuação em pesquisa e planejamento, melhorando a qualidade das ações e imprimindo permanência e institucionalidade às essas atividades.

A minuta do Projeto de Lei que prevê a criação do Instituto, bem como a exposição dos motivos, as planilhas e quadro funcional, foi encaminhada para a SEPLAG em 2016 para avaliação, no entanto, a sua criação não foi possível em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permitiu a criação de novos cargos, bem como aumento de despesas.

4. Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (SEGETH);

Elaboração do anteprojeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo, sendo as seguintes atividades desenvolvidas em 2016: a) Vistorias visando a verificação da conformidade ou não da proposta contida no PLC 79/13, com o uso e ocupação atual, nas Regiões Administrativas abrangidas pela LUOS. Foram comparados os seguintes aspectos: nº de pavimentos, uso do solo, existência ou não de marquises e beirais; b) Atualização do banco de dados da LUOS com os coeficientes do PDOT- Base de dados georeferenciada para a LUOS, c) Desenvolvimento de metodologia para estudo de densidade, modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos, d) Estudos para modelagem da volumetria das edificações e do terreno, nas áreas de abrangência da LUOS, com vistas à possibilitar estudos da paisagem; e) Observância das Estratégias do PDOT – mapeamento das estratégias em relação as áreas abrangidas pela LUOS; f) Consideração dos estudos em elaboração no âmbito do ZEE, quanto às áreas para desenvolvimento de atividades econômicas e aos aspectos relativos à disponibilidade hídrica. g) Sintaxe Espacial – (oficina de treinamento a ser realizada) - uma compreensão da ferramenta e seu apoio para a interpretação do espaço urbano, h) Ajuste dos critérios para definição das Unidades de Uso e Ocupação do Solo – UOS, que remetem à: uso, atividade, localização, ocupação do solo, desenho urbano; i) Elaboração dos Mapas de uso do solo – UOS das Regiões Administrativas abrangidas pela LUOS, j) Base de dados da LUOS - Correção dos dados referentes aos projetos urbanísticos - Preenchimento dos dados dos projetos e PDL, k) Definição dos Parâmetros de ocupação para os lotes – estabelecimento das faixas de tamanho de lotes.

Alguns estudos foram realizados visando subsidiar as ações acima: caracterização e demarcação de poligonais de Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI), que resultou na definição de três poligonais de PUI e os estudos para formulação de Projeto de Lei para criação de seis áreas de ZEIS de Regularização e dez áreas de ZEIS de Provisão Habitacional, em conjunto com a DIHAB/COPLAN. Foram iniciados estudos e elaborada a proposta de decreto para regulamentar a Lei 5.135/2013 que dispõe sobre a alienação de imóveis na Vila Planalto. Foi iniciada, a proposta de Decreto de Regularização Fundiária para regulamentação da Lei 4.996/2012. Em função da edição da Medida Provisória 759/2016, aprovada recentemente no Congresso Nacional, os trabalhos serão reiniciados visando proposta de lei, e não mais de decreto, uma vez que a MP 759 revoga o capítulo de regularização fundiária urbana da Lei Federal nº 11.977/2009, inteiramente recepcionado pela lei distrital de regularização - Lei 4.996/2012.

5. Aprimorar gestão da informação territorial (SEGETH);

Elaboração e publicação do Decreto que institui a Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF e lançamento do GeoPortal - Mapa Dinâmico de Brasília. Este GeoPortal possui um visualizador do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF – SITURB que disponibiliza na Web, para consulta e download, todos os dados georreferenciados do Distrito Federal. Ele tem ferramentas de interoperabilidade que permitem que cada órgão disponibilize seus dados a partir de seus bancos de dados, garantindo assim a constante atualização e a responsabilidade pela informação. Desta forma, os usuários poderão sobrepor os dados oriundos dos diversos órgãos para análises setoriais, obtendo de forma rápida as informações necessárias para o planejamento de ações governamentais. Este Geoportal disponibiliza também o acesso aos metadados, geoserviços, cartografia, rede geodésica e o Sistema de Documentação Urbanística - SISDUC. Foi instituído também um Comitê Gestor de Geoinformação com o objetivo de deliberar sobre os assuntos que envolvam a Política de Geoinformação e Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal.

6. Gerir de forma centralizada lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos, como a elaboração do cadastro georeferenciado de lotes e a implantação do portal "Nós Urbanos". (SEGETH);

Foram realizadas a atualização da base de equipamentos públicos e próprios do Distrito Federal com base nos dados da COPAT/Secretaria de Fazenda; resposta conjunta com a SUGEST quanto à demanda por lotes para Equipamentos Públicos, procurando acomodar as solicitações nos lotes subutilizados; elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação. O portal Nós Urbanos está me pleno funcionamento.

7. Elaborar e implementar política de assentamento rural (SEGETH);

Para o alcance da meta o Governo por meio da SEAGRE regularizou cinco assentamentos: Sobradinho; Paranoá; Gama; São Sebastião e Centro de capacitação de assentados Luzia Alves. Ressalte-se que a SEGETH não tem participação direta em políticas de assentamento rural. No novo Código de Edificações, está sendo discutida a aprovação de atividades urbanas em áreas rurais e atividades rurais em áreas urbanas.

8. Elaborar projetos para a promoção de intervenções estruturantes visando qualificação e reabilitação de espaços públicos urbanos; (SEGETH)

Em março de 2016, a SEGETH foi reestruturada, e entre suas atribuições há atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de urbanização, mobilidade e acessibilidade; projetos de parcelamentos do solo; projetos de parques e espaços livres públicos. Neste período, foram elaborados os seguintes projetos: 1) projetos de requalificação das áreas centrais: projeto executivo de urbanização do canteiro central da via S3-etapas 2; projeto de urbanização, acessibilidade e malha cicloviária para a ADE- setor de materiais de construção e setor de indústrias de Ceilândia, como parte do Programa Pró-Cidades; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projetos de requalificação e acessibilidade do setor hospitalar local sul; 2) projetos de parques e espaços livres públicos: projeto de urbanização e paisagismo da orla livre-fase 1 – etapa 1 - SHIS QL 12 – península dos ministros; projeto de requalificação da praça do povo na quadra 03 do setor comercial sul; projeto do parque sol nascente- Ceilândia; 3) projetos de sistema viário: proposta de revisão de sistema viário e proposta de estacionamentos entre a 616 a 612 sul; projeto de revisão do sistema viário do setor de autarquias norte; 4) projetos de parcelamento do solo: projeto urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô; projeto urbanístico para concessão da galeria dos estados; projeto urbanístico do setor de embaixadas norte; projeto urbanístico para regularização dos lotes dos terminais rodoviários norte e sul de Samambaia; projeto urbanístico do terminal rodoviário Asa Norte; projeto urbanístico do terminal rodoviário do subcentro 400-600 do Recanto das Emas. Destaca-se que parte dos projetos elaborados pela SEGETH integram o Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. Promoção do transporte não motorizado: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, tais ações totalizaram 60.000 m2 de projetos de acessibilidade, sendo eles: Projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Ceilândia - HRC; projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Taguatinga - HRT;

Objetivando alcançar a meta, também foram realizadas as seguintes ações: elaboração do projeto executivo de rota acessível à escola de música; projeto executivo de rota acessível ligando o terminal asa sul ao setor hospitalar local sul; projeto executivo de rota acessível da estação 114 sul do metrô ao setor médico hospitalar local sul; rota acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília; projeto de acessibilidade do setor médico hospitalar local sul; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul.

9. Implementar portal "Nós Urbanos". (SEGETH)

Foi implantado o portal "Nós Urbanos" que reúne as ações e projetos de planejamento e gestão urbana do Distrito Federal desenvolvidos pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação. Neste portal o cidadão pode entender como o trabalho da Secretaria impacta o cotidiano da vida urbana. Para isso, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra. O "Nós Urbanos" também é um canal institucional para a difusão de conceitos e princípios urbanísticos, constituindo instrumento de educação urbana e patrimonial. Tudo isso privilegiando o diálogo com a comunidade de forma transparente.

10. Entregar a Minuta do projeto de lei e do Decreto de regulamentação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-DF (SEMA)

No intuito de atingir a meta foram realizadas diversas reuniões de trabalho e apresentações com as ações a seguir detalhadas:

1) apresentações do ZEE-DF em 07 (sete) Conselhos Distritais, sendo: no Conselho de Meio Ambiente (CONAM-DF); no Conselho de Recursos Hídricos (CRH-DF); no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN); no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPTM); no Conselho de Política de Desenvolvimento Rural (CPDR); no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); no Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais (CIPDA);
2) qualificação da Base de Dados do ZEE-DF, que atualmente conta com cerca de 150 usuários cadastrados em órgãos do GDF e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais;
3) lançamento do Portal Eletrônico do ZEE-DF em março/2016, cujo número de consultas ao referido portal, ao longo do ano de 2016, alcançou a marca de 16.360 acessos, superando a meta de 200 acessos prevista para 201;.
4) disponibilização do texto de referência para o Anteprojeto de Lei do ZEE/DF com vistas à consulta pública online (http://www.zee.df.gov.br/ozee/consulta-publica.html) em outubro/2016;
5) realização de quatro consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Samambaia, Plano Piloto e Ceilândia (público total: mais de 170 pessoas).

É válido esclarecer que, em razão das 10 reuniões realizadas no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a novembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal, previstos para novembro de 2016, ocorrerá somente no 1º semestre de 2017.

O novo texto consolidado no âmbito da Coordenação Política foi publicado para consulta pública no Portal Eletrônico do ZEE/DF em 20 de dezembro de 2016. Para a divulgação da Audiência Pública do ZEE-DF, prevista para o mês de março de 2017, para tanto, foi elaborado conteúdo técnico para a impressão de 4.000 folderes e cerca de 5.000 exemplares da Revista/Cartilha, publicação explicativa do ZEE/DF. Assim, o Projeto de Lei do ZEE ainda se encontra em fase de discussões no âmbito do Governo e sociedade, haverá no mínimo duas audiências públicas.

11. Realizar Seminário de apresentação da legislação proposta a CLDF (EMATER);

Meta não realizada. Há tratativas no sentido dessa meta ser realizada pela a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

12. Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);

Com a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Distrito Federal por meio de fomento à mecanização agrícola nos assentamentos rurais, foram adquiridos cinco patrulhas mecanizadas e nove cultivadores motorizados com implementos. Aguarda-se a realização de chamamento público para disponibiliza-las a organização selecionada. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização. O Chamamento Público é procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

13. Construir 2 centros de comercialização , 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);

Não foram construídos os centros, os pontos e as URDAS. Estão em fase de licitação. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.

14. Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental); (SEAGRI)

Foi criado o projeto de assentamento Patrícia e Aparecida e foi incluído o Cadastro Ambiental Rural – CAR. As principais realizações em relação ao proposto foram os seguintes: elaboração do relatório de viabilidade ambiental social, solicitação da outorga de uso de água e o licenciamento ambiental.

15. Criar o Sistema Distrital de Informações Ambientais integrado com os Bancos de Dados Governamentais; (SEMA)

Para a implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art .279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foram realizadas diversas reuniões de trabalho para elaboração do projeto de implantação em 2017, o qual foi aprovado para receber financiamento de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), no âmbito do programa Cidades Sustentáveis.

No que concerne ao projeto de implantação do SISDIA, importa ressaltar sua apresentação na Agência Espacial Europeia em setembro, para início dos trabalhos de desenvolvimento de indicadores ambientais, evento no qual o SISDIA obteve destaque internacional em virtude de seu caráter inovador, ao trazer o entendimento da gestão territorial a partir dos riscos ambientais e a capacidade de suporte ambiental.

Importante destacar ainda as seguintes ações finalísticas:

1) Participação efetiva na elaboração do decreto da Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal - IDE/DF, Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, tendo por um dos principais objetivos a promoção do adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disponibilização e no uso da geoinformação sobre o território e a população do Distrito Federal, aos órgãos ou entidades públicas pertencentes à Administração do Distrito Federal;
2) elaboração de 155 mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc.
3) fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles (dez 2016).
4) contribuição técnica na construção da Matriz de Prioridade de Combate à Grilagem (MARIS) e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do Mapa de Combate à grilagem e Ocupação Irregular no Distrito Federal.
5) participação e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do mapa de prioridade de áreas de recuperação.

16. Implementar e monitorar o Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal ZEE-DF (SEMA.

A aprovação do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal na Câmara Legislativa do DF constitui elemento condicional para o desenvolvimento de ferramentas e indicadores da capacidade de suporte ambiental e socioeconômica do território, bem como para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal, cuja produção acontecerá em 2017.

Para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal foi iniciada, ao final de 2016, a elaboração do Termo de Referência para contratação de serviços técnico-profissionais com vistas à definição do modelo conceitual e dimensionamento do conteúdo técnico, projeto gráfico e impressão do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas seguintes versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial das Águas (2018).

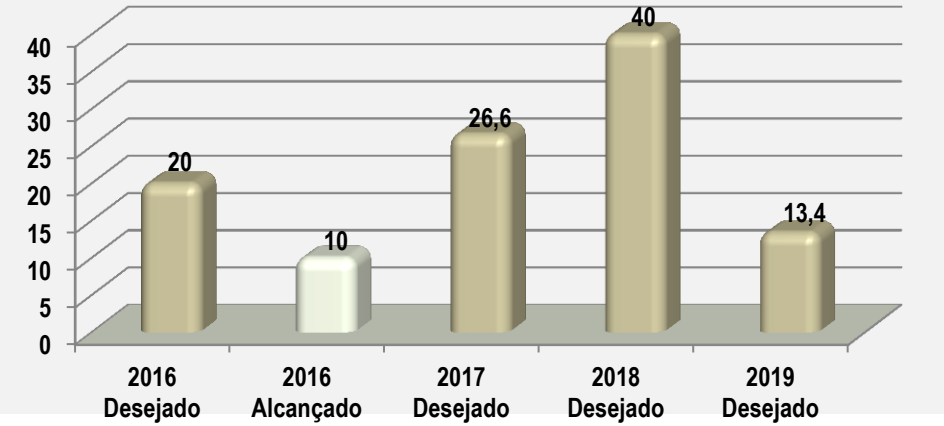
INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1413	EFETIVAÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL	%			ANUAL	20	10	26,6	40	13,4	SEGETH / UO 28101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1413 - Os instrumentos normativos elaborados dependem de aprovação da Câmara Legislativa.

EFETIVAÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	1	1	Instalação incremental do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);	28101	0%	O intuito da criação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, era no sentido de que o DF pudesse dispor de uma autarquia independente, visando garantir a atuação em pesquisa e planejamento, melhorando a qualidade das ações e imprimindo permanência e institucionalidade às essas atividades. A minuta do Projeto de Lei que prevê a criação do Instituto, bem como a exposição dos motivos, as planilhas e quadro funcional, foi encaminhada para a SEPLAG em 2016 para avaliação, no entanto, a sua criação não foi possível em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permitiu a criação de novos cargos, bem como aumento de despesas.
6208	1	2	Elaboração de cadastro georreferenciado de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos (EPC/EPU), associando-o a estratégia de gestão de demandas das políticas setoriais (SEGETH);	28101	80%	O cadastro georreferenciado de lotes de propriedade do Governo do Distrito Federal foi concluído e atualizado até novembro de 2016. O decreto elaborado aguarda a publicação para efetivação dos procedimentos detalhados no instrumento legal. (Processo nº 309.000.403/2015).
6208	1	3	Construção de banco de dados para gerenciar a disponibilidade de terras públicas destinadas à implantação de equipamentos públicos no DF (SEGETH);	28101	100%	Foram realizadas a atualização da base de equipamentos públicos e próprios do Distrito Federal com base nos dados da COPAT/Secretaria de Fazenda; resposta conjunta com a SUGEST quanto à demanda por lotes para Equipamentos Públicos, procurando acomodar as solicitações nos lotes subutilizados; elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação. O portal Nós Urbanos foi lançado em 2016, é uma ferramenta que reúne as ações de planejamento, projeto e gestão urbana no DF, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra, está em pleno funcionamento por meio do site http://www.nosurbanos.segeth.df.gov.br.
6208	1	4	Elaboração conjunta do projeto de lei e do decreto regulamentador referente ao ZEE – (SEGETH);	28101	60%	A SEGETH integra a Coordenação Geral Técnica (CGT) do ZEE, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) e Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas 10 (dez) reuniões no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a dezembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorrerão no 1º semestre de 2017. No que concerne ao decreto de regulamentação, esta ação somente será implementada após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A SEGETH Coordenou no primeiro semestre de 2016 a elaboração de dois Cadernos Técnicos, que compõem a relação de documentos técnicos que serviram de embasamento para a

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						proposta do projeto de lei do ZEE, quais sejam: i) Alocação Territorial de Empreendimentos Produtivos; ii) Avaliação das Estratégias de Ordenamento e Monitoramento Territorial no Período 1997-2015.
6208	1	5	Elaboração ou revisão de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH);	28101	22%	Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). No ano de 2016 foram instituídos Grupos de Trabalho da SEGETH (Portaria nº 15, de 23 de fevereiro de 2016) e as Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM/DF (Portaria nº 59, de 30 de julho de 2016). Desta forma, a SEGETH busca a participação popular, discutindo os princípios, conceitos, Planilhas de parâmetros Urbanísticos (PURP) do PPCUB. A partir dessas discussões foi possível o início da Minuta de Projeto de Lei a ser apresentado em audiência pública. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) o prazo de vigência do PDOT, aprovado em 2009, é de 10 (dez) anos. São admitidas modificações em prazo diferente para adequação ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE/DF). O Projeto de Lei do ZEE/DF já teve audiência pública, realizada em 11/03/2017, e está em fase final de ajustes para envio à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Portanto, a revisão do PDOT deverá ter início após o envio à CLDF do Projeto de Lei do ZEE. Projeto de Lei de para criação de novas Áreas de Regularização Fundiária de Interesse Social (ARIS) e de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), para provisão habitacional. A delimitação dessas novas ZEIS denota o reconhecimento pelo Poder Público do passivo socioambiental no Distrito Federal, e a necessidade de uma Política Corretiva de Regularização Fundiária. Viabiliza, ainda, o estabelecimento de uma reserva de áreas para a produção de habitação de interesse social, com a delimitação de áreas vazias no âmbito da construção da Política de Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial. Os trabalhos executados em 2016 correspondem à 80%. Cálculo da participação relativa no cômputo da SEGETH: PPCUB - 40%; PDOT - 40%; Lei de ZEIS – 20% Executados : PPCUP (0,40x0,15) – 6% PDOT – 0% Lei de ZEIS (0,80x0,20) – 16%TOTAL – 22% na SEGETH Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal. No ano de 2016 foram realizadas vistorias: foram comparados aspectos de uso de solo; número de pavimentos; existência ou não de marquises; beiras; atualização do banco de dados da LUOS com os coeficientes do PDOT- Base de dados georreferenciada para a Luos e desenvolvimento de metodologia para estudo de densidade; modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos. Foram iniciados os estudos dos instrumentos da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) e Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR), previstos no PDOT. Elaboração do Projeto de Lei do instrumento de Compensação Urbanística previsto no PDOT.
6208	1	6	Participação no processo de	28101	0%	A SEGETH participa ativamente como protagonistas na elaboração das legislações referente a

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			elaboração ou revisão de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH)			instrumentos de planejamento territorial e urbano, não houve a elaboração de instrumentos relacionados ao planejamento territorial em outros órgãos no ano de 2016. A SEGETH proporá na revisão do PPA a exclusão desta ação não orçamentária por ser inócua.
6208	1	7	Articulação para encaminhamento para aprovação junto à CLDF de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH);	28101	100%	A SEGETH mantem constante articular em conjunto com a Casa Civil junto à CLDF visando a aprovação das legislações referente aos instrumentos de planejamento territorial e urbano.
6208	1	8	Elaboração de projetos para requalificação de espaços públicos no que se refere à temática de mobilidade e acessibilidade (SEGETH);	28101	40%	Os projetos elaborados pela COPROJ/SEGETH integram o Programa 62.16 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, totalizando 60.000 m2 de projetos de acessibilidade. Os projetos elaborados estão descritos no item referente à análise qualitativa do Objetivo 1 Meta 8.
6208	1	9	Criação e implementação de instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);	28101	100%	Foram criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, por meio do Decreto nº 37.556 de 17, de agosto de 2016 e Portaria nº 90. Dada continuidade nos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM e da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE.
6208	1	10	Participação no comitê gestor do ZEE-DF, no qual elaborará a minuta do projeto de lei e do decreto do ZEE-DF (SEMA).	21101	60%	Foram realizadas 10 (dez) reuniões no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a dezembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorrerão no 1º semestre de 2017. No que concerne ao decreto de regulamentação, esta ação somente será implementada após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
6208	1	11	Articulação interinstitucional com órgãos planejamento e gestão territorial distrital com foco nos dados e informações relevantes ao planejamento e gestão ambiental (SEMA).	21101	60%	Entrada em operação preliminar da base de dados do ZEE/DF, mediante o cadastramento de acesso de 150 usuários (já cadastrados) referentes a 10 (dez) instituições governamentais.
6208	1	12	Articulação interinstitucional para integração do ZEE/DF nos instrumentos de planejamento e gestão territorial distrital, (SEMA).	21101	50%	Refinamento da minuta do anteprojeto de lei para inclusão de políticas estruturantes para o território, a partir das análises dos instrumentos setoriais legais vigentes, à exemplo de uma política de desenvolvimento produtivo sustentável (incluindo os cinco tipos de naturezas de empreendimentos produtivos, dentre os quais a rural, e a industrial); da política de fiscalização integrada. Por outro lado, avança na proposição de instrumento disciplinador do licenciamento tais como uma matriz de licenciamento, o mapa de combate à grilagem, o mapa de áreas prioritárias de Cerrado (para orientar a compensação), dentre outros.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	1	13	Articulação intergovernamental para retomada do ZEE da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico), com Governo de Brasília, Governo Federal (MMA e M. da Integração), Governo de Goiás, Governo de Minas Gerais e Prefeituras, (SEMA).	21101	5%	A referida articulação intergovernamental para a retomada do ZEE da RIDE é uma das metas pactuadas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente na etapa de implementação do ZEE-DF, após aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do DF. Há necessidade de finalização da minuta do ZEE para dar os encaminhamentos necessários.
6208	1	14	Formulação da regulamentação do ZEE/DF, (SEMA).	21101	5%	A formulação da regulamentação do ZEE-DF depende da aprovação do Projeto de Lei do ZEE-DF na Câmara Legislativa do Distrito Federal. No referido Projeto de Lei há indicação de regulamentações específicas para vários dispositivos materializados na lei.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O objetivo geral desta Secretaria visa resgatar a capacidade do Estado de planejar, projetar, fiscalizar e controlar, segundo um concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, para isso, destaca-se algumas ações de extrema importância que foram desempenhadas para atingir o **Objetivo Específico 001 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável**, tais como as revisões e uniformizações de instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, em que pese destacar o novo Código de Edificações do Distrito Federal - COE, instrumento indispensável no processo de licenciamento, impactando expressamente no desenvolvimento das cidades e no processo da construção civil. No final de 2016, 40% do COE estava revisado, sendo a previsão de publicação do Projeto de Lei e o decreto de regulamentação para o ano de 2017.

A Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, foi amplamente discutida no ano de 2016, com a participação da comunidade e de instituições diretamente relacionadas ao tema, visando estabelecer a transição da base normativa de uso e ocupação do solo atual, composta de inúmeras normas, fragmentadas e sem uniformidade, para uma base normativa única e padronizada em termos de tipos de uso e parâmetros de ocupação.

Outro Plano fundamental nesse processo de integração da legislação referente ao Planejamento Urbano, é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, onde foram iniciadas as etapas de base conceitual, definidos os parâmetros por meio do georreferenciamento e iniciada a confecção da Minuta do Projeto de Lei Complementar e da Memória Técnica.

Outras legislações revisadas ou publicadas, no sentido de melhor gerir o Território do Distrito Federal, tratam da proteção de áreas públicas lindeiras às áreas residenciais, classificação de usos e atividades urbanas e rurais do DF, ocupação de quiosques e trailers e uso e ocupação do solo.

Destaca-se ainda a metodologia desenvolvida “Avaliação de Inserção Urbana”, visando avaliar e qualificar as áreas do Habita Brasília e subsidiar a proposta de decreto de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sendo utilizado na análise e seleção de áreas de ZEIS para Provimento Habitacional. Foi proposto o Decreto de criação de seis ZEIS de Regularização e dez ZEIS de Provisão Habitacional, integrando por meio deste instrumento a Política de Regularização Fundiária e a Política Habitacional. A delimitação dessas novas ZEIS denota o reconhecimento pelo Poder Público do passivo socioambiental no Distrito Federal, e a necessidade de uma Política Corretiva de Regularização Fundiária. Viabiliza, ainda, o estabelecimento de uma reserva de áreas para a produção de habitação de interesse social, com a delimitação de áreas vazias no âmbito da construção da Política de Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial.

No entanto, não basta somente a revisão dessas legislações de forma autônoma, o intuito inicialmente proposto foi sempre equacionar e integrar as ações de planejamento e de gestão de forma participativa e democrática, aprimorando e agilizando o atendimento ao cidadão, imprimindo transparência às ações, articulando as políticas e grandes planos setoriais com vistas à melhoria

e ampliação dos serviços, dos equipamentos coletivos e das atividades econômicas e culturais. Desta forma, foram realizadas reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE e criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano - CLP.

Dessa formam a SEGETH adotou práticas ancoradas no princípio da democracia participativa com a inclusão de vários setores da sociedade civil. Assim, foram realizadas 151 reuniões com a participação da sociedade civil, profissionais de conselhos, comissões e o Estado, da seguinte forma:

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	18
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	9
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	30
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	4
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	2
Audiência Pública/Consulta Pública	12
Lei de Permeabilidade	18
Lei de Antenas	5
LUOS	16
PPCUB	15
Lei dos Puxadinhos	4
Vila Planalto	3
Comitê Gestor do Habita Brasília	3
Mediações	2
Câmara Temática - Aprovação de Projetos, ARINE e ARIS	5
Fórum de Regularização Fundiária	5
Total de Reuniões	**151**

No tocante ainda ao Objeto Específico em questão, importa dizer que apesar de todo o estudo, desenvolvimento do PL de constituição do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, não foi possível a sua criação em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual limitou os gastos públicos e criação de novas estruturas no ano de 2016.

Um dos maiores avanços que se pode destacar, foi a publicação do Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, que se trata de uma infraestrutura de dados espaciais e regulamentou e definiu a IDE/DF, SITURB, GEOPORTAL que é o portal web que disponibiliza acesso às geoinformações, metadados e aos geoserviços das entidades participantes da IDE/DF, possui um mapa dinâmico, onde qualquer cidadão, instituição pública ou privada, órgãos do governo, estudantes, enfim, qualquer pessoa pode acessar todos os dados georreferenciados do território e da população do Distrito Federal. Com isso, foi possível reunir em um só local, as mais variadas informações, que vão da malha cicloviária, até lotes escriturados, áreas passíveis de regularização, obras públicas, redes de infraestrutura e outras informações.

Por fim, corroborando com o objetivo em questão, foram desenvolvidos projetos para a promoção de intervenções estruturantes, visando qualificação e reabilitação de espaços públicos, dentre os previstos, 40% foram desenvolvidos no ano de 2016, projetos esses relacionados à acessibilidade, parques, espaços livres públicos, praças, sistema viários, parcelamento do solo, infraestrutura, estações do metrô e terminal rodoviário.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

SEAGRI-DF

Os assentamentos de reforma agrária se consolidaram, nas últimas décadas, como uma das principais políticas de estado que melhor conjugam os esforços para aliar desenvolvimento social, econômico e sustentabilidade ambiental. O público da reforma agrária é, em sua imensa maioria, composta por trabalhadores excluídos dos processos produtivos e do mercado formal, sendo posseiros, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, bem como ex-moradores das periferias dos centros urbanos. Dada as condições econômicas, também são grupos de grande vulnerabilidade social, com altos índices de insegurança alimentar. Nesse sentido, todo projeto de assentamento é também um projeto de reforma social, de superação da pobreza e da vulnerabilidade que assola os grupos sociais menos abastados.

Por outro lado, os assentamentos de reforma agrária também cumprem um papel importante em projetos de desenvolvimento econômico e regional. Além de serem potenciais polos produtores de alimentos, contribuindo assim para uma política mais ampla de abastecimento, são também responsáveis por atrair investimentos públicos significativos – como é o caso do Crédito Instalação – dinamizando a economia local. Cabe destacar também como a nova política de habitação rural tem sido responsável por uma relevante retomada do setor de construção civil, sobretudo de micro e pequenas empresas de construção civil e de materiais de construção.

Com o intuito de alcançar o Objetivo Específico a SEAGRI fez o pré-cadastro das famílias do acampamento Patrícia & Aparecida, o qual foi constituído em novembro de 2013 com a ocupação inicial de 87 famílias vinculadas ao Movimento Brasileiro de Sem Terra – MBST, na BR 251, km 21 na Região Administrativa de São Sebastião, na Fazenda Quebrada dos Neres Para tanto, também foi elaboração do relatório de viabilidade ambiental social, solicitação da outorga de uso de água e o licenciamento ambiental.

O Projeto de Assentamento Distrital Patrícia & Aparecida foi criado no âmbito do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT, situado no imóvel Quebrada dos Neres, em Terras Desapropriadas, pertencentes ao patrimônio da TERRACAP, conforme matrículas nº 47 e nº 77, às fls. 35 e 69, respectivamente, do Livro 3 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. O assentamento possui área total de 377,14 hectares. O assentamento possui capacidade para instalação de 24 unidades agrícolas familiares. Compete à SEAGRI a coordenação do processo de implantação e desenvolvimento do assentamento criado pelo Decreto 37.932 de 30 de dezembro de 2016, devendo ser observadas as etapas e responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos no PRAT, conforme previsto na Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 34.289, de 17 de abril de 2013.

SEMA

No que concerne aos mecanismos interfederativos de articulação e governança, o processo de formulação da Lei do ZEE tem contribuído de forma essencial para o seu alcance, posto que implica na articulação de 23 órgãos distritais e 2 federais, acompanhamento pelo Ministério Público do Distrito Federal, pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do DF, bem como supervisão do Ministério do Meio Ambiente, este último para resguardo da metodologia nacional na elaboração do instrumento.

Com relação ao Projeto de Lei do ZEE-DF, o mesmo dá diretrizes para revisões necessárias nos instrumentos de planejamento e gestão territorial, o que converge com a qualificação, disciplina e restabelecimento do uso e ocupação sustentáveis do solo, tais como: revisão do PDOT e LUOS, levando em consideração os riscos ecológicos e a capacidade de suporte do território, a compatibilização dos planos de manejo de áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, estudo da disponibilidade hídrica, saneamento no processo de geoinformação temática ambiental, apontamento da necessidade da criação de políticas de desenvolvimento econômico, social e rural, bem como de fiscalização integrada para combate à grilagem.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6208	2	1	Efetivar a integração interinstitucional do Licenciamento; (SEMA)	21101	100	%	MAIOR, MELHOR	10	-	-	-	10	
6208	2	2	Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)	14101	2.250	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6208	2	3	Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)	14101	1.578	UNID	MAIOR, MELHOR	81	-	-	-	81	
6208	2	4	Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)	14101	100	%	MAIOR, MELHOR	33,33	-	-	-	33,33	
6208	2	5	Reduzir em 15% da quantidade de áreas de interesse social pendentes de regularização fundiária, com a regularização de 09 projetos de interesse social das 64 ARIS existentes; (CODHAB)	28209	15	%	MENOR, MELHOR	1	-	-	-	1	
6208	2	6	Redefinir e normatizar 100% do fluxo de documentos e procedimentos internos do setor de Licenciamento Ambiental do IBRAM; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	22,5	-	-	-	22,5	
6208	2	7	Elaborar mapeamento de tendências para a ocupação irregular do território do DF; (IBRAM)	21208	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	
6208	2	8	Reprimir à ocupação irregular em Unidades de Conservação Ambiental em 10% em 2017, 20% em 2018 e 30% em 2019; (IBRAM)	21208	30	%	MAIOR, MELHOR	Linha de base	-	-	-	Linha de base	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6208	2	9	Realizar uma ação de fiscalização integrada por mês a partir do ano de 2017; (AGEFIS)	09201	36	UNID	MAIOR, MELHOR	289	-	-	-	289	
6208	2	10	Realizar um evento de educação urbana por bimestre no primeiro ano, passando a um evento de educação urbana por mês até o fim do ano de 2019; (AGEFIS)	09201	42	UNID	MAIOR, MELHOR	29	-	-	-	29	
6208	2	11	Gerar relatórios gerencias mensais de monitoramento territorial como subsídio à fiscalização integrada. (AGEFIS)	09201	100	%	MAIOR, MELHOR	242	-	-	-	242	

Análise Qualitativa

1. Efetivar a integração interinstitucional do Licenciamento; (SEMA)

Articulação interinstitucional, no âmbito da Coordenação Geral Técnica e Política do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, entre a SEMA, o IBRAM, a SEGETH, a ADASA, a SEAGRI, a TERRACAP, a SINESP etc., para elaboração e refinamento da minuta do anteprojeto de lei do ZEE-DF, que propõe um instrumento disciplinador para o licenciamento consubstanciado em uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água.

2. Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)

O potencial de entrega de CDRU's pela SEAGRI são de 24 glebas em processo de individualização da Fazenda Várzeas pertencente ao Patrimônio do Distrito Federal, sendo atribuição específica da SEAGRI todo o trâmite para o alcance desta meta e no ano de 2016 com a individualização das 24 Glebas da Fazenda Várzeas.

A entrega de aproximadamente 560 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, dividindo o quantitativo de 2.250 por 04 (quatro) anos, previstos para o ano de 2016 esta condicionado ao acertamento fundiário, após efetuação do registro da individualização do imóvel rural, e a legislação específica que instituísse a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, advinda após amplo debate com o setor produtivo e entidades interessadas culminando no Projeto de Lei que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, ou seja, com a iminência desta norma no meio jurídico, além do mais a SEAGRI trabalhou no ano de 2016 uma Minuta de Decreto, para regulamentação do possível Projeto de Lei autorizando a Terracap e o Distrito Federal a efetuarem o registro da individualização da terra pública rural, que alcançará as devidas assinaturas das CDU's.

3. Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)

Foram entregues 81 documentos de legitimação de ocupação. A SEAGRI foi restruturada em 2016 e durante o ano foram realizados os ajustes a nova estrutura e com isso houve alterações no fluxograma da Regularização Fundiária, dessa forma afetando a tramitação dos processos de regularização. Cabe ressaltar que o andamento do processo depende do comprometimento do requerente em atender as notificações da SEAGRI ao longo do processo e dessa forma sendo a inércia do requerente o maior empecilho para o andamento ágil do processo. Devemos levar em

consideração ainda a quantidade de processos que foram indeferidos por parcelamento irregular do solo e não comprovação da ocupação, inclusive apresentação da documentação mínima exigida por lei.

4. Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)

Elaboração de Minuta de Projeto de Lei, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e dá outras providências e elaboração da Minuta do Decreto que regulamentará a Lei a ser publicada, após amplo debate com o setor produtivo.

5. Reduzir em 15% da quantidade de áreas de interesse social pendentes de regularização fundiária, com a regularização de 09 projetos de interesse social das 64 ARIS existentes; (CODHAB)

Promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal está entre as competências da CODHAB e nesse sentido, a Empresa regularizou, em 2016, a ARIS SÃO SEBASTIÃO e adiantou a regularização de mais 03 (três) ARIS, sendo elas NOVA PLANALTINA, SOL NASCENTE ETAPA 2 TRECHO II e PONTAS DE QUADRAS DE SOBRADINHO, que serão finalizadas em 2017. O maior desafio encontrado para cumprimento desta meta é o tempo desprendido na obtenção do licenciamento ambiental. Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS. Em 2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, concluindo 06 Projetos de Regularização Fundiária, contendo Planta Urbana, Memorial Descritivo, Norma Geral de Gabarito – NGT.

6. Redefinir e normatizar 100% do fluxo de documentos e procedimentos internos do setor de Licenciamento Ambiental do IBRAM;

Esta meta está subdividida em 6 etapas, quais sejam: 1) Diagnóstico e prognóstico da situação do licenciamento ambiental realizado por empresa de consultoria (20% do total da meta); 2) Execução das principais melhorias levantadas na etapa 1, a saber: elaboração de checklist para entrada de documentos externos, elaboração de modelos de pareceres estruturados, elaboração de termos de referência, elaboração de banco de condicionantes (50% do total); 3) Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações (10% do total); 4) Elaboração de Norma relativa ao fluxo de documentos e procedimentos administrativos e técnicos (10% do total); 5) Elaboração de Normas específicas por atividade licenciável (5% do total); 6) Sintetização das informações anteriores (etapas de 1 a 5) em um manual do licenciamento, no site do IBRAM (5% do total).

Do conjunto de etapas/atividades, a 1ª foi integralmente concluída em 2016 (20% da meta total para os 4 anos) e a 2ª evoluiu em 5% do que foi estabelecido (2,5% da meta total para os 4 anos). Assim, o total executado em 2016 foi de 22,5%.

7. Elaborar mapeamento de tendências para a ocupação irregular do território do DF (IBRAM);

Com o objetivo de estabelecer prioridades nas ações de desobstrução das ocupações, a fim de evitar e/ou mitigar o processo continuado e agressivo de ocupação irregular de áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, a Fiscalização Ambiental do IBRAM, em conjunto com os Órgãos do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal, contribuiu ativamente com a criação do método Matriz Multicriterial de Análise Territorial – MARIT. A MARIT permite que o Comitê de Governança classifique as áreas irregulares conforme suas vulnerabilidades territoriais, seja de ordem urbana, fundiária, ambiental ou social, promovendo medidas de remoção das ocupações e invasões. Ainda, no âmbito do Comitê de Gestão do Território, a Fiscalização Ambiental contribuiu com a criação do Mapa de Informações Geoespaciais que reúne base de dados georreferenciadas das ocupações irregulares e das ações de desobstrução, estando em processo continuo de revisão e atualização. Apesar de todos os esforços na promoção do combate as ocupações irregulares, a Fiscalização Ambiental do IBRAM não conseguiu mapear as tendências das áreas sujeitas a ocupações irregulares. O desafio para a Fiscalização Ambiental será contribuir na criação, normatização e estruturação, material e humana, de uma Gerência de Fiscalização com a temática de Uso e

Ocupação do Solo, com o objetivo de realizar ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais atinentes às ocupações irregulares. Essa medida, em conjunto com as melhorias processuais que estão em curso, irá proporcionar ganho de eficiência e maior efetividade nas ações de Fiscalização Ambiental já em 2017.

8. Reprimir a ocupação irregular em Unidades de Conservação Ambiental em 10% em 2017, 20% em 2018 e 30% em 2019 (IBRAM);

No ano de 2016 a Fiscalização Ambiental do IBRAM realizou diversas ações fiscais, em conjunto com o Comitê de Gestão do Território, para desocupação nas Unidades de Conservação Distrital. As ações foram realizadas nas seguintes Unidades de Conservação: ARIE Cruls, Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul, Parque Ecológico Península Sul, Parque Ecológico Bernardo Sayão (Rasgado), sendo desconstituído o total de 81 (oitenta e uma) edificações e removido cercas, alambrados e muros. O desempenho da fiscalização restou prejudicado em razão das leis de criação de algumas Unidades de Conservação terem sido declaradas inconstitucionais pelo Poder Judiciário, existindo de fato, mas não de direito, e de algumas Unidades não possuírem poligonais e plano de manejo elaborados, aprovados e publicados. Para o cálculo da meta de 2017 serão utilizados, como linha de base, os índices de 2016 aqui apresentados. Ressalta-se que o cumprimento dessa meta está associado ao alcance da Meta 5, da Temática de Infraestrutura e Sustentabilidade, em que o IBRAM se compromete a criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques.

9. Realizar uma ação de fiscalização integrada por mês a partir do ano de 2017; (AGEFIS)

Entende-se por operações de fiscalização integrada todas as ações de fiscalização pautadas pelo Comitê de Governança do Território, realizadas diariamente, quais sejam as Grandes Operações e as Operações de Pronta Resposta. Assim, o representativo valor alcançado justifica-se pela afinização inter órgãos propiciada pela criação do Comitê. Portanto, posteriormente, solicitar-se-á a alteração da meta pelos canais apropriados.

Foram realizadas 289 operações de desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, empreendidas em operações integradas de fiscalização, sendo 107 grandes operações e 182 pequenas e médias operações, perfazendo um total de 10.001.839,0m² de áreas desobstruídas.

As operações foram realizadas em parceria com os demais órgãos do governo, com logística e planejamento integrados, regidas pelo Comitê de Governança, de acordo com o Planejamento Estratégico do Governo. (FONTE: Relatório de Atividades 2016)

10. Realizar um evento de educação urbana por bimestre no primeiro ano, passando a um evento de educação urbana por mês até o fim do ano de 2019; (AGEFIS)

Atualmente, entende-se por evento de educação urbana, os seminários, as palestras, os workshops, dentre outros, promovidos com o objetivo de sensibilizar os cidadãos acerca das ações da AGEFIS atinentes à acessibilidade, à limpeza urbana e às atividades econômicas, aprimorando para a melhoria da qualidade de vida no DF. Esses eventos compreendem: sensibilização em acessibilidade; sensibilização em limpeza urbana; sensibilização em atividades econômicas.

No ano de 2016 a AGEFIS realizou 30 (vinte e nove) eventos, com a participação de 1.713 (um mil e setecentos e treze) pessoas, sendo:

23 (vinte e três) eventos com temática acessibilidade e 779 (setecentos e setenta e nove) pessoas sensibilizadas;

05 (cinco) eventos da limpeza urbana com 703 (setecentos e três) participantes; e

02 (duas) Caminhadas Urbanas, com 29 (vinte e nove) participantes.

(FONTE: Reportes Sistema Gestão DF)

11. Gerar relatórios gerencias mensais de monitoramento territorial como subsídio à fiscalização integrada. (AGEFIS)

Será solicitada a alteração da descrição da meta e sua mensuração pelos canais apropriados, pois atualmente para cada operação realizada é produzido um relatório gerencial de monitoramento territorial correspondente. Contudo, tem-se para o ano de 2016 o total de 242 relatórios gerados.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1414	DOMICILIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	UNIDADE	120730	30/abr/12	BIANUAL	108.657	-	97.791	88.012	79.210	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2
1415	TAXA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA	UNIDADE			TRIMESTRAL	50	97,7	50	70	90	AGEFIS / UO 09201 / OE 2
1416	ÁREAS DESOBSTRUÍDAS	%			TRIMESTRAL	1	10126168,0	2	3	5	AGEFIS / UO 09201 / OE 2
1417	NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO PARA OS EVENTOS EDUCAÇÃO URBANA	NOTA			TRIMESTRAL	>=4	-----	>=4	>=4	>=4	AGEFIS / UO 09201 / OE 2

Justificativas 2016

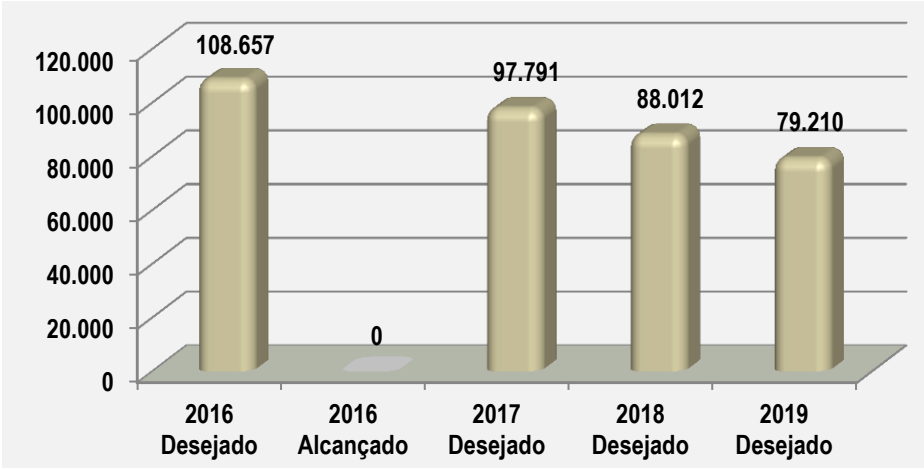
Indicador 1414 - Não foi apurado por que o indicador foi mal formulado, e será revisto.

Indicador 1415 - A taxa de realização de operações de desobstrução atingida foi de 97,7%, posto que, apenas uma das operações planejadas foi frustrada. Ressalta-se que, a referida taxa foi mensurada em índice percentual.

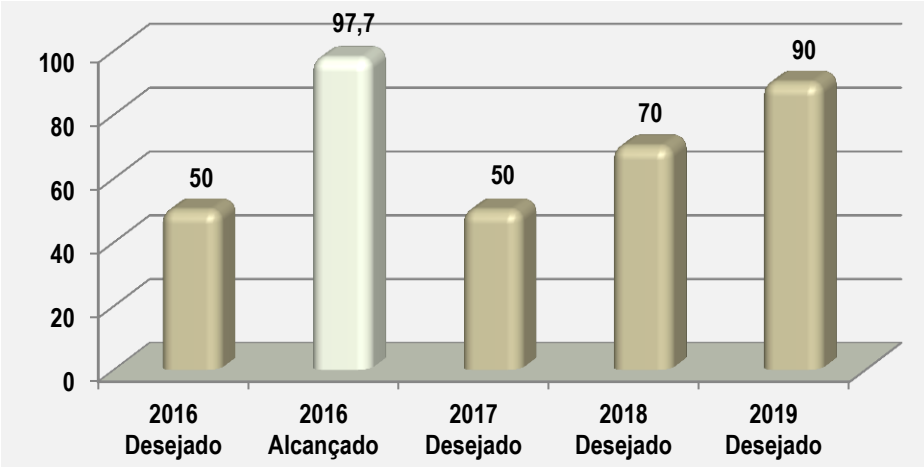
Indicador 1416 - O valor registrado corresponde à metragem quadrada de áreas desobstruídas pela AGEFIS. Conclui-se pois, que os valores lançados para o referido indicador serão mensurados na unidade m².

Indicador 1417 - Indicador sem registros de mensuração pela instituição em 2016. Não será aferido posteriormente. A exclusão do indicador será solicitada formalmente pela instituição.

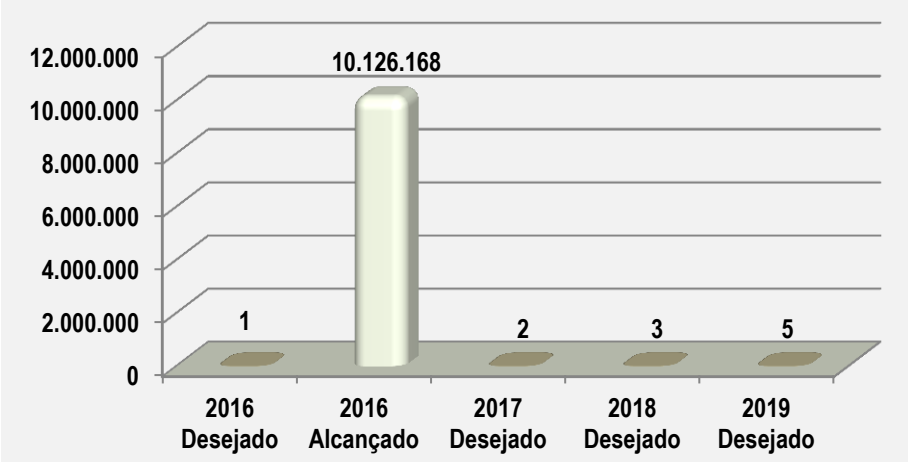
DOMICILIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF



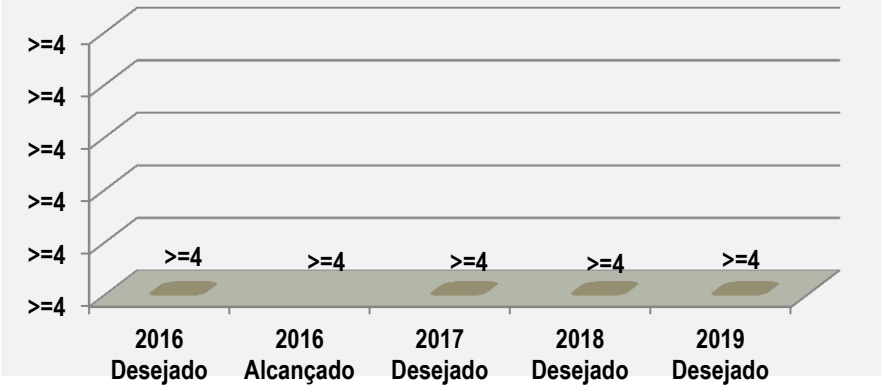
TAXA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA



ÁREAS DESOBSTRUÍDAS



NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO PARA OS EVENTOS EDUCAÇÃO URBANA
>=4



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	2	1	Articulação interinstitucional com o IBRAM, ADASA, SEGETH, SEAGRI, TERRACAP, SINESP e Concessionárias, e PGDF para implementação do presente Objetivo Específico; (SEMA)	21101	10%	Articulação interinstitucional, no âmbito da Coordenação Geral Técnica e Política do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, entre a SEMA, o IBRAM, a SEGETH, a ADASA, a SEAGRI, a TERRACAP, a SINESP etc, para elaboração e refinamento da minuta do anteprojeto de lei do ZEE-DF, que propõe um instrumento disciplinador para o licenciamento consubstanciado em uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água.
6208	2	2	Criação de GT via expedição de Decreto com vista à elaboração de fluxos de trabalho e procedimentos para o Licenciamento Integrado; (SEMA)	21101	0%	A criação do referido GT, com as respectivas atribuições de seus integrantes, depende dos avanços na definição da proposta da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água no anteprojeto de Lei do ZEE-DF (2º semestre de 2017).
6208	2	3	Consultas e validações em Conselhos Distritais acerca dos novos fluxos e etapas para integração dos licenciamentos; (SEMA)	21101	0%	Etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água, após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF (ano de 2017).
6208	2	4	Atendimento das Famílias nos Postos de Assistência Técnica (CODHAB);	28209	14%	Pretende-se atingir o número de 252.000 famílias nos postos de assistência técnica da CODHAB, estima-se que cerca de 6.000 famílias serão atendidas por mês nesses postos a partir de 2017. Em 2016 o atendimento se intensificou a partir do 2º semestre.
6208	2	5	Análise de processos de emissão de escrituras (CODHAB);	28209	18,9%	Em 2016, a Gerência de Crédito Imobiliário/DIFIN analisou 1.905 processos do total de 13.000 processos a serem analisados até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG analisou 12.452 processos dos 63.000 que deverão ser analisados até 2019.
6208	2	6	Emissão de Escritura públicas para os contemplados pelos Programas da CODHAB (CODHAB);	28209	19,2%	A Gerência de Crédito Imobiliário emitiu o total de 1.197 escrituras no exercício de 2016, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019. A Gerência de Cadastro emitiu 8.198 escrituras das 44.100 que se pretende emitir até final de 2019.
6208	2	7	Emissão de Termo de Concessão de Uso para os contemplados pelos Programas da CODHAB (CODHAB);	28209	18,6%	A partir de 2016 o Termo de Concessão de Uso foi substituído pela Escritura de Reconhecimento de Ocupação para os lotes não registrados mais passíveis de regularização. Em 2016 foram emitidas 3.513 escrituras das 18.900 que se pretende emitir até 2019.
6208	2	8	Reestruturação (Revisão) do processo de julgamento dos Autos de Infração Ambiental; (IBRAM)	21208	80%	Para realizar essa reestruturação o IBRAM contratou empresa de consultoria especializada em modelagem de processos – viabilizada por meio de um Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o IBRAM, a UNESCO e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação - onde foi definido uma nova forma de julgamento dos autos de infração, a partir da criação de uma Câmara de Instrução e Julgamento. Uma equipe técnica avalia o processo administrativo ao qual o auto de infração está vinculado, os procedimentos adotados e a legislação pertinente e, em seguida, encaminha para julgamento, que é feito por um dentre quatro superintendentes, com acompanhamento e gestão da Secretaria Geral do Instituto. Em 2016 o novo processo foi idealizado, testado e aprovado, restando para 2017 a publicação da Instrução Normativa que regulamentará a implantação do novo processo de julgamento dos autos de infração.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	2	9	Revisão e atualização da legislação ambiental afeta as infrações ambientais; (IBRAM)	21208	50%	Publicado o Decreto Distrital nº 37.506/16, dispondo sobre o procedimento de apuração e aplicação de sanções administrativas em decorrência de infração administrativa ambiental ocorrida no âmbito do DF.
6208	2	10	Elaboração de Instruções Normativas para as atividades licenciáveis; (IBRAM)	21208	20%	Esta ação está inserida na meta 6, e teve como principal atividade de 2016 o diagnóstico e prognóstico elaborado por empresa de consultoria. Esta ação somente será concluída após publicação das instruções pelo IBRAM, ou seja, nas etapas 4 e 5 elencadas na META 6.
6208	2	11	Revisão das Normas Ambientais aplicáveis ao Licenciamento Ambiental; (IBRAM)	21208	20%	Esta ação será executada simultaneamente a etapa 4 e 5, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma que as instruções publicadas façam a revisão das normas ambientais aplicadas ao licenciamento.
6208	2	12	Preparação para realização de Seminários do Licenciamento Ambiental; (IBRAM)	21208	0%	Esta ação será executada simultaneamente a etapa 5, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma a absorver as contribuições da população e profissionais da área.
6208	2	13	Revisão do Manual de Licenciamento Ambiental. (IBRAM).	21208	0%	Esta ação será executada na etapa 6, ou seja, posteriormente a publicação das instruções pelo IBRAM.
6208	2	14	Disponibilizar informações ambientais (SISDIA) e territoriais (ZEE) para fortalecimento de informações para o licenciamento. (SEMA)	21101	30%	Os acessos estão sendo concedidos: 77 analistas do IBRAM com acesso à Base de Dados Geográficos do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF – ZEE-DF; subsídios das informações ambientais e territoriais da Base de Dados do ZEE-DF para relatórios e análise de processos de licenciamento no Conselho de Meio Ambiente do DF – CONAM e no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF – CONPLAN; fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

No intuito de alcançar esse Objetivo Específico o GDF, por meio da SEMA tem trabalhado na proposição de instrumentos para aprimorar, simplificar e dar celeridade ao ato autorizativo de licenciamento. Neste sentido, a primeira ação consistiu na construção de um olhar integrador das leis e regras que incidem nos atos autorizativos ao nível do território no Anteprojeto de lei do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (ZEE/DF) de sorte a minimizar ou eliminar as dubiedades que resultam em interpretações contraditórias nos atos autorizativos. A segunda ação consistiu na instituição, no âmbito do texto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, de novo instrumento, específico para regramento do licenciamento ambiental, do licenciamento urbanístico, bem como da outorga do uso da água, a qual prevê critérios técnicos claros para a tomada de decisão dos atos autorizativos, com vistas a maior transparência, controle social, agilidade e redução da discricionariedade dos servidores públicos durante a análise e tomada de decisão.

Aquele instrumento está nominado como “Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água” e será objeto de regulamentações específicas a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF. Estas três matrizes passam a ser requisitos para a aprovação dos projetos relativos à fase de Viabilidade Ambiental (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia), Licenciamento Urbanístico (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia, após aprovação no CONPLAN) e outorga pelo uso da água (pré-requisito a ambas licenças ambientais).

Ressalte-se que esses instrumentos de regularização/licenciamento ambiental compõem o eixo do Programa de Governo de Brasília, como projeto prioritário do Programa Território da Gente e são metas de responsabilidade, também, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental – IBRAM.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

SEAGRI

No ano de 2016 elaborou-se a Minuta do Projeto de Lei para instituir a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília e a Minuta de Decreto que Regulamentará a Lei mencionada e encaminhadas à Casa Civil e à Câmara Legislativa, de acordo com cada atribuição desses Órgãos.

IBRAM

Ressalte-se que como contribuição para o alcance do Objetivo Específico foi o empenho do IBRAM no sentido de realizar a reestruturação (Revisão) do processo de julgamento dos Autos de Infração Ambiental que para tanto o Instituto contratou empresa de consultoria especializada em modelagem de processos, a qual foi viabilizada por meio de um Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o IBRAM, a UNESCO e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação, cujo resultado da contratação foi a definição de uma nova forma de julgamento dos autos de infração, a partir da criação de uma Câmara de Instrução e Julgamento, em que uma equipe técnica avalia o processo administrativo ao qual o auto de infração está vinculado, os procedimentos adotados e a legislação pertinente e, em seguida, encaminha para julgamento, que é feito por um dentre quatro superintendente, com acompanhamento e gestão da Secretaria Geral do Instituto. Assim, em 2016 o novo processo foi idealizado, testado e aprovado, restando para 2017 a publicação da Instrução Normativa que regulamentará a implantação do novo processo de julgamento dos autos de infração.

CODHAB

Objetivando desenvolver programas na regularização de áreas de interesse social, em 2016 a Codhab realizou ações no sentido de ser capazes de enfrentar o processo de desenvolvimento urbano informal e promover a integração dessas áreas irregulares à cidade formal. Esse processo tem implicado na implementação de ações interventivas em áreas prioritárias estabelecidas no PDOT, Núcleos Urbanos implantados inicialmente pelo poder público, que envolve a regularização do registro cartorário e titulação das unidades habitacionais localizadas nessas áreas.

Outras ações desenvolvidas no intuito de alcançar esse Objetivo Específico destacam-se: disponibilização de 11.771 Escrituras Públicas de Doação e 11.711 Escrituras Públicas de Reconhecimento de Ocupação, distribuídas em 18 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS. No ano de 2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, sendo que São Sebastião foi regularizado ainda em 2016 e foram quase concluídas as regularizações da Etapa 2 do Trecho II do Sol Nascente, Pontas de Quadras de Sobradinho e Nova Planaltina.

SEGETH

A SEGETH participou efetivamente no início dos estudos para efetuar o projeto de regularização de parcelamentos urbanos, o qual foi suspenso em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural no Brasil, que revogou a Lei 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012. Com isso, restou prudente a paralisação do projeto do decreto de regulamentação da Lei 4.996/2012, até que a MP seja convertida em lei e se reestabeleça a segurança jurídica do tema em questão. Tão logo a MP 759 for aprovada no Congresso, haverá a possibilidade de ser retomado os estudos referente ao projeto citado.

Destaca-se, também, que duas outras legislações foram discutidas no ano de referência, sendo elaborada minuta de projeto de lei de compensação urbanística, visando sanar o problema de inúmeros empreendimentos, em lote ou projeção registrado no Cartório de Ofício de Registro de Imóveis competente, que estão em desacordo com os índices de parâmetros urbanísticos

estabelecidos na legislação urbanística vigente, possibilitando assim a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação mediante indenização pecuniária ao Estado, ou seja, a norma poderá trazer a regularidade a uma série de empreendimentos no Distrito Federal. A outra legislação trata-se do projeto de lei de permeabilidade, acarretando a consolidação do marco legal sobre dispositivos de infiltração e de retenção de águas pluviais, e de se mitigarem incompatibilidade e conflitos de normas urbanísticas entre a ocupação do solo e subsolo e a taxa de permeabilidade prevista para o lote.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – HABITAÇÃO COM CIDADANIA: Definir e endereçar a demanda real habitacional por faixa socioeconômica, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade, atividade econômica, infraestrutura, lazer, áreas verdes e prestação de serviços públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6208	3	1	Regulamentar a Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	80	-	-	-	80	
6208	3	2	Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	
6208	3	3	Atualizar os Instrumentos Legais que regulamentam atuação do poder público no enfrentamento ao déficit habitacional no DF; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	
6208	3	4	Constituir Política de Locação Social da Moradia às famílias de renda equivalente a 3 salários mínimos que tem comprometimento de mais de 30% da sua renda domiciliar com aluguel; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	70	-	-	-	70	
6208	3	5	Criar Linha de Assistência Técnica às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS a adequação da moradia; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6208	3	6	Estabelecer fonte de recursos permanente para a ação com direcionamento a arrecadação por tributos específicos; (SEGETH)	28101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	
6208	3	7	Criar e integrar os sistemas de monitoramento de ações	28101	100	%	MAIOR,	50	-	-	-	50	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			de enfrentamento do déficit habitacional. (SEGETH)				MELHOR						
6208	3	8	Atender com moradia adequada 20% dos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, com o atendimento de 30.000 dentre os 140.000 habilitados; (CODHAB)	28209	30.000	UNID	MAIOR, MELHOR	4.901	-	-	-	4.901	
6208	3	9	Recuperar em sua totalidade os créditos oriundos dos contratos junto ao FCVS, no valor de R$ 380.000.000,00; (CODHAB)	28209	380.000.000	R$	MAIOR, MELHOR	8.392.972	-	-	-	8.392.972	
6208	3	10	Quitar a dívida imobiliária junto a Caixa Econômica Federal, num total de R$ 182.000.000,00. (CODHAB)	28209	182.000.000	R$	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	

Análise Qualitativa

1. Regulamentar a Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social; (SEGETH)

Foi elaborada minuta de decreto de regulamentação da lei em tela, à qual foi submetida à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, que sugeriu modificações a fim de aprimorar o instrumento. Estima-se que 80% da meta foi alcançada.

2.Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; (SEGETH)

Em relação aos componentes do PLANDHIS implementados no ano de 2016, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Entrega de 4.901 unidades habitacionais por meio do programa habitacional Morar Bem.
- Realização de estudos e pesquisas para identificação e criação de novas áreas de provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS;
- Realização de estudos e pesquisas para dispor sobre a implantação da linha de ação Serviço de Locação Social do Programa Habita Brasília;
- Realização de estudos e pesquisas para dispor sobre a regulamentação da Lei 5485/2015 – para serviço de assistência técnica a habitação de interesse social;
- Realização de cursos de capacitação familiar em construção civil para famílias beneficiárias do Programa Habitacional Habita Brasília;
- Criação das linhas de ação “melhorias habitacionais” e “ações urbanas”.

Com base nas ações supracitadas, a meta foi atingida em 50%.

3. Atualizar os Instrumentos Legais que regulamentam atuação do poder público no enfrentamento ao déficit habitacional no DF; (SEGETH)

Foi elaborado o Decreto nº 37.438/2016, que institui o Programa Habita Brasília, no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal, e foi crido o Comitê Gestor e o Grupo Técnico Executivo para desenvolvimento das ações de implantação do Programa. As cinco modalidades do Programa –Lote Legal; Projeto na Medida; Morar Bem; Aluguel Legal e Portas Abertas— atendem a inscritos nas listas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (Codhab). No mesmo ano se iniciaram os trabalhos para regulamentação da linha de ação Aluguel Legal, com reuniões de alinhamento técnico e elaboração do plano de trabalho previstos para ocorrer em 2017.

Além disso, foram realizados estudos para a proposição de novas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de provimento habitacional, os quais se consubstanciaram em um caderno técnico.

Elaborou-se ainda o plano de trabalho do acordo de cooperação técnica para construção de qualidade e sustentabilidade, firmado entre a SEGETH e a CODEPLAN, onde figura um eixo de indicadores de habitação, destinados a aprimorar o acompanhamento do déficit habitacional no Distrito Federal, que poderão subsidiar o aprimoramento da legislação afeta. Estima-se que 50 % da meta foi alcançada.

4. Constituir Política de Locação Social da Moradia às famílias de renda equivalente a 3 salários mínimos que tem comprometimento de mais de 30% da sua renda domiciliar com aluguel; (SEGETH)

Foi iniciada a modelagem da linha de ação e iniciados os projetos de arquitetura e complementares para a construção do edifício cujas unidades habitacionais, com as tipologias 1, 2 e 3 quartos, serão destinadas para o atendimento ao público alvo que se encontra em ônus excessivo com aluguel.

5. Criar Linha de Assistência Técnica às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS a adequação da moradia; (SEGETH)

Foram criadas linhas de assistência técnica às famílias de baixa e média renda, linhas que tratam de melhorias habitacionais e ações urbanas. Em 2016, 2860 moradias foram melhoradas, recebendo reboco e/ou pintura, pintura de painel artístico e ainda construção de fossas. No final do ano de 2016 foi firmado contrato para atuação na linha "Melhorias Habitacionais" que serão realizadas no ano de 2017.

6. Estabelecer fonte de recursos permanente para a ação com direcionamento a arrecadação por tributos específicos; (SEGETH)

Revisão da legislação específica que trata da ONALT e ODIR.

7. Criar e integrar os sistemas de monitoramento de ações de enfrentamento do déficit habitacional. (SEGETH)

Firmado o plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica para Construção de Qualidade e Sustentabilidade, entre a SEGETH e a CODEPLAN, onde figura um eixo de indicadores de habitação, destinados a aprimorar o acompanhamento do déficit habitacional no Distrito Federal. Será possível acompanhar anualmente, por meio de pesquisa amostral, os quatro componentes do déficit habitacional, segundo método da Fundação João Pinheiro, nos quais embasa-se o Programa Habitacional Habita Brasília: domicílios em situação de coabitação, domicílios em situação de ônus excessivo com aluguel, domicílios com adensamento excessivo e domicílios apresentando déficit por precariedade. Além disso iniciaram-se os trabalhos para elaboração de nota técnica sobre a aplicação do método da Caixa Econômica Federal para estimativa da Demanda Habitacional Domiciliar, apto a aperfeiçoar análises sobre a precariedade habitacional.

8. Atender com moradia adequada 20% dos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, com o atendimento de 30.000 dentre os 140.000 habilitados; (CODHAB)

Da perspectiva traçada para 2016, foram entregues 4.901 Unidades habitacionais aos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, nas localidades do: Riacho Fundo II – 4ª (1.392), Riacho Fundo II – 5ª etapa (1.116), Paranoá (2.304), Samambaia (56) e Sobradinho II – COER (33), promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS e FAR.

9. Recuperar em sua totalidade os créditos oriundos dos contratos junto ao FCVS, no valor de R$ 380.000.000,00; (CODHAB)

No período 2015/2016, ocorreu à habilitação de outros 23.420 contratos junto ao FCVS, e foi dada celeridade aos trabalhos das etapas seguintes, quais sejam: a definição junto à CAIXA/FCVS da quantidade de processos a serem homologados, com a indicação de 2.500 mensais, a adoção de critérios para agilizar a validação de créditos homologados, além de monitoramento "on line" de diferenças porventura ocorridas na depuração pelo Agente Operador do FCVS, com vistas à pronta atualização de documentação requerida a par da manutenção da regularidade do Agente Financeiro/CODHAB no processo. Dessa forma, no final de 2016 remanesciam 11.925 contratos com créditos a habilitar. É importante ressaltar que após o procedimento de habilitação junto à

CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá à liberação dos respectivos créditos. Está em processo de novação o valor aproximado de R$ 112.000.000,00.

10. Quitar a dívida imobiliária junto a Caixa Econômica Federal, num total de R$ 182.000.000,00. (CODHAB)

Com o processo de recuperação dos créditos do FCVS, estimados em 371,7 milhões, considerando os créditos já habilitados. Desse valor, já foram reconhecidos pela CAIXA/FCVS 299,7 milhões de reais (posição em 31/12/2016 e sujeita a atualizações), por meio das atividades Habilitação/Homologação/Novação onde será possível a efetiva quitação da dívida fundada com a CAIXA/FGTS, a qual gira em torno de 178,6 milhões de reais e ainda restar um saldo positivo para utilização no programa habitacional do Distrito Federal. Com a suspensão da dívida com a garantia dos créditos junto ao FCVS, não houve pagamento da dívida imobiliária junto a Caixa Econômica Federal no exercício de 2016.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1418	NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM	%	1,5	31/dez/14	ANUAL	1,5	3,5	1,5	1,5	1,5	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1419	NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS	UNIDADE			ANUAL	500	2860	500	500	500	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1420	PERCENTUAL DE CRÉDITOS NOVADOS	%			ANUAL	25	31	50	75	100	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1421	FAMÍLIAS EM DÉFICIT HABITACIONAL BENEFICIADAS COM DOMICÍLIOS NOVOS/QUALIFICADOS	UNIDADE	201998	30/abr/12	BIANUAL	10.100	8090	20.200	24.240	30.300	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 3

Justificativas 2016

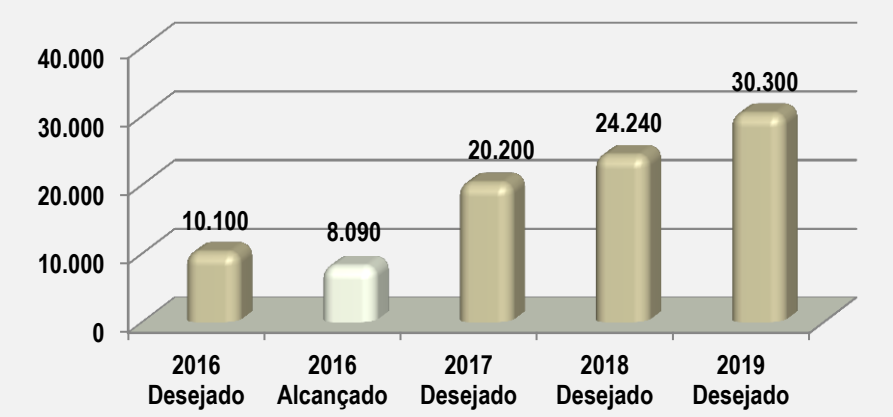
Indicador 1418 - Riacho Fundo II (5ª etapa) Parque do Riacho 1.392 Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS 1.116 Paranoá Paranoá Parque 2.304 Samambaia H4 - ASMARF 56 Sobradinho II COER 33 TOTAL 4.901.

Indicador 1419 - Famílias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias com melhorias habitacionais.

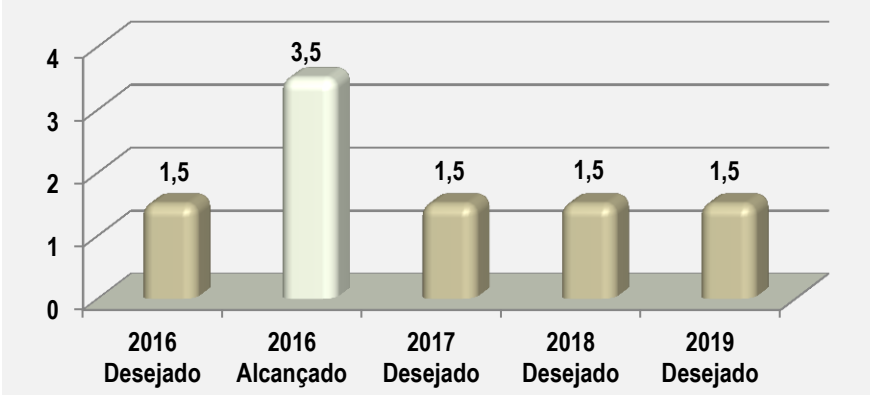
Indicador 1420 - Foram homologados em 2016 pela Caixa Econômica 10.494 contratos, de um total de aproximadamente 33.296 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação(reconhecimento de direito) gerou a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado de R$ 180.000.000,00.

Indicador 1421 - Não foi alcançado devido ao fato de alguns processos licitatórios terem sido impugnados.

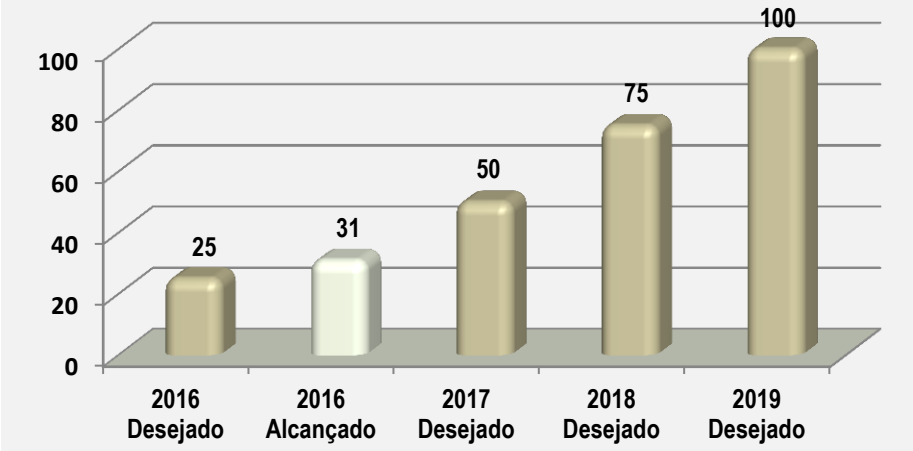
FAMÍLIAS EM DÉFICIT HABITACIONAL BENEFICIADAS COM DOMICÍLIOS NOVOS/QUALIFICADOS



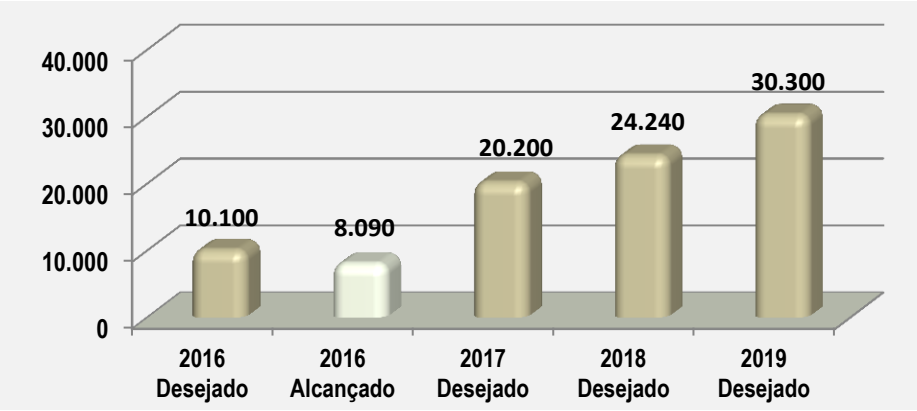
NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM



PERCENTUAL DE CRÉDITOS NOVADOS



FAMÍLIAS EM DÉFICIT HABITACIONAL BENEFICIADAS COM DOMICÍLIOS NOVOS/QUALIFICADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	3	1	Elaboração de Minuta da Regulamentação da Lei 5.485/2015; (SEGETH)	28101	80%	Embora não tenha ocorrido a regulamentação da legislação, a Lei nº 5.485/2015, que estabelece os princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social, está sendo cumprida por meio da assistência nos postos de atendimento nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, visando a requalificação das moradias promovendo melhoria de moradias inadequadas.
6208	3	2	Revisão e implementação das Leis das Outorgas Onerosas do Direito de Construir e de Alteração de Uso, com o viés de aporte de recursos ao FUNDHIS para fazer frente às necessidades da moradia digna; (SEGETH)	28101	100%	Revisão e implementação das Leis ONALT e ODIR realizadas em 2015.
6208	3	3	Atualização dos instrumentos legais de promoção de moradia digna da Política Habitacional do Distrito Federal; (SEGETH)	28101	0%	Início de entendimentos com a Secretaria do Meio Ambiente, visando a Compensação Florestal nos empreendimentos do Programa Habita Brasília do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, estabeleceu com missão da empresa "Promover habitação de qualidade, com cidadania", assim, a Política Habitacional e de Regularização do DF foi estruturado em três linhas estratégicas de ação: a) Provisão de Moradias, que ocorreu com a continuidade do Programa Morar Bem, implementado em parceria com o programa federal Minha Casa Minha Vida, houve o lançamento de programas habitacionais com utilização de recursos próprios da CODHAB, b) Requalificação de Moradias, que vem ocorrendo com as assistências técnicas gratuitas, e c) Regularização Fundiária de Interesse Social, o qual tratava-se de um Projeto Estratégico para a SEGETH, no entanto, foi necessária a sua paralisação em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispões sobre a regularização urbana e rural no Brasil, revogando a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012.
6208	3	4	Promoção de audiências públicas para a atualização dos instrumentos legais referentes a Política habitacional no DF; (SEGETH)	28101	0%	Não houve a realização de audiências públicas.
6208	3	5	Realização do levantamento socioeconômico de famílias a serem beneficiadas com melhorias habitacionais; (CODHAB)	28209	4%	Em 2016 a implementação desta ação foi realizada com recursos humanos próprios, sendo que em 2017 serão utilizados recursos de empresas contratadas. Das 2.000 famílias que se pretende beneficiar com melhorias, somente 77 foram atendidas.
6208	3	6	Realização de ações referentes à remoção e relocação de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social; (CODHAB)	28209	34%	Estima-se que em 4 anos a CODHAB terá que realocar cerca de 850 famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em 2016, foram realocadas 287 famílias.
6208	3	7	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos de unidades habitacionais, realizados por servidores do Órgão. (CODHAB)	28209	19%	A meta era atingir cerca de 400 projetos. Até 2016, os projetos eram elaborados apenas por servidores da CODHAB, foram desenvolvidos 77. A partir de 2017, os projetos serão elaborados por empresas contratadas.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Com o intuito de disponibilizar habitação digna à população a SEGTH elaborou 80% do decreto de regulamentação da Lei 5.485, de 08 de junho de 2015, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social e desenvolveu as ações de assistência técnica às moradias

A provisão de moradias, realizadas em 2016, ocorreu com a continuidade do *Programa Morar Bem*, implementado em parceria com o programa federal Minha Casa Minha Vida, havendo lançamento de programas habitacionais com utilização de recursos próprios da CODHAB.

A assistência técnica permitiu que os proprietários dos lotes requalificação de moradias contasse serviços de assistência técnica gratuita, melhorando a habitabilidade e retirando famílias do déficit habitacional qualitativo.

O projeto de regularização fundiária de Interesse Social, teve início na SEGETH no ano de 2016, no entanto foi necessária a sua paralisação em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispões sobre a regularização urbana e rural no Brasil, revogando a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012.

O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS tem impacto direto nesse Objetivo Específico, tendo como objetivo planejar a política habitacional de interesse social do Distrito Federal, que será executada pelo governo. Compõem o Plandhis todas as ações e estratégias do Governo para o enfrentamento do déficit habitacional do DF de forma ambientalmente sustentável, em especial para as famílias com renda na faixa 1 (até R$ 1.600,00) do Programa Morar Bem. No ano de 2016 foram entregues 4.901 unidades habitacionais por meio do *Programa Morar Bem*, garantindo a segurança jurídica e regularização dessas moradias. Também foram realizados vários estudos referentes à identificação e criação de novas áreas de provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, viabilizando assim novas entregas para o ano de 2017.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

CODHAB

Com a execução de obras de urbanização foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura externa aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos programas Morar Bem/MCMV, localizados no Riacho Fundo II – 4ª e 5ª etapa, na expansão do Paranoá, Recanto das Emas Quadras 117/118, Setor Central Gama e COER (Sobradinho II). A implantação da infraestrutura contempla a execução dos serviços de: Drenagem, Terraplenagem, Pavimentação, calçadas, Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário e Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica de Alta e Baixa Tensão e iluminação pública, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias.

A produção habitacional em 2016 foi promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS e FAR, tendo sido concluído e entregues 4.901 unidades habitacionais. Imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, Governo de Brasília, por meio da CODHAB desenvolveu ações de Melhorias Habitacionais e efetivou as contratações para elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando à seleção de projetos tanto de Unidades Habitacionais quanto de Equipamentos Públicos Comunitários para as regiões do Riacho Fundo II, Sobradinho, Samambaia, Santa Maria, Sol Nascente Trecho I, Sol Nascente Trecho II. Em paralelo aos concursos públicos nacionais, também foram desenvolvidos, através da equipe de projetos da CODHAB, projetos de habitação para Sol Nascente, Samambaia, Vila Estrutural, e ainda projetos de calçadas para o Riacho Fundo II - 4ª Etapa e Recanto das Emas Quadras 117/118.

O Programa MCMV é desenvolvido exclusivamente pela CODHAB por meio de empresas contratadas, entretanto as comunidades onde o programa está em operação são parceiras em potencial e está em operação em cinco comunidades: Porto Rico/Santa Maria, Fercal/DF, QNR/Ceilândia, Estrutural/SCIA/DF e Sol Nascente.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS: TODOS POR BRASÍLIA

GOVERNO ÉTICO TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS



Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Todos por Brasília								
Tornar o cidadão protagonista na formulação e controle de políticas públicas.	6203 - Gestão para resultados	508.895.631	414.714.553	220.634.007	166.326.652	146.721.303	33	29
Tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo.								
Governo ético, transparente e com foco em resultados								
Assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo.	6204 -Atuação Legislativa	1.778.000	2.778.000	748.000	310.383	307.417	17	17
Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.								
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados - TOTAL		**510.673.631**	**417.492.553**	**221.382.007**	**166.637.035**	**147.028.720**	**33**	**29**

PROGRAMA TÉMATICO:
6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

OBJETIVO GERAL:
Promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

45.101 – CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF
001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA: Tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.
19.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF
002 – EQUILÍBRIO FISCAL: Elevar a capacidade do Estado de gerar receita tributária e não tributária e de aplicar adequadamente os recursos públicos por meio da promoção da eficiência e eficácia da máquina administrativa.
32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
003 – EFICIÊNCIA DA GESTÃO: Promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo Brasília.
004 – GESTÃO DE PESSOAS: Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.
005 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: Utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) adequadas para gerar valor à prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais**.**
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI
006 – COMUNICAÇÃO SOCIAL: Difundir informações de interesse público sobre os objetivos, diretrizes e metas do governo, os direitos e deveres dos cidadãos, projetos e ações desenvolvidas pelo Distrito Federal nas diversas áreas de interesse da sociedade e estimular a participação da sociedade no debate com vistas ao aprimoramento das políticas e investimentos públicos.
09.102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF

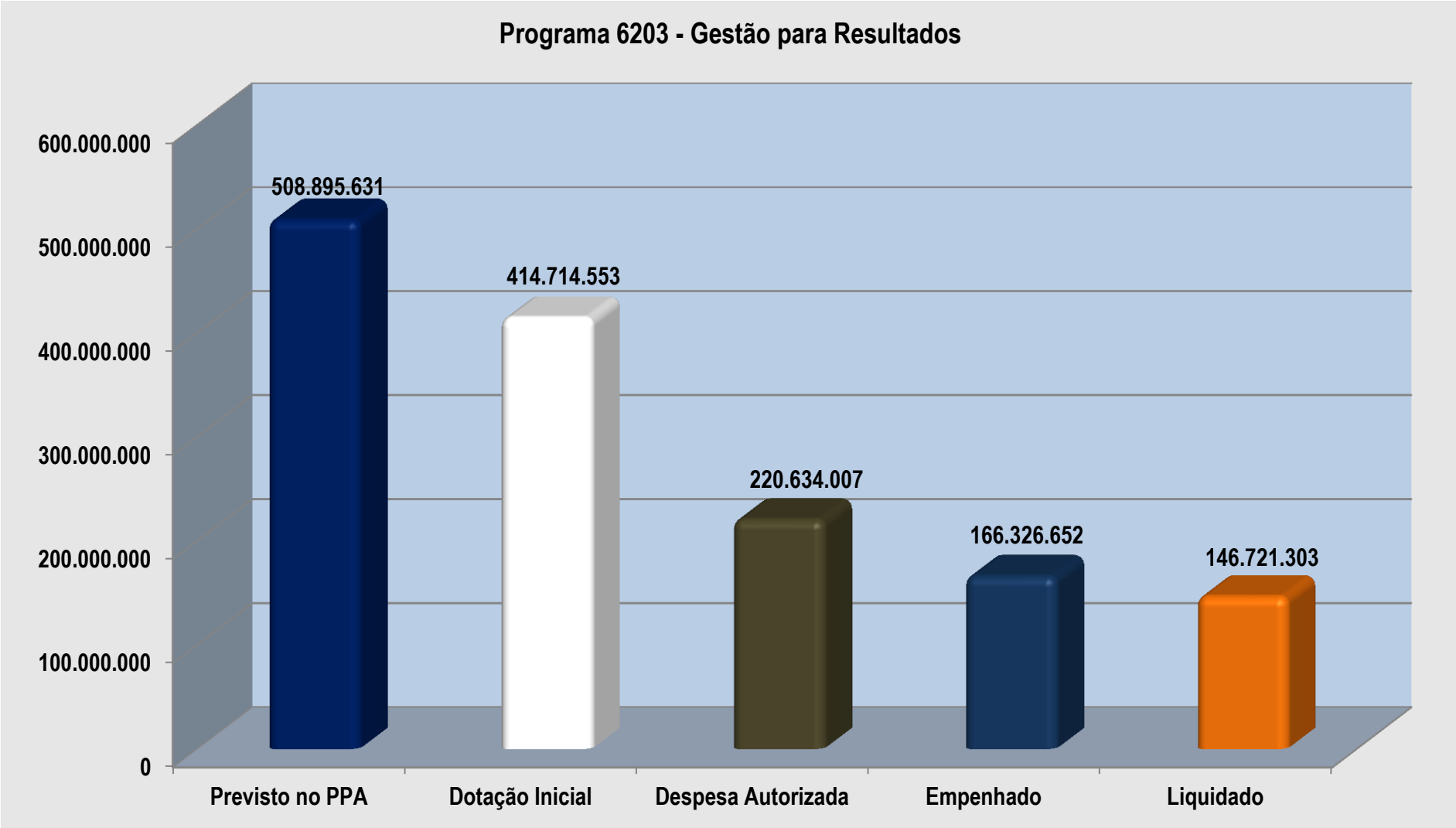
007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS: Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem promover o acesso à informação pública, bem assim a conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	98.172.309	8.891.231	1.908.679	709.234	709.234	1	1
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	515.000	515.000	35.552	6.972	6.972	1	1
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	52.909.877	52.934.877	17.787.905	11.307.634	11.298.227	21	21
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	50.000.000	45.000.000	6.500.000	0	0	0	0
1959 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	5.000	5.000	1.297	0	0	0	0
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	30.763	30.763	26.467	0	0	0	0
2415 - MANUTEÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	42.006.896	42.006.896	0	0	0	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	15.000	15.000	261.506	18.529	18.529	124	124
2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000	420.000	14.202	0	0	0	0
2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000	10.000	8.602	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21.594.875	21.744.875	30.666.372	25.299.798	22.226.462	117	103
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	10.000	8.602	0	0	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMIISTRATIVA	100.000					0	0
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	201.000	201.000	7.226	2.527	2.527	1	1
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.090.000	1.090.000	5.884.068	3.554.892	2.956.951	326	271
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	1.454.500	754.500	1	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	615.000	200.000	3.221	3.215	3.215	1	1
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRAFICAS	54.000	54.000	0	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	637.288	637.288	1	0	0	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	2.150.000	0	2.408.966	1.007.828	1.007.720	47	47

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	23.074.000	25.074.000	16.328.100	0	0	0	0
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	661.919	661.919	293.952	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	50.000	50.000	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	12.951.000	12.951.000	336.403	244.375	244.375	2	2
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.000.000	1.000.000	1	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.491.440	4.546.440	636.423	3.206	3.206	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	18.051	18.051	4.681	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	1.800.000	1.120.001	693.923	693.923	694	694
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	365.000	350.000	400.000	392.962	392.962	108	108
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	161.000	161.000	0	0	0	0	0
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	100.000	100.000	1	0	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	4.276.049	4.276.049	78.202	0	0	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	14.690.000	14.690.000	20.269.543	20.260.921	20.260.921	138	138
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	349.000	349.000	175.877	0	0	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	1.955.578	1.955.578	783.864	0	0	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	48.490.000	48.490.000	9.582.894	2.421.090	2.421.090	5	5
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000	1.000.000	259.323	146.220	135.660	15	14
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	20.400.000	19.550.000	12.685.163	12.474.795	11.609.967	61	57
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.050.000	4.050.000	2.930.651	0	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	99.121.086	99.121.086	89.226.261	87.778.531	72.729.362	89	73
TOTAL DO PROGRAMA 6203	**508.895.631**	**414.714.553**	**220.634.007**	**166.326.652**	**146.721.303**	**33**	**29**

Obs.: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 19.101 – SEF; 32.101 – SEPLAG e 45.101 – CGDF))


Programa 6203 - Gestão para Resultados
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
508.895.631
414.714.553
220.634.007
166.326.652
146.721.303
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA: Tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

45.101 – CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	1	1	Fomentar a fiscalização e o controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF, especialmente pela implantação do modelo IA-CM e da Gestão de Riscos (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	16	-	-	-	16	16
6203	1	2	Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e à corrupção no GDF (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6203	1	3	Aprimorar os procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares no GDF (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6203	1	4	Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação ao GDF (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6203	1	5	Fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6203	1	6	Aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	59	-	-	-	59	59
6203	1	7	Otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF (CGDF);	45101	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	25
6203	1	8	Implantar 01 Casa da Cidadania, com ambientes adequados aos objetivos do projeto (CACI);	9101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	1	9	Implantar 19 Casas Comunitárias (CACI);	9101	19	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	1	10	Implantar 07 Bibliotecas para movimentos sociais (CACI);	9101	7	UNID	MAIOR,	0	-	-	-	0	0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
							MELHOR						
6203	1	11	Capacitar 3.400 pessoas (CACI)	9101	3.400	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	1	12	Disponibilizar 1 unidade móvel para atendimento às comunidades (CACI);	9101	1	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	1	13	Promover o atendimento social a 20.000 pessoas (CACI).	9101	20.000	UNID	MAIOR, MELHOR	55.700	-	-	-	55.700	100

Análise Qualitativa

1. Fomentar a fiscalização e o controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF, especialmente pela implantação do modelo IA-CM e da Gestão de Riscos (CGDF);

Com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno, foi implantado na CGDF o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Modelo IA-CM), integrante do Acordo de Resultados da CGDF, projeto consiste em uma estrutura que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no governo e no setor público em geral e ilustra os níveis e estágios por meio dos quais a atividade de auditoria interna deve evoluir. O Modelo traz uma autoavaliação, construção de capacidades e promoção da profissão, com vistas a melhorar a eficácia da auditoria interna, e contempla macroprocessos-chaves (Key Process Area - KPA) de auditoria interna, constituídos por atividades que devem ser institucionalizadas para que o órgão de controle seja considerado eficaz no governo e no setor público em geral.

Esses macroprocessos também estão relacionados a seis elementos: serviços e papel da auditoria interna; gerenciamento de pessoas; práticas profissionais; gerenciamento do desempenho e accountability; cultura e relacionamento organizacional e estruturas de governança. Tais elementos correlacionam-se ainda com os cinco níveis de maturidade de auditoria interna propostos pelo Modelo: 1-Inicial, 2-Infraestrutura, 3-Integrado, 4-Gerenciado e 5-Otimizado. A Controladoria-Geral objetiva alcançar até 2019 o nível 4 do Modelo e atualmente encontra-se no nível 2 do Modelo.

Além disso, iniciou-se o projeto, também integrante do Acordo de Resultados, de fomento e implantação da Gestão de Riscos em órgãos considerados de alta complexidade no Poder executivo do DF. A iniciativa busca integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção, com o desenvolvimento de atividades e ações destinadas a controlar os riscos da organização, neutralizando seu impacto. Em 2016, a meta de implantação em 15% das unidades programadas de alta complexidade foi alcançada, quais sejam: Hemocentro, SEAGRI e Metrô.

2. Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e à corrupção no GDF (CGDF);

Visando fortalecer os mecanismos institucionais de combate à corrupção, ao longo do ano de 2016 foram priorizadas, as seguintes ações vinculadas ao tema, quais sejam:

- realização de Inspeções Correcionais nos órgãos e entidades do DF, com a finalidade de promover a supervisão técnica das atividades de correição, bem como corrigir as falhas por ventura identificadas. Em 2016, foi realizada inspeção correcional na Administração Regional do Cruzeiro, a qual recomendou a implantação de um sistema de gestão de documentos pela Secretaria das Cidades e a realização de parceria entre aquela Administração e a CGDF para o aperfeiçoamento prático, com troca de experiências entre as duas jurisdicionadas, o que resultou no arquivamento de 4 processos de acompanhamento, após cumprimento das recomendações;
- ações com vistas à implantação de 2 (duas) unidades especializadas de correição na Casa Civil, relações Institucionais e Sociais e Secretaria de Estado de Mobilidade, com o objetivo de aprimorar e fornecer os elementos necessários ao pleno exercício das competências originárias das jurisdicionadas ;
- ações com vistas à implementação de Comissão de Ética em 21 (vinte e um) órgãos e entidades do Distrito Federal ;
- realização de visitas técnicas , sendo 05 (cinco) de cunho correcional e 05 (cinco) de tomada de contas especial nos órgãos e entidades do DF, para definir, padronizar e sistematizar procedimentos ; e
- capacitação de 423 (quatrocentos e vinte e três) servidores em mecanismos de combate à corrupção e disponibilização de modelos de atos processuais aos integrantes das comissões processantes.

3. Aprimorar os procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares no GDF (CGDF);

Em relação aos procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares foi editada a Portaria nº 235, de 26 de outubro de 2016 – que dispõe sobre a criação do Cadastro de Presidentes, Membros, Assistente Técnicos e Peritos para atuarem em Procedimento Apuratório em Comissões de Sindicância Investigatória, Sindicância Patrimonial, processo Administrativo Disciplinar, Processo de Investigação Preliminar, Processo Administrativo de Fornecedores, bem como em Processo de Tomada de Contas Especial no âmbito de Correição do Distrito Federal. Ademais, visando à implantação do módulo Sistema Correcional Integrado no SAEWEB foi feita a contratação de empresa objetivando o desenvolvimento do Sistema. Além disso, foi elaborado o Documento de Visão para à consecução dos trabalhos de concepção e mapeamento dos procedimentos disciplinares que irão possibilitar um monitoramento, em tempo real, dos processos disciplinares desenvolvidos em todos os Órgãos e Entidades do Governo do Distrito Federal.

4. Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação ao GDF (CGDF);

Em relação ao aprimoramento dos procedimentos de apuração de danos ao Erário e sua recuperação, destaca-se a edição da Instrução Normativa nº 1/2016-CGDF, de 31 de maio de 2016, publicada no DODF nº 103, de 1º de junho de 2016, que instituiu o Termo Circunstanciado Administrativo em alternativa ao processo administrativo disciplinar e à sindicância administrativa em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor. E a revisão da Instrução Normativa nº 5/2012 - STC, revogada pela Instrução Normativa nº 4/2016-CGDF, que estabeleceu normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.

5. Fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF (CGDF);

Em 2016 é possível constatar o atingimento de 25% da lacuna identificada por meio do fomento ao monitoramento da Lei de Acesso à Informação, ao monitoramento da transparência passiva, que atualmente possui uma taxa de respostas correspondendo a noventa e oito por cento dos pedidos realizados, ao monitoramento dos requerimentos de acesso a informação, tendo sido respondidos aproximadamente setecentos e sessenta recursos em 2016, ao desenvolvimento de ações que atuem diretamente sobre o índice de transparência ativa dos órgãos do governo do distrito

federal, ao desenvolvimento da formação “espaço aberto” em que as unidades do governo são treinadas quanto à legislação de acesso a informação pela equipe da CGDF e ao desenvolvimento e incremento do portal de transparência do distrito federal que, em 2016, recebeu novos recursos e foi avaliado com a nota máxima pelo observatório social de Brasília. Além disso, foram realizadas ações que apoiam a transparência do Distrito Federal, quais sejam, reativação do aplicativo Siga Brasília no ano de 2016 que, até o presente momento já computa mais de duzentos mil acessos, a web tv transparência que garante o acompanhamento em tempo real das reuniões do conselho de transparência do Distrito Federal e a publicação dos painéis de transparência que produziram mais de setenta informações relativas à gestão do governo e que foram disponibilizadas ao público através de canais abertos no metrô e em alguns órgãos do GDF, além do próprio portal de transparência. Por fim no que concerne o controle social foram realizadas, em 2016, sessenta e três auditorias cívicas nas unidades básicas de saúde no Distrito Federal. Esta ação contempla, em sua metodologia, o envolvimento direto da comunidade na atividade de controle social e auditoria cívica. Também foi realizado o projeto “Controladoria na escola” que foi responsável por implantar a metodologia desenvolvida em 10 escolas do distrito federal tendo impactado aproximadamente 1022 alunos diretamente.

6. Aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF (CGDF);

Com intuito de aprimorar a integração entre os projetos e programas das ouvidorias que compõem o Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO-DF em 2016 foi realizado um planejamento estratégico integrado, que teve como produto a Agenda Estratégica do SIGO-DF, representada no mapa estratégico abaixo. Esse trabalho teve como objetivo instituir uma atuação sistêmica entre as unidades especializadas de ouvidoria dos órgãos e das entidades, denominadas unidades seccionais do SIGO/DF. Essa iniciativa tem como objetivo final colaborar com o cumprimento dos desafios impostos a nova administração do Governo do Distrito Federal, conforme planejamento estratégico governamental, no que se refere às melhorias dos serviços públicos que impactam diretamente na vida do cidadão do DF.

Uma vez construída a Agenda Estratégica, verificou-se a necessidade de elaborar um plano de ação, instrumento que dimensiona de forma prática o que deverá ser executado, contribuindo tanto para medidas de correção de problemas quanto para sua prevenção. Como primeira etapa desse planejamento estratégico realizou-se diagnóstico onde foram contemplados registros históricos, relatórios de visitas técnicas às unidades seccionais, memórias de reuniões, pesquisas de satisfação e outros relatórios gerenciais com informações sobre as demandas do cidadão e infraestrutura física disponível no âmbito do SIGO, o que constituiu uma gama de fontes de informações relevantes para elaboração desse plano, tornando-o mais consistente. Vale ressaltar que a construção da Agenda Estratégica contou com a participação de 49 ouvidorias, representando 59% de todo o SIGO-DF. Esse percentual representa o quanto houve de integração inicial com o desenvolvimento desse trabalho, para os próximos anos busca-se atingir um aumento de 30% para cada exercício.



7. Otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF (CGDF);

Como parte do processo de planejamento e gestão da estratégia da Controladoria-Geral do DF - CGDF, em 2016, foram realizadas ações para a implantação do modelo de gestão voltada para resultados, adotado pelo Governo de Brasília. A estratégia da CGDF foi traduzida para o Mapa Estratégico e para o Plano Estratégico Institucional da Controladoria-Geral - PEI 2016-2019:



No Mapa Estratégico da CGDF, foram estabelecidos 13 objetivos estratégicos, divididos em 3 (três) perspectivas, Cliente e sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, e busca o fortalecimento da CGDF para ser reconhecida como órgão permanente de controle, cujas ações contribuem para melhorar a vida do cidadão.

A ferramenta utilizada para monitorar a execução da estratégia, é o Sistema Gestão-DF, desenvolvido pelo corpo técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ela representa o principal repositório de informações da estratégia da Pasta, sejam elas referentes aos compromissos assumidos no Acordo de Resultados ou relacionados ao Plano Estratégico Institucional da CGDF.

Além disso, em 2016, foram realizadas capacitações de 15 servidores em duas oficinas promovidas pela Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ocorridas em maio e em julho de 2016, as oficinas trataram do "Modelo de Gestão adotado pelo Governo" e "Monitoramento da Execução da Estratégia com a utilização do Sistema Gestão-DF".

8. Implantar 01 Casa da Cidadania, com ambientes adequados aos objetivos do projeto (CACI);

Passou a chamar-se Casa Comunitária e Bibliotecas Comunitárias. Suas realizações passaram para a Secretaria de Estado das Cidades.

9. Implantar 19 Casas Comunitárias (CACI);

Os recursos disponibilizados foram insuficientes para promover as ações necessárias ao cumprimento das metas no ano de 2016. O projeto será realizado pelas Administrações Regionais, sob o acompanhamento da Subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular-SUBMOP.

10. Implantar 07 Bibliotecas para movimentos sociais (CACI);

Os recursos disponibilizados foram insuficientes para promover as ações necessárias ao cumprimento das metas no ano de 2016.

11. Capacitar 3.400 pessoas (CACI)

Os recursos disponibilizados foram insuficientes para promover as ações necessárias ao cumprimento das metas no ano de 2016.

12. Disponibilizar 1 unidade móvel para atendimento às comunidades (CACI);

Os recursos disponibilizados foram insuficientes para promover as ações necessárias ao cumprimento das metas no ano de 2016.

13. Promover o atendimento social a 20.000 pessoas (CACI).

Foram realizados atendimentos nas unidades da Subsecretaria de Movimentos Sociais, por servidores do setor, que superaram o número de 20.000 pessoas, conforme demonstram as estatísticas de participação:

I. MST-DF- 12.000 pessoas em diversos acampamentos;
II. Associação de Feirantes do Gama, Rodoviária e Shopping Popular – 1.500 pessoas;
III. UES-DF – Representa todos os estudantes secundaristas do DF;
IV. FNL – 10.000 pessoas em acampamentos diversos;
V. MTST-DF – 3.000 pessoas;
VI. MDT – 3.000 pessoas;
VII. ANALC – 5.000 pessoas;
VIII. Comunidade Cigana Calon – 200 pessoas;

IX. FETRAF-DF – 7.000 pessoas;
X. MATR – 5.000 pessoas;
XI. MBST – 5.000 pessoas;
XII. MLT – 4.000 pessoas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1680	NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL	NÍVEL	1	31/out/15	ANUAL	2	1	3	3	4	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
1681	ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES	%			ANUAL	30	45	35	40	45	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
1682	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO	%			ANUAL	15	15	30	60	100	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
1683	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO	%	10	31/dez/15	ANUAL	30	22	50	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
1684	IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL	%			ANUAL	30	87	50	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
1685	TAXA DE SATISFAÇÃO DAS RESPOSTAS DE OUVIDORIA	%	50	31/dez/15	MENSAL	55	56	60	70	80	OUVIDORIA GERAL/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
1686	TAXA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA.	%			ANUAL	50	63	55	60	65	SUTCS/ CGDF/ UO 45101/ OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1680 - Para o atingimento do nível 2, há atividades remanescestes que se encontram em fase de revisão com previsão de entrega até 30/03/2017. Em 2016, não foi possível alcançar o nível 2, por conta de necessárias revisões dos textos normativos que surgiram durante todo processo.

Indicador 1681 - Meta atingida em 45,73%. O monitoramento das falhas de auditoria no exercício de 2016 obteve o quantitativo de 293 recomendações.

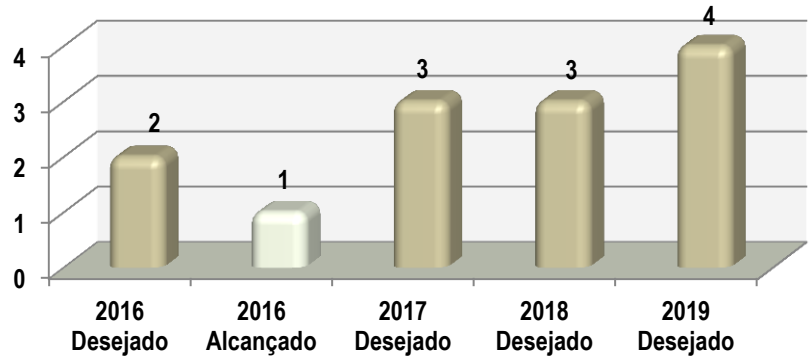
Indicador 1682 - Foram entregues 3 matrizes de risco em 2016: HEMOCENTRO, SEAGRI e METRÔ-DF.

Indicador 1683 - Inobstante os esforços empreendidos por esta Controladoria no sentido de fomentar, orientar e recomendar os órgãos e entidades do DF sobre a necessidade de implantação das unidades correcionais, o resultado alcançado foi de 22,22% de instituição de unidades especializadas.

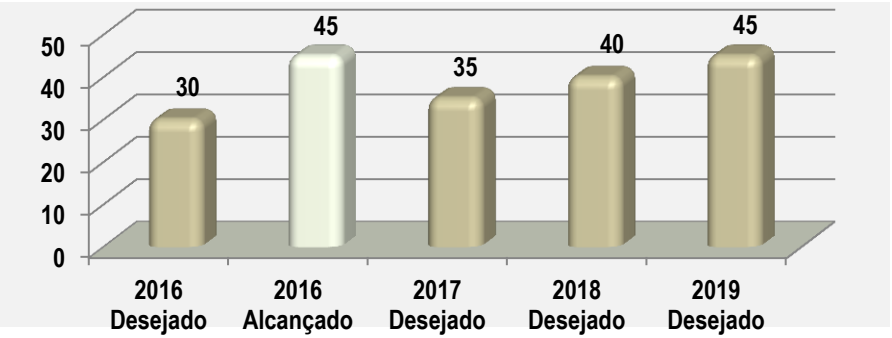
Indicador 1684 - Foi estabelecido o indicador relativo à implementação de Comissões de Ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do DF. Para tanto, os órgãos foram definidos como de alta complexidade. Destes órgãos, 87% já implementaram suas Comissões de Ética. Portanto, foi superada a meta estabelecida em 2016.

Indicador 1685 - O índice alcançado é de 56%. A satisfação foi medida pelo Sistema Informatizado de Ouvidoria - Ouv-DF, no qual o cidadão tem a opção de indicar se sua manifestação foi ou não resolvida.
Indicador 1686 - A meta prevista para o indicador em 2016 é de 55%. Houve 290 respondentes, dentre os quais, 137 declararam-se muito satisfeitos, 47 satisfeitos, 39 insatisfeitos e 67 muito insatisfeitos. A soma dos que se declaram satisfeitos e muito satisfeitos corresponde a 63% do total o que fez com que a meta fosse superada em 8%.

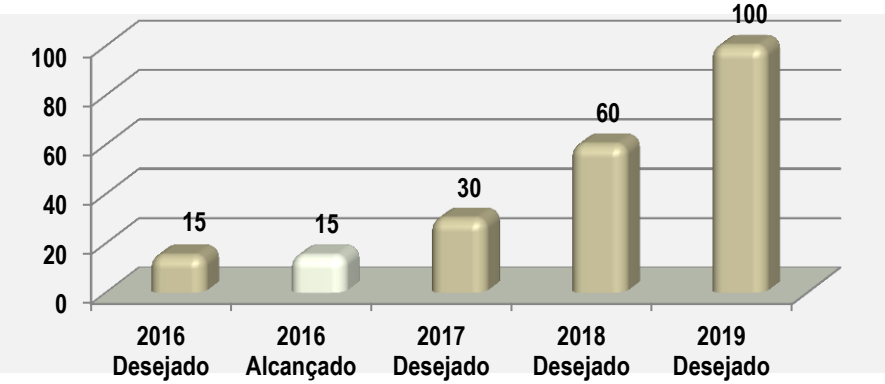
NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL



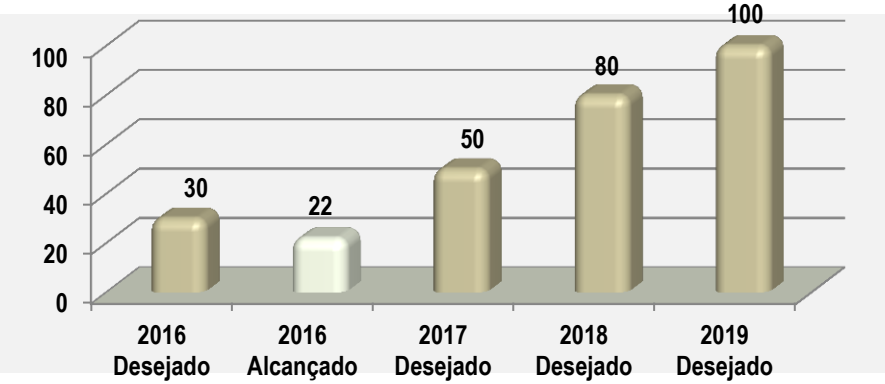
ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES



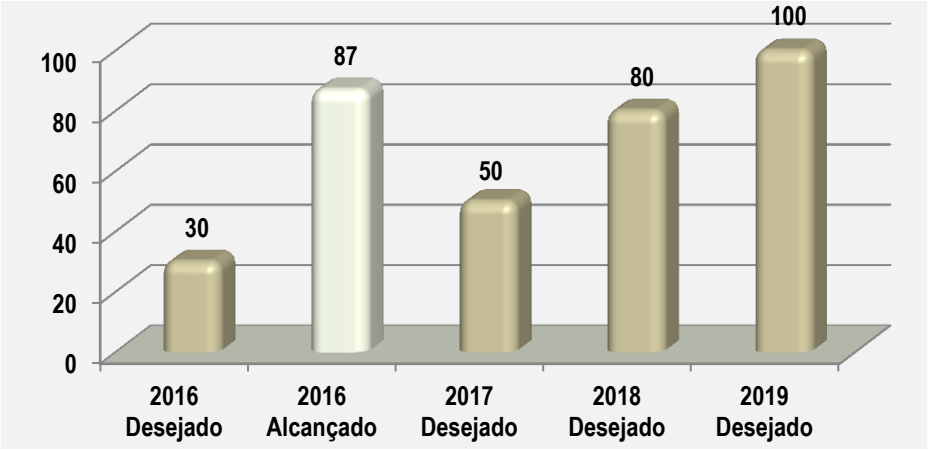
TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO



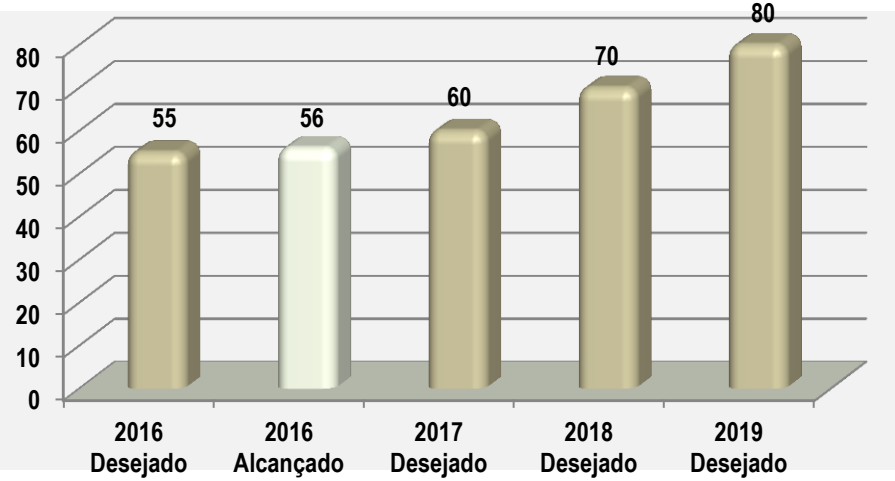
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO



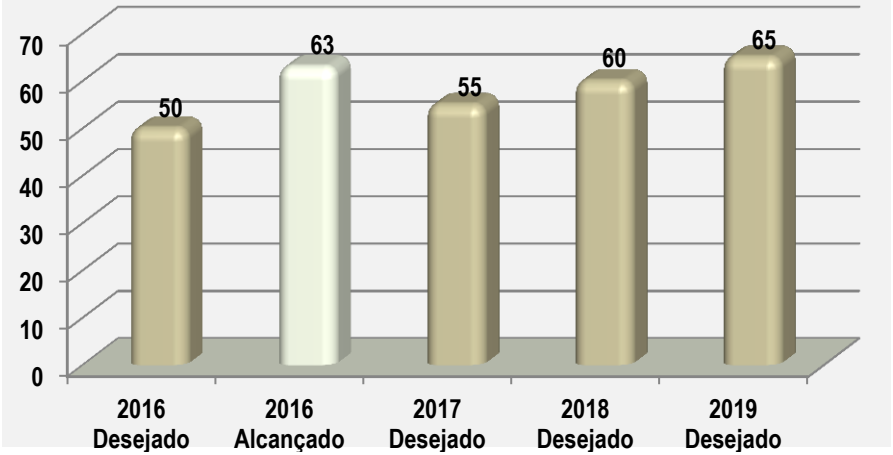
IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL



TAXA DE SATISFAÇÃO DAS RESPOSTAS DE OUVIDORIA



TAXA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	1	1	Implantação da Carta de Serviços ao Cidadão nos órgãos públicos do DF (CGDF);	45101	100%	Ação concluída. Foram implantadas 83 (oitenta e três) Cartas de Serviços em todos os órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal. Elas foram disponibilizadas nos endereços eletrônicos das instituições e encontram-se à disposição do cidadão no endereço eletrônico do Governo.
6203	1	2	Regulamentação da Lei Anticorrupção (CGDF);	45101	100%	Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.296, de 29 de abril de 2016 que disciplina, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, a aplicação da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
6203	1	3	Elaboração e publicação do Código de Ética do Governo (CGDF);	45101	100%	Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que aprovou o Código de Conduta da Alta Administração, o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, e instituiu as Comissões de Ética do Poder Executivo do Distrito. (DODF nº 94, de 18/05/2016).
6203	1	4	Aprimoramento do aplicativo SIGA BRASÍLIA (CGDF);	45101	63%	O aplicativo SIGA Brasília, disponível através do link http://sigabrasilia.df.gov.br e nas plataformas Android e IOS, possui ao final de 2016 cinco telas quais sejam: "Despesa", "Receita", "Remuneração", "Escalas da Saúde" e

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						"Pesquisa DODF". Estão planejadas até o final de 2017 a implementação de mais duas telas e para 2018 a implementação de uma tela, totalizando 8 telas. O que faz com que, ao término de 2016, o aprimoramento estivesse com um percentual de 63% concluído em relação ao planejado.
6203	1	6	Remodelagem dos Procedimentos de Tomada de Contas Especial (CGDF);	45101	100%	Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.096, de 02 fevereiro de 2016, o qual define procedimentos para a instauração de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, alterando a competência de instrução, instauração e acompanhamentos das tomadas de contas especiais para os Órgãos de origem do fato ensejador de prejuízo ao Erário Distrital. Além disso, foi publicada a IN nº 04/2016, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.
6203	1	7	Apoio ao projeto Controladoria nas Escolas (CGDF);	45101	80%	Ação parcialmente concluída. O projeto "Controladoria na Escola" foi implementado, com o apoio da Controladoria Geral do DF, em 8 escolas do Distrito Federal no ano de 2016 e contemplou a capacitação de 1.022 alunos da rede pública de ensino do DF.
6203	1	8	Elaboração de Conteúdo para Painéis Digitais (CGDF);	45101	100%	Ação concluída. A elaboração de conteúdo para Painéis Digitais de Transparência fez parte de uma das etapas do projeto "Painéis de Transparência", integrante do Acordo de Resultados da CGDF. Os Painéis foram lançados na Semana de combate à Corrupção, em 9 de dezembro de 2016, e possibilitam ao cidadão conhecer onde é aplicado o dinheiro pago com impostos e taxas.
6203	1	9	Fortalecimento do Conselho de Transparência (CGDF);	45101	100%	Ação concluída. O Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS foi instituído por meio do Decreto nº 36.307, de 26 de janeiro de 2015, e são compostos por 17 (dezessete) conselheiros, todos representantes da sociedade civil, designados por decreto assinado pelo Governador do Distrito Federal. É o órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e controle social, vinculado à Controladoria-Geral, tem como finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento do controle social e incremento da transparência na gestão do Poder Executivo Distrital.
6203	1	10	Realização de Reuniões dos Conselhos Comunitários (CACI);	9101	0	
6203	1	11	Realização de Exposição de Produção de Artistas Locais (CACI);	9101	0	-
6203	1	12	Realização de Campanhas Educativas (CACI);	9101	0	-
6203	1	13	Realização de reuniões para construção e implementação das melhores práticas em participação popular e diálogo social (CACI).	9101	100%	Estabeleceu vários instrumentos para este fim, sob responsabilidade da SUBMOP, quais sejam: a. Mesas de diálogo: realizadas geralmente às quartas-feiras à tarde, visando estabelecer pontes de mediação de conflitos e atendimento entre as secretarias finalistas e lideranças sociais para aproximação e atendimento às demandas específicas; b. Grupos de Trabalho: compostos por membros do governo e de movimentos sociais, são realizados em casos específicos, que necessitam de acompanhamento prolongado e/ou envolvendo um grande número de pessoas, tais como atendimento à Marcha das Margaridas, o Fórum da Reforma Agrária, dentre outros; c. Encontros Governo de Brasília e Movimentos Sociais em 2016: 1. Encontro Governo de Brasília Movimento de Mulheres (março de 2016)

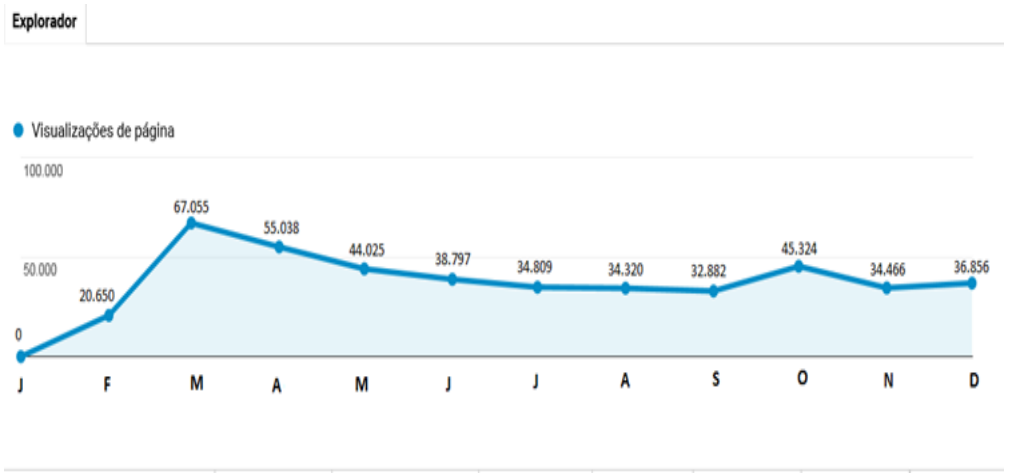
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						. Local: CAVE/Guará. Participantes: 400 pessoas; 2. Encontro Governo de Brasília e Representantes de Conselhos (agosto de 2016). Local: Escola de Governo. Participantes: 100 pessoas; 3. Encontro Governo de Brasília Movimentos Sociais (dezembro de 2016). Local: Centro de Convenções (Fórum Brasília Cidadã). 500 participantes.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

O Objetivo Específico vinculado à CGDF é tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas. A CGDF tem desenvolvido e fortalecido ações que contribuem para o alcance desse objetivo, especialmente no que tange aos serviços de ouvidoria, transparência e controle social, promovendo o empoderamento do cidadão.

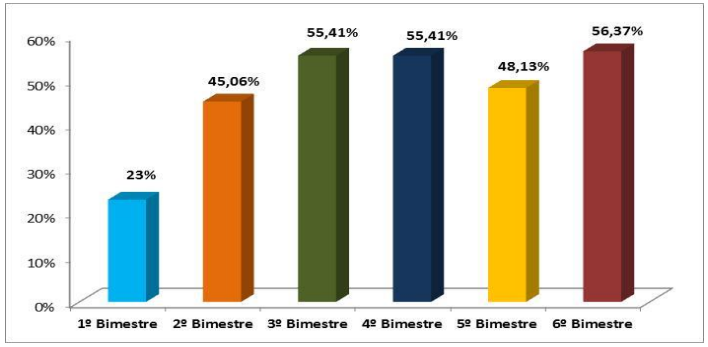
Em 2016, a implantação das Cartas de Serviços ao Cidadão se consolidou enquanto Programa de Governo, sendo incorporada como instrumento de Transparência Ativa das instituições públicas, incrementado o rol de informações disponibilizadas ao cidadão. Tendo em vista que a perspectiva do programa é de longa duração, com avanços importantes a cada ano, a proposta para 2016 foi de finalização e revisão das informações apresentadas, bem como a padronização visual do instrumento. Dentre as ações executadas nesse exercício, merecem destaque:

- 83 Cartas de Serviços publicadas, tanto nos sítios governamentais como no Portal do Governo de Brasília – http://df.gov.br/index.php/category/servicos/;
- Convergência entre as atribuições apresentadas nas Cartas de Serviços de cada órgão e entidade e o processo de atendimento de ouvidoria, representado na implantação do novo sistema informatizado- Ouv-DF, sobretudo em se tratando de conflito de responsabilidades pela prestação de serviços;
- Auxílio na melhoria de processos e procedimentos de trabalho no que se refere à prestação de serviços;
- Campanha Publicitária on-line no período de 17 a 22/12/2016 para incentivar a leitura. Durante o ano a média de acessos/mês ficou em 40.383;



*Fonte: Relatório do Google Analitics fornecido pela Subchefia de Interação Social da Governadoria.

- 06 ciclos de revisão e monitoramento das Cartas de Serviços ao longo do exercício. Além da revisão e recomendações iniciais realizadas em 2015. O indicador que verificou o conteúdo e a padronização de publicação ao longo superou a meta de 2016, que era 20%.



Em complemento à implantação das Cartas de Serviços, foi lançado no segundo semestre de 2016, o projeto Ouvidoria Itinerante que consiste na integração real entre sociedade civil e instituições estatais, por meio da ação comunicativa. O objetivo do projeto é a aproximação do cidadão e a divulgação das Cartas de Serviços - esclarecer ao cidadão de forma presencial quais são os serviços prestados e como funcionam. No segundo semestre, foram realizados 15 eventos em diversas regiões administrativas, facilitando o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria

Outra ferramenta que contribui com o objetivo de tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade é novo Sistema de Ouvidoria – Ouv-DF, lançado em 5 de setembro de 2016. O novo sistema permite que o cidadão faça consultas do seu histórico de solicitações e manifestações junto ao órgão, além de vincular uma solicitação não atendida a contento

a sua posterior reclamação de forma a gerar a estatística correta entre os serviços deficitários aos seus motivos e causas, resultando assim em uma pesquisa de satisfação do usuário dos serviços de ouvidoria.

No âmbito da transparência passiva, é de suma importância que o índice de respostas aos pedidos de acesso a informação realizados pelos cidadãos mantenha alto padrão de efetividade. Em 2016, o índice foi de 98% (noventa e oito por cento) e não deixaram de ser apreciados nenhum dos setecentos e sessenta recursos relativos as respostas fornecidas. O público alvo contemplado é variado, porém é possível identificar dentre os perfis contemplados nos pedidos a presença de representantes do setor público, federal e distrital, além de representantes da mídia e da academia. Após quatro anos de implementação da Lei de Acesso a Informação, foram realizados mais de duzentos mil solicitações ao Governo de Brasília.

No âmbito do controle social, com a implementação da metodologia de auditoria cívica em 63 (sessenta e três) unidades de saúde e da metodologia de auditoria cívica em 8 escolas por meio do projeto "controladoria na escola" foram impactadas diretamente 1.322 (mil trezentos e vinte e dois) cidadãos, sendo 300 (trezentos) voluntários compondo a mobilização das comunidades e parceiros no projeto de auditoria cívica na saúde e 1.022 (mil e vinte e dois) alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Dessa forma, verifica-se que há contribuições diretas para a consecução do objetivo específico em questão, uma vez que o cidadão encontra nas atividades da CGDF um canal direto de relacionamento amparado por diferentes sistemas e metodologias para que possa participar diretamente das etapas do ciclo de vida de políticas públicas.

Contribuição para Alcance dos Objetivos Específicos

CACI

As ações realizadas visaram promover um diálogo franco e direto entre Governo e Sociedade Civil, possibilitando planejar o desenvolvimento das cidades de acordo com as demandas sociais. A expectativa é que este diálogo entre governo e sociedade fortaleça a institucionalidade das políticas, de forma que se tornem políticas de Estado e não apenas deste governo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – EQUILÍBRIO FISCAL: Elevar a capacidade do Estado de gerar receita tributária e não tributária e de aplicar adequadamente os recursos públicos por meio da promoção da eficiência e eficácia da máquina administrativa.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

19.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Conforme Relatório de Gestão Fiscal do Distrito Federal referente ao 3º Quadrimestre de 2016, o Distrito Federal apresentou uma Receita Total realizada de R$ 26,3 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R$ 26,4 bilhões, gerando um déficit orçamentário na ordem de R$ 100 milhões.

Dentre as receitas totais realizadas destacam-se a receita tributária com uma participação de 54,59%, seguida das Transferências Correntes com 27,75% do total. O ICMS, representando 51,38% da Receita Tributária realizada, foi o imposto que mais arrecadou. Entre as Transferências Correntes, destacam-se os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS com arrecadação de R$ 729 milhões, bem como as transferências do FCDF para as áreas de saúde e educação, no valor de R$ 5,3 bilhões.

Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detiveram 67,8% da participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 27,70%.

As despesas com Pessoal, com o índice de 46,82% da Receita Corrente Líquida de R$ 19,9 bilhões, posicionou-se abaixo do limite legal permitido pela LRF, de 49%, no entanto acima do limite prudencial de 46,55%.

Diante do exposto, os números apurados apontam para o cumprimento das metas fiscais no 3º Quadrimestre do exercício de 2016, com exceção do índice de pessoal que ultrapassou o limite prudencial, todavia, o governo continua envidando esforços no sentido de reenquadrar o referido indicador ao limite determinado pela LRF.

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	2	1	Implementar medidas de incremento da receita (SEF);	19101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6203	2	2	Manter nível de endividamento menor que o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (SEF);	19101	100	%	MENOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6203	2	3	Elevar o crescimento real da arrecadação nos seguintes percentuais: 3% em 2016, 2% em 2017, 2% em 2018 e 2% em 2019(SEF);	19101	9	%	MAIOR, MELHOR	1,41	-	-	-	1,41	15,6
6203	2	4	Reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano (SEF);	19101	40	%	MENOR, MELHOR	88,69	-	-	-	88,69	
6203	2	5	Manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com intervalo máximo de 90 dias entre o fato gerador e a inclusão dos débitos em dívida ativa (SEF);	19101	<90	DIA	MENOR, MELHOR	137	-	-	-	137	47,8
6203	2	6	Apoiar a elaboração de Cartas Consultas de projetos estratégicos do governo para captação externa (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6203	2	7	Estreitar as relações com os agentes financeiros internacionais (SEPLAG).	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	40	-	-	-	40	40

Análise Qualitativa

1. Implementar medidas de incremento da receita (SEF);

Para alcance desta meta, foram implementados os projetos de Mineração de Dados, Cobrança do Diferencial de Alíquota e Comércio Eletrônico:

1. Mineração de Dados – trata do desenvolvimento de uma ferramenta que permita a apuração do ICMS ST das Notas fiscais de mercadorias que estão destinadas aos contribuintes localizados no DF; Os valores calculados por notas fiscais são disponibilizados na internet juntamente com o DAR para pagamento pelos contribuintes. Se não é identificado o pagamento do imposto, é emitida uma notificação para o contribuinte, iniciando assim o processo de cobrança. Essa ferramenta ainda está em processo de aquisição, porém foi desenvolvido pela GEFMT um aplicativo em Excell, como ação paliativa, até que o SISAUDIT entre em operação. Com a implementação desse aplicativo, em 2016 se obteve como arrecadação de R$ 109.893.038,57, o que redundou numa variação de 45,33% em relação à arrecadação de 2015.

2. Cobrança do Diferencial de Alíquota – consiste em dotar a SEF/DF de mecanismos de monitoramento e fiscalização das empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional por meio do desenvolvimento de um piloto de monitoramento e fiscalização até o final do ano de 2016 que será posteriormente utilizado na rotina diária do setor. O incremento de arrecadação do ICMS relativos às aquisições interestaduais de empresas tributadas pelo Simples Nacional busca eliminar a distorção entre as aquisições interestaduais, menos onerosa, do que a compra no próprio estado, sujeita à alíquota interna, e igualar as condições de concorrência. Aumentar a percepção de risco do contribuinte estimulando a arrecadação espontânea. Reduzir a guerra fiscal entre os estados. Este projeto se desenvolverá de forma constante, com o monitoramento dos contribuintes do Simples Nacional que efetuarem compras fora do DF e as respectivas ações de cobrança do imposto devido, buscando incrementar cada vez mais o recolhimento espontâneo do imposto.

2. Manter nível de endividamento menor que o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (SEF);

A relação Divida Consolidada Líquida versus Receita Corrente Liquida DCL/RCL nos três quadrimestres de apuração do exercício esteve abaixo de 180% do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF com base no máximo definido pelo Senado Federal- SF.

3. Elevar o crescimento real da arrecadação nos seguintes percentuais: 3% em 2016, 2% em 2017, 2% em 2018 e 2% em 2019(SEF);

A presente meta apresentou o resultado a seguir:

- Janeiro a dezembro de 2016 (A) = 12.176.295.117,02
- Janeiro a dezembro de 2015 (B) = 12.006.802.745,13
- Resultado 3º Quadrimestre/2016 (%) = ((A/B)-1) x 100 = 1,41%

O mencionado indicador refere-se ao desempenho do total da arrecadação de origem tributária, a qual inclui a receita de impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte, e as receitas de taxas, da dívida ativa tributária e de multas e juros tributários. O resultado em questão, de 1,41%, é o percentual de variação do total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2016 na comparação com o total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2015.

Na comparação com a meta de 3% para o ano de 2016, o percentual de 1,41%, apesar de representar apenas 47,0% da meta, indicou melhora da arrecadação de maneira crescente ao longo do ano quando comparado com o resultado de 0,06% apurado para o primeiro quadrimestre de 2016 e de 0,83% apurado para o segundo quadrimestre.

O crescimento real de 1,41% acumulado até o terceiro quadrimestre de 2016 reflete o impacto das medidas fiscais de elevação de alíquotas do ICMS e do IPVA adotadas ao final de 2015. No acumulado até o terceiro quadrimestre de 2016, a receita do ICMS apresentou incremento real de 4,05%, enquanto a do IPVA registrou aumento real de 6,92%. As receitas do IPTU, da TLP, de Multas e Juros de débitos tributários não inscritos na dívida ativa e de Multas e Juros da dívida ativa também apresentaram aumento real, respectivamente, de 8,25%, 4,98%, 21,22% e 11,34%.

Por outro lado, os incrementos reais das receitas do ICMS, IPVA, IPTU, TLP e Multas e Juros foram parcialmente anulados pelas quedas reais das receitas do ISS, Simples Nacional, ITBI, ITCD e da Dívida Ativa. As receitas do ISS e do Simples Nacional, que não sofreram aumento de alíquotas, tiveram o desempenho impactado desfavoravelmente pelo cenário econômico adverso. O ITBI e o ITCD, embora tenham sofrido aumento de alíquota, tem registrado queda real de receita atribuída ao fraco movimento do mercado imobiliário.

4. Reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano (SEF);

As ações implementadas para o alcance da meta 4 – reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano, que redundaram no desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2016, tanto em termos de valor de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos julgados, evidenciam reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos no âmbito da Secretaria e das ações voltadas para o incremento da arrecadação própria do Distrito Federal, segundo as quais se buscou a seleção e distribuição de grupos de processos para julgamento por tema e similitude das autuações objetivando maior eficiência e celeridade na atividade jurisdicional, maior valor de crédito tributário, otimização do tempo/trabalho de análise/relatoria e da avaliação/decisão da lide pelo corpo técnico.

Com a finalidade de contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa, e para maior transparência externa e interna; vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

O eixo principal desse processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho desta GEJUC neste exercício de 2016. No entanto, a consecução de maior eficiência envolve, também, a busca de um fluxo ágil/constante de informações com as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações. Merece registro, também, o permanente contato com as áreas atuantes na recuperação de créditos tributários, isto a fim de acelerar a recuperação/realização dos lançamentos tributários julgados em primeira instância, em vista da soma expressiva dos créditos tributários envolvidos.

No que diz respeito ao SGEJUC, cabe consignar que a equipe da GEJUC vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades desse Sistema. Trata-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

5. Manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com intervalo máximo de 90 dias entre o fato gerador e a inclusão dos débitos em dívida ativa (SEF);

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

Apesar dos esforços em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agênci@Net, muitos contribuintes cometem erros quando do preenchimento do Documento de Arrecadação – DAR, o que leva à não identificação, pelo sistema, do pagamento realizado.

Mesmo alertados pelos comunicados enviados, só formalizam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, ocorrem inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Parcela substancial desses erros tem origem na estrutura atual do próprio documento de arrecadação, cujos campos são livres, dando margem a incorreções quando do seu preenchimento. Buscando solucionar o problema, a SEF, no ano de 2016, deu início ao processo de alteração da estrutura do documento de arrecadação, vinculando seus campos às informações de cadastro do contribuinte e aos tipos de operações que o contribuinte realiza, fazendo com que, ao acessar o sistema do novo DAR e iniciar o preenchimento, ele seja direcionado para as informações corretas da sua atividade.

À vista da complexidade das alterações necessárias, que afetam vários sistemas, o projeto está atualmente em fase final de homologação, antes da sua disponibilização para os usuários.

O trabalho desenvolvido pela GCORE, no ano de 2016, consistiu na execução da rotina do Rito relativa ao 1º semestre daquele ano, até o mês de abril e repescagens para os anos de 2013, 2014 e 2015, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R$ 546.871.847,72, em desfavor de 53.167 contribuintes, tendo sido pago, a vista ou parcelado o montante de R$ 73.169.812,06, correspondente a 13,38% do total identificado. Para os meses de maio a outubro de 2016, a rotina foi executada em fevereiro de 2017 e, para os meses de novembro e dezembro, a execução ocorreu em março de 2017.

Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências, foram inscritos na Dívida Ativa, no mês seguinte. Por esses motivos, restou inviável se atingir a meta estabelecida, pelo Rito Especial, para o ano de 2016, do prazo de 90 dias entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição do débito em dívida ativa, alcançando a média anual de 137 dias para tanto, dentro do que foi possível de ser realizado pelos sistemas desta SEF/DF.

6. Apoiar a elaboração de Cartas Consultas de projetos estratégicos do governo para captação externa (SEPLAG);

No ano de 2016 a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Policy Based Loan – PBL: Programa elaborado pelo Planejamento, Fazenda e Meio Ambiente, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com metas e objetivos elaborados baseados no Plano Plurianual - PPA, destinado ao financiamento de políticas públicas de Gestão Fiscal alinhada com as mudanças climáticas observando-se os impactos dos recursos planejados de forma sustentável. Não exige contrapartida do governo sendo o recurso proveniente do financiamento internalizado pelo Tesouro do DF e aplicado posteriormente em investimentos, condicionado ao atingimento de 100% das metas e objetivos pactuados. Situação: Carta Consulta cadastrada na SEAIN/MPOG dia 06/07/2016. Valor estimado: US$ 103 milhões.

Na Captação Nacional a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Programa de Infraestrutura Urbana e Social – destinado a financiar aporte de contrapartida de recursos do tesouro distrital; infraestrutura urbana e social; e, desenvolvimento institucional. Os recursos vão oferecer suporte a uma série de projetos em andamento envolvendo mobilidade, agregando projetos de transporte público integrado, melhorias na utilização do espaço e acessibilidade; Saneamento Básico com a melhoria dos sistemas de abastecimento d'água, de esgotos sanitários, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos; Infraestrutura Social com a construção e a ampliação dos equipamentos sociais; e, Desenvolvimento Institucional com a implantação de projetos que garantam a melhoria dos sistemas de gestão e dos serviços à população. Valor: R$ 600 milhões. Contratado em 29/12/2016.

7. Estreitar as relações com os agentes financeiros internacionais (SEPLAG).

No ano de 2016 a SUCAP estreitou as relações com vários agentes financiadores internacionais, por meio de reuniões, visitas e tratativas para verificar possibilidades de captação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis dentre eles:

- ✓ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA – é um organismo financeiro internacional de caráter intergovernamental, estabelecido, em 1974, por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai;
- ✓ MLW Intermed- Export-Import – Financiamento do Governo Alemão;
- ✓ Empresa de Planejamento e Logística S.AEPL - Projeto Embaixada Reino unido; e

✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

As reuniões resultaram em negociações que atualmente estão em andamento, são elas:

✓ Programa Brasília Capital das Águas que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioprodutiva da população do Distrito Federal, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, com foco na segurança hídrica e a reabilitação ambiental. Estão previstas ações relacionadas ao uso sustentável da água na agropecuária e na agricultura irrigada, infraestrutura rural, atividades ambientais e educativas, infraestrutura urbana na orla do Lago Paranoá, recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento institucional dos coexecutores. Valor: US$ 41 milhões de finciamento junto ao FONPLATA e contrapartida local de US$ 20 milhões; e

✓ Brasília Sustentável II: O Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF - Prevê a melhoria na gestão dos resíduos sólidos e na qualidade ambiental do DF, por meio da implantação de serviços de infraestrutura urbana e recuperação de áreas degradadas. Estão previstos o fortalecimento institucional dos órgãos partícipes, a requalificação de estações de compostagem dos resíduos sólidos e também a readequação urbana no Condomínio Pôr do Sol. Valor: US$ 100 milhões de financiamento junto ao BID e contrapartida local de US$ 50 milhões.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1435	ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	9,24	31/dez/14	ANUAL	3,7	13	4,9	7,8	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1436	ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	11,03	31/dez/14	ANUAL	9,5	3,0	7,6	7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1437	IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	4,78	31/dez/14	ANUAL	5,7	18,3	5,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1438	IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	16,31	31/dez/14	ANUAL	4,8	17,5	5,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1439	ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-3,53	31/dez/14	ANUAL	65,3	5,5	7,2	6,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1440	ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-41,83	31/dez/14	ANUAL	-17,5	-18,2	9,8	9,1	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1441	TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	2,03	31/dez/14	ANUAL	38,5	14,7	5,4	5,2	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1666	LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	%	48,01	31/jan/15	ANUAL	<=49	46,82	<=48	<=47	<=46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
1667	TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	%	9,39	31/jan/15	ANUAL	10	3,44	10	10	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
1671	RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)	R$	-514	31/jan/15	ANUAL	-1.422	- 686	-610	-305	A definir	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1435 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1436 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE .(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1437 - De acordo com o Decreto nº 37.039/2015, a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito do IPTU/2016, foi atualizada em 10,97%.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1438 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1439 - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1440 - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

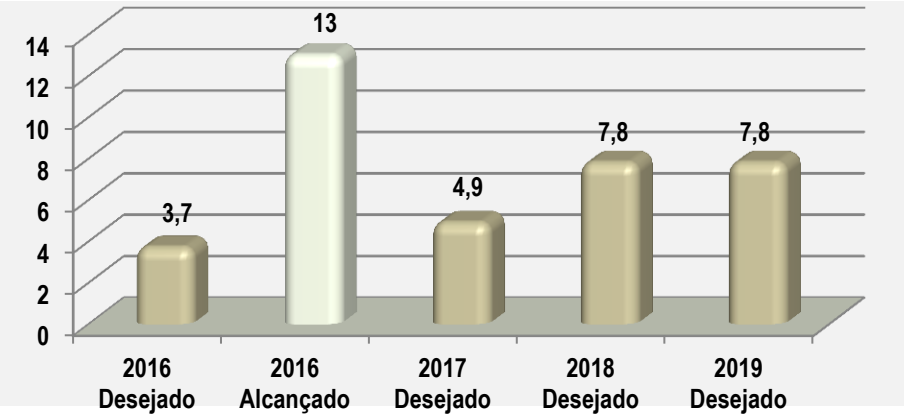
Indicador 1441 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1666 - A meta foi atingida, pois o índice apurado ficou abaixo do desejado. Apesar disto, está acima do limite prudencial de 46,55%, determinado pela LRF.

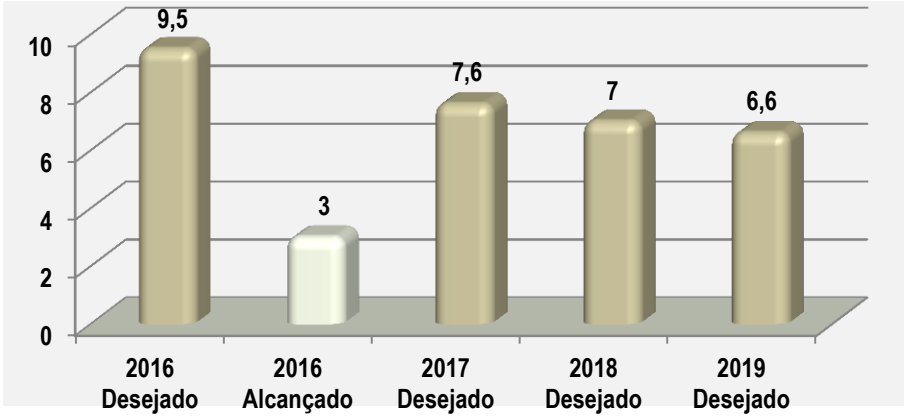
Indicador 1667 - O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, não permitiram o atingimento do percentual proposto.

Indicador 1671 - Segundo a LRF, a meta de Resultado Primário é estabelecida na LDO. A LDO 2016 sofreu uma alteração e a meta inicial de -1.422 ficou alterada para -1.927. A meta foi atingida, sendo o valor apurado melhor do que o desejado.

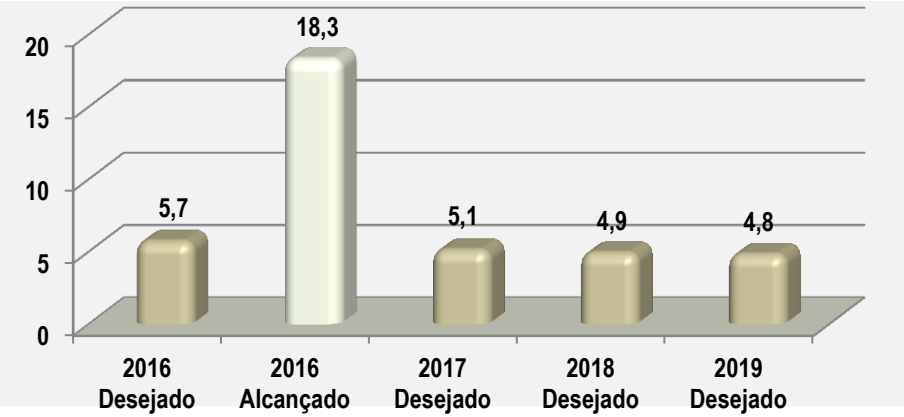
ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



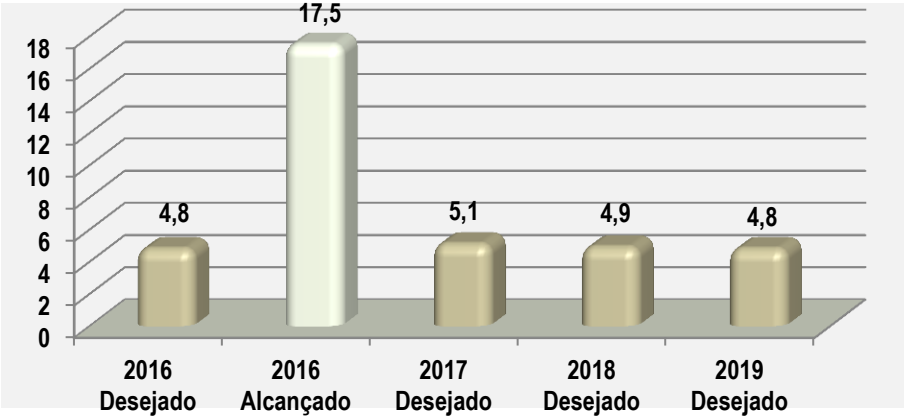
ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



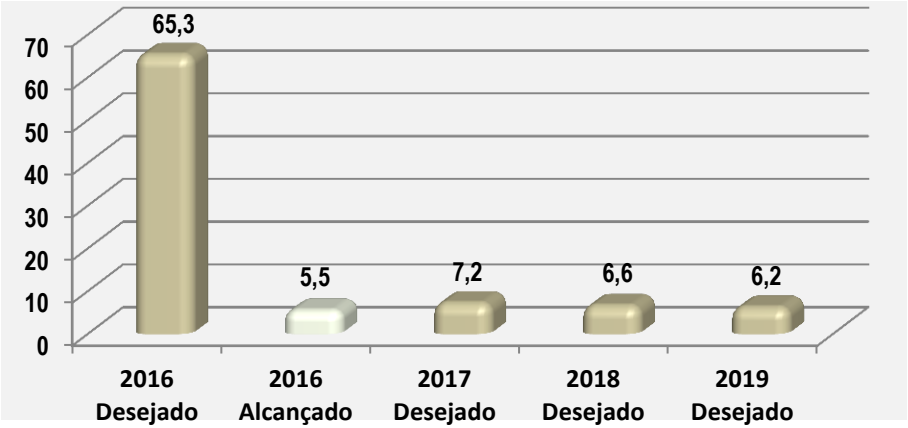
IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



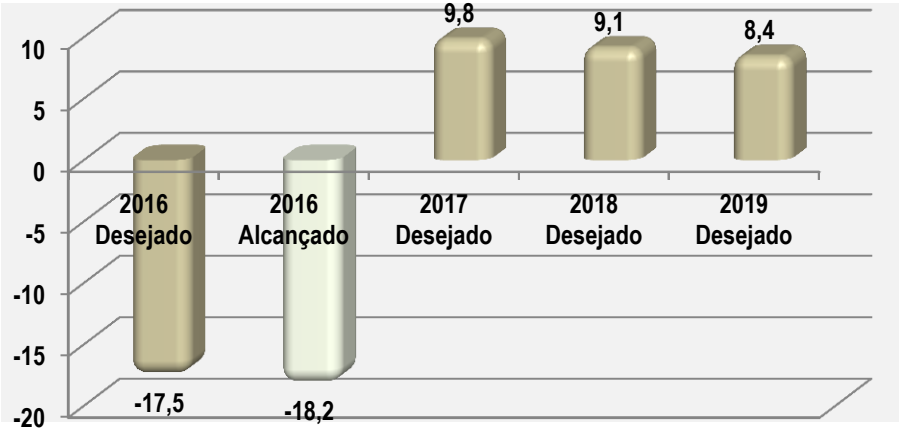
IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



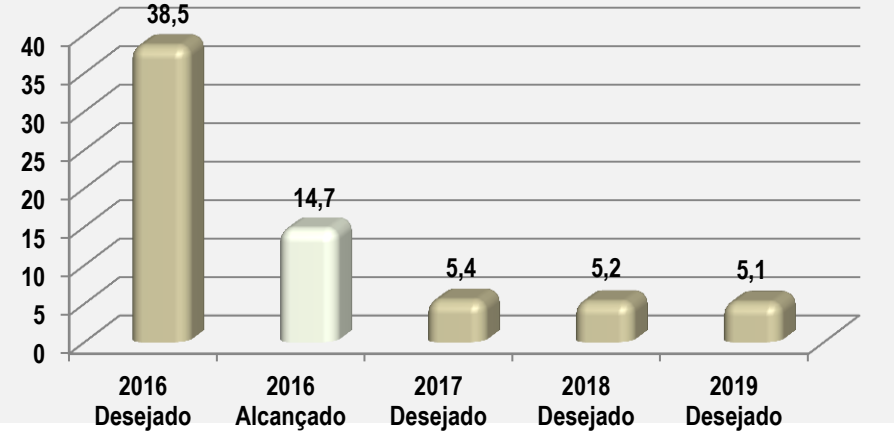
ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)

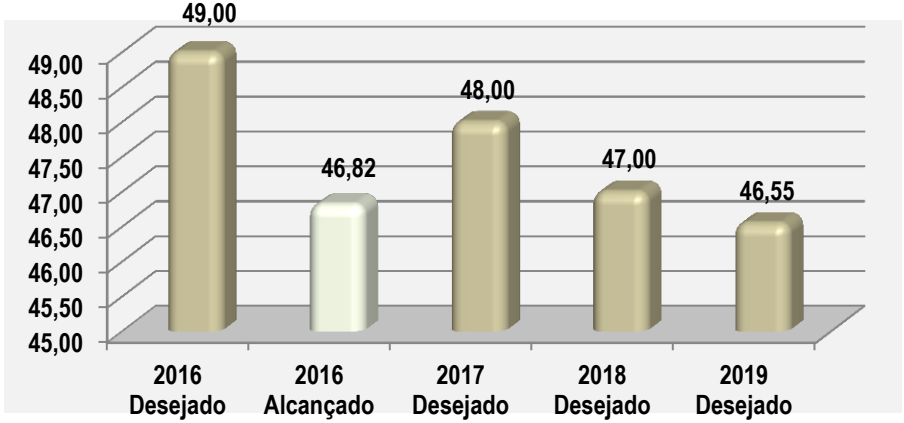


TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)

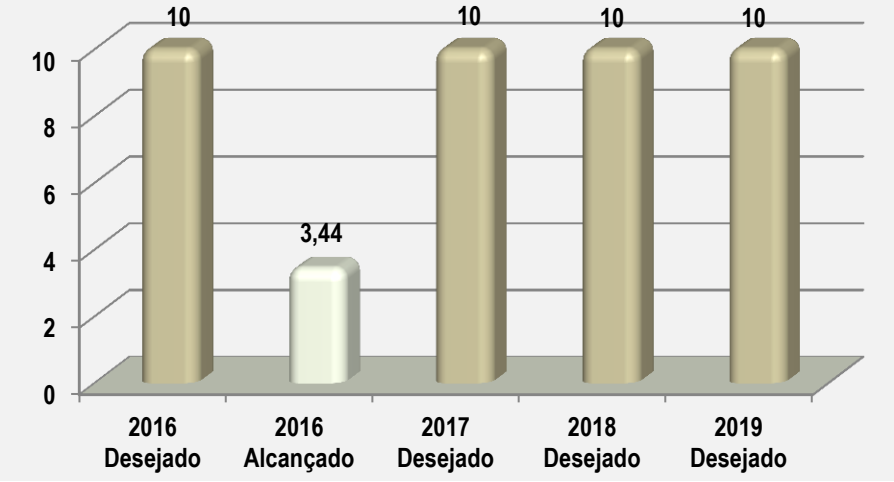


LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL

49,0

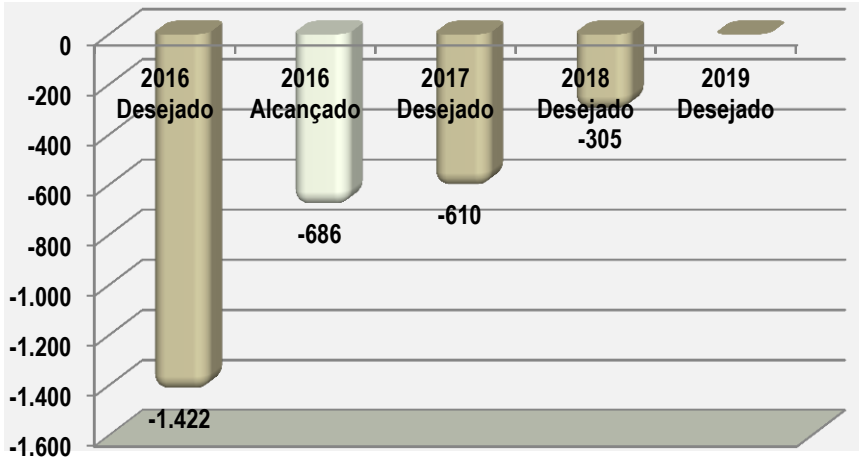


TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL



RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)

0



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Conforme Relatório de Gestão Fiscal do Distrito Federal referente ao 3º Quadrimestre de 2016, as Receitas realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2016, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R$ 26,3 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 1,52% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 78,84% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2016. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R$ 14,4 bilhões e R$ 7,3 bilhões, respectivamente.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R$ 14,4 bilhões, com um aumento nominal de 9,11% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

Na comparação acumulada de janeiro a dezembro de 2016 com correspondente período de 2015, observam-se acréscimos reais significativos de ICMS de 4,0% (+R$ 291,6 milhões), decorrente de medidas legislativas implementadas em dezembro de 2015; de IPTU/TLP de 7,7% (+R$ 60,7 milhões); e de IPVA de 6,9% (+R$ 61,0 milhões), decorrente do incremento de alíquota promovido pela Lei n°5.452/2015.

Por outro lado, foram registradas quedas reais expressivas de arrecadação do IRRF de 8,7% (-R$ 276,6 milhões), provavelmente devido às medidas de contenção com despesa de pessoal; da Dívida Ativa de 24,9% (- R$ 100,9 milhões), decorrente da elevada base comparativa de 2015 alavancada pelo programa de recuperação de créditos REFIS; do ISS de 5,8% (-R$ 93,5 milhões); do Simples Nacional de 6,4% (-R$ 24,1 milhões), decorrentes do cenário econômico; do ITCD (-R$ 35,7 milhões), apesar da implementação da progressividade do imposto através da Lei n° 5.549/2015; como também do ITBI de 3,6% (-R$ 12,3 milhões), apesar do incremento de alíquota promovido pela Lei 5.452/2015, devido à deterioração do mercado imobiliário. Para esses dois últimos impostos, foi verificada redução na quantidade de transações tributadas.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

SEPLAG

A SUCAP/SEPLAG contribuiu para alcance do Objetivo Específico, captando no ano de 2016, recursos para investimentos nas áreas de Saneamento Básico, Infraestrutura Urbana e Social, gestão tributária e fiscal e mobilidade. São elas:

✓ PRODEFAZ/PROFISCO: Valor: R$ 146,8 milhões - Projeto financiado pelo BID, para realizar investimentos na gestão tributária e fiscal, contemplando a modernização dos instrumentos arrecadatórios, de modo a garantir o equilíbrio das contas públicas do GDF.

✓ Valor: R$ 146,1 milhões - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos para realizar obras viárias na Saída Norte de Brasília, para as seguintes obras:

- Trevo de Triagem Norte - TTN prevê a execução de um complexo viário composto por três grandes intersecções, com cruzamentos da DF-002 com as vias W1/W3 no Plano Piloto, e de seu prolongamento, a DF-007, com as vias DF-009 e DF-006. Em outras palavras, são obras que permitirão uma melhor fluidez no trânsito do final do Eixão Norte; Avenida das Nações e respectivas interseções com a Ponte do Braghetto, entrada do Lago Norte e acesso à Granja do Torto.

- A obra de Ligação Torto-Colorado – LTC, por sua vez, envolve um complexo viário que se estenderá entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado, por meio da construção de pista marginal à DF 003 e novos acessos aos condomínios situados às suas margens, diminuindo os constantes engarrafamentos existentes naquela via.

✓ Programa de Infraestrutura Urbana e Social – Valor: R$ 600 milhões - destinados a financiar aporte de contrapartida de recursos do tesouro distrital; infraestrutura urbana e social; e, desenvolvimento institucional. Os recursos vão oferecer suporte a uma série de projetos em andamento envolvendo mobilidade, agregando projetos de transporte público integrado, melhorias na utilização do espaço e acessibilidade; Saneamento Básico com a melhoria dos sistemas de abastecimento d'água, de esgotos sanitários, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos; Infraestrutura Social com a construção e a ampliação dos equipamentos sociais; e, Desenvolvimento Institucional com a implantação de projetos que garantam a melhoria dos sistemas de gestão e dos serviços à população; e

✓ Programa Nacional de Apoio a Gestão Fiscal dos Municípios – PNAFM - Valor R$ 30 milhões - contratado com a Caixa Econômica Federal, destinado a custear, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, despesas com aquisição de microcomputadores e equipamentos de informática, aquisição de licenças de softwares, implantação e melhoria de sistemas de tecnologia da informação e treinamento de servidores.

Valor total de Captação em 2016: R$ 922,9 milhões.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
003 – EFICIÊNCIA DA GESTÃO: Promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo Brasília.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	3	1	Implementar, nas unidades do Governo, a metodologia de gestão para resultados (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100
6203	3	2	Identificar o perfil profissional necessário para as funções e atividades mapeadas – exercício 2018 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	3	Identificar os principais gargalos e vulnerabilidades para as quais serão necessárias a realização de concurso público ou terceirização de mão de obra – exercício 2018 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	3	4	Concluir a mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	5	Definir os novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	5
6203	3	6	Instituir controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	5	-	-	-	5	5
6203	3	7	Estudar, mapear e elaborar normativos para desburocratizar os gargalos das ações de licenciamento (exercício de 2016 e 2017) (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	8	Monitorar e avaliar as ações de desburocratização de atividades de licenciamentos e administrativas (exercício de 2018 e 2019) (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	9	Realizar auto avaliação assistida (2º semestre de 2016) (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	10	Implantar, monitorar e avaliar o Plano de Excelência da Gestão (exercício de 2017 a 2019), respectivamente (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	11	Implementar 01 sistema de informação, monitoramento e avaliação da SEDHS com três Subsistemas (SEDESTMIDH);	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	37	-	-	-	37	37
6203	3	12	Implementar 01 subsistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social no DF); 01 subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF; 01 subsistema de Transferência de Renda (SEDESTMIDH);	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	37	-	-	-	37	37
6203	3	13	Implementar 01 Sistema de Vigilância Sócioassistencial (SEDESTMIDH);	25101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	14	Realizar 24 estudos e 09 pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e às politicas de proteção social no DF (SEDESTMIDH);	25101	33	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	3	15	Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das	32201	48	UNID	MAIOR, MELHOR	12	-	-	-	12	25

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio e serviços, indústria, turismo, trabalho, cadeias e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF. (CODEPLAN);										
6203	3	16	Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades e indicadores sociais, subsidiando o Governo de Brasília nas ações de planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas. (CODEPLAN);	32201	48	UNID	MAIOR, MELHOR	9	-	-	-	9	18,75
6203	3	17	Realizar 24 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais. (CODEPLAN);	32201	24	UNID	MAIOR, MELHOR	16	-	-	-	16	67
6203	3	18	Gerar 2 (duas) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas. (CODEPLAN);	32201	2	UNID	MAIOR, MELHOR	2	-	-	-	2	100
6203	3	19	Realizar 150.000 (cento e cinquenta mil) atendimentos telefônicos/mês através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias. (CODEPLAN);	32201	150.000	UNID	MAIOR, MELHOR	186.068	-	-	-	186.068	124
6203	3	20	Gerar 4 (quatro) consultorias técnicas em gestão pública nas prefeituras dos municípios localizados na região metropolitana de Brasília. (CODEPLAN).	32201	4	UNID	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0

Análise Qualitativa

1. Implementar, nas unidades do Governo, a metodologia de gestão para resultados (SEPLAG);

O Governo do Distrito Federal publicou o Decreto 37.621, de 14 de setembro de 2016, o qual prevê a implantação do Modelo de Gestão para Resultados do Distrito Federal.

O ano de 2016 foi de aprimoramento da estratégia. Fixado para o período de 2016 a 2019, o mapa estratégico foi construído com base no Plano de Governo, no diagnóstico realizado durante a transição da gestão do Executivo e por meio das reuniões do secretariado. E norteou a apuração dos projetos estratégicos para o Acordo de Resultados de 2016, que continha metas e indicadores.

Com o apoio técnico e metodológico da Secretaria-Adjunta de Gestão da Estratégia e da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos, 46 órgãos e entidades da Administração Pública do DF iniciaram a adesão ao Modelo de Gestão para Resultados por meio da assinatura de 20 Acordos de Resultados

Ao final do ano foi realizado balanço dos acordos de resultados pactuados, que serviu para avaliação das melhorias a serem implementadas pelos órgãos.

A metodologia de gestão para resultados foi implementada em 100% dos órgãos do Distrito Federal. Cada órgão possui um acordo de resultados composto por projetos e indicadores estratégicos. O acordo de resultados é monitorado semanalmente presidido pelo Governador do Distrito Federal com a participação das secretarias e órgãos vinculados.

Identificar o perfil profissional necessário para as funções e atividades mapeadas – exercício 2018 (SEPLAG);

Para esta meta não houve análise, devido a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

2. Identificar os principais gargalos e vulnerabilidades para as quais serão necessárias a realização de concurso público ou terceirização de mão de obra – exercício 2018 (SEPLAG);

Importante dizer que esta meta está associada à ação descrita no PPA 2016-2019 “mapeamento de competências”, tendo sido formulada pela extinta Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD a qual teve por finalidade a execução de ações envolvendo a contratação de consultoria com capacitação em mapeamento de competências, as quais estavam previstas para serem realizadas no ano de 2015. Em sequência, seriam realizadas outras contratações no sentido de prover a capacitação de servidores e melhoria de processos e, ainda, uma terceira contratação para capacitação em dimensionamento da força de trabalho. A partir desses levantamentos, realizado por meio das citadas contratações, estava previsto dispor de informações a respeito de quais gargalos e vulnerabilidades estariam sendo superadas por meio de concurso público, isso em 2018.

Ocorre que não houve nenhuma destas capacitações pretendidas, tendo em vista a incorporação da SEGAD pela SEPLAG. Em virtude de contenção de recursos financeiros, as metas, previstas para serem cumpridas pela SEGAD, não foram alcançadas. Está-se diligenciando no sentido de promover a execução destas ações ainda este ano, porém, por meio da EGOV ou ENAP. Sendo assim, considera-se necessária a revisão das metas estabelecidas para os projetos previstos, anteriormente, com execução pela extinta SEGAD.

3. Concluir a mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo (SEPLAG);

Não foi iniciada a mudança das estruturas administrativas do Distrito Federal para o Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF, pois depende da solução de divergências contratuais, tais como medidas mitigadoras do Relatório de impacto de Transito (RIT), infraestrutura de energia elétrica e aditivos, bem assim da emissão da Carta de Habite-se.

Ressalte-se, entretanto, que esta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) com o objetivo de avaliar o Contrato do CADF e solucionar suas divergências, firmou Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01) em 11 de agosto de 2016 com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS).

Além disso, destaque-se que a Concessionária do Centro Administrativo (CENTRAD) solicitou rescisão amigável do Contrato, o que vem sendo negociado, inclusive com base nos estudos que estão sendo apresentados pelo UNOPS.

4. Definir os novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção (SEPLAG);

Por meio da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de agosto de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para a ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo. As indicações de membros e atividades do referido Grupo de Trabalho estão registrada no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56.

5. Instituir controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado (SEPLAG);

O Grupo de Trabalho GT-DOC, instituído pela Portaria Conjunta nº 05/2016, foi criado para promover estudos e propostas relacionados ao processo de mudança para ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo.

6. Estudar, mapear e elaborar normativos para desburocratizar os gargalos das ações de licenciamento (exercício de 2016 e 2017) (SEPLAG);

Para esta meta não houve análise, devido ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

7. Monitorar e avaliar as ações de desburocratização de atividades de licenciamentos e administrativas (exercício de 2018 e 2019) (SEPLAG);

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

8. Realizar auto avaliação assistida (2º semestre de 2016) (SEPLAG);

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

9. Implantar, monitorar e avaliar o Plano de Excelência da Gestão (exercício de 2017 a 2019), respectivamente (SEPLAG);

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

11. Implementar 01 sistema de informação, monitoramento e avaliação da SEDHS com três Subsistemas (SEDESTMIDH);

Sistema em implementação, sua consolidação constitui desafio, face limitação de recursos orçamentários, financeiros e humanos, em termos quantitativos e qualitativos. Em relação aos recursos humanos, destaca-se a necessidade de perfil adequado às atividades requeridas pela implementação de um sistema de informação, monitoramento e avaliação, complexo, por abranger políticas de proteção social com lócus específico (assistência social) e políticas transversais (segurança alimentar), que requerem alinhamento conceitual , disponibilização de dados e informações por várias áreas de políticas públicas, numa relação dialógica, Inter sistemas, ainda insipiente e em construção.

12. Implementar 01 subsistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social no DF); 01 subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF; 01 subsistema de Transferência de Renda (SEDESTMIDH);

Meta em processo de Implementação, prevista sua consolidação em 2019. Em 2016 foi priorizado o Subsistema de Assistência Social, que integrado ao Subsistema de Transferência de Renda apresenta 60% de consolidação, enquanto o Subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional apresenta 36 % de consolidação do trabalho de desenho e implementação, perfazendo juntos, os três módulos, percentual de implementação de 37% em sua totalidade. Constitui desafio para os próximos exercícios a garantia de recursos orçamentários e financeiros necessários à consultorias e capacitação de servidores – busca da excelência técnica - para realização das atividades requeridas ao processo de implementação dos subsistemas e consequente alcance da meta no prazo previsto.

13. Implementar 01 Sistema de Vigilância Sócioassistencial (SEDESTMIDH);

Meta não implementada, prevista consolidação até 2019. Depende da implementação das metas 12 e 14 (consolidação do sistema de informação, monitoramento e avaliação e dos três subsistemas - assistência social, segurança alimentar e transferência de renda - e da implementação da meta 14 – realização de estudos e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF – para sua consolidação. Meta referenciada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS – constitui compromisso do GDF, pactuado com o Governo Federal, com impacto significativo na identificação de vulnerabilidades (população/território) e potencialidades (pessoas/instituições), por Região Administrativa do DF. O mapeamento das vulnerabilidades e potencialidades por território, resultante dos dados e informações consolidados a partir do atendimento à população em situação de vulnerabilidade e os estudos e pesquisas, deles decorrentes, constitui ação relevante para a garantia de proteção social, enfrentamento das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população do DF Constitui, ainda, desafio e condição para adequação da oferta de serviços e benefícios sócio- assistenciais ao perfil da população em cada território – Região Administrativa do Distrito Federal.

14. Realizar 24 estudos e 09 pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF (SEDESTMIDH);

Em 2016 não foram implementadas ações relacionadas à meta 14 – Realização de 06 Estudos e 02 Pesquisas - observado o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros. Contudo, foi consolidado o estudo iniciado em 2015 – "Diagnóstico da gestão das Unidades Descentralizadas responsáveis pela execução da Política de Assistência Social no DF", base para identificação de variáveis e construção de indicadores, que permitam mensurar, monitorar e avaliar o desempenho das Unidades e da Secretaria na implementação de serviços e benefícios da Assistência Social, ou seja, na garantia à população do DF do direito à proteção social , mediante um atendimento de qualidade em sintonia com suas demandas e necessidades. O estudo "Diagnostico da Gestão das Unidades Descentralizadas" possibilitou identificar a necessidade de capacitação para gerentes, subsidiando a realização do 1º Curso de Formação para Gerentes, numa parceria Secretaria e Escola de Governo – EGOV, com a capacitação de 157 servidores e previsão de continuidade em 2017, mediante realização de curso de formação para ocupação de cargo de gerente, diretor e coordenador. Previsto para o primeiro semestre de 2017 o mapeamento de estudos e pesquisas a serem implementados no período de 2017 a 2019, com definição de prioridades e busca de interlocução e parcerias com Instituições públicas e privadas em âmbito local e nacional. Prevista a realização em 2017 de duas (02) pesquisas relacionadas à Segurança Alimentar e

Nutricional (“Pesquisa de satisfação dos usuários dos Restaurantes Comunitários”) e à Assistência Social (“População em situação de rua”). As pesquisas subsidiarão a análise da adequação de serviços, redesenho de atividades, revisão e projeção de metas.

15. Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio e serviços, indústria, turismo, trabalho, cadeias e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF. (CODEPLAN);

A meta foi plenamente atingida, uma vez que foram desenvolvidas as 12 (doze) pesquisas e estudos de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica, previstas: 1. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD; 2. Pesquisa Complementar; 3. Índice de Desempenho Econômico – IDECON; 4. Projeções Populacionais do DF; 5. Produto Interno Bruto do DF; 6. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF; 7. Anuário Estatístico do DF; 8. Migração, Fecundidade e Mortalidade no DF e da Área Demográfica; 9. Estudos Área de Influência Regional de Brasília – PERGEB; 10. Eixo de Estudos Brasília/Anápolis/Goiânia; 11. Pesquisa de Emprego e Desemprego – Periferia Metropolitana do DF; 12. Estudos Metropolitanos e Regionais.

A disponibilização de informações socioeconômicas para o planejamento governamental vem a contribuir com a eficiência e eficácia da máquina pública, permitindo que sejam implementadas políticas públicas adequadas e possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

16. Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades e indicadores sociais, subsidiando o Governo de Brasília nas ações de planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas. (CODEPLAN);

A meta estabelecida para o exercício de 2016 foi de 13 (treze) estudos e análises de políticas sociais, não obtendo o alcance desejado. A meta atingida mostrou-se inferior ao quantitativo previsto, sendo realizados 9 (nove) estudos e análises e acompanhamento de políticas sociais de governo: 1. Perfil do Afroempreendedor no Distrito federal; 2. Trajetória das Mulheres no Distrito Federal – 50 anos de conquistas; 3. Aplicação do Critério Brasil aos dados da PDAD 2013 e 2015; 4. Motivações para o Consumo de Alimentos Orgânicos – Possibilidades do Distrito Federal; 5. Levantamento de Base de Dados/2º semestre de 2016 – Notas Fiscais Eletrônicas; 6.O Perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015 – 2019; 7. Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF; 8.Perfil da Juventude do DF – Uma análise a partir dos dados da PDAD 2015/2016; 9.Conhecimento tecnológico e Inovação para o Desenvolvimento de Brasília.

A realização de estudos e análises sobre as políticas sociais implementadas pelo governo, serve de instrumento para o planejamento governamental, contribuindo para corrigir distorções e atingir melhores resultados sobre a sociedade como um todo, possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

17. Realizar 24 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais. (CODEPLAN);

A meta atingida superou em 11 (onze) o quantitativo previsto, sendo realizados 16 (dezesseis) estudos e pesquisas urbano e ambientais: 1. Estudos urbanos e Ambientais de 18 Regiões Administrativas do DF e Estudo Urbano e Ambiental Consolidado do DF; 2. Estudo urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial UPT SUL; 3. Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no DF; 4. Densidades Urbanas das Regiões Administrativas do DF; 5. Estudos Urbanos e Ambientais dos Municípios da Periferia Metropolitana de Brasília; 6. Novas Áreas de Centralidade e Mobilidade Urbana no DF; 7. Estudo de Diagnóstico Físico, de Acessibilidade e Demográfico na Região de Influência da Rodoferroviária de Brasília, para possível instalação de posto do NA HORA; 8. Identificação de Intermodalidade nas estações do Metrô em Águas Claras e Samambaia; 9. Estacionamento em Quadras Comerciais do Plano Piloto. O caso da Entrequadra 207/208 Norte “Rua da Informática”; 10. Estudo das paradas de ônibus na via W3 Sul; 11. Transporte Noturno para Pessoas que Trabalham nos Bares e Restaurantes do Plano Piloto; 12. Estudos das

Crenças Salientes e da Intenção do Condutor em respeitar as Velocidade Limite em Vias Urbanas; 13. Análise Sobre recursos Hídricos no DF; 14. Construção de Indicadores de Qualidade Ambiental e Urbana; 15. Análise Sobre Energia e Uso de Energias Alternativas no DF; 16. Pesquisa: Brasília Resiliente – Desastres Ambientais.

A realização de estudos e pesquisas urbano e ambientais servem de forte instrumento para o planejamento governamental, contribuindo com o ordenamento territorial e a preservação do meio ambiente, fornecendo subsídios para implementação de políticas públicas adequadas e possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

18. Gerar 2 (duas) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas. (CODEPLAN);

A meta de gerar 2 (duas) plataformas foi atingida, sendo: 1. Brasília em Números e 2. Brasília em Mapas.

19. Realizar 150.000 (cento e cinquenta mil) atendimentos telefônicos/mês através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias. (CODEPLAN);

A meta atingida superou em 36.068 o quantitativo de ligações recebidas/atendidas.

20. Gerar 4 (quatro) consultorias técnicas em gestão pública nas prefeituras dos municípios localizados na região metropolitana de Brasília. (CODEPLAN).

A meta prevista não foi atingida, não sendo realizadas consultorias técnicas.

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, em função do contido no Artigo 1º do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, publicado no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, absorveu a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, cuja denominação foi mantida, definindo-se, ainda, suas áreas de atuação e competências.

Devido à junção das duas Secretarias, a Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD foi extinta. Por este motivo, as metas 07, 08, 09 e 10, restaram sem as devidas análises de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias), pois estas foram definidas pela referida Subsecretaria. Em relação às metas 07 e 08, a referida subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão do projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1442	SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO	%			ANUAL	60	37	90	100	100	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
1443	TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIADOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%			TRIMESTAL	75	0	80	85	90	Sistema Gestão DF/SEPLAG / UO 32101 / OE 3
1444	TAXA DE ATINGIMENTO DAS METAS DOS ACORDOS DE RESULTADOS	%			SEMESTRAL	80	60	85	90	95	Sistema Gestão DF/SEPLAG / UO 32101 / OE 3

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1445	ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA	UNIDADE	14	31/jan/15	ANUAL	12	12	12	12	12	CODEPLAN/ DIEPS / UO 32201 / OE 3
1446	ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SÓCIAS DE GOVERNO	UNIDADE	12	31/jan/15	ANUAL	13	9	11	12	12	CODEPLAN/ DIPOS / UO 32201 / OE 3
1447	ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS	UNIDADE	5	31/jan/15	ANUAL	5	16	6	7	6	CODEPLAN/ DEURA / UO 32201 / OE 3
1448	IMPLEMENTAR E GERIR SISTEMA DE INFORMAÇÕES INTEGRADAS E GEOREFERENCIADAS PARA O PLANEJAMENTO	UNIDADE	1	31/jan/15	ANUAL	1	2	1	1	1	CODEPLAN / UO 32201 /OE 3
1449	MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA	LIGAÇÕES REC/ ATEND	2.121.060	31/jan/15	MENSAL	150.000	186.068	150.000	150.000	150.000	CODEPLAN/ GECAC /UO 32201 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1442 - Justifica-se pela insuficiência e ou ausência de condições técnicas operacionais: aporte de recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, observada especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento e Avaliação de políticas sociais.

Indicador 1443 - O indicador em questão foi proposto pela extinta Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGEST e não é operacional. O resultado destes indicadores depende exclusivamente do desempenho da Secretaria signatárias do Acordo de Resultados. Por essa razão, o índice não pode ser alcançado pela Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica.

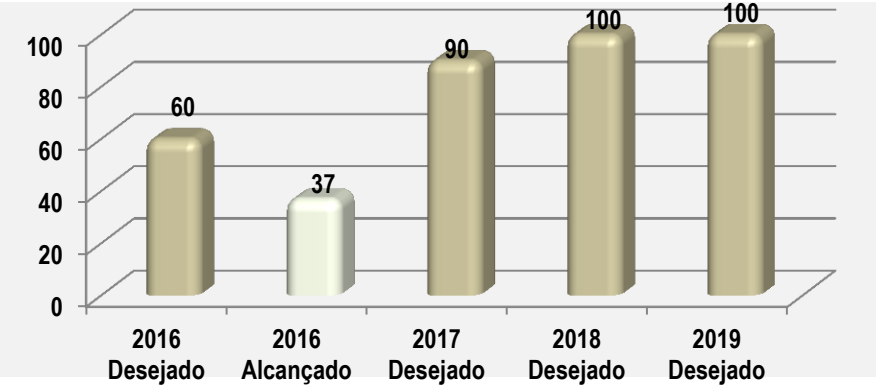
Indicador 1444 -O indicador em questão foi proposto pela extinta Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGEST. O resultado deste indicador depende exclusivamente do desempenho da Secretaria signatárias do Acordo de Resultados. Por essa razão, o índice não pode ser alcançado pela Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica.

Indicador 1445 - Foram realizados 12 (doze) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico, pesquisas na área de economia, comércio, serviços, indústria, turismo, trabalho, setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do DF e da RIDE.

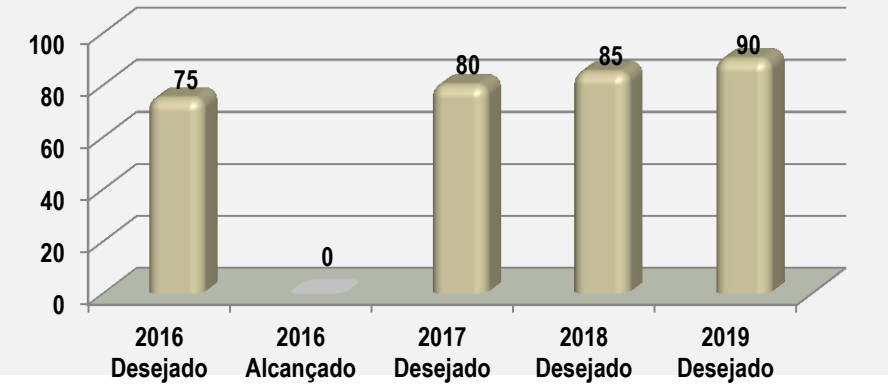
Indicador 1446 - Mudanças na gestão da unidade responsável, cargo do diretor vago e evasão de técnicos requisitados.

Indicador 1447- Equipe reconstituída e gestão determinada. Foram realizados 5 (cinco) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais.
Indicador 1448 - Implementadas as plataformas: Brasília em Números e Brasília em Mapas.
Indicador 1449 - Sistema de atendimento ao cidadão, melhorado. Foram atendidas 186.068 ligações telefônicas/mês, através das Centrais 156, 160 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal, bem como, registros e reclamações, sugestões e denúncias.

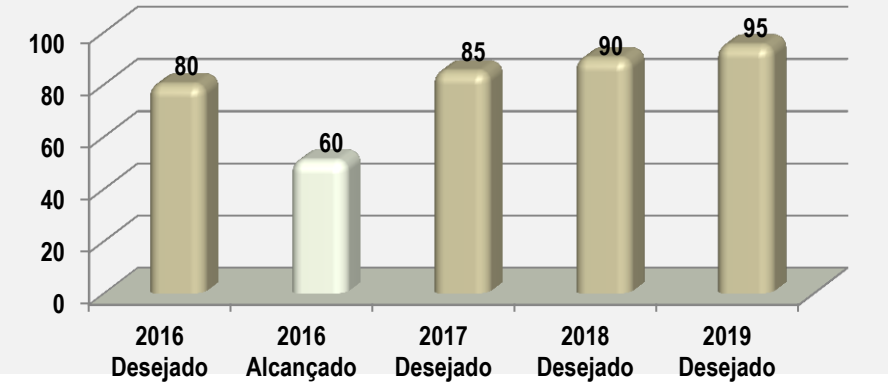
SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO



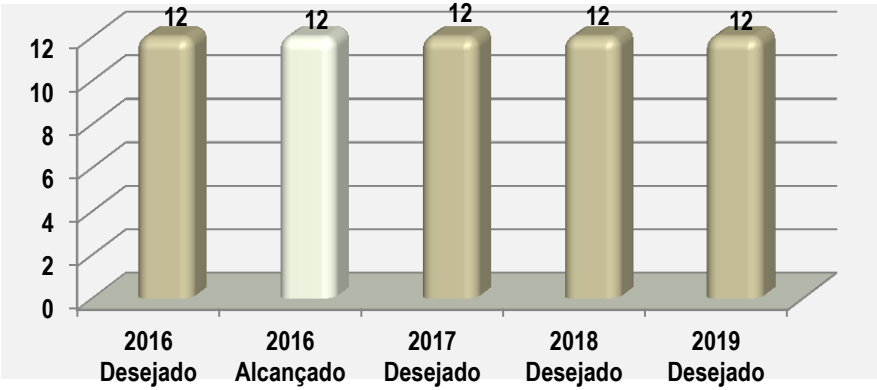
TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



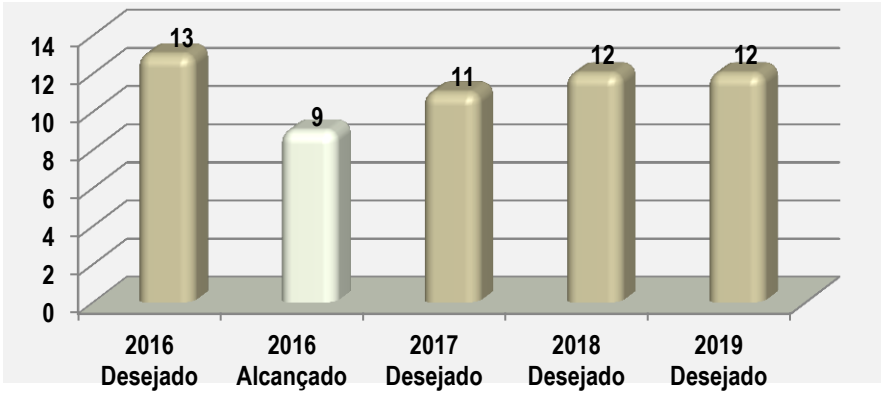
TAXA DE ATINGIMENTO DAS METAS DOS ACORDOS DE RESULTADOS



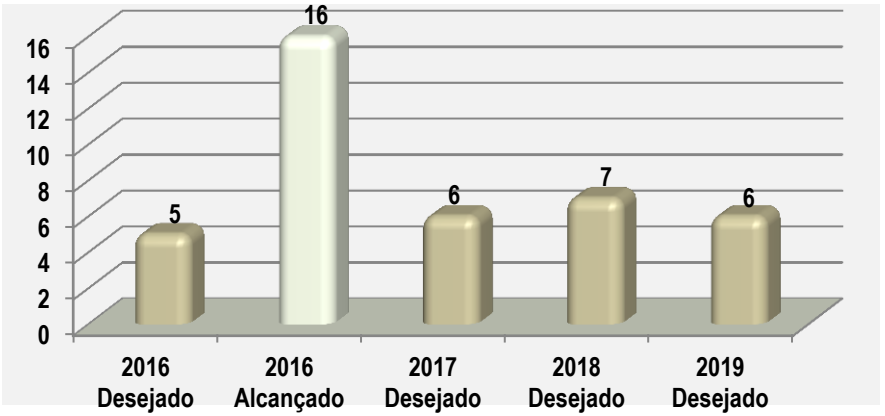
ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA



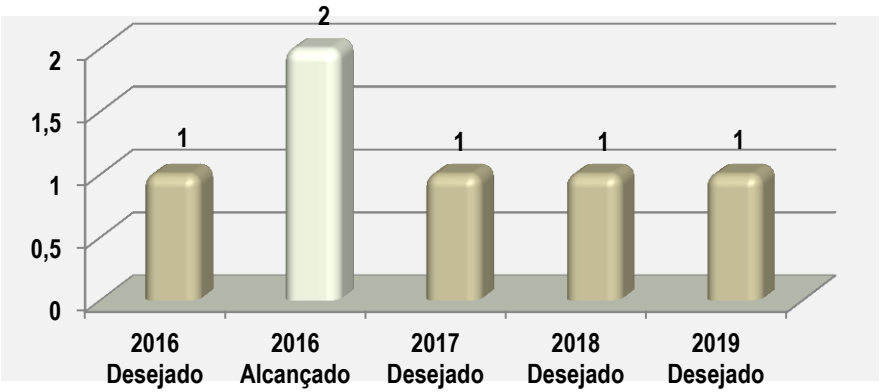
ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SÓCIAS DE GOVERNO



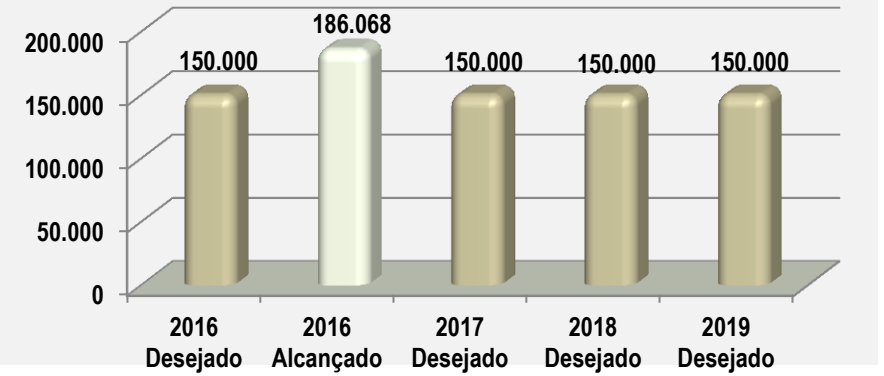
ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS



IMPLEMENTAR E GERIR SISTEMA DE INFORMAÇÕES INTEGRADAS E GEOREFERENCIADAS PARA O PLANEJAMENTO



MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	3	1	Elaboração de normas específicas para execução dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	5%	- Por meio da Portaria Conjunta nº 5, de 17 de agosto de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo; - Por meio do processo SEI nº 00410.00011050/2017-56, foi solicitada a indicação de servidores para compor grupo de discussão a fim de estudar solução viável para o almoxarifado do CADF;
6203	3	2	Criação de Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para a desburocratização de licenças para obras e atividades econômicas e administrativas (SEPLAG);	32101	0%	Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.
6203	3	3	Monitoramento e avaliação dos resultados das ações de desburocratização de licenciamentos (SEPLAG);	32101	0%	Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.
6203	3	4	Criação de Comitê Gestor do Plano de Excelência da Gestão com pontos focais em todos os órgãos (monitoramento das ações previstas no Plano) (SEPLAG);	32101	0%	Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.
6203	3	5	Capacitação de Pessoas no MEG – Modelo de Excelência da Gestão (SEPLAG);	32101	100%	Quanto à capacitação de servidores, a Escola de Governo do Governo do Distrito Federal (EGOV) buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo, com o total de 16.982 servidores certificados no exercício de 2016.
6203	3	6	Padronização dos conceitos necessários à implementação dos requisitos do sistema integrado (SEDESTMIDH);	25101	80	A interlocução estabelecida com Unidades finalísticas responsáveis pela execução das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar, oportunizou a identificação de inconsistências e/ou divergências na apreensão e aplicação de conceitos necessários à implementação dos requisitos do Sistema Integrado de informação, monitoramento e avaliação, o que resultou na busca por revisão dos conceitos

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						adotados, a serem consolidados em um caderno de terminologias, em execução, referência para o mapeamento de processos de trabalho e melhoria da qualidade da oferta de serviços , junto à população do DF, contribuindo para um melhor desempenho dos servidores públicos e unidades, responsáveis pelo atendimento à população no âmbito das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar no Distrito Federal.
6203	3	7	Revisão e mapeamento dos processos de trabalho (SEDESTMIDH).	25101	61	A implementação vem ocorrendo de modo sistemático, embora impactada pela fragilidade das Unidades - finalísticas e centrais – no que tange à disponibilidade de Recursos Humanos, necessários à sua realização. A implementação da revisão e mapeamento dos processos de trabalho tem possibilitado conhecer, mapear e aprimorar o desenho das ações desenvolvidas por Unidades finalísticas, o que certamente resultará em maior eficiência e eficácia na resposta às demandas da população, com otimização da gestão de recursos físicos, humanos, orçamentários e financeiros, possibilitando maiores e melhores resultados e, consequentemente, maior efetividade, ou seja, impacto na ampliação e garantia da qualidade de vida da população atendida nas unidades integrantes do Sistema Único de Assistência Social - /SUAS e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no Distrito Federal.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Em relação ao Objetivo Específico EFICIÊNCIA DA GESTÃO, no período sob análise, a SEPLAG desenvolveu diversas atividades no sentido de profissionalizar a gestão pública no âmbito do GDF. Com o apoio técnico e metodológico da Secretaria-Adjunta de Gestão da Estratégia e da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE, dos 53 órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, 46 iniciaram a adesão ao Modelo de Gestão para Resultados por meio da assinatura de 20 Acordos de Resultados agrupados por temáticas que envolvem secretarias de estado e suas respectivas entidades vinculadas.

A partir dos Acordos de Resultado assinados em 2016, foram pactuadas 574 metas, que foram monitoradas pela SUPPE e apreciadas em 44 Reuniões de Acordos de Resultados – RAR's, presididas pelo Exmo. Sr. Governador, com a presença dos signatários dos respectivos acordos, além da SEPLAG, que atua como interveniente e da Casa Civil.

Importante ressaltar que, antecedendo cada RAR, a SAGE e SUPPE realizaram pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Em 2016 foram realizadas mais de 400 agendas com representantes de órgãos do DF e instituições diversas para:

1. Articulação para realização de projetos.
2. orientação sobre as ferramentas de gestão.
3. levantamento de informações.
4. preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados.
5. reuniões para tratar de obras sob responsabilidade da Novacap e de interesse de diversos órgãos do DF.

6. Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF.

No exercício sob análise, a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos participou de reuniões de articulação de projetos com a Caixa relativas à execução de empreendimentos da carteira do PAC – obras de saneamento, educação, infraestrutura e moradia.

Também foram monitoradas, pela SUPPE, outras ações e obras relacionadas a Políticas Sociais (Ex.: Unidades de internação, reforma e ampliação de penitenciárias etc.).

Em relação ao Planejamento Governamental, as principais contribuições da SEPLAG para o alcance do Objetivo Específico se refere à elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de governo, realizadas em conjunto com os Órgãos e Entidades do GDF e sua disponibilização à apreciação dos Órgãos de Controle Interno, Externo e à população do DF.

O Plano Plurianual PPA 2016-2019 (aprovado pela nº 5.602, de 30/12/2016 e suas alteração), define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas orientando a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Para o acompanhamento das ações e dos recursos previstos no PPA e na LOA, a SEPLAG publica bimestralmente o Relatório de Desempenho Físico-Financeiro, documento que consolida as informações dos órgãos governamentais e visa dar transparência à execução do orçamento do DF. Em 2016 foram acompanhadas 1.983 etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG que abrangem tanto ações relativas a pagamento de pessoal, manutenção das unidades do governo, obras e serviços em andamento ou concluídas no período de janeiro a dezembro. Do total de etapas cadastradas, 1.713 foram concluídas e 141 estavam em andamento normal no final do exercício.

A Avaliação do Plano Plurianual – 2016 tem por finalidade identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas. Nesta fase do processo de planejamento foram analisados os resultados dos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias em coerência com as diretrizes do planejamento estratégico de governo. A Avaliação do PPA é parte fundamental do ciclo de planejamento e sua elaboração tem por principais objetivos, acompanhar a execução do PPA identificando os avanços ou não das Políticas Públicas, retroalimentar o ciclo para manutenção, adequação ou redefinição de rumos em busca de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento das Políticas Públicas.

Ainda em consonância com o Objetivo Geral desse Programa, foram elaborados o Relatório de Atividades do Governo e de Indicadores de Desempenho que integram a Prestação de Contas Anual do Governador. Os documentos refletem as realizações do Governo durante o exercício e conferem transparência às ações governamentais, demonstrando como o governo aplicou os recursos durante o ano, tendo como parâmetros as metas estipuladas no Plano Plurianual e os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

A SEPLAG, em conjunto com os órgãos e Entidades do GDF elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e realizou audiências públicas com a participação da Câmara Legislativa do Distrito Federal para apresentação e discussão da LDO/2017 e da Lei Orçamentária/2017, à sociedade civil e a representantes de comunidades ligadas às Regiões Administrativas.

Durante o exercício de 2016 foram realizadas orientações às unidades do GDF quanto às alterações do orçamento e sua execução e ainda, o acompanhamento e controle dos recursos aplicados nas áreas de Educação e Saúde do Distrito Federal, objetivando o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e aos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29/2000, respectivamente, tanto no processo de elaboração do orçamento para o exercício de 2017, quanto na execução orçamentária do exercício de 2016.

Quanto à capacitação de servidores, a Escola de Governo do Governo do Distrito Federal (EGOV) buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo, com o total de 16.982 servidores certificados no exercício de 2016.

Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria atingiram o total de 1.088 (mil e oitenta e oito), superando em 64% (sessenta e quatro por cento) os resultados esperados.

O Programa COMPRASDF, que preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras, está em desenvolvimento e será doravante aperfeiçoada por meio de utilização de consultorias, bem como pela contribuição motivada das partes interessadas. Será este o legado da SCG/SEPLAG para as futuras administrações das compras do GDF.

Entre os meses de janeiro até o final do mês de novembro de 2016 ocorreu a fase de implantação, nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, do Sistema Eletrônico de Informação SEI!. Nesta fase, foram adotadas ações focadas especialmente na parametrização desse sistema, na elaboração de normas, manuais e instrumentos de gestão internas, no planejamento e acompanhamento do projeto nos órgãos e entidades aderentes ao SEI!.

A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE atuou em 2016 de maneira proativa, buscando um atendimento ágil no cumprimento de suas obrigações. O foco dos trabalhos da Subsecretaria foi a saúde do servidor, mediante inovações como: o agendamento das perícias por meio eletrônico e informatizado; atendimento aos periciandos por perfis (sistema senhas); a ampliação do horário de atendimento aos servidores para homologação de licenças; e por meio de uma Gestão participativa e compartilhada.

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

A Seplag, por meio da Governança-DF atuou de forma a contribuir para o objetivo específico que trata da Eficiência da Gestão buscando "promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo de Brasília", considerando as premissas então utilizadas para criação dos Colegiados:

1. estabelecer medidas visando a redução do custo da máquina pública distrital, assegurando o funcionamento contínuo dos serviços públicos prestados;
2. necessidade de manter as obras e os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;
3. preservar os empregos públicos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal.

A partir destas premissas destaque-se que nos últimos dois anos a Câmara de Governança e seus Comitês: Políticas de Pessoal, Empresas Públicas e Qualidade do Gasto Público vêm estabelecendo parâmetros de gestão orçamentária e financeira, com o intuito de criar condições para garantir o seu equilíbrio, de acordo com os Decretos publicados, como se segue:

- Decreto nº 36.240/2015 (alterado pelo Decreto nº 37.173/2016), que dispõe sobre os mecanismos de Governança no âmbito do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.121/2016 que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.427/2016 que dispõe sobre a descentralização orçamentária e financeira no âmbito do Disitrito Federal ;
- Decreto nº 37.594/2016 que dispõe sobre o reconhecimento de dívida de exercícios anteriores;
- Instrução Normativa Governança nº 01/2016, que trata da tramitação dos processos enviados à Câmara e seus Comitês, bem como estabelece procedimentos de análise pelas áreas técnicas das diversas matérias: pessoal, orçamento, financeiro, licitações e contratos, dentre outros.

Dentre as atribuições dadas à Câmara destaque para as reprogramações orçamentárias realizadas em 2015 e 2016, cujo resultado foi satisfatório do ponto de vista de ajuste orçamentário sempre em busca do equilíbrio.

Outro importante destaque foram as reestruturações publicadas a partir de outubro de 2015, fazendo com que reduzisse os valores de pessoal e auxiliando na redução do percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal de 50,08% para 46,93% naquele exercício, porém ainda acima do Limite Prudencial que é de 46,55%, permanecendo nesta faixa, encerrando o 1º Quadrimestre de 2017 em 47,19%.

Com relação aos contratos e convênios houve significativa redução com base nas decisões do Colegiado, a exemplo da Decisão 01/2016: *"Considerando a situação econômica brasileira de grande recessão, aliada à queda do PIB, bem como às restrições orçamentárias do Distrito Federal, a GOVERNANÇA-DF decidiu comunicar a todas as unidades orçamentárias que tenham contratos de serviços terceirizados, que o percentual de repactuação concedido aos contratos deverá corresponder a uma redução de igual proporção no contrato, a fim de manter o equilíbrio*

das contas públicas. Tal medida se faz necessária tendo em vista a dificuldade de conceder suplementação orçamentária às unidades. As unidades gestoras deverão repassar esta informação a todas as empresas que tenham contratos com o poder público do Distrito Federal".

Quanto à conclusão da mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo, em 02 de fevereiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.097, o qual deu nova estrutura do Conselho Deliberativo do CADF. O Decreto transferiu a gestão da parceria a esta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Todavia, em 18 de outubro de 2016, o Decreto foi revogado pelo de nº 37.713, o qual, em que pese dissolvendo referido Conselho, manteve a gestão do Contrato nesta Pasta.

Com a revogação, a competência para o tratamento da parceria retornou ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), o qual, por meio da Resolução n° 81, de 28 de setembro de 2016, criou, em sua estrutura, o Comitê Deliberativo do CADF (CD-CADF), com competência para deliberar sobre as questões afetas ao Contrato do CADF. Também a coordenação deste Conselho é atribuída a SEPLAG. Assim, atribuiu-se a Unidade de Parceria Público-Privada (UPPP) subsidiar a SEPLAG na gestão do Contrato ora em comento.

Em 2016, ainda, a SEPLAG firmou com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em 11 de agosto de 2016, Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01). O acordo visa à avaliação do Contrato, permeando a avaliação do seu equilíbrio econômico-financeiro, a ocupação racional do CADF e a capacitação de servidores tanto para lidar com reequilíbrios em PPPs, quanto para gerir o empreendimento.

Além disso, destaque-se que a Concessionária do Centro Administrativo (CENTRAD) solicitou rescisão amigável do Contrato, o que vem sendo negociado, inclusive com base nos estudos que estão sendo apresentados pelo UNOPS.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

SEDESTMIDH

- Maior conhecimento do processo de gestão no âmbito da SEDESTMIDH, com identificação de problemas e busca de alternativas e/ou estratégias de solução, que signifiquem respostas mais efetivas à população em sua necessidade de proteção social.

- Ampliação do compromisso Institucional com o processo de coleta e tratamento de dados, mediante disponibilização de informações quantitativas e qualitativas, necessárias ao processo de gestão e a transparência na implementação de serviços e benefícios sociais, base do controle social sobre a aplicação de recursos e efetividade das políticas públicas no Distrito Federal.

- Construção do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, com base em relação dialogada, interna e externa, consolidando o processo de participação e compromisso de servidores e gestores com a entrega de serviços e benefícios de qualidade à população do Distrito Federal. "Compromisso com a qualidade dos serviços e a garantia de direitos".

CODEPLAN

A disponibilização ao Governo do Distrito Federal de informações atualizadas, decorrentes de estudos e pesquisas socioeconômicas, estudos e análises de políticas sociais e estudos e pesquisas urbano e ambientais, voltadas para o planejamento governamental, retrata a situação atual em que se encontra o Distrito Federal e Região de Desenvolvimento Integrado – RIDE contribuindo sobremaneira, com a promoção da eficiência da máquina pública, elevando a capacidade do Estado de implementar políticas públicas mais adequadas à realidade territorial, urbana, social, econômica, populacional e ambiental do Distrito Federal e de sua Região de Desenvolvimento Integrado - RIDE, permitindo, ainda, melhorar os resultados dos serviços públicos prestados à

sociedade e alcançar melhores práticas de gestão e governança, otimizando e agilizando a tomada de decisão e os processos críticos, identificando os desafios que se apresentam e as potencialidades a serem exploradas e, delineando os rumos a serem tomados de forma integrada e estratégica pelos gestores públicos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
004 – GESTÃO DE PESSOAS: Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	4	1	Contratar serviços de consultoria especializada em processos de avaliação de desempenho em órgãos públicos, envolvendo mapeamento de competências e definição de indicadores para avaliação - 2016-2019 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20
6203	4	2	Definir o perfil profissional necessário para as funções e atividades estratégicas da administração pública – 2017-2018 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20
6203	4	3	Readequar a lotação de servidores observando-se o curso de formação, o perfil profissional e as atividades a serem executadas – 2018 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	N / A	-	-	-	0	0
6203	4	4	Definir cronograma de ação e principais dados e informações que precisem ser verificadas, estabelecendo com a empresa contratada o quantitativo de pessoal necessário para receber dos servidores, toda documentação que alimentará o banco de dados e constituirá acervo documental dos assentamentos funcionais do servidor - Constituição de	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	50

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
			Grupo de Trabalho – 1º semestre de 2016 (SEPLAG);										
6203	4	5	Apresentar proposta de lei instituindo Plano Geral de Carreiras do Governo do Distrito Federal – 2º semestre de 2016 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	50	-	-	-	50	50
6203	4	6	Avaliar as ações de reestruturação e ajustes organizacionais (2017 e 2019) (SEPLAG).	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100

Análise Qualitativa

1. Contratar serviços de consultoria especializada em processos de avaliação de desempenho em órgãos públicos, envolvendo mapeamento de competências e definição de indicadores para avaliação - 2016-2019 (SEPLAG);

Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução até 2019.

No início do ano de 2016 foi elaborado o termo de referência para contratação de consultoria especializada, com definição do escopo e abrangência da ação de mapeamento de competências. O termo foi submetido à Subsecretaria de Compras Governamentais para revisão. Ainda no ano de 2016, em vista da escassez de recursos financeiros, optou-se por sobrestar a licitação. Importante mencionar que uma das razões para o sobrestamento do referido procedimento licitatório foi o fato de ter havido tratativas no sentido da utilização de recursos do *FCO Strategic Programme Fund*, da Inglaterra. O projeto foi selecionado para provável financiamento internacional, tendo restado prejudicado em virtude do contexto nacional, à época. Após resposta negativa ao financiamento pretendido, a minuta do Termo de Referência foi encaminhada à Subsecretaria de Compras Governamentais, para contratação com recursos próprios, momento em que não houve oportunidade para prosseguimento do pleito, posto o cenário financeiro do Distrito Federal.

Em estudos alternativos, buscam-se parcerias/convênios com outros órgãos e universidades, com previsão de contratação no segundo semestre de 2017.

2. Definir o perfil profissional necessário para as funções e atividades estratégicas da administração pública – 2017-2018 (SEPLAG);

Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução até 2018.

Dada a proximidade de temas entre as metas 1 e 2 e o cenário fiscal, optou-se por capacitar os servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, junto com servidores de outros órgãos, na metodologia de análise de perfil profissiográfico e proposição de diretrizes para melhor alocação de pessoal nas funções e atividades consideradas estratégicas, para que atuem como multiplicadores para execução da ação. Assim, houve antecipação de atividades relacionadas à meta, tendo sido iniciadas tratativas junto à Escola de Governo – EGOV. Neste ano de 2017 foi elaborada minuta de "Plano de Curso" para execução pela EGOV, com previsão de realização do curso no segundo semestre de 2017.

3. Readequar a lotação de servidores observando-se o curso de formação, o perfil profissional e as atividades a serem executadas – 2018 (SEPLAG);

Ação não iniciada – a ser executada no ano de 2018 por depender das ações anteriores. Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução em 2018.

4. Definir cronograma de ação e principais dados e informações que precisem ser verificadas, estabelecendo com a empresa contratada o quantitativo de pessoal necessário para receber dos servidores, toda documentação que alimentará o banco de dados e constituirá acervo documental dos assentamentos funcionais do servidor - Constituição de Grupo de Trabalho – 1º semestre de 2016 (SEPLAG);

Considera-se a ação em atraso, com nova meta de execução para o segundo semestre de 2017.

Esta ação é vinculada ao recadastramento dos servidores, conforme processo n 0410.001037/2016. A minuta de Decreto foi elaborada, entretanto ainda não foi submetida à autoridade competente.

5. Apresentar proposta de lei instituindo Plano Geral de Carreiras do Governo do Distrito Federal – 2º semestre de 2016 (SEPLAG);

Considera-se a ação em atraso, com nova meta de execução para o segundo semestre de 2017.

Foi elaborada a proposta preliminar com base em estudos de outras normas similares existentes nos diversos Estados brasileiros, além de algumas experiências internacionais. Observou-se necessidade de aprimoramento da proposta.

6. Avaliar as ações de reestruturação e ajustes organizacionais (2017 e 2019) (SEPLAG).

Sugere-se que seja adotada uma interpretação para este descritor de forma que se tenha a seguinte meta: "Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos".

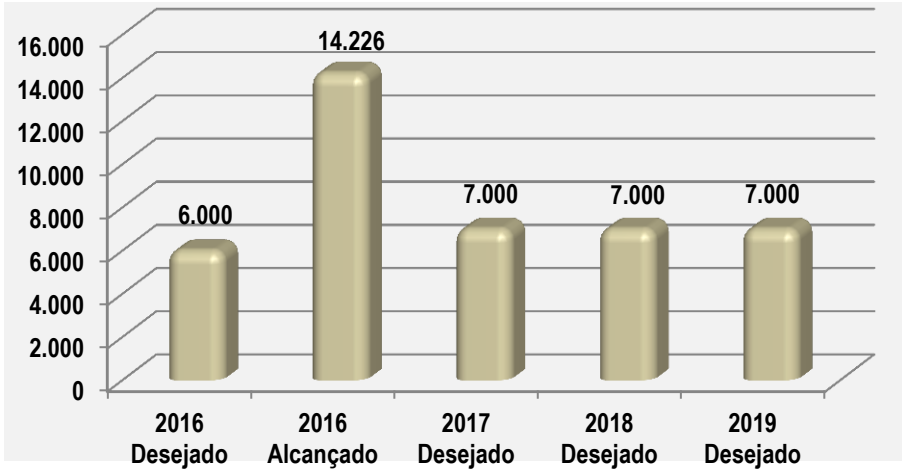
INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1450	SERVIDORES CAPACITADOS	PESSOA			ANUAL	6.000	14226	7.000	7.000	7.000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 /OE 4
1452	ATENDIMENTO AO SERVIDOR	PESSOA			ANUAL	700	1088	750	750	800	OUVISER/SEPLAG / UO 32101 / OE 4

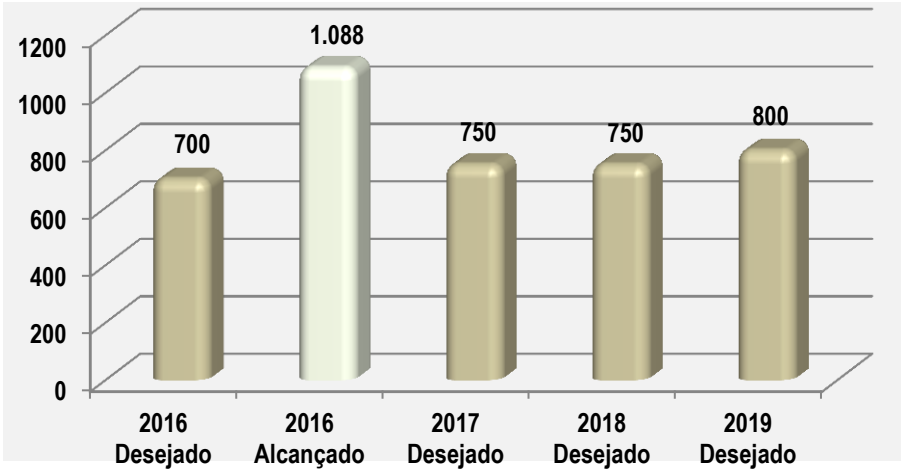
Justificativas 2016

Indicador 1450 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD): Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados.
Indicador 1452 - Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria da SEPLAG atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito) atendimentos: - Atendimentos aos servidores: 535; - Atendimentos aos cidadãos: 553.

SERVIDORES CAPACITADOS



ATENDIMENTO AO SERVIDOR



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	4	1	Elaboração de normas específicas para execução dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	50	Apenas a ação de nº 4 requer norma específica para sua execução. A minuta de norma consta do processo 0410001037/2016, não tendo sido, entretanto, levada à consideração superior.
6203	4	2	Definição de equipe para execução dos trabalhos com envolvimento de sindicatos das carreiras (SEPLAG).	32101	N/A	Essa ação se iniciará após conclusão da meta 5, quando deverão ser iniciados os estudos individualizados das carreiras. Previsão de início em 2018.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Muito embora não tenha havido possibilidade da contratação no ano de 2016, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG tem interesse na execução do projeto.

Importante dizer que foi elaborado termo de referência para a contratação pretendida, entretanto, não se chegou a constituir processo formal. Também é importante mencionar que uma das razões para não se ter dado prosseguimento ao procedimento licitatório foi o fato de que houve tratativas no sentido de sua apresentação ao FCO Strategic Programme Fund, da Inglaterra, para que concorresse a um financiamento internacional. Isso não aconteceu.

Após o recebimento de resposta negativa ao financiamento pretendido, procederão à coleta de preços,

Submetida a minuta do Termo de Referência à Subsecretaria de Compras Governamentais foi sugerido alguns ajustes.

Considerando, porém, a perspectiva de gastos em torno de um milhão de reais, entendeu-se que não era possível realizar a licitação no ano de 2016.

Está-se, hoje, redesenhando o projeto como também buscando proceder à contratação dos especialistas, detentores de metodologia de mapeamento de competências na forma pretendida, são professores e consultores independentes, com a possibilidade de contratação por meio da EGOV/SEPLAG.

Ainda neste mês de maio de 2017, estarão diligenciando encontros de trabalho para viabilização do projeto. Já houve reuniões prévias e isoladas, entres técnicos desta Secretaria e especialistas da EGOV, quanto a possibilidade de um programa de capacitação específica para servidores do GDFvisando a execução do projeto de forma menos onerosa, porém, com a mesma qualidade.

No exercício de 2016, destaca-se os projetos estratégicos, sob responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, que foram executadas de forma satisfatória: Aprovação de Decreto instituindo a Política de Valorização de Servidores; realização dos jogos dos servidores, elaboração de cartilhas tratando de temas de interesse dos servidores; instituição do Prêmio INOVADF.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: Utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) adequadas para gerar valor à prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	5	1	Garantir a integridade, disponibilidade e segurança de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	99,56	-	-	-	99,56	99,56
6203	5	2	Ativar 100% do Data Center Planejado até 2019, com site secundário de Backup (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	15	-	-	-	15	15
6203	5	3	Realizar cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0%	0
6203	5	4	Implementar, homologar o Sistema de Contratos do GDF, em pleno funcionamento (100% do planejado até 2019) (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	30	-	-	-	30	30
6203	5	5	Expandir a infraestrutura de comunicação de alta velocidade da Rede GDFNet que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso a Internet para órgãos do governo (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	5	6	Expandir a Rede GDFNet em 100% do planejado até 2019 (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	20	-	-	-	20	20
6203	5	7	Permitir ao GDF a gestão e controle das compras de modo eficiente, eficaz e transparente (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	75,68	-	-	-	75,68	75,68
6203	5	8	Agilizar a Atividade de Licenciamento de Obras (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	5	9	Redefinir os processos e a legislação referente ao licenciamento de obras e implantação de sistema eletrônico para sua operação (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	5	10	Implementar governança corporativa de TIC que permita a estruturação da política e da unidade central de TI (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	60	-	-	-	60	60

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	5	11	Estruturar política e unidade central de TI, com sistemas eficientes e informação avaliável em 100% do planejado até 2019, no âmbito do GDF e da SEPLAG (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	0	-	-	-	0	0
6203	5	12	Implantar Sistema Eletrônico de Informações - SEI na SEPLAG, ArPDF, CAP/SEGETH e CBMDF (novembro de 2015); implantar SEI nas restantes Secretarias e órgãos (até julho/2016); manter e monitorar as ações do SEI nos órgãos (2017 a 2019) (SEPLAG);	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	12%	-	-	-	12%	12%
6203	5	13	Proporcionar a virtualização de novos processos e de novos documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, reduzindo o tempo de realização das atividades (SEPLAG).	32101	100	%	MAIOR, MELHOR	12%	-	-	-	12%	12%

Análise Qualitativa

1. Garantir a integridade, disponibilidade e segurança de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG);

A continuidade dos serviços prestados pelo CeTIC foram realizadas a contento no ano de 2016, garantindo a integridade, segurança e alta disponibilidade de todos os sistemas e serviços hospedados e gerenciados. Todavia, cabe evidenciar que a SUTIC tem como meta interna de disponibilidade dos serviços prestados pelo CeTIC o percentual de 97% e obteve os seguintes percentuais no decorrer de 2016.

Indicadores	Meta	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC - Taxa de Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC	97%	99,76%	99,78%	99,81%	99,84%	99,86%	99,87%	99,89%	99,90%	99,91%
Análise do Indicador:										
O Tempo Total - TT considerado para o período de 365 dias de 2016 corresponde a 8.760 horas. Neste mesmo período foram contabilizadas 8 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestados pelo CeTIC. Dessa forma, o Tempo de Funcionamento Sem Falhas para o período-base - TFSF foi de 8.752 horas (8.760 - 8). Sendo assim, aplicando-se a fórmula (8.752 / 8.760) * 100, é obtido o percentual de 99,91% de disponibilidade.										

Por fim, considerando que a meta define um resultado que deve ser alcançado anualmente por esta SUTIC, sempre se buscando o valor mínimo de 97% de disponibilidade, requerem-se duas alterações na meta apresentada: 1) que a unidade de medida seja estabelecida como percentual anual e não percentual cumulativo conforme proposto; 2) Que a meta passe a dispor do seguinte texto: “Garantir a disponibilidade de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG)”.

2. Ativar 100% do Data Center Planejado até 2019, com site secundário de Backup (SEPLAG);

A SUTIC promoveu a expansão do ambiente do CeTIC, localizado no Ed. Sede CODEPLAN – 1º andar, com um aumento considerável da área útil para alocação de equipamentos, a fim de receber novas demandas e possibilitar a expansão dos serviços do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!. Entretanto, em virtude do grande investimento necessário, a construção de novo

ambiente foi despriorizada no âmbito desta SEPLAG, não fazendo mais parte do escopo dos projetos desta SUTIC até 2018, tendo toda a atenção da equipe direcionada para a implementação de soluções de melhoria no atual CeTIC.

3. Realizar cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF (SEPLAG);

A meta proposta é inadequada às competências regimentais desta SUTIC. A possibilidade de realizar o cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF será o resultado da implementação de um sistema de Contratos e Convênios, sendo este a meta nº 4 dessa relação. Dessa forma, sugere-se a exclusão da meta nº 3, uma vez que já existe uma para a Implantação de Sistema de Contratos e Convênios.

4. Implementar, homologar o Sistema de Contratos do GDF, em pleno funcionamento (100% do planejado até 2019) (SEPLAG);

A SUTIC produziu internamente para atendimento do pleito o Sistema de Contratos e Convênios – SISCON, que encontra-se implantado e em uso no GDF. Todavia, a Subsecretaria de Compras Governamentais entende que o sistema não atende as necessidades de Governo e solicitou a substituição do SISCON por solução que disponha de mais recursos e funcionalidades.

5. Expandir a infraestrutura de comunicação de alta velocidade da Rede GDFNet que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso a Internet para órgãos do governo (SEPLAG);

As metas nº 5 e nº 6 tratam de um mesmo assunto, a expansão da Rede GDFNet, sendo a meta nº 5 apenas uma descrição mais detalhada da meta nº 6. Dessa forma, sugere-se a exclusão da meta nº 5.

A expansão da rede GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado no ano de 2016, considerando as dificuldades orçamentárias e as dificuldades da contratada em entregar as conexões com a temporalidade adequada. Apesar disso, foram conectados 34 novos pontos a rede GDFNet. A manutenção dos serviços existentes foi realizada a contento.

Por fim, requer-se a retificação da meta para o seguinte texto: “Expandir as unidades atendidas pela Rede GDFNet em 100% até 2019.

6. Expandir a Rede GDFNet em 100% do planejado até 2019 (SEPLAG);

As metas nº 5 e nº 6 tratam de um mesmo assunto, a expansão da Rede GDFNet, sendo a meta nº 5 apenas uma descrição mais detalhada da meta nº 6. Dessa forma, sugere-se a exclusão da meta nº 5.

A expansão da rede GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado no ano de 2016, considerando as dificuldades orçamentárias e as dificuldades da contratada em entregar as conexões com a temporalidade adequada. Apesar disso, foram conectados 34 novos pontos a rede GDFNet. A manutenção dos serviços existentes foi realizada a contento.

Por fim, requerem-se a retificação da meta para o seguinte texto: “Expandir as unidades atendidas pela Rede GDFNet em 100% até 2019.

7. Permitir ao GDF a gestão e controle das compras de modo eficiente, eficaz e transparente (SEPLAG);

A Subsecretaria de Compras Governamentais é responsável pela centralização, padronização e planejamento das compras e licitações do governo de Brasília, levando em conta critérios de sustentabilidade e priorizando micro e pequenas empresas e empreendedores individuais do Distrito Federal.

No exercício de 2016, foram agendadas 93 sessões de pregões eletrônicos. O total de 93 procedimentos agendados corresponderam a 1.860 itens, sendo que 1.539 itens foram efetivamente licitados, dos quais 1.266 foram adjudicados e homologados, o que representa 82% de sucesso nas aquisições/contratações realizadas.

Destaca-se ainda que 41 procedimentos, dos 93 realizados, apresentaram 100% de sucesso na adjudicação dos itens. Com base nessa informação, foi apurado o percentual de 16,25% de economia na realização dos aludidos procedimentos, considerando a redução média dos valores em relação às respectivas estimativas iniciais. Insta esclarecer que as licitações realizadas

envolvem objetos diversos, como aquisição de materiais de consumo e permanente, softwares, serviços de manutenção de equipamentos, locação de materiais, prestação de serviços para eventos, contratações de serviços de terceirização, dentre outros e são realizadas por meio dos sistemas e-Compras (www.compras.df.gov.br) e COMPRASNET (www.comprasgovernamentais.gov.br).

Por fim, cabe mencionar que foi atingida a meta de 75,68% comparando a quantidade de processos licitatórios homologados, 84 (oitenta e quatro) no exercício em avaliação com a quantidade de processos licitatórios demandados, 111 (cento e onze).

8. Agilizar a Atividade de Licenciamento de Obras (SEPLAG);

Essa meta deverá ser excluída, pois foi definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional, subsecretaria da extinta SEGAD, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que, com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

A referida Subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão de projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

Por este motivo, essa meta restou sem sua devida análise de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias).

9. Redefinir os processos e a legislação referente ao licenciamento de obras e implantação de sistema eletrônico para sua operação (SEPLAG);

Essa meta deverá ser excluída, pois foi definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional, subsecretaria da extinta SEGAD, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, conforme a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015, republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

A referida Subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão de projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

Por este motivo, essa meta restou sem sua devida análise de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias).

10. Implementar governança corporativa de TIC que permita a estruturação da política e da unidade central de TI (SEPLAG);

No ano de 2016, por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, foram publicados a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do GDF e o acolhimento da Instrução Normativa 04/2014, que versa sobre as normas para contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Internamente, a SUTIC iniciou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTIC, a ser concluído em 2017.

11. Estruturar política e unidade central de TI, com sistemas eficientes e informação avaliável em 100% do planejado até 2019, no âmbito do GDF e da SEPLAG (SEPLAG);

As metas nº 10 e nº 11 tratam de um mesmo assunto, Estruturação da TIC. Todavia, a meta nº 11 dispõe de um conjunto de ações que agregam todas as demais metas do Objetivo Específico 005, podendo ser considerada, portanto, um projeto. Dessa forma, considerando que a meta nº 10 é mais adequada para o acompanhamento da Estruturação e Governança da TIC, sugere-se a exclusão da meta nº 11.

12. Implantar Sistema Eletrônico de Informações - SEI na SEPLAG, ArPDF, CAP/SEGETH e CBMDF (novembro de 2015); implantar SEI nas restantes Secretarias e órgãos (até julho/2016); manter e monitorar as ações do SEI nos órgãos (2017 a 2019) (SEPLAG);

Para adequar a meta do Projeto de Implantação do SEI, no início de 2016 foi elaborado um novo Termo de Aprovação de Projeto e estabelecidas alterações no Plano de Implantação do SEI. Houve a revisão e elaboração dos instrumentos legais, a definição do método de implantação, o dimensionamento de pessoal e equipamentos e o estabelecimento de órgãos que implantariam até o final de 2016, também foram definidos o Plano de Comunicação, Plano de Capacitação, Plano de Adequação das necessidades de Tecnologia da Informação e foi realizada uma avaliação sobre a integração de sistemas atualmente em uso.

Foi realizada a parametrização e alimentação de tabelas do sistema e a reestruturação da Unidade responsável pela Implantação do SEI-GDF, com alocação de pessoal por meio de chamamento, para gerenciamento e atendimento aos órgãos.

Em agosto de 2016 foi instituída a Unidade de Central de Gestão do Sistema SEI-GDF e em novembro o Projeto passou a ser gerido pela Coordenação de Implantação de Projetos - CPROJ na Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia - SAGE.

Foi definida a Metodologia para a capacitação dos usuários junto à Escola de Governo – EGOV. A EGOV montou laboratório com 20 computadores e foram disponibilizadas turmas para treinamento aos usuários do SEI, bem como do curso à distância SEI-USAR da ENAP.

Foi definida a metodologia de implantação nos órgãos com a assinatura de Portarias Conjuntas entre o órgão que irá implantar o SEI-GDF e a SEPLAG. Esta portaria institui Comitês Setoriais de Gestão do SEI-GDF e apresenta a data da implantação e definem alguns parâmetros do projeto.

Alterações havidas no Projeto fizeram com que o ArPDF realizasse a implantação em 02/01/2017. Entretanto, a SEMOB, IBRAM, Casa Civil, Casa Militar, CGDF, PGDF, SEPLAG e SEGETH implantaram o SEI-GDF entre julho e novembro de 2016, fazendo com que a meta fosse alcançada por meio dessas implantações.

13. Proporcionar a virtualização de novos processos e de novos documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, reduzindo o tempo de realização das atividades (SEPLAG).

As metas nº 12 e nº 13 tratam de um mesmo assunto, a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações, sendo a meta nº 13 apenas uma descrição dos resultados a serem alcançados com o sucesso da implementação da meta nº 12. Dessa forma, a SUTIC sugere a exclusão da meta nº 13.

INDICADORES DE DESEMPENHO

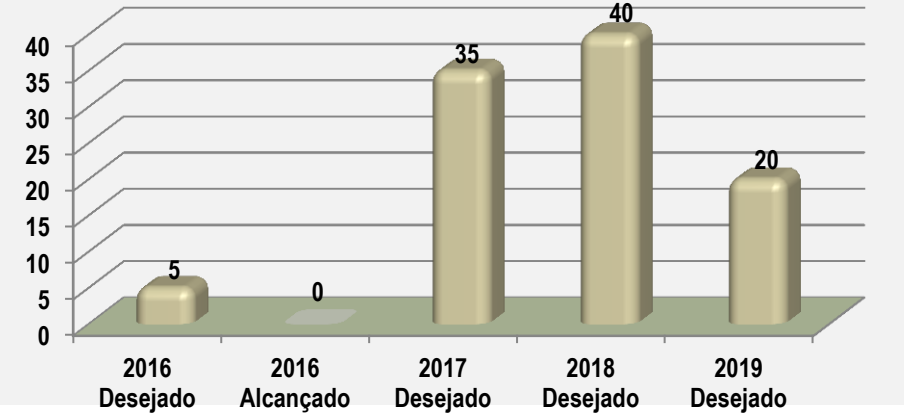
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1453	IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	%			ANUAL	5	0	35	40	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
1454	IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS	%			ANUAL	70	0	80	90	100	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5

Justificativas 2016

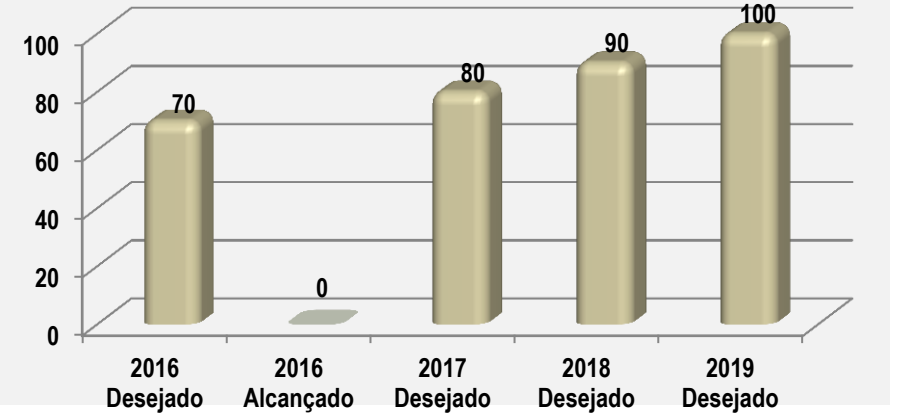
Indicador 1453 - O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, fincando para o novo exercício a aquisição do novo sistema. Por essa razão, o índice não foi alcançado, pois o alcance da meta dependia diretamente da contratação almejada.

Indicador 1454 - O indicador em questão foi definido pela gestão anterior à atual Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), visando acompanhar um projeto de sistema eletrônico de compras, desenvolvido à época, mas que não teve continuidade na mudança de estrutura da unidade, acontecida em março de 2016. Por esta razão não houve acompanhamento do desempenho do referido projeto e resultando no não atingimento da meta.

IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS



IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	5	1	Elaboração de normas específicas dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	100%	Instrumento legais publicados para a implantação do Processo de Informações SEI-GDF: - Decreto Nº 37.565, de 23/08/2016, altera o Decreto nº 36.756, de 16/09/2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial; - Portaria SEPLAG n° 389 de 10/10/2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações -SEI-GDF; - Portarias Conjuntas que estabelecem procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF): - Portaria Conjunta SEPLAG e CACI n°31, de 14/10/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e CGDF n°26, de 16/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e SEMOB n°25, de 09/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM n°30, de 27/09/2016; - Conjunta SEPLAG e IBRAM n°30, de 27/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e SEGETH, nº 34 de 28/11/2016; Além desses atos, foram feitos encaminhamentos dos seguintes produtos: - Portaria SEPLAG nº 459, de 25/11/2016; - Minuta Decreto do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do GDF - Processo SEI n° 00410-00010247/2016-97; - Minuta Portaria Conjunta SEPLAG e CBMDF, SICOP 410.001839/2016; - Minuta Decreto do Número Único de Protocolo - NUP – SICOP n°410.3253/2016; - Minuta de Portaria Conjunta SEPLAG e PGDF – Processo SEI n° 00410-00010063/2016-27 (na AJL/SEPLAG).
6203	5	2	Definição de equipe para execução das ações de coordenação da formação da base de dados e de depuração da base de dados atual, que migrará para o novo sistema (SEPLAG);	32101	0%	O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema.
6203	5	3	Ajustes da lotação de pessoas para a implantação do SEI (SEPLAG);	32101	100%	A unidade responsável pela implantação do SEI, a Coordenação de Documentação, Informação e Conhecimento da Subsecretaria de Administração Geral (CDOC/SUAG) foi reestruturada e realizou chamamento público de servidores efetivos do GDF para alocar novos colaboradores à equipe. Esses novos colaboradores passaram a atuar na implantação, gestão e atendimento do projeto SEI-GDF. Posteriormente foi realizada a reestruturação da gestão do projeto, passando a Coordenação de Implantação de Projetos da Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia da SEPLAG a ser a unidade responsável por toda a gestão e implantação do SEI no âmbito do GDF.
6203	5	4	Suporte técnico de	32101	100%	O SEI está em pleno funcionamento e é mantido pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			gestão documental ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI (SEPLAG);			(SUTIC), unidade técnica de gestão responsável por prover as condições necessárias à implantação, utilização, manutenção e sustentação do sistema. Ainda como suporte técnico na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o projeto conta com o apoio das Unidades de TIC dos órgãos para prover suporte tecnológico local referente à implantação e utilização do SEI-GDF. O suporte aos órgãos que utilizam o sistema é centralizado na CPROJ e ocorre a partir da fase de implantação no órgão com a realização de reuniões, visitas técnicas e atendimento a chamados no sistema Hesk. As principais demandas são relacionadas ao cadastro das tabelas de usuários, unidades, assinaturas, esclarecimento de dúvidas e reporte de erros do sistema. Os arquivistas da CPROJ prestam suporte técnico de gestão documental relacionado ao cadastro de tipos de processos e documentos, atendimento presencial e acompanhamento da implantação.
6203	5	5	Elaboração de diretrizes, normas e instrumentos controle e procedimentos de gestão de documentos (SEPLAG);	32101	100%	Foram elaborados os seguintes normativos para o projeto: – Publicação do Decreto Nº 37.565, de 23 de agosto de 2016 - Altera o Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal, e dá outras providências. – Portaria Nº 459, de 25 de novembro de 2016 - Define parâmetros para uso e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal. - Portaria Nº 389, de 10 de outubro de 2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), institui o Comitê Setorial de Gestão do Sistema e dá outras providências. – Portarias Conjuntas entre a SEPLAG e os seguintes órgãos: Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais o Distrito Federal (CACI);Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF); Casa Militar do Distrito Federal (CM); Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB); – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação o Distrito Federal (SEGETH); e Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Em relação aos procedimentos de controle, gestão e diretrizes do projeto, foram produzidos os seguintes documentos: • Termo de Abertura do Projeto: contendo as informações estratégicas do projeto; • Canvas: com o detalhamento das principais ações do projeto; • Plano de Capacitação: contendo a metodologia, plano de aula e cronograma de treinamento. Foi encaminhado e aprovado pela Escola de Governo – EGOV e executado pela equipe de gestão do SEI-GDF; • Guia de Implantação: contendo todas as informações para orientação aos órgãos que desejam implantar o Sistema, o guia está publicado no Portal SEI-GDF; • Planejamento do Portal SEI-GDF, com espaço para divulgação das informações do Projeto. (http://www.portalsei.df.gov.br/)
6203	5	6	Edição de normativos de TIC a serem aprovados pelo comitê interno de TIC da SEPLAG	32101	100%	A SUTIC encaminhou ao Comitê desta Secretaria a criação de grupo de trabalho para a elaboração do PDTIC.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			(SEPLAG);			
6203	5	7	Estudo e proposição de metodologias e normativos de TIC a serem avaliados e aprovados pelo Comitê de governança de TIC do GDF, em consonância com as orientações do TCDF (SEPLAG).	32101	50%	A SUTIC coordenou e concluiu dois grupos temáticos no CGTIC-GDF, sendo: 1. Rubricas orçamentárias; e 2. Recepção de softwares de terceiros. Resta pendente a publicação dos normativos elaborados.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Com o advento e massificação da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, qualquer organização produz uma significativa quantidade de dados e informações, essenciais ao desempenho de suas atividades fins e tomadas de decisão. Estes dados e informações necessitam estarem sempre disponíveis, íntegros, seguros, com qualidade e ao menor custo. A TI tornou-se um recurso de grande valor estratégico, possuindo o mesmo status em relação às demais áreas de governo, sendo capaz de proporcionar às áreas de negócios ferramentas para o cumprimento de metas e objetivos organizacionais.

A racionalização da Gestão de TI passa, principalmente, pelo alinhamento das ações da área em relação às ações da organização a qual está inserida, objetivando evitar o desperdício de recursos em projetos que não trarão melhoria à área de negócio e nem em valor ao cidadão.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é a unidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão responsável por gerir as ações de TIC em nível corporativo, tendo recebido a incumbência por meio do Decreto 30.034/2009, de armazenar todos os sistemas e serviços do Complexo Administrativo do Distrito Federal no Datacenter Corporativo e por meio das Decisões nº 1138/2012-TCDF e nº 188/2015-TCDF, de fornecer acesso, sempre que possível, à Rede Metropolitana GDFNet, por quaisquer uma das tecnologias de rede disponíveis.

O Datacenter Corporativo, também conhecido como Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CeTIC) é um ambiente seguro, aparelhado com sistema de combate a incêndios, ar de precisão, energia e segurança, com soluções integradas de hardware e software com a finalidade de prover serviços corporativos de tecnologia da informação e comunicação, como: armazenamento de dados, acesso a rede mundial de computadores e hospedagem de aplicações e sistemas, geridos por equipe técnica especializada, com funcionamento 24h por dia, 7 dias na semana.

A Rede Metropolitana GDFNet é uma rede corporativa de diversas tecnologias de comunicação interligando todo o GDF, em fibra ótica, rádio, provedoras contratadas, e também por meio de infraestrutura de redes conveniadas e parcerias com o poder público de um modo em geral.

No período de referência, a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Os serviços ofertados pela SUTIC/SEPLAG de armazenamento de informações e conexões de rede têm como principais beneficiados os demais órgãos de governo. Com isso, esses órgãos reduzem consideravelmente seus custos financeiros e de pessoal com infraestrutura de TI, permitindo o enfoque principal em agregar valor às atividades fins de suas unidades.

Com o intuito de aumentar a capacidade de atendimento de novas demandas, foi realizada em 2016 a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, nobreak e sistema de geração de energia), possibilitando a expansão das unidades atendidas pelo SEI!, bem como a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, provendo nesta fase acesso de qualidade à rede e à internet a escolas e hospitais definidos em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde, respectivamente.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, o ano foi extremamente produtivo. Foi colocado em produção o Sistema Eletrônico de Informação – SEI!, utilizado a pleno vapor na SEPLAG e em outras unidades do Complexo Administrativo. Além desse, foram implementadas as seguintes soluções, desenvolvidas pela equipe técnica desta SUTIC e disponibilizadas para melhoria dos processos de trabalho e o aumento da produtividade dos clientes internos desta SEPLAG: Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais – SISTRAG, Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos – SFCC, Sistema de Controle de Emendas Parlamentares, SICOPWEB – sistema de tramitação de processos na web, Sistema de Chamados da SEMOB, Sistema de Chamados da Administração Predial e Sistema de Chamados dos Contratos Corporativos.

As ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, coordenada por esta SUTIC, merecem grande destaque no Assunto Governança. No ano de 2016 foi aprovada a Estratégia Geral de TI, documento norteador das ações de TIC dos órgãos e entidades da Administração Distrital. Foram criados também diversos grupos de trabalho com temas críticos à área, tendo sido concluídos os de Rubricas Orçamentárias e Recepção de softwares de terceiros, que restaram sob a responsabilidade desta SUTIC.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – COMUNICAÇÃO SOCIAL: Difundir informações de interesse público sobre os objetivos, diretrizes e metas do governo, os direitos e deveres dos cidadãos, projetos e ações desenvolvidas pelo Distrito Federal nas diversas áreas de interesse da sociedade e estimular a participação da sociedade no debate com vistas ao aprimoramento das políticas e investimentos públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO

09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	6	1	Divulgar anualmente, de modo eficaz, 100% das ações, atos, fatos e políticas públicas de interesse do governo do Distrito Federal e da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da administração pública. (Casa Civil).	9101	100	%	MAIOR, MELHOR	100	-	-	-	100	100

Análise Qualitativa

1. Divulgar anualmente, de modo eficaz, 100% das ações, atos, fatos e políticas públicas de interesse do governo do Distrito Federal e da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da administração pública. (Casa Civil).

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais utilizou os veículos de comunicação da Imprensa Nacional para a divulgação e publicação das atividades da administração pública direta, publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração direta, por meio do Diário oficial da União, de matérias de interesse do Governo do Distrito Federal.

A Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria, por intermédio da Subchefia de Publicidade e Propaganda, coordenou e realizou 55 (cinco e cinco) campanhas publicitárias institucionais neste exercício sendo: 46 (quarenta e seis) com custos e 9 (nove) sem custos para o Governo. E, realizou outras 39 (trinta e nove) campanhas publicitárias de utilidade Pública, sendo: 36 (trinta e seis) com custos e 3 (três) sem custos para o Governo, durante o período de janeiro a dezembro de 2016.

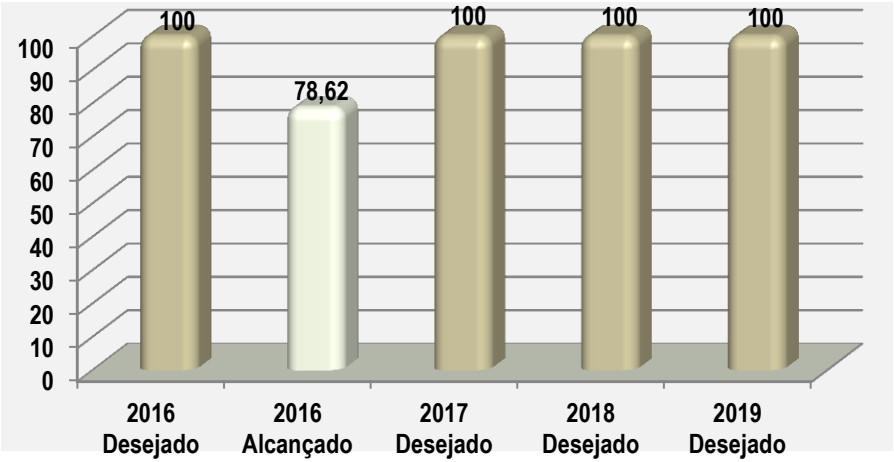
INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1455	TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	%	100	31/dez/14	ANUAL	100	78,62	100	100	100	CASA CIVIL / UO 09101 / OE 6

Justificativas 2016

Indicador 1455 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os meios propostos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.

TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	6	1	Elaboração e publicação, anualmente, do Plano Anual de Publicidade, com as demandas dos órgãos da Administração Direita do Governo do DF, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2015-CACI, de 20/02/2015, publicada no DODF nº 37, de 23/02/2015 (CACI);	09101	100	O Plano Anual de Publicidade é publicado no Diário Oficial do Distrito Federal a cada ano. Em 2016 a divulgação foi feita de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, DODF nº 21 de 30/01/2017.
6203	6	2	Divulgação, em canal próprio, dos gastos efetivos com a publicidade e propaganda governamental, com esteio no artigo 22, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal; Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003 e artigo 16 da Lei nº	9101	100	Trimestralmente é publicado no DODF e divulgado no site da Transparência e da Casa Civil os gastos efetivos com publicidade e propaganda governamental, sendo: ✓ 1º Trimestre de 2016 – DODF nº 69, de 12-04-2016, pág. 3; ✓ 2º Trimestre de 2016 – DODF nº 130, de 08-07-2016, pág. 3;

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			12.232, de 29 de abril de 2010 (CACI).			✓ 3º Trimestre de 2016 – DODF nº 192, de 10-10-2016, pág. 6; ✓ 4º Trimestre de 2016 – DODF nº 005, de 06-01-2017, pág. 3, Links internet: www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade e www.casacivil.df.gov.br.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

CACI

A realização da publicidade no curto prazo e com orçamentos reduzidos dificultou o atingimento das metas previstas.

Faz-se necessário dispor de maior quantidade de orçamentários para que se possa investir em testes e pesquisas antes de ser ter uma visão mais precisa de suas possibilidades de retorno. A publicidade é tão mais eficiente quanto maior o valor investido, isto é, faz-se mais com mais, sempre. Quanto mais exposição da propaganda, mais eficiente ela será.

Ao elaborarmos o plano de publicidade anual, é buscado, antes de tudo, o uso de instrumentos que mostrem a eficiência e eficácia da máquina administrativa para assegurar o bem estar e a tranquilidade da sociedade. Com isso, nosso objetivo principal é difundir informações de interesse público, traduzidas nas ações das diversas áreas de governo, buscando estimular a participação da sociedade no debate que leve ao aprimoramento das políticas de investimento público.

A meta, portanto, é executar todas as ações planejadas e atingir 100% do público alvo de cada ação. Embora estejamos sujeitos a mudanças de percurso que independem da nossa vontade, não podemos começar a trabalhar reduzindo as expectativas.

Afora os problemas orçamentários, na concretização do que foi planejado, nos deparamos, por vezes, com outras realidades e consequentes demandas que não existiam quando foi feita a programação. Um exemplo dessa situação tem sido as campanhas de combate ao Aedes Aegypt. Quando nos deparamos com novas doenças associadas ao mosquito, são provocadas novas demandas, em detrimento de outras ações planejadas. A escassez no abastecimento de água é outro exemplo. Os fatos inesperados, associados ao problema orçamentário, são fortes fatores que podem contribuir para a redução do alcance das metas. Isso não significa, contudo, que o esforço da Comunicação Social tenha sido em vão, principalmente porque em todas as ações o público impactado é superior a 70%.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS: Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem promover o acesso à informação pública, bem assim a conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:
09.102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6203	7	1	Gestão, Pesquisa e Divulgação do Acervo Documental de Valor Permanente (ArPDF);	9102	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	
6203	7	2	Consolidação e Fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF – SIArDF e da Política de Distrital de Arquivos (ArPDF).	9102	100	%	MAIOR, MELHOR	25	-	-	-	25	

Análise Qualitativa

1. Gestão, Pesquisa e Divulgação do Acervo Documental de Valor Permanente (ArPDF);

Desde 2015, o Arquivo Público vem destinando esforços para a melhoria na gestão, pesquisa e divulgação de seu acervo permanente, a fim de facilitar o acesso aos estudantes, professores, pesquisadores e instituições públicas e privadas, visando à disseminação seletiva e o acesso democratizado a publicações, dados, informações e referências documentais sobre Arquivologia e sobre a História de Brasília, do DF e da RIDE. Esse esforço se comprova quando se observa a superação do valor previsto para o indicador 1687, que se refere ao número de atendimentos esperados em 2016 (330), em 47,57 % (487 atendimentos realizados).

2. Consolidação e Fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF – SIArDF e da Política de Distrital de Arquivos (ArPDF).

Dentre as atividades previstas para a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF - SIARD, encontram-se as orientações técnicas às unidades organizacionais; o aprimoramento da capacitação de servidores e a busca da atualização da base legal e normativa; além da melhoria dos procedimentos e da infraestrutura física e tecnológica para a gestão de documentos no GDF.

Analisando especificamente o indicador 1457, cujas atividades consistem em orientar os diversos órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivística, no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos (códigos de classificação e tabelas de temporalidade), além dos procedimentos a serem observados para a eliminação de documentos, recolhimento e transferência de acervos, dentre outros, observa-se que a meta prevista para o ano de 2016, que eram de 40 orientações prestadas, foi superada em 112,5% (2016).

Isso demonstra melhora significativa na prestação de serviços finalísticos pelo Arquivo Público, e também o reforço e fortalecimento da sua atuação como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIArDF, de onde advém sua responsabilidade de orientar os Órgãos e Entidades do Governo do DF para uma melhor gestão documental e na elaboração da Política Distrital de Arquivos. Alguns dos órgãos que foram parte dessas orientações técnicas realizadas em 2016, cujos indicadores superaram o desejado em 45 orientações, foram: CEASA, IPREV, SEAGRI, Conselho Tutelar do Lago Norte, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Administração Regional do SIA, PGDF, PROCON, Administração Regional do Gama, SSP/DF, NOVACAP, CBMDF, HEMOCENTRO, DETRAN, Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Administração Regional de Planaltina, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Administração Regional do Plano Piloto, CODHAB, SEGETH, Fundação Hemocentro de Brasília, DER, Unidade Básica de Saúde de Brazlândia, Orquestra Sinfônica do

Teatro Nacional, CODEPLAN, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, CAESB, SEJUS, e Agência Brasília. Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que a meta prevista para 2016 foi atingida devidamente.

INDICADORES DE DESEMPENHO

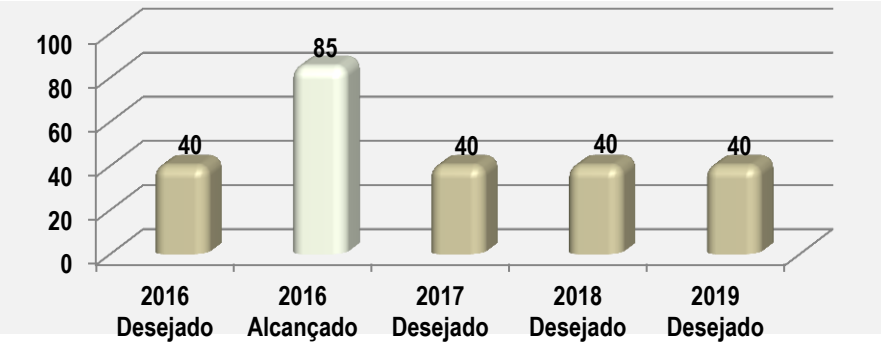
Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1457	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.	UNIDADE		01-JAN-0001	ANUAL	40	85	40	40	40	ArPDF / UO 09102/ OE 7
1687	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	UNIDADE	200	31/mai/15	MENSAL	330	487	340	350	360	ArPDF / UO 09102/ OE 7

Justificativas 2016

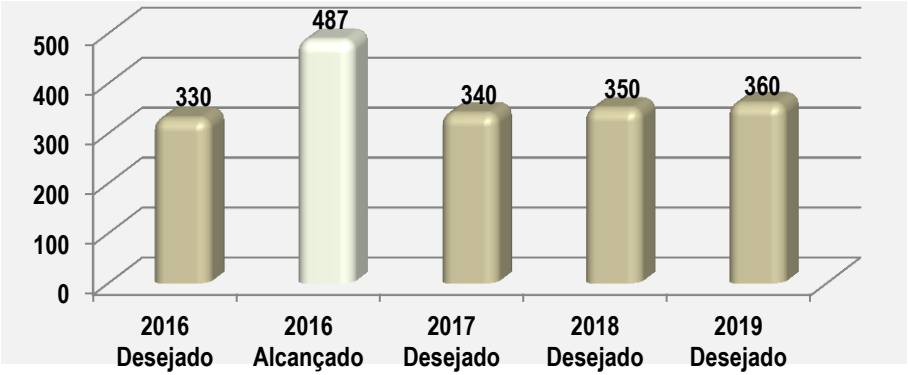
Indicador 1457- Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos.

Indicador 1687- O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2016, houve uma maior procura ao acervo.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.



ATENDIMENTO AO PÚBLICO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	7	1	Acompanhamento da Comissão Central de Arquivo – CCA (ArPDF);	9102	25%	Durante o ano de 2016, o Arquivo Público presidiu a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal – CCA/DF. De acordo com as suas atribuições, os trabalhos da Comissão consistem na análise das propostas de eliminação de documentos apresentadas pelos órgãos do GDF; análise das propostas de códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim dos órgãos do GDF, e na análise de propostas de alterações nos códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documento vigentes. Em 2016, foram realizadas 13 reuniões, tanto para análise das propostas de eliminação de documentos, quanto para a realização de visitas in loco, a fim de inspecionar a documentação apresentada para descarte, por meio das respectivas listagens. Enviaram processos de eliminação de documentos para análise da CCA/DF, os seguintes órgãos: a. Secretaria de Estado de Saúde do DF; b. Controladoria-Geral do Distrito Federal; c. CEB Distribuição S.A.; d. Administração Regional de Vicente Pires, e. Banco de Brasília S.A., e f. Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS. Quanto às propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade, somente foi apresentada e analisada pela CCA, aquela apresentada pela CEB Distribuição S.A. Como demandas extraordinárias, a CCA também se manifestou acerca de pedido de orientação de cancelamento e incineração de selos de licença de funcionamento apresentado pela Administração Regional de Vicente Pires e em proposta de recolhimento de documentos da atividade meio formulada pela Secretaria de Estado de Saúde do DF. Todas as atividades realizadas corroboraram para o alcance da implementação esperada no período.
6203	7	2	Acompanhamento Técnico do Desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação em gestão de documentos (ArPDF);	9102	25%	Durante o ano de 2016, representantes do ArPDF participaram de reuniões com o Comitê Central da SEPLAG, responsável pela implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do GDF, para tratar da sua implantação no Órgão. Também foi realizada a capacitação de todos os servidores do ArPDF para utilização do referido sistema, e dos servidores da UGED, unidade definida pelo Comitê Central - SEPLAG para coordenar a implantação e manutenção do SEI no ArPDF. O referido sistema passou a ser utilizado no Órgão a partir do dia 02/01/2017, assim as ações realizadas no período em análise foram suficientes para sustentar o atendimento das expectativas para o ano de 2016.
6203	7	3	Otimização do Atendimento ao Público (ArPDF).	9102	25%	Em 2016 a meta prevista de 330 atendimentos realizados foi superada em 47,57%, tendo o ArPDF atingido 487 atendimentos realizados de janeiro a dezembro do referido ano. Além do incremento do número de pessoas que acessaram o acervo permanente sob custódia da Instituição, as seguintes ações foram realizadas visando à otimização do atendimento ao público e ao acesso à informação pública, garantindo a superação do indicador esperado: 1. Elaboração do Guia de Fundos do ArPDF, com as informações acerca de todos os fundos que integram o acervo permanente, o qual foi lançado em 14 de março de 2016, em comemoração ao aniversário de 31 anos do Órgão; 2. Atualização e impressão do instrumento de pesquisa "Registro Topográfico", referente aos Fundos: Gladson da Rocha; Jethro Bello Torres, Taguatinga e Cartografia do Fundo Novacap; 3. Início da elaboração da biografia do fundador do ArPDF, Walter Melo, e 4. Preparação dos textos e imagens dos articulistas, realizada revisão textual e a editoração gráfica do Guia de Cartografia Histórica de Goyaz, cuja elaboração foi iniciada em 2015. Também se procedeu à adequação dos procedimentos de acesso e pesquisa ao conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, cujo acesso será realizado a partir de 2017.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo específico 007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS, durante o ano de 2016, o Arquivo Público do Distrito Federal adotou diversas estratégias no sentido de aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo integrando às ações que visam à promoção e o acesso à informação pública à conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão. Assim, os serviços especializados prestados pelo Órgão abrangeram tanto a orientação, a capacitação e o acompanhamento da gestão de documentos, quanto o recolhimento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos que guardam a memória de Brasília - datados desde o período anterior à fase da construção da Nova Capital até os dias atuais e a realização de pesquisas e do atendimento ao público interessado pelo acervo que narra a história da Capital.

Como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 24.204, de 10 de novembro de 2003, além das orientações técnicas, o ArPDF realizou, durante o ano de 2016, 20 inspeções técnicas com o objetivo de conhecer o espaço físico de alguns arquivos, de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, a fim de tratar de temas como gestão de documentos, ambiente adequado para o armazenamento de documentos em fase intermediária, avaliação de acervos para recolhimento, e gestão de acervos resultante da fusão de órgãos.

Além disso, visando fortalecer e harmonizar a gestão de documentos nos órgãos que compõem tal Sistema, foram instituídos os seguintes Grupos de Trabalho: 1. Grupo de Trabalho para a atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade Meio do GDF, que data de 1998 (Portaria CACI nº 106, de 20 de agosto de 2015) - Presidido pelo ArPDF, conta com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Polícia Militar e Controladoria Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016 e em 2017 irá para consulta pública; 2. Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documento das Administrações Regionais (Portaria CACI nº 01, de 6 de março de 2016) – Integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia é coordenado pelo ArPDF. A elaboração do Plano de Classificação foi concluída em outubro de 2016, estando em andamento a construção dos prazos da respectiva Tabela de Temporalidade. Pretende-se, em 2017, realizar uma reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, a fim de apresentar os instrumentos, sensibilizá-los acerca da importância da sua implementação e de dar início ao período de validação dos mesmos; e 3. Grupo de Trabalho para Análise da Legislação Arquivística em vigor no Distrito Federal, que tem como objetivo propor alterações na legislação distrital sobre gestão de documentos, a fim de harmonizá-la com a realidade contemporânea do Governo do Distrito Federal (instituído por meio da Ordem de Serviço nº 6, de 8 de abril de 2016).

Ainda no âmbito da gestão de documentos, durante todo o ano de 2016, o ArPDF adotou ações a fim de integrar os órgãos que compõem o SIArDF e de fortalecer seu papel como Órgão Central do mesmo. Dentre tais ações, podem ser citadas a orientação quanto à necessidade de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs em todos os órgãos e entidades do GDF, uma vez que estas são responsáveis pela condução do processo de avaliação documental, que consiste na determinação do ciclo de vida dos documentos, fixação de prazos de guarda e sua destinação final nos respectivos órgãos. Devido a essa iniciativa, foi realizado levantamento acerca da quantidade de CSADs constituídas no GDF, no qual constatou-se que até dezembro de 2016, 33 CSADs foram constituídas.

Outra importante iniciativa para a gestão de documentos no DF foi a apresentação do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consistirá no levantamento da situação de todos os arquivos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos do DF. O projeto foi selecionado pela FAP/DF em setembro de 2016, e suas atividades serão iniciadas em fevereiro de 2017.

Quanto à Preservação e Difusão da Memória Documental da Construção da Capital Federal, que, traz à tona duas grandes áreas de atuação do ArPDF: o tratamento e preservação do acervo arquivístico de valor permanente e o acesso a essa documentação, estando incluídas neste último, as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público, também muito se trabalhou para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Com relação ao acervo textual sob a custódia do Arquivo Público, em 2016, deu-se continuidade às atividades de tratamento técnico e conservação preventiva (higienização, organização, classificação, descrição, digitalização e elaboração do quadro de arranjo). Foi realizada a identificação topográfica do Depósito Honestino Guimarães, em várias etapas, foram identificadas 942 caixas dos fundos Administração Regional de Taguatinga, Brasília Palace Hotel, Gabinete do Governador do Distrito Federal, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública, Yvonne Jean e 1275 caixas do fundo Fundação Cultural e identificados os conteúdos, até então desconhecidos, de 9 caixas do fundo Gabinete do Governador do Distrito Federal, provenientes do cerimonial. Também foi estabelecida metodologia para sistematização dos dados dos Fundos que o Arquivo Público do Distrito Federal tem sob sua guarda, trabalhou-se na localização de termos de recolhimento e de doação de acervos ao ArPDF e no mapeamento da situação dos fundos com o objetivo de regularizar alguns procedimentos de recolhimento e doação, além da revisão e organização da listagem de recolhimento do fundo SEDUMA. Foi realizado, também, um pequeno diagnóstico sobre o mobiliário instalado no depósito onde está o acervo permanente, a fim de identificar a capacidade atual de armazenamento do mesmo. Procedeu-se, ainda, ao tratamento do acervo Paulo de Tarso Santos, doado ao Órgão em 2015, e dos acervos digital, audiovisual e cartográfico sob sua guarda.

Sob o aspecto da difusão do acervo e da Memória do Distrito Federal, o ArPDF desenvolveu 8 pesquisas em seu acervo, as quais abrangeram os seguintes temas: 1. Projeto do Programa de História Oral: Pesquisa em 15 publicações do acervo bibliográfico do ArPDF para elaboração do novo Projeto do Programa de História Oral, para o período de 2016 a 2018; 2. Lúcio Costa: Pesquisa fotográfica e textual para elaboração da exposição de painéis temáticos: “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa, lançada por ocasião do Aniversário do ArPDF; 3.Planaltina/DF: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) sobre o prédio da “Prefeitura Velha” de Planaltina-DF, por solicitação da PRODEMA - Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural; 4. Biografia de Walter Mello: Foram realizadas pesquisas nas pastas funcionais do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal. Também foram realizadas pesquisas na Secretaria de Cultura e no Correio Braziliense, sobre eventos relativos ao mesmo, para elaboração de sua biografia; 5. Comissões Cruls: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) para pesquisadora belga. Temas pesquisados: Luis Cruls, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) e Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895); 6. Israel Pinheiro: Pesquisa textual e iconográfica para elaboração de 10 painéis temáticos (2,34m x 1,25m): “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida de Israel Pinheiro, com vistas à participação do ArPDF no aniversário de 60 anos da Novacap, em setembro/2016; 7. Honestino Guimarães e Agenor de Faria: Pesquisa no acervo do Fundo ArPDF e no arquivo intermediário do órgão - com vistas à localização de documentos que justificassem e relatassem a história do nome do depósito Honestino Guimarães e da doação do acervo privado do Sr. Agenor Gomes de Faria, fotógrafo durante a construção de Brasília, e 8. O Primeiro Mapa do DF: Pesquisa para o artigo “O primeiro mapa do Distrito Federal – um ilustre desconhecido”, apresentado no Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em outubro/2016.

Importante iniciativa para a preservação e difusão da Memória do DF e também para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, o Projeto do Programa de História Oral mencionado acima, consiste em registrar depoimentos orais dos pioneiros acerca do cotidiano na época da construção da Capital. Ele foi apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF e selecionado para ser realizado com suporte da Instituição. As atividades serão iniciadas em fevereiro de 2017.

Além das pesquisas mencionadas, em homenagem ao aniversário de 31 anos do ArPDF, no dia 14/04, foi lançado, em parceria com a Rádio Cultura FM, o Projeto “Minuto da Memória Candanga”. O programa de rádio vai ao ar todas às segundas-feiras, às 12h, com reprise às 18h55, na Rádio Cultura FM, 100.9, com cerca de 5 minutos de duração. Ele apresenta a história de Brasília a partir do acervo textual e sonoro do Arquivo Público. Neles, os documentos públicos e livros servem de base para os textos lidos pelos radialistas da emissora e as vinhetas sonoras são viabilizadas por meio das dezenas de depoimentos de pioneiros que ajudaram a construir Brasília, os quais compõem o Programa de História Oral do ArPDF. Ao todo, em 2016, foram transmitidos 37 programas.

O Arquivo Público também executou projetos para impressão dos painéis temáticos “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa e “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida do próprio Israel Pinheiro. Tais exposições estão em circulação por diversos espaços na Cidade. Todo o trabalho de preservação e conservação dos

acervos realizado pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, 2016 foi um ano de muito trabalho, o que ficou registrado, também, no âmbito do atendimento ao público.

Como se observa nos quadros de indicadores, em 2016, os números propostos pelo ArPDF foram superados. Isso se deve, em grande parte, às modificações ocorridas nos últimos dois anos, como a mudança de estrutura ocorrida em dezembro de 2015, que possibilitou à Instituição o estabelecimento de corpo técnico mais especializado e qualificado para o exercício das atividades de sua competência. Tal superação vem se refletindo não só nos indicadores, mas em toda a produção da Instituição, que tem tomado proporções cada vez maiores.

Pode-se dizer, portanto, que o ano de 2016, para o Arquivo Público do Distrito Federal foi um ano produtivo, uma vez que se conseguiu adquirir e construir instrumentos importantes para a gestão documental interna do órgão e no DF, bem assim para a preservação e o tratamento do seu acervo permanente. Todo o esforço empreendido pelo ArPDF, mesmo com quadro de pessoal e orçamento limitados, juntamente com o apoio institucional do Governo do Distrito Federal, fez com que a gestão de documentos e a preservação da memória do DF fossem elevados à tema prioritário na agenda de governo, o que fortaleceu o Arquivo Público e fez com o que fosse possível sua reafirmação enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF.

Para o próximo exercício, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como o acesso à informação histórica e recuperação de informações de forma mais rápida e fácil. Tudo isso, por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e à geração de resultados eficazes na prestação de serviços ao cidadão. Buscar-se-á, portanto, dar continuidade e efetividade às ações e responsabilidades históricas, culturais, sociais e administrativas da Instituição, além de possibilitar a concretização de produtos e a realização de serviços que agreguem valor às políticas públicas com impacto positivo para a sociedade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6204 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA

OBJETIVO GERAL:
Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

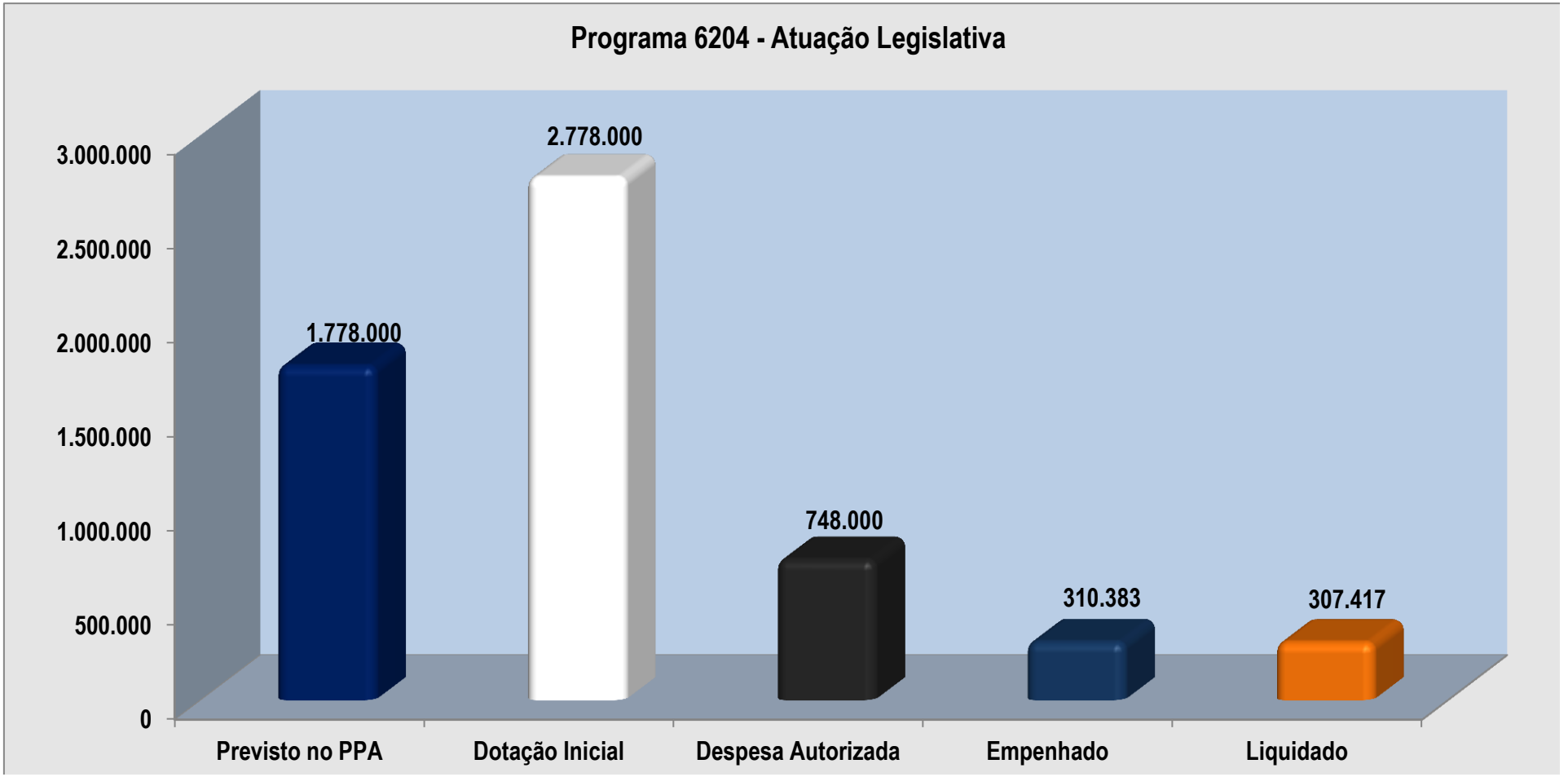
O Programa Temático é composto de 01 objetivo específico, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

01.101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF
001 – Promover a cidadania, por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, da produção de leis, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

QUADRO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	582.000	582.000	492.000	307.255	307.255	53	53
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	126.000	126.000	86.000	3.128	162	2	0
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	1.070.000	2.070.000	170.000	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6204	**1.778.000**	**2.778.000**	**748.000**	**310.383**	**307.417**	**17**	**17**


Programa 6204 - Atuação Legislativa
3.000.000
2.500.000
2.000.000
1.500.000
1.000.000
500.000
0
1.778.000
2.778.000
748.000
310.383
307.417
Previsto no PPA
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Análise do Objetivo Específico (Resultados de 2016)

OBJETIVO ESPECÍFICO:
001 – Promover a cidadania, por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, da produção de leis, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
01.101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	Meta Realizada Acumulada (2016-2019) (F)	% de Alcance Total (F/A)
6204	1	1	Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas; (CLDF)	1101	100	%	MAIOR, MELHOR	82,8	-	-	-	82,8	
6204	1	2	Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população; (CLDF)	1101	100	%	MAIOR, MELHOR	85,6	-	-	-	85,6	
6204	1	3	Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população, construção de indicadores de participação popular, transparência e resolubilidade das demandas; (CLDF)	1101	100	%	MAIOR, MELHOR	104,4	-	-	-	104,4	

Análise Qualitativa

1. Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas; (CLDF)

Ocorreu aumento na quantidade de eventos relativos a reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias, sessões ordinárias e leis aprovadas em 2016 relativamente a 2015. Por outro lado, ocorreu redução de 33% no número de projetos de lei apresentados tendo em vista ter sido a meta fixada sobre os quantitativos do primeiro ano da legislatura.

2. Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população; (CLDF)

O total de audiências públicas, comissões gerais, sessões solenes, solenidades e reuniões com a comunidade reduziu-se em aproximadamente em 14%, tendo em vista a intensificação das atividades em relação a meta 1 em 2016.

3. Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população, construção de indicadores de participação popular, transparência e resolubilidade das demandas; (CLDF)

O percentual observado em 2016 superou a meta de participação 2,5% da população para aquele exercício tendo sido registrada quantidade de demandas correspondentes 3,4 % da população no ano em que se encerrou. Os indicadores de transparência e de resolubilidade atingiram percentuais superiores a 85% o que indica um desempenho institucional satisfatório no que se refere a resolução dos questionamentos dos cidadãos, o que não obstante pode ser aperfeiçoado.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2018 Desejado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1460	EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO (ENSINO FUNDAMENTAL)	%	97,14	30/nov/14	ANUAL	100	173	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1461	EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)	%	13,33	30/nov/14	ANUAL	100	127	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1462	EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)	%	50	30/nov/14	ANUAL	100	50	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1)
1463	SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)	%	100	30/nov/14	ANUAL	100	33	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1464	CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA(SOCIEDADE)	%	150	30/nov/14	ANUAL	100	100	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1465	INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA	%		01-JAN-0001	ANUAL	70	31	75	80	85	CLDF / UO 01101 / OE 1
1466	INDICADOR DE RESOLUBILIDADE	%	90	31/dez/14	ANUAL	100	86	100	100	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
1467	INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	%	1,4	31/dez/14	ANUAL	1,5	0,04	2	3	5	CLDF / UO 01101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1460 - Foram realizadas 52 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 173% do programado, com participação de 4702 estudantes do ensino fundamental e 310 professores. Foram realizadas palestras sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão composto por mochila contendo, bloco de anotações, caneta e marcador de página.

Indicador 1461 - Foram realizadas 38 edições do Projeto Jovem Cidadão, representando 127% do programado, com participação de 2675 estudantes e 05 professores do ensino médio e 242 estudantes e 10 professores de três instituições de nível superior. Nesse projeto também foi realizada palestra sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão.

Indicador 1462 - Foi realizada 01 edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, com 16 participantes da Ação Social Comunitária AFMA, de Taguatinga Norte. Foi realizada palestra sobre as funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital e sobre a legislação do DF referente a idoso, por Consultora Técnico-Legislativa da ELEGIS.

Indicador1463 - Consiste em realização de seminários e ciclo de palestras sobre temas de interesse geral que podem contribuir para a educação política e para as funções legiferante e fiscalizadora, e Cursos de Educação Política, com conteúdos relacionados a Estado e Sociedade, Poderes de Estado, Sistemas de Governo, Sistema Político, Representação Política, História e Autonomia Política do DF, Teorias da Escolha Social, Orçamento e outros afins. Esse foi o único projeto que ficou abaixo do desejado.

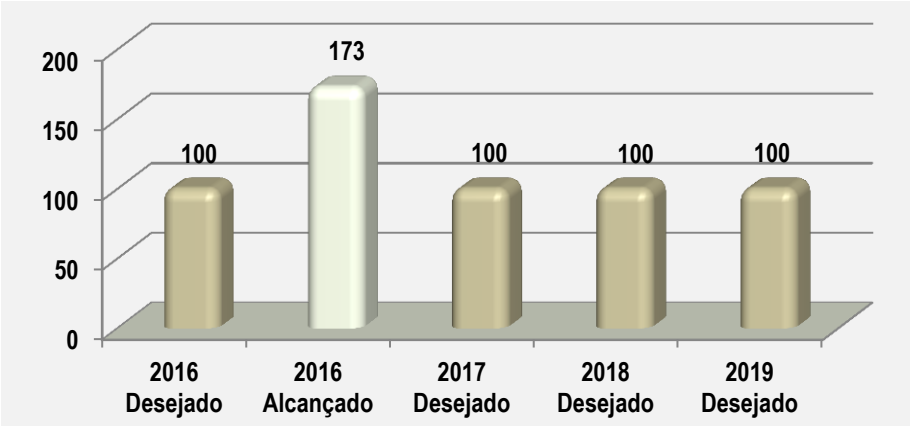
Indicador 1464 - Consiste em um programa na TV Distrital de debate entre estudantes dos ensinos médio e superior com Deputados Distritais sobre temas relacionados a políticas sociais e públicas, democracia, representatividade, papel do Parlamentar, função da Câmara Legislativa e outros de interesse coletivo afetos ao Legislativo.

Indicador 1465 - No ano de 2016, foram contabilizadas 1030 demandas. O número de demandas em relação a 2015 manteve-se no mesmo nível, porem, considerando os eventos "Câmara em Movimento" realizados conclui-se que a participação por iniciativa própria da população foi maior em 2016.

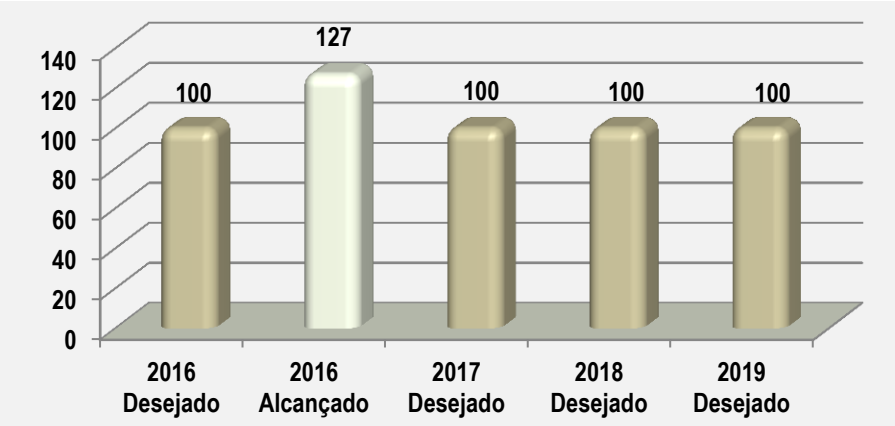
Indicador 1466 - Com relação ao número de demandas solucionadas, ao longo do exercício de 2016, constatamos que o resultado alcançado atingiu um percentuais abaixo do esperado. Essa situação deve ser imputada à falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações.

Indicador 1467 - Com relação ao indicador Participação Popular, constatamos que este ficou muito abaixo do esperado, indicando que foi superestimado e que deve ser futuramente revisto.

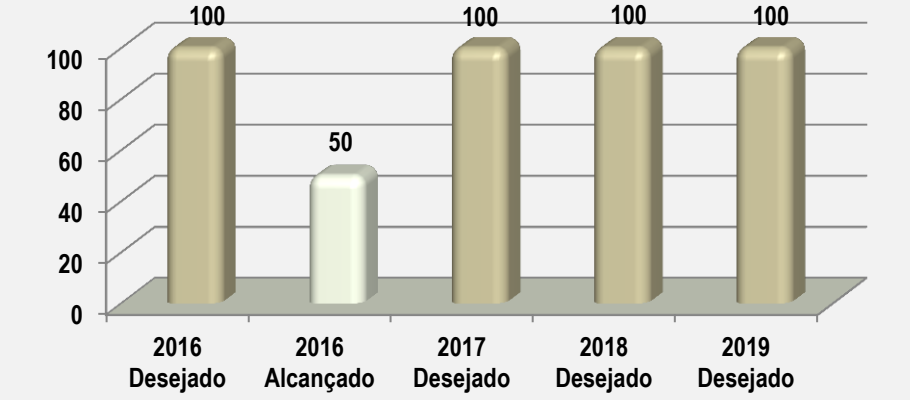
EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)



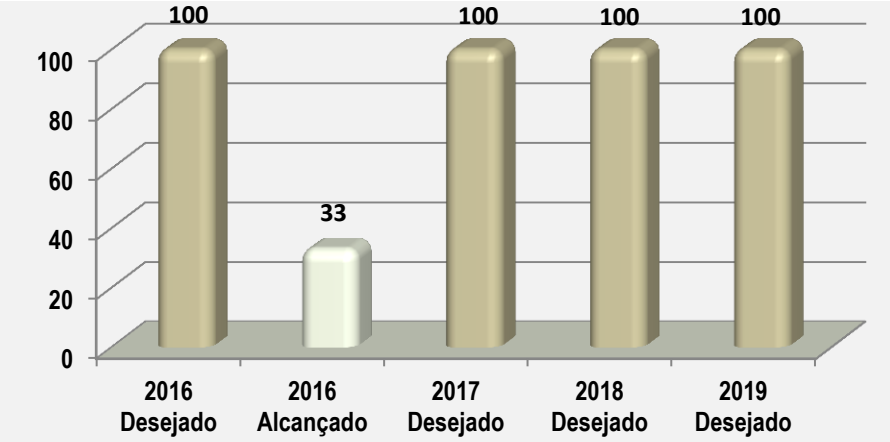
EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)



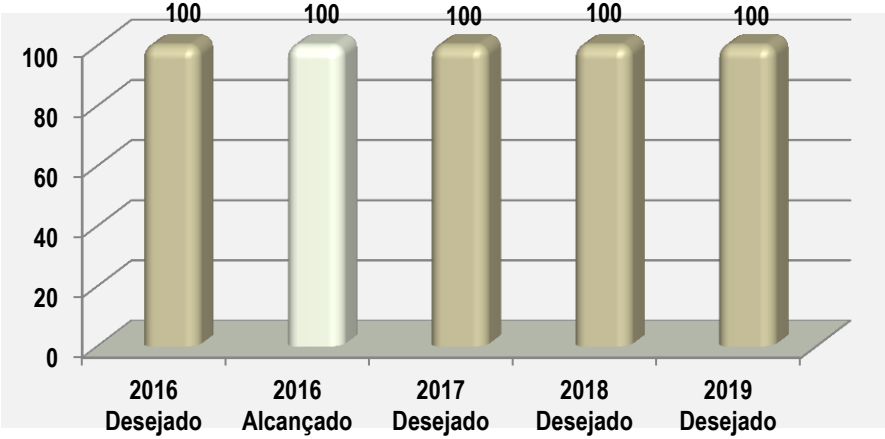
EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)



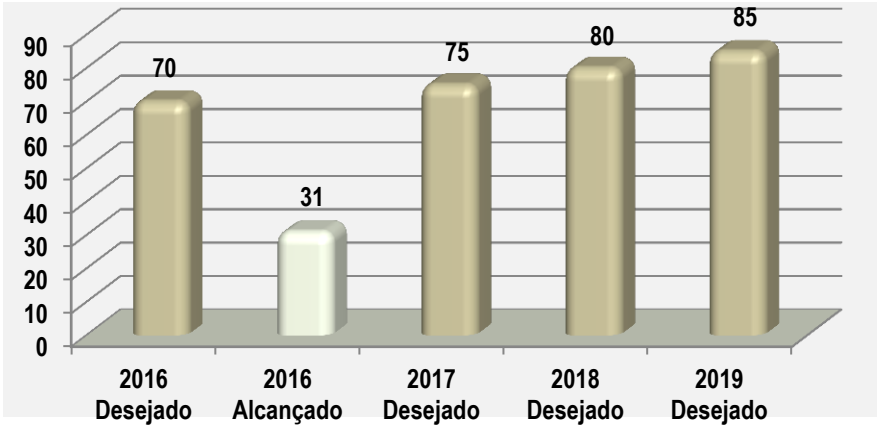
SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)



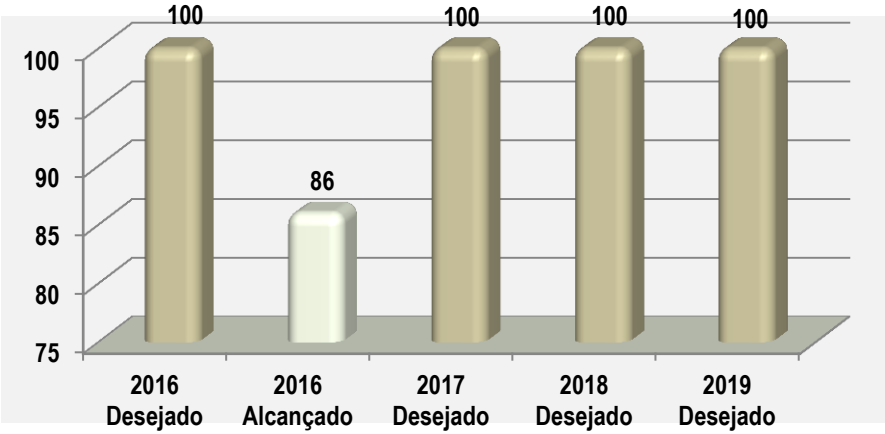
CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)



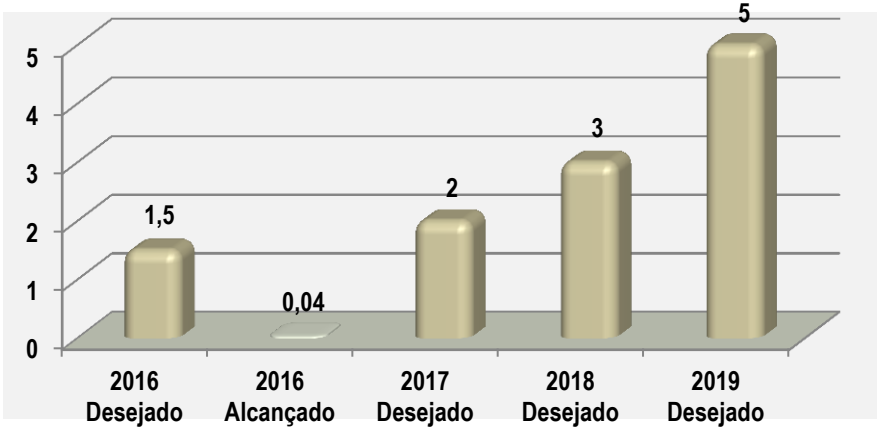
INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA



INDICADOR DE RESOLUBILIDADE



INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2016 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6204	1	1	Exercício da representação política com participação da sociedade; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	2	Fortalecimento da democracia e da cidadania; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	3	Tornar-se referência na discussão das estratégias e políticas públicas para o DF; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	4	Produção de leis para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	5	Acompanhamento e fiscalização, com independência dos atos do Poder Executivo; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	6	Monitoramento e avaliação de políticas públicas com foco em resultados; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	7	Aprimoramento do processo de debate sobre políticas públicas com a sociedade; (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.
6204	1	8	Garantia da transparência da ação parlamentar. (CLDF)	1101	100%	Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Os Objetivos Específicos relacionados à Unidade Orçamentária da Câmara Legislativa do Distrito Federal caracterizam-se pela obediência aos princípios da autonomia, independência e harmonia do Poder Legislativo, bem como do exercício constitucionalmente instituído de suas funções de fiscalização, legiferação e representação.

Além disso, a CLDF identifica-se como local de defesa do interesse coletivo e de aprimoramento e normatização das políticas públicas, em um contexto democrático garantido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para tanto, utiliza-se do processo legislativo na discussão e deliberação das proposições formuladas pelos Deputados Distritais ou pelo Poder Executivo, exercendo, ainda, atividade de fiscalização do funcionamento da Administração Pública, os quais, plenamente exercidos, contribuem decididamente para o aprimoramento da consciência cidadã, o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e o fortalecimento da democracia.

Com o intuito de possibilitar o acompanhamento, por gestores e pela sociedade, das atividades que buscam ao atingimento de tais objetivos, a Câmara Legislativa vem empenhando esforços no sentido de fazer constar no Plano Plurianual os resultados obtidos em cada uma das três metas propostas, buscando a satisfação de seu papel social de produção e aperfeiçoamento legislativo e de fiscalização da Administração Pública.

Para isso, tomou-se como referência o exercício de 2015, último ano do Plano Plurianual anterior, buscando-se, no quadriênio 2016-2019, privilegiar o aprimoramento qualitativo da produção legislativa, de atividades de fiscalização e da promoção de uma relação cada vez mais transparente com a sociedade, muito embora os resultados quantitativos também tenham sido satisfatórios ao fim do primeiro ano de vigência do PPA atual.

Conforme se observa dos dados acerca das metas e ações, verificam-se elevados os indicadores de participação popular, de produção legislativa e dos mecanismos de transparência, evidenciando-se que, apesar de eventuais imperfeições, a instituição tem sido bem sucedida em seu objetivo de promover a cidadania e a participação popular na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, aprimorando-se a representação popular e propiciando um ambiente cada vez mais democrático de promoção de bem estar ao cidadão.

5. TABELAS DE REFERÊNCIA

Execução Orçamentária e Financeira – 2016
Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual – LOA
(Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional) SIGGO

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**0**	**8.018.984.329**	**9.048.703.246**	**7.123.370.085**	**7.090.593.811**	
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO						
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	27.589.838	27.559.838	14.328.167	5.986.425	3.156.871	22
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	19.289.781	19.289.781	46.256.781	0	17.841.859	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	564.062	564.062	1	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	13.231.682	14.681.682	11.631.354	5.710.113	5.499.541	43
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	6.997.608	6.997.608	6.718.608		612.086	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	23.729.248	23.729.248	11.237.021	6.077.172	5.472.846	26
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	730.000	730.000	441.386	409.604	409.604	56
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17.269.323	17.946.827	13.817.123	10.901.833	9.890.114	63
2595 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA	0	0	0	0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	560.000	560.000	30.134	22.925	22.925	4
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	10.000	10.000	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	20.000	20.000	12.204	2.204	2.204	11
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.050.000	2.050.000	62.307	15.990	15.990	1
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	20.000	1.140.000	121.487	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	5.062.325	5.062.325	13.195.325	0	5.933.084	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.936.573	1.236.573	577.791	384.062	384.062	20
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	7.059.583	8.199.583	17.305.433	6.689.484	5.136.939	95
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	12.748.000	12.758.000	12.758.000	0	854.223	0
3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	24.498.000	24.498.000	25.475.000	0	8.889.195	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	3.317.121	3.437.121	920.750	385.366	383.666	12
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	9.124	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	1.202.216	1.202.216	476.929	142.076	132.076	12
4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	10.000	10.000	6.487	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.431.849.126	1.650.152.746	1.578.925.876	1.519.771.138	1.519.702.229	106
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	168.780.681	177.756.442	165.647.506	156.874.934	156.870.090	93
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10.544.000	10.544.000	6.441.157	4.942.554	3.386.588	47
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	174.070.105	182.957.246	160.202.768	134.074.489	126.109.124	77
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**1.884.553.558**	**2.124.497.584**	**1.982.195.005**	**1.852.390.369**	**1.836.574.869**	**98**
Orçamento de Investimento das Estatais	**68.595.714**	**68.605.714**	**104.403.714**	**0**	**34.130.447**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6001	**1.953.149.272**	**2.193.103.298**	**2.086.598.719**	**1.852.390.369**	**1.870.705.316**	**95**
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL						
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	11.315.192	10.095.192	6.536.056	2.512.959	2.511.999	22
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100.000	100.000	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.143.531	2.293.531	1	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	56.522.471	54.672.471	42.258.264	40.075.492	29.859.991	71
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	3.949.134	3.764.325	3.587.394	2.858.797	2.455.979	72
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23.934.807	23.776.133	23.461.229	19.754.464	16.972.160	83
2570 - AUXÍLIO MORADIA	155.598.794	0	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO		186.544	186.544	0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	5504463	0	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3398561	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	328.927	328.927	163.542	23.278	23.278	7
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	202.595	652.595	237.406	169.293	0	84
4052 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL	1.758.240	1.758.240	1.349.757	1.347.553	1.347.553	77
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	209.786.502	0	45.517.966	44.000.000	3.987.557	21
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.391.624	4.313.783	1.087.656	227.244	227.244	5
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	432.000	432.000	280.800	186.860	175.775	43
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (Inclui FCDF Saúde e Educação - FCDF executados no SGGo em 2016)	10.230.122.951,00	10.216.196.836	10.086.698.025,27	9.743.309.707	9.679.341.864	95
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	960.897.444	581.084.101	586.229.543	579.155.542	579.146.625	60
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.913.000	16.913.000	16.495.648	15.788.422	14.611.743	93
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	509.518.245	366.763.976	652.558.139	629.190.736	520.167.112	123
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**11.612.604.777**	**11.283.331.654**	**11.466.647.970**	**11.078.600.347**	**10.850.828.880**	**95**
Fundo Constitucional do DF Segurança Pública (	**4.480.219.344**	**3.690.505.640**	**3.148.422.476**	**3.148.333.985**	**3.143.894.009**	**70**
TOTAL DO PROGRAMA 6002	**16.092.824.121**	**14.973.837.294**	**14.615.070.446**	**14.226.934.332**	**13.994.722.889**	**88**
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA						
1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF	1.200.000	1.200.000	500.000	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14.356.253	22.505.490	18.707.299	9.707.563	6.623.595	68
1765 - BRASÍLIA SEM FRONTEIRA	3.495.291	0	3.286.570	3.167.610	3.167.610	91
1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	380.000	380.000	53.162	23.255	23.255	6
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	979.078	1.079.078	8.567	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	6.302.384	6.502.384	5.112.384	181.284	108.498	3
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	25.256.633	29.214.000	33.123.285	33.036.005	27.734.262	131
2386 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	353.500	353.500	137.389	137.389	137.389	39
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	15.377.922	15.377.922	6.671.992	5.345.173	4.273.093	35
2414 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	141.000	141.000	141.000	131.891	122.775	94
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	20.320.661	20.820.661	16.083.361	12.326.168	11.954.590	61
2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	3.400.000	3.400.000	13.767.109	10.299.218	10.299.218	303
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.683.699	15.517.500	13.402.467	6.702.475	5.876.873	69
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	290.000	290.000	59.999	13.510	13.510	5
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.852.000	8.852.000	281.500	29.562	29.479	0
2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	4.992.256	4.992.256	1.977.787	1.931.777	1.510.646	39
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	36.592.298	36.592.298	32.281.205	29.551.552	28.412.573	81
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	352.225.134	334.225.134	421.377.786	403.451.737	402.975.666	115
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	314.000	314.000	1	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	155.000	205.000	204.999	88.663	88.663	57
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	9.227.664	9.827.664	919.451	848.163	713.137	9
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	6.387.940	6.387.940	2.191.679	1.389.481	616.709	22
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.443.148	6.388.148	4.011.960	2.337.110	2.197.969	36

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	13.899.148	13.899.148	21.838.502	3.325.326	3.224.844	24
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	503	503	503	0	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	50.000	50.000	43.017	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.705.862.915	1.729.364.058	1.727.477.012	1.619.573.750	1.619.000.608	95
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	129.669.015	129.669.015	116.229.394	110.584.843	110.366.226	85
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.105.000	36.105.000	26.880.858	25.369.069	12.852.954	817
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	177.686.657	183.351.948	117.969.650	88.710.064	75.957.265	50
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.900.000	1.900.000	2.850.000	1.900.000	1.900.000	100
9051 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	150.000	150.000	38.898	0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	220.000	720.000	322.578	115.852	113.067	53
TOTAL DO PROGRAMA 6003	**2.559.269.099**	**2.619.775.647**	**2.587.951.364**	**2.370.278.490**	**2.330.294.474**	**93**
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL						
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	2.000	2.000	2.973.199	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.500.000	10.500.000	24.512.370	24.395.679	15.989.664	232
1684 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	1.087.748	1.087.748	1.079.684	0	0	0
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.000	10.000	1	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5.000.000	5.500.000	2.647.450	2.445.649	834.109	49
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	10.471.870	10.471.870	10.204.842	9.002.777	8.043.594	86
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000	50.000	386.681	376.849	376.849	754
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	250.000	250.000	250.000	27.120	27.120	11
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	133.523.802	133.523.802	297.397.348	289.004.509	206.162.229	216
2175 - FOMENTO À PESQUISA	402.000	402.000	402.000	300.000	300.000	75
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1.070.351	1.070.351	1.241.229	377.066	377.066	35
2454 - ATENÇÃO AOS PACIENTES COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS E DOENÇA FALCIFORME	170.000	170.000	140.250	0	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	600.000	600.000	303.729	67.795	67.795	11
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.740.000	5.740.000	4.705.999	4.696.857	4.163.461	82
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	2.623.480	2.623.480	2.276.747	2.276.746	1.927.744	87
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.244.101	4.244.101	8.180.842	2.724.713	1.450.503	64
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	1.400.000	1.400.000	4.144.725	363.819	363.744	26
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.744.750	2.744.750	14.377.634	4.786.346	4.072.530	174
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.013.035	5.013.035	9.744.505	5.193.337	3.462.613	104
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.700.000	2.700.000	6.246.532	0	0	0
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3.551.104	3.551.104	9.578.237	1.644.322	1.213.062	46
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.143.582	4.143.582	3.212.476	3.097.902	2.483.657	75
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	23.601.124	23.601.124	12.495.916	12.495.914	10.782.680	53
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	7.929.000	7.929.000	7.377.368	6.089.351	6.047.649	77
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	12.293.000	12.293.000	9.267.503	6.185.113	6.077.440	50
2876 - (EP) CAPTAÇÃO DE DOADORES DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO	300.000	0	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	77.300.000	77.300.000	64.530.955	63.547.071	33.964.832	82
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	10.000	10.000	0	0	0	0
3024 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	2.510.000	2.510.000	3.092.155	0	0	0
3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	2.955.130	2.955.130	1.755.130	164.095	164.095	6
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	710.000	1.010.000	13.572.080	0	0	0
3031 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	4.000.000	4.000.000	1.833.334	0	0	0
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	10.000	10.000	1.849.358	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	2.000	2.000	297.576	295.576	295.576	14.779
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	13.809.969	15.779.969	23.932.506	6.944.379	3.272.988	50
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	4.130.000	4.130.000	5.061.283	0	0	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10.219.000	1.669.000	1.065.584	0	0	0
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	12.853.960	11.553.960	3.889.239	1.193.400	263.198	9
3153 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.010.000	1.010.000	0	0	0	0
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.000	10.000	1	0	0	0
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.900.000	4.900.000	4.900.000	3.006.327	2.993.559	61
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	650.000	650.000	0	0	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1.211.923	1.211.923	1.211.923	0	0	0
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	23.000	23.000	0	0	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	26.120.251	26.570.251	10.294.473	1.451.605	348.991	6
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	42.593.895	42.593.895	45.101.638	763.876	763.876	2
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	880.000	880.000	880.000	0	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	30.000	30.000	534.545	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	16.883.655	17.038.655	15.757.406	10.116.798	10.116.798	60
3642 - (EP)CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	650.000	0	0	0	0	0
3663 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO CURRALINHO EM BRAZLÂNDIA	800.000	0	0	0	0	0
3664 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA	2.545.000	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50.000	50.000	41.250	0	0	0
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.326.717	13.326.717	10.633.368	6.172.505	6.159.528	46
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.389.000	1.389.000	1.213.621	392.767	387.990	28
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	19.500.000	19.500.000	13.827.111	12.377.627	10.740.872	63
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	3.864.000	3.864.000	4.226.269	2.806.780	2.753.519	73
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	473.000	473.000	7.689.655	258.307	150.467	55
4091 - APOIO A PROJETOS	10.000	520.000	2.869.664	0	0	0
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	911.214	911.214	1.185.344	0	0	0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	16.015.347	16.015.347	32.950.809	2.132.401	1.814.441	13
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000	200.000	200.000	0	0	0
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.850.000	4.850.000	4.248.597	4.203.695	4.119.746	87
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	7.173.359	7.173.359	7.411.181	1.790.784	1.773.386	25
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	9.000.000	9.000.000	11.500.000	11.500.000	11.500.000	128
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	150.597.783	150.797.783	109.122.619	104.386.179	77.086.791	69
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	122.408.793	122.408.793	98.359.791	97.359.791	74.332.890	80
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	131.333.837	138.833.837	67.240.738	38.802.142	15.082.797	30
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.500.000	3.500.000	9.054.186	8.745.382	7.431.705	250
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	197.466.429	198.416.429	212.717.223	204.359.642	173.182.203	103
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	30.742.886	30.742.886	48.659.463	29.311.055	16.890.380	95
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	8.629.999	8.629.999	22.385.130	4.816.282	2.195.659	56
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	129.618.744	129.618.744	173.794.169	164.104.544	149.331.933	127
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	47.580.832	47.580.832	14.156.858	8.369.214	6.669.564	18
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.006.000	3.006.000	7.750.105	4.598.230	1.330.978	153
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	23.000.000	23.000.000	15.449.596	15.449.595	13.618.821	67
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	4.651.860	4.651.860	8.098.029	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5.186.987	5.186.987	2.586.987	1.934.701	1.365.909	37
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000	354.000	1	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	385.680	385.680	381.200	345.930	345.930	90
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	44.988.262	44.988.262	76.632.292	76.520.709	76.520.709	170
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400	86.400	64.320	55.680	55.680	64
TOTAL DO PROGRAMA 6202	**1.446.539.859**	**1.444.929.859**	**1.597.156.029**	**1.263.828.933**	**981.249.320**	**87**
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS						
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	98.172.309	8.891.231	1.908.679	709.234	709.234	1
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	515.000	515.000	35.552	6.972	6.972	1
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	52.909.877	52.934.877	17.787.905	11.307.634	11.298.227	21
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	50.000.000	45.000.000	6.500.000	0	0	0
1959 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	5.000	5.000	1.297	0	0	0
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	30.763	30.763	26.467	0	0	0
2415 - MANUTEÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	42.006.896	42.006.896	0	0	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	15.000	15.000	261.506	18.529	18.529	124
2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000	420.000	14.202	0	0	0
2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000	10.000	8.602	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21.594.875	21.744.875	30.666.372	25.299.798	22.226.462	117
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	10.000	8.602	0	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMIISTRATIVA	100.000	0	0	0	0	0
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	201.000	201.000	7.226	2.527	2.527	1
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.090.000	1.090.000	5.884.068	3.554.892	2.956.951	326
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	1.454.500	754.500	1	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	615.000	200.000	3.221	3.215	3.215	1
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRAFICAS	54.000	54.000	0	0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	637.288	637.288	1	0	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	2.150.000	0	2.408.966	1.007.828	1.007.720	47
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	23.074.000	25.074.000	16.328.100	0	0	0
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	661.919	661.919	293.952	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	50.000	50.000	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	12.951.000	12.951.000	336.403	244.375	244.375	2
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.000.000	1.000.000	1	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.491.440	4.546.440	636.423	3.206	3.206	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	18.051	18.051	4.681	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	1.800.000	1.120.001	693.923	693.923	694
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	365.000	350.000	400.000	392.962	392.962	108
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	161.000	161.000	0	0	0	0
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	100.000	100.000	1	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	4.276.049	4.276.049	78.202	0	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	14.690.000	14.690.000	20.269.543	20.260.921	20.260.921	138
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	349.000	349.000	175.877	0	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	1.955.578	1.955.578	783.864	0	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	48.490.000	48.490.000	9.582.894	2.421.090	2.421.090	5
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000	1.000.000	259.323	146.220	135.660	15
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	20.400.000	19.550.000	12.685.163	12.474.795	11.609.967	61
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.050.000	4.050.000	2.930.651	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	99.121.086	99.121.086	89.226.261	87.778.531	72.729.362	89
TOTAL DO PROGRAMA 6203	**508.895.631**	**414.714.553**	**220.634.007**	**166.326.652**	**146.721.303**	**33**

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA						
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	582.000	582.000	492.000	307.255	307.255	53
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	126.000	126.000	86.000	3.128	162	2
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	1.070.000	2.070.000	170.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6204	**1.778.000**	**2.778.000**	**748.000**	**310.383**	**307.417**	**17**
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER						
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	300.000	300.000	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	2.380.444	14.660.444	5.324.896	2.036.370	0	86
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.800.222	4.030.222	1.983.080	906.014	854.889	19
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.500.000	4.500.000	4.500.000	0	199.388	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.421.000	2.421.000	101.000	0	0	0
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2.220.000	6.320.000	5.366.999	1.513.778	1.283.693	68
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	1.950.000	0	0	0	#DIV/0!
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	3.266.393	3.266.393	3.760.764	2.817.783	2.707.453	86
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	100.000	100.000	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000	0	0	0	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	687.049	687.049	3.513.860	2.487.246	2.090.003	362
2875 - (EP)PROJETO BOLEIROS	500.000	0	0	0	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	5.282.000	5.282.000	4.818.000	0	0	0
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	600.000	1.500.000	932	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	237.000	1.647.000	5.776	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000	100.000	100.000	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	100.000	100.000	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1.070.222	5.930.222	1.267.467	965.779	189.087	90
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	5.000.000	5.000.000	16.244	0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	1.192.722	3.742.722	2.681.862	1.050.000	987.557	88
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	962.029	2.962.029	450.733	351.631	325.622	37
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	905.222	3.435.222	6.035.411	1.237.477	485.826	137
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	30.932.887	30.932.887	33.260.288	33.250.302	28.609.065	107
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	93.437	93.437	60.732	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	1.715.000	7.665.000	6.369.541	2.404.194	1.681.456	140
4091 - APOIO A PROJETOS	4.340.000	7.071.420	3.423.804	710.617	710.617	16
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.335.000	2.335.000	2.480.694	2.478.233	2.171.969	106
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	100.000	100.000	82.500	0	0	0
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	10.000	10.000	10.000	8.803	8.803	88
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	1.095.000	345.000	483	0	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	13.200.444	13.200.444	17.221.115	0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	2.062.456	1.962.456	7.711.333	7.614.565	573.035	369
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	1.830.167	1.830.167	1.765.060	1.689.953	1.672.054	92
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**90.038.694**	**128.880.114**	**107.712.574**	**61.522.745**	**44.351.129**	**68**
Orçamento de Investimento das Estatais	**4.600.000**	**4.600.000**	**4.600.000**	**0**	**199.388**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6206	**94.638.694**	**133.480.114**	**112.312.574**	**61.522.745**	**44.550.517**	**65**
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA						
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	50.000	50.000	12.967	0	0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	4.430.444	5.030.444	4.902.414	1.666.881	1.094.170	38

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200.000	200.000	153.157	150	150	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	135.032.687	135.032.687	135.032.687	0	28.503.026	0
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	10.000	10.000	2.053.645	0	0	0
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	10.000	10.000	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	103.691	103.691	76.253	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	15.092.411	16.342.411	22.350.656	14.713.479	14.451.677	97
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.750.000	4.750.000	4.750.000	0	230.769	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	750.000	850.000	3.610.521	1.261.465	1.261.465	168
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	85.000	85.000	65.596	51.646	50.606	61
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	50.000	50.000	41.250	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	524.774	524.774	243.102	169.203	169.203	32
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	100.000	100.000	20.409	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	10.000	0	0	0	0
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	100.000	100.000	1	0	0	0
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	46.000	46.000	844.345	839.192	839.192	1.824
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000	10.000	7.208	0	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	31.000	31.000	186.242	91.631	91.631	296
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	190.000	190.000	185.409	176.302	176.302	93
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000	10.000	0	0	0	0
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	150.000	200.000	0	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	7.927.530	7.927.530	3.387.310	3.385.806	3.113.101	43
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	265.000	250.000	2	0	0	0
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	10.000	10.000	6.500	0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	25.000	25.000	9.515	9.515	9.515	38
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.900.000	2.900.000	2.550.000	178.000	178.000	6
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.000.000	5.000.000	4.125.000	492.303	0	10
2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	100.000	100.000	1	0	0	0
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000	300.000	1	0	0	0
2873 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	27.000	27.000	42.550	0	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	30.000	1.030.000	3.973.699	1.956.859	1.956.859	6.523
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	5.750.000	1.950.000	347.919	346.953	237.257	6
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	4.825.000	4.825.000	4.857.209	4.398.750	4.010.984	91
3027 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR	100.000	100.000	2.765	0	0	0
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	10.000	10.000	0	0	0	0
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	10.000	10.000	28.291	18.093	18.093	181
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	10.000	10.000	0	0	0	0
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	10.000	10.000	345.118	0	0	0
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	154.000	154.000	9.103	0	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	10.000	10.000	10.000	0	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	31.000	31.000	10.811	0	0	0
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.020.000	7.020.000	7.020.000	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	89.182	89.182	1	0	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000	250.000	2	0	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	60.000	10.000	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	10.000	10.000	0	0	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10.000	10.000	7.208	0	0	0
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	10.000	10.000	0	0	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	100.000	100.000	473.592	4.450	4.450	4
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	50.000	50.000	12.966	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	300.000	300.000	0	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	145.619	0
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000	304.000	4.000	0	0	0
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	4.021.000	4.021.000	52.733	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	605.222	7.255.222	1.229.922	153.174	0	25
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.570.242	3.820.242	5.069.017	120.245	120.245	5
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	44.695	0
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	70.000	70.000	2.100.153	1.176.400	1.176.400	1.681
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	4.100.000	4.100.000	4.100.000	0	133.821	0
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	5.000.000	5.000.000	14.423.527	9.647.519	9.618.872	193
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000	50.000	822.501	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	511.222	511.222	7.304	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	18.017.000	18.017.000	8.917.000	0	6.295.343	0
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	10.000	10.000	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	130.000	380.000	1.343.139	1.225.251	1.225.251	943
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	459.300	459.300	138.546	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000	520.000	4.520.000	0	12.343	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	10.000	10.000	10.000	0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	3.818.000	3.818.000	1.318.000	0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS		50.000	50.000	0	0	#DIV/0!
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	7.530.000	7.530.000	7.530.000	915.169	2.439	12
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	20.000	20.000	27.303	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	16.268.944	17.168.944	16.370.928	12.796.927	12.658.122	79
4091 - APOIO A PROJETOS	200.495	350.495	51.993	0	0	0
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	6.980.060	7.080.060	7.499.386	3.141.376	2.572.036	45
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	200.000	1.150.000	1.678.627	857.034	857.034	429
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000	10.000	7.208	0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10.000	585.000	1.601.001	1.074.742	1.074.742	10.747
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000	10.000	7.208	0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	737.000	737.000	2.097.499	1.871.499	1.435.035	254
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	103.000	103.000	134.571	131.570	131.570	128
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	3.087.667	3.087.667	633.932	590.344	541.213	19
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	30.000	30.000	24.750	0	0	0
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	597.095	0	597.095	597.095	597.095	100
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	42.260.069	42.260.069	31.418.482	3.630.471	2.744.579	9
5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100	53.100	365.015	0	0	0
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	100.000	100.000	25.932	0	0	0
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	122.583.390	122.683.390	140.458.632	48.544.081	34.200.834	40
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.000.000	6.000.000	2.250.000	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000	5.850.000	2.825.001	791.625	341.625	26
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	177.187.346	177.187.346	53.000.000	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	96.962.693	96.962.693	68.032.100	0	0	0
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	11.671.777	11.671.777	11.080.630	9.825.480	9.825.480	84
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	14.170.000	14.170.000	12.099.341	9.009.977	4.743.177	64
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	507.324	507.324	329.761	0	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	240.000	440.000	276.035	0	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.626.298	2.626.298	1.936.117	1.531.643	1.531.643	58
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	120.355	120.355	78.293	11.128	11.128	9
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**577.434.631**	**589.947.536**	**442.590.420**	**137.403.428**	**113.071.175**	**24**
Orçamento de Investimento das Estatais	**178.237.687**	**178.307.687**	**170.707.687**	**0**	**35.365.616**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6207	**755.672.318**	**768.255.223**	**613.298.107**	**137.403.428**	**148.436.791**	**18**
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE						
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	7.000.000	7.000.000	34.600.500	0	40.181.594	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	127.056.072	221.737.072	165.123.774	51.178.975	42.137.431	40
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	39.483.000	39.483.000	36.483.000	0	21.773.660	0
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	31.384.250	31.384.250	25.769.779	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	7.250.050	7.250.050	4.521.464	1.154.018	1.154.018	16
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	3.073.000	3.073.000	3.073.000	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	200.000	139.139	139.139	139.139	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	13.769.404	13.769.404	34.973.261	9.194.831	5.324.897	67
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	8.313.000	8.313.000	8.313.000	0	1.965.666	0
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	10.000	10.000	3.990	0	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	10.000	10.000	8.604	0	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	379.950	379.950	287.463	0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	73.351	73.351	64.809	23.329	23.329	32
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	537.500	537.500	108.669	85.794	45.374	16
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.068.825	1.068.825	1.128.226	581.692	581.692	54
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	1.790.975	1.790.975	369.708	164.533	111.686	9
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	7.430.000	7.430.000	6.363.928	2.812.917	2.470.917	38
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	11.700.006	11.700.006	7.150.001	0	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	406.737	406.737	12.642	11.850	9.892	3
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	15.689.401	15.689.401	9.734.556	0	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	21.613.837	23.913.837	18.434.212	5.201.662	4.941.829	24
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	10.000	10.000	1.510.928	0	0	0
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	260.000	260.000	230.000	0	0	0
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000	8.606.000	20.432.500	0	436.211	0
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	13.100.000	13.100.000	15.800.000	0	5.264.187	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	100.000	100.000	69.932	37.420	37.420	37
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	100.000	100.000	33	0	0	0
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	10.000	10.000	10.000	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	10.000	10.000	4.176.846	1.507.897	1.507.897	15.079
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	15.462.434	15.462.434	8.614.874	274.112	68.812	2
3588 - (EP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	300.000	0	0	0	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANISTICA	20.100.000	20.100.000	1.072.136	781.779	669.960	4
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.600.000	2.600.000	2.228.617	290.628	192.646	11
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.500.000	4.500.000	2.630.000	18.600	18.600	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	50.000	50.000	6.061	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	2.250.000	2.250.000	1.362.410	305.904	144.981	14
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.300.000	3.300.000	3.332.658	3.332.658	2.743.694	101
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.193.744	2.193.744	1.568.120	45.000	34.919	2
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	400.000	400.000	2	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	6.009	0	0	0
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	61.000	61.000	70.450	19.162	19.162	31
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	61.000	61.000	63.063	0	0	0
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10.000	710.000	300.000	154.101	154.101	1.541
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.070.000	1.070.000	812.501	0	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	400.000	400.000	7.950	7.950	7.950	2
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	4.070.000	4.070.000	4.070.000	0	182.051	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	18.884.870	18.884.870	21.710.482	4.418.691	4.241.322	23
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	7.001.000	7.001.000	6.924.064	1.865.897	1.865.897	27
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120.000	120.000	542.000	445.830	392.535	372
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**319.434.406**	**417.015.406**	**331.443.361**	**84.054.369**	**69.040.100**	**26**
Orçamento de Investimento das Estatais	**83.645.000**	**83.645.000**	**122.772.000**	**0**	**69.803.369**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6208	**403.079.406**	**500.660.406**	**454.215.361**	**84.054.369**	**138.843.469**	
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL						
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	282.129.791	376.872.791	274.413.792	117.701.356	100.018.514	42
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	465.222	765.222	770.186	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	177.300.566	177.300.566	162.800.566	0	62.288.552	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	500.000	0	0	0	0	0
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	90.000	90.000	43.059	0	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	800.000	0	0	0	0	0
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	81.146	81.146	28.384	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	476.144	2.476.144	6.280.885	5.023.132	1.152.167	1.055
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	400.000	400.000	400.000	0	0	0
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	450.000	450.000	450.000	0	176.702	0
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	301.033.000	296.033.000	295.033.000	0	6.999.330	0
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	176.184.000	176.184.000	177.684.000	0	46.985.152	0
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	112.327.000	111.327.000	112.013.000	0	40.988.437	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.810.000	1.630.000	1.952.828	690.179	0	38
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.626.000	1.626.000	1.674.000	0	139.506	0
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	16.207.000	16.207.000	70.207.000	0	37.124.064	0
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	580.000	580.000	112.500	0	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	1.699.190	1.699.190	14.151.807	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.930.000	2.200.000	2.574.000	590.223	83.612	31
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	36.124	36.124	1	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	316.123.032	316.123.032	380.190.717	374.594.318	331.503.381	118
2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.000	11.000	6.355	0	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	129.196	129.196	100.977	575	575	0
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	250.000	250.000	65.031	12.060	12.060	5
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	41.575	41.575	8.724	0	0	0
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	750.000	750.000	607.001	602.752	522.370	80

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	10.000	10.000	2.076	0	0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	25.000	25.000	5.186	0	0	0
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	1.500.000	1.500.000	0	0	0	0
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	1.000.000	572.231	572.231	572.231	57
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	3.140.000	3.140.000	1.763.903	999.878	955.338	32
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	450.000	450.000	0	0	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.800.000	1.800.000	929.327	179.326	179.326	10
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.498.786	3.498.786	2.766.322	2.495.725	2.495.725	71
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	550.000	550.000	4	0	0	0
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	913.488	913.488	348.490	347.966	347.966	38
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	400.000	1.475.000	200.899	0	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	50.000	50.000	66	0	0	0
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	165.000	150.000	99	0	0	0
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	50.200	50.200	118	0	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	50.200	50.200	38.018	36.000	36.000	72
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	4.656.000	4.656.000	1.172.281	1.091.730	202.668	23
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	173.416	173.416	95.800	17.740	17.740	10
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	20.000	20.000	16.500	0	0	0
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2.080.000	2.080.000	1.048.938	0	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's	560.000	670.000	1.228.920	798.215	27.175	143
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	12.491.552	12.491.552	12.530.336	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	500.000	0	0	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	523.531	523.531	763	0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	6.500.000	6.500.000	0	0	0	0
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	20.000	20.000	16.500	0	0	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.010.000	1.010.000	224.000	0	0	0
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	10.000	10.000	0	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	360.000	360.000	90.934	90.934	90.934	25
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	266.944.003	266.944.003	235.327.755	31.371.976	31.324.110	12
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10.000	160.000	1.450.892	199.163	199.163	1.992
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	66.418.584	66.418.584	77.671.668	30.109.001	29.461.034	45
3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	529.000	529.000	1	0	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	1.726.076	7.081.076	12.710.677	11.568.065	6.205.447	670
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	10.000	2.010.000	0	0	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	200.000	200.000	135.051	127.965	127.965	64
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE		200.000	0	0	0	0
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.900.000	25.900.000	577.327.362	0	43.164.741	0
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	30.000	30.000	0	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.100.000	1.100.000	14.576.780	14.233.399	12.387.297	1.294
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	280.000	580.000	35.302	14.766	14.766	5
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	9.171.000	9.171.000	16.821.000	0	1.942.023	0
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	100.000	400.000	325.933	231.505	231.505	232
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	8.970.791	8.830.791	8.827.726	8.000	8.000	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	500.000	0	0	0	0	0
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	10.000	10.000	8.604	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	400.000	200.000	5.364	5.360	5.360	1
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000	20.000	16.500	0	0	0
3584 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL EM BRAZLÂNDIA	1.000.000	0	0	0	0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000	0	0	0	0	0
3622 - (EP)REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO VEREDINHA	1.000.000	0	0	0	0	0
3631 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER	300.000	0	0	0	0	0
3637 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR NORTE DO GAMA	300.000	0	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS		295.600	295.600	0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	500.000	0	0	0	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.800.000	1.800.000	1.395.975	1.110.566	1.110.566	62
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	8.250	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS		0	200.000	0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.340.000	1.340.000	209.563	27.648	27.648	2
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	10.000	10.000	2.593	0	0	0
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	29.000	29.000	24.420	0	0	0
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30.000	30.000	19.093	0	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	50.000	50.000	999.517	389.749	389.749	779
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	725.000	225.000	126.001	126.000	126.000	17
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	265.930	265.930	357.930	357.630	357.630	134
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	733.829	333.829	308.001	0	0	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	111.146.000	111.146.000	101.765.000	0	15.969.140	0
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II'	2.700.006	2.700.006	1.385.577	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	200.000	0	0	0	0	0
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO	555.222	455.222	74.973	41.627	29.234	7
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	500.000	0	0	0	0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		0	150.000	0	0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	67.529.000	67.529.000	68.300.000	0	12.313.334	0
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	45.150.000	45.150.000	45.864.000	0	17.512.622	0
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	455.222	2.455.222	93	0	0	0
7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	150.000	150.000	150.000	0	0	0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	47.624	47.624	1	0	0	0
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	455.229	455.229	93	0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	224.588.232	224.588.232	224.538.232	177.581.002	150.500.117	79
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	245.949.043	245.949.043	282.243.997	190.784.000	181.827.545	78
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.000	10.000	8.228.075	1.488.565	1.488.565	14.886
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**1.477.212.384**	**1.576.880.384**	**1.575.722.595**	**965.620.327**	**854.039.483**	**65**
Orçamento de Investimento das Estatais	**1.051.073.566**	**1.045.369.166**	**1.630.784.528**	**0**	**285.603.603**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6210	**2.528.285.950**	**2.622.249.550**	**3.206.507.123**	**965.620.327**	**1.139.643.086**	**38**
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA						
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000	1.530.000	630.000	0	0	0
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	365.000	365.000	144.693	144.692	144.692	40
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	30.000	130.000	0	0	0	0
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	76.500	76.500	565	0	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	3.400.000	3.400.000	3.111.195	2.261.596	227.739	67
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	80.000	80.000	62.819	0	0	0
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	87.000	47.000	284.594	255.169	255.169	293

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	36.172.126	36.989.027	40.957.901	30.071.317	24.948.491	83
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000	10.000	2.593	0	0	0
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000	10.000	2.593	0	0	0
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS	29.695.816	29.695.816	73.352.548	73.352.547	73.352.547	247
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000	390.000	390.000	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	325.000	325.000	365.039	306.570	306.570	94
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	200.000	200.000	20.000	0	0	0
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000	700.000	777.433	130.000	130.000	19
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	300.000	300.000	1.750	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	1.250.000	0	0	0	0	0
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.040.000	5.000.000	1.768.090	0	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	40.124.550	40.124.550	34.405.022	34.248.247	34.144.061	85
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	200.000	200.000	51.501	0	0	0
2877 - (EP)PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5.050.000	0	0	0	0	0
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRODEF	100.000	100.000	65.000	0	0	0
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	25.097.482	25.097.482	11.544.874	11.544.213	10.505.927	46
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	6.549.983	6.649.983	7.493.898	383.756	311.816	6
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	500.000	500.000	600.000	0	0	0
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	30.000	30.000	0	0	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	4.714.658	4.714.658	57.062.575	47.475.510	42.581.411	1.007
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	300.000	300.000	0	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	500.000	0	0	0	0	0
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	30.000	30.000	0	0	0	0
3568 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO-DIA DO IDOSO - CDI	3.000.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	110.000	445.000	24.923	0	0	0
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	2.000.000	2.000.000	1	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	10.000	301.995	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	102.000	102.000	0	0	0	0
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	510.000	10.000	344.112	324.830	324.830	64
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	126.400	126.400	576.428	115.378	115.378	91
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	50.000	50.000	71.834	12.219	12.219	24
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	50.000	50.000	50.000	0	0	0
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	370.122	436.344	436.344	20.000	288	5
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	36.919	45.414	45.414	45.414	2.604	123
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	10.000	10.000	2.593	0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.045.101	5.045.101	3.785.316	149.351	130.249	3
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	20.000	20.000	12.549	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	**174.298.657**	**165.345.275**	**238.746.192**	**200.840.809**	**187.493.991**	**115**
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL						
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.227.470	4.827.470	2.630.263	0	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	5.051.936	5.051.936	8.977.800	6.058.252	5.259.252	120
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	305.222	31.955.222	39.047.924	19.540.908	19.540.908	6.402
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1.650.000	1.650.000	250.000	0	0	0
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	2.216.566	2.216.566	4.072.483	1.323.392	1.284.364	60
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	600.000	600.000	72.001	71.824	71.824	12

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	10.783.563	13.783.563	9.562.190	0	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	50.000	50.000	1	0	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	14.450.810	12.950.810	38.417.994	16.012.171	16.012.171	111
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	113.000	763.000	97.220	0	0	0
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	100.000	100.000	1	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	58.017.159	58.067.159	38.945.852	23.406.552	21.308.075	40
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	85.000.000	85.000.000	81.500.000	0	0	0
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	44.265.659	44.265.659	44.265.659	0	0	0
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	12.745.000	12.745.000	12.745.000	0	0	0
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500	11.500	0	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	5.000.000	5.000.000	0	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	1.300.000	1.300.000	1.300.000	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	14.248.664	14.448.664	29.008.786	4.617.310	4.617.310	32
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	3.250.000	1.600.000	3.238	0	0	0
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	250.000	250.000	344	0	0	0
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000	50.000	304	0	0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	274.035.000	274.020.000	247.745.385	241.940.798	241.940.798	88
2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	4.744.159	4.744.159	10.550	0	0	0
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	5.450.000	5.450.000	2.858.429	1.892.098	1.527.667	35
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	196.511.655	162.536.655	150.105.766	140.104.811	129.312.779	71
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.900.000	1.900.000	2.217.000	2.166.187	2.166.187	114
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	50.000	50.000	1	0	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	50.000	550.000	30.764.121	0	0	0
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	58.100.000	72.325.000	58.156.500	50.000	0	0
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	72.513.900	72.913.900	72.513.900	0	0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	79.701.579	79.298.674	43.772.730	0	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	58.739.073	58.739.073	42.795.449	9.082.561	9.082.561	15
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	73.183.424	30.526.004	17.182.027	238.145	238.145	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	7.250.000	7.450.000	15.110.442	0	0	0
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	86.687.974	86.687.974	49.472.842	294.808	294.808	0
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	50.000	50.000	1	0	0	0
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	323.131.100	323.131.100	258.529.332	9.133.309	9.133.309	3
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	5.568.344	5.568.344	6.775.861	4.226.705	3.783.786	76
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	21.621.098	21.621.098	21.843.002	0	0	0
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	7.795.222	7.795.222	3.001	0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.100.000	1.100.000	680.000	0	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	10.792.331	10.792.331	16.384.074	9.704.606	8.911.233	90
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	150.000	150.000	148	0	0	0
3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	30.764.120	30.764.120	25.142.458	0	0	0
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	100.000	100.000	1	0	0	0
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	44.175.141	63.925.141	52.870.184	9.515	9.515	0
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	1.020.000	1.020.000	322	0	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	2.953.942	3.383.942	7.431.041	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.730.000	3.180.000	2.565.099	1.532.396	1.057.676	56
3554 - (EP)PROMOVER ESTUDO DE REESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE TRANSPORTE DE CARGAS PARA PARTICIPAÇÃO DO MODAL FERROVIÁRIO	100.000	0	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000	200.000	97.500	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.150.000	7.050.000	3.753.451	3.364.737	3.364.737	55
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	2.310.000	2.310.000	773.458	39.500	39.500	2
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	12.323.810	12.323.810	8.183.483	4.822.867	3.580.267	39
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	12.510.000	12.510.000	13.655.374	11.591.145	11.411.136	93
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000	17.000.000	18.339.317	13.507.116	12.196.577	79
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200.000	200.000	165.000	14.310	14.310	7
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000	300.000	97.500	0	0	0
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	7.330.000	7.330.000	8.994.328	8.938.994	8.938.994	122
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	123.000.000	123.000.000	397.071.495	396.821.370	396.256.889	323
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000	50.000	48	0	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	80.000	80.000	2.000	0	0	0
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	210.000	210.000	246.822	212.389	212.389	101
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	50.000	50.000	43.017	0	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	1.500.000	1.500.000	5.000	0	0	0
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000	500.000	195.001	0	0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.000.000	2.400.000	0	0	0	0
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	400.000	5.440.000	811	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	36.960.444	51.160.444	40.294.348	14.426.134	13.858.559	39
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	9.914.000	9.914.000	9.914.000	0	0	0
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	4.028.744	5.028.744	10.346.641	5.772.175	5.422.898	143
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.120.000	1.120.000	808.679	304.629	279.629	27
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**1.858.927.609**	**1.874.272.284**	**1.937.349.999**	**951.221.714**	**931.128.253**	**51**
Orçamento de Investimento das Estatais	**12.864.000**	**12.864.000**	**11.464.000**	**0**	**0**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6216	**1.871.791.609**	**1.887.136.284**	**1.948.813.999**	**951.221.714**	**931.128.253**	**51**
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA						
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	8.818.351	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	24.190.501	450.000	153.762	151.991	151.991	1
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	8.950.963	500.000	0	0	0	0
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	1.300.642	0	0	0	0	0
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	1.000.000	1.000.000	700.000	689.922	689.922	69
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	22.000.000	22.000.000	57.472.019	14.204.733	14.204.733	65
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	660.000	660.000	312.250	257.500	122.115	39
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	2.408.932	0	0	0	0	0
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	200.000	200.000	0	0	0	0
2322 - BOMBEIRO AMIGO	45.000	145.000	20.339	0	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	19.000	19.000	19.000	0	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	65.000	605.000	16.390	15.853	7.545	24
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	50.000	0	0	0	0	0
2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	14.442	0	0	0	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	355.950	355.950	120.337	57.788	33.327	16
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	1.500.000	1.500.000	2.700.000	2.466.102	2.466.102	164
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	39.036.827	39.036.827	49.173.037	45.592.615	42.064.216	117
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	19.254.992	19.254.992	38.689.223	35.246.226	35.246.226	183
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.341.980	0	0	0	0	0
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	6.749.722	6.749.722	11.224.021	242.195	201.007	4

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	25.400.000	25.400.000	23.870.000	20.878.343	19.282.452	82
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	10.500.000	10.500.000	17.734.893	10.828.993	9.153.651	103
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR	4.550.000	4.550.000	0	0	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	4.050.000	4.050.000	99.041	51.087	51.087	1
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	277.343	277.343	0	0	0	0
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	50.000	50.000	0	0	0	0
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	150.000	150.000	0	0	0	0
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000	6.400.000	11.840.754	10.062.119	7.620.746	157
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000	10.000.000	18.465.000	15.784.254	10.659.686	158
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	385.000	0	0	0	0	0
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	1.420.000	1.420.000	362.250	274.008	274.008	19
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	185.974	0	0	0	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	15.000.000	0	515.997	365.996	365.996	2
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	54.953.374	12.414.351	56.180.836	29.025.588	5.294.927	53
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	50.000	0	0	0	0	0
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	56.000	56.000	14.522	0	0	0
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	545.572	545.572	350	0	0	0
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000	100.000	19.833	0	0	0
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	15.100.000	300.000	0	0	0	0
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	1.022.610	0	0	0	0	0
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	176.330	0	0	0	0	0
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	355.000	355.000	0	0	0	0
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	23.559.000	23.559.000	21.950.000	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	507.741	20.000	15.997	0	0	0
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	400.000	400.000	70.000	0	0	0
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	2.000.000	2.000.000	2.458.000	2.457.238	2.457.238	123
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	300.000	300.000	1	0	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	107.127.409	2.047.822	1	0	0	0
3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	16.000.000	0	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.355.285	1.162.785	470.857	459.856	250.154	34
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.066.008	1.000.000	163.979	113.979	113.979	11
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS		0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	1.826.564	1.826.564	338.265	0	0	0
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	50.000	50.000	0	0	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	4.620.000					0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.383.424	1.000.000	3.200	3.200	3.200	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	536.860	536.860	2.593	0	0	0
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000	13.700.000	12.795.679	10.084.118	7.700.223	74
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	180.000	480.000	0	0	0	0
4147 - MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO	59.580	0	0	0	0	0
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	11.001.000	0	0	0	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	12.784.583	12.784.583	12.327.489	8.506.167	8.506.167	67
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	1.800.000	1.800.000	1.700.000	1.617.517	1.617.517	90
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	468.623	468.623	1.292.706	957.340	881.585	204
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	916.400	1.516.400	1.123.305	351.544	336.518	38

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	12.409.763	12.409.763	11.046.346	2.869.309	2.833.487	23
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	3.000.000	3.500.000	210.000	0	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	376.029	0	0	0	0	0
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**116.183.755**	**249.607.157**	**358.672.272**	**216.615.581**	**175.589.805**	**186**
Fundo Constitucional do DF	**394.434.019**	**1.184.147.723**	**1.159.805.318**	**1.158.336.713**	**1.047.404.863**	**294**
TOTAL DO PROGRAMA 6217	**510.617.774**	**1.433.754.880**	**1.518.477.590**	**1.374.952.294**	**1.222.994.668**	
6219 - CAPITAL CULTURAL						
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	10.000	10.000	2.593	0	0	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	5.512.556	5.512.556	6.908.934	1.446.392	980.435	26
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	30.000	30.000	51.001	43.000	0	143
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	49.200	49.200	13.150	12.300	6.600	25
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.258.000	2.258.000	636.144	636.144	523.932	28
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	195.000	150.000	350.000	199.322	199.322	102
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	3.000.000	4.900.000	1.080.754	1.080.754	1.040.580	36
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000	4.500.000	1.697.205	1.692.879	1.677.401	38
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	23.718.160	23.318.160	18.508.049	8.624.104	6.432.287	36
2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	600.000	600.000	0	0	0	0
2838 - MOSTRA BRASÍLIA	200.000	200.000	1	0	0	0
2843 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS	1.500.000	1.500.000	1	0	0	0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	1.000.000	1.000.000	377.884	206.078	200.360	21
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	3.000.000	3.000.000	277.452	277.452	195.486	9
2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	300.000	0	0	0	0	0
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.100.000	1.150.000	107.827	107.827	83.773	10
3110 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA	200.000	200.000	2	0	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.260.000	1.860.000	801.865	396.200	224.719	31
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	11.149.000	11.149.000	7.149.000	0	701.949	0
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	1.900.000	1.900.000	7.500	7.500	0	0
3307 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS	800.000	800.000	800.000	744.080	744.080	93
3308 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"	2.505.460	2.505.460	267.842	202.342	7.842	8
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	500.000	500.000	500.000	0	0	0
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	6.000.000	4.100.000	434.439	0	0	0
3348 - REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO	1.506.137	1.506.137	1	0	0	0
3350 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	4.000	4.000	1	0	0	0
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	200.000	200.000	928.874	0	0	0
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	200.000	200.000	2	0	0	0
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	200.000	200.000	3.055.922	2.103.138	760.323	1.052
3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	500.000	250.000	1	0	0	0
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	350.000	150.000	0	0	0	0
3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	50.000	50.000	1	0	0	0
3576 - (EP)REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0	0	0
3577 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	400.000	0	0	0	0	0
3580 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL CINE ITAPOÃ	500.000	0	0	0	0	0
3582 - (EP)CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA DE BRAZLÂNDIA	600.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3.050.240	24.520.240	11.268.019	7.775.238	7.094.869	255
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000	40.000	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.385.000	1.755.000	4.482.611	3.373.608	3.227.862	141

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
4091 - APOIO A PROJETOS	60.731.113	61.711.113	59.529.345	33.572.131	33.572.131	55
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	618.000	618.000	618.000	226.650	226.650	37
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2.655.919	2.655.919	2.655.919	416.471	412.744	16
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	15.000	15.000	3.890	0	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1.780.222	1.280.222	1.083.604	1.075.000	1.075.000	60
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	3.242.000	3.742.000	3.212.235	3.212.234	3.212.234	99
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**140.166.007**	**158.941.007**	**119.661.068**	**67.430.844**	**61.898.630**	**48**
Orçamento de Investimento das Estatais	**11.149.000**	**11.149.000**	**7.149.000**	**0**	**701.949**	**0**
TOTAL DO PROGRAMA 6219	**151.315.007**	**170.090.007**	**126.810.068**	**67.430.844**	**62.600.579**	**45**
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA						
1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	16.000.000	0	0	0	0	0
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	0	0	0	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.954.240	1.954.240	0	0	0	0
1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	73.786	73.786	0	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.150.000	150.000	0	0	0	0
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	8.880.001	8.880.001	16.690.189	5.185.662	2.940.051	58
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	381.241	381.241	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	16.394.212	17.394.212	2.542.872	381.814	342.108	2
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	304.992	304.992	54.992	0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1.689.800	1.689.800	1.571.411	1.444.797	1.397.721	86
2175 - FOMENTO À PESQUISA	90.620	90.620	17.893	0	0	0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	406.431	406.431	5.397	0	0	0
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	77.000.000	77.300.000	93.996.286	86.906.267	86.653.267	113
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	195.753.059	195.153.059	211.972.672	156.665.028	153.951.497	80
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	185.321.807	185.306.807	408.028.964	366.097.439	293.870.592	198
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	92.770.946	92.770.946	148.294.375	109.333.487	101.505.650	118
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	21.308.797	21.308.797	2.561.656	1.826.466	1.677.272	9
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.387.816	10.387.816	7.790.605	4.718.528	4.441.950	45
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.439.105	4.689.105	3.583.007	3.258.793	2.857.986	73
2442 - CARTÃO CRECHE	533.750	533.750	346.938	0	0	0
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	12.156.560	12.156.560	6.360.213	6.360.212	6.360.212	52
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	164.750	164.750	64.750	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.737.500	5.737.500	9.230.102	9.206.978	8.004.770	160
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	95.311	95.311	95.311	7.964	7.964	8
2863 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL	400.000	500.000	500.000	0	0	0
2874 - (EP)MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO ESPECIAL - EQUOTERAPIA	100.000	0	0	0	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	50.620	50.620	30.551	0	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	48.147.484	47.647.484	59.843.771	55.801.824	49.889.322	116
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	27.278.682	27.278.682	30.134.178	54.570	54.570	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	1.000.000	100.000	0	0	0	0
3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	133.450	383.450	808.451	233.152	0	175
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.012.342	2.412.342	1.259.693	921.953	0	91
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	335.924	6.085.924	3.876.336	3.509.913	1.795.475	1.045
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	8.088.697	8.438.697	31.047.690	8.536.669	7.705.312	106
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	169.260	169.260	2.634.017	2.633.986	2.578.018	1.556
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	251.308	10.151.308	1.000.000	396.938	210.926	158

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	11.062.102	13.562.102	105.314	0	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	15.378	1.065.378	0	0	0	0
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	500.000	400.000	0	0	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	83.851	83.851	0	0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	89.169.807	88.169.807	96.622.330	5.049.917	4.412.080	6
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	3.565.219	2.065.219	1.451.207	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	300.000	0	0	0	0
3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	5.495	5.495	0	0	0	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	1.132.622	732.622	430.563	209.723	200.212	19
3636 - (EP)CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000	0	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	868.787	1.168.787	343.804	6.500	6.500	1
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	847.200	847.200	143.774	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	84.720	84.720	84.720	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	84.720	84.720	971	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	52.950	52.950	32.556	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	32.950	82.950	20.349	0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	71.829.016	71.829.016	127.175.683	97.341.822	78.531.416	136
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	15.044.126	4.244.126	3.951	0	0	0
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	519.403	2.169.403	2	0	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	16.320	206.320	0	0	0	0
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.217.820	1.217.820	861.781	208.161	208.161	9
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	102.950	102.950	99.745	3.255	3.255	3
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	111.800	111.800	68.188	0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	111.800	111.800	68.188	0	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	11.800	11.800	7.152	0	0	0
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**937.933.327**	**928.858.327**	**1.271.862.598**	**926.301.818**	**809.606.287**	**99**
6228 - FAMÍLIAS FORTES						
1235 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	1.473.000	1.473.000	607.692	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200.000	8.200.000	1.339.077	352.272	352.272	176
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	998.000	998.000	1.497.432	1.497.431	1.497.272	150
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.700.010	2.700.010	3.739.463	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10.000	10.000	0	0	0	0
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	15.785.108	15.785.108	29.681.519	5.656.560	4.277.764	36
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	1.998.000	2.398.000	2.478.000	1.530.061	1.368.122	77
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	100.000	100.000	660.606	0	0	0
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	5.695.568	5.795.568	3.917.654	1.450.000	1.450.000	25
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	550.000	550.000	803.726	803.726	803.726	146
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	2.816.186	2.629.642	4.704.696	4.558.042	4.414.405	162
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	6.492.000	6.492.000	4.415.185	1.584.990	1.056.660	24
2623 - CUIDANDO DA VIDA	220.000	220.000	1.019.471	0	0	0
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	400.000	300.000	1.972.153	0	0	0
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	400.000	400.000	0	0	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	37.905.125	37.905.125	24.185.034	24.180.759	23.843.547	64
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.000.000	1.000.000	70.000	0	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	1.024.370	1.024.370	930.347	0	0	0
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.101.000	1.101.000	0	0	0	0

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
3184 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.697.050	1.697.050	506.908	305.455	298.284	18
3186 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	2.362.000	2.362.000	4.990	4.988	0	0
3188 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	30.000	30.000	2	0	0	0
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	30.000	30.000	3.991	0	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	110.000	110.000	31.318	0	0	0
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	200.000	200.000	70.000	0	0	0
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	1.845.222	2.845.222	610.000	0	0	0
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	462.185	462.185	462.185	292.008	188.715	63
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	100.000	100.000	170.759	170.759	170.759	171
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	6.505.665	6.505.665	9.506.606	537.200	537.200	8
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.153.624	1.253.624	1.233.624	436.217	310.707	38
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.865.442	1.865.442	1.865.442	0	0	0
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.230.000	1.230.000	187.151	183.975	166.607	15
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.050.000	1.400.000	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS		0	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000	1.280.000	270.000	200.000	0	100
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	32.009.729	32.009.729	33.497.372	27.627.002	24.839.201	86
4153 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	846.000	846.000	717.072	92.860	72.717	11
4154 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	6.100.000	6.300.000	6.399.297	6.351.520	5.641.286	104
4155 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	593.000	723.000	1.081.493	822.624	663.748	139
4156 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	20.000	20.000	20.000	0	0	0
4158 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS	8.970.000	8.970.000	10.008.447	9.589.159	8.713.595	107
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	130.000	130.000	797.933	130.486	105.962	100
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.200.000	4.200.000	15.190.257	0	0	0
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	109.768.664	109.768.664	113.632.390	113.631.891	86.840.295	104
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30.000	1.330.000	391.825	0	0	0
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	7.700.000	7.700.000	9.572.963	8.355.636	7.603.602	109
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	8.109.097	8.109.097	3.868.930	2.779.858	2.714.868	34
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	42.000.000	42.000.000	21.379.762	13.821.284	12.267.343	33
4179 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	1.516.120	1.516.120	1.006.629	652.731	441.962	43
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	60.000	60.000	51.267	0	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	144.000	144.000	625.733	0	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	60.000	60.000	15.560	0	0	0
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	20.837.000	20.837.000	17.075.546	16.331.872	14.760.297	78
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	28.150.099	29.500.099	13.897.352	9.955.951	9.955.951	35
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	235.000	635.000	2.684.464	270.000	0	115
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	31.889.910	31.889.910	21.123.137	21.050.318	19.599.706	66
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.200.000	1.200.000	522.902	386.385	202.432	32
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	900.000	900.000	786.452	786.451	786.451	87
5762 - CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	1.000.000	1.000.000	1.173.099	664.353	662.044	66
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	96.000	1.196.000	0	0	0	0
Orçamento Fiscal e da Seguriddade Social	**406.274.174**	**421.497.630**	**372.464.913**	**277.044.824**	**236.607.500**	**68**
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	479.123.320	185.672.147	88.260.956	0	0	0
9045 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE VETO	6.400.000	0		0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 9999	**485.523.320**	**185.672.147**	**88.260.956**	**0**	**0**	**0**

PROGRAMA/AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA
TOTAL Orçamento Fiscal e da Seguridade Social(INCLUI FCDF Saúde e Eduçação- Execução SIGGO/GDF - exceto inativos)	24.597.067.888	32.605.928.893	33.748.522.569	27.743.161.718	26.719.396.427	113
Orçamento de Investimento das Estatais	1.410.164.967	1.404.540.567	2.051.880.929	0	425.804.372	0
Fundo Constitucional do DF Segurança Pública (Integra o valor do PPA, transferência da União/SIAFI)(*)	4.874.653.363	4.874.653.363	4.308.227.794	4.306.670.698	4.191.298.872	88
TOTAL GERAL(Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional Segurança)	30.881.886.218	38.885.122.823	40.108.631.292	32.049.832.416	31.336.499.671	104
Programas Temáticos	9.791.120.406	10.893.750.108	11.682.046.561	6.476.859.140	6.050.183.181	66
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	20.605.242.492	19.786.716.239	19.289.620.529	18.449.603.191	18.195.722.679	90

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
23101	6202	1369	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%	37,8	ANUAL	50	33,9	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1370	TAXA DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA	1/ 1.000	4	ANUAL	3,4	6,38	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1372	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)	%	50	ANUAL	66,6	65,17	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1373	PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE	%	20	ANUAL	30		Maior Melhor						1	1
23101	6202	1374	COBERTURA DE LEITOS HOSPITALARES POR HABITANTES DA REGIÃO	1/ 1.000	1,8	ANUAL	1,8	2,57	Maior Melhor	1						1
23101	6202	1375	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA	DIA	11,9	ANUAL	11,9	29,7	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1376	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	1/ 1.000	11,5	ANUAL	11,2	10,92	Menor Melhor	1						1
23101	6202	1377	PERCENTUAL DE PARTO NORMAL	%	61,3	ANUAL	63	62,85	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1378	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,31	ANUAL	0,3	0,18	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1379	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,22	ANUAL	0,22	0,03	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1381	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1/ 1.000	0,52	ANUAL	0,54	0,53	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1382	PORCENTAGEM DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS COM ESTOQUE DISPONÍVEL NA REDE SES/DF	%	91	QUADRIMESTRAL	95	0	Maior Melhor					1		1
23101	6202	1383	PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	%	48,88	QUADRIMESTRAL	60	54,08	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1384	PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS	%	0,76	BIMESTRAL	1	1,01	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1385	PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF	%	37	ANUAL	80	53,81	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1386	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	%	100	ANUAL	100	44,44	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1387	UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO EM SAÚDE - SIS - NAS UNIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	%	8,72	ANUAL	20	11	Maior Melhor			1				1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
23101	6202	1389	REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF	UNIDADE		ANUAL	12	0	Maior Melhor					1		1
23203	6202	1422	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	%		ANUAL	70	96,6	Maior Melhor	1						1
23203	6202	1423	TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	%		ANUAL	15	16,8	Menor Melhor			1				1
23203	6202	1424	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PONTO	5	ANUAL	5	5,4	Maior Melhor	1						1
23203	6202	1425	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PONTO	5	ANUAL	5	5	Maior Melhor		1					1
23203	6202	1426	PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	%	70	ANUAL	87	90,6	Maior Melhor	1						1
23202	6202	1427	PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO	%	1,97	ANUAL	2	1,94	Maior Melhor			1				1
23202	6202	1428	PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO	%	91,8	ANUAL	85	90,04	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1547	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEONATAL	DIA	24,4	MENSAL	24,4	22,26	Menor Melhor	1						1
23101	6202	1548	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL	DIA	20	MENSAL	14	18,59	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1549	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA	DIA	7	MENSAL	6	7,97	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1550	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA	DIA	15	MENSAL	12	14,44	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1551	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO	DIA	10	MENSAL	8	10,35	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1552	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA	DIA	10	MENSAL	8	6,17	Menor Melhor	1						1
23101	6202	1553	MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO	DIA	05/jun	ANUAL	5	5,21	Menor Melhor			1				1
23101	6202	1677	(EP) ATENDIMENTO ATENÇÃO BÁSICA	%		ANUAL	15	0	Maior Melhor					1		1
23101	6202	1678	(EP) ATENDIMENTO MÉDIA COMPLEXIDADE	%		ANUAL	5	0	Maior Melhor					1		1
23101	6202	1679	(EP) ATENDIMENTO ALTA COMPLEXIDADE	%		ANUAL	5	0	Maior Melhor					1		1
23101	6202	1689	PROPORÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA OFERTANDO PELO MENOS UMA PIS	%	58	ANUAL	58,5	46,4	Maior Melhor			1				1
23101	6202	1690	COBERTURA DE CUIDADOS PALIATIVOS AMBULATORIAIS PARA PACIENTES COM CÂNCER	%		ANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
23101	6202	1691	DEMANDAS ATENDIDAS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	%		ANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
23101	6202	1692	PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS E NOVOS	%		ANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
PROGRAMA 6202 -BRASÍLIA SAUDÁVEL										**7**	**1**	**22**	**3**	**5**	**1**	**39**

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
19101	6203	1435	ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	9,24	ANUAL	3,7	13	Maior Melhor	1						1
19101	6203	1436	ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	11,03	ANUAL	9,5	3	Maior Melhor			1				1
19101	6203	1437	IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	4,78	ANUAL	5,7	18,3	Maior Melhor	1						1
19101	6203	1438	IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	16,31	ANUAL	4,8	17,5	Maior Melhor	1						1
19101	6203	1439	ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-3,53	ANUAL	65,3	5,5	Maior Melhor			1				1
19101	6203	1440	ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-41,83	ANUAL	-17,5	-18,2	Maior Melhor			1				1
19101	6203	1441	TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	2,03	ANUAL	38,5	14,7	Maior Melhor			1				1
25101	6203	1442	SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO	%		ANUAL	60	37	Maior Melhor			1				1
32101	6203	1443	TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%		TRIMESTAL	75	0	Maior Melhor					1		1
32101	6203	1444	TAXA DE ATINGIMENTO DAS METAS DOS ACORDOS DE RESULTADOS	%		SEMESTRAL	80	50,87	Maior Melhor			1				1
32201	6203	1445	ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA	UNIDADE	14	ANUAL	12	12	Maior Melhor		1					1
32201	6203	1446	ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SÓCIAS DE GOVERNO	UNIDADE	12	ANUAL	13	9	Maior Melhor			1				1
32201	6203	1447	ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS	UNIDADE	5	ANUAL	5	16	Maior Melhor	1						1
32201	6203	1448	IMPLEMENTAR E GERIR SISTEMA DE INFORMAÇÕES INTEGRADAS E GEOREFERENCIADAS PARA O PLANEJAMENTO	UNIDADE	1	ANUAL	1	2	Maior Melhor	1						1
32201	6203	1449	MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA	LIGAÇÕES REC/ ATEND	2.121.060	MENSAL	150.000	186.068	Maior Melhor	1						1
32101	6203	1450	SERVIDORES CAPACITADOS	PESSOA		ANUAL	6.000	14226	Maior Melhor	1						1
32101	6203	1452	ATENDIMENTO AO SERVIDOR	PESSOA		ANUAL	700	1088	Maior Melhor	1						1
32101	6203	1453	IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	%		ANUAL	5	0	Maior Melhor					1		1
32101	6203	1454	IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS	%		ANUAL	70	0	Maior Melhor					1		1
09101	6203	1455	TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	%	100	ANUAL	100	78,62	Maior Melhor			1				1
09102	6203	1457	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.	UNIDADE		ANUAL	40	85	Maior Melhor	1						1
32101	6203	1666	LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	%	48,01	ANUAL	<=49	46,82	Menor Melhor	1						1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
32101	6203	1667	TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	%	9,39	ANUAL	10	3,44	Maior Melhor			1				1
32101	6203	1671	RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)	R$	-514	ANUAL	-1.422	-686	Maior Melhor	1						1
45101	6203	1680	NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL	NÍVEL	1	ANUAL	2	1	Maior Melhor			1				1
45101	6203	1681	ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES	%		ANUAL	30	45	Maior Melhor	1						1
45101	6203	1682	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO	%		ANUAL	15	15	Maior Melhor		1					1
45101	6203	1683	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO	%	10	ANUAL	30	22	Maior Melhor			1				1
45101	6203	1684	IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL	%		ANUAL	30	87	Maior Melhor	1						1
45101	6203	1685	TAXA DE SATISFAÇÃO DAS RESPOSTAS DE OUVIDORIA	%	50	MENSAL	55	56	Maior Melhor	1						1
45101	6203	1686	TAXA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA	%		ANUAL	50	63	Maior Melhor	1						1
09102	6203	1687	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	UNIDADE	200	MENSAL	330	487	Maior Melhor	1						1
PROGRAMA 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS										**16**	**2**	**11**	**0**	**3**	**0**	**32**
01101	6204	1460	EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)	%	97,14	ANUAL	100	173	Maior Melhor	1						1
01101	6204	1461	EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)	%	13,33	ANUAL	100	127	Maior Melhor	1						1
01101	6204	1462	EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)	%	50	ANUAL	100	50	Maior Melhor			1				1
01101	6204	1463	SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)	%	100	ANUAL	100	33	Maior Melhor			1				1
01101	6204	1464	CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)	%	150	ANUAL	100	100	Maior Melhor		1					1
01101	6204	1465	INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA	%		ANUAL	70	31	Maior Melhor			1				1
01101	6204	1466	INDICADOR DE RESOLUBILIDADE	%	90	ANUAL	100	86	Maior Melhor			1				1
01101	6204	1467	INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	%	1,4	ANUAL	1,5	0,04	Maior Melhor			1				1
PROGRAMA 6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA										**2**	**1**	**5**	**0**	**0**	**0**	**8**
34101	6206	1528	QUANTIDADE DE ÁRBITROS	UNIDADE	6.131	ANUAL	6.437	10.200	Maior Melhor	1						1
34101	6206	1529	ESCOLAS ATENDIDAS	UNIDADE		ANUAL	5	9	Maior Melhor	1						1
34101	6206	1530	CURSOS REALIZADOS	UNIDADE		ANUAL	9	0	Maior Melhor					1		1
34101	6206	1531	PERCENTUAL DE PROJETOS APOIADOS E/OU REALIZADOS	%		ANUAL	5	0	Maior Melhor					1		1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
34101	6206	1532	PERCENTUAL DE PROJETOS APOIADOS E/OU REALIZADOS	%		ANUAL	5	5	Maior Melhor		1					1
34101	6206	1535	ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE		ANUAL	1	0	Maior Melhor					1		1
34101	6206	1536	CURSOS REALIZADOS/APOIADOS	UNIDADE		ANUAL	9	5	Maior Melhor			1				1
PROGRAMA 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER										**2**	**1**	**1**	**0**	**3**	**0**	**7**
44101	6207	1471	MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO	UNIDADE	308.506	ANUAL	323.931	142.431	Maior Melhor			1				1
44101	6207	1472	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO	%	97,59	ANUAL	98	**99,96**	Maior Melhor	1						1
44101	6207	1473	TEMPO MÉDIO DE ESPERA	MINUTO	13	ANUAL	11	**13,4**	Menor Melhor			1				1
44101	6207	1474	TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO	MINUTO	6,27	ANUAL	6	**4,38**	Menor Melhor	1						1
20101	6207	1475	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.	%	1,6	ANUAL	25	-	Maior Melhor						1	1
34101	6207	1476	TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE	%		ANUAL	5	-11,2	Maior Melhor			1				1
34101	6207	1477	ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GERAL	UNIDADE	75,2	ANUAL	76	72,8	Maior Melhor			1				1
34101	6207	1478	TAXA DE ARRECADAÇÃO DO ISS DO SETOR TURISMO - HOTELARIA E TURISMO (ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%		ANUAL	5	"- 5,64	Maior Melhor			1				1
14101	6207	1480	CANAL RECUPERADO	KM	11	QUADRIMESTRAL	15	19,675	Maior Melhor	1						1
14101	6207	1481	PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	BIMESTRAL	650	438	Maior Melhor			1				1
14101	6207	1482	PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	ANUAL	1.550	1.451	Maior Melhor			1				1
14203	6207	1483	AGRICULTOR ASSISTIDO	UNIDADE	10.000	ANUAL	10.900	11284	Maior Melhor	1						1
14203	6207	1484	PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	PESSOA	637	ANUAL	870	1626	Maior Melhor	1						1
14202	6207	1485	AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	UNIDADE	460	ANUAL	506	392	Maior Melhor			1				1
14202	6207	1486	ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	UNIDADE	233	ANUAL	245	226	Maior Melhor			1				1
14202	6207	1487	ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	UNIDADE	38	ANUAL	48	35	Maior Melhor			1				1
14202	6207	1488	PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS	UNIDADE	41.300	ANUAL	45.000	35754	Maior Melhor			1				1
14202	6207	1489	RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	%	0,34	ANUAL	2	3	Maior Melhor	1						1
09101	6207	1490	ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	UNIDADE	10	ANUAL	12	0	Maior Melhor					1		1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
09101	6207	1491	START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO	UNIDADE		ANUAL	50	0	Maior Melhor					1		1
09202	6207	1492	BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF	UNIDADE	250	ANUAL	1.000	1.485	Maior Melhor	1						1
09202	6207	1493	ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO	UNIDADE	6	ANUAL	10	7	Maior Melhor			1				1
25101	6207	1494	TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	PESSOA	10.714	ANUAL	9.000	4.283	Maior Melhor			1				1
25101	6207	1495	PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	PESSOA	2.844	ANUAL	5.000	11.572	Maior Melhor	1						1
25101	6207	1496	TAXA DE DESEMPREGO	%	14,2	ANUAL	13,5	18,6	Menor Melhor			1				1
14101	6207	1497	FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE		ANUAL	7.500	7.938	Maior Melhor	1						1
14101	6207	1498	AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE		ANUAL	117.300	97.977	Maior Melhor			1				1
PROGRAMA 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA										**9**	**0**	**15**	**0**	**2**	**1**	**27**
28101	6208	1413	EFETIVAÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL	%		ANUAL	20	10	Maior Melhor			1				1
28101	6208	1414	DOMICILIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	UNIDADE	120730	BIANUAL	108.657	-	Maior Melhor						1	1
09201	6208	1415	TAXA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA	UNIDADE		TRIMESTRAL	50	97,7	Maior Melhor	1						1
09201	6208	1416	ÁREAS DESOBSTRUÍDAS	%		TRIMESTRAL	1	10126168	Maior Melhor	1						1
09201	6208	1417	NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO PARA OS EVENTOS EDUCAÇÃO URBANA	NOTA		TRIMESTRAL	4	-	Maior Melhor						1	1
28209	6208	1418	NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM	%	1,5	ANUAL	1,5	3,5	Maior Melhor	1						1
28209	6208	1419	NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS	UNIDADE		ANUAL	500	2860	Maior Melhor	1						1
28209	6208	1420	PERCENTUAL DE CRÉDITOS NOVADOS	%		ANUAL	25	31	Maior Melhor	1						1
28101	6208	1421	FAMÍLIAS EM DÉFICIT HABITACIONAL BENEFICIADAS COM DOMICÍLIOS NOVOS/QUALIFICADOS	UNIDADE	201998	BIANUAL	10.100	8090	Maior Melhor			1				1
PROGRAMA 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE										**5**	**0**	**2**	**0**	**0**	**2**	**9**
21101	6210	1626	TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO	%		ANUAL	6	7	Maior Melhor	1						1
21106	6210	1627	TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA	%		SEMESTRAL	50	50	Maior Melhor		1					1
21101	6210	1630	AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	UNIDADE		ANUAL	2	3	Maior Melhor	1						1
21101	6210	1631	AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	UNIDADE		ANUAL	1	2	Maior Melhor	1						1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
22210	6210	1632	VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	M³/DIA	6.000	MENSAL	6.000	5.109	Maior Melhor			1				1
22204	6210	1633	DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	HORA	15,88	ANUAL	15,14	9,69	Menor Melhor	1						1
22204	6210	1634	FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	UNIDADE	11,86	ANUAL	11,33	8,08	Menor Melhor	1						1
22204	6210	1635	TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	%	100	ANUAL	100	57	Maior Melhor			1				1
22214	6210	1636	TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	%	8,07	ANUAL	9	8,92	Maior Melhor			1				1
22214	6210	1637	TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO	%		ANUAL	80	1	Maior Melhor			1				1
22202	6210	1638	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO	L/S	9.565	ANUAL	9565	9606	Maior Melhor	1						1
22202	6210	1639	ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO	L.DIA/LIGAÇÃO	303	ANUAL	303	376,69	Menor Melhor			1				1
22202	6210	1640	ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	%	82,11	ANUAL	82,89	85,23	Maior Melhor	1						1
21101	6210	1641	TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES	%		ANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
21106	6210	1642	TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO	%		ANUAL	30	35	Maior Melhor	1						1
21106	6210	1643	TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO	%	10	ANUAL	8	2	Menor Melhor	1						1
21208	6210	1644	TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	%	16,93	ANUAL	15,2	11,28	Menor Melhor	1						1
14203	6210	1645	RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	HA	20	ANUAL	105	99	Maior Melhor			1				1
21208	6210	1647	TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	%		ANUAL	30	4,39	Maior Melhor			1				1
21208	6210	1648	TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	%		ANUAL	30	93,31	Maior Melhor	1						1
21101	6210	1693	TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS	UNIDADE		ANUAL	4	5	Maior Melhor	1						1
21101	6210	1694	INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	UNIDADE		ANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
PROGRAMA 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL										**12**	**1**	**7**	**2**	**0**	**0**	**22**
25101	6211	1537	TAXA DE INADIMPLÊNCIA DOS PROJETOS DE MICROCRÉDITO PARA AFRO EMPREENDEDORES E MULHERES, ACOMPANHADOS E ORIENTADOS PELO GDF	%		ANUAL	18	-	Menor Melhor						1	1
25101	6211	1538	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.	UNIDADE		ANUAL	200	331	Maior Melhor	1						1
09101	6211	1539	COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF	%		ANUAL	10	10	Maior Melhor		1					1
44202	6211	1540	RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS	%	42	ANUAL	50	**39**	Maior Melhor			1				1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
44902	6211	1541	CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL	UNIDADE		ANUAL	2	0	Maior Melhor					1		1
24202	6211	1543	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS	%		ANUAL	5	1,92	Maior Melhor			1				1
24202	6211	1544	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF	%		ANUAL	5	3,98	Maior Melhor			1				1
24101	6211	1545	MÉDIA DOS PRESOS ASSISTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.	UNIDADE	14.350	ANUAL	16.751	15.000	Maior Melhor			1				1
25101	6211	1554	CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	UNIDADE		ANUAL	1	3	Maior Melhor	1						1
25101	6211	1555	SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	UNIDADE		ANUAL	600	519	Maior Melhor			1				1
48101	6211	1556	ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	%		ANUAL	10	0,02	Maior Melhor			1				1
48101	6211	1557	NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	UNIDADE	1.123	ANUAL	2.000	1.465	Maior Melhor			1				1
48101	6211	1558	ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	%		ANUAL	18	12	Menor Melhor	1						1
48101	6211	1559	ATENDIMENTOS REALIZADOS	UNIDADE	440.000	ANUAL	500.000	479525	Maior Melhor			1				1
24202	6211	1688	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	%		MENSAL	10	8,66	Maior Melhor			1				1
PROGRAMA 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA										**3**	**1**	**9**	**0**	**1**	**1**	**15**
26101	6216	1651	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	Anual	86	0	Maior Melhor					1		1
26101	6216	1652	TAXA DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO	%		Semestral	-	1,03	Maior Melhor				1			1
26101	6216	1653	TAXA DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO - METROVIÁRIO	%		Semestral	15,6	0	Maior Melhor					1		1
26101	6216	1654	AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS	KM	135	Anual	155	13	Maior Melhor			1				1
26101	6216	1655	ÍNDICE DE ACIDENTE FATAIS EM RODOVIAS (10.000/VEÍCULOS)	COEFICIENTE/ 10.000	1,07	Anual	0,95	0	Menor Melhor					1		1
26101	6216	1656	EXPANSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS	KM	2706	Anual	2756	3039	Maior Melhor	1						1
26101	6216	1657	ÍNDICE DA MALHA VIÁRIA PAVIMENTADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA	%	58	Anual	64	51	Maior Melhor			1				1
26101	6216	1658	ÍNDICE DA MALHA VIÁRIA SINALIZADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA	%	68	Anual	74	67	Maior Melhor			1				1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
26101	6216	1659	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR LINHA VERDE	%		Trimestral	38	0	Maior Melhor					1		1
26101	6216	1660	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SUL - 2º TRECHO	%		Trimestral	-	0	Maior Melhor				1			1
26101	6216	1661	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR NORTE	%		ANUAL	10	0	Maior Melhor					1		1
26101	6216	1663	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	Anual	86	0	Maior Melhor					1		1
26101	6216	1664	NÚMERO DE PASSAGEIROS DO METRÔ (MÊS X 1000)	UNIDADE	3594	Mensal	4160	2996	Maior Melhor			1				1
26101	6216	1665	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	UNIDADE		Anual	25	30	Maior Melhor	1						1
PROGRAMA 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL										**2**	**0**	**4**	**2**	**6**	**0**	**14**
24103	6217	1576	OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	UNIDADE	4.155,53	TRIMESTRAL	17.600	20.913	Maior Melhor	1						1
24103	6217	1577	EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMETO OSTENSIVO	UNIDADE	2.924	ANUAL	2.818	2.906	Maior Melhor	1						1
24103	6217	1578	QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	UNIDADE	1.353	ANUAL	1.500	2.339	Maior Melhor	1						1
24104	6217	1579	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO	8,18	ANUAL	9,26	9,47	Menor Melhor			1				1
24101	6217	1580	OPERAÇÕES DE COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL E PIRATATIA	UNIDADE	15	MENSAL	40	-	Maior Melhor						1	1
24101	6217	1581	OPERAÇÕES DE COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO	UNIDADE	60	MENSAL	130	-	Maior Melhor						1	1
24101	6217	1582	CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	ANUAL	80	77,67	Maior Melhor			1				1
24103	6217	1583	OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	262,57	TRIMESTRAL	1.050	4.732	Maior Melhor	1						1
24103	6217	1584	APREENSÃO DE DROGAS	KG	60,67	MENSAL	600	2.190	Maior Melhor	1						1
24105	6217	1586	INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	MENSAL	16.700	13.765	Maior Melhor			1				1
24105	6217	1587	APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	MENSAL	3.000	4.204	Maior Melhor	1						1
24101	6217	1591	ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,7	SEMESTRAL	80	74,27	Maior Melhor			1				1
24104	6217	1592	INCÊNDIOS PERICIADOS	UNIDADE	277	ANUAL	278	670	Maior Melhor	1						1
24104	6217	1593	AÇÕES PREVENTIVAS	UNIDADE	4376	ANUAL	3.977	12.879	Maior Melhor	1						1
24101	6217	1594	TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	ANUAL	15	44	Maior Melhor	1						1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
24101	6217	1595	QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	ANUAL	3.279	4.954	Maior Melhor	1						1
24104	6217	1597	TEMPO RESPOSTA DO CBMDF PARA ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO		ANUAL	08:00	08:58	Menor Melhor			1				1
24201	6217	1598	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS	PROPORÇÃO	0,9	MENSAL	0,85	0,88	Menor Melhor			1				1
24201	6217	1599	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE	%		TRIMESTRAL	10	10	Maior Melhor		1					1
24201	6217	1600	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA		ANUAL	4,5	4,4	Maior Melhor			1				1
24101	6217	1602	REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - JOVENS	%	71,5	ANUAL	61,5	-	Menor Melhor						1	1
24101	6217	1603	REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL (VSC) - REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS	%	85	ANUAL	75	-	Menor Melhor						1	1
25101	6217	1604	TAXA DE FEMINICÍDIOS	%	13	ANUAL	12	-	Menor Melhor						1	1
25101	6217	1605	TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS	%	27	ANUAL	26	-	Menor Melhor						1	1
25101	6217	1606	TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	%	1,5	ANUAL	1,4	-	Menor Melhor						1	1
25101	6217	1607	TAXA DE PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	%	0,18	ANUAL	0,15	-	Menor Melhor						1	1
51101	6217	1608	TAXA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	%		ANUAL	70	0	Maior Melhor					1		1
24101	6217	1611	ÍNDICE DE AQUISIÇÕES PARA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SSP	%		ANUAL	80	-	Maior Melhor					1		1
24101	6217	1612	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	TRIMESTRAL	50	100	Maior Melhor	1						1
24101	6217	1613	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	%	99,82	SEMESTRAL	85	99,48	Maior Melhor	1						1
24101	6217	1615	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	MENSAL	255	-	Maior Melhor						1	1
24103	6217	1616	ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO	%	26,9	ANUAL	100	59,43	Maior Melhor			1				1
24104	6217	1618	DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	%	85,13	ANUAL	87,6	84,49	Maior Melhor			1				1
24104	6217	1619	ACIDENTES DE SERVIÇO	%		ANUAL	4,4	8,7	Menor Melhor			1				1
24201	6217	1620	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA		ANUAL	4,5	4,4	Maior Melhor			1				1
24105	6217	1622	ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	%	40,17	ANUAL	44,18	44,24	Maior Melhor	1						1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
24105	6217	1623	TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	ANUAL	78,58	52,79	Maior Melhor			1				1
24105	6217	1624	ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%		ANUAL	> 95	99,76	Maior Melhor	1						1
24101	6217	1696	CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	MENSAL	649	635	Menor Melhor	1						1
24101	6217	1697	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	MENSAL	1812	2129	Menor Melhor			1				1
PROGRAMA 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL										15	1	13	0	2	9	40
16101	6219	1560	AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA	UNIDADE		ANUAL	4.000	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1561	EQUIPAMENTOS CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA	UNIDADE		ANUAL	30	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1562	EVENTOS CULTURAIS MAPEADOS NO PORTAL DA CULTURA	UNIDADE		ANUAL	50	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1566	EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS REVITALIZADOS	UNIDADE		UNIDADE	1	1	Maior Melhor		1					1
16101	6219	1567	INVESTIMENTO PARA A FUNDAÇÃO DAS ARTES	%		ANUAL	0,015	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1568	IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E/ OU AÇÕES PARA AS ARTES	UNIDADE		ANUAL	5	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1569	PREMIAÇÕES A GRUPOS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	UNIDADE		ANUAL	10	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1570	ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.	UNIDADE		ANUAL	12	42	Maior Melhor	1						1
16101	6219	1571	AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.	PESSOA		ANUAL	50	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1574	CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	%		ANUAL	10	0	Maior Melhor					1		1
16101	6219	1575	IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA	UNIDADE	10	ANUAL	20	0	Maior Melhor					1		1
PROGRAMA 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA										**1**	**1**	**0**	**0**	**9**	**0**	**11**
18101	6221	1501	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS	%	50	ANUAL	55		Maior Melhor						1	1
18101	6221	1502	UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	%	46	ANUAL	47	41,45	Maior Melhor			1				1
18101	6221	1503	ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL	%	12	ANUAL	13,5	8,74	Maior Melhor			1				1
18101	6221	1504	COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	47072	ANUAL	51.780		Maior Melhor						1	1
18101	6221	1505	ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO	UNIDADE	4005	ANUAL	4.155	5.224	Maior Melhor	1						1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
			DISTRITO FEDERAL.													
18101	6221	1506	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	%	17	ANUAL	19,5	20	Maior Melhor	1						1
18101	6221	1509	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	UNIDADE	250	ANUAL	250		Maior Melhor						1	1
18101	6221	1510	TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	%		ANUAL	50	60	Maior Melhor	1						1
18101	6221	1511	TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.	%	70	SEMESTRAL	80	**90**	Maior Melhor	1						1
18101	6221	1512	PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.	%	60	ANUAL	63	58,98	Maior Melhor			1				1
18101	6221	1513	MÉDIA, NO IDEB, DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	3,6	BIANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
18101	6221	1514	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	5,5	BIANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
18101	6221	1515	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	4,1	BIANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
18101	6221	1516	TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%	17,79	ANUAL	17,3	-	Menor Melhor						1	1
18101	6221	1517	QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	6.873	ANUAL	6.358	-	Menor Melhor						1	1
18101	6221	1518	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.	%	5,05	ANUAL	7,6	**3,96**	Maior Melhor			1				1
18101	6221	1519	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.	%	31,77	ANUAL	30,09	**30,05**	Menor Melhor	1						1
18101	6221	1520	UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.	%		ANUAL	10	30	Maior Melhor	1						1
18101	6221	1521	INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%		ANUAL	50	75	Maior Melhor	1						1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
18101	6221	1522	GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	80	ANUAL	85	97	Maior Melhor	1						1
18101	6221	1523	GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%		ANUAL	50	58,2	Maior Melhor	1						1
18101	6221	1524	DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.	UNIDADE	924	ANUAL	15.000	-	Maior Melhor						1	1
18101	6221	1525	ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.	UNIDADE	17.285	ANUAL	100.000	0	Maior Melhor					1		1
18202	6221	1672	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO	UNIDADE		ANUAL	240	0	Maior Melhor					1		1
18202	6221	1673	MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO	UNIDADE		ANUAL	60	0	Maior Melhor					1		1
18202	6221	1674	MATRÍCULA NA EXTENSÃO	UNIDADE		ANUAL	120	72	Maior Melhor			1				1
18202	6221	1675	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	UNIDADE		ANUAL	-	-	Maior Melhor				1			1
PROGRAMA 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA										**9**	**0**	**5**	**4**	**3**	**6**	**27**
25101	6228	1390	TAC:TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	%	0,42	ANUAL	0,55	0,58	Maior Melhor	1						1
25101	6228	1391	TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	%	0,81	ANUAL	0,83	0,89	Maior Melhor	1						1
25101	6228	1392	TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE	%	0,37	SICON/ MDS	0,4	0,47	Maior Melhor	1						1
25101	6228	1393	DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN	%	9,8	QUADRIENAL	9,8	-	Menor Melhor						1	1
25101	6228	1394	MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO	UNIDADE	24.000	MENSAL	26.000	25.627	Maior Melhor			1				1
25101	6228	1396	NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS	UNIDADE	869	ANUAL	1.005	818	Maior Melhor			1				1
25101	6228	1397	ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS	UNIDADE	301.922	ANUAL	312.596	437.014	Maior Melhor	1						1
25101	6228	1398	VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	UNIDADE	278.940	ANUAL	292.380	278.940	Maior Melhor			1				1

UO	Programa	Indicador	Descrição	Unidade Medida	Indice + Recente	Periodicidade	2016 Desejado	2016 Alcançado	Tendência	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
51101	6228	1401	TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF	%		ANUAL	60	100	Maior Melhor	1						1
51101	6228	1402	TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA	%		ANUAL	60	80	Maior Melhor	1						1
51101	6228	1403	TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS	%		ANUAL	20	76,94	Maior Melhor	1						1
51101	6228	1404	TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS	%		ANUAL	50	9,09	Maior Melhor			1				1
51101	6228	1405	TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF	%		ANUAL	10	11,4	Maior Melhor	1						1
25101	6228	1406	COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS	%		ANUAL	45	-	Maior Melhor						1	1
25101	6228	1407	INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA	%		ANUAL	5	-	Maior Melhor						1	1
25101	6228	1408	INSERÇÃO HABITACIONAL	%		ANUAL	10	-	Maior Melhor						1	1
51101	6228	1409	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO	%		ANUAL	70	63,07	Maior Melhor			1				1
51101	6228	1410	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE	%		ANUAL	30	36,93	Maior Melhor	1						1
51101	6228	1411	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS	%	82	ANUAL	90	93,72	Maior Melhor	1						1
51101	6228	1412	TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO	%	85	ANUAL	90	90	Maior Melhor		1					1
44101	6228	1668	ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS	UNIDADE		ANUAL	30.000	**18.961**	Maior Melhor			1				1
44101	6228	1669	FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)	UNIDADE		ANUAL	1.000	1.341	Maior Melhor	1						1
44101	6228	1670	DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL	UNIDADE		ANUAL	1.000	**898**	Maior Melhor			1				1
51901	6228	1676	CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	2.400	ANUAL	2.800	6563	Maior Melhor	1						1
PROGRAMA 6228 - FAMÍLIAS FORTES										**12**	**1**	**7**	**0**	**0**	**4**	**24**
TOTAL GERAL										**95**	**10**	**101**	**11**	**34**	**24**	**275**